



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1966 — VOLUME I

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE JANEIRO A MARÇO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1966

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Págs.		Págs.
	1— Atos Institucionais	
3	Ato Institucional — Publicado no D.O. de 7 de fevereiro de 1966	3
	2 — Atos Complementares	
6	Ato Complementar — Publicado no D.O. de 4 de janeiro de 1966	5
7	Ato Complementar — Publicado no D.O. de 2 de fevereiro de 1966	5
8	Ato Complementar — Publicado no D.O. de 30 de março de 1966	7
	3 — Decretos-leis	
2	Decreto-Lei de 14 de janeiro de 1966 — Autoriza a requisição de bens ou serviços essenciais ao abastecimento da população e dá outras providências — Publicação no D.O. de 17 e ret. no de 11 de fevereiro de 1966	9
3	Decreto-Lei de 27 de janeiro de 1966 — Disciplina as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias; altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências — Publicado no D.O. de 27 de janeiro de 1966	10
4	Decreto-Lei de 7 de fevereiro de 1966 — Regula a ação	
	de despejo de prédios não residenciais e dá outras providências — Publicado no D.O. de 7 e rep. no de 11 de fevereiro de 1966	12
	4 — Decretos Legislativos	
1	Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o Acôrdio Comercial assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Libéria, em Monróvia, a 13 de maio de 1965 — Publicado no D.O. de 17 de fevereiro de 1966	15
2	Decreto Legislativo de 1966 — Determina o registro pelo Tribunal de Contas do contrato-escritura de compra e venda — celebrado em 23 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Barth Annoni & Cia. Ltda. — Publicado no D.O. de 24 de março de 1966	15
3	Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural assinado entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República de Costa Rica, em São José, a 19 de novembro de 1964 — Publicado no D.O. de 24 de março de 1966	16
4	Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o texto do Protocolo Adicional, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de dezem.	

	Págs.		Págs.
bro de 1963, ao Acôrdio de Comércio, Pagamentos e Coopera- ção Econômica, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Bulgária, em 21 de abril de 1961 — Publicado no D.O. de 24 de março de 1966	16	Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), desti- nado à aquisição de um imó- vel para a instalação da Cen- tral Telex, do Centro de Tri- agem Postal e de uma agência em Curitiba, Estado do Paraná — Publicado no D.O. de 18 de fevereiro de 1966	19
5 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o Acôrdio Sanitário entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o da Re- pública do Peru, firmado em Lima, em 16 de julho de 1965 — Publicado no D.O. de 24 de março de 1966	16	4.929 — Lei de 18 de fevereiro de 1966 — Prorroga os prazos de validade dos concursos, em vigor, para o provimento dos cargos públicos da União e das autarquias federais — Publi- cado no D.O. de 25 de feve- reiro de 1966	20
6 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de re- gistro a termo, de 19 de no- vembro de 1958, de rescisão amigável do contrato, de 30 de dezembro de 1950, celebra- do entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a fir- ma Byington & Cia. — Pu- blicado no D.O. de 28 de março de 1966	17	4.930 — Lei de 9 de março de 1966 — Autoriza o Poder Exe- cutivo a abrir o crédito espe- cial de Cr\$ 11.000.000.000 (onze bilhões de cruzeiros), destinado a atender a despes- as de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integra- ção da Política de Transpor- tes, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 10 de março de 1966	20
7 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de re- gistro ao termo de contrato celebrado, em 15 de agosto de 1951, entre o Governo Federal e Geraldo Amaro da Silva e sua mulher Raymunda Ale- xandre da Silva — Publicado no D.O. de 28 de março de 1966	17	4.931 — Lei de 9 de março de 1966 — Autoriza o Poder Exe- cutivo a abrir o crédito espe- cial de Cr\$ 99.807.000 (no- venta e nove milhões, oito- centos e sete mil cruzeiros), destinado a atender a despes- as que especifica — Publi- cado no D.O. de 10 de março de 1966	21
5 — Leis		4.932 — Lei de 9 de março de 1966 — Isenta dos impostos de importação e de consumo ma- teriais importados pela Domi- nium S.A. destinados à fa- bricação de café solúvel — Pu- blicado no D.O. de 10 de março de 1966	21
4.927 — Lei de 17 de fevereiro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito es- pecial de Cr\$ 110.000.000 (cen- to e dez milhões de cruzeiros), destinado à construção de nova sede para o Instituto Histó- rico e Geográfico Brasileiro — Publicado no D.O. de 18 de fevereiro de 1966	19	4.933 — Lei de 9 de março de 1966 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para 4 (quatro) empilhadeiras im- portadas pela Lamport & Holt Navegação S.A. — Publicado no D.O. de 10 de março de 1966	21
4.928 — Lei de 17 de fevereiro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministé- rio da Viação e Obras Públi- cas o crédito especial de			

<i>Págs.</i>		<i>Págs.</i>
4.934	— Lei de 16 de março de 1966 — Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Telefônica de Piracicaba, Estado de São Paulo — Publicado no D.O. de 18 de março de 1966	22
4.935	— Lei de 17 de março de 1966 — Autoriza a abertura de créditos especiais que discrimina, no total de Cr\$ 6.282.077.127,50 (seis bilhões duzentos e oitenta e dois milhões setenta e sete mil cento e vinte e sete cruzeiros e cinquenta centavos) — Publicado no D.O. de 21 de março de 1966	22
4.936	— Lei de 17 de março de 1966 — Cria o "Fundo da Propriedade Industrial" (F.P.I.), e dá outras providências — Publicado no D.O. de 21 de março de 1966	23
4.937	— Lei de 18 de março de 1966 — Altera dispositivos da Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963 — Publicado no D.O. de 22 de março de 1966	25
4.938	— Lei de 18 de março de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender às despesas relacionadas com o Comitê Provisório da Associação Latino-Americana de Livre Comércio — Publicado no D.O. de 22 de março de 1966	27

INDICE DO APENSO

	Págs.		Págs.
100 — Decreto Legislativo de 1965 — Determina o registro de contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado do Pará, em 24 de maio de 1963 — Publicado no D.O. de 17 de fevereiro de 1966 ..	31	4.904 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências — Ret. no D.O. de 21 de março de 1966	33
		4.907 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias — Ret. no D.O. de 21 de março de 1966	33
LEIS		4.910 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da viagem do Sr. Presidente da República ao Chile — Ret. no D.O. de 21 de março de 1966	33
4.874 — Lei de 2 de dezembro de 1965 — Autoriza a doação, ao Hospital Evangélico da Bahia, de um lote de terreno, e dá outras providências — Ret. no D.O. de 21 de março de 1966	31	4.912 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República dos Estados Unidos do México — Ret. no D.O. de 21 de março de 1966	33
4.890 — Lei de 9 de dezembro de 1965 — Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, e dá outras providências — Ret. no D.O. de 21 de março de 1966	32	4.917 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, e de outras contribuições fiscais, os alimentos de qualquer natureza, e outras utilidades, adquiridos no exterior, mediante doação, pelas instituições em funcionamento	
4.897 — Lei de 9 de dezembro de 1965 — Declara Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, Patrono da Nação Brasileira — Ret. no D.O. de 10 de março de 1966	32		
4.902 — Lei de 16 de dezembro de 1966 — Dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército — Ret. nos D.O. de 18 e 25 de fevereiro e 3 e 10 de março de 1966	32		

	Págs.		Págs.
no País, que se dediquem a assistência social — Ret. no D.O. de 21 de março de 1966	34	Nunes", no Território Federal do Amapá — Ret. no D.O. de 21 de março de 1966	34
4.918 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de		4.921 — Lei de 23 de dezembro de 1965 — Estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira, e dá outras providências — Ret. no D.O. de 21 de março de 1966	35
Cr\$ 614.000.000, para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial das Nações Unidas — Ret. no D.O. de 21 de março de 1966	34		
4.919 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 138.941.000 (cento e trinta e oito milhões, novecentos e quarenta e um mil cruzeiros), destinado ao pagamento de ações preferenciais subscritas pelo Tesouro Nacional no aumento de capital da Companhia Vale do Rio Doce — Ret. no D.O. de 21 de março de 1966	34	4.922 — Lei de 23 de dezembro de 1965 — Retifica, sem ônus para a União, a Lei nº 4.539, de 1º de dezembro de 1964, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1965 — Ret. no D.O. de 21 de março de 1966	35
4.920 — Lei de 23 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de		4.923 — Lei de 23 de dezembro de 1965 — Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências — Ret. no D.O. de 26 de janeiro de 1966	35
Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) para complementação dos recursos destinados à construção da "Usina Coaraci		4.924 — Lei de 23 de dezembro de 1965 — Fixa normas para a elaboração do Esquema Financeiro das safras cafeeiras — Ret. no D.O. de 10 de março de 1966	35

Figuram neste volume o Ato Institucional, os Atos Complementares, os Decretos-Leis, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no primeiro trimestre de 1966, foram publicados no D.O. até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — ATO INSTITUCIONAL

À NAÇÃO

Considerando que o Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco, não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs, conforme expresso no Ato Institucional nº 2;

Considerando ser imperiosa a adoção de medidas que não permitam se frustrem os superiores objetivos da Revolução;

Considerando a necessidade de preservar a tranqüilidade e a harmonia política e social do país;

Considerando que a edição do Ato Institucional nº 2 estabeleceu eleições indiretas para Presidente e Vice-Presidente da República;

Considerando que é imprescindível se estenda à eleição dos Governadores e Vice-Governadores de Estado o processo instituído para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República;

Considerando que a instituição do processo de eleições indiretas recomenda a revisão dos prazos de inelegibilidade;

Considerando, mais, que é conveniente à segurança nacional alterar-se o processo de escolha dos Prefeitos dos Municípios das Capitais de Estado;

Considerando, por fim, que cumpre fixar-se data para as eleições a se realizarem no corrente ano,

O Presidente da República, na condição de Chefe do Governo da Revolução e Comandante Supremo das Forças Armadas,

Resolve editar o seguinte:

ATO INSTITUCIONAL Nº 3

Art. 1º A eleição de Governador e Vice-Governador dos Estados far-se-á pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, em sessão pública, e votação nominal.

§ 1º Os Partidos inscreverão os candidatos até quinze dias antes do pleito, perante a Mesa da Assembléia Legislativa, e, em caso de morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, poderão substituí-los até vinte e quatro horas antes da eleição.

§ 2º Se não fôr obtido o *quorum* na primeira votação, repetir-se-ão os escrutínios até que seja atingido, eliminando-se, sucessivamente, do rol dos candidatos, o que obtiver menor número de votos.

§ 3º Limitados a dois os candidatos ou na hipótese de só haver dois candidatos inscritos, a eleição se dará mesmo por maioria simples.

Art. 2º O Vice-Presidente da República e o Vice-Governador de Estado considerar-se-ão eleitos em virtude da eleição do Presidente e do Governador com os quais forem inscritos como candidatos.

Art. 3º Para as eleições indiretas, ficam reduzidos à metade os prazos de inelegibilidade estabelecidos na Emenda Constitucional nº 14, de 3 de junho de 1965, e nas letras *m*), *s*) e *t*) do inciso I e nas letras *b*) e *d*) do inciso II do art. 1º da Lei nº 4.738, de 15 de julho de 1965.

Art. 4º Respeitados os mandatos em vigor, serão nomeados pelos Governadores de Estado, os Prefeitos dos Municípios das Capitais, mediante prévio assentimento da Assembléia Legislativa ao nome proposto.

§ 1º Os Prefeitos dos demais Municípios serão eleitos por voto direto e maioria simples, admitindo-se sublegendas, nos termos estabelecidos pelos estatutos partidários.

§ 2º É permitido ao senador e ao deputado federal ou estadual, com prévia licença da sua Câmara, exercer o cargo de Prefeito de Capital de Estado.

Art. 5º No corrente ano, as eleições de Governadores e Vice-Governadores de Estado realizar-se-ão em 3 de setembro; as de Presidente e Vice-Presidente da República, em 3 de outubro; e as de senadores e deputados federais e estaduais, em 15 de novembro.

Art. 6º Ficam excluídos de apreciação judicial os atos praticados com fundamento no presente Ato Institucional e nos atos complementares dele.

Art. 7º Este Ato Institucional entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de fevereiro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Zilmar Araripe

Decio de Escobar

Juracy Magalhães

Eduardo Gomes

II — ATOS COMPLEMENTARES

ATO COMPLEMENTAR Nº 6

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, resolve baixar o seguinte ato complementar:

Art. 1º Fica prorrogado, até 15 de março de 1966, o prazo estabelecido no art. 1º do Ato Complementar nº 4, para a criação e o registro das organizações, que terão as atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituírem.

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de janeiro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

ATO COMPLEMENTAR Nº 7

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 30 do Ato Institucional nº 2, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Passa a ter a seguinte redação o Art. 5º do Ato Complementar nº 4:

Art. 5º A Comissão Diretora Nacional e cada uma das Comissões Diretoras Regionais indicará, dentre os seus membros, um presidente, três vice-presidentes, um secretário-geral e um tesoureiro, que constituirão respectivamente o Gabinete Executivo Nacional e os Gabinetes Executivos Regionais.

§ 1º Cada Comissão Diretora Municipal indicará, dentre os seus membros, um presidente, um vice-presidente e um secretário-geral, que formarão o Gabinete Executivo Municipal.

§ 2º A Comissão Diretora Nacional e cada uma das Comissões Diretoras Regionais e Municipais poderão, ainda, indicar, dentre os seus membros até mais cinco vogais para integrarem o Gabinete Executivo Nacional e os Gabinetes Executivos Regionais e Municipais.

§ 3º A Comissão Diretora Nacional e as Comissões Diretoras Regionais e Municipais poderão delegar aos respectivos Gabinetes Executivos as atribuições que entenderem convenientes.

§ 4º Os membros das Comissões Diretoras Nacional, Regionais e Municipais serão substituídos, em seus impedimentos, por suplentes indicados na forma estabelecida em disposição estatutária.

§ 5º A composição do Gabinete Executivo Nacional e dos Gabinetes Executivos Regionais poderá constar do documento a que se refere o Art. 2º do Ato Complementar nº 4.

§ 6º Os estatutos das organizações com atribuições de partidos políticos disporão sobre o processo das indicações a que se refere este artigo.

Art. 2º São revogados a letra e do Art. 2º e os parágrafos primeiro, segundo, terceiro e quarto do Art. 7º do Ato Complementar nº 4.

Art. 3º Para as eleições indiretas a serem realizadas no corrente ano, a escolha dos candidatos será feita pelas convenções nacional ou regionais, conforme o caso, e, para as eleições diretas, pelas Comissões Diretoras Regionais, ressalvado o que for disposto nos estatutos das organizações com atribuições de partidos políticos, em relação à escolha dos candidatos que integrem sublegendas.

Parágrafo único. A escolha de candidatos a prefeito, vice-prefeito, vereador e juiz de paz será feita pelas Comissões Diretoras Municipais, com homologação da Comissão Diretora Regional, ou não, na forma que for estabelecida nos estatutos das organizações com atribuições de partidos políticos.

Art. 4º Nas eleições que obedecerem ao sistema proporcional, a se realizarem no corrente ano, cada organização com atribuições de partido político poderá registrar tantos candidatos quantos forem os lugares a preencher, mais setenta e cinco por cento, desprezada a fração.

Art. 5º Acrescente-se ao Art. 9º do Ato Complementar nº 4º o seguinte parágrafo:

Parágrafo único. Nenhuma organização poderá, no entanto, concorrer com mais de três listas de candidatos.

Art. 6º Para efeito da obtenção do quociente eleitoral de cada Organização, somam-se os votos dados às sublegendas ou aos candidatos nelas inscritos.

§ 1º Os votos dados às sublegendas ou aos candidatos sob as mesmas inscritos, somam-se separadamente para o efeito de se apurar quantos quocientes eleitorais foram obtidos em cada sublegenda.

§ 2º Considerar-se-ão eleitos, na ordem da votação alcançada, dentre os inscritos em sublegendas, tantos quantos corresponderem aos quocientes eleitorais obtidos por cada uma delas.

§ 3º Ainda que a soma dos votos dos inscritos em uma sublegenda não alcance o quociente eleitoral, considerar-se-á eleito o inscrito que obtiver votos que o coloquem entre os mais votados da Organização e dentro do quociente partidário que a esta haja cabido, depois de preenchidos os lugares devidos às demais sublegendas.

§ 4º A sobra que couber à Organização será preenchida com observância do disposto no item 1º de Art. 109 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, na ordem da votação nominal das sublegendas.

§ 5º Havendo candidatos inscritos em sublegendas para a eleição de senador, somar-se-ão os votos das diversas listas de cada Organização, a fim de se apurar qual delas obteve a maioria de sufrágios.

§ 6º Considerar-se-á eleito o candidato da Organização que obtiver maior número de votos.

Art. 7º Somente poderá concorrer a eleições diretas candidato que esteja inscrito em Organização com atribuições de partidos políticos até noventa dias antes da data limite para registro de candidatos.

Parágrafo único. Para o fim previsto neste artigo, as Comissões Diretoras Nacional, Regionais e Municipais das Organizações com atribuições de partidos políticos manterão, nas respectivas sedes, livros de

registros partidários abertos e rubricados pelos Tribunais Superior Eleitoral, Regionais Eleitorais ou Juizes Eleitorais.

Art. 8º Aplica-se aos Deputados Estaduais o disposto no artigo 20 do Ato Complementar nº 4.

Art. 9º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

ATO COMPLEMENTAR Nº 8

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Além dos casos previstos no Ato Complementar nº 5, poderá, ainda, ser decretada pelo Presidente da República a intervenção nos Municípios, enquanto não se realizarem as primeiras eleições para Prefeito e Vereadores e conseqüente investidura nesses cargos.

§ 1º O Interventor exercerá, cumulativamente, com as de Prefeito, as atribuições que, de acôrdo com a Lei Orgânica dos Municípios e legislação estadual respectiva, competirem à Câmara Municipal.

§ 2º Quando não houver Lei Orgânica comum a todos os Municípios, reger-se-á o Município nôvo pela daquele donde sua sede fôr oriunda.

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de março de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

III — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 2 — DE 14 DE
JANEIRO DE 1966

Autoriza a requisição de bens ou serviços essenciais ao abastecimento da população : dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30, do Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965, e ouvido o Conselho de Segurança Nacional, resolve baixar o seguinte Decreto-Lei:

Art. 1º A Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), na qualidade de órgão incumbido de aplicar a legislação de intervenção do Estado no domínio econômico, poderá, quando assim exigir o interesse público, requisitar bens ou serviços essenciais ao abastecimento da população.

§ 1º Os proprietários dos bens ou serviços requisitados na forma deste artigo serão indenizados em dinheiro, de acordo com os preços previamente fixados pela Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), com base no comportamento normal do mercado.

§ 2º Das decisões da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), tomadas nos termos deste artigo, caberá recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, sem efeito suspensivo, para a Comissão de Coordenação Executiva do Abastecimento.

Art. 2º As autoridades federais, estaduais e municipais emprestarão à Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) a colaboração que lhes for solicitada para o fiel cumprimento deste Decreto-Lei.

Art. 3º O não cumprimento das obrigações estabelecidas no art. 2º e a oposição de quaisquer dificuldades ou embaraços à consecução dos objetivos do presente Decreto-Lei, bem como a infração aos dispositivos da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, serão processados e julgados pela Justiça Militar, na forma da legislação processual vigente, sujeitando os infratores ou os responsáveis às sanções previstas no art. 13, da Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953.

Art. 4º Será cometida aos governos dos Estados, dos Territórios Federais, dos Municípios e do Distrito Federal, a responsabilidade de executar as normas estabelecidas em resolução e demais atos baixados pela Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), em como aplicar as sanções neles previstas e fiscalizar o seu cumprimento, dentro dos respectivos limites territoriais.

§ 1º A Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) complementará a ação executiva e fiscalizadora de que trata este artigo, nos termos do art. 35, inciso III, do Decreto nº 51.620, de 13 de dezembro de 1962.

§ 2º O cumprimento do disposto no "caput" deste artigo é condição para a concessão de quaisquer favores ou assistência, inclusive financeira, por parte do Governo Federal.

Art. 5º Os Estados e Municípios que isentarem de tributos, na forma do parágrafo 2º, do art. 12, da Emenda Constitucional nº 18, a venda a varejo, diretamente ao consumidor, de gêneros de primeira necessidade, terão prioridade no recebimento da

assistência financeira do Governo Federal, de que trata a Lei nº 4.770, de 15 de setembro de 1965.

Art. 6º Mediante autorização do Conselho Monetário Nacional, os limites de financiamentos dos produtos de que trata a Lei nº 1.506, de 19 de dezembro de 1951, com a redação dada pelo art. 1º da Lei Delegada nº 2, de 28 de setembro de 1962, poderão atingir, no máximo, a importância que seria paga pela compra dos mesmos produtos, calculada esta conforme o disposto no art. 6º da referida Lei Delegada nº 2.

Art. 7º Quando verificada a escassez ou elevação anormal de preços de mercadorias essenciais ao suprimento do mercado interno, fica o Ministro da Fazenda, mediante representação fundamentada da SUNAB e independentemente do disposto na Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, autorizado a reduzir ou a eliminar o imposto de importação e a taxa de despacho aduaneiro incidentes sobre as referidas mercadorias, bem como a conceder-lhes o tratamento da categoria geral para sua importação.

Art. 8º Estende-se ao exercício financeiro de 1967, o disposto no art. 4º da Lei nº 4.683, de 3 de junho de 1965, tendo por base a evolução de preços no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1966.

Art. 9º O Conselho Monetário Nacional e autorizado a baixar no as instituições financeiras, visando a restringir o crédito às empresas que a Comissão Nacional de Estimulo e Estabilização de Preços (CONEP) constatar estarem aumentando os preços de venda no mercado interno a uma taxa mensal média superior ao limite a que se refere o artigo anterior.

Art. 10. O Ministro da Viação e Obras Públicas adotará as medidas indispensáveis à concretização das providências objetivadas por este Decreto-Lei no tocante às entidades e órgãos sob sua jurisdição, no sentido de racionalizar as estruturas operacionais dos sistemas de transportes terrestres e hidroviários e de disciplinar atividades e remunerações de portuários, marítimos, ferroviários e classes conexas, com vistas à estabilidade do custo de vida.

Art. 11. O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de janeiro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães
Zúmar de Araripe Macedo
Decio Escobar
A.B.L. Castello Branco
Octávio Gouveia de Bulhões
Juarez Távora
Ney Braga
Pedro Aleixo
Walter Peracchi Barcellos
Eduardo Gomes
Raymundo de Brito
Paulo Egydio Martins
Maurc Thibau
Sebastião de Sant'Anna e Silva
Oswaldo Cordeiro de Farias

DECRETO-LEI Nº 3 — DE 27 DE JANEIRO DE 1966

Disciplina as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias; altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

Considerando que os serviços portuários e conexos e a atividade dos órgãos sindicais a eles vinculados envolvem aspectos que dizem respeito à segurança nacional;

Considerando que é de grande importância a inadiável recuperação econômica dos serviços portuários, com o cumprimento fiel da legislação ora em vigor;

Considerando que as diversas medidas para corrigir as distorções havidas nesse setor de trabalho não têm proporcionado resultados eficazes que a conjuntura atual exige;

Considerando que é imperioso disciplinar as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias;

Considerando, finalmente, o que dispõe o art. 10 do Decreto-lei n.º 2, de 14 de janeiro de 1966, resolve:

Baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1.º O trabalho na área portuária será dado preferencialmente ao trabalhador sindicalizado.

Art. 2.º Todo trabalhador das áreas portuária e marítima terá necessariamente matrícula profissional na Delegacia do Trabalho Marítimo, sendo vedado o exercício de qualquer atividade a quem não dispuser de tal registro.

Art. 3.º O Ministro do Trabalho e Previdência Social, em face da representação do Delegado do Trabalho Marítimo, poderá suspender ou cassar a matrícula profissional do trabalhador portuário ou marítimo, como decorrência da prática ou exercício de atividades contrárias ao interesse nacional.

§ 1.º O Delegado do Trabalho Marítimo poderá suspender, preventivamente, a matrícula profissional, com recurso, *ex officio*, para o Ministro do Trabalho e Previdência Social.

§ 2.º Ao encaminhar o recurso, o Delegado do Trabalho Marítimo no prazo de até 5 (cinco) dias úteis instruirá o processo com os elementos informativos necessários ao julgamento da autoridade superior.

§ 3.º A suspensão máxima independentemente de inquérito será de 90 (noventa) dias, aplicada pelo Ministro.

Art. 4.º Para efeito de cassação da matrícula e no caso de estabilidade, será instaurado inquérito administrativo na Delegacia do Trabalho Marítimo, assegurado o direito de defesa do acusado e fixado o prazo de 60 (sessenta) dias para a sua conclusão.

§ 1.º Ao determinar a suspensão, o Delegado do Trabalho Marítimo, se for o caso, mandará desde logo instaurar o inquérito administrativo.

§ 2.º O Ministro de Estado terá 30 (trinta) dias para proferir sua decisão.

Art. 5.º As Administrações do Porto, no que se relaciona a portuários, e o Delegado do Trabalho Marítimo, para as demais categorias, fixarão quantitativamente os quadros dos trabalhadores necessários a cada uma das

atividades profissionais nas áreas portuárias, obedecidas as normas e exigências legais e a conveniência da redução do custo das operações portuárias.

§ 1.º Ao Delegado do Trabalho Marítimo compete *fiscalizar* os trabalhos de carga e descarga e a movimentação das mercadorias nos trapiches e armazéns, fixando o número necessário de trabalhadores para o respectivo serviço.

§ 2.º Ante a necessidade do serviço, o Delegado do Trabalho Marítimo poderá solicitar, de outros órgãos da administração pública, civil e militar, a colaboração do pessoal que se fizer necessária ao desempenho de suas funções.

Art. 6.º As entidades estivadoras requisitarão, diretamente, dos sindicatos respectivos, os trabalhadores indispensáveis à execução dos serviços, cuja escassez obedecerá, rigorosamente, ao critério de rodízio, para que haja, assim, uma equitativa divisão do trabalho por todos os trabalhadores matriculados.

Parágrafo único. Ao Delegado do Trabalho Marítimo compete controlar e fiscalizar, efetivamente, a observância do critério de rodízio.

Art. 7.º Haverá, junto às administrações portuárias, um Inspetor subordinado ao Delegado do Trabalho Marítimo a quem incumbirá verificar o cumprimento das normas legais e promover a disciplina na realização do trabalho nas áreas marítima e portuária.

Art. 8.º As contribuições de previdência social, quota de previdência e ônus fiscais que recaírem sobre as remunerações de trabalhadores da orla marítima ou portuária serão recolhidas diretamente pelos usuários dos serviços.

Art. 9.º As guardas portuárias, como forças de policiamento, ficam subordinadas aos Capitães dos Portos, vedada aos seus integrantes toda e qualquer vinculação ou atividade de caráter sindical.

§ 1.º Ao concessionário caberá a responsabilidade de rotina na escalação, emprego e movimentação do pessoal da guarda.

§ 2.º A Guarda Portuária continuará sendo paga pelos concessionários,

devendo, para tanto, o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no cálculo das tarifas, prever os necessários recursos.

Art. 10. Ao art. 472 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943), acrescentem-se os seguintes parágrafos:

“§ 3º Ocorrendo motivo relevante de interesse para a segurança nacional, poderá a autoridade competente solicitar o afastamento do empregado do serviço ou do local de trabalho, sem que se configure a suspensão do contrato de trabalho.”

“§ 4º O afastamento a que se refere o parágrafo anterior será solicitado pela autoridade competente diretamente ao empregador, em representação fundamentada, com audiência da Procuradoria Regional do Trabalho, que providenciara desde logo a instalação do competente inquérito administrativo.”

“§ 5º Durante os primeiros 90 (noventa) dias desse afastamento, o empregado continuará percebendo sua remuneração.”

Art. 11. Será considerado atentatório à segurança nacional, afora outros casos definidos em lei:

a) Instigar, preparar, dirigir ou ajudar a paralisação de serviços públicos concedidos ou não ou de abastecimento;

b) Instigar, publicamente ou não, desobediência coletiva ao cumprimento de lei de ordem pública.

Art. 12. Ao art. 482, da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943) inclua-se o seguinte parágrafo único.

“Parágrafo único — Constitui igualmente justa causa para dispensa de empregado, a prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional”.

Art. 13. O art. 528 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a ter a seguinte redação:

“Art. 528. Ocorrendo dissídio ou circunstâncias que perturbem o funcionamento de entidade sin-

dical ou motivos relevantes de segurança nacional, o Ministro do Trabalho e Previdência Social poderá nela intervir, por intermédio de Delegado ou de Junta Interventora, com atribuições para administrá-la e executar ou propor as medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento.”

Art. 14. O Poder Executivo baixará os decretos e demais atos necessários ao cumprimento do presente Decreto-lei.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, entrando este Decreto-lei em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de janeiro de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Zilmar de Araripe Macedo

Décio Escobar

Juracy Magalhães

Octavio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

Ney Braga

Pedro Aleixo

Walter Peracchi Barcellos

Eduardo Gomes

Raymundo de Britto

Paulo Egydio Martins

Mauro Thibau

Roberto Campos

Oswaldo Cordeiro de Farias

DECRETO-LEI N.º 4 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1966

Regula a ação de despejo de prédios não residenciais e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30 do Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965; e

Considerando que o art. 30 do Ato Institucional nº 2, confere ao Presidente da República competência para expedir decretos-leis sobre matéria de segurança nacional;

Considerando que a outorga de tal competência impõe ao Executivo o dever de editar as normas essenciais ao resguardo da tranquilidade pública;

Considerando a extensão das relações derivadas da locação, que atinjam à maioria da população nacional, resultando disso que qualquer incerteza ou perplexidade sobre os aspectos jurídicos ligados à cessação do arrendamento ou à desocupação de prédios pode acarretar intranquilidade social;

Considerando que o Congresso Nacional, votando o projeto que se converteu na Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, entre outros estímulos que considerou dever dar à construção de imóveis, determinou que as locações para fins não residenciais não abrangidas pelo Decreto nº 24.150, de 1934, passariam a ser regidas pelo Código Civil;

Considerando que o preceito é salutar como decisivo estímulo às inversões imobiliárias, mas que a remissão ao sistema do Código Civil exige se edite lei regulando a ação processual cabível para os casos de retomada de imóvel não residencial, ou de divergência na fixação do novo aluguel, uma vez que o Código Civil, a que se reporta a nova lei, foi promulgado quando vigiam leis processuais locais;

Considerando que há um hiato na legislação processual adequada e que se gerou seria perplexidade no Judiciário, quanto à natureza da ação cabível para aplicação da nova lei;

Considerando a urgência da promulgação de uma norma legal que ponha fim ao estado de incerteza e restitua a tranquilidade social a que está intimamente ligado o conceito de segurança nacional, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º As locações para fins não residenciais serão regidas pelo Código Civil ou pelo Decreto nº 24.150, de 20 de abril de 1934, conforme o caso, admitida a correção monetária dos aluguéis na forma e pelos índices que o contrato fixar ou, na falta de estipulação contratual, por arbitramento judicial, de dois em dois anos.

Art. 2º Na hipótese de não ser proposta a ação renovatória de locações regidas pelo Decreto nº 24.150, de 20 de abril de 1934, no prazo legal, as condições da renovação, bem como a fixação e a revisão do aluguel se subordinarão ao Código Civil, ressalvado ao locador o direito de retomada do imóvel.

Art. 3º Na retomada do imóvel, por não convir ao locador continuar a locação, ajustada ou prorrogada, por tempo indeterminado, o locatário, notificado, tem o prazo de 3 (três) meses para o desocupar, se for urbano, e, se rústico, o de 6 (seis) meses.

Parágrafo único. Se, notificado, o locatário não restituir o prédio, pagará, enquanto o tiver em seu poder, o aluguel que o locador arbitrar, cujo valor máximo não poderá, entretanto, exceder o valor da correção monetária do aluguel, calculada, a partir do início desse aluguel, de acordo com os índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia.

Art. 4º Nas locações para fins não residenciais excluídas do regime do Decreto nº 24.150, de 20 de abril de 1934, caberá ação de despejo:

I — Findo o prazo contratual (Código Civil, art. 1.194);

II — Se o locatário infringir obrigação legal ou contratual;

III — Se, na locação por tempo indeterminado, o locatário, notificado, não restituir o prédio alugado dentro em três meses, se for urbano, ou dentro em seis meses, se rústico (art. 3º);

IV — No caso de morte do locatário, sendo a locação por tempo indeterminado;

V — Se, rescindida amigavelmente a locação, permanecerem sublocatários no prédio (Código Civil, artigo 1.203);

VI — Se o prédio for alienado, não estando o adquirente obrigado a respeitar a locação, obedecido o disposto no art. 1.197, parágrafo único, do Código Civil;

VII — Se, em curso o prazo estipulado à duração do contrato, o locador ressarcir ao locatário as perdas e danos resultantes (Código Civil, artigo 1.193, parágrafo único).

Parágrafo único. Nas locações amparadas pelo Decreto nº 24.150, de 20 de abril de 1934, só caberá ação de despejo com fundamento nos incisos II e VI deste artigo.

Art. 5º Contestada, a ação prosseguirá com rito ordinário; se não o for, os autos serão conclusos ao Juiz para sentença.

Parágrafo único. Quando a ação se fundar em falta de pagamento do aluguel e o réu não a contestar no prazo de 5 (cinco) dias, o Juiz decretará o despejo.

Art. 6º Se a ação de despejo tiver por fundamento a falta de pagamento do aluguel arbitrado pelo locador na conformidade do parágrafo único do art. 3º deste Decreto-lei, o Juiz, contestado o pedido, fixará previamente o novo aluguel (Código de Processo Civil arts. 254 a 258), e o homologará por sentença.

§ 1º Será dispensada pericia, para efeito da fixação de que trata este artigo, se o locador aceitar como novo aluguel o resultante da aplicação do índice de correção monetária fixado pelo Conselho Nacional de Economia, ao aluguel primitivo.

§ 2º Enquanto não homologado o novo aluguel, pagará o locatário o aluguel anterior ao arbitrado pelo autor, ou o depositará à disposição do Juiz, na respectiva ação.

§ 3º A sentença que homologar o novo aluguel, assinará ao réu o prazo de 5 (cinco) dias para pagar ao locador a diferença, se houver, a contar da citação inicial, ou depositá-la à disposição do Juiz.

§ 4º Efetuado o pagamento ou o depósito no prazo assinado, o Juiz julgará extinta a ação, e, em caso contrário, decretará o despejo do réu.

§ 5º O aluguel arbitrado pelo locador nos termos do parágrafo único do art. 3º deste Decreto-lei, só poderá ser cobrado judicialmente após homologado pelo Juiz, nos termos dos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 7º Se além da falta de pagamento do aluguel arbitrado pelo loca-

dor a ação tiver outro fundamento, proceder-se-á na forma prevista no art. 5º.

Parágrafo único. Caso o locatário efetue o pagamento ou o depósito no prazo assinado, conforme dispõe o § 4º do art. 6º deste Decreto-lei, a ação prosseguirá com o rito ordinário, pelo outro fundamento.

Art. 8º Da sentença que julgar a ação (Código de Processo Civil, artigo 820), caberá apelação com efeito suspensivo, salvo se fundada em falta de pagamento do aluguel e no caso previsto no art. 4º, nº VI, respeitado o disposto no art. 839 do Código de Processo Civil.

Art. 9º A execução da sentença que decretar o despejo obedecerá ao disposto nos arts. 352 e 353 do Código de Processo Civil.

Art. 10. São extensivas às locações dos prédios urbanos de qualquer natureza cujo "habite-se" seja posterior a 30 de novembro de 1965, as disposições deste Decreto-lei relativas à ação de despejo e respectivo processo, bem como ao prazo de notificação prevista no art. 3º.

Art. 11. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, e será aplicado aos processos em curso, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de fevereiro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

IV — DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1966

Aprova o Acôrdo Comercial assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Libéria, em Monróvia, a 13 de maio de 1965.

Art. 1º É aprovado o Acôrdo Comercial assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Libéria, em Monróvia, a 13 de maio de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 12 de fevereiro de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1966

Determina o registro pelo Tribunal de Contas do contrato-escritura de compra e venda — celebrado, em 23 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Barth Annoni & Cia. Ltda.

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o contrato-escritura de compra e venda celebrado, em 23 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e Barth Annoni & Cia. Ltda., como outorgada compradora, relativamente a terras situadas na propriedade denominada Peperi-Chaçecó, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de março de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 66, nº I da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 1966

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural assinado entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República de Costa Rica, em São José, a 19 de novembro de 1964.

Art. 1º É aprovado o Convênio de Intercâmbio Cultural assinado entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República de Costa Rica, em São José, a 19 de novembro de 1964.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de março de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 66, nº I da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 1966

Aprova o texto do Protocolo Adicional, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1963, ao Acôrd de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Bulgária, em 21 de abril de 1961.

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo Adicional, assinado no Rio de Janeiro em 16 de dezembro de 1963, ao Acôrd de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Bulgária, em 21 de abril de 1961.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de março de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 66, nº I da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, de 1966

Aprova o Acôrd Sanitário entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o da República do Peru, firmado em Lima, em 16 de julho de 1965

Art. 1º É aprovado o Acôrd Sanitário entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Peru, firmado em Lima, em 16 de julho de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de março de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo, de 19 de novembro de 1958, de rescisão amigável do contrato, de 30 de dezembro de 1950, celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Byington & Cia.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas, de 26 de dezembro de 1958, denegatório de registro a termo de 19 de novembro de 1958, de rescisão amigável do contrato, de 30 de dezembro de 1950, celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Byington & Cia., para radio-freqüência.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de março de 1966.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro de Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

de 1951, denegatório de registro ao termo de contrato celebrado, em 15 de

DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo de contrato celebrado, em 15 de agosto de 1951, entre o Governo Federal e Geraldo Amaro da Silva e sua mulher Raymunda Alexandre da Silva.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas, de 27 de dezembro agosto de 1951, entre o Governo Federal e Geraldo Amaro da Silva e sua mulher Raymunda Alexandre da Silva, para fins de irrigação agrícola da propriedade, denominada "Bugi", situada no município de Iguatu, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de março de 1966.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

V — LEIS

LEI Nº 4.927 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 110.000.000 (cento e dez milhões de cruzeiros), destinado à construção de nova sede para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 110.000.000 (cento e dez milhões de cruzeiros), destinado à construção de uma nova sede para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de fevereiro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELO BRANCO
Octávio Gouveia de Bulhões.
Pedro Aleixo.

LEI Nº 4.928 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado à aquisição de um imóvel para a instalação da Central Telex, do Centro de Triagem Postal, e de uma agência em Curitiba, Estado do Paraná.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do Departamento dos Correios e Telégrafos, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado à aquisição de um imóvel para a instalação da Central Telex, do Centro de Triagem Postal, e de uma agência na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de fevereiro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELO BRANCO
Octávio Gouveia de Bulhões
Juarez Távora

LEI Nº 4.929 --- DE 18 DE FEVEREIRO DE 1966

Prorroga os prazos de validade dos concursos, em vigor, para o provimento dos cargos públicos da União e das autarquias federais

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os prazos de validade dos concursos, em vigor, para provimento dos cargos públicos da União e das autarquias federais, que ainda não tenham sido prorrogados, ficam aumentados de mais 2 (dois) anos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Zilmar de Araripe Macedo

Decio de Escobar

Juracy Magalhães

Octávio Bulhões

Juarez Távora

Ney Braga

Pedro Aleixo

Eduardo Gomes

Raymundo de Britto

Walter Peracchi Barcellos

Paulo Egydio Martins

Mauro Thibau

Roberto Campos

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.930 — DE 9 DE MARÇO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 11.000.000.000 (onze bilhões de cruzeiros), destinado a atender a despesas de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 11.000.000.000 (onze bilhões de cruzeiros), destinado a aten-

der a despesas de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, criado pelo Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, e modificado pelo Decreto nº 57.276, de 17 de novembro de 1965, com vigência em 2 (dois) exercícios.

Art. 2º. Os encargos decorrentes da aplicação desta lei serão atendidos pela venda de "Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional".

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de março de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 4.931 — DE 9 DE MARÇO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 99.807.000 (noventa e nove milhões oitocentos e sete mil cruzeiros), destinado a atender a despesas que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 99.807.000 (noventa e nove milhões, oitocentos e sete mil cruzeiros), destinado a atender a despesas de viagem e estada no exterior de representantes daquele Ministério que participaram das Reuniões específicas da Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), no exercício de 1965, bem como as decorrentes de convocações que forem feitas ao Brasil, em 1966, por aquela Associação ou outras instituições.

Art. 2º. O crédito especial de que trata esta Lei será registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de março de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

LEI Nº 4.932 — DE 9 DE MARÇO
DE 1966

Isenta dos impostos de importação e de consumo materiais importados pela Dominium S. A., destinados à fabricação de café solúvel.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo

para os materiais, constantes do Certificado de Cobertura Cambial número 18-65/36810, importados pela Dominium S.A. e destinados à fabricação de café solúvel.

Art. 2º. A isenção concedida não abrange material com similar nacional.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 9 de março de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

LEI Nº 4.933 — DE 9 DE MARÇO
DE 1966

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para 4 (quatro) empilhadeiras importadas pela Lamport & Holt Navegação S.A.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, dispensada a cobertura cambial, para 4 (quatro) empilhadeiras importadas pela Lamport & Holt Navegação S.A., conforme licença número DG-62/2028-2535, da Carteira de Comércio Exterior.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de março de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

LEI Nº 4.934 — DE 16 DE MARÇO DE 1966

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Telefônica de Piracicaba, Estado de São Paulo

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento telefônico constante dos certificados de cobertura cambial nºs DG-65/17.017 e DG-65/21.861, importados pela Telefônica de Piracicaba S. A., concessionária dos serviços públicos de telefones da Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de março de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.935 — DE 17 DE MARÇO DE 1966

Autoriza a abertura de créditos especiais que determina, no total de Cr\$ 6.282.077.127,50 (seis bilhões duzentos e oitenta e dois milhões setenta e sete mil cento e vinte e sete cruzeiros e cinquenta centavos).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelos Ministérios e Órgãos indicados, créditos especiais no total de Cr\$ 6.282.077.127,50 (seis bilhões duzentos e oitenta e dois milhões setenta e sete mil cento e vinte e sete cruzeiros e cinquenta centavos), discriminados nos Anexos que fazem parte integrante da presente lei:

	Cr\$	Cr\$
<i>Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica</i>		
Para atender despesas diversas conforme quadro anexo		802.800,00
<i>Ministério da Educação e Cultura</i>		
Para atender despesas diversas conforme quadros anexos	454.699.663,80	
Para atender à regularização de despesas realizadas conforme quadros anexos	519.613.974,70	974.313.638,50
<i>Ministério da Fazenda</i>		
Para atender despesas diversas conforme quadros anexos	104.700,00	
Para atender despesas com fins especiais, conforme quadros anexos	1.049.617.586,20	
Para atender à regularização de despe-		

sas realizadas conforme quadros anexos	2.452.991.862,50	3.502.714.148,70
<i>Ministério da Guerra</i>		
Para atender despesas com fins especiais, conforme quadros anexos		82.621.796,70
<i>Ministério da Marinha</i>		
Para atender à regularização de despesas realizadas, conforme quadro anexo		648.168.053,70
<i>Ministério da Saúde</i>		
Para atender despesas diversas conforme quadro anexo		1.633.738,80
<i>Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio</i>		
Para atender despesas diversas conforme quadros anexos	119.306.124,80	
Para atender despesas com fins especiais, conforme quadros anexos	952.516.826,30	1.071.822.951,10
		<u>6.282.077.127,50</u>

Art. 2º Serão automaticamente registrados e distribuídos ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas, os créditos de que trata o art. 1º desta lei, para atender à regularização de despesas realizadas ou para atender despesas com fins especiais, conforme indicações constantes dos quadros anexos à presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Zilmar de Araripe

Arthur da Costa e Silva

Octávio Gouveia de Bulhões

Pedro Aleixo

Walter Peracchi Barcellos

Raymundo de Brito

Mauro Tribau

Os anexos a que se refere o texto foram publicados no D.O. de 21-3-66.

LEI Nº 4.936 -- DE 17 DE MARÇO DE 1966

Cria o "Fundo da Propriedade Industrial" (F.P.I.), e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É instituído, no Ministério da Indústria e do Comércio, um Fundo de natureza contábil, denominado "Fundo da Propriedade Industrial"

(F.P.I.), destinado a manter, aumentando-lhes a eficiência, os serviços técnicos e administrativos referentes à proteção da propriedade industrial.

Art. 2º Constituirão recursos do Fundo da Propriedade Industrial:

I — dotação orçamentária correspondente à estimativa do produto das taxas, anuidades, multas e contribuições cobradas pelo Departamento Nacional da Propriedade Industrial;

II — outras dotações orçamentárias específicas ou créditos especiais;

III — juros de depósitos bancários do Fundo da Propriedade Industrial ou de operações financeiras por ele realizadas;

IV — outras receitas que lhe forem destinadas ou que resultem das atividades do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Art. 3º Os recursos do Fundo da Propriedade Industrial destinam-se, especificamente:

I — até 30% (trinta por cento), ao custeio das despesas com pessoal temporário, que desempenhe atividade de natureza técnica, sujeito à legislação trabalhista;

II — à aquisição e reparo de equipamentos e instalações;

III — à aquisição de material, tanto permanente como de consumo e transformação;

IV — ao aparelhamento e ampliação da biblioteca e serviço de documentação;

V — ao custeio de outras despesas relativas à propriedade industrial.

Art. 4º A aplicação dos recursos a que se refere o art. 3º desta lei será feita de acordo com plano submetido pelo Ministro da Indústria e do Comércio, à aprovação do Presidente da República.

Art. 5º Os recursos do Fundo da Propriedade Industrial serão depositados em conta especial, no Banco do Brasil S/A, em nome do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, a ser movimentada na forma que dispuser o regulamento da presente lei.

§ 1º Os saldos verificados no fim de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

§ 2º As dotações orçamentárias do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, excluídas as relativas às despesas a que se refere o art. 6º, não utilizadas até a data da publicação desta lei, serão transferidas ao Fundo da Propriedade Industrial, mediante crédito em conta no Banco do Brasil S/A, e ser efetuado pelo Ministério da Fazenda.

Art. 6º As despesas decorrentes de vencimentos e vantagens do pessoal permanente, lotado no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, continuarão a ser custeadas com os recursos próprios do Orçamento-Geral da União, correndo todas as outras despesas à conta do Fundo da Propriedade Industrial.

Art. 7º As despesas efetuadas por conta dos recursos do Fundo da Propriedade Industrial serão registradas "a posteriori" pelo Tribunal de Contas, cabendo ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial prestar contas de sua gestão financeira àquele Tribunal, até 30 de abril de cada ano.

Art. 8º No anexo II, nº V, da Lei nº 4.505, de 30 de novembro de 1964, são incluídas ainda as seguintes taxas:

22 — Pedido de restauração de marca e assemelhados	15 000
23 — Taxa suplementar por classes nos depósitos de pedidos de registro de títulos de estabelecimentos, insignia, frase de propaganda, e semelhantes que excederem de três classes	1 000
24 — Interposição de oposição, impugnação, pedido de reconsideração, aditamento e réplica	5 000
25 — Réplica	2 000
26 — Recurso ao Ministro da Indústria e do Comércio	15 000

Art. 9º O Departamento Nacional da Propriedade Industrial poderá admitir estagiários, recrutados entre estudantes das escolas superiores, para auxiliarem na execução de trabalhos de natureza técnico-científica, mediante contrato de trabalho, nos termos da legislação trabalhista.

Parágrafo único. Poderá o Departamento Nacional da Propriedade Industrial firmar convênios de colaboração mútua com entidades de grau superior, públicas ou privadas, para execução dos serviços mencionados neste artigo.

Art. 10. É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), destinado a integrar os recursos iniciais do Fundo da Propriedade Industrial, na forma do art. 2º desta lei.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo terá vigência nos exercícios de 1965 e 1966 e será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1966; 145ª da Independência e 78ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Fialhoes

Paulo Egydio Martins

LEI Nº 4.937 — DE 18 DE MARÇO
DE 1966

*Altera dispositivos da Lei nº 4.284, de
20 de novembro de 1963.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Os ex-congressistas que contem no mínimo 8 (oito) anos de mandato poderão contribuir para o Instituto de Previdência dos Congressistas, devendo pagar os 8 (oito) anos da carência necessária para o gozo dos benefícios, de uma só vez, ou em 8 (oito) prestações mensais, acrescidas de juros, na base do subsídio fixo em vigor na data dos pagamentos. O prazo para os atuais ex-congressistas requererem sua inscrição expira em um ano após a data desta Lei.

§ 1º O congressista e os ex-congressistas só terão direito à pensão se houverem cumprido, no mínimo 8 (oito) anos de mandato, ressalvado o caso de invalidez causada por acidente ou moléstia no serviço.

§ 2º O prazo de exercício do mandato exigido neste artigo e no parágrafo anterior não atinge os congressistas desta Legislatura, que já exer-

ceram o mandato até esta data, os quais poderão solver o resto da carência, na base do subsídio vigorante na data da concessão do benefício.

§ 3º A requerimento de parlamentar e ex-parlamentar, será computado, para todos os efeitos legais, o tempo em que o congressista exerceu mandato estadual até o máximo de 8 (oito) anos.

§ 4º Para o imediato gozo da concessão do § 3º, deste artigo, deverá o interessado recolher as contribuições devidas, em 8 (oito) prestações mensais, na base do subsídio federal vigente à época em que entrou em vigor a Lei que criou o I.P.C. prescrevendo este direito no prazo de 6 (seis) meses, a partir da data da publicação desta Lei, caso não seja pleiteado pelo interessado.

Art. 2º Poderão inscrever-se como assegurados do I.P.C. os funcionários do Congresso Nacional, desde que o requeiram dentro de 6 (seis) meses contados, para os já nomeados, da data da vigência desta Lei, e, para os nomeados posteriormente, a partir da data da posse no cargo.

Art. 3º É facultado aos parlamentares que não se reelegerem ou não concorrerem ao pleito, e que não quiserem ou não puderem, nos termos desta Lei, pagar o resto da carência,

receber as suas contribuições recolhidas e mais um abono de tantos meses quantos forem os anos de exercício do mandato, ou fração, na base da pensão mínima.

Parágrafo único. Os contribuintes facultativos que desistirem de pagar o resto da carência ou cancelarem sua inscrição no I.P.C. não poderão renovar-la.

Art. 4º Farão também parte da receita do I.P.C. as contribuições dos contribuintes pensionistas no valor de 7% (sete por cento) da pensão, que serão mensalmente da mesma descontadas.

Art. 5º A pensão aos ex-congressistas é proporcional aos anos de mandato, à razão de 1/30 (um trinta avos) por ano não podendo ser inferior à quarta parte do subsídio fixo nem a ele superior. A pensão atribuída aos ex-funcionários obedece à mesma proporção, segundo os vencimentos-base de posto ocupado no fim da atividade, computado apenas o tempo de serviço prestado às duas Casas Legislativas, como servidores integrantes de seus quadros, vedada a contagem de tempo em dobro e nunca poderá exceder o valor do subsídio fixo dos Congressistas.

§ 1º A pensão, em qualquer hipótese, fica subordinada ao recolhimento das contribuições correspondentes a 8 (oito) anos e, no caso de o término do mandato ou a aposentadoria ocorrer antes do pagamento do total da carência, o restante será pago na base do subsídio ou dos vencimentos básicos na data da concessão do benefício.

§ 2º No caso de afastamento temporário do Congressista, para o exercício de outra função compatível com o mandato, não podendo haver o desconto em folha do Congresso o associado pagará integralmente a sua contribuição e a da Câmara a que pertencer, correspondentes ao tempo de afastamento.

Art. 6º As letras "b" e "e" e os parágrafos 1º e 2º do art. 8º da Lei nº 4.284 de 20 de novembro de 1963, passam a vigorar com a seguinte redação:

"b) em caso de morte, pensão de 50% (cinquenta por cento) correspondente à que caberia, na época do fa-

lecimento do contribuinte, atualizável nos termos do art. 11, acrescida de tantas parcelas iguais, cada uma de 10% (dez por cento) do valor básico acima estabelecido, quantos forem os dependentes com direito a pensão, até o máximo de 5 (cinco) e deferida na seguinte ordem:

I — ao cônjuge sobrevivente e filhos de qualquer condição;

II — à pessoa do sexo masculino menor ou incapaz, ou do sexo feminino, menor, solteira, desquitada ou viúva, ou incapaz, e que vivam sob a dependência econômica do contribuinte."

"e) seguro de vida coletivo em favor de todos os contribuintes, equivalente a 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente.

§ 1º O contribuinte solteiro, desquitado ou viúvo poderá destinar metade da pensão à pessoa que constituir beneficiária especial, distinta das pessoas constantes dos itens I e II.

§ 2º Salvo incapacidade, todos os beneficiários do I.P.C., de qualquer categoria, perderão o direito à pensão ao atingirem a maioridade e as beneficiárias, pelo casamento".

Art. 7º As pensões concedidas até a data desta Lei não gozarão do aumento constante do artigo anterior.

Parágrafo único. A pensão devida aos beneficiários do contribuinte falecido no exercício do mandato, cargo ou função, qualquer que seja o tempo de contribuição, é equivalente a 50% (cinquenta por cento) do subsídio fixo, vencimento ou salário, em vigor.

Art. 8º Em caso de morte do contribuinte ou pensionista contribuinte, o I.P.C. concederá o auxílio funeral correspondente a 1 (um) mês de subsídio fixo, vencimentos-base ou proventos, pago à pessoa que houver custeado as despesas dos funerais, desde que qualquer entidade pública não haja custeado tais despesas ou dado idêntico auxílio.

Art. 9º Sempre que o beneficiário se investir em mandato legislativo ou cargo eletivo político remunerado bem como em cargos de ministro, presidente de autarquia e de Sociedade de Economia Mista, perderá o direito ao recebimento da pensão durante o exercício do mandato ou cargo.

Art. 10. Se por motivo extraordinário ou de força maior o Congresso Nacional e os parlamentares associados do I.P.C. virem-se privados de contribuir na forma prevista nas alíneas a, b e c do art. 6º da Lei número 4.284, de 20 de novembro de 1963, a União ficará sub-rogada nas respectivas obrigações, bem como no que respeita ao pagamento dos benefícios constantes dos arts. 6º 7º e 8º desta Lei e da Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963.

Parágrafo único. No caso de receso ou impedimento do Congresso, ficam automaticamente prorrogados os mandatos de Presidente e dos membros do Conselho Deliberativo do I.P.C., até que seja possível a realização de novas eleições.

Art. 11. O presidente será substituído, em caso de ausência e impedimento, pelo membro mais idoso do Conselho, e no caso de morte, renúncia, incompatibilidade ou inelegibilidade, para o exercício do mandato popular, o seu substituto será eleito pelo Conselho, para o restante do período.

Art. 12. É permitida a reeleição do Presidente e dos membros do Conselho Deliberativo do I.P.C.

Art. 13. O pagamento dos pensionistas e outros credores poderá ser em cheque nominativo, ordem de crédito ou ordem de pagamento, visados pelo Presidente.

Art. 14. Fica o Instituto de Previdência dos Congressistas autorizado a conceder, mediante consignação em folha e garantias suplementares, empréstimos a seus contribuintes, respeitado o limite máximo das contribuições recolhidas e de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.

Art. 15. O Instituto de Previdência dos Congressistas poderá por si, ou em convênio, realizar e administrar obras assistenciais, desde que lhe sejam fornecidos os meios e recursos necessários, destinados especialmente a tais finalidades.

Parágrafo único. Com os novos recursos constantes deste artigo, o IPC criará um "Fundo Assistencial" distinto e separado da Previdência e aplicável de acordo com decisão do Conselho Deliberativo.

Art. 16. Estão isentos de todos os impostos e taxas inclusive a de previdência sobre juros, os bens negócios rendas, atos e serviços do IPC.

Art. 17. Dentro de 60 (sessenta) dias o Conselho Deliberativo baixará as normas necessárias à exata aplicação desta Lei.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de março de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Mem de Sá

LEI Nº 4.938 — DE 18 DE MARÇO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender às despesas relacionadas com o Comitê Provisório da Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, um crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender às despesas relacionadas com o Comitê Provisório da Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Parágrafo único. O crédito especial a que se refere esta Lei será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de março de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juracy Magalhães
Octávio Bulhões

APENSO

No "Apenso" dos volumes da "Coleção das Leis" figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, *Auro de Moura Andrade*, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

(*) DECRETO LEGISLATIVO Nº 100 — DE 1965

Determina o registro de contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros) celebrado entre a União Federal e o Estado do Pará, em 24 de maio de 1963.

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o contrato de empréstimo com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado do Pará, em 24 de maio de 1963.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 3 de dezembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 4.874 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza a doação, ao Hospital Evangélico da Bahia, de um lote de terreno, e dá outras providências.

(Publicada no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — de 6 e retificada no D. O. de 13.12.65).

Retificação

Na página 12.756, 4ª coluna, retifica-se em parte, por ter saído com incorreção, no D.O. de 13.12.65, onde se lê:

... Jardim Atlântica"...

Leia-se:

... Jardim Atlântida" ...

(*) Republicado por ter saído com incorreções no D.O. de 19-12-65.

LEI Nº 4.890 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região, e dá outras providências.

(Promulgação publicada no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — de 13.12.1965.)

Retificação

Na página 12.753, 1a. coluna, Art. 8º, onde se lê:
... ao Poder Judiciário ...

Leia-se:
... ao Poder Judiciário ...

LEI Nº 4.897 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Declara Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, Patrono da Nação Brasileira.

(Publicada no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 13.12.65.)

Retificação

Na página 12.755, 2a. coluna, entre as referendas:
Arthur da Costa e Silva e Octávio Bulhões — Inclua-se, por ter sido omitida: A.B.L. Castello Branco.

LEI Nº 4.902 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1965

Dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército.

(Publicada no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — de 20.12.65.)

Retificação

Na página 13.073, 3a. coluna, Art. 8º, alínea L)
Onde se lê:

... feita aos membros ...

Leia-se:

... feita dos membros ...

Na página 13.074, 4a. coluna, Art. 16, parágrafo 1º, onde se lê:
... e do modo ...

Leia-se:

... e de modo ...

Na página 13.075, 2a. coluna, Art. 28, alínea A), onde se lê:
... ou enfermidade nessa situação ...

Leia-se:

... ou enfermidade contraída nessa situação ...

Na mesma página, 3a. coluna, ainda no Art. 28, parágrafo 2º, onde se lê:

... nunca infeior...

Leia-se:

... nunca inferior ...

No § 1º do art. 41, onde se lê: ... e não tendo decorrido mais de 3 (três) de seu término ...; leia-se: ... e não tendo decorrido mais de 3 (três) anos de seu término ...

Na página 13.076, 2a. coluna, Art. 53, onde se lê:
... com o (ilegível) de Vencimentos dos Militares ...

Leia-se:

... com o Código de Vencimentos dos Militares ...

Na mesma página, 3a. coluna, na data, onde se lê:

BRASILIA, 17 de dezembro de 1965 ...

Leia-se:

Brasília, 16 de dezembro de 1965 ...

LEI Nº 4.904 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1965

Dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências.

(Publicada no *Diário Oficial* —
Seção I — Parte I — De 20 de
dezembro de 1965)

Retificação

Na página 13.077, 2ª coluna, art. 12,
parágrafo único, onde se lê:

... participar de reuniões...

Leia-se:

... participar em reuniões...

Na mesma página, 4ª coluna, artigo
27, onde se lê:

... de uns em outros órgãos...

Leia-se:

... de uns e outros órgãos...

LEI Nº 4.907 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1965

*Dispõe sobre o uso de cofres de carga
nos transportes de mercadorias*

(Publicada no *Diário Oficial* —
de 21 de dezembro de 1965 —
Parte I — Seção I)

Retificação

No § 2º do art. 6º, onde se lê:

... dos cofres e carga cheios...

Leia-se:

... dos cofres de carga cheios...

No parágrafo único do art. 7º, onde
se lê:

... em que o Estado (ilegível) deten-
tor...

Leia-se:

... em que o Estado seja detentor...

No art. 8º, onde se lê:
... crime de (ilegível) ou descami-
nho...

Leia-se:

... crime de contrabando ou desca-
minho...

LEI Nº 4.910 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1965

*Autoriza o Poder Executivo a abrir,
pelo Ministério das Relações Exte-
riores, o crédito especial de Cr\$...
10.000.000 (dez milhões de cruzei-
ros) para atender às despesas de-
correntes da viagem do Sr. Presi-
dente da República ao Chile.*

(Publicada no *Diário Oficial* —
Seção I — Parte I — De 22 de
dezembro de 1965)

Retificação

Na página 13.241, 1ª coluna, pará-
grafo único do art. 1º, onde se lê:
Parágrafo único. crédito especial...

Leia-se:

Parágrafo único. O crédito espe-
cial.

LEI Nº 4.912 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1965

*Autoriza o Poder Executivo a abrir
pelo Ministério das Relações Exte-
riores, o crédito especial de Cr\$...
10.000.000 (dez milhões de cruzei-
ros) para atender às despesas de-
correntes da visita ao Brasil do Pre-
sidente da República dos Estados
Unidos do México.*

(Publicada no *Diário Oficial* —
Seção I — Parte I — De 22 de
dezembro de 1965)

Retificação

Na página 13.241, 2ª coluna, na
ementa, onde se lê:

... atender às despesas...

Leia-se:

... atender às despesas...

LEI Nº 4.917 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1965

Isenta dos impostos de importação e de consumo, e de outras contribuições fiscais, os alimentos de qualquer natureza, e outras utilidades, adquiridos no exterior, mediante doação, pelas instituições em funcionamento no País, que se dedicam à assistência social.

(Publicada no *Diário Oficial* —
Seção I — Parte I — De 22 de
dezembro de 1965)

Retificação

Na página 13.242, 1ª coluna, no
preâmbulo, onde se lê:

... e eusanciono...

Leia-se:

... e eu sanciono...

No art. 3º, na 2ª coluna da mesma
página, onde se lê:

... quanto a natureza...

Leia-se:

... quanto à natureza...

Ainda na 2ª coluna, no parágrafo
único do art. 5º, onde se lê:

... pelo Conselho Nacional de Serviço
Social

Leia-se:

... pelo Conselho Nacional de Serviço
Social.

LEI Nº 4.918 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1965

*Autoriza o Poder Executivo a abrir
ao Ministério das Relações Exteriores
o crédito suplementar de Cr\$
614.000.000, para atender ao pagamento
da contribuição brasileira ao
Fundo Especial das Nações Unidas.*

(Publicada no *Diário Oficial* —
Seção I — Parte I — De 22 de
dezembro de 1965)

Retificação

Na página 13.242, 3ª coluna, artigo
1º, repita-se a dotação do Orçamento
Geral da União, por ter sido publicada
com omissões:

4.20.01 — Secretaria de Estado

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.2.0.0 — Transferências Correntes

3.2.1.0 — Subvenções Sociais

3.2.1.1 — Instituições Internacio-
nais

(Adendo A)

30) Fundo Especial das Nações Uni-
das...

Cr\$ 130.000.000"

Nas mesmas página e coluna, nas
assinaturas, onde se lê:

H. CASTELLO BRANCO

A. B. L. Castello Branco

Leia-se:

H. CASTELLO BRANCO

A. B. L. Castello Branco

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.919 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1965

*Autoriza o Poder Executivo a abrir,
pelo Ministério da Fazenda, o cré-
dito especial de Cr\$ 138.941.000 —
(cento e trinta e oito milhões, no-
vecentos e quarenta e um mil cru-
zetos), destinado ao pagamento de
ações preferenciais subscritas pelo
Tesouro Nacional no aumento de
capital da Companhia Vale do Rio
Doce.*

(Publicada no *Diário Oficial* —
Seção I — Parte I — De 22 de
dezembro de 1965)

Retificação

Na página 13.242, 4ª coluna, no
preâmbulo onde se lê:

... e eusanciono...

Leia-se:

... e eu sanciono...

Nas mesmas página e coluna, onde
se lê:

Brasília, 17 de dezembro de 1965; ...

Leia-se:

Brasília, 17 de dezembro de 1965;.

LEI Nº 4.920 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1965

*Autoriza o Poder Executivo a abrir,
ao Ministério das Minas e Energia,
o crédito especial de Cr\$
1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos
milhões de cruzeiros) para com-
plementação dos recursos destina-
dos à construção da "Usina Coaraci
Nunes", no Território Federal do
Amapá.*

(Publicada no *Diário Oficial* —
Seção I — Parte I — De 28 de
dezembro de 1965)

Retificação

Na página 13.465, 1ª coluna, na
ementa, onde se lê:

... do Amapá.

Leia-se:
... do Amapá.
Na 2ª coluna, onde se lê:
O crédito de que trata...
Leia-se:
Art. 2º O crédito de que trata..

... Companhia de Navegação Cos-
teira,...
Leia-se:
... Companhia Nacional de Navega-
ção Costeira,...

LEI Nº 4.922 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1965

LEI Nº 4.921 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1965

Estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira, e dá outras providências.

(Publicada no *Diário Oficial* —
Seção I — Parte I — De 28 de
dezembro de 1965)

Retificação

Na página 13.465, 1ª coluna, na
ementa, onde se lê:

Retifica, sem ônus para a União, a Lei nº 4.539, de 1º de dezembro de 1964, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1965.

(Publicada no *Diário Oficial* —
Seção I — Parte I — De 29 de
dezembro de 1965)

Retificação

Na página 13.529, 1ª coluna, na
ementa, onde se lê:
... para o exercício de 1965.

Leia-se:
... para o exercício financeiro de
1965.

LEI Nº 4.923 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1965

Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências.

(Publicada no *Diário Oficial* de 29-12-65 — Seção I — Parte I).

Retificação

Na página 13.537, no § 1º do art. 7º, onde se lê:

§ 1º — Caberão ao DNMO as atribuições referidas nos itens V e X do artigo 4º ...

Leia-se:

§ 1º — Caberão ao DNMO as atribuições referidas nos itens V a X do artigo 4º ...

LEI Nº 4.924 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1965

Fixa normas para a elaboração do Esquema Financeiro das safras cafeeiras
(Publicada no *Diário Oficial* de 29-12-1965 — Seção I — Parte I)

Retificação

Página 13.538, 2ª coluna. — No art. 4º, onde se lê: ... efetivamente pagos ao exportador não ultrapassando um montante... Leia-se: ... efetivamente pagos ao exportador não ultrapassarão um montante...

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes I e II de 1968, desta
coleção, pela ordem alfabética
dos assuntos

EMENTÁRIO

A

A. MILLAH & TEIXEIRA LTDA.

Concede a R. Millah & Teixeira Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 57.952 — de 10 de março de 1966.

A NACIONAL COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS GERAIS

Aprova as alterações introduzidas introduzidas nos Estatutos da A Nacional Companhia Brasileira de Seguros Gerais, inclusive mudança de denominação e aumento do capital social.

Decreto n.º 57.816 — de 15 de fevereiro de 1966.

"A PIRATININGA" — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GE- RAIS E ACIDENTES DO TRA- BALHO

Aprova as alterações introduzidas no Estatuto da "A Piratininga" — Companhia Nacional de Seguros Gerais e Acidentes do Trabalho, inclusive mudança de denominação e aumento do capital social.

Decreto n.º 57.815 — de 15 de fevereiro de 1966.

ABASTECIMENTO

Autoriza a aquisição de bens ou serviços essenciais ao abastecimento da população e dá outras providências.

Decreto-lei n.º 2 — de 14 de janeiro de 1966.

ABATEDOUROS

Torna compulsório o fornecimento pelos matadouros, para produção de vacina antiaftosa, de epitélio normal de língua de animais destinados ao abate e determina outras providências.

Decreto n.º 57.591 — de 7 de janeiro de 1966.

Estabelece normas para o abate de gado bovino no ano de 1966 e determina outras providências.

Decreto n.º 57.592 — de 7 de janeiro de 1966.

ACÓRDOS

Aprova o Acôrdo Comercial assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Libéria, em Monróvia, a 13 de maio de 1965.

Decreto Legislativo n.º 1 — de 1966.

— *Aprova o texto do Protocolo Adicional, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1963, ao Acôrdo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Bulgária, em 21 de abril de 1961.*

Decreto Legislativo n.º 4 — de 1966.

— *Aprova o Acôrdo Sanitário entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o da República do Peru, firmado em Lima, em 16 de julho de 1965.*

Decreto Legislativo n.º 5 — de 1966.

— *Promulga o Acôrdio de Migração com a Itália.*

Decreto n.º 57.759 — de 8 de fevereiro de 1966.

— *Promulga o Acôrdio sobre privilégios e imunidades da Associação Latino-Americana de Livre Comércio.*

Decreto n.º 57.784 — de 11 de fevereiro de 1966.

— *Fixa a composição da Delegação Brasileira na Comissão Mista Executora do Acôrdio Brasil-Estados Unidos sobre Serviços Cartográficos, define sua vinculação com órgãos do Governo Brasileiro e dá outras providências.*

Decreto n.º 57.814 — de 15 de fevereiro de 1966.

— *Promulga o Acôrdio sobre privilégios e imunidades da Organização dos Estados Americanos.*

Decreto n.º 57.942 — de 10 de março de 1966.

— *Promulga o Acôrdio de Garantia de Investimentos com os Estados Unidos da América.*

Decreto n.º 57.943 — de 10 de março de 1966.

ADITIVOS PARA ALIMENTOS

Altera o Decreto n.º 55.871, de 26 de março de 1965, na parte referente à Comissão Permanente de Aditivos para Alimentos.

Decreto n.º 57.573 — de 4 de janeiro de 1966.

AERONAUTICA

Dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército.

Lei n.º 4.902 — de 16 de dezembro de 1966.

— *Fixa o número mínimo de vagas para a cota compulsória no Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n.º 57.642 — de 14 de janeiro de 1966.

— *Modifica o Regulamento para as Bandas de Música se Bandas Marciais da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto n.º 34.782, de 8 de dezembro de 1953, modificado pelo Decreto número 47.833, de 4 de março de 1960.*

Decreto n.º 57.668 — de 25 de janeiro de 1966.

— *Aprova as Tabelas de Fixação de Valores da Etapa, em suas diferentes modalidades, e dos complementos à ração comum das Forças Armadas, para o primeiro semestre de 1966, e dá outras providências.*

Decreto n.º 57.674 — de 27 de janeiro de 1966.

— *Aprova o Regulamento do Serviço de Proteção ao Voô e dá outras providências.*

Decreto n.º 57.786 — de 11 de fevereiro de 1966.

— *Altera a atual denominação do Curso de Proteção do Voô.*

Decreto n.º 57.833 — de 17 de fevereiro de 1966.

— *Regula a aplicação da Lei número 4.838, de 10 de novembro de 1965.*

Decreto n.º 57.941 — de 10 de março de 1966.

— *Altera o Regulamento do Serviço Geral de Expediente e Arquivo da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto n.º 1.976, de 2 de janeiro de 1963.*

Decreto n.º 58.015 — de 18 de março de 1966.

— *Ver, também, Ministério da Aeronáutica.*

AFORAMENTO

Ver, também, terrenos de Marinha.

AFTOSE

Torna compulsório o fornecimento pelos matadouros, para produção de vacina antiaftosa, de epitélio normal de língua de animais destinados ao abate e determina outras providências.

Decreto n.º 57.591 — de 7 de janeiro de 1966.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro José da Mata Melo a pesquisar água mineral no Município de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 57.500 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza Soares Camargo S.A. Comércio e Administração a pesquisar água mineral no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 57.512 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Hermogênio Rodrigues Peixoto a pesquisar água mineral no Município de Cambuquira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 57.538 — de 29 de dezembro de 1965.

ALGODÃO

Fixa os preços mínimos básicos para o algodão, arroz, feijão, farinha de mandioca, milho e sisal, da região nordestina, da safra de 1966-67.

Decreto n.º 57.598 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Fixa os preços mínimos básicos para o algodão, arroz, feijão, farinha de mandioca e milho, da Região Norte, da safra de 1966-67.*

Decreto n.º 57.599 — de 7 de janeiro de 1966.

ALIMENTAÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

Aprova o Regulamento de Inspeção Industrial, Bromatológica e Higiênica de Produtos destinados à Alimentação dos Animais Domésticos.

Decreto n.º 57.284 — de 18 de novembro de 1965.

AMAZÔNIA

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, necessário à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País.

Decreto n.º 57.561 — de 30 de dezembro de 1965.

— *Abre à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia o crédito especial de ... Cr\$ 200.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 57.800 — de 14 de fevereiro de 1966.

— *Retifica o enquadramento do pessoal da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, beneficiado pelas Leis números 3.967, de 5 de outubro de 1961, e 4.069, de 11 de junho de 1962, aprovado pelo Decreto n.º 54.040, de 23 de julho de 1964.*

Decreto n.º 57.850 — de 24 de fevereiro de 1966.

AMERICAN HOME ASSURANCE COMPANY

Concede à American Home Assurance Company autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto n.º 57.621 — de 10 de janeiro de 1966.

AMIANTO

Autoriza o cidadão brasileiro Décio Amaral Castro a pesquisar amianto, mica e minério de níquel no Município de Niquelândia, Estado de Goiás.

Decreto n.º 57.437 — de 16 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Décio Amaral Castro a pesquisar amianto, mica e minérios de níquel, no Município de Niquelândia, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 57.725 — de 3 de fevereiro de 1966.

ANIMAIS DOMESTICOS

Aprova o Regulamento de Inspeção Industrial, Bromatológica e Higiênica de Produtos destinados à Alimentação dos Animais Domésticos.

Decreto n.º 57.284 — de 18 de novembro de 1965.

APATITA

Autoriza o cidadão brasileiro José Ignácio de Mesquita Sampaio a lavar apatita, magnetita e calcário no Município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 57.915 — de 4 de março de 1966.

APROPRIAÇÃO INDEBITA

Disciplina a ação das autoridades administrativas federais em cargos de crimes de sonegação fiscal e de apropriação indebita, previstos nas Leis números 4.729, de 1965 e 4.357, de 1964.

Decreto n.º 57.609 — de 7 de janeiro de 1966.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Jacob Cardoso Lopes a pesquisar argila e caulim, no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 57.510 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Carlos Rizzo Hirisola a pesquisar caulim e argila no Município de Cotia, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 57.511 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Declara sem efeito o Decreto número 49.423, de 3 de dezembro de 1960.*

Decreto n.º 57.522 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Renova o Decreto n.º 52.241, de 9 de julho de 1963.*

Decreto n.º 57.914 — de 4 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pereira de Almeida a pesquisar argila, no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 57.963 — de 10 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Paulo de Almeida a pesquisar argila, no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 57.969 — de 10 de março de 1966.

ARMADA

Ver, também, Marinha e Ministério da Marinha.

ARROZ

Fixa os preços mínimos básicos para o algodão, arroz, feijão, farinha de mandioca, milho e sisal, da região nordestina, da safra de 1966-67.

Decreto n.º 57.598 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Fixa os preços mínimos básicos para o algodão, arroz, feijão, farinha de mandioca e milho, da Região Norte, da safra de 1966-67.*

Decreto n.º 57.599 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Prorroga até 31 de dezembro de 1966 a suspensão temporária da cobrança das obrigações mencionadas nos Decretos ns. 56.621 e 56.789, respectivamente de 29 de julho e 26 de agosto de 1965.*

Decreto n.º 57.767 — de 9 de fevereiro de 1966.

ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Dispõe sobre as Delegações do Brasil às Sessões da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.

Decreto n.º 57.926 — de 4 de março de 1966.

ASSOCIAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 99.807.000 (noventa e nove milhões, oitocentos e sete mil cruzeiros), destinados a atender a despesas que especifica.

Lei n.º 4.931 — de 9 de março de 1966.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender às despesas relacionadas com o Comité Provisório da Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Lei n.º 4.938 — de 18 de março de 1966.

— Declara de utilidade pública a "Associação Brasileira de Esperanto", com sede em Brasília, Distrito Federal.

Decreto n.º 57.608 — de 7 de janeiro de 1966.

— Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, de imóvel que menciona, situado no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 57.826 — de 17 de fevereiro de 1966.

ATLANTICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Atlântica Companhia Nacional de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto n.º 57.494 — de 28 de dezembro de 1965.

ATO INSTITUCIONAL

Dá nova redação ao art. 4.º do Decreto n.º 55.749, de 11 de fevereiro de 1965.

Decreto n.º 57.635 — de 14 de janeiro de 1966.

AUTARQUIAS

Considera como Gabinete, para efeito do Decreto n.º 56.593, de 21 de julho de 1965, a Presidência dos Conselhos Setoriais das Autarquias vinculadas ou subordinadas ao MVOP.

Decreto n.º 57.605 — de 7 de janeiro de 1966.

— Dispõe sobre a entrega pelo Tesouro Nacional de importância para cobertura de "deficit" das autarquias ou empresas públicas e privadas subvencionadas.

Decreto n.º 57.614 — de 7 de janeiro de 1966.

— Dispõe sobre a nomeação e admissão de pessoal para o Serviço Público Federal.

Decreto n.º 57.620 — de 14 de janeiro de 1966.

— Estabelece obrigatoriedade de utilização do transporte ferroviário ou das empresas de navegação autárquicas, de economia mista ou administradas pela União, pelas repartições públicas, autarquias, órgãos da administração descentralizada e entidades de direito privado, beneficiados pelo Governo.

Decreto n.º 57.835 — de 17 de fevereiro de 1966.

— Suspende, provisoriamente, em relação às Autarquias vinculadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas, as restrições do art. 6.º do Decreto n.º 44.767, de 30 de outubro de 1958, combinado com o art. 17, § 3.º, do Decreto n.º 807, de 30 de março de 1962.

Decreto n.º 57.910 — de 3 de março de 1966.

— Altera disposições do Decreto n.º 56.793, de 27 de agosto de 1965.

Decreto n.º 58.082 — de 25 de março de 1966.

AUTORIZAÇÃO PARA LAVRA OU PESQUISA

Ver o nome do elemento lavrado ou pesquisado.

B**BANCO DO BRASIL S.A.**

Altera disposições do Decreto número 56.793, de 27 de agosto de 1965.

Decreto n.º 58.082 — de 25 de março de 1966.

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação em favor do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, imóveis situados nas cidades do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, Belém — Estado do Pará e Curitiba — Estado do Paraná.

Publicado no Diário Oficial — Seção I — Parte I, de 29.12.65).

Retificação

Decreto n.º 57.485 — de 27 de dezembro de 1965.

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

Altera disposições do Decreto número 56.793, de 27 de agosto de 1965.

Decreto n.º 58.082 — de 25 de março de 1966.

BAUXITA

Autoriza o cidadão brasileiro José da Silva Gomes a pesquisar bauxita, no Município de Lajes, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 57.502 — de 28 de dezembro de 1965.

— Autoriza Andrade & Filhos Limitada a lavrar bauxita no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 57.935 — de 9 de março de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Silvano Biondi a pesquisar bauxita no Município de Lavrinhas, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 57.958 — de 10 de março de 1966.

BELA VISTA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

Concede à Bela Vista Mineração e Comércio Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 57.497 — de 28 de dezembro de 1965.

BENEFICIADORA DE CAULIM BRANCOR LTDA.

Concede à Beneficiadora de Caulim Brancor Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 57.866 — de 25 de fevereiro de 1966.

BOLSAS DE ESTUDO

Revoga o Decreto n.º 57.280, de 17 de novembro de 1965, e dá outras providências.

Decreto n.º 57.769 — de 9 de fevereiro de 1966.

— Institui o Programa Especial de Bolsas de Estudo para trabalhadores sindicalizados e seus dependentes.

Decreto n.º 57.870 — de 25 de fevereiro de 1966.

— Regulamenta o art. 91 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional) na parte referente a bolsas de estudo do ensino médio.

Decreto n.º 57.980 — de 11 de março de 1966.

BORRACHAS VEGETAIS

Institui o Estoque de Reserva de Borrachas Vegetais e dá outras providências.

Decreto n.º 57.846 — de 13 de fevereiro de 1966.

C**CAFE**

Fixa normas para a elaboração do Esquema Financeiro das safras cafeeiras.

Lei n.º 4.924 — de 23 de dezembro de 1965.

— *Aprova o Aditivo do Regulamento de Embarques para a safra de 1965-1966.*

Decreto n.º 57.773 — de 10 de fevereiro de 1966.

CAFÉ SOLÚVEL

Isenta dos impostos de importação e de consumo materiais importados pela Dominium S.A., destinados à fabricação de café solúvel.

Lei n.º 4.932 — de 9 de março de 1966.

CAIXAS ECONÔMICAS

Altera o Orçamento da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 57.568 — de 4 de janeiro de 1966.

— *Altera os orçamentos da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Norte, do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e da Administração do Serviço de Loteria Federal.*

Decreto n.º 57.569 — de 4 de janeiro de 1966.

— *Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Ceará.*

Decreto n.º 57.583 — de 6 de janeiro de 1966.

— *Autoriza o provimento, em caráter excepcional, de cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, e dá outras providências.*

Decreto n.º 57.685 — de 31 de janeiro de 1966.

— *Altera os orçamentos das Caixas Econômicas Federais do Piauí, da Bahia, de Alagoas, de Sergipe e do Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 57.762 — de 9 de fevereiro de 1966.

— *Altera o orçamento da Caixa Econômica Federal do Amazonas.*

Decreto n.º 57.763 — de 9 de fevereiro de 1966.

— *Altera o orçamento da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 57.764 — de 9 de fevereiro de 1966.

— *Altera os orçamentos das Caixas Econômicas Federais de Mato Grosso, do Maranhão, de Santa Catarina, do Espírito Santo, da Paraíba, de São Paulo e do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 57.765 — de 9 de fevereiro de 1966.

— *Altera os orçamentos das Caixas Econômicas Federais de Brasília, de Goiás, de Pernambuco e do Paraná.*

Decreto n.º 57.766 — de 9 de fevereiro de 1966.

— *Aprova o Orçamento da Caixa Econômica Federal de São Paulo.*

Decreto n.º 58.057 — de 23 de março de 1966.

— *Altera disposições do Decreto n.º 56.793, de 27 de agosto de 1965.*

Decreto n.º 58.082 — de 25 de março de 1966.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro João Corrêa a pesquisar calcário, no Município de Iporanga, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 57.496 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edgar Soares Pessanha a pesquisar calcário no Município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 57.524 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Majela de Menezes a lavrar calcário no Município de Marum, Estado de Sergipe.*

Decreto n.º 57.525 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza a Cia. de Mineração São Mateus a lavar calcário no Município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 57.708 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Vitalino Pagliato a pesquisar calcário no Município de Guapiara, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 57.717 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Palhato a pesquisar calcário, no Município de Guapiara, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 57.718 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Palhato a pesquisar calcário, no Município de Guapiara, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 57.719 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Jorge Abdala a lavar calcário, no Município de Alvinópolis, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 57.723 — de 3 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Vieira de Barros a pesquisar feldspato, quartzo e calcário, no Município de Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 57.837 — de 23 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Ignácio de Mesquita Sampaio a lavar apatita, magnetita e calcário no Município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 57.915 — de 4 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benjamim Carmo Ribeiro a pesquisar calcário, no Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 57.917 — de 4 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Casemiro Costa a pesquisar mármore e calcário no Município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 57.920 — de 4 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Mendes Marques a lavar calcário no Município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 57.945 — de 10 de março de 1966.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ato Complementar n.º 7.

CAMPANHA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

Revoga o Decreto n.º 57.280, de 17 de novembro de 1965, e dá outras providências.

Decreto n.º 57.769 — de 9 de fevereiro de 1966.

CAMPANHA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Dispõe sobre áreas destinadas a cantinas escolares.

Decreto n.º 57.662 — de 24 de janeiro de 1966.

CANDIDATOS

Ato Complementar n.º 6

CAPITANIA DOS PORTOS

Ver Marinha.

CARROS OFICIAIS

Dá nova redação a dispositivos do Decreto n.º 50.640, de 20 de maio de 1961, para transferir competência sobre fiscalização do uso de carros oficiais ao Departamento Federal de Segurança Pública.

Decreto n.º 58.056 — de 23 de março de 1966.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS

Promulga as emendas aos artigos 23, 27 e 61 da Carta das Nações Unidas.

Decreto nº 57.594, de 7 de janeiro de 1966.

CARVÃO MINERAL

Autoriza a Cia. Carbonífera Minas de Butiá a pesquisar carvão mineral, no município de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 57.517, de 28 de dezembro de 1965.

— *Dispõe sobre o aproveitamento dos rejeitos piríticos oriundos do beneficiamento do carvão.*

Decreto nº 57.557, de 29 de dezembro de 1965.

— *Autoriza a Cia. Carbonífera Minas de Butiá a pesquisar carvão mineral no município de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 57.559, de 29 de dezembro de 1965.

CASA PRÓPRIA

Altera disposições do Decreto número 56.793, de 27 de agosto de 1965.

Decreto nº 58.082, de 25 de março de 1966.

CASSITERITA

Autoriza o cidadão brasileiro Zacki Curi a pesquisar cassiterita, no município de Macapá, Território do Amapá.

Decreto nº 55.425, de 31 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Gonzaga Chaves a pesquisar cassiterita, no Município de Coronel Xavier Chaves, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.863, de 25 de fevereiro de 1966.

CAUÇÃO

Regulamenta o art. 86 da Lei número 4.506, de 30 de novembro de 1964 e dá nova redação ao § 3º do art. 5º do Decreto nº 54.252, de 3 de setembro de 1964.

Decreto nº 57.458, de 20 de dezembro de 1965.

CAULIM

Autoriza Mineração Indústria e Comércio Magé Ltda., a lavar caulim no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 57.504, de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jacob Cardoso Lopes a pesquisar argila e caulim, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.510, de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Carlos Rizzo Mirisola a pesquisar caulim e argila no município de Cotia, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.511, de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza Porcelana Schmidt S. A. a pesquisar feldspato, quartzo e caulim no município de Pedras Grandes, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 57.720, de 2 de fevereiro de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.459, de 20 de janeiro de 1964.*

Decreto nº 57.857, de 25 de fevereiro de 1966.

— *Renova o Decreto nº 52.241, de 9 de julho de 1963.*

Decreto nº 57.914, de 4 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Sattim a pesquisar feldspato, quartzo e caulim, no município de Monte Sião, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.959, de 10 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alcides José Mariano a pesquisar dolomita, mármore e caulim no município de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 57.965, de 10 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Maria de Oliveira a pesquisar feldspato, quartzo e caulim no município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.999, de 14 de março de 1966.

CAVALO NACIONAL

Abre, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 300.000, para atender a despesa que especifica.

Decreto nº 57.696, de 2 de fevereiro de 1966.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S. A. — ELETROBRÁS

Autoriza a Centrais Elétricas Brasileira S. A. — ELETROBRÁS a construir linha de transmissão.

Decreto nº 57.516, de 28 de dezembro de 1965.

Aprova o Regulamento das Leis números 2.308, de 31 de agosto de 1954, 2.944, de 8 de novembro de 1956, 4.156, de 28 de novembro de 1962, 4.364, de 22 de julho de 1964 e 4.676, de 16 de junho de 1965.

Decreto nº 57.617 — de 7 de janeiro de 1966.

CESSÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO

Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, de imóvel que menciona, situado no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 57.826 — de 17 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza a cessão, sob o regime de aforamento, de ilhas situadas na Baía de Sepetiba, Estado do Rio de Janeiro, nos termos dos arts. 125 e 126 do Decreto-lei nº 9.760, de 1946.*

Decreto nº 58.081 — de 25 de março de 1966.

CHEQUES

Promulga as Convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de cheques.

Decreto nº 57.595 — de 7 de janeiro de 1966.

CIANITA

Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a pesquisar cianita no Município de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.889 — de 28 de fevereiro de 1966.

COBRE

Autoriza a Companhia Brasileira do Cobre a pesquisar minério de cobre, no Município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 57.922 — de 4 de março de 1966.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES

Fixa valores das gratificações da categoria B e das indenizações de representação estabelecidas no Código de Vencimentos dos Militares, de conformidade com as alterações prescritas na Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Decreto nº 57.624 — de 13 de janeiro de 1966.

— *Altera os incisos I e II do artigo 2º do Decreto nº 57.624, de 13 de janeiro de 1966.*

Decreto nº 57.774 — de 10 de fevereiro de 1966.

— *Inclui curso na letra "e", do artigo 1º, do Decreto nº 57.624, de 13 de janeiro de 1966, que fixa valores das Gratificações da Categoria "B" e das Indenizações de Representação estabelecidas no Código de Vencimentos dos Militares.*

Decreto nº 57.792 — de 11 de fevereiro de 1966.

COFRES DE CARGA

Dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias.

Lei nº 4.907 — de 17 de dezembro de 1965.

CÓLERA

Baixa Normas Técnicas Especiais para a defesa sanitária do País, nas atividades que dizem respeito à "Saúde Internacional" e dá outras providências.

Decreto nº 57.632 — de 14 de janeiro de 1966.

COLONIAL COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Colonial Companhia Nacional de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.152, de 1º de novembro de 1965.

COMÉRCIO E PAGAMENTOS

Aprova o texto do Protocolo Adicional, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1963, ao Acórdão de Comércio, Pagamentos e Co-Operação Econômica, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Bulgária, em 21 de abril de 1961.

Decreto Legislativo nº 4, de 1966.

COMÉRCIO, INDÚSTRIAS RURAIS F. BEZERRA S.A.

Concede a Comércio, Indústrias Rurais F. Bezerra S.A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.956 — de 19 de março de 1966.

COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO

Altera dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.673 de 18 de janeiro de 1963 e o de número 57.391 de 7 de dezembro de 1965.

Decreto nº 57.660 — de 24 de janeiro de 1966.

COMISSÃO DO PLANO DA CARRÃO NACIONAL

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.887.622.692, autorizado pela Lei nº 4.788, de 13-10-1965.

Decreto nº 57.731 — de 3 de fevereiro de 1966.

COMISSÃO EXECUTIVA DOS PRODUTOS DA MANDIOCA

Transfere imóveis e benfeitorias pertencentes à Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca, em liquidação, Ministério da Agricultura para a Companhia Brasileira de Armazenamento — CIBRAZEM e dá outras providências.

Decreto nº 57.909 — de 3 de março de 1966.

COMISSÃO MISTA BRASILEIRO—URUGUAIA

Homologa a aprovação do Regulamento da Comissão Mista Brasileiro — Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim.

Decreto nº 57.564 — de 31 de dezembro de 1965.

— Declara a Seção Brasileira da Comissão Mista Brasileiro—Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia Lagoa-Mirim, vinculada ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

Decreto nº 57.565 — de 31 de dezembro de 1965.

COMISSÃO MISTA FERROVIÁRIA BRASILEIRO—BOLIVIANA

Retifica o Decreto nº 52.588-A, de 30 de setembro de 1963.

Decreto nº 57.782 — de 11 de fevereiro de 1966.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Abre, pelo Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 3.170.703.600, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.822 — de 15 de fevereiro de 1966.

COMISSÃO NACIONAL DE HEMOTERAPIA (CNH)

Aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional de Hemoterapia, criada pelo art. 5º da Lei nº 4.701, de 28 de junho de 1965.

Decreto nº 57.812, de 15 de fevereiro de 1966.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Aprova o orçamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Decreto nº 57.931, de 9 de março de 1966.

COMISSÕES

Altera o Decreto nº 55.871, de 26 de março de 1965, na parte referente à Comissão Permanente de Aditivos para Alimentos.

Decreto nº 57.573, de 4 de janeiro de 1966.

— Prorroga o prazo previsto no art. 2º do Decreto nº 56.851, de 10 de setembro de 1965.

Decreto nº 57.616, de 10 de setembro de 1965.

— Dá nova redação ao art. 4º do Decreto nº 55.749, de 11 de fevereiro de 1965.

Decreto nº 57.635, de 14 de janeiro de 1966.

— Abre, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 300.000, para atender a despesa que especifica.

Decreto nº 57.696, de 2 de fevereiro de 1966.

— Reorganiza a Comissão de Coordenação de Inquéritos e Sindicâncias e dá outras providências.

Decreto nº 57.676, de 27 de janeiro de 1966.

COMPANHIA COMERCIAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Comercial de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.893, de 28 de fevereiro de 1966.

COMPAGNIE D'ASSURANCES GÉNÉRALES CONTRE L'INCENDIE ET LES EXPLOSIONS

Concede à Compagnie D'Assurances Générales Contre L'Incendie et les Explosions autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 57.529, de 23 de dezembro de 1965.

COMPANHIA BAHIANA DE MINÉRIOS — COBAM

Concede à Companhia Bahiana de Minérios — COBAM autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.508, de 23 de dezembro de 1965.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO — CIBRAZEM

Transfere imóveis e benfeitorias pertencentes à Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca, em liquidação, Ministério da Agricultura para a Companhia Brasileira de Armazenamento — CIBRAZEM e dá outras providências.

Decreto nº 57.909, de 3 de março de 1966.

COMPANHIA CATARINENSE DE SEGUROS GERAIS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Catarinense de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.574, de 4 de janeiro de 1966.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO CARIRI

Outorga à Companhia de Eletricidade do Cariri concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.318, de 24 de novembro de 1965.

**COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO
SÃO FRANCISCO**

Aplica-se à Companhia de Navegação do São Francisco — Sociedade de Economia Mista, o aumento de que trata a Lei nº 4.663, de 29 de novembro de 1965.

Decreto nº 57.735, de 3 de fevereiro de 1966.

**COMPANHIA DE SEGUROS AMÉ-
RICA DO SUL**

Approva a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros América do Sul, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.620, de 10 de janeiro de 1966.

**COMPANHIA DE SEGUROS
PHOENIX PERNAMBUCANA**

Approva alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Phoenix Pernambucana, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 57.807, de 14 de fevereiro de 1966.

**COMPANHIA ELETROMECAÂNICA
"CELMA"**

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da União Federal, as ações societárias da Companhia Eletromecânica "CELMA".

Decreto nº 57.612, de 23 de janeiro de 1966.

**COMPANHIA PAULISTA DE SE-
GUROS**

Approva a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Paulista de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 53.008, de 17 de março de 1966.

**COMPANHIA TELEFÔNICA BRA-
SILEIRA**

Prorroga o prazo a que se referem os arts. 2º do Decreto nº 814, de 31 de março de 1962, e 1º dos Decretos ns. 1.396, de 19 de setembro de 1962, 1.878, de 13 de dezembro de 1962, 51.863, de 25 de março de 1963, 52.148, de 25 de junho de 1963, 52.477, de 16 de setembro de 1963, 54.286, de 14 de setembro de 1964 e 56.848, de 10 de setembro de 1965.

Decreto nº 57.630-A, de 14 de janeiro de 1966.

**COMPANHIA URANO DE CAPITA-
LIZAÇÃO**

Cassa a autorização concedida à Companhia Urano de Capitalização, com sede na Capital do Estado de São Paulo, para funcionar na República.

Decreto nº 57.648, de 18 de janeiro de 1966.

**COMPANHIA URBANIZADORA DA
NOVA CAPITAL DO BRASIL
(NOVACAP)**

Dispõe sobre a inclusão em órgão da administração direta e indireta de servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP).

Decreto nº 57.645, de 14 de janeiro de 1966.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 138.941.000 (cento e trinta e oito milhões, novecentos e quarenta e um mil cruzeiros), destinado ao pagamento de ações preferenciais subscritas pelo Tesouro Nacional no aumento de capital da Companhia Vale do Rio Doce.

Lei nº 4.919, de 17 de dezembro de 1965.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 138.941.000, para atender às despesas que especifica.

Decreto nº 57.698, de 2 de fevereiro de 1966.

CONCURSOS

Prorroga os prazos de validade dos concursos, em vigor, para o provimento dos cargos públicos da União e das autarquias federais.

Lei nº 4.929, de 18 de fevereiro de 1966.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Altera a redação do art. 2º do Decreto nº 54.999, de 13 de novembro de 1964.

Decreto nº 57.813, de 15 de fevereiro de 1966.

— *Altera a redação do art. 3º do Decreto nº 54.999, de 13 de novembro de 1964.*

Decreto nº 57.876, de 25 de fevereiro de 1966.

CONGRESSISTAS

Altera dispositivos da Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963.

Lei nº 4.937, de 18 de março de 1966.

CONGRESSO NACIONAL

Ato Complementar nº 6.

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a abertura de créditos especiais que discrimina, no total de Cr\$ 6.282.077.127,50 (seis bilhões duzentos e oitenta e dois milhões setenta e sete mil cento e vinte e sete cruzeiros e cinquenta centavos).

Lei nº 4.938, de 17 de março de 1966.

CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMISTAS PROFISSIONAIS

Aprova o Orçamento do Conselho Regional de Economistas Profissionais — 4ª Região.

Decreto nº 57.580, de 5 de janeiro de 1966.

CONSELHOS REGIONAIS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Aprova o enquadramento definitivo dos cargos e empregos do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 1ª Região, e dá outras providências.

Decreto nº 57.665, de 24 de janeiro de 1966.

CONSELHOS REGIONAIS DE MEDICINA

Aprova os orçamentos dos Conselhos Regionais de Medicina do Distrito Federal e do Pará.

Decreto nº 58.080, de 25 de março de 1966.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Disciplina as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias; altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.

Decreto-lei nº 3, de 27 de janeiro de 1966.

CONTRATOS DE TRABALHO

Institui o cadastro permanente de admissões e dispensa de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências.

Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965.

CONVENÇÕES

Promulga as Convenções para adoção de uma Lei uniforme em matéria de cheques.

Decreto nº 57.595, de 7 de janeiro de 1966.

— *Promulga as Convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias.*

Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966.

— *Regula o Reconhecimento de Sociedades Classificadoras de Navios e dá outras providências.*

Decreto nº 57.806, de 14 de fevereiro de 1966.

Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.

Decreto nº 53.054, de 23 de março de 1966.

CONVENIOS

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural assinado entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República da Costa Rica, em São José, a 19 de novembro de 1964.

Decreto Legislativo nº 3, de 1966.

Promulga o Convênio de Intercâmbio Cultural com o México.

Decreto nº 57.596, de 7 de janeiro de 1966.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE BOLSAS DE ESTUDO

Revoga o Decreto nº 57.280, de 17 de novembro de 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 57.769 — de 9 de fevereiro de 1966.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

Revoga o art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960.

Decreto nº 57.579 — de 4 de janeiro de 1966.

COSMÉTICOS

Baixa Normas Técnicas Especiais para o controle da fabricação e venda de produtos de higiene, perfumes, cosméticos, congêneres e dá outras providências.

Decreto nº 57.395 — de 7 de dezembro de 1965.

COSTALCO — MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Concede à "COSTALCO" — Mineração, Indústria e Comércio Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.921 — de 4 de março de 1966.

CURSOS

Autorização para funcionamento de curso.

Decreto nº 57.671 — de 26 de janeiro de 1966.

— *Concede reconhecimento ao Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná.*

Decreto nº 57.749 — de 4 de fevereiro de 1966.

— *Extingue os cursos de Técnica de Ensino e de Classificação de Pessoal e o Centro de Estudos de Línguas Estrangeiras e dá outras providências.*

Decreto nº 57.761 — de 8 de fevereiro de 1966.

— *Inclui curso na letra e, do artigo 1º, do Decreto nº 57.624, de 13 de janeiro de 1966, que fixa valores das Gratificações de Categoria "B" e das Indenizações de Representação estabelecidas no Código de Vencimentos dos Militares.*

Decreto nº 57.792 — de 11 de fevereiro de 1966.

— *Altera a atual denominação do Curso de Proteção ao Voo.*

Decreto nº 57.833 — de 17 de fevereiro de 1966.

— *Concede reconhecimento a cursos da Escola Politécnica de Pernambuco, agregada à Universidade Católica de Pernambuco.*

Decreto nº 57.838 — de 18 de fevereiro de 1966.

— *Concede reconhecimento aos cursos de Instrumento e de Canto do Instituto de Belas Artes de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 57.839 — de 18 de fevereiro de 1966.

— *Concede autorização para funcionamento dos cursos de Matemática e Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Santa Marcelina", de Muriaé, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.840 — de 18 de fevereiro de 1966.

— *Concede reconhecimento ao curso de Nutricionista da Universidade do Recife.*

Decreto nº 58.031 — de 22 de março de 1966.

— *Ver, também, Escolas, Faculdades e Universidades.*

D

DEFESA SANITARIA

Baixa Normas Técnicas Especiais para a defesa sanitária do País, nas atividades que dizem respeito à "Saúde Internacional" e dá outras providências.

Decreto nº 57.632 — de 14 de janeiro de 1966.

DELEGACIA DO TESOIRO NO EXTERIOR

Altera a taxa de conversão para as operações de receita e despesas realizadas no Exterior e dá outras providências.

Decreto nº 57.878 — de 28 de fevereiro de 1966.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Retifica a classificação de cargos do nível superior do Departamento Administrativo do Serviço Público, aprovada pelo Decreto nº 55.095, de 1º de dezembro de 1964, alterada pelos Decretos ns. 55.284, de 24 de dezembro de 1964 e 55.845, de 18 de março de 1965, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 57.746 — de 4 de fevereiro de 1966.

— *Abre, ao Departamento Administrativo do Serviço Público, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 5.972 — de 11 de março de 1966.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA À CAFEICULTURA

Fixa normas sobre orçamentos analíticos e dá outras providências.

Decreto nº 57.655 — de 20 de janeiro de 1966.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Departamento de Imprensa Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, aprovada pelo Decreto nº 55.191, de 10 de dezembro de 1964, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 57.753 — de 7 de fevereiro de 1966.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo, de 19 de novembro de 1958, de rescisão amigável do contrato, de 30 de dezembro de 1950, celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Byington & Cia.

Decreto Legislativo nº 6, de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Guaranésia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.793 — de 14 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de São José da Bela Vista, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.706 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que mencionada situado no Município de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.802 — de 14 de fevereiro de 1966.

— *Retifica o Decreto nº 54.100, de 6 de agosto de 1964, que aprovou o enquadramento do pessoal do Departamento dos Correios e Telégrafos.*

Decreto nº 58.079 — de 25 de março de 1966.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Altera a redação do art. 80, III, do Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública, baixado pelo Decreto nº 59.510, de 23-6-65.

Decreto nº 57.553 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Dispõe sobre a lotação do pessoal que retornou ao serviço da União no Departamento Federal de Segurança Pública e dá outras providências.*

Decreto nº 57.687 — de 31 de janeiro de 1966.

— *Dispõe sobre o enquadramento dos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal.*

Decreto nº 57.351 — de 26 de novembro de 1965.

— *Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 50.640, de 20 de maio de 1961, para transferir competência sobre fiscalização do uso de carros oficiais ao Departamento Federal de Segurança Pública.*

Decreto nº 58.056 — de 23 de março de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Dispõe sobre as atividades de cooperação e assistência educacionais do Departamento Nacional de Educação, tendo em vista a execução do Plano Nacional de Educação, e dá outras providências.

Decreto nº 57.894 — de 28 de fevereiro de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Classifica os cargos do nível superior do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dispõe sobre enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 57.755 — de 8 de fevereiro de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno onde está situada a pedreira Ibitioca, no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 57.656 — de 20 de janeiro de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de São José, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 57.657 — de 20 de janeiro de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno, onde está situada a Pedreira do Guaíba, no Município de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 57.658 — de 20 de janeiro de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 57.701 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno, situada no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.789 — de 11 de fevereiro de 1966.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 57.790 — de 11 de fevereiro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 57.830 — de 17 de fevereiro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 57.831 — de 17 de fevereiro de 1966.

— Autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Departamento Nacional de Portos e Rios Navegáveis a contratarem empréstimos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Ministro da Fazenda a prestar a garantia do Tesouro Nacional aos referidos empréstimos.

Decreto nº 58.115 — de 30 de março de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas.

Decreto nº 57.427 — de 14 de dezembro de 1965.

— Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas a instalar usina hidrelétrica no açude Poço da Cruz, município de Inajá, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 57.881 — de 23 de fevereiro de 1966.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 41.584, de 29 de maio de 1957, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Glória", no Estado de Sergipe.

Decreto nº 57.973 — de 11 de março de 1966.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 45.097, de 22 de dezembro de 1958, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Cruz de Pocinhos", Estado da Paraíba.

Decreto nº 57.974 — de 11 de março de 1966.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 45.663, de 30 de março de 1959, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, a área de terreno necessária à construção do açude público "Sohen" no Estado da Bahia.

Decreto nº 57.975 — de 11 de março de 1966.

— Revoga a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 29.089, de 5 de janeiro de 1951, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público Espinho Branco, Estado da Paraíba.

Decreto nº 57.976 — de 11 de março de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno situada no município de Mata Grande, Estado de Alagoas.

Decreto nº 57.977 — de 11 de março de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do Reservatório Elevado e as Casas de Bombas do sistema de abastecimento d'água da cidade de Riachão do Dantas, no Estado de Sergipe.

Decreto nº 57.978 — de 11 de março de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção de um poço profundo no Distrito de Messejana, município de Fortaleza, Estado do Ceará.

Decreto nº 57.979 — de 11 de março de 1966.

Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a instalar uma usina hidrelétrica, no açude público Estreito, no município de Espinosa, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.017 — de 18 de março de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Aprova o Plano Preferencial de Serviços e Obras do Departamento Nacional de Obras de Saneamento e dá outras providências.

Decreto nº 57.587 — de 6 de janeiro de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

Altera dispositivos do Decreto número 51.396, de 9 de abril de 1963, que aprovou o Regimento do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

Decreto nº 57.424 — de 14 de dezembro de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Cria o "Fundo da Propriedade Industrial" (F.P.I.), e dá outras providências.

Lei nº 4.936 — de 17 de março de 1966.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação imóvel no Estado do Paraná.

Decreto nº 57.450 — de 16 de dezembro de 1965.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação em favor do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, imóveis situados nas cidades do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, Belém — Estado do Pará e Curitiba — Estado do Paraná.

Decreto nº 57.485 — de 27 de dezembro de 1965.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, faixa de terra destinada a passagem de linha de transmissão.

Decreto nº 57.545 — de 29 de dezembro de 1965.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, necessário à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País.

Decreto nº 57.561 — de 30 de dezembro de 1965.

— Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.633 — de 14 de janeiro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.639 — de 14 de janeiro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.640 — de 14 de janeiro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno onde está situada a pedreira Ibitioca, no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 57.656 — de 20 de janeiro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de São José, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 57.657 — de 20 de janeiro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno, onde está situada a Pedreira do Guaíba, no Município de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 57.658 — de 20 de janeiro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fim de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.678 — de 28 de janeiro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da União Federal, as ações societárias da Companhia Eletromecânica "CELMA".

Decreto nº 57.682 — de 28 de janeiro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da União Federal, bens pertencentes a Massa Falida da Panair do Brasil Sociedade Anônima.

Decreto nº 57.683 — de 28 de janeiro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 57.701 — de 2 de fevereiro de 1966.

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias ao aproveitamento das corredeiras do Estreito, no rio Grande.

Decreto nº 57.711 — de 2 de fevereiro de 1966.

— Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada a passagem de linha de transmissão.

Decreto nº 57.738 — de 3 de fevereiro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno, situada no Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.789 — de 11 de fevereiro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 57.790 — de 11 de fevereiro de 1966.

— Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão entre a Usina Termoeletrica de Santa Cruz e a subestação da Central Elétrica de Furnas, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 57.805 — de 14 de fevereiro de 1966.

— Declara da utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 57.830 — de 17 de fevereiro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 57.831 — de 17 de fevereiro de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pela Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, terreno situado no município de Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto nº 57.842 — de 18 de fevereiro de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis que menciona, necessários ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 57.937 — de 10 março de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 41.584, de 29 de maio de 1957, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Glória", no Estado de Sergipe.*

Decreto nº 57.973 — de 11 de março de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 45.097, de 22 de dezembro de 1958, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Cruz de Pocinhos", Estado da Paraíba.*

Decreto nº 57.974 — de 11 de março de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 45.663, de 30 de março de 1959, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Sohen" no Estado da Bahia.*

Decreto nº 57.975 — de 11 de março de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 29.089, de 5 de janeiro de 1951, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária Espinho Branco, Estado de Paraíba.*

Decreto nº 57.976 — de 11 de março de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no município de Mata Grande, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 5.977 — de 11 de março de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do Reservatório Elevado e as Casas de Bombas do sistema de abastecimento d'água da cidade de Riacho de Dantas, no Estado de Sergipe.*

Decreto nº 57.978 — de 11 de março de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção de um poço profundo no Distrito de Messejana, município de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto nº 57.979 — de 11 de março de 1966.

— *Revoga o Decreto nº 52.443, de 3 de setembro de 1963, e dá outras providências.*

Decreto nº 58.013 — de 17 de março de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 58.078 — de 25 de março de 1966.

DESENVOLVIMENTO DA BACIA DA LAGOA MIRIM

Declara a Seção Brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia Lagoa-Mirim, vinculada ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

Decreto nº 57.565 — de 31 de dezembro de 1965.

— Homologa a aprovação do Regulamento da Comissão Mista Brasileiro — Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim.

Decreto nº 57.564 — de 31 de dezembro de 1965.

DIAMANTE

Autoriza a Mineração Tejucana Sociedade Anônima a pesquisar diamante e ouro no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.713 — de 2 de fevereiro de 1966.

— Autoriza a Mineração Tejucana Sociedade Anônima a pesquisar diamante e ouro no Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.714 — de 2 de fevereiro de 1966.

— Autoriza a Mineração Tejucana Sociedade Anônima a pesquisar diamante e ouro no Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.715 — de 2 de fevereiro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro David Paulo Diana a lavrar diamante e ouro, no município de Itupiranga, Estado do Pará.

Decreto nº 57.949 — de 10 de março de 1966.

DIATOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro José Francioni de Freitas a pesquisar diatomita, no município de Imbituba, no Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 57.861 — de 25 de fevereiro de 1966.

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Regulamenta o art. 94 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional) na parte referente a bolsas de estudo do ensino médio.

Decreto nº 57.980 — de 11 de março de 1966.

DISTRITO FEDERAL

Dispõe sobre a lotação do pessoal que retornou ao serviço da União no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal e dá outras providências.

Decreto nº 57.687 — de 31 de janeiro de 1966.

DOAÇÕES

Autoriza a doação, ao Hospital Evangélica da Bahia, de um lote de terreno, e dá outras providências.

Lei nº 4.874 — de 2 de dezembro de 1965.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a dotação de um terreno em Goiânia — GO, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.637 — de 14 de janeiro de 1966.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doações de imóveis, em Amambai — MT, destinados ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.638 — de 14 de janeiro de 1966.

— Torna sem efeito o Decreto número 641, de 2 de março de 1962.

Decreto nº 57.677 — de 28 de janeiro de 1966.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno em Feira de Santana — BA, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.679 — de 28 de janeiro de 1966.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 57.705 — de 2 de fevereiro de 1966.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de São José da Bela Vista, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.706 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Retifica o Decreto nº 48.706, de 4 de agosto de 1960.*

Decreto nº 57.707 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno em Santa Vitória do Palmar — RS, destinado ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 57.748 — de 4 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Guaraniésia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.793 — de 14 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona situado no Município de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.802 — de 14 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 57.907 — de 3 de março de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóveis, em João Pessoa — PB, destinados ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 51.936 — de 10 de março de 1966.

DÓLAR AMERICANO

Altera a taxa de conversão para as operações de receita e despesa realizadas no Exterior e dá outras providências.

Decreto nº 57.878 — de 28 de fevereiro de 1966.

DOLOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Vieira de Barros a pesquisar mármore, dolomita e minério de manganês no Município de Piedade, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.862 — de 25 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria da Conceição a pesquisar dolomita no Município de Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.960 — de 10 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alcides José Mariano a pesquisar dolomita, mármore e caulim no município de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 57.965 — de 10 de março de 1966.

E

ECONOMIÁRIOS

Regulamenta o § 6º do art. 33, da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Decreto nº 57.675 — de 27 de janeiro de 1966.

EDUCAÇÃO CÍVICA

Dispõe sobre a educação cívica em todo o país e dá outras providências.

Decreto nº 58.023 — de 21 de março de 1966.

ELEIÇÕES

Ato Institucional nº 3.

— *Ato Complementar nº 6.*

— *Ato Complementar nº 7.*

EMPREGADOS (Admissão e dispensa)

Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados e dá outras providências.

Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965.

EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS

Regulamenta o disposto na Lei número 4.797, de 20 de outubro de 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 58.016 — de 18 de março de 1966.

EMPRESAS INCORPORADAS

Determina o registro pelo Tribunal de Contas do contrato-escritura de compra e venda — celebrado, em 23 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Barth Annoni & Cia. Ltda.

Decreto Legislativo nº 2, de 1966.

**EMPRESAS PRIVADAS SUBVEN-
CIONADAS**

Dispõe sobre a entrega pelo Tesouro Nacional de importância para cobertura de "deficit" das autarquias ou empresas públicas e privadas subvencionadas.

Decreto nº 57.614 — de 7 de janeiro de 1966.

EMPRESAS PÚBLICAS

Dispõe sobre a entrega pelo Tesouro Nacional de importância para cobertura de "deficit" das autarquias ou empresas públicas e privadas subvencionadas.

Decreto nº 57.614 — de 7 de janeiro de 1966.

EMPRESTIMOS

Determina o registro de contrato, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado do Pará, em 24 de maio de 1963.

Decreto Legislativo nº 100, de 1965.

EMPRESTIMOS NO EXTERIOR

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de que menciona.

Decreto nº 57.447 — de 16 de dezembro de 1965.

— Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.

Decreto nº 57.454 — de 17 de dezembro de 1965.

— Autoriza o Banco Central da República do Brasil a negociar e a contratar, em nome do Tesouro Nacional, operação de empréstimo em moeda estrangeira, até o montante de US\$ 15.000.000 (quinze milhões de dólares), inclusive juros, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Decreto nº 57.590 — de 6 de janeiro de 1966.

— Garantia do Tesouro Nacional a uma operação de crédito da CEMIG.

Decreto nº 57.653 — de 20 de janeiro de 1966.

— Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional às operações de crédito que menciona.

Decreto nº 57.688 — de 1 de fevereiro de 1966.

— Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.

Decreto nº 57.770 — de 9 de fevereiro de 1966.

— Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.

Decreto nº 57.771 — de 9 de fevereiro de 1966.

— Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.

Decreto nº 57.772 — de 9 de fevereiro de 1966.

— Autoriza o Ministério da Fazenda a contratar em nome do Governo Brasileiro a operação de crédito que menciona.

Decreto nº 57.791 — de 11 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.*

Decreto nº 57.798 — de 14 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que especifica.*

Decreto nº 58.006 — de 15 de março de 1966.

— *Retifica dispositivo do Decreto nº 57.770, de 9 de fevereiro de 1966.*

Decreto nº 58.014 — de 17 de março de 1966.

— *Autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Departamento Nacional de Portos e Rios Navegáveis a contratarem empréstimos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Ministro da Fazenda a prestar a garantia do Tesouro Nacional aos referidos empréstimos.*

Decreto nº 58.115 — de 30 de março de 1966.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) para complementação dos recursos destinados à construção da "Usina Coaraci Nunes", no Território Federal do Amapá.

Lei nº 4.920 — de 23 de dezembro de 1965.

— *Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.022 — de 11 de outubro de 1965.

— *Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.023 — de 11 de outubro de 1965.

— *Outorga à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.498 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 57.503 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 57.516 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Transfere do Município de União para a Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para produzir e distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.518 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza a Companhia Nacional de Energia Elétrica a ampliar suas instalações.*

Decreto nº 57.519 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.520 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica.*

Decreto nº 57.526 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza a Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará a construir linhas de transmissão.*

Decreto nº 57.531 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a construir linha de transmissão e dá outras providências.*

Decreto nº 57.532 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Outorga ao Departamento de Aguas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.533 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Autoriza a Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará a construir linhas de transmissão.*

Decreto nº 57.534 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Outorga à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.535 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Outorga à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.536 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica.*

Decreto nº 57.537 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Outorga ao Departamento de Aguas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica ao distrito de Cimbres, Município de Pesqueira, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 57.539 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Outorga à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.540 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Autoriza remodelação de linha de transmissão.*

Decreto nº 57.541 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Autoriza a Companhia de Eletricidade Centro-Norte do Ceará a montar usina termelétrica e a construir linhas de transmissão.*

Decreto nº 57.542 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Outorga à Centrais Elétricas do Pará S. A., concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.543 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Autoriza a construção de linha de transmissão.*

Decreto nº 57.544 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, faixa de terra destinada a passagem de linha de transmissão.*

Decreto nº 57.545 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Autoriza a Indústria Sul Americana de Metais S. A. a instalar grupo gerador Diesel, para uso exclusivo.*

Decreto nº 57.546 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Transfere, da Companhia Luzense de Eletricidade para Centrais Elétricas de Minas Gerais, S. A., concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.547 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Outorga à Fôrça e Luz de Chapecó concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.549 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Fôrça e Luz a construir linha de transmissão e subestação abaixadora.*

Decreto nº 57.550 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Fôrça e Luz a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 57.551 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Transfere do Município de Anchieta à Espírito Santo Centrais Elétricas S. A. concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.560 — de 29 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o Departamento de Aguas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 57.709 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Transfere da São Paulo Light S. A. — Serviços de Eletricidade para o Departamento de Aguas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, a autorização contida no Decreto nº 52.821, de 12 de novembro de 1963.*

Decreto nº 57.710 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias ao aproveitamento das corredeiras de Estreito, no Rio Grande.*

Decreto nº 57.711 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Outorga concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.721 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Outorga, à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.726 — de 3 de fevereiro de 1966.

— *Outorga concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.736 — de 3 de fevereiro de 1966.

— *Transfere a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.737 — de 3 de fevereiro de 1966.

— *Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada a passagem de linha de transmissão.*

Decreto nº 57.738 — de 3 de fevereiro de 1966.

— *Transfere concessão e dá outras providências.*

Decreto nº 57.745 — de 4 de fevereiro de 1966.

— *Declara de utilidade pública faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão entre a Usina Termoelétrica de Santa Cruz e a subestação da Central Elétrica de Furnas, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 57.805 — de 14 de fevereiro de 1966.

— *Revoga o Decreto nº 34.948, de 18 de janeiro de 1954, e dá outras providências.*

Decreto nº 57.811 — de 15 de fevereiro de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pela Divisão de Aguas do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, terreno situado no município de Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto nº 57.842 — de 18 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 57.856 — de 25 de fevereiro de 1966.

— *Outorga à Sociedade Anônima de Eletificação da Paraíba concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.858 — de 25 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a construir linha de transmissão e dá outras providências.*

Decreto nº 58.759, de 25 de fevereiro de 1966.

— *Transfere concessão.*

Decreto nº 57.860 — de 25 de fevereiro de 1966.

— *Outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica concessão para aproveitamento de energia elétrica.*

Decreto nº 57.872 — de 25 de fevereiro de 1966.

— *Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.873 — de 25 de fevereiro de 1966.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade do Cariri concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.874 — de 25 de fevereiro de 1966.

— *Outorga à Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.875 — de 25 de fevereiro de 1966.

— *Outorga à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.879 — de 28 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a ampliar seu sistema de distribuição de energia elétrica, no Município de Igarapu do Tietê, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.880 — de 28 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a instalar usina hidrelétrica no açude Poço da Cruz, município de Irajá, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 57.881 — de 28 de fevereiro de 1966.

— *Outorga ao Município de Perimirim, Estado do Maranhão, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.882 — de 28 de fevereiro de 1965.

— *Declara a cessação dos serviços de energia elétrica no Município de Coxim, Estado de Mato Grosso, pelos seus antigos detentores e outorga nova concessão àquela municipalidade.*

Decreto nº 57.883 — de 28 de fevereiro de 1966.

— *Outorga ao Município de João Lisboa concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.884 — de 28 de fevereiro de 1966.

— *Transfere da Empresa Ourobranquense de Eletricidade e Transformação de Produtos S. A. para Centrais Elétricas de Minas Gerais Sociedade Anônima concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.885 — de 28 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza a Companhia Brasileira de Energia Elétrica a ampliar seu sistema de transmissão.*

Decreto nº 57.886 — de 28 de fevereiro de 1966.

— *Outorga à Empresa Distribuidora de Energia em Sergipe S. A. concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.911 — de 4 de março de 1966.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a construir linha de transmissão e dá outras providências.*

Decreto nº 57.912 — de 4 de março de 1966.

— *Outorga à Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.913 — de 4 de março de 1966.

— *Anula as dotações orçamentárias consignadas ao Ministério das Minas e Energia constantes da Lei nº 4.900, de 10-12-65, no valor global de Cr\$ 22.172.000.000, (vinte e dois bilhões, cento e setenta e dois milhões de cruzeiros) e abre ao Ministério das Minas e Energia o crédito suplementar do mesmo valor, para atender aos programas especiais de energia nos diversos Estados e Territórios da União.*

Decreto nº 57.929 — de 8 de março de 1966.

— *Outorga à Itabira Agro-Industrial S. A. concessão para aproveitamento hidráulico, para uso exclusivo.*

Decreto nº 57.946 — de 10 de março de 1966.

— *Transfere da Companhia Industrial Ouropretana para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.948 — de 10 de março de 1966.

— *Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade a construir ramal de linha de transmissão no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 57.981 — de 11 de março de 1966.

— *Outorga à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.982 — de 11 de março de 1966.

— *Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a instalar uma usina hidrelétrica, no açude público Estreito, no município de Espinosa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.017 — de 18 de março de 1966.

— *Transfere concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.983 — de 11 de março de 1966.

— *Transfere concessão.*

Decreto nº 57.984 — de 11 de março de 1966.

— *Outorga à Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.985 — de 11 de março de 1966.

ENERGIA HIDRÁULICA

— Ver: *Energia Elétrica.*

ENERGIA TERMELÉTRICA

— Ver: *Energia Elétrica*

ENERGIA NUCLEAR

Aprova o orçamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Decreto nº 57.931 — de 9 de março de 1966.

ENSINO SUPERIOR

Dispõe sobre a designação de Diretores.

Decreto nº 57.661 — de 24 de janeiro de 1966.

ESCOLAS

Altera o orçamento da Escola Técnica Federal do Paraná.

Decreto nº 57.570 — de 4 de janeiro de 1966.

— *Altera o orçamento da Escola Técnica Federal de Pernambuco.*

Decreto nº 57.571 — de 4 de janeiro de 1966.

— *Dispõe sobre as atividades didáticas exercidas na Escola Nacional de Saúde Pública e sobre a forma de sua remuneração.*

Decreto nº 57.572 — de 4 de janeiro de 1966.

— *Concede reconhecimento à Escola de Engenharia Industrial da Universidade Católica de Petrópolis.*

Decreto nº 57.582 — de 5 de janeiro de 1966.

— *Cria a Escola de Aprendizizes-Marinheiros de Alagoas.*

Decreto nº 57.646 — de 17 de janeiro de 1966.

— *Dispõe sobre a designação de Diretores.*

Decreto nº 57.661 — de 24 de janeiro de 1966.

— *Dispõe sobre áreas destinadas a cantinas escolares.*

Decreto nº 57.662 — de 24 de janeiro de 1966.

— *Declara de utilidade pública a "Associação Escola Doméstica Filhas de Maria Imaculada", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.670 — de 26 de janeiro de 1966.

— *Altera o orçamento da Escola Industrial Federal de Alagoas.*

Decreto nº 57.751 — de 4 de fevereiro de 1966.

— Altera os orçamentos da Escola Industrial Federal do Piauí e da Escola Técnica Federal de Mineração e Metalurgia de Ouro Preto.

Decreto nº 57.752 — de 4 de fevereiro de 1966.

— Cria departamentos de ensino na Escola Nacional de Saúde Pública do Ministério da Saúde.

Decreto nº 58.007 — de 15 de março de 1966.

— Concede reconhecimento à Escola de Estatística da Bahia.

Decreto nº 57.817 — de 15 de fevereiro de 1966.

ESCOLAS

Ver, também, Cursos, Faculdades e Universidades. Quanto às militares, ver, Aeronáutica, Exército e Marinha.

ESTADO DE ALAGOAS

Decreta a intervenção federal no Estado de Alagoas.

Decreto nº 57.623 — de 13 de janeiro de 1966.

ESTADO DA GUANABARA

Dispõe sobre a situação de funcionários federais nomeados para cargos criados pela Resolução número 61-64, da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara.

Decreto nº 57.681 — de 28 de janeiro de 1966.

ESTADO DO PARA

Determina o registro de contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União e o Estado do Pará, em 24 de maio de 1963.

Decreto Legislativo nº 100, de 1965.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.022 — de 11 de outubro de 1966.

— Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.023 — de 11 de outubro de 1966.

— Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia.

Decreto nº 57.520 — de 28 de dezembro de 1965.

— Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.533 — de 29 de dezembro de 1965.

— Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica ao distrito de Cimbres, Município de Pesqueira, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 57.539 — de 29 de dezembro de 1965.

ESTADO DE SÃO PAULO

Autoriza, o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a construir linha de transmissão.

Decreto nº 57.709 — de 2 de fevereiro de 1966.

— Transfere da São Paulo Light S. A. — Serviços de Eletricidade para o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, a autorização contida no Decreto número 52.821, de 13 de novembro de 1963.

Decreto nº 57.710 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Revoga o Decreto nº 34.948, de 18 de janeiro de 1954, e dá outras providências.*

Decreto nº 57.811 — de 15 de fevereiro de 1966.

ESTATÍSTICO

Retifica os Decretos ns. 54.015, de 13 de julho de 1964 e 55.004, de 13 de novembro de 1964.

Decreto nº 57.837 — de 17 de fevereiro de 1966.

ESTATUTOS

— Ver o nome da entidade a que se refere.

ESTRADA DE FERRO TOCANTINS

Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Estrada de Ferro Tocantins.

Decreto nº 57.625 — de 13 de janeiro de 1966.

ESTRADAS DE FERRO

Altera a redação do art. 17 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 2.089, de 18 de janeiro de 1963, do Conselho de Ministros.

Decreto nº 57.788 — de 11 de fevereiro de 1966.

ESTUDANTES

Suspende as atividades da União Nacional de Estudantes (UNE).

Decreto nº 57.634 — de 14 de janeiro de 1966.

EXÉRCITO

Dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército.

Lei nº 4.902 — de 16 de dezembro de 1966.

— *Prorrogação de Estágio de Serviço Oficial R2 (Dá nova redação ao artigo 1º, do Decreto nº 53.307, de 30 de dezembro de 1964).*

Decreto nº 57.491 — de 27 de dezembro de 1965.

— *Aprova o Regulamento para o Conselho Superior do Fundo do Exército e dá outras providências.*

Decreto nº 57.659 — de 21 de janeiro de 1966.

— *Aprova as Tabelas de Fixação de, Valores da Etapa, em suas diferentes modalidades, e dos complementos à razão comum das Forças Armadas, para o primeiro semestre de 1966, e dá outras providências.*

Decreto nº 57.674 — de 27 de janeiro de 1966.

— *Altera dispositivos do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, aprovado pelo Decreto nº 42.018, de 9 de agosto de 1957.*

Decreto nº 57.776 — de 10 de fevereiro de 1966.

— *Dá nova redação ao nº 2 do § 1º do art. 33, do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto nº 3.251, de 9 de novembro de 1938.*

Decreto nº 57.777 — de 10 de fevereiro de 1966.

— *Cria a Policlínica de Guarnição da Vila Militar e dá outras providências.*

Decreto nº 57.938 — de 10 de março de 1966.

— *Cria a Policlínica Militar da Praia Vermelha e dá outras providências.*

Decreto nº 57.939 — de 20 de março de 1966.

— *Revoga o Regulamento das Escolas Preparatórias (R-114), aprovado pelo Decreto nº 18.732, de 28 de maio de 1945 e dá outras providências.*

Decreto nº 57.940 — de 10 de março de 1966.

— *Dá nova redação à letra d, do art. 71, do Regulamento para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, aprovado pelo Decreto nº 36.955, de 25 de fevereiro de 1955.*

Decreto nº 58.071 — de 24 de março de 1966.

EXERCITO

— Ver, também, Ministério da Guerra.

EXPORTAÇÕES

Prorroga até 31 de dezembro de 1966 a suspensão temporária da cobrança das obrigações, mencionadas nos Decretos ns. 56.621 e 56.789, respectivamente de 29 de julho e 26 de agosto de 1965.

Decreto nº 57.767 — de 9 de fevereiro de 1966.

— *Aprova o Aditivo ao Regulamento de Embarques para a safra de 1965-1966.*

Decreto nº 57.773 — de 10 de fevereiro de 1966.

F**FACULDADES**

Concede reconhecimento à Faculdade de Odontologia de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 57.684 — de 31 de janeiro de 1966.

— *Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Direito Braz Cubas de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.818 — de 15 de fevereiro de 1966.

— *Concede autorização para funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Santo André, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.849 — de 23 de fevereiro de 1966.

— *Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Tecnologia de Barretos, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.891 — de 28 de fevereiro de 1966.

— *Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Direito de Varginha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.932 — de 9 de março de 1966.

— *Concede reconhecimento à Faculdade de Odontologia do Piauí.*

Decreto nº 53.032 — de 22 de março de 1966.

— *Faculdades — Ver, também, Escolas, Cursos e Universidades.*

FARINHA DE MANDIOCA

Fixa os preços mínimos básicos para o algodão, arroz, feijão, farinha de mandioca, milho e sisal, da região nordestina, da safra 1966-67.

Decreto nº 57.598 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Fixa os preços mínimos básicos para o algodão, arroz, feijão, farinha de mandioca e milho, da Região Norte, da safra 1966-67.*

Decreto nº 57.599 — de 7 de janeiro de 1966.

FAUNA

Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.

Decreto nº 58.054 — de 23 de março de 1966.

FEBRE AMARELA

Baixa Normas Técnicas Especiais para a defesa sanitária do País, nas atividades que dizem respeito à "Saúde Internacional" e das outras providências.

Decreto nº 57.632 — de 14 de janeiro de 1966.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS

Autoriza a filiação de entidade sindical à Federación Interamericana de Organizaciones de Periodistas Profissionais.

Decreto nº 57.576 — de 8 de fevereiro de 1966.

FEIJÃO

Fixa os preços mínimos básicos para o algodão, arroz, feijão, farinha de mandioca, milho e sisal, da região nordestina, da safra 1966-67.

Decreto nº 57.598 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Fixa os preços mínimos básicos para o algodão, arroz, feijão, farinha de mandioca e milho, da Região Norte, da safra 1966-67.*

Decreto nº 57.599 — de 7 de janeiro de 1966.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Sydney Siqueira Cardoso a pesquisar feldspato e mica, no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 57.499 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Rogaciano da Silva Rocha a pesquisar feldspato, no município de Porciúncula, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 57.515 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza Porcelana Schmidt S. A. a Pesquisar feldspato, quartzo e caulim no município de Pedras Grandes, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 57.720 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Vieira de Barros a pesquisar feldspato, quartzo e calcário, no município de Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.887 — de 28 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Paudo a pesquisar feldspato no município de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 57.919 — de 4 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Silvio Beneduzzi a lavrar feldspato e quartzo no município de Monte Sião no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.947 — de 10 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Sattim a pesquisar feldspato, quartzo e caulim, no município de Monte Sião, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.959 — de 10 de março de 1966.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria da Conceição a pesquisar feldspato, quartzo e dolomita, no município de Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.960 — de 10 de março de 1966.

— *Retifica o art. 1º do Decreto nº 56.063, de 26 de abril de 1965.*

Decreto nº 57.987 — de 14 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Maria de Oliveira a pesquisar feldspato, quartzo e caulim no município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.999 — de 14 de março de 1966.

FERRO

Renova o Decreto nº 1.708, de 29 de maio de 1962.

Decreto nº 57.523 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza a Mineração Casté S. A. a pesquisar minério de ferro, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.865 — de 25 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Divino Esteves de Faria a lavrar minério de ferro no município de Mateus Leme, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.916 — de 4 de março de 1966.

— *Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Ltda. a lavrar minério de ferro, no município de Joinville, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 57.934 — de 9 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Wilson Félix Soares a lavrar minérios de ferro e manganês no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto nº 57.950 — de 10 de março de 1966.

— *Anula o Decreto nº 42.242, de 5 de setembro de 1957.*

Decreto nº 57.988 — de 14 de março de 1966.

— *Autoriza a Siderúrgica Barra Mansa S. A. a pesquisar minério de ferro no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.989 — de 14 de março de 1966.

— *Anula o Decreto nº 42.245, de 5 de setembro de 1957.*

Decreto nº 57.990 — de 14 de março de 1966.

FIRESMEN'S INSURANCE COMPANY OF NEWARK

Concede à Firemen's Insurance Company of Newark autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 57.622 — de 10 de janeiro de 1966.

FISCO

Regulamenta aplicação do regime de remuneração aos funcionários do Grupo Ocupacional AF-300-Fisco.

Decreto nº 57.877 — de 28 de fevereiro de 1966.

FLORA

Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.

Decreto nº 58.054 — de 23 de março de 1966.

FLUORITA

Autoriza o cidadão brasileiro Octávio Coan a pesquisar fluorita no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 57.501 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Renova o Decreto nº 52.232, de 9 de julho de 1963.*

Decreto nº 57.514 — de 28 de dezembro de 1965.

FRUTAS

Prorroga até 31 de dezembro de 1966 a suspensão temporária da cobrança das obrigações mencionadas nos Decretos ns. 56.621 e 56.789, respectivamente de 29 de julho e 26 de agosto de 1965.

Decreto nº 57.767 — de 9 de fevereiro de 1966.

FUNÇÃO MILITAR

Define exercício de função militar e dá outras providências.

Decreto nº 57.775 — de 10 de fevereiro de 1966.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Prorroga os prazos de validade dos concursos, em vigor, para o provimento dos cargos públicos da União e das autarquias federais.

Lei nº 4.929 — de 18 de fevereiro de 1966.

— *Altera o art. 3º do Decreto número 53.914, de 11 de maio de 1964.*

Decreto nº 57.603 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Dispõe sobre a nomeação e admissão de pessoal para o Serviço Público Federal.*

Decreto nº 57.630 — de 14 de janeiro de 1966.

— *Dispõe sobre a aplicação da Tabela de que trata o Decreto nº 55.332, de 31 de dezembro de 1964, no exercício de 1966.*

Decreto nº 57.649 — de 19 de janeiro de 1966.

— *Dispõe sobre aplicação do parágrafo único do art. 41 da Lei número 3.917, de 14 de julho de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 57.650 — de 19 de janeiro de 1966.

— *Dispõe sobre a situação de funcionários federais nomeados para cargos criados pela Resolução número 61-64 da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara.*

Decreto nº 57.681 — de 28 de janeiro de 1966.

— *Vincula as tarefas de pesquisa de História do Brasil na Europa às atribuições da Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO.*

Decreto nº 57.686 — de 31 de janeiro de 1966.

— *Dispõe sobre a lotação do pessoal que retornou ao serviço da União no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal e dá outras providências.*

Decreto nº 57.687 — de 31 de janeiro de 1966.

— *Dispõe sobre a concessão de gratificação pela representação de gabinete e revoga os Decretos números 56.597 e 56.598, de 22 de julho de 1965.*

Decreto nº 57.722 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Regulamenta o regime de tempo integral e dedicação exclusiva previsto nos arts. 11 e 12 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, e no art. 7º da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.*

Decreto nº 57.744 — de 3 de fevereiro de 1966.

— *Dispõe sobre a prestação de serviços na forma prevista no parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 35.956, de 2 de agosto de 1954, com a redação dada pelo Decreto nº 36.479, de 19 de novembro de 1954.*

Decreto nº 57.825 — de 16 de fevereiro de 1966.

— *Retifica os Decretos ns. 54.015, de 13 de julho de 1964, e 55.004, de 13 de novembro de 1964.*

Decreto nº 57.837 — de 17 de fevereiro de 1966.

— *Retifica os Decretos ns. 54.015, de 13 de julho de 1964, e 55.204, de 11 de dezembro de 1964.*

Decreto nº 57.869 — de 25 de fevereiro de 1966.

— *Retifica os Decretos ns. 54.015, de 13 de julho de 1964 e 55.004, de 13 de novembro de 1964.*

Decreto nº 57.899 — de 1º de março de 1966.

— *Suspende, provisoriamente, em relação às Autarquias vinculadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas, as restrições do art. 6º do Decreto nº 44.767, de 30 de outubro de 1958, combinado com o art. 17, § 3º, do Decreto nº 807, de 30 de março de 1962.*

Decreto nº 57.910 — de 3 de março de 1966.

— *Dispõe sobre a responsabilidade dos chefes imediatos na apreciação das aptidões e habilitação dos funcionários readaptados e dá outras providências.*

Decreto nº 58.018 — de 21 de março de 1966.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000, autorizado pela Lei nº 4.788, de 13 de outubro de 1965.*

Decreto nº 57.730 — de 3 de fevereiro de 1966.

FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO DESEMPREGADO

— *Institui o cadastro permanente de admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências.*

Lei nº 4.923 — de 23 de dezembro de 1965.

FUNDO ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 614.000.000, para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial das Nações Unidas.

Lei nº 4.918 — de 17 de dezembro de 1965.

FUNDO DE MARINHA MERCANTE

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 6.998.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.799 — de 14 de fevereiro de 1966.

FUNDO DE RESERVA

Estabelece o Fundo de Reserva nas dotações orçamentárias para o exercício de 1966.

Decreto nº 57.613 — de 7 de janeiro de 1966.

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO

Aprova o Regulamento das Leis números 2.303, de 31 de agosto de 1954, 2.944, de 8 de novembro de 1955, 4.156, de 23 de novembro de 1962, 4.364, de 22 de julho de 1964 e 4.676, de 16 de junho de 1965.

Decreto nº 57.617 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 500.000.000, autorizado pela Lei nº 4.788, de 13 de outubro de 1965.*

Decreto nº 57.730 — de 3 de fevereiro de 1966.

FUNDO NACIONAL DE ENSINO MÉDIO

Dispõe sobre os saldos não aplicados dos Fundos Nacionais de Ensino Primário e Médio, a intensificação do ensino fundamental a pessoas analfabetas de mais de 10 anos de idade, e dá outras providências.

Decreto nº 57.895 — de 28 de fevereiro de 1966.

FUNDO NACIONAL DE ENSINO PRIMÁRIO

Dispõe sobre os saldos não aplicados dos Fundos Nacionais de Ensino Primário e Médio, a intensificação do ensino fundamental a pessoas analfabetas de mais de 10 anos de idade, e dá outras providências.

Decreto nº 57.895 — de 23 de fevereiro de 1966.

FUNDO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (F.P.I.)

Cria o "Fundo da Propriedade Industrial" (F.P.I.), e dá outras providências.

Lei nº 4.926 — de 17 de março de 1966.

G**GADO BOVINO**

Estabelece normas para o abate de gado bovino no ano de 1966 e determina outras providências.

Decreto nº 57.592 — de 7 de janeiro de 1966.

GARANTIA DE INVESTIMENTOS

Promulga o Acôrdo de Garantia de Investimentos com os Estados Unidos da América.

Decreto nº 57.943 — de 10 de março de 1966.

GATT

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.693 — de 2 de fevereiro de 1966.

GEÓGRAFO

Retifica os Decretos n.ºs 54.015, de 13 de julho de 1964 e 55.004, de 13 de novembro de 1964.

Decreto nº 57.899 — de 1º de março de 1966.

GOVERNADORES

Ato Institucional nº 3.

GRAFFTE

Autoriza o cidadão brasileiro Aquilino Peres de Moura a pesquisar grafite, no município de Arcos, Estado de Minas Gerais...

Decreto nº 57.506 — de 28 de dezembro de 1965.

GREAT AMERICAN INSURANCE COMPANY

Concede à Great American Insurance Company autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 57.924 — de 4 de março de 1966.

GRUPOS DE TRABALHO

Renova o prazo previsto no artigo 3º do Decreto nº 56.850, de 10 de setembro de 1965.

Decreto nº 57.615 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Cria o Grupo de Trabalho Especial para elaborar o esquema de aplicação de recursos externos destinados à pecuária nacional.*

Decreto nº 57.823 — de 15 de fevereiro de 1966.

— *Modifica o Decreto nº 57.823, de 15 de fevereiro de 1966, que "Criou o Grupo de Trabalho Especial para elaborar o esquema de aplicação de recursos externos destinados à pecuária nacional".*

Decreto nº 57.845 — de 18 de fevereiro de 1966.

— *Abre à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 57.971 — de 11 de março de 1966.

— *Abre, ao Departamento Administrativo do Serviço Público, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 57.972 — de 11 de março de 1966.

GRUPOS EXECUTIVOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 11.000.000.000 (onze bilhões de cruzeiros), destinado a atender a despesas de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, e dá outras providências.

Lei nº 4.930 — de 9 de março de 1966.

— *Aprova o Regimento do Grupo Executivo da Indústria do Livro.*

Decreto nº 58.024 — de 21 de março de 1966.

— *Altera o Decreto nº 50.837, de 23 de junho de 1961, que cria o Grupo Executivo da Indústria de Material Aeronáutico — GEIMA.*

Decreto nº 57.049 — de 11 de outubro de 1965.

II

HEMATITA

Autoriza o cidadão brasileiro Afonso Rodrigues de Lima a pesquisar hematita no município de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 57.712 — de 2 de fevereiro de 1966.

HÉVEA DA BAHIA S.A. — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Concede à Hévea da Bahia S.A. — Agricultura, Indústria e Comércio, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.966 — de 10 de março de 1966.

HISTÓRIA DO BRASIL

Vincula as tarefas de pesquisa de História do Brasil na Europa às atribuições da Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO.

Decreto n.º 57.686 — de 31 de janeiro de 1966.

HOMEOPATIA

Dispõe sobre manipulação, receituário, industrialização e venda de produtos utilizados em homeopatia e dá outras providências.

Decreto n.º 57.477 — de 20 de dezembro de 1965.

HORA DE VERÃO

Institui a "hora de verão" em todo o território nacional.

Decreto n.º 57.843 — de 18 de fevereiro de 1966.

HOSPITAIS

Autoriza a doação, ao Hospital Evangélico da Bahia, de um lote de terreno, e dá outras providências.

Lei n.º 4.874 — de 2 de dezembro de 1966.

I

IMPORTAÇÃO

Isenta dos impostos de importação e de consumo, e de outras contribuições fiscais, os alimentos de qualquer natureza, e outras utilidades, adquiridos no exterior, mediante doação, pelas instituições em funcionamento no País, que se dediquem à assistência social.

Lei n.º 4.917 — de 17 de dezembro de 1965.

IMPOSTOS DE IMPORTAÇÃO

Regula a cobrança do adicional previsto no art. 23 da Lei n.º 4.863 de 29 de novembro de 1965.

Decreto n.º 57.535 — de 6 de janeiro de 1966.

IMPÓSTO DE RENDA

Regulamenta o art. 86 da Lei número 4.506, de 30 de novembro de 1964 e dá nova redação ao § 3º do artigo 5º do Decreto n.º 54.252, de 3 de setembro de 1964.

Decreto n.º 57.458 — de 20 de dezembro de 1965.

— Altera o regulamento aprovado pelo Decreto n.º 55.866, de 25 de março de 1965, que dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza.

Decreto n.º 57.641 — de 14 de janeiro de 1966.

— Regulamenta os arts. 56 e 71 da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, no que se refere a Obrigações do Tesouro Nacional — Lei n.º 4.357-64.

Decreto n.º 57.821 — de 15 de fevereiro de 1966.

IMPÓSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA

Aprova o Regulamento das Leis números 2.308, de 31 de agosto de 1954, 2.944, de 8 de novembro de 1956, 4.156, de 28 de novembro de 1962, 4.364 de 22 de julho de 1964 e 4.676, de 16 de junho de 1965.

Decreto n.º 57.617 — de 7 de janeiro de 1966.

IMUNIDADES

Promulga o Acórdão sobre privilégios e imunidades da Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Decreto n.º 57.784 — de 11 de fevereiro de 1966.

INDULTO

Concede indulto a sentenciados pela Justiça Militar.

Decreto n.º 57.567 — de 3 de janeiro de 1966.

INDÚSTRIAS DE MADEIRAS E MINÉRIOS DO TAPAJÓS LTDA.

Concede à Indústrias de Madeiras e Minérios do Tapajós Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 57.967 — de 10 de março de 1966.

INDÚSTRIA DO LIVRO

Aprova o Regimento do Grupo Executivo da Indústria do Livro.

Decreto nº 58.024 — de 21 de março de 1966.

INSPEÇÃO DO TRABALHO

Altera a redação de dispositivos do Decreto nº 55.841, de 15 de março de 1965, que aprova Regulamento para a Inspeção do Trabalho.

Decreto nº 57.819 — de 15 de fevereiro de 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação coletiva que espcifica e dá outras providências.

Decreto nº 57.783 — de 11 de fevereiro de 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA

Revoga o Decreto nº 52.443, de 3 de setembro de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 58.013 — de 17 de março de 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

*Modifica o Regulamento para a eleição dos Representantes da Lavou-
ra na Junta Administrativa do IBC,
baixado pelo Decreto nº 57.096, de 19
de outubro de 1965, a que se refere o
art. 5º da Lei nº 1.779, de 22 de de-
zembro de 1952.*

Decreto nº 57.445 — de 16 de de-
zembro de 1965.

— *Altera o art. 4º do Decreto nú-
mero 57.096, de 19 de outubro de 1965,
que dispõe sobre o Regulamento para
eleição dos Representantes da Lavou-
ra na Junta Administrativa do Insti-
tuto Brasileiro do Café.*

Decreto nº 57.652 — de 19 de ja-
neiro de 1966.

— *Fixa normas sobre orçamentos
analíticos e dá outras providências.*

Decreto nº 57.655 — de 20 de ja-
neiro de 1966.

INSTITUTOS DE APOSENTADO- RIA E PENSÕES

*Regulamenta o art. 35 da Lei nú-
mero 4.863 de 29 de novembro de
1965, que disciplina a arrecadação pe-
los IAPs das contribuições que lhes
são devidas e das destinadas a outras
entidades ou fundos, mediante uma
taxa única.*

Decreto nº 57.902 — de 2 de mar-
ço de 1966.

— *Altera disposições do Decreto nú-
mero nº 56.793, de 27 de agosto de
1965.*

Decreto nº 58.082 — de 25 de mar-
ço de 1966.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIA- RIOS

*Altera o Decreto nº 53.727, de 18
de março de 1964, que retificou o en-
quadramento das séries de classes de
Técnico de Laboratório e Laboratoris-
ta do Quadro do Pessoal do Instituto
de Aposentadoria e Pensões dos Co-
merciários.*

Decreto nº 57.643 — de 14 de ja-
neiro de 1966.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

*Altera dispositivos da Lei nº 4.284,
de 20 de novembro de 1963.*

Lei nº 4.937 — de 18 de março
de 1966.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

*Altera disposições do Decreto nú-
mero 56.793, de 27 de agosto de 1965.*

Decreto nº 58.082 — de 25 de março
de 1966.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

*Dispõe sobre o limite de sessões or-
dinárias da Comissão Executiva do
Instituto do Açúcar e do Alcool.*

Decreto nº 57.586 — de 6 de ja-
neiro de 1966.

— Dispõe sobre enquadramento de servidores do Instituto do Açúcar e do Alcool, e dá outras providências.

Decreto nº 57.667 — de 24 de janeiro de 1966.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 110.000.000 (cento e dez milhões de cruzeiros) destinado à construção de nova sede para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Lei nº 4.927 — de 17 de fevereiro de 1965.

INSTITUTO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO — INDA

Autoriza o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA — e retribuir, mediante recibo, a execução dos serviços que especifica e dá outras providências.

Decreto nº 57.781 — de 11 de fevereiro de 1966.

INTERCÂMBIO CULTURAL

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural assinado entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República de Costa Rica, em São José, a 19 de novembro de 1964.

Decreto Legislativo nº 3, de 1966.

Decreto nº 57.596 — de 7 de janeiro de 1966.

INTERVENÇÃO FEDERAL

Ato Complementar nº 8.

— Decreta a intervenção federal no Estado de Alagoas.

Decreto nº 57.623 — de 13 de janeiro de 1966.

— Prorroga o prazo a que se referem os arts. 2º do Decreto nº 814, de 31 de março de 1962, e 1º dos Decretos ns. 1.396, de 19 de setembro de 1962, 1.878, de 13 de dezembro de 1962, 51.863, de 25 de março de 1963, 52.148, de 25 de junho de 1963, 52.477, de 16 de setembro de 1963, 54.288, de 14 de setembro de 1964 e 56.848, de 10 de setembro de 1965.

Decreto nº 57.630-A — de 14 de janeiro de 1966.

IRRIGAÇÃO AGRÍCOLA

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo de contrato celebrado, em 15 de agosto de 1951, entre o Governo Federal e Geraldo Amaro da Silva e sua mulher Raymunda Alexandre da Silva.

Decreto Legislativo nº 7, de 1966.

ISENÇÕES

Isenta dos impostos de importação e de consumo, e de outras contribuições fiscais, os alimentos de qualquer natureza, e outras utilidades, adquiridos no exterior, mediante doação, pelas instituições em funcionamento no País, que se dediquem à assistência social.

Lei nº 4.917 — de 17 de dezembro de 1965.

— Estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira, e dá outras providências.

Lei nº 4.921 — de 23 de dezembro de 1965.

— Isenta dos impostos de importação e de consumo materiais importados pela Dominium S.A., destinados à fabricação de café solúvel.

Lei nº 4.932 — de 9 de março de 1966.

— Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para 4 (quatro) empilhadeiras importadas pela Lamport & Holt Navegação S.A.

Lei nº 4.933 — de 9 de março de 1966.

— Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Telefônica de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Lei nº 4.934 — de 16 de março de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Indústria Brasileira de Equipamentos S.A. — BRASQUIP", de Salvador, (BA).

Decreto nº 57.589 — de 6 de janeiro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Metalgráfica do Norte S.A.", de Recife, Pernambuco.

Decreto nº 57.747 — de 4 de fevereiro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Fiação e Tecelagem Mossoró S. A." (Fitema), de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 57.824 — de 16 de fevereiro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Sociedade Anônima Brasileira de Indústria Óptica — "SABIO", do Recife (Pe).

Decreto nº 57.827 — de 17 de fevereiro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Société Cotonnière Belge-Brésilienne", de Moreno, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 58.019 — de 21 de março de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Companhia Valença Industrial", de Valença, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.020 — de 21 de março de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Costa, Herculano S.A. — Indústria e Comércio", de Garanhuns, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 58.025 — de 21 de março de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Companhia Industrial do Sisal — CISAL", de Bayeux (Pb).

Decreto nº 58.020 — de 21 de março de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado, e consignados à empresa "Acumuladores Moura S.A.", de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 58.027 — de 21 de março de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação de equipamento novo sem similar nacional registrado, neste descrito e consignado à empresa "Microliite do Nordeste S.A. — Indústria e Comércio", de Jaboaão (Pe).

Decreto nº 58.028 — de 21 de março de 1966.

— Retifica o Decreto nº 56.316, de 21-5-66, que declarou prioritária ao

desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, nele descritos e consignados à empresa "Fábrica de Sacos Montanha Ltda.", de Recife (Pe).

Decreto nº 58.037, de 22 de março de 1966.

J

JORNALISTAS

Autoriza a filiação de entidade sindical à Federação Interamericana de Organizaciones de Periodistas Profesionales.

Decreto nº 57.576 — de 8 de fevereiro de 1966.

JUIZ DE PAZ

Ato Complementar nº 7.

JUSTIÇA ELEITORAL

Abre à Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, o crédito especial de Cr\$ 1.360.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.768 — de 9 de fevereiro de 1966.

L

LANCASHIRE GENERAL INVESTMENT COMPANY LIMITED

— Concede à sociedade anônima Lencashire General Investment Company Limited autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 57.672 — de 27 de janeiro de 1966.

LAVRA

Ver o nome do elemento lavrado.

LEI DO SERVIÇO MILITAR

Regulamenta a Lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto

de 1964), retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965.

Decreto nº 57.654 — de 20 de janeiro de 1966.

LETRAS DE CÂMBIO

Promulga as Convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias.

Decreto nº 57.663 — de 24 de janeiro de 1966.

LOCAÇÃO DE PRÉDIOS

Regula a ação de despejo de prédios não residenciais e dá outras providências.

Decreto-lei nº 4 — de 7 de fevereiro de 1966.

LÓIDE AEREO PARAGUAIO S.A. — LAPSA

Cancela a autorização concedida à empresa de transportes aéreos "Lóide Aéreo Paraguai S.A. — LAPSA", para funcionar na República.

Decreto nº 57.575 — de 4 de janeiro de 1966.

LOTERIA FEDERAL

Regulamenta o § 6º do art. 33, da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Decreto nº 57.675 — de 27 de janeiro de 1966.

M

MACEDO & CIA. LTDA.

Concede a Macedo & Cia. Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.957 — de 10 de março de 1966.

MADEIRAS PRESERVADAS

Regulamenta o disposto na Lei número 4.797, de 20 de outubro de 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 58.016 — de 18 de março de 1966.

MAGNESITA

Autoriza a Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S.A. — IBAR — a lavar magnesita, no município de Iguatu, Estado do Ceará.

Decreto nº 57.944 — de 10 de março de 1966.

MAGNETITA

Autoriza o cidadão brasileiro José Ignácio de Mesquita Sampaio a lavar apatita, magnetita e calcário no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.915 — de 4 de março de 1966.

MALÁRIA

Baixa Normas Técnicas Especiais para o combate à Malária e dá outras providências.

Decreto nº 57.474 — de 20 de dezembro de 1965.

MANDIOCA

Transfere imóveis e benfeitorias pertencentes à Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca, em liquidação. Ministério da Agricultura para a Companhia Brasileira de Armazenamento — CIBRAZEM e dá outras providências.

Decreto nº 57.909 — de 3 de março de 1966.

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Vieira de Barros a pesquisar mármore, dolomita e minério de manganês no Município de Piedade, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.862 — de 25 de fevereiro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Henrique Silva Leão a pesquisar minério de manganês no município de Anápolis, Estado de Goiás.

Decreto nº 57.871 — de 25 de fevereiro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Wilson Félix Soares a lavar minérios de ferro e manganês no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 57.950 — de 10 de março de 1966.

MARINHA

Dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército.

Lei nº 4.902 — de 16 de dezembro de 1965.

— Dispõe sobre a inatividade dos militares, da Aeronáutica e do Exército.

Lei nº 4.902 — de 16 de dezembro de 1965.

— Altera em caráter transitório, até a reestruturação do Serviço de Intendência da Marinha do Brasil como decorrência da Reforma Administrativa, a redação do art. 6º do Regulamento para os Centros de Controle de Estoque, aprovado pelo Decreto número 46.424, de 14 de julho de 1959.

Decreto nº 57.722-A — de 22 de fevereiro de 1966.

— Aprova o Regulamento para o Conselho de Promoções de Oficiais.

Decreto nº 57.577 — de 4 de janeiro de 1966.

— Aprova o Regulamento para as Comissões de Promoções.

Decreto nº 57.576 — de 4 de janeiro de 1966.

— Aprova as Tabelas de Fixação de Valores de Etapa, em suas diferentes modalidades, e dos complementos à ração comum das Forças Armadas, para o primeiro semestre de 1966, e dá outras providências.

Decreto nº 57.674 — de 27 de janeiro de 1966.

— Regulamenta a Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965, que estabelece princípios, condições e critérios básicos para promoções de oficiais da Marinha do Brasil.

Decreto nº 57.361-A — de 29 de novembro de 1965.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 57.907 — de 3 de março de 1966.

— *Fixa o número mínimo de vagas para a cota compulsória no Ministério da Marinha.*

Decreto nº 57.797 — de 14 de fevereiro de 1966.

MARINHA

— *Ver, também, ARMADA e Ministério da MARINHA.*

MÁRMORE

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Vieira de Barros a pesquisar mármore, dolomita e minério de manganês no Município de Piedade, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.862 — de 25 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Casemiro Costa a pesquisar mármore e calcário no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 57.920 — de 4 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alcides José Mariano a pesquisar dolomita, mármore e caulim no município de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 57.965 — de 10 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Bernardo Altoé a pesquisar mármore, no município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 57.986 — de 11 de março de 1966.

MATERIAL AERONÁUTICO

Altera o Decreto nº 50.837, de 23 de junho de 1961 que cria o Grupo Executivo da Indústria de Material Aeronáutico — GEIMA.

Decreto nº 57.049 — de 11 de outubro de 1965.

MERCÚRIO COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Mercúrio Companhia Nacional de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.758 — de 8 de fevereiro de 1966.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Jesuino Felicíssimo Júnior a lavrar mica-xisto no município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.509 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sydney Siqueira Cardoso a pesquisar feldspato e mica, no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 57.499 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Décio Amaral Castro a pesquisar amianto, mica e minérios de níquel, no município de Niquelândia, Estado de Goiás.*

Decreto nº 57.725 — de 3 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Décio Amaral Castro a pesquisar amianto, mica e minério de níquel no município de Niquelândia, Estado de Goiás.*

Decreto nº 57.437 — de 16 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Vitor Addário a pesquisar mica e quartzo no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.864 — de 25 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Renato Rodrigues do Carmo a pesquisar mica e quartzo no Município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.968 — de 10 de março de 1966.

— *Retifica o art. 1º do Decreto número 56.063, de 26 de abril de 1965.*

Decreto nº 57.967 — de 14 de março de 1966.

MIGRAÇÃO

Promulga o Acôrdo de Migração com a Itália.

Decreto nº 57.759 — de 8 de fevereiro de 1966.

MILHO

— *Prorroga até 31 de dezembro de 1966 a suspensão temporária da cobrança das obrigações mencionadas nos Decretos ns. 56.621 e 56.789, respectivamente de 29 de julho e 26 de agosto de 1965.*

Decreto nº 57.767 — de 9 de fevereiro de 1966.

— *Fixa os preços mínimos básicos para o algodão, arroz, feijão, farinha de mandioca e milho, da Região Nordeste, da safra 1966-67.*

Decreto nº 57.599 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Fixa os preços mínimos básicos para o algodão, arroz, feijão, farinha de mandioca, milho e sisal, da região nordestina, da safra 1966-67.*

Decreto nº 57.598 — de 7 de janeiro de 1966.

MILHO HÍBRIDO

Considera de alto interesse nacional um projeto de instalação de maquinaria destinada à industrialização de sementes de milho híbrido e de sorgo.

Decreto nº 57.787 — de 11 de fevereiro de 1966.

MINERAÇÃO BRASILIENSE S. A. — MIBRASA

Concede à Mineração Brasiliense S. A. — "MIBRASA", autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.507 — de 28 de dezembro de 1965.

MINERAÇÃO URUCUM LIMITADA

Concede à Mineração Urucum Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.558 — de 29 de dezembro de 1965.

MINÉRIOS E FERTILIZANTES DO BRASIL S. A.

Concede à Minérios e Fertilizantes do Brasil S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.716 — de 2 de fevereiro de 1966.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Aprova o Regulamento da Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica.

Decreto nº 57.426 — de 14 de dezembro de 1965.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 51.516, de 25 de junho de 1962.*

Decreto nº 57.484 — de 27 de dezembro de 1965.

— *Retifica o Parágrafo único do art. 47, do Decreto nº 57.426, de 14 de dezembro de 1965.*

Decreto nº 57.832 — de 17 de fevereiro de 1966.

— *Retifica o Decreto nº 54.261, de 4 de setembro de 1964, do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 57.927 — de 4 de março de 1966.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

— Ver, também, AERONAUTICA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Estabelece Coordenadorias Regionais do Ministério da Agricultura nos Estados e Territórios.

Decreto nº 57.459 — de 20 de dezembro de 1965.

— *Dá nova redação ao artigo 30 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.339, de 8 de agosto de 1963.*

Decreto nº 57.593 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação coletiva que específica e dá outras providências.*

Decreto nº 57.783 — de 11 de fevereiro de 1966.

— *Altera os artigos 3º, 4º e 5º do Regimento do Departamento Econômico do Ministério da Agricultura, aprovado pelo Decreto nº 52.663, de 11 de outubro de 1963.*

Decreto nº 57.896 — de 28 de fevereiro de 1966.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Autoriza a abertura de créditos especiais que discrimina, no total de Cr\$ 6.282.077.127,50 (seis bilhões duzentos e oitenta e dois milhões setenta e sete mil cento e vinte e sete cruzeiros e cinquenta centavos).

Lei nº 4.935 — de 17 de março de 1966.

— *Aprova novo Regimento para o Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto nº 57.481 — de 24 de dezembro de 1965.

— *Aprova o enquadramento dos professores fundadores das Universidades de Alagoas e do Rio Grande do Norte em cargos de Professor de Ensino Superior, do Quadro de Pessoal — Parte Suplementar do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.*

Decreto nº 57.600 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Dispõe sobre a lotação provisória dos cargos integrantes do Quadro de Pessoal, Partes Permanente, Suplementar, Especial, Especial Extinta e cargos não enquadrados, do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.*

Decreto nº 57.604 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Retifica o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto nº 57.851 — de 24 de fevereiro de 1966.

— *Retifica o Decreto nº 52.794, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o enquadramento definitivo do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto nº 57.854 — de 24 de fevereiro de 1966.

— *Retifica o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto nº 57.930 — de 8 de março de 1966.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 138.941.000 (cento e trinta e oito milhões, novecentos e quarenta e um mil cruzeiros), destinado ao pagamento de ações preferenciais subscritas pelo Tesouro Nacional no aumento de capital da Companhia Vale do Rio Doce.

Lei nº 4.919 — de 17 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 99.807.000 (noventa e nove milhões, oitocentos e sete mil cruzeiros), destinados a atender a despesas que específica.*

Lei nº 4.931 — de 9 de março de 1966.

— *Autoriza a abertura de créditos especiais que discrimina, no total de Cr\$ 6.282.077.127,50 (seis bilhões duzentos e oitenta e dois milhões setenta e sete mil cento e vinte e sete cruzeiros e cinquenta centavos).*

Lei nº 4.935 — de 17 de março de 1966.

— *Classifica os cargos de nível superior do Ministério da Fazenda e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 57.370 — de 1º de dezembro de 1965.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 750.000.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 57.584 — de 6 de janeiro de 1966.

— *Altera o Anexo I do Decreto número 53.507, de 28 de janeiro de 1964, para considerar insubsistente a exclusão de um cargo de Assistente Commercial — Código AF-0103.16.C, do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 57.610 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 57.633 — de 14 de janeiro de 1966.

— *Estabelece normas para a utilização do crédito especial aberto pelo Decreto nº 57.584, de 6-1-1966.*

Decreto nº 57.647 — de 17 de janeiro de 1966.

— *Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar autorizado pela Lei nº 4.873, de 2 de dezembro de 1965.*

Decreto nº 57.692 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 57.693 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar autorizado pela Lei nº 4.877, de 2 de dezembro de 1965.*

Decreto nº 57.694 — de 3 de fevereiro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 350.000.000, para atender às despesas que especifica.*

Decreto nº 57.697 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 138.941.000, para atender às despesas que especifica.*

Decreto nº 57.698 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar autorizado pela Lei nº 4.849, de 19-11-1965.*

Decreto nº 57.702 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 12.543.073.118, para o fim que especifica.*

Decreto nº 57.703 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000, autorizado pela Lei número 4.788, de 13-10-1965.*

Decreto nº 57.730 — de 3 de fevereiro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.387.622.692, autorizado pela Lei número 4.788, de 13-10-1965.*

Decreto nº 57.731 — de 3 de fevereiro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 534.612.563, autorizado pela Lei número 4.788, de 13-10-1965.*

Decreto nº 57.732 — de 3 de fevereiro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, créditos especiais no montante de Cr\$ 158.482.106, para atender às despesas que especifica.*

Decreto nº 57.796 — de 14 de fevereiro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 820.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 58.096 — de 29 de março de 1966.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Autoriza a abertura de créditos especiais que discrimina, no total de Cr\$ 6.282.077.127,50 (seis bilhões duzentos e oitenta e dois milhões setenta e sete mil cento e vinte e sete cruzeiros e cinquenta centavos).

Lei nº 4.935 — de 17 de março de 1966.

— Retifica a classificação de cargos de nível superior do Ministério da Guerra, aprovada pelo Decreto número 55.559, de 15 de janeiro de 1965, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 57.398 — de 10 de dezembro de 1965.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno em Goiânia — GO, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.637 — de 14 de janeiro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Hermogênio Rodrigues Peixoto a pesquisar água mineral no Município de Cambuquira, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.538 — de 29 de dezembro de 1965.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.639 — de 14 de janeiro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.640 — de 14 de janeiro de 1966.

— Torna sem efeito o Decreto número 641, de 2 de março de 1962.

Decreto nº 57.677 — de 28 de janeiro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.678 — de 28 de janeiro de 1966.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 57.705 — de 2 de fevereiro de 1966.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno em Santa Vitória do Palmar — RS, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.748 — de 4 de fevereiro de 1966.

— Altera a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Quartel-General da 3ª Região Militar do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto nº 57.834 — de 17 de fevereiro de 1966.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio a aceitar doação de imóveis, em João Pessoa — PB, destinados ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.936 — de 10 de março de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis que menciona, necessários ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.937 — de 10 de março de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 58.078 — de 25 de março de 1966.

MINISTÉRIO DA GUERRA — Ver, também, EXERCITO

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação coletiva que especifica e dá outras providências.

Decreto nº 57.783 — de 11 de fevereiro de 1966.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E
NEGÓCIOS INTERIORES**

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 63.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.795 — de 14 de fevereiro de 1966.

**MINISTÉRIO DA MARINHA — Ver,
também, ARMADA E MARINHA**

MINISTÉRIO DA MARINHA

Autoriza a abertura de créditos especiais que discrimina, no total de Cr\$ 6.282.077.127,50 (seis bilhões duzentos e oitenta e dois milhões setenta e sete mil cento e vinte e sete cruzeiros e cinquenta centavos).

Lei nº 4.935 — de 17 de março de 1966.

**MINISTÉRIO DAS MINAS E
ENERGIA**

Dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências.

Lei nº 4.904 — de 17 de dezembro de 1935.

— *Altera o Decreto nº 51.303, de 25 de agosto de 1961.*

Decreto nº 57.425 — de 14 de dezembro de 1965.

— *Aprova o Regulamento do Ministro das Minas e Energia.*

Decreto nº 57.810 — de 14 de fevereiro de 1966.

— *Abre ao Ministério das Minas e Energia o crédito suplementar de Cr\$ 22.172.000.000 (vinte e dois bilhões cento e setenta e dois milhões de cruzeiros), para atender aos programas especiais de energia nos diversos Estados e Territórios da União.*

Decreto nº 57.929 — de 8 de março de 1966.

— *Aprova o Regimento do Gabinete do Ministro das Minas e Energia.*

Decreto nº 58.073 — de 24 de março de 1966.

— *Aprova o Regimento da Consultoria-Jurídica do Ministério das Minas e Energia.*

Decreto nº 58.074 — de 24 de março de 1966.

— *Aprova o Regimento do Departamento de Administração do Ministério das Minas e Energia.*

Decreto nº 58.075 — de 24 de março de 1966.

— *Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Águas e Energia do Ministério das Minas e Energia.*

Decreto nº 58.076 — de 24 de março de 1966.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), para atender as despesas decorrentes da viagem do Sr. Presidente da República ao Chile.

Lei nº 4.910 — de 17 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender as despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República dos Estados Unidos do México.*

Lei nº 4.912 — de 17 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 614.000.000, para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial das Nações Unidas.*

Lei nº 4.918 — de 17 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender às despesas relacionadas com o Comité Provisório da Associação Latino-Americana de Livre Comércio.*

Lei nº 4.938 — de 18 de março de 1966.

— *Dispõe sobre a aplicação da Tabela de que trata o Decreto nº 55.332, de 31 de dezembro de 1964, no exercício de 1966.*

Decreto nº 57.649 — de 19 de janeiro de 1966.

— *Dispõe sobre a aplicação do parágrafo único do art. 41 da Lei número 3.917, de 14 de julho de 1961, e da outras providências.*

Decreto nº 57.650 — de 19 de janeiro de 1966.

MINISTÉRIO DO SAÚDE

Autoriza a abertura de créditos especiais que discrimina, no total de Cr\$ 6.282.077.127,50 (seis bilhões duzentos e oitenta e dois milhões setenta e sete mil cento e vinte e sete cruzeiros e cinquenta centavos).

Lei nº 4.935 — de 17 de março de 1966.

— *Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 166.701.415 (cento e sessenta e seis milhões, setecentos e um mil, quatrocentos e quinze cruzeiros), para pagamento de dívida do Departamento Nacional da Criança.*

Decreto nº 57.754 — de 7 de fevereiro de 1966.

— *Cria departamentos de ensino na Escola Nacional de Saúde Pública do Ministério da Saúde.*

Decreto nº 58.007 — de 15 de março de 1966.

— *Retifica a Tabela Numérica Especial de Mensalista do Ministério da Saúde, aprovada pelo Decreto número 49.346, de 26 de novembro de 1960.*

Decreto nº 58.021 — de 21 de março de 1966.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 400.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado à aquisição de um imóvel para a instalação da Central Telex, do Centro de Triagem Postal e de uma agência em Curitiba, Estado do Paraná.

Lei nº 4.928 — de 17 de fevereiro de 1966.

— *Altera, por transferência de verba, o orçamento da Contadoria Geral de Transportes, aprovado pelo Decreto nº 56.391, de 1º de junho de 1965.*

Decreto nº 57.562 — de 30 de dezembro de 1965.

— *Retifica o Decreto nº 51.662, de 16 de janeiro de 1963, na parte a que se refere e dá outras providências.*

Decreto nº 57.578 — de 4 de janeiro de 1966.

— *Suprime cargo na Estrada de Ferro Santos a Jundiá.*

Decreto nº 57.583 — de 6 de janeiro de 1966.

— *Considera como Gabinete, para efeito do Decreto nº 56.598, de 21 de julho de 1965, a Presidência dos Conselhos Setoriais das Autarquias vinculadas ou subordinadas ao MVOP.*

Decreto nº 57.605 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Retifica o Decreto nº 55.205, de 11 de dezembro de 1964, na parte a que se refere, e dá outras providências.*

Decreto nº 57.606 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Retifica o Decreto nº 54.135, de 17 de agosto de 1964.*

Decreto nº 57.666 — de 24 de janeiro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 71.597.240, para o fim que especifica.*

Decreto nº 57.691 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 6.998.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 57.799 — de 14 de fevereiro de 1966.

— *Retifica o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto nº 57.898 — de 28 de fevereiro de 1966.

— *Suspende, provisoriamente, em relação às Autarquias vinculadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas, as restrições do artigo 6º do Decreto nº 44.767, de 30 de outubro de 1958, combinado com o artigo 17º, parágrafo 3º, do Decreto nº 807, de 30 de março de 1962.*

Decreto nº 57.910 — de 3 de março de 1966.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Autoriza a abertura de créditos especiais que discrimina, no total de Cr\$ 6.282.077.127,50 (seis bilhões duzentos e oitenta e dois milhões setenta e sete mil cento e vinte e sete cruzeiros e cinquenta centavos).

Lei nº 4.935 — de 17 de março de 1966.

— *Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência ao desempregado e dá outras providências.*

Lei nº 4.923 — de 23 de dezembro de 1965.

— *Retifica o Decreto nº 55.443, de 5 de janeiro de 1965, do Ministério do Trabalho e Previdência Social.*

Decreto nº 57.644 — de 14 de janeiro de 1966.

MINISTRO DE ASSUNTOS COMERCIAIS

Suprime cargo isolado de Ministro de Assuntos Comerciais.

Decreto nº 57.563 — de 31 de dezembro de 1965.

MINISTRO DE ESTADO EXTRAORDINÁRIO

Altera o artigo 3º do Decreto número 53.914, de 11 de maio de 1964.

Decreto nº 57.603 — de 7 de janeiro de 1966.

MINISTRO EXTRAORDINÁRIO PARA O PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA

Cria, junto ao Gabinete do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica e sob a supervisão deste, Grupos de Coordenação destinados a coligir elementos para a elaboração do Plano Econômico de Longo Prazo e dá outras providências.

Decreto nº 57.464 — de 20 de dezembro de 1965.

MOEDA NACIONAL

Altera a taxa de conversão para as operações de receita e despesa realizadas no Exterior e dá outras providências.

Decreto nº 57.878 — de 28 de fevereiro de 1966.

MONUMENTO NACIONAL

Converte em Monumento Nacional o Município fluminense de Parati e dá outras providências.

Decreto nº 58.077 — de 24 de março de 1966.

MUNICÍPIOS

Ato Complementar nº 8.

MUSEUS

Altera o Regimento do Museu Imperial.

Decreto nº 58.022 — de 21 de março de 1966.

N

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à Empresa Yaramar de Navegação Ltda., autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 55.573 — de 18 de janeiro de 1965.

— *Concede à sociedade Serviços Marítimos Camuyrano S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 57.581 — de 5 de janeiro de 1966.

— *Concede à sociedade Navegação "Transmar" Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 57.669 — de 25 de janeiro de 1966.

— *Concede à Empresa de Navegação Vieira S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem sob a nova denominação de Companhia de Navegação e Comércio Talgamar.*

Decreto nº 57.808 — de 14 de fevereiro de 1966.

— *Concede à sociedade SILFRAN — Comércio e Navegação Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 57.970 — de 11 de março de 1966.

NAVIOS

Regula o Reconhecimento de Sociedades Classificadoras de Navios e dá outras providências.

Decreto nº 57.806 — de 14 de fevereiro de 1966.

NÍQUEL

Autoriza o cidadão brasileiro Décio Amaral Castro a pesquisar amianto, mica e minério de níquel no município de Niquelândia, Estado de Goiás.

Decreto nº 57.437 — de 16 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Décio Amaral Castro a pesquisar amianto, mica e minérios de níquel, no município de Niquelândia, Estado de Goiás.*

Decreto nº 57.725 — de 3 de fevereiro de 1966.

NÍVEL UNIVERSITÁRIO

Dispõe sobre a prestação de serviços na forma prevista no parágrafo único do artigo 2º do Decreto número 35.956, de 2 de agosto de 1954, com a redação dada pelo Decreto número 36.479, de 19 de novembro de 1954.

Decreto nº 57.825 — de 16 de fevereiro de 1966.

— *Retifica os Decretos ns. 54.015, de 13 de julho de 1964 e 55.004, de 13 de novembro de 1964.*

Decreto nº 57.899 — de 1º de março de 1966.

NORDESTE

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Indústria Brasileira de Equipamentos S. A. — BRAS-QUIP", de Salvador, (BA).

Decreto nº 57.589 — de 6 de janeiro de 1966.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Metalgráfica do Norte S. A.", de Recife, Pernambuco.*

Decreto nº 57.747 — de 4 de fevereiro de 1966.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Fiação e Tecelagem Mossoró S. A. (FITEMA), de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 57.824 — de 16 de fevereiro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Sociedade Anônima Brasileira de Indústria Ótica — SABIÓ", do Recife (Pe).

Decreto nº 57.827 — de 17 de fevereiro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Société Cotonnière Belge-Brésilienne", de Moreno, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 58.019 — de 21 de março de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Companhia Valença Industrial", de Valença, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.020 — de 21 de março de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Costa, Herculano S. A. — Indústria e Comércio", de Garanhuns, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 58.025 — de 21 de março de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Companhia Industrial do Sisal — CISAL", de Bayeux (Pb).

Decreto nº 58.026 — de 21 de março de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado, e consignados à empresa "Acumuladores Coura S. A.", de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 58.027 — de 21 de março de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação de equipamentos novo sem similar nacional registrado, neste descrito e consignado à empresa "Microlite do Nordeste S. A. — Indústria e Comércio", de João-tão (Pe).

Decreto nº 58.028 — de 21 de março de 1966.

— Retifica o Decreto nº 56.316 de 21-5-65, que declarou prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, nele descritos e consignados à empresa "Fábrica de Sacos Montanha Ltda.", de Recife (Pe).

Decreto nº 58.037 — de 22 de março de 1966.

NOTAS PROMISSÓRIAS

Promulga as Convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias.

Decreto nº 57.663 — de 24 de janeiro de 1966.

O

OBRIGAÇÕES DO TESOUREO NACIONAL

Regulamenta o artigo 86 da Lei número 4.506, de 30 de novembro de 1964, e dá nova redação ao § 3º do art. 5º do Decreto nº 54.252, de 3 de setembro de 1964.

Decreto nº 57.458 — de 20 de dezembro de 1965.

— *Regulamenta os artigos 56 e 71 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, no que se refere a Obrigações do Tesouro Nacional — Lei 4.357-64.*

Decreto nº 57.821 — de 15 de fevereiro de 1966.

OCEANICA COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Océânica Companhia Brasileira de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.779 — de 11 de fevereiro de 1966.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Retifica, sem ônus para a União, a Lei nº 4.539, de 1º de dezembro de 1964, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1965.

Lei nº 4.922 — de 23 de dezembro de 1965.

— *Fixa normas para a execução financeira do Tesouro Nacional, no exercício de 1966.*

Decreto nº 57.612 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Estabelece o Fundo de Reserva nas dotações orçamentárias para o exercício de 1966.*

Decreto nº 57.613 — de 7 de janeiro de 1966.

ORDEM DO MÉRITO NAVAL

Altera os artigos 9º e 15 e seu § 2º do Regulamento para a Ordem do Mérito Naval, aprovado pelo Decreto nº 7.553, de 18 de julho de 1941.

Decreto nº 57.908 — de 3 de março de 1966.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Promulga o Acôrdio sobre privilégios e imunidades da Organização dos Estados Americanos.

Decreto nº 57.942 — de 10 de março de 1966.

ORQUIMA — INDÚSTRIAS QUÍMICAS REUNIDAS S. A.

Aprova Normas para a administração e utilização industrial do acervo de bens da ORQUIMA — Indústrias Químicas Reunidas S. A. e dá outras providências.

Decreto nº 57.901 — de 2 de março de 1966.

OURO

Autoriza a Mineração Tejucana Sociedade Anônima a pesquisar diamante e ouro no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.713 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza a Mineração Tejucana Sociedade Anônima a pesquisar diamante e ouro no Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.714 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza a Mineração Tejucana Sociedade Anônima a pesquisar diamante e ouro no Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.715 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Hermilio Vieira da Silva a pesquisar minério de ouro, no município de Minas Novas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.888 — de 28 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro David Paulo Dana a lavar diamante e ouro, no município de Itupiranga, Estado do Pará.*

Decreto nº 57.949 — de 10 de março de 1966.

P

PANAIR DO BRASIL S. A.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, em favor da União Federal, bens pertencentes a Massa Falida da Panair do Brasil S. A.

Decreto nº 57.683 — de 28 de janeiro de 1966.

PARTIDOS POLÍTICOS

Ato Complementar nº 6.

Ato Complementar nº 7.

PATRONO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Declara Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, Patrono da Nação Brasileira.

Lei nº 4.897 — de 9 de dezembro de 1965.

PECUÁRIA

Cria o Grupo de Trabalho Especial para elaborar o esquema de aplicação de recursos externos destinados à pecuária nacional.

Decreto nº 57.823 — de 15 de fevereiro de 1966.

— *Modifica o Decreto nº 57.823, de 15 de fevereiro de 1966, que "Cria o Grupo de Trabalho Especial para elaborar o esquema de aplicação de recursos externos destinados à pecuária nacional".*

Decreto nº 57.845 — de 18 de fevereiro de 1966.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza o cidadão brasileiro Dom Jardim da Paixão a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Atalaia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.505 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza a Sociedade Mineira de Exportação Ltda., a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 57.727, de 3 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza a firma Dim — Diamantes Industriais Moix Ltda., a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 57.728, de 3 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza George Wylie Reed, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 57.739, de 3 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Theolindo Pretto, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 57.740, de 3 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza Guilherme Luiz do Nascimento, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 57.794, de 14 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza a firma Nacur Gema Limitada, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 57.801, de 14 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza José Pereira de Queiroz, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 57.803, de 14 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza Arlindo Giovanella, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 57.804, de 14 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza Apolônio Bouret de Mello, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 57.867, de 25 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza Mineração Tejucana S. A. a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 57.868, de 25 de fevereiro de 1966.

PEDREIRA ESTEVES LIMITADA

Concede à Pedreira Esteves Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.954, de 10 de março de 1966.

PEDREIRA SÃO PEDRO LIMITADA

Concede à Pedreira São Pedro Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.953, de 10 de março de 1966.

PENSÕES

Revoga o art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960.

Decreto nº 57.579, de 4 de janeiro de 1966.

PERFUMES

Baixa Normas Técnicas Especiais para o controle da fabricação e venda de produtos de higiene, perfumes, cosméticos, congêneres e dá outras providências.

Decreto nº 57.395, de 7 de dezembro de 1965.

Pesquisa — Ver o nome do elemento pesquisado.

PESTE

Baixa Normas Técnicas Especiais para a defesa sanitária do País, nas atividades que dizem respeito à "Saúde Internacional" e dá outras providências.

Decreto nº 57.632, de 14 de janeiro de 1966.

PETRÓLEO

Prorroga o prazo previsto no artigo 2º do Decreto nº 56.851, de 10 de setembro de 1965.

Decreto nº 57.616, de 7 de janeiro de 1966.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. — PETROBRÁS

Autoriza a construção de linha de transmissão.

Decreto nº 57.544, de 29 de dezembro de 1965.

— *Renova o prazo previsto no art. 3º do Decreto nº 56.850, de 10 de setembro de 1965.*

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA

Altera o art. 3º do Decreto número 53.914, de 11 de maio de 1964.

Decreto nº 57.603, de 7 de janeiro de 1966.

PLANO ECONÔMICO DE LONGO PRAZO

Cria, junto ao Gabinete do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica e sob a supervisão deste, Grupos de Coordenação destinados a coligir elementos para a elaboração do Plano Econômico de Longo Prazo e dá outras providências.

Decreto nº 57.464, de 20 de dezembro de 1965.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Dispõe sobre as atividades de cooperação e assistência educacional do Departamento Nacional de Educação, tendo em vista a execução do Plano Nacional de Educação, e dá outras providências.

Decreto nº 57.894 — de 28 de fevereiro de 1966.

PODER JUDICIÁRIO

Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, e dá outras providências.

Lei nº 4.890 — de 9 de dezembro de 1965.

— *Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 5.422.893,50, para o fim que especifica.*

Decreto nº 57.699 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 519.550, para o fim que especifica.*

Decreto nº 57.828 — de 17 de fevereiro de 1966.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Superior do Trabalho, o crédito especial de Cr\$ 13.580.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 58.058 — de 23 de março de 1966.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região o crédito especial de Cr\$ 6.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 58.059 — de 28 de março de 1966.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, o crédito especial de Cr\$ 35.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 58.060 — de 23 de março de 1966.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 1ª Região, o crédito especial de Cr\$ 17.357.749, para o fim que especifica.*

Decreto nº 58.097 — de 29 de março de 1966.

POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL

Dispõe sobre o enquadramento dos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal.

Decreto nº 57.351 — de 26 de novembro de 1965.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA GUANABARA

Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 58.960.943, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.695 — de 2 de fevereiro de 1966.

PORTOS

Aprova o Regimento do Serviço de Saúde dos Portos, criado pelo Decreto-lei nº 3.171, de 2 de abril de 1941.

Decreto nº 57.743 — de 3 de fevereiro de 1966.

PREFEITOS

Ato Complementar nº 7.

PREFEITURAS

Transfere do Município de União para a Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para produzir e distribuir energia elétrica

Decreto nº 57.518 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Transfere concessão e dá outras providências.*

Decreto nº 57.745 — de 4 de fevereiro de 1966.

— *Outorga ao Município de Perimirim, Estado do Maranhão, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.882 — de 28 de fevereiro de 1966.

— *Declara a concessão dos serviços de energia elétrica no Município de Coxim, Estado de Mato Grosso, pelos seus antigos detentores e outorga nova concessão àquela municipalidade.*

Decreto nº 57.883 — de 28 de fevereiro de 1966.

— *Outorga ao Município de João Lisboa concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.884 — de 28 de fevereiro de 1966.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dá nova redação a dispositivo do Regimento aprovado pelo Decreto nº 56.788, de 25 de agosto de 1965.

Decreto nº 57.636 — de 14 de janeiro de 1966.

— *Abre, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 300.000, para atender a despesa que especifica.*

Decreto nº 57.696 — de 2 de fevereiro de 1966.

— *Abre, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 57.971 — de 11 de março de 1966.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Determina a elaboração do Plano de Estatística da Previdência Social e dá outras providências.

Decreto nº 57.456 — de 17 de dezembro de 1965.

PRIVILÉGIOS

Promulga Acórdão sobre privilégios e imunidades da Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Decreto nº 57.784 — de 11 de fevereiro de 1966.

PRODUTOS DE HIGIENE

Baixa Normas Técnicas Especiais para o controle da fabricação e venda de produtos de higiene, perfumes, cosméticos, congêneres e dá outras providências.

Decreto nº 57.395 — de 7 de dezembro de 1965.

PRODUTOS HOMEOPÁTICOS

Dispõe sobre manipulação, receiptuário, industrialização e venda de produtos utilizados em homeopatia e dá outras providências.

Decreto nº 57.477 — de 20 de dezembro de 1965.

PRODUTOS QUÍMICOS CARVÁS LIMITADA

Concede autorização a Produtos Químicos Carvás Limitada, para trabalho contínuo, na forma estabelecida neste Decreto (MTPS-225.987-53).

Decreto nº 58.009 — de 17 de março de 1966.

PROGRAMA ESPECIAL DE BOLSAS DE ESTUDO

Institui o Programa Especial de Bolsas de Estudo para trabalhadores sindicalizados e seus dependentes.

Decreto nº 57.870 — de 25 de fevereiro de 1966.

PROMISSÓRIAS

Promulga as Convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias.

Decreto nº 57.663 — de 24 de janeiro de 1966.

PROPAGANDA

Aprova o Regulamento para a execução da Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965.

Decreto nº 57.690 — de 1 de fevereiro de 1966.

PUBLICITÁRIO

Aprova o Regulamento para a execução da Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965.

Decreto nº 57.690 — de 1 de fevereiro de 1966.

Q

QUARTZITO

Declara sem efeito o Decreto número 49.423, de 3 de dezembro de 1960.

Decreto nº 57.522 — de 28 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Vieira de Barros a pesquisar feldspato, quartzito e calcário, no município de Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.887 — de 28 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria da Conceição a pesquisar feldspato, quartzito e dolomita, no Município de Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.960 — de 10 de março de 1966.

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro Dom Jardim da Paixão a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Ataleia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.505 — de 28 de dezembro de 1965.

— Autoriza o cidadão brasileiro Milton Menezes da Costa a pesquisar sílica e quartzo, no município de Domingos Martins, no Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 57.521 — de 28 de dezembro de 1965.

— Autoriza Porcelana Schmidt S. A. a pesquisar feldspato, quartzo e caulim no município de Pedras Grandes, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 57.720 — de 2 de fevereiro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Vitor Addário a pesquisar mica e quartzo no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.864 — de 25 de fevereiro de 1966.

— Renova o Decreto nº 52.241, de 9 de julho de 1963.

Decreto nº 57.914 — de 4 de março de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Sattin a pesquisar feldspato, quartzo e caulim, no município de Monte Sião, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.959 — de 10 de março de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo de Castro Maia a pesquisar quartzo no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.964 — de 10 de março de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Renato Rodrigues do Carmo a pesquisar mica e quartzo no Município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.968 — de 10 de março de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Maria de Oliveira a pesquisar feldspato, quartzo e caulim no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.999 — de 14 de março de 1966.

R

RADIODIFUSÃO

Outorga concessão à Emissora Rural de Rio do Sul Ltda., sediada na cidade do Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, para instalar uma emissora de radiodifusão sonora.

Decreto nº 57.378 — de 3 de dezembro de 1965.

— Outorga concessão à Rádio Nossa Senhora de Fátima Ltda., para instalar uma emissora de radiodifusão sonora, na cidade de Vacaria — R.S.

Decreto nº 57.602 — de 7 de janeiro de 1966.

— Outorga concessão à Rádio Clube de Rio Largo S. A. para instalar uma emissora de radiodifusão de sons.

Decreto nº 57.619 — de 10 de janeiro de 1966.

— Outorga concessão à Televisão Anhanguera — S. A., sediada na cidade de Goiânia, GO, para estabelecer uma estação de radiodifusão de sons e imagens (Televisão).

Decreto nº 57.631 — de 14 de janeiro de 1966.

READAPTAÇÃO

Dispõe sobre a responsabilidade dos chefes imediatos na apreciação das aptidões e habilitação dos funcionários readaptados e dá outras providências.

Decreto nº 58.018 — de 21 de março de 1966.

REAJUSTAMENTOS SALARIAIS

Regulamenta o artigo 2º da Lei número 4.725, de 13 de julho de 1965, com a redação dada pela Lei número 4.903, de 16 de dezembro de 1965.

Decreto nº 57.627 — de 13 de janeiro de 1966.

RECURSOS

Outorga à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.535 — de 29 de dezembro de 1965.

REDE DE VIAÇÃO CEARENSE

Aprova o enquadramento definitivo dos cargos e funções da Rede de Viação Cearense e dá outras providências.

Decreto nº 51.865 — de 25 de março de 1963.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL
S. A.

Regulamenta os §§ 2º e 4º, do artigo 33, da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 57.629 — de 13 de janeiro de 1966.

REDE MINEIRA DE VIAÇÃO

Retifica o Decreto nº 51.523, de 25 de junho de 1962, que aprovou o enquadramento definitivo dos cargos e funções da Rede Mineira de Viação e dá outras providências.

Decreto nº 57.184 — de 8 de novembro de 1965.

REGISTRO DO COMÉRCIO E
ATIVIDADES AFINS

Regulamenta a Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965, que dispõe sobre os Serviços do Registro do Comércio e Atividades afins, e dá outras providências.

Decreto nº 57.651 — de 19 de janeiro de 1966.

REJEITOS PIRITOSOS

Dispõe sobre o aproveitamento dos rejeitos piríticos oriundos do beneficiamento do carvão.

Decreto nº 57.557 — de 29 de dezembro de 1965.

REMUNERAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

Regulamenta aplicação do regime de remuneração aos funcionários do Grupo Ocupacional AF-300-Fisco.

Decreto nº 57.877 — de 28 de fevereiro de 1966.

REQUISIÇÕES

Regulamenta os Artigos 1º, 2º, 3º e 4º do Decreto-lei nº 2, de 14 de janeiro de 1966, publicado no Diário Oficial da União em 17 de janeiro de 1966.

Decreto nº 57.844 — de 18 de fevereiro de 1966.

SALÁRIO MÍNIMO

Modifica a tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº 55.803, de 26 de fevereiro de 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 57.900 — de 2 de março de 1966.

S

SALÁRIOS

Regulamenta o artigo 2º da Lei número 4.725, de 13 de julho de 1965, com a redação dada pela Lei número 4.903, de 16 de dezembro de 1965.

Decreto nº 57.627 — de 13 de janeiro de 1966.

SATELITE COMPANHIA DE
SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Sateélite Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 57.673 — de 27 de janeiro de 1966.

SAÚDE INTERNACIONAL

Baixa Normas Técnicas Especiais para a defesa sanitária do País, nas atividades que dizem respeito à "Saúde Internacional" e dá outras providências.

Decreto nº 57.632 — de 14 de janeiro de 1966.

SENADO

Ato Complementar nº 7.

SERVIÇO CARTOGRAFICO

Fixa a composição da Delegação Brasileira na Comissão Mista Executora do Acôrdo Brasil-Estados Unidos sobre Serviços Cartográficos, define sua vinculação com órgãos do Governo Brasileiro e dá outras providências.

Decreto nº 57.814 — de 15 de fevereiro de 1966.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E SEGURO SOCIAL DOS ECONOMIÁRIOS

Regulamenta o § 6º do art. 33, da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Decreto nº 57.675 — de 27 de janeiro de 1966.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA

Altera o orçamento do Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

Decreto nº 57.664 — de 24 de janeiro de 1966.

— Aplica ao Serviço de Navegação da Bacia do Prata o aumento de que trata a Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Decreto nº 57.734 — de 3 de fevereiro de 1966.

SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ

Estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira, e dá outras providências.

Lei nº 4.921 — de 23 de dezembro de 1965.

— Aprova o enquadramento do Pessoal dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, e dá outras providências.

Decreto nº 57.628 — de 13 de janeiro de 1966.

— Aplica ao pessoal dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (S.N.A.P.P.), o aumento de que trata a Lei número 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Decreto nº 57.680 — de 28 de janeiro de 1966.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO VÔO

Aprova o Regulamento do Serviço de Proteção ao Vôo e dá outras providências.

Decreto nº 57.786 — de 11 de fevereiro de 1966.

SERVIÇO DE SAÚDE DOS PORTOS

Aprova o Regulamento do Serviço de Saúde dos Portos, criado pelo Decreto-lei nº 8.171, de 2 de abril de 1941.

Decreto nº 57.743 — de 3 de fevereiro de 1966.

SERVIÇO MILITAR

Regulamenta a Lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), retificada pela Lei número 4.754, de 18 de agosto de 1965.

Decreto nº 57.654 — de 20 de janeiro de 1966.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

Dispõe sobre a nomeação e admissão de pessoal para o Serviço Público Federal.

Decreto nº 57.630 — de 14 de janeiro de 1966.

— *Estabelece obrigatoriedade utilização do transporte ferroviário ou das empresas de navegação autárquicas, de economia mista ou administradas pela União, pelas repartições públicas, autarquias, órgãos da administração descentralizada e entidades de direito privado, beneficiados pelo Governo.*

Decreto nº 57.835 — de 17 de fevereiro de 1966.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

Classifica as funções gratificadas do Serviço Social Rural e dá outras providências.

Decreto nº 57.897 — de 28 de fevereiro de 1966.

SERVIÇO TELEFÔNICO

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Telefônica de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Lei nº 4.934 — de 16 de março de 1966.

SILICA

Autoriza o cidadão brasileiro Milton Menezes da Costa a pesquisar sílica e quartzo, no município de Domingos Martins, no Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 57.521 — de 28 de dezembro de 1965.

SINDICÂNCIAS

Reorganiza a Comissão de Coordenação de Inquéritos e Sindicâncias e dá outras providências.

Decreto nº 57.876 — de 27 de janeiro de 1966.

SISAL

Fixa os preços mínimos básicos para o algodão, arroz, feijão, farinha de mandioca, milho e sisal, da região nordestina, da safra 1966-67.

Decreto nº 57.598 — de 7 de janeiro de 1966.

SOCIEDADE MINEIRA DE EXPORTAÇÃO LIMITADA

Concede à Sociedade Mineira de Exportação Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.951 — de 10 de março de 1966.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Altera disposições do Decreto número 56.793, de 27 de agosto de 1965.

Decreto nº 58.082 — de 25 de março de 1966.

SOLUÇÕES PACÍFICAS

Promulga o Tratado Americano de soluções pacíficas (Pacto de Bogotá).

Decreto nº 57.785 — de 11 de fevereiro de 1966.

SONEGAÇÃO FISCAL

Disciplina a ação das autoridades administrativas federais em casos de crimes de sonegação fiscal e de apropriação indébita, previstos nas Leis números 4.729, de 1965 e 4.357, de 1964.

Decreto nº 57.609 — de 7 de janeiro de 1966.

SONGEL — SONDAGENS GEOLÓGICAS LTDA.

Concede à "SONGEL" — Sondas Geológicas, Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.962 — de 10 de março de 1966.

SORGO

Considera de alto interesse nacional um projeto de instalação de maquinaria destinada à industrialização de sementes de milho híbrido e de sorgo.

Decreto nº 57.787 — de 11 de fevereiro de 1966.

SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

Ver: Empresas Incorporadas.

SUDENE

Ver: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA

Prorroga a vigência da tabela a que se refere o Decreto nº 56.505, de 25 de junho de 1965, fixa novos valores para as gratificações de representação de gabinete para atender provisoriamente aos encargos de direção, chefia, assessoramento e secretariado da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências.

Decreto nº 58.083 — de 23 de março de 1966.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE)

Retifica o Quadro de Pessoal da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Decreto nº 57.626 — de 13 de janeiro de 1966.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Ver: Amazônia.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO (SUNAB)

Autoriza a requisição de bens ou serviços essenciais ao abastecimento da população e dá outras providências.

Decreto-lei nº 2 — de 14 de janeiro de 1966.

Dá nova redação ao art. 43 do Decreto nº 51.620, de 13 de dezembro de 1962.

Decreto nº 57.689 — de 1º de fevereiro de 1966.

Regulamenta os Artigos 1º, 2º, 3º e 4º do Decreto-lei nº 2, de 14 de janeiro de 1966, publicado no Diário Oficial da União em 17 de janeiro de 1966.

Decreto nº 57.844 — de 18 de fevereiro de 1966.

— Aprova o orçamento da Superintendência Nacional do Abastecimento.

Decreto nº 57.928 — de 8 de março de 1966.

SUNAB — *Ver: Superintendência Nacional do Abastecimento.*

T

TABACO

— Aprova as novas especificações da padronização do Tabaco em Folha, para cigarros e desfiados, visando à sua classificação e à fiscalização da exportação.

Decreto nº 57.820 — de 15 de fevereiro de 1966.

TALCO

— Autoriza Indústria e Comércio de Mineração Brasil Central — Incomibrac S. A. a pesquisar talco no município de Mairipotaba, Estado de Goiás.

Decreto nº 57.724 — de 3 de fevereiro de 1966.

— Autoriza a cidadã brasileira Dulce Valadares Vasconcelos Abreu a pesquisar talco no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.918 — de 4 de março de 1966.

— Autoriza Indústria e Comércio de Mineração Brasil Central “Incomibrac S. A.”, a pesquisar talco no município de Mairipotaba, Estado de Goiás.

Decreto nº 57.961 — de 10 de março de 1966.

TELECOMUNICAÇÕES

— Aprova o Regulamento dos Serviços de Telefonia.

Decreto nº 57.611 — de 7 de janeiro de 1966.

TELEFONIA

— Aprova o Regulamento dos Serviços de Telefonia.

Decreto nº 57.611 — de 7 de janeiro de 1966.

TELEVISÃO

— *Outorga concessão à Universidade Federal de Pernambuco, para instalar uma estação televisora — VHF.*

Decreto nº 57.750 — de 4 de fevereiro de 1966.

TEMPO INTEGRAL

— *Regulamenta o regime de tempo integral e dedicação exclusiva previsto nos arts. 11 e 12 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, e no art. 7º da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.*

Decreto nº 57.744 — de 3 de fevereiro de 1966.

TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiros a adquirir, em regime de ocupação, fração ideal do terreno de marinha e acrescido que menciona, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.729 — de 3 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência e regularização de aforamento, o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 57.733 — de 3 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir o domínio útil do terreno de acrescido de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 57.741 — de 3 de fevereiro de 1966.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em regularização de aforamento, o terreno de acrescido de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 57.742 — de 3 de fevereiro de 1966.

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$... 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) para complementação dos recursos destinados à construção da "Usina Coaraci Nunes", no Território Federal do Amapá.*

Lei nº 4.920 — de 23 de dezembro de 1965.

THE COCA-COLA EXPORT CORPORATION

— *Concede à sociedade anônima The Coca-Cola Export Corporation autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto nº 57.780 — de 11 de fevereiro de 1966.

THE HOME INSURANCE CO.

— *Concede à The Home Insurance Company autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.*

Decreto nº 57.923 — de 4 de março de 1966.

THE J. B. WILLIAMS EXPORT COMPANY

— *Revoga os Decretos que concederam à sociedade anônima The J. B. Williams Export Company autorização para funcionar na República.*

Decreto nº 57.890 — de 28 de fevereiro de 1966.

THE LONDON ASSURANCE

— *Concede à The London Assurance autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.*

Decreto nº 57.906 — de 3 de março de 1966.

**THE MOTOR UNION INSURANCE
COMPANY LIMITED**

— Concede à *The Motor Union Insurance Company Limited* autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 57.607 — de 7 de janeiro de 1966.

**THE YASUDA FIRE AND MARINE
INSURANCE COMPANY
LIMITED**

— Concede à *The Yasuda Fire and Marine Insurance Company Limited*, autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 57.933 — de 9 de março de 1966.

TRABALHADOR MARÍTIMO

— Disciplina as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias; altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.

Decreto-lei nº 3 — de 27 de janeiro de 1966.

TRABALHADOR PORTUÁRIO

— Disciplina as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias; altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.

Decreto-lei nº 3 — de 27 de janeiro de 1966.

TRABALHADOR SINDICALIZADO

— Institui o Programa Especial de Bolsas de Estudo para trabalhadores sindicalizados e seus dependentes.

Decreto nº 57.870 — de 25 de fevereiro de 1966.

TRÁFEGO AÉREO

— Aprova o Regulamento do Serviço de Proteção ao Voo e dá outras providências.

Decreto nº 57.786 — de 11 de fevereiro de 1966.

**TRANSATLÂNTICA COMPANHIA
NACIONAL DE SEGUROS**

— Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da *Transatlântica Companhia Nacional de Seguros*, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 57.495 — de 28 de dezembro de 1965.

TRANSPORTES

— Dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias.

Lei nº 4.907 — de 17 de dezembro de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 11.000.000.000 (onze bilhões de cruzeiros), destinado a atender a despesas de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, e dá outras providências.

Lei nº 4.930 — de 9 de março de 1966.

— Estabelece obrigatoriedade de utilização do transporte ferroviário ou das empresas de navegação autárquicas, de economia mista ou administradas pela União, pelas repartições públicas, autarquias, órgãos da administração descentralizada e entidades de direito privado, beneficiados pelo Governo.

Decreto nº 57.335 — de 17 de fevereiro de 1966.

TRANSPORTE DE DOENTES

— Baixa Normas Técnicas Especiais para a defesa sanitária do País, nas atividades que dizem respeito à "Saúde Internacional" e dá outras providências.

Decreto nº 57.632 — de 14 de janeiro de 1966.

TRATADOS

— Promulga o Tratado Americano de soluções pacíficas (Pacto de Bogotá).

Decreto nº 57.785 — de 11 de fevereiro de 1966.

TRIBUNAIS DE CONTAS

— *Abre ao Tribunal de Contas da União, o crédito suplementar autorizado pela Lei nº 4.881, de 26 de novembro de 1965.*

Decreto nº 57.700 — de 2 de fevereiro de 1966.

U

ULTRAMAR COMPANHIA
BRASILEIRA DE SEGUROS

— *Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Ultramar Companhia Brasileira de Seguros, relativa ao aumento do capital social.*

Decreto nº 57.778 — de 11 de fevereiro de 1966.

UNESCO

— *Vincula as tarefas de pesquisas de História do Brasil na Europa às atribuições da Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO.*

Decreto nº 57.686 — de 31 de janeiro de 1966.

UNIÃO DO COMÉRCIO E
INDÚSTRIA COMPANHIA
DE SEGUROS GERAIS

— *Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da União do Comércio e Indústria Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.*

Decreto nº 57.382 — de 3 de dezembro de 1965.

UNIÃO NACIONAL DE
ESTUDANTES (UNE)

— *Suspende as atividades da União Nacional de Estudantes (UNE).*

Decreto nº 57.634 — de 14 de janeiro de 1966.

UNIVERSIDADES

— *Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade Federal do Espírito Santo e dá outras providências.*

Decreto nº 57.597 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Aprova o enquadramento dos professores fundadores das Universidades de Alagoas e do Rio Grande do Norte em cargos de Professor de Ensino Superior, do Quadro de Pessoal — Parte Suplementar do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.*

Decreto nº 57.600 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Retifica o Decreto nº 53.554, de 7 de fevereiro de 1964, da Universidade de Juiz de Fora.*

Decreto nº 57.601 — de 7 de janeiro de 1966.

— *Outorga concessão à Universidade Federal de Pernambuco, para instalar uma estação televisora — VHF.*

Decreto nº 57.750 — de 4 de fevereiro de 1966.

— *Classifica os cargos de nível superior da Universidade do Paraná e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 57.760 — de 8 de fevereiro de 1966.

— *Retifica o enquadramento das funções do Escritório Técnico da Universidade do Brasil.*

Decreto nº 57.852 — de 24 de fevereiro de 1966.

— *Altera o Quadro de Pessoal — Parte Permanente — da Universidade do Paraná, e dá outras providências.*

Decreto nº 57.853 — de 24 de fevereiro de 1966.

— *Aprova o orçamento da Universidade Federal de Santa Maria.*

Decreto nº 58.010 — de 17 de março de 1966.

UNIVERSIDADES — Ver, também, Escolas, Cursos e Faculdades.

**UTILIDADE PÚBLICA
(DECLARAÇÃO)**

— Declara de utilidade pública a Associação das Irmãs Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.915 — de 12 de abril de 1965.

— Declara de utilidade pública a "Maternidade de Guaratinguetá", com sede em Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.297 — de 19 de maio de 1965.

— Declara de utilidade pública a Obra Unida à Sociedade São Vicente de Paulo — Hospital São Vicente de Paulo, com sede em Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.483 — de 18 de junho de 1965.

— Declara de utilidade pública a "Associação Brasileira de Esperanto", com sede em Brasília, Distrito Federal.

Decreto nº 57.608 — de 7 de janeiro de 1966.

— Declara de utilidade pública a "Associação Escola Doméstica Filhas de Maria Imaculada", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.670 — de 26 de janeiro de 1966.

— Declara de utilidade pública a "Obra da Fraternidade da Mulher Brasileira", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 57.704 — de 2 de fevereiro de 1966.

— Declara de utilidade pública a "Fundação Visconde de Porto Seguro", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.757 — de 8 de fevereiro de 1966.

— Declara de utilidade pública a Sociedade Evangélica Educacional de Estrêla, com sede em Estrêla, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 57.829 — de 17 de fevereiro de 1966.

— Declara de utilidade pública o Instituto de Reabilitação, com sede em Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 57.841 — de 18 de fevereiro de 1966.

— Declara de utilidade pública a Fundação Ateneu Cachoeirense, com sede em Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 57.847 — de 23 de fevereiro de 1966.

— Declara de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede em Paranaguá, Estado do Paraná.

Decreto nº 57.848 — de 23 de fevereiro de 1966.

— Declara de utilidade pública o "Instituto São Pedro de Educação e Assistência", com sede em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 57.855 — de 24 de fevereiro de 1966.

— Declara de utilidade pública a "Sociedade Uberabense de Proteção e Amparo aos Menores", com sede em Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.892 — de 28 de fevereiro de 1966.

— Declara de utilidade pública o Centro Social "Sagrada Família", com sede em Campinas, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.903 — de 3 de março de 1966.

— Declara de utilidade pública a "Associação Civil das Servas de Maria do Brasil", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 57.904 — de 3 de março de 1966.

— Declara de utilidade pública a Associação das Damas de Caridade, com sede em Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 57.905 — de 3 de março de 1966.

— Declara de utilidade pública a "Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.925 — de 4 de março de 1966.

V

VACINA ANTIAFTOSA

— *Torna compulsório o fornecimento pelos matadouros, para produção de vacina antiaftosa, de epitélio normal de língua de animais destinados ao abate e determina outras providências.*

Decreto nº 57.591 — de 7 de janeiro de 1966.

VACINAÇÃO ANTIVARIÓLICA

— *Condiciona a venda de passagens para o Exterior do País, à prévia apresentação de certificado internacional de vacinação ou revacinação contra a varíola.*

Decreto nº 57.394 — de 7 de dezembro de 1965.

VEREADOR

— *Ato Complementar nº 7.*

VICE-GOVERNADORES

— *Ato Institucional nº 3.*

VICE-PREFEITOS

— *Ato Complementar nº 7.*

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

— *Ato Institucional nº 3.*

X

XISTO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jesuino Felicíssimo Júnior a lavar mica-xisto no município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.509 — de 28 de dezembro de 1965.

XISTO ARGILOSO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Vieira de Barros a pesquisar xisto argiloso no município de Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.955 — de 10 de março de 1966.

ANOTAÇÕES



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1966 — VOLUME III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE ABRIL A JUNHO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1966

CAM. DOS LIMITADOS

BIBLIOTECA

Compra Cr\$ 3.00

Compra citacion

29/8/66 - 66/2323

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1 — EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Págs.

20 — Emenda Constitucional — Publicada no D. O. de 27 de maio de 1966	3
---	---

2 — ATOS COMPLEMENTARES

9 — Ato Complementar — Publicado no D. O. de 12 de maio de 1966	5
10 — Ato Complementar — Publicado no D. O. de 7-6-66	7
11 — Ato Complementar — Publicado no D. O. de 30 de junho de 1966	7
12 — Ato Complementar — Publicado no D. O. de 30 de junho de 1966	8
13 — Ato Complementar — Publicado no D. O. de 30 de junho de 1966	8

3 — DECRETOS-LEIS

5 — Decreto-lei de 4 de abril de 1966 — Estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha-Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S. A. e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 5 e retificado no de 18-4-66	9
6 — Decreto-lei de 14 de abril de 1966 — Dispõe sobre o reajustamento dos alugueis de imóveis, locados para fins re-	

sidenciais antes da vigência da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964. — Publicado no D. O. de 18 e retificado no de 26-4-66

13

7 — Decreto-lei de 13 de maio de 1966 — Prorroga e reabre prazos previstos no Decreto-lei nº 1, de 13 de novembro de 1965, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 16-5-66

13

8 — Decreto-lei de 16 de junho de 1966 — Acrescenta parágrafo ao art. 6º do Decreto-lei nº 9.085, de 25 de março de 1946. — Publicado no D. O. de 17-6-66

16

9 — Decreto-lei de 25 de junho de 1966 — Dispõe sobre a organização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 30-6-66

16

4 — DECRETOS LEGISLATIVOS

8 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o Protocolo que insere, no Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, uma parte IV relativa ao Comércio e Desenvolvimento, assinado em Genebra a 8 de fevereiro de 1965. — Publicado no D. O. de 1-4-68	19
9 — Decreto Legislativo de 1966 — Determina o registro do termo de 21 de dezembro de	

Págs.	Págs.
1959, de escritura pública de compra e venda para efetivação de desapropriação de imóveis em Recife, Estado de Pernambuco. — Publicado no D. O. de 13-4-66	19
10 — Decreto Legislativo de 1966 — Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo de contrato celebrado entre o Governo Federal e Angelina da Glória Nogueira Carvalho, em 1º de agosto de 1953. — Publicado no D. O. de 19-4-66	20
11 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o Acôrdo Básico de Assistência Técnica, assinado, em 29 de dezembro de 1964, na Cidade do Rio de Janeiro, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil, a Organização das Nações Unidas e outros Organismos Internacionais. — Publicado no D. O. de 27-4-66	20
12 — Decreto Legislativo de 1966 — Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do contrato, de 2 de janeiro de 1964, celebrado entre o Ministério da Fazenda e Giacomo Rossi. — Publicado no D. O. de 2-5-66	20
13 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro a escrituras públicas de vendas efetuadas em áreas da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, empresa incorporada ao Patrimônio Nacional. — Publicado no D. O. de 19 de maio de 1966	21
14 — Decreto Legislativo de 1966 — Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo, de 5 de agosto de 1957, de contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de São Paulo e Mikhail Naim Sayeg. — Publicado no D. O. de 19 de maio de 1966	21
15 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato-escritura	
de compra e venda, de 30 de novembro de 1949, celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Pinho e Terras Ltda. — Publicado no D. O. de 19-5-66	22
16 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo, de 10 de novembro de 1955, aditivo ao de ajuste de locação de serviço, de 18 de janeiro de 1954, celebrado entre o Estado-Maior do Exército e Nelson Pimenta. — Publicado no D. O. de 19-5-66	22
17 — Decreto Legislativo de 1966 — Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública. — Publicado no D. O. de 23-5-66	22
18 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato — escritura de compra e venda, celebrado entre a Brazil Land Cattle & Packing Co., incorporada ao Patrimônio Nacional e Antônio Sahib. — Publicado no D. O. de 23-5-66	23
19 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato-escritura de compra e venda, celebrado entre a Brazil Land Cattle & Packing Co., incorporada ao Patrimônio Nacional e João Antônio Ferreira Souto. — Publicado no D. O. de 23-5-66	23
20 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de constituição da aforamento celebrado entre a União Federal e o Banco de Crédito da Amazônia S. A. — Publicado no D. O. de 23-5-66 ..	24

Págs.	Págs.
21 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de contrato, celebrado, em 31 de dezembro de 1957, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e a Sociedade "Emissoras Reunidas Rádio Cultura Limitada". — Publicado no D. O. de 13 de junho de 1966	dá outras providências. — Publicada no D. O. de 11 e retificada no de 27-4-66 32
24	4.948 — Lei de 6 de abril de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a alienar, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, o imóvel da Rua Conselheiro Crispiniano nº 378, em São Paulo. — Publicada no D. O. de 11 de abril de 1966 36
5 — LEIS	4.949 — Lei de 13 de abril de 1966 — Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 13-4-66 37
4.942 — Lei de 5 de abril de 1966 — Reorganiza o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da Segunda Região, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 11-4-66	4.950 — Lei de 20 de abril de 1966 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, de emolumentos consulares e da taxa de despacho aduaneiro, excluída a cota de previdência social, para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel para impressão de jornais, periódicos e livros, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 22-4-66 38
23	4.950-A — Lei de 22 de abril de 1966 — Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária. — Publicada no D. O. de 29-4-66 39
4.943 — Lei de 6 de abril de 1966 — Transforma em Fundação a atual Casa de Rui Barbosa e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 11-4-66	4.951 — Lei de 26 de abril de 1966 — Concede isenção de tributos para importação de bens de produção destinados ao reequipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de autopeças. — Publicada no D. O. de 27-4-66 39
26	4.952 — Lei de 26 de abril de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.623.466 (dois milhões seiscentos e vinte e três mil quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros) para o fim que especifica. — Publicada no D. O. de 27-4-66 ... 49
4.944 — Lei de 6 de abril de 1966 — Dispõe sobre a proteção a artistas, produtores de fonogramas e organismos de radiodifusão, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 11 e retificada no de 27-4-66	
28	
4.945 — Lei de 6 de abril de 1966 — Altera o Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, criado pela Lei nº 4.279, de 4 de novembro de 1963, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 11 e retificada no de 22 de abril de 1966	
30	
4.946 — Lei de 6 de abril de 1966 — Fixa normas referentes à incorporação da Escola Nacional de Florestas à Universidade do Paraná e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 11-4-66	
31	
4.947 — Lei de 6 de abril de 1966 — Fixa normas de Direito Agrário, dispõe sobre o sistema de organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e	

	Págs.		Págs.
4.953 — Lei de 26 de abril de 1966 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, um computador eletrônico importado pela VARIG. — Publicada no D. O. de 28-4-66	40	portada, e a ser importada, pela "Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta". — Publicada no D. O. de 28 de abril de 1966	43
4.954 — Lei de 26 de abril de 1966 — Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Telefônica Curvelo S. A. — Publicada no D. O. de 28-4-66	41	4.960 — Lei de 27 de abril de 1966 — Prorroga os prazos para a apresentação de declarações de renda. — Publicada no D. O. de 28-4-66 . . .	43
4.955 — Lei de 26 de abril de 1966 — Isenta do imposto de importação equipamentos destinados à Comercial Paulista Importadora e Exportadora Ltda. para a instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cinescópio. — Publicada no D. O. de 29-4-66 ..	41	4.961 — Lei de 4 de maio de 1966 — Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral). — Publicada no D. O. de 6-5-66	43
4.956 — Lei de 26 de abril de 1966 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, equipamento para perfuração de poços e localização de água importado pela CASOL. — Publicada no D. O. de 29 de abril de 1966	41	4.962 — Lei de 5 de maio de 1966 — Retifica a Lei número 3.855, de 18 de dezembro de 1960, que cria Coletorias Federais em diversos Municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 10 e retificada no de 17-5-66	50
4.957 — Lei de 27 de abril de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 29.441.000.000 (vinte e nove bilhões quatrocentos e quarenta e um milhões de cruzeiros), para atender às despesas que especifica. — Publicada no D. O. de 28-4 e retificada no de 6-5-66	42	4.963 — Lei de 5 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a emitir Letras do Tesouro destinadas a servir de garantia subsidiária nas operações de crédito realizadas entre a Fábrica Nacional de Motores S. A. e o Banco do Brasil S. A., e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 10-5-66	51
4.958 — Lei de 27 de abril de 1966 — Dá nova redação ao item IV do art. 7º da Lei número 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares. — Publicada no D. O. de 29-4-66	43	4.964 — Lei de 5 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), destinado ao pagamento à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro das despesas efetuadas com os funerais do compositor Ary Barroso. — Publicada no D. O. de 11 de maio de 1966	51
4.959 — Lei de 27 de abril de 1966 — Concede isenção de direitos de importação, excluída a taxa de despacho aduaneiro, para maquinaria im-		4.965 — Lei de 5 de maio de 1966 — Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do	

<i>Págs.</i>	<i>Págs.</i>
Poder Executivo e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 10-5-66	52
4.966 — Lei de 8 de maio de 1966 — Isenta dos impostos de importação e consumo e da taxa de despacho aduaneiro os bens dos imigrantes e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 13-5-66	52
4.967 — Lei de 11 de maio de 1966 — Dispõe sobre nomeação e designação de oficiais da Marinha e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 13-5-66	54
4.968 — Lei de 11 de maio de 1966 — Isenta do pagamento das taxas de "Melhoramentos dos Portos" e de "Renovação da Marinha Mercante" a importação de uma Bomba de Cobalto feita pela Santa Casa de Misericórdia de Santos, no Estado de São Paulo. — Publicada no D. O. de 13 de maio de 1966	55
4.969 — Lei de 11 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) destinado a suprir deficiência da verba de substituições. — Publicada no D. O. de 13-5-66 ..	55
4.970 — Lei de 11 de maio de 1966 — Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento destinado à instalação de uma fábrica de fios de algodão. — Publicada no D. O. de 13-5-66	55
4.971 — Lei de 11 de maio de 1966 — Prorroga o prazo fixado no § 3º do art. 1º da Lei nº 4.547, de 10 de dezembro de 1964, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000 (setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a reconstrução da Feira de Água de Meni-	
nos, Estado da Bahia" — Publicada no D. O. de 13 de maio de 1966	56
4.972 — Lei de 11 de maio de 1966 — Dispõe sobre a elevação da gratificação de professores primários civis, postos à disposição de corpos de tropa ou de estabelecimentos militares. — Publicada no D. O. de 16-5-66	56
4.973 — Lei de 11 de maio de 1966 — Concede pensão especial às filhas solteiras do ex-escrivão de coletoria José Antônio Pereira Magalhães. — Publicada no D. O. de 16 de maio de 1966	56
4.974 — Lei de 11 de maio de 1966 — Autoriza a doação de imóveis à Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 17-5-66	57
4.975 — Lei de 11 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros), para atender ao disposto no art. 6º do Decreto nº 49.160, de 1º de novembro de 1960. — Publicada no D. O. de 16-5-66	57
4.976 — Lei de 11 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.412.335.000 (um bilhão quatrocentos e doze milhões trezentos e trinta e cinco mil cruzeiros), para atender às despesas com a conclusão das obras básicas do Museu de Arte Moderna, no Estado da Guanabara. — Publicada no D. O. de 16-5-66 ..	58
4.977 — Lei de 12 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado-Maior das Forças Armadas e pelos Ministérios Militares, o crédito especial de Cr\$ 7.493.000.000 (sete bilhões quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros), para atendimento das despesas do	

	Págs.		Págs.
Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana — FAIBRAS — no 1º semes- tre de 1966. — Publicada no D. O. de 17-5-66	58	4.983 — Lei de 18 de maio de 1966 — Altera disposições do Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falên- cias). — Publicada no D. O. de 20 e retificada no de 26 de maio de 1966	61
4.978 — Lei de 12 de maio de 1966 — Reajusta a pensão es- pecial concedida a Caliope Barreto de Menezes, herdeira de Tobias Barreto de Me- nezes, pelo Decreto nº 64, de 21 de julho de 1892. — Publi- cada no D. O. de 17-5-66 ..	59	4.984 — Lei de 18 de maio de 1966 — Dá nova redação aos arts. 263 e 266 do Código da Justiça Militar, aprovado pelo Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 23-5-66	62
4.979 — Lei de 12 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Exe- cutivo a abrir, aos Ministe- rios da Guerra e da Marinha, os créditos especiais de Cr\$ 35.770.020 e Cr\$ 15.801.096, respectivamente, destinados ao pagamento de vencimentos e gratificações a oficiais inte- grantes da comitiva da Es- cola Superior de Guerra, que em 1962 visitou os Estados Unidos da América. — Publi- cada no D. O. de 16-5-66 ..	59	4.985 — Lei de 18 de maio de 1966 — Revoga dispositivo da Lei nº 4.213, de 14 de feve- reiro de 1963, que dispõe sô- bre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 23 de maio de 1966	63
4.980 — Lei de 12 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Exe- cutivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Inte- riores, o crédito especial de Cr\$ 335.000.000, destinado a obras de complementação e reparos gerais em edifícios em que se encontram instala- dos órgãos daquele Ministé- rio. — Publicada no D. O. de 16 e retificada no de 25 de maio de 1966	59	4.986 — Lei de 18 de maio de 1966 — Isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada. — Publicada no D. O. de 20-5-66	64
4.981 — Lei de 13 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Exe- cutivo, a abrir créditos espe- ciais, num montante de Cr\$ 1.027.157.513 (um bilhão vinte e sete milhões cento e cinquenta e sete mil quinhen- tos e treze cruzelros), desti- nados à Presidência para pa- gamento de despesas referen- tes a exercícios anteriores. — Publicada no D. O. de 17 de maio de 1966	60	4.987 — Lei de 18 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Exe- cutivo a doar à Associação Rural Pedro Leopoldo terre- no situado na Fazenda Regio- nal de Criação, Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais. — Publicada no D. O. de 20-5-66	64
4.982 — Lei de 13 de maio de 1966 — Dispõe sobre o reen- gajamento de Sargentos do Exército até adquirirem a es- tabilidade. — Publicada no D. O. de 17-5-66	60	4.988 — Lei de 20 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Exe- cutivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 49.752.967 (quarenta e nove milhões, setecentos e cin- quenta e dois mil e novecen- tos e sessenta e sete cruzei- ros), para atender às despe- sas com o pagamento de be- nefícios ao pessoal da Compa- nhia de Navegação Bahiana. — Publicada no D. O. de 23 de maio de 1966	64
		4.989 — Lei de 20 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Exe- cutivo a abrir, pelo Ministé- rio das Relações Exteriores, o crédito especial de	

Págs.		Págs.
	Cr\$ 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros) para atender às despesas relativas à comemoração do primeiro centenário do nascimento de Lauro Müller. — Publicada no D. O. de 23 de maio de 1966	crédito especial de Cr\$ 1.955.066 (um milhão novecentos e cinquenta e cinco mil e sessenta e seis cruzeiros), para pagamento de diferença salarial a marítimos e da outras providências — Publicada no D. O. de 24 de maio de 1966
65	4.990 — Lei de 20 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir do Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — o crédito especial de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas de instalação da Junta de Conciliação e Julgamento de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro. — Publicada no D. O. de 25 de maio de 1966	66
65	4.991 — Lei de 20 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.166.900.000, para atender ao pagamento de despesas com pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro. — Publicada no D. O. de 25-5-66	4.995 — Lei de 21 de maio de 1966 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro à Igreja Memorial Batista de Brasília, para importar um órgão elétrico e acessórios. — Publicada no D. O. de 25-5-66 ...
65	4.992 — Lei de 21 de maio de 1966 — Concede isenção de impostos, taxas e emolumentos para um automóvel doado a Mauro Ramos de Oliveira por cidadãos alemães. — Publicada no D. O. de 25-5 e retificada no de 1-6-66	67
66	4.993 — Lei de 4 de maio de 1966 — Concede isenção de direitos, imposto de consumo, taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para a importação de um altar de madeira e dois sinos de bronze, doados pelo Japão ao Templo Hongwanji da América do Sul, com sede em São Paulo. — Publicada no D. O. de 26 de maio de 1966	4.996 — Lei de 21 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 62.000.000, destinado a suplementação do auxílio federal concedido à Companhia de Navegação Bahiana. — Publicada no D. O. de 24 de maio de 1966
66	4.994 — Lei de 21 de maio de 1966 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Comissão de Marinha Mercante — do	67
		4.997 — Lei de 21 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial de Cr\$ 288.440 (duzentos e oitenta e oito mil quatrocentos e quarenta cruzeiros) para o fim que especifica. — Publicada no D. O. de 25-5-66
		67
		4.998 — Lei de 21 de maio de 1966 — Isenta de tributos alfandegários material hospitalar destinado ao Hospital Miguel Couto, e, da taxa de despacho aduaneiro, materiais para obras de interesse público. — Publicada no D. O. de 25-5-66
		68
		4.999 — Lei de 21 de maio de 1966 — Concede à empresa TV Rádio Nacional de Brasília o auxílio no valor de ... Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros). — Publicada no D. O. de 25-5-66
		68

	Págs.		Págs.
5.000 — Lei de 24 de maio de 1966 — Dispõe sobre a concessão do aval do Tesouro Nacional em operação de crédito no exterior. — Publicada no <i>D. O.</i> de 26-5 e retificada no de 1-6-66	69	5.006 — Lei de 27 de maio de 1966 — Cria, na Universidade Federal de Minas Gerais, a Escola de Biblioteconomia, e dá outras providências. — Publicada no <i>D. O.</i> de 1 de junho de 1966	72
5.001 — Lei de 27 de maio de 1966 — Exclui da jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, a Comarca de Santa Rosa de Viterbo. — Publicada no <i>D. O.</i> de 30-5 e retificada no de 6-6-66	70	5.007 — Lei de 27 de maio de 1966 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para equipamento de micro-ondas, destinado à Sociedade Radiocomunicações Limitada, com sede na Cidade de São Paulo. — Publicada no <i>D. O.</i> de 2 de junho de 1966	73
5.002 — Lei de 27 de maio de 1966 — Concede isenção de tributos à Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre — Rio Grande do Sul. — Publicada no <i>D. O.</i> de 30-5-66	70	5.008 — Lei de 27 de maio de 1966 — Isenta de tributos e emolumentos consulares bens destinados ao Mosteiro de São Bento, situado na Cidade de Salvador — Bahia. — Publicada no <i>D. O.</i> de 2-6-66 ...	73
5.003 — Lei de 27 de maio de 1966 — Dá nova redação ao art. 95 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares). — Publicada no <i>D. O.</i> de 31-5-66	71	5.009 — Lei de 27 de maio de 1966 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 54.141.606 (cinquenta e quatro milhões cento e quarenta e hum mil seiscentos e seis cruzeiros), destinado ao pagamento de pessoal dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAAPP). — Publicada no <i>D. O.</i> de 2-6-66	73
5.004 — Lei de 27 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, o crédito especial de Cr\$ 570.000.000 (quinhentos e setenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a Seção Brasileira da Comissão Mista da Lagoa Mirim. — Publicada no <i>D. O.</i> de 31 de maio de 1966	71	5.010 — Lei de 30 de maio de 1966 — Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. — Publicada no <i>D. O.</i> de 1 e retificada no de 14-6-66	74
5.005 — Lei de 27 de maio de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 6.472.592.500 (seis bilhões, quatrocentos e setenta e dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil e quinhentos cruzeiros), para regularizar despesa com o programa de emergência no setor agropecuário, conforme plano de aplicação do Ministério da Agricultura. — Publicado no <i>D. O.</i> de 1 de junho de 1966	72	5.011 — Lei de 1º de junho de 1966 — Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 3.931, de 3 de agosto de 1961, que concede isenção de direitos de importação e outros tributos para mercadorias doadas à Confederação Evangélica do Brasil. — Publicada no <i>D. O.</i> de 6-6-66	87
		5.012 — Lei de 1º de junho de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o	

Págs.		Págs.
	crédito especial de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros) para atender a via- gem do Presidente da Repú- blica aos Estados Unidos da América e do México. — Pu- blicada no D. O. de 6-6-66	87
5.013	— Lei de 1º de junho de 1966 — Dá nova denominação aos cargos de Auxiliar de Por- taria do Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Fe- deral. — Publicada no D. O. de 6-6-66	88
5.014	— Lei de 7 de junho de 1966 — Altera a carreira de motorista do Quadro da Se- cretaria do Superior Tribunal Militar, e dá outras providên- cias. — Publicada no D. O. de 8-6-66	88
5.015	— Lei de 7 de junho de 1966 — Autoriza a abertura pelo Ministério da Viação e Obras Públicas do crédito es- pecial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros) pa- ra atender às despesas com obras de emergência na No- va Adutora do Guandu, no Estado da Guanabara. — Pu- blicada no D. O. de 10 de junho de 1966	88
5.016	— Lei de 7 de junho de 1966 — Autoriza o Poder Exe- cutivo a abrir, pelo Ministe- rio da Aeronáutica, o crédi- to especial de Cr\$ 1.956.750.000 (um bilhão novecentos e cin- quenta e seis milhões sete- centos e cinquenta mil cru- zeiros), para atender a des- pesas com a aquisição de he- licópteros. — Publicada no D. O. de 10-6-66	89
5.017	— Lei de 7 de junho de 1966 — Modifica os arts. 1º e 3º da Lei nº 4.874, de 2 de dezembro de 1965, que "autori- za a doação, ao Hospital Evangélico da Bahia, de um lote de terreno". — Publica- da no D. O. de 10-6-66	89
5.018	— Lei de 7 de junho de 1966 — Inclui, em Parte Es- pecial do Quadro da Secre-	
	taria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, servidores da Companhia Ur- banizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), abran- gidos pelo art. 40 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, e dá outras providên- cias. — Publicada no D. O. de 10-6-66	91
5.019	— Lei de 7 de junho de 1966 — Autoriza o Poder Exe- cutivo a instituir a Funda- ção Ensino Especializado de Saúde Pública, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 10-6-66	91
5.020	— Lei de 7 de junho de 1966 — Dispõe sobre as pro- moções dos Oficiais da Ativa da Aeronáutica, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 8 e retificada no de 10-6-66	94
5.021	— Lei de 9 de junho de 1966 — Dispõe sobre o pa- gamento de vencimentos e vantagens pecuniárias assegu- radas, em sentença concessi- va de mandado de seguran- ça, a servidor público civil. — Publicada no D. O. de 13 de junho de 1966	103
5.022	— Lei de 9 de junho de 1966 — Altera o Quadro da Secretaria do Supremo Tri- bunal Federal, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 14-6-66	104
5.023	— Lei de 9 de junho de 1966 — Autoriza o Poder Exe- cutivo a abrir ao Poder Ju- diciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros), para aquisição de nove viaturas destinadas aos seus serviços. — Publicada no D. O. de 14 de junho de 1966	104
5.024	— Lei de 10 de junho de 1966 — Institui o Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações (CON- TEL) e dá outras providên- cias. — Publicada no D. O. de 13-6-66	104

	Págs.		Págs.
5.025 — Lei de 10 de junho de 1966 — Dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 15 e retificada no de 22-6-66	105	ocupados por Exatorias Federais instaladas no Estado de Minas Gerais. — Publicado no D. O., de 21-6-66.....	129
5.026 — Lei de 14 de junho de 1966 — Estabelece normas gerais para a instituição e execução de Campanhas de Saúde Pública exercidas ou promovidas pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 16-6-66	118	5.032 — Lei de 17 de junho de 1966 — Institui o "Dia do Motorista". — Publicado no D. O., de 20-6-66.....	130
5.027 — Lei de 14 de junho de 1966 — Institui o Código Sanitário do Distrito Federal. — Publicada no D. O. de 17 de junho de 1966	121	5.033 — Lei de 17 de junho de 1966 — Isenta, por 5 (cinco) anos, das taxas de despacho aduaneiro, melhoramento dos portos, armazenagem e de renovação da Marinha Mercante equipamentos hospitalares, cirúrgicos, odontológicos farmacêuticos importados pela SUSEME — Publicado no D. O. de 20-6-66	130
5.028 — Lei de 15 de junho de 1966 — Altera o Quadro de Pessoal do Tribunal Marítimo. — Publicada no D. O. de 17-6-66	128	5.034 — Lei de 17 de junho de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.684.172 (trinta milhões seiscentos e oitenta e quatro mil cento e setenta e dois cruzeiros), destinados ao pagamento das quotas federais dos impostos de consumo e renda, relativas ao exercício de 1963, devidas aos Municípios de Ouro Branco, Granquinha, Jaramataia e Carneiros, no Estado de Alagoas. — Publicado no D.O., de 21-6-66	130
5.029 — Lei de 15 de junho de 1966 — Inclui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino, de Uberaba, na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal — Publicado no D.O., de 17 de junho de 1966.....	129	5.035 — Lei de 17 de junho de 1966 — Estende a praças licenciadas, nas condições que especifica, o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960. — Publicado no D.O., de 20-6-66	131
5.030 — Lei de 17 de junho de 1966 — Modifica o § 3º do artigo 35 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, que "reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e da quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salários, e dá outras providências". — Publicado no D.O. de 20-6-66 ..	129	5.036 — Lei de 17 de junho de 1966 — Altera o Quadro de Pessoal Permanente da Universidade do Paraná, e dá outras providências. — Publicado no D.O., de 21 de junho de 1966.....	131
5.031 — Lei de 17 de junho de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de aluguéis atrasados de prédios		5.037 — Lei de 17 de junho de 1966 — Extingue, no Ministério da Saúde, o Serviço Federal de Bioestatística do Departamento Nacional da Saúde e o Serviço de Estatística do Departamento Nacio-	

Págs.		Págs.
	nal da Criança, e dá outras providências. — Publicado no D.O., de 21-6-66.....	131
5.038	— Lei de 17 de junho de 1966 — Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 597.000.000 (quinhentos e noventa e sete milhões de cruzeiros), destinados ao Estado-Maior das Forças Armadas, ao Superior Tribunal Militar e ao Supremo Tribunal Federal. — Publicado no D.O., de 21-6-66...	132
5.039	— Lei de 20 de junho de 1966 — Altera a Lei nº 3.739, de 4 de abril de 1960, que autoriza a doação de imóvel à Prefeitura Municipal de Corumbá, no Estado de Mato Grosso — Publicado no D.O., de 21-6-66	132
5.040	— Lei de 21 de junho de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$.... 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a desapropriação de terrenos onde foram travadas as Batalhas dos Guararapes, no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco. — Publicado no D.O., de 23-6-66....	133
5.041	— Lei de 21 de junho de 1966 — Concede, por 6 (seis) anos, isenção dos impostos de importação de material destinado à indústria aeronáutica. — Publicado no D.O., de 22-6-66	133
5.042	— Lei de 21 de junho de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 790.000 (setecentos e noventa mil cruzeiros), destinado à aquisição	
	de máquinas de escrever. — Publicado no D.O., de 23 de junho de 1966.....	134
5.043	— Lei de 21 de junho de 1966 — Estabelece isenção do Imposto do Selo para os atos em que forem partes os órgãos definidos no nº VI, art. 8º da Lei n 4.380, de 21 de agosto de 1964, e as Caixas Econômicas Federais em suas operações imobiliárias. — Publicado no D.O., de 23-6-66....	134
5.044	— Lei de 21 de junho de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$...... 800.000.000 (oitocentos milhões de cruzeiros), destinado a regularizar os pagamentos de salários e de contas pendentes, relativos ao exercício de 1962, da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana. — Publicado no D.O., de 23-6-66.....	134
5.045	— Lei de 21 de junho de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$...... 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Federal da Alemanha. — Publicado no D.O., de 23-6-66.....	135
5.046	— Lei de 21 de junho de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros) destinando a auxiliar a realização da 1ª Festa Nacional de Calçados e Feiras Agro-Industriais em Novo Hamburgo, RS. — Publicado no D.O., de 23 de junho de 1966.....	136

ÍNDICE DO APENSO

	Págs.		Págs.
2 — Decreto Legislativo de 1966 — Determina o registro pelo Tribunal de Contas, do contrato-escritura de compra e venda celebrado, em 23 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empreças Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Barth Annonni & Cia. Ltda. — Publicado no D.O., de 1 e rep. no de 19-4-66	139	4.900 — Lei de 10 de dezembro de 1965 — Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966. — Publicado no D.O., de 22-4-66 (Partes e-tadas)	141
6 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo, de 19 de novembro de 1958, de rescisão amigável do contrato, de 30 de dezembro de 1950, celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Byington & Cia. — Republicado no D.O., de 1 de abril de 1966	139	4.906 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Modifica o "Plano Nacional de Viação", estabelecido pela Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964. — Publicado no D. O. de 2-5-66 (Partes Vetadas) e ret. no de 11-5-66	141
4.859 — Lei de 25 de novembro de 1965 — Parte mantida pelo Coigresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei n 4.859, de 25 de novembro de 1965 (que revoga a Lei nº 4.127, de 27 de agosto de 1962, e estabelece normas para a prestação do serviço de vigilância portuária por vigias matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo). — Publicado no D.O., de 11-4-66	140	4.939 — Lei de 30 de março de 1966 — Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$. 46.994.312.818.00 a diversos Ministérios e Órgãos subordinados à Presidência da República. — Publicado no D.O., de 1-4-66	142
4.870 — Lei de 1 de dezembro de 1965 — Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial do projeto que se transformou na Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965. — Publicado no D.O., de 15-6-66	140	4.940 — Lei de 30 de março de 1966 — Modifica o § 2º do art. 3º da Lei nº 3.860, de 24 de dezembro de 1960, que "aprova o plano de coordenação das atividades relacionadas com o carvão mineral" — Publicado no D.O. de 1-4-66	143
4.881-A — Lei de 6 de dezembro de 1965 — Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior. — Publicado no D.O., de 14-6-66	140	6.941 — Lei de 30 de março de 1966 — Retifica a Lei número 3.855, de 18 de dezembro de 1960, que cria Coletorias Federais em diversos municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, e dá outras providências. — Publicado no D.O., de 1 e retificado no de 11-4-66	144

Figuram neste volume a Emenda Constitucional, os Atos Complementares, os Decretos-Leis, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no segundo trimestre de 1966, foram publicados no D.O. até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — EMENDA CONSTITUCIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição, a seguinte emenda ao texto constitucional:

O art. 185 da Constituição passa a ter a seguinte redação:

“Art. 185. É vedada a acumulação de cargos, no Serviço Público federal, estadual, municipal ou dos Territórios e Distrito Federal, bem como em entidades autárquicas, parastatais ou sociedade de economia mista, exceto a prevista no art. 96, nº 1, a de dois cargos de magistério, ou a de um destes com outro técnico ou científico ou, ainda, a de dois destinados a médicos, contanto que haja correlação de matérias e compatibilidade de horário.

Parágrafo único. Excetua-se da proibição deste artigo os professores da antiga Fundação Educacional do Distrito Federal, considerados servidores municipais da Prefeitura do Distrito Federal, por força da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, respeitada a compatibilidade de horário”.

Brasília, 25 de maio de 1966.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ADAUTO CARDOSO
Presidente

Baptista Ramos
1º Vice-Presidente

José Bonifácio
2º Vice-Presidente

Nilo Coelho
1º Secretário

Henrique La Rocque
2º Secretário

Aniz Badra
3º Secretário

Ary Alcantara
4º Secretário

A MESA DO SENADO FEDERAL

MOURA ANDRADE
Presidente

Nogueira da Gama
Vice-Presidente

Dinarte Mariz
1º Secretário

Gilberto Marinho
2º Secretário

Barros Carvalho
3º Secretário

Cattete Pinheiro
4º Secretário

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — EMENDA CONSTITUCIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição, a seguinte emenda ao texto constitucional:

O art. 185 da Constituição passa a ter a seguinte redação:

“Art. 185. É vedada a acumulação de cargos, no Serviço Público federal, estadual, municipal ou dos Territórios e Distrito Federal, bem como em entidades autárquicas, parastatais ou sociedade de economia mista, exceto a prevista no art. 96, nº 1, a de dois cargos de magistério, ou a de um destes com outro técnico ou científico ou, ainda, a de dois destinados a médicos, contanto que haja correlação de matérias e compatibilidade de horário.

Parágrafo único. Excetuam-se da proibição deste artigo os professores da antiga Fundação Educacional do Distrito Federal, considerados servidores municipais da Prefeitura do Distrito Federal, por força da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, respeitada a compatibilidade de horário.

Brasília, 25 de maio de 1966.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ADAUTO CARDOSO
Presidente

Baptista Ramos
1º Vice-Presidente

José Bonifácio
2º Vice-Presidente

Nilo Coelho
1º Secretário

Henrique La Rocque
2º Secretário

Aniz Badra
3º Secretário

Ary Alcantara
4º Secretário

A MESA DO SENADO FEDERAL

MOURA ANDRADE
Presidente

Nogueira da Gama
Vice-Presidente

Dinarte Mariz
1º Secretário

Gilberto Marinho
2º Secretário

Barros Carvalho
3º Secretário

Cattete Pinheiro
4º Secretário

II — ATOS COMPLEMENTARES

ATO COMPLEMENTAR Nº 9

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º A inscrição de candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República e a de candidatos a Governador e Vice-Governador de Estado, a que se referem, respectivamente, o art. 9º, § 1º, do Ato Institucional nº 2 e o artigo 1º, § 1º, do Ato Institucional nº 3, serão feitas perante as Mesas do Congresso Nacional ou das Assembleias Legislativas, conforme o caso, mediante requerimento de organização partidária, instruído com:

a) os documentos previstos no art. 94, § 1º, itens I, II, III e VI, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral);

b) prova de filiação partidária, resultante de inscrição, nos termos do artigo 7º, parágrafo único, do Ato Complementar nº 7, efetuada, até 1º de julho, para candidatos a Governador e Vice-Governador, e, até 1º de agosto, para candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República, se exigido este requisito até cinco dias após a fixação da data da respectiva convenção, por dois terços dos membros do Gabinete Executivo Nacional ou de Gabinete Executivo Regional, conforme o caso;

c) fôlha corrida, na conformidade do art. 20 da Lei nº 4.961, de 6 de maio de 1966;

d) certidão fornecida, conforme o caso, pelo Superior Tribunal Eleitoral ou pelo Tribunal Regional Eleitoral, onde conste que a escolha do candidato, pela convenção partidária, não foi impugnada ou que foi julgada improcedente a impugnação.

Art. 2º Em caso de morte ou impedimento insuperável (artigo 9º, § 1º, do Ato Institucional nº 2 e artigo 1º, § 1º, do Ato Institucional nº 3), as exigências constantes das alíneas a a c, do artigo anterior, serão satisfeitas nos dez dias seguintes à data da eleição, dispensada a da alínea d.

Parágrafo único. Nos casos referidos neste artigo, processar-se-á, até vinte dias após a eleição, na forma da legislação em vigor, qualquer arguição de nulidade.

Art. 3º As convenções nacional ou regionais (artigo 3º do Ato Complementar nº 7) serão realizadas, respectivamente, até os dias 15 de agosto e 15 de julho de 1966.

Art. 4º Realizada a convenção e escolhido candidato ou candidatos, uma cópia da ata, devidamente autenticada pelo Presidente e Secretário, será apresentada, dentro de quarenta e oito horas, ao Tribunal Superior ou ao Tribunal Regional Eleitoral, conforme o caso.

§ 1º Protocolado o recebimento da ata, o Presidente do Tribunal fará publicá-la em edital, dentro de vinte e quatro horas, no *Diário Oficial* da União ou do Estado, para conhecimento dos interessados.

§ 2º Caberá às organizações com atribuições de partido político ou ao Ministério Público, nas quarenta e oito horas seguintes, observada, no que for aplicável, a Lei nº 4.738, de 15 de julho de 1965, impugnar, perante o Tribunal competente, a escolha do candidato, mediante arguição de inelegibilidade ou incompatibilidade.

§ 3º Feita a impugnação, terá a organização partidária, que escolheu o candidato, o prazo de dois dias para contestá-la, podendo juntar documentos e requerer a produção de outras provas (Lei nº 4.738, de 15 de julho de 1965, artigo 8º).

§ 4º Prosseguir-se-á, até final, nos termos, aplicáveis à espécie, dos arts. 9º a 14 da Lei nº 4.738, de 15 de julho de 1965.

§ 5º São reduzidos, para os casos de que trata este Ato, a quatro dias, vinte e quatro horas, dois dias, três dias, e sete dias, respectivamente, os prazos previstos nos arts. 9º, 10, 11, 13 e 14 da Lei nº 4.738, de 15 de julho de 1965.

§ 6º As decisões do Tribunal Superior Eleitoral, proferidas em grau de recurso, nos termos deste artigo, serão imediatamente comunicadas à instância inferior, em telegrama urgente, para todos os efeitos legais.

§ 7º A decisão do Tribunal Superior Eleitoral, como instância única, será publicada dentro de quarenta e oito horas, e o telegrama, a que se refere o parágrafo anterior, vinte e quatro horas após o seu recebimento.

Art. 5º As convenções, de que trata o artigo 3º, delegarão poderes às Comissões Diretoras Nacional ou Regionais, conforme o caso, para escolherem novos candidatos, na hipótese de que, por decisão judiciária irrecorrível, sejam declarados inelegíveis o candidato ou candidatos escolhidos, e, bem assim, aos Gabinetes Executivos nos casos do art. 2º deste Ato.

Parágrafo único. Escolhido novo candidato, proceder-se-á, em seguida, ressalvado o disposto no art. 2º deste Ato, na conformidade do que prescreve o art. 4º e seus parágrafos.

Art. 6º A Justiça Eleitoral poderá reduzir os prazos estabelecidos no art. 4º deste Ato, para que não sejam prejudicadas, em nenhuma hipótese, as inscrições previstas no artigo 1º.

Art. 7º As Comissões Diretoras Municipais, de que tratam os Atos Complementares números 4 e 7, deverão estar organizadas até o dia 25 de junho de 1966, nos Estados em que, no corrente ano, haja eleições indiretas e até 1º de agosto, nos demais Estados.

Parágrafo único. Nos Municípios onde não haja Comissões Diretoras organizadas até essas datas, serão as mesmas substituídas, para todos os efeitos, por Comissões Interventoras Municipais, de três a sete membros, constituídas pelo voto de dois terços dos membros dos Gabinetes Executivos Regionais das respectivas organizações partidárias.

Art. 8º As inscrições, de que trata o artigo 7º do Ato Complementar nº 7, serão feitas, pelos interessados, perante as Comissões Diretoras Municipais, as Comissões Diretoras Estaduais, ou a Comissão Diretora Nacional, bem como, nos Municípios onde não haja Comissões organizadas, perante delegados ou representantes eleitorais, devidamente credenciados para tal fim.

§ 1º A inscrição poderá ser feita por procurador com poderes especiais, ficando o respectivo instrumento arquivado na Comissão Diretora perante a qual tenha sido realizada.

§ 2º Quando se tiver inscrito perante Comissão Diretora hierarquicamente superior à competente para registrá-lo na Justiça Eleitoral, o candidato a eleições diretas deverá apresentar certidão de sua inscrição, fornecida pelo Secretário do Gabinete Executivo respectivo, com a declaração de autenticidade e veracidade feita pelo Secretário, conforme o caso, do

Tribunal Superior ou dos Tribunais Regionais Eleitorais, com firmas reconhecidas.

§ 3º Não terá validade, para os efeitos do artigo 7º do Ato Complementar nº 7, a inscrição feita perante Comissão Diretora hierárquicamente inferior à competente para o registro, na Justiça Eleitoral, do candidato a eleição direta que pretenda disputar.

§ 4º Os representantes de que trata o art. 4º, § 1º, do Ato Complementar nº 4, nos Municípios onde não houver Comissão Diretora ou Interventora organizada, serão designados pela Comissão Diretora Regional.

Art. 9º Os livros a que se refere o artigo 7º, parágrafo único, do Ato Complementar nº 7, não estão sujeitos a padronização ou modelo especial, bastando que sejam abertos e rubricados pelos Tribunais ou Juizes Eleitorais. Os Tribunais Regionais e os Juizes Eleitorais, para cumprimento dessa norma legal, não dependem de instruções ou autorização especial dos órgãos que lhe são hierárquicamente superiores na Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. Nos Municípios onde não haja Comissão Diretora ou Interventora, devidamente constituída, os livros mencionados no parágrafo anterior ficarão em poder dos delegados ou representantes eleitorais a que se refere o artigo 8º.

Art. 10. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções para fiel execução dos artigos 1º a 6º deste Ato.

Art. 11. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Mém de Sá

ATO COMPLEMENTAR Nº 10

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 30 do Ato Institucional nº 2, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º. A suspensão de direitos políticos, decretada com fundamento no art. 15 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, acarreta, simultaneamente, a suspensão do exercício do mandato eletivo federal, estadual ou municipal.

Art. 2º Este Ato Complementar, que se aplica às suspensões de direitos políticos já decretadas, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Mém de Sá

ATO COMPLEMENTAR Nº 11

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Até que sejam empossados os Prefeitos eleitos, na forma do art. 4º, § 1º, do Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966, proceder-se-á, por ato do Presidente da República, a intervenção nos Municípios em que se vagarem esses cargos e os de Vice-Prefeito, em virtude de renúncia, morte, perda ou extinção do mandato dos respectivos titulares.

Art. 2º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o art. 1º do Ato Complementar nº 5, de 10 de dezembro de 1965, e demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Mem de Sá.

ATO COMPLEMENTAR Nº 12

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e

Considerando que, nas eleições realizadas em 3 de outubro de 1965, no Estado de Alagoas, para os cargos de Governador e Vice-Governador, nenhum dos candidatos obteve maioria absoluta e a Assembléia Legislativa não homologou o nome do candidato que obteve maioria de votos;

Considerando que, diante disso, é imprescindível a realização de novas eleições;

Considerando que, pelo Ato Institucional nº 3, a eleição para os cargos de Governador e Vice-Governador deverá fazer-se pela Assembléia Legislativa, em sessão pública e votação nominal, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º A eleição do Governador e do Vice-Governador no Estado de Alagoas far-se-á por sufrágio indireto, nos termos do Ato Institucional nº 3.

§ 1º No corrente ano, a eleição de que trata este artigo realizar-se-á em 3 de setembro e a posse dos eleitos, em 16 deste mês.

§ 2º O mandato dos eleitos terminará em 15 de março de 1971.

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Mem de Sá.

ATO COMPLEMENTAR Nº 13

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º O parágrafo único do art. 7º do Ato Complementar nº 9, de 11 de maio de 1966, passa a constituir o § 1º desse artigo.

Art. 2º Ao art. 7º do Ato Complementar nº 9, de 11 de maio de 1966, é acrescentado o seguinte § 2º:

“§ 2º Nos Municípios de mais de trinta mil habitantes e nas Capitais dos Estados, as Comissões Interventoras Municipais poderão ser integradas por até vinte e um membros, desde que, por unanimidade, assim o decida o Gabinete Executivo Regional”.

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Mem de Sá.

III — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 5 — DE 4 DE
ABRIL DE 1966

Estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha-Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S.A. e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

Considerando que as atividades da marinha mercante, dos portos nacionais, da Rede Ferroviária Federal S. A. e das entidades de classes profissionais, vinculadas ou conexas, envolvem matéria diretamente ligada à Segurança Nacional;

Considerando que é vital para o fortalecimento do Poder Nacional a inadiável recuperação do Poder Econômico através da reestruturação adequada dos sistemas de transporte sob jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas;

Considerando que as diversas medidas para corrigir as distorções ora existentes nos sistemas em apêço, não têm proporcionado os resultados tão eficazes quanto o exige a atual conjuntura nacional;

Considerando finalmente, o que dispõe o art. 10, do Decreto-lei nº 2, de 14 de janeiro de 1966,

Resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º Os sistemas de transporte sujeitos ao Ministério da Viação e Obras Públicas, quaisquer que sejam os meios e a natureza de sua exploração, bem como o funcionamento das

entidades a eles vinculadas obedecerão, no interesse da segurança nacional e da economia do país, aos princípios e normas deste decreto-lei.

Art. 2º A fim de acelerar-se a recuperação econômico-financeira de cada um dos sistemas de transporte, as entidades autárquicas, cidade de economia mista sob controle da União, ou empresas concessionárias do serviço público que os integrarem adotarão providências para:

I — melhor atender à demanda de transporte;

II — reduzir o custo operacional;

III — aumentar as respectivas rendas;

IV — incentivar a produtividade individual ou de grupo;

V — premiar as sugestões e trabalhos reputados de valia para a obtenção dos objetivos especificados nas alíneas anteriores; e

VI — proporcionar participação do trabalho no lucro real.

Art. 3º A jornada de trabalho será fixada de acordo com a natureza industrial das entidades referidas no artigo anterior.

Art. 4º O trabalho terá justa remuneração, observadas as condições locais do mercado de emprego e as condições econômicas e financeiras do serviço, valorizando-se a mão-de-obra especializada.

Art. 5º Os quadros de pessoal serão reestruturados para que se ajustem à estrita necessidade da execução dos serviços em base econômica.

Art. 6º Os cargos dos atuais servidores públicos ou autárquicos que não forem previstos nos novos quadros, nos termos do artigo anterior, serão declarados extintos e os seus ocupantes, colocados em disponibilidade.

§ 1º O pessoal colocado em disponibilidade nos termos deste artigo será administrado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e pago por dotação especial do orçamento federal, do anexo do Ministério da Viação e Obras Públicas.

§ 2º Caberá ao DASP providenciar o aproveitamento, em outros serviços da União, do pessoal em disponibilidade.

§ 3º O DASP comunicará a reparação, órgão, autarquia ou empresa pública federal a existência de pessoal em disponibilidade e, a partir dessa comunicação, nenhum deles poderá admitir, a qualquer título, novos servidores sem prévia consulta àquele Departamento, que responderá no prazo de trinta dias.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior não se aplica ao caso de servidores admitidos mediante concurso público, de provas.

Art. 7º O Departamento Administrativo do Serviço Público promoverá, por intermédio da Escola de Serviço Público, o treinamento dos servidores em disponibilidade visando a facilitar o seu aproveitamento.

Parágrafo único. O Ministério da Viação e Obras Públicas poderá, desde logo, organizar um Centro de Treinamento, com a finalidade prevista neste artigo.

Art. 8º A quaisquer classes, categorias profissionais, ou atividades, são vedadas vantagens não previstas expressamente em lei ou que ultrapassem os limites fixados nas regras gerais da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. O disposto neste artigo tem efeito imediato, considerando-se vencidos os acordos vigentes e firmados há mais de dois (2) anos.

Art. 9º Não poderão os sindicatos exercer atividades que não correspondam aos seus fins específicos, nem assumir a qualidade de empregador em relação a seus associados.

Parágrafo único. As contribuições de Previdência Social, a cota de previdência e onus fiscais, que recaírem sobre a atividade desses associados, serão recolhidos por quem se utilizar

dos seus serviços, devendo, obrigatoriamente, o salário-família ser incluído na folha de pagamento.

Art. 10. As entidades autárquicas e as sociedades de economia mista controladas pela União, sob a jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas, enquanto necessitarem de subvenção do Tesouro Nacional para acudir a desequilíbrio financeiro, ficam obrigadas a extinguir toda prestação gratuita de serviços industriais e comerciais, salvo a navios de guerra, ou por motivo relevante, mediante autorização do Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 11. As entidades autárquicas, empresas ou sociedades em que a União detenha a maioria do capital votante, que acusem ou tenham acusado prejuízo por cinco exercícios consecutivos, poderão ser liquidadas ou incorporadas a outras entidades por ato do Poder Executivo, observada a legislação em vigor e respeitados os direitos assegurados aos acionistas minoritários, em lei e atos constitutivos de cada entidade.

Art. 12. A qualquer tempo, poderão ser adotadas novas formas de organização de serviço, ou novas técnicas ou equipamentos destinados a aumentar a eficiência das atividades integrantes dos sistemas de transporte e, em consequência, ser ajustadas as condições de prestação do trabalho às necessidades técnicas da produção.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, para o Tesouro Nacional ou para os Institutos de Previdência Social, o onus das aposentadorias dos servidores das autarquias, inclusive da Comissão de Marinha Mercante, e sociedades de economia mista a que se refere este decreto-lei, segundo a legislação pertinente e, bem assim, a disciplinar, em regulamento, as situações de dupla aposentadoria legitimamente devida.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda porá mensalmente à disposição do Departamento Nacional de Previdência Social os recursos financeiros necessários ao atendimento desse encargo, efetuando as deduções correspondentes nas subvenções concedidas.

Art. 14. O abono de permanência de que trata o § 3º do art. 32 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 só poderá ser concedido no âmbito das entidades sujeitas ao regime deste decreto-lei, quando houver comprovação da necessidade de manter em serviço o empregado ou servidor.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, os Institutos só concederão o abono de permanência após a prévia audiência das entidades empregadoras.

Art. 15. Cabe à Comissão de Marinha Mercante, respeitada, no que couber, a competência dos Ministérios da Marinha e do Trabalho e Previdência Social, bem como a do Conselho Superior do Trabalho Marítimo e das administrações dos portos:

- I — colaborar na formação da política de Marinha Mercante;
- II — promover a execução dessa política;
- III — coordenar as atividades relativas aos marítimos e às demais categorias profissionais conexas ou vinculadas, inclusive a de praticagem; e
- IV — disciplinar o trabalho aquaviário, segundo o tipo de navegação, a natureza do serviço e as atribuições de pessoal nele empregado, o rendimento econômico de conjunto navio-porto e o disposto nas convenções internacionais ratificadas pelo Brasil.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, as entidades autárquicas e as sociedades de economia mista sob controle da União que executem serviços de navegação ou de tráfego portuário, sem prejuízo de sua autonomia administrativa, ficam sob a jurisdição da Comissão de Marinha Mercante.

Art. 16. Os armadores, ou seus prepostos, poderão exercer as atribuições de corretor de navio e de despachante aduaneiro, no tocante às suas embarcações, de quaisquer bandeiras, quer empregadas em longo curso, em cabotagem ou navegação interior.

§ 1º Nenhuma retribuição será devida aos armadores ou a seus prepostos, quando por eles executados os serviços a que se refere este artigo.

§ 2º Só será devida remuneração aos corretores de navios e aos des-

pachantes aduaneiros, quando houver prestação efetiva de serviço.

Art. 17. O serviço de vigilância portuária poderá ser prestado por pessoal matriculado na Delegacia do Trabalho Marítimo, de preferência sindicalizado, mediante contrato celebrado pelo comandante da embarcação, pelo armador ou seu preposto.

Parágrafo único. A remuneração do pessoal a que se refere este artigo será livremente convencionada pelos contratantes, respeitados os limites do salário-mínimo regional.

Art. 18. Os trabalhadores que exercam funções de direção ou chefia serão de livre escolha da entidade es-tivadora.

Parágrafo único. A entidade estivadora registrará na Delegacia do Trabalho Marítimo relação dos trabalhadores a que se refere o parágrafo anterior, obrigando-se a escalá-los em regime de revezamento.

Art. 19. Os marítimos, ainda que servidores de entidades de direito público, reger-se-ão pelo disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação específica, com as modificações deste decreto-lei.

§ 1º Desde que por ele optem, o regime previsto neste artigo será também aplicado aos marítimos que, na data da vigência deste decreto-lei, estiverem regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, assegurada a contagem, para os efeitos legais, do tempo de serviço prestado até a data da opção.

§ 2º Serão incluídos em quadro suplementar, ficando automaticamente suprimidos por ocasião da vacância, os cargos ocupados por marítimos das entidades de direito público e que sejam regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União que não optarem, na forma do parágrafo anterior, no prazo de 60 dias a contar da vigência deste Decreto-lei.

§ 3º Os marítimos empregados de administração de portos e de entidades de direito público ficam sujeitos à disciplina de trabalho que estas fixarem, e ao regime salarial estabelecido para a classe ou categoria, em geral, vedados quaisquer outros benefícios ou vantagens.

Art. 20. A remuneração dos marítimos que tripularem embarcação nacional inscrita, registrada e empregada em navegação interior, será livremente convencionada entre as partes interessadas, respeitados os limites do salário-mínimo regional e observada a hierarquia funcional e salarial a bordo.

Art. 21. Os trabalhadores de estiva e de capatazia constituirão categoria profissional única, denominada — operador de carga e descarga e reger-se-ão pelas regras gerais da Consolidação das Leis do Trabalho e deste decreto-lei.

§ 1º A Comissão de Marinha Mercante fixará as tabelas de remuneração por produção, da nova categoria.

§ 2º O disposto neste artigo vigorará a partir da data de sua regulamentação.

Art. 22. Independentemente do disposto nos artigos 17, 18, 19 e 21 deste decreto-lei, os atuais serviços de estiva, de vigilância portuária, de conferência e conserto de mercadorias transportadas por embarcação nacional de navegação interior, integrante ou não de comboio, podem ser realizados pela respectiva tripulação.

§ 1º A remuneração dos serviços de que trata este artigo será convencionada pelas partes interessadas, respeitados os limites do salário-mínimo regional.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às embarcações que participarem, como auxiliares, de operação de carga ou descarga de outra não inscrita na navegação interior.

§ 3º Para os efeitos deste decreto-lei, considera-se embarcação nacional de navegação interior a registrada, inscrita e empregada, de modo permanente e exclusivo, no transporte de pessoas e de mercadorias ou no reboque de outras em rios, canais, lagoas ou lagos, mesmo de navegação internacional, respeitadas as convenções ratificadas pelo Brasil.

Art. 23. A Comissão de Marinha Mercante reverá as subvenções das autarquias federais, que executarem serviços de navegação interior, a fim de assegurar a continuidade dos seus serviços essenciais.

Art. 24. Nos portos organizados, as taxas de tarifa, que recaírem sobre as

embarcações de navegação interior, serão menores do que as incidentes sobre as demais.

Parágrafo único. A redução decorrente do disposto neste artigo é extensiva às atuais taxas de capatazia, revendo-se em consequência, as tabelas de pagamento por produção.

Art. 25. Além das demais atribuições estabelecidas em lei, incumbe ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis:

I — fixar a redução das taxas a que se refere o artigo anterior, observado o disposto no art. 28;

II — estabelecer normas gerais para disciplinar e coordenar as atividades de pessoal das administrações dos portos respeitada a competência do Ministério do Trabalho e Previdência Social;

III — providenciar junto às administrações dos portos a revisão dos quadros de pessoal a que se refere o artigo 12 da Lei nº 4.860, de 20 de novembro de 1965, a serem preenchidos com pessoal sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1º São empregados portuários, para os efeitos deste decreto-lei, ressalvado o disposto nos arts. 19 e 21, todos os que mantêm relação de emprego com as administrações dos portos.

§ 2º Mediante anuência das administrações dos portos, os empregados regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos poderão optar pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, assegurada a contagem para os efeitos legais do tempo de serviço prestado até a data da opção.

§ 3º Serão classificados em quadro suplementar, em extinção, os empregados das administrações de portos regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos que não optarem na forma do parágrafo anterior.

Art. 26. É permitido a embarcadores ou a terceiros, satisfeitos as exigências da legislação em vigor, construir ou explorar instalações portuárias, a que se refere o Decreto-lei número 6.460, de 2 de maio de 1944, independentemente da movimentação anual de mercadorias, desde que a construção seja realizada sem ônus para o Poder Público ou prejuízo para a segurança nacional, e a exploração se faça para uso próprio.

§ 1º Em qualquer caso, fica assegurada à administração do porto a cujo *hinterland* (Decreto nº 24.511, de 29 de junho de 1934, art. 2º Parágrafo único) se destinarem ou do qual provierem as mercadorias movimentadas nas instalações, a que se refere este artigo, a percepção das taxas previstas na tabela N da tarifa do porto, as quais serão fixadas atendidas as condições de economicidade do empreendimento.

§ 2º Além da percepção das taxas previstas no parágrafo anterior, fica, ainda, assegurada à administração do porto a percepção das taxas previstas na tabela A da tarifa do porto sobre as mercadorias movimentadas nas instalações a que se refere este artigo, quando estas se situarem na área sujeita à administração do porto e delimitada pelo Ministério da Viação e Obras Públicas

§ 3º O disposto nos parágrafos anteriores se aplica às instalações já existentes.

§ 4º É revogado o art. 1º do Decreto-lei 6.460, de 2 de maio de 1944, no que se refere ao limite do valor das instalações.

Art. 27. Poderão ser locados ou arrendados a seus usuários ou a outrem os terrenos, armazéns e outras instalações portuárias, tendo preferência na locação ou arrendamento a longo prazo, os que se dispuserem a investir para completar, expandir ou aparelhar as instalações, ressalvados os interesses da segurança nacional.

Art. 28. Nos portos organizados, poderão ser executados por entidades estivadoras ou por terceiros, nas condições estabelecidas em regulamento, os serviços de movimentação de mercadorias e de armazenagem interna, o seu transporte de um para outro ponto das instalações, inclusive pelas vias férreas do porto, bem como todos os demais serviços portuários incumbidos às administrações de portos.

Parágrafo único. A regulamentação a que se refere este artigo obedecerá, entre outros, aos seguintes princípios:

a) a movimentação de mercadorias será realizada por entidades estivadoras com a utilização, quando for o caso, do pessoal e do aparelhamento das administrações dos portos;

b) a utilização, total ou parcial, das instalações portuárias dependerá de contrato, que poderá ser a prazo ou para operação de carga ou descarga de navio;

c) a arrecadação e o controle da Taxa de Melhoramento dos Portos continuarão, respectivamente, a cargo das administrações dos portos e do Departamento Nacional de Portos e Via Navegáveis; e

d) as entidades estivadoras ou terceiros, quando arrendatários ou locatários de instalações portuárias, ficam sujeitos, no que couber, aos preceitos legais que disciplinam as administrações dos portos

Art. 29. No caso de mercadorias importadas, serão de responsabilidade da União o pagamento da armazenagem interna e as despesas de sua remoção para locais onde possam continuar depositadas sem prejuízo dos serviços portuários, quando os prazos de armazenagem inicial forem excedidos em virtude de questão suscitada:

I — por autoridade fiscal, se julgada improcedente, administrativa ou judicialmente, sem que tenha havido falta ou erro de classificação ou de cálculo do interessado na mercadoria;

II — contra autoridade fiscal, se julgada procedente, administrativa ou judicialmente.

§ 1º Nas hipóteses previstas neste artigo, caberá à União o pagamento das taxas de armazenagem, a partir de data em que for suscitada a questão e até a de sua decisão.

§ 2º Se a mercadoria estiver sob a responsabilidade da administração do porto, cobrará esta diretamente da União as importâncias relativas à sua armazenagem e remoção.

§ 3º Se a mercadoria estiver sob a responsabilidade de outra empresa, esta cobrará do consignatário a importância prevista no parágrafo anterior, ressarcindo-se este da União.

§ 4º As importâncias devidas pela União, na forma deste artigo, serão processadas como restituição do tributo, à conta da receita do imposto da importação.

Art. 30. Os serviços de despacho alfandegário de mercadorias importadas serão reorganizados visando à maior eficiência e melhor utilização das instalações e serviços portuários.

Parágrafo único. O Poder Executivo estabelecerá normas que visem à simplificação do processamento aduaneiro e ao rápido trânsito, pelas instalações portuárias, das mercadorias importadas, inclusive:

a) ampliando as modalidades de despacho aduaneiro antecipado, de modo a permitir a saída da mercadoria, logo após a descarga;

b) disciplinando o transporte e o depósito de mercadoria a ser conferida fora das instalações portuárias;

c) facilitando a liberação, mediante garantia, de mercadoria sujeita a litígio entre o interessado e a autoridade fiscal;

d) estabelecendo para os importadores que se utilizem com frequência dos portos regime especial de garantia das obrigações fiscais resultantes de suas importações, possibilitando-lhes a retirada das mercadorias mediante despacho sumário, sujeito a posterior revisão;

e) reduzindo prazos para a realização de leilões de mercadorias apreendidas ou abandonadas e simplificando o seu processamento.

Art. 31. Compete ao Ministro da Viação e Obras Públicas fixar os períodos iniciais e subsequentes da armazenagem interna de mercadorias, bem como os percentuais sobre elas incidentes.

Art. 32. Para evitar o congestionamento dos armazéns internos, o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis poderá autorizar as administrações dos portos a remover as mercadorias nêles depositadas, por conta dos seus proprietários ou consignatários, para armazéns externos satisfeitos as exigências legais.

Art. 33. As importâncias correspondentes à percentagem de 6% a que se refere o § 1º do art. 66 da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, destinadas às concessionárias dos portos, deverão ser depositadas em conta especial no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico ou no Banco do Brasil S. A., em favor das administrações dos portos que as arrecadarem, para os fins previstos em lei.

Art. 34. O quadro do pessoal da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, aprovado por sua Diretoria e homologado pelo Ministro de Viação e Obras Públicas, constituir-se-á de empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e de servidores cedidos.

Parágrafo único. O pessoal cedido será considerado como requisitado, ficando-lhe garantido o direito de opção pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, assegurada, para os efeitos legais, a contagem de tempo de serviço prestado até a data da opção.

Art. 35. A Rede Ferroviária S.A. estabelecerá para o seu pessoal, quanto a obrigações, disciplina e hierarquia, qualquer que seja o regime jurídico de origem, sistema de trabalho que atenda às peculiaridades da empresa.

Art. 36. É revogada a Lei nº 3.970, de 13 de outubro de 1961 e restaurada a redação primitiva dos artigos 238 e 244 e parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 37. Nas regiões em que as estradas de ferro operarem em regime de concorrência com outros meios de transporte, as empresas ferroviárias poderão explorar o transporte em condições de competição comercial, tendo em vista as conveniências da sua economia, sendo-lhes facultado:

I — criar condições de preferência para os seus clientes habituais, que lhe assegurem tráfego regular;

II — firmar contrato de transportes por prazo certo, de determinada quantidade de mercadorias;

III — estimular os sistemas de transporte conjugado.

Art. 38. As estradas de ferro federais tomarão as providências necessárias para criar e expandir correntes regulares de tráfego, entre pontos determinados, realizadas em trens diretos e preferenciais, podendo para isso:

I — firmar contratos a longo prazo, a preço certo e reajustável, para transporte de quantidades fixas ou mínimas, ou para tráfego de determinados trens;

II — facilitar e estimular as construções de terminais especializados para carga, descarga e armazenagem em terrenos de usuários ou da própria ferrovia, os quais poderão ser operados pelo usuário.

Parágrafo único. As ferrovias procurarão estimular o investimento dos usuários em vagões destinados à execução de transporte, para o que poderão vincular determinadas locomotivas ao tráfego contratado.

Art. 39. A Rede Ferroviária Federal S. A. poderá subscrever capital minoritário de empresas privadas em que tenha interesse direto ou indireto, desde que reconhecida a sua condição de rentabilidade.

Art. 40. Poderá, ainda, a Rede Ferroviária Federal S. A. constituir subsidiárias de fim lucrativo para:

I — aproveitar capacidades ociosas acessórias em sua organização;

II — aliviar-se de encargos onerosos e evitáveis;

III — explorar comercialmente seu patrimônio imobiliário, no que não colida com a operação ferroviária.

§ 1º As subsidiárias de que cogita este artigo serão dissolvidas quando ocorra o transcurso de 3 (três) anos consecutivos, ou 6 (seis) anos intermitentes, sem proporcionarem lucro.

§ 2º A Diretoria da Rede Ferroviária Federal S. A. poderá reinvestir os lucros auferidos de suas subsidiárias em programas de expansão

Art. 41. Fica revogada a Lei número 3.990, de 24 de novembro de 1961.

Art. 42. As disposições deste decreto-lei, no que se refere a pessoal, estendem-se à Comissão de Marinha Mercante, ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro e ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 43. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Zilmar de Araripe

Octávio Bulhões

Juarez Távora

Walter P. Barcellos

Roberto de Oliveira Campos

DECRETO-LEI Nº 6 — DE 14 DE
ABRIL DE 1966

Dispõe sobre o reajustamento dos alugueis de imóveis, locados para fins residenciais antes da vigência da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferi-

das pelo art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965 resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º Quando a modificação do salário-mínimo legal for decretada com fundamento no art. 116, 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, o reajustamento dos alugueis de imóveis locados para fins residenciais, antes da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, processar-se-á segundo a forma prevista no art. 24 dessa lei de maneira que o seu montante seja acrescido ao aluguel em três parcelas, exigíveis, respectivamente, sessenta, cento e vinte e cento e oitenta dias após a vigência do decreto que houver modificado os níveis salariais.

Parágrafo único. A primeira dessas parcelas não excederá o limite percentual do aumento do maior salário-mínimo do país, devendo as duas outras ser percentualmente iguais

Art. 2º Este decreto-lei, que se aplica ao reajustamento de alugueis resultante do Decreto nº 57.900, de 2 de março de 1966, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

DECRETO-LEI Nº 7 — DE 13 DE MAIO
DE 1966

Prorroga e reabre prazos previstos no Decreto-lei nº 1, de 13 de novembro de 1965, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 30 do Ato Institucional nº 2, decreta:

Art. 1º É prorrogado por mais dois anos o prazo de que trata o artigo 3º do Decreto-lei nº 1, de 13 de novembro de 1965, ficando facultado aos portadores de Obrigações do Tesouro Nacional, de que trata a Lei nº 4.357, de 1º de julho de 1964, quando do res-

pectivo resgate, optar pelo reajustamento de seu valor segundo a correção baseada nos coeficientes fixados pelo Conselho Nacional de Economia, ou de acordo com os coeficientes calculados pelo Banco Central da República do Brasil, com base na variação da cotação do cruzeiro no mercado de câmbio manual, referida à taxa média do mês da subscrição das Obrigações.

Art. 2º Fica reaberta até 31 de dezembro de 1966 a faculdade de efetivar os depósitos a prazo a que se refere o artigo 4º do Decreto-lei nº 1, de 13 de novembro de 1965, podendo o depositante optar pela devolução de seu depósito em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, pelo valor nominal vigorante na data da efetivação do depósito, beneficiando-se com os reajustamentos que se verificarem a partir dessa data.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 8 — DE 16 DE
JUNHO DE 1966

Acrescenta parágrafo ao art. 6º do Decreto-lei nº 9.085, de 25 de março de 1946.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º É acrescentado ao art. 6º do Decreto-lei nº 9.085, de 25 de março de 1946, um parágrafo, com a redação seguinte, passando o atual parágrafo único a § 1º:

“§ 2º Quando for decretada por exercer a pessoa jurídica atividade contrária à ordem pública ou à segurança nacional e a ação se propuser no prazo fixado neste artigo, a suspensão do funcionamento perdurará até que a sentença transite em julgado.”

Art. 2º. Este decreto-lei, que incide sobre as suspensões de funcionamento já decretadas, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

X
DECRETO-LEI Nº 9 — DE 25 DE
JUNHO DE 1966

Dispõe sobre a organização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e

Considerando que à União cabe legislar sobre todos os assuntos da competência legislativa do Distrito Federal, até que se instale a Câmara respectiva (Emenda Constitucional nº 3, art. 3º);

Considerando que a organização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, bem como a atribuição de meios que permitem a essas Corporações o eficiente desempenho dos encargos que lhe são próprios, é matéria de Segurança Nacional, decreta:

Art. 1º Enquanto não for criada, no Distrito Federal, a Secretaria de Segurança Pública (Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, art. 15, parágrafo único, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal ficarão subordinados ao Prefeito, por intermédio do Chefe de Polícia.

§ 1º Criada a Secretaria de Segurança Pública, as atribuições da Chefia de Polícia serão exercidas pelo respectivo Secretário.

§ 2º O Chefe de Polícia, com hierarquia equivalente à de Secretário de Estado, será de livre nomeação do Prefeito do Distrito Federal.

Art. 2º São transferidos para o Distrito Federal os cargos constantes dos anexos ns. I, II, III e IV — Polícia do Distrito Federal — da Lei

nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, modificada pela Lei nº 4.813, de 25 de outubro de 1965.

Art. 3º Até que o Distrito Federal disponha dos meios necessários para a radicação, na Capital da República, dos funcionários de que trata o artigo 20 da Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, enquadrados na Polícia do Distrito Federal, continuarão eles à disposição do Departamento Federal de Segurança Pública, que poderá movimentá-los de acordo com a conveniência do serviço, por todo o território nacional, ou efetuar convênios com unidades da Federação, para o desempenho, por parte desse pessoal, de tarefas compatíveis com a sua qualificação profissional.

Art. 4º Os quadros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal ficam assim organizados:

I — POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Coronel	1
Tenentes-Coronéis	2
Majores	6
Major Médico	1
Capitães	25
Capitães Médicos	2
1ºs Tenentes	36
1ºs Tenentes Médicos	4
1ºs Sargentos	12
2ºs Tenente Músico	1
1ºs Sargentos	2
1ºs Sargentos Músicos	15
2ºs Sargentos	25
2ºs Sargentos Músicos	15
2ºs Sargentos Enfermeiros	3
3ºs Sargentos	32
3ºs Sargentos Músicos	15
3ºs Sargentos Enfermeiros	6
Cabos	50
Soldados	925
Total	1.200

II — CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

Coronel	1
Tenentes-Coronéis	2
Majores	5
Capitães	24
Capitão Médico	1
Capitão Químico	1
Capitão Farmacêutico	1
1ºs Tenentes	36
2ºs Tenentes	13
Subtenentes	11

1ºs Sargentos	78
2ºs Sargentos	128
3ºs Sargentos	97
Cabos	170
Soldados	670

Total 1.238

§ 1º Os servidores do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal que, no prazo de trinta dias, contados da publicação deste decreto-lei, optarem pelo ingresso na Polícia Militar do Distrito Federal, serão aproveitados, nos cargos a que se refere o item I deste artigo, por ato do Prefeito do Distrito Federal.

§ 2º Será, ainda, aproveitado, mediante apresentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no prazo de trinta dias, contados da publicação deste decreto-lei, nos cargos previstos nos itens I e II deste artigo, conforme o caso, o pessoal da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal, que retornou ao serviço da União, nos termos do art. 46 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

§ 3º Terá prioridade para o aproveitamento previsto nos parágrafos anteriores o pessoal que já serve em Brasília.

Art. 5º O disposto no art. 3º aplica-se ao pessoal da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal que, em virtude deste decreto-lei, for transferido para o Distrito Federal.

Art. 6º É assegurada, no primeiro provimento dos cargos a que se refere o art. 3º, item I, deste decreto-lei, em igualdade de condições, quanto à posição hierárquica, situação idêntica à que for garantida pela União aos militares que vierem ser reincluídos na Polícia Militar do Estado da Guanabara.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao pessoal aproveitado no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 7º As despesas da Polícia do Distrito Federal continuarão a ser atendidas, no corrente exercício, pelas dotações constantes da Lei número 4.900, de 10 de novembro de 1965.

Art. 8º As despesas de remoção para Brasília do pessoal de que trata este decreto-lei, bem como as decorrentes da execução da Lei nº 4.010, de 20 de dezembro de 1961, inclusive no que concerne aos servidores que já se encontram na Capital da República, continuarão a ser atendidas, no corrente exercício, pelo Grupo de Trabalho de Brasília.

Art. 9º E' o Poder Executivo autorizado a transferir à Prefeitura do Distrito Federal os bens móveis e imóveis do domínio da União que, na

data da publicação deste decreto-lei, estejam sendo utilizados, em Brasília, pela Polícia do Distrito Federal.

Art. 10. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de junho de 1966; 145º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

IV — DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1966

Aprova o Protocolo que insere, no Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio, uma parte IV relativa ao Comércio e Desenvolvimento, assinado em Genebra a 8 de fevereiro de 1965.

Art. 1º E' aprovado o Protocolo que insere, no Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio, uma parte IV relativa ao Comércio e Desenvolvimento, assinado em Genebra a 8 de fevereiro de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de março de 1966

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1966

Determina o registro do termo de 21 de dezembro de 1959, de escritura pública de compra e venda para efetivação de desapropriação de imóveis em Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 1º. O Tribunal de Contas da União registrará o termo de 21 de dezembro de 1959, de escritura pública de compra e venda para efetivação de desapropriação de dois prédios de ns. 1.020 e 1.046, da Avenida 17 de Agosto, em Recife Estado de Pernambuco, em que são partes Ernestina Botelho de Oliveira e Maria Anunciata Botelho, como autorgantes vendedoras, e a União Federal, como outorgada compradora.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de abril de 1966.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1966

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo de contrato celebrado entre o Governo Federal e Angelina da Glória Nogueira Carvalho, em 1º de agosto de 1953.

Art. 1º. O Tribunal de Contas registrará o termo do contrato celebrado, em 1º de agosto de 1953, entre o Governo Federal e Angelina da Glória Nogueira Carvalho para locação do prédio nº 36, térreo, da Praça Oliveira Figueiredo, em Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de abril de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1966

Aprova o Acordo Básico de Assistência Técnica assinado, em 29 de dezembro de 1964, na Cidade do Rio de Janeiro, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil, a Organização das Nações Unidas e outros Organismos Internacionais.

Art. 1º É aprovado o Acordo Básico de Assistência Técnica assinado, em 29 de dezembro de 1964, na Cidade do Rio de Janeiro, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil, e a Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Organização de Aviação Civil Internacional, a Organização Mundial de Saúde, a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Meteorológica Mundial, a Agência Internacional de Energia Atômica e a União Postal Universal, membros da Junta de Assistência Técnica.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 25 de abril de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente do Senado Federal
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1966

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do contrato, de 2 de janeiro de 1964, celebrado entre o Ministério da Fazenda e Giacomo Rossi.

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o contrato, de 2 de janeiro de 1964, celebrado entre o Ministério da Fazenda e Giacomo Rossi, para loca-

ção de quatro salas do prédio nº 1.510, da rua Os Dezoito do Forte, em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, destinadas à instalação da Coletoria Federal local.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de abril de 1966.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 1966

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro a escrituras públicas de vendas efetuadas em áreas da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, empresa incorporada ao Patrimônio Nacional.

Art. 1º É mantida a decisão do Tribunal de Contas, de 29 de dezembro de 1951, proferida nos Processos ns. 40.790-50 e 13.880-51, denegatória de registro a escrituras públicas de vendas efetuadas em áreas da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, empresa incorporada ao Patrimônio Nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de maio de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DE GAMA

Vice-Presidente no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 1966

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo de 5 de agosto de 1957, de contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de São Paulo e Mikhail Naim Sayeg.

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o termo, de 5 de agosto de 1957, de contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de São Paulo e Mikhail Naim Sayeg, para locação de armazéns nas Ruas Gomes Cardim nº 182, e Paulo Afonso nº 203, na Capital do Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de maio de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DE GAMA

Vice-Presidente no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato-escritura de compra e venda, de 30 de novembro de 1949, celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Pinho e Terras Ltda.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas, de 5 de outubro de 1951, denegatório de registro ao contrato-escritura de compra e venda, de 30 de novembro de 1949, celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e Pinho e Terras Ltda., como outorgada compradora, relativamente a terras situadas na propriedade de Peperi-Chapécó, no Município de Chapécó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de maio de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1966

Mantém ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo, de 10 de novembro de 1955, aditivo ao de ajuste de locação de serviço, de 18 de janeiro de 1954, celebrado entre o Estado-Maior do Exército e Nelson Pimenta.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas, de 30 de dezembro de 1955, denegatório de registro ao termo, de 10 de novembro de 1955, aditivo ao de ajuste de locação de serviço, de 18 de janeiro de 1954, celebrado entre o Estado-Maior do Exército e Nelson Pimenta, para o desempenho da função de cartógrafo.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de maio de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1966

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública.

Art. 1º — O Tribunal de Contas registrará o contrato, de 31 de dezembro de 1960, celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública,

para aplicação da verba de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) — doação de 1960 — destinada ao prosseguimento dos serviços de abastecimento de águas nas sedes dos municípios do Amazonas.

Art. 2º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de maio de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato — escritura de compra e venda, celebrado entre a Brazil Land Cattle & Packing Co., incorporada ao Patrimônio Nacional e Antônio Sahib.

Art. 1º. É mantido o ato, de 5 de outubro de 1951, do Tribunal de Contas, denegatório de registro ao contrato-escritura de compra e venda de parte da propriedade denominada "Descalvados" localizada em Cáceres, no Estado de Mato Grosso, celebrado em 3 de dezembro de 1949, entre a Brazil Land Cattle & Packing Co., incorporada ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e Antônio Sahib como outorgado comprador.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de maio de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato-escritura de compra e venda, celebrado entre a Brazil Land Cattle & Packing Co., incorporada ao Patrimônio Nacional e João Antônio Ferreira Souto.

Art. 1º. É mantido o ato, de 5 de outubro de 1951, do Tribunal de Contas, denegatório de registro ao contrato-escritura de compra e venda de parte da propriedade denominada "Descalvados" localizada em Cáceres, no Estado de Mato Grosso, celebrado em 15 de dezembro de 1949, entre a Brazil Land Cattle & Packing Co., incorporada ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e João Antônio Ferreira Souto, como outorgado comprador.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de maio de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77 § 1º da Constituição Federal, e eu Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de constituição de aforamento celebrado entre a União Federal e o Banco de Crédito da Amazônia S. A.

Art. 1º É mantido o ato, de 20 de abril de 1953, do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato de constituição de aforamento de terreno de marinha e acrescido situado à margem direita da Baía de Guajará, lado ocidental da rua da Municipalidade e no ângulo que esta faz com a travessa Quintino Bocaiuva, em Belém, Estado do Pará, celebrado, a 28 de janeiro de 1952, entre a União Federal e o Banco de Crédito da Amazônia S. A.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de maio de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 31 de dezembro de 1957, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e a Sociedade "Emissoras Reunidas Rádio Cultura Limitada"

Art. 1º É mantido o ato, de 2 de julho de 1957, do Tribunal de Contas, denegatório do registro ao termo do contrato celebrado, em 31 de maio de 1957, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e a Sociedade "Emissoras Reunidas Rádio Cultura Limitada", destinado à instalação na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, de uma estação radiodifusora de ondas médias.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de junho de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente no exercício da Presidência

V — LEIS

LEI Nº 4.942 — DE 5 DE ABRIL
DE 1966

*Reorganiza o Quadro do Pessoal da
Justiça do Trabalho da Segunda
Região, e dá outras providências.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do parágrafo 3º do artigo 70, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1º O Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da Segunda Região, criado pela Lei nº 409, de 25 de setembro de 1948, e modificado pelas Leis nºs 1.979, de 8 de setembro de 1953, e 4.067, de 5 de junho de 1962, é acrescido com os cargos da tabela anexa e nos termos da presente Lei.

Parágrafo único. Caberá ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região determinar a apostila nos títulos de nomeação dos atuais funcionários, em face da nova situação decorrente desta Lei e da tabela anexa.

Art. 2º São criados os seguintes cargos isolados de provimento efetivo: 46 Oficiais de Justiça, símbolo PJ-8 para as Juntas de Conciliação e Julgamento da Capital; 10 Oficiais de Justiça, símbolo PJ-9, para as Juntas de Conciliação e Julgamento fora da Capital, quais sejam — Santo André, Santos (1ª e 2ª), São Bernardo do Campo, Campinas, Jundiaí,

Mogi das Cruzes, Araraquara, Guarulhos e São José dos Campos; 1 Médico, símbolo PJ-5, e 1 Motorista, símbolo PJ-10.

Parágrafo único. São criados os seguintes cargos de carreira: Auxiliar Judiciário, 4, Oficial Judiciário, 2, e Servente, 1, respectivamente nos símbolos ou padrões PJ-8, PJ-6 e PJ-13.

Art. 3º Os cargos isolados de provimento efetivo de igual denominação e funções idênticas, exercidas fora da Capital, terão símbolos imediatamente inferiores aos atribuídos aos cargos análogos exercidos na mesma.

Art. 4º Fica transformado em cargo isolado de provimento efetivo, símbolo PJ-1, o atual cargo de Distribuidor-Chefe dos Oficiais de Justiça de São Paulo (Capital).

Parágrafo único. O cargo de Distribuidor-Chefe dos Oficiais de Justiça da Capital somente poderá ser ocupado por Oficial de Justiça do Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, com mais de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo.

Art. 5º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário, Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região —, o crédito especial de Cr\$ 60.664.800 (sessenta milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil e oitocentos cruzeiros), para atender às despesas decorrentes desta Lei, no corrente exercício.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 1º

JUSTIÇA DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO

Quadro do Pessoal

Número de Cargos	Cargos	Nível ou Símbolo
<i>Isolados de provimento efetivo</i>		
1	Distribuidor-Chefe dos Oficiais de Justiça da Capital	PJ- 1
46	Oficiais de Justiça da Capital	PJ- 8
10	Oficiais de Justiça fora da Capital	PJ- 9
1	Médico	PJ- 5
1	Motorista	PJ-10
<i>Carreira</i>		
4	Auxiliares Judiciários	PJ- 3
2	Oficiais Judiciários	PJ- 6
1	Servente	PJ-13

Brasília, 5 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.943 — DE 6 DE ABRIL
DE 1966

Transforma em Fundação a atual Casa de Rui Barbosa e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Casa de Rui Barbosa, do Ministério da Educação e Cultura, fica transformada em fundação, denominada "Fundação Casa de Rui Barbosa", instituição cultural destinada à pesquisa e à divulgação científica e literária, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, técnica e financeira, tendo sede e fóro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 2º São transferidos do domínio da Fundação e passam a integrar o seu patrimônio os seguintes bens e direitos da União:

a) imóvel na Rua São Clemente nº 134, na Cidade do Rio de Janeiro, com todas as suas benfeitorias;

b) bens móveis existentes no imóvel referido na alínea anterior, inclusive biblioteca, documentos e objetos do museu;

c) direitos autorais das obras de Rui Barbosa ou de outras quaisquer editadas pela Casa de Rui Barbosa, que pertençam ao domínio da União;

d) o imóvel na Rua São Clemente nº 130, declarado de utilidade pública para ampliação da Casa de Rui Barbosa, em cuja posse a União já foi imitada.

Art. 3º O patrimônio da Fundação, além dos bens e direitos enumerados no artigo anterior, constituir-se-á:

a) de doações, legados e auxílios recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado;

b) dos bens e direitos que adquirir;

c) do saldo da renda de suas atividades, quando assim determinar o Presidente da Fundação, ouvido o Conselho Consultivo.

Parágrafo único. No caso de extinguir-se a Fundação, seus bens e direitos terão o destino a ser estabelecido em lei especial.

Art. 4º A Fundação terá como finalidade o desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, cumprindo-lhe, especialmente, a divulgação e o culto da obra e vida de Rui Barbosa, devendo além de outras atividades:

a) promover a publicação sistemática da obra de Rui Barbosa e de sua crítica e interpretação, assim como de estudos científicos, artísticos e literários;

b) manter o museu e a biblioteca Rui Barbosa, acessíveis ao uso e consulta públicos;

c) promover estudos, conferências, reuniões ou prêmios que visem à difusão da cultura e da pesquisa;

d) promover estudos e cursos sobre assuntos jurídicos, políticos, filológicos, ou outros relacionados com a obra e a vida de Rui Barbosa;

e) colaborar com instituições nacionais e estrangeiras, no âmbito de sua finalidade;

f) colaborar, quando solicitada, com o Governo da União ou dos Estados, podendo, mediante convênio ou acordo, incumbir-se da prestação de serviços que forem pertinentes às suas atividades;

g) cultivar, adequadamente, a 5 de novembro de cada ano, o "Dia de Rui Barbosa"

§ 1º Mediante convênio com o Governo Federal, a Fundação poderá incumbir-se da publicação oficial de coletâneas de leis, ou documentos parlamentares.

§ 2º O Departamento de Imprensa Nacional continuará a executar os serviços públicos gráficos prestados à Casa de Rui Barbosa, nos termos em que vem fazendo até aqui.

Art. 5º A Fundação será dirigida por um Presidente com mandato de 6 (seis) anos, nomeado pelo Presidente da República, entre brasileiros de reconhecido saber e experiência em assuntos ruianos.

§ 1º O Presidente da Fundação será assistido por um Conselho Consultivo, composto:

a) de um representante do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

b) de um representante da Academia Brasileira de Letras;

c) de um representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

d) de um representante do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil;

e) de 8 (oito) pessoas eminentes no campo da cultura nacional, designadas pelo Presidente da Fundação, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidas uma só vez.

§ 2º A administração dos serviços da Fundação será exercida por um Diretor Executivo, livremente escolhido pelo Presidente da Fundação.

Art. 6º A Fundação reger-se-á pelos seus Estatutos, que serão aprovados mediante decreto do Presidente da República.

§ 1º O Presidente da República designará uma comissão de 5 (cinco) membros para, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, elaborar os Estatutos da Fundação e promover os atos necessários à sua constituição e registro na forma da lei civil, cabendo ao Ministro da Educação e Cultura representar a União.

§ 2º O atual Diretor da Casa de Rui Barbosa integrará a comissão a que se refere o parágrafo anterior e permanecerá na direção dos serviços da Fundação até a constituição definitiva da mesma.

Art. 7º O regime jurídico do pessoal da Fundação será o da legislação trabalhista e os atos a ele referentes são da competência do respectivo Presidente e do Diretor Executivo, na forma que for determinada nos Estatutos.

Parágrafo único. A União poderá permitir que os servidores públicos lotados na Casa de Rui Barbosa, na data desta Lei, permaneçam a serviço da Fundação, com os encargos, direitos e vantagens do funcionalismo federal.

Art. 8º A Fundação manterá o seu funcionamento com os recursos provindos:

a) de subvenções e auxílios de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado;

b) do saldo da venda de suas publicações;

c) da renda de qualquer de suas atividades.

Parágrafo único. A União cede à Fundação o acervo de edições da Casa da Rui Barbosa e o das que estejam em curso de publicação.

Art. 5º O Orçamento da União consignará, anualmente, subvenção destinada ao funcionamento da Fundação.

Parágrafo único. Excetuadas as dotações para as despesas do pessoal civil, as demais dotações orçamentárias consignadas à Casa de Rui Barbosa, no atual orçamento, serão entregues à Fundação a título de subvenção.

Art. 10. A Fundação encaminhará ao Tribunal de Contas, até 31 de maio, a prestação de contas referente ao ano anterior.

Art. 11. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1966; 145ª da Independência e 78ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Pedro Aleixo

LEI Nº 4.944 DE 6 DE ABRIL
DE 1966

Dispõe sobre a proteção a artistas, produtores de fonogramas e organismos de radiodifusão, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Cabe exclusivamente ao artista, seu mandatário, herdeiro ou sucessor, a título oneroso ou gratuito, impedir a gravação, reprodução, transmissão ou retransmissão, pelos organismos de radiodifusão, ou qualquer outra forma, de suas interpretações e execuções públicas para as quais não haja dado seu prévio e expresso consentimento.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por:

a) artista, o ator, locutor, narrador, declamador, cantor, coreógrafo,

bailarino, músico ou qualquer outra pessoa que interprete ou execute obra literária, artística ou científica;

b) produtor de fonogramas ou produtor fonográfico, a pessoa física ou jurídica responsável pela publicação de fonogramas;

c) organismos de radiodifusão, as empresas de rádio e de televisão que transmitam programas ao público;

d) fonograma, a fixação, exclusivamente sonora, em suporte material, dos sons de uma execução ou de outros sons;

e) reprodução, a cópia de fonogramas;

f) emissão ou transmissão, a difusão, por meio de ondas radioelétricas, de sons ou de sons sincronizados com imagens;

g) retransmissão, a emissão, simultânea ou posterior de transmissão de um organismo de radiodifusão por outro;

h) publicação, o ato de colocar à disposição do público cópias de fonograma.

Art. 3º. Os organismos de radiodifusão poderão realizar fixações efêmeras de interpretações e execuções do artista que haja consentido em sua transmissão, para o único fim de utilizá-las em emissão, pelo número de vezes acordado, ficando obrigados a destruí-las imediatamente após a última transmissão autorizada.

Art. 4º. Cabe, exclusivamente, ao produtor de fonogramas autorizar ou proibir-lhes a reprodução, direta ou indireta, a transmissão, a retransmissão pelos organismos de radiodifusão e execução pública por qualquer meio.

Art. 5º. Cabe aos organismos de radiodifusão autorizar ou proibir a retransmissão, fixação e reprodução de suas emissões, bem como a comunicação ao público, pela televisão, de suas transmissões em locais de frequência coletiva.

Art. 6º. O artista e o produtor fonográfico têm direito à percepção de proventos pecuniários por motivo da utilização de seus fonogramas pelos organismos de radiodifusão, bares, sociedades, recreativas e beneficentes, boates, casas de diversões e quaisquer estabelecimentos que obtenham benefício direto ou indireto pela sua execução pública.

§ 1º. Cabe ao produtor fonográfico, mandatário tácito do artista, perceber do usuário os proventos pecuniários resultantes da execução pública dos fonogramas e reparti-los com o artista na forma estabelecida nos §§ 2º e 3º seguintes.

§ 2º. A falta de convenção entre as partes, a metade do produto arrecadado, deduzidas as despesas, caberá ao artista que haja participado da fixação do fonograma e a outra metade ao produtor fonográfico.

§ 3º. Quando haja participado da gravação mais de um artista e não exista convenção proceder-se-á, na determinação dos proventos, de acordo com as seguintes normas:

I) dois terços serão creditados ao intérprete, entendendo-se como tal o cantor, o conjunto vocal ou o artista que figurar em primeiro plano na etiqueta do fonograma ou, ainda, quando a gravação for instrumental, o diretor da orquestra;

II) um terço será creditado, em partes iguais, aos músicos acompanhantes e membros do coro;

III) quando o intérprete for conjunto vocal, a parte a ele devida, nos termos do nº I, será dividida entre os componentes em parcelas iguais, entregues ao diretor do conjunto.

§ 4º. Para o exercício dos direitos reconhecidos nesta lei, as orquestras e os conjuntos vocais serão representados pelos respectivos diretores.

Art. 7º. Na aplicação dos preceitos estabelecidos nesta lei, ter-se-á sempre em vista a sua adequação aos princípios das Convenções Internacionais destinados à proteção do artista, do produtor de fonogramas e dos organismos da radiodifusão.

Art. 8º. A proteção concedida por esta lei terá a duração de 60 sessenta) anos, contados a partir de 31 de dezembro do ano da fixação, para os fonogramas; da transmissão, para as emissões dos organismos de radiodifusão e da realização do espetáculo, para as execuções não fixadas ou radiodifundidas.

Art. 9º. Em toda divulgação escrita ou sonora de obra literária, artística ou científica, legalmente protegida no País, será obrigatoriamente

indicado, ainda que abreviadamente, o nome ou pseudônimo conhecido do autor ou autores e respectivo intérprete, salvo quando a natureza do contrato dispensar a indicação ou, ainda, por convenção entre as partes.

§ 1º. Excetuam-se uesta norma os programas sonoros exclusivamente musicais sem qualquer forma de locução ou propaganda comercial.

§ 2º. No caso de violação do disposto neste artigo o infrator é obrigado a divulgar a identidade do autor ou intérprete:

a) em se tratando de organismos de radiodifusão, no mesmo horário em que houver incorrido na infração, por 3 (três) dias consecutivos;

b) em se tratando de publicação gráfica ou fonográfica, em aviso de 20 (vinte) linhas de uma coluna de jornal, de grande circulação, do domicílio do editor ou produtor, por 3 (três) vezes consecutivas.

§ 3º. Na falta de reparação prevista no parágrafo anterior, dentro de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação, por escrito, do ofendido, será imposta a indenização prevista no art. 1.553 do Código Civil.

Art. 10. O princípio regulado nesta lei não altera, de qualquer modo, a proteção do direito do autor sobre as obras artísticas, literárias ou científicas.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará está lei dentro de 90 (noventa) dias da sua publicação.

Paragrafo único. Na regulamentação serão incluídas as disposições dos Decretos ns. 4.790, de 22 de janeiro de 1924; 5.492, de 16 de julho de 1928 e 1.023, de 17 de maio de 1962, a ela aplicáveis.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

**LEI Nº 4.945 — DE 6 DE ABRIL
DE 1966**

Altera o Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, criado pela Lei número 4.279, de 4 de novembro de 1963, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica elevado de 10 (dez) para 15 (quinze) o número de ocupantes do cargo em comissão, símbolo "PJ-4", de Secretário Jurídico do Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, constante da Lei número 4.279 de 4 de novembro de 1963, que reestruturou o referido quadro.

Parágrafo único. O preenchimento das vagas, de que trata este artigo, será feito por nomeação, em comissão, de bacharéis, com diploma registrado no MEC, indicados pelos respectivos Ministros.

Art. 2º Fica elevado de 11 (onze) para 16 (dezesseis) o número de cargos isolados de provimento efetivo, de Auxiliar de Plenário, símbolo "PJ-6" do Quadro da mesma Secretaria, constante da Lei nº 4.279, de 4 de novembro de 1963.

Parágrafo único. O preenchimento das vagas, de que trata este artigo, será feito com ocupantes do cargo de Auxiliar de Portaria, alternadamente, pelos critérios de antiguidade e merecimento.

Art. 3º Fica elevado de 12 (doze) para 17 (dezessete) o número de ocupantes do cargo isolado de provimento efetivo de Motorista-Auxiliar símbolo "PJ-9", do Quadro da mesma Secretaria, constante da referida Lei número 4.279, de 4 de novembro de 1963.

Art. 4º Fica elevado de 1 (um) para 3 (três) o número de ocupantes da classe "PJ-2" (Taquígrafo-Revisor), de 3 (três) para 4 (quatro) o número de ocupantes da classe "PJ-3" assim como de 3 (três) para 6 (seis) o número de ocupantes da classe "PJ-4", da carreira de Taquígrafo do Quadro da mesma Secretaria, cons-

tante da referida Lei número 4.279, de 4 de novembro de 1963.

§ 1º O preenchimento das vagas, criadas nos símbolos "PJ-2" e "PJ-3", será feito por promoção, pelo critério de antiguidade e merecimento, respectivamente, na proporção de 1 (um) para 2 (dois) dos ocupantes das classes imediatamente inferiores.

§ 2º O preenchimento das vagas iniciais de que trata este artigo será feito por concurso público nos termos da Constituição Federal.

Art. 5º Fica elevado de 30 (trinta) para 35 (trinta e cinco) o número de ocupantes do cargo de Auxiliar Judiciário, símbolo "PJ-8" (datilógrafos) do Quadro da Secretaria desse Tribunal, constante da mesma Lei número 4.279, de 4 de novembro de 1963.

Parágrafo único. O preenchimento das vagas de que trata este artigo será feito por concurso.

Art. 6º É transformado em cargo de carreira o cargo isolado de Médico, símbolo "PJ-3" constante da Lei número 3.890, de 19 de abril de 1961, criando-se o cargo de Médico, símbolo "PJ-4".

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 303.000.000 (trezentos e três milhões de cruzeiros) a fim de fazer face às despesas de pessoal decorrentes das alterações acima verificadas, assim como do aumento do número de Magistrados.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 111.700.000 (cento e onze milhões e setecentos mil cruzeiros) em reforço da seguinte dotação consignada no Orçamento Geral da União (Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964 — *Diário Oficial* de 16 de dezembro de 1964):

Anexo 3 — Poder Judiciário.

Item 01 — Supremo Tribunal Federal.

Verba 3.0.0.0 — Despesas Correntes.

3.1.0.0 — Despesas de Custeio.

Consignação 3.1.2.0 — Material de Consumo.

Subconsignação:

42.00 — Combustíveis e lubrificantes	4.030.000	
45.00 — Acessórios de máquinas	3.000.000	7.000.000

Consignação 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros:

Subconsignação:

02.00 — Passagens, transportes de pessoas, etc	3.500.000	
04.00 — Iluminação, força motriz, etc	200.000	
06.00 — Reparos, adaptações e conservação de bens móveis e imóveis ...	40.000.000	
09.00 — Serviços de comunicações em geral ...	1.000.000	44.700.000

Total 51.700.000

Verba 4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.1.0.0 — Investimentos

Consignação:

4.1.3.1 — Máquinas, motores e aparelhos	5.000.000
4.1.3.4 — Automóveis, autocarminhões e outros veículos de tração mecânica	45.000.000
4.1.4.0 — Material permanente	

Subconsignação:

08.00 — Mobiliários em geral	10.000.000	10.000.000
------------------------------------	------------	------------

Total Geral 111.700.000

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrario.

Brasília, 6 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Pedro Aleixo

LEI Nº 4.946 — DE 6 DE ABRIL
DE 1966

Fixa normas referentes à incorporação da Escola Nacional de Florestas à Universidade do Paraná e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A organização da Escola Nacional de Florestas, incorporada à Universidade Federal do Paraná pelo Decreto nº 52.828, de 14 de novembro de 1963, obedecerá às normas fixadas na presente Lei.

Art. 2º Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, o Conselho Universitário da Universidade Federal do

Paraná submeterá ao Conselho Federal de Educação o Regimento da Escola de Florestas, que terá vigência até que a respectiva Congregação de dois terços de professores catedráticos vitalícios.

Art. 3º Enquanto a Escola Nacional de Florestas não dispuser de Congregação, regularmente constituída, funcionará em seu lugar o Conselho Universitário, a que se refere o artigo anterior, para os efeitos de escolha do Diretor, alteração de regimentos e aprovação de programas.

Art. 4º. Ficam criados, no Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Educação e Cultura, 21 (vinte e um) cargos de Professor Catedrático, cujo provimento poderá ser feito em caráter interino até que o seja na forma da Lei.

Art. 5º Os recursos necessários ao cumprimento desta Lei serão consignados, progressivamente, no Orçamento-Geral da República, nas dotações próprias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Ney Braga

Pedro Aleixo

LEI Nº 4.947 — DE 6 DE ABRIL
DE 1966

Fixa normas de Direito Agrário, dispõe sobre o sistema de organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições preliminares

Art. 1º Esta Lei estabelece normas de Direito Agrário e de ordenamento, disciplinação, fiscalização e controle dos atos e fatos administrativos relativos ao planejamento e à implantação da Reforma Agrária, na forma do que dispõe a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Parágrafo único. Os atos do Poder Executivo que na forma da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, aprovarem os Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária, fixarão as prioridades a serem observadas na sua execução pelos órgãos da administração centralizada e descentralizada.

CAPÍTULO II

Da terra e dos imóveis rurais

Art. 2º Compete privativamente ao IBRA, nos termos do artigo 147 da Constituição Federal, com a redação

que lhe deu a Emenda Constitucional nº 10, e dos artigos 16, parágrafo único, e 22 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, selecionar, para fins de Reforma Agrária, os imóveis rurais a serem desapropriados nas áreas prioritárias fixadas em decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. As desapropriações recairão sobre imóveis rurais selecionados como necessários à integração de projetos e à garantia de continuidade de suas áreas, de acesso ao sistema de transportes e, ainda, de conservação de recursos naturais indispensáveis à sua execução.

Art. 3º Os foreiros, arrendatários, possuidores, ocupantes e quantos se julguem com direito sobre qualquer porção dos imóveis rurais pertencentes à União, que foram ou vierem a ser transferidos para o IBRA, ficam obrigados a apresentar ao referido Instituto os títulos ou qualquer prova, em direito admitida, em que fundamentam as suas alegações.

§ 1º A apresentação desses títulos deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do edital de convocação que será publicado no *Diário Oficial* da União, devendo o IBRA promover a divulgação dessa convocação por meio de resumo estampado em jornal de grande circulação na Capital Federal, nas capitais dos Estados e Territórios, bem como por editais afixados na sede dos Municípios onde estejam situados os imóveis.

§ 2º Quando houver dúvida quanto aos títulos apresentados, o IBRA os submeterá ao Conselho de Terras da União, que deverá, no prazo de 90 (noventa) dias, decidir de sua legitimidade.

§ 3º Não apresentados os títulos ou não reconhecidos como legítimos, observada a norma do parágrafo anterior, o IBRA providenciará no sentido de recuperar a posse do imóvel.

Art. 4º O IBRA promoverá a extinção dos aforamentos existentes sempre que as terras respectivas se tornarem necessárias à execução dos planos de colonização e de serviço a eles atinentes, aplicando-se, para fins de avaliação do depósito prévio, o disposto no art. 5º, inciso 1º, letras a e b, do Decreto-Lei nº 892, de 26 de novembro de 1938.

§ 1º Os foros devidos pelas áreas transferidas ao IBRA, cujo aforamento não fôr extinto ou até sua extinção, serão arrecadados pelo IBRA e incorporados ao Fundo Nacional de Reforma Agrária.

§ 2º Compete ao IBRA, quanto às terras que lhe forem transferidas declarar em comissão e, consequentemente, extintos os aforamentos dos enfiteutas em débito, nos termos da lei, indenizadas as benfeitorias e aplicado, para consolidação do domínio pleno, o rito sumário do art. 685 do Código de Processo Civil.

§ 3º Compete, ainda, ao IBRA, quanto às terras que lhe forem transferidas:

I — declarar a inadimplência do foreiro, em qualquer caso;

II — declarar a nulidade de pleno direito de transmissão *inter vivos* do domínio útil sem prévio assentimento do senhorio direto;

III — promover, quando fôr o caso, as medidas judiciais consequentes.

Art. 5º Compete ao IBRA tomar as providências administrativas e promover as judiciais concernentes à discriminação das terras devolutas existentes no Distrito Federal, nos Territórios Federais e na faixa de 150 quilômetros ao longo das fronteiras do País, respeitado o disposto na Lei nº 2.597, de 13 de setembro de 1955.

— § 1º E' o Poder Executivo autorizado a ratificar as alienações e concessões de terras já feitas pelos Estados na Faixa de Fronteiras se entender que se coadunam com os objetivos do Estatuto da Terra.

§ 2º Para os fins previstos no artigo 11 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 o Serviço do Patrimônio da União, dentro de 90 (noventa) dias, a contar da publicação da presente Lei, remeterá ao IBRA todos os processos ainda não ultimados de pedidos de aforamento ou aquisição de terras devolutas, desde que destinadas pelos seus ocupantes ou pretendentes ao aproveitamento agropecuário.

§ 3º Incluem-se entre os processos referidos no parágrafo anterior, desde que com as finalidades nêle previstas, os chamados terrenos de marinha, bem como aqueles destinados a atividades pesqueiras e as terras localizadas na denominada Faixa de Fronteiras.

§ 4º Compete ao IBRA converter os referidos processos de aforamento em venda definitiva da respectiva área, para consecução dos fins determinados nos arts. 2º e 10 do Estatuto da Terra.

Art. 6º Todos os imóveis rurais pertencentes à União, desde que destinados à atividades agropecuária, somente podem ser concedidos, por venda ou outra forma de alienação, aos ocupantes ou pretendentes, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) ou de órgão Federal de Colonização por êle autorizado em cada caso.

Art. 7º No desempenho das atribuições de alienar bens da União, com finalidades agropecuárias, o IBRA submeterá à prévia audiência:

a) da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, se se tratar de área na faixa sob sua jurisdição;

b) dos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, se houver fortificações ou estabelecimentos militares nas proximidades da área pretendida ou na faixa de 100 (cem) metros ao longo da costa marítima;

c) das Prefeituras Municipais, quando se tratar de terreno situado em zona que esteja sendo urbanizada.

§ 1º A consulta versará sobre zona determinada, devidamente caracterizada.

§ 2º Os órgãos consultados deverão pronunciar-se dentro de 30 (trinta) dias do recebimento da consulta, prazo que poderá ser prorrogado por outros 30 (trinta) dias, quando solicitado, importando o silêncio em assentimento à alienação.

Art. 8º Poderá ser delegada aos Estados mediante convênio com o IBRA, competência para reconhecer as posses legítimas e expedir, em nome d'êste ou d' União, os respectivos títulos de domínio, desde que respeitados, para isso os critérios estabelecidos no Estatuto da Terra.

Art. 9º As áreas e prédios dos imóveis rurais transferidos para o IBRA, que não forem necessários à instalação de seus serviços ou à colocação de excedentes rurais, poderão retornar à administração do Serviço do Patrimônio da União ou, se julgados necessários para planos habitacionais, cedidos ao Banco Nacional de Habitação.

Art. 10. Fica vedada a inscrição de loteamentos rurais no registro de imóveis, sem prova de prévia aprovação pela autoridade pública competente a que se refere o art. 61 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

§ 1º São nulos de pleno direito a inscrição e todos os atos dela decorrentes, quando praticados com infração do disposto neste artigo.

§ 2º Nos loteamentos já inscritos fica vedada a alienação dos lotes rurais remanescentes, quando estes tiverem área inferior à do módulo fixado para a respectiva região.

§ 3º Ao fim de cada exercício, para fins estatísticos, o IBRA enviará ao Tribunal de Contas relação pormenorizada das alienações efetuadas.

Art. 11. Não se aplica aos núcleos coloniais que foram ou vierem a ser transferidos para a jurisdição do IBRA o estabelecido no art. 39 do Decreto-Lei nº 6.117, de 16 de dezembro de 1943.

Art. 12. Para execução do disposto no art. 32 do Decreto-Lei nº 6.117, de 16 de dezembro de 1943, o Presidente do IBRA designará Comissões Especiais de verificação e regularização, com poderes para aplicar as sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Das decisões tomadas pelas referidas Comissões, caberá recurso, no prazo de trinta (30) dias, à Diretoria do IBRA, a contar da data da notificação.

CAPÍTULO III

Dos contratos agrários

Art. 13. Os contratos agrários regulam-se pelos princípios gerais que regem os contratos de Direito comum, no que concerne ao acôrdo de vontade e ao objeto, observados os seguintes preceitos de Direito Agrário:

I — artigos 92, 93 e 94 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, quanto ao uso ou posse temporária da terra;

II — artigos 95 e 96 da mesma Lei, no tocante ao arrendamento rural e à parceria agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa;

III — obrigatoriedade de cláusulas irrevogáveis, estabelecidas pelo IBRA,

que visem à conservação de recursos naturais;

IV — proibição de renúncia, por parte do arrendatário ou do parceiro não-proprietário, de direitos ou vantagens estabelecidas em leis ou regulamentos;

V — proteção social e econômica aos arrendatários cultivadores diretos e pessoais.

§ 1º O disposto neste artigo aplicar-se-á a todos os contratos pertinentes ao Direito Agrário e informará a regulamentação do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

§ 2º Os órgãos oficiais de assistência técnica e creditícia darão prioridade aos contratos agrários que obedecerem ao disposto neste artigo.

Art. 14. Fica o IBRA autorizado a permitir, a título precário, nas áreas pioneiras do País, a utilização de terras públicas sob qualquer das formas de uso temporário previstas na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e a promover sua progressiva adaptação às normas estabelecidas na referida Lei.

Art. 15. O Inciso III do art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, passa a ter a seguinte redação:

“III — O arrendatário, para iniciar qualquer cultura cujos frutos não possam ser recolhidos antes de terminado o prazo de arrendamento, deverá ajustar, previamente, com o locador, a forma de pagamento do uso da terra por esse prazo excedente.”

CAPÍTULO IV

Do Sistema de Organização e Funcionamento do IBRA

Art. 16. A Diretoria do IBRA, além das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e atos complementares, para exercício da autonomia administrativa e financeira assegurada ao Instituto, terá ainda, em caráter exclusivo e privativo, nos assuntos de administração geral, competências idênticas às conferidas ao Conselho de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, estabelecidas na alínea c do art. 13, da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952; no art. 23, da Lei nº 2.973, de 26 de

novembro de 1956; e na forma do disposto no art. 32, da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

§ 1º Cabe ao Secretário-Executivo do IBRA atribuição idêntica à conferida ao Diretor-Superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico pela alínea *a* do art. 13, da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952.

§ 2º Para execução de serviços de caráter transitório ou eventual, pagos mediante recibo, ou cuja vinculação de emprêgo seja regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, as tabelas de remuneração e a relação quantitativa do pessoal serão fixadas, em cada caso, nos atos que autorizarem aquela execução.

§ 3º Os funcionários optantes da extinta SUPRA serão readaptados, após cursos de treinamento e de capacitação que os habilitem ao exercício de suas novas funções nos quadros do IBRA, respeitada a situação jurídica de cada qual.

Art. 17. Fica o IBRA autorizado a promover a criação, organização, incorporação, fusão e aquisição de sociedade de economia mista, para execução de empreendimentos e serviços de natureza agro-industrial ou comercial que se enquadrem nos objetivos da Reforma Agrária ou da Política Agrícola a seu cargo, e, especialmente, que visem a execução de projetos dos Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 18. Será cometida aos Governos dos Estados, dos Territórios Federais, dos Municípios e do Distrito Federal, mediante convênios firmados na forma dos arts. 6º, 7º e 8º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, a responsabilidade da execução, em colaboração com o IBRA, dentro dos respectivos limites territoriais, de tarefas que visem à implantação da Reforma Agrária, bem como à fiscalização do cumprimento das instruções e outros atos normativos baixados para consecução daquele objetivo.

Parágrafo único. A celebração e o cumprimento dos convênios podem constituir condição para a concessão

de assistência técnica e financeira por parte do Governo Federal.

Art. 19. Utilizar, como prova de propriedade ou de direitos a ela relativos, documento expedido pelo IBRA para fins cadastrais ou tributários, em prejuízo de outrem ou em proveito próprio ou alheio:

Pena: Reclusão de 2 a 6 anos.

Parágrafo único. Se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

Art. 20. Invadir, com intenção de ocupá-las, terras da União, dos Estados e dos Municípios:

Pena: Detenção de 6 meses a 3 anos.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem, com idêntico propósito, invadir terras de órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, destinadas à Reforma Agrária.

Art. 21. Caberá ao Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária decretar a prisão administrativa dos responsáveis por dinheiros, bens ou valores pertencentes, direta ou indiretamente, ao IBRA, ou que se achem sob sua guarda.

Art. 22. A partir de 1º de janeiro de 1967, somente mediante apresentação do Certificado de Cadastro expedido pelo IBRA e previsto na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, poderá o proprietário de qualquer imóvel rural pleitear as facilidades proporcionadas pelos órgãos federais de administração centralizada ou descentralizada, ou por empresas de economia mista de que a União possua a maioria das ações, e, bem assim, obter inscrição, aprovação e registro de projetos de colonização particular, no IBRA ou no INDA, ou aprovação de projetos de loteamento.

§ 1º Sem apresentação do Certificado de Cadastro, não poderão os proprietários, a partir da data a que se refere este artigo, sob pena de nulidade, desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda imóveis rurais.

§ 2º Em caso de sucessão *causa mortis* nenhuma partilha, amigável ou judicial, poderá ser homologada pela autoridade competente, sem a apresentação do Certificado de Ca-

castro, a partir da data referida neste artigo.

§ 3º A apresentação do Certificado de Cadastro, exigida neste artigo e nos parágrafos anteriores, far-se-á, sempre, acompanhada da prova de quitação do pagamento do Imposto Territorial Rural, relativo ao último lançamento expedido pelo IBRA.

Art. 23. O IBRA poderá promover, em colaboração com os órgãos executivos da Política Habitacional, a organização de nucleamentos urbanos para assegurar a colocação de excedentes rurais não qualificados para as atividades agropecuárias.

Art. 24. Os acordos, convênios ou contratos de interesse da política agrária instituída pela Lei nº 4.504 de 30-11-64, firmados em qualquer Ministério ou outra entidade de direito público, serão registrados no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

Parágrafo único. O IBRA enviará relatório anual, ao Tribunal de Contas, para os fins estatísticos e de contabilidade pública, sobre os convênios, acordos e contratos firmados no exercício.

Art. 25. Nenhum dos instrumentos referidos no artigo anterior, após a lavratura e para o fim de registro, poderá ser enviado diretamente, pelas partes que nele se obrigarem, ao Tribunal de Contas da União.

Art. 26. Para que não seja considerado latifúndio o imóvel rural ainda que do domínio particular, cujo objetivo de preservação florestal ou de outros recursos naturais haja sido reconhecido para fins de tombamento pelo órgão competente da administração pública, deve este tombamento, no prazo de 60 (sessenta) dias de sua ulatimação, ser submetido ao julgamento do IBRA.

Art. 27. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Ney Braga

LEI Nº 4.948 — DE 6 DE ABRIL
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a alienar, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, o imóvel da Rua Conselheiro Crispiniano número 378, em São Paulo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, a alienar, independentemente de concorrência pública, o imóvel constituído de terreno e benfeitoria situado na Rua Conselheiro Crispiniano, número 378, em São Paulo, no Estado de São Paulo, por preço não inferior a Cr\$ 1.100.000.000 (um bilhão e cem milhões de cruzeiros), acrescido da taxa de correção monetária, a partir de 28 de dezembro de 1964 até a data em que for aceita a proposta, dentro do prazo máximo de 1 (um) ano.

Art. 2º A alienação poderá ser à vista ou com financiamento de 90% (sessenta por cento), em 2 (dois) anos, a juros de 12% (doze por cento) ao ano e, neste caso, será o imóvel hipotecado à União Federal, para garantia da dívida e demais encargos, devendo as importâncias arrecadadas ser recolhidas ao Tesouro Nacional.

Art. 3º O Poder Executivo, após registrado o ato pelo Tribunal de Contas, em qualquer das hipóteses previstas no art. 2º, fica autorizado a abrir, ao Ministério da Guerra, o crédito especial correspondente ao valor da venda, com a vigência de 4 (quatro) anos, destinado à construção do edifício-sede dos Quartéis-Generais do II Exército, da 2ª Divisão de Infantaria e da 1ª Legião Militar.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Arthur da Costa e Silva

LEI Nº 4.949 — DE 13 DE ABRIL DE 1966

Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados 4 (quatro) cargos de Taquígrafo-Revisor, símbolo PJ 2, bem como elevado de 2 (dois) para 8 (oito) e de 4 (quatro) para 8 (oito), respectivamente, o número de cargos das classes PJ-3 e PJ-4 da carreira de Taquígrafo, extintos os 4 (quatro) cargos dessa carreira no símbolo PJ-5.

Art. 2º Fica elevado de 13 (treze) para 15 (quinze) e de 18 (dezoito) para 20 (vinte) o número de cargos das classes PJ-3 e PJ-4, respectivamente, da carreira de Oficial Judiciário, mantidas inalteradas as 2 (duas) classes restantes a saber: 22 (vinte e dois) em PJ-5 e 30 (trinta) em PJ-6.

Art. 3º Fica elevado de 20 (vinte) para 24 (vinte e quatro) o número de cargos das classes PJ-7 e PJ-8 da carreira de Auxiliar Judiciário (Dactilógrafo).

Art. 4º Fica elevado de 15 (quinze) para 18 (dezoito) e de 14 (quatorze) para 19 (dezenove) o número de ocupantes das classes PJ-8 e PJ-9 da carreira de Auxiliar de Portaria, sendo 4 (quatro) para exercer as funções de Motorista-Auxiliar e 4 (quatro) de Auxiliar de Plenário.

Art. 5º Ficam criados 4 (quatro) cargos na classe PJ-12 de Auxiliar de Conservação, passando ditas funções a constituir carreira, mantida inalterada a classe PJ-11 com 12 (doze) ocupantes.

Art. 6º O preenchimento das vagas nos símbolos finais e intermediários será feito por promoção, pelos critérios de antiguidade e merecimento, enquanto que o provimento das vagas, nas classes iniciais, será feito por concurso público.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 390.560.436 (trezentos e noventa milhões, quinhentos e sessenta mil quatrocentos e trinta e seis cruzeiros), consoante a discriminação abaixo:

3.00.00 — Poder Judiciário	
3.02.00 — Tribunal Federal de Recursos	
3.0 0.0 — Despesas correntes	
3.1 0.0 — Despesas de custeio	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil — F — Cr\$	289.741 980
— V — Cr\$	10.478 456
3.0 0.0 — Despesas correntes	
3.1 0.0 — Despesas de custeio	
3.1.2.0 — Material de consumo — Cr\$	5.600.000
3.0 0.0 — Despesas correntes	
3.1 0.0 — Despesas de custeio	
3.1.2.0 — Serviços de terceiros — Cr\$	3.240.000
4.0 0.0 — Despesas de Capital	
4.1 0.0 — Investimentos	
4.1.3.0 — Equip. e instalações — Cr\$	81.600.000
Total geral — Cr\$	390.560.436

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de abril de 1966 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Mem de Sá

LEI Nº 4.950 — DE 20 DE ABRIL
DE 1966

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, de emolumentos consulares e da taxa de despacho aduaneiro, excluída a cota de previdência social, para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel para impressão de jornais, periódicos e livros, e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º do art. 70 da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º A importação de equipamentos industriais e acessórios, visando à instalação, bem como à ampliação, no País, de fábricas de papel destinado à impressão de jornais, periódicos e livros, é concedida, pelo prazo de 5 (cinco) anos, isenção dos impostos de importação e de consumo, da taxa de despacho aduaneiro, excluída a cota de previdência social, e de emolumentos consulares.

§ 1º A isenção das importações será autorizada pelo Ministério da Fazenda, que discriminará os equipamentos e acessórios, indicando quantidade, qualidade, valor e procedência, em ato a ser expedido à vista dos projetos aprovados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

§ 2º A isenção não abrange o material com similar nacional.

§ 3º Os equipamentos e acessórios serão liberados mediante portaria dos Inspetores da Alfândega e gozarão de tratamento preferencial, no tocante ao desembaraço alfandegário e quaisquer outros trâmites, podendo ser descarregados diretamente de bordo dos navios para o local das instalações, sob fiscalização aduaneira, até que sejam ultimados os processos respectivos.

§ 4º Os benefícios outorgados nesta lei somente serão concedidos a pessoas físicas brasileiras, ou a pessoas jurídicas brasileiras, cuja maioria do capital pertença a sócios brasileiros.

§ 5º Verificada fraude às disposições do parágrafo anterior serão cancelados os benefícios, além da imposi-

ção de multa correspondente ao valor da vantagem obtida pelo infrator, sem prejuízo de outras sanções cabíveis na espécie.

§ 6º Os favores ou benefícios que vierem a ser concedidos para o papel importado serão automaticamente extensivos ao papel de produção nacional.

Art. 2º Para efeito de obtenção, junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, de financiamento e outros benefícios, à indústria de fabricação de papel destinado à impressão de jornais, periódicos e livros, quer para ampliação de unidade existente, ou instalação de nova, é assegurado tratamento prioritário e preferencial, observadas as condições legais e regulamentares estabelecidas, que disciplinam as atividades desse estabelecimento, em caráter geral, para essas operações.

Parágrafo único. O mesmo tratamento é assegurado à indústria de fabricação de pasta mecânica, para efeito de obtenção de empréstimos ou financiamentos junto à Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil Sociedade Anônima.

Art. 3º Para as importações favorecidas com a isenção de que trata esta lei, o Banco do Brasil S.A. fornecerá câmbio sem a cobrança do encargo previsto no art. 2º da Lei número 4.131, de 3 de setembro de 1962, e sem a exigência de depósitos compulsórios representados pelas letras de importação disciplinadas por instrução da SUMOC.

Art. 4º Quando as importações de que trata a presente lei vierem a realizar-se mediante financiamento obtido em seu país de origem, esse deverá ser registrado na SUMOC, para o fim de assegurar preferência na cobertura cambial dos respectivos pagamentos, observados os prazos contratualmente fixados.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

✚ LEI Nº 4.950-A — DE 22 DE ABRIL
DE 1966

Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no § 4º do art. 70, da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O salário-mínimo dos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária é o fixado pela presente Lei.

Art. 2º O salário-mínimo fixado pela presente Lei é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais definidos no art. 1º, com relação de emprego ou função, qualquer que seja a fonte pagadora.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei as atividades ou tarefas desempenhadas pelos profissionais enumerados no art. 1º são classificadas em:

- a) atividades ou tarefas com exigência de 6 (seis) horas diárias de serviço;
- b) atividades ou tarefas com exigência de mais de 6 (seis) horas diárias de serviço.

Parágrafo único A jornada de trabalho é a fixada no contrato de trabalho ou determinação legal vigente.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei os profissionais citados no art. 1º são classificados em:

- a) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de 4 (quatro) anos ou mais;
- b) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de menos de 4 (quatro) anos.

Art. 5º Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea a do art. 3º fica fixado o sala-

rio-base mínimo de 6 (seis) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea a do art. 4º, e de 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais da alínea b do art. 4º.

Art. 6º Para a execução de atividades e tarefas classificadas na alínea b do art. 3º, a fixação do salário-base mínimo será feito tomando-se por base o custo da hora fixado no art. 5º desta Lei, acrescidas de 25% as horas excedentes das 6 (seis) diárias de serviço.

Art. 7º A remuneração do trabalho noturno será feita na base da remuneração do trabalho diurno, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 4.951 — DE 26 DE ABRIL
DE 1966

Concede isenção de tributos para importação de bens de produção destinados ao reequipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de autopeças.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e consumo, para a importação de equipamentos de produção, com os respectivos acessórios, ferramentas e instrumentos destinados ao reequipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de autopeças, cujos projetos tenham sido aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas (GEIMEC), da Comissão de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio.

§ 1º A isenção de que trata o presente artigo não abrange a taxa de despacho aduaneiro, nem se aplica a material com similar nacional.

§ 2º A isenção prevista nesta Lei estende-se aos materiais destinados à execução de projetos aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas (GEIMEC) e que tenham sido desembaraçados nas Alfândegas, mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Art. 2º A presente Lei se aplica apenas às empresas com estabelecimentos fabris instalados até 31 de outubro de 1965 e as que resultarem da fusão ou reorganização dessas empresas, quando feitas para obter melhores índices de produtividade.

Parágrafo único. Os projetos de reequipamento ou modernização deverão propiciar melhor aproveitamento da capacidade instalada na data a que se refere o presente artigo, ressalvada a substituição ou eliminação do equipamento obsoleto.

Art. 3º Esta Lei vigorará pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouvêa de Bulhões

Paulo Egydio Martins

LEI Nº 4.952 — DE 26 DE ABRIL
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.623.466 (dois milhões seiscentos e vinte e três mil quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros) para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ... Cr\$ 2.623.466 (dois milhões seiscentos e vinte e três mil quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros) para o fim de

atender ao pagamento de vencimentos e vantagens, referentes aos exercícios de 1960 e 1961, do pessoal do Conselho Coordenador do Abastecimento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouvêa de Bulhões

LEI Nº 4.953 — DE 26 DE ABRIL
DE 1966

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, um computador eletrônico importado pela VARIG.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para um computador eletrônico constante das licenças ns. DG-65/1770-1783 e DG-65/1771-1784, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior importado pela S.A. Empresa de Viação Aérea Riograndense — VARIG concessionária de serviço público federal de transporte aéreo, sediada em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouvêa de Bulhões

LEI Nº 4.954 — DE 26 DE ABRIL
DE 1966

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Telefônica Curvelo S.A.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento telefônico constante do certificado de cobertura cambial nº DG-65/20238 emitido pela Carteira de Câmbio, importado pela Telefônica Curvelo S.A.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouvêa de Bulhões

LEI Nº 4.955 — DE 26 DE ABRIL
DE 1966

Isenta do imposto de importação equipamentos destinados à Comercial Paulista Importadora e Exportadora Ltda. para a instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cinescópio.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação para os equipamentos constantes das licenças números:

DG-65-2.241-1.051,	DG-65-2.242-1.052,
DG-65-2.243-1.037,	DG-65-2.244-1.053,
DG-65-2.245-1.054,	DG-65-2.250-1.038,
DG-65-2.251-1.055,	DG-65-2.252-1.056,
DG-65-2.253-1.058,	DG-65-2.254-1.059,
DG-65-2.255-1.060,	DG-65-2.260-1.065,
DG-65-2.261-1.066,	DG-65-2.262-1.067,
DG-65-2.263-1.039,	DG-65-2.264-1.068,

DG-65-2.267-1.070,	DG-65-2.271-1.074,
DG-65-2.273-1.075,	DG-65-2.274-1.076,
DG-65-2.275-1.078,	DG-65-2.276-1.079,
DG-65-2.278-1.081,	DG-65-2.280-1.083,
DG-65-2.283-1.085,	DG-65-2.285-1.087,
DG-65-2.286-1.088,	DG-65-2.287-1.089,
DG-65-2.288-1.090,	DG-65-2.289-1.040,
DG-65-2.290-1.091,	DG-65-2.291-1.092,
DG-65-2.292-1.093,	DG-65-2.293-1.094,
DG-65-2.294-1.044,	DG-65-2.296-1.046,
DG-65-2.300-1.050,	DG-65-3.352-3.336,
DG-65-3.363-3.337,	DG-65-3.364-3.338,
DG-65-3.365-3.339,	DG-65-3.366-3.340,
DG-65-3.361-3.335,	DG-65-3.430-3.341,
DG-65-3.353-3.342,	DG-65-3.354-3.343,
DG-65-3.355-3.485,	DG-65-3.356-3.344,
DG-65-3.357-3.331,	DG-65-3.358-3.332,
DG-65-3.359-3.333,	DG-65-3.360-3.334,

emitidas pela Carteira de Comércio Exterior, importados pela Comercial Paulista Importadora e Exportadora Ltda., para a instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cinescópio.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Octavio Gouvêa de Bulhões.

LEI Nº 4.956 — DE 26 DE ABRIL
DE 1966

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, equipamento para perfuração de poços e localização de água importado pela CASOL.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para o equipamento constante das licenças ns. DG-65-2.257-2.419 e DG-65-2.258-2.420, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior importado pela Companhia de Águas e Solos — CASOL — com sede em Natal, no

Estado do Rio Grande do Norte, para perfuração de poços e canalização de água.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Octavio Gouvêa de Bulhões.

LEI Nº 4.957 — DE 27 DE ABRIL DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 29.441.000.000 (vinte e nove bilhões quatrocentos e quarenta e um milhões de cruzeiros), para atender às despesas que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o crédito especial de Cr\$ 29.441.000.000 (vinte e nove bilhões, quatrocentos e quarenta e um milhões de cruzeiros) destinado a atender às despesas com a execução das Leis nºs 3.967, de 5 de outubro de 1961, e 4.069, de 11 de junho de 1962, e a suplementação dos recursos financeiros da autarquia na execução do "Plano Trienal 1963-1965", inclusive indenização ao DNER nas seguintes rodovias:

	Cr\$
1) Encargos decorrentes das Leis nºs 3.967-61 e 4.069-62	3.000.000.000
2) BR 030 — Trecho Brumado — Marau	4.336.490.000
3) BR 101 — Natal — Feira de Santana	551.000.000
Feira de Santana — Rio de Janeiro	2.480.000.000
Divisa PR-SC — Ozório	2.897.000.000
4) BR 116 — Fortaleza — Feira de Santana	2.511.000.000
Volta Redonda — São Paulo	569.300.000
5) BR 135 — São Luis — Feritório	754.000.000
6) BR 163 — Rio Brilhante — Rondonópolis	90.000.000
7) BR 232 — Recife — Salgueiro	650.000
8) BR 252 — Vitória — Uberaba	3.245.000.000
9) BR 367 — Presidente Epitácio-Rio Brilhante	411.000.000
10) BR 377 — Paranaguá — Foz do Iguaçu	2.275.000.000
11) BR 285 — Vacaria — São Borja	403.000.000
12) BR 293 — Porto Alegre — Juruáiana	253.000.000
13) BR 304 — Natal — Boqueirão do Cesário	40.160.000
14) BR 319 — Porto Velho — Abunã	16.000.000
15) BR 364 — Curitiba — Porto Velho	823.400.000
16) BR 455 — Ipatinga BR 116	4.500.000.000
17) BR 462 — Rio de Janeiro — Volta Redonda	225.000.000
18) BR 468 — Curitiba — Divisa PR-SC	60.000.000
	<hr/> 29.441.000.000

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.958 — DE 27 DE ABRIL
DE 1966

Dá nova redação ao item IV do artigo 7º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O item IV do art. 7º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960 que dispõe sobre as pensões militares, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º
.....

IV) — à mãe, ainda que adotiva, viúva, solteira ou desquitada, e ao pai, ainda que adotivo, inválido ou interdito;”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Mem de Sá.

Zilmar de Araripe Macedo.

Arthur da Costa e Silva.

Eduardo Gomes.

LEI Nº 4.959 — DE 27 DE ABRIL
DE 1966

Concede isenção de direitos de importação, excluída a taxa de despacho aduaneiro, para maquinaria importada, e a ser importada, pela “Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta”.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção de direitos de importação, excluída a taxa de despacho aduaneiro, para maquinaria importada, e a ser importada, pela sociedade de economia mista “Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta”, destinadas à instalação de uma fábrica de fiação e tecelagem de

juta e outras fibras indígenas, na cidade de Santarém, no Estado do Pará.

Parágrafo único. A isenção não abrange os materiais, máquinas e equipamentos de que, na época da importação, havia similar nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.960 — DE 27 DE ABRIL
DE 1966

Prorroga os prazos para a apresentação de declarações de renda

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam prorrogados, até o dia 15 de maio de 1966, os prazos para apresentação da declaração de renda das pessoas físicas e jurídicas, no corrente exercício.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouvêa de Bulhões

LEI Nº 4.961 — DE 4 DE MAIO
DE 1966

Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com as

alterações constantes dos artigos seguintes

Art. 2º O *caput* do art. 7º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até trinta dias após a realização da eleição incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o salário-mínimo da região, imposta pelo juiz eleitoral e cobrada na forma prevista no art. 357."

Art. 3º O *caput* do art. 8º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º O brasileiro nato que não se alistar até os dezoito anos ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o valor do salário-mínimo da região, imposta pelo juiz e cobrada no ato da inscrição eleitoral através de selo federal inutilizado no próprio requerimento."

Art. 4º O art. 14, mantida a redação do *caput*, passa a vigorar com os seguintes parágrafos:

"§ 1º Os biênios serão contados, ininterruptamente, sem o desconto de qualquer afastamento, nem mesmo o decorrente de licença, férias, ou licença especial, salvo no caso do § 3º.

§ 2º Os juizes afastados por motivo de licença férias e licença especial, de suas funções na Justiça comum, ficarão automaticamente afastados da Justiça Eleitoral pelo tempo correspondente, exceto quando com períodos de férias coletivas, coincidir a realização de eleição, apuração ou encerramento de alistamento.

§ 3º Da homologação da respectiva convenção partidária até a apuração final da eleição, não poderão servir como juizes nos Tribunais Eleitorais, ou como juiz eleitoral, o cônjuge, parente consanguíneo legítimo ou ilegítimo, ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição.

§ 4º No caso de recondução para o segundo biênio, observar-se-ão as mesmas formalidades indispensáveis à primeira investidura."

Art. 5º O § 1º do art. 16 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º A nomeação, pelo Presidente da República, de juizes de categoria

de juristas, deverá ser feita dentro dos trinta dias do recebimento da lista triplíce enviada pelo Supremo Tribunal Federal, dela não podendo constar nome de magistrado aposentado ou de membro do Ministério Público"

Art. 6º No inciso I, do art. 22, a letra *h* passa a vigorar com a redação a seguir indicada, sendo acrescentada, ainda, a letra *i*:

"*h*) os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos nos Tribunais Regionais dentro de trinta dias da conclusão ao relator, formulados por partido, candidato, Ministério Público ou parte legitimamente interessada;

i) as reclamações contra os seus próprios juizes que, no prazo de trinta dias a contar da conclusão, não houverem julgado os feitos a eles distribuídos"

Art. 7º O inciso XIV do art. 23 passa a vigorar com a seguinte redação:

"XIV — requisitar força federal necessária ao cumprimento da lei, de suas próprias decisões ou das decisões dos Tribunais Regionais que o solicitarem, e para garantir a votação e a apuração";

Art. 8º O § 2º do art. 25 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A lista não poderá conter nome de magistrado aposentado ou de membro do Ministério Público."

Art. 9º Ao art. 28 é acrescentado o seguinte parágrafo:

"§ 3º No caso previsto no parágrafo anterior será observado o disposto no parágrafo único do art. 20.

Art. 10. A letra *g*, do inciso I do art. 29, passa a vigorar com a seguinte redação:

"*g*) os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos pelos juizes eleitorais em trinta dias da sua conclusão para julgamento, formulados por partido candidato, Ministério Público ou parte legitimamente interessada, sem prejuízo das sanções decorrentes do excesso de prazo."

Art. 11 Ao art. 30 é acrescentado o seguinte inciso:

"XIX — suprimir os mapas parciais de apuração mandando utilizar ape-

nas os boletins e os mapas totalizadores, desde que o menor número de candidatos às eleições proporcionais justifique a supressão, observadas as seguintes normas:

a) qualquer candidato ou partido poderá requerer ao Tribunal Regional que suprima a exigência dos mapas parciais de apuração;

b) da decisão do Tribunal Regional qualquer candidato ou partido poderá, no prazo de três dias, recorrer para o Tribunal Superior, que decidirá em cinco dias;

c) a supressão dos mapas parciais de apuração só será admitida até seis meses antes da data da eleição;

d) os boletins e mapas de apuração serão impressos pelos Tribunais Regionais, depois de aprovados pelo Tribunal Superior;

e) o Tribunal Regional ouvirá os partidos na elaboração dos modelos dos boletins e mapas de apuração a fim de que estes atendam às peculiaridades locais, encaminhando os modelos que aprovar acompanhados das sugestões ou impugnações formuladas pelos partidos, à decisão do Tribunal Superior."

Art. 12. Os §§ 4º e 11 do art. 4º passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º Deferido o pedido, no prazo de cinco dias, o título e o documento que instruiu o pedido serão entregues pelo juiz, escrivão, funcionário ou preparador. A entrega far-se-á ao próprio eleitor, mediante recibo, ou a quem o eleitor autorizar por escrito o recebimento, cancelando-se o título cuja assinatura não for idêntica à do requerimento de inscrição e à do recibo.

O recibo será obrigatoriamente anexo ao processo eleitoral, incorrendo o juiz que não o fizer na multa de um a cinco salários-mínimos regionais, na qual incorrerão ainda o escrivão, funcionário ou preparador, se responsáveis, bem como qualquer deles, se entregarem ao eleitor o título cuja assinatura não for idêntica à do requerimento de inscrição e do recibo ou o fizerem a pessoa não autorizada por escrito.

§ 11. O título eleitoral e a folha individual de votação somente serão assinados pelo juiz eleitoral depois de

preenchidos pelo cartório e de deferido o pedido, sob as penas do artigo 293."

Art. 13. É acrescentado ao art. 45 o seguinte parágrafo:

"§ 12. É obrigatória a remessa ao Tribunal Regional da ficha do eleitor, após a expedição do seu título."

Art. 14. O atual § 4º, do art. 46, é renumerado para 5º, passando a figurar como § 4º o seguinte:

"§ 4º O eleitor poderá, a qualquer tempo, requerer ao juiz eleitoral a retificação de seu título eleitoral ou de sua folha individual de votação, quando nêles constar erro evidente, ou indicação de seção diferente daquela a que devesse corresponder a residência indicada no pedido de inscrição ou transferência."

Art. 15. São acrescentados ao artigo 47 os seguintes parágrafos:

"§ 1º Em cada Cartório de Registro Civil haverá um livro especial, aberto e rubricado pelo Juiz Eleitoral, onde o cidadão ou o delegado de partido deixará expresso o pedido de certidão para fins eleitorais, datando-o.

§ 2º O escrivão, dentro de quinze dias da data do pedido, concederá a certidão, ou justificará, perante o Juiz Eleitoral, por que deixa de fazê-lo.

§ 3º A infração ao disposto neste artigo sujeitará o escrivão às penas do art. 293."

Art. 16. O § 2º do art. 55 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º O disposto nos incisos II e III do parágrafo anterior não se aplica quando se tratar de transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar, autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência."

Art. 17. O caput e o § 1º do art. 57 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 57. O requerimento de transferência de domicílio eleitoral será imediatamente publicado na imprensa oficial na Capital, e em cartório nas demais localidades, podendo os interessados impugná-lo no prazo de dez dias.

§ 1º Certificado o cumprimento do disposto neste artigo, o pedido deverá ser desde logo, decidido, devendo o despacho do juiz ser publicado pela mesma forma."

Art. 18. É acrescentado um § 5º ao art. 62, passando o § 4º a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º O nome indicado pelo juiz eleitoral para preparador deverá ser previamente divulgado através de edital afixado no Cartório Eleitoral podendo qualquer candidato ou partido, no prazo de três dias, impugnar a indicação

§ 5º Se o juiz mantiver o nome indicado, a impugnação deverá ser remetida ao Tribunal Regional que a apreciará antes de decidir sobre a nomeação."

Art. 19. É acrescentado ao art. 71 o seguinte parágrafo:

"§ 4º Quando houver denúncia fundamentada de fraude no alistamento de uma zona ou município, o Tribunal Regional poderá determinar a realização de correção e, provada a fraude em proporção comprometedora, ordenará a revisão do eleitorado obedecendo as Instruções do Tribunal Superior e as recomendações que, subsidiariamente, baixar, com o cancelamento de ofício das inscrições correspondentes aos títulos que não forem apresentados à revisão."

Art. 20. O inciso V, do § 1º, do artigo 94 passa a vigorar com a seguinte redação:

"V — com folha-corrída fornecida pelos cartórios competentes, para que se verifique se o candidato está no gozo dos direitos políticos (art. 132, III, e 135 da Constituição Federal)."

Art. 21. É acrescentado ao art. 100 o seguinte parágrafo:

"§ 5º Após o sorteio efetuado nos termos deste artigo os partidos conservarão sempre que possível as mesmas séries e os candidatos à reeleição o mesmo número, salvo em relação a estes os que optarem por novo número."

Art. 22. O *caput* do art. 120 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 120. Constituem a mesa receptora um presidente, um primeiro e um segundo mesários, dois secretá-

rios e um suplente, nomeados pelo juiz eleitoral sessenta dias antes da eleição, em audiência pública, anunciada pelo menos com cinco dias de antecedência."

Art. 23. É acrescentado ao artigo 127 o seguinte inciso:

"IX — anotar o não comparecimento do eleitor no ver o da folha individual de votação."

Art. 24. É revogado o inciso VI do art. 133, ficando reenumerados de VI a XVI os atuais incisos VII a XVII.

Art. 25. O § 5º do art. 135 passa a vigorar com a redação seguinte, acrescentados ao referido artigo os §§ 7º e 8º:

"§ 5º Não poderão ser localizadas seções eleitorais em fazenda sítio ou qualquer propriedade rural privada, mesmo existindo no local prédio público, incorrendo o juiz nas penas do art. 312, em caso de infringência.

§ 7º Da designação dos lugares de votação poderá qualquer partido reclamar ao juiz eleitoral, dentro de três dias a contar da publicação, devendo a decisão ser proferida dentro de quarenta e oito horas.

§ 8º Da decisão do juiz eleitoral caberá recurso para o Tribunal Regional, interposto dentro de três dias, devendo, no mesmo prazo, ser resolvido."

Art. 26. O parágrafo único do artigo 143 passa a § 1º, sendo acrescentado, como § 2º, o seguinte:

"§ 2º Observada a prioridade assegurada aos candidatos, têm preferência para votar o juiz eleitoral da zona, seus auxiliares de serviço, os eleitores de idade avançada, os enfermos e as mulheres grávidas."

Art. 27. São revogados os §§ 1º e 3º do art. 145, reenumerado para parágrafo único o atual § 2º, passando o *caput* a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 145. O presidente, mesários, secretários suplentes e os delegados e fiscais de partido votarão perante as mesas em que servirem, sendo que os delegados e fiscais desde que a credencial esteja visada na forma do artigo 131 § 3º; quando eleitores de outras seções, seus votos serão tomados em separado."

Art. 28. VETADO.

Art. 29. São revogados os §§ 4º e 5º do art. 148.

Art. 30. São revogados os §§ 1º e 2º do art. 151.

Art. 31. O inciso I do art. 154 passa a vigorar com a seguinte redação.

"I — vedará a fenda de introdução da cédula na urna, de modo a cobri-la inteiramente com tiras de papel ou pano forte, rubricadas pelo presidente e mesários e, facultativamente pelos fiscais presentes; separará todas as folhas de votação correspondentes aos eleitores faltosos e fará constar, no verso de cada uma delas, na parte destinada à assinatura do eleitor, a falta verificada, por meio de breve registro, que autenticará com a sua assinatura."

Art. 32. O § 2º do art. 159 passa a vigorar com a redação seguinte acrescentados ao referido artigo os §§ 3º, 4º e 5º:

"§ 2º Em caso de impossibilidade de observância do prazo previsto neste artigo, o fato deverá ser imediatamente justificado perante o Tribunal Regional, mencionando-se as horas ou dias necessários para o adiamento que não poderá exceder a cinco dias.

§ 3º Esgotado o prazo, e a prorrogação estipulada neste artigo ou não tendo havido em tempo hábil o pedido de prorrogação, a respectiva Junta Eleitoral perde a competência para prosseguir na apuração devendo o seu presidente remeter, imediatamente, ao Tribunal Regional, todo o material relativo à votação.

§ 4º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, competirá ao Tribunal Regional fazer a apuração.

§ 5º Os membros da Junta Eleitoral responsáveis pela inobservância injustificada dos prazos fixados neste artigo estarão sujeitos à multa de dois a dez salários-mínimos, aplicada pelo Tribunal Regional."

Art. 33. É acrescentado ao art. 165, *caput*, o seguinte inciso:

"XI — se consta nas folhas individuais de votação dos eleitores faltosos o devido registro de sua falta."

Art. 34. O art. 166 e o seu § 1º passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 166. Aberta a urna, a Junta verificará se o número de cédulas oficiais corresponde ao de votantes.

§ 1º A coincidência entre o número de votantes e o de cédulas oficiais encontradas na urna não constituirá motivo de nulidade da votação, desde que não resulte de fraude comprovada."

Art. 35. São revogados os incisos III e IV do art. 167, passando os incisos I e II a vigorar com a seguinte redação:

"I — examinar as sobrecartas brancas contidas na urna, anulando os votos referentes aos eleitores que não podiam votar;

II — misturar as cédulas oficiais dos que podiam votar com as demais existentes na urna."

Art. 36. O § 4º do art. 169 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º Os recursos serão instruídos de ofício, com certidão da decisão recorrida; se interpostos verbalmente, constará também da certidão o trecho correspondente do boletim.

Art. 37. O art. 172 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 172. Sempre que houver recurso fundado em contagem errônea de votos, vícios de cédulas ou de sobrecartas para votos em separado deverão as cédulas ser conservadas em invólucro lacrado, que acompanhará o recurso e deverá ser rubricado pelo juiz eleitoral, pelo recorrente e pelos delegados de partido que o desejarem."

Art. 38. O atual parágrafo único do art. 174 passa a § 3º, acrescentados ao referido artigo os seguintes §§ 1º e 2º:

"§ 1º Após fazer a declaração do voto em branco e antes de ser anunciado o seguinte, será aposto na cédula, no lugar correspondente à indicação do voto, um breve sinal indelevel, além da rubrica do presidente da turma.

§ 2º Não poderá ser iniciada a apuração dos votos da urna subsequente sob as penas do art. 345, sem que

os votos em branco da anterior estejam todos registrados pela forma referida no § 1º."

Art. 39. É revogado o § 2º do artigo 175, renumerados os atuais §§ 3º e 4º para 2º e 3º.

Art. 40. VETADO.

Art. 41. VETADO.

Art. 42. O art. 184 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 184. Terminada a apuração, a Junta remeterá ao Tribunal Regional no prazo de vinte e quatro horas, todos os papéis eleitorais referentes às eleições estaduais ou federais, acompanhados dos documentos referentes à apuração juntamente com a ata geral dos seus trabalhos, na qual serão consignadas as votações apuradas para cada legenda e candidato e os votos não apurados, com a declaração dos motivos por que o não foram."

§ 1º Essa remessa será feita em invólucro fechado, lacrado e rubricado pelos membros da Junta, delegados e fiscais de Partido, por via postal ou sob protocolo, conforme for mais rápida e segura a chegada ao destino.

§ 2º Se a remessa dos papéis eleitorais de que trata este artigo não se verificar no prazo nele estabelecido, os membros da Junta estarão sujeitos à multa correspondente à metade do salário-mínimo regional por dia de retardamento.

§ 3º Decorridos quinze dias sem que o Tribunal Regional tenha recebido os papéis referidos neste artigo ou comunicação de sua expedição, determinará ao Corregedor Regional ou Juiz Eleitoral mais próximo que os faça apreender e enviar imediatamente, transferindo-se para o Tribunal Regional a competência para decidir sobre os mesmos."

Art. 43. O parágrafo único do artigo 198 é substituído pelos seguintes parágrafos:

"§ 1º Ocorrendo motivos relevantes, exnatos com a necessária antecedência, o Tribunal Superior poderá conceder prorrogação dêsse prazo, uma só vez e por quinze dias.

§ 2º Se o Tribunal Regional não terminar a apuração no prazo legal, seus membros estarão sujeitos à mul-

ta correspondente à metade do salário-mínimo regional por dia de retardamento."

Art. 44. O parágrafo único do artigo 200 é renumerado para 1º, acrescentado ao referido artigo o seguinte parágrafo:

"§ 2º O Tribunal Regional, antes de aprovar o relatório da Comissão Apuradora e, em três dias improrrogáveis, julgará as impugnações e as reclamações não providas pela Comissão Apuradora, e, se as deferir, voltará o relatório à Comissão para que sejam feitas as alterações resultantes da decisão."

Art. 45. É acrescentado ao art. 220, *caput*, o seguinte inciso:

"V — quando a seção eleitoral tiver sido localizada com infração do disposto nos §§ 4º e 5º do art. 135."

Art. 46. Revogado o inciso I, do art. 221, os atuais incisos II, III e IV são renumerados para I, II e III.

Art. 47. São revogados os §§ 1º e 2º do art. 222.

Art. 48. O § 3º do art. 223 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º A nulidade de qualquer ato, baseada em motivo de ordem constitucional, não poderá ser conhecida em recurso interposto fora de prazo. Perdido o prazo numa fase própria, só em outra que se apresentar poderá ser argüida."

Art. 49. São acrescentados ao artigo 243 os seguintes parágrafos:

"§ 1º O ofendido por calúnia, difamação ou injúria, sem prejuízo e independentemente da ação penal competente, poderá demandar, no Juízo Cível a reparação do dano moral respondendo por este o ofensor e, solidariamente, o partido político deste, quando responsável por ação o uomissão, e quem quer que favorecido pelo crime, haja de qualquer modo contribuído para ele.

§ 2º No que couber, aplicar-se-ão na reparação do dano moral, referido no parágrafo anterior, os arts. 81 a 88 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

§ 3º É assegurado o direito de resposta a quem for injuriado difamado ou caluniado através da imprensa, rádio, televisão, ou alto-falante, aplicando-se, no que couber, os arts. 90 e

96 da Lei nº 4.114, de 27 de agosto de 1962."

Art. 50. O art. 250 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 250. Nas eleições gerais de âmbito estadual ou nacional, as estações de radiodifusão e televisão de qualquer potência, inclusive as de propriedade da União, Estados, Territórios ou Municípios, reservarão, nos sessenta dias anteriores à antevéspera do pleito, duas horas diárias para a propaganda eleitoral gratuita, sendo uma delas à noite, entre vinte e vinte e três horas, conforme instruções, providências e fiscalização da Justiça Eleitoral, para o efetivo cumprimento do preceituado neste artigo.

§ 1º Nas eleições de âmbito municipal, as emissoras reservarão, nos trinta dias anteriores à antevéspera do pleito, uma hora diária, sendo trinta minutos a noite, entre vinte e vinte e três horas, para a propaganda gratuita.

§ 2º Desde que haja concordância de todos os partidos e emissoras de rádio e televisão, poderá ser adotado qualquer outro critério na distribuição dos horários, que deverá ser previamente comunicado à Justiça Eleitoral.

§ 3º O horário não utilizado por qualquer partido será redistribuído aos demais, vedada cessão ou transferência.

§ 4º As estações de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar gratuitamente comunicados da Justiça Eleitoral até o máximo de quinze minutos, entre as dezoito e as vinte e duas horas, nos trinta dias que precederem ao pleito."

Art. 51. São acrescentados ao artigo 256 os seguintes parágrafos:

"§ 1º No período da campanha eleitoral, independentemente do critério de prioridade, os serviços telefônicos, oficiais ou concedidos, farão instalar, na sede dos diretórios devidamente registrados, telefones necessários, mediante requerimento do respectivo presidente e pagamento das taxas devidas.

§ 2º O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções necessárias ao cumprimento do disposto no parágrafo anterior fixando as condições a serem observadas.

Art. 52. É acrescentado ao art. 266 o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. Se o recorrente se reportar a coação, fraude, uso de meios de que trata o art. 237 ou emprego de processo de propaganda ou captação de sufrágios vedado por lei, dependentes de prova a ser determinada pelo Tribunal, bastar-lhe-á indicar os meios a elas conducentes."

Art. 53. O § 6º do art. 267 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 6º Findos os prazos a que se referem os parágrafos anteriores, o juiz eleitoral fará, dentro de quarenta e oito horas, subir os autos ao Tribunal Regional com a sua resposta e os documentos em que se fundar, sujeito à multa de dez por cento do salário-mínimo regional por dia de retardamento, salvo se entender de reformar a sua decisão."

Art. 54. O art. 268 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 268. No Tribunal Regional nenhuma alegação escrita ou nenhum documento poderá ser oferecido por qualquer das partes, salvo o disposto no art. 270."

Art. 55. O art. 270 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 270. Se o recurso versar sobre coação, fraude, uso de meios de que trata o art. 237, ou emprego de processo de propaganda ou captação de sufrágios vedado por lei dependente de prova indicada pelas partes ao interpor-lo ou ao impugná-lo, o relator no Tribunal Regional deferir-lhe-á em vinte e quatro horas da conclusão, realizando-se ele no prazo improrrogável de cinco dias.

§ 1º Admitir-se-ão como meios de prova para apreciação pelo Tribunal as justificações e as perícias processadas perante o juiz eleitoral da zona, com citação dos partidos que concorreram ao pleito e do representante do Ministério Público.

§ 2º Indeferindo o relator a prova, serão os autos, a requerimento do interessado, nas vinte e quatro horas seguintes, presentes à primeira sessão do Tribunal, que deliberará a respeito.

§ 3º Protocoladas as diligências probatórias, ou com a juntada das justificações ou diligências, a Secretaria do Tribunal abrirá, sem demora, vista dos

autos, por vinte e quatro horas, seguidamente, ao recorrente e ao recorrido para dizerem a respeito.

§ 4º Findo o prazo acima, serão os autos conclusos ao relator."

Art. 56. O art. 345 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 345. Não cumprir a autoridade judiciária, ou qualquer funcionário dos órgãos da Justiça Eleitoral, nos prazos legais, os deveres impostos por este Código, se a infração não estiver sujeita a outra penalidade:

Pena — pagamento de trinta a noventa dias-multa."

Art. 57. O art. 367 passa a vigorar com os seguintes parágrafos:

"§ 1º As multas aplicadas pelos Tribunais Eleitorais serão consideradas líquidas e certas, para efeito de cobrança mediante executivo fiscal desde que inscritas em livro próprio na Secretaria do Tribunal competente.

§ 2º A multa pode ser aumentada até dez vezes, se o juiz, ou Tribunal considerar que, em virtude da situação econômica do infrator, é ineficaz, embora aplicada no máximo.

§ 3º O alistando, ou o eleitor, que comprovar devidamente o seu estado de pobreza, ficará isento do pagamento de multa.

§ 4º Fica autorizado o Tesouro Nacional a emitir selos, sob a designação "Selo Eleitoral" destinados ao pagamento de emolumentos, custas, despesas e multas, tanto as administrativas como as penais, devidas à Justiça Eleitoral.

§ 5º Os pagamentos de multas poderão ser feitos através de guias de recolhimento, se a Justiça Eleitoral não dispuser de selo eleitoral em quantidade suficiente para atender aos interessados."

Art. 58. E' revogado o parágrafo único do art. 374, e o *caput* do mencionado artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 374. Os membros dos tribunais eleitorais, os juizes eleitorais e os servidores públicos requisitados para os órgãos da Justiça Eleitoral que, em virtude de suas funções nos mencionados órgãos, não tiverem as férias que lhes couberem, poderão gozá-las no ano seguinte, acumuladas ou não."

Disposições transitórias

Art. 59. Não se aplicará a multa a que se refere o art. 8º do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965) a quem se alistar até o dia 31 de março de 1967.

Art. 60. O prazo para a entrada em Cartório do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo, nas eleições que se realizarem em 1966, terminará, improrrogavelmente, às deztoito (18) horas do 30º (trigésimo) dia anterior à data marcada para a realização das mesmas.

Art. 61. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

LEI Nº 4.962 — DE 5 DE MAIO
DE 1966

Retifica a Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, que cria Coletorias Federais em diversos Municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As expressões: "Ibeceri" e "Coara", constantes do art. 1º da Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, são retificadas para "Ibicaraí" e "Coaraci", respectivamente.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.963 — DE 5 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a emitir Letras do Tesouro destinadas a servir de garantia subsidiária nas operações de crédito realizadas entre a Fábrica Nacional de Motores S. A. e o Banco do Brasil S. A., e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a emitir Letras do Tesouro, sem juros e sem cláusula de correção monetária, destinadas a servir de garantia subsidiária, junto ao Banco do Brasil S. A., nas operações de crédito que este estabelecimento realizar com a Fábrica Nacional de Motores S. A.

§ 1º O valor das operações não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social da Fábrica Nacional de Motores S. A.

§ 2º As Letras do Tesouro de que trata este artigo serão emitidas com prazo de resgate de 1 (um) ano, podendo, entretanto, em seu vencimento, ser substituídas por outras de igual valor e prazo máximo de 6 (seis) meses, a critério do Ministro da Fazenda.

Art. 2º O crédito que o Banco do Brasil S. A. conceder à Fábrica Nacional de Motores S. A., com base na garantia de que trata o artigo anterior, será utilizado exclusivamente em desconto e caução de legítimos efeitos comerciais, inclusive contratos, representativos de vendas realizadas aos seus revendedores e usuários, bem como aos órgãos da administração federal, estadual e municipal, suas autarquias e sociedades de economia mista.

Art. 3º No caso de inadimplemento da Fábrica Nacional de Motores S. A. ou de qualquer outro motivo que venha determinar o vencimento de suas obrigações junto ao Banco do Brasil S. A., este apurará o saldo das operações a que se refere o artigo 2º desta Lei e cobrará do Tesouro Nacional as parcelas de Letras do

Tesouro em montante suficiente à sua cobertura.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o Tesouro Nacional fica sub-rogado nos direitos creditórios relativos aos títulos e contratos vencidos e não liquidados, os quais permanecerão em cobrança, no Banco do Brasil S. A., até final liquidação.

Art. 4º O Poder Executivo promoverá a reforma dos Estatutos e Regulamentos do Banco do Brasil S. A., que se fizer necessária à execução desta Lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Paulo Egidio Martins

LEI Nº 4.964 — DE 5 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de ... Cr\$ 1.500.000 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros), destinado ao pagamento à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro das despesas efetuadas com os funerais do compositor Ary Barroso.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 1.500.000 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros) destinado ao pagamento à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro das despesas efetuadas com os funerais do compositor Ary Barroso.

Art. 2º Para abertura do crédito especial de que trata a presente lei,

ficam dispensadas as consultas a que se refere o art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Art. 3.º O crédito especial em questão será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Brasília, 5 de maio de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá.

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.965 — DE 5 DE MAIO
DE 1966

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os atos relativos a servidores dos órgãos da administração centralizada e das autarquias somente terão validade jurídica mediante publicação:

I — no *Diário Oficial da União*, quanto aos atos de provimento e vacância de cargos ou funções;

II — no *Boletim de Serviço* ou *Boletim de Pessoal*, quanto aos atos de concessão de vantagens pecuniárias previstas na legislação em vigor.

Art. 2.º Deverá constar, obrigatoriamente, dos processos de pagamento das vantagens pecuniárias, de que trata o item II do artigo anterior, o *Boletim de Serviço* ou *Boletim de Pessoal* em que foi publicada a respectiva concessão.

Art. 3.º Os órgãos da administração centralizada e as autarquias de verão encaminhar ao Departamento do Serviço Público exemplares dos *Boletins de Serviço* ou *Boletins de Pessoal*, a que se refere esta Lei, dentro de 10 (dez) dias, contados da data em que forem publicados.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Ficam revogados o parágrafo único do art. 23 da Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964, e demais disposições em contrário.

Brasília, 5 de maio de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Zilmar de Araripe Macedo

Arthur da Costa e Silva

Juracy Magalhães

Octavio Bulhões

Juarez Távora

Ney Braga

Pedro Aleixo

Walter Peracchi Barcellos

Eduardo Gomes

Mathias Joaquim da Gama e Silva

Paulo Egydio Martins

Mauro Thibau

Roberto Campos

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.966 — DE 9 DE MAIO
DE 1966

Isenta dos impostos de importação e consumo e da taxa de despacho aduaneiro os bens dos imigrantes e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro aos bens de imigrantes na forma e nos limites desta lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, considera-se imigrante todo estrangeiro que, munido de visto permanente, venha para o Brasil com a intenção de aqui fixar residência.

Art. 2.º Os bens a que se refere o art. 1.º compreendem objetos de uso pessoal e doméstico, ferramentas e utensílios.

§ 1.º A isenção abrangerá, também, os bens abaixo enumerados, no caso de o imigrante demonstrar, a juízo do Ministério das Relações Exteriores, ouvido o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA — que

necessita dos mesmos para o normal exercício de suas atividades profissionais no País:

I) animais, sementes e mudas, aparelhos, instrumentos, implementos e máquinas profissionais, pequenas unidades de beneficiamento agropecuario e trator agrícola;

II — veículos usados, a saber: veículo tipo jipe, caminhão, bicicleta, motocicleta e motoneta, limitados a uma unidade de cada espécie por imigrante ou grupo familiar, e desde que pertençam ao imigrante há mais de 6 (seis) meses da data do seu embarque no país de origem;

III — automóveis, barcos e veículos fluviais ou aéreos, cujo preço no mercado de origem não exceda de US\$ 3.500 (três mil e quinhentos dólares), computados os equipamentos, conforme prescreve o art. 4.º da Lei n.º 2.410, de 29 de janeiro de 1955, desde que pertençam ao imigrante há mais de 6 (seis) meses da data do seu embarque e seja uma unidade de cada espécie por imigrante ou grupo familiar.

§ 2.º Os bens enumerados neste artigo não estão sujeitos a cobertura cambial e a licença de importação.

Art. 3.º Poderá ser concedida isenção de imposto de importação às máquinas e equipamentos da indústria agropecuária e às embarcações de pesca trazidas pelo imigrante, colônia ou cooperativa de imigrantes.

§ 1.º A concessão do favor previsto neste artigo importará na isenção da taxa de despacho aduaneiro e do imposto de consumo.

§ 2.º A isenção será concedida pelo Conselho de Política Aduaneira por proposta do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA — ouvido o Ministério das Relações Exteriores.

§ 3.º A importação de equipamentos de natureza industrial que constituirem bens de imigrantes independerá de cobertura cambial, mas ficará sujeita à licença de importação, regendo-se pelo mesmo tratamento que os investimentos de capital estrangeiro, conforme o Capítulo V do Decreto número 42.820, de 16 de dezembro de 1957, e disposições subseqüentes, ex-

ceto no que se refere à remessa de lucros para o exterior, que não será permitida a qualquer título.

Art. 4.º Os favores desta lei são extensivos, no que couber, aos professores e cientistas que vierem ao Brasil por prazo determinado, para prestação de serviços considerados de natureza relevante pelo Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. O prazo a que se refere este artigo será fixado pelo Ministério da Educação e Cultura, segundo a natureza do serviço a ser prestado.

Art. 5.º A aplicação do tratamento a que se refere esta lei é condicionada à satisfação das seguintes formalidades perante a autoridade consular brasileira:

a) os bens do imigrante deverão constar de relação discriminada, aceita e visada previamente pela autoridade consular antes do embarque do imigrante no país de origem, comprovada a propriedade mediante apresentação de fatura, licença, registro, nota de venda ou documento equivalente, a juízo daquela autoridade;

b) tratando-se de máquinas, equipamentos ou aparelhos, além do exigido no item a, deverá ser apresentado certificado fornecido por organização especializada e idônea, aceita pela autoridade consular brasileira, do qual conste: valor atual e ano de fabricação, não serem obsoletos, acharem-se em perfeito estado de conservação, terem sido reconicionados ou não;

c) a quantidade e os valores devem ser proporcionais à condição econômica do beneficiário;

d) a quantidade, espécie e finalidade dos bens devem guardar estreita relação com a profissão do beneficiário, que deverá ser rigorosamente qualificado.

Parágrafo único. Em se tratando de animais, plantas em geral e sementes, será exigida a observância rigorosa dos regulamentos de defesa fitossanitária.

Art. 6.º É proibida a venda, a promessa de venda, ou cessão, a qualquer título, dos bens de que trata esta lei, antes de decorrido o prazo de

5 (cinco) anos, contado da data do desembaraço aduaneiro, salvo se prévia e devidamente justificada perante a autoridade aduaneira, ouvido o Instituto de Desenvolvimento Agrário e pagos os tributos devidos.

§ 1.º Ficam excluídos da proibição deste artigo os objetos de uso pessoal e domésticos, de acordo com o que dispõe o art. 17 da Lei n.º 3.244, de 14 de agosto de 1957.

§ 2.º No caso de pagamento de tributos, poderá ser concedida redução, atendida a depreciação decorrente do uso, a critério da autoridade aduaneira.

§ 3.º O prazo a que se refere este artigo poderá ser reduzido para 2 (dois) anos, a requerimento do interessado e a critério das autoridades aduaneiras, ouvido o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

§ 4.º A infração do disposto neste artigo será punida com pagamento em dobro dos tributos devidos e na forma do art. 60, inciso I, da Lei n.º 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Art. 7.º Os bens transferidos ou adquiridos com infração da presente lei serão apreendidos pela autoridade aduaneira, sem prejuízo da aplicação da penalidade do art. 334 do Código Penal.

Art. 8.º Aos favores de que trata esta lei não se aplica o disposto no art. 6.º, letra a, do Decreto-lei número 300, de 24 de fevereiro de 1938.

Art. 9.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, inclusive quanto à sua obrigatoriedade nos Estados estrangeiros, ficando revogado, para este único efeito, o disposto no § 1.º do art. 1.º do Decreto-lei número 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de maio de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Octavio Bulhões

Ney Braga

Pedro Aleixo

LEI Nº 4.967 — DE 11 DE
MAIO DE 1966

Dispõe sobre nomeação e designação de oficiais da Marinha e das outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As nomeações e designações de oficiais de todos os corpos e quadros da Marinha, para provimento de cargos ou funções, serão feitas conforme abaixo discriminado:

I — Por Decreto:

a) cargo privativo de Oficial-GeneraI;

b) cargo ou função em órgão subordinado à Presidência da República;

c) cargo ou função em comissão de caráter permanente no exterior;

d) oficiais de qualquer posto para representarem a Marinha em Comissão em outros Ministérios ou órgãos da Administração Pública, quando assim determinado por dispositivo legal

II — Por Ato do Ministro da Marinha:

a) oficiais de qualquer posto para comissões transitórias no exterior;

b) oficiais de qualquer posto para constituírem Comissões ou Juntas especiais;

c) oficiais de qualquer posto para representarem a Marinha em Comissões em outros Ministérios ou órgãos da Administração Pública;

d) oficiais superiores, capitães-tenentes e oficiais subalternos para cargos de comando, direção e chefia;

e) oficiais superiores, capitães-tenentes e oficiais subalternos para funções em Estados-Maiores, Comandos de Força ou em Gabinetes;

f) oficiais superiores para funções de Vice-Diretor ou equivalentes quando a direção ou chefia do órgão ou estabelecimento for prevista para Oficial-General.

III — Por ato do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha: oficiais superiores, capitães-tenentes e oficiais subalternos dos vários corpos e quadros,

com exceção do Corpo de Fuzileiros Navais, para as funções não previstas nos itens I e II.

IV — Por Ato do Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais: oficiais superiores, capitães-tenentes e oficiais subalternos do Corpo de Fuzileiros Navais, para as funções não previstas nos itens I e II.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Zilmar de Araripe Macedo

LEI Nº 4.968 — DE 11 DE MAIO
DE 1966

Isenta do pagamento das taxas de "Melhoramentos dos Portos" e de "Renovação da Marinha Mercante" a importação de uma Bomba de Cobalto feita pela Santa Casa de Misericórdia de Santos, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica isenta do pagamento das taxas de "Melhoramentos dos Portos" e de "Renovação da Marinha Mercante" a importação de uma Bomba de Cobalto feita pela Santa Casa de Misericórdia de Santos, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

LEI Nº 4.969 — DE 11 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) destinado a suprir deficiência da verba de substituições.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É aberto, ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o crédito suplementar de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), destinado a suprir a deficiência da dotação da verba de Substituições, Rubrica 03 do Anexo 3 da Lei número 4.539, de 10 de dezembro de 1964.

Art. 2º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Octávio Bulhões

LEI Nº 4.970 — DE 11 DE MAIO
DE 1966

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento destinado à instalação de uma fábrica de fios de algodão.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento constante da Licença nº DG-65/1590-2024, emitida pela carteira de Comércio Exterior, importado pela Companhia Paranaense de Fiação e Tecelagem "Paranafios", e destinado à instalação de uma fábrica de fios de algodão.

Art. 2º. A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Parágrafo único. A baixa do Termo de Responsabilidade, referente as isenções de que trata esta Lei, só será efetivada à vista da verificação oficial, de acordo com o art. 18, parágrafo único, letras a e b da Lei número 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouvêa Bulhões

LEI Nº 4.971 — DE 11 DE MAIO
DE 1966

*Prorroga o prazo fixado no § 3º do art. 1º da Lei nº 4.547, de 10 de dezembro de 1964, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Minto-
tério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000 (setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a reconstrução da Feira de Água de Meninos, Estado da Bahia"*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica revalidado por um ano o prazo fixado no § 3º do art. 1º da Lei nº 4.547, de 10 de dezembro de 1964.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.972 — DE 11 DE MAIO
DE 1966

Dispõe sobre a elevação da gratificação de professores primários civis, postos à disposição de corpos de tropa ou de estabelecimentos militares.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica elevada a 6% (seis por cento) do soldo de Terceiro Sargento a gratificação mensal dos professores primários civis, postos à disposição dos corpos de tropa ou estabelecimentos militares, de que trata o art. 8º da Lei nº 2.283, de 9 de agosto de 1954.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Zilmar de Araripe Macedo

Arthur da Costa e Silva

Eduardo Gomes

LEI Nº 4.973 — DE 11 DE MAIO
DE 1966

Concede pensão especial às filhas solteiras do ex-escrivão de coletoria José Antônio Pereira Magalhães.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a pensão especial de Cr\$ 42.000 (quarenta e dois mil cruzeiros) mensais, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do maior salário-mínimo vigente no País, a ser dividida em partes iguais entre Francisca Magalhães, Estefânia Magalhães e Luprecina Magalhães, filhas solteiras do ex-escrivão de coletoria José Antônio Pereira Magalhães.

Parágrafo único. Reverterá em benefício das outras beneficiárias a parte que couber àquela que vier a falecer.

Art. 2.º A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da respectiva dotação orçamentária destinada às pensionistas do Tesouro.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI N.º 4.974 — DE 11 DE MAIO
DE 1966

Autoriza a doação de imóveis à Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Legião Brasileira de Assistência, sociedade civil de proteção à maternidade e à infância, os imóveis da União situados nas Ruas São Salvador n.º 56 e Estêves Júnior n.º 13, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 2.º Os bens referidos têm as seguintes características: *Dimensões e Confrontações* — Rua São Salvador n.º 56: Mede o terreno pela frente, voltado para a Rua São Salvador 15,40m (quinze metros e quarenta centímetros) no rumo verdadeiro de 81º 18' (oitenta e um graus e dezoito minutos) SW; pelo lado direito, confrontando com a Estação de Bombeiros situada na Praça São Salvador, mede 33,03m (trinta e três metros e três centímetros) aos 28º 32' (vinte e oito graus e trinta e dois minutos) NW; pelos fundos, confrontando com imóvel n.º 13 da Rua Estêves Júnior, mede 12,70m (doze metros e setenta centímetros) aos 61º 20' (sessenta e um graus e vinte minutos) NE; pelo lado esquerdo, confrontando com o imóvel da Rua São Salvador, de Adolfo Lopes, mede em 3 (três) alinhamentos — 11,38m (onze metros e trinta e oito centímetros) aos 28º 48' (vinte e oito graus e quarenta e oito minutos) SE, 2,07m (dois metros e sete centímetros) aos 64º 27' (sessenta e quatro graus e

vinte e sete minutos) NE, e 26,79m (vinte e seis metros e setenta e nove centímetros) aos 27º. 49' (vinte e sete graus e quarenta e nove minutos) SE e tem a área de 500,6605m² (quinhentos metros quadrados e seis mil seiscentos e cinco centímetros quadrados). O imóvel n.º 13, da Rua Estêves Júnior tem a área de 154,9139m² (cento e cinquenta e quatro metros quadrados e nove mil cento e trinta e nove centímetros quadrados) e as seguintes dimensões e confrontações: Mede o terreno pela frente voltado para a Rua Estêves Júnior, 13,39m (treze metros e trinta e nove centímetros) no rumo verdadeiro de 41º 59' (quarenta e um graus e cinquenta e nove minutos) NE; pelo lado direito, confrontando com o imóvel n.º 9 da Rua Estêves Júnior, mede 14,45m (quatorze metros e quarenta e cinco centímetros) aos 28º 48' (vinte e oito graus e quarenta e oito minutos) SE; pelos fundos, confrontando com o imóvel n.º 56 da Rua São Salvador, mede 12,70 (doze metros e setenta centímetros) aos 61º 20' (sessenta e um graus e vinte minutos) SW; pelo lado esquerdo, confrontando com a Estação de Bombeiros, situada na Praça São Salvador, mede 10,02m (dez metros e dois centímetros) aos 28º 32' (vinte e oito graus e trinta e dois minutos) NW.

Art. 3.º Os imóveis doados destinam-se à instalação de um Centro Social, onde serão desenvolvidas atividades médicas, assistenciais e educacionais.

Art. 4.º Em caso de dissolução da entidade beneficiada, o bem doado reverterá ao patrimônio da União.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI N.º 4.975 — DE 11 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros), para atender ao disposto no art. 6º do Decreto nº 49.160, de 1 de novembro de 1960.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacio-

nal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros), para atender ao disposto no art. 6º do Decreto número 49.160, de 1 de novembro de 1960.

Art. 2º O crédito especial em questão terá a vigência de 2 (dois) exercícios e será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.976 — DE 11 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.412.335.000 (um bilhão quatrocentos e doze milhões trezentos e trinta e cinco mil cruzeiros), para atender às despesas com a conclusão das obras básicas do Museu de Arte Moderna, no Estado da Guanabara.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, com vigência por 2 (dois) exercícios, o crédito especial de Cr\$... 1.412.335.000 (um bilhão quatrocentos e doze milhões trezentos e trinta e cinco mil cruzeiros), para atender às despesas com a conclusão das obras básicas do Museu de Arte Moderna, no Estado da Guanabara, indispensáveis à instalação e funcionamento da Reunião Anual do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e entidades filiadas, a se realizar em setembro de 1967, na Cidade do Rio de Janeiro, naquele Estado.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Pedro Aleixo

LEI Nº 4.977 — DE 12 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado-Maior das Forças Armadas e pelos Ministérios Militares, o crédito especial de..... Cr\$ 7.493.000.000 (sete bilhões quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros), para atendimento das despesas do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana — FAIBRAS — no 1º semestre de 1966.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 7.493.000.000 (sete bilhões quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros) para atendimento das despesas do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana — FAIBRAS — criado pelo Decreto número 56.308, de 21 de maio de 1965, de acordo com o Decreto Legislativo nº 38, de 20 de maio de 1965, discriminado da forma seguinte:

a) Estado-Maior das Forças Armadas — Cr\$ 20.000.000 — (vinte milhões de cruzeiros);

b) Ministério da Marinha..... Cr\$ 2.174.000.000 (dois bilhões cento e setenta e quatro milhões de cruzeiros);

c) Ministério da Guerra..... Cr\$ 5.146.000.000 (cinco bilhões cento e quarenta e seis milhões de cruzeiros);

d) Ministério da Aeronáutica..... Cr\$ 153.000.000 (cento e cinquenta e três milhões de cruzeiros).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Zilmar de Araripe Macedo
Arthur da Costa e Silva
Eduardo Gomes
Octavio Bulhões

LEI Nº 4.978 — DE 12 DE MAIO
DE 1966

Reajusta a pensão especial concedida a Caliope Barreto de Menezes, herdeira de Tobias Barreto de Menezes, pelo Decreto nº 64, de 21 de julho de 1892.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica elevada para o valor correspondente ao dobro do maior salário-mínimo vigorante no País a pensão especial concedida, pelo Decreto nº 64, de 21 de julho de 1892, a Caliope Barreto de Menezes, filha e herdeira de Tobias Barreto de Menezes.

Art. 2º A pensão especial de que trata o artigo precedente será pessoal, intransferível e somente paga à beneficiária enquanto viver, correndo a despesa correspondente a conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de maio de 1966; 145º da Independência e 78 da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 4.979 — DE 12 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, aos Ministérios da Guerra e da Marinha, os créditos especiais de Cr\$ 35.770.020 e Cr\$ 15.801.086, respectivamente, destinados ao pagamento de vencimentos e gratificações a oficiais integrantes da comitiva da Escola Superior de Guerra, que em 1962 visitou os Estados Unidos da América.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, aos Ministérios da Guerra e da Marinha, os créditos especiais de Cr\$ 35.770.020 (trinta e cinco milhões, setecentos e setenta mil e vinte cruzeiros) e Cr\$ 15.801.086 (quinze milhões, oitocentos e um mil e noventa e seis cruzeiros), respectivamente, destinados ao pagamento de vencimentos e gratificações devidos a vários oficiais que, em 1962, integraram a comitiva da Escola Superior de Guerra, em visita oficial aos Estados Unidos da América.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de maio de 1966; 145º da Independência e 78ª República.

H. CASTELLO BRANCO
Zilmar de Araripe Macedo
Arthur da Costa e Silva
Octavio Bulhões

LEI Nº 4.980 — DE 12 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 335.000.000, destinado a obras de complementação e reparos gerais em edifícios em que se encontram instalados órgãos daquele Ministério.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Jus-

tiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 335.000.000 (trezentos e trinta e cinco milhões de cruzeiros), destinado às obras de complementação e de reparos gerais dos edifícios-sedes e respectivas instalações dos órgãos seguintes integrantes daquele Ministério: Arquivo Nacional (Sede e Anexo), Departamento de Administração, Segunda Subprocuradoria Geral da República e Escola Feminina de Artes e Ofícios, do Serviço de Assistência a Menores.

Art. 2º O crédito especial em questão será registrado e distribuído, automaticamente, pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional e terá vigência de dois exercícios financeiros.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Octávio Gouvêa de Bulhões

LEI Nº 4.981 — DE 13 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo, a abrir créditos especiais, num montante de Cr\$ 1.027.157.513 (um bilhão vinte e sete milhões cento e cinquenta e sete mil quinhentos e treze cruzeiros), destinados à Presidência para pagamento de despesas referentes a exercícios anteriores.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir à Presidência da República os seguintes créditos especiais:

1 — Cr\$ 471.266.000 (quatrocentos e setenta e um milhões duzentos e sessenta e seis mil cruzeiros), para ocorrer às despesas com os compromissos assumidos, em 1965, com a aquisição de material de consumo e a prestação de serviços de terceiros,

2 — Cr\$ 555.891.513 (quinhentos e cinquenta e cinco milhões oitocentos

e noventa e um mil quinhentos e treze cruzeiros), com a vigência em dois exercícios, destinados a atender ao pagamento das dívidas contraídas pela Presidência da República em exercícios passados, até 1º de abril de 1964.

Art. 2º Os créditos especiais em apêço serão automaticamente registrados e distribuídos ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

LEI Nº 4.982 — DE 13 DE MAIO
DE 1966

Dispõe sobre o reengajamento de Sargentos do Exército até adquirirem a estabilidade.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os Sargentos do Exército que contavam, em 26 de julho de 1962, mais de 5 (cinco) anos de praça, poderão reengajar até adquirirem a estabilidade, desde que satisfaçam os demais requisitos da Lei do Serviço Militar.

Art. 2º Ficam revogadas as Leis ns. 4.015, de 16 de dezembro de 1961, e 4.104, de 23 de julho de 1962.

Art. 3º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arthur da Costa e Silva

LEI Nº 4.933 — DE 18 DE MAIO
DE 1966

Altera disposições do Decreto-lei número 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências)

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 141, *caput*, 156, § 1º, incisos I e II, 163, 169, inciso IV, 172, *caput*, 173, 175, 200 *caput*, e 212, incisos I e II, do Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 141. O devedor que exerce individualmente o comércio é dispensado dos requisitos de ns. I e II do artigo antecedente se o seu passivo quirografário fôr inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País."

"Art. 156.

§ 1º

I — 50%, se fôr à vista;

II — 60%, 75%, 90% ou 100%, se a prazo, respectivamente, de 6 (seis), 12 (doze), 18 (dezoito), ou 24 (vinte e quatro) meses, devendo ser pagos, pelo menos, 2/5 (dois quintos) no primeiro ano, nas duas últimas hipóteses."

"Art. 163. O despacho que manda processar a concordata preventiva determina o vencimento antecipado de todos os créditos sujeitos aos seus efeitos.

Parágrafo único. No processo de concordata preventiva, os créditos legalmente habilitados vencerão juros à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, até o seu pagamento ou depósito em juízo."

"Art. 169.

IV — Fiscalizar o procedimento do devedor na administração dos seus haveres, enquanto se processa a concordata, visando, até o dia 10 (dez) de cada mês, seguinte ao vencido, conta demonstrativa, apresentada pelo concordatário, que especifique com clareza a receita e a despesa; a conta, rubricada pelo juiz, será junta aos autos";

"Art. 172. O devedor que requerer concordata preventiva deve consentir,

sob pena de seqüestro, que seus credores, por si ou por seus contadores legalmente habilitados, lhe examinem os livros e papéis, os apontamentos e as cópias que entenderem, nos prazos e pela forma que forem estabelecidos pelo juiz."

"Art. 173. A verificação dos créditos será feita com observância do disposto na Seção 1ª do Título VI.

Parágrafo único. Concluídos os autos, nos termos do art. 92, o juiz, no prazo de cinco dias, julgará os créditos à vista das provas apresentadas pelas partes e das que houver determinado."

"Art. 175. O prazo para o cumprimento da concordata inicia-se na data do pedido do ingresso em juízo.

Parágrafo único. O devedor, sob pena de decretação de falência, deverá:

I — depositar, em juízo, as quantias correspondentes às prestações que se vencerem antes da sentença que conceder a concordata, até o dia imediato ao dos respectivos vencimentos, se a concordata fôr a prazo; se à vista as quantias correspondentes à porcentagem devida aos credores quirografários, dentro dos trinta dias seguintes à data do ingresso do pedido em juízo;

II — pagar as custas e despesas do processo e a remuneração devida ao comissário, dentro dos trinta dias seguintes à data em que fôr proferida a sentença de concessão da concordata."

"Art. 200. A falência cujo passivo fôr inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País será processada sumariamente, na forma do disposto nos parágrafos seguintes."

"Art. 212.

I — O perito designado pelo síndico (art. 63, nº V) perceberá, por todos os serviços que prestar, o salário que fôr arbitrado pelo juiz, até o máximo de 2 (duas) vezes o salário-mínimo vigente na região; tratando-se de trabalho excepcional, o síndico poderá, se a massa comportar e o juiz autorizar, ajustar o salário do perito além daquele máximo;

II — os peritos nomeados para a verificação de contas de que trata o art. 1º, § 1º, perceberão o salário-máximo de valor igual à metade do salário-mínimo vigente na região."

Art. 2º Nas concordatas preventivas, o curso do prazo para pagamento, se ainda não iniciado, se contará a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 3º — Vetado.

Parágrafo único. — Vetado.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

LEI Nº 4.984 — DE 18 DE MAIO
DE 1966

Dá nova redação aos arts. 263 e 266 do Código da Justiça Militar, aprovado pelo Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 263 e 266 do Código da Justiça Militar, aprovado pelo Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 263. Vinte e quatro horas depois de verificada a ausência de qualquer praça, o comandante da respectiva subunidade apresentará parte circunstanciada ao comandante do corpo ou chefia do estabelecimento, que designará, em boletim, dois oficiais para assistirem ao inventário, feito pelo comandante da subunidade, dos objetos deixados ou extraviados pelo ausente, lavrando-se, de tudo, um termo, assinado pelo comandante e pelas duas testemunhas.

§ 1º Quando a ausência se verificar em subunidade isolada ou em destacamento comandado por oficial ou inferior, o inventário será feito pelo comandante da subunidade ou destacamento, que o assinará juntamente com duas testemunhas idôneas, publicando-o no primeiro caso, em boletim e, no segundo caso, remetendo-o ao comandante do corpo.

§ 2º Apresentada a parte de ausência, começará a contar-se o prazo legal para que se consuma o crime de deserção, a partir de zero hora do dia seguinte ao da constatação da ausência.

§ 3º No tempo compreendido entre a formalização da ausência e a consumação da deserção, o comandante da subunidade ou seu correspondente, em se tratando de estabelecimento militar, determinará compulsoriamente, as necessárias diligências para a localização e retorno do ausente à sua unidade, mesmo sob prisão, se assim o exigirem as circunstâncias.

§ 4º Decorrido o prazo estabelecido para que se caracterize o crime de deserção sem que o ausente tenha regressado à unidade ou ao estabelecimento a que pertencer, o comandante da subunidade apresentará, ao comandante do corpo, parte acusatória na qual especificará as providências adotadas para o cumprimento das diligências referidas no parágrafo anterior.

§ 5º Recebida a parte acusatória, o comandante ou chefe do estabelecimento, fará lavrar, pelo secretário do corpo ou por quem o substitua, o Termo de Deserção, que será assinado pelo comandante e por duas testemunhas, nelle se registrando todas as ocorrências.

§ 6º Comprovada a deserção, a praça será, imediatamente, excluída do serviço ativo, fazendo-se, nos livros respectivos, os devidos assentamentos e publicando-se, em boletim, a parte de ausência, o inventário, a parte acusatória, com as providências de recondução e o Termo de Deserção.

Art. 266. Vinte e quatro horas depois de verificada a ausência de qualquer militar da Marinha, não se tratando de oficial, o comandante do navio ou a autoridade sob cujas ordens servir, designará um oficial que, juntamente com duas testemunhas idôneas, de preferência oficiais, procederá ao inventário dos objetos deixados ou extraviados pelo ausente, e ordenará as diligências previstas no § 2º do art. 263 desta lei.

§ 1º Decorrido o prazo estabelecido para que se consuma a deserção, enviar-se-á ao comandante do navio ou a autoridade competente, parte circunstanciada, que constará do pro-

cesso e na qual se especificarão as providências adotadas para o cumprimento do disposto no § 3º do art. 263 desta lei.

§ 2º Constituirá falta grave a ausência, nos autos, dos documentos mencionados no parágrafo anterior, quando não plenamente justificada.

§ 3º Recebida a parte, o comandante ou a autoridade competente, fará lavrar, pelo escrevente da Armada indicado, o Termo de Deserção, que será assinado pelo comandante e duas testemunhas, nele se registrando todas as ocorrências.

§ 4º Comprovada a deserção, será o desertor excluído do serviço ativo, fazendo-se, nos livros respectivos, os devidos assentamentos e publicando-se, em boletim ou detalhe de serviço, o Termo de Deserção.

Art. 2º Aplica-se às organizações da Força Aérea Brasileira, observadas as suas peculiaridades, o disposto no art. 263 e seus parágrafos.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº 4.517, de 2 de dezembro de 1964 e as demais disposições em contrário.

Brasília, 18 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Zilmar de Araripe Macedo

Arthur da Costa e Silva

Eduardo Gomes

LEI Nº 4.985 — DE 18 DE MAIO
DE 1966

Revoga dispositivo da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, que dispõe sobre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a letra "g" do item A do art. 6º da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, fica acrescido de uma letra com a seguinte redação:

"u) Realizar operações de crédito com estabelecimentos nacionais ou estrangeiros".

Art. 3º A letra "o" do art. 9º da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, passa a ter a seguinte redação:

"o) Assinar contratos de operações de crédito com estabelecimentos nacionais e estrangeiros depois de ouvido o C.N.P.V.N., devidamente autorizado pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, obedecida a Legislação em vigor."

Art. 4º O art. 26 da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, é acrescido de 4 (quatro) parágrafos com a seguinte redação:

§ 3º As sociedades de economia mista de que trata este artigo serão constituídas por escritura pública, nos termos do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

§ 4º O representante da União, nos atos constitutivos e nas Assembleias Gerais das sociedades referidas no parágrafo anterior, será o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

§ 5º Os dirigentes e fiscais, que nas sociedades referidas forem eleitos pela representação do capital da União, deverão ter os seus nomes previamente submetidos à aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 6º Os vencimentos e demais vantagens a serem atribuídos aos dirigentes fiscais das sociedades citadas serão por elas fixados e submetidos à aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.986 — DE 18 DE MAIO
DE 1966

Isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º, do art. 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º São isentas de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada excluídas as utilizadas na prática de esportes.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.987 — DE 18 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Rural Pedro Leopoldo terreno situado na Fazenda Regional de Criação, Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º, do artigo 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, autorizado a doar à Associação Rural de Pedro Leopoldo um terreno, com área de 72.600m² (setenta e dois mil e seiscentos metros quadrados), situado, na Fazenda Regional de Criação, Município de Pedro Leopoldo Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. O terreno de que trata este artigo se destinará à construção do Parque de Exposições Agropecuária e Industrial, da Associação Rural de Pedro Leopoldo, e, no caso em que esta deixar de existir, ou de ser dada a tal imóvel finalidade di-

versa da acima prevista, o mesmo reverterá ao patrimônio do Ministério da Agricultura, independentemente de qualquer indenização pelas benfeitorias nele construídas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.988 — DE 20 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 49.752.967 (quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e novecentos e sessenta e sete cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento de benefícios ao pessoal da Companhia de Navegação Bahiana.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 49.752.967 (quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e novecentos e sessenta e sete cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento, ao pessoal da Companhia de Navegação Bahiana dos benefícios determinados pelo Decreto nº 51.346, de 14 de novembro de 1961.

Art. 2º A despesa em causa é reativa ao período de 12 de julho de 1960 a 21 de dezembro de 1961.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 4.989 — DE 20 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros) para atender às despesas relativas à comemoração do primeiro centenário do nascimento de Lauro Müller.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da cunhagem de medalhas de prata e impressão de diplomas, relativos à comemoração do primeiro centenário do nascimento de Lauro Müller, instituída pelo Decreto nº 53.568, de 20 de fevereiro de 1964.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.990 — DE 20 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — o crédito especial de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas de instalação da Junta de Conciliação e Julgamento de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — o crédito especial de

Cr\$ 20.000.000 — (vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas de instalação da Junta de Conciliação e Julgamento de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Walter Peracchi Barcellos

LEI Nº 4.991 — DE 20 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.166.900.000, para atender ao pagamento de despesas com pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor da Administração do Porto do Rio de Janeiro, o crédito especial de Cr\$ 1.166.900.000 (um bilhão cento e sessenta e seis milhões e novecentos mil cruzeiros), para atender ao pagamento:

Cr\$

- a) de despesas decorrentes da aplicação, ao pessoal daquela autarquia, das vantagens resultantes do Plano de Classificação de Cargos, no período de 1º de julho de 1960 a 30 de setembro de 1961 ... 1.086.900.000
- b) de compromissos assumidos com o Sindicato dos Arrumadores do Estado da Guanabara, em virtude da Convenção de Trabalho firmada em 24 de agosto de 1961 ... 20.000.000

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Juarez Távora

LEI Nº 4.992 — DE 21 DE MAIO
DE 1966

Concede isenção de impostos, taxas e emolumentos para um automóvel doado a Mauro Ramos de Oliveira por cidadãos alemães.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, da taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares para um automóvel Mercedes-Benz doado a Mauro Ramos de Oliveira por cidadãos alemães.

Parágrafo único. O automóvel a que se refere este artigo só poderá ser objeto de transação comercial, decorrido o prazo mínimo de (dois) anos, a contar da data da liberação, mediante pagamento de todos os impostos e taxas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 4.993 — DE 4 DE MAIO
DE 1966

Concede isenção de direitos, imposto de consumo, taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para a importação de um altar de madeira e dois sinos de bronze, doados pelo Japão ao Templo Hongwanji da América do Sul, com sede em São Paulo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedida isenção de direitos, imposto de consumo, taxas

aduanейras, exceto a de previdência social, para a importação, do Japão, de um altar de madeira e dois sinos de bronze, num total de 9 (nove) volumes, doados pelo Templo Higashi Hongwanji, com sede em Kyoto, ao Templo de Hongwanji da América do Sul, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cursino nº 761, nos termos da Licença de Importação sem Cobertura Cambial nºs 18-65/2.418 — 108 e 18-65/2.418 — 109, de 21 de janeiro de 1965, pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A., seção de São Paulo, visada pelo Consulado Geral do Brasil, em Kobe, sob nº 1.029, de 14 de maio de 1965, e embarcados no navio "Argentina Maru", nessa última cidade, em 29 de abril de 1965, com destino ao Porto de Santos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 4.994 — DE 21 DE MAIO
DE 1966

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Comissão de Marinha Mercante — do crédito especial de Cr\$ 1.955.066 (um milhão novecentos e cinquenta e cinco mil e sessenta e seis cruzeiros), para pagamento de diferença salarial a marítimos e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Comissão de Marinha Mercante — o crédito especial de Cr\$ 1.955.066 (um milhão, novecentos e cinquenta e cinco mil e sessenta e seis cruzeiros), para ocorrer às despesas com o pagamento de diferença salarial aos marítimos da

Região do Alto Paraná, no exercício de 1959.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 4.995 — DE 21 DE MAIO
DE 1966

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro à Igreja Memorial Batista de Brasília, para importar um órgão elétrico e acessórios.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro à Igreja Memorial Batista de Brasília, para importar um órgão elétrico e acessórios, doados pela Foreign Mission Board of the Southern Baptist Convention, de Richmond, Virginia, Estados Unidos da América do Norte.

Art. 2º Os bens doados obedecem à seguinte especificação: um órgão marca "Hammond", tipo "Concerto", modelo RT-3; uma banqueta da mesma marca e tipo; um conjunto de pedais, idem; dois alto-falantes, marca "Hammond"; modelo HM-40; constituindo 5 (cinco) volumes de 3,86m3 (três vírgula oitenta e seis metros cúbicos), com 546 (quinhentos e quarenta e seis) quilos.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.996 — DE 21 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 62.000.000, destinado à suplementação do auxílio federal concedido à Companhia de Navegação Bahiana.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 62.000.000 (sessenta e dois milhões de cruzeiros), destinado à suplementação do auxílio federal concedido à Companhia de Navegação Bahiana, para cobertura do deficit do exercício de 1960.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta Lei será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 4.997 — DE 21 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial de Cr\$ 288.440 (duzentos e oitenta e oito mil quatrocentos e quarenta cruzeiros) para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — 1.

gional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial de Cr\$ 288.440 (duzentos e oitenta e oito mil quatrocentos e quarenta cruzeiros), destinado ao pagamento de despesas com a reforma do edifício onde se acham instaladas as 1ª e 2ª Juntas de Conciliação e Julgamento de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.998 — DE 21 DE MAIO
DE 1966

Isenta de tributos alfandegários material hospitalar destinado ao Hospital Miguel Couto; e, da taxa de despacho aduaneiro, materiais para obras de interesse público.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida a isenção de impostos e taxas alfandegárias para o material hospitalar importado pela então Prefeitura do Distrito Federal para o Hospital Miguel Couto, despachado sob a garantia de termo de responsabilidade.

Art. 2º E' concedida isenção da taxa de despacho aduaneiro prevista no artigo 66 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, para os ônibus elétricos, peças sobressalentes e subestações constantes das licenças
DG-58/4954-5029, DG-58/4955-5030, ...
DG-58/4956-5031, DG-58/4957-5032, ...
DG-58/4958-5033, DG-58/4959-5034 e ...
DG-58/4960-5035; para os materiais destinados à adutora do Guandu constantes das licenças números
DG-62/3908-4013, DG-63/4290-4050, ...
DG-63/4291-4049, DG-64/3383-3112 e
DG-64/3476-3259; e certificado de cobertura cambial nº 61/4676 N; e para quatro centrais termoelétricas constantes da licença nº DG-63/4532-4752,

materiais esses importados pelo Governo do Estado da Guanabara e já despachados mediante assinatura de Termo de responsabilidade.

Art. 3º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.999 — DE 21 DE MAIO
DE 1966

Concede à empresa TV Rádio Nacional de Brasília o auxílio no valor de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedido à empresa TV Rádio Nacional de Brasília o auxílio no valor de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), destinado a ocorrer às despesas de qualquer natureza, inclusive com a ampliação das suas instalações.

Art. 2º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), para atender à concessão do auxílio a que se refere o artigo precedente.

Art. 3º O crédito em aprêço, uma vez registrado pelo Tribunal de Contas, será distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional e creditado, no Banco do Brasil S.A., em Brasília, à disposição da TV Rádio Nacional de Brasília.

Art. 4º A TV Rádio Nacional de Brasília comprovará ao Tribunal de Contas, através do Ministério da Fazenda, a aplicação dada ao auxílio de que trata esta lei.

Art. 5º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de maio de 1966; 145º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.000 — DE 24 DE MAIO
DE 1966

Dispõe sobre a concessão do aval do Tesouro Nacional em operação de crédito no exterior.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior, na forma prevista na Lei nº 1.518, de 24 de dezembro de 1951, com as modificações introduzidas pela Lei nº 4.187, de 6 de novembro de 1964, poderá ser outorgada diretamente pelo Ministro da Fazenda nos seguintes casos especiais:

a) financiamentos obtidos no exterior por órgãos do Governo Federal e suas autarquias, desde que destinados a projetos de investimento ou outras finalidades previstas nos respectivos orçamentos de aplicações, aprovados pelo Presidente da República;

b) créditos e financiamentos obtidos no exterior mediante Acordo ou resultantes de Acordo em que a União Federal, direta ou indiretamente, seja parte integrante;

c) financiamentos obtidos através do Programa da Aliança para o Progresso, ou concedidos por organismos internacionais de que o Brasil faça parte; e

d) projetos que obtiverem aprovação, pelas Comissões Deliberativas da Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, aos quais fica assegurado, prioritariamente, o aval de entidades financeiras oficiais da União, para garantia de operações de crédito no exterior.

Art. 2º Nos demais casos, de empréstimos negociados no exterior, a

garantia do Tesouro Nacional será concedida por intermédio de instituição financeira oficial, mediante autorização do Ministro da Fazenda e após o parecer prévio da instituição, à qual incumbirá proceder à análise técnica do projeto e à verificação de sua viabilidade econômico-financeira assim como do grau de interesse para a economia nacional.

Art. 3º Nos termos desta Lei, a concessão do aval do Tesouro Nacional ficará condicionada ao pronunciamento prévio do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, sobre o grau de prioridade adjudicado ao projeto ou programa específico, objeto da garantia, dentro dos planos e programas nacionais de investimento, bem como à prova de rentabilidade da operação.

Art. 4º Salvo nos casos de órgãos do Governo Federal, de seus agentes financeiros, ou de sociedades de economia mista de que a União seja maior acionista, o aval do Tesouro Nacional somente será outorgado, nos casos previstos nesta Lei, quando o mutuário oferecer garantias julgadas suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que o Tesouro possa vir a fazer, caso seja chamado a honrar o aval.

Art. 5º Fica o Tesouro Nacional autorizado a repassar, sob forma de aplicações não-reembolsáveis, o produto de empréstimos ou outras operações de crédito externo, desde que o repasse seja destinado a programas e projetos de desenvolvimento social, assistência técnica e pesquisa científica ou tecnológica.

§ 1º A percentagem do produto do empréstimo ou operação de crédito, que poderá ser objeto de repasse nos termos deste artigo, será fixada pelo Conselho Monetário Nacional, mediante proposta do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica.

§ 2º No caso de repasse feito nos termos deste artigo, a amortização e os encargos financeiros do empréstimo ou operação de crédito ficarão a cargo do Tesouro Nacional.

Art. 6º Quando, pela sua natureza e tendo em vista o interesse nacional, a negociação de um empréstimo no exterior aconselhar manifestação

prévia sobre a concessão da garantia do Tesouro Nacional, o Ministro da Fazenda poderá expedir carta de intenção nesse sentido.

Art. 7º A cobrança de taxa, pela concessão de aval do Tesouro Nacional, a título de comissão, execução ou fiscalização, diretamente pelo Ministério da Fazenda ou por intermédio das instituições financeiras oficiais, não poderá ser superior aos limites fixados pelo Conselho Monetário Nacional, nos termos do art. 4º, IX, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Parágrafo único. A taxa a que se refere este artigo não será cobrada nos casos referidos no art. 5º

Art. 8º O Poder Executivo fica autorizado a contratar créditos ou dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior, junto a entidades oficiais ou privadas, destinados ao financiamento compensatório de desequilíbrio de balanço de pagamentos ou a promover a formação de adequadas reservas internacionais em moeda estrangeira, observado o limite de 30% (trinta por cento) sobre a média anual do valor das exportações brasileiras estimadas para os últimos 3 (três) anos anteriores à data da contratação do financiamento.

§ 1º As operações de crédito a serem contratadas com essa finalidade, que ultrapassarem o limite fixado neste artigo, dependerão da aprovação ou ratificação do Senado Federal.

§ 2º Não se compreendem nas limitações deste artigo as renegociações de dívidas no exterior, que representam simples prorrogações dos prazos de liquidação.

§ 3º Aos contratos celebrados nos termos deste artigo, diretamente pelo Tesouro Nacional, ou por intermédio de seus agentes financeiros, aplica-se o disposto no art. 23 da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952.

Art. 9º Os Acórdos, convênios e operações realizados na conformidade desta Lei serão controlados pelo Banco Central da República do Brasil e submetidos ao Tribunal de Contas da União, que terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de sua entrada na Secretaria do Tribunal, para julgá-los, sob pena de serem tidos como automaticamente registrados.

Parágrafo único. Cabe ao Banco Central da República do Brasil manter posição atualizada dos avais concedidos diretamente pelo Tesouro Nacional ou por intermédio de seus agentes financeiros, informando regularmente ao Ministro da Fazenda, inclusive sobre os casos de inadimplimento, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

LEI Nº 5.001 — DE 27 DE MAIO
DE 1966

Exclui da jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, a Comarca de Santa Rosa de Viterbo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam excluídas da jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, as causas trabalhistas da Comarca de Santa Rosa de Viterbo, as quais voltarão a ser dirimidas pelo Juízo de Direito da Comarca.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

LEI Nº 5.002 — DE 27 DE MAIO
DE 1966

Concede isenção de tributos à Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre — Rio Grande do Sul.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida, em favor da Mitra da Arquidiocese de Porto Ale-

gre, Rio Grande do Sul, isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para o equipamento gráfico que recebeu, mediante doação, de "Deutsche Ibero-Amerika Stiftung", de Hamburgo, assim discriminado:

a) 1 (uma) máquina de imprimir "Heidelberger Tiegelaumat" — Minerva automática original Heidelberg 26x38, completa com seus pertences;

b) 1 (uma) máquina de imprimir "Heidelberger Tiegelaumat" — Minerva automática original Heidelberg 34-46, completa com seus pertences;

c) 1 (uma) máquina de imprimir cilíndrica, completa com seus pertences, original Heidelberg 56x77;

d) 1 (uma) dobradeira (Falzaumat) marca Stahel & Co., modelo K72/2-KZR, completa com seus pertences;

e) 1 (um) aparelho para tirar provas (prelo), completo com seus pertences, marca Hoko II, 38x49 cm;

f) 1 (um) calibrador de clichês, marca Bacher nº 202;

g) 1 (um) cortador de linhas (Zeilenhacker), marca Bacher, nº 180;

h) 1 (um) aparelho para furar, e

i) 100 (cem) cunhas para espaço (Spatienkeile), marca Superior.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

LEI Nº 5.003 — DE 27 DE MAIO
DE 1966

Dá nova redação ao artigo 95 da Lei número 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares).

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 95 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de

Vencimentos dos Militares), passa a ter a seguinte redação:

"Art. 95. O militar com encargos de família tem direito a um "auxílio para moradia" no valor mensal de 10% (dez por cento) do seu soldo.

§ 1º Entende-se como "encargos de família" do militar, para os fins previstos neste artigo, os seus dependentes, na forma do disposto no artigo 57 deste Código.

§ 2º Suspende-se, temporariamente, o direito do militar ao "auxílio para moradia", enquanto se encontrar em uma das situações previstas no art. 7º.

§ 3º O auxílio previsto neste artigo será pago ao militar até completar cada período de 5 (cinco) anos na mesma localidade.

§ 4º Esse prazo será contado a partir da vigência deste Código e para prazos poderá ser prorrogado até 3 (três) anos."

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Zilmar de Araripe Macedo
Arthur da Costa e Silva
Eduardo Gomes

LEI Nº 5.004 — DE 27 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, o crédito especial de Cr\$ 570.000.000 (quinhentos e setenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a Seção Brasileira da Comissão Mista da Lagoa Mirim.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos

A Lei 4328 foi revogada

pelo DL 728/69

Organismos Regionais, um crédito especial de Cr\$ 570.000.000 (quinhentos e setenta milhões de cruzeiros) destinado a atender, até 31 de dezembro de 1966, às despesas com a contrapartida brasileira, a instalação e o funcionamento da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Uruguai para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, criado por Notas Reversais trocadas pelos Governos do Brasil e da República Oriental do Uruguai, em 26 de abril de 1963 e em 5 de agosto de 1965.

Art. 2º O presente crédito especial será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 5.005 — DE 27 DE MAIO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 6.472.592.500 (seis bilhões, quatrocentos e setenta e dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil e quinhentos cruzeiros), para regularizar despesa com o programa de emergência no setor agropecuário, conforme plano de aplicação do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 6.472.592.500 (seis bilhões, quatrocentos e setenta e dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil e quinhentos cruzeiros), para regularizar a despesa com o programa de emergência

no setor agropecuário em todo o território nacional, conforme plano de aplicação organizado pelo Ministério da Agricultura.

Art. 2º O crédito especial de que trata a presente lei será registrado e distribuído ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Ney Braga

LEI Nº 5.006 — DE 27 DE MAIO
DE 1966

Cria, na Universidade Federal de Minas Gerais, a Escola de Biblioteconomia, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É criada, na Universidade Federal de Minas Gerais, a Escola de Biblioteconomia.

Art. 2º São ratificados os atos praticados no Curso de Biblioteconomia criado, em 1950, por iniciativa do Instituto Nacional do Livro e atualmente mantido pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Art. 3º O acervo do Curso de Biblioteconomia passa a integrar o patrimônio da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, devendo o Instituto Nacional do Livro promover a respectiva transferência.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Pedro Aleixo

LEI Nº 5.007 — DE 27 DE MAIO
DE 1966

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para equipamento de microondas, destinado à Sociedade Radiocomunicações Limitada, com sede na Cidade de São Paulo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento completo de micro-ondas, com seus pertences, acessórios e peças sobressalentes, sem similar nacional registrado, destinado à Sociedade Radiocomunicações Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Capital do Estado do mesmo nome, material adquirido para embarques parcelados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.008 — DE 27 DE MAIO
DE 1966

Isenta de tributos e emolumentos consulares bens destinados ao Mosteiro de São Bento, situado na Cidade de Salvador — Bahia.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem assim de taxas aduaneiras e de emolumentos consulares, para o desembaraço alfandegário de um carrilhão com quatro sinos de bronze, cavaletes de ferro e demais pertences, bem como cinco motores elétricos para a movimentação dos mesmos, e

seus acessórios, objetos esses doados pela Abadia Beneditina de Schweiklberg (Baixa Baviera) à Abadia Beneditina — Mosteiro de São Bento — Salvador, Bahia.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.009 — DE 27 DE MAIO
DE 1966

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 54.141.606 (cinquenta e quatro milhões cento e quarenta e hum mil seiscentos e seis cruzeiros), destinado ao pagamento de pessoal dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAAPP).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 54.141.606 (cinquenta e quatro milhões cento e quarenta e hum mil seiscentos e seis cruzeiros), destinado ao pagamento de repouso-semanal remunerado, quinquênios e salário-família ao pessoal dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, correspondentes aos anos de 1948 a 1954.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Tavora

LEI Nº 5.010 — DE 30 DE MAIO
DE 1966

Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º A administração da Justiça Federal de primeira instância nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, compete a Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos, com a colaboração dos órgãos auxiliares instituídos em lei e pela forma nela estabelecida.

Art. 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, para os fins desta lei, são agrupados nas seguintes Regiões Judiciárias:

1ª Centro-Oeste: Distrito Federal, — Goiás — Mato Grosso — Minas Gerais e Território de Rondônia;

2ª Norte: Acre — Amazonas — Maranhão — Pará — Território do Amapá e Território de Roraima;

3ª — Nordeste: Alagoas — Ceará — Paraíba — Pernambuco — Piauí — Rio Grande do Norte — Sergipe e Território de Fernando de Noronha;

4ª Leste: Bahia — Espírito Santo — Guanabara e Rio de Janeiro;

5ª Sul: Paraná — Rio Grande do Sul — Santa Catarina e São Paulo.

Art. 3º Cada um dos Estados e Territórios, bem como o Distrito Federal, constituirá uma Seção Judiciária, tendo por sede a respectiva Capital.

Parágrafo único. O Território de Fernando de Noronha compreender-se-á na Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

CAPÍTULO II

Do Conselho da Justiça Federal

Art. 4º A Justiça Federal terá um Conselho integrado pelo Presidente, Vice-Presidente e três Ministros do Tribunal Federal de Recursos, eleitos por dois anos.

Parágrafo único. Quando escolher os três Ministros que integrarão o Conselho, o Tribunal Federal de Recursos indicará, dentre eles, o Corregedor-Geral e elegerá, também, os respectivos Suplentes.

Art. 5º O Conselho da Justiça Federal funcionará junto ao Tribunal Federal de Recursos.

Art. 6º Ao Conselho da Justiça Federal compete:

I — Conhecer de correição parcial requerida pela parte ou pela Procuradoria da República contra ato ou despacho do Juiz de que não caiba recurso ou que importe erro de ofício ou abuso de poder;

II — Determinar, mediante provimento, as providências necessárias ao regular funcionamento da Justiça e à disciplina forense;

III — Organizar e fazer realizar concursos para o provimento dos cargos de Juiz Federal Substituto e dos serviços auxiliares da Justiça Federal;

IV — Propor ao Presidente da República, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a nomeação dos candidatos aprovados em concurso, obedecida a ordem de classificação, e os demais atos de provimento e vacância dos cargos de Juiz Federal Substituto e de servidor da Justiça Federal;

V — Conceder licenças e férias aos Juizes;

VI — Conceder licenças aos servidores da Justiça Federal, por prazo superior a noventa dias e praticar os demais atos de administração e disciplina do pessoal, sem prejuízo da ação do Corregedor-Geral, e dos Juizes Federais;

VII — Proceder a correições gerais ordinárias, de dois em dois anos, em todos os Juizes e respectivas Secretarias, e, extraordinárias, quando julgar necessário;

VIII — Elaborar e fazer publicar, anualmente até 30 de março, relatório circunstanciado dos serviços forenses de primeira instância, relativos ao ano anterior;

IX — Estabelecer normas para a distribuição dos feitos em primeira instância;

X — Fixar a competência administrativa dos Juizes;

XI — Especializar Varas, fixar sede de Vara fora da Capital e atribuir competência pela natureza dos feitos a determinados Juizes (art. 12);

XII — Determinar a forma pela qual os Juizes Federais substitutos deverão auxiliar os Juizes Federais (artigo 14);

XIII — Regular a distribuição dos feitos entre os Juizes Federais e entre estes e os Juizes Federais Substitutos (art. 16);

XIV — Prover sobre as substituições dos Juizes (art. 16);

XV — Aplicar penas disciplinares aos Juizes e servidores da Justiça Federal;

XVI — Determinar, mediante proposta do Diretor do Foro, a lotação dos serviços auxiliares da Seção Judiciária (art. 38, parágrafo único);

XVII — Elaborar o seu Regimento e submetê-lo à aprovação do Tribunal Federal de Recursos.

Art. 7º Dos atos e decisões do Conselho da Justiça Federal não caberá recurso administrativo.

Art. 8º O Conselho da Justiça Federal poderá delegar competência a Juizes Federais para correições gerais ou extraordinárias na Região a que pertencerem.

Art. 9º O relator da correição parcial poderá ordenar a suspensão, até trinta dias, do ato ou despacho impugnado, quando de sua execução possa decorrer dano irreparável.

CAPÍTULO III

Dos Juizes Federais

Seção I

Da Jurisdição e Competência

Art. 10. Estão sujeitos à Jurisdição da Justiça Federal:

I — As causas em que a União ou entidade autárquica federal fôr interessada como autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência e de acidentes de trabalho;

II — As causas entre Estados estrangeiros e pessoa domiciliada no Brasil;

III — As causas fundadas em tratado ou em contrato da União com Estado estrangeiro ou com organismo internacional;

IV — As questões de Direito Marítimo e de navegação, inclusive a aérea;

V — Os crimes políticos e os praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de entidades autárquicas federais, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

VI — Os crimes que constituem objeto de tratado ou de convenção internacional e os praticados a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

VII — Os crimes contra a organização do trabalho e o exercício do direito de greve;

VIII — Os "habeas-corpus" em matéria criminal de sua competência ou quando a coação provier de autoridade federal, ressalvada a competência dos órgãos superiores da Justiça da União;

IX — Os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos do art. 101, I, *2*, e o art. 104, I, *a* da Constituição — (Emenda Constitucional nº 16, artigos 2º e 7º);

X — Os processos e atos referentes à nacionalidade (Constituição artigos 129 e 130).

Art. 11. A jurisdição dos Juizes Federais de cada Seção Judiciária abrange toda a área territorial nela compreendida.

Parágrafo único. Os Juizes, no exercício de sua jurisdição e no interesse da Justiça, poderão deslocar-se de sua sede para qualquer ponto da Seção.

Art. 12. Nas Seções Judiciárias em que houver mais de uma Vara, poderá o Conselho da Justiça Federal fixar-lhes sede em cidade diversa da Capital, especializar Varas e atribuir competência por natureza de feitos a determinados Juizes.

Art. 13. Compete aos Juizes Federais:

I — Processar e julgar, em primeira instância, as causas sujeitas à jurisdição da Justiça Federal (artigo 10), ressalvado o disposto no art. 15.

II — Abrir, rubricar e encerrar os livros das respectivas Secretarias;

III — Inspeccionar, pelo menos uma vez por ano os serviços a cargo das Secretarias, providenciando no sentido de evitar ou punir erros, omissões ou abusos;

IV — Dar conhecimento imediato da inspeção realizada ao Corregedor-Geral, em officio reservado, solicitando-lhe as providências cabíveis;

V — Fornecer, anualmente, dados para a organização de estatísticas;

VI — Processar e julgar as suspeições arguidas, contra os auxiliares do Juizo;

VII — aplicar penas disciplinares aos servidores do próprio Juizo;

VIII — apresentar, anualmente, relatório circunstanciado dos trabalhos sob sua jurisdição.

Art. 14. Aos Juizes Federais Substitutos incumbe substituir os Juizes Federais nas suas férias, licenças e impedimentos eventuais e auxiliá-los, em caráter permanente, inclusive na instrução e julgamento de feitos, na forma que o Conselho da Justiça Federal estabelecer.

Art. 15. Nas Comarcas do interior onde não funcionar Vara da Justiça Federal (art. 12), os Juizes Estaduais são competentes para processar e julgar:

I — os executivos fiscais da União e de suas autarquias, ajuizados contra devedores domiciliados nas respectivas Comarcas;

II — as vistorias e justificações destinadas a fazer prova perante a administração federal, centralizada ou autárquica, quando o requerente fôr domiciliado na Comarca;

III — os feitos ajuizados contra instituições previdenciárias por segurados ou beneficiários residentes na Comarca, que se referirem a benefícios de natureza pecuniária.

Seção II

Da Distribuição

Art. 16. A distribuição dos feitos entre os Juizes, bem como sua substituição, será anualmente, regulada pelo Conselho da Justiça Federal, em provimento publicado no primeiro dia útil de dezembro, no *Diário Oficial da União* e no Boletim da Justiça Federal das Seções Judiciárias.

Parágrafo único. A distribuição far-se-á em audiência pública, mediante rodízio, sempre por sorteto, obedecida a seguinte classificação:

- I — ações ordinárias;
- II — mandados de segurança;
- III — executivos fiscais;
- IV — ações executivas;
- V — ações diversas;
- VI — feitos não contenciosos;
- VII — ações criminais;
- VIII — "habeas corpus";
- IX — procedimentos criminais diversos.

Seção III

Do número e da investidura

Art. 17. O número de Juizes Federais e de Juizes Federais Substitutos, para cada Seção, será o constante do Anexo I, desta lei.

Art. 18. Os Juizes de uma Seção Judiciária não poderão substituir os de outra, salvo na mesma Região, em caso de impedimento, nem poderão ser removidos senão a pedido, com a aprovação do Tribunal Federal de Recursos, ou na hipótese do art. 34.

Art. 19. Os Juizes Federais serão nomeados pelo Presidente da República, dentre os nomes indicados, em lista quintupla, pelo Supremo Tribunal Federal.

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, para a organização da lista escolhe a:

a) três dentre nove nomes de Juizes Federais Substitutos propostos pelo Tribunal Federal de Recursos;

b) dois nomes de bacharéis em direito, com mais de trinta e menos de sessenta anos de idade, de notório merecimento e reputação ilibada, e oito (8) anos, no mínimo de efetivo exercício na advocacia, no Ministério Público, na magistratura ou no magistério superior.

§ 2º Se recai a nomeação em um dos nomes escolhidos na forma da alínea b do parágrafo anterior, a lista quintupla, para o provimento da vaga subsequente, será composta exclusivamente de Juizes Federais Substitutos.

Art. 20. O provimento do cargo de Juiz Federal Substituto far-se-á mediante concurso público, de provas e títulos realizado na sede da Seção onde ocorrer a vaga, ou, a critério do Conselho de Justiça Federal, em outra sede de Seção da mesma Região.

Art. 21. Com o pedido de inscrição o candidato apresentará:

I — certidão que comprove ter mais de vinte e oito e menos de cinquenta anos de idade;

II — prova de estar em dia com as obrigações concernentes ao serviço militar;

III — título de eleitor e prova de ter cumprido seus deveres eleitorais;

IV — diploma de bacharel em direito, devidamente registrado;

V — certidão que comprove o exercício, por quatro anos, de advocacia ou de cargo para o qual se exija diploma de bacharel em direito;

VI — certidão negativa dos distribuidores criminaes dos lugares em que haja residido nos últimos cinco anos;

VII — folha corrida;

VIII — quaisquer títulos que entenda devam ser apreciados.

Parágrafo único. O limite máximo de idade, previsto no inciso I, não prevalecerá para magistrados e membros do Ministério Público.

Art. 22. O Conselho da Justiça Federal sindicará a vida pregressa dos candidatos e, em sessão secreta, independente de motivação, e conclusivamente, admitirá ou denegará a inscrição.

Parágrafo único. Os candidatos admitidos serão submetidos a exame de saúde e psicotécnico.

Art. 23. O Conselho da Justiça Federal organizará os pontos e o regulamento do concurso e os fará publicar, com antecedência mínima de trinta dias, no Diário Oficial dos Estados e Territórios da Região em que o concurso se deva realizar e no *Diário da Justiça da União*.

Art. 24. O concurso constará de prova escrita e oral.

§ 1º A prova escrita versará sobre as seguintes matérias: Direito Consti-

tucional, Direito Civil, Direito Comercial, Direito Penal, Direito Administrativo, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito Fiscal, Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado e Direito do Trabalho.

§ 2º A prova oral versará sobre ponto de qualquer das matérias constantes do parágrafo anterior, sorteado com vinte e quatro horas de antecedência.

Art. 25. A Comissão Examinadora, designada pelo Conselho da Justiça Federal, será constituída por um Ministro do Tribunal Federal de Recursos, que a presidirá, um Juiz Federal de qualquer Seção da Região, um professor de faculdade de Direito federal ou federalizada, e um advogado militante da Região em que se realizar o concurso, indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 26. O prazo de validade do concurso para Juiz Federal Substituto será de três anos.

Art. 27. Os Juizes Federais e os Juizes Federais Substitutos tomarão posse perante o Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único. E' permitida a posse por procuração.

Seção IV

Dos Deveres e Sanções

Art. 28. E' vedado aos Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos:

I — exercer atividade politico-partidária;

II — participar de gerência ou administração de empresa industrial ou comercial;

III — exercer comércio ou participar de sociedade comercial, inclusive de sociedade de economia mista, de que o poder público tenha participação majoritária, exceto como acionista, cotista ou comendatário;

IV — exercer função de arbitro ou de juiz, fora dos casos previstos em lei.

Art. 29. Os Juizes Federais e os Juizes Federais Substitutos enviarão, anualmente, ao Conselho da Justiça Federal, cópia da sua declaração de bens apresentada a repartição do imposto de renda.

Art. 30. Os Juizes Federais e os Juizes Federais Substitutos deverão re-

sidir na cidade que fôr sede da Vara em que servirem, não podendo, quando em exercício e nos dias de expediente, ausentar-se sem autorização do Corregedor-Geral.

Art. 31. Os Juizes usarão toga durante as audiências.

Art. 32. Os Juizes Federais e os Juizes Federais Substitutos devem comparecer, nos dias úteis, a sede dos seus Juizes e aí permanecer durante o expediente, salvo, quando em cumprimento de diligência judicial.

Art. 33. Pelas faltas disciplinares cometidas, ficam os Juizes sujeitos às penas de advertência e de censura, aplicadas pelo Conselho da Justiça Federal ou pelo Corregedor-Geral, conforme o caso.

Parágrafo único. A advertência e a censura serão feitas por escrito, sempre em caráter reservado, e registradas nos assentamentos do Juiz.

Art. 34. O Tribunal Federal de Recursos, ocorrendo motivo de interesse público, poderá, pelo voto de dois terços de seus membros efetivos, propor a remoção ou a disponibilidade do Juiz Federal ou do Juiz Federal Substituto, assegurada, no último caso, a defesa (Constituição, art. 95, § 4º).

CAPÍTULO IV

Dos Serviços Auxiliares da Justiça Federal

Seção I

Da Organização

Art. 35. Os serviços auxiliares da Justiça Federal serão organizados em Secretarias, uma para cada Vara, com as atribuições estabelecidas nesta lei.

Art. 36. Os Quadros de Pessoal dos serviços auxiliares da Justiça Federal compor-se-ão dos seguintes cargos:

- I — Chefe da Secretaria;
- II — Oficial Judiciário;
- III — Depositário-avaliador;
- IV — Auxiliar Judiciário;
- V — Oficial de Justiça;
- VI — Porteiro;
- VII — Auxiliar de Portaria;
- VIII — Servente.

§ 1º Os cargos a que se refere este artigo são isolados e de provimento efetivo e serão providos mediante con-

curso público de provas, organizado pelo Conselho da Justiça Federal.

§ 2º O regulamento do concurso conterá a relação dos documentos exigidos para a inscrição, a discriminação das matérias e dos pontos para as provas e será organizado pelo Conselho da Justiça Federal.

§ 3º O concurso realizar-se-á na Seção Judiciária em que ocorrer a vaga, nos termos de edital publicado, com antecedência mínima de trinta dias, no "Boletim da Justiça Federal" do Diário Oficial dos Estados ou Territórios que compõem a respectiva Região e no Diário da Justiça da União.

§ 4º São requisitos para o provimento do cargo de Chefe de Secretaria ser bacharel em Direito e ter menos de quarenta e cinco anos de idade.

Art. 37. Nos concursos a que se refere o artigo anterior em caso de igualdade de classificação, terá preferência para a nomeação o candidato que tiver pertencido à Força Expedicionária Brasileira.

Parágrafo único. Poderão ser aproveitados no provimento dos cargos criados nesta lei os ex-Combatentes que tenham participado das operações de guerra no segundo conflito mundial, considerando-se o nível intelectual compatível com o respectivo cargo.

Art. 38. Os servidores da Justiça Federal tomarão posse perante o Juiz Diretor do Fôro.

Art. 39. Cada uma das Seções Judiciárias terá o seu quadro próprio de pessoal, com o número de cargos constante do Anexo II desta lei.

Parágrafo único. Na Seção onde houver mais de uma Vara, a lotação do pessoal será determinada pelo Conselho da Justiça Federal, mediante proposta do Diretor do Fôro.

Art. 40. O Chefe de Secretaria, em suas licenças, férias e impedimentos será substituído pelo Oficial Judiciário designado pelo Juiz.

Seção II

Das Atribuições da Secretaria

Art. 41. A Secretaria compete:

- I — receber e autuar petições, movimentar feitos, guardar e conservar

processos e demais papéis que transitarão pelas Varas;

II — protocolar e registrar os feitos, e fazer anotações sobre seu andamento;

III — registrar as sentenças em livro próprio;

IV — remeter à Instância Superior os processos em grau de recurso;

V — preparar o expediente para despachos e audiências;

VI — exhibir os processos para consulta pelos advogados e prestar informações sobre os feitos e seu andamento;

VII — expedir certidões extraídas de autos, livros, fichas e demais papéis sob sua guarda;

VIII — enviar despachos e demais atos judiciais para publicação oficial;

IX — realizar diligências determinadas pelos Juizes e Corregedores;

X — fazer a conta e a selagem correspondentes às custas dos processos, bem assim quaisquer cálculos previstos em lei;

XI — efetuar a liquidação dos julgados, na execução de sentença, quando for o caso;

XII — receber em depósito, guardar e avaliar bens penhorados ou apreendidos por determinação judicial;

XIII — expedir guias para o recolhimento à repartição competente de quantias devidas à Fazenda Pública;

XIV — realizar praças ou leilões judiciais;

XV — fornecer dados para estatísticas;

XVI — cadastrar o material permanente da Vara respectiva;

XVII — executar quaisquer atos determinados pelo Conselho da Justiça Federal, Corregedor-Geral, Diretor do Fórum ou Juiz da Vara.

Art. 42. Os atos e diligências da Justiça Federal poderão ser praticados em qualquer Comarca do Estado ou Território pelos Juizes locais ou seus auxiliares, mediante a exibição de ofício ou mandado em forma regular.

§ 1º Somente se expedirá precatória, quando, por essa forma, for mais econômica e expedita a realização do ato ou diligência.

§ 2º As diligências em outras Seções, sempre que possível, serão solicitadas por via telegráfica ou postal com aviso de recepção.

§ 3º As malas dos serviços da Justiça Federal terão franquia postal e gozarão de preferência em quaisquer serviços públicos de transporte.

§ 4º A Justiça Federal gozará, também, de franquia telegráfica.

Art. 43. Os oficiais de justiça terão carteira de identificação, visada pelo juiz da vara em que servirem e terão passe livre, quando em exercício de suas funções, nas empresas de transportes da respectiva Seção Judiciária.

Art. 44. Mediante ordem judicial específica, os Oficiais de Justiça terão livre acesso aos registros imobiliários, bem como aos livros e documentos bancários, para o cumprimento de mandado de penhora, sequestro, arresto, busca ou apreensão de bens ou dinheiro em favor da União ou de suas autarquias.

CAPÍTULO V

Das Custas e Despesas do Processo

Art. 45. As custas serão pagas em sêlo, na primeira instância, pela forma estabelecida no Regimento, e compreenderão todos os atos do processo, inclusive a subida do recurso.

Parágrafo único. Não são devidas custas e quaisquer emolumentos na Instância Superior.

Art. 46. A União e suas autarquias estão isentas do pagamento de custas.

Art. 47. Os chefes de Secretaria de Varas e os Diretores de Secretaria de Tribunais ficarão sujeitos a multa de um quinto do valor das custas do processo, quando este não for remetido à Superior Instância ou devolvido ao Juízo de origem, dentro em quinze dias, contados, respectivamente, do despacho ordinatório da subida do recurso ou do trânsito em julgado da decisão superior.

Parágrafo único. A multa prevista neste artigo será aplicada, de ofício ou a requerimento do interessado, pelo Juiz da Vara ou pelo Presidente do Tribunal, e recolhida por guia com recibo nos autos, sob pena de suspensão do pagamento dos vencimentos do infrator, até a satisfação dessa exigência.

CAPÍTULO VI

Dos Vencimentos e Vantagens dos Juizes e Servidores da Justiça Federal

Art. 48. Os Juizes Federais e os Juizes Federais Substitutos terão os vencimentos fixados no Anexo III desta lei.

Art. 49. Os vencimentos dos servidores da Justiça Federal corresponderão aos valores dos símbolos, constantes do Anexo IV desta lei.

Art. 50. Além do vencimento fixado para os respectivos cargos, os Juizes e os servidores da Justiça Federal perceberão gratificação adicional por tempo de serviço, na base de cinco por cento (5%), por quinquênio de efetivo exercício, até sete quinquênios (Lei nº 4.345, de 16 de julho de 1964, art. 10) e salário-família, nas mesmas condições estabelecidas para os servidores públicos em geral.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 51. As férias dos Juizes serão individuais e de sessenta dias, gozadas de uma só vez, obedecida escala organizada pelo Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único. Não haverá férias forenses coletivas.

Art. 52. Aos Juizes e servidores da Justiça Federal aplicam-se, no que couber, as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Art. 53. Os Juizes e servidores da Justiça Federal serão contribuintes obrigatórios do IPASE, facultado aos primeiros contribuir para o Montepio Federal.

Art. 54. Os serviços judiciários funcionarão nos locais e horários estabelecidos pelo Conselho da Justiça Federal.

Art. 55. O Juiz é responsável pelo regular andamento dos feitos sob sua jurisdição e pelo bom funcionamento dos serviços auxiliares que lhe estiverem subordinados.

Art. 56. Nas Seções Judiciárias onde houver mais de um Juiz Fe-

deral, o Conselho da Justiça Federal designará um deles, anualmente, para exercer as funções de Diretor do Fôro e Corregedor permanente dos serviços auxiliares não vinculados diretamente às Varas.

Art. 57. A União fará publicar no *Diário Oficial* de cada Estado ou Território o "Boletim da Justiça Federal" no qual serão divulgados os atos da respectiva Seção Judiciária, para os efeitos previstos em lei.

Art. 58. A União e as autarquias federais consignarão, obrigatoriamente, em seus orçamentos, dotações para atender ao pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais.

§ 1º Esgotada a dotação, o Presidente do Tribunal Federal de Recursos proporá a abertura de créditos extra-orçamentários para os fins indicados neste artigo.

§ 2º As autoridades competentes deverão tomar as medidas necessárias a abertura dos créditos, a fim de permitir que as dividas regularmente inscritas, no Tribunal Federal de Recursos, sejam liquidadas no prazo de cento e vinte dias.

Art. 59. Os pagamentos devidos pela União e pelas autarquias federais em virtude de sentença judiciária far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extra-orçamentários bertos para esse fim.

Parágrafo único. As dotações orçamentárias e os créditos abertos, serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias ao Banco do Brasil, em conta especial, à disposição do Presidente do Tribunal Federal de Recursos, a quem caberá expedir as ordens de pagamento, segundo as possibilidades do depósito.

Art. 60. Na Seção Judiciária em que houver apenas uma Vara, o Juiz Federal integrará o Tribunal Regional Eleitoral, tendo como suplente o Juiz Federal Substituto.

Parágrafo único. Quando houver mais de uma Vara, o Tribunal Federal de Recursos, indicará, com o seu suplente, o Juiz Federal que integrará o Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 61. Na Seção em que houver Varas da Justiça Federal especializadas em matéria criminal, a estas caberá o processo e julgamento dos mandados de segurança e de quaisquer ações ou incidentes relativos a apreensão de mercadorias entradas ou saídas irregularmente do país ficando o Juízo prevento para o procedimento penal do crime de contrabando ou descaminho (Código Penal art. 334).

Art. 62. Além dos fixados em lei, serão feriados na Justiça Federal, inclusive nos Tribunais Superiores:

I — os dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive;

II — os dias da Semana Santa, compreendidos entre a quarta-feira e o Domingo de Páscoa;

III — os dias de segunda e terça-feira de Carnaval;

IV — os dias 11 de agosto e 1º e 2 de novembro.

Art. 63. O Tribunal Federal de Recursos organizará, para orientação da Justiça Federal de Primeira Instância, e dos interessados, Sumulas de sua jurisprudência, aprovadas pelo seu plenário, fazendo-as publicar, regularmente, no *Diário da Justiça* da União e nos Boletins da Justiça Federal das Seções.

§ 1º Poderão ser inscritos na súmula os enunciados correspondentes às decisões firmadas por unanimidade dos membros componentes do Tribunal, num caso, ou por maioria qualificada, em dois julgamentos concordantes, pelo menos.

§ 2º Os enunciados da Súmula prevalecem e serão revistos, no que couber, segundo a forma estabelecida no Regimento do Supremo Tribunal Federal.

Art. 64. Nos seus impedimentos temporários excedentes de trinta dias, ou quando necessário, os membros do Tribunal Federal de Recursos serão substituídos por Juizes Federais convocados na forma prevista no seu Regimento.

Art. 65. A polícia judiciária federal será exercida pelas autoridades policiais do Departamento Federal de Segurança Pública, observando-se, no que couber, as disposições do Código de Processo Penal (Decreto-lei

nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) da Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964 e demais normas legais aplicáveis ao processo penal.

Art. 66. O prazo para conclusão do inquérito policial será de quinze dias, quando o indiciado estiver preso, podendo ser prorrogado por mais quinze dias a pedido, devidamente fundamentado, da autoridade policial e deferido pelo Juiz a que competir o conhecimento do processo.

Parágrafo único. Ao requerer a prorrogação do prazo para conclusão do inquérito, a autoridade policial deverá apresentar o preso ao Juiz.

Art. 67. A autoridade policial deverá remeter, em vinte e quatro horas, cópia do auto de prisão em flagrante ao Procurador da República que funcionar junto ao Juiz competente para o procedimento criminal.

Art. 68. Da expedição de alvará de soltura o Chefe de Secretaria dará imediato conhecimento ao Procurador da República.

Art. 69. O parágrafo único do artigo 21 do Código de Processo Penal passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único. A incomunicabilidade, que não excederá de três dias, será decretada por despacho fundamentado do Juiz, a requerimento da autoridade policial, ou do órgão do Ministério Público, respeitado, em qualquer hipótese, o disposto no artigo 89, inciso III, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963).

Art. 70. A União intervirá, obrigatoriamente, nas causas em que figurarem, como autores ou réus, os partidos políticos, excetuadas as de competência da Justiça Eleitoral, e as sociedades de economia mista ou empresas públicas com participação majoritária federal, bem assim os órgãos autônomos especiais e fundações criados por lei federal.

Art. 71. Caberá ao Tribunal Federal de Recursos, em sessão plenária, julgar os mandados de segurança contra ato ou decisão do Conselho da Justiça Federal.

Art. 72. É vedada, sob pena de nulidade, a nomeação de cônjuge ou de parente até o 2º grau, consangüi-

neo ou afim do Juiz Federal, para cargo dos serviços auxiliares da Seção Judiciária em que servir.

CAPÍTULO VIII

Disposições transitórias

Art. 73. Dentro de vinte dias, a contar da publicação desta lei, o Tribunal Federal de Recursos constituirá o Conselho da Justiça Federal, que passará a funcionar imediatamente.

Art. 74. As primeiras nomeações de Juizes Federais e de Juizes Federais Substitutos serão feitas por livre escolha do Presidente da República, dentre brasileiros de saber jurídico e reputação ilibada.

§ 1º A nomeação do Juiz Federal e do Juiz Federal Substituto será precedida do assentimento do Senado Federal.

§ 2º Para o primeiro provimento dos cargos dos serviços auxiliares da Justiça Federal poderão ser aproveitados servidores estáveis da União, inclusive das Secretarias dos Tribunais Federais e das Varas da Fazenda Federal do Distrito Federal e, ainda, servidores estáveis das Varas da Fazenda Nacional dos Estados.

Art. 75. Os Juizes Federais e os Juizes Federais Substitutos tomarão posse e entrarão no exercício dos respectivos cargos no prazo improrrogável de vinte dias, contados da publicação do ato de nomeação.

Art. 76. Na Seção Judiciária, onde existir apenas uma Vara, o seu titular presidirá a comissão de instalação da Justiça Federal, composta do Juiz Federal Substituto, de um Procurador da República e de um advogado militante, indicado pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, com a incumbência de:

I — escolher e indicar o prédio onde funcionará a Justiça Federal;

II — preparar as minutas dos atos ou contratos necessários ao uso ou locação do prédio;

III — apresentar ao Conselho o orçamento para a instalação das Varas e Serviços Auxiliares;

IV — providenciar a compra de material, mobiliário, máquinas e utensílios;

V — adotar medidas para o funcionamento provisório;

VI — executar os encargos cometidos pelo Conselho.

§ 1º Nas Seções onde existir pluralidade de Varas, integrarão a comissão os demais Juizes Federais, sob a presidência do titular da Primeira Vara.

§ 2º Os servidores nomeados na forma do art. 73 tomarão posse perante o Juiz titular da Vara única, ou da primeira Vara, e colaborarão nos atos de instalação da Justiça Federal.

Art. 77. Os livros e arquivos dos atuais cartórios das Varas da Justiça local, privativas dos feitos da Fazenda Nacional, passarão para as Varas Federais do mesmo número das Seções judiciárias, respectivas.

Parágrafo único. Nas Seções Judiciárias onde não for exequível a medida prevista neste artigo, o Diretor do Fórum proverá a respeito.

Art. 78. As Secretarias abrirão novos livros ou fichas nos quais registrarão os feitos recebidos dos Cartórios da Justiça local e os que lhe forem distribuídos diretamente.

Art. 79. Nas Seções Judiciárias providas de mais de uma Vara, enquanto não for criado o cargo de Distribuidor, o Diretor do Fórum designará um Oficial Judiciário para exercer as atribuições a ele pertinentes, cabendo-lhe, ainda, o recebimento, guarda e conservação dos livros e papéis que constituem o arquivo dos atuais Distribuidores dos Feitos da Fazenda Nacional.

Art. 80. Enquanto não forem nomeados e empossados os Juizes a que se refere o art. 94 inciso II, "in fine" da Constituição, com a nova redação que lhe deu o art. 6º do Ato Institucional nº 2 continuarão a funcionar nos feitos da competência da Justiça Federal os Juizes Estaduais aos quais a legislação anterior atribuía essa jurisdição.

§ 1º Essa competência residual temporária não cessará, depois da posse do titular federal, nos processos cuja

instrução houver sido iniciada em audiência, quer perante as Varas Especiais dos Feitos da Fazenda Nacional, quer perante as Varas da Justiça comum, em todos os feitos que passaram para a competência da Justiça Federal.

§ 2º Os serventuários e auxiliares da Justiça Estadual servirão, igualmente, nos feitos de que trata este artigo, até a posse dos titulares federais.

Art. 81. Os processos que passaram para a competência da Justiça Federal somente lhe serão remetidos após o pagamento das custas dos atos até então praticados, e por quem forem elas devidas, ou por qualquer interessado.

Art. 82. O Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Federal de Recursos farão baixar, de ofício, e independente do pagamento de custas aos Juízos de origem, dentro de trinta dias da publicação desta lei, os processos com decisão passada em julgado, recurso deserto ou desistência homologada.

Art. 83. Serão declaradas peremp-tas, e arquivadas, por despacho, as ações propostas contra a União e suas autarquias, que estejam paralisadas há mais de um ano, se, dentro de trinta dias, contados da publicação desta lei, não forem cumpridas as diligências determinadas aos autores.

Art. 84. Serão arquivados, cancelando-se a dívida respectiva, os executivos fiscais inferiores à metade do maior salário-mínimo vigente no país.

Art. 85. Enquanto a União não possuir estabelecimentos penais, a custódia de presos à disposição da Justiça Federal e o cumprimento de pena por ela impostas far-se-ão nos dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 86. Serão conservados no exercício dos seus cargos e perceberão as custas em vigor no Estado da Guanabara os Distribuidores das extintas Varas da Fazenda Pública Federal daquele Estado.

§ 1º Seus cargos serão extintos à medida que se vagarem e os servidores em exercício nos ofícios que se extinguirem serão aproveitados no que for compatível com as respectivas habilitações em vagas que ocorrerem nos quadros da Justiça Federal. Se-

ção da Guanabara, devendo ser aposentados se contarem 30 (trinta) ou mais anos de serviço, e não forem aproveitados.

§ 2º Poderão, ainda, os referidos servidores ser aproveitados, a juízo do Governo do Estado da Guanabara, nos quadros da Justiça Estadual.

§ 3º Os servidores e serventuários da Justiça do antigo Distrito Federal que, com a mudança da Capital Federal para Brasília, passaram a integrar os serviços judiciários do Estado da Guanabara, e que, em decorrência desta lei, pela perda de suas atribuições, venham a ser aposentados ou postos em disponibilidade pelo Governo local, terão seus proventos de aposentadoria ou disponibilidade pagos pela União, nos termos da legislação federal em vigor, respeitado, em qualquer hipótese, o limite fixado pelo art. 13 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

§ 4º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, os serventuários e servidores perceberão os proventos de aposentadoria próprios a seus cargos atuais, acrescidos da média aritmética das percentagens recebidas pela cobrança da dívida ativa da União Federal e Autarquias durante os últimos 36 (trinta e seis) meses, contados regressivamente do dia em que a aposentadoria ou a disponibilidade for decretada.

Art. 87. O Conselho da Justiça Federal, dentro de trinta dias a contar de sua instalação, enviará ao Poder Executivo anteprojeto de lei que institua o Regimento de Custas.

§ 1º Até que entre em vigor o Regimento de Custas da Justiça Federal, aplicar-se-á, em cada Seção Judiciária, o Regimento de Custas da Justiça Estadual respectiva, vedada ao Juiz a percepção de percentagens ou custas, a qualquer título.

§ 2º As custas a que se refere o parágrafo anterior serão relacionadas pelo Chefe da Secretaria e recolhidas, semanalmente, à repartição federal arrecadadora competente, mediante guia visada pelo Juiz, como renda extraordinária da União.

§ 3º O Conselho da Justiça Federal fará, anualmente, a revisão do Regimento, propondo as alterações que se fizerem necessárias pela aplicação dos índices de correção monetária.

Art. 88. São criados, no quadro da Justiça Federal:

I — Quarenta e quatro cargos de Juiz Federal;

II — Quarenta e quatro cargos de Juiz Federal Substituto.

III — Quarenta e quatro cargos de Chefe de Secretaria;

IV — Cento e dez cargos de Oficial Judiciário;

V — Vinte e nove cargos de Depositário-avaliador;

VI — Noventa e oito cargos de Auxiliar Judiciário;

VII — Cento e sessenta e um cargos de Oficial de Justiça;

VIII — Quarenta e quatro cargos de Porteiro;

IX — Oitenta e oito cargos de Auxiliar de Portaria;

X — Cento e dezesseis cargos de Servente.

Art. 89. São criados, no Ministério Público Federal junto à Justiça comum, três cargos, em comissão, de Subprocurador-Geral da República.

§ 1º Os cargos a que se refere este artigo terão a designação de terceiro, quarto e quinto Subprocurador-Geral da República, e seus ocupantes funcionarão mediante designação do Procurador-Geral da República.

§ 2º Os atuais ocupantes da primeira e segunda Subprocuradorias-Gerais da República continuarão com a mesma sede e com as atribuições previstas, quanto ao primeiro, nos artigos 23 e 34 da Lei nº 1.341, de 30 de janeiro de 1951, e, quanto ao segundo, no art. 90 inciso I, da Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960.

Art. 90. São criados na carreira do Ministério Público Federal junto à Justiça comum:

I — Nove cargos de Procurador da República de Primeira Categoria;

II — Treze cargos de Procurador da República de Segunda Categoria;

III — Vinte cargos de Procurador da República de Terceira Categoria.

§ 1º Os cargos a que se refere este artigo, assim como os demais cargos já existentes na carreira do Ministério Público Federal junto à Justiça comum, serão lotados nos Estados do Distrito Federal e nos Territórios mediante decreto do Poder Executivo.

§ 2º Os cargos de Procurador da República a que se refere este artigo, serão providos no nível inicial da carreira, mediante concurso de Títulos e Provas a ser realizado dentro de cento e oitenta (180) dias a contar da publicação desta lei.

Art. 91. São aproveitados, nos cargos, ora criados, de Procurador da República de 3ª Categoria, os atuais Procuradores da República Adjuntos, ficando extintos os seus cargos.

§ 1º O cargo de Procurador da República de 3ª Categoria passa a constituir o grau inicial da carreira do Ministério Público Federal junto à Justiça comum.

§ 2º As atribuições pertinentes aos cargos de Procurador de 3ª Categoria criados por esta lei e não providos pela forma prevista neste artigo serão exercidas, até que haja candidatos aprovados em concurso, por Assistentes e Procuradores dos serviços jurídicos da União e de suas autarquias, ou do Ministério Público do Distrito Federal.

§ 3º Poderão ainda os servidores a que se refere o parágrafo anterior exercer as atribuições dos cargos de Procurador de 1ª e 2ª Categorias, ora criados e não providos em razão de recusa de promoção.

§ 4º Para o cumprimento do que dispõem os §§ 2º e 3º, fica o Procurador-Geral da República autorizado a fazer as necessárias requisições às autoridades competentes.

Art. 92. Enquanto não fôr promulgada a nova Lei Orgânica do Ministério Público Federal, compete aos Subprocuradores-Gerais e aos Procuradores da República, conforme o caso, e na forma determinada pelo Procurador-Geral da República, promover ação penal e intervir em todos os feitos criminais sujeitos à jurisdição da Justiça Federal.

Art. 93. São criados, no Ministério Público da União junto à Justiça Militar, dois cargos de Promotor de Primeira Categoria, que funcionarão na Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

Art. 94. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000.000 (se-

te bilhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da execução desta lei.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 95. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 96. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

ANEXO I

SEÇÃO JUDICIARIA	C A R G O	
ESTADO OU TERRITÓRIO	Juiz Federal	Juiz Federal Substituto
DISTRITO FEDERAL	2	2
ESTADO DE GOIAS	1	1
ESTADO DE MATO GROSSO	1	1
ESTADO DE MINAS GERAIS	3	3
TERRITÓRIO DE RONDONIA	1	1
ESTADO DO ACRE	1	1
ESTADO DO AMAZONAS	1	1
ESTADO DO MARANHÃO	1	1
ESTADO DO PARA	1	1
TERRITÓRIO DO AMAPÁ	1	1
TERRITÓRIO DE RORAIMA	1	1
ESTADO DE ALAGOAS	1	1
ESTADO DO CEARÁ	1	1
ESTADO DA PARAÍBA	1	1
ESTADO DE PERNAMBUCO	2	2
ESTADO DO PIAUÍ	1	1
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	1	1
ESTADO DE SERGIPE	1	1
ESTADO DA BAHIA	2	2
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	1	1
ESTADO DA GUANABARA	5	5
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	1
ESTADO DO PARANÁ	2	2
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	3	3
ESTADO DE SANTA CATARINA	1	1
ESTADO DE SÃO PAULO	7	7

ANEXO II

SEÇÃO JUDICIARIA	CARGOS							
ESTADO OU TERRITÓRIO	Chefe de Secretaria	Oficial Judiciário	Depositário- Avaliador-	Auxiliar Judiciário	Oficial de Justiça	Porteiro	Auxiliar de Portaria	Servente
Distrito Federal	2	6	1	6	8	2	4	6
Goiás	1	1	1	1	2	1	2	2
Mato Grosso	1	1	1	1	2	1	2	2
Minas Gerais	3	9	1	8	15	3	6	8
Território de Rondônia	1	1	1	1	2	1	2	2
Acre	1	1	1	1	2	1	2	2
Amazonas	1	1	1	1	2	1	2	2
Maranhão	1	1	1	1	2	1	2	2
Para	1	1	1	1	2	1	2	2
Território do Amapá	1	1	1	1	2	1	2	2
Território de Roraima	1	1	1	1	2	1	2	2
Alagoas	1	1	1	1	2	1	2	2
Ceará	1	2	1	2	3	1	2	3
Paraíba	1	1	1	1	2	1	3	2
Pernambuco	2	6	1	6	8	2	4	6
Piauí	1	1	1	1	2	1	2	2
Rio Grande do Norte	1	1	1	1	2	1	2	2
Sergipe	1	1	1	1	2	1	2	2
Bahia	2	6	1	6	8	2	4	6
Espírito Santo	1	1	1	1	2	1	2	2
Guaraná	5	20	2	15	25	5	10	15
Rio de Janeiro	1	2	1	4	4	1	2	3
Paraná	2	6	1	6	8	2	4	6
Rio Grande do Sul	3	9	1	8	15	3	6	9
Santa Catarina	1	1	1	1	2	1	2	2
São Paulo	7	23	3	21	35	7	14	21

ANEXO III

Cargo	Vencimento Mensal
	CR\$
Juiz Federal	900.000
Juiz Federal Substituto	800.000

ANEXO IV

Denominação	Simbolo	Valor Mensal
		CR\$
Chefe de Secretaria	PJ-0	410.000
Oficial Judiciario	PJ-4	333.000
Depositario-avaliador-telheiro	PJ-4	333.000
Auxiliar Judiciario	PJ-7	275.000
Oficial de Justiça	PJ-7	275.000
Porteiro	PJ-9	225.000
Auxiliar de Portaria	PJ-11	185.000
Servente	PJ-13	151.000

LEI Nº 5.011 — DE 1º DE JUNHO
DE 1966

Dá nova redação ao art. 1º da Lei número 3.931, de 3 de agosto de 1961, que concede isenção de direitos de importação e outros tributos para mercadorias doadas à Confederação Evangélica do Brasil,

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3.931, de 3 de agosto de 1961, que concede isenção de direitos de importação e outros tributos para mercadorias doadas à Confederação Evangélica do Brasil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação, do imposto de consumo, da taxa de Despacho Aduaneiro, das taxas de Melhoramento de Portos e de Renovação da Marinha Mercante, de emolumentos consulares, de taxas de armazenagens e capatazias para os donativos até o limite de 50.000 (cinquenta mil) toneladas anuais, constituídos de gêneros alimentícios, roupas usadas, medicamentos, artigos de higiene e material escolar, remetidos, até 1970, inclusive, pela Church World Service e Lutheran World

Relief, Inc. (L.W.R.) dos Estados Unidos, Lutheran World Relief, Inc. do Canadá, Hilfswerk — Innerre Mission, da Alemanha Ocidental, Lutherhjälpen e Vastkustens Efterkrigshjälp, da Suécia, a Kirkens Nodhjälp, da Noruega, à Confederação Evangélica do Brasil para sua distribuição gratuita, através de obras de assistência social.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.012 — DE 1º DE JUNHO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros) para atender a despesas decorrentes da viagem do Presidente da República aos Estados Unidos da América e ao México.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério das Re-

lações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros), para atender a despesas decorrentes da viagem do então Presidente da República, Doutor João Belchior Marques Goulart, aos Estados Unidos da América e ao México.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata esta lei será registrado pelo Tribu 1 de Contas e distribuído automaticamente à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.013 — DE 1º DE JUNHO
DE 1966

Dá nova denominação aos cargos de Auxiliar de Portaria do Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os cargos de Auxiliar de Portaria, símbolo PJ-7, do Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, a que se refere a Lei nº 4.279, de 4 de novembro de 1963, passam a denominar-se Ajudante de Porteiro, símbolo PJ-7.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

LEI Nº 5.014 — DE 7 DE JUNHO
DE 1966

Altera a carreira de motorista do Quadro da Secretaria do Superior Tribunal Militar, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A carreira de motorista do Quadro da Secretaria do Superior Tribunal Militar fica assim alterada.

4 — Motorista Símbolo PJ-8

6 — Motorista Símbolo PJ-9

10 — Motorista Símbolo PJ-10

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei, no presente exercício, correrão à conta das dotações próprias do Orçamento vigente, que serão suplementadas, quando necessário, pelo Poder Executivo, respeitado o limite da despesa dela decorrente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de junho de 1966, 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

LEI Nº 5.015 — DE 7 DE JUNHO
DE 1966

Autoriza a abertura pelo Ministério da Viação e Obras Públicas do crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros) para atender às despesas com obras de emergência na Nova Adutora do Guandu, no Estado da Guanabara.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do

Departamento Nacional de Obras de Saneamento, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros), para atender às despesas com obras de emergência na Nova Adutora do Guandu, no Estado da Guanabara.

Art. 2º O crédito de que trata a presente lei será aplicado mediante convênio a ser celebrado entre o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e a CEDAG — Companhia Estadual de Águas — Guanabara.

Art. 3º A CEDAG indenizará o Tesouro Nacional na forma a ser prevista no convênio referido no art. 2º.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Tavora

LEI Nº 5.016 — DE 7 DE JUNHO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.956.750.000 (um bilhão novecentos e cinquenta e seis milhões setecentos e cinquenta mil cruzeiros), para atender a despesas com a aquisição de helicópteros.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.956.750.000 (um bilhão novecentos e cinquenta e seis milhões setecentos e cinquenta mil cruzeiros), para atender a despesas com a aquisição de helicóptero, respectivos sobressalentes e itens de suprimentos, destinados ao Ministério da Aeronáutica.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário:

Brasília, 7 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Eduardo Gomes

LEI Nº 5.017 — DE 7 DE JUNHO
DE 1966

Modifica os arts. 1º e 3º da Lei número 4.874, de 2 de dezembro de 1965, que "autoriza a doação, ao Hospital Evangélico da Bahia, de um lote de terreno"

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passam a ter a seguinte redação os arts. 1º e 3º da Lei número 4.874, de 2 de dezembro de 1965, que autoriza a doação, ao Hospital Evangélico da Bahia, de um lote de terreno:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Hospital Evangélico da Bahia, entidade assistencial de fins filantrópicos, regularmente inscrita no Conselho Nacional de Serviço Social, uma área de terreno com 17.992,50 m² (dezessete mil novecentos e noventa e dois metros e cinquenta centímetros quadrados), desmembrada da área maior de 125.258,06 m² (cento e vinte e cinco mil duzentos e cinquenta e oito metros e seis centímetros quadrados), adquirida pela União à Associação da Companhia de Santa Ursula, na Vila Santa Angela, antiga Quinta da Ondina, Estrada de São Lázaro, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia".

"Art. 3º A área doada terá os limites abaixo indicados, partindo do seguinte caminharmento de referência: alinhamento definido pelo cruzamento da direção do muro de alvenaria de pedra, esquerdo, de propriedade do CRINEP, na Av. Presidente Vargas, com o "meio fio" da rua, com comprimento de 31,00 m

(trinta e um metros) e azimuth de 34° 20' N.M. (trinta e quatro graus vinte minutos norte magnético); a partir daí, alinhamento com 1,30 m (um metro e trinta centímetros) e rumo de 6° 10' NE (seis graus e dez minutos nordeste); a partir daí, alinhamento com 3,70 m (três metros e setenta centímetros) e rumo de 32° 30' NW (trinta e dois graus e trinta minutos noroeste). O extremo desse terceiro alinhamento constitui o marco inicial do caminhamiento limítrofe do terreno.

Divisória Sul — Com terrenos de quem de direito. Partindo do marco inicial, extremo do terceiro alinhamento atrás definido, um alinhamento de 91,29 m (noventa e um metros e vinte e nove centímetros) e rumo de 32° 30' NW (trinta e dois graus e trinta minutos noroeste), correspondente a uma cerca existente.

Divisória Oeste — Com terrenos do "Loteamento Jardim Atlântida".

A partir do extremo do alinhamento anterior, um alinhamento com 19,28m (dezenove metros e vinte e oito centímetros) e rumo de 64° 20' NE (sessenta e quatro graus e vinte minutos nordeste); a partir daí, alinhamento com 29,67m (vinte e nove metros e sessenta e sete centímetros) e rumo de 36° 30' NE (trinta e seis graus e trinta minutos nordeste); a partir daí, alinhamento com 54,54m (cinquenta e quatro metros e cinquenta e quatro centímetros) e rumo de 17° 10' NE (dezesete graus e dez minutos nordeste); a partir daí, alinhamento com 79,70m (setenta e nove metros e setenta centímetros) e rumo de 10° 34' NE (dez graus e trinta e quatro minutos nordeste).

Divisória Norte — Com terrenos do CRINEP (remanescentes).

A partir do extremo do alinhamento anterior, um alinhamento com 71,47m (setenta e um metros e quarenta e sete centímetros) e rumo de 80° 32' SE (oitenta graus e trinta e dois minutos sudoeste).

Divisória Este — Com terrenos remanescentes no CRINEP:

A partir do extremo do alinhamento anterior, um arco

de círculo correspondente ao raio de 54,50m (cinquenta e quatro metros e cinquenta centímetros) e ângulo central de 14° 30' (quatorze graus e trinta minutos); a partir daí, um alinhamento tangente de 15,17m (quinze metros e dezessete centímetros) e rumo de 17° 57' SW (dezesete graus e cinquenta e sete minutos sudoeste); a partir daí, um arco de círculo correspondente ao raio de 66,00m (sessenta e seis metros) e ângulo central de 29° 30' (vinte e nove graus e trinta minutos); a partir daí, uma tangente com 48,12m (quarenta e oito metros e doze centímetros) e rumo de 11° 54' SE (onze graus e cinquenta e quatro minutos sudoeste), a partir daí, um arco de círculo correspondente ao raio de 20,50 (vinte metros e cinquenta centímetros) e ângulo central de 56° 30' (cinquenta e seis graus e trinta minutos); a partir daí, uma tangente com 7,56m (sete metros e cinquenta e seis centímetros) e rumo de 44° 46' SW (quarenta e quatro graus e quarenta e seis minutos sudoeste); a partir daí, um arco de círculo de raio igual a 60,50m (sessenta metros e cinquenta centímetros) e ângulo central de 23° 00' (trinta e três graus); a partir daí, uma tangente com 30,22m (trinta metros e vinte e dois centímetros) e rumo de 11° 56' SW (onze graus e cinquenta e seis minutos sudoeste); a partir daí, um arco de círculo correspondente ao raio de 25,50m (vinte e cinco metros e cinquenta centímetros) e ângulo central de 55° 30' (cinquenta e cinco graus e trinta minutos); a partir daí, uma tangente com 27,89m (vinte e sete metros e oitenta e nove centímetros) e rumo de 66° 51' SW (sessenta e seis graus e cinquenta e um minutos sudoeste); a partir daí, um arco de círculo correspondente ao raio de 39,00m (trinta e nove metros) e ângulo central de 17° 15' (dezesete graus e quinze minutos), constituindo este ponto (limite do arco) o final e também inicial do caminhamiento."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.018 — DE 7 DE JUNHO
DE 1966

Inclui, em Parte Especial do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), abrangidos pelo art. 40 da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam incluídos, em Parte Especial do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, os servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) abrangidos pelo art. 40 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, que, na data da publicação desta lei, se encontram à disposição do referido Tribunal.

§ 1º O aproveitamento a que se refere este artigo far-se-á nos cargos em que se encontram os servidores e constantes da relação nominal anexa ao Decreto nº 53.331, de 19 de dezembro de 1963.

§ 2º O servidor abrangido por este artigo poderá retornar ao órgão de origem, para o que deverá requerer ao Presidente do Tribunal dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta lei.

Art. 2º Os servidores incluídos nos termos da presente lei continuarão a perceber os seus vencimentos e vantagens pelo órgão de origem, até que o orçamento do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal consigne verba própria para atender à respectiva despesa.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, o Tribunal adotará as providências necessárias no sentido de incluir, em seu orçamento,

os recursos destinados ao pagamento do mencionado pessoal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

LEI Nº 5.019 — DE 7 DE JUNHO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, com sede e fóro no Estado da Guanabara, uma Fundação denominada Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública.

Parágrafo único. A Fundação a que se refere este artigo terá personalidade jurídica de direito privado e será vinculada ao Ministério da Saúde.

Art. 2º No ato de constituição da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, após a aprovação do respectivo Estatuto por Decreto do Poder Executivo, o Governo Federal será representado pelo Ministro de Estado da Saúde.

Parágrafo único. O Estatuto da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, será elaborado pelo Ministério da Saúde e submetido à aprovação do Presidente da República no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei, ouvido o Procurador-Geral da República.

Art. 3º A Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública gozará de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual será apresentado o respectivo Estatuto e o Decreto que o houver aprovado.

Art. 4º A Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública terá por objetivo manter, agrupando-os sob sua jurisdição, a Escola Nacional de Saúde Pública e outros estabelecimentos destinados a ministrar ensino especializado de Saúde Pública através de cursos de pós-graduação para pessoal de nível técnico-científico e de cursos de preparação de pessoal auxiliar de nível médio, incluindo-se entre as suas atribuições:

a) promover a preparação de pessoal auxiliar e a especialização e treinamento do pessoal técnico e auxiliar necessários à execução dos programas de Saúde Pública do País;

b) colaborar com os órgãos e entidades públicos ou particulares que exerçam atividades de Saúde Pública no País, visando à especialização e aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar;

c) organizar, manter e administrar, diretamente ou mediante convênios de cooperação com órgãos e entidades públicos e particulares, centros de treinamento para os fins de estágio, experimentação e demonstração de pessoal de nível técnico-científico e auxiliar de Saúde Pública;

d) proceder a estudos e pesquisas de interesse para o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural do pessoal de Saúde Pública.

Parágrafo único. A Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública poderá ainda, a juízo dos seus órgãos, adotar outras modalidades de ministração de ensino especializado de Saúde Pública para atender aos seus objetivos.

Art. 5º O patrimônio da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública será constituído:

a) pelos bens móveis, imóveis e semoventes que na data da constituição da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública estejam destinados pela União Federal ao funcionamento da Escola Nacional de Saúde Pública e de outras entidades públicas transferidas para o âmbito da mesma Fundação;

b) pelos bens móveis e semoventes que, na data da constituição da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, constituam instalações e equipamentos dos Cursos de Saúde Pública de órgãos do Ministério da Saúde;

c) pelas doações e subvenções que lhe forem feitas ou concedidas pela União e demais pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais, ou por pessoas físicas;

d) pelos juros bancários, contribuição escolar que for autorizada no Estatuto e rendas eventuais.

Parágrafo único. Os bens e recursos da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução dos seus objetivos previstos nesta Lei, revertendo à União Federal, no caso de extinção da Fundação.

Art. 6º A integração, no Patrimônio da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, dos bens móveis e dos bens imóveis e semoventes a que se refere a alínea "a" do artigo anterior, será providenciada, respectivamente, pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério da Saúde, no prazo de cento e vinte (120) dias da instituição da Fundação.

Art. 7º Para manutenção da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública o Orçamento da União consignará, anualmente, subvenção ordinária sob a forma de dotação global, cujo montante não poderá ser, em cada ano, inferior à consignação para o exercício antecedente.

Art. 8º A Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública será administrada por um Conselho Diretor, composto de 6 (seis) membros efetivos e igual número de suplentes, nomeados pelo Presidente da República.

Art. 9º Na forma do artigo anterior, o Conselho Diretor da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública será constituído de:

a) 1 (um) Técnico de Saúde Pública do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde, indicado pelo Ministro de Estado;

b) 1 (um) Técnico de Ensino do Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, indicado pelo Ministro de Estado;

c) 1 (um) membro do Ministério Público Federal, indicado pelo Procurador-Geral da República.

d) 3 (três) técnicos de Saúde Pública que tenham ministrado tópicos dos Cursos Básicos de Saúde Pública

na Escola Nacional de Saúde Pública ou em outras entidades de ensino englobadas na Fundação, escolhidos pelo Presidente da República.

§ 1º Os membros do Conselho a que se referem as alíneas "a", "b" e "c" exercerão mandato por quatro (4) anos e os membros do Conselho a que se refere a alínea "d" exercerão mandato por dois (2) anos, podendo todos ser reconduzidos.

§ 2º Os membros e suplentes do primeiro Conselho Diretor serão nomeados dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à instituição da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública.

Art. 10. O membro indicado pelo Ministério da Saúde será o Presidente do Conselho Diretor e exercerá as funções de Presidente da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública.

Art. 11. No que se refere ao ensino, a Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública será organizada em forma departamental, constituindo o Conselho Departamental, integrado pelos Chefes de Departamentos previstos no Estatuto, o órgão consultivo para a fixação da política educacional e da pesquisa.

Art. 12. A Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública terá como órgão de fiscalização contábil e financeira um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros e igual número de suplentes nomeados pelo Presidente da República dentre pessoas de ilibada reputação, com mandato de três (3) anos.

Art. 13. A competência e o funcionamento dos órgãos da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública serão estabelecidos nos respectivos Estatuto e regimento.

Art. 14. O Pessoal da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. O Estatuto definirá a competência para a admissão e criação de empregos.

Art. 15. A Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública poderá requisitar, na forma da lei, funcionários de órgãos públicos, federais, estaduais ou municipais, tanto da admi-

nistração direta, como indireta, para atender a seus serviços, podendo utilizar esses funcionários em regime de tempo integral que for adotado na Fundação, sem ônus para os órgãos públicos a que pertencerem.

Art. 16. Observada a legislação em vigor, a Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública poderá receber a cooperação técnica e financeira de órgãos e entidades, públicos e particulares, nacionais, estrangeiros ou internacionais, mediante acordos ou convênios:

Parágrafo único. Os convênios ou acordos com entidades estrangeiras ou internacionais deverão ser previamente submetidos à aprovação do Governo brasileiro.

Art. 17. A Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública poderá firmar acordos com Universidades brasileiras, a fim de que lhe seja outorgado mandato universitário para os seus cursos de nível superior.

Art. 18. A Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública poderá conceder bolsas de estudo aos seus alunos estagiários, na forma das normas que forem estabelecidas pelo seu Conselho Diretor.

Art. 19. A Escola Nacional de Saúde Pública, criada pelo Decreto nº 43.926, de 26 de junho de 1958, na forma prevista pelo art. 5º da Lei nº 2.312, de 3 de setembro de 1954, passa a integrar a Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, ficando consolidadas e em vigor as disposições regulamentares e regimentais daquele estabelecimento, que não colidam com a presente Lei e o Estatuto da Fundação.

Art. 20. Ficam extintos a Diretoria dos Cursos do Departamento Nacional de Saúde e os Cursos do Departamento Nacional da Criança do Ministério da Saúde, criados pelos Decretos-Leis ns. 3.333, de 6 de junho de 1941, e 4.730, de 23 de setembro de 1942.

Art. 21. Para ingresso nas classes ou séries de classes de nível técnico de Saúde Pública da Administração Pública Federal, inclusive em caráter de interinidade, será requisito indispensável a apresentação de diploma ou certificado do curso próprio ou equivalente ao da Fundação Ensino

Especializado de Saúde Pública, de acôrdo com o seu Estatuto.

Art. 22. Na organização de seu regime didático, inclusive de currículo dos seus cursos, a Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública não estará adstrita às exigências da legislação geral de ensino.

Parágrafo único. Para que os certificados de preparação de pessoal de nível médio da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública possam conferir a seus titulares prerrogativas profissionais, deverão ser observados pela Fundação os seguintes princípios:

1º a duração dos seus cursos de ensino médio não poderá ser inferior ao padrão instituído pela legislação geral;

2º não poderá ser eliminada disciplina que a legislação geral considere obrigatória, o que não impede, tendo em vista a formação de profissionais especializados de Saúde Pública, que qualquer disciplina possa ser ministrada com extensão maior ou menor do que a prevista na referida legislação;

3º não poderá ser dispensada a obrigatoriedade da frequência dos alunos regulares às aulas teóricas ou práticas e aos demais trabalhos escolares, podendo ser abolidas, entretanto, quaisquer fórmulas admitidas pela legislação geral e que importem indiretamente em dispensa de frequência.

Art. 23. A aplicação dos recursos provenientes do Tesouro Nacional será comprovada pelo Presidente da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, na forma da Lei.

Art. 24. Serão transferidos para a Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública e depositados na conta especial da mesma Fundação, no Banco do Brasil, os recursos consignados à Escola Nacional de Saúde Pública, do Ministério da Saúde, no Orçamento da União para o exercício de 1966.

Art. 25. A Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública gozará de isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, relativamente aos equipamentos de laboratório, às publicações e aos materiais científicos e didáticos de que necessite, que não tenham similar nacional.

Art. 26. Serão considerados públicos federais relevantes os serviços da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, para os efeitos de imunidade tributária.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo de Britto

Mem de Sá

Octavio Bulhões

Pedro Aleixo

LEI Nº 5.020 — DE 7 DE JUNHO
DE 1966

Dispõe sobre as promoções dos Oficiais da ativa da Aeronáutica, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Generalidades

Art. 1º A presente Lei tem por finalidade estabelecer os princípios, os requisitos e o processamento para as promoções dos Oficiais da ativa da Aeronáutica.

Art. 2º As promoções no Corpo de Oficiais da Aeronáutica da ativa são realizadas no interesse da Aeronáutica com o objetivo de atender:

1 — às necessidades de pessoal para a organização militar com base nos efetivos fixados em lei;

2 — ao justo aproveitamento dos valores profissionais para o desempenho das diferentes funções, principalmente as de comando, chefia e direção;

3 — ao adequado equilíbrio de acesso, de forma regular, gradual e sucessiva, aos postos da hierarquia militar.

Art. 3º O ingresso nos Quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da

ativa é feito no pósto inicial da escala hierárquica do respectivo Quadro.

Art. 4º O ingresso nos Quadros é permitido:

1 — aos possuidores de Curso de Escola de Formação de Oficiais da Aeronáutica da ativa;

2 — aos diplomados pelas faculdades civis reconhecidas pelo Governo Federal na forma estabelecida em lei, desde que habilitados em concurso, curso ou estágio organizado pelo Ministério da Aeronáutica, quando não haja Escola de Formação de Oficiais da Aeronáutica da ativa para o respectivo Quadro.

Art. 5º Para os Quadros do Serviço de Saúde, é considerado pósto inicial da escala hierárquica o de Primeiro-Tenente.

Art. 6º Para ingresso nos quadros, é necessário que o Aspirante ou Estagiário revele correta conduta civil e militar.

Art. 7º O acesso aos postos da hierarquia militar é feito através de promoções graduais e sucessivas, obedecendo aos princípios de antiguidade, merecimento ou escolha.

Parágrafo único Para atender a casos específicos, as promoções também poderão ser efetuadas por bravura em ressarcimento de preterição ou *post mortem*.

Art. 8º A ordem hierárquica de colocação dos oficiais no pósto inicial é ditada pela Antiguidade Seleccionada.

Parágrafo único Antiguidade Seleccionada é a ordem de colocação final, por aproveitamento em Curso da Escola de Formação, concurso curso ou estágio, de acôrdo com a exigência para ingresso nos Quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da ativa.

Art. 9º A efetivação da promoção só ocorrerá pela existência da vaga correspondente exceto as efetuadas por bravura em ressarcimento de preterição ou *post mortem*.

Art. 10. As vagas nos ditentes Quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da ativa são provenientes de:

- 1 — falecimento;
- 2 — aumento ou criação de quadros;
- 3 — promoção ao pósto superior,

4 — transferência para categoria especial;

5 — agregação;

6 — perda de patente,

7 — demissão;

8 — transferência para a reserva,

9 — reforma.

Art. 11 Os oficiais em condições de serem promovidos de acôrdo com os princípios estabelecidos nesta Lei, serão relacionados em Quadros de Acesso, por antiguidade, por merecimento ou por escolha organizados separadamente, para cada pósto e quadro.

Art. 12. A organização dos Quadros de Acesso é atribuição da Comissão de Promoções que relacionará os oficiais da seguinte forma:

1 — Quadros de Acesso por antiguidade;

Por ordem de precedência hierárquica.

2 — Quadros de Acesso por merecimento.

Por ordem decrescente do grau de merecimento, no julgamento da Comissão de Promoções.

3 — Quadros de Acesso por escolha.

Por ordem de precedência hierárquica.

§ 1º Para as promoções por merecimento serão sempre reformulados os correspondentes Quadros de Acesso, mesmo que não tenha havido promoção anterior em uma das datas fixadas no art. 52.

§ 2º Os Quadros de Acesso serão publicados nas condições previstas na regulamentação desta Lei.

§ 3º Os Quadros de Acesso por antiguidade serão constituídos pelos oficiais em condições de promoção colocados em ordem de precedência hierárquica até os seguintes limites:

a) efetivos ate 20	12
b) efetivos de 21 a 40	16
c) efetivos de 41 a 80	24
d) efetivos de 81 a 160	36
e) efetivos de 161 a 320	52
f) efetivos acima de 320	72

§ 4º Os Quadros de Acesso por merecimento são constituídos por metade do número de oficiais constantes dos correspondentes Quadros de Aces-

so por antiguidade, e seleccionados dentre esses, pela Comissão de Promoções.

§ 5º Os Quadros de Acesso por escolha, para promoção a Brigadeiro, serão constituídos pela metade do número de Coronéis, em condições de promoção, colocados em ordem de precedência hierárquica, até os limites abaixo fixados, seleccionados pela Comissão de Promoções:

- a) efetivos até 25 18
- b) efetivos de 26 a 50 20
- c) efetivos acima de 50 26

§ 6º Os Quadros de Acesso por escolha para promoção de Officiais-Generais serão constituídos pelos Officiais, em condições de promoção, colocados em ordem de precedência hierárquica, até os seguintes limites:

- a) efetivos até 10 — todos;
- b) efetivos acima de 10 — 10 mais 50% do que exceder de 10

Art. 13. Não poderá ser cogitado, incluído ou mantido em Quadros de Acesso, o official que estiver nas seguintes situações:

- 1 — “sub judice”;
- 2 — agregado sem direito a promoção;
- 3 — prisioneiro de guerra;
- 4 — desaparecido;
- 5 — extraviado.

§ 1º Considera-se “sub judice” o official:

a) preso preventivamente em flagrante delicto, enquanto a prisão não houver sido revogada;

b) condenado em sentença transitada em julgado, durante o cumprimento da pena;

c) condenado, mesmo beneficiado com “sursis”, durante a sua vigência;

d) denunciado em processo-crime, revogada ou não a prisão preventiva porventura imposta, enquanto não houver a sentença final transitado em julgado. Exclui-se o caso em que a denúncia não fôr aceita, quando, então, o official deixará de ser considerado “sub judice”, a partir da data em que tenha transitado em julgado o despacho do não-recebimento da denúncia;

e) na situação de desertor.

§ 2º Considera-se agregado, sem direito a promoção, o official:

- a) licenciado para tratar de interesse particular;
- b) licenciado para exercer atividades em organizações civis;
- c) desertor.

§ 3º Considera-se prisioneiro de guerra o official que, em campanha, fôr capturado por forças inimigas, até sua libertação ou repatriamento.

§ 4º Considera-se desaparecido o official do qual não haja notícia até 30 (trinta) dias, quando, comprovadamente, tenha desaparecido em viagem, acidente, operações ou calamidade pública.

§ 5º Considera-se extraviado, quando o desaparecimento ultrapassar de 30 (trinta) dias.

Art. 14. O official será excluído de qualquer Quadro de Acesso pela Comissão de Promoções, quando:

1 — fôr considerado incapaz para o acesso, temporária ou definitivamente;

2 — fôr enquadrado em qualquer uma das situações previstas no art. 13;

3 — tiver sido incluído indevidamente no Quadro de Acesso.

Art. 15. O official não incluído em Quadros de Acesso ou dêles excluído, por motivo de situação de prisioneiro de guerra, desaparecido ou extraviado, será incluído ou reincluído no correspondente Quadro de Acesso, desde que, cessado o motivo, satisfaça as condições para o acesso.

Parágrafo único. Este artigo também se aplica ao official que tendo estado na situação de “sub judice”, foi impronunciado ou absolvido por sentença passada em julgado.

Art. 16. As vagas abertas serão preenchidas, em cada posto, por promoção, da seguinte forma:

1 — as de 2º-Tenente, 1º-Tenente e Capitão, todas por antiguidade;

2 — as de Major — duas por antiguidade e uma por merecimento;

3 — as de Tenente-Coronel — uma por antiguidade e uma por merecimento;

4 — as de Coronel — uma por antiguidade e três por merecimento;

5 — as de Brigadeiro, Major-Brigadeiro e Tenente-Brigadeiro — tôdas por escolha.

Parágrafo unico. Serão preenchidas, exclusivamente por merecimento, as vagas do último posto, nos quadros em que não haja acesso ao posto de Brigadeiro.

Art. 17. Havendo num posto officiaes aguardando inclusão em seu quadro, as vagas que ocorrerem serão por elles preenchidas, por ordem de precedência hierárquica, e prioritariamente ao preenchimento das mesmas por promoções; exceptuam-se as vagas decorrentes da applicação das cotas compulsórias, de que trata a Lei de Inatividade dos Militares, as quaes serão preenchidas de acôrdo com a referida lei.

Art. 18. Os officiaes incluídos em categoria especial, e os agregados, não preenchem vagas e, quando promovidos, não alteram o cômputo das cotas previstas no art. 16; quando integrando Quadros de Acesso, são considerados como excedentes aos limites fixados no art. 12.

Parágrafo unico. Os officiaes de que trata este artigo serão incluídos em Quadros de Acesso:

a) por antiguidade — desde que sejam mais antigos do que o último official numerado incluído;

b) por merecimento — desde que constante do correspondente Quadro de Acesso por antiguidade e seleccionado pela Comissão de Promoções.

Art. 19. O preenchimento de vaga que deva ser feito pelo principio de antiguidade, na forma do art. 16 poderá ser processado pelo principio de merecimento, sem alterar a seqüência no cômputo de cotas futuras, desde que o official a ser promovido figure em primeiro lugar no Quadro de Acesso por merecimento.

Art. 20. A incapacidade do official para o acesso sera:

1 — temporária:

a) por falta de requisitos sanáveis para a promoção;

b) na situação de "sub judice";

c) agregado sem direito a promoção;

d) na situação de prisioneiro de guerra,

e) na situação de desaparecido ou extraviado;

f) quando em inspecção de saúde fôr julgado incapaz temporariamente, observadas as disposições desta Lei.

2 — definitiva, quando:

a) enquadrado em dispositivo de lei que acarrete sua passagem compulsória para a inatividade;

b) cogitado para integrar Quadros de Acesso, na forma desta Lei, não possuir diploma de curso exigido como requisito para acesso, esgotadas as possibilidades de obtê-lo;

c) fôr julgado incapaz, moral ou profissionalmente, em processo regular, na forma da legislação em vigor;

d) por falta de requisitos sanáveis, estiver fora de Quadro de Acesso por 2 (dois) anos consecutivos.

CAPÍTULO II

Requisitos Essenciais

Art. 21. Para a promoção por qualquer dos principios é necessário que o official possua, como requisitos essenciais, o intersticio, a aptidão física, o conceito moral e profissional e as condições peculiares a cada posto e quadro.

Art. 22. O intersticio é o periodo minimo de serviço, em cada posto, necessário para que o official adquira os conhecimentos imprescindíveis ao exercicio das funções attribuidas ao posto imediatamente superior.

§ 1º Os interstícios para promoção, nos diferentes postos, são:

a) a 2º-Tenente — 6 (seis) meses como aspirante;

b) a 1º-Tenente — 2 (dois) anos como 2º-Tenente;

c) a Capitão — 6 (seis) anos como Official Subalterno, dos quaes pelo menos 2 (dois) anos como 1º-Tenente;

d) a Major — 4 (quatro) anos como Capitão;

e) a Tenente-Coronel — 3 (três) anos como Major;

f) a Coronel — 2 (dois) anos como Tenente-Coronel;

g) a Brigadeiro — 2 (dois) anos como Coronel;

h) a Major-Brigadeiro — 2 (dois) anos como Brigadeiro;

2) a Tenente-Brigadeiro — 2 (dois) anos como Major-Brigadeiro.

§ 2º O interstício de Oficial Estagiário do Serviço de Saúde é fixado pela duração do curso ou estágio previsto em legislação especial, não podendo, no entanto, ser inferior a 6 (seis) meses.

Art. 23. A aptidão física exprime as condições de sanidade que habilitam o oficial ao exercício das atividades físicas funcionais, inerentes ao posto, quadro e categoria a que pertence.

§ 1º A aptidão física será verificada mediante inspeção de saúde, realizada por Junta Especial de Saúde, quando se tratar de pessoal funcionalmente obrigado ao voo, e por Junta Regular de Saúde, nos demais casos.

§ 2º O oficial hospitalizado, ou temporariamente incapaz, em consequência de acidente ocorrido em serviço, ou de moléstia adquirida em serviço, será considerado, para efeito de promoção, em relação à aptidão física da seguinte forma:

a) incluído ou mantido no Quadro de Acesso, satisfeitas as demais condições, desde que se encontre na situação de hospitalizado, ou incapaz temporariamente, até 12 (doze) meses consecutivos, referidos à data em que teve início a sua hospitalização ou incapacidade temporária,

b) excluído do Quadro de Acesso, se a hospitalização, ou incapacidade temporária, exceder de 12 (doze) meses consecutivos;

c) os prazos verificados nas letras a e b acima, quando se tratar de incapacidade temporária resultante de acidente aéreo em serviço autorizado por ordem de missão, será de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 3º O oficial enquadrado na letra b do parágrafo anterior, que venha a ser julgado apto em nova inspeção de saúde, realizada por Junta Superior de Saúde, antes de haver atingido o vigésimo-quarto mês de incapacidade física continuada, terá sua situação estabelecida na regulamentação desta Lei.

Art. 24. O conceito constitui requisito para promoção, por aferir conjunto de qualidades morais do oficial e as qualidades profissionais reveladas e aperfeiçoadas durante o desempenho de suas atividades militares.

Parágrafo único. As instruções sobre avaliação, análise e processamento do conceito serão estabelecidas na regulamentação desta Lei.

Art. 25. As condições peculiares de acesso serão estabelecidas na regulamentação desta Lei, devendo, entre outras, ser consideradas as seguintes:

1 — para promoção ao posto de Major — o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, previsto para o correspondente quadro;

2 — para promoção ao posto de Coronel no Quadro de Oficiais-Aviadores — o Curso de Estado-Maior da Aeronáutica;

3 — para promoção ao posto de Brigadeiro no Quadro de Oficiais-Aviadores — o Curso Superior de Comando da Aeronáutica;

4 — para promoção ao posto de Coronel no Quadro de Oficiais-Intendentes e no Quadro de Oficiais-Médicos — o Curso de Direção de Serviço.

CAPÍTULO III

Promoção por Antiguidade

Art. 26. A antiguidade é a precedência hierárquica de um oficial sobre os demais do mesmo posto, estabelecida de acordo com as leis e os regulamentos em vigor.

Art. 27. As vagas de cada posto e quadro, correspondentes às cotas de antiguidade serão preenchidas sucessivamente pela promoção dos oficiais de acordo com a ordem de colocação dos mesmos no Quadro de Acesso por antiguidade.

Parágrafo único. O oficial agregado por motivo de licença para tratamento de saúde de pessoa da família só concorrerá à promoção pelo princípio de antiguidade.

Art. 28. Os oficiais incluídos em categoria especial e os agregados, quando em Quadros de Acesso por antiguidade, serão promovidos por esse princípio sempre que oficial mais moderno numerado do mesmo posto e quadro houver sido promovido por antiguidade.

CAPÍTULO IV

Promoção por Merecimento

Art. 29. O merecimento é o conjunto de atributos que distinguem e

realçam o valor do official entre os seus pares. Tem por base as qualidades profissionais, morais e intellectuais de cada um e a proficiência no desempenho das funções exercidas.

Art. 30. As vagas de cada posto e quadro correspondentes às cotas de merecimento, serão preenchidas successivamente pela promoção dos officiaes de accordo com a ordem de colocação dos mesmos no Quadro de Acesso por merecimento.

Art. 31. Os officiaes incluídos em categoria especial e os agregados, quando em Quadros de Acesso por Merecimento, serão promovidos por esse principio, sempre que official numerado e colocado abaixo d'elles nos referidos Quadros de Acesso houver sido promovido por merecimento.

CAPITULO V

Promoção por Escolha

Art. 32. A Promoção por Escolha é a forma pela qual é processado o acesso aos postos de Official-General, no Corpo de Officiaes da Aeronautica da ativa.

Art. 33. A escolha e ato da competência do Presidente da Republica recaindo a mesma em officiaes seleccionados de Quadros de Acesso por Escolha e apresentados em Listas para Promoção.

§ 1º O numero de officiaes numerados promovidos deverá ser igual ao de vagas existentes.

§ 2º Os officiaes incluídos em Categoria Especial poderão ser promovidos desde que não ultrapassem o total de officiaes numerados previsto no parágrafo anterior.

Art. 34. As Listas para promoção, organizadas em função do numero de vagas, são relações de officiaes de cada posto e quadro seleccionados dos correspondentes Quadros de Acesso por Escolha e sobre os quais recairá a preferência do Presidente da Republica para a promoção aos postos de Official-General.

§ 1º Os officiaes do Quadro de Officiaes-Aviadores de categoria especial, colocados em Quadros de Acesso por Escolha acima de officiaes numerados incluídos em Listas para Promoção, serão também incluídos nas correspondentes listas para promoção a critério da Comissão Especial.

§ 2º Os officiaes incluídos nas Listas para Promoção na forma do parágrafo anterior serão considerados como excedentes aos limites fixados no art. 38.

Art. 35. As Listas para Promoção são constituídas por officiaes seleccionados de Quadros de Acesso por Escolha pelo Julgamento de uma Comissão Especial tendo como membros natos o Ministro da Aeronautica e o Chefe do Estado-Maior da Aeronautica.

§ 1º Os demais membros da Comissão Especial são convocados pelo Ministro da Aeronautica dentre os Tenentes-Brigadeiros e Majores-Aviadores do Quadro de Officiaes-Aviadores, em função.

§ 2º A seleção de officiaes para constituirem as Listas para Promoção, será realizada em reunião da Comissão Especial com a presença de no mínimo 5 (cinco) membros incluído o seu Presidente, salvo quando se tratar de promoção ao posto de Tenente-Brigadeiro quando então serão convocados apenas os Tenentes-Brigadeiros.

§ 3º No impedimento do Ministro da Aeronautica, a Comissão Especial será presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Aeronautica.

Art. 36. A Comissão Especial registrará em ata o julgamento eito em cada reunião e a respectiva apuração de votos.

Art. 37. Os officiaes, inclusive os de categoria especial, serão relacionados nas Listas para Promoção em ordem decrescente do numero de votos obtidos no julgamento da Comissão Especial.

Parágrafo unico. No caso de empate a colocação dos officiaes nas Listas para Promoção será determinada pela precedência hierárquica.

Art. 38. Em função das vagas dos postos de Official-General as Listas para Promoção serão constituídas de:

1 - Quadro de Officiaes-Aviadores;

a) promoção ao posto de Brigadeiro;

1 - para a primeira vaga; 3 (três) Coronéis numerados, ou assim considerados seleccionados dentre os collocados no Quadro de Acesso;

2 — para cada vaga subsequente: mais 2 (dois) Coronéis numerados, ou assim considerados, selecionados dentre os colocados no Quadro de Acesso.

b) promoção aos postos de Major-Brigadeiro e Tenente-Brigadeiro:

1 — para a primeira vaga: 3 (três) Brigadeiros ou Majores-Brigadeiros numerados, ou assim considerados, selecionados dentre os colocados no Quadro de Acesso correspondente;

2 — para cada vaga subsequente: mais 1 (um) Brigadeiro ou Major-Brigadeiro numerado ou assim considerado, selecionado dentre os colocados no Quadro de Acesso correspondente.

II — Quadro de Oficiais-Intendentes e de Oficiais-Médicos:

a) promoção ao posto de Brigadeiro.

1 — para a primeira vaga: 3 (três) Coronéis numerados, ou assim considerados, selecionados dentre os colocados no Quadro de Acesso correspondente;

2 — para cada vaga subsequente: mais 2 (dois) Coronéis numerados, ou assim considerados, selecionados dentre os colocados no Quadro de Acesso correspondente;

b) promoção ao posto de Major-Brigadeiro: todos os Brigadeiros constantes do Quadro de Acesso correspondente.

Art. 39. Os Coronéis e Oficiais-Generais não incluídos em Categoria Especial, quando agregados e em Quadros de Acesso, serão considerados como numerados para os efeitos de seleção relacionamento e promoção.

Parágrafo único. Aos oficiais promovidos na forma deste artigo não se aplica o disposto no art. 18.

Art. 40. O oficial cujo nome constar por quatro vezes consecutivas em primeiro lugar na lista para promoção não poderá deixar de ser promovido, quando da sua apresentação pela quarta vez.

Art. 41. O Ministro da Aeronáutica apresentará ao Presidente da República até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de abertura da vaga, as Listas para Promoção.

Parágrafo único. As Listas para Promoção serão organizadas considerando-se as vagas existentes em cada posto e quadro, e aquelas que decorrem do preenchimento das mesmas.

CAPÍTULO VI

Promoção por Bravura

Art. 42. Bravura é o ato meritório que, ultrapassando o cumprimento do dever militar, é praticado com despreendimento e risco de vida.

Art. 43. A bravura, em casos de operações de guerra constitui motivo de promoção.

§ 1º Para efeito deste artigo, a bravura deverá ser comprovada na forma estabelecida na regulamentação desta Lei.

§ 2º A Promoção por Bravura será feita, independente de vaga ou condições, pelo Comandante do Teatro de Operações, pelo Comandante-em-Chefe ou pelo Presidente da República.

§ 3º O Governo, posteriormente, proporcionará ao promovido a oportunidade de satisfazer as condições exigidas para o acesso.

CAPÍTULO VII

Promoção em Ressarcimento de Preterição

Art. 44. Promoção em Ressarcimento de Preterição é aquela que é feita após ser reconhecido o direito de um oficial preterido à promoção que lhe caberia.

Art. 45. A Promoção em Ressarcimento de Preterição ocorrerá após o reconhecimento, "ex officio" ou recorrido do direito assecutorio da promoção.

Parágrafo único. Cabe a Comissão de Promoções a abertura do processo, quando o reconhecimento for "ex officio", ou sua informação, quando recorrido.

Art. 46. A antiguidade do oficial promovido em ressarcimento de preterição será contada da data estabelecida no ato em que lhe for reconhecido o direito à promoção.

Art. 47. O oficial incluído ou re-incluído em Quadro de Acesso por

Antiguidade ou por Merecimento na forma do disposto no art. 15 será promovido em ressarcimento de preterição, a contar da data em que lhe caberia a promoção por Antiguidade ou Merecimento.

Parágrafo único. As promoções efetuadas na forma deste artigo não dependerão de vagas.

CAPÍTULO VIII

Promoção "Post Mortem"

Art. 48. Promoção *Post Mortem* é aquela efetuada após o falecimento do militar.

Art. 49. A Promoção *Post Mortem* é feita de conformidade com a legislação em vigor.

CAPÍTULO IX

Efetivação das Promoções

Art. 50. As promoções pelos diversos princípios, exceto o de bravura, são efetivadas por Portaria Ministerial até o posto de Capitão, e por Decreto Presidencial para os demais postos.

Art. 51. A promoção ao posto inicial dos quadros satisfeitas as condições ocorrerá em qualquer época, o mesmo acontecendo com as nomeações e inclusões.

Art. 52. As promoções por Antiguidade e Merecimento se efetuarão nos dias 20 de janeiro, 22 de abril, 20 de julho e 23 de outubro para preenchimento das vagas abertas até os dias 10 de janeiro, 12 de abril, 10 de julho e 13 de outubro respectivamente.

Art. 53. As promoções por Escolha serão efetivadas a partir da apresentação da Lista para promoção.

CAPÍTULO X

Recurso

Art. 54. O recurso é o meio legal de que dispõe o oficial ou Aspirante-a-Oficial, para pleitear o reconhecimento de um direito que julga lhe tenha sido negado.

Parágrafo único. Os prazos e processamento do recurso, serão fixados na regulamentação desta Lei.

CAPÍTULO XI

Comissão de Promoções

Art. 55. A Comissão de Promoções, diretamente subordinada ao Ministro da Aeronáutica, é o órgão encarregado do estudo de todos os assuntos relativos a promoções no Corpo de Oficiais da Aeronáutica da ativa.

Art. 56. O Presidente da Comissão de Promoções é o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 57. Compete essencialmente à Comissão de Promoções:

1 — organizar os Quadros de Acesso para promoção pelos diversos princípios;

2 — assistir à Comissão Especial na organização das Listas para Promoção;

3 — encaminhar ao Ministro da Aeronáutica, com parecer, os recursos interpostos;

4 — formular e emitir pareceres sobre promoções, merecimento profissional, precedência hierárquica e colocação nos Quadros de Acesso ou no Almanaque dos Oficiais da Aeronáutica;

5 — providenciar os documentos indispensáveis à elaboração dos Quadros de Acesso, determinando as organizações as providências necessárias;

6 — propor ao Ministro da Aeronáutica agregações e reversões de oficiais, nos processos que impliquem em promoções.

Art. 58. A Comissão de Promoções é constituída por 7 (sete) Membros Efetivos e 5 (cinco) Membros Suplentes, todos Oficiais-Generais do Quadro de Oficiais-Aviadores.

§ 1º Dos 7 (sete) Membros Efetivos, 2 (dois) são considerados Membros Natos, e 5 (cinco), Membros Temporários.

a) São Membros Natos o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica e o Diretor-Geral do Pessoal da Aeronáutica;

b) os Membros Temporários são designados anualmente, por decreto, na segunda quinzena do mês de dezembro, coincidindo com o ano civil imediato o período de exercício de funções na Comissão de Promoções.

§ 2º Os Membros Suplentes são designados no mesmo decreto de designação dos Membros Temporários coincidindo com o ano civil imediato ao período de exercício da suplência.

§ 3º A Comissão de Promoções será acrescida de 2 (dois) membros o Diretor-Geral de Intendência e o Diretor-Geral de Saúde convocados para a organização dos Quadros de Acesso de Oficiais-Intendentes, Oficiais-Médicos e Oficiais-Farmacêuticos.

Art. 59. Os Membros Efetivos serão substituídos por Membros Suplentes em seus impedimentos eventuais.

§ 1º No impedimento do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica as reuniões da Comissão de Promoções serão presididas pelo Membro Efetivo ou Suplente de maior precedência hierárquica.

§ 2º O Diretor-Geral de Intendência e o Diretor-Geral de Saúde serão substituídos pelo oficial do respectivo quadro que lhe seguir na escala hierárquica e que esteja em função.

Art. 60. Se imperiosa necessidade do serviço ou motivo de saúde puder impedir a presença de qualquer dos membros aos trabalhos da Comissão de Promoções os quais preterem qualquer outro serviço que não os da Justiça.

Art. 61. Os membros temporários não poderão exercer consecutivamente funções na Comissão de Promoções por período superior a 2 (dois) anos.

Art. 62. A Comissão de Promoções disporá de uma Secretaria, chefiada por um Coronel-Aviador, com organização e funcionamento fixados na regulamentação desta Lei.

Parágrafo único. A Comissão de Promoções disporá de um Regimento Interno, baixado por ato ministerial.

Art. 63. As normas de trabalho reguladoras do funcionamento e das atribuições da Comissão de Promoções serão fixadas na regulamentação desta Lei.

CAPÍTULO XII

Disposições Finais

Art. 64. O Aspirante-a-Oficial que, uma vez completado o interstício, deixar de ser promovido por não possuir correta conduta civil ou militar,

ou por indisciplina de vôo, poderá ser licenciado do serviço ativo, mediante proposta da Comissão de Promoções.

Parágrafo único. Será, também por proposta da Comissão de Promoções, licenciado do serviço ativo o Aspirante-a-Oficial que, por conceito desfavorável, deixar de ser promovido na época regulamentar e que, 6 (seis) meses após haver completado o interstício, não satisfaça, ainda, essas condições para a promoção.

Art. 65. O oficial estagiário designado durante o curso ou estágio, por lhe faltar correta conduta e conceito favorável, retornará à situação que tinha antes da matrícula.

Art. 66. O oficial promovido indevidamente será agregado ao quadro a que pertence, sem contar antiguidade no novo posto.

Parágrafo único. O oficial agregado, na forma deste artigo, desagregará quando lhe couber a promoção de acordo com esta Lei.

Art. 67. O oficial promovido em ressarcimento de preterição retornará à sua situação hierárquica, sendo considerado excedente o oficial mais moderno do posto e quadro correspondentes, se for o caso.

Art. 68. Aos oficiais que estiverem matriculados em curso do Instituto Tecnológico da Aeronáutica ou do Instituto Militar de Engenharia, ou que concluírem com aproveitamento os referidos cursos, há menos de 2 (dois) anos da data em que lhes caiba promoção ao posto de Major, não se aplica, para efeito dessa promoção, o disposto no item 1 do art. 25 desta Lei.

Parágrafo único. Os oficiais promovidos na forma deste artigo ficam obrigados ao cumprimento da exigência do item 1 do art. 25, para que possam ser incluídos em Quadro de Acesso para promoção ao posto de Tenente-Coronel.

Art. 69. O Alto Comando da Aeronáutica, quando for ativado, assumirá as atribuições da Comissão Especial de que trata o art. 35 desta Lei.

Art. 70. Os casos omissos serão resolvidos pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO XIII

Disposições Transitórias

Art. 71. Esta lei não se aplica aos oficiais do Quadro Complementar de

Aviadores, de que trata o Decreto-lei nº 3.448, de 23 de julho de 1941

Art. 72. As promoções dos oficiais homólogos do Quadro de Infantaria-de-Guarda serão processadas da seguinte forma:

1) as de Antiguidade — de acordo com o disposto em regulamentação específica;

2) as de Merecimento — em numero igual ao de oficiais numerados promovidos do mesmo posto, satisfeitas, ainda, as condições estabelecidas nesta Lei e na sua regulamentação.

Art. 73. Aos atuais Primeiros-Tenentes que já tenham completado o interstício previsto para seu posto pelo Decreto nº 48.983, de 1º de outubro de 1960, não se aplica a exigência da letra c do § 1º do art. 22 desta Lei.

Art. 74. Aos atuais Tenentes-Coronéis do Quadro de Oficiais-Intendentes e Quadro de Oficiais-Médicos, não se aplica o disposto no item 4 do artigo 25, durante o período de carência de 2 (dois) anos, contados da data de vigência desta Lei.

§ 1º Os oficiais promovidos de conformidade com este artigo ficam obrigados à realização do Curso de Direção de Serviços, no prazo máximo de 3 (três) anos, contados a partir da data de promoção ao posto de Coronel.

§ 2º Os oficiais enquadrados no presente artigo estarão incapacitados definitivamente para o acesso, na forma estabelecida nesta Lei, se, dentro do prazo fixado no parágrafo anterior e por motivo dependente do interessado, não realizarem o Curso de Direção de Serviços.

Art. 75. Dentro de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Lei, o Poder Executivo baixará a sua regulamentação.

Art. 76. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Gomes

LEI Nº 5.021 — DE 9 DE JUNHO DE 1966

Dispõe sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança, a servidor público civil.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança, a servidor público federal, da administração direta ou autárquica, e a servidor público estadual e municipal, somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data do ajuizamento da inicial.

§ 1º — VETADO

§ 2º Na falta de crédito, a autoridade coatora ou a repartição responsável pelo cumprimento da decisão, encaminhará, de imediato, a quem de direito, o pedido de suprimimento de recursos, de acordo com as normas em vigor.

§ 3º A sentença que implicar em pagamento de atrasados será objeto, nessa parte, de liquidação por cálculo (artigos 906 a 908 do Código de Processo Civil), procedendo-se, em seguida, de acordo com o art. 204 da Constituição Federal.

§ 4º Não se concederá medida liminar para efeito de pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias.

Art. 2º A autoridade administrativa ou judiciária que ordenar a execução de pagamento com violação das normas constantes do artigo anterior incorrerá nas sanções do art. 315 do Código Penal e pena acessória correspondente.

Art. 3º A autoridade que deixar de cumprir o disposto no § 2º do art. 1º incorrerá nas sanções do art. 317, § 2º do Código Penal e pena acessória correspondente.

Art. 4º Para os efeitos da presente lei, aplica-se às autarquias o procedimento disposto no art. 204 e seu parágrafo único da Constituição Federal.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de junho de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Zilmar de Araripe Macedo

Arthur da Costa e Silva

Juracy Magalhães

Octavio Bulhões

Juarez Távora

Ney Braga

Pedro Aleixo

Armando de Oliveira Assis

Eduardo Gomes

Raymundo de Britto

Paulo Egidio Martins

Mauro Thibau

Roberto Campos

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 5.022 — DE 9 DE JUNHO
DE 1966

Altera o Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' elevado de 1 (um) para 3 (três) o número de cargos de Eletricista-Auxiliar símbolo PJ-9, do Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal constante da Lei número 4.279, de 4 de novembro de 1963.

Art. 2.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário, Supremo Tribunal Federal, o crédito suplementar de Cr\$ 4.000.000 (quatro milhões de cruzeiros), em reforço às suas dotações de pessoal Civil e Salário-Família.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de junho de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.023 — DE 9 DE JUNHO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros), para aquisição de nove viaturas destinadas aos seus serviços.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros), para aquisição de 9 (nove) viaturas destinadas aos seus serviços.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de junho de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.024 — DE 10 DE JUNHO
DE 1966

Institui o Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º. Fica criado, na forma dos anexos, o Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), órgão diretamente subordinado à Presidência da República, na conformidade do disposto na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Parágrafo único. Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos e dos símbolos de vencimentos dos cargos em comissão constantes

dos anexos a que se refere este artigo são os previstos na legislação em vigor para os servidores públicos civis do Poder Executivo.

Art. 2º. São incluídos no quadro de pessoal de que trata o artigo anterior os cargos ocupados pelos funcionários da extinta Comissão Técnica de Rádio transferidos para o Conselho Nacional de Telecomunicações, por força do disposto no art. 116 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelos Decretos ns 52.749, de 24 de outubro de 1963, nº 55.818, de 8 de março de 1965, cujos nomes e situação funcional constam discriminados em relação nominal anexa à presente lei.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 3º Os funcionários que, na data de publicação desta lei, se encontrarem em exercício no Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), poderão optar pelo ingresso no Quadro de Pessoal previsto no art. 1º da mesma.

§ 1º A opção de que trata este artigo será manifestada pelo funcionário no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da vigência desta lei e deverá ser apreciada no interesse exclusivo da Administração.

§ 2º Aceita a opção, o funcionário passará a integrar o Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), mediante inclusão, abrindo-se, concomitantemente vagas nos quadros de origem.

Art. 4º Além dos funcionários do Quadro de Pessoal, o Conselho Nacional de Telecomunicações poderá dispor de pessoal temporário e especialista temporário admitido na forma do artigo 23, item II, e do artigo 26 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 5º Fica alterada para Divisão de Economia e Estatística a denominação da atual Divisão de Estatística do Departamento Nacional de Telecomunicações a que se refere o artigo 25, item IV da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Art. 6º Os cargos do Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações serão providos, atendida a disposição contida no artigo 55

da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, até 30% (sessenta por cento) de sua totalidade no exercício de 1966; até 30% (trinta por cento) no exercício de 1967; e o número restante no exercício de 1968.

Parágrafo único. Para atender as despesas decorrentes do disposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros).

Art. 7º Quando existirem apenas dois partidos políticos, a representação no CONTEL se fará com a indicação de dois membros pelo partido majoritário e um pelo partido minoritário.

Parágrafo único. As atuais organizações políticas serão atribuídas os mesmos direitos de partidos, baseando-se as indicações nas respectivas representações no Congresso Nacional.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Octavio Bulhões.

Os anexos a que se refere o art. 1º foram publicados no D.O. de 13-6-66.

LEI Nº 5.025 — DE 10 DE JUNHO DE 1966

Dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Conselho Nacional do Comércio Exterior

Art. 1º É criado o Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX), com a atribuição de formular

a política de comércio exterior, bem como determinar, orientar e coordenar a execução das medidas necessárias à expansão das transações comerciais com o Exterior.

Art. 2º Compete ao Conselho Nacional do Comércio Exterior, ouvido nas deliberações relacionadas com os artigos terceiro e quarto da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o Conselho Monetário Nacional:

I — Traçar as diretrizes da política de comércio exterior.

II — Adotar medidas de controle das operações do comércio exterior, quando necessárias ao interesse nacional.

III — Pronunciar-se sobre a conveniência da participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior.

IV — Formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política de financiamento da exportação.

Art. 3º Compete, privativamente, ao Conselho Nacional de Comércio Exterior:

I — Baixar as normas necessárias à implementação da política de comércio exterior, assim como orientar e coordenar a sua expansão.

II — Modificar, suspender ou suprimir exigências administrativas ou regulamentares, com a finalidade de facilitar e estimular a exportação, bem como disciplinar e reduzir os custos da fiscalização.

III — Decidir sobre normas, critérios e sistemas de classificação comercial dos produtos objeto do comércio exterior.

IV — Estabelecer normas para a fiscalização de embarque e dispor sobre a respectiva execução, com vistas à redução de custos.

V — Traçar a orientação a seguir nas negociações de acordos internacionais relacionados com o comércio exterior e acompanhar a sua execução.

Art. 4º Compete, ainda, ao Conselho:

I — Recomendar diretrizes que articulem o emprego do instrumento aduaneiro com os objetivos gerais da política de comércio exterior, observados o interesse e a evolução das atividades industriais e agrícolas.

II — Opinar, junto aos órgãos competentes, sobre fretes dos transportes internacionais, bem como sobre política portuária.

III — Estabelecer as bases da política de seguros no comércio exterior.

IV — Recomendar medidas tendentes a amparar produções exportáveis, considerando a situação específica dos diversos setores da exportação, bem como razões estruturais, conjunturais ou circunstanciais que afetem negativamente aquelas produções.

V — Sugerir medidas cambiais, monetárias e fiscais que se recomendem do ponto de vista do intercâmbio com o exterior.

VI — Opinar sobre a concessão do regime de Entrepósitos, Áreas Livres, Zonas Francas e Portos Livres, com vistas a atender às conveniências da política de comércio exterior.

VII — Acompanhar e promover estudos sobre a política comercial formulada por organismos internacionais e sobre a política aplicada por outros países ou agrupamentos regionais, que possam interessar à economia nacional.

VIII — Opinar, na esfera do Poder Executivo ou quando consultado por qualquer das Casas do Congresso Nacional, sobre anteprojetos e projetos de lei que se relacionem com o comércio exterior ou adotem medidas que neste possam ter implicações.

Art. 5º Na formulação e execução da política de comércio exterior serão considerados, entre outros, os seguintes objetivos principais:

I — A criação de condições internas e externas capazes de conferir maior capacidade competitiva aos produtos brasileiros no exterior.

II — A crescente diversificação da pauta de produtos exportáveis, especialmente através de estímulos apropriados à exportação de produtos industriais.

III — A ampliação de mercados externos, quer mediante incentivos à penetração de novos produtos em mercados tradicionais, quer através da conquista de novos mercados.

IV — A preservação do suprimento regular, à economia nacional, de matérias primas, produtos intermediários e bens de capital necessários

ao desenvolvimento económico do País.

Art. 6º O Conselho Nacional do Comércio Exterior será presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio e integrado pelos seguintes membros:

— Ministro das Relações Exteriores ou seu representante;

— Ministro do Planejamento e da Coordenação Económica ou seu representante;

— Ministro da Fazenda ou seu representante;

— Ministro da Agricultura ou seu representante;

— Presidente do Banco Central da República do Brasil ou seu representante;

— Presidente da Comissão de Marinha Mercante;

— Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil Sociedade Anônima;

— Presidente do Conselho de Política Aduaneira;

— Três (3) representantes da iniciativa privada, indicados em lista triplíce pela Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Nacional do Comércio, e Confederação Nacional da Indústria, e designados pelo Ministro da Indústria e do Comércio.

§ 1º Em suas faltas ou impedimentos como Presidente do Conselho, o Ministro da Indústria e do Comércio será substituído pelo Ministro das Relações Exteriores e, na ausência deste, pelo Ministro do Planejamento e da Coordenação Económica.

§ 2º O Presidente do Conselho poderá solicitar a presença de titulares de outros órgãos, quando necessário, nas reuniões em que houver decisões sobre assuntos de interesse do setor respectivo.

Art. 7º As deliberações do Conselho Nacional do Comércio Exterior que devam ser cumpridas, por pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado, somente vigorarão depois de publicadas pelo *Diário Oficial da União*.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos membros do Conselho.

Art. 8º As Comissões ou Grupos existentes de natureza executiva ou

consultiva, que tratem de assuntos específicos do comércio exterior ficam subordinados às normas e diretrizes do Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Parágrafo único. É o Conselho autorizado a constituir outras comissões ou grupos a que se refere este artigo, sempre que conveniente ao cumprimento dos objetivos da presente lei.

Art. 9º Na qualidade de principal órgão executor das normas, diretrizes e decisões do Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX), conforme definido no capítulo II desta Lei, proverá o Banco do Brasil Sociedade Anônima, através de sua Carteira de Comércio Exterior, os serviços da Secretaria Geral do Conselho, a qual incumbirá precipua-

mente:

a) preparar os trabalhos e expedientes para deliberação do Conselho, bem como elaborar estudos técnicos referentes a matéria de competência do Conselho, ou por este solicitados;

b) superintender as providências administrativas e exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Regulamento.

Art. 10. Para a realização das tarefas de estudo, planejamento e ordenação necessárias à execução das atribuições referidas neste artigo, o Banco utilizará o pessoal técnico de seus próprios quadros, podendo, entretanto, o Presidente do Conselho Nacional do Comércio Exterior, sempre que necessário, requisitar servidores públicos federais, autárquicos ou de empresas de economia mista que possuam conhecimentos especializados sobre comércio exterior.

§ 1º Os órgãos representados no Conselho prestarão toda colaboração que lhes for solicitada, na conformidade dos objetivos desta lei, devendo ainda complementar, no âmbito de suas atribuições, os trabalhos e tarefas da Secretaria Geral.

§ 2º Ao pessoal requisitados nos termos deste artigo serão assegurados, nos seus de origem, todos os direitos e vantagens dos respectivos cargos.

§ 3º As entidades representativas dos diversos setores económicos poderão designar assessores para cooperarem em estudos específicos.

Art. 11. As condições de execução e remuneração dos serviços que não se caracterizarem como operações bancárias usuais, a serem realizados por intermédio da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A., serão objeto de contratação entre eles e a União Federal que será representada pelos Ministros da Fazenda e da Indústria e do Comércio conjuntamente.

Art. 12. O Conselho Nacional do Comércio Exterior decidirá de sua própria organização, elaborando o seu regimento interno, no qual serão definidas as atribuições de seus membros e as normas de funcionamento da Secretaria-Geral.

CAPÍTULO II

Das Órgãos Executivos

Art. 13. O Banco do Brasil S. A., através de sua Carteira de Comércio Exterior, atuará no âmbito interno, como principal órgão executor das normas, diretrizes e decisões do Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Art. 14. O artigo 2º da Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º Nos termos dos artigos 19 e 59, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, compete ao Banco do Brasil S. A., através da sua Carteira de Comércio Exterior, observar as decisões, normas e critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior:

I — Emitir licenças de exportação e importação, cuja exigência será limitada aos casos impostos pelo interesse nacional.

II — Exercer, prévia ou posteriormente a fiscalização de preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de exportação, diretamente ou em colaboração com quaisquer outros órgãos governamentais.

III — Exercer, prévia ou posteriormente, a fiscalização de preços, pesos, medidas, qualidades e tipos nas operações de importação, respeitadas as atribuições e competência das repartições aduaneiras.

IV — Financiar a exportação e a produção para exportação de produ-

tos industriais, bem como, quando necessário, adquirir ou financiar, por ordem e conta do Tesouro Nacional, estoques de outros produtos exportáveis.

V — Adquirir ou financiar, por ordem e conta do Tesouro Nacional, produtos de importação necessários ao abastecimento do mercado interno, ao equilíbrio dos preços e à formação de estoques reguladores, sempre que o comércio importador não tenha condições de fazê-lo de forma satisfatória.

VI — Colaborar, com o órgão competente, na aplicação do regime da similaridade e do mecanismo do “draw-back”.

VII — Elaborar, em cooperação com os órgãos do Ministério da Fazenda, as estatísticas do comércio exterior.

VIII — Executar quaisquer outras medidas relacionadas com o comércio exterior que lhe forem atribuídas.

Art. 15. No caso de dúvidas quanto aos preços a que se refere o item III, do artigo 2º, da Lei 2.145, de 29 de dezembro de 1953, poderá a CACEX solicitar, dos importadores ou às repartições governamentais no exterior, elementos comprobatórios do preço de venda dos produtos no mercado interno do país exportador.

Art. 16. Ao Ministério das Relações Exteriores caberá a execução, no âmbito externo, da política de comércio exterior estabelecida pelo Conselho.

Parágrafo único. As repartições Diplomáticas e os Consulados, as Autarquias e Sociedades de Economia Mista, no exterior, trabalharão coordenadamente fornecendo ao Conselho toda a colaboração e as informações necessárias.

CAPÍTULO III

Das Normas, Formalidades e Procedimentos

Art. 17. É obrigatório o registro do exportador, na CACEX, nos termos da Lei nº 4.557, de 10 de dezembro de 1964, salvo nos casos a que se referem os itens *d*, *e*, *g* e *h*, do artigo 20 e outros a critério do Conselho, que baixará instruções a respeito.

Parágrafo único. O registro do exportador na CACEX é válido para

todos os fins necessários, no processamento da exportação.

Art. 18. Fica o Conselho autorizado a orientar, disciplinar ou modificar a marcação de volumes que contenham produtos destinados à exportação, regulada pela Lei nº 4.557, de 10 de dezembro de 1964, desde que para facilitar e simplificar operações de exportação.

Art. 19. Os produtos agrícolas; pecuários, matérias-primas minerais e pedras preciosas destinados à exportação deverão ser classificados, padronizados ou avaliados, previamente quando assim o exigir o interesse nacional, observado o disposto no artigo 20.

Art. 20. O Conselho Nacional do Comércio Exterior baixará os atos necessários à máxima simplificação e redução de exigências de papéis e trâmites no processamento das operações de exportação e deverá, também, de imediato, promover, definir e regular:

a) a determinação dos produtos a que se refere o art. 19, destinados à exportação que devam ser previamente classificados, padronizados ou avaliados, bem como as normas e critérios a serem adotados e o sistema de fiscalização e certificação;

b) a fiscalização de embarque, por qualquer via, e as medidas que visem a sua unificação, orientação e disciplina;

c) a seleção, ouvidos os órgãos competentes, dos portos e postos de fronteiras aptos a realizarem exportações para os fins do item anterior;

d) a remessa de amostras e pequenas encomendas e as normas disciplinadoras de seu embarque;

e) a exportação, por qualquer via, de mercadorias destinadas exclusivamente ao consumo ou ao uso dos órgãos oficiais brasileiros no exterior, organismos internacionais e representações diplomáticas de outros países em território estrangeiro, bem como para o seu respectivo pessoal.

f) o exercício das atividades das organizações comerciais dedicadas à exportação, sob a forma de sociedades, associações, consórcios, comissões, ou qualquer outra, inclusive órgãos de classe;

g) a remessa para o exterior de produtos e materiais destinados à análise de laboratórios de produção industrial e recuperação; de projetos,

plantas e desenhos industriais de instalações e de material de propaganda comercial e turística;

h) a venda de produtos nacionais ou nacionalizados a pessoas que estejam saindo do País, mediante entrega na embarcação, aeronave ou fronteira.

§ 1º Na classificação, padronização e avaliação, a que se refere o item a, deste artigo, ter-se-ão em vista tipos comerciais definidos e adequados às exigências internacionais e às conveniências da política de exportação.

§ 2º Na exportação de produtos primários sujeitos à classificação, o portador deverá declarar as características do produto, na forma que dispuser o Conselho, o que será comprovado quando da fiscalização do seu embarque.

§ 3º O Conselho determinará o procedimento a ser seguido, nos casos em que o importador estrangeiro exigir do exportador brasileiro certificação ou declaração específica de classificação, avaliação ou padronização.

§ 4º VETADO.

§ 5º VETADO.

§ 6º VETADO.

§ 7º VETADO.

Art. 21. Ficam transferidas para o Conselho Nacional do Comércio Exterior as atribuições previstas no item III, do artigo 2º, da Lei Delegada nº 5, de 26 de setembro de 1962; no artigo 51 e seu parágrafo único, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964; alínea b, do artigo 15, da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, que modificou a alínea b do artigo 6º da Lei nº 86, de 8 de setembro de 1947; e no Decreto-lei nº 9.670, de 21 de agosto de 1946, que modificou o Decreto-lei nº 1.117, de 24 de fevereiro de 1939.

Art. 22. A criação, por parte dos órgãos da Administração Federal, na exportação, de qualquer exigência administrativa, registros, controles diretos ou indiretos fica sujeita à prévia aprovação do Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Art. 23. VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

Art. 24. VETADO.

Art. 25. As mercadorias de exportação para pronto embarque poderão ser previamente depositadas na área

interna do porto, de modo a permitir melhor e mais rápida fiscalização e conferência, fácil processamento do despacho e maior velocidade às operações de carregamento das embarcações.

Art. 26. O Poder Executivo disciplinará:

a) o uso de armazéns internos e pátios da faixa de cais, tendo em vista o cumprimento do artigo anterior e para possibilitar o depósito simultâneo, em uma mesma área interna, de mercadorias de exportação, para pronto embarque e de importação;

b) o tráfego, desembarque nas repartições, exigências para operações e movimentação das embarcações e aeronaves nos portos e aeroportos do País, tendo em vista facilitar a tramitação e eliminar exigências desnecessárias.

Art. 27. As mercadorias depositadas nos armazéns, pátios e áreas alfandegadas para efeito de fiscalização de embarques, estarão sujeitas unicamente às despesas cobradas nos embarques diretos.

Art. 28. As mercadorias destinadas à exportação e depositadas nos armazéns internos ou externos, pátios, pontes ou depósitos poderão ser dispensadas do pagamento das taxas relativas a armazenagem, pelo prazo de até 15 dias, na forma do que dispuser o Poder Executivo.

Art. 29. Em todos os portos nacionais e postos de embarques selecionados de acordo com o item c, do art. 20, haverá um "Setor de Exportação" onde ficarão centralizados todos os serviços dos diferentes órgãos.

§ 1º Os serviços necessários à exportação e importação, para todas as repartições, funcionarão em horário corrido inclusive domingos e feriados, durante 24 horas ininterruptas em turnos.

§ 2º Tendo em vista a peculiaridade de cada porto ou posto de embarque e o movimento de embarcações ou veículos, o horário poderá ser reduzido.

§ 3º Os serviços portuários e de armazenagem ficam obrigados a assegurar as condições de operações necessárias ao cumprimento do previsto neste artigo.

Art. 30. A exportação de qualquer mercadoria, realizada por via postal,

aérea ou terrestre, obedecerá ao que couber, às normas constantes da presente lei.

Art. 31. A utilização da capatazia e da estiva ou dos operadores portuários resultantes da fusão dessas duas categorias, prevista no art. 21, do Decreto-lei nº 5, de 5 de abril de 1966, ou serviços equivalentes, para o embarque de qualquer mercadoria destinada à exportação, será remunerada, por produção, rigorosamente em função do serviço efetivamente prestado, vedada a cobrança de qualquer outro gravame, inclusive adicionais não previstos em lei.

Art. 32. As embarcações procedentes do exterior serão visitadas nos portos, pelas autoridades marítimas de Saúde, Polícia Marítima e Alfândega, nos fundeadores, no cais, ou, ainda, quando demandando o cais de atracação de modo a facilitar, ao máximo, a liberação das embarcações, permitindo imediato início das operações de carga ou descarga das mercadorias e de desembarque ou embarque de passageiros.

Art. 33. A visita de autoridade de Saúde será dispensada sempre que a autoridade do porto receber, via rádio, do comandante da embarcação, informações satisfatórias quanto ao estado sanitário a bordo e tiver, por qualquer via, autorizado a "livre prática".

Parágrafo único. A visita de saúde, quando necessária, será realizada de conformidade com os compromissos assumidos pelo Brasil no Regulamento Sanitário Internacional, que estiver em vigor, aprovado pela Assembleia Mundial de Saúde, da Organização Mundial de Saúde.

Art. 34. As visitas das autoridades mencionadas no art. 32 serão feitas:

a) em qualquer hora do dia ou da noite e em qualquer dia da semana, inclusive domingos e feriados;

b) obedecendo, em princípio, à ordem cronológica de chegada ao porto, considerando-se para esse fim, quando for o caso, o funeio na barra;

c) em conjunto, de modo a reduzir ao mínimo a interdição da embarcação.

Art. 35. O Poder Executivo baixará os atos necessários relativos a orientação e disciplina:

a) da constituição de turmas de visitas, tendo em vista a peculiaridade

de de cada pórto e o movimento de embarcações nos diferentes portos; -
b) dos casos passíveis de visitas prioritárias às embarcações.

Art. 36 — VETADO.

§ 1º — VETADO.

§ 2º — VETADO.

§ 3º — VETADO.

CAPÍTULO IV

Dos Armazéns Gerais Alfandegados

Art. 37. O Ministro da Fazenda poderá autorizar as pessoas jurídicas que funcionarem como empresas de armazéns gerais a operar unidades de armazenamento, ensilagem e frigorificagem, como armazéns gerais alfandegados, observadas as condições de segurança técnica e financeira e de resguardo aos interesses fiscaes, nas condições que dispuser o Regulamento da presente Lei.

Art. 38. O desembaraço alfandegário para transporte e depósito em armazém geral alfandegado poderá ser processado sem o recolhimento imediato dos tributos devidos na importação, conforme dispuser o Poder Executivo.

Art. 39. As mercadorias importadas e depositadas em armazéns gerais alfandegados poderão ser mantidas em depósitos durante o prazo a ser estabelecido em Regulamento.

Parágrafo único. Dentro do prazo referido neste artigo, as mercadorias importadas poderão:

I — ser entregues ao consumo interno, de uma só vez ou em lotes ou parcelas, depois de cumpridas as exigências legais e fiscaes relativas aos procedimentos aduaneiros.

II — Ser devolvidas ao país de origem ou ali reexportadas para o exterior, total ou parcialmente, de uma só vez ou em lotes ou parcelas, independentemente de tributos, provada, entretanto, no ato, a sua correspondência com os documentos de embarque, conforme dispuser o Regulamento.

Art. 40. O depósito, em armazéns gerais alfandegados, de mercadorias destinadas a exportação, será feito após cumpridas as formalidades a serem previstas em Regulamento, exceptuado, entretanto, o recolhimento prévio de tributos porventura devidos.

Parágrafo único. As mercadorias depositadas nos termos do presente artigo poderão, a qualquer tempo, ser embarcadas para a exportação, desde que o exportador pague os tributos devidos e cumpra as disposições cambiais inerentes à operação.

Art. 41. Será da responsabilidade da empresa proprietária do armazém geral alfandegado o transporte das mercadorias importadas, destinadas a depósito no armazém, ou das mercadorias exportáveis procedentes do armazém, entre ele e o pórto ou o pórto de desembarque ou embarque, salvo se o transporte fór feito por estradas de ferro.

§ 1º O extravio da mercadoria durante o transporte importará em imediato vencimento dos impostos e taxas devidos pela mercadoria importada ou exportada, devendo a empresa proprietária do armazém geral alfandegado recolher a respectiva importância no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, assegurado seu direito regressivo contra o transportador.

§ 2º Os importadores ou exportadores, conforme o caso, serão solidariamente responsáveis com as obrigações caracterizadas neste artigo, em relação ao Fisco.

Art. 42. As empresas que operarem armazéns gerais alfandegados poderão firmar contratos de correspondência comercial com entidades assemelhadas, localizadas no exterior.

§ 1º Em virtude dos contratos a que se refere este artigo, poderão os armazéns gerais alfandegados receber a depósito mercadorias garantidas no exterior, por recibos de depósito e warrants emitidos em moeda estrangeira, ou documentos assemelhados, conforme a legislação de cada país, cuja transferência o credor respectivo, se houver, tenha autorizado.

§ 2º Poderá, ademais o armazém geral alfandegado, quando se tratar de mercadorias destinadas à exportação, emitir recibos de depósitos e warrants em moeda estrangeira, transferíveis a entidades assemelhadas com que mantenha contratos de correspondência comercial somente embarcando a mercadoria assim garantida, com prévio assentimento do credor interno se houver.

Art. 43. O Poder Executivo fixará o limite do valor declarado das mer-

cadorias que poderão ser recebidas, sob a guarda dos armazéns gerais alfandegados, com emissão de recibos de depósitos e *warrants*, em função do capital registrado, bem como as condições em que poderá ser usado.

Art. 44. As empresas de armazéns gerais que obtenham o licenciamento de armazéns gerais alfandegados não poderão imobilizar recursos, por período superior a um ano, em bens ou valores que não sejam os destinados a seu objeto social, salvo se o fizerem em títulos da dívida pública federal.

Art. 45. Decorrido o prazo estipulado no artigo 39, e não retirados, pelo depositante, as mercadorias depositadas na forma nele prevista, seja para colocação no mercado interno, seja para retorno ao país de origem, seja para exportação ou encaminhamento a outros destinos ou não pagas as tarifas de armazenagem geral e os serviços complementares devidos à empresa depositada, a autoridade competente, na forma indicada no Regulamento, promoverá o leilão público das mesmas.

§ 1º Desde que coberto o crédito do Fisco, a empresa de armazém geral que promover o leilão poderá concretizá-lo pelo lance que alcançar.

§ 2º Do montante recebido deverão ser:

a) pagas as despesas de leilão, deduzidos os créditos da depositária e prestadora de serviços, os custos financeiros e tributos devidos ao Governo Federal, bem como o principal e os juros de crédito garantido por *warrants*.

b) remetidos, ao credor, se houver, o principal e os juros de seu crédito, expresso através de recibo do depósito ou de *warrants* transferido;

c) recolhido o saldo, se houver, ao Banco do Brasil S. A., à ordem do depositante.

§ 3º Se a importância do leilão for insuficiente para a cobertura das despesas previstas no parágrafo anterior, o Fisco Federal, a empresa de armazenagem geral ou o credor por *warrants*, poderão acionar o devedor para haver, de outros bens seus, o ressarcimento a que fizerem jus.

§ 4º Se o crédito por *warrants* estiver garantido por seguro, na forma do artigo 43, o direito de credor será exercido direta e automaticamente pela seguradora interessada.

Art. 46. Os armazéns gerais alfandegados não podem introduzir, nas mercadorias depositadas, qualquer modificação, devendo conservá-las no mesmo estado em que as recebem, admitindo-se tão-somente, sob a fiscalização das autoridades competentes, a mudança de embalagens essencial para que as mercadorias não se deteriorem ou percam valor comercial.

Parágrafo único. Os armazéns gerais não alfandegados poderão mediante autorização do depositante e do credor, quando houver, introduzir modificações nas mercadorias depositadas, a fim de aumentar-lhes o valor, mas sem lhes alterar a natureza, cobrando, pelos serviços que assim realizarem, preços previamente estipulados.

Art. 47. Em nenhuma hipótese, poderão os armazéns gerais alfandegados ser requisitados para fins militares, ou de abastecimento, salvo estado de sítio, grave comoção intestina, guerra ou calamidade pública oficialmente declarada.

Art. 48. O Instituto de Resseguros do Brasil estabelecerá as condições em que será autorizada a emissão de apólices de seguro de *warrants*, de circulação interna ou externa, emitidos por armazéns gerais alfandegados.

Art. 49. O Conselho Monetário Nacional fixará as normas aplicáveis ao acesso dos *warrants* às negociações nas Bolsas de Valores.

Parágrafo único. Os lucros resultantes da venda de *warrants*, através de Bolsas de Valores, não constituirão rendimento tributável.

Art. 50. O Banco Central da República do Brasil poderá autorizar os bancos, que assim o requererem, a criarem carreiras de desconto e redesconto de *warrants* e fixará os requisitos necessários a tanto.

Art. 51. As emissões, aceites, transferências, endossos, obrigações, cobranças e seguros assumidos não incidirão em imposto de selo.

Art. 52. As disposições do artigo 7º da Lei Delegada nº 3, de 26 de se-

tembro de 1962, aplicam-se também a produtos industrializados.

Art. 53. Aplica-se aos armazéns gerais alfandegados o disposto no artigo 70 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965; na Lei Delegada nº 34, de 26 de setembro de 1962; no Decreto número 1.102, de 21 de novembro de 1963, e demais legislação relativa à armazenagem geral, no que esta lei não contrariar.

CAPÍTULO V

Das Isenções e Incentivos

Art. 54. Com exceção do imposto de exportação, regulado por lei especial, ficam extintos todos os impostos, taxas, cotas, emolumentos e contribuições que incidam especificamente sobre qualquer mercadoria destinada à exportação despachada em qualquer dia, hora e via.

§ 1º As isenções previstas neste artigo abrangem, também, na exportação:

a) os registros, contratos, guias, certificados, licenças, declarações e outros papéis;

b) as contribuições e taxas específicas de caráter adicional, sobre operações portuárias, fretes e transportes;

c) os serviços extraordinários a que se refere o Decreto-Lei nº 8.663, de 14 de janeiro de 1946; Decreto-Lei número 9.892, de 16 de setembro de 1946; Decreto-Lei nº 9.890, de 16 de agosto de 1946;

d) taxa de desinfecção de que trata o Decreto-Lei nº 194, de 21 de janeiro de 1938, e o Decreto-Lei número 8.911, de 24 de janeiro de 1946;

e) taxa de inspeção sanitária prevista no Decreto-Lei nº 921, de 1º de dezembro de 1938.

§ 2º O disposto no presente artigo não se aplica às retenções específicas de natureza cambial que incidem sobre café e outros produtos, determinadas pelo Conselho Monetário Nacional ou pela extinta Superintendência da Moeda e do Crédito.

§ 3º A taxa de renovação da Marinha Mercante, extinta na exportação, será cobrada, na importação de mercadorias procedentes do exterior, à base de 10% (dez por cento) do frete líquido.

§ 4º — VETADO.

Art. 55. A isenção do imposto de importação, configurada como medida de estímulo à exportação, implicará na isenção, igualmente, do imposto de consumo, da taxa de despacho aduaneiro, da taxa de renovação da Marinha Mercante, da taxa de recuperação dos portos e daquelas que não correspondem à contraprestação de serviço realizado.

Art. 56. É livre de emolumento o visto consular em faturas comerciais correspondentes às importações originárias de países que outorgam o mesmo tratamento às exportações brasileiras a eles destinadas.

Art. 57. O prazo previsto no artigo 5º, da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965, no qual as empresas poderão deduzir, do lucro sujeito ao imposto de renda, a parcela correspondente à exportação de produtos manufaturados, é estendido até o exercício financeiro de 1971, inclusive.

Parágrafo único. Aplicam-se às organizações a que se refere o item j, do artigo 20, as disposições da Lei número 4.663, de 3 de junho de 1965, inclusive a dilatação de prazo prevista neste artigo.

Art. 58. As embarcações marítimas nacionais, quando em linhas internacionais, poderão ser abastecidas de combustível, com isenção do pagamento do imposto único sobre combustíveis.

Art. 59. O exportador de produtos manufaturados e de produtos extrativos beneficiados, cuja penetração no mercado internacional convenha incentivar, e que forem determinados pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior, terá direito a receber, em restituição, o valor dos impostos únicos sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e sobre energia elétrica que tiver integrado o custo do produto exportado.

§ 1º O direito à restituição previsto neste artigo se aplica ao montante de cada imposto único que exceder de 2% (dois por cento) do valor FOB do produto exportado, e será exercido na forma que for estabelecida no regulamento desta lei.

§ 2º A restituição de que trata este artigo será feita trimestralmente pelo Banco do Brasil S. A., por intermédio da Carteira de Comércio Exte-

rior, à vista da demonstração dos impostos únicos que incidiram nos produtos efetivamente exportados, observadas as normas gerais estabelecidas pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior.

§ 3º — VETADO.

Art. 60. É criado, no Banco Central da República do Brasil, o "Fundo de Financiamento à Exportação" (FINEX), destinado a suprir recursos ao Banco do Brasil S. A. para a realização, por intermédio da Carteira de Comércio Exterior, em conjugação com os demais setores especializados, das seguintes operações:

a) financiamento da exportação e da produção para exportação de empresas industriais que desejem iniciar ou incrementar as vendas externas de seus produtos, diretamente ou através de representantes ou organizações especializadas;

b) aquisição e financiamento dos excedentes do consumo doméstico da produção nacional de bens exportáveis, quando tais providências se fizerem indispensáveis à regularização do escoamento da safra;

c) complementação da remuneração em cruzeiros de produtos de exportação que encontrem dificuldade temporária de colocação no exterior, devido à baixa cotação nos mercados internacionais;

d) estabelecimento de adequada relação de preços entre o produto exportado *in natura* e seus manufaturados ou derivados;

e) assistência à produção agrícola de exportação, bem como financiamento de estocagem desses produtos, quando sujeitos a oscilações de entressafras...

Art. 61. Constituirão recursos do FINEX:

I — Empréstimos e doações de entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais.

II — Recursos orçamentários ou provenientes de créditos especiais.

III — O produto integral das multas previstas nesta lei, bem como vendas de mercadorias confiscadas na forma desta lei.

IV — Parcela de recursos que lhe foi destinada pelo Ministério da Fazenda, através da colocação de Obrigações do Tesouro de que trata o artigo 5º da Lei nº 4.770, de 15 de setembro de 1965.

V — Eventuais disponibilidades em cruzeiros decorrentes do controle do sistema cambial, a critério do Conselho Monetário Nacional.

VI — A receita da venda de "Promessas de Licença de Importação" relativa a produtos de categoria especial.

VII — O valor das diferenças de preços apuradas na venda de produtos importados e exportados, adquiridos por conta do Governo.

VIII — O rendimento dos depósitos e aplicações do próprio Fundo.

IX — Recursos que lhe forem destinados de qualquer outra fonte.

Art. 62. O Orçamento Geral da União consignará ao Fundo de Financiamento à Exportação, dotação específica a ser fixada anualmente, a partir do exercício de 1967 e durante, no mínimo, 10 (dez) exercícios orçamentários consecutivos.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, no exercício de 1966, é o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito de Cr\$ 20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros) que será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

CAPÍTULO VI

Das Penalidades

Art. 63. Ficam os órgãos responsáveis pela fiscalização de embarque obrigados a prestar os mais amplos esclarecimentos sobre os direitos e deveres dos exportadores, bem como dar a necessária assistência à realização normal das operações de exportação, tendo em vista os objetivos da presente lei.

Art. 64. VETADO.

Art. 65. Quando ocorrerem, na exportação, erros ou omissões caracteristicamente sem a intenção de fraude e que possam ser de imediato corrigidos, a autoridade responsável pela fiscalização alertará o exportador e o orientará sobre a maneira correta de proceder.

Art. 66. As fraudes na exportação, caracterizadas de forma inequívoca, relativas a preços, pesos, medidas, classificação e qualidade, sujeitam o exportador, isolada ou cumulativamente, a:

a) multa de 20 (vinte) a 50% (cinquenta por cento) do valor da mercadoria;

b) proibição de exportar por 6 (seis) a 12 (doze) meses.

§ 1º Apurada a fraude, o processo pertinente será encaminhado à autoridade aduaneira para fins de aplicação da multa correspondente, se for o caso.

§ 2º Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, a autoridade poderá determinar a retenção da mercadoria, até o pagamento da multa respectiva e satisfação das demais exigências.

§ 3º A imposição da multa prevista na alínea a deste artigo não excluirá a regularização cambial, quando devida.

§ 4º Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior a regularização cambial se efetuará com base na taxa de câmbio aplicável à operação correspondente, da data do respectivo pagamento.

§ 5º Ocorrendo operação ilegítima de câmbio, a autoridade aduaneira ouvirá, para instauração do procedimento fiscal, a fiscalização cambial do Banco Central da República do Brasil, que dirá sobre a procedência dos fatos encaminhados no âmbito de sua competência.

Art. 67. Ocorrendo reincidência, genérica ou específica, nos casos a que se refere o art. 66, serão aplicadas, isolada ou cumulativamente, ao exportador, as seguintes penalidades:

a) multa de 60 (sessenta) a 100% (cem por cento) do valor das mercadorias;

b) proibição de realizar operações de crédito, de qualquer natureza com entidades públicas, autárquicas e estabelecimentos de crédito de que seja acionista o Governo Federal, pelo prazo de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses.

Parágrafo único. Quando ocorrerem reincidências que caracterizem a má-fé do exportador, a CACEX poderá determinar a cassação do seu registro.

Art. 68. Na exportação ou na tentativa de exportação de mercadorias de saída proibida do território nacional, considerando-se como tais aquelas que assim forem previstas em lei, tratados ou convenções internacionais firmados pelo Brasil, o exportador será punido, cumulativamente, com a multa disposta no art. 66, com o confisco da mercadoria e com a proibição de exportar pelo prazo de 24

(vinte e quatro) a 60 (sessenta) meses.

Parágrafo único. Ocorrendo reincidência, será cassado definitivamente o registro do exportador.

Art. 69. As sanções previstas na alínea b, do art. 66, na alínea b e parágrafo único, do art. 67 e no artigo 68 desta Lei, estendem-se a todos os diretores, sócios, gerentes ou procuradores responsáveis pela firma exportadora.

Art. 70. As mercadorias confiscadas serão vendidas em leilão público pela autoridade aduaneira, sendo o produto respectivo recolhido integralmente ao Fundo de Financiamento à Exportação, a que se refere o artigo 60 desta Lei.

Art. 71. Quando a fraude, na exportação, referir-se a classificação da mercadoria, e resultar de ato, certificado ou atestado emitido por Bolsa de Mercadorias, Associações, órgãos de classe ou outros congêneres, serão aplicadas às entidades, isolada ou cumulativamente, e sem prejuízo das sanções impositivas ao exportador:

a) multa não inferior a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no País, à data em que praticado o ato ou emitido documento irregular ou fraudado;

b) suspensão de sua atribuição como órgão classificador por período não inferior a 12 (doze) meses.

Parágrafo único. Ao classificador pessoa física, responsável pelo ato, certificado ou atestado irregular ou fraudado, serão aplicadas as seguintes sanções sem prejuízo das impositivas ao órgão a que servir:

a) suspensão do exercício da função de classificador, por período não inferior a 12 (doze) meses;

b) cassação definitiva do exercício da função de classificador, nas operações de comércio exterior.

Art. 72. A imposição das penalidades de que tratam os artigos 66, 67 e 68 não excluirá, quando verificada a ocorrência de ilícito penal, a apuração da responsabilidade criminal dos que intervierem na operação considerada irregular ou fraudulenta.

Art. 73. Serão aplicadas multas de 10 (dez) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato ao exportador que:

a) deixar de efetuar as vendas contratadas no exterior, sem justificativa;

b) fizer entrega ao comprador estrangeiro de mercadorias em desacôrdo com as obrigações contratuais assim sumidas.

Art. 74. A aplicação das penalidades administrativas a que se referem os arts. 66, 67, 68, 71 e 73, serão processadas e julgadas pela CACEX, cabendo recurso sem efeito suspensivo para o Ministro da Indústria e do Comércio.

Parágrafo único. Nos casos previstos nesta Lei, sempre que a autoridade aduaneira tiver de aplicar multa, será obrigatória a prévia audiência da CACEX.

Art. 75. Não constituirão irregularidade ou fraude as variações, para mais ou para menos, não superiores a 10%, quanto ao preço, e de até 5% quanto ao peso ou quantidade da mercadoria, desde que não ocorram concomitantemente, segundo normas definidas pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Art. 76. Caso a infração ou irregularidade na exportação seja verificada no porto de destino e por qualquer meio, o processo para a imposição das penalidades previstas nesta lei será iniciado e instaurado com base nos elementos relacionados com o desembarque das mercadorias no exterior.

Art. 77. Os armazéns gerais alfandegados, que infringirem os dispositivos legais que regem o seu funcionamento, ou causarem danos fiscais à Fazenda Nacional, ficarão sujeitos às seguintes penalidades, conforme a gravidade e o montante da fraude:

a) multa até o triplo do valor da mercadoria envolvida no processamento que der margem às penalidades;

b) cassação definitiva da licença.

§ 1º Tais penalidades serão aplicadas pelo Ministério da Fazenda.

§ 2º A aplicação das mesmas penalidades não exclui a obrigação de a parte penalizada repor à Fazenda Nacional o dano financeiro causado.

Art. 78. As multas impostas e outros quaisquer valores resultantes das sanções previstas nesta Lei serão integralmente recolhidos ao Fundo de Financiamento à Exportação a que se refere o artigo 60.

Art. 79. Os funcionários públicos e de autarquias e sociedades de economia mista que concorrerem para rea-

lização de fraude, por ação ou omissão, incorrerão, sem prejuízo da ação penal cabível, nas penas previstas da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 80. Aos infratores será assegurada, no processo, ampla oportunidade de defesa, na forma e nos prazos que forem fixados no regulamento desta lei.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 81. Compete ao Poder Executivo, através da Comissão de Marinha Mercante, autorizar o funcionamento e outorgar linhas às empresas de navegação e cabotagem, fluvial e lacustre, que possuam as seguintes condições, cumulativamente:

a) idoneidade, condições técnicas e financeiras para realizar os serviços a que se propõe;

b) realização de serviço regular explorado em bases rentáveis;

c) utilização de embarcações adequadas ao serviço.

Art. 82. As empresas, que explorarem os serviços de navegação a que se refere o artigo anterior, terão obrigatoriamente o capital mínimo realizado, bastante para atender as necessidades básicas de instalação e funcionamento e para comprar embarcações adequadas aos seus objetivos, dentro das condições previamente estabelecidas pela Comissão de Marinha Mercante.

Art. 83. As empresas autorizadas a funcionar na forma dos arts. 81 e 82 farão prova, no prazo de 18 (dezoito) meses, de regular exercício de suas atividades, sob pena de ser declarada a caducidade da autorização.

Parágrafo único. As empresas de navegação já existentes é concedido o prazo de dois (2) anos para que se enquadrem de acordo com as exigências desta lei, prorrogável por mais dois anos, a critério da Comissão de Marinha Mercante.

Art. 84. O Instituto Nacional do Pinho e o Instituto Nacional do Mate passam à jurisdição do Ministério da Agricultura.

Art. 85. A política de exportação do café e ao controle dela resultante serão aplicadas as disposições da presente lei que não colidam com a legislação, normas e regulamentos em vigor, nem com as atribuições espe-

cificas do Instituto Brasileiro do Café e do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único. Na forma deste artigo, as disposições contidas na presente lei, sobre simplificação de formalidades administrativas e processamentos, bem como as isenções de tributos e taxas, somente serão aplicáveis ao café, no que couber, a partir da vigência do "Esquema Financeiro e Regulamento de Embarques da Saffra, 1966-1967".

Art. 86. O Orçamento-Geral da União consignará anualmente, a partir do exercício de 1967, dotação específica para:

I — O funcionamento do Conselho Nacional do Comércio Exterior.

II — O Fundo Federal Agropecuário, a título de "contribuição especial" destinada à melhoria, funcionamento e reaparelhamento dos serviços técnicos de classificação, inspeção e desinfecção sanitária, relativos aos produtos de origem vegetal e animal.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no exercício de 1966 crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) sendo:

a) Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) destinados à instalação e funcionamento do Conselho Nacional do Comércio Exterior;

b) Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros) para o Fundo Federal Agropecuário, destinado a atender aos encargos previstos no item II do presente artigo.

§ 2º O crédito a que alude o parágrafo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 87. A dotação de Cr\$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de cruzeiros) consignada no Orçamento da União, para o exercício de 1966 à Comissão de Comércio Exterior, fica transferida à Comissão de Desenvolvimento Industrial do Gabinete do Ministro da Indústria e do Comércio.

Art. 88. Para os fins previstos no item V do art. 2º da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, citado no art. 14 desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, junto ao Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 80.000.000.000 (oitenta bilhões de cruzeiros).

§ 1º O crédito especial a que se refere o presente artigo será utilizado pela CACEX, em favor de fundo rotativo, registrando-se as operações correspondentes em conta separada na Contabilidade do Banco do Brasil S. A.

§ 2º O referido crédito será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Ministério da Fazenda.

Art. 89. Revogam-se as disposições em contrário e, expressamente tócas as seguintes: Decreto-Lei nº 334, de 15 de março de 1938; Decreto-Lei nº 1.471, de 1º de agosto de 1939 Capitulo III e artigo 36, com respectivo parágrafo único, do Decreto-Lei nº 466, de 4 de junho de 1938; Decreto-Lei nº 2.527, de 23 de agosto de 1940; Decreto-Lei nº 3.076, de 26 de fevereiro de 1941;; Decreto-Lei nº 3.265, de 12 de maio de 1941; Decreto-Lei número 3.426, de 16 de julho de 1941; Arts. 1º ao 5º do Decreto-Lei número 3.761, de 25 de outubro de 1941; Decreto-Lei número 4.003, de 8 de janeiro de 1942; artigo 2º do Decreto-Lei nº 4.087, de 4 de fevereiro de 1942; Decreto-Lei número 5.807, de 13 de setembro de 1943; Decreto-Lei número 5.940, de 28 de outubro de 1943; Decreto-Lei número 6.636, de 28 de junho de 1944; artigo 5º, do Decreto-Lei nº 8.663, de 14 de janeiro de 1946; Decreto-Lei número 9.158, de 9 de abril de 1946; Lei número 1.017, de 27 de dezembro de 1949.

Parágrafo único. A legislação e as normas vigentes, relativas à classificação, padronização e avaliação de produtos permanecerão em vigor até que a matéria seja regulada pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior, nos termos dos artigos 19 e 20 da presente lei.

Art. 90. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, salvo no que depender de regulamentação.

Brasília, 10 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Octavio Eulhães

Juarez Távora

Paulo Egidio Martins

LEI Nº 5.026 — DE 14 DE JUNHO
DE 1966

Estabelece normas gerais para a instituição e execução de Campanhas de Saúde Pública exercidas ou promovidas pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As Campanhas de Saúde Pública, exercidas ou promovidas pelo Ministério da Saúde, serão instituídas, em cada caso, por ato do Presidente da República, após a aprovação de seus Planos pelo Ministro de Estado.

Art. 2º A instituição e o desenvolvimento de Campanhas de Saúde Pública, na forma desta Lei, atenderão, sempre, à necessidade de se intensificar e coordenar, em todo o território nacional, ou em regiões definidas, as atividades públicas e particulares de prevenção e combate, inclusive tratamento e recuperação, relativamente a doenças que, por sua natureza, constituam problema de interesse coletivo e exijam, para seu atendimento, providências especiais.

Art. 3º Além do órgão do Ministério da Saúde cujas atribuições regimentais correspondam ao objeto da cooperação prevista no artigo anterior, participarão, facultativamente, das Campanhas de Saúde Pública, mediante convênio, acordo e atos semelhantes, órgãos e entidades públicas e particulares, nacionais, internacionais e estrangeiras, que tenham finalidade direta ou indiretamente relacionada com seu objetivo.

Parágrafo único. A Superintendência da Campanha será exercida pelo dirigente do órgão do Ministério da Saúde dela participante, ou por técnico de reconhecida competência, por ele indicado e designado pelo Ministro de Estado da Saúde.

Art. 4º A Campanha será custeada pelos seguintes recursos:

a) dotações orçamentárias e créditos adicionais especificamente a ela consignados;

b) importâncias que, à conta de dotações orçamentárias ou créditos adi-

cionais próprios, lhe forem destinadas por órgãos públicos federais;

c) contribuições, de qualquer natureza, de órgãos e entidades públicas ou particulares, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

d) contribuições, de qualquer natureza, inclusive legados e doações, sem cláusula onerosa, efetuadas por pessoas físicas nacionais ou estrangeiras;

e) produto de donativos populares angariados mediante prévia autorização do Ministério da Saúde;

f) juros de depósitos bancários e rendas eventuais.

Art. 5º Os recursos de que trata o artigo anterior serão concentrados no Banco do Brasil S. A., em conta especial, com o título da Campanha, à disposição de seu Superintendente, que os movimentará de acordo com os programas aprovados, anualmente, pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Depositados os recursos provenientes do Tesouro Nacional na conta especial a que se refere este artigo, considerar-se-á realizada, naquele exercício, a despesa correspondente.

Art. 6º No prazo de 60 (sessenta) dias após o término de cada semestre do exercício financeiro, o Superintendente da Campanha comprovará, por intermédio do Ministério da Saúde, ao Tribunal de Contas, a aplicação dos recursos provenientes dos créditos orçamentários e adicionais da União, bem como as importâncias a ela destinadas por órgãos públicos federais (alínea b do art. 4º).

§ 1º Constitui instrumento hábil, para a prestação de contas do órgão público federal perante o Tribunal de Contas, o comprovante da transferência de recursos à Campanha.

§ 2º O Superintendente da Campanha submeterá à aprovação do Ministro de Estado, no mesmo prazo previsto neste artigo, circunstanciado relatório sobre o recebimento e aplicação dos recursos não provenientes, direta ou indiretamente, do Tesouro Nacional.

Art. 7º Os serviços da Campanha, de acordo com planos aprovados, serão executados por:

a) funcionários do Ministério da Saúde, mediante prévia autorização

do Ministro de Estado e sem prejuízo da sua lotação nos órgãos do Ministério;

b) servidores de órgãos e entidades federais, estaduais e municipais participantes da Campanha, sem prejuízo de sua vinculação a esses órgãos e entidades;

c) pessoal admitido à conta dos recursos próprios da Campanha e regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1º Para o desempenho das atividades técnicas especializadas, comprovadamente essenciais ao desenvolvimento da Campanha, o Superintendente poderá admitir especialistas, verificados, previamente, os títulos comprobatórios da habilitação técnica e especializada dos candidatos.

§ 2º A admissão de pessoal, inclusive especialistas, nas Campanhas de Saúde Pública, será feita pelas Superintendências, mediante contratos individuais de trabalho, de prazo indeterminado, com prévia aprovação do Ministro de Estado da Saúde.

§ 3º O empregado admitido nas Campanhas perceberá salário mensal em importância igual à do vencimento-base estabelecido para o nível inicial da classe ou série de classes a que correspondam, no Serviço Civil do Poder Executivo da União, atribuições idênticas ou similares às inerentes ao seu emprego.

§ 4º O salário mensal do empregado admitido para execução de atividade de natureza técnica especializada não prevista entre as atribuições de qualquer classe ou série de classes da Administração Pública Federal será fixado, mediante proposta da Superintendência, aprovada pelo Ministro de Estado da Saúde, de acordo com as condições regionais do mercado de trabalho e considerada a especialidade técnica, não podendo ser reajustado senão quando e na mesma proporção em que for alterado o salário-mínimo da região ou sub-região.

§ 5º Ressalvado o previsto na alínea a deste artigo, a participação nos trabalhos das campanhas de Saúde Pública não importa vínculo empregatício com a União Federal.

Art. 8º Ao pessoal admitido na forma da alínea c do artigo anterior, dentro da disponibilidade de recursos

próprios de cada Campanha, poderão ser atribuídas por sua Superintendência:

a) diárias para indenização de despesas com alimentação e pousada, quando em serviço fora das respectivas sedes, no valor unitário de 1/30 (um trinta avos) do salário mensal;

b) gratificação idêntica, observadas as mesmas condições e calculada sobre os respectivos salários, à prevista no inciso V do art. 145 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, respeitado o disposto no art. 14 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Parágrafo único. As importâncias correspondentes às gratificações e diárias de que trata este artigo em nenhuma hipótese serão incorporadas ao salário do empregado.

Art. 9º A prestação de serviços de natureza eventual necessários ao desenvolvimento das Campanhas, sem constituir relação de emprego, será retribuída mediante recibo à conta dos recursos próprios de cada uma delas.

Art. 10. As despesas com a execução de serviços ou obras e com a aquisição de materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento das campanhas serão realizadas pela Superintendência, mediante concorrência administrativa ou coleta de preço, salvo quando seja ordenada pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Saúde a realização de concorrência pública.

Art. 11. O Superintendente de cada Campanha perceberá, à conta dos recursos dele, gratificação única correspondente à diferença entre o vencimento-base do cargo efetivo ou em comissão, de que for ocupante no Serviço Público Federal, e o valor do símbolo 1-C, sem prejuízo das demais vantagens a que faça jus, inclusive pelo exercício em regime de tempo integral.

Parágrafo único. O Superintendente da Campanha poderá optar pelo critério estabelecido neste artigo ou pela percepção do vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo ou em comissão no Serviço Público Federal, acrescidos de gratificação fixa correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor do símbolo 1-C.

Art. 12. Mediante prévia aprovação do Ministro de Estado da Saúde, o Superintendente da Campanha, obedecendo o disposto em seus programas, designará os assessores técnicos e administrativos e coordenadores regionais, atribuindo-lhes, à conta dos referidos recursos, gratificação correspondente à diferença entre o vencimento ou salário e o valor do símbolo da função gratificada 1-F.

Parágrafo único. O assessor ou coordenador regional poderá optar pelo critério estabelecido neste artigo ou pela percepção do vencimento ou salário e demais vantagens de seu cargo efetivo no Serviço Público ou do seu emprego na Campanha, acrescidos de gratificação fixa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo 1-F.

Art. 13. O Superintendente de cada Campanha poderá atribuir funções de supervisão e de inspeção a seu pessoal, fixando-lhe, de acordo com tabelas aprovadas pelo Ministro da Saúde, junto a seus programas anuais, à conta dos referidos recursos, gratificação correspondente a 20% (vinte por cento) do vencimento ou salário.

Art. 14. Nos impedimentos eventuais, férias ou ausência da sede por até 30 (trinta) dias, o Superintendente da Campanha será substituído por funcionário técnico designado em Portaria pelo Ministro de Estado da Saúde.

Art. 15. O Superintendente da Campanha poderá delegar atribuições, inclusive para admissão de pessoal, a coordenadores regionais ou, mediante prévia autorização do Ministro de Estado da Saúde, a funcionários públicos federais nela em exercício ou, ainda, a dirigentes de órgãos estaduais ou municipais dela participantes.

Art. 16. Para efeito de imunidade tributária, os serviços das Campanhas de Saúde Pública são considerados públicos federais.

Art. 17. Nenhum imposto, taxa, emolumentos ou contribuição fiscal ou cambial de qualquer natureza gravará a importação de materiais e equipamentos destinados às Campanhas de Saúde Pública de que trata esta Lei.

Art. 18. Para os efeitos da legislação trabalhista, a Campanha instituída na forma desta Lei gozará de personalidade própria, competindo ao Superintendente sua representação em Juízo.

Art. 19. A Campanha de Saúde Pública se extinguirá:

a) pela execução integral de seu Plano;

b) por ato do Presidente da República.

§ 1º O material e o equipamento disponível da Campanha extinta serão distribuídos segundo o critério aprovado pelo Ministro de Estado da Saúde.

§ 2º Os bens obtidos através de convênios, doações ou acordos com órgãos e entidades estrangeiras ou internacionais terão a destinação prevista nesses atos, do mesmo modo que sua aplicação e alienação durante o desenvolvimento das Campanhas.

Art. 20. Extinta a Campanha, serão rescindidos, de acordo com a legislação trabalhista, os contratos de trabalho dos empregados por ela admitidos.

Art. 21. O saldo dos recursos financeiros da Campanha, verificado quando de sua extinção e após o pagamento das indenizações decorrentes da aplicação do artigo anterior, será recolhido ao Tesouro Nacional.

Art. 22. As disposições desta Lei aplicam-se subsidiariamente às Campanhas do Ministério da Saúde instituídas por leis anteriores, excetuadas as disposições dos artigos 3º, 4º e 20, cuja aplicação será geral e obrigatória para todas as Campanhas de Saúde Pública de que sejam executores ou participantes órgãos desse Ministério.

Art. 23. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de junho de 1966; 145ª da Independência e 78ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Raymundo de Brito

LEI Nº 5.027 — DE 14 DE JUNHO
DE 1966

Institui o Código Sanitário do Distrito Federal

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

PARTE I

Disposições Gerais

Art. 1.º Todos os assuntos relacionados com a saúde pública na área do Distrito Federal serão regidos pelas disposições contidas neste Código Sanitário e na regulamentação complementar a ser posteriormente baixada pela Prefeitura do Distrito Federal, obedecida, em qualquer caso, a legislação federal vigente.

Art. 2.º Constitui dever da Prefeitura do Distrito Federal zelar pelas condições sanitárias em todo o seu território, em perfeita concordância com as normas nacionais.

Parágrafo único. A Prefeitura do Distrito Federal, através de órgão competente, cumprirá o disposto neste artigo mediante ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 3.º A Prefeitura do Distrito Federal, de acordo com a orientação de seus órgãos técnicos, estimulará qualquer iniciativa pública ou privada que vier a colaborar com a melhoria das condições de saúde da população do Distrito Federal.

§ 1º Só serão concedidas subvenções ou auxílios, de qualquer espécie, para a execução de serviços de saúde, respeitadas as normas do órgão de saúde pública competente.

§ 2º A inobservância dos dispositivos contratuais ou das normas reguladoras das concessões financeiras ou outras, inabilitará as organizações de que trata este artigo a receberem auxílio.

Art. 4.º As atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde na área do Distrito Federal, desenvolvidas pelo órgão específico da Prefeitura do Distrito Federal, deverão ser entrosadas através de acordos ou

convênios, com as de outros órgãos ou entidades da mesma finalidade, com o objetivo de evitar a duplicidade de ação e a dispersão de recursos.

PARTE II

Divisão do Território

Art. 5.º Para efeito de aplicação desta Lei o território do Distrito Federal será dividido nas seguintes áreas:

- área metropolitana;
- área dos núcleos satélites;
- área rural.

Art. 6.º A regulamentação desta Lei delimitará as áreas referidas no artigo anterior.

Parágrafo único. As áreas a que se refere o art. 5.º poderão ser subdivididas, mediante Decreto do Prefeito do Distrito Federal.

Art. 7.º A autoridade sanitária competente participará obrigatoriamente na regulamentação do traçado, zoneamento ou urbanização de qualquer área do Distrito Federal.

§ 1º Para a aprovação dos projetos de loteamento de terrenos que tenham por fim estender ou formar núcleos urbanos ou rurais, será ouvida sempre a autoridade sanitária, que expedirá autorização, se satisfeitas as exigências regulamentares em vigor.

§ 2º A partir da publicação desta Lei, fica proibida a instalação de núcleos habitacionais de qualquer espécie em zonas a montante do lago de Brasília e nas proximidades dos cursos de água da sua bacia, quando não ofereçam, a critério da autoridade sanitária, garantia de sistema de recolhimento de dejetos e de detritos capaz de evitar a poluição e a contaminação das suas águas.

§ 3º A falta da autorização de que trata este artigo impedirá o andamento dos respectivos processos ou requerimentos.

PARTE III

Proteção da Saúde

Art. 8º Para efeito desta Lei, as atividades necessárias à proteção da

saúde da comunidade compreenderão basicamente:

- a) controle da água;
- b) controle do sistema de eliminação de dejetos;
- c) controle do lixo;
- d) outros problemas relacionados com o saneamento do meio ambiente;
- e) higiene da habitação e dos locais públicos;
- f) combate aos insetos, roedores e outros animais de importância sanitária;
- g) prevenção das doenças evitáveis e de outros agravos à saúde;
- h) higiene do trabalho.

Art. 9.º O órgão competente, com base nesta Lei e em sua regulamentação, elaborará Normas Técnicas Especiais dispondo sobre a proteção da saúde da comunidade.

TÍTULO I

Saneamento

Art. 10. A promoção de medidas visando ao saneamento constitui dever do Poder Público, da família e do indivíduo.

Art. 11. Os serviços de saneamento, tais como os de abastecimento de água e remoção de resíduos e outros, destinados à manutenção da saúde do meio, atribuídos ou não à administração pública, ficarão sempre sujeitos à supervisão e às normas aprovadas pelas autoridades sanitárias.

Art. 12. É obrigatória a ligação de toda construção, considerada habitável, à rede pública de abastecimento de água e aos coletores públicos de esgoto, sempre que existentes.

§ 1.º Quando não existirem rede pública de abastecimento de água ou coletores de esgoto, a repartição sanitária competente indicará as medidas a serem executadas.

§ 2.º Constitui obrigação do proprietário do imóvel a execução de instalações domiciliares adequadas de abastecimento de água potável e de remoção de esgotos, cabendo ao ocupante do imóvel zelar pela necessária conservação.

§ 3.º A autoridade de saúde pública é competente para fiscalizar o cumprimento do disposto no parágrafo anterior.

Art. 13. A Prefeitura do Distrito Federal promoverá a execução das obras de abastecimento de água, de construção de sistemas adequados para a remoção racional de dejetos e de lixo.

Art. 14. A autoridade de saúde pública, respeitada a competência do órgão federal congênera, determinará as medidas necessárias para proteger a população contra os insetos, roedores e outros animais que possam ser considerados agentes diretos ou indiretos da propagação de enfermidades ou interferir no bem-estar da comunidade.

§ 1.º Os proprietários de animais domésticos ou domesticados, que tiverem evidenciada periculosidade, serão obrigados a cumprir as medidas de segurança determinadas para cada caso pela autoridade sanitária.

§ 2.º Em caso de não cumprimento dessas medidas, a autoridade sanitária promoverá a apreensão do animal, tomando a seguir as providências cabíveis.

Art. 15. Nenhuma construção, permanente ou temporária, poderá ser utilizada ou habitada no Distrito Federal sem que esteja de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão de saúde pública.

Art. 16. A regulamentação desta Lei determinará as medidas necessárias para evitar a poluição atmosférica e outros fatores que possam afetar a saúde ou o bem-estar da população.

CAPÍTULO I

Água

Art. 17. Compete ao órgão de administração do abastecimento de água o exame periódico das suas redes e demais instalações, com o objetivo de constatar a possível existência de condições que possam prejudicar a saúde da comunidade.

Parágrafo único. O órgão responsável pelo funcionamento manutenção das redes de abastecimento de água do Distrito Federal facilitará o trabalho da autoridade sanitária, no que lhe competir.

Art. 18. Sempre que a autoridade sanitária verificar a existência de

anormalidade ou falha no sistema de abastecimento de água, capaz de oferecer perigo à saúde, comunicará o fato aos responsáveis, para imediatas medidas corretivas.

Art. 19. O órgão de saúde pública fixará normas para construção e manutenção, em bases de segurança, de obras de abastecimento de água em comunidades ou propriedades rurais.

Art. 20. O controle sanitário das piscinas e de outros locais de banho ou natação far-se-á de acordo com a regulamentação desta Lei.

Art. 21. Para a construção, reparação ou modificação de qualquer obra pública ou privada, destinada ao aproveitamento ou tratamento de água de uma comunidade, deverá ser solicitada e obtida previamente da autoridade sanitária a permissão correspondente.

Parágrafo único. Não terão andamento os processos ou requerimentos, quando não acompanhados da autorização de que trata este artigo.

Art. 22. A autoridade sanitária, para controlar todo o abastecimento de água potável, terá acesso a qualquer local, no momento em que se fizer necessário.

CAPÍTULO II

Dejetos

Art. 23. Compete ao órgão de administração das redes de esgoto e de águas pluviais o exame periódico das suas instalações, com o objetivo de constatar a possível existência de condições que possam prejudicar a saúde da comunidade.

Art. 24. O órgão responsável pelo funcionamento e manutenção das redes de esgotos e de águas pluviais facilitará o trabalho da autoridade sanitária, no que lhe competir.

Art. 25. Compete ao órgão de saúde pública verificar as condições de lançamento de esgotos e resíduos industriais, tratados ou não, nas bacias hidrográficas do Distrito Federal, comunicando-se com os órgãos competentes para as providências cabíveis, necessárias à preservação da salubridade dos receptores.

Parágrafo único. Diante do não cumprimento da determinação ou por força da impossibilidade da manutenção da salubridade dos receptores de dejetos, a autoridade sanitária interditará a indústria responsável pelo lançamento ou condenará o uso do receptor para outros fins, conforme o caso.

CAPÍTULO III

Lixo

Art. 26. Compete à autoridade sanitária estabelecer normas e fiscalizar seu cumprimento, quanto à coleta, transporte e destino final do lixo.

Art. 27. O órgão responsável pela execução das atividades previstas no artigo anterior seguirá as normas sanitárias em vigor, bem como facilitará o trabalho das autoridades de saúde pública, no que lhe competir.

Art. 28. O pessoal encarregado da coleta, transporte e destino final do lixo, usará equipamento aprovado pelas autoridades sanitárias, com o objetivo de prevenir contaminação ou acidente.

Art. 29. Sempre que necessário, o órgão de saúde pública poderá realizar exames sanitários dos produtos industrializados provenientes do lixo, e estabelecer condições para a sua utilização.

Art. 30. O órgão de saúde pública participará, obrigatoriamente, na determinação da área e do modo de lançamento dos detritos não industrializados, bem como fiscalizará o correto cumprimento dessa determinação.

Art. 31. A Prefeitura do Distrito Federal promoverá, também, na zona rural, de acordo com os meios disponíveis e as técnicas recomendáveis, os cuidados adequados com o lixo.

TÍTULO II

Habitação

Art. 32. A habitação e construções em geral devem ser mantidas em perfeitas condições de higiene de acordo com as normas baixadas pelas autoridades sanitárias.

Art. 33. A autoridade sanitária será obrigatoriamente ouvida na fixação dos locais onde será permitida a criação de animais para fins comerciais ou industriais.

Art. 34. O morador é responsável, perante o órgão de saúde pública, pela manutenção da habitação em perfeitas condições de higiene.

Parágrafo único. O proprietário da habitação é o responsável pelas deficiências das condições de higiene, quando estas não forem de responsabilidade do poder público ou do morador.

Art. 35. O proprietário entregará a habitação ao morador em perfeitas condições de higiene.

Art. 36. A Prefeitura do Distrito Federal, através do órgão competente, fixará as condições e exigências necessárias à manutenção das condições de higiene na habitação e construções de qualquer espécie.

Art. 37. A autoridade sanitária determinará o número de pessoas que poderão habitar hotéis, pensões, internatos e outros estabelecimentos semelhantes, destinados a habitação coletiva.

Art. 38. A autoridade de saúde pública é competente para declarar insalubre toda construção ou habitação que não reúna condições de higiene indispensáveis, inclusive ordenar interdição, remoção ou demolição.

TÍTULO III

Higiene do Trabalho

Art. 39. A autoridade sanitária colaborará com o órgão federal específico no controle das condições de higiene e segurança do trabalho, podendo atuar supletivamente.

Art. 40. Respeitada a orientação normativa federal, a regulamentação desta Lei determinará as condições e requisitos para funcionamento dos locais de trabalho, fixando medidas gerais e especiais de proteção ao trabalhador.

TÍTULO IV

Higiene da Alimentação

Art. 41. O órgão de saúde pública estabelecerá normas e padrões refe-

rentes à alimentação, respeitada a competência dos órgãos federais específicos.

CAPÍTULO I

Instalações e equipamentos

Art. 42. As instalações, equipamentos e utensílios dos estabelecimentos que operam com gêneros alimentícios deverão ser previamente aprovados pelo órgão de saúde pública.

Art. 43. Todas as máquinas, aparelhos e demais instalações de tais estabelecimentos deverão ser mantidos em perfeitas condições de higiene.

Art. 44. Os veículos e recipientes destinados ao manuseio, armazenagem e transporte de gêneros alimentícios obedecerão aos requisitos determinados pelas autoridades sanitárias.

CAPÍTULO II

Alimentos

Art. 45. Somente será permitido produzir, transportar, manipular ou expor à venda alimentos que não apresentem sinais de alteração, contaminação ou fraude.

Art. 46. É proibido armazenar, transportar ou expor à venda, no Distrito Federal, alimentos sujeitos a fórmula, que não tenham sido analisados e aprovados por órgão oficial de saúde pública.

Art. 47. A inspeção veterinária dos produtos de origem animal obedecerá aos dispositivos da legislação federal, no que for cabível.

Parágrafo único. Estão isentos de inspeção veterinária os animais de abate criados em propriedades rurais e destinados ao consumo doméstico particular dessas propriedades.

Art. 48. Os produtores rurais deverão requisitar a inspeção veterinária do órgão competente, quando houver intenção de encaminhar os animais abatidos ao consumo público.

Art. 49. Os produtos considerados impróprios para consumo humano poderão ser destinados à alimentação animal, mediante laudo de inspeção veterinária, ou à industrialização para outros fins que não de consumo.

Art. 50. O destino final de qualquer produto considerado impróprio para consumo humano será obrigatoriamente fiscalizado pela autoridade sanitária.

Art. 51. Não é permitido armazenar, transportar ou expor à venda, sem proteção, qualquer alimento perecível.

Parágrafo único. O órgão de saúde pública expedirá normas técnicas a respeito do disposto neste artigo.

Art. 52. Os manipuladores de gêneros alimentícios somente poderão exercer as suas atividades se licenciados pela autoridade sanitária.

Art. 53. A regulamentação desta Lei determinará as condições e exigências a serem cumpridas para licenciamento dos manipuladores de gêneros alimentícios.

TÍTULO V

Notificação Compulsória

Art. 54. Para efeito desta Lei, entende-se por notificação compulsória, a comunicação à autoridade sanitária de casos confirmados ou suspeitos das doenças que, por sua gravidade, incidência ou possibilidade de disseminação, exijam medidas especiais de controle.

Art. 55. São objeto de notificação compulsória, no Distrito Federal, as doenças previstas na legislação federal vigente.

Parágrafo único. Sempre que necessário, o órgão de saúde pública poderá tornar obrigatória a notificação de qualquer outra doença não prevista nas normas federais.

Art. 56. A notificação poderá ter caráter sigiloso.

Art. 57. A regulamentação desta Lei poderá distribuir as doenças de notificação compulsória em grupos, de acordo com a urgência com que deve ser feita a denúncia de sua ocorrência e os benefícios práticos que da mesma possam advir.

Art. 58. A regulamentação desta Lei estabelecerá os responsáveis pela notificação compulsória das doenças passíveis dessa medida.

Art. 59. A autoridade sanitária determinará, sempre que necessário, a

investigação epidemiológica dos casos notificados

Parágrafo único. Nos casos investigados, a autoridade sanitária dará, obrigatoriamente, conhecimento ao notificante e ao médico responsável pelo doente das providências tomadas.

Art. 60. Sempre que um médico recusar ou dificultar, comprovada e reiteradamente, a comunicação de casos de doença notificáveis, o fato será levado pelas autoridades competentes ao conhecimento do Conselho Regional de Medicina, sem prejuízo de outras sanções que a regulamentação desta Lei determinar.

Art. 61. Todos os laboratórios de análises, hospitais, clínicas, ambulatórios e similares, públicos ou privados, sem prejuízo da notificação imediata, quando for o caso, enviarão, periodicamente, ao órgão de saúde pública a relação dos casos confirmados ou ainda suspeitos de doenças de notificação compulsória.

TÍTULO VI

Doenças transmissíveis

Art. 62. As autoridades sanitárias executarão ou coordenarão medidas visando à prevenção das doenças transmissíveis e ao impedimento de sua disseminação.

Art. 63. Recebida denúncia de caso suspeito ou confirmado de doença transmissível, compete à autoridade determinar as medidas de profilaxia a serem observadas em relação ao doente e aos comunicantes, determinando, inclusive, se necessário, o isolamento.

Art. 64. Ocorrendo óbito suspeito de ter sido causado por doença transmissível, a autoridade sanitária promoverá, se necessário, o exame cadavérico, podendo realizar a viscerotomia, a necropsia, e tomar outras medidas que objetivem a elucidação do diagnóstico.

Art. 65. Os programas de combate às doenças transmissíveis oferecerão todas as facilidades para prevenção, diagnóstico e tratamento adequado.

Art. 66. A autoridade sanitária poderá exigir e executar provas imunológicas, sempre que se fizer necessário, no interesse da saúde pública.

Art. 67. É vedado às pessoas que não apresentem comprovante das imunizações exigidas:

- a) exercício de qualquer cargo ou função pública ou privada;
- b) matrícula em estabelecimento de ensino de qualquer natureza;
- c) internamento em asilo, creche, pensionato, instituto de educação ou assistência social;
- d) obtenção de carteira de identidade;
- e) registro individual de trabalho ou qualquer outra carteira oficialmente instituída.

Parágrafo único. Em casos especiais, poderão as pessoas eximir-se, temporariamente ou definitivamente, da obrigação de vacinar-se ou revacinar-se, mediante atestado médico que tal justifique.

Art. 68. Em casos de zoonoses, a autoridade de saúde pública colaborará com o órgão competente, com a finalidade de isolar os animais atingidos e tomar as demais medidas adequadas.

Art. 69. Sempre que necessário, a autoridade sanitária poderá exigir certificado de sanidade emitido por autoridade federal, estadual ou municipal, do local de procedência dos animais, de qualquer espécie, que se introduzirem no Distrito Federal.

Art. 70. São obrigatórias a matrícula e vacinação anti-rábica de todos os cães existentes no Distrito Federal.

Art. 71. Os cães encontrados em vias e logradouros públicos, quando não vacinados e não matriculados, serão apreendidos e conservados em custódia, pelo prazo que a regulamentação determinar.

Parágrafo único. A autoridade sanitária poderá determinar a imunização ou o sacrifício de qualquer animal, sempre que houver conveniência, em benefício da saúde pública.

PARTE IV

Promoção da Saúde

Art. 72. Para efeito desta Lei, as atividades relacionadas ou necessárias à promoção da saúde compreenderão, basicamente:

- a) higiene materna e da criança
- b) higiene dentária

- c) nutrição
- d) higiene mental
- e) educação sanitária

Art. 73. A autoridade sanitária elaborará Normas Técnicas Especiais referentes às ações de promoção da saúde.

TÍTULO I

Higiene materna e da criança

Art. 74. A Prefeitura do Distrito Federal promoverá de modo sistemático e permanente, através do órgão competente, a assistência médico-sanitária, de acordo com os recursos disponíveis e as técnicas indicadas, nos termos da regulamentação desta Lei.

Art. 75. Ao órgão de saúde pública compete estimular o desenvolvimento das atividades necessárias ao cumprimento do artigo anterior, fixando, quando necessário, as prioridades indicadas.

TÍTULO II

Higiene dentária

Art. 76. É obrigatória a fluoração das águas destinadas aos sistemas de abastecimento da população em todo o Distrito Federal.

Art. 77. O órgão de saúde pública promoverá assistência dentária à população, de acordo com os recursos disponíveis e prioridades que forem fixadas.

Art. 78. A assistência dentária terá caráter eminentemente preventivo e constituirá atividade obrigatória dos hospitais e demais unidades sanitárias da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 79. Os programas de assistência dentária de órgãos ou entidades públicas ou privadas no Distrito Federal obedecerão às normas baixadas pelo órgão de saúde pública.

TÍTULO III

Educação Sanitária

Art. 80. A Prefeitura do Distrito Federal, através de seus órgãos especializados, desenvolverá programas de

educação sanitária, de modo a criar ou modificar os hábitos e o comportamento do indivíduo em relação à saúde.

Art. 81. Os programas para desenvolvimento das atividades de educação sanitária serão elaborados e supervisionados pelo órgão de saúde pública da Prefeitura do Distrito Federal.

TÍTULO IV

Higiene Mental

Art. 82. A política da Prefeitura do Distrito Federal, com referência à higiene mental, será orientada pelo órgão de saúde pública, em perfeita concordância com as normas federais.

Art. 83. É vedada, quer nos estabelecimentos destinados à assistência a psicopatas, quer fora deles, a prática de quaisquer atos de religião, culto ou seita com finalidade terapêutica, ainda que a título filantrópico e exercida gratuitamente.

PARTE V

Recuperação da Saúde

TÍTULO I

Assistência médico-hospitalar

Art. 84. A Prefeitura do Distrito Federal, de acordo com os meios de que dispuser, através do órgão competente, prestará gratuitamente assistência médica, hospitalar, farmacêutica e dentária, de acordo com os recursos disponíveis, a todos quantos comprovarem insuficiência de recursos.

Art. 85. Os hospitais ou estabelecimentos similares, que recebam subvenção ou auxílio material de qualquer espécie da Prefeitura do Distrito Federal, ficam obrigados a manter, permanentemente, à disposição do órgão de saúde pública, um número mínimo de leitos, proporcional ao valor do auxílio recebido.

Art. 86. Os estabelecimentos hospitalares vinculados à Prefeitura do Distrito Federal, serão organizados de acordo com os princípios de integração e regionalização, nos termos da regulamentação desta Lei.

PARTE VI

Ações complementares

TÍTULO I

Estatísticas Vital e Sanitária

Art. 87. Ao órgão de saúde pública compete, respeitada a ação de outros órgãos ou entidades oficiais especializados, a coleta, classificação, tabulação, interpretação, análise e publicação de dados bioestatísticos sobre população, natalidade, morbidade, mortalidade e de toda informação que possa orientar as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Parágrafo único. Compete, igualmente, ao órgão de saúde pública efetuar as análises estatísticas dos trabalhos de saúde pública, com a finalidade de avaliar as atividades que vem cumprindo ou planejar as que pretendem desenvolver.

Art. 88. Todos os estabelecimentos de saúde, oficiais ou privados, proporcionarão as informações que a autoridade sanitária considerar necessárias, com a periodicidade estabelecida na regulamentação desta Lei.

TÍTULO II

Preparação do pessoal técnico

Art. 89. A Prefeitura do Distrito Federal, sob a orientação técnica da autoridade sanitária, é competente para preparar pessoal de saúde pública necessário ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 90. A Prefeitura do Distrito Federal poderá exigir a apresentação de diploma ou certificado de conclusão de curso de post-graduação para os ocupantes de cargos ou funções dos serviços de saúde, para cujo exercício sejam necessários conhecimentos técnicos especializados.

PARTE VII

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 91. O órgão de saúde pública de acordo com outras autoridades, executará diretamente ou promoverá, programa de controle dos acidentes pessoais.

Art. 92. O órgão de saúde pública promoverá estudos e pesquisas para esclarecimento dos problemas de interesse sanitário no Distrito Federal e estimulará a iniciativa pública ou privada nesse sentido.

Art. 93. O órgão competente da Prefeitura do Distrito Federal incentivará a criação de instituições de combate ao alcoolismo e a outras toxicomanias e que tenham por finalidade a sua prevenção, a recuperação da saúde ou a reintegração do indivíduo na sociedade.

Art. 94. A Prefeitura do Distrito Federal, através dos órgãos competentes e respeitadas as normas federais, estabelecerá a orientação básica para assistência médico-social a cegos, surdos, mudos, paralíticos e mutilados, cooperando, técnica e materialmente, com as instituições e centros de adaptação profissional, que tenham essa finalidade.

Art. 95. A Prefeitura do Distrito Federal, sempre que julgar conveniente, estabelecerá o regime de tempo integral para os técnicos de saúde pública, em concordância com o que dispuser a legislação federal.

Art. 96. A regulamentação desta Lei estabelecerá as normas a que deverão obedecer as imposições de sanções administrativas e penais, relativas às infrações dos seus dispositivos.

Art. 97. As taxas que a regulamentação desta Lei estabelecer serão fixadas com base no salário-mínimo vigente no Distrito Federal.

Art. 98. Somente serviços com supervisão médica permanente poderão manter bancos de sangue ou plasma, sob licença do órgão de saúde pública.

Parágrafo único. A regulamentação desta Lei determinará os requisitos e condições detalhadas a que deverão estar subordinados os estabelecimentos a que se refere este artigo.

Art. 99. A autoridade sanitária é competente para reconhecer e solucionar todas as questões relativas à saúde pública no Distrito Federal, ainda que não previstas nesta Lei, respeitada a competência dos órgãos federais específicos.

Art. 100. A Prefeitura do Distrito Federal regulamentará a presente Lei dentro de 120 (cento e vinte) dias de sua publicação.

Art. 101. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

LEI Nº 5.028 — DE 15 DE JUNHO
DE 1966

Altera o Quadro de Pessoal do Tribunal Marítimo

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São criados, no Quadro do Pessoal — Parte Permanente — do Tribunal Marítimo, os seguintes cargos em Comissão:

1 (um) Direção Superior — Diretor-Geral da Secretaria — símbolo 2-C;

4 (quatro) direção Intermediária — Diretor de Divisão — símbolo 5-C.

§ 1º Os cargos ora criados, respectando o direito dos atuais ocupantes, terão seu preenchimento condicionado à supressão, no Quadro Suplementar, dos de igual denominação.

§ 2º Aos atuais ocupantes dos cargos de Diretor-Geral da Secretaria e de Diretor de Divisão do Quadro do Pessoal — Parte Suplementar — é assegurada a percepção dos mesmos vencimentos atribuídos aos símbolos dos cargos em Comissão referidos neste artigo, respectivamente.

Art. 2º O provimento dos cargos criados nesta lei obedecerá o disposto no art. 6º da Lei nº 2.674, de 8 de dezembro de 1955.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

LEI Nº 5.029 — DE 15 DE JUNHO
DE 1966

Inclui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino, de Uberaba, na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a inclusão, nos termos do art. 17 da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino, de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, a que se refere o art. 16, da mesma Lei, com a redação que lhe foi dada pela Lei número 3.641, de 10 de outubro de 1959, correspondendo-lhe a subvenção de Cr\$ 6.500.000 (seis milhões e quinhentos mil cruzeiros)

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 6.500.000 (seis milhões e quinhentos mil cruzeiros), para ocorrer, ao pagamento da subvenção ordinária prevista nesta lei, no corrente exercício.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Pedro Aleixo

LEI Nº 5.030 — DE 17 DE JUNHO
DE 1966

Modifica o § 3º do art. 35 da Lei número 4.863, de 29 de novembro de 1965, que "reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e da quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salários, e dá outras providências".

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a ter a seguinte redação o § 3º do art. 35 da Lei nú-

mero 4.863, de 29 de novembro de 1965:

"§ 3º Os créditos a cada uma das entidades ou fundos mencionados no § 2º serão efetuados pelos estabelecimentos bancários depositários da arrecadação, de acordo com o rateio que for estabelecido em ato do Poder Executivo, guardada a respectiva proporcionalidade, em favor do correspondente Instituto de Aposentadoria e Pensões, mas deduzida, antes, a taxa de administração de 1% (um por cento)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.031 — DE 17 DE JUNHO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000 — (quinze milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de alugueis atrasados de prédios ocupados por Exatarias Federais instaladas no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de alugueis atrasados de prédios ocupados por Exatarias Federais instaladas no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior será registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas da União ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.032 — DE 17 DE JUNHO
DE 1966

Institui o "Dia do Motorista".

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, em todo o território nacional, o "Dia do Motorista, a comemorar-se, anualmente, no dia 25 de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Walter Peracchi Barcellos

LEI Nº 5.033 — DE 17 DE JUNHO
DE 1966

Isenta, por 5 (cinco) anos, das taxas de despacho aduaneiro, melhoramento dos portos, armazenagem e de renovação da Marinha Mercante equipamentos hospitalares, cirúrgicos, odontológicos e farmacêuticos importados pela SUSEME.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a isenção, pelo prazo de 5 (cinco) anos, das taxas de despacho aduaneiro de 5% (cinco por cento) de melhoramento dos portos, de armazenagem e de renovação da Marinha Mercante, para as importações de equipamentos e materiais hospitalares, cirúrgicos, odontológicos e farmacêuticos realizadas pela Superintendência de Serviços Médicos (SUSEME), autarquia do Estado da Guanabara.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.034 — DE 17 DE JUNHO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.684.172 — (trinta milhões seiscentos e oitenta e quatro mil cento e setenta e dois cruzeiros) destinado ao pagamento das quotas federais dos impostos de consumo e renda, relativas ao exercício de 1963, devidas aos Municípios de Ouro Branco, Brankunha, Jaramatara e Carneiros, no Estado de Alagoas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.684.172 (trinta milhões seiscentos e oitenta e quatro mil cento e setenta e dois cruzeiros) destinado ao pagamento das quotas federais dos impostos de consumo e renda, relativas ao exercício de 1963, devidas aos Municípios alagoanos de Ouro Branco, Brankunha, Jaramatara e Carneiros.

Art. 2º O crédito especial em questão será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.035 — DE 17 DE JUNHO
DE 1966

Estende a praças licenciadas, nas condições que especifica, o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As ex-praças da Marinha licenciadas do Serviço Ativo, em decorrência de atos de indisciplina ocorridos em março de 1964, e que contavam na data do licenciamento mais de 10 (dez) anos de serviço, aplicam-se as disposições do parágrafo único do art. 20 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960.

§ 1º Os benefícios desta Lei são devidos a partir da data do licenciamento.

§ 2º O Ministério da Marinha fará publicar no *Diário Oficial*, dentro de 30 dias, a relação das praças de que trata esta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Zilmar de Araripe Macedo

LEI Nº 5.036 — DE 17 DE JUNHO
DE 1966

Altera o Quadro de Pessoal — Parte Permanente — da Universidade do Paraná, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no Quadro de Pessoal — Parte Permanente — da Universidade do Paraná, um cargo

de provimento em comissão, símbolo 5-C, de Diretor da Escola de Agronomia e Veterinária.

Art. 2º A despesa com a execução desta lei será atendida com os recursos financeiros concedidos à Universidade do Paraná.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Brasília, 17 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Pedro Aleixo

LEI Nº 5.037 — DE 17 DE JUNHO
DE 1966

Extingue, no Ministério da Saúde, o Serviço Federal de Bioestatística do Departamento Nacional da Saúde e o Serviço de Estatística do Departamento Nacional da Criança, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam extintos, no Ministério da Saúde, o Serviço Federal de Bioestatística do Departamento Nacional da Saúde e o Serviço de Estatística do Departamento Nacional da Criança, cujas atribuições, acervo, dotações e pessoal são transferidos ao Serviço de Estatística da Saúde do mesmo Ministério.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo de Britto

LEI Nº 5.038 — DE 17 DE JUNHO
DE 1966

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 597.000.000 (quinhentos e noventa e sete milhões de cruzeiros), destinados ao Estado-Maior das Forças Armadas, ao Superior Tribunal Militar e ao Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelos Órgãos e Ministérios a seguir indicados, os créditos especiais no montante de Cr\$ 597.000.000 (quinhentos e noventa e sete milhões de cruzeiros), assim discriminados:

1) *Estado-Maior das Forças Armadas*

Para atender a despesas de Custeio e Investimentos, além dos créditos orçamentários próprios, realizadas no exercício de 1965 — Cr\$ 95.000.000.

2) *Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar*

Destinado ao reaparelhamento da sede do Superior Tribunal Militar e dos Cartórios das Auditorias, a fim de poderem arcar com as novas atribuições que lhes foram conferidas, por força do art. 8º do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965 — Cr\$ 500.000.000.

3) *Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal*

Para ocorrer a despesas com o pagamento de nível universitário, no período de junho de 1964 a dezembro de 1965 — Cr\$ 2.000.000.

Total — Cr\$ 597.000.000.

Art. 2º Os créditos especiais de que trata o artigo anterior terão vigência para dois exercícios e serão registrados e distribuídos ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Mem de Sa

LEI Nº 5.039 — DE 20 DE JUNHO
DE 1966

Altera a Lei nº 3.739, de 4 de abril de 1930, que autoriza a doação de imóvel à Prefeitura Municipal de Corumbá, no Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º, do artigo 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º E o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Corumbá, no Estado de Mato Grosso, o imóvel situado na Rua 13 de junho, naquela cidade, pertencente à União e atualmente ocupado pelo 22º Distrito de Portos e Vias Navegáveis

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Corumbá obriga-se a instalar no imóvel doado, dentro de 6 (seis) meses, a contar da escritura de doação, a Câmara Municipal e a Biblioteca Pública.

Art. 3º As despesas com a escritura de doação, que deverá ser outorgada dentro de 4 (quatro) meses, a partir da publicação desta Lei, ficarão a cargo da Prefeitura donatária.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 5.040 — DE 21 DE JUNHO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a desapropriação de terrenos onde foram travadas as Batalhas dos Guararapes, no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a desapropriação dos terrenos onde foram travadas as Batalhas dos Guararapes, no Município de Jaboatão, no Estado de Pernambuco, declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Decreto nº 57.273, de 16 de novembro de 1965.

Art. 2º O crédito especial, de que trata esta Lei, será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional, obedecido o disposto no art. 43 da Lei número 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Pedro Aleixo

LEI Nº 5.041 — DE 21 DE JUNHO
DE 1966

Concede, por 6 (seis) anos, isenção dos impostos de importação e consumo sobre a importação de material destinado à indústria aeronáutica

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica isenta dos impostos de importação e consumo, pelo prazo de 6 (seis) anos, a importação de equipamentos com os respectivos sobressalentes e ferramentas, destinados à indústria de material aeronáutico.

Parágrafo único. Igual tratamento é estendido à importação de material primário de especificação aeronáutica, de parte ou peça complementar de unidade a ser fabricada no País, segundo plano de nacionalização constante dos projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria de Material Aeronáutico GEIMA.

Art. 2º A importação de equipamentos industriais, sobressalentes e ferramentas, destinados às indústrias de fabricação de matrizes, estampas, gabaritos, ferramentas e peças para a produção de aeronaves, cujos projetos industriais hajam sido aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria de Material Aeronáutico — GEIMA, poderá ser beneficiada com a isenção dos impostos a que se refere o artigo 1º, desde que vinculada à indústria aeronáutica.

Art. 3º Os benefícios concedidos por esta lei não compreenderão os bens com similar nacional.

Art. 4º A outorga da isenção dos impostos é condicionada à aprovação, em cada caso, pelo Grupo Executivo da Indústria de Material Aeronáutico, GEIMA, do projeto industrial e programa de fabricação, cuja execução dependa da importação objeto do benefício fiscal ora concedido.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões
Eduardo Gomes

LEI Nº 5.042 — DE 21 DE JUNHO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 790.000 (setecentos e noventa mil cruzeiros), destinado à aquisição de máquinas de escrever.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 790.000 (setecentos e noventa mil cruzeiros), destinado à aquisição de máquinas de escrever.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Mem de Sá
Octávio Bulhões

LEI Nº 5.043 — DE 21 DE JUNHO
DE 1966

Estabelece isenção do Imposto do Sêlo para os atos em que forem partes os órgãos definidos no nº IV artigo 8º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e as Caixas Econômicas Federais em suas operações imobiliárias.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São isentos do Imposto do Sêlo os atos jurídicos e seus instru-

mentos, em que forem partes as entidades a que se refere o art. 8º número IV, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e as Caixas Econômicas Federais em suas operações imobiliárias.

Art. 2º Esta lei abrangerá os atos já praticados pelas referidas entidades ainda carentes do recolhimento do Imposto do Sêlo.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

LEI Nº 5.044 — DE 21 DE JUNHO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de cruzeiros) destinado a regularizar os pagamentos de salários e de contas pendentes, relativos ao exercício de 1962, da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de cruzeiros) destinado a regularizar os pagamentos de salários e contas pendentes relativos ao exercício de 1962 da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juracy Magalhães
Octávio Bulhões

LEI Nº 5.045 — DE 21 DE JUNHO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$... 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Federal da Alemanha.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Sua Excelência o Senhor Heinrich Lübke, Presidente da República Federal da Alemanha.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Otávio Bulhões

LEI Nº 5.046 — DE 21 DE JUNHO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros) destinado a auxiliar a realização da 1ª Festa Nacional de Calçados e Feiras Agro-Industriais em Novo Hamburgo, RS.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É autorizado o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros) destinado a auxiliar a Prefeitura de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, nas despesas com a realização da 1ª Festa Nacional de Calçados e Feiras Agro-Industriais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Paulo Egydio Martins

APENSO

No “Apenso” dos volumes da “Coleção das Leis” figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no “Diário Oficial” até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1966

Determina o registro pelo Tribunal de Contas, do contrato-escritura de compra e venda celebrado, em 23 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Barth Annonis & Cia. Ltda.

É declarado sem efeito o ato de promulgação do Decreto Legislativo nº 2, de 1966, publicado no *Diário do Congresso Nacional* e no *Diário Oficial*, de 23 e de 24 do corrente, respectivamente.

Senado Federal, 30 de março de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo, de 19 de novembro de 1958, de rescisão amigável do contrato, de 30 de dezembro de 1950, celebrado entre o Departamento dos Correios e Telegrafos e a firma Byington & Cia.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas, de 26 de dezembro de 1958, denegatório de registro a termo, de 19 de novembro de 1958, de rescisão amigável do contrato, de 30 de dezembro de 1950, celebrado entre o Departamento dos Correios e Telegrafos e a firma Byington & Cia., para fornecimento de 16 conjuntos amplificadores para rádio-frequência.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de março de 1966.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 4.859 — DE 25 DE NOVEMBRO
DE 1965

Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.859, de 25 de novembro de 1965 (que revoga a Lei nº 4.127, de 27 de agosto de 1962, e estabelece normas para a prestação do serviço de vigilância portuária por vigias matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º do artigo 70 da Constituição Federal o seguinte dispositivo da Lei nº 4.859, de 25 de novembro de 1965:

Art. 2º. O serviço de vigilância portuária, em navios e na carga e descarga das mercadorias, por vigias portuários matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo em sistema de rodízio, será:

a) obrigatório, na navegação de longo curso, e

b) a critério da Comissão de Marinha Mercante, na navegação de cabotagem, de acordo com as necessidades dos serviços de carga e descarga de mercadorias.

Brasília, 5 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº. 4.870 — DE 1 DE DEZEMBRO
DE 1965

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial do projeto que se transformou na Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º do art. 70 da Constituição Federal o seguinte

dispositivo da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965:

Art. 77. Serão cancelados, com arquivamento dos autos de infração em andamento:

a) os débitos correspondentes às taxas, sobretaxas e contribuições incidentes e não pagas sobre a produção de açúcar das safras 1963-1964, 1964-1965 e 1965-1966, instituídas com fundamento no disposto nos artigos 148 e 149 do Decreto-Lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1931, destinadas à equalização de preços e ao pagamento de subsídios de uma para outra região produtora;

b) os débitos das safras de 1963-64 e 1964-1965, correspondentes às contribuições devidas por efeito de diferenças de preços de açúcar, incidentes sobre estoques.

Brasília, em 14 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.881-A — DE 6 DE DEZEMBRO
DE 1965

Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior.

Faço saber que o Congresso Nacional manteve, após veto presidencial e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo as seguintes partes do Projeto que se transformou na Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965.

Art. 21 ...

Parágrafo único. Poderão ser nomeados para cargos de magistério, mediante pronunciamento favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da congregação ou colegiado equivalente, candidatos aprovados em concurso realizado, há menos de dois anos, em outro estabelecimento de ensino superior do País ou no próprio estabelecimento, quando ocorrer vaga

superveniente em cargo relativo a mesma disciplina.

Art. 35 ...

§ 1º O afastamento do ocupante de cargo de magistério superior, previsto neste artigo, dependerá de autorização do Reitor, nas universidades, ou do Diretor, nos estabelecimentos isolados, após o pronunciamento favorável da congregação ou colegiado equivalente, da unidade.

§ 2º Os estatutos da universidade e os regimentos das suas unidades e dos estabelecimentos isolados especificarão as condições que justificam ou recomendam o afastamento, as normas a que deve obedecer e os prazos máximos para a sua duração.

Art. 41 ...

§ 5º Os professores em regime de tempo integral não perderão as vantagens correspondentes, em consequência de licenças ou afastamentos concedidos nos termos desta lei.

Art. 53 ...

§ 4º O ocupante de cargo de magistério superior que, ao se aposentar, estiver em regime de tempo integral terá direito a incorporar a respectiva gratificação aos proventos da aposentadoria, integralmente; a incorporação será proporcional, a razão de 1/10 (um décimo) por ano de serviço, quando inferior a 10 (dez) anos a duração daquele exercício.

Brasília, 4 de junho de 1966. — *Auro Moura Andrade*, Presidente do Senado Federal.

LEI Nº 4.900 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1965

Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei número 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos

términos da parte final do § 3º do art. 70 da Constituição Federal o seguinte dispositivo da Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965.

Art. 10.

Parágrafo único. As subvenções ordinárias e extraordinárias, a que se refere a Lei nº 1.493, de 13 de novembro de 1951, estão isentas da redução prevista neste artigo.

Brasília, 20 de abril de 1966; 140 da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.906 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1965

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do § 3º, do art. 70, da Constituição Federal, as seguintes partes mantidas pelo Congresso Nacional após veto presidencial do Projeto que se transformou na Lei nº 4.906, de 17 de dezembro de 1965, que modifica o Plano Nacional de Viação estabelecido pela Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

Art. 1º ...

I — Plano Rodoviário Nacional

b) BR-118 — Itaboraí (BR-101) — Cachoeiras de Macacu — Nova Friburgo — Bom Jardim (BR-120) — São Sebastião do Alto — São Fidélis — Cardoso Moreira (BR-040).

c) BR-154 — Itumbiara — Campina Verde — Pôrto Militar — Votuporanga — Nhandeara — Marília.

d) BR-227 — Currais Novos — Caiçó — Serra Negra do Norte — Pombo (BR-230).

e) BR-255 — Prado Jequitiaia — Medeiros Neto — Itanhem — Machacalis — Aguas Formosas (BR-116).

f) BR-283 — Itapiranga (Argentina) — Mondai — Palmito — São Carlos — Chapecó — Seara — Concórdia — Capinzal — Campos Novos (BR-282).

g) BR-417 — Afuá — Anajás — Ponta de Pedras.

h) BR-459 — Poços de Caldas — Lorena — Mombucaba.

i) Anel Rodoviário da Cidade de São Paulo — BR-050 — Cidade Universitária — Ponte do Morumbi — BR-050 — BR-116 — BR-146 — BR-050.

II — Plano Ferroviário Nacional

T-16 — Apiai — Itapeva — Ponta Grossa — Engenheiro Gutierrez —

Pôrto União — Marcelino Souza — Passo Fundo — Cruz Alta — Santa Maria — Dilermando de Aguiar — Cacequie — Livramento.

III — Plano Portuário Nacional

a) Pôrto de São Roque;

b) Pôrto de Ceroa Vermelha;

c) Pôrto de Caravelas;

d) Pôrto de Cananéia;

e) Pôrto de Anható Mirim.

Brasília, 29 de abril de 1966; 145ª da Independência e 78ª da República.

H. CASTELLO BRANCO.

LEI Nº 4.939 — DE 30 DE MARÇO DE 1966

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$... 46.994.312.818,00 a diversos Ministérios e Órgãos subordinados à Presidência da República.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelos Ministérios e Órgãos abaixo indicados, créditos especiais, no total de Cr\$ 46.994.312.818,00 (quarenta e seis bilhões, novecentos e noventa e quatro milhões trezentos e doze mil oitocentos e dezoito cruzeiros) de acordo com a discriminação constante dos Anexos, que fazem parte integrante da presente lei:

4.01 — Presidência da República	20 000 000,00
4.03 — Estado Maior das Forças Armadas	4.699 200,00
4.04 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas	347 255,10
4.10 — Ministério da Aeronáutica	2.728 095 000,00
4.11 — Ministério da Agricultura	1 184 185 297,20
4.12 — Ministério da Educação e Cultura	1.032.943.784,00
4.13 — Ministério da Fazenda	6 377 045 821,00
4.14 — Ministério da Guerra	7.069 749 290,00
4.15 — Ministério da Indústria e do Comércio	11 574 000,00
4.16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores	600 445 193,00
4.17 — Ministério da Marinha	5.018 707 801,50
4.18 — Ministério das Minas e Energia	3 902 888,00
4.20 — Ministério da Saúde	2.008 123 021,30
4.21 — Ministério do Trabalho e Previdência Social ..	20 934 494 266,50
	<hr/>
	46 994 312 818,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de março de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Mem de Sá.

Zilmar de Araripe Macedo.

Arthur da Costa e Silva.

Octavio Bulhões.

Ney Braga.

Pedro Aleixo.

Walter Peracchi Barcellos.

Eduardo Gomes

Raymundo de Brito.

Paulo Egydio Martins.

Mauro Thibau.

Os anexos a que se refere o art. 1º foram publicados no D. O. de 1-4-66.

LEI Nº 4.940 -- DE 30 DE MARÇO DE 1966

Modifica o § 2º do artigo 3º da Lei nº 3.860, de 24 de dezembro de 1960, que "aprova o plano de coordenação das atividades relacionadas com o carvão mineral."

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O § 2º do art. 3º da Lei nº 3.860, de 24 de dezembro de 1960, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Na fixação das tarifas de serviço público e de frete para o carvão, será sempre ouvida a Comissão, que terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento da proposta que lhe foi encaminhada, para emitir suas apreciações. Se a Comissão não se pronunciar dentro desse prazo, a proposta será considerada aprovada, devendo ser adotadas as taxas de amortização e os juros usuais em tais casos".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de março de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Octávio Bulhões

Mauro Thibau

LEI Nº 4.941 — DE 30 DE MARÇO DE 1966

Retifica a Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, que cria Coletorias Federais em diversos municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' retificado para Xanxerê o nome do Município de Xanxerê, no Estado de Santa Catarina, constante do artigo 1º da Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de março de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes III e IV de 1966, desta
coleção, pela ordem alfabética
dos assuntos

EMENTÁRIO

A

A EQUITATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, SOCIEDADE ANÔNIMA DE SEGUROS GERAIS

Cassa a autorização concedida à A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil, Sociedade Anônima de Seguros Gerais, para funcionar na República.

Decreto nº 58.573 — De 2 de junho de 1966.

A INCONFIDÊNCIA, COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da A Inconfidência Companhia Nacional de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.089 — De 28 de março de 1966.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.166.900.000, para atender ao pagamento de despesas com pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro.

Lei nº 4.991 — De 20 de maio de 1966.

— *Revoga o Decreto nº 57.614, de 7-1-1966, e dispõe sobre a entrega pelo Tesouro Nacional de importâncias para cobertura de déficits das Autarquias ou Empresas Públicas subvencionadas.*

Decreto nº 58.296 — De 29 de abril de 1966.

ADMISSÃO DE PESSOAL

Dispõe sobre a admissão de pessoal necessário ao funcionamento dos Postos do SAMDU em Belém, Estado do Pará, e Osasco, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.509 — De 26 de maio de 1966.

ACÓRDOS

Aprova o Protocolo que insere, no Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, uma parte IV relativa ao Comércio e Desenvolvimento, assinado em Genebra a 8 de fevereiro de 1965.

Decreto Legislativo nº 8 de 1966.

— *Aprova o Acôrdio Básico de Assistência Técnica assinado, em 29 de dezembro de 1964 na Cidade do Rio de Janeiro, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil, a Organização das Nações Unidas e outros Organismos Internacionais.*

Decreto Legislativo nº 11, de 1966.

— *Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 40.268.500 (quarenta milhões duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos cruzeiros), para atender a despesas dos exercícios de 1962, 1963 e 1964, decorrentes dos encargos previstos no Acôrdio Básico de Assistência Técnica, celebrado em 1951, com a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) (E. M. 907, de 4-11-64, do M.F.).*

Decreto nº 58.520 — De 27 de maio de 1966.

— *Fixa a composição da Delegação Brasileira na Comissão Mista Executora do Acôrdio Brasil-Estados Unidos sobre Serviços Cartográficos, define sua vinculação com Órgãos do Governo brasileiro e dá outras providências.*

Decreto nº 57.814 — De 15 de fevereiro de 1966.

— *Promulga o Acôrdo sobre Privilégios Aduaneiros de Consulados de Carreira e seus Funcionários com a República Federal da Alemanha.*

Decreto nº 58.134 — De 31 de março de 1966.

ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

Emenda Constitucional nº 20.

AÇUCAR

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial do projeto que se transformou na Lei número 4.870, de 1 de dezembro de 1965.

Lei nº 4.870 — De 1 de dezembro de 1965.

AERONÁUTICA

— *Dispõe sobre as promoções dos Oficiais da ativa da Aeronáutica e dá outras providências.*

Lei nº 5.029 — De 7 de junho de 1966.

— *Concede, por 6 (seis) anos, isenção dos impostos de importação e consumo sobre a importação de material destinado à indústria aeronáutica.*

Lei nº 5.041 — De 21 de junho de 1966.

— *Aprova as Tabelas de Fixação de Valores da Etapa, em suas diferentes modalidades, e dos Complementos à Ração Comum das Forças Armadas, para o primeiro semestre de 1966, e dá outras providências.*

Decreto nº 57.674 — De 27 de janeiro de 1966.

— *Altera os arts. 31 e 32 do Regulamento da Diretoria do Material da Aeronáutica.*

Decreto nº 58.313 — De 2 de maio de 1966.

— *Altera a letra "d" do artigo 1º do Decreto nº 51.891, de 8 de abril de 1963.*

Decreto nº 58.352 — De 4 de maio de 1966.

— *Cria a "Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia", e dá outras providências.*

Decreto nº 58.378 — De 10 de maio de 1966.

— *Reduz o interstício para promoção ao posto de Major-Brigadeiro no Quadro de Oficiais Médicos do Corpo de Oficiais da Aeronáutica.*

Decreto nº 58.393 — De 10 de maio de 1966.

AERO SERVICE CORPORATION

Concede autorização à empresa International Aero Service Corporation para operar no território nacional, com avião de sua propriedade, em serviços contratados com a Petrobrás.

Decreto nº 58.184 — De 13 de abril de 1966.

AGALMATOLITO

Autoriza a Magnesita S. A. a lavar agalmatolito no município de Onça de Pitangui, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.538 — De 30 de maio de 1966.

AGÊNCIA FINANCIAL DE PORTUGAL

Modifica o prazo concedido à Agência Financeira de Portugal, para funcionar no País, e dá outras providências.

Decreto nº 58.727 — De 27 de junho de 1966.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Dimitri Athié a pesquisar água mineral no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.107 — De 30 de março de 1966.

— *Declara caduco o Decreto número 38.578, de 16 de janeiro de 1956.*

Decreto nº 58.123 — De 30 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Christovam Miguel Sanches a lavar água mineral no município de Valinhos, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.306 — De 2 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Salvador Soares de Arruda a pesquisar água mineral no município de Serra Negra, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.322 — De 2 de maio de 1966.

— *Declara caduco o Decreto número 15.048, de 15 de março de 1944.*

Decreto nº 58.437 — De 17 de maio de 1966.

AGUAS PÚBLICAS

Declara públicas, de uso comum, as águas de cursos d'água que especifica.

Decreto nº 58.551 — De 30 de maio de 1966.

— *Declara pública, de uso comum, as águas dos cursos d'água que especifica.*

Decreto nº 58.632 — De 15 de junho de 1966.

— *Declara públicas, de uso comum, as águas dos cursos d'água que especifica.*

Decreto nº 58.647 — De 16 de junho de 1966.

ALALC

Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 99.807.000, para atender ao pagamento das despesas decorrentes da participação de representantes deste Ministério nas Reuniões da ALALC.

Decreto nº 58.421 — de 17 de maio de 1966.

ALCOOL

Constitui Grupo Especial de Estudos dos problemas relativos ao aproveitamento do álcool e suas vinculações com a COPERBO.

Decreto nº 58.373 — de 9 de maio de 1966.

ALGODÃO

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento destinado à instalação de uma fábrica de fios de algodão.

Lei nº 4.970 — de 11 de maio de 1966.

— *Reajusta os preços mínimos básicos para o algodão das regiões Central e Meridional, das safras 1965-1966.*

Decreto nº 58.376 — de 9 de maio de 1966.

ALIANÇA DE MINAS GERAIS COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Aliança de Minas Gerais Companhia de Seguros relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.042 — de 23 de março de 1966.

AMAZONIA

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública.

Decreto Legislativo nº 17, de 1966.

— *Substitui a tabela a que se refere o artigo 1º do Decreto nº 54.104, de 6 de agosto de 1964, e dá outras providências.*

Decreto nº 58.116 — de 30 de março de 1966.

AMETISTA

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Lopes da Silva a pesquisar Quartzo e ametista no Município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 58.318 — de 2 de maio de 1966.

AMIANTO

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco José da Motta a pesquisar amianto, talco e minérios de cobre e de níquel, no município de Pontalina, no Estado de Goiás.

Decreto nº 58.526 — de 27 de maio de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Décio Amaral Castro a pesquisar amianto, mica e minérios de níquel no município de Niquelândia, Estado de Goiás.

Decreto nº 58.642 de 16 de junho de 1966.

APATITA

Autoriza a cidadã brasileira, Maria Januária Borges a pesquisar minério de manganês, apatita, baritina e vermiculita, no município de Tapira, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.104 — de 30 de março de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Calaça Figueiredo a lavar apatita no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.203 — de 18 de abril de 1966.

APRENDIZADO AGRÍCOLA SÃO JUDAS TADEU

Declara de utilidade pública o "Aprendizado Agrícola São Judas Tadeu", com sede em Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.965 — de 20 de abril de 1965.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Anawate a pesquisar areia quartzosa no município de Mongaguá, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.996 — de 14 de março de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Nicolau de Vergueiro Forjas a pesquisar areia quartzosa no Município de Descalvado, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.125 — de 30 de março de 1966.

— Declara caduco o Decreto número 33.734, de 6 de novembro de 1952.

Decreto nº 58.146 — de 4 de abril de 1966.

ARENITO

Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a pesquisar arenito no município de Bom Jesus do Amparo, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.271 — de 28 de abril de 1966.

ARGILA

Autoriza Cimento Portland Branco do Brasil S. A. a pesquisar caulim e argila no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 58.109 — de 30 de março de 1966.

— Autoriza Cimento Portland Branco do Brasil S. A. a pesquisar caulim e argila no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 58.112 — de 30 de março de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Gillo a pesquisar pirofilita, argila, xisto, quartzito e caulim no município de Pirapora de Bom Jesus, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.206 — de 18 de abril de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Gerhard Kröger a pesquisar argila no município de Suzano, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.319 — de 2 de maio de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro João de Augustinis a pesquisar argila no município de Ijaci, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.406 — de 17 de maio de 1966.

— Declara sem efeito o Decreto nº 56.542, de 7 de julho de 1965.

Decreto nº 58.428 — de 17 de maio de 1966.

— Autoriza a Magnesita S. A. a pesquisar argila no município de Esmeralda, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.527. — de 27 de maio de 1966.

ARMADA

Altera o Regulamento para a Assistência Médico-Social da Armada aprovado pelo Decreto nº 47.057, de 21 de outubro de 1959.

Decreto nº 58.557 — de 31 de maio de 1966.

ARMAS NUCLEARES

Promulga o tratado de proscrição das Experiências com armas nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob a água.

Decreto nº 58.256 — de 26 de abril de 1966.

ARMAZÉNS E SILOS

Retifica a relação dos cargos de que trata o art. 1º do Decreto número 53.365, de 31 de dezembro de 1963, que dispõe sobre o pessoal da extinta Comissão de Armazéns e Silos.

Decreto nº 58.392 — de 10 de maio de 1966.

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Altera o Decreto nº 57.926, de 4 de março de 1966, que dispõe sobre as Delegações do Brasil às Sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Decreto nº 58.260 — de 26 de abril de 1966.

ASSISTÊNCIA AOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS

Institui o plano de assistência aos trabalhadores desempregados, estabelece as normas de seu custeio e dá outras providências.

Decreto nº 58.684 — de 21 de junho de 1966.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL DA ARMADA

Altera o Regulamento para a Assistência Médico-Social da Armada, aprovado pelo Decreto nº 47.057, de 21 de outubro de 1959.

Decreto nº 58.557 — de 31 de maio de 1966.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Aprova o Acórdão Básico de Assistência Técnica assinado, em 29 de dezembro de 1964 na Cidade do Rio de Janeiro, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil, a Organização das Nações Unidas e outros Organismos Internacionais.

Decreto Legislativo nº 11, de 1966.

ASSOCIAÇÃO RURAL PEDRO LEOPOLDO

Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Rural Pedro Leopoldo terreno situado na Fazenda Regional de Criação, Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

Lei nº 4.987 — de 18 de maio de 1966.

ATOS INSTITUCIONAIS

Institui Comissão Especial de Juristas, para o fim que menciona, e dá outras providências.

Decreto nº 58.198 — de 15 de abril de 1966.

— *Dá nova redação ao art. 4º do Decreto nº 55.749, de 11 de fevereiro de 1955, modificado pelo Decreto número 57.635, de 14 de janeiro de 1966.*

Decreto nº 58.561 — de 31 de maio de 1966.

AUTARQUIAS

Altera disposições do Decreto número 56.793, de 27 de agosto de 1965.

Decreto nº 58.082 — de 25 de março de 1966.

— *Revoga o Decreto nº 57.614, de 7-1-1966 e dispõe sobre a entrega pelo Tesouro Nacional de importâncias para cobertura de deficits das Autarquias ou Empresas Públicas subvencionadas.*

Decreto nº 58.296 — de 29 de abril de 1966.

— *Estabelece normas para execução do censo dos servidores públicos civis da União e das Autarquias.*

Decreto nº 58.297 — de 2 de maio de 1966.

— *Exclui o Conselho Federal de Educação dos efeitos do Decreto número 55.090, de 28 de novembro de 1964.*

Decreto nº 58.592 — de 8 de junho de 1966.

B

BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S. A.

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de constituição de aforamento celebrado entre a União Federal e o Banco de Crédito da Amazônia S. A.

Decreto Legislativo nº 20, de 1966.

BANCO DO BRASIL S. A.

Altera disposições do Decreto número 56.793, de 27 de agosto de 1965.

Decreto nº 58.082 — de 25 de março de 1966.

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

Altera disposições do Decreto número 56.793, de 27 de agosto de 1965.

Decreto nº 58.082 — de 25 de março de 1966.

BARITINA

Autoriza a cidadã brasileira, Maria Januária Borges a pesquisar minério de manganês, apatita, baritina e vermiculita, no município de Tapira, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.104 — de 30 de março de 1966.

BASE AÉREA NAVAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA

Aprova o Regulamento para a Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia.

Decreto nº 58.591 — de 7 de junho de 1966.

BAUXITA

Declara sem efeito o Decreto número 56.542, de 7 de julho de 1965.

Decreto nº 58.428 — de 17 de maio de 1966.

BENTONIT UNIÃO S. A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Concede à Bentonit União S. A. — Indústria e Comércio autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.272 — de 28 de abril de 1966.

BERILO

Autoriza o cidadão brasileiro Paul Johann Carl Emil Adof Bremer a pesquisar fosforita, berilo e columbita no município de Itambé, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.627 — de 15 de junho de 1966.

BOMBA DE COBALTO

Isenta do pagamento das taxas de "Melhoramentos dos Portos" e de "Renovação da Marinha Mercante" a importação de uma Bomba de Cobalto feita pela Santa Casa de Misericórdia de Santos, no Estado de São Paulo.

Lei nº 4.968 — de 11 de maio de 1966.

BRAZIL LAND CATTLE & PACKING CO.

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato — escritura de compra e venda, celebrado entre a Brazil Land Cattle & Packing Co., incorporada ao Patrimônio Nacional e Antônio Sahib.

Decreto Legislativo nº 18 — de 1966.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato-escritura de compra e venda, celebrado entre a Brazil Land Cattle & Packing Co., incorporada ao Patrimônio Nacional e João Antônio Ferreira Souto.*

Decreto Legislativo nº 19 — de 1966.

C

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Estabelece isenção do Imposto do Selo para os atos em que forem partes os órgãos definidos no nº IV, artigo 8º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e as Caixas Econômicas Federais em suas operações imobiliárias.

Lei nº 5.043 — de 21 de junho de 1966.

— *Altera disposições do Decreto nº 56.793, de 27 de agosto de 1965.*

Decreto nº 58.082 — de 25 de março de 1966.

— *Aprova o orçamento da Caixa Econômica Federal do Piauí.*

Decreto nº 58.131 — de 31 de março de 1966.

— *Aprova o orçamento da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 58.132 — de 31 de março de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona.*

Decreto nº 58.682 — de 21 de junho de 1966.

— *Aprova o orçamento da Caixa Econômica Federal de Goiás.*

Decreto nº 58.171 — de 12 de abril de 1966.

— *Aprova o orçamento do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais.*

Decreto nº 58.172 — de 12 de abril de 1966.

— *Aprova o orçamento da Caixa Econômica Federal de Brasília.*

Decreto nº 58.173 — de 12 de abril de 1966.

— *Aprova o orçamento da Caixa Econômica Federal da Bahia.*

Decreto nº 58.174 — de 12 de abril de 1966.

— *Aprova os orçamentos das Caixas Econômicas Federais do Rio de Janeiro, de Mato Grosso e de Pernambuco.*

Decreto nº 58.361 — de 6 de maio de 1966.

— *Aprova o orçamento da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 58.362 — de 6 de maio de 1966.

— *Aprova os orçamentos das Caixas Econômicas Federais do Estado do Rio e de Sergipe.*

Decreto nº 58.505 — de 26 de maio de 1966.

— *Aprova o orçamento da Caixa Econômica Federal do Maranhão.*

Decreto nº 58.506 — de 26 de maio de 1966.

— *Aprova os orçamentos das Caixas Econômicas Federais do Ceará, de Alagoas e do Espírito Santo.*

Decreto nº 58.522 — de 27 de maio de 1966.

— *Aprova os orçamentos das Caixas Econômicas Federais do Amazonas e de Santa Catarina.*

Decreto nº 58.576 — de 3 de junho de 1966.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Lins a pesquisar calcário, no município de Monte Alegre, Estado do Pará.

Decreto nº 58.035 — de 22 de março de 1966.

— *Autoriza ao cidadão brasileiro Eduardo Lins, a pesquisar calcário, no município de Monte Alegre, Estado do Pará.*

Decreto nº 58.110 — de 30 de março de 1966.

— *Declara sem efeito o Decreto nº 8.313, de 3 de dezembro de 1941.*

Decreto nº 58.123 — de 30 de março de 1966.

— *Autoriza a S.A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a lavrar calcário, no município de Paranaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.129 — de 30 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Rodrigues de Oliveira a pesquisar calcário, no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.150 — de 4 de abril de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Lins a lavrar calcário no município de Monte Alegre, Estado do Pará.*

Decreto nº 58.153 — de 4 de abril de 1966.

— *Autoriza a cidadã brasileira Iracema Teixeira Rogieh a lavrar calcário, no município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.205 — de 18 de abril de 1966.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA a pesquisar calcário, no município de Guapiara, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.275 — de 28 de abril de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Moacir de Lima Valenti a pesquisar calcário, no município de Cantagalo, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 58.307 — de 2 de maio de 1966.

— *Declara caduco o Decreto número 37.320, de 10 de maio de 1965.*

Decreto nº 58.524 — de 27 de maio de 1966.

CALCÁRIO DOLOMÍTICO

Renova o Decreto nº 52.928, de 25 de novembro de 1963.

Decreto nº 58.404, de 17 de maio de 1966.

CALCEDÔNIA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Otto Hugo Müller a pesquisar calcedônia no município de Espumoso, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 58.207 — de 18 de abril de 1966.

CALCITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Blaudílio Lunz a pesquisar calcita e mármore no município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 58.270 — de 28 de abril de 1966.

CALFESA — CALCÁREOS E FERTILIZANTES S. A.

— *Concede à Calfesa — Calcáreos e Fertilizantes S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 58.277 — de 28 de abril de 1966.

CAMPANHA DE ERRADICAÇÃO DA MALÁRIA

— *Aplica à Campanha de Erradicação da Malária, do Ministério da Saúde, o aumento de que trata a Lei número 4.853, de 29-11-65.*

Decreto nº 58.163, de 6 de abril de 1966.

CAMPANHAS DE SAÚDE PÚBLICA

— *Estabelece normas gerais para a instituição e execução de Campanhas de Saúde Pública exercidas ou promovidas pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências.*

Lei nº 5.026 — de 14 de junho de 1966.

CANDIDATOS

Ato Complementar nº 9.

CARVÃO

— *Modifica o § 2º do art. 3º da Lei nº 3.860, de 24 de dezembro de 1960, que "aprova o plano de coordenação das atividades relacionadas com o carvão mineral".*

Lei nº 4.940, de 30 de março de 1966.

CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DOS ROTARIANOS DO RIO DE JANEIRO

Declara de utilidade pública a "Casa da Amizade das Senhoras dos Rotarianos do Rio de Janeiro", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 58.214 — de 19 de abril de 1966.

CASA DA CRIANÇA DR. AUGUSTO DUPRAT

Declara de utilidade pública a "Casa da Criança Dr. Augusto Duprat", com sede em Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 58.312 — de 2 de maio de 1966.

CASA DE RUI BARBOSA

Transforma em Fundação a atual Casa de Rui Barbosa e dá outras providências.

Lei nº 4.943 — de 6 de abril de 1966.

CASA PROPRIA

Altera disposições do Decreto número 56.793, de 27 de agosto de 1965.

Decreto nº 58.082 — de 25 de março de 1966.

CASSITERITA

Autoriza Mineração Rio das Mortes S. A. a pesquisar minério de ouro e cassiterita, no município de Macapá, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 58.126 — de 30 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Rodrigues Pereira a pesquisar cassiterita no município de Carandá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.209 — de 18 de abril de 1966.

— *Autoriza a Companhia Estanifeira do Brasil a pesquisar cassiterita, no município de Ipameri, Estado de Goiás.*

Decreto nº 58.279 — de 28 de abril de 1966.

— *Anula o Decreto nº 2.186, de 22 de janeiro de 1963.*

Decreto nº 58.451 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo Figueiredo Cavalcante, a lavar cassiterita no Município de Pôrto Velho — Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 58.600 — de 13 de junho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo Figueiredo Cavalcante, a lavar cassiterita no Município de Pôrto Velho — Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 58.601 — de 13 de junho de 1966.

CAPITANIA DOS PORTOS — Ver: Ministério da Marinha.

CAULIM

Autoriza a cidadã brasileira Maria Cândida Pereira a pesquisar caulim e quartzo no município de Embu-Guaçu — Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.993 — de 14 de março de 1966.

— *Autoriza Cimento Portland Branco do Brasil S. A., a pesquisar caulim e argila no município de Magé Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 58.109 — de 30 de março de 1966.

— *Autoriza Cimento Portland Branco do Brasil S. A., a pesquisar caulim e argila no município de Magé — Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 58.112 — de 30 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gabriel Marques da Silva a pesquisar caulim no município de Santana do Paraíba — Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.117 — de 30 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião de Faria a lavar quartzo, feldspato e caulim, no município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.144 — de 4 de abril de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Gilio a pesquisar pirofilita, argila, xisto, quartzito e caulim no município de Pirapora de Bom Jesus — Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.206 — de 18 de abril de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Antônio de Oliveira a pesquisar feldspato, quartzo e caulim no município de Socorro — Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.269 — de 28 de abril de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Abílio Borin a pesquisar caulim e mica no município de São Bernardo do Campo — Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.278 — de 28 de abril de 1966.

— *Renova o Decreto nº 51.939, de 26 de abril de 1963.*

Decreto nº 58.299 — de 2 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Rodrigues de Moraes a pesquisar feldspato, caulim e quartzo, no município de Socorro — Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.309 — de 2 de maio de 1966.

— *Declara caduco o Decreto número 45.304, de 27 de janeiro de 1959.*

Decreto nº 58.475 — de 19 de maio de 1966.

CÉDULAS

— *Prorroga e reabre prazos previstos no Decreto-lei nº 1, de 13 de novembro de 1965, e dá outras providências.*

Decreto-lei nº 7 — de 13 de maio de 1966.

CENSO

— *Estabelece normas para execução do censo dos servidores públicos civis da União e das Autarquias.*

Decreto nº 58.297 — de 2 de maio de 1966.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S. A. — ELETROBRAS

— *Regula o disposto na Lei nº 4.457, de 6 de novembro de 1964, com relação às operações de repasse a serem realizadas pela Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS, de empréstimos obtidos no exterior, dá nova redação aos §§ 3º e 4º do art. 166 e acrescenta o inciso V ao art. 176 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, alterado pelo Decreto nº 54.938, de 4 de novembro de 1964.*

Decreto nº 58.179 — de 13 de abril de 1966.

— *Transfere competência à Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — Eletrobrás.*

Decreto nº 58.412 — de 17 de maio de 1966.

— *Fixa o número de Conselheiros para a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS.*

Decreto nº 58.502 — de 28 de maio de 1966.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS S. A.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., as áreas de terra e benfeitorias que menciona.*

Decreto nº 58.410 — de 17 de maio de 1966.

CESSÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO

— *Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona no Município de Jundiá — Estado de São Paulo.*

Decreto nº 55.607 — de 20 de janeiro de 1965.

— *Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do imóvel que menciona situado no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 55.958 — de 20 de abril de 1965.

— *Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do imóvel que menciona, situado no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 57.998 — de 14 de março de 1966.

— *Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do terreno que menciona, situado em Vitória — Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 58.068 — de 23 de março de 1966.

— *Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do imóvel que menciona, situado no Município de Belo Horizonte — Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.091 — de 28 de março de 1966.

— *Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do terreno que menciona, situado no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 58.092 — de 28 de março de 1966.

— *Autoriza a cessão de terreno federal, sob a forma de utilização gratuita do terreno que menciona à Rede Ferroviária Federal S. A.*

Decreto nº 58.113 — de 30 de março de 1966.

— *Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do terreno que menciona, situado no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 58.301 — de 2 de maio de 1966.

— *Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do terreno que menciona, situado no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 58.477 — de 19 de maio de 1966.

— *Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do imóvel que menciona ao Instituto Histórico e Geográfico de Iguape — Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.671 — de 20 de junho de 1966.

CHUMBO

Autoriza a cidadã brasileira Francisca Silveira da Cunha a pesquisar minérios de cobre, chumbo e estanho no Município de Indaial — Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 58.405 — de 17 de maio de 1966.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Dá nova redação ao § 2º do artigo 3º do Decreto nº 48.633-A, de 30 de julho de 1960.

Decreto nº 53.529 — de 15 de maio de 1966.

COBRE

Autoriza a cidadã brasileira Francisca Silveira da Cunha a pesquisar minérios de cobre, chumbo e estanho no Município de Indaial, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 58.405 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco José da Motta a pesquisar amianto, talco e minérios de cobre e de níquel, no Município de Pontalina, no Estado de Goiás.*

Decreto nº 58.526 — de 27 de maio de 1966.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES

Dá nova redação ao art. 95 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares).

Lei nº 5.003 — de 27 de maio de 1966.

— *Altera as alíneas “d” e “e” do art. 1º do Decreto nº 57.624, de 13 de janeiro de 1966.*

Decreto nº 58.680 — de 21 de junho de 1966.

— *Dá nova redação à alínea "b" do item I do art. 1º do Decreto número 54.466, de 14 de outubro de 1964.*

Decreto nº 58.692 — de 22 de junho de 1966.

CÓDIGO DA JUSTIÇA MILITAR

Dá nova redação aos arts. 263 e 266 do Código da Justiça Militar, aprovado pelo Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938, e dá outras providências.

Lei nº 4.984 — de 18 de maio de 1966.

CÓDIGO ELEITORAL

Altera a redação da Lei número 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

Lei nº 4.961 — de 4 de maio de 1966.

CÓDIGO SANITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Institui o Código Sanitário do Distrito Federal.

Lei nº 5.027 — de 14 de junho de 1966.

COLÉGIO AGRÍCOLA ALVARO NAVARRO RAMOS

Dá a denominação de Colégio Agrícola Alvaro Navarro Ramos, ao Colégio Agrícola de Catu, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.340 — de 3 de maio de 1966.

COLETORIAS FEDERAIS

Retifica a Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, que cria Coletorias Federais em diversos municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, e dá outras providências.

Lei nº 4.941 — de 30 de março de 1966.

— *Retifica a Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, que cria Coletorias Federais em diversos municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, e dá outras providências.*

Lei nº 4.962 — de 5 de maio de 1966.

COLUMBITA

Autoriza o cidadão brasileiro Paul Johann Carl Emil Adot Bremer a pesquisar fosforita, berilo e columbita no Município de Itambé, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.627 — de 15 de junho de 1966.

COMERCIAL PAULISTA IMPORTADORA E EXPORTADORA LIMITADA

Isenta do imposto de importação equipamentos destinados à Comercial Paulista Importadora e Exportadora Ltda. para a instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cinescópio.

Lei nº 4.955 — de 26 de abril de 1966.

COMÉRCIO

Dispõe sobre a execução do resultado da quinta série anual de negociações para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pelo Tratado de Montevidéu.

Decreto nº 58.033 — de 22 de março de 1966.

COMISSÃO CONSULTIVA DA POLÍTICA INDUSTRIAL E COMERCIAL

Cria, no Ministério da Indústria e do Comércio, a Comissão Consultiva da Política Industrial e Comercial.

Decreto nº 58.248 — de 22 de abril de 1966.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Cria o "Fundo de Pesquisas Industriais e Técnicas", diretamente subordinado à Comissão de Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio.

Decreto nº 58.247 — de 22 de abril de 1966.

COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE

Reevoga o Decreto nº 57.614, de 7 de janeiro de 1966, e dispõe sobre a entrega pelo Tesouro Nacional de importâncias para cobertura de deficits das Autarquias ou Empresas Públicas subvencionadas.

Decreto nº 58.296 — de 29 de abril de 1966.

COMISSÃO DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL

Aprova o orçamento da Comissão do Plano do Carvão Nacional.

Decreto nº 58.640 — de 15 de junho de 1966.

COMISSÃO FEDERAL DO ABASTECIMENTO E PREÇOS

Torna sem efeito o Decreto número 53.076-63, e dá outras providências.

Decreto nº 58.479 — de 20 de maio de 1966.

COMISSÃO DO TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (COTIDE)

Aprova o Regimento da Comissão do Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (COTIDE).

Decreto nº 58.095 — de 28 de março de 1966.

COMISSÃO MILITAR MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS

Fixa a composição da Delegação Brasileira na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos e na Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos e dá outras providências.

Decreto nº 58.358 — de 5 de maio de 1966.

COMISSÕES

Institui Comissão Especial de Juristas, para o fim que menciona e dá outras providências.

Decreto nº 58.198 — de 15 de abril de 1966.

— Dá nova redação ao art. 4º do Decreto nº 55.749, de 11 de fevereiro de 1965, modificado pelo Decreto nº 57.635, de 14 de janeiro de 1966.

Decreto nº 58.561 — de 31 de maio de 1966.

— Dá nova redação ao § 2º do art. 3º do Decreto nº 56.887, de 20 de setembro de 1965.

Decreto nº 58.719 — de 24 de junho de 1966.

COMISSÕES INTERVENTORAS MUNICIPAIS

Ato Complementar nº 13.

COMERCIAL UNION ASSURANCE COMPANY LIMITED

Concede à Comercial Union Assurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 58.216 — de 19 de abril de 1966.

COMPANHIA ANGLO AMERICANA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Anglo Americana de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.190 — de 14 de abril de 1966.

COMPANHIA BRASILEIRA DE FIBRAS SINTÉTICAS "NAILON-SIX"

Concede autorização à Companhia Brasileira de Fibras Sintéticas "Nailonsir" para o trabalho contínuo, em caráter permanente, na forma estabelecida neste decreto.

Decreto nº 58.175 — de 13 de abril de 1966.

COMPANHIA BRASÍLIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Brasília de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.084 — de 28 de março de 1966.

COMPANHIA DE ÁGUAS E SOLOS

— CASOL

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, equipamento para perfuração de poços e localização de água importado pela CASOL.

Lei nº 4.956 — de 26 de abril de 1966.

COMPANHIA DE AZULEJO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALAGOAS (CACIA)

Concede à Companhia de Azulejo Comércio e Indústria de Alagoas (Cacia), autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.393, de 3 de maio de 1966.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE JUTA

Concede isenção de direitos de importação, excluída a taxa de despacho aduaneiro, para maquinaria importada, e a ser importada, pela "Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta".

Lei nº 4.959, de 27 de abril de 1966.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO BAHIANA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$... 49.752.967 (quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e novecentos e sessenta e sete cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento de benefícios ao pessoal da Companhia de Navegação Bahiana.

Lei nº 4.988, de 20 de maio de 1966.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 62.000.000, destinado à suplementação do auxílio federal concedido à Companhia de Navegação Bahiana.

Lei nº 4.996, de 21 de maio de 1966.

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Aliança da Bahia relativa ao aumento dos honorários da Diretoria.

Decreto nº 58.215, de 19 de abril de 1966.

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO PARÁ

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Aliança do Pará, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.397, de 10 de maio de 1966.

COMPANHIA DE SEGUROS GUANABARA

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Guanabara, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.315, de 2 de maio de 1966.

COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES INDENIZADORA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Indenizadora, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.141, de 4 de abril de 1966.

COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES PHENIX DE PORTO ALEGRE

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Phenix de Porto Alegre, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.218, de 19 de abril de 1966.

**COMPANHIA DE SEGUROS
PAN AMERICA**

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Pan América, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.316, de 2 de maio de 1966.

**COMPANHIA DE SEGUROS PORTO
ALEGRENSE**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Porto Alegrense, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.396, de 10 de maio de 1966.

**COMPANHIA DE SEGUROS
VILA RICA**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Vila Rica, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.090, de 28 de março de 1966.

**COMPANHIA DE SEGUROS
UNIAO NACIONAL**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros União Nacional, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.128, de 14 de abril de 1966.

**COMPANHIA ESPÍRITO SANTO
DE SEGUROS**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Espírito Santo de Seguros, relativo ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.088, de 28 de março de 1966.

**COMPANHIA NACIONAL DE
NAVEGAÇÃO COSTEIRA**

Modifica o Decreto nº 55.159, de 4 de dezembro de 1964, de Intervenção Federal na Companhia Nacional de Navegação Costeira. — A.F.

Decreto nº 58.346, de 4 de maio de 1966.

**COMPANHIA NORDESTE DE
SEGUROS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Nordeste de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.567 — de 2 de junho de 1966.

**COMPANHIA PARANAENSE DE
SEGUROS GERAIS**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Paranaense de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.086 — de 28 de março de 1966.

**COMPANHIA PAULISTA DE
SEGUROS**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Paulista de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.008 — de 17 de março de 1966.

**COMPANHIA RENASCENÇA
SEGUROS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Renascença Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.342 — de 3 de maio de 1966.

**COMPANHIA SEGURADORA
BRASILEIRA**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Seguradora Brasileira, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.070 — de 24 de março de 1966.

**COMPANHIA URBANIZADORA DA
NOVA CAPITAL DO BRASIL
(NOVACAP)**

Inclui, em Parte Especial do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), abrangidos pelo art. 40 da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963, e dá outras providências.

Lei nº 5.018 — de 7 de junho de 1966.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, em favor da Companhia Vale do Rio Doce, as áreas de terrenos necessárias a seu programa de expansão.

Decreto nº 57.809 — de 14 de fevereiro de 1966.

— Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.

Decreto nº 58.495 — de 24 de maio de 1966.

CONCHAS CALCÁRIAS

Autoriza Cimento Aratu S. A. a pesquisar conchas calcárias e corais, no município de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.048 — de 23 de março de 1966.

— Autoriza Cimento Aratu S. A. a pesquisar conchas calcárias e corais, no município de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.049 — de 23 de março de 1966.

— Autoriza Cimento Aratu S. A. a pesquisar conchas calcárias e corais, no município de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.050 — de 23 de março de 1966.

— Autoriza Cimento Aratu S. A. a pesquisar conchas calcárias e corais, no município de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.051 — de 23 de março de 1966.

— Autoriza Cimento Aratu S. A. a pesquisar conchas calcárias e corais, no município de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.065 — de 23 de março de 1966.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (4ª SESSÃO)

Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 191.364.240, para atender às despesas com o comparecimento do Episcopado brasileiro à Quarta Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II.

Decreto nº 58.514 — de 27 de maio de 1966.

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 3.931, de 3 de agosto de 1961, que concede isenção de direitos de importação e outros tributos para mercadorias doadas à Confederação Evangélica do Brasil.

Lei nº 5.011, de 1º de junho de 1966.

CONFERÊNCIA INTERAMERICANA EXTRAORDINÁRIA (2ª)

Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 370.000.000, para atender às despesas com a realização da Segunda Conferência Interamericana Extraordinária.

Decreto nº 58.515 — de 27 de maio de 1966.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE — IV

Institui normas para a realização da IV Conferência Nacional de Saúde, e dá outras providências.

Decreto nº 58.266 — de 27 de maio de 1966.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

Substitui a tabela a que se refere o art. 1º do Decreto nº 54.484, de 14 de outubro de 1964, acrescenta parágrafo único ao art. 1º do mesmo decreto e dá outras providências.

Decreto nº 58.135 — de 1 de abril de 1966.

**CONSELHO CONSULTIVO DO
PLANEJAMENTO**

Altera dispositivo do Decreto número 55.722, de 2 de fevereiro de 1955.

Decreto nº 58.317 — de 2 de maio de 1966.

**CONSELHO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO**

Exclui o Conselho Federal de Educação dos efeitos do Decreto número 55.090, de 28 de novembro de 1964.

Decreto nº 58.592 — de 8 de junho de 1966.

**CONSELHO NACIONAL DE
PESQUISAS**

Aprova o orçamento do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto nº 58.425 — de 17 de maio de 1966.

— Estende aos servidores do Conselho Nacional de Pesquisas e Institutos subordinados a assistência social concedida pelo IPASE.

Decreto nº 58.528 — de 30 de maio de 1966.

— Substitui a tabela a que se refere o art. 1º do Decreto nº 54.714, de 29 de outubro de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 58.545 — de 30 de maio de 1966.

**CONSELHO NACIONAL DE
TELECOMUNICAÇÕES (CONTEL)**

Institui o Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) e dá outras providências.

Lei nº 5.024 — de 10 de junho de 1966.

— Cria funções gratificadas no Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) e dá outras providências.

Decreto nº 58.379 — de 10 de maio de 1966.

**CONSELHO NACIONAL DO
COMÉRCIO EXTERIOR**

Dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior, e dá outras providências.

Lei nº 5.025 — de 10 de junho de 1966.

**CONSELHOS REGIONAIS DE
MEDICINA**

Aprova o orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí.

Decreto nº 58.182 — de 13 de abril de 1966.

— Aprova os orçamentos dos Conselhos Regionais de Medicina dos Estados da Bahia e da Paraíba.

Decreto nº 58.508 — de 26 de maio de 1966.

— Aprova os orçamentos dos Conselhos Regionais de Medicina dos Estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 58.569 — de 2 de junho de 1966.

— Aprova os orçamentos dos Conselhos Regionais de Medicina dos Estados do Espírito Santo e do Paraná.

Decreto nº 58.578 — de 3 de junho de 1966.

**CONSELHOS REGIONAIS DE
ECONOMISTAS PROFISSIONAIS**

Aprova o orçamento do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 4ª Região.

Decreto nº 58.183 — de 13 de abril de 1966.

**CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO
TRABALHO**

Constitui Junta Executiva para promoção das medidas preparatórias à execução da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração e dá outras providências.

Decreto nº 58.670 — de 20 de junho de 1966.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Institui Comissão Especial de Juristas, para o fim que menciona e dá outras providências.

Decreto nº 58.198 — de 15 de abril de 1966.

CONSULADOS

Ver: Ministério das Relações Exteriores.

CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA

Aprova o Regimento da Consultoria Geral da República.

Decreto nº 58.693 — de 22 de junho de 1966.

CONTENÇÃO DE PREÇOS

Regulamenta a Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965.

Decreto nº 58.967 — de 1º de outubro de 1965.

CONTRATOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de 19 de novembro de 1958, de revisão amigável do contrato, de 30 de dezembro de 1950, celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Byington & Cia.

Decreto Legislativo nº 6, de 1966.

— Determina o registro pelo Tribunal de Contas do termo de contrato celebrado entre o Governo Federal e Angelina da Glória Nogueira Carvalho, em 1º de agosto de 1953.

Decreto Legislativo nº 10, de 1966.

— Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do contrato, de 2 de janeiro de 1964, celebrado entre o Ministério da Fazenda e Giacomo Rossi.

Decreto Legislativo nº 12, de 1966.

— Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo, de 5 de agosto de 1957, de contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de São Paulo e Mikhail Naim Sayeg.

Decreto Legislativo nº 14, de 1966.

— Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública.

Decreto Legislativo nº 17, de 1966.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato — escritura de compra e venda, celebrado entre a Brazil Land Cattle & Co., incorporada ao Patrimônio Nacional e Antônio Sahib.

Decreto Legislativo nº 18, de 1966.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato-escritura de compra e venda, celebrado entre a Brazil Land Cattle & Packing Co., incorporada ao Patrimônio Nacional e João Antônio Ferreira Souto.

Decreto Legislativo nº 19, de 1966.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de constituição de aforamento celebrado entre a União Federal e o Banco de Crédito da Amazônia S. A.

Decreto Legislativo nº 20, de 1966.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de contrato, celebrado em 31 de dezembro de 1957, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e a Sociedade "Emissoras Reunidas Rádio Cultura Limitada".

Decreto Legislativo nº 21, de 1966.

CONVÊNIOS

Promulga o Convênio de Cooperação Social com a Espanha.

Decreto nº 58.257 — de 26 de abril de 1966.

— Dispõe quanto à coordenação das atividades de extensão rural.

Decreto nº 58.382 — de 10 de maio de 1966.

— *Promulga a Convenção sobre Escravatura de 1926 emendada pelo Protocolo de 1953 e a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura de 1956.*

Decreto nº 58.563 — de 1º de junho de 1966.

COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO RURAL

Dispõe quanto à coordenação das atividades de extenso rural.

Decreto nº 58.382 — de 10 de maio de 1966.

COOPERATIVAS INTEGRAIS DE REFORMA AGRÁRIA — CIRA

Regulamenta a criação e funcionamento das Cooperativas Integradas de Reforma Agrária — CIRA — instituídas pelo art. 79 (Seção V do Capítulo III do Título I da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra)

Decreto nº 58.197 — de 15 de abril de 1966.

COPERBO — COMPANHIA PER-NAMBUCANA DE BORRACHA SINTÉTICA

Constitui Grupo Especial de Estudos dos problemas relativos ao aproveitamento do álcool e suas vinculações com a COPERBO.

Decreto nº 58.373 — de 9 de maio de 1966.

CORAIS

Autoriza o Poder Executivo a alienar, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, o imóvel da Rua Conselheiro Crispiniano nº 373, em São Paulo.

Lei nº 4.948 — de 6 de abril de 1966.

— *Autoriza Cimento Aratu S.A. a pesquisar conchas calcárias e corais, no município de Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto nº 58.049 — de 23 de março de 1966.

— *Autoriza Cimento Aratu S.A. a pesquisar conchas calcárias e corais, no município de Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto nº 58.050 — de 23 de março de 1966.

— *Autoriza Cimento Aratu S.A. a pesquisar conchas calcárias e corais no município de Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto nº 58.051 — de 23 de março de 1966.

— *Autoriza Cimento Aratu S.A. a pesquisar conchas calcárias e corais no município de Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto nº 58.065 — de 23 de março de 1966.

"CORAL S.A. — FABRICAS DE TINTAS, ESMALTES, LACAS E VERNIZES"

Concede permissão em caráter permanente à "Coral S.A. — Fábrica de Tintas, Esmaltes, Lacas e Vernizes", com sede no Estado de São Paulo, para, nas seções de Resinas Sintéticas, de Vernizes a Óleo, e de Moagem de Tintas, funcionar aos Domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto nº 58.142 — de 4 de abril de 1966.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

Dispõe sobre a organização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 9 — de 25 de junho de 1966.

CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

Ministério da Marinha — Abre o crédito especial de Cr\$ 400.000.000, para atender às despesas com a construção do Quartel do Corpo de Fuzileiros Navais em Brasília.

Decreto nº 58.877 — de 21 de junho de 1966.

CRÉDITO RURAL

Aprova o Regulamento da Lei que Institucionaliza o Crédito Rural.

Decreto nº 58.380 — de 10 de maio de 1966.

CROMO

Autoriza a Indústria e Comércio de Mineração Brasil Central "Incomibrac" S.A. a pesquisar minério de cromo no município de Oromínia, Estado de Goiás.

Decreto nº 58.274 — de 28 de abril de 1966.

CRUZEIRO NOVO

Prorroga e reabre prazos previstos no Decreto-lei nº 1, de 13 de novembro de 1965, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 7 — de 13 de maio de 1966.

CURSOS

Concede reconhecimento ao Curso de Contador da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.656 — de 16 de junho de 1966.

CURSOS D'ÁGUA

Regulamenta a extração de areia em cursos d'água beneficiados por obras do Departamento Nacional de Obras de Saneamento e dá outras providências.

Decreto nº 58.708 — de 24 de junho de 1966.

D

DECLARAÇÃO DE RENDA

Prorroga os prazos para a apresentação de declaração de renda.

Lei nº 4.960 — de 27 de abril de 1966.

DELEGACIAS DO TESOIRO NO EXTERIOR

Altera o art. 5º do Decreto nº 57.878, de 28 de fevereiro de 1966.

Decreto nº 58.484 — de 23 de maio de 1966.

DELEGACIAS REGIONAIS

Extingue as Delegacias Regionais do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

Decreto nº 58.639 — de 15 de junho de 1966.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Dá nova redação ao § 2º do art. 3º do Decreto nº 48.639-A, de 30 de julho de 1960.

Decreto nº 53.529 — de 30 de maio de 1966.

— *Retifica o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Departamento Administrativo do Serviço Público.*

Decreto nº 58.602 — de 14 de junho de 1966.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

Retifica o Decreto nº 52.458, de 10 de setembro de 1963.

Decreto nº 58.219 — de 19 de abril de 1966.

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO AGROPECUÁRIA

Altera o Decreto nº 52.342, de 8 de agosto de 1963, que aprovou o Regulamento do Departamento de Promoção Agropecuária do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Decreto nº 58.492 — de 24 de maio de 1966.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo, de 19 de novembro de 1958, de rescisão amigável do contrato, de 30 de dezembro de 1950, celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Byington & Cia.

Decreto Legislativo nº 6, de 1966.

— *Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo, de 5 de agosto de 1957, de contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de São Paulo e Mikhail Naim Sayeg.*

Decreto Legislativo nº 14, de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 104.765.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 58.518 — de 27 de maio de 1966.

— *Cria funções gratificadas, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de São José do Rio Preto.*

Decreto nº 58.556 — de 31 de maio de 1966.

— *Altera o Regimento do Departamento dos Correios e Telégrafos, aprovado pelo Decreto nº 51.902, de 19 de abril de 1963, e dá outras providências.*

Decreto nº 58.649 — de 16 de junho de 1966.

— *Aprova o Regimento do Serviço de Orçamento do Departamento dos Correios e Telégrafos.*

Decreto nº 58.650 — de 16 de junho de 1966.

— *Aprova o Regimento do Serviço de Engenharia Civil do Departamento dos Correios e Telégrafos.*

Decreto nº 58.651 — de 16 de junho de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, o conjunto de lojas do prédio situado na Rua Voluntários da Pátria nº 254, em Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 58.706 — de 24 de junho de 1966.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dispõe sobre o enquadramento no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal, do Pessoal a que se refere o art. 20 da Lei nº 4.483, de 1964.

Decreto nº 58.196 — de 15 de abril de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Aprova o orçamento do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Decreto nº 58.535 — de 3 de junho de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 29.441.000.000 (vinte e nove bilhões quatrocentos e quarenta e um milhões de cruzeiros), para atender às despesas que especifica.

Lei nº 4.957 — de 27 de abril de 1966.

— *Garantia do Tesouro Nacional a uma operação de crédito com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.*

Decreto nº 58.290 — de 29 de abril de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 58.465 — de 17 de maio de 1966.

— *Altera o Regimento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.*

Decreto nº 58.486 — de 24 de maio de 1966.

— *Aprova o orçamento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.*

Decreto nº 58.666 — de 16 de junho de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA

Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Decreto nº 58.550 — de 30 de maio de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

Atribui, ao Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, a incumbência de instalar uma usina hidrelétrica, no açude público Cavitoré, no município de Uruburetama, Estado do Ceará.

Decreto nº 58.169 — de 11 de abril de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 45.371, de 2 de fevereiro de 1959, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Poço da Cruz", no município de Moxotó — Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 58.223 — de 19 de abril de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 46.225, de 16 de junho de 1959, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Major Izidoro", no município de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 58.224 — de 19 de abril de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 38.717, de 30 de janeiro de 1956, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Abóbora", no município de Parnamirim, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 58.225 — de 19 de abril de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 41.106, de 8 de março de 1957, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Palmeira dos Índios", no Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 58.227 — de 20 de abril de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 40.258, de 31 de outubro de 1956, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Destêro", no Município de Malta, Estado da Paraíba.*

Decreto nº 58.228 — de 20 de abril de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 41.495, de 14 de maio de 1951, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Umarizal", no Município de Martins, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 58.229 — de 20 de abril de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 38.742, de 30 de janeiro de 1956, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Carabinhas", no município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 58.230 — de 20 de abril de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno situada no município de Nossa Senhora da Glória, no Estado de Sergipe.*

Decreto nº 58.231 — de 20 de abril de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 40.154, de 16 de outubro de 1956, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Bituri", no Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 58.232 — de 20 de abril de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 10.398, de 21 de novembro de 1956, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária a construção do açude público "Olho D'Água do Pai Mané" no Município de Major Isidoro, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 58.233 — de 20 de abril de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 46.227, de 16 de junho de 1959, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária a construção do açude público "Vira Beiju", no município de Petrolina, Estado de Pernambuco*

Decreto nº 58.281 — de 28 de abril de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude "Campo Grande", município de Campo Grande, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 58.354 — de 4 de maio de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no município de Campo Grande, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 58.351 — de 4 de maio de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção de um poço profundo, para o Serviço de Abastecimento d'água da cidade de Tauá, no Estado do Ceará.*

Decreto nº 58.355 — de 4 de maio de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 47.891, de 9 de março de 1960, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária a construção do açude público "Araras", Estado do Ceará.*

Decreto nº 58.371 — de 9 de maio de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção de um poço profundo, para o Serviço de Abastecimento d'água da cidade de Martinópolis, Estado do Ceará.*

Decreto nº 58.372 — de 9 de maio de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 39.077, de 25 de abril de 1956, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "CURIMATA", no Município de Cabaceiras Estado da Paraíba.*

Decreto nº 58.466 — de 17 de maio de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto-lei nº 36.210, de 20 de setembro de 1954, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "MENDOBIM", no Município de Açu, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 58.467 — de 17 de maio de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 38.741, de 30 de janeiro de 1956, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "São Gonçalo", no Município de Souza, Estado da Paraíba.*

Decreto nº 58.487 — de 24 de maio de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 46.520, de 27 de julho de 1959, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "PATAXÓ", no Município de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 58.497 — de 24 de maio de 1966.

— *Aplica ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas o aumento de que trata a Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.*

Decreto nº 58.598 — de 18 de junho de 1965.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 925.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 58.612 — de 14 de junho de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se referem os Decretos ns. 32.217, de 4 de fevereiro de 1953, e 46.279, de 29 de junho de 1959, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Sertão de Baixo", no município de Maior Izidoro, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 58.679 — de 21 de junho de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, área de terreno necessária à retificação do rio Itajaí-Mirim, no trecho entre as cidades de Itajaí e Brusque, no Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 58.488 — de 24 de maio de 1966.

— *Aprova o orçamento do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.*

Decreto nº 58.589 — de 7 de junho de 1966.

— *Regulamenta a extração de areia em cursos d'água beneficiados por obras do Departamento Nacional de Obras de Saneamento e dá outras providências.*

Decreto nº 58.708 — de 24 de junho de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

— *Revoga dispositivo da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, que dispõe sobre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, e dá outras providências.*

Lei nº 4.985 — de 18 de maio de 1966.

— *Aprova, em caráter provisório, o Regimento do D.N.P.V.N.*

Decreto-lei nº 58.324 — de 2 de maio de 1966.

— *Altera o Decreto nº 51.997, de 9 de abril de 1963, e dá outras providências.*

Decreto nº 58.593 — de 8 de junho de 1966.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Determina o registro do termo de 21 de dezembro de 1959, de escritura pública de compra e venda para efetivação de desapropriação de imóveis em Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto Legislativo nº 9, de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a desapropriação de terrenos onde foram travadas as Batalhas dos Guararapes, no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Lei nº 5.040, de 21 de junho de 1966.

— *Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão entre a Usina Termoeletrica de Santa Cruz e a subestação da Central Elétrica de Furnas, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 57.805, de 14 de fevereiro de 1966.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, em favor da Companhia Vale do Rio Doce, as áreas de terrenos necessárias a seu programa de expansão.*

Decreto nº 57.809, de 14 de fevereiro de 1966.

— *Altera o Decreto nº 54.382, de 5 de outubro de 1964.*

Decreto nº 58.145, de 4 de abril de 1966.

— *Declara de interesse social para fins de desapropriação, imóveis rurais situados nos Municípios de Rio Tinto e Mamanguape, no Estado da Paraíba.*

Decreto nº 58.160, de 6 de abril de 1966.

— Declara de interesse social para fins de desapropriação imóveis rurais situados no Município de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 58.161, de 6 de abril de 1966.

— Revoga, na parte referente à Fazenda Mato Grosso, o Decreto número 51.905, de 19 de abril de 1963.

Decreto nº 58.202, de 15 de abril de 1966.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 45.371, de 2 de fevereiro de 1959, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de açude público "Poço da Cruz", no município de Morotó — Estado de Pernambuco.

Decreto nº 58.223, de 19 de abril de 1966.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 46.225, de 16 de junho de 1959, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Major Izidoro", no município de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas.

Decreto nº 58.224, de 19 de abril de 1966.

— Revoga a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 38.717, de 30 de janeiro de 1956, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Abóboras", no município de Parnamirim, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 58.225, de 19 de abril de 1966.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 41.106, de 8 de março de 1957, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Palmeira dos Índios", no Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

Decreto nº 58.227, de 20 de abril de 1966.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 40.258, de 31 de outubro de 1956, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Destêrro", no Município de Malta, Estado da Paraíba.

Decreto nº 58.228, de 20 de abril de 1966.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 41.495, de 14 de maio de 1957, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Umarizal", no Município de Martins, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 58.229, de 20 de abril de 1966.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 38.742, de 30 de janeiro de 1956, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Carabinhas", no município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

Decreto nº 58.230, de 20 de abril de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no município de Nossa Senhora da Glória, no Estado de Sergipe.

Decreto nº 58.231, de 20 de abril de 1966.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 40.154, de 16 de outubro de 1956, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas da área de terreno necessária à construção do açude público "Bituri", no Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 58.232, de 20 de abril de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 10.398, de 21 de novembro de 1956, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas da área de terreno necessária à construção do açude público "Olho D'Água do Pai Mané", no Município de Major Izidoro, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 58.233, de 20 de abril de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 46.227, de 16 de junho de 1959, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas da área de terreno necessária à construção do açude público "Vira Beiju", no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 58.281, de 28 de abril de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 58.292, de 29 de abril de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 58.293, de 29 de abril de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no Município de Campo Grande, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 58.351, de 4 de maio de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude "Campo Grande", Município de Campo Grande, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 58.354, de 4 de maio de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção de um poço profundo, para o Serviço de Abastecimento d'água da cidade de Tauá, no Estado do Ceará.*

Decreto nº 58.355, de 4 de maio de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 47.891, de 9 de março de 1960, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Araras", Estado do Ceará.*

Decreto nº 58.371, de 9 de maio de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção de um poço profundo, para o Serviço de Abastecimento d'água da cidade de Martinópolis, Estado do Ceará.*

Decreto nº 58.372, de 9 de maio de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. as áreas de terra e benfeitorias que menciona.*

Decreto nº 50.410, de 17 de maio de 1966.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 58.465, de 17 de maio de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 39.077, de 25 de abril de 1956, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Curimatã", no Município de Cabaceiras, Estado da Paraíba.*

Decreto nº 58.466, de 17 de maio de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 36.210, de 20 de setembro de 1954, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Mendobim", no Município de Açu, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 58.467, de 17 de maio de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, área de terreno situada no Município de São Mateus do Sul, no Estado do Paraná.*

Decreto nº 58.485, de 24 de maio de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 38.741, de 30 de janeiro de 1956, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "São Gonçalo", no Município de Souza, Estado da Paraíba.*

Decreto nº 58.487, de 24 de maio de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, área de terreno necessária à retificação do rio Itajaí-Mirim, no trecho entre as cidades de Itajaí e Brusque, no Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 58.488, de 24 de maio de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 46.520, de 27 de julho de 1959, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Pataxó", no Município de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 58.497, de 24 de maio de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 58.499, de 25 de maio de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se referem os Decretos ns. 32.217, de 4 de fevereiro de 1953, e 45.279, de 29 de junho de 1959, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Sertão de Baixo", no Município de Major Izidoro, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 58.679, de 21 de junho de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona.*

Decreto nº 58.682, de 21 de junho de 1966.

— *Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada à passagem de uma linha de transmissão entre a subestação da Usina Elétrica do Paranapanema S. A. — USELPA, nas proximidades da cidade de Botucatu, e a subestação da Companhia Paulista de Força e Luz, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, e dá outras providências.*

Decreto nº 58.694, de 22 de junho de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, o conjunto de lojas do prédio situado na Rua Voluntários da Pátria número 254, em Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 58.706, de 24 de junho de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Saúde.*

Decreto nº 58.743, de 28 de junho de 1966.

DESEMPREGADO

Constitui o "Fundo de Assistência ao Desempregado", regulamenta sua aplicação pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, e dá outras providências.

Decreto nº 58.155, de 5 de abril de 1966.

DIA DO MOTORISTA

Institui o "Dia do Motorista"

Lei nº 5.032, de 17 de junho de 1966.

DIAMANTE

Autoriza o cidadão brasileiro David Paulo Dana a lavar diamante e ouro no Município de Itupiranga, Estado do Pará.

Decreto nº 57.949, de 10 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Emilio Rocha a lavar diamante e ouro nos municípios de Bocaiuva e Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.208, de 18 de abril de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Emilio Rocha a lavar diamante e ouro nos municípios de Bocaiuva e Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.211, de 18 de abril de 1966.

DIATOMITA

Autoriza Mineração Indústria e Comércio Ltda., a pesquisar diatomita no Município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.002, de 15 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Martins Fernandes a pesquisar diatomita no Município de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 58.149, de 4 de abril de 1966.

— *Declara caduco o Decreto número 8.620, de 28 de janeiro de 1942.*

Decreto nº 58.320, de 2 de maio de 1966.

DIREITO AGRÁRIO

Fixa normas de Direito Agrário dispõe sobre o sistema de Organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras providências.

Lei nº 4.917, de 6 de abril de 1966

DIREITOS POLÍTICOS

Ato Complementar nº 10.

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Regulamenta o art. 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Decreto nº 58.130, de 31 de março de 1966.

DISTRITO FEDERAL

Dispõe sobre a organização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 9, de 25 de junho de 1966.

DOAÇÕES

Autoriza a doação de imóveis à Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências.

Lei nº 4.974, de 11 de maio de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Rural Pedro Leopoldo, terreno situado na Fazenda Regional de Criação, Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Lei nº 4.987, de 18 de maio de 1966.

— *Modifica os arts. 1º e 3º da Lei nº 4.874, de 2 de dezembro de 1965, que "autoriza a doação, ao Hospital Evangélico da Bahia, de um lote de terreno".*

Lei nº 5.017, de 7 de junho de 1966.

— *Altera a Lei nº 3.739, de 4 de abril de 1960, que autoriza a doação de imóvel à Prefeitura Municipal de Corumbá, no Estado de Mato Grosso.*

Lei nº 5.039, de 20 de junho de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel, em Belém — PA, destinado ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 58.579, de 3 de junho de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel em Aracaju — SE, destinado ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 58.665, de 16 de junho de 1966.

DOLOMITA

Autoriza a Mineração Po-Be-Mai Limitada a pesquisar dolomita, no Município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.001, de 15 de março de 1966.

DÓLAR AMERICANO

Altera o artigo 5º do Decreto número 57.878 de 28 de fevereiro de 1966.

Decreto nº 58.484, de 23 de maio de 1966.

E

EDUCAÇÃO NACIONAL

Regulamenta o art. 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Decreto nº 58.130, de 31 de março de 1966.

ELEIÇÕES

Ato Complementar nº 9.

— *Ato Complementar nº 12.*

EMBARCAÇÕES

Isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada.

Lei nº 4.936, de 18 de maio de 1966

EMISSIONES

Estabelece normas para confecção e emissões de selos postais e outras fórmulas de franquimento de correspondência.

Decreto nº 59.599, de 13 de junho de 1966.

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS MINERAIS "CODEMIN" LTDA.

Concede à Empresa de Desenvolvimento de Recursos Minerais "Code-min" Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.471, de 17 de maio de 1966.

EMPRESA DE MINERAÇÃO SANTO AMARO LTDA.

Concede à Empresa de Mineração Santo Amaro Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.040, de 22 de março de 1966.

EMPRESA DE TURISMO

— *Ver: Turismo.*

EMPRESAS INCORPORADAS

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do Contrato-escritura de compra e venda celebrado, em 23 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Barth Annoni & Cia. Ltda.

Decreto Legislativo nº 2, de 1966.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas negatório de registro a contrato-escritura de compra e venda, de 30 de novembro de 1949, celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Pinho e Terras Ltda.*

Decreto Legislativo nº 15, de 1966.

— *Aprova o orçamento da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.*

Decreto nº 58.138, de 1 de abril de 1966.

EMPRESAS PRIVADAS SUBVENCIONADAS

Revoga o Decreto nº 57.614, de 7 de janeiro de 1966 e dispõe sobre a entrega pelo Tesouro Nacional de importâncias para cobertura dos déficits das Autarquias ou Empresas Públicas subvencionadas.

Decreto nº 58.296, de 29 de abril de 1966.

EMPRESAS PUBLICAS

Revoga o Decreto nº 57.614, de 7 de janeiro de 1966 e dispõe sobre a entrega pelo Tesouro Nacional de importâncias para cobertura dos déficits das Autarquias ou Empresas Públicas subvencionadas.

Decreto nº 58.296, de 29 de abril de 1966.

EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

Dispõe sobre a concessão do aval do Tesouro Nacional em operação de crédito no exterior.

Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966.

— *Autoriza o Banco Central da República do Brasil a negociar e contratar com a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos "USAID" empréstimo em moeda estrangeira, para o fim que especifica.*

Decreto nº 58.294, de 29 de abril de 1966.

— *Autoriza o Banco Central da República do Brasil a negociar e contratar com o Banco Interamericano de Desenvolvimento operação de empréstimo em moeda estrangeira, para o fim que especifica.*

Decreto nº 58.295, de 29 de abril de 1966.

— *Autoriza o Ministério da Fazenda a prestar a garantia do Tesouro Nacional em contrato de empréstimo a ser firmado entre a Central Elétrica de Furnas S. A. e o International Bank for Reconstruction and Development.*

Decreto nº 58.474, de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza o Ministério da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional a operação de crédito que menciona.*

Decreto nº 58.481, de 23 de maio de 1966.

— *Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional, à operação de crédito que menciona.*

Decreto nº 58.482, de 23 de maio de 1966.

ENERGIA ELÉTRICA

Transfere para o Centro Fluminense de Eletricidade S. A. concessões de que são titulares o Estado do Rio de Janeiro e a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.740, de 17 de agosto de 1966.

— *Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.533, de 29 de dezembro de 1965.

— *Outorga à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.540, de 29 de dezembro de 1965.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 57.551, de 29 de dezembro de 1965.

— *Outorga concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 57.721, de 2 de fevereiro de 1966.

— *Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão entre a Usina Termoeletrica de Santa Cruz e a subestação da Central Elétrica de Furnas, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 57.805, de 14 de fevereiro de 1966.

— *Transfere concessão.*

Decreto nº 57.997, de 14 de março de 1966.

— *Outorga à Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.000, de 15 de março de 1966.

— *Outorga concessão.*

Decreto nº 58.004, de 15 de março de 1966.

— *Transfere da Companhia Industrial Paraense para "Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A.", a concessão para distribuir energia elétrica nos distritos de Pará de Minas, Ascensão e Córrego do Barão, no Município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.005, de 15 de março de 1966.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.034, de 22 de março de 1966.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a construir linha de transmissão e dá outras providências.*

Decreto nº 58.046, de 23 de março de 1966.

— *Outorga à Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.047, de 23 de março de 1966.

— *Outorga a Carlos Hartmann concessão para o aproveitamento de energia hidráulica.*

Decreto nº 58.052 — de 23 de março de 1966.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica.*

Decreto nº 58.061 — de 23 de março de 1966.

— *Outorga Concessão.*

Decreto nº 58.062 — de 23 de março de 1966.

— *Outorga à Centrais Elétricas do Rio das Contas S. A. concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.063 — de 23 de março de 1966.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.067 — de 23 de março de 1966.

— *Encampa concessão.*

Decreto nº 58.098 — de 29 de março de 1966.

— *Outorga à Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.105 — de 30 de março de 1966.

— *Declara de utilidade pública faixa de terra destinada à passagem de linha de transmissão.*

Decreto nº 58.106 — de 30 de março de 1966.

— *Autoriza a Companhia Ferro Brasileira a instalar grupo termelétrico.*

Decreto nº 58.108 — de 30 de março de 1966.

— *Declara de utilidade pública faixa de terra destinada a passagem de linha de transmissão, e dá outras providências.*

Decreto nº 58.119 — de 30 de março de 1966.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica.*

Decreto nº 58.121 — de 30 de março de 1966.

— *Outorga à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.112 — de 30 de março de 1966.

— *Altera o Decreto nº 54.382, de 5 de outubro de 1954.*

Decreto nº 58.145 — de 4 de abril de 1966.

— *Autoriza à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 58.147 — de 4 de abril de 1966.

— *Outorga à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.148 — de 4 de abril de 1966.

— *Outorga à Companhia de Eletricificação Rural do Nordeste, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.151 — de 4 de abril de 1966.

— *Atribui, ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a incumbência de instalar uma usina hidrelétrica, no açude público Caritoré, no município de Uruburetama, Estado do Ceará.*

Decreto nº 58.189 — de 11 de abril de 1966.

— *Regula o disposto na Lei nº 4.457, de 6 de novembro de 1964, com relação às operações de repasse a serem realizadas pela Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS — de empréstimos obtidos no exterior, dá nova redação aos §§ 3º e 4º do artigo 166 e acrescenta o inciso V ao artigo 176 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, alterado pelo Decreto nº 54.938, de 4 de novembro de 1964.*

Decreto nº 58.179 — de 13 de abril de 1966.

— *Transfere à Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade, concessão para distribuir energia elétrica no Município de Rio Claro, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 58.282 — de 28 de abril de 1966.

— *Outorga à Serrarias Reunidas Irmãos Fernandes S. A. concessão para o aproveitamento de um desnível existente no Município de General Carneiro, Estado do Paraná.*

Decreto nº 58.283 — de 28 de abril de 1966.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia de Eletricidade de Pernambuco.*

Decreto nº 58.284 — de 28 de abril de 1966.

— *Transfere do Estado do Pará para Centrais Elétricas do Pará S. A. concessão para aproveitamento de energia hidráulica.*

Decreto nº 58.285 — de 28 de abril de 1966.

— *Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a construir sistemas de distribuição de energia elétrica.*

Decreto nº 58.321 — de 2 de maio de 1966.

— *Outorga concessão.*

Decreto nº 58.325 — de 3 de maio de 1966.

— *Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a construir sistema de distribuição de energia elétrica.*

Decreto nº 58.326 — de 3 de maio de 1966.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Pirenópolis para Centrais Elétricas de Goiás S. A. a concessão para produzir e distribuir energia elétrica no distrito sede do Município de Pirenópolis, Estado de Goiás.*

Decreto nº 58.327 — de 3 de maio de 1966.

— *Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.328 — de 3 de maio de 1966.

— *Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a construir sistemas de distribuição.*

Decreto nº 58.329 — de 3 de maio de 1966.

— *Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.330 — de 3 de maio de 1966.

— *Outorga à Sociedade Anônima de Eletricificação da Paraíba concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.331 — de 3 de maio de 1966.

— *Transfere da Força e Luz de Uruguá S. A. para Centrais Elétricas de Goiás S. A. a concessão para produzir e distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.334 — de 3 de maio de 1966.

— *Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.335 — de 3 de maio de 1966.

— *Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.336 — de 3 de maio de 1966.

— *Outorga concessão.*

Decreto nº 58.337 — de 3 de maio de 1966.

— *Outorga à Companhia Hidrelétrica São Patrício autorização de estudos para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica.*

Decreto nº 58.429 — de 17 de maio de 1966.

— *Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada à passagem de uma linha de transmissão entre a subestação da Usina Elétrica do Paranapanema S. A. — USELPA, nas proximidades da cidade de Botucatu, e a subestação da Companhia Paulista de Força e Luz, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, e dá outras providências.*

Decreto nº 58.694 — de 12 de junho de 1966.

ENERGIA NUCLEAR

Aprova o orçamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Decreto nº 57.931 — de 9 de março de 1966.

ESCOLA FEDERAL DE MINAS DE OURO PRETO

Aprova o orçamento da Escola Federal de Minas de Ouro Preto.

Decreto nº 58.240 — de 20 de abril de 1966.

ESCOLA NAVAL

Aprova o Regulamento para a "Escola Naval".

Decreto nº 58.303 — de 2 de maio de 1966.

ESCOLAS

Fixa normas referentes à incorporação da Escola Nacional de Florestas à Universidade do Paraná e dá outras providências.

Lei nº 4.946 — de 6 de abril de 1966.

— *Altera o Regulamento da Escola Nacional de Saúde Pública, aprovado pelo Decreto nº 46.258, de 23 de junho de 1959, e dá outras providências.*

Decreto nº 58.165 — de 11 de abril de 1966.

ESCRAVATURA

Promulga a Convenção sobre Escravidão de 1926 emendada pelo Protocolo de 1953 e a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão de 1956.

Decreto nº 58.563 — de 1º de junho de 1966.

ESMERALDA

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Jorge Curi a pesquisar esmeralda no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.103 — de 30 de março de 1966.

ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS

Institui o sistema de incentivos à estabilização de preços e dá outras providências.

Decreto nº 57.271 — de 16 de novembro de 1965.

— *Revoga os §§ 1º e 2º do art. 3º do Decreto nº 57.271, de 16 de novembro de 1965, e dá nova redação ao inciso I do art. 6º do mesmo Decreto.*

Decreto nº 58.185 — de 13 de abril de 1966.

— *Altera o § 2º do artigo 8º do Decreto nº 57.271, de 16 de novembro de 1965.*

Decreto nº 58.394 — de 10 de maio de 1966.

ESTADO DE ALAGOAS

Ato Complementar nº 12.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.533 — de 29 de dezembro de 1965.

ESTADO DO CEARÁ

Ratifica disposições legais sobre o Serviço de Loteria do Estado do Ceará.

Decreto nº 58.668 — de 17 de junho de 1966.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Dispõe sobre eleição suplementar na representação da lavoura do Estado do Espírito Santo à Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café.

Decreto nº 58.212 — de 19 de abril de 1966.

ESTADO DO PARÁ

Transfere do Estado do Pará para Centrais Elétricas do Pará S. A. concessão para aproveitamento de energia hidráulica.

Decreto nº 58.285 — de 28 de abril de 1966.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Transfere para o Centro Fluminense de Eletricidade S. A. concessões de que são titulares o Estado do Rio de Janeiro e a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.740 — de 17 de agosto de 1965.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado-Maior das Forças Armadas e pelos Ministérios Militares, o crédito especial de Cr\$ 7.493.000.000 (sete bilhões quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros), para atendimento das despesas do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana — FAIBRAS — no 1º semestre de 1966.

Lei nº 4.977 — de 12 de maio de 1966.

ESTADOS

Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências.

Lei nº 5.010 — de 30 de maio de 1966.

— *Dispõe sobre a organização da Junta Nacional de Educação de Analfabetos e de Juntas Estaduais, com o objetivo de dar meio de execução ao que dispõe a letra g do art. 2º do Decreto nº 57.895, de 28 de fevereiro de 1966.*

Decreto nº 58.803 — de 14 de junho de 1966.

ESTANDARTE-DISTINTIVO 1º BPE (BATALHÃO MARECHAL ZENÓBIO DA COSTA)

Cria o Estandarte-Distintivo para o 1º BPE (Batalhão Marechal Zenóbio da Costa).

Decreto nº 58.595 — de 10 de junho de 1966.

ESTANHO

Autoriza a cidadã brasileira Francisca Silveira da Cunha a pesquisar minérios de cobre, chumbo e estanho no Município de Indaial, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 58.405 — de 17 de maio de 1966.

ESTATUTO DA TERRA

Regulamenta a criação e funcionamento das Cooperativas Integradas de Reforma Agrária — CIRA — instituídas pelo art. 79 (Seção V do Capítulo III do Título da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra.

Decreto nº 53.197 — de 15 de abril de 1966.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional a operação de crédito que menciona.

Decreto nº 58.481 — de 23 de maio de 1966.

EXATORIAS FEDERAIS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de aluguéis atrasados de prédios ocupados por Exatorias Federais instaladas no Estado de Minas Gerais.

Lei nº 5.031 — de 17 de junho de 1966.

— *Extingue a 2ª Exatoria Federal em Ponte Nova, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.496 — de 24 de maio de 1966.

EXÉRCITO

Mantém ato do Tribunal de Contas 10 de novembro de 1965, aditivo ao denegatório de registro a termo, de ajuste de locação de serviço de 18 de janeiro de 1954, celebrado entre o Estado-Maior do Exército e Nelson Pimenta.

Decreto Legislativo nº 16 — de 1966.

— *Dispõe sobre o reengajamento de Sargentos do Exército até adquirirem a estabilidade.*

Lei nº 4.982 — de 13 de maio de 1966.

— *Aprova as Tabelas de Fixação de Valores da Etapa, em suas diferentes modalidades, e dos Complementos à Ração Comum das Forças Armadas, para o primeiro semestre de 1966, e dá outras providências.*

Decreto nº 57.674 — de 27 de janeiro de 1966.

— *Aprova o Regulamento de Correspondência do Exército (R-8).*

Decreto nº 57.855-A — de 24 de fevereiro de 1966.

— *Dá nova redação à letra d, do art. 71, do Regulamento para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, aprovado pelo Decreto número 36.955, de 25 de fevereiro de 1955.*

Decreto nº 58.071 — de 24 de março de 1966.

— *Reduz o interstício de permanência no posto de Tenente-Coronel, no Quadro de Oficiais Médicos do Serviço de Saúde do Exército.*

Decreto nº 58.195 — de 15 de abril de 1966.

— *Denominação de Organização Militar.*

Decreto nº 58.210 — de 18 de abril de 1966.

— *Fixa a distribuição em cada Arma e em cada posto das funções gerais dos oficiais do Exército, a vigorar a partir de 24 de abril de 1966.*

Decreto nº 58.513 — de 26 de maio de 1966.

F

FABRICA NACIONAL DE MOTORES S.A.

Autoriza o Poder Executivo a emitir Letras do Tesouro destinadas a servir de garantia subsidiária nas operações de crédito realizadas entre a Fábrica Nacional de Motores S.A. e o Banco do Brasil S. A., e dá outras providências.

Lei nº 4.963 — de 5 de maio de 1966.

FACULDADES

Inclui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino, de Uberaba, na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

Lei nº 5.029 — de 15 de junho de 1966.

— *Concede reconhecimento à Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, Estado do Paraná.*

Decreto nº 58.398 — de 10 de maio de 1966.

— *Modifica a denominação de estabelecimento de ensino superior.*

Decreto nº 58.570 — de 2 de junho de 1966.

— *Concede reconhecimento à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mogi das Cruzes.*

Decreto nº 58.686 — de 22 de junho de 1966.

FALENCIA

Altera disposições do Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências).

Lei nº 4.983 — de 18 de maio de 1966.

FARINHA DE MANDIOCA

Fixa o preço mínimo básico para o financiamento ou aquisição de Farinha de Mandioca — safra de 1966.

Decreto nº 58.375 — de 9 de maio de 1966.

FEIRA DE ÁGUA DE MENINOS

Prorroga o prazo fixado no § 3º do art. 1º da Lei nº 4.547, de 10 de dezembro de 1964, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000 (setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a reconstrução da Feira de Água de Meninos, Estado da Bahia".

Lei nº 4.971 — de 11 de maio de 1966.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião de Faria a lavar quartzo, feldspato e quartzo, no município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.144 — de 4 de abril de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Preto de Godoy a lavar feldspato e quartzo, no município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.152 — de 4 de abril de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Antônio de Oliveira a pesquisar feldspato, quartzo e caulim no município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.269 — de 28 de abril de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldino Rodrigues de Moraes a pesquisar feldspato, caulim e quartzo, no Município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.309 — de 2 de maio de 1966.

Declara caduco. Decreto nº 45.304, de 27 de janeiro de 1959.

Decreto nº 58.475 — de 19 de maio de 1966.

FERRO

Autoriza a Siderúrgica Barra Mansa S. A., a pesquisar minério de ferro no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.991 — de 14 de março de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.223, de 12 de dezembro de 1963.*

Decreto nº 58.036 — de 22 de março de 1966.

— *Anula o Decreto nº 42.241, de 5 de setembro de 1957.*

Decreto nº 58.044 — de 23 de março de 1966.

— *Autoriza a Siderúrgica Barra Mansa S. A. a pesquisar minério de ferro no município de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.045 — de 23 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Rodrigues de Souza a lavar minério de ferro no município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.204 — de 18 de abril de 1966.

— *Renova o Decreto nº 874, de 9 de abril de 1962.*

Decreto nº 58.298 — de 2 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Itagiba Campos da Silva, a pesquisar minério de ferro no município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.300 — de 2 de maio de 1966.

— *Fica anulado o Decreto número 49.440, de 6 de dezembro de 1960.*

Decreto nº 5.345 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza Icominas S. A. — Empresa de Mineração a lavrar minério de ferro no município de Brumadinho, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.698 — de 22 de junho de 1966.
FERROVIAS

Disciplina a erradicação de ferrovias e ramais antieconômicos e sua programação.

Decreto nº 58.341 — de 3 de maio de 1966.

FERTILIZANTES E SUPLEMENTOS MINERAIS

Cria o Fundo de Estimulo Financeiro ao uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais — FUNFERTIL, e dá outras providências.

Decreto nº 58.193 — de 14 de abril de 1966.

— *Altera o que "cria o Fundo de Estimulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais — FUNFERTIL, e dá outras providências cias.*

Decreto nº 58.250 — de 25 de abril de 1966.

— *Altera e revoga dispositivos do Decreto nº 58.193, de 14 de abril de 1966, que cria o Fundo de Estimulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais — FUNFERTIL, e dá outras providências.*

Decreto nº 58.664 — de 16 de junho de 1966.

FESTA NACIONAL DE CALÇADOS (1ª)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000 (cinqüenta milhões de cruzeiros) destinado a auxiliar a realização da 1ª Festa Nacional de Calçados e Feiras Agro-Industriais em Nôvo Hamburgo, RS.

Lei nº 5.046 — de 21 de junho de 1966.

FOLHAS DE SALARIO

Modifica o § 3º do art. 35 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, que "reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e da quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salários, e dá outras providências."

Lei nº 5.030 — de 17 de junho de 1966.

FORÇA ARMADA INTERAMERICANA — FAIBRAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado-Maior das Forças Armadas e pelos Ministérios Militares, o crédito especial de Cr\$ 7.493.000.000 (sete bilhões quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros), para atendimento das despesas do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana — FAIBRAS — no 1º semestre de 1966.

Lei nº 4.977 — de 12 de maio de 1966.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Considera data festiva da Força Aérea Brasileira o dia 22 de abril.

Decreto nº 58.221 — de 19 de abril de 1966.

FORÇAS ARMADAS

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 597.000.000 (quinhentos e noventa e sete milhões de cruzeiros), destinados ao Estado-Maior das Forças Armadas, ao Superior Tribunal Militar e ao Supremo Tribunal Federal.

Lei nº 5.038 — de 17 de junho de 1966.

— *Fixa a composição da Delegação Brasileira na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos e na Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos e dá outras providências.*

Decreto nº 58.358 — de 5 de maio de 1966.

FOSFORITA

Autoriza o cidadão brasileiro Paul Johan Carl Emil Adolf Bremer a pesquisar fosforita, berilo e columbita no município de Itambé, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.627 — de 15 de junho de 1966.

FRANK CORNEY

Considera extinta concessão outorgada pelo Decreto nº 13.832, de 23 de outubro de 1919 e dá outras providências.

Decreto nº 58.667 — de 17 de junho de 1966.

FUNCIONARIOS PÚBLICOS

Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

Lei nº 4.950-A — de 22 de abril de 1966.

— *Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.*

Lei nº 4.965 — de 5 de maio de 1966.

— *Modifica o § 3º do art. 35 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, que "reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e da quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salários, e dá outras providências."*

Lei nº 5.030 — de 17 de junho de 1966.

— *Aprova a Regulamentação da Lei nº 4.259-1963.*

Decreto nº 58.100 — de 29 de março de 1966.

— *Dá nova redação dos incisos I letra b, e III, do art. 226 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.*

Decreto nº 58.157 — de 5 de abril de 1966.

— *Modifica disposições do Decreto nº 57.744, de 3 de fevereiro de 1966, que regulamentou o regime de tempo integral.*

Decreto nº 58.244 — de 20 de abril de 1966.

— *Estabelece normas para execução do censo dos servidores públicos civis da União e das Autarquias.*

Decreto nº 58.297 — de 2 de maio de 1966.

— *Estende disposições do Decreto nº 57.722, de 2 de fevereiro de 1966.*

Decreto nº 58.554 — de 31 de maio de 1966.

— *Altera o Decreto nº 53.480, de 23 de janeiro de 1964, que dispõe sobre o Regulamento de Promoção dos Funcionários Públicos Civis da União.*

Decreto nº 58.564 — de 1º de junho de 1966.

— *Exclui o Conselho Federal de Educação dos efeitos do Decreto número 55.090, de 28 de novembro de 1964.*

Decreto nº 58.592 — de 8 de junho de 1966.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Transforma em Fundação a atual Casa de Rui Barbosa e dá outras providências.

Lei nº 4.943 — de 6 de abril de 1966.

FUNDAÇÃO DE ASSISTENCIA AO MENOR

Declara de utilidade pública a "Fundação de Assistência ao Menor", com sede em Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.641 — de 15 de junho de 1966.

**FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR
DO MENOR**

Apre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 58.268 — de 27 de abril de 1966.

**FUNDAÇÃO ENSINO ESPECIALI-
ZADO DE SAÚDE PÚBLICA**

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, e dá outras providências.

Lei nº 5.019 — de 7 de junho de 1966.

**FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO
DESEMPREGADO**

Constitui o "Fundo de Assistência ao Desempregado", regulamenta sua aplicação pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, e dá outras providências.

Decreto nº 58.155 — de 5 de abril de 1966.

**FUNDO DE ESTÍMULO
FINANCEIRO**

Cria o Fundo de Estímulo Financeiro ao uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais — FUNFERTIL, e dá outras providências.

Decreto nº 58.193 — de 14 de abril de 1966.

— *Altera o que "cria o Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais — FUNFERTIL, e dá outras providências.*

Decreto nº 58.250 — de 25 de abril de 1966.

— *Altera e revoga dispositivos do Decreto nº 58.193, de 14 de abril de 1966, que cria o Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais — FUNFERTIL, e dá outras providências.*

Decreto nº 58.664 — de 16 de junho de 1966.

**FUNDO DE FINANCIAMENTO DE
ESTUDOS DE PROJETOS E
PROGRAMAS**

Autoriza o Banco Central da República do Brasil a negociar e contratar com o Banco Interamericano de Desenvolvimento operação de empréstimo em moeda estrangeira, para o fim que especifica.

Decreto nº 58.295 — de 29 de abril de 1966.

**FUNDO DE PESQUISAS INDUS-
TRIAIS E TÉCNICAS**

Cria o "Fundo de Pesquisas Industriais e Técnicas", diretamente subordinado à Comissão de Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio.

Decreto nº 58.247 — de 22 de abril de 1966.

**FUNDO ROTATIVO HABITACIO-
NAL DE BRASÍLIA**

Aprova Regimento do Fundo Rotativo Habitacional de Brasília.

Decreto nº 58.399 — de 10 de maio de 1966.

G

GADO LEITEIRO

Reestrutura a Equipe de Coordenação do Plano de Melhoramento da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro e dá outras providências.

Decreto nº 58.597 — de 10 de junho de 1966.

**GAÚCHA DE PRODUTOS QUÍMI-
COS LTDA.**

Concede à Gaúcha de Produtos Químicos Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.338 — de 3 de maio de 1966.

GUERRA

Cria o Estandarte-Distintivo para o 1º BPE (Batalhão Marechal Zenóbio da Costa).

Decreto nº 58.595 — de 10 de junho de 1966.

GIPSITA

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Fernando Duarte a pesquisar gipsita no Município de Ipubi, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 58.310 — de 2 de maio de 1966.

GOVERNADOR

Ato Complementar nº 12.

GREAT AMERICAN INSURANCE COMPANY

Concede à Great American Insurance Company autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 58.187 — de 14 de abril de 1966.

GRUPO DE TRABALHO

Cria Grupo de Trabalho destinado a estudar a formulação do Plano Nacional de Estatística.

Decreto nº 58.226 — de 20 de abril de 1966.

GRUPOS EXECUTIVOS

Aprova o Regimento do Grupo Executivo da Indústria do Livro.

Decreto nº 58.024 — de 21 de março de 1966.

H**HELICÓPTEROS**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.956.750.000 (um bilhão novecentos e cinquenta e seis milhões setecentos e cinquenta mil cruzeiros), para atender a despesas com a aquisição de helicópteros.

Lei nº 5.016 — de 7 de junho de 1966.

HEMPEL TINTAS MARÍTIMAS LIMITADA

Considera de alto interesse nacional o projeto de instalação, no Brasil, de uma Fábrica de tintas marítimas, sob a responsabilidade da Hempel Tintas Marítimas Ltda.

Decreto nº 58.596 — de 10 de junho de 1966.

HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO

Suprime cargos vagos no Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — Hospital dos Servidores do Estado.

Decreto nº 58.707 — de 24 de junho de 1966.

HOSPITAL EVANGÉLICO DA BAHIA

Modifica os arts. 1º e 3º da Lei nº 4.874, de 2 de dezembro de 1965, que "autoriza a doação, ao Hospital Evangélico da Bahia, de um lote de terreno".

Lei nº 5.017 — de 7 de junho de 1966.

HOSPITAL MIGUEL COUTO

Isenta de tributos alfandegários material hospitalar destinado ao Hospital Miguel Couto; e, da taxa de despacho aduaneiro, materiais para obras de interesse público.

Lei nº 4.998 — de 21 de maio de 1966.

I**IGREJA MEMORIAL BATISTA DE BRASÍLIA**

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro à Igreja Memorial Batista de Brasília, para importar um órgão elétrico e acessórios.

Lei nº 4.995 — de 21 de maio de 1966.

IMIGRANTES

Isenta dos impostos de importação e consumo e da taxa de despacho aduaneiro os bens dos imigrantes e das outras providências.

Lei nº 4.966 — de 9 de maio de 1966.

IMPOSTO DE CONSUMO

Modifica o § 3º do art. 53 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, que "reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e da quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salários, e dá outras providências."

Lei nº 5.030 — de 17 de junho de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.684.172 — (trinta milhões seiscentos e oitenta e quatro mil cento e setenta e dois cruzeiros) destinado ao pagamento das quotas federais dos impostos de consumo e renda, relativas ao exercício de 1963, devidas aos Municípios de Ouro Branco, Branquinha, Jaramatã e Carneiros, no Estado de Alagoas.*

Lei nº 5.034 — de 17 de junho de 1966.

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

Modifica o § 3º do art. 25 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, que "reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e da quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salários, e dá outras providências."

Lei nº 5.030 — de 17 de junho de 1966.

IMPOSTO DE RENDA

Prorroga os prazos para a apresentação de declarações de renda.

Lei nº 4.960 — de 27 de abril de 1966.

— *Modifica o § 3º do art. 35 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, que "reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e da quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salários, e dá outras providências"*

Lei nº 5.030 — de 17 de junho de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.684.127 — (trinta milhões seiscentos e oitenta e quatro mil cento e setenta e dois cruzeiros) destinado ao pagamento das quotas federais dos impostos de consumo e renda, relativas ao exercício de 1963, devidas aos Municípios de Ouro Branco, Branquinha, Jaramatã e Carneiros, no Estado de Alagoas.*

Lei nº 5.034 — de 17 de junho de 1966.

— *Regulamenta a Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965.*

Decreto nº 56.967 — de 1º de outubro de 1965.

— *Aprova o Regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto de renda.*

Decreto nº 58.400 — de 10 de maio de 1966.

IMPOSTO DO SELO

Modifica o § 3º do art. 35 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, que "reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e da quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salários, e dá outras providências."

Lei nº 5.030 — de 17 de junho de 1966.

— *Altera a redação do art. 11 do Decreto nº 55.852, de 22 de março de 1965 (Regulamento do Imposto do Selo).*

INDUSTRIA DA PESCA

Fixa medidas de incentivo ao desenvolvimento da pesca e dá outras providências.

Decreto nº 58.696 — de 22 de junho de 1966.

INDUSTRIA DE CAL "N.S." LTDA.

Concede à Indústria de Cal "S.N." Ltda. autorização para funcionar, com empresa de mineração

Decreto nº 58.118 — de 30 de março de 1966.

INDUSTRIA DE CAL CAVALLI & MOTTIN LTDA.

Concede à Indústria de Cal Cavalli & Mottin Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.604 — de 23 de março de 1966.

INDUSTRIA DE VEICULOS

Concede isenção de tributos para importação de bens de produção destinados ao reequipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de autopeças

Lei nº 4.951 — de 26 de abril de 1966.

INDUSTRIA DO LIVRO

Aprova o Regimento do Grupo Executivo da Indústria do Livro.

Decreto nº 58.024 — de 21 de março de 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Prorroga a vigência da tabela a que se referem os Decretos ns. 55.309, de 30 de dezembro de 1964, e 56.617, de 27 de julho de 1965, e fixa novos valores de gratificações de representação de gabinete para atender provisoriamente aos encargos de direção, chefia, assessoramento e secretariado do Serviço Nacional de Recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dá outras providências.

Decreto nº 58.094 — de 28 de março de 1966.

— Dispõe sobre a realização das Assembleias Gerais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1966.

Decreto nº 58.395 — de 10 de maio de 1966.

— Enquadra Professor nas condições que menciona.

Decreto nº 58.523 — de 27 de maio de 1966.

— Altera o Decreto nº 53.562, de 19 de fevereiro de 1964, que inclui na Parte Especial, nos Quadros de Pessoal do Conselho Nacional de Estatística e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o pessoal abrangido pelas Leis números 3.967, de 5 de outubro de 1961, e 4.069, de 11 de junho de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 58.663 — de 16 de junho de 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA

Fixa normas de Direito Agrário, dispõe sobre o sistema de organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras providências.

Lei nº 4.947 — de 6 de abril de 1966.

— Revoga, na parte referente à Fazenda Mato Grosso, o Decreto número 51.905, de 19 de abril de 1963.

Decreto nº 58.202 — de 15 de abril de 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Dispõe sobre eleição suplementar na representação da lavoura do Estado do Espírito Santo à Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café.

Decreto nº 58.212 — de 19 de abril de 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DO SAL

Aprova o orçamento do Instituto Brasileiro do Sal.

Decreto nº 58.390 — de 10 de maio de 1966.

**INSTITUTO DE APOSENTADORIA
E PENSÕES**

Altera disposições do Decreto número 56.793, de 27 de agosto de 1965.

Decreto nº 58.082 — de 25 de março de 1966.

**INSTITUTO DE APOSENTADORIA
E PENSÕES DOS BANCÁRIOS**

Dispõe sobre cargos em comissão e funções gratificadas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

Decreto nº 58.055 — de 23 de março de 1966.

**INSTITUTO DE APOSENTADORIA
E PENSÕES DOS EMPREGADOS
EM TRANSPORTES E CARGAS**

Retifica o Decreto nº 51.371, de 13 de dezembro de 1961, que aprovou o enquadramento dos servidores do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências.

Decreto nº 58.507 — de 26 de maio de 1966.

**INSTITUTO DE APOSENTADORIA
E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS**

Torna sem efeito o art. 1º do Decreto nº 57.127, de 20 de outubro de 1965.

Decreto nº 58.029 — de 22 de março de 1966.

— Dispõe sobre a classificação de cargos em comissão e funções gratificadas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e dá outras providências.

Decreto nº 58.030 — de 22 de março de 1966.

**INSTITUTO DE PREVIDENCIA E
ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
DO ESTADO**

Altera disposições do Decreto número 56.793, de 27 de agosto de 1965.

Decreto nº 58.082 — de 25 de março de 1966.

— Suprime cargos do Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — Hospital dos Servidores do Estado.

Decreto nº 58.707 — de 24 de junho de 1966.

**INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO
ALCOOL**

Aprova o orçamento do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Decreto nº 58.391 — de 10 de maio de 1966.

**INSTITUTO JOAQUIM NABUCO
DE PESQUISAS SOCIAIS**

Aprova o orçamento do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

Decreto nº 58.236 — de 20 de abril de 1966.

**INSTITUTO MUSICAL SANTA
MARCELINA**

Concede autorização para funcionamento do Curso de Professor de Educação Musical do Instituto Musical Santa Marcelina, de São Paulo.

Decreto nº 58.348 — de 4 de maio de 1966.

**INSTITUTO NACIONAL DE PES-
QUISAS DA AMAZÔNIA**

Faz inclusão de servidores em Parte Especial do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, órgão do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto nº 58.385 — de 10 de maio de 1966.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE

Aprova o orçamento do Instituto Nacional do Mate.

Decreto nº 58.143 — de 4 de abril de 1966.

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO

Aprova o orçamento do Instituto Nacional do Pinho.

Decreto nº 58.389 — de 10 de maio de 1966.

INSTITUTO POPULAR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Declara de utilidade pública o "Instituto Popular de Assistência Social" (IPAS), com sede em Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Decreto nº 58.311 — de 2 de maio de 1966.

INTERCAMBIO COMERCIAL NO EXTERIOR

Dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior, e dá outras providências.

Lei nº 5.025 — de 10 de junho de 1966.

INTERVENÇÃO

Ato Complementar nº 11.

Ato Complementar nº 13.

INTERVENÇÃO ADMINISTRATIVA

Determina intervenção administrativa no Consórcio Intermunicipal de Eletricidade, com sede no Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 58.493 — de 24 de maio de 1966.

Nomeia interventor administrativo no Consórcio Intermunicipal de Eletricidade.

Decreto nº 58.494 — de 24 de maio de 1966.

INTERVENÇÃO FEDERAL

Modifica o Decreto nº 55.159, de 4 de dezembro de 1964, de Intervenção Federal na Companhia Nacional de Navegação Costeira. — A.F.

Decreto nº 58.346 — de 4 de maio de 1966.

ISENÇÕES

Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei número 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966.

Lei nº 4.900 — de 10 de dezembro de 1965.

— *Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, de emolumentos consulares e da taxa de despacho aduaneiro, excluída a cota de previdência social, para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel para impressão de jornais, periódicos e livros, e dá outras providências.*

Lei nº 4.950 — de 20 de abril de 1966.

— *Concede isenção de tributos para importação de bens de produção destinados ao reequipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de autopeças.*

Lei nº 4.951 — de 26 de abril de 1966.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, um computador eletrônico importado pela VARIG.*

Lei nº 4.953 — de 26 de abril de 1966.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Telefônica Curvelo S. A.*

Lei nº 4.954 — de 25 de abril de 1966.

— *Isenta do imposto de importação equipamentos destinados à Comercial Paulista Importadora e Exportadora Ltda. para a instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cinecôpio.*

Lei nº 4.955 — de 26 de abril de 1966.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, equipamento para perfuração de poços e localização de água importado pela CASOL.*

Lei nº 4.956 — de 26 de abril de 1966.

— *Concede isenção de direitos de importação, excluída a taxa de despacho aduaneiro, para maquinaria importada, e a ser importada, pela "Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta".*

Lei nº 4.959 — de 27 de abril de 1966.

— *Isenta dos impostos de importação e consumo e da taxa de despacho aduaneiro os bens dos imigrantes e das outras providências.*

Lei nº 4.966 — de 9 de maio de 1966.

— *Isenta do pagamento das taxas de "Melhoramentos dos Portos" e de "Renovação da Marinha Mercante" a importação de uma Bomba de Cobalto feita pela Santa Casa de Misericórdia de Santos, no Estado de São Paulo.*

Lei nº 4.968 — de 11 de maio de 1966.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento destinado à instalação de uma fábrica de fios de algodão.*

Lei nº 4.970 — de 11 de maio de 1966.

— *Isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada.*

Lei nº 4.986 — de 18 de maio de 1966.

— *Concede isenção de impostos, taxas e emolumentos para um automóvel doado a Mauro Ramos de Oliveira por cidadãos alemães.*

Lei nº 4.992 — de 21 de maio de 1966.

— *Concede isenção de direitos, imposto de consumo, taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para a importação de um altar de madeira e dois sinos de bronze, doados pelo Japão ao Templo Hongwanji da América do Sul, com sede em São Paulo.*

Lei nº 4.993 — de 4 de maio de 1966.

— *Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro à Igreja Memorial Batista de Brasília, para importar um órgão elétrico e acessórios.*

Lei nº 4.995 — de 21 de maio de 1966.

— *Isenta de tributos alfandegários material hospitalar destinado ao Hospital Miguel Couto; e, da taxa de despacho aduaneiro, materiais para obras de interesse público.*

Lei nº 4.998 — de 21 de maio de 1966.

— *Concede isenção de tributos à Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre — Rio Grande do Sul.*

Lei nº 5.002 — de 27 de maio de 1966.

— *Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para equipamento de micro-ondas, destinado a Sociedade Radiocomunicações Limitada, com sede na Cidade de São Paulo.*

Lei nº 5.007 — de 27 de maio de 1966.

— *Isenta de tributos e emolumentos consulares bens destinados ao Mosteiro de São Bento, situado na Cidade de Salvador — Bahia.*

Lei nº 5.008 — de 27 de maio de 1966.

— *Da nova redação ao art. 1º da Lei nº 3.931, de 3 de agosto de 1961, que concede isenção de direitos de importação e outros tributos para mercadorias doadas à Confederação Evangélica do Brasil.*

Lei nº 5.011 — de 1º de junho de 1966.

— *Isenta, por 5 (cinco) anos, das taxas de despacho aduaneiro, melhoramento dos portos, armazenagem e de renovação da Marinha Mercante equipamentos hospitalares, cirúrgicos, odontológicos e farmacêuticos importador pela SUSEME.*

Lei nº 5.033 — de 17 de junho de 1966.

— Concede, por (seis) anos, isenção dos impostos de importação e consumo sobre a importação de material destinado à indústria aeronáutica.

Lei nº 5.041 — de 21 de junho de 1966.

— Estabelece isenção do Imposto do Selo para os atos em que forem partes os órgãos definidos no nº IV, art. 8º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e as Caixas Econômicas Federais em suas operações imobiliárias.

Lei nº 5.043 — de 21 de junho de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Société Cotonnière Belgo-Brasilienne", de Moreno, Estado de Parnambuco.

Decreto nº 58.019 — de 21 de março de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Costa, Herculano S. A. — Indústria e Comércio, de Garanhuns, Estado de Pernambuco".

Decreto nº 58.025 — de 21 de março de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Companhia Industrial do Sisal — CISAL", de Bayeux (PB).

Decreto nº 58.026 — de 21 de março de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado, e consignados à empresa "Acumuladores Moura S. A.", de Belo Jardim — Estado de Pernambuco.

Decreto nº 58.027 — de 21 de março de 1966.

— Retifica o Decreto nº 56.316, de 21 de maio de 1965, que declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Fábrica de Sacos Montanha Ltda.", de Recife — PE.

Decreto nº 58.037 — de 22 de março de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "SIBRASIL S/A — Indústria Sisaleira do Brasil", de Bayeux, Estado da Paraíba.

Decreto nº 58.136 — de 1 de abril de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Sentinela Confecções S/A" de Gravata, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 58.137 — de 1 de abril de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Companhia de Ferro Ligas da Bahia S.A. — FERBRASA", de Salvador — Bahia.

Decreto nº 58.363 — de 8 de maio de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Sociedade Importadora Ltda.", do Recife (Pe.).

Decreto nº 58.366 — de 9 de maio de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Andes — Artefatos de Papel Ltda". do Recife (Pe.).

Decreto nº 58.367 — de 9 de maio de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Norfibra S. A. — Indústria e Comércio", de Maceió (Al.).

Decreto nº 58.368 — de 9 de maio de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa Profertil — Empresa de Produtos Químicos e Fertilizantes S. A., de Recife (Pe.).

Decreto nº 58.581 — de 3 de junho de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Campos Moreira S. A. Indústria de Auto-Peças (CAMOSA)", de Recife (Pe.).

Decreto nº 58.582 — de 6 de junho de 1966.

— Retifica o Decreto nº 1.512, de 12-11-1962, que declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, naquele descritos e consignados à empresa "Côco Alimentar de Alagoas S. A.", de Maceió (Al.).

Decreto nº 58.593 — de 3 de junho de 1966.

ITALBRÁS, COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Italbrás, Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.085 — de 28 de março de 1966.

J

JARAGUÁ COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Jaraguá, Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.087 — de 28 de março de 1966.

JORNAIS E PERIÓDICOS

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, de emolumentos consulares e da taxa de despacho aduaneiro, excluída a cota de previdência social, para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel para impressão de jornais, periódicos e livros, e dá outras providências.

Lei nº 4.950 — de 20 de abril de 1966.

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Exclui da jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, a Comarca de Santa Rosa de Viterbo.

Lei nº 5.001 — de 27 de maio de 1966.

JUNTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ANALFABETOS

Dispõe sobre a organização da Junta Nacional de Educação de Analfabetos e de Juntas Estaduais, com o objetivo de dar meio de execução ao que dispõe a letra "g" do art. 2º do Decreto nº 57.895, de 28 de fevereiro de 1966.

Decreto nº 58.603 — de 14 de junho de 1966.

JUSTIÇA FEDERAL.

Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências.

Lei nº 5.010 — de 30 de maio de 1966.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Reorganiza o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da Segunda Região, e dá outras providências.

Lei nº 4.942 — de 5 de abril de 1966.

L

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

Autoriza a doação de imóveis à Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências.

Lei nº 4.974 — de 11 de maio de 1966.

LEI DE FALÊNCIA

Altera disposições do Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências).

Lei nº 4.983 — de 18 de maio de 1966.

LICEU CORAÇÃO DE JESUS

Declara de utilidade pública o Liceu Coração de Jesus, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.709 — de 24 de junho de 1966.

LIVRO TÉCNICO E DIDÁTICO

Institui no Ministério da Educação e Cultura o Conselho do Livro Técnico e Didático.

Decreto nº 58.653 — de 16 de junho de 1966.

LLOYD ATLÂNTICO S. A. DE SEGUROS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Lloyd Atlântico S. A. de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.176 — de 13 de abril de 1966.

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Dispõe sobre o reajustamento dos aluguéis de imóveis, locados para fins residenciais antes da vigência da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

Decreto-lei nº 6 — de 14 de abril de 1966.

LOTERIA

Ratifica disposições legais sobre o Serviço de Loteria do Estado do Ceará.

Decreto nº 58.668 — de 17 de junho de 1966.

LOTERIA FEDERAL

Aprova o orçamento da Administração do Serviço de Loteria Federal.

Decreto nº 58.133 — de 31 de março de 1966.

L'UNION COMPAGNIE D'ASSURANCES CONTRE L'INCENDIE, LES ACCIDENTS ET RISQUES DIVERS

Concede à L'Union Compagnie D'Assurances Contre L'Incendie, Les Accidents et Risques Divers autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 58.043 — de 23 de março de 1966.

LUTO OFICIAL

Declara luto oficial em todo o país pelo falecimento do ex-Presidente da República, Sr. Wenceslau Braz.

Decreto nº 58.401 — de 15 de maio de 1966.

M

MAGISTÉRIO SUPERIOR

Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior.

Lei nº 4.881-A — de 6 de dezembro de 1965.

MANDADO DE SEGURANÇA

Dispõe sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança, a servidor público civil.

Lei nº 5.021 — de 9 de junho de 1966.

MANGANÊS

Renova o Decreto nº 52.261, de 9 de julho de 1963.

Decreto nº 57.922 — de 14 de março de 1966.

— *Autoriza a cidadã brasileira, Maria Januária Borges a pesquisar minério de manganês, apatita, baritina e vermiculita, no município de Tapira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.104 — de 30 de março de 1966.

— *Autoriza a Indústria e Comércio de Mineração Brasil Central "Incomibrac" S. A. a pesquisar minério de manganês, no município de Porteirinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.289 — de 28 de abril de 1966.

— *Renova o Decreto nº 874, de 9 de abril de 1962.*

Decreto nº 58.293 — de 2 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ramiro Rivera Miranda a pesquisar minério de manganês no município de Apiaí, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.308 — de 2 de maio de 1966.

— *Anula o Decreto nº 2.186, de 22 de janeiro de 1963.*

Decreto nº 58.451 — de 17 de maio de 1966.

MALÁRIA

Aplica à Campanha de Erradicação da Malária, do Ministério da Saúde, o aumento de que trata a Lei nº 4.863, de 29-11-65.

Decreto nº 58.163 — de 6 de abril de 1966.

MARINHA

Dispõe sobre nomeação e designação de oficiais da Marinha e dá outras providências.

Lei nº 4.967 — de 11 de maio de 1966.

— *Estende a praças licenciadas, nas condições que especifica, o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960.*

Lei nº 5.035 — de 17 de junho de 1966.

— *Aprova as Tabelas de Fixação de Valores da Etapa, em suas diferentes modalidades, e, dos Complementos à Ração Comum das Forças Armadas, para o primeiro semestre de 1966, e dá outras providências.*

Decreto nº 57.674 — de 27 de janeiro de 1966.

— *Altera o Regulamento de Uniformes para a Marinha do Brasil, aprovado pelo Decreto nº 34.863, de 31 de dezembro de 1953.*

Decreto nº 58.159 — de 6 de abril de 1966.

— *Reorganiza o "Corpo de Fuzileiros Navais" e dá outras providências.*

Decreto nº 58.302 — de 2 de maio de 1966.

— *Modifica a jurisdição territorial dos Distritos Navais, cria o 7º Distrito Naval e dá outras providências.*

Decreto nº 58.386 — de 10 de maio de 1966.

— *Altera o Regulamento para a Diretoria de Saúde da Marinha, aprovado pelo Decreto nº 44.780, de 6 de novembro de 1958.*

Decreto nº 58.558 — de 31 de maio de 1966.

— *Aprova o Regulamento para a Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia.*

Decreto nº 58.591 — de 7 de junho de 1966.

MARINHA-MERCANTE

Estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha-Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S. A. e dá outras providências.

Decreto-lei nº 5 — de 4 de abril de 1966.

— *Isenta, por 5 (cinco) anos, das taxas de despacho aduaneiro, melhoramento dos portos, armazenagem e de renovação da Marinha Mercante equipamentos hospitalares, cirúrgicos, odontológicos e farmacêuticos importados pela SUSEME.*

Lei nº 5.038 — de 17 de junho de 1966.

MARÍTIMA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Marítima Companhia de Seguros Gerais relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.263 — de 27 de abril de 1966.

MARÍTIMOS

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Comissão de Marinha Mercante — do crédito especial de Cr\$ 1.955.065 (um milhão novecentos e cinquenta e cinco mil e sessenta e seis cruzeiros), para pagamento de diferença salarial a marítimos e dá outras providências.

Lei nº 4.994 — de 21 de maio de 1966.

MARMINAS LTDA

Concede à Marminas Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.066 — de 23 de março de 1966.

MARMORE

Autoriza o cidadão brasileiro José da Silva Gomes a pesquisar mármore no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Decreto nº 57.994 — de 14 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Blaudilio Lunz a pesquisar calcita e mármore no município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 58.270 — de 28 de abril de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Addis Ewald Ducat a pesquisar mármore no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto nº 58.305 — de 2 de maio de 1966.

MAUA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Mauá Companhia de Seguros Gerais, inclusive mudança de denominação e aumento do capital social.

Decreto nº 58.011 — de 17 de março de 1966.

MAURO RAMOS DE OLIVEIRA

Concede isenção de impostos, taxas e emolumentos para um automóvel doado a Mauro Ramos de Oliveira por cidadãos alemães.

Lei nº 4.992 — de 21 de maio de 1966.

MERCADORIAS

Altera o valor fixado pelo Decreto nº 5.901, de 29 de junho de 1940, para mercadorias que deverão obrigatoriamente pagar seguro contra riscos em transportes.

Decreto nº 58.251 — de 25 de abril de 1966.

MIBRAFER — MINERAÇÃO BRASILEIRA DE FERRO LIMITADA

Concede a MIBRAFER — Mineração Brasileira de Ferro Limitada — autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.409 — de 17 de maio de 1966.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Adilto Borin a pesquisar caulim e mica no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.278 — de 28 de abril de 1966.

— *Declara caduco o Decreto número 45.304, de 27 de janeiro de 1959.*

Decreto nº 58.475 — de 19 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Décio Amaral Castro a pesquisar amianto, mica e minério de níquel no município de Niquelândia, Estado de Goiás.*

Decreto nº 53.642 — de 16 de junho de 1966.

MICRO-ONDAS

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para equipamento de micro-ondas, destinado à Sociedade Radiocomunicações Limitada, com sede na Cidade de São Paulo.

Lei nº 5.007 — de 27 de maio de 1966.

MILITARES

Dá nova redação ao item IV do art. 7º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares.

Lei nº 4.958 — de 27 de abril de 1966.

— *Dispõe sobre a elevação da gratificação de professores primários civis, postos à disposição de corpos de tropa ou de estabelecimentos militares.*

Lei nº 4.972 — de 11 de maio de 1966.

— *Modifica o § 3º do art. 35 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, que "reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e da cota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salários, e dá outras providências".*

Lei nº 5.030 — de 17 de junho de 1966.

— *Dá nova redação à alínea "b" do item I do art. 1º do Decreto número 54.466, de 14 de outubro de 1964.*

Decreto nº 58.692 — de 22 de junho de 1966.

MILITARES ESTRANGEIROS

Fixa normas de procedimento com referência a convites para a visita de militares ou de organizações militares estrangeiras, ao Brasil, em caráter oficial.

Decreto nº 58.384 — de 10 de maio de 1966.

MINERAÇÃO CANDONGA S. A.

Concede à Mineração Candonga S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.407 — de 17 de maio de 1966.

MINERAÇÃO ESPÍRITO SANTO LTDA.

Concede à Mineração Espírito Santo Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.003 — de 15 de março de 1966.

MINERAÇÃO GARÇAS LTDA.

Concede à Mineração Garças Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.609 — de 14 de junho de 1966.

MINERAÇÃO SANTO ANDRÉ S. A.

Concede à Mineração Santo André S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.286 — de 28 de abril de 1966.

MINERAÇÃO ZASCARSIL LTDA.

Concede à Mineração Zascarsil Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.111 — de 30 de março de 1966.

MINERADORA MONTITA LIMITADA

Concede à Mineradora Montita Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.276 — de 28 de abril de 1966.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 46.994.312.318 a diversos Ministérios e Órgãos subordinados à Presidência da República.

Lei nº 4.939 — de 30 de março de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.956.750.000 (um bilhão novecentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), para atender a despesas com a aquisição de helicópteros.*

Lei nº 5.016 — de 7 de junho de 1966.

— *Abre, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 508.500.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 58.234 — de 20 de abril de 1966.

— *Altera os arts. 21 e 32 do Regulamento da Diretoria de Rotas Aéreas.*

Decreto nº 58.314 — de 2 de maio de 1966.

— *Altera o Regulamento do Serviço Geral de Expediente e Arquivo da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 1.976, de 2 de janeiro de 1963.*

Decreto nº 58.480 — de 23 de maio de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$.. 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.*

Decreto nº 58.746 — de 28 de junho de 1966.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 46.994.312.818 a diversos Ministérios e Órgãos subordinados à Presidência da República.

Lei nº 4.939 — de 30 de março de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 6.472.592.500 (seis bilhões, quatrocentos e setenta e dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil e quinhentos cruzeiros), para regularizar despesa com o programa de emergência no setor agropecuário, conforme plano de aplicação do Ministério da Agricultura.*

Lei nº 5.005 — de 27 de maio de 1966.

— *Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 40.268.500 (quarenta milhões, duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos cruzeiros), para atender a despesas dos exercícios de 1962, 1963 e 1964, decorrentes dos encargos previstos no Acordo Básico de Assistência Técnica, celebrado em 1951, com a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) (E.M. 907, de 4-11-64, do M.F.).*

Decreto nº 58.520 — de 27 de maio de 1966.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— *Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ Cr\$ 46.994.312.818,00 a diversos Ministérios e Órgãos subordinados à Presidência da República.*

Lei nº 4.939 — de 30 de março de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$. Cr\$ 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a desapropriação de terrenos onde foram travadas as Batalhas dos Guararapes, no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Lei nº 5.040 — de 21 de junho de 1966.

— *Retifica o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Ministério da Educação e Cultura, aprovado pelo Decreto nº 52.794, de 31 de outubro de 1963, e dá outras providências.*

Decreto Nº 58.243 — de 20 de abril de 1966.

— *Aprova modificações no Regulamento Interno do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto Nº 58.265 — de 27 de abril de 1966.

— *Institui no Ministério da Educação e Cultura o Conselho do Livro Técnico e Didático.*

Decreto Nº 58.653 — de 15 de junho de 1966.

MINISTÉRIO DA FAZENDA.

— *Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do contrato, de 2 de janeiro de 1964, celebrado entre o Ministério da Fazenda e Giacomo Rossi.*

Decreto Legislativo Nº 12, de 1966.

— *Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ Cr\$ 46.994.312.818,00 a diversos Ministérios e Órgãos subordinados à Presidência da República.*

Lei Nº 4.939 — de 30 de março de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.623.466 (dois milhões seiscentos e vinte e três mil quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros) para o fim que especifica.*

Lei Nº 4.952 — de 26 de abril de 1966.

— *Prorroga o prazo fixado no § 3º do art. 1º da Lei nº 4.347, de 10 de dezembro de 1964, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000 (setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a reconstrução da Feira de Água de Meninos, Estado da Bahia".*

Lei nº 4.971 — de 11 de maio de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros), para atender ao disposto no art. 6º do Decreto nº 49.160, de 1º de novembro de 1960.*

Lei Nº 4.975 — de 11 de maio de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.412.335.000 (um bilhão quatrocentos e doze milhões trezentos e trinta e cinco mil cruzeiros), para atender às despesas com a conclusão das obras básicas do Museu de Arte Moderna, no Estado da Guanabara.*

Lei nº 4.976 — de 11 de março de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de aluguéis atrasados de prédios ocupados por Exatarias Federais instaladas no Estado de Minas Gerais.*

Lei Nº 5.031 — de 17 de junho de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.684.172 (trinta milhões seiscentos e oitenta e quatro mil cento e setenta e dois cruzeiros), destinado ao pagamento das quotas federais dos impostos de consumo e renda, relativas ao exercício de 1963, devidas aos Municípios de Ouro Branco, Branquinha, Iaramatã e Carneiros, no Estado de Alagoas.*

Lei Nº 5.034 — de 17 de junho de 1966.

— *Dispõe sobre o enquadramento de servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências.*

Decreto Nº 58.191 — de 14 de abril de 1966.

— *Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Ministério da Fazenda, aprovado pelo Decreto número 57.370, de 1º de dezembro de 1965, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto Nº 58.192 — de 14 de abril de 1966.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto Nº 58.360 — de 6 de maio de 1966.

— *Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 3.502.714.148, para atender ao pagamento das despesas que especifica.*

Decreto Nº 58.415 — de 17 de maio de 1966.

— *Ministério da Fazenda — Abre Ministério da Fazenda. Abre o crédito o crédito especial de Cr\$ 39.412.700, para o fim que especifica.*

Decreto Nº 58.416 — de 17 de maio de 1966.

— *Ministério da Fazenda. — Abre o crédito especial de Cr\$ 99.807.000, para atender ao pagamento das despesas decorrentes da participação de representantes deste Ministério nas Reuniões da ALALC.*

Decreto Nº 58.421 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza o Ministério da Fazenda a prestar a garantia do Tesouro Nacional em contrato de empréstimo a ser firmado entre Central Elétrica de Furnas S. A. e o International Bank for Reconstruction and Development.*

Decreto Nº 58.474 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.*

Decreto Nº 58.495 — de 24 de maio de 1966.

— *Transfere cargo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o Ministério da Fazenda.*

Decreto Nº 58.560 — de 31 de maio de 1966.

— *Dispõe sobre os efeitos de alteração do enquadramento dos cargos do nível superior do Ministério da Fazenda.*

Decreto Nº 58.586 — de 6 de junho de 1966.

— *Altera a lotação numérica do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério da Fazenda.*

Decreto Nº 58.697 — de 22 de junho de 1966.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ Cr\$ 46.994.312.818,00 a diversos Ministérios e Órgãos subordinados à Presidência da República.*

Lei Nº 4.939 — de 30 de março de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a alienar, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, o imóvel da Rua Conselheiro Crispiniano número 372, em São Paulo.*

Lei Nº 4.948 — de 6 de abril de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, aos Ministérios da Guerra e da Marinha, os créditos especiais de Cr\$ Cr\$ 35.770.020 e Cr\$ 15.801.096, respectivamente, destinados ao pagamento de vencimentos e gratificações a oficiais integrantes da comitiva da Escola Superior de Guerra, que em 1962 visitou os Estados Unidos da América.*

Lei Nº 4.979 — de 12 de maio de 1966.

— *Dispõe sobre enquadramento de servidores do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto Nº 58.200 — de 15 de abril de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto Nº 58.292 — de 29 de abril de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto Nº 58.293 — de 29 de abril de 1966.

— *Transfere a subordinação do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.*

Decreto Nº 58.304 — de 2 de maio de 1966.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 58.499 — de 25 de maio de 1966.

Dispõe sobre a Transferência da responsabilidade do Tráfego da E. F. Madeira-Mamoré, da Rede Ferroviária Federal S. A. para a Diretoria de Vias de Transportes, do Ministério da Guerra.

Decreto nº 58.501 — de 25 de maio de 1966.

Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial para os fins que especifica.

Decreto nº 58.546 — de 30 de maio de 1966.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel, em Belém — PA, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 58.579 — de 3 de junho de 1966.

Aprova Regulamento da Diretoria do Serviço Geográfico e revoga os Decretos ns. 47.044, de 19 de outubro de 1959 e 53.979, de 22 de junho de 1964.

Decreto nº 58.594 — de 10 de junho de 1966.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel em Aracaju — SE, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 58.665 — de 16 de junho de 1966.

Ministério da Guerra — Abre o crédito especial de Cr\$ 2.070.000.000, para atender às despesas com a Fábrica Presidente Vargas, em Piquete.

Decreto-lei nº 58.701 — de 23 de junho de 1966.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 46.994.312.818 a diversos Ministérios e Órgãos subordinados à Presidência da República.

Lei nº 4.939 — de 30 de março de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros) destinado a auxiliar a realização da 1ª Festa Nacional de Calçados e Feiras Agro-Industriais em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul.

Lei nº 5.046 — de 21 de junho de 1966.

Classifica os cargos de nível superior do Ministério da Indústria e do Comércio e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 58.170 — de 12 de abril de 1966.

Cria o "Fundo de Pesquisas Industriais e Técnicas", diretamente subordinado à Comissão de Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio.

Decreto nº 58.247 — de 22 de abril de 1966.

Cria, no Ministério da Indústria e do Comércio, a Comissão Consultiva da Política Industrial e Comercial.

Decreto nº 58.248 — de 22 de abril de 1966.

Retifica a relação dos cargos de que trata o art. 1º do Decreto número 53.365, de 31 de dezembro de 1963, que dispõe sobre o pessoal da extinta Comissão de Armazéns e Silos.

Decreto nº 58.392 — de 10 de maio de 1966.

Dispõe sobre os serviços de empresas de turismo, revoga o Decreto nº 56.303-65 e dá outras providências.

Decreto nº 58.483 — de 23 de maio de 1966.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 46.994.312.818 a diversos Ministérios e Órgãos subordinados à Presidência da República.

Lei nº 4.929 — de 30 de março de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 1.500.000 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros), destinado ao pagamento à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro das despesas efetuadas com os funerais de compositor Ary Barroso.

Lei nº 4.964 — de 5 de maio de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de ... Cr\$ 335.000.000, destinado a obras de complementação e reparos gerais em que se encontram instalados órgãos daquele Ministério.

Lei nº 4.988 — de 12 de maio de 1966.

Classifica os cargos de nível superior do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 58.242 — de 20 de abril de 1966.

Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 58.268 — de 27 de abril de 1966.

Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação que especifica e dá outras providências.

Decreto nº 58.291 — de 29 de abril de 1966.

Inclui servidor em cargo existente no Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 58.220 — de 19 de abril de 1966.

Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 337.828.560, para o fim que especifica.

Decreto nº 58.388 — de 10 de maio de 1966.

Transfere cargo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o Ministério da Fazenda.

Decreto nº 58.560 — de 31 de maio de 1966.

Extingue as Delegacias Regionais do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

Decreto nº 58.639 — de 15 de junho de 1966.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 46.994.312.818 a diversos Ministérios e Órgãos subordinados à Presidência da República.

Lei nº 4.939 — de 30 de março de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, aos Ministérios da Guerra e da Marinha, os créditos especiais de Cr\$ 35.770.020 e Cr\$ 15.801.096, respectivamente, destinados ao pagamento de vencimentos e gratificações a oficiais integrantes da comitiva da Escola Superior de Guerra, que em 1962 visitou os Estados Unidos da América.

Lei nº 4.979 — de 12 de maio de 1966.

Altera o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Marinha, aprovado pelo Decreto número 51.527, de 31 de julho de 1962; e retificado pelo Decreto nº 53.962, de 10 de junho de 1964.

Decreto nº 58.072 — de 24 de março de 1966.

Retifica o Quadro de Pessoal do Ministério da Marinha.

Decreto nº 58.478 — de 20 de maio de 1966.

Transfere da jurisdição da Capitania dos Portos Fluviais do Rio Paraná para a jurisdição da Capitania dos Portos do Estado de São Paulo a Agência de Presidente Epitácio.

Decreto nº 58.559 — de 31 de maio de 1966.

— Ministério da Marinha — *Abre o crédito especial de Cr\$ 400.000.000, para atender às despesas com a construção do Quartel do Corpo de Fuzileiros Navais em Brasília.*

Decreto nº 58.677 — de 21 de junho de 1966.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

— *Autorizar a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 46.994.312.818 a diversos Ministérios e Órgãos subordinados à Presidência da República.*

Lei nº 4.939 — de 30 de março de 1966.

— *Aprova o Regimento do Gabinete do Ministro das Minas e Energia.*

Decreto nº 58.073 — de 24 de março de 1966.

— *Aprova o Regimento do Departamento de Administração do Ministério das Minas e Energia.*

Decreto nº 58.075 — de 24 de março de 1966.

— *Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Águas e Energia do Ministério das Minas e Energia.*

Decreto nº 58.076 — de 24 de março de 1966.

— *Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Ministério das Minas e Energia, aprovada pelo Decreto nº 55.237, de 17 de dezembro de 1964, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 58.099 — de 29 de março de 1966.

— *Cria funções gratificadas no Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências.*

Decreto nº 58.181 — de 2 de abril de 1966.

— *Altera a redação de dispositivos do Decreto nº 57.810, de 14 de fevereiro de 1966, que aprova o Regulamento do Ministério das Minas e Energia.*

Decreto nº 58.280 — de 28 de abril de 1966.

— *Abre, pelo Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 58.572 — de 2 de junho de 1966.

— *Abre, pelo Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 6.948.447, para o fim que especifica.*

Decreto nº 58.575 — de 3 de junho de 1966.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros), para atender às despesas relativas à comemoração do primeiro centenário do nascimento de Lauro Müller.

Lei nº 4.989 — de 20 de maio de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros) para atender a despesas decorrentes da viagem do Presidente da República aos Estados Unidos da América e ao México.*

Lei nº 5.012 — de 1º de junho de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de cruzeiros), destinados a regularizar os pagamentos de salários e de contas pendentes, relativos ao exercício de 1962, da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.*

Lei nº 5.044 — de 21 de junho de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Federal da Alemanha.*

Lei nº 5.045 — de 21 de junho de 1966.

— *Torna a Legação do Brasil no Ajeanistão cumulativa com a Embaixada do Brasil no Paquistão.*

Decreto nº 58.648 — de 13 de junho de 1966.

— *Promulga o Acôrdo sôbre Privi-
légios Aduaneiros de Consulados de
Carreira e seus Funcionários com a
República Federal da Alemanha.*

Decreto nº 58.134 — de 31 de março
de 1966.

— *Declara excluída da proibição
determinada pelo Decreto nº 57.630,
de 14 de janeiro de 1966, a admissão,
a título precário, de pessoal auxiliar
no exterior, na forma do artigo 44
da Lei nº 3.917, de 1961.*

Decreto nº 58.252 — de 26 de abril
de 1966.

— *Promulga o Convênio de Coope-
ração Social com a Espanha.*

Decreto nº 58.255 — de 26 de abril
de 1966.

— *Transforma o Consulado de car-
reira em Casablanca em Consulado
honorário.*

Decreto nº 58.257 — de 26 de abril
de 1966.

— *Transforma o Consulado priva-
tivo em Santo Tomé em Consulado
honorário.*

Decreto nº 58.258 — de 25 de abril
de 1966.

— *Transforma o Consulado de car-
reira em Cardiff, Grã-Bretanha, em
Consulado honorário.*

Decreto nº 58.259 — de 26 de abril
de 1966.

— *Transforma o Consulado de car-
reira em Sevilha em Consulado ho-
norário.*

Decreto nº 58.261, de 26 de abril
de 1966.

— *Transforma o Consulado de car-
reira em Tânger em Consulado ho-
norário.*

Decreto nº 58.262 — de 26 de abril
de 1966.

— *Extingue o Consulado Honorário
do Brasil em Morehead City, Caroli-
na do Norte, Estados Unidos da Amé-
rica.*

Decreto nº 58.344 — de 3 de maio
de 1966.

— *Extingue o Consulado Honorário
do Brasil em Wilmington, Carolina
do Norte, Estados Unidos da América.*

Decreto nº 58.345 — de 3 de maio
de 1966.

— *Transforma o Consulado de car-
reira em Rivera, em Consulado pri-
vativo.*

Decreto nº 58.357, de 5 de maio de
1966.

— *Abre ao Ministério das Relações
Exteriores o crédito suplementar de
Cr\$ 521.700.000, para atender ao pa-
gamento da contribuição brasileira ao
Fundo Especial de Assistência para
o Desenvolvimento, do Programa de
Cooperação Técnica da Organização
dos Estados Americanos.*

Decreto nº 58.359 — de 6 de maio
de 1966.

— *Abre, ao Ministério das Relações
Exteriores, o crédito especial de Cr\$
191.364.240, para atender às despesas
com o comparecimento do Episcopado
brasileiro à Quarta Sessão do Con-
cílio Ecumênico Vaticano II.*

Decreto nº 58.514 — de 27 de maio
de 1966.

— *Abre, ao Ministério das Relações
Exteriores, o crédito especial de Cr\$
370.000.000, para atender às despesas
com a realização da Segunda Confe-
rência Interamericana Extraordinária.*

Decreto nº 58.515 — de 27 de maio
de 1966.

— *Retifica o enquadramento do pes-
soal do Ministério das Relações Exte-
riores, aprovado pelo Decreto número
51.461, de 4 de maio de 1962.*

Decreto nº 58.517, de 27 de maio de
1966.

— *Abre, ao Ministério das Relações
Exteriores, o crédito especial de ...
Cr\$ 25.874.000, para atender as des-
pesas com a remodelação das insta-
lações elétricas do Palácio Itama-
raty.*

DECRETO Nº 58.521 — de 27 de
maio de 1966.

— *Extingue a Legação do Brasil junto ao Reino do Camboja, e revoga os Decretos nº 50.564, de 9 de maio de 1961 e 52.496, de 23 de setembro de 1963.*

Decreto nº 58.633 — de 15 de junho de 1966.

— *Cria o Consulado Honorário do Brasil em Abidjã, Costa do Marfim.*

Decreto nº 58.704 — de 28 de julho de 1966.

MINISTERIO DA SAÚDE

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 46.994.812,80 a diversos Ministérios e Órgãos subordinados à Presidência da República.

Lei nº 4.939 — de 30 de março de 1966.

— *Estabelece normas gerais para instituição e execução de Campanhas de Saúde Pública exercidas ou promovidas pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências.*

Lei nº 5.026 — de 14 de junho de 1966.

Extingue, no Ministério da Saúde, o Serviço Federal de Bioestatística do Departamento Nacional da Saúde e o Serviço de Estatística do Departamento Nacional da Criança, e dá outras providências.

Lei nº 5.037 — de 17 de junho de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Saúde.*

DECRETO Nº 58.743 — de 28 de junho de 1966.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 49.752.967 (quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e novecentos e sessenta e sete cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento de benefícios ao pessoal da Companhia de Navegação Bahiana.

Lei nº 4.988 — de 20 de maio de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.166.900.000, para atender ao pagamento de despesas com pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro.

Lei nº 4.991 — de 20 de maio de 1966.

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Comissão de Marinha Mercante — do crédito especial de Cr\$ 1.955.066 (um milhão novecentos e cinquenta e cinco mil e sessenta e seis cruzeiros), para pagamento de diferença salarial a marítimos e dá outras providências.

Lei nº 4.994 — de 21 de maio de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 62.000.000, destinado à suplementação do auxílio federal concedido a Companhia de Navegação Bahiana.

Lei nº 4.996 — de 21 de maio de 1966.

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 54.141.606 (cinquenta e quatro milhões cento e quarenta e hum mil seiscentos e seis cruzeiros), destinado ao pagamento de pessoal dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAAPP).

Lei nº 5.009 — de 27 de maio de 1966.

Autoriza e abertura pelo Ministério da Viação e Obras Públicas do crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros) para atender às despesas com obras de emergência na Nova Aduana do Guandu, no Estado da Guanabara.

Lei nº 5.015 — de 7 de junho de 1966.

Revoga o Decreto nº 57.614, de 7 de janeiro de 1966 e dispõe sobre a entrega pelo Tesouro Nacional de importâncias para cobertura de déficits das Autarquias ou Empresas Públicas subvencionadas.

DECRETO Nº 58.296 — de 29 de abril de 1966.

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 11.000.000.000, para a fim que especifique.

DECRETO Nº 58.356 — de 5 de maio de 1966.

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.300.000.000 para o fim que especificava.

DECRETO Nº 58.387 — de 10 de maio de 1966.

Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas os créditos especiais de Cr\$ 4.377.318.000 e Cr\$ 2.000.000.000, num total de Cr\$... 3.377.318.000, para o fim que especificar.

DECRETO Nº 58.476 — de 19 de maio de 1966.

Obra, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 104.765.000, para o fim que especifica.

DECRETO Nº 58.518 — de 27 de maio de 1966.

Estende disposições do Decreto número 57.722, de 2 de fevereiro de 1966.

DECRETO Nº 58.554 — de 31 de maio de 1966.

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 925.000.000 para o fim que especifica.

DECRETO Nº 58.612 — de 14 de junho de 1966.

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.500.000.000, para o fim que especifica.

DECRETO Nº 58.613 — de 14 de junho de 1966.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL.

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 46.994.312.818 a diversos Ministérios e Órgão subordinados à Presidência da República.

Lei nº 4.939 — de 30 de março de 1966.

Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

DECRETO Nº 58.550 — de 30 de maio de 1966.

Retifica o regulamento aprovado pelo Decreto nº 55.784, de 19 de fevereiro de 1965, nos dispositivos que menciona.

DECRETO Nº 58.681 — de 21 de junho de 1966.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA A COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, especial de Cr\$ 570.000.000 (quinhentos e setenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a Seção Brasileira da Comissão Mista da Lagoa Mirim.

Lei nº 5.004 — de 27 de maio de 1966.

MITRA DA ARQUIDIOCESE PORTO ALEGRE — RIO GRANDE DO SUL

Concede menção de tributos à Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre — Rio Grande do Sul.

Lei nº 5.002 — de 27 de maio de 1966.

MOEDA NACIONAL

Altera o artigo 5º do Decreto número 57.878, de 23 de fevereiro de 1966.

DECRETO Nº 58.484 — de 23 de maio de 1966.

MOEDAS

Prorroga e reabre prazos previstos do Decreto-lei nº 1, de 13 de novembro de 1965, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 7 — de 13 de maio de 1966.

MOSTEIRO DE SÃO BENTO

Isenta de tributos e emolumentos consulares bens destinados ao Mosteiro de São Bento, situado na Cidade de Salvador — Bahia.

Lei nº 5.008 — de 27 de maio de 1966.

MULTAS

Dispõe sobre a atualização dos valores das multas previstas na legislação especial e economia canavieira, na forma do art. 42, da Lei nº 4.370, de 1º de dezembro de 1965.

DECRETO Nº 58.605 — de 14 de junho de 1966.

MUNICÍPIOS

ATO COMPLEMENTAR Nº 11

ATO COMPLEMENTAR Nº 13

MUSEU DE ARTE MODERNA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.412.335.000 (um bilhão quatrocentos e doze milhões trezentos e trinta e cinco mil cruzeiros), para atender às despesas com a conclusão das obras básicas do Museu de Arte Moderna, no Estado da Guanabara.

Lei nº 4.976 — de 11 de maio de 1966.

N

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à Neptunia Sociedade de Navegação Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 58.012 — de 17 de março de 1966.

Concede à sociedade Navegação Progresso Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 58.164 — de 11 de abril de 1966.

Concede à Frota Comercial Marítima e de Cabotagem do Brasil S.A. — FROFAB — autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 58.343 — de 3 de maio de 1966.

Autoriza a Comissão de Marinha Mercante a conceder, pelo prazo de 6 (seis) meses, permissão para navios estrangeiros transportarem sal procedente dos portos de Camocim e Chaval, e dá outras providências.

Decreto nº 58.353 — de 4 de maio de 1966.

Concede à Sociedade Navegação Santista Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de sabotagem.

Decreto nº 58.584 — de 6 de junho de 1966.

Concede à sociedade L. Figueiredo Navegação S. A., autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 58.566 — de 2 de junho de 1966.

Concede à sociedade Luciano Castro & Cia. Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 58.583 — de 7 de junho de 1966.

NIQUEL

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco José da Motta a pesquisar amianto, talco e minérios de cobre e de níquel, no município de Pontalina, no Estado de Goiás.

Decreto nº 58.526 — de 27 de maio de 1966.

Autoriza o cidadão brasileiro Décio Amaral Castro a pesquisar amianto, mica e minério de níquel no município de Niquelândia, Estado de Goiás.

Decreto nº 58.642 — de 16 de junho de 1966.

NORDESTE

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similiar nacional registrado e consignados à empresa "Société Cotonnière Belge-Brésilienne", de Moreno, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 58.010 — de 21 de março de 1966.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Costa, Herculano S. A. — Indústria e Comércio, de Garanhuns, Estado de Pernambuco"

Decreto nº 58.025 — de 21 de março de 1966.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Companhia Industrial do Sisal — CÍSAI", de Bayeux (PB).

Decreto nº 58.026 — de 21 de março de 1966.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado, e consignados à empresa "Acumuladores Moura S. A.", de Belo Jardim — Estado de Pernambuco.

Decreto nº 58.027 — de 21 de março de 1966.

Retifica o Decreto nº 56.316, de 21 de maio de 1965, que declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Fábrica de Sacos Montanha Ltda.", de Recife — PE.

Decreto nº 58.037 — de 22 de março de 1966.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "SIBRASIL S. A. — Indústria Sisaleira do Brasil", de Bayeux, Estado da Paraíba.

Decreto nº 58.136 — de 1 de abril de 1966.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Sentinela Confecções S. A.", de Gravatá, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 58.137 — de 1 de abril de 1966.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Companhia de Ferro Ligas da Bahia S. A. — FERBASA", de Salvador (Bahia).

Decreto nº 58.363 — de 9 de maio de 1966.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Sociedade Importadora Ltda." do Recife (Pe.).

Decreto nº 58.366 — de 9 de maio de 1966.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Andes — Artefatos de Papel Ltda.", do Recife (Pe.).

Decreto nº 58.367 — de 9 de maio de 1966.

Declara prioritária do desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Norfibra S. A. — Indústria de Maceió (Al.).

Decreto nº 58.368 — de 9 de maio de 1966.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa Profertil — Empresa de Produtos Químicos e Fertilizantes S. A., de Recife (Pe.).

Decreto nº 58.581 — de 3 de junho de 1966.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Campos, Moreira S. A. Indústria de Auto-Peças (CAMOSA)", de Recife (Pe.).

Decreto nº 58.582 — de 6 de junho de 1966.

Retifica o Decreto nº 1.512, de 12-11-1962, que declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, naquele descritos consignados à empresa "Côco Alimentar de Alagoas S. A.", de Maceió (Al.).

Decreto nº 38.593 — de 3 de junho de 1966.

NORTH BRITISH & MERCANTILE INSURANCE COMPANY LIMITED

Concede à North British & Mercantile Insurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 58.217 — de 19 de abril de 1966.

NOVA ADUTORA DO GUANDU

Autoriza a abertura pela Ministério da Viação e Obras Públicas do crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros) para atender às despesas com obras de emergência na Nova Adutora do Guandu, no Estado da Guanabara.

Lei nº 5.015 — de 7 de junho de 1966.

NUTRICIONISTAS

Aprova o enquadramento de Professores de Curso de Nutricionista do Serviço de Alimentação da Previdência Social — S. A. P. S.

Decreto nº 58.510 — de 26 de maio de 1966.



OBRIGAÇÕES DO TESOURO NACIONAL

Prorroga e reabre prazos previstos no Decreto-lei nº 1, de 13 de novembro de 1965, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 7 — de 13 de maio de 1966.

OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS

Dá nova redação ao item III do artigo 7º e ao art. 28, e seu § 3º, do Decreto nº 54.252, de 3 de setembro de 1964.

Decreto nº 58.420 — de 17 de maio de 1966.

OLAVO BILAC

Institui Olavo Bilac como Patrono do Serviço Militar.

Decreto nº 58.222 — de 1º de abril de 1966.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei número 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966.

Lei nº 4.900 — de 10 de dezembro de 1965.

ORDEM DE RIO BRANCO

Altera o Regulamento para a concessão da Ordem de Rio Branco.

Decreto nº 58.702 — de 23 de junho de 1966.

ORDEN DO MÉRITO MÉDICO

Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Médico.

Decreto nº 58.267 — de 27 de abril de 1966.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS

Aprova o Acórdão Básico de Assistência Técnica assinado, em 29 de dezembro de 1964, na Cidade do Rio de Janeiro, entre o Governo dos Estados Unidos da Brasil, a Organização das Nações Unidas e outros Organismos Internacionais.

Decreto Legislativo nº 11, de 1965

ORGANIZAÇÕES MILITARES ESTRANGEIRAS

Fixa normas de procedimento com referência a convites para a visita de militares ou de organizações militares estrangeiras, ao Brasil, em caráter oficial.

Decreto nº 58.384 — de 10 de maio de 1966.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro David Emílio Rocha a lavar diamante e ouro no Município de Itupiranga, Estado do Pará.

Decreto nº 57.949 — de 10 de março de 1966.

— *Autoriza Mineração Rio das Mortes S. A. a pesquisar minério de ouro e cassiterita, no Município de Macapá, Território Federal do Amapá.*

Decreto nº 58.126 — de 30 de março de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Emílio Rocha a lavar diamante e ouro nos municípios de Bocaiuva e Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.208 — de 18 de abril de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Emílio Rocha a lavar diamante e ouro nos municípios de Bocaiuva e Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.211 — de 18 de abril de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Flávio Nepomuceno Araújo a pesquisar minério de ouro no município de Almas, Estado de Goiás.*

Decreto nº 58.323 — de 2 de maio de 1966.

P

PAN AMERICAN WORLD AIRWAYS INC.

Concede à sociedade anônima Pan American World Airways Inc., autorização para continuar a funcionar no Brasil.

Decreto nº 56.525 — de 29 de junho de 1965.

PAPEL

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, de emolumentos consulares e da taxa de despacho aduaneiro, excluída a cota de previdência social, para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel para impressão de jornais, periódicos e livros, e de outras providências.

Lei nº 4.950 — de 20 de abril de 1966.

PARTEZANI & CIA. LTDA.

Concede à Partezani & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.039 — de 22 de março de 1966.

PARTIDOS POLÍTICOS

Ato Complementar nº 9

PATRONO DO SERVIÇO MILITAR

Institui Olavo Bilac como Patrono do Serviço Militar.

Decreto nº 58.222 — de 19 de abril de 1966.

PATRULHA AUXILIAR BRASILEIRA — PAB

Suspende as atividades da Patrulha Auxiliar Brasileira — PAB, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.194 — de 14 de abril de 1966.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza o cidadão Mauro Atílio Mellone, a comprar pedras preciosas.
Decreto nº 58.124 — de 30 de março de 1966.

— *Revoga o Decreto nº 44.904, de 23 de novembro de 1958.*

Decreto nº 58.705 — de 24 de junho de 1966.

PENSÕES

Dá nova redação ao item IV do art. 7º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares.

Lei nº 4.958 — de 27 de abril de 1966.

— *Concede pensão especial às filhas solteiras do ex-escrivão de coleta José Antônio Pereira Magalhães.*

Lei nº 4.973 — de 11 de maio de 1966.

— *Reajusta a pensão especial concedida a Caliope Barreto de Menezes, herdeira de Tobias Barreto de Menezes, pelo Decreto nº 64, de 21 de julho de 1892.*

Lei nº 4.978 — de 12 de maio de 1966.

PESCA

Fixa medidas de incentivo ao desenvolvimento da pesca e dá outras providências.

Decreto nº 58.696 — De 22 de junho de 1966.

PESSOA JURÍDICA

Acrescenta parágrafo ao art. 6º do Decreto-lei nº 9.085, de 25 de março de 1946.

Decreto-lei nº 8 — de 16 de junho de 1966.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. (PETROBRAS)

Outorga à Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) concessão para derivar águas do rio Catú.

Decreto nº 58.120 — de 30 de março de 1966.

— *Concede autorização à empresa International Aero Service Corporation para operar no território nacional, com avião de sua propriedade, em serviços contratados com a Petrobrás.*

Decreto nº 58.184 — de 13 de abril de 1966.

Dá nova redação ao art. 5º do Decreto nº 56.980, de 1 de outubro de 1965, que dispõe sobre a lavra e a industrialização dos xistos oleígenos.

Decreto nº 58.381 — de 10 de maio de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS, área de terrenos situada no Município de São Mateus do Sul, no Estado do Paraná.*

Decreto nº 58.485 — de 24 de maio de 1966.

PIROCLORO

Autoriza a DEMA — Distribuidora e Exportadora de Minérios e Adubos S. A. a lavrar pirocloro no município de Araxá, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.402 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza a DEMA — Distribuidora e Exportadora de Minérios e Adubos S. A. a lavrar pirocloro no município de Araxá, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.403 — de 17 de maio de 1966.

PIROFILITA

Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Gílio a pesquisar pirofilita, argila, xisto, quartzo e caulim no município de Pirapora de Bom Jesus Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.206 — de 18 de abril de 1966.

PLANO DE FINANCIAMENTO DE COOPERATIVAS OPERÁRIAS

Cria o Plano de Financiamento de Cooperativas Operárias e fixa as normas gerais de sua constituição e funcionamento.

Decreto nº 58.377 — de 9 de maio de 1966

PLANO DE MELHORAMENTO DA ALIMENTAÇÃO E DO MANEJO GADO LEITEIRO

Reestrutura a Equipe de Coordenação do Plano de Melhoramento da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro e dá outras providências.

Decreto nº 58.597 — de 10 de junho de 1966.

PLANO FERROVIÁRIO NACIONAL

Modifica o "Plano Nacional de Viação", estabelecido pela Lei número 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

Lei nº 4.906 — de 17 de dezembro de 1965.

PLANO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Cria Grupo de Trabalho destinado a estudar a formulação do Plano Nacional de Estatística.

Decreto nº 58.226 — de 20 de abril de 1966.

PLANO PORTUÁRIO NACIONAL

Modifica o "Plano Nacional de Viação", estabelecido pela Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

Lei nº 4.906 — de 17 de dezembro de 1965.

PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL

Modifica o "Plano Nacional de Viação", estabelecido pela Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

Lei nº 4.906 — de 17 de dezembro de 1965.

PODER JUDICIÁRIO

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito suplementar de..... Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) destinado a suprir deficiência da verba de substituições.

Lei nº 4.969 — de 11 de maio de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — o crédito especial de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros), para atender as despesas de instalação da Junta de Conciliação e Julgamento de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Lei nº 4.990 — de 20 de maio de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial de Cr\$ 288.440 (duzentos e oitenta e oito mil quatrocentos e quarenta cruzeiros) para o fim que especifica.

Lei nº 4.997 — de 21 de maio de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros) para aquisição de nove viaturas destinadas aos seus serviços.

Lei nº 5.023 — de 9 de junho de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 790.000 (setecentos e noventa mil cruzeiros), destinado à aquisição de máquinas de escrever.

Lei nº 5.042 — de 21 de junho de 1966.

Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 5.422.893,40, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.699 — de de fevereiro de 1966.

Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito especial de..... Cr\$ 2.491.362, para o fim que especifica.

Decreto nº 58.519 — de 27 de maio de 1966.

Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, abre o crédito especial de Cr\$ 890.000.000 para o fim que especifica.

Decreto nº 58.568 — de 2 de junho de 1966.

— *Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — Abre o crédito especial de Cr\$ 15.000.000 para o fim que especifica.*

Decreto nº 58.580 — de 3 de junho de 1966.

— *Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos o crédito especial de Cr\$ 390.560.436, para o fim que especifica.*

Decreto nº 58.695 — de 22 de junho de 1966.

POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL

Dispõe sobre a organização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 9 — de 25 de junho de 1966.

— *Dispõe sobre o enquadramento no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal, do Pessoal a que se refere o art. 20 da Lei nº 4.483, de 1964.*

Decreto nº 58.196 — de 15 de abril de 1966.

PORTOS NACIONAIS

Estabelece normas para a recuperação econômica da atividade da Marinha-Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S. A. e dá outras providências.

Decreto-lei nº 5 — de 4 de abril de 1966.

PREFEITOS

Ato Complementar nº 11.

PREFEITURAS

Altera a Lei nº 3.739, de 4 de abril de 1960, que autoriza a doação de imóvel à Prefeitura Municipal de Corumbá, no Estado de Mato Grosso.

Lei nº 5.039 — de 20 de junho de 1966.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Pirenópolis para Centrais Elétricas de Goiás S. A. a concessão para produzir e distribuir energia elétrica no distrito sede do Município de Pirenópolis, Estado de Goiás.*

Decreto nº 58.327 — de 3 de maio de 1966.

— *Autoriza o Serviço de Navegação da Bacia do Prata a ceder, para a Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio, SP., área de terreno de sua propriedade e dá outras providências.*

Decreto nº 58.370 — de 9 de maio de 1966.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$. 46.994.312.813,00 a diversos Ministérios e Órgãos subordinados à Presidência da República.

Lei nº 4.939 — de 30 de março de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo, a abrir créditos especiais, num montante de Cr\$ 1.027.157.513 (um bilhão vinte e sete milhões cento e cinquenta e sete mil quinhentos e treze cruzetiros), destinados à Presidência para pagamento de despesas referentes a exercícios anteriores.*

Lei nº 4.981 — de 13 de maio de 1966.

— *Aprova o enquadramento das funções da Secretaria da Presidência da República e dá outras providências.*

Decreto nº 58.158 — de 6 de abril de 1966.

— *Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação que especifica e dá outras providências.*

Decreto nº 58.291 — de 29 de abril de 1966.

PREVIDENCIA SOCIAL

Modifica o § 3º do art. 35 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, que "reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e da quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salários, e dá outras providências".

Lei nº 5.030 — de 17 de junho de 1966.

— *Dá nova redação aos incisos II, letra b, e III, do artigo 226 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.*

Decreto nº 58.157 — de 5 de abril de 1966.

PRIVILÉGIOS ADUANEIROS

Promulga o Acôrdio sôbre Privilégios Aduaneiros de Consulados de Carreira e seus Funcionários com a República Federal da Alemanha.

Decreto nº 58.134 — de 31 de março de 1966.

PRODUTIVIDADE

Regulamenta a Lei nº 4.653, de 3 de junho de 1965.

Decreto nº 58.967 — de 1º de outubro de 1965.

PRODUTOS QUÍMICOS ANCHIETA S. A.

Concede a Produtos Químicos Anchieta S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.288 — de 28 de abril de 1966.

PROFESSORES PRIMÁRIOS CIVIS

Dispõe sôbre a elevação da gratificação de professores primários civis, postos à disposição de cargos de tropa ou de estabelecimentos militares.

Lei nº 4.972 — de 11 de maio de 1966.

Q

QUARTZITO

Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Gillo a pesquisar pirofilita, argila, xisto, quartzito e caulim no município de Pirapora de Bom Jesus — Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.206 — de 18 de abril de 1966.

QUARTZO

Autoriza a cidadã brasileira Maria Cândida Pereira a pesquisar caulim e quartzo no município de Embu-Guaçu — Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.993 — de 14 de março de 1966.

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião de Faria a lavar quartzo, feldspato e caulim, no município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.144 — de 4 de abril de 1966.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Preto de Godoy a lavar feldspato e quartzo, no município de Socorro — Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.152 — de 4 de abril de 1966.

Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Antônio de Oliveira a pesquisar feldspato, quartzo e caulim, no município de Socorro — Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.269 — de 28 de abril de 1966.

Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Rodrigues de Moraes a pesquisar feldspato, caulim e quartzo, no Município de Socorro — Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.309 — de 2 de maio de 1966.

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Lopes da Silva a pesquisar quartzo e ametista no Município de Itaboraí — Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 58.318 — de 2 de maio de 1966.

Autoriza o cidadão brasileiro Aziz Khoury Filho a pesquisar quartzo no município de Itaipé — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.339 — de 3 de maio de 1966.

Declara caduco o Decreto nº 45.304, de 27 de janeiro de 1959.

Decreto nº 58.475 — de 19 de maio de 1966.

COTAS FEDERAIS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.684.172 (trinta milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, cento e setenta e dois cruzeiros), destinado ao pagamento das cotas federais dos impostos de consumo e renda, relativas ao exercício de 1963, devidos aos Municípios de Ouro Branco, Branguinha, Jaramataia e Carneiros, no Estado de Alagoas.

Lei nº 5.034 — de 17 de junho de 1966.

R

RADIOAMADOR

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radioamador.

Decreto nº 58.555 — de 31 de maio de 1966.

RADIODIFUSÃO

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de contrato celebrado em 31 de dezembro de 1957, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e a Sociedade "Emissoras Reunidas Rádio Cultura Limitada".

Decreto Legislativo nº 21 — de 1966.

Dispõe sobre a proteção à artistas, produtores de fonogramas e organismos de radiodifusão, e dá outras providências.

Lei nº 4.944 — de 6 de abril de 1966.

Outorga concessão à Televisão Erexim Ltda., para instalar uma emissora de radiodifusão de sons e imagens (televisão).

Decreto nº 55.872 — de 29 de março de 1965.

Outorga concessão à Rádio Independência de Brasília Ltda., para instalar uma estação de radiodifusão sonora na cidade de Brasília — D. F.

Decreto nº 58.246 — de 22 de abril de 1966.

Outorga concessão à Rádio Novo Andirá Ltda., para instalar uma estação de radiodifusão sonora na cidade de Rio Branco — Acre.

Decreto nº 58.249 — de 25 de abril de 1966.

Outorga concessão à Rádio Progresso de Juazeiro S. A., para instalar uma emissora de radiodifusão sonora, na cidade de Juazeiro do Norte — Estado do Ceará.

Decreto nº 58.383 — de 10 de maio de 1966.

Outorga concessão à Rádio Educadora São José Limitada para instalar uma emissora de radiodifusão sonora.

Decreto nº 58.544 — de 30 de maio de 1966.

Outorga concessão à Radiodifusão Educadora da Bahia Ltda., para instalar uma estação de radiodifusão de sons e imagens (Televisão), na cidade de Salvador — Estado da Bahia.

Decreto nº 58.700 — de 23 de junho de 1966.

REAJUSTAMENTO DE ALUGUEIS DE IMÓVEIS

Dispõe sobre o reajustamento dos alugueis de imóveis, locados para fins residenciais antes da vigência da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

Decreto-lei nº 6 — de 14 de abril de 1966.

RECURSOS

Dá nova redação ao art. 4º do Decreto nº 55.749, de 11 de fevereiro de 1965, modificado pelo Decreto número 57.635, de 14 de janeiro de 1966.

Decreto nº 58.561 — de 31 de maio de 1966.

RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL

S. A.

Estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha-Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S. A. e dá outras providências.

Decreto-lei nº 5 — de 4 de abril de 1966.

Revoga o Decreto nº 57.614, de 7 de janeiro de 1966, e dispõe sobre a entrega pelo Tesouro Nacional de importâncias para cobertura de déficits das Autarquias ou Empresas Públicas subvencionadas.

Decreto nº 58.296 — de 29 de abril de 1966.

REFORMA AGRÁRIA

Dispõe sobre a criação de área prioritária de emergência para fins de Reforma Agrária, e dá outras providências.

Decreto nº 58.162 — de 6 de abril de 1966.

Amplia a área prioritária de emergência para fins de Reforma Agrária, assim declarada pelo Decreto número 56.795, de 27 de agosto de 1965.

Decreto nº 58.716 — de 24 de junho de 1966.

Amplia a área prioritária de emergência para fins de Reforma Agrária, assim, declarada pelo Decreto número 57.081, de 15 de outubro de 1965.

Decreto nº 58.717 — de 24 de junho de 1966.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Acrescenta parágrafo ao art. 6º do Decreto-lei nº 9.085, de 25 de março de 1946.

Decreto-lei nº 8 — de 16 de junho de 1966.

REGISTRO DO COMÉRCIO E ATIVIDADES AFINS

Modifica disposição do Decreto número 57.651, de 19 de janeiro de 1966, que regulamenta a Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965, a qual dispõe sobre os Serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências.

Decreto nº 58.742 — de 28 de junho de 1966.

REPARTIÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Altera o Decreto nº 34.208, de 13 de outubro de 1953, e dá outras providências.

Decreto nº 58.703 — de 23 de junho de 1966.

ROCHAS PIROBETUMINOSAS

Declara caduca autorização outorgada pelo Decreto nº 27.686, de 11 de janeiro de 1950, a Aristiliano Lauriano Ramos, para lavrar jazida de rochas pirobetuminosas — classe IX — no município de Lajes, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 58.699 — de 22 de junho de 1966.

RODOVIAS

Dispõe sobre a Transferência da responsabilidade do Tráfego da E. F. Madeira-Mamore, da Rede Ferroviária Federal S. A. para a Diretoria de Vias de Transportes, do Ministério da Guerra.

Decreto nº 58.501 — de 25 de maio de 1966.

ROTAS AÉREAS

Altera os arts 21 e 32 do Regulamento da Diretoria de Vias Aéreas.

S

S. A. COTONIFICIO GÁVEA

Concede permissão, em caráter permanente, à S. A. Cotonificio Gávea, sediada no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, para funcionar com sua seção destinada à fabricação de fibra "Polyester", aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto nº 54.662 — de 29 de outubro de 1964.

S. A. DE CIMENTO, MINERAÇÃO E CABOTAGEM — CIMIMAR

Prorroga até 20 de junho de 1967, a autorização concedida para a firma S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem — CIMIMAR a fretar quatro chagas e dois rebocadores de bandeira panamenha, para atender ao transporte de calcário da cidade de Palma para a fábrica de cimento da S. A. de Cimento Portland "CIMENSUL" de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 58.685 — de 21 de junho de 1964.

S. A. DE CIMENTO PORTLAND "CIMENSUL"

Prorroga, até 20 de junho de 1967, a autorização concedida para a firma S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem — CIMIMAR a fretar quatro chatas e dois rebocadores de bandeira panamenha, para atender ao transportes de calcário da cidade de Palma para a fábrica de cimento da S. A. de Cimento Portland "Cimensul", de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 58.685 — de 21 de junho de 1966.

S. A. EMPRESA DE VIAÇÃO AEREA RIO GRANDENSE — VARIQ

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.

Decreto nº 58.482 — de 23 de maio de 1966.

SAL

Autoriza a Comissão de Marinha Mercante a conceder, pelo prazo de 6 (seis) meses, permissão para navios estrangeiros transportarem sal procedente dos portos de Camocim e Chaval, e dá outras providências.

Decreto nº 58.353 — de 4 de maio de 1966.

SALARIO EDUCAÇÃO

Modifica dispositivo do Decreto nº 55.551, de 12 de janeiro de 1965, que regulamentou a Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964 (salário-educação).

Decreto nº 58.093, de 28 de março de 1966.

SALARIO MINIMO

Altera a tabela de salário mínimo aprovada pelo Decreto nº 57.900, de 2-3-66, na parte que especifica.

Decreto nº 58.154 — de 5 de abril de 1966.

SALARIO-MINIMO PROFISIONAL

Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agro-nomia e Veterinária.

Lei nº 4.950-A — de 22 de abril de 1966.

SAMDU

Dispõe sobre a admissão de pessoal necessário ao funcionamento dos Postos do SAMDU em Belém, Estado do Pará e Osasco, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.509 — de 26 de maio de 1966.

SANTA CRUZ COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Santa Cruz Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 59.349 — de 4 de maio de 1966.

— *Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Santa Cruz Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.*

Decreto nº 58.350 — de 4 de maio de 1966.

SAÚDE PÚBLICA

Instrui o Código Sanitário do Distrito Federal.

Lei nº 5.027 — de 14 de junho de 1966.

SEGURANÇA INDUSTRIAL COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Cassa a autorização concedida à Segurança Industrial Companhia Nacional de Seguros, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, para funcionar na República.

Decreto nº 58.590 — de 7 de junho de 1966.

SELOS POSTAIS

Estabelece normais para confecção e emissões de selos postais e outras fórmulas de franquimento de correspondência.

Decreto nº 58.599 — de 13 de junho de 1966.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL — S.A.P.S.

Aprova o enquadramento de Professores de Curso de Nutricionista do Serviço de Alimentação da Previdência Social — S.A.P.S.

Decreto nº 58.510 — de 26 de maio de 1966.

— *Retifica o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Serviço de Alimentação da Previdência Social — S.A.P.S.*

Decreto nº 58.511 — de 26 de maio de 1966.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA DOMICILAR DE URGÊNCIA

Ver: SAMDU.

SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 54.141.603 (cinquenta e quatro milhões cento e quarenta e hum mil seiscentos e seis cruzeiros), destinado ao pagamento de pessoal dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAAPP).

Lei nº 5.009 — de 27 de maio de 1966.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA

Autoriza o Serviço de Navegação da Bacia do Prata a ceder, para a Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio S.P., área de terreno de sua propriedade e dá outras providências.

Decreto nº 58.370 — de 9 de maio de 1966.

SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PORTUÁRIA

Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei número 4.859, de 25 de novembro de 1965 (que revoga a Lei nº 4.127, de 27 de agosto de 1962, e estabelece normas para a prestação do Serviço de Vigilância Portuária por vigias matriculados nas Delegacias do trabalho Marítimo).

Lei nº 4.859 — de 25 de novembro de 1965.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a restituir o terreno que menciona, ao Município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 58.156 — de 5 de abril de 1966.

SERVIÇO GEOGRÁFICO

Aprova Regulamento da Diretoria do Serviço Geográfico e revoga os Decretos números 47.044, de 19 de outubro de 1959 e 53.979, de 22 de junho de 1964.

Decreto nº 58.594 — de 10 de junho de 1966.

SERVIÇO MILITAR

Denominação de Organização Militar.

Decreto nº 58.210 — de 18 de abril de 1966.

— *Regulamenta a Lei nº 4.376, de 17 de agosto de 1964.*

Decreto nº 58.552 — de 30 de maio de 1966.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

Altera o Decreto nº 49.593 de 27 de dezembro de 1960, que aprova, em caráter provisório, a classificação das funções gratificadas do Serviço Civil do Poder Executivo e dá outras providências.

Decreto nº 58.574 — de 3 de junho de 1966.

— *Exclui o Conselho Federal de Educação dos efeitos do Decreto número 55.050, de 28 de novembro de 1964.*

Decreto nº 58.592 — de 8 de junho de 1966.

— *Constitui Junta Executiva para promoção das medidas preparatórias à execução da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração e dá outras providências.*

Decreto nº 58.670 — de 20 de junho de 1966.

SOCIEDADE ANÔNIMA PFIZER CORPORATION DO BRASIL

Concede à sociedade anônima Pfizer Corporation do Brasil autorização para continuar a funcionar na República dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto nº 58.503 — de 23 de maio de 1966.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)

Altera o Regulamento do Serviço Social da Indústria (SESI).

Decreto nº 58.512 — de 26 de maio de 1966.

SERVIÇOS CARTOGRAFICOS

Fixa a composição da Delegação Brasileira na Comissão Mista Executora do Acordo Brasil-Estados Unidos sobre Serviços Cartográficos, define sua vinculação com órgãos do Governo brasileiro, e dá outras providências.

Decreto nº 57.814 — de 15 de fevereiro de 1966.

SERVIÇOS DE RADIOAMADOR

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radioamador.

Decreto nº 58.555 — de 31 de maio de 1966.

SERVIÇOS TELEFÔNICOS

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Telefônica Curvelo S. A.

Lei nº 4.954 — de 26 de abril de 1966.

SERVIDOR PÚBLICO

Dispõe sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança, a servidor público civil.

Lei nº 5.021 — de 9 de junho de 1966.

SOCIEDADE ALGODOEIRA DO NORDESTE S. A. — SANBRA

Concede autorização, em caráter permanente, à Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S. A. "Sanbra" para trabalho contínuo, nas fábricas de extração e tratamento de óleos vegetais e subprodutos.

Decreto nº 58.245 — de 22 de abril de 1966.

SOCIEDADE ANÔNIMA DO GÁS DO RIO DE JANEIRO

Concede nacionalização à Sociedade Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro sob a denominação de Sociedade Anônima do Gás do Rio de Janeiro.

Decreto nº 58.565 — de 1º de junho de 1966.

**SOCIEDADE BATES DO BRASIL
S. A.**

Concede à Sociedade Bates do Brasil S. A. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 58.069 — de 24 de março de 1966.

**SOCIEDADE CARBONÍFERA SÃO
GABRIEL LTDA.**

Concede à Sociedade Carbonífera São Gabriel Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.041 — de 22 de março de 1966.

**SOCIEDADE CULTURAL SINO-
BRASILEIRA**

Suspende o funcionamento da "Sociedade Cultural Sino-Brasileira" com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 58.604 — de 14 de junho de 1966.

**SOCIEDADE DE ECONOMIA
MISTA**

Altera disposições do Decreto número 56.793, de 27 de agosto de 1965.

Decreto nº 58.082 — de 25 de março de 1966.

**SOCIEDADE DE MINERAÇÃO
EXTRATIVA "SOMEX" LTDA.**

Concede à Sociedade de Mineração Extrativa "Somex" Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.408 — de 17 de maio de 1966.

**SOCIEDADE HOSPITAL DE
CARIDADE SANT'ANNA**

Declara de utilidade pública "Sociedade Hospital de Caridade Sant'Anna", com sede em Bom Retiro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 58.422 — de 17 de maio de 1966.

SOJA

Reajusta o preço mínimo básico para a soja, da região meridional, da safra 1965/1966.

Decreto nº 58.374 — de 9 de maio de 1966.

**SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND
COLONIZATION COMPANY**

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro a escrituras públicas de vendas efetuadas em áreas da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, empresa incorporada ao Patrimônio Nacional.

Decreto Legislativo nº 13 — de 1966.

SUBSÍDIOS

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial do projeto que se transformou na Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965.

Lei nº 4.870 — de 1 de dezembro de 1965.

**SUL AMÉRICA TERRESTRES,
MARÍTIMOS E ACIDENTES,
COMPANHIA DE SEGUROS**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes, Companhia de Seguros, relativa ao aumento do capital.

Decreto nº 58.189 — de 14 de abril de 1966.

**SUPERINTENDÊNCIA DAS
EMPRESAS INCORPORADAS AO
PATRIMÔNIO NACIONAL — Ver:
Empresas Incorporadas**

**SUPERINTENDÊNCIA DO
DESENVOLVIMENTO DA PESCA**

Prorroga a vigência da tabela a que se refere o Decreto nº 56.505, de 25 de junho de 1965, fixa novos valores para as gratificações de representação de Gabinete para atender provisoriamente aos encargos de direção, chefia, assessoramento e secretariado da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências.

Decreto nº 58.083 — de 25 de março de 1966.

**SUPERINTENDÊNCIA DO
DESENVOLVIMENTO DO
NORDESTE**

Aprova o orçamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Decreto nº 58.652 — de 16 de junho de 1966.

— *Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).*

Decreto nº 58.662 — de 16 de junho de 1966.

**SUPERINTENDÊNCIA DO
PLANO DE VALORIZAÇÃO
ECONÔMICA DA AMAZÔNIA**

Retifica o Decreto nº 54.040, de 23 de julho de 1964, que aprovou o enquadramento do pessoal da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Decreto nº 58.553 — de 31 de maio de 1966.

**SUPERINTENDÊNCIA DO
PLANO DE VALORIZAÇÃO
ECONÔMICA DA AMAZÔNIA —**

Ver: *Amazônia.*

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Altera o Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, criado pela Lei nº 4.279, de 4 de novembro de 1963, e dá outras providências.

Lei nº 4.945 — de 6 de abril de 1966.

— *Dá nova denominação aos cargos de Auxiliar de Portaria do Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.*

Lei nº 5.013 — de 1º de junho de 1966.

— *Altera o Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.*

Lei nº 5.022 — de 9 de junho de 1966.

— *Abertura de crédito especial autorizado pela Lei nº 4.945, de 6 de abril de 1966.*

Decreto nº 58.744 — de 28 de junho de 1966.

**SUSPENSÃO DE MANDATO
ELETIVO**

Ato Complementar nº 10.

T

TALCO

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco José da Mota a pesquisar amianto, talco e minérios de cobre e de níquel, no município de Pontalina, no Estado de Goiás.

Decreto nº 58.526 — De 27 de maio de 1966.

TARIFAS ADUANEIRAS

Aprova o Protocolo que insere, no Acórdão Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, uma parte IV relativa ao Comércio e Desenvolvimento, assinado em Genebra a 8 de fevereiro de 1965.

Decreto Legislativo nº 8, de 1966.

TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO

Constitui Junta Executiva para promoção das medidas preparatórias à execução da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.

Decreto nº 58.670 — De 20 de junho de 1966.

TELEFONICA CURVELO S. A.

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Telefônica Curvelo Sociedade Anônima.

Lei nº 4.954 — De 26 de abril de 1966.

TEMPLO HONGWANJI DA AMÉRICA DO SUL

Concede isenção de direitos, impôsto de consumo, taxas aduaneiras, exclusiva a de previdência social, para a importação de um altar de madeira e dois sinos de bronze, doados pelo Japão ao Templo Hongwanj da América do Sul, com sede em São Paulo.

Lei nº 4.993 — De 4 de maio de 1966.

TEMPO INTEGRAL

Aprova o Regimento da Comissão do Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (COTIDE).

Decreto nº 58.095 — de 28 de março de 1966.

— *Modifica disposições do Decreto nº 57.744, de 3 de fevereiro de 1966, que regulamentou o regime de tempo integral.*

Decreto nº 58.244 — De 20 de abril de 1966.

TERREMCO — SOCIEDADE DE NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LIMITADA

Concede a Terremco — Sociedade de Navegação e Comércio Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.038 — De 22 de março de 1966.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 58.053 — De 23 de março de 1966.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em revigoração de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno acrescido de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 58.127 — De 30 de março de 1966.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 58.180 — De 13 de abril de 1966.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 58.201 — De 15 de abril de 1966.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 58.273 — De 28 de abril de 1966.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 58.683 — De 21 de junho de 1966.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências.

Lei nº 5.010 — De 30 de maio de 1966.

TESOURO NACIONAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros), para atender ao disposto no artigo 8º do Decreto nº 49.160, de 1 de novembro de 1960.

Lei nº 4.975 — De 11 de maio de 1966.

— *Altera o Decreto nº 57.612, de 7 de janeiro de 1966, que fixa normas para a execução financeira do Tesouro Nacional, no exercício de 1966.*

Decreto nº 58.213 — de 19 de abril de 1966.

THE HOME INSURANCE COMPANY

Concede à The Home Insurance Company autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 58.186 — De 14 de abril de 1966.

THE J. B. WILLIAMS EXPORT COMPANY

Revoga os decretos que concederam à sociedade anônima The J. B. Williams Export Company, autorização para funcionar na República.

Decreto nº 57.890 — De 28 de fevereiro de 1966.

TRE TOKIO MARINE AND FIRE INSURANCE COMPANY LIMITED

Concede à The Tokio Marine And Fire Insurance Company Limited, autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de Seguros no Brasil.

Decreto nº 58.253 — De 26 de abril de 1966.

THE YORKSHIRE INSURANCE COMPANY LIMITED

Concede à The Yorkshire Insurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 58.347 — De 4 de maio de 1966.

TINTAS

Considera de alto interesse nacional o projeto de instalação, no Brasil, de uma fábrica de tintas marítimas, sob a responsabilidade da Hempel Tintas Marítimas Ltda.

Decreto nº 58.596 — De 10 de junho de 1966.

TIRADENTES

Estabelece, como modelo para reprodução da figura de Tiradentes, a effigie de Joaquim José da Silva Xavier existente em frente ao Palácio Tiradentes, na cidade do Rio de Janeiro.

Decreto nº 58.168 — De 11 de abril de 1966.

TRÁFEGO AÉREO

Abre, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 508.500.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 58.234 — De 20 de abril de 1966.

TRANSPORTES

Altera o valor fixado pelo Decreto nº 5.901, de 29 de junho de 1940, para mercadorias que deverão obrigatoriamente pagar seguro contra riscos em transportes.

Decreto nº 58.251 — De 25 de abril de 1966.

— Altera o Regulamento Geral dos Transportes aprovado pelo Decreto nº 51.813, de 8 de março de 1963.

Decreto nº 58.365 — De 9 de maio de 1966.

TRATADOS

Dispõe sobre a execução do resultado da quinta série anual de negociações para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pelo Tratado de Montevideu.

Decreto nº 58.033 — De 22 de março de 1966.

— Promulga o tratado de proscrição das Experiências com armas nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob a água.

Decreto nº 58.256 — de 26 de abril de 1966.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos, e dá outras providências.

Lei nº 4.949 — De 13 de abril de 1966.

TRIBUNAL MARÍTIMO

Altera o Quadro de Pessoal do Tribunal Marítimo.

Lei nº 5.028 — De 15 de junho de 1966.

TRIBUNAL MILITAR

Altera a carreira de motorista da Quadro da Secretaria do Superior Tribunal Militar e dá outras providências.

Lei nº 5.014 — de 7 de junho de 1966.

TUNGSTÊNIO

Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Cardoso da Matta a pesquisar minério de tungstênio no município de Guabiruba, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 58.332 — de 3 de maio de 1966.

TURISMO

Dispõe sobre os serviços de empresas de turismo, revoga o Decreto número 58.303-65 e dá outras providências.

Decreto nº 58.483 — de 23 de maio de 1966.

TV RÁDIO NACIONAL DE
BRASÍLIA

Concede à empresa TV Rádio Nacional de Brasília o auxílio no valor de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros).

Lei nº 4.999 — de 21 de maio de 1966.

II

UNIÃO BRASILEIRA COMPANHIA
DE SEGUROS GERAIS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da União Brasileira Companhia de Seguros Gerais relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.264 — de 27 de abril de 1966.

UNIÃO DOS PORTUÁRIOS DO
BRASIL

Suspende o funcionamento da União dos Portuários do Brasil.

Decreto nº 58.676 — de 21 de junho de 1966.

UNIFORMES

Altera o Regulamento de Uniformes para a Marinha do Brasil, aprovado pelo Decreto nº 34.868, de 31 de dezembro de 1953.

Decreto nº 58.159 — de 6 de abril de 1966.

UNIVERSIDADE RURAL DE
PERNAMBUCO

Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Universidade Rural de Pernambuco.

Decreto nº 58.516 — de 27 de maio de 1966.

UNIVERSIDADES

Cria, na Universidade Federal de Minas Gerais, a Escola de Biblioteconomia, e dá outras providências.

Lei nº 5.006 — de 27 de maio de 1966.

— *Altera o Quadro de Pessoal — Parte Permanente — da Universidade do Paraná, e dá outras providências.*

Lei nº 5.036 — de 17 de junho de 1966.

— *Aprova o orçamento da Universidade Federal de Goiás.*

Decreto nº 58.101 — de 30 de março de 1966.

— *Aprova o orçamento da Universidade Federal do Paraná.*

Decreto nº 58.102 — de 30 de março de 1966.

— *Aprova os orçamentos das Universidades Federais de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, do Ceará e do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 58.166 — de 11 de abril de 1966.

— *Aprova o orçamento da Universidade Federal da Paraíba.*

Decreto nº 58.167 — de 11 de abril de 1966.

— *Classifica os cargos de nível superior do Quadro Ordinário de Pessoal da Universidade Federal do Rio de Janeiro e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 58.177 — de 13 de abril de 1966.

— *Classifica os cargos de nível superior da Universidade Federal do Espírito Santo e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 58.178 — de 13 de abril de 1966.

— *Classifica os cargos de nível superior da Universidade Federal da Paraíba e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 58.199 — de 15 de abril de 1966.

— *Aprova o orçamento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 58.235 — de 20 de abril de 1966.

— *Aprova o orçamento da Universidade Federal da Bahia.*

Decreto nº 58.237 — de 20 de abril de 1966.

— *Aprova o orçamento da Universidade Federal de Alagoas.*

Decreto nº 58.238 — de 20 de abril de 1966.

— *Aprova o orçamento da Universidade Federal de Pernambuco.*

Decreto nº 58.239 — de 20 de abril de 1966.

— *Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Quadro Extraordinário do Pessoal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aprovada pelo Decreto nº 55.734, de 4 de fevereiro de 1965, e dispõe sobre o enquadramento de seus antigos ocupantes.*

Decreto nº 52.241 — de 20 de abril de 1966.

— *Concede reconhecimento à Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Maranhão.*

Decreto nº 58.364 — de 9 de maio de 1966.

— *Aprova o orçamento da Universidade Federal de Juiz de Fora.*

Decreto nº 58.577 — de 3 de junho de 1966.

— *Concede reconhecimento ao Instituto Politécnico da Universidade Católica de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.669 — de 17 de junho de 1966.

USINA COLOMBINA S. A.

Concede à Usina Colombina S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.287 — de 28 de abril de 1966.

UTILIDADE PÚBLICA
(DECLARAÇÃO)

Declara de utilidade pública o "Aprendizado Agrícola São Judas Tadeu", com sede em Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.965 — de 20 de abril de 1965.

— *Declara de utilidade pública a "Fundação Dr. Antônio Dias Macêdo", com sede em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto nº 57.995 — de 14 de março de 1966.

— *Declara de utilidade pública a Sociedade Religiosa e Beneficente Israelita "Lar dos Velhos", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.139 — de 4 de abril de 1966.

— *Declara de utilidade pública a "Associação dos Cegos de Juiz de Fora", com sede em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.140 — de 4 de abril de 1966.

Declara de utilidade pública a "Casa da Amizade das Senhoras dos Rotarianos do Rio de Janeiro", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 53.214 — de 19 de abril de 1966.

Declara de utilidade pública o "Lar Sant'Ana", com sede em Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.254 — de 26 de abril de 1966.

Declara de utilidade pública o "Instituto Popular de Assistência Social" (IPAS), com sede em Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Decreto nº 58.311 — de 2 de maio de 1966.

Declara de utilidade pública a "Casa da Criança Dr. Augusto Duprat", com sede em Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 58.312 — de 2 de maio de 1966.

Declara de utilidade pública a "Creche Conde Modesto Leal" com sede em Joinville, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 58.369 — de 9 de maio de 1966.

Declara de utilidade pública "Sociedade Hospital de Caridade Sant' Anna, com sede em Bom Retiro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 58.422 — de 17 de maio de 1966.

Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada a passagem das linhas de transmissão Jacarepaguá-Terminal Sul e Jacarepaguá-Cascadura, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 58.469 — de 17 de maio de 1966.

Declara de utilidade pública o "Fundo Norte-Americano para Assistência Social", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 58.571 — de 2 de junho de 1966.

Declara de utilidade pública a "Fundação de Assistência ao Menor", com sede em Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.641 — de 15 de junho de 1966.

Declara de utilidade pública a "Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 58.675 — de 20 de junho de 1966.

Declara de utilidade pública o Liceu Coração de Jesus, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.709 — de 24 de junho de 1966.

V

VERA CRUZ — COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Vera Cruz — Companhia Brasileira de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.114 — de 20 de março de 1966.

VERMICULITA

Autoriza a cidadã brasileira, Maria Januária Borges a pesquisar minério de manganês, apatita, baritina e vermiculita, no Município de Tapira, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.104 — de 30 de março de 1966.

VIAÇÃO AÉREA RIOGRANDENSE — VARIG

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, um computador eletrônico importado pela VARIG.

Lei nº 4.953 — de 26 de abril de 1966.

VICE-GOVERNADOR

ATO COMPLEMENTAR Nº 12

VICE-PREFEITOS

ATO COMPLEMENTAR Nº 11

VIGIAS PORTUÁRIOS

Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.859, de 25 de novembro de 1965 (que revoga a Lei nº 4.127, de 27 de agosto de 1962, e estabelece normas para a prestação do serviço de vigilância portuária por vigias matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo).

Lei nº 4.859 — de 25 de novembro de 1965.

W

WENCESLAU BRAZ

Declara luto oficial em todo o país pelo falecimento do ex-Presidente da República, Sr. Wenceslau Braz.

Decreto nº 58.041 — de 15 de maio de 1966.

X

XISTO

Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Gildo a pesquisar pirofilita, argila, xisto, quartzito e caulim no Município de Pirapora de Bom Jesus, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.206 — de 18 de abril de 1966.

XISTO OLEÍGENOS

Dá nova redação ao art. 5º do Decreto nº 56.9380, de 1 de outubro de 1965, que dispõe sobre a lavra e a industrialização dos xistos oleígenos.

Decreto nº 58.381 — de 10 de maio de 1966.

Z

ZONA DE LIVRE COMÉRCIO

Dispõe sobre a execução do resultado da quinta série anual de negociações para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pelo Tratado de Montevideu.

Decreto nº 58.033 — de 22 de março de 1966.

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES



24444

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1966 — VOLUME V

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE JULHO A SETEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1966

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	Págs.		Págs.
I — ATOS COMPLEMENTARES		4 de abril de 1966 — Publicado no D.O. de 3-7-66 ..	9
14 — Ato Complementar — Publicado no D.O. de 1-7-66..	3	13 — Decreto-lei de 18 de julho de 1966 — Autoriza o Banco Central da República do Brasil a suprir recursos para assistência financeira de empresas — Publicado no D.O. de 19 e retificado no de 26 de julho de 1966	10
15 — Ato Complementar — Publicado no D.O. de 18-7-66	3	14 — Decreto-lei de 29 de julho de 1966 — Autoriza bancos privados a emitir Certificados de Depósito Bancário e dá outras providências — Publicado no D.O. de 1-8-66	11
16 — Ato Complementar — Publicado no D.O. de 20-7-66	4	15 — Decreto-lei de 29 de julho de 1966 — Estabelece normas e critérios para uniformização dos reajustes salariais e dá outras providências — Publicado no D.O. de 1 e retificado no de 8 de agosto de 1966	11
17 — Ato Complementar — Publicado no D.O. de 1-8-66..	5	16 — Decreto-lei de 10 de agosto de 1966 — Dispõe sobre a produção, o comércio e o transporte clandestino de açúcar e do álcool e dá outras providências — Publicado no D.O. de 11 e retificado no de 19-8-66 ..	13
18 — Ato Complementar — Publicado no D.O. de 1-8-66..	5	17 — Decreto-lei de 22 de agosto de 1966 — Introduz alterações em dispositivos, que menciona, do Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966 — Publicado no D.O. de 23-8-66	15
19 — Ato Complementar — Publicado no D.O. de 9-8-66..	6		
20 — Ato Complementar — Publicado no D.O. de 9-8-66..	6		
21 — Ato Complementar — Publicado no D.O. de 10-8-66	7		
22 — Ato Complementar — Publicado no D.O. de 23-9-66	7		
II — DECRETOS-LEIS			
11 — Decreto-lei de 7 de julho de 1966 — Considera o exercício do cargo de Comandante de Polícia Militar Estadual, do Distrito Federal e de Território, para os fins que especifica, nas mesmas condições que o exercício de Comando de Tropa no Exército — Publicado no D.O. de 3-7-66	9		
12 — Decreto-lei de 7 de julho de 1966 — Retifica dispositivos do Decreto-lei nº 5, de			

	Págs.		Págs.
18 — Decreto-lei de 24 de agosto de 1966 — Dispõe sobre o exercício da profissão de aeronauta e dá outras providências — Publicado no D.O. de 25-8 e republicado no de 5-9-66	16	Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Estado do Pará — Publicado no D.O. de 4-7-66	26
19 — Decreto-lei de 30 de agosto de 1966 — Obriga a adoção da cláusula de correção monetária nas operações do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências — Publicado no D.O. de 30-8-66	19	25 — Decreto Legislativo de 1966 — Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo, de 5 de julho de 1961, de rescisão amigável de parte do contrato celebrado, em 23 de novembro de 1960, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma CISA S.A., Engenharia e Comércio — Publicado no D.O. de 4 de julho de 1966	26
20 — Decreto-lei de 14 de setembro de 1966 — Introduz modificações na Lei número 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências — Publicado no D.O. de 15 de setembro de 1966	20	26 — Decreto Legislativo de 1966 — Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, em sessão de 3 de dezembro de 1965, da despesa de Cr\$ 3.792 (três mil setecentos e noventa e dois cruzeiros), para pagamento a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris — Publicado no D.O. de 4-7-66	27
21 — Decreto-lei de 17 de setembro de 1966 — Dispõe sobre assistência financeira às empresas pelas Caixas Econômicas Federais — Publicado no D.O. de 20 e retificado no de 26-9-66	22	27 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo aditivo a contrato celebrado, em 7 de outubro de 1953, entre o Governo Federal e Ezio Biondi — Publicado no D.O. de 4-7-66	27
III — DECRETOS LEGISLATIVOS			
22 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova a intervenção Federal no Estado de Alagoas, conforme o Decreto número 57.623, de 13 de janeiro de 1966 — Publicado no D.O. de 1-7-66	25	28 — Decreto Legislativo de 1966 — Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, em sessão de 10 de setembro de 1965, relativo à despesa de .. Cr\$ 130.000, em favor da firma Estabelecimentos Gráficos Iguaçu Ltda. — Publicado no D.O. de 4-7 e republicado no de 3-8-66	27
23 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo do Acórdão Especial celebrado, em 31 de maio de 1954, entre o Ministério da Educação e Cultura e a Escola Industrial Dom Bosco, da Congregação dos Padres Salesianos — Publicado no D.O. de 4-7-66 ..	25	29 — Decreto Legislativo de 1966 — Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, em sessão de 8 de junho de 1965, relativo à pensão concedida a Jurema Azevedo Marques e outras — Publicado no D.O. de 4-7-66	28
24 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo aditivo a acordo celebrado entre a Superintendência do			

	Págs.		Págs.
30 — Decreto Legislativo de 1966 — Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de contrato celebrado, em 4 de novembro de 1964, entre o Governo Federal e o Banco Mercantil de Minas Gerais S.A. — Publicado no D.O. de 4-7-66	28	37 — Decreto Legislativo de 1966 — Determina o registro pelo Tribunal de Contas do contrato-escritura de compra e venda, celebrado, em 23 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Barth Annoni & Cia. Ltda. — Publicado no D.O. de 29-8-66.	31
31 — Decreto Legislativo de 1966 — Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, relativo à pensão concedida a Regina Augusta Cunha — Publicado no D.O. de 4-7-66	29	38 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o Acórdão Comercial assinado em Iauundé, em 5 de maio de 1965, entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal dos Camarões — Publicado no D. O. de 30-8-66	32
32 — Decreto Legislativo de 1966 — Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de contrato celebrado, em 6 de dezembro de 1952, entre o Governo Federal e Antônio Adil Mendonça e outros — Publicado no D.O. de 3-8-66	29	39 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o texto da emenda ao art. 28 da Convenção sobre a Organização Consultiva Marítima Intergovernamental — Publicado no D.O. de 30-8-66	32
33 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o Acórdão entre o Brasil e a Suécia para Evitar a Bitributação sobre a Renda e o Capital — Publicado no D.O. de 4-8-66 ...	29	40 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o Convênio Internacional para a Constituição do Instituto Italo-Latino-Americano, assinado em Roma, a 1º de junho de 1966 — Publicado no D.O. de 30 de agosto de 1966	32
34 — Decreto Legislativo de 1966 — Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo, de 29 de dezembro de 1949, de ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Martins Mendes & Companhia. — Publicado no D.O. de 16-8-66	30	41 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o texto da emenda aos arts. 17 e 18 da Convenção da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental — Publicado no D. O. de 20-9-66	33
35 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o contrato de transferência celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e Anselma Manfredi de Guidi Buffarini — Publicado no D.O. de 23-8 e republicado no de 20-9-66	30		
36 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a Termo de 4 de julho de 1955, aditivo a contrato celebrado, em 14 de setembro de 1954, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Koloman Schüller — Publicado no D.O. de 29-8-66	31		

IV — LEIS

5.059 — Lei de 1º de julho de 1966 — Autoriza a abertura, ao Poder Executivo, de créditos especiais, destinados a Órgãos e Ministérios, no montante de Cr\$ 6.174.933.224 (seis bilhões, cento e setenta e quatro milhões, novecentos e trinta e três mil, duzentos e vinte e quatro cruzeiros), para os fins que especifica — Publicado no D.O. de 5 de julho de 1966	35
--	----

	Págs.		Págs.
5.060 — Lei de 1º de julho de 1966 — Incorpora a Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora à Universidade Federal de Juiz de Fora — Publicado no D.O. de 5-7 e retificado no de 23-8-66 ...	36	cinco bilhões, oitocentos e noventa e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta cruzeros), à Presidência da República, diversos Ministério, Supremo Tribunal Federal e Justiça Eleitoral para os fins que especifica — Publicada no D.O. de 8-7 e retificada no de 23-8-66	39
5.061 — Lei de 4 de julho de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), destinado a atender a despesas com a manutenção dos serviços afetos à segurança de tráfego aéreo, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 7-7 e retificado no de 24-8-66 ..	37	5.067 — Lei de 6 de julho de 1966 — Dispõe sobre a produção e importação de fertilizantes — Publicada no D.O. de 11-7-66	44
5.062 — Lei de 4 de julho de 1966 — Proíbe fabricação, comércio e uso do lança-perfume em todo o território nacional — Publicada no D.O. de 7-7-66	38	5.068 — Lei de 6 de julho de 1966 — Retifica, sem ônus, a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966 — Publicado no D.O. de 11-7-66 ..	45
5.063 — Lei de 4 de julho de 1966 — Institui o "Dia da Caridade" — Publicada no D.O. de 7-7-66	38	5.069 — Lei de 6 de julho de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 14.400.000.000 (quatorze bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado a completar a integralização do capital da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — Publicada no D.O. de 11-7-66	47
5.064 — Lei de 5 de julho de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 818.785.353 (oitocentos e dezoito milhões setecentos e oitenta e cinco mil trezentos e cinquenta e oito cruzeros), para atender às despesas com o pagamento ao pessoal da Companhia Nacional de Navegação Costeira — Publicada no D.O. de 8-7-66 ..	38	5.070 — Lei de 7 de julho de 1966 — Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências — Publicada no D.O. de 11-7 e retificada no de 24-8-66 ..	47
5.065 — Lei de 5 de julho de 1966 — Altera a subvenção concedida à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — Publicada no D.O. de 8-7-66	39	5.071 — Lei de 11 de agosto de 1966 — Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento importado pela Madequímica S.A. Indústria de Madeiras Termo Estabilizadas, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul — Publicada no D.O. de 12-8-66	56
5.066 — Lei de 5 de julho de 1966 — Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 35.893.676.830 (trinta e		5.072 — Lei de 12 de agosto de 1966 — Regula o inciso II e os §§ 1º e 2º do art. 7º da Emenda Constitucional nú-	

Págs.		Págs.
	mero 18, relativos à cobrança do imposto de exportação e sua aplicação — Publicada no D.O. de 17-8-66	51
5.073	— Lei de 18 de agosto de 1966 — Modifica, em parte, as Leis ns. 2.308, de 31 de agosto de 1954; 4.156, de 28 de novembro de 1962; 4.357, de 16 de julho de 1964; 4.364, de 22 de julho de 1964, e 4.676, de 16 de junho de 1965 — Publicada no D.O. de 25 e retificada no de 31-8-66	52
5.074	— Lei de 22 de agosto de 1966 — Altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoções dos Oficiais do Exército — Publicada no D.O. de 23-8-66	54
5.075	— Lei de 22 de agosto de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), em reforço à dotação indicada — Publicada no D.O. de 23 de agosto de 1966	55
5.076	— Lei de 23 de agosto de 1966 — Isenta do imposto de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, material importado pela VASP-Aerofotogrametria S.A. — Publicada no D.O. de 24 e retificada no de 21-8-66	55
5.077	— Lei de 23 de agosto de 1966 — Cria a Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — Publicada no D.O. de 24-8-66	56
5.078	— Lei de 24 de agosto de 1966 — Altera a redação da alínea "a" do art. 2º da Lei n: 4.262, de 6 de fevereiro de 1963, estendendo a isenção ali prevista aos navios estrangeiros afretados à Petroleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) e à Vale do Rio Doce Navegação S.A. (DO-CENAVE) — Publicada no D.O. de 25-8-66	56
5.079	— Lei de 24 de agosto de 1966 — Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, do crédito especial de Cr\$ 614.000.000 (seiscientos e quatorze milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial das Nações Unidas, relativa ao exercício de 1965 — Publicada no D.O. de 25-8-66.	56
5.080	— Lei de 24 de agosto de 1966 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 2.460.000.000 (dois bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas com a recuperação de parte da frota da Lóide Brasileiro — Publicada no D.O. de 25-8-66	57
5.081	— Lei de 24 de agosto de 1966 — Regula o exercício da Odontologia — Publicada no D.O. de 26-8 e retificada no de 1-9-66	57
5.082	— Lei de 26 de agosto de 1966 — Cria Juntas de Conciliação e Julgamento na Segunda Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências — Publicada no D.O. de 29-8-66	58
5.083	— Lei de 26 de agosto de 1966 — Abre ao Poder Legislativo — Senado Federal e Câmara dos Deputados — créditos suplementares no total de Cr\$ 900.000.000 (novecentos milhões de cruzeiros), para reforço de dotações orçamentárias que especifica — Publicada no D.O. de 29 de agosto de 1966	59
5.084	— Lei de 26 de agosto de 1966 — Autoriza a entrega das verbas destinadas ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados aos Diretores-Gerais de suas Secretarias — Publicada no D.O. de 29 de agosto de 1966	60
5.085	— Lei de 27 de agosto de 1966 — Reconhece aos trabalhadores avulsos o direito a	

	Págs.		Págs.
férias — Publicada no D.O. de 31-8-66	61	de Ciências — Publicada no D.O. de 31-8-66	65
5.086 — Lei de 30 de agosto de 1966 — Altera, sem aumento de despesas, dotações do Conselho Nacional de Telecomunicações consignadas na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965 — Publicada no D.O. de 31-8-66	61	5.093 — Lei de 30 de agosto de 1966 — Revoga o Decreto-lei nº 7.197, de 27 de dezembro de 1944, e a Lei nº 1.017, de 27 de dezembro de 1949, que estabelecem a classificação comercial de lã de ovinos e dispõem sobre o comércio dessa matéria-prima — Publicada no D.O. de 31 de agosto de 1966	67
5.087 — Lei de 30 de agosto de 1966 — Isenta do imposto de importação maquinaria destinada à confecção de embalagem metálica — Publicada no D.O. de 31-8-66	65	5.094 — Lei de 30 de agosto de 1966 — Acrescenta os incisos XXV e XXVI ao art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964 (Lei do Imposto de Consumo) — Publicada no D.O. de 31-8-66	67
5.088 — Lei de 30 de agosto de 1966 — Institui o "Dia do Guarda-Civil" — Publicada no D.O. de 31-8-66	65	5.095 — Lei de 30 de agosto de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.074.238 (cento e vinte milhões setenta e quatro mil duzentos e trinta e oito cruzeiros), destinado a atender ao pagamento das despesas realizadas com a visita ao Brasil de Suas Majestades o Rei e a Rainha dos Belgas — Publicada no D.O. de 31-8-66	68
5.089 — Lei de 30 de agosto de 1966 — Proíbe a impressão e a circulação de publicações destinadas à infância e à adolescência, que explorem temas de crimes, de terror ou de violência — Publicada no D.O. de 31-8-66	65	5.096 — Lei de 31 de agosto de 1966 — Dispõe sobre viagens ao exterior do pessoal docente e administrativo das Universidades Federais — Publicada no D.O. de 1-9-66	68
5.090 — Lei de 30 de agosto de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 141.000 (cento e quarenta e um mil cruzeiros) para atender, durante o exercício de 1966, as despesas com os pagamentos de gratificação pela representação de gabinete, da Primeira Subprocuradoria Geral da República do Ministério Público Federal — Publicada no D.O. de 31-8-66	65	5.097 — Lei de 2 de setembro de 1966 — Extingue débitos fiscais decorrentes da aplicação dos arts. 6º e 7º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 5-9-66	68
5.091 — Lei de 30 de agosto de 1966 — Dispõe sobre a prescrição do direito de ação judicial e de reclamação administrativa contra concursos públicos — Publicada no D.O. de 31-8-66	66	5.098 — Lei de 2 de setembro de 1966 — Denomina "Rodovia Marechal Rondon" a estrada Brasília-Acre — Publicada no D.O. de 5-9-66 ...	68
5.092 — Lei de 30 de agosto de 1966 — Autoriza o Poder Executivo, pelo Ministério da Fazenda, a doar Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional à Academia Brasileira		5.099 — Lei de 2 de setembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o	

Págs.		Págs.
	crédito especial de Cr\$ 150.000.000 (cento e cin- quenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com revisão de aviões — Publi- cada no D.O. de 5-9-66	69
5.100	— Lei de 2 de setembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presi- dência da República, o cré- dito especial de Cr\$ 27.500.000 (vinte e sete milhões e quinhentos mil cru- zeiros), destinado à regula- rização de despesas autoriza- das, com fundamento no § 1º do art. 48 do Código de Contabilidade da União, no exercício de 1960 — Publi- cada no D.O. de 5 e retifi- cada no de 14-9-66	69
5.101	— Lei de 2 de setembro de 1966 — Regula a forma de pagamento dos inativos ou pensionistas, bem como do pessoal em disponibilidade, quando mudarem de residên- cia para outra estação paga- dora — Publicada no D.O. de 5-9-66	70
5.102	— Lei de 2 de setembro de 1966 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e de emolumen- tos consulares para objetos doados pela Arquibadia de Benron, na Alemanha ao Mosteiro de Nossa Senhora das Graças, de Belo Horizonte — Publicada no D.O. de 5 de setembro de 1966	70
5.103	— Lei de 2 de setembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Mi- nistério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cru- zeiros) destinado a atender às despesas com o sanea- mento e consolidação de ter- renos, aterros e proteção da jetée da Companhia Side- rúrgica da Guanabara (COSIGUA) — Publicada no D.O. de 5-9-66	71
5.104	— Lei de 2 de setembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder	
	Judiciário — Tribunal Su- perior do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 27.000.000 (vinte e sete milhões de cru- zeiros) para aquisição de via- turas, destinadas ao serviço desse Tribunal — Publicada no D.O. de 5-9-66	71
5.105	— Lei de 2 de setembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Mi- nistério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 31.900.000.000 (trinta e um bilhões e nove- centos milhões de cruzeiros), destinado a suprir a deficiên- cia de receita no Orçamento do Distrito Federal, para o exercício de 1966 — Publicada no D.O. de 5-9-66	71
5.106	— Lei de 2 de setembro de 1966 — Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais — Publicada no D.O. de 5 de setembro de 1966	72
5.107	— Lei de 13 de setembro de 1966 — Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Ser- viço, e dá outras providên- cias — Publicada no D.O. de 14-9-66	73
5.108	— Lei de 21 de setembro de 1966 — Institui o Código Nacional de Trânsito — Pu- blicada no D.O. de 22-9-66	77
5.109	— Lei de 22 de setembro de 1966 — Prorroga os prazos previstos na Lei nº 4.641, de 27 de maio de 1965, que dis- põe sobre os cursos de teatro e regulamenta as categorias profissionais correspondentes — Publicada no D.O. de 23 de setembro de 1966	99
5.110	— Lei de 22 de setembro de 1966 — Modifica a reda- ção do artigo único da Lei nº 781, de 17 de agosto de 1949, que institui o Dia Na- cional de Ação de Graças — Publicada no D.O. de 23 de setembro de 1966	99
5.111	— Lei de 22 de setembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Mi- nistério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000	

	Págs.		Págs.
(quinze milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de despesas com a movimentação de pessoal do Departamento do Imposto de Renda, em 1965 — Publicada no D. O. de 23-9-66	100	5.117 — Lei de 27 de setembro de 1966 — Dispõe sobre a nomeação e a administração de servidores e empregados da União, das Autarquias e de outras entidades, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 28-9-66	102
5.112 — Lei de 22 de setembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 62.704.650 (sessenta e dois milhões setecentos e quatro mil seiscentos e cinquenta cruzeiros), para pagamento de percentagens aos Procuradores da República, lotados no Distrito Federal — Publicada no D.O. de 23 de setembro de 1966	100	5.118 — Lei de 27 de setembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 107.699,80 (cento e sete mil, seiscentos e noventa e nove cruzeiros e oitenta centavos), destinado ao pagamento de servidores do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Ministério da Educação e Cultura — Publicado no D. O. de 28-9-66	103
5.113 — Lei de 23 de setembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 185.440.652 (cento e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil, seiscentos e cinquenta e dois cruzeiros), para atender à despesas decorrentes das eleições de 1962 — Publicada no D. O. de 26-9-66	100	5.119 — Lei de 27 de setembro de 1966 — Isenta do imposto de consumo, de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, os aparelhos de Raios X e o equipamento fotográfico para revelação de Raios X, importados pela Sociedade Beneficente de Senhoras, do Hospital Sirio-Libanês, com sede na Cidade de São Paulo — Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1966	103
5.114 — Lei de 23 de setembro de 1966 — Autoriza a reinversão na Companhia Siderúrgica Nacional, sob a forma de ações de capital, dos dividendos que couberem à União, em cada exercício social — Publicada no D.O. de 26 de setembro de 1966	101	5.120 — Lei de 27 de setembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.961.376,10 (dois milhões novecentos e sessenta e um mil trezentos e setenta e seis cruzeiros e dez centavos), para atender a despesas com pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará — Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1966 ..	104
5.115 — Lei de 23 de setembro de 1966 — Isenta do imposto de importação equipamento importado por Móveis Vogue Ltda. — Indústria e Comércio, destinado à sua associação Placas do Paraná Ltda. — Publicada no D.O. de 26 de setembro de 1966	101	5.121 — Lei de 27 de setembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunais Regionais Eleitorais do Rio Grande do Sul, do Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais — o crédito especial de	
5.116 — Lei de 23 de setembro de 1966 — Concede pensão especial à pintora Guiomar Fagundes — Publicada no D. O. de 26-9-66	102		

Págs.

Págs.

Cr\$ 235.130,30 (duzentos e oitenta e cinco mil, cento e oitenta cruzeiros e trinta centavos), para atender às despesas correspondentes aos exercícios de 1958 e 1959 — Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1963	104	5.125 — Lei de 29 de setembro de 1963 — Estende aos exercícios de 1967 e 1968 a vigência e aplicação do crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), autorizado pela Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964 — Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1966	110
5.122 — Lei de 28 de setembro de 1963 — Dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia S. A. — Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1963	104	5.126 — Lei de 29 de setembro de 1966 — Altera o item XI do art. 1º da Lei nº 4.760, de 23 de agosto de 1965 — Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1966	111
5.123 — Lei de 28 de setembro de 1966 — Estende aos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais dispositivos da Lei nº 4.883, de 29 de novembro de 1965, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1966	107	5.127 — Lei de 29 de setembro de 1966 — Isenta as instituições filantrópicas da contribuição de 1% (um por cento, do que trata o art. 22 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que cria o Banco Nacional de Habitação — Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1966	111
5.124 — Lei de 28 de setembro de 1966 — Cria mais 7 (sete) Juntas de Conciliação e Julgamento, integrantes da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região — Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1966	109	5.128 — Lei de 29 de setembro de 1966 — Altera o § 2º do art. 4º da Lei nº 4.096, de 13 de julho de 1962, que dispõe sobre a importação de animais de puro-sangue, de carreira — Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1966	111

INDICE DO APENSO

	Págs.		Págs.
9 — Decreto-lei de 25 de junho de 1966 — Dispõe sobre a organização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências — Ret. no D. O. de 5 de julho de 1966	115	5.027 — Lei de 14 de junho de 1966 — Institui o Código Sanitário do Distrito Federal — Ret. no D. O. de 4 de julho de 1966	118
10 — Decreto-lei de 28 de junho de 1966 — Aprova o convênio firmado entre o Governo Federal e o Estado da Guanabara para a reinclusão, nos Quadros da Polícia Militar do Estado da Guanabara, do Pessoal da Polícia Militar do antigo Distrito Federal e dá outras providências — Publicado no D. O. de 1 e ret. no de 7 de julho de 1966	115	5.028 — Lei de 15 de junho de 1966 — Altera o Quadro de Pessoal do Tribunal Marítimo — Ret. no D. O. de 7 de julho de 1966	118
21 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 31 de maio de 1957, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e a Sociedade Emissoras Reunidas Rádio Cultura Limitada" — Rep. no D. O. de 1 de julho de 1966	117	5.034 — Lei de 17 de junho de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.684.172 (trinta milhões seiscentos e oitenta e quatro mil e setenta e dois cruzeiros) destinado ao pagamento das quotas federais dos impostos de consumo e renda, relativas ao exercício de 1963, devidas aos Municípios de Ouro Branco, Braguiinha, Jaramalala e Carneiros, no Estado de Alagoas — Ret. no D. O. de 4 de julho de 1966	119
5.010 — Lei de 30 de maio de 1966 — Organiza a Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências — Ret. no D. O. de 4 de julho de 1966	118	5.047 — Lei de 21 de junho de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a permutar com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, terreno de propriedade da União e dá outras providências — Publicado no D. O. de 1 de julho de 1966	119
5.025 — Lei de 10 de junho de 1966 — Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei número 5.025, de 10 de junho de 1966 — Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1966	118	5.048 — Lei de 29 de junho de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, o terreno que menciona, situado no Município de Boa Vista, no	

	Págs.		Págs.
Território Federal de Roraima — Publicado no D. O. de 1 de julho de 1966	121	gem, crédito especial de Cr\$ 97.500.000.000, para o fim que especifica — Publicado no D. O. de 4 de julho de 1966	125
5.049 — Lei de 29 de junho de 1966 — Introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação Publicado no D. O. de 4 de julho de 1966	122	5.054 — Lei de 29 de junho de 1966 — Altera, sem aumento de despesa, distribuição de dotações consignadas na Lei número 4.900, de 10 de dezembro de 1965 — Publicado no D. O. de 4 de julho de 1966	126
5.049 — Lei de 29 de junho de 1966 — Introduz modificações na Legislação pertinente ao Banco Nacional de Habitação — Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1966	123	5.055 — Lei de 29 de junho de 1966 — Concede pensão especial de Cr\$ 9.600 (nove mil e seiscentos cruzeiros) mensais a Maria Pompéia de Carvalho, viúva de Rivaldo Coelho de Carvalho, e seus filhos menores — Publicado no D. O. de 5 de julho de 1966	131
5.050 — Lei de 29 de junho de 1966 — Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da União aprovado pela Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965 — Publicado no D. O. de 1 de julho de 1966	124	5.056 — Lei de 29 de junho de 1966 — Modifica dispositivos da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, alterada pela de nº 3.543, de 11 de fevereiro de 1959, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 5 de julho e ret. no de 17 de agosto de 1966	131
5.051 — Lei de 29 de junho de 1966 — Altera a subvenção concedida à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — Publicado no D. O. de 4 de julho de 1966	124	5.057 — Lei de 29 de junho de 1966 — Reajusta o valor da pensão paga pelo Tesouro Nacional a herdeiros de contribuinte do Montepio Civil, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 5 de julho de 1966	132
5.052 — Lei de 29 de junho de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí — os créditos especiais de Cr\$ 140.000 (cento e quarenta mil cruzeiros) e Cr\$ 15.833,30 (quinze mil oitocentos e trinta e três cruzeiros e trinta centavos), para o pagamento de gratificação por prestação de serviço eleitoral — Publicado no D. O. de 4 de julho de 1966	125	5.058 — Lei de 29 de junho de 1966 — Altera dispositivos da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, revoga as Leis nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, nº 3.067, de 22 de dezembro de 1956, e nº 3.725, de 28 de dezembro de 1959 e dá outras providências — Publicado no D. O. de 5 de julho de 1966	139
5.053 — Lei de 29 de junho de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, e destinado ao Departamento Nacional de Estradas de Roda-			

Figuram neste volume os Atos Complementares, os Decretos-leis, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1966, foram publicados no D.O. até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — ATOS COMPLEMENTARES

ATO COMPLEMENTAR Nº 14

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Aos membros das Câmaras Legislativas Federais, Estaduais e Municipais que renunciarem aos seus mandatos não serão dados substitutos.

Art. 2º Ressaldados os afastamentos para ocupar funções no Poder Executivo, somente será feita a convocação do suplente no Congresso Nacional, Assembléia Legislativa, e Câmara de Vereadores em caso de licença não inferior a um ano.

Parágrafo único. Excetuados os casos de afastamento para ocupar funções no Poder Executivo, de nenhum modo poderá ser interrompida a licença da qual tenha decorrido a convocação de suplente.

Art. 3º Em qualquer dos casos mencionados nos arts. 1º e 2º deste Ato, o *quorum* será determinado em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 4º Este Ato Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições de Lei em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Luiz Viana Filho

ATO COMPLEMENTAR Nº 15

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Cabe ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei municipal sobre matéria financeira bem como dos que criem cargos, funções ou empregos públicos, aumentem vencimento ou a despesa pública.

Parágrafo único. Aos projetos oriundos dessa competência exclusiva do Prefeito não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista.

Art. 2º As leis municipais sobre a matéria e o objeto indicados no artigo anterior dependerão sempre, para a sua execução, de prévia atribuição de recursos financeiros.

Art. 3º Os municípios não despendirão anualmente com o pessoal de todos os seus serviços mais de 60 % de suas rendas.

Art. 4º É vedada a fixação de vencimentos e vantagens de servidores municipais em base superior à de servidores estaduais, com deveres, atribuições ou responsabilidade iguais ou equivalentes.

Art. 5º São considerados nulos, não gerando obrigação de espécie alguma para os Governos ou entidades estaduais ou municipais, nem qualquer direito para o beneficiário, os atos praticados desde 27 de outubro de 1965, dos quais decorram nomeação, admissão, ou aproveitamento de funcionário, com inobservância das normas acima estabelecidas neste Ato Complementar.

Art. 6º Nenhum servidor público de Estado ou Município poderá perceber, na inatividade, proventos calculados em razão do exercício do cargo de Secretário de Estado ou de mandato Legislativo.

Art. 7º A primeira investidura em cargo público ou o ingresso nos quadros do serviço público centralizado ou descentralizado, estadual ou municipal, efetuar-se-á sempre mediante concurso de provas ou de títulos e provas.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições de lei em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Luiz Viana Filho

ATO COMPLEMENTAR Nº 16

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 30 do Ato Institucional nº 2,

Considerando que a legislação tem buscado fortalecer as agremiações partidárias e partidos políticos;

Considerando que o fortalecimento dessas agremiações e partidos políticos é inseparável da boa prática da democracia;

Considerando a conveniência da legislação não permitir que os filiados a uma organização partidária desatendam ao resolvido em Convenção;

Considerando que o voto, como expressão fundamental da legitimidade democrática deve revelar colaboração partidária;

Considerando que os partidos como forças organizadas de democracia necessitam vincular seus membros a deveres de disciplina e de respeito a princípios programáticos, resolve baixar o seguinte Ato Complementar

Art. 1º Nas eleições indiretas a realizar-se nos termos dos Atos Institucionais nº 2 e 3 observar-se-ão as seguintes normas:

a) será nulo o voto do senador ou deputado federal que, inscrito numa organização partidária por ocasião da respectiva Convenção para escolha de candidato a Presidente e Vice-Presidente da República sufrague candidato registrado por outra organização partidária;

b) também será nulo nas eleições para Governador e Vice-Governador de Estado; o voto de deputado estadual dado em condições idênticas às do item anterior;

c) ao senador, deputado federal ou deputado estadual cuja organização partidária não houver registrado candidato à eleição de que deva participar, será permitido votar em qualquer candidato registrado.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação e aplica-se a todas as convenções efetuadas nos termos do art. 3º do Ato Complementar nº 7, de 31 de janeiro de 1966.

Brasília, 18 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Luiz Viana Filho

ATO COMPLEMENTAR Nº 17

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º É reduzido de noventa para sessenta dias o prazo a que se refere o art. 7º do Ato Complementar nº 7, de 31 de janeiro de 1966.

Parágrafo único. Não poderá valer-se do novo prazo, ora estabelecido, para inscrever-se na outra, quem já estiver inscrito numa das organizações partidárias existentes.

Art. 2º Para os efeitos do art. 7º do Ato Complementar nº 7, de 31 de janeiro de 1966, a inscrição perante a Comissão Diretora Municipal será válida também, para registro na Justiça Eleitoral, de candidato à eleição direta, no âmbito estadual e federal, quando ratificada "ex officio", pela Comissão Diretora Regional, até trinta e cinco dias antes do pleito.

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

ATO COMPLEMENTAR Nº 18

O Presidente da República, no uso das atribuições a que se refere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e tendo em vista o disposto no art. 4º e seu parágrafo único, do mesmo Ato, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Entre as emendas que não serão admitidas, por força do parágrafo único do art. 4º do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, incluem-se as que visem a discriminar ou modificar, total ou parcialmente, o objetivo da despesa proposta.

Art. 2º Não será admitida ao Projeto de Lei do Orçamento, em qualquer das Casas do Congresso Nacional emenda que:

a) aumente dotação de qualquer dos anexos, subanexos e órgãos administrativos, nem as que discriminem ou alterem dotações de custeio ou as que se destinem a projetos ou programas definidos;

b) conceda dotação para início de obras, salvo quando, comprovadamente, exista projeto e orçamento aprovado pelo órgão federal competente ou conste expressamente de programas elaborados pelo Poder Executivo e com execução prevista para o exercício a que se refere a Proposta Orçamentária.

Art. 3º O Executivo e, nos casos próprios, o Judiciário e o Legislativo, poderão solicitar alteração da Proposta Orçamentária somente até 45 dias após a data limite para sua apresentação, desde que não haja aumento do quantitativo, destinado a cada um dos Poderes.

Art. 4º As normas do presente Ato Complementar são extensivas aos Estados da Federação, nos termos do art. 32 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

Art. 5º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Buthões
Roberto Campos

ATO COMPLEMENTAR Nº 19

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º do Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º No caso de vacância dos cargos de Governador e Vice-Governador, em Estados onde se deverão realizar eleições indiretas reguladas no art. 5º do Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966, o Presidente da Assembleia Legislativa, ou, na falta deste, outro substituto do Governador, na ordem sucessoria prevista, assumirá o exercício do Governo pelo prazo de 30 dias, a contar da última vaga, ou de ambas, se ocorrerem na mesma data.

Art. 2º No dia imediato à terminação do prazo referido no artigo anterior, tomarão posse e prestarão compromisso perante a Assembleia Legislativa o Governador e, se houver, o Vice-Governador eleitos a 3 de setembro de 1966, cujos mandatos terminarão a 15 de março de 1971.

Art. 3º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

ATO COMPLEMENTAR Nº 20

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º do Ato Institucional nº 3, de 1966, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Nas eleições diretas pelo sistema proporcional que se realizarem em 1966, serão utilizadas as cédulas individuais usadas anteriormente à instituição da cédula oficial de votação, salvo nas capitais dos Estados e nas cidades de população igual ou superior a cem mil habitantes, onde se aplicará o disposto nos §§ 5º e 6º do art. 104 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965).

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral baixará instruções para a fiel execução deste Ato.

Art. 2º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

ATO COMPLEMENTAR Nº 21

O Presidente da República, no uso das atribuições a que se refere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º O disposto na alínea *a* do art. 2º do Ato Complementar nº 18, de 29 de julho de 1966, não impede a apresentação e a aprovação, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, de emendas que visem a discriminar ou destacar, sem modificar o montante, a natureza e o objetivo da despesa, dotação global, de natureza variável, que não tenha sido discriminada em projetos ou programas específicos na Proposta Orçamentária do Poder Executivo.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto no "caput" deste artigo, são considerados projetos específicos aqueles que tenham sido prévia e perfeitamente caracterizados e orçados pelos órgãos técnicos competentes.

Art. 2º. Caberá à Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados e à Comissão de Finanças do Senado Federal aprovar Instruções regulando a apresentação e a aceitação das emendas a que se refere o art. 1º deste Ato Complementar, inclusive a percentagem da dotação global passível de discriminação ou destaque.

Art. 3º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Octávio Bulhões

Roberto Campos

ATO COMPLEMENTAR Nº 22

O Presidente da República, no uso das atribuições a que se refere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Os municípios a que se refere o Ato Complementar nº 8, de 29 de março de 1966, terão direito às quotas constitucionais nos tributos arrecadados pela União, desde que tenham sido criados até 31 de dezembro de 1965 e a posse dos respectivos interventores tenha ocorrido até 31 de julho de 1966.

Art. 2º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

II — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 11 — DE 7 DE
JULHO DE 1966

Considera o exercício do cargo de Comandante de Polícia Militar Estadual, do Distrito Federal e de Território, para os fins que especifica, nas mesmas condições que o exercício de Comando de Tropa no Exército.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 30 do Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965, e

Considerando que:

— As Polícias Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são consideradas, pelo art. 183 da Constituição Federal, como Forças Auxiliares do Exército e são organizadas em Unidades com as características essenciais de Corpos de Tropa;

— O Decreto nº 57.775, de 10 de fevereiro de 1966, que define o exercício de função militar, considera como no exercício de função militar, para todos os efeitos legais, os militares da ativa no desempenho do cargo de Comandante de Polícia Militar, desde que o provimento do cargo se faça por decreto,

Resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º Os Oficiais da ativa do Exército designados, por ato do Presidente da República, para ficarem à disposição de Governo Estadual, do Distrito Federal ou de Território Federal, a fim de desempenharem o cargo de Comandante de Polícia Militar, são considerados, para fins de satisfação de requisitos legais exigidos para pro-

moção, como se estivessem no exercício de cargo de Comandante de Corpo de Tropa do Exército.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Luiz Viana Filho

Ademar de Queiroz

DECRETO-LEI Nº 12 — DE 7 DE
JULHO DE 1966

Retifica dispositivos do Decreto-lei número 5, de 4 de abril de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 30 do Ato Institucional nº 2, e considerando a necessidade de introduzir correções em dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, decreta:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 18 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, vigora com a seguinte redação:

“A entidade estivadora registrará na Delegacia do Trabalho Marítimo relação dos trabalhadores a que se refere este artigo, obrigando-se a escalá-los em regime de revezamento”.

Art. 2º O prazo de 60 (sessenta) dias, previsto no § 2º do artigo 19 do referido Decreto-lei, começará a fluir a partir da data de publicação dos novos quadros a serem elaborados consoante as normas da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 3º O artigo 34 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 34. O quadro do pessoal da RFFSA, aprovado por sua diretoria e homologado pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, constituir-se-á de empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e de servidores cedidos.

§ 1º Ao pessoal cedido fica assegurado o direito de opção pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, garantida para os efeitos legais, a contagem do tempo de serviço prestado até a data da opção.

§ 2º Os que não optarem pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho passarão, sem modificação da situação jurídica de cada um, a integrar, na jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas, quadros e tabelas, suplementares, extintos, cujos cargos e funções, isolados, assim como as classes e padrões iniciais, quando de carreira, serão suprimidos à medida que vagarem.

§ 3º Fica revogado o parágrafo único do artigo 1º da Lei número 3.887, de 8 de fevereiro de 1961, mantidas, todavia, as vantagens até aqui concedidas, com base no mesmo, e que serão absorvidas, de futura, como decorrência de reajustamentos, readaptações, promoções e acessos.

§ 4º A União e a RFFSA se exoneram de quaisquer encargos provenientes de vantagens não previstas no Termo de Reversão a que se refere a mencionada Lei nº 3.887, de 1961, salvo as aqui referidas"

Art. 4º O serviço de vigilância portuária poderá ser prestado por pessoal matriculado na Delegacia do Trabalho Marítimo, de preferência sindicalizado, mediante contrato celebrado pelo comandante da embarcação, pelo armador ou seu preposto.

Parágrafo único. A remuneração de pessoal a que se refere este artigo será livremente convencionada pelos contratantes, respeitados os limites do salário-mínimo regional.

Art. 5º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Luiz Viana Filho

Arnoldo Toscano

Octavio Bulhões

Juarez Távora

Ney Braga

Walter Peracchi Barcellos

Paulo Egydio Martins

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 13 — DE 18 DE JULHO DE 1966

Autoriza o Banco Central da República do Brasil a suprir recursos para assistência financeira de empresas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e

Considerando que na conjuntura de desinflação em que se encontra o país, vem ocorrendo, com certa frequência, a redução do capital de giro das empresas e a ocorrência de dificuldades para a liquidação de seus compromissos;

Considerando que o agravamento dessa situação poderá ocasionar dificuldades financeiras que, pela sua gravidade e extensão, seriam suscetíveis de atingir a segurança nacional e a tranquilidade pública;

Considerando que é princípio básico na ação econômica do Governo o reforço da iniciativa privada nacional como elemento fundamental do progresso econômico e do bem estar coletivo, decreta:

Art. 1º. O Banco Central da República do Brasil, por meio do Banco do Brasil, das Caixas Econômicas e de instituições de crédito da rede particular, poderá suprir recursos para a assistência financeira de empresas que se comprometerem a vender, com presteza, mercadorias estocadas, imóveis e outros bens patrimoniais seus ou de seus sócios ou acionistas, com

a finalidade de reforço do capital de giro da sociedade e de normalização de sua situação financeira.

Art. 2º Os Bancos autorizados pelo Banco Central a receber depósitos com correção monetária poderão aceitá-los a prazo fixo mínimo de 180 dias, sendo-lhes ainda facultado emitir certificados de títulos representativos dos depósitos, com isenção do imposto de renda sobre os respectivos juros, no exercício de 1967, desde que os depósitos sejam efetivados até 31 de dezembro de 1966.

Art. 3º. Este Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 14 — DE 29 DE
JULHO DE 1966

Autoriza bancos privados a emitir Certificados de Depósito Bancário e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º Os bancos autorizados pelo Banco Central da República do Brasil a receber depósitos nas condições previstas no art. 2º do Decreto-lei nº 13, de 18 de julho de 1966, poderão emitir os "Certificados de Depósito Bancário" a que se referem o art. 30 e seus parágrafos da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.

§ 1º Os bancos referidos neste artigo poderão conceder empréstimo nas condições previstas no art. 28 e seus parágrafos da Lei nº 4.728 de 14 de julho de 1965, com prazo mínimo de 180 dias.

§ 2º As diferenças nominais resultantes da correção monetária de depósitos, certificados de depósito bancário, empréstimos e títulos cambiais, emitidos nos termos deste Decreto-lei do Decreto-lei nº 13, de 18 de julho de 1966, e da Lei nº 4.728 de 14 de julho de 1965, não constituem rendimento tributável para os efeitos do

Imposto de renda, até o limite dos coeficientes fixados pelo Conselho Monetário Nacional para a correção das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

§ 3º Os títulos cambiais emitidos nos termos do art. 27 da Lei número 4.728, de 14 de julho de 1966, não poderão ter prazo inferior a 180 dias, e poderão conter cláusula de juros, cuja taxa constará do contexto do título.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília 29 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 15 — DE 29 DE
JULHO DE 1966

Estabelece normas e critérios para uniformização dos reajustes salariais e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965; e

Considerando que não tem havido a necessária uniformidade na apuração e na aplicação dos índices para reconstituição do salário real médio nos últimos 24 meses, base da política salarial seguida pelo Governo como instrumento de combate à inflação;

Considerando que dessa falta de uniformidade tem resultado a concessão de percentagens diferentes de aumento salarial, até mesmo dentro da mesma categoria profissional;

Considerando, ainda, que a falta de uniformidade e de precisão na apuração dos índices e os critérios divergentes na aplicação da legislação em vigor têm contribuído, frequentemente, para a concessão de aumentos salariais conflitantes com a orientação geral da política econômica e financeira do Governo;

Considerando, finalmente, que a paz social, requisito fundamental da

segurança nacional, exige uma política salarial equitativa para a classe trabalhadora, em seu conjunto, não se coadunando com tratamentos discriminatórios em benefício ou detrimento de qualquer categoria profissional, decreta:

Art. 1.º Para o cálculo do índice a que se refere o art. 2.º da Lei número 4.725, de 13 de julho de 1965, com a redação dada pelo art. 1.º da Lei n.º 4.903, de 16 de dezembro de 1965, o Poder Executivo publicará, mensalmente, através de Decreto do Presidente da República, os índices para reconstituição do salário real médio da categoria nos últimos vinte e quatro meses anteriores à data do término da vigência dos acordos coletivos de trabalho ou de decisão da Justiça do Trabalho que tenham fixado valores salariais.

Parágrafo único. Ao índice calculado nos termos do "caput" deste artigo, somente poderão ser adicionados o residuo inflacionário considerado como compatível com a programação financeira, e informado pelo Conselho Monetário Nacional, nos termos do art. 1.º do Decreto número 57.637, de 13 de janeiro de 1966; e o percentual que traduza o aumento da produtividade nacional, no ano anterior, informado pelo Conselho Nacional de Economia, nos termos do § 1.º do art. 2.º da Lei n.º 4.725, de 13 de julho de 1965, com a redação dada pelo art. 1.º da Lei n.º 4.903, de 16 de dezembro de 1965.

Art. 2.º O Conselho Nacional de Política Salarial não autorizará a concessão, aos empregados das Empresas e entidades sujeitas à sua jurisdição, de qualquer aumento salarial em percentagem superior à resultante da estrita aplicação dos critérios estabelecidos no presente Decreto-lei.

Art. 3.º Não será admitida a concessão de aumento ou reajustamento salarial, que implique na elevação de tarifas ou de preços sujeitos à fixação por autoridade pública ou repartição governamental, sem a prévia audiência dessa autoridade ou repartição e sua expressa declaração no tocante à possibilidade da elevação do preço ou tarifa e o valor dessa elevação.

Art. 4.º Para a concessão de aumento ou reajustamento salarial a

empregados de empresas subvencionadas pela União, Estados ou Municípios, ou de sociedades de economia mista que dependam de financiamento de bancos oficiais para a cobertura de deficits correntes, é condição prévia e indispensável a audiência da autoridade máxima responsável pela gestão financeira da entidade subvencionadora ou financiadora e sua expressa declaração de que existem recursos disponíveis, votados pelo órgão legislativo competente, ou outras disponibilidades financeiras para atender à elevação da subvenção em importância suficiente para fazer face ao aumento ou reajuste.

Art. 5.º O acordo coletivo de trabalho ou a decisão da Justiça do Trabalho que tenha reajustado ou aumentado salários não será aplicado, no todo ou em parte, à Empresa que demonstrar, perante a mesma Justiça, a incapacidade econômica ou financeira de atender ao aumento de despesa decorrente.

§ 1.º O requerimento da Empresa à Justiça do Trabalho suspenderá a aplicação do acordo ou da decisão referida no "caput" deste artigo, até a decisão final daquela Justiça.

§ 2.º A Empresa que invocar incapacidade econômica ou financeira para pagar o aumento de salário referido no "caput" deste artigo não poderá, enquanto não aplicar o acordo coletivo ou decisão da Justiça do Trabalho:

- a) distribuir lucros ou dividendos a titulares, sócios ou acionistas;
- b) atribuir gratificações a diretores e gerentes ou aumentar os honorários destes.

Art. 6.º As Empresas que, comprovadamente, concederem a seus empregados, no período de 1.º de agosto de 1966 a 1.º de agosto de 1967, aumentos salariais sem qualquer efeito de majoração nos preços das mercadorias e serviços por elas produzidos, terão a faculdade de pagar o imposto de consumo, no mesmo período, com a redução de 20% (vinte por cento), excluídos dessa redução os produtos classificados sob as alíquotas V e VII (fumo e bebidas) na vigente legislação do imposto de consumo.

§ 1.º Para se beneficiarem da redução referida no "caput" deste artigo deverão as Empresas ter-se com-

prometido, através da assinatura de termo perante a Comissão Nacional de Estabilização de Preços (CONEP); a estabilizarem seus preços, de acordo com o estabelecido no Decreto número 57.271, de 16 de novembro de 1965.

§ 2º O Ministério da Fazenda baixará instruções para a boa e correta aplicação deste artigo.

Art. 7º É vedada a concessão de qualquer aumento ou reajuste salarial, inclusive sob a forma de abono ou reclassificação, antes de decorrido um ano do último acordo ou dissídio coletivo e sem obediência às normas e critérios estabelecidos no presente Decreto-lei.

Art. 8º Será obrigatoriamente compensado qualquer aumento salarial, voluntário ou compulsório, inclusive sob a forma de abono ou reclassificação, concedido durante o prazo de vigência de acordo coletivo ou de decisão da Justiça do Trabalho.

Art. 9º As Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social não homologarão contratos coletivos de trabalho, de que constem cláusulas ou condições de reajuste ou aumento salarial divergentes das normas contidas neste Decreto-lei, e os referidos contratos não produzirão quaisquer efeitos perante autoridades e repartições públicas, inclusive para fins de revisão de preço e tarifas de mercadorias e serviços.

Art. 10. Fica equiparado ao crime de sonegação fiscal, definido pela Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, sujeitando o infrator às penas previstas no art. 1º da mesma lei, a violação de compromisso ou de obrigação assumidos nos termos do presente Decreto-lei.

Art. 11. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Roberto Campos

Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva

DECRETO-LEI Nº 16 — DE 19 DE AGOSTO DE 1966

Dispõe sobre a produção, o comércio e o transporte clandestino de açúcar e do álcool e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, ouvido o Conselho de Segurança Nacional:

Considerando que a produção clandestina de açúcar e de álcool, seu transporte e sua comercialização envolvem aspectos que dizem respeito à segurança Nacional; ocasiona a desmoralização do comércio legítimo provocando o aviltamento do mercado, gerando sérios problemas de natureza social, inclusive em relação aos trabalhadores agrícolas e aos produtores de cana;

Considerando que é de relevante e inadiável importância a recuperação da economia da agro-indústria açucareira, o que somente se conseguirá mediante a normalização do comércio açucareiro;

Considerando que as diversas medidas para corrigir as irregularidades havidas nesse setor da economia não têm proporcionado resultados eficazes que a conjuntura atual exige;

Considerando que é imperioso qualificar a produção clandestina de açúcar e de álcool, seu transporte e sua comercialização dentro do ilícito penal;

Resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º Constitui crime:

a) Produzir açúcar acima de quota autorizada no Plano Anual de Safra do Instituto do Açúcar e do Alcool (art. 3º, § 5º, da Lei nº 4.870, de 1.12.1965);

b) Produzir açúcar em fábrica clandestina, na forma estabelecida nos arts. 20, 22 e 30 do Decreto-lei nº 1.831, de 4.12.1939;

c) Dar saída ou receber açúcar desacompanhado da nota de remessa ou de entrega, conforme o disposto na alínea b, do art. 60 do Decreto-lei nº 1.831, de 4.12.1939;

d) Dar saída, transportar ou embarcar açúcar com inobservância do

art. 31 e seus parágrafos e art. 33 do Decreto-lei nº 1.831, de 4.12.1939;

e) Dar saída a açúcar além das quotas mensais de comercialização deferidas às cooperativas de produtores e usinas não cooperadas, com inobservância do contingente e dos prazos estabelecidos pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (art. 51, § 2º, da Lei nº 4.870);

f) Dar saída a álcool, recebê-lo ou transportá-lo sem a prévia autorização do I.A.A., desacompanhado da Nota de Expedição de Alcool, com infração das disposições constantes dos arts. 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto-lei nº 5.998, de 18.11.1943;

Pena: Detenção de seis (6) meses a dois (2) anos.

Parágrafo único. Em igual pena incorrerá todo aquele que, de qualquer modo, concorrer para o crime previsto neste artigo.

Art. 2º Quando se tratar de pessoa jurídica, a responsabilidade penal incidirá sobre o dirigente da empresa que, de qualquer modo, tenha contribuído para o crime capitulado no artigo anterior.

Art. 3º O fiscal ou qualquer outro servidor que facilitar, com infração do dever funcional, a prática de qualquer dos crimes previstos nesta Lei, ficará sujeito à pena cominada no art. 1º, acrescida de uma terça parte, com abertura obrigatória do competente inquérito administrativo.

Art. 4º Compete à Fiscalização do Instituto do Açúcar e do Alcool, apurar as infrações aos preceitos da legislação açucareira e alcooleira, mediante processo administrativo fiscal, que terá por base o auto de infração.

Art. 5º Verificada a existência de flagrante de delito, o Fiscal deverá prender em flagrante o infrator e conduzi-lo à autoridade policial mais próxima para o devido processamento criminal, nos termos do art. 301, do Código de Processo Penal.

Parágrafo único. No caso de desacato ou resistência à prisão, o Fiscal solicitará o auxílio da autoridade policial.

Art. 6º Quando, no curso do processo fiscal, as autoridades administrativas tiverem conhecimento de crime, sob pena de responsabilidade, remeterão ao Ministério Público os

elementos comprobatórios da infração penal, para instauração do processo criminal cabível.

Art. 7º A Fiscalização do Instituto do Açúcar e do Alcool, sempre que julgar conveniente, poderá proceder ao exame de livros, registros, arquivos e documentos das usinas, refinarias ou destilarias, seja qual for a sua natureza, bem como para instrução de processos administrativos ou fiscais.

§ 1º A ação fiscalizadora do Instituto do Açúcar e do Alcool estender-se-á à área agrícola das usinas ou destilarias e de seus fornecedores de cana, assim como, aos comerciantes de açúcar, álcool e aguardente e às firmas fornecedoras de materiais às usinas, inclusive sacaria.

§ 2º No caso de oposição das pessoas referidas no parágrafo anterior, aos exames ou diligências de que trata este artigo, será lavrado auto de embargo à fiscalização, podendo, se necessário, haver requisição de força para garantir a execução da ação fiscal.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos casos a que se refere o art. 57 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965.

Art. 8º No exercício de suas funções, os fiscais do Instituto do Açúcar e do Alcool poderão fazer-se acompanhar de funcionários especializados, para o procedimento de exames contábeis, periciais, diligências ou levantamentos técnicos que se fizerem necessários.

Art. 9º Os Fiscais do Instituto do Açúcar e do Alcool deverão coordenar as suas atividades com autoridades Federais ou Estaduais e Municipais.

Art. 10. Os depósitos de segunda-saída, a que se refere o art. 37 do Decreto-lei nº 1.831, de 4.12.1939, terão o seu funcionamento sujeito à prévia inscrição no I.A.A., bem como às normas baixadas por essa Autarquia.

Parágrafo único. Será apreendido pela fiscalização, como fabricação clandestina independente de qualquer indenização do I.A.A., o açúcar encontrado em depósitos não anexos às fábricas, cuja inscrição não haja sido solicitada previamente pelo IAA, ou qualquer quantidade do produto

encontrado na fábrica em parcela superior ao estoque apurado entre a numeração consecutiva do último saco produzido e o total das saídas devidamente registradas nos livros e notas fiscais.

Art. 11. O açúcar produzido pelas usinas e refinarias anexas deverá ser acondicionado em sacos de 60 (sessenta) quilos, não sendo permitida outra forma de acondicionamento.

Parágrafo único. O I.A.A. poderá autorizar o reacondicionamento do açúcar em sacos de peso inferior a 60 (sessenta) quilos ou a granel, mediante requerimento da usina, tudo na forma que fôr estabelecida em Resolução da Comissão Executiva do I.A.A.

Art. 12. A usina que fabricar açúcar clandestino, além das penalidades que a lei determinar, sofrerá da respectiva quota industrial na proporção de 5 (cinco) sacos de açúcar por unidade fabricada clandestinamente e, em dobro, no caso de reincidência.

Parágrafo único. Quando ocorrer a hipótese prevista na parte final do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, a redução será convertida em multa equivalente a 10 (dez) vezes o valor do açúcar fabricado clandestinamente.

Art. 13. As usinas de açúcar são obrigadas, a partir da safra de 1968-69, a instalar balança automática e registradora para o caldo misturado ou o caldo misto proveniente das moendas e destinado ao processo de decantação, concentração ou cozimento.

§ 1º Enquanto não fôr instalada a balança a que se refere este artigo, as usinas procederão à medida volumétrica do caldo e a registrará, obrigatoriamente, em boletim próprio, juntamente com os dados da respectiva análise de brix e sacarose.

§ 2º A falta de cumprimento do disposto neste artigo e no parágrafo anterior, sujeitará o infrator à multa equivalente a dez vezes o maior salário-mínimo vigente no País e ao dobro nas safras subsequentes até o cumprimento da obrigação.

Art. 14. Estende-se aos fiscais do tributo de açúcar e álcool do I.A.A. o direito ao porte de armas, de que

tratam o art. 140 e seu parágrafo único, do Regulamento do Imposto de Consumo, aprovado pelo Decreto número 56.791, de 26-8-65.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, entrando este Decreto-lei em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 17 — DE 22 DE
AGOSTO DE 1966

Introduz alterações em dispositivos, que menciona, do Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965; e

Considerando a necessidade de emprestar maior celeridade ao processamento aos dissídios e acordos salariais e eliminar possíveis incertezas acaso existentes,

Considerando, ainda a utilidade de expuncitar as compensações obrigatórias, nos aumentos salariais decreta:

Art. 1º Os parágrafos dos artigos 1º e 5º e o artigo 3º do Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 1º Na determinação final do índice de reajustamento, a sentença do Tribunal poderá tomar ainda em consideração os seguintes fatores:

a) metade do resíduo inflacionário indicado pelo Conselho Monetário Nacional, na forma do artigo 1º do Decreto nº 57.627, de 13 de janeiro de 1966;

b) o percentual referente ao aumento da produtividade nacional no ano anterior, informado pelo Conselho Nacional de Economia;

c) a percentagem concernente à perda do poder aquisitivo médio real ocorrida entre a instauração e o julgamento do dissídio apurada segundo os índices a que se refere o "caput" desse artigo.

§ 2º Observados os critérios estabelecidos no presente Decreto-lei, poderá o Tribunal corrigir distorções salariais para assegurar adequada hierarquia salarial na categoria profissional dissidente, e, subsidiariamente, no conjunto das categorias profissionais, como medida de equidade social.

§ 3º Para execução do disposto neste artigo, o Tribunal Superior do Trabalho expedirá instruções, com força de prejulgado, a serem observadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho.

Art. 5º

§ 1º A requerimento da empresa, e em caso de impossibilidade desta de atender à majoração salarial, o Presidente do Tribunal, originariamente competente, poderá, *in limine*, suspender a aplicação da sentença, ou acordo em relação à requerente comunicando o ato suspensivo ao Juízo em que se processar a ação de cumprimento intentada, medida que prevalecerá até decisão final do juízo da execução.

Art. 8º Será obrigatoriamente compensado qualquer aumento salarial, voluntário ou compulsório, inclusive sob a forma de abono ou reclassificação, concedido durante o prazo da vigência do acordo coletivo ou de decisão da Justiça do Trabalho, salvo se decorrente de aumento individual relativo a término de aprendizagem, promoção, transferência ou equiparação salarial resultante de sentença transitada em julgado.

Art. 2º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua aplicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
L. G. do Nascimento e Silva
Roberto Campos

(*) DECRETO-LEI Nº 18 — DE 24 DE
AGOSTO DE 1966

Dispõe sobre o exercício da profissão de aeronauta e dá outras providências:

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferi-

das pelo artigo 39, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, decreta:

Art. 1º O exercício da profissão de aeronauta é definido e sistematizado pelos preceitos deste Decreto-lei.

Art. 2º Aeronauta é o profissional que, habilitado pelo Ministério da Aeronáutica, exerce função remunerada a bordo de aeronave civil nacional.

Art. 3º Somente brasileiros, portadores da licença e respectivos certificados, poderão exercer a profissão de aeronauta, ressalvados os casos previstos no Código Brasileiro do Ar.

Parágrafo único. Nas linhas internacionais poderão ser admitidos comissários estrangeiros, cujo número não poderá exceder a um terço dos comissários a bordo da mesma aeronave.

Art. 4º As atividades dos aeronautas são classificadas em funções técnicas e não técnicas.

Art. 5º São funções técnicas aquelas exercidas a bordo de uma aeronave pelos aeronautas que constituem a sua Tripulação Técnica.

Art. 6º Consideram-se tripulantes técnicos:

a) *Comandante* — responsável pela operação e segurança da aeronave, investido dos poderes e com as atribuições estabelecidas na legislação em vigor;

b) *Primeiro Oficial* — auxiliar e substituto direto do Comandante na operação e comando da aeronave;

c) *Segundo Oficial* — auxiliar do Comandante na operação da aeronave;

d) *Navegador* — auxiliar do Comandante e encarregado da navegação da aeronave;

e) *Mecânico de Voo* — auxiliar do Comandante e encarregado da operação e controle de sistemas diversos conforme especificação dos manuais técnicos;

f) *Rádio-Operador* — auxiliar do Comandante e encarregado do serviço de radiocomunicações, excetuados aqueles executados pelo Comandante.

§ 1º É facultada a acumulação pelo segundo oficial das funções de Mecânico de Voo quando autorizado pelo

órgão competente do Ministério da Aeronáutica.

§ 2º O Rádio-Operador poderá exercer cumulativamente as funções de Navegador quando autorizado pelo órgão competente do Ministério da Aeronáutica.

Art. 7º São funções não técnicas aquelas exercidas a bordo de uma aeronave pelos aeronautas que constituem a sua Tripulação de Serviço.

Art. 8º São tripulantes de serviços os Comissários que, como aeronautas auxiliares do Comandante, encarregam-se do serviço de atendimento dos passageiros, bagagens, cargas, documentação, valores e malas postais.

§ 1º A guarda dos valores, pelos Comissários, fica condicionada à existência de local apropriado e seguro na aeronave, sendo responsabilidade do empregador atestar a segurança local.

§ 2º A guarda das cargas e das malas postais, em terra, só será atribuída aos Comissários quando existir serviço organizado para tal fim.

§ 3º Os Comissários são ainda encarregados do cumprimento das prescrições regulamentares e disciplinares referentes à segurança individual dos passageiros.

Art. 9º São subordinados, técnica e disciplinarmente ao Comandante, todos os demais membros das Tripulações Técnica e de Serviço.

Art. 10. As tripulações poderão ser mínima, simples, composta, ou de revezamento; o tipo de tripulação e sua composição serão, em cada caso, estabelecidos pelo órgão competente do Ministério da Aeronáutica.

Art. 11. A *Jornada* — duração do trabalho do aeronauta, contada entre a hora de apresentação no local de trabalho e a hora em que o mesmo é encerrado — terá os seguintes limites máximos:

a) *Tripulação simples* — 13 (treze) horas, das quais até 10 (dez) horas de tempo de voo;

b) *Tripulação composta* — 15 (quinze) horas das quais até 12 (doze) horas de tempo de voo;

c) *Tripulação de revezamento* — 20 (vinte) horas, das quais até 17 (dezesete) horas de tempo de voo.

§ 1º Os limites de horas de trabalho poderão ser ampliados de, no máximo, 60 (sessenta) minutos para a tripulação simples, 80 (oitenta) minutos para a tripulação composta e 120 (cento e vinte) minutos para a de revezamento, a critério exclusivo do Comandante da aeronave, e somente nos casos abaixo:

a) inexistência, em local de escala regular, de acomodações apropriadas para o repouso da tripulação e dos passageiros;

b) espera demasiadamente longa em local de escala regular interdiária, ocasionada por condições meteorológicas desfavoráveis ou por trabalho de manutenção;

c) por motivos de doença de membros de tripulação ou passageiros;

d) no caso de acidente ou de busca e salvamento.

§ 2º Uma vez ocorrida a ampliação dos limites de horas de trabalho, o Comandante deverá comunicar, após o voo, o fato ao empregador que informará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ao órgão competente do Ministério da Aeronáutica, a quem caberá apreciar a decisão tomada.

§ 3º Para as tripulações simples, desde que haja voo no período noturno, a jornada não poderá exceder de 10 (dez) horas.

Art. 12. O Tempo de Voo — período compreendido entre o momento em que a aeronave se movimenta, por seus próprios meios, para deixar o ponto de embarque, até o momento em que estaciona, após o voo, no ponto de desembarque (calço a calço) — não excederá de 100 (cem) horas mensais, 270 (duzentos e setenta) horas trimestrais e 1.000 (mil) horas anuais.

§ 1º Considera-se voo noturno o realizado entre o pôr e o nascer do sol.

§ 2º Ainda que não esteja tripulando, durante o voo, todo o tempo despendido pelo aeronauta, componente de uma tripulação em função a bordo de aeronave do empregador, será considerado tempo de voo para todos os efeitos legais.

Art. 13. Para os tripulantes técnicos de aeronave a jato puro, os limites máximos de tempo de voo são fixados em 85 (oitenta e cinco) horas mensais, 240 (duzentas e quaren-

ta) horas trimestrais e 900 (novecentas) horas anuais.

Art. 14. *Repouso* é o espaço de tempo entre duas jornadas, durante o qual é assegurado ao aeronauta um descanso conveniente, contado do momento em que o mesmo é alojado, até 1 (uma) hora antes de ser encaminhado ao aeroporto.

Parágrafo único. Após cada jornada é assegurado ao aeronauta um Repouso mínimo em função das horas de trabalho despendidas, de acôrdo com o quadro abaixo:

Até 13 horas de trabalho — 11 horas;

De 13 a 16 horas de trabalho — 16 horas;

De 16 a 20 horas de trabalho — 24 horas.

Art. 15. A *Folga* — espaço de tempo em que o aeronauta fica, com remuneração, dispensado de qualquer atividade relacionada com seu trabalho — assegurada ao aeronauta é de 24 (vinte e quatro) horas semanais.

Parágrafo único. A Folga será gozada na base domiciliar do aeronauta, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade de serviço.

Art. 16. *Viagem* é o trabalho realizado por um aeronauta componente da tripulação, contado desde a saída de sua base até o regresso à mesma base.

§ 1º Uma viagem pode compreender uma ou mais jornadas.

§ 2º É permitido ao empregador fazer com que o aeronauta cumpra uma combinação de viagem passando por sua base, sem ser dispensado de serviço, desde que observadas as limitações previstas nesta Lei.

Art. 17. *Reserva* é a situação do aeronauta que permanece em local de trabalho, à disposição do empregador.

Art. 18. *Sobreaviso* é a situação do aeronauta que permanece em local que não o de trabalho, à disposição do empregador, em condições de se apresentar dentro de 90 (noventa) minutos.

Art. 19. A determinação para prestação do serviço dos aeronautas, respeitados os períodos de folgas e repousos regulamentares será feita:

a) por intermédio de escala especial ou convocação, para realização de

curtos, exames relacionados com o adiestramento e verificação de proficiência técnica;

b) por intermédio de escala, no mínimo semanal, para os vôos de horários e reforço de vôo de horário, serviços de reserva, sobreaviso e folga;

c) por convocação, por necessidade do serviço.

Parágrafo único. Salvo quando de folga, fica o aeronauta obrigado a se manter, diariamente, em contato com o empregador ou representante credenciado.

Art. 20. Ressalvada a liberdade contratual, a remuneração do aeronauta corresponderá à soma das quantias percebidas da empresa.

Art. 21. A remuneração da hora de vôo noturno será calculada na forma da legislação em vigor observados os acôrdos e condições contratuais.

Art. 22. As frações de horas serão computadas para efeito de remuneração.

Art. 23. É da responsabilidade do aeronauta manter em dia seus certificados, de habilitação técnica e de capacidade física, determinados pela legislação em vigor.

Art. 24. A alimentação do aeronauta deve ser convenientemente servida, em terra ou em vôo, de acôrdo com as instruções técnicas dos órgãos competentes do Poder Público.

Parágrafo único. A alimentação do aeronauta em viagem obedecerá a dois critérios:

a) em terra nos pontos de refeição, com duração mínima de 45 (quarenta e cinco) minutos e máxima de 60 (sessenta) minutos, a partir da parada dos motores;

b) em vôo, com intervalos máximos de 3 (três) horas.

Art. 25. As peças do uniforme ou equipamentos exigidos e que não sejam de uso comum serão fornecidos pelo empregador, sem ônus para o aeronauta.

Art. 26. Será reservado um local adequado ao repouso horizontal da Tripulação Técnica, nas aeronaves com tripulação de revezamento.

Art. 27. Para efeito de transferência, nos termos da legislação em vigor, considera-se base do aeronauta

a localidade onde o mesmo está obrigado a prestar serviços e na qual deverá ter domicílio.

Parágrafo único. Enquanto perder a transferência, ficará o empregador obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% da remuneração percebida na base.

Art. 28. As férias anuais do aeronauta serão de 30 (trinta) dias.

Art. 29. Além dos casos previstos neste Decreto-lei, as responsabilidades do aeronauta são definidas no Código Brasileiro do Ar, leis e regulamentos em vigor e as decorrentes do contrato de trabalho, acordos e convenções internacionais.

Art. 30. Os infratores das prescrições deste Decreto-lei são passíveis das penalidades estabelecidas pelo Código Brasileiro do Ar, leis e regulamentos em vigor.

Parágrafo único. As penalidades serão aplicadas, em primeira instância, pelas autoridades dos Ministérios da Aeronáutica e/ou do Trabalho e da Previdência Social.

Art. 31. Os casos omissos serão resolvidos pelos Ministérios da Aeronáutica e/ou do Trabalho e da Previdência Social, dentro da esfera de suas competências.

Art. 32. O presente Decreto-lei entrará em vigor 15 (quinze) dias após a sua publicação, ficando revogados o Decreto nº 50.650, de 29 de maio de 1961, e demais disposições em contrário.

Brasília, 24 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva

Eduardo Gomes

DECRETO-LEI Nº 19 — DE 30 DE
AGOSTO DE 1966

Obriga a adoção da cláusula de correção monetária nas operações do Sistema Financeiro da Habitação e da outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pe-

lo art. 30 do Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965, e

Considerando que o citado artigo do Ato Institucional nº 2 lhe confere competência para expedir decretos-leis sobre matéria de segurança nacional;

Considerando que o problema da correção monetária aplicada às operações habitacionais, atinge a maioria da população nacional;

Considerando que, dada a diversidade de critérios preconizados pelas leis que regem a matéria, a sua aplicação tem gerado dúvidas e incertezas, sobre ponto de suma importância na vida das classes menos favorecidas, o que pode acarretar intranquilidade social;

Considerando que, dada a finalidade eminentemente social do Banco Nacional da Habitação, deve lhe ser concedida maior autonomia para regulamentar os diversos critérios a serem adotados na aplicação da correção monetária nas operações habitacionais;

Considerando a necessidade de serem uniformizados os índices que resistem a depreciação monetária adotando-se como padrão os fixados pelo Conselho Nacional de Economia mas também a conveniência de serem admitidos critérios e condições de aplicação da correção com maior flexibilidade;

Considerando a urgência de promulgação de norma legal que ponha fim ao estado de incerteza decorrente das dúvidas e fatos acima referidos, e que desta forma, restitua a tranqüilidade social a que está indiscutivelmente ligada a segurança nacional, decreta:

Art. 1º Em todas as operações do Sistema Financeiro da Habitação deverá ser adotada cláusula de correção monetária, de acordo com os índices de correção monetária fixados pelo Conselho Nacional de Economia, para correção do valor das obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional, e cuja aplicação obedecerá a instruções do Banco Nacional da Habitação.

§ 1º O reajustamento das prestações poderá ser feito com base no salário-mínimo, no caso de operações que tenham por objeto imóveis residenciais de valor unitário inferior a setenta e cinco (75) salários-mínimos e

se destinarem a atender às necessidades habitacionais de famílias de baixa renda.

§ 2º O Banco Nacional da Habitação, bem como os demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação, poderão financiar ou descontar as operações de compra e venda, promessa de venda, cessão, promessa de cessão, empréstimo, financiamento e construção de habitação para pagamento a prazo, quando os créditos delas resultantes forem corrigidos monetariamente de acordo com o art. 1º deste decreto-lei.

Art. 2º Os órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação poderão pagar correção monetária aos depósitos que hajam neles permanecido por prazo superior a cento e oitenta (180) dias.

Art. 3º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Bulhões
Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 20 — DE 14 DE
SETEMBRO DE 1966

Introduz modificações na Lei número 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições constantes do artigo 30 do Ato Institucional nº 2 e

Considerando que, na tramitação legislativa do Projeto de Lei de que resultou a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o implemento do prazo estabelecido no artigo 5º, parágrafo 3º, do Ato Institucional nº 2, obistou que a participação do Poder Legislativo se verificasse de modo mais amplo.

Considerando, ainda, que, sem prejuízo da celeridade com que o Poder Executivo desejou assegurar aos trabalhadores a garantia real e efetiva de seu tempo de serviço, essas conquistas podem ser aperfeiçoadas a

través da inclusão das iniciativas oriundas da tramitação legislativa.

Considerando, finalmente, que a conjugação dessas medidas, propostas pelos Poderes Executivo e Legislativo, tem a finalidade precípua de conduzir à paz social, inseparável, esta, da própria segurança nacional, decreta:

Art. 1º. Os artigos 1º a 5º e 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.

§ 1º.

§ 2º.

§ 3º.

§ 4º O empregado que optar pelo regime desta lei, dentro do prazo estabelecido no § 1º e que não tenha movimentado a sua conta vinculada, poderá retratar-se desde que o faça no prazo de 365 dias a contar da opção, mediante declaração homologada pela Justiça do Trabalho, não se computando para efeito de contagem do tempo de serviço o período compreendido entre a opção e a retratação.

§ 5º. Não poderá retratar-se da opção exercida o empregado que transacionar com o empregador o direito a indenização correspondente ao tempo de serviço anterior à opção.

§ 6º Na hipótese da retratação, o valor da conta vinculada do empregado relativo ao período da opção será transferido para a conta vinculada da empresa e individualizada nos termos do art. 2º.”

“Art. 2º. Para os fins previstos nesta Lei todas as empresas sujeitas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ficam obrigadas a depositar, até o dia 30 (trinta) de cada mês, em conta bancária vinculada, importância correspondente a 3% (três por cento) da remuneração paga no mês anterior, a cada empregado, optante ou não, excluídas as parcelas não mencionadas nos arts. 457 e 459 da CLT.

Parágrafo único. As contas bancárias vinculadas a que se refere este artigo serão abertas em estabeleci-

mento bancário escolhido pelo empregador, dentre os para tanto autorizados pelo Banco Central da República do Brasil, em nome do empregado que houver optado pelo regime desta Lei, ou em nome da empresa, mas em conta individualizada, com relação ao empregado não optante."

"Art. 3º Os depósitos efetuados de acordo com o artigo 2º são sujeitos à correção monetária na forma e pelos critérios adotados pelo Sistema Financeiros da Habitação e capitalização dos juros segundo o disposto no artigo 4º.

§ 1º A correção monetária e a capitalização dos juros correrão à conta do Fundo a que se refere o artigo 11.

§ 2º. O montante das contas vinculadas decorrentes desta lei é garantido pelo Governo Federal, podendo o Banco Central da República do Brasil instituir seguro especial para esse fim."

"Art. 4º.

I —

II —

III —

IV —

§ 1º.

a)

b) se decorrente de dispensa sem justa causa, ou de término de contrato previsto no parágrafo único do artigo 443 da Consolidação das Leis do Trabalho, ou de cessação de atividades de empresa, ou força-maior, ou ainda de culpa recíproca, a capitalização de juros prosseguirá sem qualquer solução de continuidade;

c)

§ 2º.

"Art. 5º. Verificando-se a mudança de empresa, a conta vinculada será transferida para estabelecimento bancário de escolha do novo empregador, obedecido o disposto no parágrafo único do art. 2º."

"Art. 8º

I — No caso de rescisão sem justa causa, pela empresa, comprovada pelo depósito a que se refere o artigo 6º, ou por declaração da empresa, ou reconhecida pela Justiça do Trabalho, no de rescisão com justa causa, pelo empregado, nos termos do art. 483, da C.L.T., e nos casos de cessação de atividade da empresa, de término de contrato de trabalho de tempo estipulado, ou de aposentadoria concedida pela previdência social, a conta poderá ser livremente movimentada.

II — No caso de rescisão, pelo empregado, sem justa causa, ou pela empresa com justa causa, a conta poderá ser utilizada, parcial ou totalmente, com a assistência do Sindicato da categoria do empregado, ou na falta deste com a do representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), nas seguintes situações, devidamente comprovadas:

a) aplicação de capital em atividade comercial, industrial ou agropecuária, em que se haja estabelecido individualmente ou em sociedade;

b) aquisição de moradia própria no termos do art. 10 desta lei;

c) necessário e grave e premente pessoal ou familiar;

d) aquisição de equipamento destinado a atividade de natureza autônoma;

e) por motivo de casamento do empregado do sexo feminino."

Art. 2º. Fica incluído na Lei 5.197, de 13 de setembro de 1966, o seguinte artigo, renumerados, onde couber, os dispositivos consequentes:

"Art. 17. Os contratos de trabalho que contarem mais de 10 (dez) anos, na data da publicação desta Lei, poderão ser rescindidos a qualquer tempo, por livre acordo entre as partes. E, na ocorrência desta hipótese, o empregado receberá diretamente do empregador, a importância que convenicionar como indenização.

§ 1º. Se o empregado for optante poderá movimentar livremente a conta vinculada depositada a partir da data da opção.

§ 2º. Para a validade do pedido de demissão é essencial o cumprimento das formalidades prescritas no art.

go 500 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 3º. A importância a ser convencionalizada na forma deste artigo, nunca poderá ser inferior a 60% (sessenta por cento) do que resultar da multiplicação dos anos de serviço contados em 1º de janeiro, pelo maior salário mensal percebido pelo empregado na empresa."

Art. 3º. De-se aos artigos 18, 19 e 20 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, a seguinte redação, alterada a numeração e de que trata o artigo anterior:

"Art. 19. A empresa que não realizar os depósitos previstos nesta lei, dentro dos prazos nela prescritos, responderá pela correção monetária e pela capitalização dos juros na forma do art. 4º, sujeitando-se, ainda, excetuada a hipótese do art. 6º, as multas estabelecidas na legislação do imposto de renda."

"Art. 20. Competirá à Previdência Social, por seus órgãos próprios a verificação de cumprimento do disposto nos artigos 2º e 6º desta lei, procedendo, em nome do Banco Nacional de Habitação, ao levantamento dos débitos porventura existentes e às respectivas cobranças administrativas e judiciais, pela mesma forma e com os mesmos privilégios das contribuições devidas à Previdência Social."

§ 1º. Por acordo entre o BNH e o Ministério do Trabalho e Previdência Social será fixada uma taxa não excedente a 1% (um por cento) sobre os depósitos mensais como remuneração à Previdência Social pelos encargos que lhe são atribuídos neste artigo.

§ 2º. No caso de cobrança judicial, ficará a empresa devedora obrigada, também, ao pagamento da taxa remuneratória de que trata o § 1º das custas e das percentagens judiciais.

§ 3º. As importâncias cobradas pela Previdência Social na forma deste artigo, serão diretamente depositadas no FGTS, deduzida, em favor daquela, a taxa remuneratória referida no § 1º e obedecidas as demais prescrições da presente lei."

"Art. 21. Independente do procedimento estabelecido no art. 19 poderá o próprio empregado ou seus representantes ou por eles o seu Sindicato, nos casos previstos nos arts 8º e

9º, acionar diretamente a empresa por intermédio da Justiça do Trabalho, para compelir a efetuar o depósito das importâncias devidas nos termos desta lei, com as cominações do artigo 19."

Parágrafo único. Da propositura da reclamação, será sempre notificado o órgão da entidade de Previdência Social a que for filiado o empregado, para fins de interesse do FGTS."

Art. 4º. São acrescentados à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, os seguintes dispositivos:

"Art. 29. Os depósitos em conta vinculada efetuados nos termos desta lei constituirão despesas dedutíveis do lucro operacional das empresas e as importâncias levantadas a seu favor implicarão em receita tributável."

"Art. 32. É facultado ao Sindicato da Categoria Profissional o direito de acompanhar o processamento dos atos que demandam interesse do empregado ou de sua família, decorrentes da aplicação desta lei".

Art. 5º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões
L. G. do Nascimento e Silva
Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 21 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1966

Dispõe sobre assistência financeira às empresas, pelas Caixas Econômicas Federais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º. A assistência financeira a empresas, referida no Decreto-lei número 13, de 18 de julho de 1936, será prestada pelas Caixas Econômicas Federais até 31 de dezembro de 1966, obedecidos os preceitos adiante indicados.

Art. 2º. Compete ao Banco do Brasil S. A. receber e analisar as propostas dos empréstimos, encaminhando-as às Caixas com as informações cadastrais e contábeis que habilitem os Conselhos Administrativos das mesmas a deliberarem sobre a operação.

§ 1º. Tendo em vista o valor das garantias oferecidas, a capacidade produtiva da empresa e sua posição no conjunto da economia do País, o Banco do Brasil S. A. recomendará a concessão de empréstimo, indicando o montante deste, com a devida justificação, que poderá ser reduzido pela respectiva Caixa, em face de laudo de avaliação.

§ 2º. Além da garantia dos bens da empresa, poderão ser exigidas complementariamente, a juízo da Caixa Econômica, garantias hipotecárias em primeiro grau, de imóveis de propriedade pessoal dos Diretores, sócios ou acionistas das empresas proponentes, das empresas coligadas que integrem o grupo económico, se fôr o caso, ou de terceiros.

Art. 3º. São também, condições essenciais para a concessão dos empréstimos previstos no artigo anterior;

I — Obrigação do mutuário de vender, pelo mínimo da importância da avaliação realizada pela respectiva Caixa Econômica, os imóveis de sua propriedade, de propriedade pessoal dos Diretores, sócios ou acionistas das empresas proponentes das empresas coligadas que integrem o grupo económico, se fôr o caso ou de terceiros, até o limite necessário para a boa liquidação do empréstimo, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, com a finalidade de reforço do capital de giro da sociedade e normalização de sua situação financeira, sob pena de vencimento da dívida e da venda dos mesmos imóveis em leilão público, nos termos deste artigo e seguintes;

II — compromisso da mutuária e das empresas coligadas de não distribuírem dividendos, lucros ou gratificações a seus Diretores, sócios ou acionistas enquanto a dívida não fôr paga, sob pena de sua pronta exigibilidade;

III — faculdade da Caixa Econômica, de acordo com seu exclusivo critério, de relacionar outros imóveis

não incluídos na garantia hipotecária, desde que, de valor não inferior àqueles oferecidos na forma do inciso I, bem como a de exigir outras garantias suplementares.

§ 1º. Ajustada a venda de que trata o inciso I deste artigo, pela empresa mutuária, o sinal mínimo de 20% (vinte por cento) será imputado no pagamento da dívida, podendo a respectiva Caixa Econômica financiar o saldo do preço ao adquirente em prazo que não poderá exceder de 4 (quatro) anos, de acordo com suas normas hipotecárias, dando-se preferência aos adquirentes que ofereçam prazos mais curtos.

§ 2º. Para a correção do valor da dívida, no caso das vendas a prazo, proceder-se-á de conformidade com os índices fornecidos pelo Conselho Nacional de Economia, aplicáveis às "Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional".

§ 3º. Os juros não serão superiores a 1% (um por cento) ao mês, ficando expresso que o encargo financeiro para o devedor, incluídas as taxas remuneratórias dos serviços que as Caixas Econômicas Federais cobrarem, não poderá ser inferior à taxa do respectivo custo do dinheiro.

§ 4º. Os juros e taxas referidos no parágrafo anterior poderão ser cobrados mensalmente ou na data do vencimento do empréstimo.

§ 5º. Ao Banco do Brasil S. A., pelos serviços prestados no estudo e seleção das propostas de empréstimos, será paga pelo mutuário, no ato da escritura, a comissão única de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do mútuo.

Art. 4º. Das decisões dos Conselhos Administrativos das Caixas, concessionárias dos financiamentos, caberá recurso "ex officio" com efeito devolutivo, para o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, sem prejuízo da ulatimação da operação, a fim de que seja por este órgão verificado o cumprimento das formalidades prescritas.

Art. 5º. O Conselho Monetário Nacional autorizará o Banco Central da República do Brasil a suprir os recursos que se fizerem necessários, desde que haja aprovação do orçamento de recursos e aplicações de cada uma das Caixas participantes.

Parágrafo único. A assistência financeira a que se refere este artigo será feita mediante caução dos créditos e direitos de que sejam os mesmos titulares em decorrência dos empréstimos feitos às empresas, ou outras garantias a juízo do Banco Central da República do Brasil, aos juros máximos de 6% (seis por cento) a.a. e prazo mínimo de 6 (seis) meses.

Art. 3º Vencido o prazo fixado no inciso I do art. 3º, sem que o mutuário haja cumprido a obrigação ou pago a dívida, os bens hipotecados às Caixas serão vendidos em leilão público a simples requerimento da Caixa credora e independentemente de qualquer outra formalidade processual, salvo os avisos e editais de lei, por intermédio do Juízo da Vara a que competir julgar os feitos da União Federal ou do Juízo da falência, se for o caso, notificado o síndico, observando-se o que dispõem os arts. 962 e 964 do Código de Processo Civil.

§ 1º. Quaisquer alegações do devedor só poderão ser apresentadas e conhecidas pelo Juízo, depois de efetuado o leilão, na forma do inciso II do art. 1.009 do Código de Processo Civil.

§ 2º. O leilão de que trata o presente artigo poderá ser feito extrajudicialmente, a requerimento do mutuário, a quem caberá indicar o leiloeiro. Fora dessa hipótese será o leiloeiro nomeado pelo Juiz.

§ 3º Aplicar-se-á ao leilão o disposto acima, no § 1º do art. 3º, devendo os anúncios consignar esta circunstância, como também avaliação dos bens feita pelas Caixas. Terá preferência o licitante que oferecer o pagamento à vista, tanto por todo, e, sucessivamente, o que pleiteie menor financiamento das Caixas ou, em igualdade de condições, prazo menor.

§ 4º A Comissão do leiloeiro será devida unicamente pelo arrematante, e não ultrapassará, em todos os casos, a 0,5% (meio por cento) do valor do lance.

§ 5º. Se, no primeiro leilão, os bens não alcançarem lance igual ou superior à sua avaliação realizada pela respectiva Caixa Econômica, proceder-se-á a segundo leilão, com abatimento de 20% (vinte por cento) e intervalo de 10 (dez) dias, no mínimo, quando então serão vendi-

dos pelo maior lance, observado o disposto no § 2º deste artigo.

Art. 7º. Do produto do leilão, será pago preferencialmente o crédito da Caixa Econômica, devendo o saldo, depois de deduzidas as custas, impostos e taxas, ser restituído ao mutuário ou depositado à disposição do Juiz competente, no caso de concordata ou falência do devedor ou interveniente hipotecante.

Art. 8º. A entrega da importância relativa ao empréstimo ficará condicionada à inscrição das hipotecas no Registro de Imóveis.

Parágrafo único. A Caixa Econômica poderá adiantar até 30% (trinta por cento) do montante do respectivo empréstimo no ato da escritura.

Art. 9º. As operações de que trata este decreto-lei e a constituição das garantias reais não se subordinam aos efeitos do disposto nos arts. 52 e 53, da Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945, desde que, à época da contratação do empréstimo e a constituição das garantias reais, os mutuários e hipotecantes apresentem as certidões negativas de ônus pessoais e reais.

Art. 10. Para os fins de concessão dos empréstimos previstos neste Decreto-lei, a jurisdição da Caixa Econômica será determinada pela localidade da sede da empresa proponente podendo as garantias oferecidas não estarem nela compreendidas.

Art. 11. Poderão também as Caixas Econômicas financiar, mediante cessão de créditos provenientes das respectivas promessas de venda, as empresas que hajam se obrigado ou venham a se obrigar a vender a seus operários imóveis residenciais com mais de 180 (cento e oitenta) dias de "habite-se", desde que em prazo não excedente a 10 (dez) anos, mediante as taxas de serviços e juros vigentes nas Carteiras Hipotecárias.

Art. 12 Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1966;
145ª da Independência de 78ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Otávio Bulhões

III — DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 68, nº IV da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 1966

Aprova a intervenção Federal no Estado de Alagoas, conforme o Decreto nº 57.623, de 13 de janeiro de 1966

Art. 1º É aprovada a intervenção federal no Estado de Alagoas, na conformidade do Decreto nº 57.623, de 13 de janeiro de 1966.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de junho de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo do Acórdão Especial celebrado, em 31 de maio de 1954, entre o Ministério da Educação e Cultura e a Escola Industrial Dom Bosco, da Congregação dos Padres Salesianos.

Art. 1º É mantido o ato, de 2 de julho de 1954, do Tribunal de Contas, denegatório de registro ao termo do Acórdão Especial celebrado, em 31 de maio de 1954, entre o Ministério da Educação e Cultura e a Escola Industrial Dom Bosco, da Congregação dos Padres Salesianos, para aquisição de material mecanizado.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo aditivo a acôrdo celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Estado do Pará.

Art. 1º É mantido o ato, de 24 de fevereiro de 1956, do Tribunal de Contas, denegatório de registro ao termo, de 30 de dezembro de 1955, aditivo ao acôrdo celebrado, em 30 de dezembro de 1954, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Estado do Pará, para erradicação do mal de New Castle.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 1966

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo, de 5 de julho de 1961, de rescisão amigável de parte do contrato celebrado, em 23 de novembro de 1960, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma CISA S. A., Engenharia e Comércio.

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o termo, de 5 de julho de 1961, de rescisão amigável de parte do contrato celebrado, em 23 de novembro de 1960, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma CISA S. A., Engenharia e Comércio, para execução das obras de construção de 6 (seis) casas residenciais para professores catedráticos, na Escola de Agronomia "Eliseu Maciel", em Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 3º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1966

Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, em sessão de 3 de dezembro de 1965, da despesa de Cr\$ 3.792 (três mil setecentos e noventa e dois cruzeiros), para pagamento à Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris.

Art. 1º É tornado definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, em sessão de 3 de dezembro de 1965, da despesa de Cr\$ 3.792 (três mil setecentos e noventa e dois cruzeiros), para pagamento à Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris, pelo fornecimento de energia elétrica, em 1948, ao Ministério da Aeronáutica.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo aditivo a contrato celebrado, em 7 de outubro de 1953, entre o Governo Federal e Ezio Biondi.

Art. 1º É mantido o ato, de 30 de julho de 1954, do Tribunal de Contas, denegatório de registro ao termo, de 9 de julho de 1954, aditivo ao contrato celebrado, em 7 de outubro de 1953, entre o Governo Federal e Ezio Biondi, para o desempenho, na Diretoria de Eletrônica da Marinha, da função de Técnico de Radar.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 3º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 1966

Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, em sessão de 10 de setembro de 1965, relativo à despesa de Cr\$ 130.000, em favor da firma Estabeteccimenos Gráficos Igassu Ltda.

Art. 1º É tornado definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, em sessão de 10 de setembro de 1965, relativo à despesa de

Cr\$ 130.000 (cento e trinta mil cruzeiros), em favor da firma Estabelecimentos Gráficos Iguassu Ltda., proveniente de serviços de impressão prestados ao Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 1966

Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, em sessão de 8 de junho de 1965, relativo à pensão concedida a Jurema Azevedo Marques e outras

Art. 1º É tornado definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, em sessão de 8 de junho de 1965, relativo à pensão militar concedida a Jurema Azevedo Marques e outras, netas do 1º Tenente da Armada reformado, falecido, Amélio Azevedo Marques.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 1966

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de contrato celebrado, em 4 de novembro de 1964, entre o Governo Federal e o Banco Mercantil de Minas Gerais S. A.

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o contrato celebrado, em 4 de novembro de 1964, entre o Governo Federal e o Banco Mercantil de Minas Gerais S. A., para locação do segundo pavimento do imóvel situado à Avenida Afonso Pena nº 501, em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, onde funciona a Inspetoria do Imposto de Renda.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
da Presidência

1º Vice-Presidente, no exercício

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 3º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 1966

Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, relativo à pensão concedida a Regina Augusta Cunha

Art. 1º É tornado definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal a Regina Augusta Cunha, mãe dos soldados do Corpo de Fuzileiros Nacionais, falecidos, Lauricy Cunha, e José Maria da Cunha.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Vivaldo Lima, 2º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 1966

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de contrato celebrado, em 6 de dezembro de 1952, entre o Governo Federal e Antônio Adil Mendonça e outros.

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o contrato de cooperação celebrado, em 6 de dezembro de 1952, entre o Governo Federal e Antônio Adil Mendonça e sua mulher, João Coêlho Lima Verde e sua mulher, José Bezerra Pinheiro e sua mulher, Jairo Jucá e sua mulher, Maria Eunice Lima Verde Rocha e Maria Luiza Lima Verde Rocha, para fins de irrigação agrícola da propriedade, denominada "Gameleira", situada no município de Iguatu, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1º de agosto de 1966.

VIVALDO LIMA

2º Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 66, nº I, da Constituição Federal, e eu Vivaldo Lima, 2º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 1966

Aprova o Acôrdão entre o Brasil e a Suécia para Evitar a Bitributação sobre a Renda e o Capital.

Art. 1º É aprovado o Acôrdão entre o Brasil e a Suécia para Evitar a Bitributação sobre a Renda e o Capital, celebrado em 17 de setembro de 1965, na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de agosto de 1966.

VIVALDO LIMA

2º Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 34, DE 1966

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo, de 29 de dezembro de 1949, de ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Martins Mendes & Companhia Limitada.

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o termo de 29 de dezembro de 1949, de ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Martins Mendes & Companhia Limitada, para prosseguimento da construção, na Cidade do Rio de Janeiro, de uma linha de dutos, para cabos telegráficos, no refúgio central da Avenida Brasil, desde a caixa de visitas nº 85, na confluência da Avenida Francisco Bicalho, até a caixa nº 99, inclusive.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal em 10 de agosto de 1966.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 1966

Aprova o contrato de transferência celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e Anselma Manfredi de Guidi Buffarini.

Art. 1º É aprovado o contrato de transferência, celebrado em 19 de março de 1954 entre o Serviço do Patrimônio da União e Anselma Manfredi de Guidi Buffarini, das obrigações de aforamento do terreno de marinha, lote nº 2.324, desmembrado do de nº 158, onde acha edificado o prédio nº 119, situado à Avenida Quintino Bocayuva, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 19 de agosto de 1966.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 1966

Mantem o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de 4 de julho de 1955, aditivo a contrato celebrado, em 14 de setembro de 1954, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Koloman Schüller.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas, de 14 de agosto de 1955, denegatório de registro ao termo, de 4 de julho de 1955, aditivo ao contrato celebrado, em 14 de setembro de 1954, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Koloman Schüller, para o desempenho, na Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, da função de Auxiliar Técnico de Defesa Sanitária Vegetal.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de agosto de 1966.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 1966

Determina o registro pelo Tribunal de Contas do contrato-escritura de compra e venda, celebrado, em 23 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Barth Annoni & Cia. Ltda.

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o contrato-escritura de compra e venda, celebrado, em 23 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e Barth Annoni & Cia. Ltda., como outorgada compradora, relativamente a terras situadas na propriedade denominada Peperi-Chapecó, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de agosto de 1966.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1966

Aprova o Acôrdão Comercial assinado em Iauandê, em 5 de maio de 1965, entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal dos Camarões.

Art. 1º E' aprovado o texto do Acôrdão Comercial firmado, em 5 de maio de 1965, em Iauandê, entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal dos Camarões.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 26 de agosto de 1966

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 63, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1966

Aprova o texto da emenda ao art. 28 da Convenção sobre a Organização Consultiva Marítima Intergovernamental.

Art. 1º E' aprovado o texto da emenda ao art. 28 da Convenção sobre a Organização Consultiva Marítima Intergovernamental, adotada, em 23 de setembro de 1965, por ocasião da IV Sessão regular da Assembléia, realizada em Paris.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 26 de agosto de 1966

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 40, DE 1966

Aprova o Convênio internacional para a Constituição do Instituto Italo-Latino-Americano, assinado em Roma, a 1º de junho de 1966.

Art. 1º E' aprovado o Convênio Internacional para a Constituição do Instituto Italo-Latino-Americano, assinado em Roma, a 1º de junho de 1966.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 26 de agosto de 1966

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 1966

Aprova o texto da emenda aos arts. 17 e 18 da Convenção da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental.

Art. 1º E' aprovado o texto da emenda aos arts. 17 e 18 da Convenção da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental, adotado em 15 de setembro de 1964, por ocasião da II Sessão Extraordinária da Assembléa, realizada em Londres.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 16 de setembro de 1966.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

IV. — LEIS

LEI Nº 5.059 — DE 1º DE JULHO DE 1966

Autoriza a abertura, ao Poder Executivo, de créditos especiais, destinados a Órgãos e Ministérios, no montante de Cr\$ 6.174.933.224 (seis bilhões, cento e setenta e quatro milhões, novecentos e trinta e três mil, duzentos e vinte e quatro cruzeiros), para os fins que especifica.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelos Órgãos e Ministérios a seguir indicados, os créditos especiais, no montante de..... Cr\$ 6.174.933.224 (seis bilhões, cento e setenta e quatro milhões, novecentos e trinta e três mil, duzentos e vinte e quatro cruzeiros), assim discriminados:

1 — Presidente da República

A favor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para atender a despesas com o aumento de vencimentos, a que faz jus, em face dos novos níveis de salário-mínimo fixados pelo Decreto nº 53.578 de 21 de fevereiro de 1964, e pessoal do Serviço Nacional de Recenseamento, admitido pela legislação trabalhista	Cr\$ 110.050.924
--	---------------------

2 — Ministério da Fazenda

Destinado à indenização das despesas efetuadas pelo Sr. Gercy Rodrigues Alves, com a mudança dos móveis e demais pertences da Exatonia Federal de Joinville Santa Catarina	60.230
--	--------

3 — Ministério da Fazenda

A fim de atender ao pagamento, à São Paulo Light S. A. — Serviços de Eletricidade, de contas relativas ao fornecimento de luz à Delegacia Regional de Renditas Internas, em São Paulo, nos meses de janeiro a dezembro de 1965	5.064.675
--	-----------

4 — Ministério da Educação e Cultura

Para atender às despesas decorrentes do pagamento da diferença entre os salários pagos e aqueles estipulados no art. 5º da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, de junho a dezembro de 1964, relativamente ao pessoal temporário da Universidade de Goiás	287.467.180
--	-------------

5 — Ministério do Trabalho e Previdência Social

Destinado a atender ao pagamento de despesas com o abono familiar referente ao exercício de 1964, em face

do que dispõe o art. 45 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, que elevou o valor daquele benefício	5.425.440.000
6 — Ministério da Viação e Obras Públicas	
Para ocorrer a despesas com o subvencionamento da Companhia de Navegação Baiana, sociedade de economia mista do Governo do Estado da Bahia, no atendimento de diferenças salariais no período de junho a outubro de 1964	345.000.000
7 — Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal	
A fim de atender a despesas de conservação, no exercício de 1964, dos elevadores instalados no edifício-sede daquele órgão	1 530.200
8 — Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional da Bahia.	
Destinado ao pagamento de gratificação de nível universitário a Maria Miranda Carvalho de Britto, Bibliotecária, com exercício na Secretaria daquele órgão; nos exercícios de 1962, 1963 e 1964, concedida pelo acórdão nº 24, de 27 de maio de 1964, lavrado no processo nº 45-63, do mencionado Tribunal	270 015
	<hr/> 6.174.933.224

Art. 2º Os créditos especiais de que trata o artigo anterior serão registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Luiz Viana Filho

Octávio Bulhões

Juarez Távora

Raimundo Moniz de Aragão

Walter Peracchi Barcellos

João Gonçalves de Souza

LEI Nº 5.060 — DE 1º DE JULHO DE 1966

Incorpora a Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora à Universidade Federal de Juiz de Fora

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, a que se refere o Decreto nº 23.939, de 27 de outubro de 1947, fica incorporada à Universidade Federal de Juiz de Fora.

Art. 2º Serão incorporados ao Patrimônio Nacional, mediante escritura pública e independentemente de qualquer indenização, todos os bens, móveis e imóveis, assim como os direitos da Faculdade mencionada no artigo anterior.

Art. 3º O pessoal docente em exercício na Faculdade na data da incorporação será aproveitado na forma estabelecida no Estatuto do Ma-

gistério Superior, levando-se em conta as categorias em que está classificado e, quando for o caso, em cargos equivalentes que serão incluídos, por decreto, no Quadro Unico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Art. 4º Incluídos, também por decreto executivo, no Quadro Unico da Universidade, serão os cargos destinados à nomeação interina dos demais servidores da Faculdade incorporada, em exercício na data da incorporação.

Art. 5º Para os efeitos dos artigos anteriores, a Faculdade incorporada apresentará à Universidade de Juiz de Fora a relação do pessoal docente e demais servidores, especificando cargos ou funções que ocupam, foram de investidura, natureza do serviço que desempenham, data da admissão e vencimento ou salário e comprovará o exercício mediante apresentação de folhas de pagamento e recolhimento de contribuições para Instituto de Previdência.

Art. 6º As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias atribuídas à Universidade Federal de Juiz de Fora.

Art. 7º A Faculdade a que se refere esta Lei deverá adaptar o seu regimento ao Estatuto da Universidade Federal de Juiz de Fora e submetê-lo, dentro de 60 (sessenta) dias, à aprovação do Conselho Universitário e do Conselho Federal de Educação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raimundo Moniz de Aragão

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.061 — DE 4 DE JULHO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (hum bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), destinado a atender a despesas com a manutenção dos serviços afetos à segurança do tráfego aéreo, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (hum bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a manutenção dos serviços afetos à segurança do tráfego aéreo.

Art. 2º. As taxas (tarifas) devidas pelos serviços de comunicações e meteorologia, prestados a terceiros, serão pagas ao Ministério da Aeronáutica, para compensar as despesas que o referido Ministério está realizando com relação à manutenção dos mencionados serviços.

Art. 3º. O crédito especial de que trata esta Lei será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Eduardo Gomes

LEI Nº 5.062 — DE 4 DE JULHO
DE 1966

Proíbe fabricação, comércio e uso do lança-perfume em todo o território nacional.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam proibidos a fabricação, o comércio e o uso do "lança-perfume" em todo o território nacional.

Art. 2º. Serão cassadas, pelos órgãos competentes do Poder Público, as licenças e patentes anteriormente concedidas para essa indústria.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Paulo Egydio Martins

LEI Nº 5.063 — DE 4 DE JULHO
DE 1966

Institui o "Dia da Caridade"

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É instituído o "Dia da Caridade", que será comemorado anualmente a 19 de julho, com a finalidade de difundir e incentivar a prática da solidariedade e do bom entendimento entre os homens.

Art. 2º. A organização do plano para as comemorações ficará a cargo dos Ministérios da Saúde e Educação e Cultura, constando obrigatoriamente, sem prejuízo de outras iniciativas, de visitas a hospitais, casas de misericórdias, asilos, orfanatos, creches e presídios, e a todos os demais lugares onde a pobreza e a dor mais se façam sentir.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Raimundo Moniz de Aragão
Raimundo de Brito

LEI Nº 5.064 — DE 5 DE
JULHO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 818.785.358 (oitocentos e dezoito milhões setecentos e oitenta e cinco mil trezentos e cinquenta e oito cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento ao pessoal da Companhia Nacional de Navegação Costeira.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 818.785.358 (oitocentos e dezoito milhões, setecentos e oitenta e cinco mil trezentos e cinquenta e oito cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento, ao pessoal da Companhia Nacional de Navegação Costeira — Autarquia Federal — dos benefícios determinados pelo Decreto nº 51.346, de 14 de novembro de 1961.

Art. 2º A despesa em causa é relativa ao período de 12 de julho de 1966 a 31 de dezembro de 1961, e obedece à seguinte discriminação:

	Cr\$
Sede	177.501.201
Ilha do Viana	252.892.201
Quadro do mar	178.391.956
Aposentados	210.000.000
	<hr/>
	818.785.358

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Juarez Távora

LEI Nº 5.065 — DE 5 DE
JULHO DE 1966

Altera a subvenção concedida à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A subvenção concedida à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae", da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pela Lei nº 1.777, de 19 de dezembro de 1952, fica aumentada, nos termos do § 2º do art. 16 da Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 3.641, de 10 de outubro de

1959, em Cr\$ 3.000.000 (três milhões de cruzeiros), passando a ser de .. Cr\$ 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros), aumento êsse a partir de 1961.

Art. 2º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 9.000.000 (nove milhões de cruzeiros) para ocorrer ao pagamento do aumento de que trata esta Lei, nos exercícios de 1961, 1962 e 1963.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Raimundo Muniz de Aragão

LEI Nº 5.066 — DE 5 DE JULHO DE 1966

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 35.893.676.860 (trinta e cinco bilhões, oitocentos e noventa e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta cruzeiros), à Presidência da República diversos Ministérios, Supremo Tribunal Federal e Justiça Eleitoral para os fins que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelos Ministérios e Órgãos a seguir indicados, os créditos especiais no total de Cr\$ 35.893.676.860 (trinta e cinco bilhões oitocentos e noventa e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta cruzeiros), assim discriminados:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- | | |
|--|------------|
| 1) Para regularização de despesas efetuadas além dos créditos no exercício de 1962, com o extinto Conselho do Desenvolvimento. (MF-400.484-63) | 24.000.000 |
|--|------------|

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

- | | |
|--|--------|
| 1) Contribuição da União ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes na qualidade de empregadora, correspondente aos débitos relativos ao não-recolhimento das parcelas destinadas ao SESC e ao SENAC. (MA-75 416-64) | 50.820 |
| 2) Para pagamento de diferenças de enquadramento de servidores do Serviço Escolas, da Universidade Rural do Brasil e de nível universitário dos funcionários do | |

Instituto de Ensino Superior da 1ª cadeira da Escola Nacional de Veterinária "Ariete Takalashi", relativas ao exercício de 1961 e 1962 (MA-37.514-64)	2.964.711
3) Para pagamento de gratificação pelo exercício de magistério, no exercício de 1963, a que têm direito os professores da Escola de Agronomia "Eliseu Maciel", em Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul. (MA-36.557-63)	129.000
4) Para pagamento a João Brito, Filho, cessionário dos direitos de Francisco Faganha de Sá, por serviços realizados para a antiga dependência Núcleo Colonial de Macaé, subordinado à Divisão de Terras e Colonização, transformada em Instituto de Imigração e Colonização, e, posteriormente, em Superintendência da Política Agrária, cuja importância foi objeto de sentença judiciária e corresponde a (MA-35.573-64):	
a) serviços prestados	167.000
b) caução depositada	100.006
c) custas do processo	1.129
5) Para pagamento à Rio Light S.A. Serviços de Eletricidade, por serviços que realizou no ramal alimentador subterrâneo da subestação transformadora do Instituto de Óleos. (MA-67.648-64)	1.288.980
6) Para regularização de adiantamento feito ao Ministério da Agricultura, no exercício de 1964, para atender a despesas previstas no plano elaborado por este Ministério em cooperação com os Ministérios da Viação e Obras Públicas e da Saúde, destinado à aquisição e distribuição, gratuita, de sementes, mudas, adubos, equipamentos, inseticidas, recuperação de estradas e pontes, e fornecimento de medicamentos e assistência médica às populações dos Estados da Bahia e de Minas Gerais atingidas pelas inundações verificadas naquelas regiões. (MA-10.27.204-65)	1.000.000.000
7) Para constituição dos recursos do Fundo Federal Agropecuário, de acordo com os dispositivos legais da alínea b do art. 7º da Lei Delegada nº 11-62; item II do art. 10 da Lei Delegada nº 10-62 e art. 15 da Lei Delegada nº 7-62 relativamente ao exercício de 1964. (MA-66.340-64)	2.256.342.000
8) Para constituição de recursos do Fundo Federal Agropecuário (FFAP), de acordo com o art. 4º, item VI, da Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) da taxa de despacho aduaneiro prevista no art. 66, § 1º, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, arrecadada em 1964, relativamente ao exercício de 1964. (MA-002-02409-65)	137.742.751
9) Para constituição de recursos do Fundo Federal Agropecuário (FFAP), conforme o disposto no item 1 do art. 4º da Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962, na importância correspondente à diferença entre 3% (três por cento) da renda tributária da União, arrecadada em 1964, e a dotação atribuída ao Fundo Federal Agropecuário no Orçamento Geral da União, relativo ao mesmo exercício. (MA-002-02410-65)	27.515.896.091

MINISTERIO DA FAZENDA

1) Para ocorrer ao pagamento de despesas provenientes dos serviços de iluminação pública prestados pela Société Anonyme di Gás do Rio de Janeiro, em 1953, ao então Distrito Federal. (MF-225.362-55)	5.606.896
2) Para entrega à Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) do produto dos impostos de importação e de consumo incidentes sobre veículos automóveis, bem como do imposto sobre a remessa de valores para o exterior relativo aos exercícios de 1953 e 1954. (MF-215.419-63)	93.388.750
3) Para pagamento de débito contraído pela Casa da Moeda com a Administração do Porto do Rio de Janeiro, relativo a taxas, capatazias e armazenamento de mercadorias importadas em 1964. (MF-191.641-64)	2.956.173
4) Para a regularização de despesas realizadas em 1959 pela DRCT do Espírito Santo com salários dos tarefeiros. (MF-335.103-60)	114.790
5) Para pagamento à Companhia Rádio Internacional do Brasil, de contas provenientes de serviços prestados ao Gabinete do Ministro da Fazenda, durante o mês de janeiro de 1965. (MF-38.544-65)	57.999
6) Para a regularização de despesa referente ao Ministério da Aeronáutica — Empresas Nacionais de Transportes Aéreos, dos juros contados pelo Banco do Brasil S. A. até o 1º semestre de 1964. (MF-142.770-64)	920.170.267
7) Para pagamento à Administração do Porto de Cabedelo, do Estado da Paraíba, relativo ao imposto adicional de 10% (dez por cento) sobre a importância dos direitos aduaneiros arrecadados pela Alfândega de João Pessoa nos anos de 1948 e 1950. (MF-411.864-64)	242.671
8) Para complementação de recursos destinados ao pagamento dos serviços eletromecânicos, prestados pela IBM do Brasil — Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., em 1963, à Divisão do Imposto de Renda. (MF-181.529-63)	50.107.000
9) Para complementação de recursos destinados ao pagamento dos serviços eletromecânicos prestados pela IBM do Brasil — Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., em 1964, à Divisão do Imposto de Renda. (MF-274.611-64)	14.864.000
10) Para pagamento da conta B-694, à Administração do Porto do Rio de Janeiro, de despesas referentes a taxas de capatazia e armazenagem, devidas pela Casa da Moeda. (MF-171.590-64)	4.732.678
	<hr/>
	1.092.241.224

MINISTERIO DA GUERRA

1) Recursos destinados ao pagamento de indenizações devidas a trabalhadores dispensados de obras na 4ª Região Militar (Exposição de Motivos nº 006, de 27 de janeiro de 1965, encaminhada pelo Ministério da Guerra à Presidência da República)	11.942.182
2) Recursos destinados a despesas com a instalação e manutenção de escritórios de Adidos Militares junto às embaixadas na Alemanha, Itália, Peru e Colômbia	25.760.000

3) Recursos destinados ao pagamento de taxas de limpeza, conservação e outras, devidas à Prefeitura Municipal de Curitiba	2.278.172
	<hr/>
	39.980.354

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

1) Para regularização do pagamento de despesas referentes aos trabalhos de reformulação e atualização do direito positivo brasileiro, a cargo do Serviço de Reforma de Códigos da Comissão de Estudos Legislativos do MJNI. (MJNI-9.824-65)	20.490.000
2) Para regularização dos pagamentos, feitos pelo Departamento Federal de Segurança Pública, de despesas relativas a Subconsignação 1.6.10 — Serviços de caráter secreto ou reservado, durante o exercício de 1963. (MJNI-63.056-63)	10.000.000
	<hr/>
	30.400.000
3) Para pagamento, à Escola Agrícola "Artur Bernardes", de despesas, assim discriminadas no exercício de 1964: Verba 1.0.00 — Custeio. Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos, Subconsignação 1.6.13 — Serviços Educativos e Culturais.	
1) Manutenção de cursos técnicos especializados aos internos da Escola e internação de menores em estabelecimentos especializados (MJNI-33.022-64)	1.556.030
4) Para pagamento a Claudionor Corrêa, por serviços prestados na Escola "João Luiz Alves", no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 1956. (MJNI-35.110-59)	19.500
5) Para pagamento, a Laurentino Silva, de aluguéis, relativos ao período de janeiro a dezembro de 1957, e referentes ao imóvel ocupado pela então Delegacia Regional do Serviço de Assistência a Menores no Estado da Bahia. (MJNI-100.712-62)	54.000
6) Para regularização de despesa efetuada com o pagamento do pessoal do Território Federal de Roraima. (MJNI-416.015-63)	19.143.236
	<hr/>
	51.172.736

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1) Para atender a regularização de despesas já realizadas com o envio de delegações do Brasil em 1962, às reuniões promovidas pelos organismos internacionais de que nosso País participa. (MF-410.518-62)	30.000.000
2) Para a regularização de despesa efetuada, no exercício de 1953, com a visita ao Brasil do Senhor General Manuel O. Odria, Presidente da República do Peru, e do Sr. Teodoro Alvarado Guaraicca, Ministro das Relações Exteriores do Equador. (MF-181.008-53)	3.000.000
3) Para a regularização de despesas correspondentes a diferença entre o valor dos recursos antecipados à conta do Projeto de Lei n. 1.682-64 e os efetivamente autori-	

zados, referente à entrega, à Administração do Estado Boliviano, do trecho da Ferrovia Corumbá Santa Cruz de La Sierra, situado em Território da Bolívia. (MF-415.894-64)

10.247.271

43.247.271

MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL

- 1) Para pagamento ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), a fim de atender aos encargos de prestação de assistência médica e hospitalar aos servidores públicos e seus beneficiários, nos termos do Decreto-lei nº 8.450, de 26 de dezembro de 1945, relativo ao *repeça* verificado no exercício de 1964. (MTPS-203.453-64) 1.977.909.500
- 2) Para atender ao pagamento de diferença complementar entre Salários e Cargos de Confiança, Funções de Confiança e Salário-Família e demais vantagens ao pessoal do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU), relativo ao exercício de 1962, amparados pelo art. 15 da Lei nº 4.069, de 1962. (MTPS-182.649-62 e MF-183.124-62) 904.502.726

2.882.412.236

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

- 1) Para regularização de despesa pela Administração do Porto do Rio de Janeiro para atender a despesas decorrentes do Decreto nº 51.570, de 19 de outubro de 1962, que alterou o sistema de classificação de cargos daquela Autarquia. (Processo 299.719-62) 560.000.000
- 2) Para a regularização de despesa efetuada nos termos do art. 48 do C.C.U. com a desapropriação de imóveis da Prefeitura de Belo Horizonte (Minas Gerais) necessários à construção da ligação ferroviária Belo Horizonte-Itabira-Peçanha. (Processo 400.813-63) 278.690.500

838.690.500

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- 1) Para pagamento das contas de força e luz à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) relativas aos exercícios de 1960 a 1964. (MF-408.664-65) 6.973.003

JUSTIÇA ELEITORAL

- 01) Tribunal Superior Eleitoral
- 1) Para pagamento de serviços telefônicos prestados no exercício de 1964. (MF-413.469-65) 337.043

TOTAL GERAL 35.693.676.860

Art. 2º Os créditos de que trata a presente Lei terão a vigência de dois exercícios e serão registrados e distribuídos ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Luiz Viana Filho

Ademar de Queiroz

Juracy Magalhães

Octavio Bulhões

Juarez Távora

Ney Braga

Walter Peracchi Barcellos

LEI Nº 5.067, DE 6 DE JULHO
DE 1966

Dispõe sobre a produção e importação de fertilizantes.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogadas as disposições da letra "b" do § 1º do artigo 50 e do art. 58 e seus parágrafos, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Art. 2º As isenções do imposto de importação sobre inseticidas, fertilizantes e suas matérias-primas processar-se-ão com rigorosa obediência do disposto no art. 4º da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957.

§ 1º A importação de defensivos agrícolas ou fertilizantes, cujo câmbio haja sido fechado, será regida pela legislação em vigor naquela data, desde que a mercadoria tenha sido embarcada antes da publicação desta Lei.

§ 2º Mediante critério estabelecido pelo Conselho da Política Aduaneira, com audiência do Ministério da Agricultura, serão considerados similares os produtos que puderem ser mutuamente substituídos.

Art. 3º ... VETADO...

Art. 4º As taxas, impostos e outros tributos incidentes, direta ou indire-

tamente, sobre inseticidas, fertilizantes e suas matérias-primas, de produção nacional, não serão superiores aos que gravarem os similares importados.

Art. 5º Para o desconto de títulos resultantes de operações de compra e venda de inseticidas, fertilizantes e suas matérias-primas, nas quais o produtor seja também o vendedor, não devem as aplicações dos estabelecimentos bancários oficiais ser limitadas às dotações normais de cada agência, mas consideradas extralimite cadastral dos cobrigados, ressalvada ao banco a apreciação da legitimidade de cada operação e a idoneidade dos componentes.

Parágrafo único. Para os estabelecimentos bancários particulares, as referidas operações serão consideradas pelo Banco Central da República do Brasil como prioritárias, merecendo o tratamento outorgado aos financiamentos agrícolas em geral.

Art. 6º Para ocorrer ao pagamento da parcela tarifária de subsídio de que trata o § 1º do art. 58, combinado com a letra "b" do § 1º do art. 50, ambos da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, correspondente ao exercício de 1965, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 4.000.000.000 (quatro bilhões de cruzeiros).

Parágrafo único. O crédito aberto na forma deste artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 7º Para fazer face à cobertura do crédito especial de que trata o artigo anterior, o Poder Executivo fica autorizado a promover a contenção de um montante igual de despesas orçamentárias previstas para o exercício de 1966.

Art. 8º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Ney Braga

LEI Nº 5.068 — DE 6 DE JULHO
DE 1966

Retifica, sem ônus, a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966.

O Presidente da República
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São feitas, sem ônus, as seguintes retificações na Lei número 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966:

Anexo 3 — Poder Judiciário

Subanexo 3.03.00 — Justiça Militar

Unidade 3.03.01 — Superior Tribunal Militar

Função 02

Categoria Econômica:

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.1.0.0 — Investimentos

4.1.1.0 — Obras Públicas

Função 02

Onde se lê:

“4.1.1.3 — Prosseguimento e conclusão de obras

1) — Construção de 102 apartamentos em Brasília, para o pessoal da Justiça Militar — Cr\$ 719.180”.

Leia-se:

“4.1.1.5 — Construção de Edifícios Públicos

1) — Construção de apartamentos em Brasília, para o pessoal da Justiça Militar — Cr\$ 719.180”.

Anexo 4:

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura

4.06.11 — Departamento Nacional de Educação

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.1.0.0 — Despesas de Custeio

Onde se lê:

Y-06 — Fundo Nacional do Ensino Médio

1) Congressos, Seminários e Conferências Educacionais — Cr\$ 100.000.

Outros Encargos:

1) Despesas decorrentes do cumprimento do Decreto nº 43.031, de 13 de janeiro de 1958, que dispõe sobre as atividades da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES — Cr\$ 700.000.

2) Despesas decorrentes do cumprimento do Decreto nº 50.505, de 26 de abril de 1961, que dispõe sobre atividades extra-classe, relativas a educação moral e cívica, em todo o País — Cr\$ 50.000.

3) Despesas decorrentes do cumprimento da Lei nº 3.557-69, que institui a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos — Cr\$ 4.000.000.

4) Contribuição em favor da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, mediante convênio geral, para aquisição de imóveis, obras e equipamentos, conforme discriminação no Adendo “D” — Cr\$ 2.683.500.

5) Despesas com a fiscalização do ensino gratuito obrigatório nas empresas e aplicação do salário-educação — Cr\$ 160.000.

6) Despesas decorrentes da aplicação do Decreto nº 43.177, de 5 de fevereiro de 1952, que institui a Campanha Nacional de Educação Física, inclusive para cumprimento do Decreto número 53.741, de 1964 — Cr\$ 280.000.

7) Despesas decorrentes do incremento da Campanha Nacional de Material de Ensino — Cr\$ 850.000.

8) Despesas decorrentes da promoção e organização de congressos e conferências, seminários e outras ati-

vidades a cargo da Associação Brasileira de Educação — Cr\$ 20.000.

Leia-se:

Y-06 — Fundo Nacional do Ensino Médio.

1) Congressos, Seminários e Conferências Educacionais — Cr\$ 100.000.

2) Despesas decorrentes do cumprimento da Lei nº 3.557-59, e outros encargos da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos — Cr\$ 4.000.000.

3) Contribuição em favor da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos mediante convênio geral para aquisição de imóveis, obras e equipamentos, conforme discriminação no

Adendo "D" — Cr\$ 2.688.500.

Outros Encargos:

1) Despesas decorrentes do cumprimento do Decreto nº 43.031, de 13 de janeiro de 1958, que dispõe sobre as atividades da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) — Cr\$ 700.000.

2) Despesas decorrentes do cumprimento do Decreto nº 50.505, de 26 de abril de 1961, que dispõe sobre atividades extra-classe, relativas à educação moral e cívica, em todo o País — Cr\$ 50.000.

3) Despesas com a fiscalização do ensino gratuito obrigatório nas empresas e aplicação do salário-educação — Cr\$ 160.000.

4) Despesas decorrentes da aplicação do Decreto nº 43.177, de 5 de fevereiro de 1958, que instituiu a Campanha Nacional de Educação Física, inclusive para o cumprimento do Decreto nº 53.741, de 1964 — Cr\$ 230.000.

5) Despesas decorrentes do incremento da Campanha Nacional de Material de Ensino — Cr\$ 850.000.

6) Despesas decorrentes da promoção e organização de congressos e conferências, seminários e outras atividades, a cargo da Associação Brasileira de Educação — Cr\$ 20.000.

Anexo 4.

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura.

4.06.05 — Conselho Nacional de Serviço Social.
Função 6.0.

Categoria Econômica 3.2.1.0 — Subvenções Sociais.

Adendo "B" — Subvenções Ordinárias.

Onde se lê:

"14 — Minas Gerais

Araxá

Ginásio Jesus Cruz — Cr\$ 1.500.

Leia-se:

"14 — Minas Gerais.

Araxá

Ginásio Jesus Cristo — Cr\$ 1.500.

Onde se lê:

"17 — Paraná

Curitiba

Associação Paranaense da Igreja Adventista do 7º Dia, para a construção da Escola de Assistência Social — Cr\$ 7.000".

Leia-se:

"17 — Paraná

Curitiba

Associação Paranaense da Igreja Adventista do 7º Dia, para a construção de Escola e Assistência Social — Cr\$ 7.000

Onde se lê:

"20 — Rio de Janeiro

Pirai

Educandário Padre Antônio Pinto — Cr\$ 300

Niterói

Escola Industrial Santos Anjos (para desenvolvimento agrícola) — Cr\$ 100

Leia-se:

"20 — Rio de Janeiro

Barra do Pirai

Educandário Padre Antônio Pinto — Cr\$ 300

Vassouras

Escola Industrial Santos Anjos (para desenvolvimento agrícola) — Cr\$ 100

Anexo 4

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura

4.06.05 — Conselho Nacional de Serviço Social

Função 6.0

Categoria Econômica 3.2.1.0 — Subvenções Sociais

Adendo "C" — Subvenções Extraordinárias

Onde se lê:

"01 — Acre

Cruzeiro do Sul

Escola Cel José Correia — Vila Rodrigues Alves — Cr\$ 700

Leia-se:

"61 — Acre
Cruzeiro do Sul
Escola Coronel João Correia — Vila
Rodrigues Alves — Cr\$ 700

Onde se lê:

"17 — Paraná
Associação Paranaense de Igreja
Adventista do 7º Dia, para a construção da Escola Assistencial Social — Cr\$ 10.000

Leia-se:

Curitiba
Associação Paranaense da Igreja
Adventista do 7º Dia, para a construção de Escola e Assistência Social — Cr\$ 10.000

Anexo 4

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura
Adendo "F"
K — 22 — Rio Grande do Sul

Onde se lê:

"7 — Escola Normal Nossa Senhora de Fátima; Caguçu — Cr\$ 2.000

Leia-se:

"7 — Escola Normal Nossa Senhora da Aparecida, Canguçu — Cr\$ 2.000
4.12.00 — Ministério das Minas e Energia
4.12.06 — Departamento Nacional da Produção Mineral
4.0.0.0 — Despesas de Capital
4.1.0.0 — Investimentos
4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial
b) Energia
2) Adendo "A"

Onde se lê:

"K-26 — São Paulo
102) Sorocaba (serviços elétricos), em convênio com Rincó — Cr\$ 20.000

Leia-se:

"K-26 — São Paulo
102) Sorocaba (serviço elétrico) — Cr\$ 20.000

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Luiz Viana Filho

Octavio Bulhões

Raimundo Moniz de Aragão

Mauro Thibau

LEI Nº 5.069 — DE 6 DE JULHO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 14.400.000.000 (quatorze bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado a completar a integralização do capital da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 14.400.000.000 (quatorze bilhões, quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado a completar a integralização do capital da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — subscrito pela União Federal.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.070 — DE 7 DE JULHO
DE 1966

Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

DO FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS
TELECOMUNICAÇÕES

Art. 1º. Fica criado um fundo de natureza contábil, denominado "Fundo de Fiscalização das Telecomunicações", destinado a prover recursos para cobrir as despesas feitas pelo Governo Federal na execução da fiscalização dos serviços de telecomunicações, desenvolver os meios e aperfeiçoar a técnica necessária a essa execução.

Art. 2. O Fundo de Fiscalização das Telecomunicações será constituído:

- a) das taxas de fiscalização;
- b) das dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas no Orçamento Geral da União;
- c) dos créditos especiais votados pelo Congresso;
- d) do recolhimento das multas impostas aos concessionários e permissionários dos serviços de Telecomunicações;
- e) das quantias recebidas pela prestação de serviços por parte do Laboratório e demais órgãos técnicos do Conselho Nacional de Telecomunicações;
- f) das rendas eventuais;
- g) do recolhimento de saldos orçamentários e outros;
- h) dos juros de depósitos bancários.

Parágrafo único. — Os recursos a que se refere este artigo serão recolhidos aos estabelecimentos oficiais de crédito, em conta especial, sob a denominação de "Fundo de Fiscalização das Telecomunicações".

DA APLICAÇÃO DO FUNDO

Art. 3. Os recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações serão aplicados pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, exclusivamente:

- a) na instalação, custeio, manutenção e aperfeiçoamento da fiscalização dos serviços de telecomunicações existentes no País;
- b) na aquisição de material especializado necessário aos serviços de fiscalização;
- c) na fiscalização da elaboração e execução de planos e projetos referentes às telecomunicações.

Art. 4.º Até o dia 31 de outubro de cada ano, o Departamento Nacional de Telecomunicações elaborará o programa de aplicação dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, para o exercício seguinte e o submeterá à aprovação do Plenário do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Art. 5.º Até o dia 31 de março de cada ano, o Conselho Nacional de Telecomunicações prestará contas ao Tribunal de Contas da União da aplicação dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações no exercício anterior.

DAS TAXAS DE FISCALIZAÇÃO

Art. 6.º As taxas de fiscalização, a que se refere a letra "a" do art. 2.º, são as seguintes: a da instalação e a do funcionamento.

§ 1.º Taxa de fiscalização da instalação é aquela devida pelas concessionárias e permissionárias de serviços de telecomunicações, no momento em que lhes é outorgada autorização para a execução do serviço e tem a finalidade de ressarcir as despesas realizadas pelo Poder Público, até o licenciamento das respectivas estações.

§ 2.º Taxa de fiscalização do funcionamento é aquela devida pelas concessionárias e permissionárias de serviços de telecomunicações para fazer face às despesas do Poder Público com a fiscalização da execução dos serviços.

§ 3.º ... VETADO ...

Art. 7.º A taxa de fiscalização da instalação tem os seus valores fixados no Anexo I desta Lei.

§ 1.º Não serão licenciadas as estações das permissionárias e concessionárias de serviços de telecomunicações que não efetuarem o pagamento da taxa de fiscalização da instalação.

§ 2.º ... VETADO ...

Art. 8.º A taxa de fiscalização do funcionamento será paga, anualmente, até o dia 31 de março, e seus valores são os correspondentes a 50% (cinquenta por cento) dos fixados para a taxa de fiscalização da instalação no Anexo I desta Lei.

§ 1.º O não pagamento da taxa de fiscalização do funcionamento, até a data estabelecida neste artigo, importará em mora da entidade faltosa, que ficará sujeita ao pagamento de juros de 1% (um por cento) calculado sobre o montante da dívida, por mês de atraso.

§ 2.º O não pagamento da taxa de fiscalização do funcionamento durante 2 (dois) exercícios consecutivos determinará a cassação da concessão ou permissão, sem que caiba, às entidades faltosas, direito a qualquer indenização.

§ 3.º A cassação, a que se refere o parágrafo anterior, será efetivada mediante decreto do Presidente da República, quando se tratar de conces-

são, e, por portaria do Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações, no caso de permissão.

Art. 9º O montante das taxas será depositado, diretamente, pelas concessionárias e permissionárias no Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal, em suas sedes ou agências, a crédito do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e à disposição do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Parágrafo único. Os depósitos a que se refere este artigo vencerão juros correspondentes aos abonados, pelas mesmas entidades bancárias, aos depósitos sem limites.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. Na ocorrência de novas modalidades de serviços de telecomunicações, sujeitas a taxas de fiscalização não estabelecidas nesta Lei, será aplicada em caráter provisório a taxa do item 1 da Tabela Anexa, até que a lei fixe seu valor.

Art. 11. O salário-mínimo a que se refere a tabela de valores, constante do Anexo I desta Lei, é o maior vigente no País, na ocasião do pagamento das taxas de fiscalização.

Art. 12. As populações das localidades a serem consideradas na aplicação da tabela de valores, constante do Anexo I desta Lei, serão as indicadas na última publicação oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por ocasião do pagamento das taxas.

Art. 13. Os serviços de telecomunicações realizados pela EMBRATEL, pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e pelas Forças Armadas estão isentos do pagamento das taxas de fiscalização.

Art. 14. Os serviços de telecomunicações realizados pelos Governos Estaduais e Municipais e pelos Órgãos Federais gozarão do abatimento de 50% (cinquenta por cento) no pagamento das taxas de fiscalização.

Art. 15. Poderão ser concedidos adiantamentos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações para custeio das despesas previstas em dotações orçamentárias, devendo esses adiantamentos terminar logo que cesse o motivo da sua concessão.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a dar a garantia do Tesouro

Nacional para operações de crédito com o Conselho Nacional de Telecomunicações, em cada exercício, e até o montante correspondente a 60% (sessenta por cento) da receita estimada à conta da arrecadação futura do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

Art. 17. Os recolhimentos e transferências de recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações serão isentos de comissões e quaisquer taxas ou sobretaxas bancárias.

Art. 18. O Conselho Nacional de Telecomunicações fiscalizará a arrecadação e o recolhimento das taxas a que se refere esta Lei.

Art. 19. As atuais concessionárias e permissionárias ficam obrigadas ao pagamento da taxa de fiscalização do funcionamento a partir do ano seguinte ao da vigência desta Lei.

Art. 20. As concessionárias ou permissionárias de serviço de telecomunicações que, para a instalação ou funcionamento de seus equipamentos, tiverem tido ou tenham a orientação e assistência de empresa fabricante ou instaladora, através de profissional habilitado na forma do Decreto número 23.569, de 11 de dezembro de 1933, não são obrigadas a contratar ou a manter encarregados da parte técnica, não se lhes aplicando o disposto no art. 8º do referido Decreto.

Art. 21. Compete, exclusivamente, ao Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), com supressão de qualquer outra, a fiscalização dos serviços de telecomunicações, desde sua implantação e ampliação, até seu efetivo funcionamento, resguardada a competência estadual ou municipal quando sejam estritamente regionais ou locais e não interligados a outros Estados ou Municípios.

Art. 22. O Poder Executivo regulamentará esta Lei dentro de 60 (sessenta) dias da sua publicação.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

João Gonçalves de Souza

ANEXO I

VALORES DAS TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DA
INSTALAÇÃO

1. Concessionárias de serviço de telegrafia, público, internacional:

2 x salário-mínimo por estação.

2. Concessionárias de serviço radiotelegráfico, público internacional:

2 x salário-mínimo por estação.

3. Concessionárias de serviço radiotelefônico, público internacional:

2 x salário-mínimo por estação.

4. Concessionárias de serviços de telex, público, internacional:

2 x salário-mínimo por estação.

5. Concessionárias de serviço radiotelefônico, público, interior:

2 x salário-mínimo por estação.

6. Concessionárias e permissionárias de serviço de telefonia, público, interestadual:

1 x salário-mínimo por estação.

7. Concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão sonora:

a — estações de potência compreendida entre 100 cem) e 1.000 (mil) watts:

1 x salário-mínimo.

b — estações de potência superior a 1.000 (mil watts) até 10.000 (dez mil) watts:

2 x salário-mínimo.

c — estações de potência superior a 10.000 (dez mil) watts:

3 x salário-mínimo.

8. Concessionárias de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão):

a — estações instaladas nas cidades de população inferior a 500.000 (quinhentos mil) habitantes:

3 x salário-mínimo.

b — estações instaladas nas cidades de população superior a 500.000 (quinhentos mil) habitantes:

4 x salário-mínimo.

9. Permissionárias de serviço de retransmissão de radiodifusão de sons e imagens (televisão):

1 x salário-mínimo por estação.

10. Permissionárias de serviço interior:

a — limitado privado:

1 x salário-mínimo por estação.

b — limitado de múltiplos destinos:

1 x salário-mínimo por estação.

c — limitado de segurança, regularidade, orientação e administração dos transportes em geral:

1 x salário-mínimo por estação.

d — limitado rural:

1 x salário-mínimo por estação.

11. Permissionárias de serviço especial de música funcional:

2 x salário-mínimo.

12. Permissionárias de serviço de radiocamador:

a — primeiro domicílio:

1-20 (um vinte avos) do salário-mínimo por estação.

b — cada domicílio adicional:

1/10 (um décimo) do salário-mínimo.

Brasília, 7 de julho de 1966. —

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Távora

João Gonçalves de Sousa

LEI Nº 5.071 — DE 11 DE AGOSTO DE 1966

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento importado pela Madequímica S. A. Indústria de Madeiras Termo Estabilizadas, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento constante das licenças nºs DG-65/583-727 e

DG-66/111-132, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior, importado pela Madequímica S. A. Indústria de Madeiras Termo Estabilizadas, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A isenção concedida não compreende o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1966; 145º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

LEI Nº 5.072 — DE 12 DE AGOSTO
DE 1966

Regula o inciso II e os §§ 1º e 2º do art. 7º da Emenda Constitucional nº 18, relativos à cobrança do imposto de exportação e sua aplicação.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O imposto de exportação a que se refere o art. 7º, inciso II, da Emenda Constitucional nº 18, é de caráter exclusivamente monetário e cambial e tem por finalidade disciplinar os efeitos monetários decorrentes da variação de preços no exterior e preservar as receitas de exportação.

Art. 2º O imposto de exportação será cobrado sobre as mercadorias de exportação produzidas em volume significativo para a economia nacional ou regional e incidirá sobre a diferença que exceder ao preço-base correspondente à média das cotações verificadas no período que o Banco Central da República do Brasil estabelecer.

Parágrafo único. O imposto de que trata este artigo será cobrado sobre os acréscimos de preço superiores a 5% (cinco por cento) e não ultrapassará de 40% (quarenta por cento) da diferença que exceder ao preço-base.

Art. 3º Cabe ao Conselho Monetário Nacional, tendo em vista o pre-

ceituado no art. 1º desta Lei, determinar a oportunidade da cobrança do imposto ou de sua eliminação, aprovar a lista de produtos sujeitos ao tributo e, observadas as limitações do parágrafo único do art. 2º, fixar a respectiva tabela de alíquotas.

Art. 4º O imposto de exportação tem como fato gerador da respectiva obrigação a saída do produto do território nacional e será recolhido ao estabelecimento bancário que realizar a operação cambial.

§ 1º Os estabelecimentos bancários que arrecadarem o imposto de exportação deverão recolher ao Banco do Brasil S. A., para crédito em conta especial do Banco Central da República do Brasil, até o último dia útil de cada semana, o total arrecadado na semana anterior.

§ 2º Ocorrendo a hipótese eventual de não ser efetivada a exportação, o Banco Central da República do Brasil, mediante solicitação justificada do exportador, procederá à restituição imediata do imposto.

Art. 5º A receita do imposto de exportação servirá para a constituição de reservas monetárias e terá aplicação específica, de conformidade com a programação que for aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, com a seguinte destinação:

a) reforçar os recursos do Fundo de estabilização da Receita Cambial, de que trata o Decreto nº 57.383, de 3 de dezembro de 1965, que regulamentou a Lei nº 4.770, de 15 de setembro de 1965;

b) servir de recurso para reparar as variações acidentais no mercado cambial.

Art. 6º A critério do Conselho Monetário Nacional e pelo prazo que este julgar necessário, os produtos de exportação cujo processo produtivo dependa de reestruturação, ficarão subordinados, no que lhes for aplicável, ao sistema consubstanciado na Lei nº 4.924, de 22 de dezembro de 1965.

Art. 7º O Banco Central da República do Brasil manterá em sua contabilidade registro destacado para as operações relacionadas com o imposto de exportação, as quais serão incluídas na prestação de contas que aquela entidade fizer ao Tribunal de Contas da União.

Art. 8º E' o Poder Executivo autorizado a conceder, excepcionalmente, no presente exercício, aos Estados, a título de compensação pela perda da receita correspondente ao imposto de exportação, auxílio financeiro até o montante global de Cr\$ 30.000.000.000 (trinta bilhões de cruzeiros), que será distribuído proporcionalmente entre eles, de acordo com as respectivas receitas do imposto de que cuida esta Lei, arrecadado no exercício de 1965.

Art. 9º Para fazer face à cobertura do crédito especial referido no artigo anterior, o Poder Executivo fica autorizado a promover a contenção de um montante igual das despesas orçamentárias previstas para o exercício de 1966.

Art. 10. Para atender ao disposto no art. 8º fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no exercício de 1966, um crédito especial no valor de ... Cr\$ 30.000.000.000 (trinta bilhões de cruzeiros).

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.073 — DE 18 DE AGOSTO DE 1966

Modifica, em parte, as Leis ns.: 2.308, de 31 de agosto de 1954; 4.156, de 28 de novembro de 1962; 4.357, de 16 de julho de 1964; 4.364, de 22 de julho de 1964, e 4.676, de 16 de junho de 1965.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São reduzidas de 50% (cinquenta por cento) as alíquotas referidas no item III do art. 1º da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, que incidam sobre os consumos faturados a partir da vigência desta Lei.

Art. 2º A tomada de obrigações das Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS — instituída pelo art. 4º da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, com a redação alterada pelo art. 5º da Lei nº 4.676, de 16 de junho de 1965, fica prorrogada até 31 de dezembro de 1973.

Parágrafo único. A partir de 1º de janeiro de 1967, as obrigações a serem tomadas pelos consumidores de energia elétrica serão resgatáveis em 20 (vinte) anos, vencendo juros de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor nominal atualizado, por ocasião do respectivo pagamento, na forma prevista no art. 3º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, aplicando-se a mesma regra, por ocasião do resgate, para determinação do respectivo valor.

Art. 3º O § 21 do art. 3º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, passa a ter a seguinte redação:

“§ 21. Com exclusão das empresas concessionárias de serviços de energia elétrica, ficam dispensadas da obrigatoriedade de correção monetária, de que trata este artigo, as sociedades de economia mista nas quais, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto pertençam à União, aos Estados e aos Municípios, e às pessoas jurídicas compreendidas no § 1º do artigo 18 da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962”.

Art. 4º O § 5º do art. 4º da Lei número 2.308, de 31 de agosto de 1954, alterado pelo art. 1º da Lei nº 4.676, de 16 de junho de 1965, passa a ter a seguinte redação:

“§ 5º Estão isentos do pagamento do imposto:

a — a parte consumida nas oficinas e outros serviços pertencentes à produção, transmissão e distribuição de electricidade dos concessionários geradores de energia elétrica;

b — o fornecimento de energia feito pelos concessionários geradores aos distribuidores;

c — as entidades a que se refere o art. 31, item V, letra b, da Constituição Federal;

d — o fornecimento de energia, a serviços próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a operação de transportes por tração elétrica e a dos serviços públicos de abastecimento d'água e serviços públicos de esgotos, sejam quais forem as entidades que se prestem;

e — as contas de consumo mensal equivalente ao valor de até 30 (trinta) quilowatts-hora (Kwh), inclusive, quer o fornecimento seja feito sob a forma medida quer a *forfait*;

f — a energia elétrica produzida para consumo próprio e uso exclusivo;

g — os consumidores de energia elétrica fornecida por sistema gerador exclusivamente constituído de usinas termelétricas.”

Art. 5º O art. 15 da Lei nº 4.676, de 16 de junho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. Os concessionários de serviços públicos de energia elétrica, cujo sistema gerador seja constituído exclusivamente de usinas termelétricas, ficam isentos da tributação de que tratam as Leis nºs: 4.425 e 4.452, respectivamente de 8 de outubro e 5 de novembro de 1964.”

Art. 6º Fica revogado o § 6º introduzido no art. 4º da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, pelo art. 2º, da Lei nº 4.364, de 22 de julho de 1964.

Art. 7º O § 1º do art. 4º da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º O distribuidor de energia elétrica promoverá a cobrança ao consumidor, conjuntamente com as suas contas, do empréstimo de que trata este artigo, e mensalmente o recolherá, nos prazos previstos para o imposto único e sob as mesmas penalidades, em agência do Banco do Brasil à ordem da ELETROBRAS ou diretamente à ELETROBRAS, quando esta assim determinar”

Art. 8º Os recursos correspondentes a 39% (trinta e nove por cento) da arrecadação do Imposto Único sobre Energia Elétrica destinados a constituir o Fundo Federal de Eletrificação, de que trata o item I do § 1º do art. 13 da Lei nº 4.676, de 16 de junho de 1965, serão recolhidos, mensalmente, pelos distribuidores de energia elétrica, em agência do Banco do Brasil à ordem da ELETROBRAS ou diretamente à ELETROBRAS, quando esta assim determinar.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o presente artigo serão depositados no prazo de 30 (trinta) dias, pelo Banco do Brasil e pela ELETROBRAS, no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que os creditará em conta de movimento à ordem do Fundo Federal de Eletrificação.

Art. 9º O art. 5º desse parágrafo único, da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 5º Os 4% (quatro por cento) dos recursos provenientes da arrecadação do imposto de consumo, vinculados ao Fundo Federal de Eletrificação, passarão a ser recolhidos mensalmente pelas repartições arrecadadoras, mediante guias específicas, ao Banco do Brasil, a crédito do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. Os recursos referidos neste artigo serão creditados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico em conta de movimento à ordem do Fundo Federal de Eletrificação.”

Art. 10. Os saques da ELETROBRÁS ao Fundo Federal de Eletrificação, quando destinados a atender ao disposto no art. 11 da Lei nº 4.676, de 16 de junho de 1965, ou a aplicações que, pela sua natureza própria, são destituídas de imediata rentabilidade, serão escrituradas a crédito da União Federal, em conta especial, para utilização na subscrição ou integralização de capital da ELETROBRÁS, tão logo cada uma das aplicações referidas for atingindo os limites legais de remuneração dos respectivos investimentos.

Art. 11. O recolhimento dos 10% (dez por cento) do produto da cobrança da taxa de despachos aduaneiros, de que trata o § 1º do art. 66

da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, será feito no mesmo prazo e pela mesma forma estabelecida no art. 5º e seu parágrafo único, da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, com a nova redação que lhe foi dada pelo art. 9º da presente Lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Mauro Thibau

LEI Nº 5.074 — DE 22 DE AGOSTO DE 1966

Altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoções dos Oficiais do Exército

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passam a ter a seguinte redação as disposições abaixo mencionadas da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoções dos Oficiais do Exército:

“Art. 20.

3) ter atingido a primeira $\frac{1}{2}$ (metade) do respectivo Quadro, se o efetivo deste for superior a 10 (dez).”

“Art. 54. A Comissão de Promoções de Oficiais (CPO) constitui-se do Chefe do Estado-Maior do Exército e dos seguintes membros, nomeados por Decreto do Poder Executivo, substituíveis anualmente:

— 4 (quatro) Generais-de-Divisão, devendo ser, em princípio, 1 (um) originário de cada uma das Armas;

— 4 (quatro) Generais-de-Brigada, originários de cada uma das Armas;

— 1 (um) General Engenheiro Militar;

— 1 (um) General de cada um dos Serviços.

§ 1º

§ 2º

§ 3º Na organização dos quadros de acesso para promoção a General-de-Divisão os Generais-de-Brigada membros da Comissão de Promoções de Oficiais não participarão do escrutínio para a classificação a que se refere o Art. 42”.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Adhemar de Queiroz

LEI Nº 5.075 — DE 22 DE AGOSTO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), em reforço à dotação indicada.

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), em reforço à dotação a seguir discriminada, constante do Orçamento Geral da União de 1966, aprovado pela Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965.

4.13.00 — Ministério das Relações Exteriores

4.13.01 — Secretaria de Estado

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.1.0.0 — Investimentos

4.1.1.0 — Obras Públicas

4.1.1.5 — Construção de Edifícios Públicos.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.076, DE 23 DE AGOSTO DE 1966

Isenta do imposto de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro material importado pela VASP-Aerofotogrametria S. A.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para o material amparado pelos certificados de cobertura cambial números 18-66/4740 e 18-66/5211, emitidos pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A., importado pela VASP-Aerofotogrametria S.A.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

LEI Nº 5.077. DE 23 DE AGOSTO DE 1966

Cria a Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criada, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre, a Escola de Biblioteconomia e Documentação.

Art. 2º Ficam ratificados os atos praticados no Curso de Biblioteconomia e Documentação, anexo à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cujo acervo passa a integrar a Escola ora criada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de agosto de 1966; 145º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

LEI Nº 5.078 — DE 24 DE AGOSTO DE 1966

Altera a redação da alínea a do artigo 2º da Lei nº 4.202, de 6 de fevereiro de 1963, estendendo a isenção ali prevista aos navios estrangeiros afretados à Petróleo Brasileiro S. A. (PETROBRAS) e à Vale do Rio Doce Navegação S. A. (DOCENAVE).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A alínea a do art. 2º da Lei nº 4.202, de 6 de fevereiro de 1963, passa a ter a seguinte redação:

“a) sobre as embarcações estrangeiras arrendadas ao Lóide Brasileiro S. A., a Companhia de Navegação Costeira e também sobre aquelas afretadas à Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS e à Vale do Rio Doce Navegação S. A. — DOCENAVE”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de agosto de 1966; 145º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Távora

Mauro Thibau

LEI Nº 5.079 — DE 24 DE AGOSTO DE 1966

Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, do crédito especial de Cr\$ 614.000.000 (seiscentos e quatorze milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial das Nações Unidas, relativa ao exercício de 1965.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 614.000.000 (seiscentos e quatorze milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial das Nações Unidas, relativa ao exercício de 1965.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior terá vigência de dois exercícios e será registrado e distribuído ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de agosto de 1966; 145º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

LEI Nº 5.080 — DE 24 DE AGOSTO
DE 1966

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 2.400.000.000 (dois bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas com a recuperação de parte da frota do Lóide Brasileiro.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.400.000.000 (dois bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado a atender ao pagamento de despesas com a recuperação de parte da frota do Lóide Brasileiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 5.081 — DE 24 DE AGOSTO
DE 1966

Regula o exercício da Odontologia

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O exercício da Odontologia no território nacional é regido pelo disposto na presente Lei.

Do Cirurgião-Dentista

Art. 2º O exercício da Odontologia no território nacional só é permitido ao cirurgião-dentista habilitado por escola ou faculdade oficial ou reconhecida, após o registro do diploma na Diretoria do Ensino Superior, no Serviço Nacional de Fiscalização da

Odontologia sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 3º Poderão exercer a Odontologia no território nacional os habilitados por escolas estrangeiras, após a revalidação do diploma e satisfeitas as demais exigências do artigo anterior.

Art. 4º É assegurado o direito ao exercício da Odontologia, com as restrições legais, ao diplomado nas condições mencionadas no Decreto-Lei nº 7.718, de 9 de julho de 1945, que regularmente se tenha habilitado para o exercício profissional, somente nos limites territoriais do Estado onde funcionou a escola ou faculdade que o diplomou.

Art. 5º É nula qualquer autorização administrativa a quem não for legalmente habilitado para o exercício da Odontologia.

Art. 6º Compete ao cirurgião-dentista:

I — praticar todos os atos pertinentes à Odontologia, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação;

II — prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo, indicadas em Odontologia;

III — atestar, no setor de sua atividade profissional, estados mórbidos e outros;

IV — proceder à perícia odontológica em foro civil, criminal, trabalhista e em sede administrativa;

V — aplicar anestesia local e trunccular;

VI — empregar a analgesia e a hipnose, desde que comprovadamente habilitado, quando constituírem meios eficazes para o tratamento;

VII — manter, anexo ao consultório, laboratório de prótese, aparelhagem e instalação adequadas para pesquisas e análises clínicas, relacionadas com os casos específicos de sua especialidade, bem como aparelhos de Raios X, para diagnóstico, e aparelhagem de fisioterapia;

VIII — prescrever e aplicar medicação de urgência no caso de acidentes graves que comprometam a vida e a saúde do paciente;

IX — utilizar, no exercício da função de perito-odontólogo, em casos de necropsia, as vias de acesso do pescoço e da cabeça.

Art. 7º É vedado ao cirurgião-dentista:

- a) expor em público trabalhos odontológicos e usar de artifícios de propaganda para granjear clientela;
- b) anunciar cura de determinadas doenças, para as quais não haja tratamento eficaz;
- c) exercício de mais de duas especialidades;
- d) consultas mediante correspondência, rádio, televisão ou meios semelhantes;
- e) prestação de serviço gratuito em consultórios particulares;
- f) divulgar benefícios recebidos de clientes;
- g) anunciar preços de serviços, modalidades de pagamento e outras formas de comercialização da clínica que signifiquem competição desleal.

Dos Peritos-Odontólogos Oficiais

Art. 8º VETADO.

I — VETADO.

II — VETADO.

Dos Dentistas Práticos Licenciados

Art. 9º VETADO.

a) VETADO.

b) VETADO.

c) VETADO.

d) VETADO.

e) VETADO.

Art. 10. VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 11. VETADO.

Disposições Gerais

Art. 12. O Poder Executivo baixará decreto, dentro de 90 (noventa) dias, regulamentando a presente Lei.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto-Lei nº 7.718, de 9 de julho de 1945, a Lei nº 1.314, de 17 de janeiro de 1951, e demais disposições em contrário.

Brasília, 24 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Raymundo Moniz de Aragão
L. G. do Nascimento e Silva
Raymundo de Brito

LEI Nº 5.082 — DE 26 DE AGOSTO DE 1966

Cria Juntas de Conciliação e Julgamento na Segunda Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou e manteve, após veto presidencial, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º São criadas, na Segunda Região da Justiça do Trabalho, 3 (três) Juntas de Conciliação e Julgamento com sedes, respectivamente, nas Comarcas de Franca, no Estado de São Paulo, Paranaguá e União da Vitória, no Estado do Paraná.

Art. 2º São criados 3 (três) cargos de Juiz do Trabalho — Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, 3 (três) de Juiz do Trabalho Substituto — Presidente de Junta e 6 (seis) funções de Vogais, sendo 3 (três) para a representação de empregados e 3 (três) para a de empregadores.

Parágrafo único. Haverá 1 (um) suplente para cada Vogal.

Art. 3º Os vencimentos dos cargos e as gratificações das funções de que trata esta lei serão os fixados para os cargos e funções correspondentes da mesma Região.

Art. 4º Os mandatos dos Vogais cujas funções são criadas nesta lei, terminarão, simultaneamente, com os dos atuais titulares das Juntas nos Estados de São Paulo e Paraná, respectivamente.

Art. 5º São criados, no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da Segunda Região, para lotação nas Juntas mencionadas no art. 1º, os cargos constantes da Tabela anexa.

Art. 6º Compete ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região a instalação das Juntas e a promoção das demais medidas decorrentes da aplicação desta lei.

Art. 7º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, o crédito especial, necessário a execução desta lei, até o limite de Cr\$ 15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros).

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 5º

Justiça do Trabalho

Segunda Região

Juntas de Conciliação e Julgamento de Franca, Estado de São Paulo, Paranaguá e União da Vitória, do Estado do Paraná.

Tabela do Pessoal

Número de Cargos	Especificação de Cargos	Níveis
3	Chefes de Secretaria	PJ-2
3	Oficiais de Justiça	PJ-9
3	Auxiliares Judiciários	PJ-9
3	Porteiros de Auditórios	PJ-9
3	Serventes	PJ-14

Brasília, 26 de agosto de 1966 — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

LEI Nº 5.083 — DE 26 DE AGOSTO DE 1966

Abre ao Poder Legislativo — Senado Federal e Câmara dos Deputados — créditos suplementares no total de Cr\$ 900.000.000 (novecentos milhões de cruzeiros), para reforço de dotações orçamentárias que especifica.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou e manteve, após veto presidencial, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º Fica aberto ao Poder Legislativo — Senado Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 660.000.000 (seiscentos e sessenta milhões de cruzeiros) ao Orçamento vigente (Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965) para reforço das seguintes dotações:

2.02.00 — Senado Federal

Em milhares de cruzeiros

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.2.0.0 — Transferências Correntes

3.2.3.0 — Inativos

01.01 -- Proventos	250.000	
01.02 -- Vantagens incorporadas	150.000	
01.03 -- Abono provisório e novas aposentadorias	40.000	440.000
3.2.5.0 -- Salário-família		
01.00 -- Pessoal Civil		40.000
4.0.0.0 -- Despesas de Capital		
4.3.0.0 -- Transferência de Capital		
4.3.5.0 -- Contribuições Diversas		
4.3.5.1 -- Entidades Federais, inclusive para pagamento de contribuição do Senado Federal ao Instituto de Previdência dos Congressistas (Lei nº 4.284, art. 6º, letra b)		180.000
Total		660.000

Art. 2º Fica aberto ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 240.000.000 (duzentos e quarenta milhões de cruzeiros) ao Orçamento vigente (Lei nº 4.930, de 10 de dezembro de 1965) para reforço das seguintes dotações:

Em milhares de cruzeiros

2.01.00 -- Câmara dos Deputados	
3.0.0.0 -- Despesas Correntes	
3.2.0.0 -- Transferências Correntes	
3.2.3.0 -- Inativos	
01.00 -- Pessoal Civil	
03 -- Abono provisório e novas aposentadorias	90.000
4.0.0.0 -- Despesas de Capital	
4.3.0.0 -- Transferência de Capital	
4.3.5.0 -- Contribuições Diversas	
4.3.5.1 -- Entidades Federais	
1) Contribuição da Câmara dos Deputados ao Instituto de Previdência dos Congressistas	150.000
Total	240.000

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

LEI Nº 5.084 -- DE 26 DE AGOSTO DE 1966

Autoriza a entrega das verbas destinadas ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados aos Diretores-Gerais de suas Secretarias.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou e manteve, após veto presidencial, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º As verbas incluídas nas leis orçamentárias de despesa e destinadas ao Senado Federal serão entregues, adiantadamente e mediante requisição competente, ao Diretor-Geral de sua Secretaria, em 4 (quatro)

prestações iguais no começo dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, e, integralmente, as concedidas em créditos.

Parágrafo único. A importância destinada à ajuda de custo dos Senadores será entregue, no começo de cada exercício, ao Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal.

Art. 2º O disposto no artigo anterior aplica-se ao Diretor-Geral da Secretaria da Câmara dos Deputados no tocante às verbas destinadas àquela Casa do Congresso Nacional.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

LEI Nº 5.085 — DE 27 DE AGOSTO
DE 1966

Reconhece aos trabalhadores avulsos o direito a férias.

C Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do parágrafo 5º, do artigo 70, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecido aos trabalhadores avulsos, inclusive aos estivadores, conferentes e consertadores de carga e descarga, vigias portuários, arrumadores e ensacadores de café e de cacau, o direito a férias anuais remuneradas, aplicando-se aos mesmos, no que couber, as disposições constantes das Seções I a V, do Capítulo IV do título II, artigos 130 a 147, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 2º As férias serão pagas pelos empregadores que adicionarão ao salário normal do trabalhador avulso, uma importância destinada a esse fim.

Art. 3º Os Sindicatos representativos das respectivas categorias profissionais agirão como intermediários, recebendo as importâncias correspondentes às férias, fiscalizando o preenchimento das condições, legais e regulamentares, aquisitivas do direito, e efetuando o pagamento das férias aos trabalhadores, sindicalizados ou não, que fizerem jus a elas.

Art. 4º O Poder Executivo, dentro de 60 (sessenta) dias, regulamentará a presente lei, fixando o "quantum" percentual a ser acrescido ao salário para o pagamento das férias, que deverá ter em vista a relação existente entre o número de dias e horas trabalhados e os referentes às férias, e estabelecendo a importância a ser recebida pelos Sindicatos para atender às necessárias despesas de administração.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

II. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 5.086, DE 30 DE AGOSTO DE 1966

Altera, sem aumento de despesas, dotações do Conselho Nacional de Telecomunicações consignadas na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as dotações abaixo especificadas referentes ao Subanexo 4.01.01 — Presidência da República (Órgãos Dependentes) —

Conselho Nacional de Telecomunicações, Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, como se segue:

Categoria Econômica Espécie de Despesa	Em Milhares de Cr\$		
	Natureza	Onde se lê:	Leia-se:
3.0.0.0 Despesas Correntes			
3.1.0.0 Despesas de Custeio			
3.1.1.0 Pessoal			
3.1.1.1 Pessoal Civil	F	450.000	320.000
	V	166.000	296.000
3.1.3.0 Serviços de Terceiros	V	148.000	208.000
3.1.4.0 Encargos Diversos	V	19.000	99.000
4.0.0.0 Despesas de Capital			
4.1.0.0 Investimentos			
4.1.3.0 Equipamentos e Inst.	V	300.000	160.000
Total:		1.083.000	1.083.000

Art. 2º Ficam, também, alteradas as dotações abaixo especificadas referentes ao Adendo "C" — Ministério da Saúde — Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, como segue:

1 — RIO GRANDE DO SUL

Onde se lê:	
Hospital de Caridade Júlio Limeira de Cangussu	10.000.000
Leia-se:	
Hospital de Caridade de Cangussu (Coronel Júlio Limeira-Cangussu)	10.000.000
Onde se lê:	
Club de Saúde Dr. Mário Totta de Caxias do Sul	4.000.000
Leia-se:	
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) Clube de Saúde Dr. Mário Totta — Caxias do Sul	4.000.000
Onde se lê:	
Hospital Beneficente Marcilio Cardoso de Caxias do Sul ..	3.000.000
Leia-se:	
Hospital Beneficente Marcirio Cardoso de Caxias do Sul ..	3.000.000

2 — SÃO PAULO

Onde se lê:	
Santa Casa de Misericórdia, de Sorocaba	17.000.000
Leia-se:	
Irmadade da Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba ..	17.000.000
Onde se lê:	
Hospital de Caridade Anita Costa de Santo Anastácio	3.000.000
Leia-se:	
Hospital Anita Costa (Santa Casa de Misericórdia) de Santo Anastácio	3.000.000

3 — MINAS GERAIS

Onde se lê:	
Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé	3.000.000
Leia-se:	
Irmandade de Misericórdia de Guaxupé	3.000.000
Onde se lê:	
Hospital São Vicente de Paulo de Machado	5.000.000
Leia-se:	
Santa Casa de Caridade de Machado	5.000.000
Onde se lê:	
Associação de Proteção e Maternidade e à Infância de Boa Esperança	9.000.000
Leia-se:	
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e a Infância — Boa Esperança	9.000.000

4 — PARANA

Onde se lê:	
Santa Casa de Misericórdia de Bandeirantes	19.000.000
Leia-se:	
Sociedade Hospitalar Beneficente Bandeirantes — Bandeirantes	19.000.000

5 — BAHIA

Onde se lê:	
Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Canavieiras ...	11.000.000
Leia-se:	
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Canavieiras .	11.000.000
Onde se lê:	
Hospital Regional de Serrinha	5.000.000
Leia-se:	
Hospital Regional do Nordeste — Serrinha	5.000.000

6 — GOIÁS

Onde se lê:	
Hospital da Associação de São João Batista de Taguatinga	4.000.000
Leia-se:	
Associação Beneficente São João Batista de Taguatinga ...	4.000.000

7 — SANTA CATARINA

Onde se lê:	
Hospital Santo Antônio de Guaramirim	37.000.000
Leia-se:	
Sociedade Hospital e Maternidade Santo Antônio de Guaramirim	37.000.000
Onde se lê:	
Sociedade Beneficente Hospitalar de Maravilha	8.000.000

Leia-se:	
Sociedade Beneficente Hospital Maravilha, de Maravilha	8.000.000
Onde se lê:	
Hospital São José de Jaraguá do Sul	4.000.000
Leia-se:	
Sociedade Hospital e Maternidade São José de Jaraguá do Sul	4.000.000
Onde se lê:	
Sociedade Hospitalar de Pinhalzinho	3.000.000
Leia-se:	
Sociedade Hospitalar Beneficente de Pinhalzinho — Vila Pinhalzinho — São Carlos	3.000.000
Onde se lê:	
Sociedade Beneficente Hospitalar de Mondai	5.000.000
Leia-se:	
Sociedade Hospitalar de Mondai — Mondai — Chapecó	5.000.000
Onde se lê:	
Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Perpétuo Socorro de Alfredo Wagner	7.000.000
Leia-se:	
Sociedade Beneficente Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Maternidade Nossa Senhora do Parto — Alfredo Wagner — Ex-Barracão	7.000.000
Onde se lê:	
Hospital Imaculada Conceição de Nova Trento	7.000.000
Leia-se:	
Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, de Nova Trento mantido pela Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição, com sede em São Paulo	7.000.000
Onde se lê:	
Hospital de Caridade a cargo da Associação Beneficente Bento Cavalheiro de São Joaquim	4.000.000
Leia-se:	
Associação Beneficente Bento Cavalheiro m/do Hospital de Caridade Coração de Jesus de São Joaquim	4.000.000
Onde se lê:	
Sociedade Beneficente Hospitalar Palmitos	4.000.000
Leia-se:	
Sociedade Assistencial e Hospitalar Palmitos — Palmitos	4.000.000

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1966; 145º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Raymundo de Britto

LEI Nº 5.087 — DE 30 DE AGOSTO
DE 1966

Isenta do imposto de importação maquinaria destinada à confecção de embalagem metálica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação para a maquinaria constante dos certificados de cobertura cambial números 9/65/736, 9/65/747 e 9/65/139, emitidos pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S. A., destinada à confecção de embalagem metálica, importado pela Metalgráfica Merhy S. A., Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.088 — DE 30 DE AGOSTO
DE 1966

Institui o "Dia do Guarda Civil"

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o "Dia do Guarda Civil" a ser comemorado no dia 3 de setembro de cada ano.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

LEI Nº 5.089 — DE 30 DE AGOSTO
DE 1966

Proíbe a impressão e a circulação de publicações destinadas à infância e à adolescência, que explorem temas de crimes, de terror ou de violência.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É proibida a impressão e a circulação de quaisquer publicações destinadas à infância ou à adolescência que contenham ou explorem temas de crimes, de terror ou de violência.

Parágrafo único. As publicações indicadas neste artigo serão consideradas ofensivas à moral pública e aos bons costumes, ficando seus responsáveis sujeitos às penalidades previstas no art. 9º, alínea "e", da Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953, devendo as autoridades competentes adotar as medidas determinadas nos artigos 53 e 54 da referida Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

LEI Nº 5.090 — DE 30 DE AGOSTO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de ... Cr\$ 141.000 (cento e quarenta e um mil cruzeiros) para atender, durante o exercício de 1960, as despesas com os pagamentos de gratificação pela representação de gabinete da Primeira Subprocuradoria Geral da República do Ministério Público Federal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Jus-

tiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 141.000 (cento e quarenta e um mil cruzeiros), para atender, durante o exercício de 1960, às despesas com os pagamentos de gratificação pela representação de gabinete, da Primeira Subprocuradoria-Geral da República do Ministério Público Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Carlos Medeiros Silva

LEI Nº 5.091 — DE 30 DE AGOSTO
DE 1966

Dispõe sobre a prescrição do direito de ação judicial e de reclamação administrativa contra concursos públicos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Prescreve em 1 (um) ano, a contar da data da homologação do respectivo resultado final, o direito de ação judicial contra o julgamento de provas de concursos para o provimento de cargos, empregos ou funções da Administração Federal, centralizada ou autárquica, bem como contra as decisões administrativas de qualquer natureza adotadas no processamento dos concursos.

Art. 2º Prescreve em 180 (cento e oitenta) dias o direito de reclamação administrativa, de qualquer natureza, contra os concursos a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo contar-se-á da data da identificação de cada prova e poderá ser interrompido, até três vezes, por pedido de revisão, de reconsideração ou recurso tempestivamente interposto.

Art. 3º Do resultado do julgamento de concursos públicos cabe, exclusivamente:

I — pedido de revisão de provas, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da sua identificação e vista pelos candidatos;

II — pedido de reconsideração ao Diretor do órgão que houver realizado o concurso, quando indeferido ou não decidido o pedido de revisão, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da sua apresentação;

III — recurso à autoridade imediatamente superior, quando indeferido ou não decidido o pedido de reconsideração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da sua apresentação.

Art. 4º É autorizada a incineração das provas e de todo o material inservível de cada concurso, uma vez prescritos o direito de reclamação administrativa e de ação judicial na forma desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

LEI Nº 5.092 — DE 30 DE AGOSTO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo, pelo Ministério da Fazenda, a doar Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional à Academia Brasileira de Ciências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a doar pelo Ministério da Fazenda, à Academia Brasileira de Ciências, Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, no valor de Cr\$ 1.660.000.000 (um bilhão, seiscentos e sessenta milhões de cruzeiros), com vencimento no prazo de 20 (vinte) anos a juros de 6% (seis por cento) ao ano, emitidas de acordo com a Lei nº 4.357, de 16 de julho de

1964, e art. 8º da Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964.

Parágrafo único. As Obrigações a que se refere este artigo serão impenhoráveis, inalienáveis e intransferíveis, podendo a entidade beneficiada dar, em garantia a estabelecimentos bancários, os juros respectivos, a fim de antecipar seu recebimento.

Art. 2º No caso de extinção ou dissolução da entidade beneficiada, as Obrigações doadas retornarão à propriedade do Tesouro Nacional, que providenciará seu cancelamento.

Art. 3º O Conselho Monetário Nacional aprovará e expedirá as instruções que se tornarem necessárias à perfeita execução desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

LEI Nº 5.093 — DE 30 DE AGOSTO
DE 1966

Revoga o Decreto-lei nº 7.197, de 27 de dezembro de 1944, e a Lei número 1.017, de 27 de dezembro de 1949, que estabelecem a classificação comercial de lã de ovinos e dispõem sobre o comércio dessa matéria-prima.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogados o Decreto-Lei nº 7.197, de 27 de dezembro de 1944, e a Lei nº 1.017, de 27 de dezembro de 1949, que estabelecem as especificações para a classificação de lã de ovinos.

Art. 2º O Poder Executivo baixará, no prazo de 120 (cento e vinte) dias,

a partir da publicação desta Lei, ato aprovando novas especificações para a classificação de lã de ovinos.

Parágrafo único. O ato vigorará concomitantemente com a vigência da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor 150 (cento e cinquenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Severo Fagundes Gomes

LEI Nº 5.094 — DE 30 DE AGOSTO
DE 1966

Acrescenta os incisos XXV e XXVI ao artigo 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964 (Lei do Imposto de Consumo)

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, fica acrescido dos seguintes incisos:

“XXV — material bélico quando de uso privativo das Forças Armadas e vendido à União;

XXVI — as aeronaves de uso militar suas partes e peças, quando vendidas à União”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

LEI Nº 5.095 — DE 30 DE AGOSTO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$... 120.074.238 (cento e vinte milhões setenta e quatro mil duzentos e trinta e oito cruzeiros), destinado a atender ao pagamento das despesas realizadas com a visita ao Brasil de Suas Majestades o Rei e a Rainha dos Belgas.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.074.238 (cento e vinte mil-

hões setenta e quatro mil duzentos e trinta e oito cruzeiros), destinado a atender ao pagamento das despesas realizadas com a visita ao Brasil de Suas Majestades o Rei e a Rainha dos Belgas.

Art. 2º O crédito de que trata a presente Lei será registrado e distribuído ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

*Juracy Magalhães
Octavio Bulhões*

LEI Nº 5.096 — DE 31 DE AGOSTO DE 1966

Dispõe sobre viagens ao exterior do pessoal docente e administrativo das Universidades Federais.

Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os professores catedráticos e os integrantes do corpo docente e dos quadros administrativos das Universidades Federais só poderão ausentar-se do País, para estudo ou missão oficial no exterior, mediante autorização dos respectivos Reitores depois de ouvidos os órgãos competentes.

Parágrafo único. A ausência não será superior a 4 (quatro) anos, não sendo permitida outra finda a missão ou o estudo, antes de decorrido igual prazo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raimundo Monteiro de Aragão

LEI Nº 5.097 — DE 2 DE SETEMBRO
DE 1966

Extingue débitos fiscais decorrentes da aplicação dos arts. 6º e 7º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São considerados extintos os débitos fiscais decorrentes da apli-

cação dos arts. 6º e 7º da Lei número 2.613, de 23 de setembro de 1955, nos exercícios anteriores ao de 1966.

Art. 2º O contribuinte que houver recolhido os tributos a que se referem os arts. 6º e 7º da Lei nº 2.613 de 23 de setembro de 1955, receberá, da repartição competente, certificado de crédito correspondente às importâncias recolhidas, podendo utilizá-lo no pagamento dos mesmos tributos quando devidos nos exercícios posteriores.

Parágrafo único. O Poder Executivo providenciará, no prazo de 30 (trinta)

dias contados da vigência desta Lei, a regulamentação do disposto neste artigo.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.098 — DE 2 DE SETEMBRO
DE 1966

Denomina "Rodovia Marechal Rondon" a estrada Brasília-Acre.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A estrada Brasília-Acre-Divisa do Peru, passa a denominar-se "Rodovia Marechal Rondon".

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juarez Távora

LEI Nº 5.099 — DE 2 DE SETEMBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com revisão de aviões.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com revisão de aviões.

ronáutica, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a revisão de turbinas e demais acessórios de aviões C-41 "Paris".

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Eduardo Gomes

LEI Nº 5.100 — DE 2 DE SETEMBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 27.500.000 (vinte e sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), destinado à regularização de despesas autorizadas, com fundamento no § 1º do art. 48 do Código de Contabilidade da União, no exercício de 1960.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 27.500.000 (vinte e sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), destinado à regularização de despesas autorizadas com fundamento no § 1º do artigo 48 do Código de Contabilidade da União, no exercício de 1960 à conta das seguintes subconsignações:

4.01.01 — PRESIDENCIA DA REPUBLICA

(Despesas Próprias)

1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes	1.000.000
1.3.05 — Máquinas e acessórios de máquinas, de viaturas e aparelhos	1.000.000
1.5.04 — Iluminação, força motriz e gás	1.500.000
1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação de bens móveis ..	2.000.000

1.5.11 — Telefone, telefonemas, telegramas, porte postal e assinatura de caixas postais	20.000.000
4.1.04 — Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência de bens imóveis	2.000.000
	<hr/> 27.500.000

Art. 2º O crédito de que trata apresente lei será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta lei entrará em vigorn data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.101 — DE 2 DE SETEMBRO
DE 1966

Regula a forma de pagamento dos inativos ou pensionistas, bem como do pessoal em disponibilidade, quando mudarem de residência para outra estação pagadora.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os inativos ou pensionistas, bem como o pessoal em disponibilidade, que passarem a residir em outra estação pagadora continuarão a perceber, a tal título, em caráter provisório, em a nova estação, os seus proventos, pensão ou vencimentos, independentemente do registro de transferência do respectivo crédito pelo Tribunal de Contas da União, que o fará "a posteriori" para efeito de regularização das despesas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.102 — DE 2 DE SETEMBRO
DE 1966

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e de emolumentos consulares para objetos doados pela Arquibadia de Benron, na Alemanha, ao Mosteiro de Nossa Senhora das Graças, de Belo Horizonte.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de despacho aduaneiro, e de emolumentos consulares para o desembaraço alfandegário de 5 (cinco) sinos de bronze, com seus acessórios, inclusive a armação de ferro respectiva e os 5 (cinco) motores especiais para a sua propulsão, doados pela Arquibadia de Benron, na Alemanha, ao Mosteiro de Nossa Senhora das Graças, de Belo Horizonte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.103 — DE 2 DE SETEMBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) destinado a atender as despesas com o saneamento e consolidação de terrenos, aterros e proteção da jetée da Companhia Siderúrgica da Guanabara (COSIGUA).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do D. N. O. S., o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), destinado ao saneamento e consolidação de terrenos, especialmente na área do parque de minérios, aterros e proteção da jetée da Companhia Siderúrgica da Guanabara (COSIGUA), para facilitar o lançamento das obras do Terminal Marítimo de Santa Cruz.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Juarez Távora

LEI Nº 5.104 — DE 2 DE SETEMBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 27.000.000 (vinte e sete milhões de cruzeiros) para aquisição de viaturas, destinadas ao serviço desse Tribunal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 27.000.000 (vinte e sete milhões de cruzeiros), para

aquisição de viaturas destinadas ao serviço de comunicações desse Tribunal.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional, com vigência de 2 (dois) exercícios financeiros.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.105 — DE 2 DE SETEMBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 31.900.000.000 — (trinta e um bilhões e novecentos e milhões de cruzeiros), destinado a suprir a deficiência de receita no Orçamento do Distrito Federal, para o exercício de 1966.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, com vigência em dois exercícios financeiros, o crédito especial de Cr\$ 31.900.000.000 (trinta e um bilhões e novecentos milhões de cruzeiros), destinado a suprir a deficiência de receita com que foi aprovado, pela Lei nº 4.899, de 10 de dezembro de 1965, o Orçamento do Distrito Federal, para o exercício de 1966.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior será aplicado no prosseguimento dos programas de obras e serviços a cargo da Companhia Urbanizadora da Nova Capital S. A. (NOVACAP), de maneira a consolidar a instalação dos órgãos burocráticos da Administração Pública Federal.

Art. 3º O crédito especial de que trata a presente lei será registrado e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

LEI Nº 5.106 — DE 2 DE SETEMBRO
DE 1966

Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento poderão ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas, residentes ou domiciliados no Brasil, atendidas as condições estabelecidas na presente lei.

§ 1º As pessoas físicas poderão abater da renda bruta as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou reflorestamento e relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto for devido, observado o disposto no art. 2º da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

§ 2º No cálculo do rendimento tributável previsto no art. 53 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, não se computará o valor das reservas florestais, não exploradas ou em formação.

§ 3º As pessoas jurídicas poderão descontar do imposto de renda que devam pagar, até 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou reflorestamento, que poderá ser feito com espécies florestais, árvores frutíferas, árvores de grande porte e relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto for devido.

§ 4º O estímulo fiscal previsto no parágrafo anterior poderá ser concedido, cumulativamente, com os de que tratam as Leis ns. 4.216, de 6 de maio de 1963, e 4.869, de 1 de dezembro de 1965, desde que não ultrapasse, em conjunto, o limite de 50% (cin-

qüenta por cento) do imposto de renda devido.

Art. 2º As pessoas físicas ou jurídicas só terão direito ao abatimento ou desconto de que trata este artigo desde que:

a) realizem o florestamento ou reflorestamento em terras de que tenham justa posse, a título de proprietário, usufrutuários ou detentores do domínio útil ou de que, de outra forma, tenham o uso, inclusive como locatários ou comodatários;

b) tenham seu projeto previamente aprovado pelo Ministério da Agricultura, compreendendo um programa de plantio anual mínimo de 10.000 (dez mil) árvores;

c) o florestamento ou reflorestamento projetados possam, a juízo do Ministério da Agricultura, servir de base à exploração econômica ou à conservação do solo e dos regimes das águas.

Art. 3º Os dispêndios correspondentes às quantias abatidas ou descontadas pelas pessoas físicas ou jurídicas, na forma do art. 1º desta lei, serão comprovados junto ao Ministério da Agricultura, de cujo reconhecimento depende a sua regularização, sem prejuízo da fiscalização específica do imposto de renda.

Art. 4º Para os fins da presente lei, entende-se como despesas de florestamento e reflorestamento aquelas que forem aplicadas diretamente pelo contribuinte ou mediante a contratação de serviços de terceiros, na elaboração do projeto técnico, no preparo de terras, na aquisição de sementes, no plantio, na proteção, na vigilância, na administração de viveiros e flores e na abertura e conservação de caminhos de serviços.

Art. 5º Ficam revogados o art. 3º e seus §§ 1º e 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e o art. 4º e seus §§ 1º e 2º da Lei nº 4.862, de 20 de novembro de 1965.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Severo Fagundes Gomes

LEI Nº 5.107 — DE 13 DE SETEMBRO
DE 1966

Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.
O Presidente da República

Faço saber que sanciono a seguinte Lei, aprovada pelo Congresso Nacional, nos termos do artigo 5º, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965:

Art. 1º Para garantia do tempo de serviço ficam mantidos os Capítulos V e VII do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho, assegurado, porém aos empregados o direito de optarem pelo regime instituído na presente Lei.

§ 1º O prazo para a opção é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da vigência desta Lei para os atuais empregados, e da data da admissão ao emprego quanto aos admitidos a partir daquela vigência.

§ 2º A preferência do empregado pelo regime desta Lei deve ser manifestada em declaração escrita, e, em seguida arrolada em sua Carteira Profissional, bem como no respectivo livro ou ficha de registro.

§ 3º Os que não optarem pelo regime da presente Lei, nos prazos previstos no § 1º, poderão fazê-lo, a qualquer tempo, em declaração homologada pela Justiça do Trabalho, observando-se o disposto no art. 16.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, todas as empresas sujeitas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ficam obrigadas, a depositar, até o dia 20 (vinte) de cada mês, em conta bancária vinculada, importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga no mês anterior a cada empregado, optante ou não, excluídas as parcelas não mencionadas nos arts. 457 e 458 da CLT.

Parágrafo único. As contas bancárias vinculadas aludidas neste artigo serão abertas em nome do empregado que houver optado pelo regime desta Lei, ou em nome da empresa, mas em conta individualizada, com relação ao empregado não optante.

Art. 3º Os depósitos efetuados na forma do art. 2º são sujeitos à correção monetária de acordo com a legislação específica, e capitalizarão juros, segundo o disposto no art. 4º.

§ 1º A correção monetária e a capitalização dos juros correrão à conta do Fundo a que se refere o art. 11.

§ 2º O montante das contas vinculadas decorrentes desta Lei é garantido pelo Governo Federal, podendo o Banco Central da República do Brasil instituir seguro especial para esse fim.

Art. 4º A capitalização dos juros dos depósitos mencionados no art. 2º far-se-á na seguinte progressão:

I — 3% (três por cento) durante os dois primeiros anos de permanência na mesma empresa;

II — 4% (quatro por cento) do terceiro ao quinto ano de permanência na mesma empresa;

III — 5% (cinco por cento) do sexto ao décimo ano de permanência na mesma empresa;

IV — 6% (seis por cento) do décimo-primeiro ano de permanência na mesma empresa, em diante.

§ 1º No caso de mudança de empresa, observar-se-ão os seguintes critérios:

a) se decorrente de dispensa com justa causa, recomençar-se-á para o empregado, à taxa inicial, a capitalização de juros progressiva, prevista neste artigo;

b) se decorrente de dispensa sem justa causa, ou de término de contrato por prazo determinado, ou de cessação de atividade da empresa, ou, ainda, na hipótese prevista no § 2º do art. 2º da CLT, a capitalização de juros prosseguirá, sem qualquer solução de continuidade;

c) se decorrente da rescisão voluntária por parte do empregado, a capitalização de juros retornará à taxa imediatamente anterior à que estava sendo aplicada quando da rescisão do contrato.

§ 1º Para os fins previstos na letra b do § 1º, considera-se cessação de atividades da empresa a sua extinção total, ou o fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, ou ainda a supressão de parte de suas atividades, sempre que qualquer destas ocorrências implique a rescisão do contrato de trabalho.

Art. 5º Verificando-se mudança de empresa a conta vinculada será transferida para estabelecimento bancário de escolha do novo empregador.

Art. 6º Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte da empresa, sem justa causa, ficará esta obrigada a depositar, na data da dispensa, a favor do empregado, importância igual a 10% (dez por cento) dos valores do depósito, da correção monetária e dos juros capitalizados na sua conta vinculada, correspondentes ao período em que o empregado trabalhou na empresa.

Art. 7º Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por justa causa, nos termos do artigo 482 da CLT, o empregado fará jus ao valor dos depósitos feitos em seu nome, mas perderá, a favor do Fundo aludido no art. 11 desta Lei, a parcela de sua conta vinculada correspondente à correção monetária e aos juros capitalizados durante o tempo de serviço prestado à empresa de que fôr despedido.

Art. 8º O empregado poderá utilizar a conta vinculada, nas seguintes condições conforme se dispuser em regulamento:

I — no caso de rescisão sem justa causa, pela empresa, comprovada mediante declaração desta, do Sindicato da categoria do empregado ou da Justiça do Trabalho, ou de cessação de suas atividades, ou em caso de término de contrato a prazo determinado, ou, finalmente de aposentadoria concedida pela Previdência Social, a conta poderá ser livremente utilizada;

II — no caso de rescisão, pelo empregado, sem justa causa, a conta poderá ser utilizada, parcial ou totalmente, com a assistência do Sindicato da categoria do empregado ou, na falta deste, com a do representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), nas seguintes situações devidamente comprovadas:

a) aplicação de capital em atividade comercial, industrial ou agropecuária, em que se haja estabelecido individualmente ou em sociedade;

b) aquisição de moradia própria nos termos do art. 10 desta Lei;

c) necessidade grave e premente, pessoal ou familiar;

d) aquisição de equipamento destinado a atividade de natureza autônoma;

e) casamento do empregado do sexo feminino.

III — durante a vigência do contrato de trabalho, a conta somente poderá ser utilizada na ocorrência das hipóteses previstas nas letras b e do item II deste artigo.

9º Falecendo o empregado, a conta vinculada em seu nome será transferida para seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, e entre eles rateada segundo o critério adotado para concessão de pensões por morte.

Parágrafo único. No caso deste artigo, não havendo dependentes habilitados no prazo de 2 (dois) anos a contar do óbito, o valor da conta reverterá a favor do Fundo a que alude o art. 11.

Art. 10. A utilização da conta vinculada, para o fim de aquisição de moradia própria, é assegurada ao empregado que completar, depois da vigência desta Lei, 5 (cinco) anos de serviço na mesma empresa ou em empresas diferentes, de acordo com as disposições da Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964, por intermédio do Banco Nacional de Habitação (BNH), de conformidade com as instruções por este expedidas.

§ 1º O BNH poderá, dentro das possibilidades financeiras do Fundo, autorizar, para a finalidade de que trata este artigo, a utilização da conta vinculada, por empregado que tenha tempo menor de serviço que o ali mencionado desde que o valor da própria conta, ou este complementado com poupanças pessoais, atinja a pelo menos 30% (trinta por cento) do montante do financiamento pretendido.

§ 2º O BNH poderá instituir, como adicional, nos contratos de financiamento de que trata este artigo, um seguro especial para o efeito de garantir a amortização do débito resultante da operação em caso de perda ou redução do salário percebido pelo empregado.

Art. 11. Fica criado o "Fundo de Garantia do Tempo de Serviço" (FGTS), constituído pelo conjunto das contas vinculadas a que se refere

esta Lei, cujos recursos serão aplicados com correção monetária e juros, de modo a assegurar cobertura de suas obrigações, cabendo sua gestão ao Banco Nacional da Habitação.

Art. 12. A gestão do FGTS pelo BNH far-se-á segundo planejamento elaborado e normas gerais expedidas por um Conselho Curador, integrado por um representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social, um representante do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, um representante das categorias profissionais e o Presidente do BNH, que o presidirá.

§ 1º Os representantes dos Ministérios serão designados pelos respectivos Ministros; os das categorias, eleitos pelo período de 2 (dois) anos, cada um, pelas respectivas Confeirações em conjunto.

§ 2º Os membros-representantes perceberão, por sessão a que comparecerem, até o máximo de 4 (quatro) por mês, a gratificação equivalente a 1 (um) salário-mínimo.

§ 3º Os membros-representantes terão suplentes designados ou eleitos, pela mesma forma que os titulares; o Presidente do BNH designará o seu suplente dentre os diretores dessa autarquia.

Art. 13. As aplicações do Fundo serão feitas diretamente pelo BNH ou pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação, ou ainda pelos estabelecimentos bancários para esse fim credenciados como seus agentes financeiros segundo normas fixadas pelo BNH e aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional em operações que preencham os seguintes requisitos:

I — garantia real;

II — correção monetária igual à das contas vinculadas mencionadas no art. 2º, desta Lei;

III — rentabilidade superior ao custo do dinheiro depositado, inclusive os juros.

§ 1º — O programa de aplicações será feito baseado em orçamento trimestral, semestral ou anual, de acordo com as normas de que trata este artigo.

§ 2º — Os excedentes em relação à previsão orçamentária serão aplica-

dos em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ou em títulos que satisfaçam os requisitos de manutenção do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º — No Programa de aplicações serão incluídas previsões do BNH para execução do programa habitacional.

§ 4º — Aos agentes financeiros será creditada, a título de taxa de administração, percentagem não superior a 1% (um por cento) dos depósitos efetuados, a qual será fixada anualmente, para cada região do País, pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do BNH.

Art. 14 — O BNH restituirá ao Fundo, acrescido dos juros e da correção monetária, o montante das aplicações de que trata o art. 13.

Art. 15 — As despesas decorrentes da gestão do Fundo pelo Banco Nacional de Habitação serão custeadas com os diferenciais de juros obtidos nas operações de aplicação, em relação aos custos de capitalização do Fundo, limitadas as de administração a uma percentagem fixada anualmente pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 16 — Os empregados que, na forma do art. 1º optarem pelo regime desta Lei terão, na ocorrência de rescisão do contrato de trabalho, regulados os direitos relativos ao tempo de serviço anterior à opção, de acordo com o sistema estabelecido no Capítulo V do Título IV da CLT, calculada, porém, a indenização, para os que contem 10 (dez) ou mais anos de serviço, na base prevista no artigo 497 da mesma CLT. Pelo tempo de serviço posterior à opção, terão assegurados os direitos decorrentes desta Lei.

§ 1º — O valor da indenização, correspondente ao tempo de serviço anterior à opção, será complementado pela empresa, mediante depósito na conta vinculada do empregado.

§ 2º — É facultado à empresa, a qualquer tempo, desobrigar-se da responsabilidade da indenização relativa ao tempo de serviço anterior à opção depositando na conta vinculada do empregado o valor correspondente na data do depósito.

§ 3º — Aos depósitos efetuados nos termos do § 2º, aplicam-se todas as disposições desta Lei.

Art. 17 — No caso de extinção do contrato de trabalho do empregado não optante, observar-se-ão os seguintes critérios:

I — havendo indenização a ser paga, a empresa poderá utilizar o valor do depósito da conta vinculada, até o montante da indenização por tempo de serviço;

II — não havendo indenização a ser paga, ou decorrido o prazo prescricional para a reclamação de direitos por parte do empregado, a empresa poderá levantar a seu favor o saldo da respectiva conta individualizada, mediante comprovação perante o órgão competente do MTPS.

Parágrafo único — A conta individualizada do empregado não optante dispensado sem justa causa antes de completar um ano de serviço, reverterá a seu favor; se despedido com justa causa, reverterá a favor do FGTS. Decorrido esse período, a conta poderá ser utilizada pela empresa na forma deste artigo.

Art. 18 — A empresa que não realizar os depósitos previstos nesta Lei, dentro dos prazos nela prescritos, ficará sujeita à correção monetária, à multa e às cominações penais previstas na legislação do Imposto de Renda, além de responder pela capitalização dos juros na forma do art. 4º.

Art. 19 — Competirá à Previdência Social, por seus órgãos próprios, a verificação do cumprimento do disposto nos artigos 2º e 6º desta Lei, procedendo, em nome do Banco Nacional de Habitação, ao levantamento dos débitos porventura existentes e às respectivas cobranças administrativa ou judicial, pela mesma forma e com os mesmos privilégios das contribuições devidas à Previdência Social.

§ 1º — Por acórdão entre o BNH e o Departamento Nacional da Previdência Social será fixada taxa remuneratória pelos encargos atribuídos à Previdência Social neste artigo.

§ 2º — No caso de cobrança judicial, ficará a empresa devedora obrigada, também, ao pagamento da taxa remuneratória de que trata o § 1º, das custas e das percentagens judiciais.

§ 3º — As importâncias cobradas pela Previdência Social, na forma deste artigo, serão diretamente depositadas no FGTS, deduzida em favor

daquela a taxa remuneratória referida no § 1º e obedecidas as demais prescrições da presente Lei.

Art. 20 — Independente do procedimento estabelecido no art. 19, poderá o próprio empregado ou seus dependentes, ou por eles o seu Sindicato, nos casos previstos nos artigos 8º e 9º, acionar diretamente a empresa por intermédio da Justiça do Trabalho, para compeli-la a efetuar o depósito das importâncias devidas nos termos desta Lei, com as cominações do art. 18.

Parágrafo único — Da propositura da reclamação, será sempre notificado o órgão local da entidade de Previdência Social a que for filiado o empregado, para fins de interesse do FGTS.

Art. 21. — É competente a Justiça do Trabalho para julgar os dissídios entre os empregados e as empresas oriundos da aplicação desta Lei, mesmo quando o BNH e a Previdência Social figurarem no feito como litisconsortes.

Art. 22 — Ficam extintos, a partir da vigência desta Lei, os seguintes ônus a cargo das empresas:

I — O Fundo de Indenizações Trabalhistas, criado pelo art. 2º, § 2º, e a contribuição prevista no § 3º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, com a alteração feita pelo art. 6º, parágrafo único, letra a, da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965;

II — a contribuição estabelecida pelo art. 6º, parágrafo único, letra a, da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, para o Fundo de Assistência ao Desemprego;

III — a contribuição para o BNH, prevista no art. 22 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, com a alteração feita pelo art. 35, § 2º, da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965;

IV — a contribuição para a Legião Brasileira de Assistência, prevista no Decreto-Lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942 alterado pelo disposto no Decreto-Lei nº 8.252, de 29 de novembro de 1945.

Parágrafo único — A manutenção dos serviços da LBA correrá à conta de recursos orçamentários anualmente incluídos no orçamento da União, ficando aberto, no corrente exercício, o crédito especial de Cr\$

35.000.000.000 (trinta e cinco bilhões de cruzeiros) para este fim.

Art. 23 — Fica reduzida para 1,5% (um e meio por cento) a contribuição devida pelas empresas ao Serviço Social do Comércio e ao Serviço Social da Indústria e dispensadas estas entidades da subscrição compulsória a que alude o art. 21 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 24 — É vedada a dispensa do empregado sindicalizado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical, até o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos da CLT.

Parágrafo único — No caso de licença não remunerada para melhor desempenhar funções de direção ou de representação sindical, o empregado que optar pelo regime desta Lei será por ela amparado, cabendo à respectiva entidade sindical o encargo de cumprir o disposto no art. 2º.

Art. 25 — O empregado optante ou não, que for dispensado sem justa causa ou que atingir o término de contrato a prazo determinado, antes de completar 1 (um) ano de serviço na mesma empresa, fará jus ao pagamento de férias, de acordo com o art. 132, letra a), da CLT, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado, considerando-se como mês completo a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 26 — As contas bancárias vinculadas em nome dos empregados são protegidas pelo disposto no art. 942 do Código de Processo Civil.

Art. 27 — São isentos de impostos federais os atos e operações necessários à aplicação desta Lei, quando praticados pelo BNH, pelos empregados e seus dependentes, pelas empresas e pelos estabelecimentos bancários, conforme se dispuser em regulamentação.

Parágrafo único — Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta Lei, aos empregados e seus dependentes.

Art. 28 — A extinção e a redução de encargos previstas nos arts. 22 e 23 somente se verificarão a partir da data da vigência desta Lei.

Art. 29 — O Poder Executivo expedirá o Regulamento desta Lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 30 — Esta Lei entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da publicação de seu Regulamento, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

L. G. do Nascimento e Silva

Roberto Campos

LEI Nº 5.108 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1966

Institui o Código Nacional de Trânsito

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Das disposições preliminares

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação pública, rege-se-á por este Código.

§ 1º São vias terrestres as ruas, avenidas, logradouros, estradas, caminhos ou passagens de domínio público.

§ 2º Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praças abertas ao trânsito.

Art. 2º Os Estados poderão adotar normas pertinentes às peculiaridades locais, complementares ou supletivas da lei federal.

CAPÍTULO II

Da Administração do Trânsito

Art. 3º Compõem a Administração do Trânsito como integrantes do sistema nacional de trânsito,

a) o Conselho Nacional de Trânsito, órgão normativo e coordenador;

b) os Conselhos Estaduais de Trânsito, órgãos normativos;

c) os Conselhos Territoriais de Trânsito, órgãos normativos;

d) os Conselhos Municipais de Trânsito, órgãos normativos;

e) os Departamentos de Trânsito e as Circunscrições Regionais de Trânsito, nos Estados, Territórios e Distrito Federal, órgãos executivos;

f) os órgãos rodoviários federais, estaduais e municipais, também executivos.

Parágrafo único. Os Conselhos de que tratam as alíneas c e d deste artigo são de criação facultativa.

Art. 4º O Conselho Nacional de Trânsito, com sede no Distrito Federal, subordinado diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, é o órgão máximo normativo da coordenação da política e do sistema nacional de trânsito e compor-se-á dos seguintes membros:

a) um presidente, especialista em trânsito, de nível universitário, de livre escolha do Chefe do Executivo;

b) um representante do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem;

c) um representante do Estado-Maior do Exército;

d) um representante do Departamento Federal de Segurança Pública, especialista em trânsito;

e) um representante da Confederação Brasileira de Automobilismo;

f) um representante do Ministério das Relações Exteriores;

g) um representante da Confederação Nacional de Transportes Terrestres (categoria dos trabalhadores de transportes rodoviários);

h) um representante do Touring Club do Brasil;

i) um representante da Confederação Nacional de Transportes Terrestres (categoria das empresas de transportes rodoviários).

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Nacional de Trânsito será de dois anos, admitida a recondução.

§ 2º Os representantes das entidades referidas nas alíneas g e i deste artigo serão escolhidos pelo Presidente da República dentre três nomes por elas indicados.

Art. 5º Compete ao Conselho Nacional de Trânsito, além do que dispõem outros artigos deste Código:

I — Sugerir modificações à legislação sobre trânsito.

II — Zelar pela unidade do sistema nacional de trânsito e pela observância da respectiva legislação.

III — Resolver sobre consultas dos Conselhos de Trânsito dos Estados e Territórios, de autoridades e de particulares relativas à aplicação da legislação de trânsito.

IV — Conhecer e julgar os recursos contra decisões dos Conselhos de Trânsito dos Estados e Territórios.

V — Elaborar normas-padrão e zelar pela sua execução.

VI — Coordenar as atividades dos Conselhos de Trânsito dos Estados e Territórios.

VII — Organizar a estatística geral do trânsito, especialmente dos acidentes e infrações, remetendo-a, anualmente, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

VIII — Colaborar nas articulações das atividades das repartições públicas e empresas de serviços públicos e particulares em benefício da regularidade do trânsito.

IX — Estudar e propor medidas administrativas, técnicas e legislativas que se relacionem com a exploração dos serviços de transportes terrestres, seleção de condutores de veículos e segurança do trânsito, em geral.

X — Opinar sobre os assuntos pertinentes ao trânsito interestadual e internacional.

XI — Promover e coordenar campanhas educativas de trânsito.

XII — Promover a realização periódica de reuniões e congressos nacionais de trânsito, bem como propor ao Governo a constituição de delegações oficiais que devam participar de conclave internacionais.

XIII — Fixar, através de resoluções, os volumes e frequências máximas de sons ou ruídos admitidos para buzinas, aparelhos de alarme e motores de veículos.

XIV — Editar normas e estabelecer exigências para instalação e funcionamento das escolas de aprendizagem.

XV — Fixar normas e requisitos para a realização de provas de automobilismo.

XVI — Determinar o uso de aparelhos que diminuam ou impeçam a poluição do ar.

XVII — Apreciar e resolver sobre os casos omissos da legislação de trânsito.

Art. 6º Das decisões do Conselho Nacional de Trânsito caberá recurso para o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, interposto perante o Conselho Nacional de Trânsito, no prazo de trinta dias da publicação.

Parágrafo único. Das decisões unânimes não caberá recurso na esfera administrativa.

Art. 7º Em cada Estado haverá um Conselho Estadual de Trânsito composto de nove membros, a saber:

- a) um presidente, especialista em trânsito e de nível universitário;
- b) um representante do órgão rodoviário estadual;
- c) um representante dos municípios;
- d) um representante da repartição estadual de trânsito;
- e) um representante da entidade máxima de transportes terrestres;
- f) um representante dos motoristas profissionais indicado pela entidade de classe;
- g) um representante da entidade máxima do automobilismo no Estado;
- h) um representante dos motoristas amadores indicado por entidade estadual;
- i) um Oficial do Exército com Curso de Estado-Maior.

§ 1º No Distrito Federal haverá um Conselho de Trânsito com a mesma composição e competência dos Conselhos Estaduais de Trânsito

§ 2º Nos Estados-município e no Distrito Federal o representante previsto no item c será um urbanista de livre escolha do Chefe do Executivo.

§ 3º Os Territórios poderão criar os seus Conselhos Territoriais de Trânsito, com composição e atribuições iguais às dos Conselhos Estaduais, atendidas as suas peculiaridades de administração.

§ 4º Aos municípios cuja população for superior a duzentos mil habitantes, é facultada a criação de um Conselho Municipal de Trânsito, ou de um Conselho Nacional de Trânsito e com a seguinte composição:

- a) um presidente, de livre escolha do Prefeito;
- b) um representante da repartição de trânsito local;
- c) um representante do órgão rodoviário municipal;
- d) um representante da entidade máxima de transportes terrestres (pavimental);

e) um representante dos motoristas profissionais, indicado pela entidade de classe (sindicato);

f) um representante da entidade máxima de automobilismo no município;

g) um urbanista, de livre escolha do Prefeito.

§ 5º Os Conselhos Municipais terão na esfera de sua jurisdição, atribuições iguais às dos Conselhos Estaduais de Trânsito.

§ 6º Das resoluções dos Conselhos Municipais de Trânsito, no prazo de quinze dias, contados do seu conhecimento por qualquer modo, caberá recurso para o Conselho Estadual de Trânsito do respectivo Estado, que lhe poderá suspender os efeitos

§ 7º As nomeações dos membros dos Conselhos de Trânsito nos Estados, no Distrito Federal, nos Territórios, e nos Municípios, serão feitas pelos respectivos Chefes do Executivo, observado, adequadamente, o disposto nos parágrafos 1º e 2º, do art. 4º deste Código.

Art. 8º Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito, no âmbito de suas jurisdições, além do que dispõem outros artigos deste Código:

I — Zelar pelo cumprimento da legislação de trânsito.

II — Resolver ou encaminhar ao Conselho Nacional de Trânsito consultas de autoridades e de particulares, relativamente à aplicação da legislação de trânsito.

III — Colaborar na articulação das atividades das repartições públicas e empresas particulares relacionadas com o trânsito.

IV — Propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação de trânsito.

V — Promover e coordenar campanhas educativas de trânsito.

VI — Organizar a estatística geral do trânsito, especialmente dos acidentes e infrações, nos moldes adotados pelo Conselho Nacional de Trânsito, ao qual a remeterá anualmente.

VII — Opinar sobre questões de trânsito submetidas à sua apreciação.

Parágrafo único. Em casos excepcionais os Conselhos Estaduais de Trânsito poderão estabelecer facilidades de estacionamento a veículos de médicos, quando em atendimento de emergência.

Art. 9º Das resoluções dos Conselhos Estaduais de Trânsito caberá recurso, dentro do prazo de trinta dias, ao Conselho Nacional de Trânsito que lhes poderá dar efeito suspensivo.

Art. 10. Os Departamentos Estaduais de Trânsito, órgãos executivos com jurisdição sobre todo o território do respectivo Estado, deverão dispor dos seguintes serviços, dentre outros:

- a) de engenharia de trânsito;
- b) médico e psicotécnico;
- c) de registro de veículos;
- d) de habilitação de condutores;
- e) de fiscalização e policiamento;
- f) de segurança e prevenção de acidentes;
- g) de supervisão e controle de aprendizagem para condutores;
- h) de campanhas educativas de trânsito;
- i) de controle e análise de estatística.

Art. 11. Além de outras que lhes confira o poder competente, são atribuições dos Departamentos Estaduais de Trânsito, no âmbito de sua jurisdição:

- a) cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito, aplicando as penas previstas neste Código;
- b) emitir Certificado de Registro de Veículo e Carteira Nacional de Habilitação, nos termos deste Código e de seu Regulamento;
- c) comunicar aos Departamentos e ao Conselho Nacional de Trânsito a cassação de documentos de habilitação e prestar-lhes outros informes capazes de impedir que os proibidos de conduzir veículos em sua jurisdição venham a fazê-lo em outras;
- d) expedir a Permissão Internacional para Conduzir o Certificado Internacional de Circulação e a Cadereta de Passagem nas Alfândegas de que trata o art. 25.

Art. 12. Sempre que conveniente, serão criadas Circunscrições Regionais de Trânsito, subordinadas às autoridades de trânsito de sua sede com jurisdição no território mencionado no ato de sua criação e com atribuição de habilitar condutores, implantar sinalização e fazer estatística de trânsito.

CAPÍTULO III

Das Regras Gerais para a Circulação

Art. 13. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação pública obedecerá às seguintes regras gerais:

I — A circulação far-se-á sempre pelo lado direito da via, admitindo-se as exceções devidamente justificadas e sinalizadas.

II — A ultrapassagem de outro veículo em movimento deverá ser feita pela esquerda, precedida do sinal regulamentar, retomando o condutor, em seguida, sua posição correta na via.

III — Todo veículo, para entrar numa esquina à esquerda, terá de atingir, primeiramente, a zona central do cruzamento, exceto quando uma ou ambas as vias tiverem sentido único de trânsito, respeitada sempre a preferência de passagem do veículo que venha em sentido contrário.

IV — Quando veículos, transitando por direções que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado terá preferência de passagem o que vier da direita.

V — Todo veículo em movimento deve ocupar a faixa mais à direita da pista de rolamento, quando não houver faixa especial a ele destinada.

VI — Quando uma pista de rolamento comportar várias faixas de trânsito no mesmo sentido, ficam as da esquerda destinadas à ultrapassagem e ao deslocamento dos veículos, de maior velocidade.

VII — Os veículos que transportarem passageiros terão prioridade de trânsito sobre os de carga, respeitadas as demais regras de circulação.

VIII — Os veículos precedidos de baterores terão prioridade de trânsito, respeitadas as demais regras de circulação.

IX — Os veículos destinados a socorros de incêndio, as ambulâncias e os da polícia, além da prioridade de trânsito, gozam de livre circulação e estacionamento, quando em serviço de urgência e devidamente identificados por dispositivos de alarme sonoro e de luz vermelha intermitente.

Art. 14. De acordo com as conveniências de cada local a autoridade de trânsito poderá:

I — Instituir sentido único de trânsito em determinadas vias públicas ou em parte delas.

II — Proibir a circulação de veículos, bem como a passagem ou trânsito de animais em determinadas vias.

III — Estabelecer limites de velocidade e de peso por eixo, para cada via terrestre.

IV — Proibir conversões à esquerda ou à direita e de retorno.

V — Organizar áreas especiais de estacionamento em logradouros públicos.

VI — Determinar restrições de uso das vias terrestres ou parte delas, mediante fixação de horários e períodos destinados ao estacionamento, embarque ou desembarque de passageiros e carga ou descarga.

VII — Permitir o estacionamento e a parada de veículos nos viadutos e outras obras de arte, respeitadas as limitações técnicas.

VIII — Permitir estacionamentos especiais, devidamente justificáveis.

§ 1º O Regulamento deste Código estabelecerá os limites de carga para veículos de transporte.

§ 2º Nenhum veículo poderá transitar com carga superior à tonelage fixada pelo fabricante e aprovada pelo Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 15. A regulamentação do uso de estradas caberá à autoridade com jurisdição sobre essa via e se restringirá às respectivas faixas de domínio, respeitadas as disposições deste Código e seu Regulamento.

Parágrafo único. A estrada sempre será considerada via preferencial em relação a qualquer outra via pública.

Art. 16. As vias públicas de acordo com a sua utilização serão assim classificadas:

- a) vias de trânsito rápido;
- b) vias preferenciais;
- c) vias secundárias;
- d) vias locais.

§ 1º Via de trânsito rápido é aquela caracterizada por bloqueio que permita trânsito livre, sem intercessões e com acessos especiais.

§ 2º Via preferencial é aquela pela qual os veículos devam ter prioridade de trânsito, desde que devidamente sinalizada.

§ 3º Via secundária é a destinada a interceptar, coletar e distribuir o

tráfego que tenha necessidade de entrar nas vias de trânsito rápido ou preferenciais, ou delas sair.

§ 4º Via local é a destinada apenas ao acesso de áreas restritas.

Art. 17. Nas vias em que o estacionamento for proibido, a parada de veículos deverá restringir-se ao tempo indispensável para embarque ou desembarque de passageiros, desde que não interrompa ou perturbe o trânsito.

Parágrafo único. A parada para carga ou descarga nessas vias obedecerá ao regulamento local.

Art. 18. As provas desportivas, inclusive seus ensaios, só poderão realizar-se em vias públicas, mediante prévia licença da autoridade de trânsito.

§ 1º A realização de provas desportivas, de acordo com este artigo, será precedida de caução ou fiança, e contrato de seguro em favor de terceiros, contra riscos e acidentes, em valores previamente arbitrados pela autoridade competente.

§ 2º A realização de provas ou competições automobilísticas e os respectivos ensaios dependem sempre de autorização expressa da Confederação Brasileira de Automobilismo ou de entidades estaduais a ela filiadas.

CAPÍTULO IV

Da Circulação Internacional de Veículos

Art. 19. A circulação, no território nacional, de veículos licenciados em outro país rege-se pelas normas estabelecidas em atos internacionais ratificados pelo Brasil, bem como obedecerá aos dispositivos deste Código, leis e regulamentos federais.

Art. 20. O ingresso em território nacional de veículo automotor licenciado em outro país, de propriedade de cidadão residente no exterior, bem como a saída para fins de turismo e retorno de veículo licenciado no Brasil, far-se-á mediante a apresentação do Certificado Internacional de Circulação, Caderneja de Passagem nas Alfândegas e Permissão Internacional para Conduzir.

Art. 21. Compete aos Consulados Brasileiros no exterior examinar e visar a documentação dos veículos au-

tomotores em geral, expedindo aos interessados guia, intransferível, para apresentação às autoridades regionais do Departamento Federal de Segurança Pública ao ingressarem, circularem ou saírem do território nacional.

§ 1º O veículo automotor introduzido no território nacional, por estrangeiro que nele não tenha permanência definitiva, não poderá executar serviço a frete nem a qualquer título, ser alienado ou ter cedido o seu uso.

§ 2º Aos veículos licenciados em países do continente americano serão concedidas condições especiais de acesso e circulação temporária no território nacional, na forma a ser estabelecida pelo Conselho Nacional de Trânsito, de acordo com os Ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores.

Art. 22. O Conselho Nacional de Trânsito, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, estabelecerá o modelo e disciplinará o uso de placas para veículos dos membros do corpo diplomático, repartições consulares e missões internacionais oficialmente credenciadas, cuja importação se tenha procedido sob os princípios fixados em protocolos internacionais, bem como para os turistas do exterior que adquirirem automóveis de fabricação nacional destinados à exportação e com trânsito temporário no Brasil.

Art. 23. As repartições aduaneiras comunicarão diretamente ao Registro Nacional de Veículos Automotores a entrada ou saída de veículos e seus postos.

§ 1º O Conselho Nacional de Trânsito baixará as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

§ 2º Não estão incluídos neste artigo os veículos de transporte coletivo devidamente autorizados na forma regulamentar.

Art. 24. As Confederações Desportivas poderão ser autorizadas a realizar entendimento junto às autoridades alfandegárias, visando a facilitar a entrada e a saída do material a ser utilizado pelas delegações que participem de competições internacionais.

Art. 25. Compete aos Departamentos de Trânsito e às Circunscrições Regionais de Trânsito a expedição da Permissão Internacional para Conduzir, Certificado Internacional de Circulação e Caderneta de Passagem nas Alfândegas, sendo que o Conselho Nacional de Trânsito poderá atribuir aquela competência à Confederação Brasileira de Automobilismo, ao Touring Club do Brasil ou a outra entidade idônea.

CAPÍTULO V

Dos Sinais de Trânsito

Art. 26. Ao longo das vias públicas haverá, sempre que necessário, sinais de trânsito destinados a condutores e pedestres.

§ 1º É proibido afixar sobre os sinais de trânsito ou junto a eles quaisquer legendas ou símbolos que não se relacionem com as respectivas finalidades.

§ 2º É proibido o emprego, ao longo das vias terrestres, de luzes e inscrições que gerem confusão com os sinais de trânsito.

§ 3º Nas estradas, não será permitida a utilização de qualquer forma de publicidade que possa provocar a distração dos condutores de veículos ou perturbe a segurança do trânsito.

Art. 27. Todo sinal de trânsito deverá ser colocado na via pública em posição que o torne perfeitamente visível ou legível de dia e à noite, em distâncias compatíveis com a segurança.

Art. 28. Os pontos de travessia de vias terrestres destinados a pedestres, deverão ser sinalizados por meio de faixas pintadas ou demarcadas no leito dessas vias.

Art. 29. As portas de entrada e as de saída de veículos em estabelecimentos destinados a oficina, depósito ou guarda de automóveis, deverão ser devidamente sinalizados.

Art. 30. Qualquer obstáculo à livre circulação e à segurança de veículos e pedestres, tanto no leito da via terrestre, como nas calçadas, deve ser imediata e devidamente sinalizado.

§ 1º Fica responsável pela sinalização exigida neste artigo a entidade

que executar a obra ou com jurisdição sobre a via pública, salvo nos casos fortuitos.

§ 2º Toda e qualquer obra a ser executada na via terrestre, desde que possa perturbar ou interromper o livre trânsito ou que ofereça perigo à segurança pública, não pode ser iniciada sem entendimento prévio com a autoridade de trânsito.

§ 3º A inobservância do disposto neste artigo e §§ 1º e 2º será punida com multa de um a dez salários-mínimos, independentemente das comissões cíveis e penais cabíveis.

§ 4º Ao servidor público responsável pela inobservância do disposto neste artigo e seus §§ 1º e 2º será aplicada a pena de suspensão, que poderá ser convertida em multa, na base de cinquenta por cento por dia de vencimento ou remuneração, obrigado o servidor, nesse caso, a permanecer em serviço.

Art. 31. Nenhuma estrada pavimentada poderá ser entregue ao trânsito, enquanto não estiver devidamente sinalizada.

Art. 32. Os sinais de trânsito, luminosos ou não, deverão ser protegidos contra qualquer obstáculo ou luminosidade que perturbe sua identificação ou visibilidade.

Parágrafo único. A disposição das cores nos sinais luminosos deverá ser uniforme.

Art. 33. Fica adotada a "Convenção Relativa a um Sistema Uniforme de Sinalização de Trânsito", segundo a Sexta Sessão da Comissão de Transportes e Comunicações da ONU, em junho de 1952.

Parágrafo único. Toda sinalização complementar não compreendida nessa Convenção, ou qualquer alteração, poderá ser instituída por proposta do Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 34. Os sinais de trânsito serão:

- a) inscritos em placas;
- b) pintados no leito da via pública, nela demarcados ou apostos;
- c) luminosos;
- d) sonoros;
- e) por gestos do agente da autoridade ou do condutor.

§ 1º VETADO

§ 2º A entidade com jurisdição na via pública fica responsável pela falta, insuficiência ou incorreta colocação de sinalização.

CAPÍTULO VI

Dos Veículos

Art. 35. O Regulamento deste Código classificará os veículos quanto à sua tração, espécie, categoria, dimensões, peso e equipamento.

Art. 36. Só poderá transitar pelas vias terrestres o veículo cujo peso e cujas dimensões atenderem aos limites estabelecidos pela autoridade competente.

Art. 37. Nenhum veículo poderá ser licenciado ou registrado, nem poderá transitar em via terrestre, sem que ofereça completa segurança e esteja devidamente equipado, nos termos deste Código e do seu Regulamento.

§ 1º Além da vistoria, que será feita por ocasião do licenciamento, poderão ser exigidas outras a critério da autoridade de trânsito.

§ 2º São considerados, além de outros que venham a ser determinados pelo Conselho Nacional de Trânsito, como equipamentos obrigatórios dos veículos automotores:

- a) para-choques dianteiros e traseiros;
- b) protetores para as rodas traseiras dos caminhões;
- c) espelhos retrovisores;
- d) limpadores de pára-brisas;
- e) pala interna de proteção contra o sol, para motoristas;
- f) faróis e faróis dianteiros de luz branca;
- g) lanternas de luz vermelha na parte traseira;
- h) velocímetros;
- i) buzina;
- j) dispositivo de sinalização noturna, de emergência, independente de circuito elétrico do veículo;
- l) extintor de incêndio, para veículos de carga e transporte coletivo;
- m) silenciador dos ruídos de explosão do motor;
- n) freios de estacionamento e de pé, com comandos independentes;
- o) luz para o sinal de "pare";
- p) iluminação da placa traseira;
- q) indicadores luminosos de mudança de direção, à frente e atrás,

inclusive para reboques, carretas e similares;

r) cintos de segurança para a árvore de transmissão de veículos de transporte, coletivos e de carga;

s) pneus que ofereçam condições mínimas de segurança;

t) registradores de velocidade, nos veículos destinados ao transporte de escolares.

§ 3º O equipamento de motocicletas, motonetas, ciclomotores, motofurções, tratores, microtratores, cavalos-mecânicos, reboques, carretas e seus similares, além dos veículos mencionados no art. 63, será estipulado pelo Regulamento deste Código.

§ 4º Os demais veículos, de propulsão humana ou tração animal, deverão ser dotados, dentre outros que venham a ser exigidos em lei ou regulamento, dos seguintes equipamentos:

a) freios;

b) luz branca dianteira e luz vermelha traseira ou catadíóptricos nas mesmas cores.

§ 5º Nas estradas, o cano de escapamento dos caminhões movidos a óleo Diesel, deverá ser colocado com saída para cima.

Art. 38. Os veículos serão identificados por meio de placas traseiras e dianteiras, obedecidos os modelos e especificações instituídos pelo Regulamento deste Código.

Parágrafo único. A exigência deste artigo não se aplica às viaturas militares.

Art. 39. Nenhum proprietário poderá, sem prévia permissão da autoridade competente, fazer ou ordenar sejam feitas no veículo modificações de suas características.

Parágrafo único. A partir de três anos da vigência desta lei, todos os veículos automotores deverão ser registrados pelo número do chassis e respectivas características.

Art. 40. O veículo cujo número de chassi ou de motor houver sido registrado sem comunicação à repartição de trânsito, somente poderá ser licenciado mediante justificação de sua propriedade.

Art. 41. Para circularem nas vias terrestres, os veículos de corrida ficam sujeitos às disposições deste Có-

digo e de seu Regulamento, ressalvadas suas peculiaridades.

Art. 42. Os veículos de aluguel, destinados ao transporte individual de passageiros, ficarão subordinados ao regulamento baixado pela autoridade local e, nos municípios com população superior a cem mil habitantes, adotarão exclusivamente o taxímetro como forma de cobrança do serviço prestado.

§ 1º Nas demais cidades, as Prefeituras poderão determinar o uso de taxímetro.

§ 2º Nas localidades em que não seja obrigatório o uso de taxímetro, a autoridade competente fixará as tarifas por hora ou por corrida e obrigará sejam os veículos dotados das respectivas tabelas.

§ 3º No cálculo das tarifas dos veículos a que se referem este artigo e os parágrafos anteriores, considerar-se-ão os custos de operação, manutenção, remuneração do condutor, depreciação do veículo e o justo lucro do capital investido, de forma que se assegure a estabilidade financeira do serviço.

§ 4º A autoridade competente poderá limitar o número de automóveis de aluguel uma vez que sejam atendidas devidamente as necessidades da população.

Art. 43. Os veículos de aluguel para transporte coletivo dependerão, para transitar, de autorização, concessão ou permissão da autoridade competente.

§ 1º Os veículos de que trata este artigo deverão satisfazer às condições técnicas e os requisitos de higiene, segurança e conforto do público, exigidos em lei, regulamento do documento de autorização.

§ 2º Quando no município ou região não existirem linhas regulares de ônibus, é facultado à autoridade competente autorizar, a título precário, que veículo, não enquadrado nas exigências do § 1º deste artigo, transporte passageiros, desde que submetido à prévia vistoria.

Art. 44. São competentes para autorizar permitir ou conceder serviços de transporte coletivo:

a) a União, por intermédio do órgão próprio, para as linhas interestaduais e internacionais;

b) os Estados e Territórios, para as linhas intermunicipais;

c) o Distrito Federal e os Municípios, para as linhas locais.

Parágrafo único. Entende-se por linha interestadual aquela cujo itinerário transponha a divisa do Estado, Território ou Distrito Federal.

Art. 45. As exigências para a concessão de linha de transporte coletivo, assim como as garantias a serem oferecidas aos concessionários, deverão ser regulamentadas pela autoridade competente.

Art. 46. Os veículos destinados ao transporte de escolares, além das vistorias especiais a que serão submetidos, deverão ser facilmente identificáveis à distância, seja pela cor, seja por inscrições e deverão obedecer a características especiais determinadas pelo Regulamento deste Código.

Parágrafo único. As exigências semelhantes serão determinadas pelo Regulamento para os veículos destinados à aprendizagem.

Art. 47. É proibido o uso, nos veículos, de emblemas, escudos ou distintivos com as cores da Bandeira Nacional, salvo para os de representação dos Presidentes da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

Art. 48. Junto aos bordos das placas de identificação dos veículos, não poderão ser colocados quaisquer emblemas, escudos ou distintivos.

Art. 49. Nos veículos particulares ou de repartições públicas em que, para efeito de serviços peculiares, houver necessidade de identificação por meio de distintivos, escudos ou emblemas, serão estes permitidos unicamente na parte interna do veículo ou afixados na parte externa da carroceria.

Art. 50. Para transporte de cargas indivisíveis que excedam as dimensões e peso permitidos, o veículo só poderá circular mediante permissão das autoridades competentes.

Art. 51. Não será permitido nas vias terrestres, desde que possa danificá-las, o trânsito de veículos cujos aros metálicos tenham botões, tacos, recordos ou saliências.

Parágrafo único. Esta exigência não se aplica às viaturas militares.

CAPÍTULO VII

Do Registro de Veículos

Art. 52. Nenhum veículo automotor poderá circular nas vias terrestres do País, sem o respectivo Certificado de Registro, expedido de acordo com este Código e seu Regulamento.

§ 1º O Certificado de Registro será expedido pelas repartições de trânsito, mediante documentação inicial de propriedade e de acordo com o Regulamento deste Código.

§ 2º O Certificado de Registro deverá conter características e condições de invulnerabilidade à falsificação e à adulteração.

§ 3º Os atuais documentos de registro ou propriedade, adotados no País, deverão ser substituídos por Certificado de Registro, no prazo de três anos, a contar da data da publicação desta Lei.

§ 4º O disposto neste artigo e nos parágrafos anteriores aplica-se aos reboques, carretas e similares.

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica às viaturas militares.

Art. 53. Todo ato translativo de propriedade do veículo automotor, reboque, carretas e similares, implicará na expedição de novo Certificado de Registro, que será emitido mediante:

- a) apresentação do último Certificado de Registro;
- b) documento de compra e venda na forma da lei.

Parágrafo único. De todo ato translativo de propriedade, referido neste artigo, será dada ciência à repartição de trânsito expedidora do Certificado de Registro anterior.

Art. 54. O Certificado de Registro de veículo automotor importado só poderá ser expedido pela repartição de trânsito das Capitais dos Estados e dos Territórios, do Distrito Federal ou pelas circunscrições de trânsito.

Art. 55. É criado com sede no Distrito Federal e subordinado ao Conselho Nacional de Trânsito, o Registro Nacional de Veículos Automotores, com a finalidade de centralizar o controle dos veículos automotores no País e dos Certificados de Registro.

Parágrafo único. Para o regular funcionamento do Registro Nacional

de Veículos Automotores e até que seja criado o respectivo quadro de pessoal serão requisitados servidores públicos ou autárquicos da União.

Art. 56. Após a instalação do Registro Nacional de Veículos Automotores, nenhum novo veículo automotor, bem como reboque, carretas e similares, poderá ser licenciado sem Certificado de Registro.

Parágrafo único. Ao Registro Nacional de Veículos Automotores serão obrigatoriamente remetidas as segundas vias de todos os Certificados de Registro expedidos no País e comunicada a baixa do veículo.

CAPÍTULO VIII

Do Licenciamento de Veículos

Art. 57. Os veículos automotores de propulsão humana ou tração animal, reboques, carretas e similares, em circulação nas vias terrestres do País, estão sujeitos a licenciamento no município de domicílio ou residência de seus proprietários.

§ 1º Em caso de transferência de residência ou domicílio é válida, durante o exercício, a licença de origem.

§ 2º Fica sujeito às penas de lei o proprietário de veículo que fizer falsa declaração de residência ou domicílio, para efeito de licenciamento.

§ 3º Quando um veículo vier a ser licenciado em outro Estado, suas placas primitivas deverão ser inutilizadas, dando-se ciência à Repartição de Trânsito do Estado de origem.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica às viaturas militares.

Art. 58. Os veículos novos, nos trajetos entre as respectivas fábricas e os municípios de destino, ficam isentos de licenciamento.

Art. 59. As licenças a que estão sujeitos os veículos mencionados no art. 57 serão expedidas pela repartição competente, após o pagamento dos impostos e taxas devidos e mediante a apresentação dos documentos exigíveis.

Art. 60. Depois de satisfeitas as exigências do artigo anterior, os veículos serão emplacados com números correspondentes às respectivas licenças.

§ 1º A placa traseira deve ser lacrada à estrutura do veículo e sobre ela será afixada uma plaqueta destacável e substituível, em cada exercício, contendo o número da placa repetido, o prefixo da respectiva unidade federativa e indicação do ano e mês do licenciamento.

§ 2º A plaqueta de que trata o parágrafo anterior deste artigo será definida no Regulamento deste Código e variará de cor, de ano para ano de conformidade com a Resolução a ser baixada até 30 de junho do exercício anterior, pelo Conselho Nacional de Trânsito.

§ 3º Os veículos de propriedade da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios e do Distrito Federal terão ainda nas plaquetas os prefixos: SPF, SPE, SPM, SPT e PDF, respectivamente.

§ 4º Somente os veículos de representação pessoal dos Presidentes da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal portarão placas com as cores da Bandeira Nacional.

§ 5º Os veículos das Forças Armadas, quando pintados com as suas cores privativas, terão, em tinta branca e ponto visível, o número e símbolo do seu registro na organização militar competente.

Art. 61. Estão isentos dos impostos, taxas e emolumentos:

a) os veículos de propriedade da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

b) os veículos de propriedade das repartições estrangeiras acreditadas junto ao Governo Brasileiro, nos termos da legislação vigente e dos Convenções Internacionais homologados pelo Brasil.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo não exime os veículos do Certificado de Registro, das vistorias de trânsito e do emplacamento.

Art. 62. VETADO

Parágrafo único. VETADO

Art. 63. Os aparelhos automotores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou de pavimentação ficam

sujeitos, desde que lhe seja facultado transitar em vias terrestres, ao licenciamento na repartição competente, devendo receber, nesse caso, numeração especial.

CAPÍTULO IX

Dos Condutores de Veículos

Art. 64. Nenhum veículo poderá transitar nas vias terrestres sem que seu condutor esteja devidamente habilitado ou autorizado na forma desta Lei e de seu Regulamento.

Art. 65. As categorias e classes de condutores de veículos, bem como as normas relativas à aprendizagem, aos exames de habilitação e à autorização para dirigir, serão determinadas no Regulamento deste Código.

§ 1º O Conselho Nacional de Trânsito e os Conselhos Estaduais de Trânsito, na esfera de sua competência, regulamentarão a autorização para conduzir veículos de propulsão humana ou de tração animal.

§ 2º A autorização de que trata o parágrafo anterior terá unicamente validade local.

Art. 66. Ao candidato aprovado em exame de habilitação para conduzir veículo automotor, conferir-se-á a Carteira Nacional de Habilitação que lhe dará direito a dirigir veículos na sua categoria, em todo território nacional, independentemente da prestação de novo exame, enquanto satisfizer as exigências legais e regulamentares.

§ 1º Quando o condutor transferir seu domicílio, deverá registrar sua Carteira Nacional de Habilitação na repartição de trânsito do local do novo domicílio ou, na mais próxima dele.

§ 2º A Carteira Nacional de Habilitação deverá ser substituída periodicamente, coincidindo com a revalidação do exame de saúde.

Art. 67. A Carteira Nacional de Habilitação obedecerá a modelo único estabelecido pelo Regulamento deste Código.

Parágrafo único. A cópia fotostática, a fotografia e a pública-forma da Carteira Nacional de Habilitação não autorizam seu portador a conduzir veículos.

Art. 68. São competentes para expedir a Carteira Nacional de Habi-

litação, em nome do Conselho Nacional de Trânsito e por determinação deste, os chefes de repartições de trânsito dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal.

§ 1º Nos Estados e Territórios, os chefes das repartições de trânsito poderão autorizar a expedição da Carteira Nacional de Habilitação pelas autoridades de trânsito das sedes das Circunscrições Regionais.

§ 2º Os exames de habilitação dos candidatos inscritos nas Circunscrições Regionais de Trânsito poderão ser realizados perante comissões volantes designadas pelos chefes de repartições de trânsito dos Estados e dos Territórios.

Art. 69. O Conselho Nacional de Trânsito, "ex-officio" ou por proposta dos Conselhos Estaduais, poderá cassar a delegação que houver conferido às Circunscrições Regionais, que infringirem as normas legais para expedição da Carteira Nacional de Habilitação e para o seu funcionamento.

Parágrafo único. Oferecidas, a seu juízo, garantias de observância das normas legais, revogará o Conselho Nacional de Trânsito o ato por que foi cassada a delegação.

Art. 70. A habilitação para dirigir veículos será apurada através de exame que o candidato requererá à autoridade de trânsito, juntando os seguintes documentos, além dos que forem exigidos na regulamentação deste Código:

a) prova de identidade expressamente reconhecida na legislação federal;

b) folha-corrída e atestado de bons antecedentes.

§ 1º Não será concedida inscrição a candidato que não souber ler e escrever.

§ 2º Ao liberado condicional e ao que estiver em gozo de suspensão condicional da pena é facultado habilitar-se como condutor de veículo automotor, apresentando atestado do Conselho Penitenciário do Distrito Federal ou dos Estados e Territórios.

§ 3º Ao condutor de veículo automotor habilitado em outro país poderá ser concedida autorização para dirigir nas vias terrestres do territó-

rio nacional, por prazo não superior a seis meses, na forma a ser estabelecida pelo Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 71. É vedada a habilitação na categoria profissional ao liberado condicional que tenha sido condenado por prática de crime contra os costumes ou o patrimônio.

Art. 72. Os exames para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação serão os seguintes:

a) de sanidade física e mental, a cargo de médicos do serviço médico oficial de trânsito ou por ele credenciados;

b) escrito ou oral, versando sobre leis e regulamentos de trânsito;

c) prática de direção na via pública.

§ 1º Para os condutores de categoria profissional exigir-se-á, ainda, a prova de conhecimentos técnicos de veículo.

§ 2º O exame de sanidade física e mental terá caráter eliminatório e deverá ser renovado cada quatro anos, para pessoas de mais de sessenta anos, cada dois anos.

§ 3º Os exames serão padronizados para todo o País e para cada categoria de condutor.

§ 4º As provas de direção na via pública deverão ser prestadas em veículo com câmbio mecânico.

§ 5º VETADO

Art. 73. Aos condutores de veículos de transporte coletivo e de escolares, e aos de carga, quando destinados a inflamáveis, explosivos e material fissil, bem como aos de veículos com capacidade de seis ou mais toneladas, será exigido exame psicotécnico.

§ 1º O exame de que trata este artigo poderá ser substituído por outro equivalente, onde e enquanto não houver aparelhamento necessário ficando em tal caso sua validade restrita à área do Estado ou do Território em que se realize.

§ 2º Em caso de reprovação no exame psicotécnico, o candidato terá direito a novo exame, com a presença de médico do IAPETC.

§ 3º Os exames psicotécnicos poderão ser estendidos, pelo Conselho Na-

cional de Trânsito, a todas as categorias de motoristas, à medida em que as repartições de trânsito estejam aparelhadas para esse fim.

Art. 74. Para habilitar-se a dirigir veículos mencionados no artigo anterior, o condutor deverá ter, no mínimo, vinte e um anos de idade e dois anos de exercício efetivo da profissão.

Art. 75. Os testes de exame psicotécnico, bem como os demais exames, deverão ser uniformes para todo o País e elaborados pelo Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 76. Aos portadores de defeitos físicos, poderá ser concedida Carteira Nacional de Habilitação, na categoria de amador, desde que sejam eles ou os veículos devidamente adaptados.

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, os candidatos deverão submeter-se a exame de junta médica especial, designada pela autoridade de trânsito.

§ 2º Nas provas de direção na via pública, os candidatos mencionados neste artigo serão examinados por uma junta da qual farão parte um perito examinador, um médico do serviço oficial de trânsito e um membro do Conselho Estadual de Trânsito ou, quando fôr o caso, por um representante do Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 77. O condutor condenado por acidente que tenha ocasionado deverá ser submetido a novos exames de sanidade e técnico, para que possa voltar a dirigir.

§ 1º Em caso de acidente grave, o condutor não envolvido poderá ser submetido aos exames exigidos neste artigo, a juízo da autoridade de trânsito.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, a autoridade de trânsito poderá apreender a Carteira de Habilitação do motorista até a realização dos exames.

Art. 78. Para participar de competições automobilísticas, o condutor deverá possuir, além da Carteira Nacional de Habilitação, documento expedido pela entidade máxima de direção nacional de automobilismo.

§ 1º Aos corredores do exterior, convidados para participar de compe-

tições no território nacional, exigirse-á a Permissão Internacional para Conduzir ou a Carteira Nacional de Habilitação.

§ 2º Para as provas juvenis, o Conselho Nacional de Trânsito expedirá instruções especiais.

Art. 79. O condutor que dirigir veículo automotor com exame de saúde vencido terá sua Carteira de Habilitação apreendida pela autoridade de trânsito ou seus agentes, mediante recibo, com o prazo de trinta dias para satisfazer as exigências legais.

Parágrafo único. Vencido o prazo e até que satisfaça as exigências deste artigo, o condutor será considerado inabilitado e proibido de dirigir, sujeitando-se, na desobediência, às penas da lei.

Art. 80. Aos condutores de tratores, máquinas agrícolas e dos veículos mencionados no artigo 63, será exigido documento de habilitação quando transitarem pelas vias terrestres.

§ 1º VETADO

§ 2º Exigir-se-á dos candidatos a obtenção do documento de que trata este artigo o conhecimento das regras gerais de trânsito e sinalização, bem como provas práticas de direção do veículo, de acordo com o Regulamento deste Código.

Art. 81. Aos menores de dezoito anos de idade e maiores de quinze poderá ser concedida autorização para dirigir, a título precário, bicicletas motorizadas, motonetas e similares equipadas com motor até 50 cc de cilindrada, obedecidas as seguintes exigências.

a) autorização do pai ou responsável;

b) autorização do Juiz de Menores da jurisdição onde reside;

c) habilitação mediante os exames previstos neste Código e seu Regulamento.

Art. 82. Poderá ser concedida autorização para dirigir veículo automotor, a título precário, na categoria de amador, a quem tenha dezesete anos de idade, desde que, satisfazendo as demais exigências para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, apresente ainda:

a) autorização do pai ou responsável;

b) autorização do Juiz de Menores da jurisdição onde reside;

c) Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, com valor estabelecido pelo Conselho Nacional de Trânsito.

Parágrafo único. Ao completar dezoito anos de idade, a autorização de que trata este artigo poderá ser transformada em Carteira Nacional de Habilitação, independentemente de novos exames, desde que o beneficiado não tenha incorrido em infrações dos Grupos "1" e "2" e que preencha todos os requisitos deste Código e seu Regulamento.

CAPÍTULO X

Dos Deveres e Proibições

Art. 83. É dever de todo condutor de veículo:

I — Dirigir com atenção e os cuidados indispensáveis à segurança do trânsito.

Penalidade: Grupo 4.

II — Conservar o veículo na mão de direção e na faixa própria.

Penalidade: Grupo 2.

III — Guardar distância de segurança entre o veículo que dirige e o que segue imediatamente à sua frente.

Penalidade: Grupo 2.

IV — Aproximar o veículo da guia da calçada, nas vias urbanas, para embarque ou desembarque de passageiros e carga ou descarga.

Penalidade: Grupo 3.

V — Desviar o veículo para o acostamento nas estradas, para embarque ou desembarque de passageiros e eventual carga ou descarga.

Penalidade: Grupo 2.

VI — Dar passagem, pela esquerda, quando solicitado.

Penalidade: Grupo 3.

VII — Obedecer à sinalização.

Penalidade: Grupo 4.

VIII — Parar veículos:

a) sempre que a respectiva marcha for interceptada por outros veículos que integrem cortejo, préstitos, desfiles e formações militares, crianças, pessoas idosas ou portadoras de defeitos físicos que lhes dificultem o andar e cegos, identificados por bengala

la branca ou por outro processo aprovado pelo Conselho Nacional de Trânsito.

Penalidade: Grupo 2.

b) para dar passagem a veículos precedidos de batedores, bem como a veículos do corpo de bombeiros, de socorros médicos e serviços de polícia, quando em missão de emergência, que estejam identificados por dispositivos de alarma e de luz vermelha intermitente.

Penalidade: Grupo 3.

c) antes de transpor linha férrea ou entrar em via preferencial.

Penalidade: Grupo 2.

IX — Fazer sinal regulamentar de braços ou acionar dispositivo luminoso indicador, antes de parar o veículo, reduzir-lhe a velocidade, mudar de direção ou quando iniciar a marcha.

Penalidade: Grupo 4.

X — Obedecer a horários e normas de utilização da via terrestre, fixados pela autoridade de trânsito.

Penalidade: Grupo 4.

XI — Dar preferência de passagem aos pedestres que estiverem atravessando a via transversal na qual vai entrar, aos que ainda não hajam concluído a travessia, quando houver mudança de sinal, e aos que se encontrem nas faixas a eles destinadas, onde não houver sinalização.

Penalidade: Grupo 3. Quando o pedestre estiver sobre a faixa a ele destinada: Grupo 2.

XII — Nas vias urbanas, deslocar com antecedência o veículo para a faixa mais à esquerda e mais à direita, dentro da respectiva mão de direção, quando tiver de entrar para um desses lados.

Penalidade: Grupo 3.

XIII — Nas estradas onde não houver locais apropriados para a operação de retorno, ou para entrada à esquerda, parar o veículo no acostamento à direita, onde aguardará oportunidade para cruzar a pista.

Penalidade: Grupo 2.

XIV — Nas vias urbanas, executar a operação de retorno somente nos cruzamentos ou nos locais para isso determinados.

Penalidade: Grupo 4.

XV — Colocar-se com seu veículo à disposição das autoridades policiais, devidamente identificadas, quando por

elas solicitado para evitar fuga de delinquentes, ou em casos de emergência, na forma do Regulamento.

Penalidade: Grupo 4.

XVI — Prestar socorro a vítimas de acidente.

Penalidade: Grupo 3.

XVII — Portar e, sempre que solicitado pela autoridade de trânsito ou seus agentes, exhibir os respectivos documentos de habilitação, de licenciamento do veículo e outros que forem exigidos por lei ou regulamento.

Penalidade: Grupo 4 e retenção do veículo até apresentação dos documentos exigidos.

XVIII — Entregar, contra recibo, à autoridade de trânsito ou seus agentes, qualquer documento dos exigidos no item anterior, para averiguação de autenticidade.

Penalidade: Grupo 4.

XIX — Acatar as ordens emanadas das autoridades.

Penalidade: Grupo 4.

XX — Manter as placas de identificação do veículo em bom estado de legibilidade e visibilidade, iluminando a placa traseira à noite.

Penalidade: Grupo 4.

XXI — Manter acesas as luzes externas do veículo, desde o pôr-do-sol até o amanhecer, utilizando farol baixo quando o veículo estiver em movimento.

Penalidade: Grupo 3.

XXII — nas estradas, sob chuvas, neblina ou cerração, manter acesas as luzes externas do veículo.

Penalidade: Grupo 3.

XXIII — transitar em velocidade compatível com a segurança:

a) diante de escolas, hospitais, estações de embarque e de desembarque, logradouros estreitos ou onde haja grande movimentação de pedestres.

Penalidade: Grupo 2.

b) nos cruzamentos não sinalizados, quando não estiver circulando em vias preferenciais.

Penalidade: Grupo 2.

c) quando houver má visibilidade;

d) quando o pavimento apresentar-se escorregadio;

e) ao aproximar-se da guia de calçada;

f) nas curvas de pequeno raio;

g) nas estradas, cuja faixa de domínio não esteja cercada, ou quando, às suas margens, houver habitação, povoados, vilas ou cidades;

h) à aproximação de animais na pista;

i) quando se aproximar de tropas militares, aglomerações, cortejos, prêmios e desfiles.

Penalidade: de "c" a "i" Grupo 3.

Art. 84. É dever do condutor de veículo de transporte coletivo, além dos constantes do art. 83:

a) usar marcha reduzida e velocidade compatível com a segurança ao descer vias com declives acentuados.

Penalidade: Grupo 2.

b) atender ao sinal do passageiro, parando o veículo para embarque ou desembarque somente nos pontos estabelecidos.

Penalidade: Grupo 3.

c) tratar com polidez os passageiros e o público.

Penalidade: Grupo 4.

d) trajar-se adequadamente.

Penalidade: Grupo 4.

e) transitar em velocidade regulamentar quando conduzir escolares.

Penalidade: Grupo 1.

Art. 85. É dever do condutor de automóvel de aluguel, além dos constantes no art. 83:

a) tratar com polidez os passageiros e o público.

Penalidade: Grupo 4.

b) trajar-se adequadamente.

Penalidade: Grupo 4.

c) receber passageiros no seu veículo, salvo se se tratar de pessoas perseguidas pela polícia ou pelo clamor público, sob acusação de prática de crime, ou quando se tratar de pessoa embriagada ou em estado que permita prever venha a causar danos ao veículo ou ao condutor.

Penalidade: Grupo 4.

Art. 86. É dever do pedestre:

a) nas estradas, andar sempre em sentido contrário ao dos veículos e em fila única, utilizando, obrigatoriamente, o acostamento, onde existir.

b) nas vias urbanas, onde não houver calçadas ou faixas privativas a ele destinadas, andar sempre à esquerda da via, em fila única, e em sentido contrário ao dos veículos;

c) somente cruzar a via pública na faixa própria, obedecendo à sinalização;

d) quando não houver faixa própria, atravessar a via pública perpendicularmente às calçadas e na área de seu prolongamento.

e) obedecer à sinalização.

Art. 87. Os condutores de motocicletas e similares devem:

a) observar o disposto no art. 83;

b) conduzir seus veículos pela direita da pista, junto à guia da calçada ou acostamento, mantendo-se em fila única, quando em grupo, sempre que não houver faixa especial a eles destinada.

Penalidade: Grupo 3.

Parágrafo único. Estendem-se aos condutores de veículos de tração ou propulsão humana e aos de tração animal, os mesmos deveres deste artigo.

Art. 88. Os condutores e passageiros de motocicletas, motonetas e similares só poderão transitar por estradas quando usarem capacetes de segurança.

Penalidade: Grupo 4 e retenção do veículo, até que satisfaça a exigência.

Art. 89. É proibido a todo o condutor de veículo:

I — dirigir sem estar devidamente habilitado ou autorizado na forma prevista por este Código e seu Regulamento.

Penalidade: Grupo 1.

II — Entregar a direção do veículo a pessoa não habilitada ou que estiver com sua carteira apreendida ou cassada.

Penalidade: Grupo 1 e apreensão da Carteira de Habilitação.

III — Dirigir em estado de embriaguez alcoólica ou sob o efeito de substância tóxica de qualquer natureza.

Penalidade: Grupo 1 e apreensão da Carteira de Habilitação e do veículo.

IV — Desobedecer ao sinal fechado ou parada obrigatória, prosseguindo na marcha.

Penalidade: Grupo 2.

V — Ultrapassar pela direita bonde parado em ponto regulamentar de embarque ou desembarque de passageiro, salvo quando houver refúgio de segurança para o pedestre.

Penalidade: Grupo 2.

VI — Transitar pela contramão de direção, exceto para ultrapassar outro veículo e, unicamente, pelo espaço necessário para esse fim, respeitada a preferência do veículo que transita em sentido contrário.

Penalidade: Grupo 2.

VII — Ultrapassar pela contramão outro veículo nas curvas e aclives sem visibilidade suficiente, bem como nos cruzamentos e nas passagens de nível.

Penalidade: Grupo 2.

VIII — Ultrapassar outro veículo em pontes, viadutos ou túneis, exceto quando se tratar de duas pistas separadas por obstrução física.

Penalidade: Grupo 2.

IX — Ultrapassar outro veículo em movimento nos cortejos.

Penalidade: Grupo 4.

X — Ultrapassar pela direita, salvo quando o veículo da frente estiver colocado na faixa apropriada e der o sinal de que vai entrar à esquerda.

Penalidade: Grupo 3.

XI — Ultrapassar pela contramão veículos parados em fila, junto a sinais luminosos, porteiros, cancelas, cruzamentos ou qualquer impedimento à livre circulação, salvo com a permissão da autoridade ou seus agentes.

Penalidade: Grupo 2.

XII — Forçar passagem entre veículos que, transitando em sentidos opostos, estejam na iminência de passar um pelo outro.

Penalidade: Grupo 2.

XIII — Transitar em marcha a ré, salvo na distância necessária para pequenas manobras.

Penalidade: Grupo 4.

XIV — Transitar em sentido oposto ao estabelecido para determinada via terrestre.

Penalidade: Grupo 2.

XV — Transitar ao lado de outro veículo, interrompendo ou perturbando o trânsito.

Penalidade: Grupo 3.

XVI — Transitar em velocidade superior à permitida para o local.

Penalidade: Grupo 2.

XVII — Executar a operação de retorno, ainda que nos locais permitidos, com prejuízo da livre circulação dos demais veículos ou da segurança, bem como nas curvas, aclives e declives.

Penalidade: Grupo 2.

XVIII — Disputar corrida por espírito de emulação.

Penalidade: Grupo 1 e apreensão da Carteira de Habilitação e dos veículos.

XLIX — Promover ou participar de competições esportivas com veículo na via terrestre, sem autorização expressa da autoridade competente e sem as medidas acauteladoras da segurança pública.

Penalidade: Grupo 1 (cinco vezes) e apreensão da Carteira de Habilitação e do veículo.

XX — Transitar com o veículo em velocidade reduzida, em faixa inadequada ou perturbando o trânsito.

Penalidade: Grupo 4.

XXI — Dirigir:

a) fora da posição correta;

b) usando apenas uma das mãos, exceto quando deva fazer sinais de braço ou mudar a marcha de câmbio, ressalvados os casos previstos no artigo 76;

c) com o braço pendente para fora do veículo;

d) calçado inadequadamente.

Penalidade: Grupo 4.

XXII — Fazer uso da luz alta dos faróis em vias providas de iluminação pública.

Penalidade: Grupo 3.

XXIII — Alterar as cores e o equipamento dos sistemas de iluminação, bem como a respectiva localização determinada pelo Regulamento.

Penalidade: Grupo 2 e apreensão do veículo para regularização.

XXIV — Transitar com os faróis aitos ou desregulados, de forma a perturbar a visão dos condutores que transitarem em sentido oposto.

Penalidade: Grupo 2.

XXV — Usar a buzina:

- a) à noite, nas áreas urbanas;
- b) nas áreas e nos periodos em que esse uso for proibido pela autoridade de trânsito;
- c) prolongada e sucessivamente, a qualquer pretexto;
- d) quando, sem necessidade e como advertência prévia, possa esse uso assustar ou causar males a pedestres ou a condutores de outros veículos;
- e) para apressar o pedestre na travessia da via pública;
- f) a pretexto de chamar alguém ou, quando se tratar de veículo a frete, para angariar passageiros;
- g) ou equipamento similar com som ou frequência em desacordo com as estipulações do Conselho Nacional de Trânsito.

Penalidade: Grupo 4.

XXVI — Usar, indevidamente, aparelho de alarma ou que produza sons ou ruídos que perturbem o sossego público.

Penalidade: Grupo 3 e retenção do veículo para regularização.

XXVII — Usar descarga livre, bem como silenciadores de explosão de motor insuficientes ou defeituosos.

Penalidade: Grupo 3 e retenção do veículo para regularização.

XXVIII — Dar fuga a pessoa perseguida pela polícia ou pelo clamor público, sob a acusação de prática de crime.

Penalidade: Grupo 1 e apreensão da Carteira de Habilitação.

XXIX — Efetuar o transporte remunerado, quando o veículo não for devidamente licenciado para esse fim, salvo em caso de força maior e com permissão da autoridade competente.

Penalidade: Grupo 3 e apreensão da Carteira de Habilitação.

XXX — Transitar com o veículo:

- a) produzindo fumaça.
Penalidade: Grupo 3 e retenção do veículo para regularização;
- b) com defeito em qualquer dos equipamentos obrigatórios ou com sua falta.
Penalidade: Grupo 3 e retenção do veículo para regularização;

c) com deficiência de freios.

Penalidade: Grupo 3 e retenção do veículo para regularização;

d) sem nova vistoria, depois de reparado em consequência de acidente grave.

Penalidade: Grupo 3 e apreensão do veículo para vistoria;

e) com carga excedente de lotação e fora das dimensões regulamentares, sem autorização especial;

Penalidade: Grupo 2 e retenção do veículo para regularização;

f) como transporte de passageiros, se se tratar de veículo de carga, sem que tenha autorização especial fornecida pela autoridade de trânsito.

Penalidade: Grupo 2 e apreensão da Carteira de Habilitação e do veículo;

g) derramando na via pública combustíveis ou lubrificantes, assim como qualquer material que esteja transportando ou consumindo.

Penalidade: Grupo 3 e retenção do veículo para regularização;

h) com registrador de velocidade viciado ou defeituoso, quando houver exigência desse aparelho.

Penalidade: Grupo 3 e retenção do veículo para regularização;

i) em locais e horários não permitidos.

Penalidade: Grupo 4.

j) com placa ilegível ou parcialmente encoberta;

Penalidade: Grupo 4.

l) sem estar devidamente licenciado.

Penalidade: Grupo 1 e apreensão do veículo até que satisfaça a exigência;

m) com alteração da cor ou outra característica do veículo antes do devido registro.

Penalidade: Grupo 3 e apreensão n) sem a sinalização adequada, quando transportando carga de dimensões excedentes ou que ofereça perigo.

Penalidade: Grupo 3 e retenção para regularização.

o) com falta de inscrição da tara ou lotação, quando se tratar de veículos destinados ao transporte de carga ou coletivo de passageiros.

Penalidade: Grupo 4.

p) em mau estado de conservação e segurança.

Penalidade: Grupo 3 e apreensão do veículo.

XXXI — Dirigir o veículo sem actuar o limpador de pára-brisa, durante a chuva.

Penalidade: Grupo 4.

XXXII — Conduzir pessoas, animais ou qualquer espécie de carga nas partes externas do veículo, exceto em casos especiais e com permissão da autoridade de trânsito.

Penalidade: Grupo 3 e retenção do veículo;

XXXIII — Transportar carga, arrastando-a.

Penalidade: Grupo 3 e retenção do veículo.

XXXIV — Realizar reparos em veículos, na pista de rolamento.

Penalidade: Grupo 3.

XXXV — Rebocar outro veículo com corda ou cabo metálico, salvo em casos de emergência, a critério da autoridade de trânsito ou de seus agentes.

Penalidade: Grupo 3.

XXXVI — Retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, o veículo do local do acidente com ele ocorrido, e do qual haja resultado vítima, salvo para prestar socorro de que esta necessite.

Penalidade: Grupo 2.

XXXVII — Falsificar os selos da placa ou da plaqueta do ano, de identificação do veículo.

Penalidade: Grupo 1 e apreensão do veículo.

XXXVIII — Fazer falsa declaração de domicílio ou residência, para fins de licenciamento ou de habilitação.

Penalidade: Grupo 2.

XXXIX — Estacionar o veículo:

a) nas esquinas, a menos de três metros do alinhamento de construção da via transversal quando se tratar de automóvel de passageiros, e a menos de dez metros para os demais veículos.

Penalidade: Grupo 3 e remoção;

b) afastado da guia da calçada, em desacordo com o Regulamento.

Penalidade: Grupo 4 e remoção;

c) junto ou sobre os hidrantes de incêndio, registro de água e postos de visita de galerias subterrâneas.

Penalidade: Grupo 3 e remoção;

d) sobre a pista de rolamento das estradas.

Penalidade: Grupo 1 e remoção;

e) nos acostamentos das estradas, salvo por motivo de força maior.

Penalidade: Grupo 4 e remoção;

f) em desacordo com a regulamentação estabelecida pela autoridade competente.

Penalidade: Grupo 4 e remoção;

g) nos viadutos, pontes e túneis.

Penalidade: Grupo 2 e remoção;

h) ao lado de outro veículo, salvo onde haja permissão.

Penalidade: Grupo 3 e remoção;

i) à porta de templos, repartições públicas, hotéis e casas de diversões, salvo se houver local próprio, devidamente sinalizado pela autoridade competente.

Penalidade: Grupo 4 e remoção;

j) onde houver guia de calçada rebaixada para entrada ou saída de veículos.

Penalidade: Grupo 4 e remoção;

l) nas calçadas e sobre faixas destinadas a pedestres.

Penalidade: Grupo 3 e remoção;

m) sobre a área de cruzamento, interrompendo o trânsito da via transversal.

Penalidade: Grupo 3 e remoção;

n) em aclives ou declives, sem estar o veículo engrenado além de freiado e, ainda, quando se tratar de veículo pesado, também com calço de segurança.

Penalidade: Grupo 3.

o) na contramão de direção;

Penalidade: Grupo 4.

p) em local e horário não permitidos.

Penalidade: Grupo 3.

q) junto aos pontos de embarque ou desembarque de coletivos, devidamente sinalizados.

Penalidade: Grupo 3 e remoção;

r) sobre o canteiro divisor de pistas de rolamento, salvo onde houver sinalização específica.

Penalidade: Grupo 3 e remoção;

§ 1º Além do estacionamento, a parada de veículos é proibida nos casos compreendidos nas alíneas a — b — d — f — g — m — o e r, e onde houver sinalização específica.

Penalidade: Grupo 4.

§ 2º No caso previsto na alínea "n" é proibido abandonar o calço de segurança na via.

Penalidade: Grupo 2.

Art. 90. Quando, por motivo de força maior, um veículo não puder ser removido da pista de rolamento ou deva permanecer no respectivo acostamento, o condutor deverá colocar sinalização de forma a prevenir aos demais motoristas.

§ 1º As mesmas medidas de segurança deverão ser tomadas pelo condutor, quando a carga ou parte dela, cair sobre a via pública e desta não puder ser retirada imediatamente, constituindo risco para o trânsito.

§ 2º Nos casos previstos neste artigo e no parágrafo 1º o condutor deverá, à noite, manter acesas as luzes externas do veículo e utilizar-se de outro meio que torne visível o veículo ou a carga derramada sobre a pista, em distância compatível com a segurança do trânsito.

§ 3º É proibido abandonar sobre a pista de rolamento todo e qualquer objeto que tenha sido utilizado para assinalar a permanência do veículo ou carga, nos termos deste artigo e seus §§ 1º e 2º.

Penalidade: Grupo 2.

Art. 91. É proibido aos condutores de veículos de transporte coletivo, além do disposto nos arts. 89 e 90:

a) dirigir com a respectiva vistoria vencida.

Penalidade: Grupo 3 e apreensão do veículo;

b) dirigir com excesso de lotação.

Penalidade: Grupo 3.

c) conversar, estando com o veículo em movimento.

Penalidade: Grupo 4.

d) dirigir com defeito em qualquer equipamento obrigatório ou com sua falta;

Penalidade: Grupo 3 e retenção do veículo;

e) dirigir sem registrador de velocidade, ou com defeito no mesmo,

quando estiver transportando escolares.

Penalidade: Grupo 2 e retenção do veículo;

f) descer rampas íngremes com o veículo desengrenado.

Penalidade: Grupo 2.

Parágrafo único. O disposto na alínea "f" deste artigo, estende-se aos condutores de veículos com mais de seis toneladas e aos que transportam inflamáveis, explosivos e outros materiais perigosos.

Art. 92. É proibido ao condutor de automóvel de aluguel, além do que dispõe o artigo 89:

a) violar o taxímetro.

Penalidade: Grupo 3 e apreensão da Carteira de Habilitação e do veículo;

b) cobrar acima da tabela.

Penalidade: Grupo 3 e apreensão da Carteira de Habilitação;

c) retardar, propositadamente, a marcha do veículo ou seguir itinerário mais extenso ou desnecessário.

Penalidade: Grupo 3 e apreensão da Carteira de Habilitação;

d) dirigir com excesso de lotação.

Penalidade: Grupo 3.

Art. 93. É proibido ao pedestre:

a) permanecer ou andar nas pistas de rolamento, exceto para cruzá-las onde for permitido;

b) cruzar pista de rolamento nos viadutos, pontes ou túneis, salvo onde exista permissão;

c) atravessar a via dentro das áreas de cruzamento, salvo quando houver sinalização para esse fim;

d) utilizar-se da via em agrupamentos capazes de perturbar o trânsito, ou para a prática de qualquer folguedo, esporte, desfiles e similares, salvo em casos especiais e com a devida licença da autoridade competente;

e) andar fora da faixa própria, onde esta exista.

Penalidade: Vide artigo 105 e Parágrafos.

CAPÍTULO XI

Das Infrações

Art. 94. Considerar-se-á infração a inobservância de qualquer preceito.

dêste Código, de seu Regulamento e das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 95. O responsável pela infração fica sujeito às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) apreensão do documento de habilitação;
- d) cassação do documento de habilitação;
- e) remoção do veículo;
- f) retenção do veículo;
- g) apreensão do veículo.

§ 1º Quando o infrator praticar, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as penalidades em que haja incorrido.

§ 2º A aplicação das penalidades previstas neste Código não exonera o infrator das cominações cíveis e penais cabíveis.

§ 3º O ônus decorrente da remoção ou apreensão de veículo recairá sobre seu proprietário, ressalvados os casos fortuitos.

Art. 96. Nos casos de apreensão do documento de habilitação a suspensão do direito de dirigir dar-se-á por prazo de um a doze meses.

§ 1º Além dos casos previstos em outros artigos dêste Código, a apreensão do documento de habilitação far-se-á:

- a) quando o condutor utilizar o veículo para a prática de crime;
- b) quando for multado por três vezes no período de um ano, por infrações compreendidas no Grupo 2;
- c) por incontinência e conduta escandalosa do condutor;
- d) por dirigir veículo de categoria para a qual não estiver habilitado, ou devidamente autorizado;
- e) por dirigir com exame de saúde vencido, até que seja aprovado em novo exame (Artigo 79 e parágrafo único).

§ 2º A apreensão se fará contra recibo por decisão fundamentada da autoridade de trânsito.

Art. 97. A cassação do documento de habilitação dar-se-á:

- a) quando o condutor, estando com a Carteira de Habilitação apreendida, for encontrado dirigindo;

b) quando a autoridade comprovar que o condutor dirigia em estado de embriaguez ou sob o domínio de tóxico, após duas apreensões pelo mesmo motivo;

c) quando o condutor deixar de preencher as condições exigidas em leis ou regulamentos para a direção de veículos;

Art. 98. Aos menores autorizados a dirigir, nos termos dos arts. 81 e 82, quando incidirem em infrações, dos Grupos 1 e 2, será cassada a respectiva autorização.

Art. 99. Além dos casos previstos em lei a apreensão do veículo poderá ocorrer:

a) para atendimento à determinação judicial;

b) quando expirado o prazo de permanência no País, a veículo licenciado no estrangeiro.

§ 1º A apreensão de veículo não se dará enquanto estiver transportando passageiros, carga perecível ou que possa vir a causar danos à segurança pública, salvo se puder danificar a via terrestre ou a sinalização do trânsito.

§ 2º Satisfeitas as exigências legais e regulamentares, os veículos retidos, removidos ou apreendidos serão imediatamente liberados.

Art. 100. As penalidades serão impostas aos proprietários dos veículos aos seus condutores, ou a ambos, conforme o caso.

Parágrafo único. Aos proprietários e condutores de veículos serão impostas concomitantemente as penalidades de que trata êste Código, toda vez que houver responsabilidade solidária na infração dos preceitos que lhes couber observar, respondendo cada um de per si, pela falta em comum, que lhes for atribuída.

Art. 101. Ao proprietário caberá sempre a responsabilidade pela infração referente à prévia regularização e preenchimento das formalidades e condições exigidas para o trânsito do veículo na via terrestre, conservação e inalterabilidade de suas características e fins, matrícula de seus condutores, quando esta for exigida e outras disposições que deva observar.

Art. 102. Aos condutores caberá a responsabilidade pelas infrações de-

correntes de atos praticados na direção dos veículos.

Parágrafo único. No caso de não ser possível identificar o condutor infrator, a responsabilidade pela infração recairá sobre o proprietário do veículo.

Art. 103. Nas vias urbanas, após a ciência das multas, o infrator terá o prazo de trinta dias para pagá-las, podendo, dentro dos dez primeiros dias, oferecer recurso contra sua aplicação, mesmo que tenha efetuado o pagamento da multa.

§ 1º O valor das multas decorrentes de infrações verificadas em rodovias será depositado no ato da autuação e recolhido, se o infrator não recorrer dentro de trinta dias.

§ 2º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior aos motoristas que dirijam veículos licenciados em município diferente daquele onde ocorrer a infração.

§ 3º O Conselho Nacional de Trânsito disciplinará, por meio de Resolução, o processo de arrecadação de multas decorrentes de infrações em localidades diferentes da de licenciamento do veículo ou de habilitação do motorista.

Art. 104. As multas são aplicáveis a condutores e proprietários de veículos de qualquer natureza e serão impostas e arrecadadas pela repartição competente, em cuja jurisdição haja ocorrido a infração.

Art. 105. Sempre que a segurança do trânsito o recomendar, o Conselho Nacional de Trânsito poderá estipular multas para pedestres e para veículos de propulsão humana ou tração animal.

§ 1º O valor das multas a que se refere este artigo não poderá ser superior, para os pedestres, a um por cento do salário-mínimo vigente na região, ou a três por cento para os demais.

§ 2º A fixação do valor das multas para os Estados será feita mediante proposta dos respectivos Conselhos Estaduais de Trânsito, aprovada pelo Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 106. O pagamento da multa não exonera o infrator de cumprir as disposições deste Código, de seu Re-

gulamento e das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 107. As infrações punidas com multas classificam-se, de acordo com a sua gravidade, em quatro grupos:

I — As infrações do Grupo "1" serão punidas com multas de valor entre cinquenta por cento e cem por cento do salário-mínimo vigente na região.

II — As infrações do Grupo "2" serão punidas com multas de valor entre vinte por cento e cinquenta por cento do salário-mínimo vigente na região.

III — As infrações do Grupo "3" serão punidas com multas de valor entre dez por cento e vinte por cento do salário-mínimo vigente na região.

IV — As infrações do Grupo "4" serão punidas com multas de valor entre cinco por cento e dez por cento do salário-mínimo vigente na região.

§ 1º As multas serão aplicadas em dobro, quando houver reincidência na mesma infração dentro do prazo de um ano.

§ 2º O Conselho Nacional de Trânsito fixará o valor das multas para os Territórios, bem como para os Estados e Distrito Federal, por proposta dos respectivos Conselhos de Trânsito.

Art. 108. A autoridade de trânsito poderá transformar a primeira multa decorrente de infrações dos Grupos "3" e "4", em advertência, levando em conta os antecedentes do condutor.

Art. 109. As multas impostas a condutores de veículos pertencentes ao serviço público federal, estadual, municipal e às autarquias, deverão ser comunicadas aos respectivos órgãos, para o desconto em folha, em favor da repartição de trânsito autuadora, no caso do não cumprimento do artigo 103 e seus parágrafos.

Art. 110. Não será renovada a licença de veículo em débito de multas.

Art. 111. As infrações para as quais não haja penalidade específica serão punidas com multa igual a cinco por cento do salário-mínimo vigente na região.

CAPÍTULO XII

Do Julgamento das Penalidades e Seus Recursos

Art. 112. Junto a cada repartição de trânsito, haverá um Tribunal Administrativo de Julgamento de Infrações, com a finalidade de julgar os recursos contra as penalidades impostas.

Parágrafo único. A interposição do recurso em tempo hábil terá efeito suspensivo da penalidade, enquanto esta não for julgada.

Art. 113. Cada Tribunal Administrativo de Julgamento de Infrações será composto de três membros:

- a) 1 presidente, indicado pelo Conselho Estadual de Trânsito;
- b) 1 representante da repartição do trânsito;
- c) 1 representante dos condutores, indicado por entidade reconhecida.

Art. 114. Quando e onde for necessário, os Conselhos Estaduais de Trânsito poderão criar mais de um Tribunal Administrativo de Julgamento de Infrações.

Art. 115. Os Tribunais Administrativos de Julgamento de Infrações funcionarão de conformidade com o Regulamento deste Código e com o Regimento Interno elaborado pelos Conselhos Estaduais de Trânsito.

Art. 116. Das decisões do Tribunal Administrativo de Julgamento de Infrações caberá recurso aos Conselhos Estaduais e ao Conselho Nacional de Trânsito conforme o caso.

CAPÍTULO XIII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 117. No Distrito Federal o registro, o licenciamento e o emplaceamento de veículos competirá a Prefeitura, nos termos da legislação em vigor.

Art. 118. As repartições de trânsito e as concedentes de serviços de transportes coletivos fornecerão aos Conselhos de Trânsito os elementos por eles solicitados para o levantamento da estatística prevista neste Código.

Art. 119. A contar de dois anos da data da publicação deste Código,

nenhum diretor ou instrutor de escola de aprendizagem ou examinador de trânsito poderá exercer essas funções sem que apresente Certificado habilitando-o para esse mister, expedido pelos Departamentos Estaduais de Trânsito.

Art. 120. Os estabelecimentos onde se executarem reformas ou recuperação de veículos e os que comprem, vendam ou desmontem veículos, usados ou não, ficam obrigados a possuir livros de registro de seu movimento de entrada e saída e de uso de placas de "experiência", conforme modelos aprovados e rubricados pelo Departamento Estadual de Trânsito.

Parágrafo único. Estão isentos de selos os livros referidos neste artigo.

Art. 121. As repartições de trânsito e as encarregadas de pericia de acidentes utilizarão modelo padronizado para relatório de estatística de acidentes, de acordo com padrão determinado pelo Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 122. Nenhum fio condutor de eletricidade, sem ou de suporte pode atravessar ou tangenciar a via terrestre sem que ofereça a devida segurança e obedeça à altura regulamentada pela autoridade com jurisdição sobre a mesma.

Art. 123. Ao condutor de veículo, nos casos de acidente de trânsito de que resulte vítima, não se impõe a prisão, em flagrante, nem se exigirá fiança, se prestar socorro pronto e integral àquela.

Parágrafo único. A autoridade policial que, na via pública ou estabelecimento hospitalar, primeiro tiver ciência do acidente, no caso deste artigo, anotará a identidade do condutor e o convidará a comparecer à repartição policial competente nas vinte e quatro horas imediatamente seguintes.

Art. 124. Pelo menos uma vez cada ano, o Conselho Nacional de Trânsito fará realizar uma Campanha Educativa de Trânsito, em todo o território nacional, com a cooperação de todos os órgãos competentes do Sistema Nacional de Trânsito.

Art. 125. O Ministério da Educação e Cultura promoverá a divulgação de noções de trânsito nas escolas primárias e médias do País, se-

gundo programa estabelecido de acordo com o Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 126. Os débitos dos proprietários e condutores de veículos decorrentes de infração a dispositivo deste Código terão o seu valor atualizado monetariamente, em função das variações do poder aquisitivo da moeda nacional, atendidas as normas legais sobre a correção monetária dos débitos fiscais.

Art. 127. Dentro do prazo de um ano a contar da publicação deste Código, o Conselho Nacional de Trânsito fará publicar um opusculo contendo as principais regras de trânsito, devidamente ilustradas.

§ 1º. Para cumprimento do disposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

§ 2º. A publicação de que trata este artigo destina-se à distribuição gratuita, por intermédio das repartições de trânsito dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal.

Art. 128. A exigência do Certificado de Registro para o licenciamento de veículo somente se fará após o terceiro ano de vigência do Regulamento deste Código.

Art. 129. O Poder Executivo, dentro de cento e vinte dias contados da vigência deste Código, expedirá o competente Regulamento necessário à sua melhor execução.

Parágrafo único: O Conselho Nacional de Trânsito elaborará o projeto de Regulamento, que submeterá ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, dentro de noventa dias contados da publicação deste Código.

Art. 130. A primeira composição do Conselho Nacional de Trânsito, na forma do art. 4º, deverá levar-se a termo nos sessenta dias imediatamente seguintes à expedição do Regulamento deste Código.

Art. 131. Este Código entrará em vigor sessenta dias após a sua publicação, revogados o Decreto-lei número 3.651, de 25 de setembro de 1941, o Decreto-lei nº 9.545 de 5 de agosto de 1946 e § 3º do art. 14 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, com a redação que lhe deu a

Lei nº 4.638, de 26 de maio de 1965, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Ademar de Queiroz
M. Pio Correa
Octavio Bulhões
Jayme Brasilio de Araujo
Raymundo Moniz de Aragão
L. G. do Nascimento e Silva

LEI Nº 5.109 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1966

Prorroga os prazos previstos na Lei nº 4.641, de 27 de maio de 1965, que dispõe sobre os cursos de teatro e regulamenta as categorias profissionais correspondentes.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam prorrogados por 1 (um) ano, a contar da expedição dos atos previstos no artigo 15, os prazos fixados nos artigos 12, 13 e 14 da Lei nº 4.641, de 27 de maio de 1965.

Art. 2º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Raymundo Moniz de Aragão
L. G. do Nascimento e Silva

LEI Nº 5.110 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1966

Modifica a redação do artigo único da Lei nº 781, de 17 de agosto de 1949, que institui o Dia Nacional de Ação de Graças.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — O artigo único da Lei nº 781, de 17 de agosto de 1949, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo único. É instituído o Dia Nacional de Ação de Graças, que será

a quarta quinta-feira do mês de novembro".

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

LEI Nº 5.111 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de despesas com a movimentação de pessoal do Departamento do Imposto de Renda, em 1965.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de despesas decorrentes da movimentação de pessoal promovida pelo Departamento do Imposto de Renda, em 1965, em todas as regiões fiscais do País.

Art. 2º — O crédito especial de que trata o artigo precedente, dada a natureza da despesa, será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional para ser aplicado pelo Departamento do Imposto de Renda.

Art. 3º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.112 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 62.704.650 (sessenta e dois milhões setecentos e quatro mil seiscentos e cinquenta cruzeiros), para pagamento de percentagens aos Procuradores da República, lotados no Distrito Federal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 62.704.650 (sessenta e dois milhões setecentos e quatro mil seiscentos e cinquenta cruzeiros), para atender ao pagamento de percentagens aos Procuradores da República, lotados em Brasília, em cumprimento de decisão unânime do Supremo Tribunal Federal proferida no Mandado de Segurança nº 15.243, de 1965.

Art. 2º — O crédito especial a que se refere o artigo precedente será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.113 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 185.440.652 (cento e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil, seiscentos e cinquenta e dois cruzeiros), para atender a despesas decorrentes das eleições de 1962.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário —

Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de ... Cr\$ 185.440.652 (cento e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil, seiscentos e cinqüenta e dois cruzeiros), para atender a despesas decorrentes das eleições de 1962.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior terá a duração de dois exercícios e será registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.114 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1966

Autoriza a reinversão na Companhia Siderúrgica Nacional, sob a forma de ações de capital, dos dividendos que couberem à União, em cada exercício social.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Serão reinvestidos na Companhia Siderúrgica Nacional, sob a forma de ações de capital, os dividendos que couberem à União, em cada exercício social.

Art. 2º Na Assembléia Geral Ordinária de cada ano, a partir de 1966 até 1976, a Diretoria dará a conhecer o montante dos dividendos do exercício anterior, para efeito de sua incorporação ao capital social e distribuição ao Tesouro Nacional das ações ordinárias correspondentes, a se verificar em Assembléia-Geral Extraordinária convocada para tal fim.

Art. 3º Os valores correspondentes aos dividendos, que couberem à

União, serão escriturados à parte, constituindo fundo de reserva especial, destinado a aumento de capital.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Paulo Egydio Martins

LEI Nº 5.115 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1966

Isenta do imposto de importação equipamento importado por Móveis Vogue Ltda. — Indústria e Comércio, destinado à sua associada Placas do Paraná Ltda.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação para o equipamento constante do certificado de cobertura cambial nº 9-66/175, emitido pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S. A., em nome da firma Móveis Vogue Ltda. — Indústria e Comércio, destinado à fábrica de sua associada Placas do Paraná Ltda.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similiar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.116 — DE 23 DE SETEMBRO
DE 1966

*Concede pensão especial à pintora
Guiomar Fagundes.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida pensão especial mensal, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do maior salário-mínimo vigente no País, à pintora Guiomar Fagundes.

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta da respectiva dotação orçamentária destinada aos pensionistas do Tesouro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.117 — DE 27 DE SETEMBRO
DE 1966

Dispõe sobre a nomeação e a admissão de servidores e empregados da União, das Autarquias e de outras entidades, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Toda e qualquer nomeação para as vagas de classe singular ou inicial de séries de classes, bem como para cargos isolados de provimento efetivo, dos Quadros de Pessoal da União, dos Órgãos Autônomos e das Autarquias, só poderá ser feita mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, respeitado o acesso previsto em lei.

Parágrafo único. Fica ressalvada do preceituado neste artigo a admissão ou nomeação de candidato que tenha participado de teatro de operações de guerra na Itália, incorporado na Força Expedicionária Brasileira, no 1º Grupo de Caça ou Força Aérea Brasileira, ou que tenha participado de operações ativas de guerra, navegando em missão de escolta, comboio ou patrulhamento, incorporado na Marinha Mercante, cuja nomeação ou admissão continuará a ser feita conforme preceitua o Decreto nº 53.073, de 3 de dezembro de 1963, ratificado pelo § 3º do artigo 2º do Decreto nº 54.003, de 3 de julho de 1954.

Art. 2º A medida que forem surgindo vagas nas classes singulares, séries de classes ou classes ou cargos isolados de provimento efetivo nos Quadros de Pessoal da União, dos Órgãos Autônomos e das Autarquias, o Poder Executivo, através do Departamento Administrativo do Serviço Público, providenciará a abertura imediata do concurso previsto nesta Lei, respeitada a ressalva do parágrafo único do artigo anterior.

Art. 3º As normas estabelecidas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público para o concurso Público de provas e títulos, da União, dos Órgãos Autônomos e das Autarquias serão seguidas pelas demais entidades estatais e paraestatais.

Art. 4º Qualquer nomeação ou admissão de servidores ou empregados fora do regime ora instituído acarretará a nulidade do ato e a responsabilidade do administrador que o praticar, vedado o provimento, em caráter interino, de cargos públicos como o de cargos e funções nas demais entidades de que trata esta Lei, ressalvado o candidato que se enquadre nas exceções previstas nos artigos 1º e 2º da presente lei.

Art. 5º — VETADO ...

Parágrafo único. — VETADO ...

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Zilmar de Araripe Macedo

Ademar de Queiroz

M. Pio Corrêa

Eduardo Lopes Rodrigues

Juarez Távora

Severo Fagundes Gomes

Raymundo Moniz de Aragão

L. G. do Nascimento

Eduardo Gomes

* Mathias Joaquim da Gama e Silva

Paulo Egydio Martins

Benedicto Dutra

Roberto Campos

João Gonçalves de Souza

LEI Nº 5.118 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 107.699,80 (cento e sete mil, seiscentos e noventa e nove cruzeiros e oitenta centavos), destinado ao pagamento de servidores do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Ministério da Educação e Cultura.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 107.699,80 (cento e sete mil, seiscentos e noventa e nove cruzeiros e oitenta centavos), destinado ao pagamento de servidores do Instituto Nacional de Educação de Surdos do Ministério da Educação e Cultura, referente ao mês de dezembro de 1963, decorrente do aumento de vencimentos e demais vantagens da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata o presente artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Lopes Rodrigues

Raymundo Moniz de Aragão

LEI Nº 5.119 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1966

Isenta do imposto de consumo, de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, os aparelhos de Raios X e o equipamento fotográfico para revelação de Raios X, importados pela Sociedade Beneficente de Senhoras, do Hospital Sírio-Libanês, com sede na Cidade de São Paulo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São isentos do imposto de consumo, dos direitos de importação e das taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, os seguintes aparelhos e equipamentos importados pela Sociedade Beneficente de Senhoras, do Hospital Sírio-Libanês, com sede na Cidade de São Paulo:

1 — aparelho para radiodiagnóstico "Aristocrat", com suas partes componentes, Certificado de Cobertura Cambial nº 18-652897;

2 — aparelho de Raios X, modelo móvel 225; com mesa de comando, transformador e tubo Raios X, coberto pela Licença de Importação nº 18-65-04.6954;

3 — uma máquina para processamento de filmes radiográficos X-OMAT, coberta pela Licença de Importação nº 18-66-5588.

Parágrafo único. A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Lopes Rodrigues

LEI Nº 5.120 — DE 27 DE SETEMBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.961.376,10 (dois milhões novecentos e sessenta e um mil trezentos e setenta e seis cruzeiros e dez centavos), para atender a despesas com pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' autorizado o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.961.376,10 (dois milhões novecentos e sessenta e um mil trezentos e setenta e seis cruzeiros e dez centavos), para atender a despesas com pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de setembro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Eduardo Lopes Rodrigues

LEI Nº 5.121 — DE 27 DE SETEMBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunais Regionais Eleitorais do Rio Grande do Sul, do Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais — o crédito especial de Cr\$ 285.180,30 (duzentos e oitenta e cinco mil, cento e oitenta cruzeiros e trinta centavos), para atender às despesas correspondentes aos exercícios de 1958 e 1959.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunais Regio-

nais Eleitorais do Rio Grande do Sul, do Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais — o crédito especial de Cr\$ 285.180,30 (duzentos e oitenta e cinco mil, cento e oitenta cruzeiros e trinta centavos), para atender as despesas correspondentes aos exercícios de 1958 e 1959, assim discriminadas:

Gratificação pela prestação de serviço eleitoral

	Cr\$
T.R.E. do Rio Grande do Sul	20.969,20
Despesas Gerais com Eleições:	
T. R. E. do Rio de Janeiro	254.679,00
Telefones, etc.:	
T. R. E. de Minas Gerais	9.532,10
Total	285.180,30

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de setembro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Eduardo Lopes Rodrigues

LEI Nº 5.122 — DE 28 DE SETEMBRO
DE 1966

Dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S. A.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Banco de Crédito da Amazônia S. A., instituição financeira pública nos termos do art. 22 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a denominar-se Banco da Amazônia S. A., com as seguintes atribuições:

a) executar a política do Governo Federal na Região Amazônica relativa

ao crédito para o desenvolvimento econômico-social;

b) efetuar operações bancárias em todas as suas modalidades, inclusive aceites, avais e prestação de quaisquer garantias e especialmente as operações direta ou indiretamente relacionadas com as atividades industriais, comerciais e produtoras da Região Amazônica;

c) exercer as funções de agente financeiro da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;

d) atuar como agente financeiro para aplicação, na Região Amazônica, de recursos mobilizados interna ou externamente de acordo com a legislação em vigor;

e) executar, com exclusividade, os serviços bancários da SPVEA e dos demais órgãos regionais federais, inclusive autarquias, e em especial a movimentação dos recursos do artigo 199 da Constituição Federal;

f) executar os serviços bancários de quaisquer órgãos federais, inclusive autarquias, nos termos do item II do art. 19 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nas localidades da Região Amazônica onde o Banco do Brasil S. A. não disponha de agências;

g) aplicar, como agente financeiro da SPVEA, segundo as diretrizes do desenvolvimento econômico que esta traçar, os recursos por ela destinados para crédito em favor da iniciativa privada na Região, sem prejuízo da ação normativa do Conselho Monetário Nacional;

h) executar, paralelamente ao Banco do Brasil S. A. na Região Amazônica e como agente da Comissão de Financiamento de Produção, a política dos preços mínimos dos produtos agrícolas, pecuários ou extrativos, na forma da legislação em vigor.

§ 1º A Região Amazônica, para os efeitos desta lei, é a definida em lei para a realização do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no art. 199 da Constituição Federal.

§ 2º Enquanto o Banco da Amazônia S. A. não estiver aparelhado para a execução das atribuições contidas neste artigo, poderá na forma pela qual for regulamentada, nomear outros estabelecimentos bancários, oficiais ou privados, que operem naquela área, como seus agentes financeiros,

para a consecução das ditas atribuições.

Art. 2º O Banco da Amazônia Sociedade Anônima poderá, ainda, mediante regulamento próprio, aprovado pelo Banco Central da República do Brasil:

a) promover estudos que possibilitem a realização de empreendimentos econômicos para a Região Amazônica e a organização das respectivas empresas, podendo inclusive, facilitar a sua formação, mediante lançamento de ações à subscrição pública;

b) garantir a tomada de parcelas de capital para revenda pública de empreendimentos prioritários ao desenvolvimento da Região, podendo, para isso, emitir títulos de rendimento fixo ou variável, conforme previsto em lei;

c) realizar negociações para obtenção de recursos externos com agências financeiras estrangeiras e internacionais.

Art. 3º O capital do Banco da Amazônia S. A., atualmente de Cr\$ 150.000.000, poderá ser alterado por decisão de Assembleia Geral, sempre que necessário, observada a legislação geral das sociedades anônimas e a legislação específica sobre o sistema financeiro nacional, em vigor, em especial a presente lei.

§ 1º O primeiro aumento de capital somente se fará após cumprida a Lei nº 4.087, de 7 de julho de 1962.

§ 2º A União manterá, sempre, nos aumentos de capital, a maioria absoluta do capital do Banco, devendo as restantes ações ser colocadas à subscrição pública.

§ 3º Somente pessoas brasileiras físicas ou jurídicas, poderão ser acionistas do Banco.

§ 4º Nenhum acionista, à exceção da União, poderá dispor de mais de 3% do capital social do Banco.

§ 5º Nos aumentos de capital do Banco da Amazônia S. A., oferecidos à subscrição pública, terão preferência as pessoas físicas e jurídicas da Região Amazônica.

Art. 4º A União consignará no seu orçamento, anualmente, dotações em favor do Banco da Amazônia S. A., para aplicação em créditos especiais.

zados à iniciativa privada na Região Amazônica.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros) destinado a atender ao disposto neste artigo.

§ 2º O crédito especial de que trata a presente lei terá vigência de dois exercícios a contar da data do registro pelo Tribunal de Contas.

§ 3º A partir do exercício orçamentário de 1967, inclusive, os recursos previstos neste artigo serão consignados no Orçamento da União, anexo do Ministério da Fazenda, durante o prazo de 5 (cinco) anos, prorrogável por período não superior a um quinquênio, a critério do Conselho Monetário Nacional.

§ 4º Os recursos previstos neste artigo serão automaticamente registrados no Tribunal de Contas da União, distribuídos ao Tesouro Nacional e colocados à disposição do Banco da Amazônia S. A., onde terão sua movimentação escriturada em conta especial para posterior integralização da parcela de capital da União por ocasião dos aumentos referidos no artigo anterior.

§ 5º Ao liberar os recursos previstos neste artigo, poderá o Ministério da Fazenda descontar as parcelas dos depósitos referentes a exercícios anteriores, que, decorrido, pelo menos, o interregno de um exercício financeiro, a partir de sua efetivação, não tenham sido aplicadas ou vinculadas a projetos específicos.

Art. 5º As pessoas físicas ou jurídicas que adquirirem ações do Banco da Amazônia S. A., colocadas à subscrição pública nos termos do § 2º do art. 3º desta lei, é facultado deduzir do imposto de renda até 50% do valor pago na compra destas ações, desde que a dedução não ultrapasse a 25% do total do imposto devido.

Art. 6º O Banco da Amazônia S. A. será administrado por uma Diretoria constituída por seis membros, todos brasileiros e residentes no País, sendo um Presidente e cinco Diretores, dois dos quais, pelo menos, profissionais da atividade bancária.

§ 1º O Presidente do Banco da Amazônia S. A. será nomeado pelo

Presidente da República e por este demissível *ad nutum*; os Diretores serão eleitos pela Assembléia Geral da Sociedade e exercerão seu mandato pelo prazo de quatro anos, observado, em ambos os casos, o disposto no artigo 22, § 2º, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, observados ainda os dispositivos da presente lei.

§ 2º No caso de substituição em caráter efetivo do Presidente do Banco da Amazônia S. A., poderá o novo titular, até 60 dias após assumir as funções, convocar a Assembléia Geral dos Acionistas da Sociedade, para decidir sobre o término do mandato dos Diretores em exercício.

Art. 7º O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S. A. será integrado por um representante do Ministério da Fazenda, um representante da SPVEA e um representante dos acionistas minoritários, escolhidos anualmente em Assembléia Geral Ordinária, a qual fixará a sua remuneração.

Parágrafo único. Juntamente com a indicação e eleição dos membros efetivos, serão indicados e eleitos os respectivos suplentes.

Art. 8º Além da Assembléia Geral e do Conselho Fiscal, contará ainda o Banco da Amazônia S. A., no desempenho de suas funções, com um Conselho Técnico Consultivo, que servirá gratuitamente e terá as seguintes atribuições:

a) opinar sobre os assuntos objeto de consulta formulada pela Diretoria;

b) sugerir medidas relativas à articulação entre os programas do Banco com os dos Estados e Territórios Federais e o setor privado regional;

c) opinar sobre os programas e orçamentos anuais de operação do Banco;

d) opinar sobre as diretrizes básicas e normas gerais de operações quando consultado pela Diretoria.

Parágrafo único. O Conselho Técnico Consultivo será presidido pelo Presidente do Banco da Amazônia Sociedade Anônima e constituído dos membros da Diretoria e mais os seguintes representantes:

a) representante da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;

b) representante do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

c) um representante dos órgãos estaduais de desenvolvimento sediados na Região, escolhido em rodízio;

d) um representante dos bancos oficiais estaduais sediados na Região, escolhido em rodízio;

e) um representante do setor rural da Região, escolhido mediante indicação das Federações Estaduais e Territoriais da Região, ou entidades que suas vezes fizerem, através da Confederação Nacional respectiva;

f) um representante do setor comercial da Região, escolhido mediante indicação das Federações Estaduais e Territoriais da Região, ou entidades que suas vezes fizerem, através da Confederação Nacional respectiva;

g) um representante do setor industrial, escolhido mediante indicação das Federações Estaduais e Territoriais da Região, ou entidades que suas vezes fizerem, através da sua Confederação Nacional respectiva;

h) um representante dos Territórios Federais da Região, escolhido em rodízio.

Art. 9º Por decisão do Presidente ou da Diretoria, as contas e as atividades administrativas do Banco da Amazônia S. A. poderão ser submetidas, mediante contrato, à análise de auditoria alheia à instituição, a cargo de firma brasileira especializada, de notória idoneidade.

Parágrafo único. O relatório da firma auditora será submetido à apreciação do Conselho Fiscal.

Art. 10. O financiamento do custeio das safras de borracha de produção extrativista, bem como a manutenção dos respectivos estoques reguladores, e a compra de borracha, quando for o caso, serão efetuados sob responsabilidade da União, com os recursos e segundo a forma definida na legislação específica sobre a matéria, ora em vigor, e as alterações que nela vierem a ser introduzidas.

Art. 11. O Banco da Amazônia S. A. poderá fazer empréstimos para pré-investimentos ou investimentos infra-estruturais, decorrentes de acordo com a SPEVEA ou quaisquer outras entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais, para aplicação na Região, obedecidas as normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 12. Considerada a extensão da área em que o Banco deve atuar,

as decisões sobre as operações serão descentralizadas, através de um regime de alçadas, estabelecido entre a Diretoria e suas Agências, ou dependências que venham a ser criadas.

Art. 13. Os servidores do Banco da Amazônia S. A., com exceção dos ocupantes de cargos técnicos definidos no Regulamento, serão admitidos mediante concurso público.

Art. 14. O Banco da Amazônia Sociedade Anônima gozará de imunidade tributária sempre que funcionar como delegado, mandatário ou representante da União, ou de qualquer dos seus órgãos não sujeitos a ônus fiscais.

Art. 15. Dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da publicação desta lei, será convocada a Assembléia Geral do Banco da Amazônia S. A. para reformar os Estatutos Sociais do Banco, adaptando-se às normas ora estatuidas e eleger o titular de cargo de Diretor do Banco, acrescido pela presente lei.

Art. 16. Aplicam-se ao Banco da Amazônia S. A. as normas do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, no que não colidirem com as da presente lei.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Lopes Rodrigues

LEI Nº 5.123 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1966

Estende aos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais dispositivos da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º, do art. 70, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º Os valores correspondentes aos símbolos dos cargos e funções

gratificadas dos Quadros das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do País passam a vigorar com um aumento de 46% (quarenta e seis por cento), de acordo com o seguinte esquema: 35% (trinta e cinco por cento) a partir de 1º de março de 1966; mais 5% (cinco por cento) a partir de 1º de julho de 1966; e mais 6% (seis por cento) a partir de 1º de outubro de 1966 (Lei nº 4.833, de 29 de novembro de 1965, e Resoluções nºs 138-66 e 20-66, respectivamente, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal)

Art. 2º O salário-família, por dependente, será pago na base de Cr\$ 8.000 (oito mil cruzeiros) mensais.

Art. 3º Aplica-se esta lei aos servidores inativos dos Tribunais Regionais Eleitorais, independentemente de prévia apostila, na base de 40% (quarenta por cento), de acordo com o seguinte esquema: 30% (trinta por cento) a partir de 1º de março de 1966; mais 5% (cinco por cento) a partir de 1º de julho de 1966; e mais 5% (cinco por cento) a partir de 1º de outubro de 1966.

Art. 4º Nenhum funcionário da Justiça Eleitoral perceberá vencimentos ou qualquer vantagem superior nem inferior ao de outro funcionário da mesma Justiça, cujo cargo tenha a mesma denominação ou equivalência, quando se tratar de isolado, ou, além da mesma denominação, for integrante da mesma classe, quando se tratar de cargo de carreira.

Art. 5º O aumento fixado nesta lei poderá ser revisto em decorrência da regulamentação do princípio estabelecido no art. 25 do Ato Institucional número 2.

Art. 6º Os efeitos decorrentes da aplicação da presente lei são devidos a partir de 1º de março de 1966.

Art. 7º Para atender às despesas decorrentes desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunais Regionais Eleitorais — o crédito suplementar de Cr\$ 3.839.792.914 (três bilhões, oitocentos e sessenta e nove milhões, setecentos e noventa e dois mil e novecentos e quatorze cruzeiros), em reforço das categorias econômicas 3.1.1.1 — Pessoal Civil (Parte Fixa), 3.2.3.0 — Inativos, e 3.2.5.0 — Salário-família,

do vigente Orçamento (Lei nº 4.900, de 10 de novembro de 1965), com as seguintes discriminações:

Anezo 3 — Poder Judiciário

04.00 — Justiça Eleitoral

	Cr\$
02 — TRE de Alagoas	47.022.569
03 — TRE do Amazonas	84.544.000
04 — TRE da Bahia	294.210.989
05 — TRE do Ceará	168.220.660
06 — TRE do Distrito Federal	71.000.000
07 — TRE do Espírito Santo	78.894.472
08 — TRE de Goiás	75.612.794
09 — TRE da Guanábara	673.553.600
10 — TRE do Maranhão	83.330.000
11 — TRE de Mato Grosso	43.402.000
12 — TRE de Minas Gerais	365.180.630
13 — TRE do Pará	81.897.000
14 — TRE da Paraíba	68.072.828
15 — TRE do Paraná	155.277.439
16 — TRE de Pernambuco	208.704.000
17 — TRE do Piauí	69.325.770
18 — TRE do Rio de Janeiro	137.792.129
19 — TRE do Rio G. do Norte	93.434.000
20 — TRE do Rio G. do Sul	179.330.171
21 — TRE de Santa Catarina	124.124.965
22 — TRE de São Paulo	713.463.000
23 — TRE de Sergipe	52.369.498
	<hr/> 3.839.792.914

Parágrafo único. O referido crédito será registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de setembro de 1966; 145ª da Independência e 78ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 5.124 -- DE 22 DE SETEMBRO DE 1966

Cria mais 7 (sete) Juntas de Conciliação e Julgamento, integrantes da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do parágrafo 3º do artigo 79, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criadas na 4ª Região da Justiça do Trabalho (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) mais 7 (sete) Juntas de Conciliação e Julgamento, sendo 3 (três) em Porto Alegre (3ª, 9ª e 10ª), 1 (uma) em Montenegro (RS), 1 (uma) em Lageado (RS), 1 (uma) em Concórdia (SC) e, finalmente, 1 (uma) em Chapecó (SC).

Art. 2º A Jurisdição das Juntas de Conciliação e julgamento da sede da Região é a mesma das atuais Juntas existentes.

Art. 3º A jurisdição da Junta de Montenegro será circunscrita ao território do Município; a de Lageado compreenderá o território dos Municípios de Lageado, Estrela, Arroio do Meio, Encantado, Roca Sales e Bom Retiro do Sul; a de Concórdia abrangerá o limite dos Municípios de Concórdia e Jocaíba; a de Chapecó abrangerá os territórios dos Municípios de Chapecó, Xaxim, Xanxerê e Seara.

Art. 4º Ficam criados 7 (sete) cargos de Juiz do Trabalho, que serão preenchidos na forma da lei.

Art. 5º Ficam, também, criadas 14 (quatorze) funções de Vogais para as Juntas criadas, sendo 7 (sete) para representante de empregadores e 7 (sete) para representante de empregados.

Art. 6º São também criados 12 (doze) cargos de Juizes Substitutos, que substituirão os Presidentes de Juntas de toda a Região, em seus impedimentos e férias, por designação do Presidente do Tribunal.

Art. 7º Ficam criados, no Quadro do Pessoal do T.R.T. — 4ª Região —, os cargos constantes da tabela anexa, extinguindo-se a função gratificada — 1.F — de Secretário do Diretor-Geral.

Art. 8º Os vencimentos dos cargos e funções ora criados serão os fixados em lei.

Art. 9º Para atender às despesas decorrentes da instalação das Juntas de Conciliação e Julgamento previstas nesta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunais da Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região — o crédito especial de Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros).

Art. 10. Ficam extintos, na Justiça do Trabalho da 4ª Região, os cargos de Juizes Suplentes das Juntas de Conciliação e Julgamento de São Jerônimo, São Leopoldo, Nôvo Hamburgo, Caxias do Sul, Passo Fundo, Uruguaiana, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Cachoeira do Sul, Ijuí, Taquara, Cruz Alta, Santo Ângelo, Bagé, Vacaria e Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul; e Criciúma, Joinville, Itajaí, Tubarão e Lages, no Estado de Santa Catarina; e, na medida em que vagarem, os cargos de Juizes Suplentes das Juntas de Rio Grande, Pelotas, Santa Maria, Erechim e Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul; e Florianópolis e Blumenau, no Estado de Santa Catarina.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 7º DA LEI

Nº de Cargos	Especificação	Símbolo
I — CARGOS EM COMISSÃO		
1	Subdiretor-Geral do TRT	PJ-1
1	Chefe do Serviço Médico	PJ-1
1	Chefe da Contadoria do TRT	PJ-1
1	Chefe do Serviço de Avaliação	PJ-1
1	Assessor do Diretor-Geral	PJ-2
1	Secretário da Corregedoria	PJ-2
1	Subchefe de Serviço de Imprensa e Divulgação	PJ-4
II — CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO EFETIVO		
7	Chefe de Secretaria	PJ-1
2	Assessor Econômico	PJ-2
1	Médico	PJ-2
1	Farmacêutico Laboratorista	PJ-2
1	Dentista Auxiliar	PJ-3
1	Perito Dactiloscopista	PJ-3
2	Taquígrafo	PJ-4
1	Bibliotecário Auxiliar	PJ-5
7	Oficial de Justiça	PJ-5
1	Motorista-Mecânico	PJ-7
7	Porteiro de Auditório	PJ-9
3	Motorista	PJ-10
3	Telefonista	PJ-10
1	Enfermeiro Auxiliar	PJ-11
2	Ascensorista	PJ-12
2	Guarda Judiciário	PJ-12
14	Auxiliar de Portaria	PJ-12
III — CARGOS DE CARREIRA		
5	Oficial Judiciário	PJ-3
3	Oficial Judiciário	PJ-4
10	Oficial Judiciário	PJ-5
14	Auxiliar Judiciário	PJ-6
16	Auxiliar Judiciário	PJ-7

Brasília, 28 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 5.125 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1966

Estende aos exercícios de 1967 e 1968 a vigência e aplicação do crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), autorizado pela Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a aplicar, nos exercícios de

1967 e 1968, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), autorizado pela Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964, e aberto pelo Decreto nº 55.772, de 19 de fevereiro de 1965, continuando em vigência nos mencionados exercícios as disposições constantes do art. 18 e seu parágrafo único, da lei citada.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Eduardo Lopes Rodrigues

LEI Nº 5.126 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1966

Altera o item XI do art. 1º da Lei nº 4.760, de 23 de agosto de 1965

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O item XI do art. 1º da Lei nº 4.760, de 23 de agosto de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"XI — os delegados de polícia e os guardas civis dos Estados e Territórios, ativos e inativos".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

LEI Nº 5.127 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1966

Isenta as instituições filantrópicas da contribuição de 1% (um por cento), de que trata o art. 22 da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, que cria o Banco Nacional de Habitação.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, é acrescido do seguinte parágrafo:

"§ 6º Não estão obrigados ao recolhimento da contribuição prevista

neste artigo as instituições de educação e de assistência social, amparadas pela Lei nº 3.193, de 4 de julho de 1957, e Lei nº 3.577, de 4 de julho de 1959, bem como pelo Decreto número 1.117, de 1º de junho de 1962."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Eduardo Lopes Rodrigues

LEI Nº 5.128 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1966

Altera o § 2º do art. 4º da Lei número 4.096, de 18 de julho de 1962, que dispõe sobre a importação de animais de puro-sangue, de carreira.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O § 2º do art. 4º da Lei nº 4.096, de 18 de julho de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

§ 2º É isenta de pagamento de tributos de qualquer natureza a importação, para fins de reprodução, de animais de puro-sangue de carreira, os quais não poderão participar de competições no País, salvo quando se tratar de potranças inéditas, enquanto não atingirem o limite de idade inicial de procriação."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Eduardo Lopes Rodrigues

APENSO

No "Apenso" dos volumes da "Coleção das Leis" figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO-LEI Nº 9 — DE 25 DE JUNHO DE 1966

Dispõe sobre a organização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

(Publicado no *Diário Oficial* de 30 de junho de 1966 — Seção I Parte I)

Retificação

Na primeira página, no segundo Considerando, onde se lê: ... atribuição de meios que permitem a essas Corporações ... Leia-se: ... atribuição de meios que permitam a essas Corporações ...

Na 3ª coluna, no Quadro, em seguida a 2º Tenentes Músicos, onde se lê: 1º Sargentos ... 2 Leia-se: 1º Sargentos ... 12

Na página 7.060, 1ª coluna, reproduz-se o Art. 6º por ter saído com omissões:

Art. 6º. É assegurada, ao pessoal de que trata o art. 4º § 2º, no primeiro provimento dos cargos a que se refere o art. 3º, item I, ambos deste decreto-lei, em igualdade de condições, quanto a posição hierárquica, situação idêntica a que fôr garantida pela União aos militares que vierem a ser reincluídos na Polícia Militar do Estado da Guanabara.

DECRETO-LEI Nº 10 — DE 28 DE JUNHO DE 1966

Aprova o convênio firmado entre o Governo Federal e o Estado da Guanabara para a reinclusão, nos Quadros da Polícia Militar do Estado da Guanabara, do Pessoal da Polícia Militar do antigo Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o arti-

go 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e,

Considerando que, com a transformação do antigo Distrito Federal no Estado da Guanabara, a Polícia Militar foi transferida para a administração do novo Estado;

Considerando que, ulteriormente, o art. 46, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, ao assegurar aos integrantes dessa Corporação o direito de requerer retorno ao serviço da União, condicionou o deferimento do pedido à existência de vaga;

Considerando que, apesar disso, os pedidos de retorno foram deferidos sem que houvesse vaga;

Considerando a impossibilidade de aproveitamento imediato na Polícia Militar do Distrito Federal de todos quantos retornaram ao serviço da União;

Considerando que o Estado da Guanabara ainda se ressentia do desfalque de pessoal provocado pelo retorno ao serviço da União de integrantes da Polícia Militar do antigo Distrito Federal;

Considerando que é de interesse para a segurança nacional o aproveitamento desse pessoal no desempenho das funções que lhe são próprias, decreta:

Art. 1º É aprovado o convênio firmado em 27 de junho de 1966, entre o Governo Federal e o Estado da Guanabara, que regula a reinclusão, na Polícia Militar do Estado da Guanabara, do pessoal da Polícia Militar do antigo Distrito Federal, que retornou ao serviço da União, nos termos do art. 46 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, e não aproveitado na Polícia Militar do Distrito Federal.

Art. 2º Ao pessoal reincluído na Polícia Militar do Estado da Guanabara ou para ela transferido aplicar-se-á o disposto no art. 3º, §§ 2º e 3º, da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960.

Parágrafo único. Ao Estado da Guanabara compete decretar a reforma ou a transferência para a reserva do pessoal da Polícia Militar do antigo Distrito Federal e ao Tribunal de Contas da União, julgar da legalidade do respectivo ato.

Art. 3º O orçamento da União consignará, em anexo próprio, as dotações destinadas ao pagamento do pessoal de investidura Federal da Polícia Militar do Estado da Guanabara, inclusive inativos, bem como das pensões deixadas aos seus beneficiários.

§ 1º As dotações a que se refere este artigo serão registradas pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuídas à Polícia Militar do Estado da Guanabara.

§ 2º O Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no exercício de 1966, destacará, das dotações atribuídas no orçamento da União à Polícia Militar do Distrito Federal, em favor da Polícia Militar do Estado da Guanabara, e proporcionalmente ao pessoal reincluído, as parcelas necessárias ao pagamento do pessoal, a aquisição de material permanente e de consumo, equipamento e instalações, e ao custeio de serviços de terceiros.

§ 3º O Ministério da Justiça e Negócios Interiores transferirá para a Polícia Militar do Estado da Guanabara, proporcionalmente ao pessoal reincluído, o acervo da Polícia Militar (Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, art. 46).

§ 4º O destaque das dotações orçamentárias e a entrega do acervo de que tratam os parágrafos anteriores serão efetuados dentro de trinta dias, contados da data da publicação deste decreto-lei.

Art. 4º São considerados transferidos ao Estado da Guanabara, na data em que entrar em vigor o convênio de que trata, o art. 1º deste decreto-lei, o domínio e a posse dos bens imóveis da União, que, desde 1963, são utilizados pela Polícia Militar do Estado da Guanabara, inclusive como residência de seu pessoal.

Art. 5º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Octávio Bulhões

Convênio de reinclusão do Pessoal da Polícia Militar do antigo Distrito Federal na Polícia Militar do Estado da Guanabara.

O Governo Federal, representado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Senador Mem de Sá, e o Estado da Guanabara, representado por seu Governador, Embaixador Francisco Negrão de Lima, estabelecem o seguinte convênio para a reinclusão do Pessoal da Polícia Militar do antigo Distrito Federal na Polícia Militar do Estado da Guanabara.

Art. 1º O pessoal da Polícia Militar do antigo Distrito Federal que retornou ao serviço da União, nos termos do art. 46 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, não aproveitado na Polícia Militar do Distrito Federal, na forma do Decreto-lei nº 9, de 25 de junho de 1966, será reincluído na Polícia Militar do Estado da Guanabara.

Art. 2º O pessoal, a que se refere o artigo anterior, será apresentado ao Estado da Guanabara, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, nos trinta dias seguintes ao em que entrar em vigor o presente convênio.

Art. 3º O pessoal reincluído integrará, no Estado da Guanabara, Quadros Especiais, constituídos exclusivamente pelos oficiais, graduados e soldados que tiverem sido apresentados.

Art. 4º Em cada Quadro, os oficiais, graduados e soldados, ocuparão a posição que lhes couber por ordem de posto, graduação e antiguidade.

Art. 5º Os Quadros Especiais manterão relação de correspondência com os Quadros Ordinários da Polícia Militar do Estado da Guanabara, assegurando-se aos reincluídos posição hierárquica imediatamente superior à daqueles que se lhes seguem em antiguidade, na data da publicação da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Parágrafo único. Não caberá, no entanto, aos reincluídos para o fim previsto neste artigo, acompanhar o pessoal da Polícia Militar do Estado da Guanabara, que, após a data desta lei, tenha sido promovido por merecimento, curso ou concurso.

Art. 6º Para atingir a posição a que se refere o artigo anterior, ficam asseguradas aos reincluídos, sem direito a vencimentos ou vantagens atrasadas, e obedecidas as limitações do artigo 9º deste convênio, as promoções que se fizerem necessárias, dentro dos respectivos Quadros, desde que satisfaçam os interstícios e demais requisitos estabelecidos na legislação estadual.

Parágrafo único. O Estado da Guanabara proporcionará aos reincluídos os meios necessários para satisfazer as exigências a que se refere este artigo.

Art. 7º Atendida pelo oficial ou graduado a posição referida no art. 5º só será ele promovido por antiguidade, quando o for, pelo mesmo critério o oficial ou graduado que se lhe seguir em antiguidade, nos Quadros Ordinários da Polícia Militar do Estado da Guanabara, e, por merecimento, curso ou concurso, em vagas que ocorrerem no Quadro Especial.

Parágrafo único. A primeira vaga, que se verificar em cada posto ou graduação, nos Quadros Especiais, será considerada como relativa ao critério de antiguidade.

Art. 8º Se não houver vaga, os militares promovidos nos termos do artigo 6º e, por antiguidade, de acordo com o art. 7º, serão considerados excedentes nos respectivos quadros.

Parágrafo único. Verificada a vaga, qualquer que seja o critério para o preenchimento, será esta ocupada pelo excedente.

Art. 9º Em cada posto, ou graduação, dos Quadros Especiais, não po-

derá haver oficiais ou graduados, inclusive os promovidos de acordo com este convênio, em número superior a dois terços do efetivo fixado, quanto a cada posto ou graduação, para os Quadros Ordinários da Polícia Militar do Estado da Guanabara.

Art. 10. É transferido para a Polícia Militar do Estado da Guanabara o pessoal inativo da Polícia Militar do antigo Distrito Federal, bem como o que vier a ser incluído nessa situação, qualquer que seja a época do ato da inatividade ou a autoridade que a houver decretado.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos pensionistas de membros dessa Corporação que não recebiam pensão diretamente na Diretoria da Despesa Pública do Tesouro Nacional.

§ 2º Não se incluem nas disposições deste artigo o pessoal a que se refere o Decreto-lei nº 9, de 25 de junho de 1966, nem os beneficiários das pensões por ele deixadas.

Art. 11. Os Quadros Especiais, de que trata este convênio, são considerados em extinção, e os postos e graduações iniciais, suprimidos, automaticamente, à medida que vagarem.

Art. 12. Até que o Distrito Federal disponha dos meios necessários para a sua radicação na Capital da República os integrantes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal poderão ser postos à disposição do Estado da Guanabara para o desempenho de funções compatíveis com a sua qualificação profissional.

Art. 13. Este convênio entrará em vigor na data da publicação do ato legislativo da União que o aprovar.

Rio de Janeiro 27 de junho de 1966.

Mem de Sá

Francisco Negrão de Lima

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 31 de maio de 1957, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e a Sociedade "Emissoras Reunidas Rádio Cultura Limitada."

Art. 1º É mantido o ato, de 2 de julho de 1957, do Tribunal de Contas, denegatório de registro ao termo do contrato celebrado, em 31 de maio

de 1957, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e a Sociedade "Emissoras Reunidas Rádio Cultura Limitada", destinado à instalação, na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, de uma estação radiodifusora de ondas médias.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de junho de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

LEI Nº 5.010 — DE 30 DE MAIO
DE 1966

Organiza a Justiça Federal de Primeira Instância, e da outras providências.

(Publicada no *Diário Oficial* do dia 1º-6-66 retificada no de 14-6-66 — Seção I — Parte I)

Retificação

Na página 5.854 do D. O. de 1 de junho de 1966, na 2ª coluna, no § 2º do artigo 76, onde se lê: § 2º — Os servidores nomeados na forma do art. 73 tomarão ... Leia-se: § 2º — Os servidores nomeados na forma do § 2º do artigo 74 tomarão ...

LEI Nº 5.025 — DE 10 DE JUNHO
DE 1966

Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei número 5.025, de 10 de junho de 1966.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º do art. 70 da Constituição Federal, o seguinte dispositivo da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966.

Art. 54.

“§ 4º Ficam extintos os débitos fiscais, ajuizados ou não, dos exportadores de banana, referentes aos tributos cancelados pelo presente artigo.”

Brasília, 24 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 5.027 — DE 14 DE JUNHO
DE 1966

Institui o Código Sanitário do Distrito Federal.

(Publicada no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — de 17-6-66).

Retificação

Na página 6.508, 1ª coluna, art. 19, onde se lê:

... água em comunidades...

Leia-se: ... água em comunidades

LEI Nº 5.028 — DE 15 DE JUNHO
DE 1966

Altera o Quadro de Pessoal do Tribunal Marítimo

(Publicada no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — de 17-6-66).

Retificação

Na página 6.507, 1ª coluna, nas assinaturas, onde se lê:

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Leia-se:

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Zilmar de Araripe Macedo

LEI Nº 5.034 — DE 17 DE JUNHO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.684.172 (trinta milhões seiscentos e oitenta e quatro mil cento e setenta e dois cruzeiros), destinado ao pagamento das quotas federais dos impostos de consumo e renda, relativas ao exercício de 1963, devidas aos Municípios de Ouro Branco, Branquinha, Jaramatã e Carneiros, no Estado de Alagoas.

(Publicada no Diário Oficial — Seção I — Parte I — de 21.6.66)

Retificação

Na página 6.667, 1ª coluna, artigo 1º,

Onde se lê:

... ao exercício de 1963, devidas aos Municípios alagoanos de Ouro Branco Branquinha, ...

Leia-se:

... ao exercício de 1963, devidas aos Municípios Alagoanos de Ouro Branco, Branquinha, ...

LEI Nº 5.047 — DE 21 DE JUNHO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a permutar com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, terrenos de propriedade da União e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a permutar, com o Governo

do Estado do Rio Grande do Sul, um terreno de propriedade da União, por outro terreno pertencente ao patrimônio estadual, situado na cidade do Rio Grande, de modo a permitir, à respectiva Municipalidade, a execução do plano urbanístico já delineado, e à União, o desenvolvimento de instalações navais a cargo do Ministério da Marinha, de conformidade com a planta que a esta acompanha.

Art. 2º Nas áreas a serem permutadas deverão ser observadas as discriminações e demarcações seguintes:

I — A União cederá ao Estado do Rio Grande do Sul uma área de aproximadamente 22.964,00 m² (vinte e dois mil, novecentos e sessenta e quatro metros quadrados), situada na cidade do Rio Grande, compreendida no perímetro de forma poligonal irregular de oito lados, desmembrada da área total de 94.137,00 m² (noventa e quatro mil, cento e trinta e sete metros quadrados), conforme a planta que a esta acompanha, em que estão edificadas a respectiva Capitania dos Portos e outras instalações navais, assim discriminada: partindo do ponto 4, em um segmento reto de 212,00 m (duzentos e doze metros), formando um ângulo de 16º (dezesseis graus), tendo como base o alinhamento da rua projetada, até atingir o ponto 7 (sete) e daí, formando um ângulo de 103º (cento e três graus), se desloca em um segmento reto de 93,00 m (noventa e três metros), até atingir o ponto 8 (oito) onde, formando um ângulo de 105º (cento e cinco graus), se desloca em um segmento reto de 119,00 m (cento e dezenove metros), até atingir o ponto 9 (nove) onde, formando um ângulo de 138º (cento e trinta e oito graus), se desloca em um segmento reto de 38,00 (trinta e oito metros), até atingir o ponto 10 (dez) onde, formando um ângulo de 270º (duzentos e se-

tenta graus), se desloca em um segmento reto de 136,00 m (cento e trinta e seis metros), fazendo divisa com terrenos da Municipalidade, até atingir o ponto 11 (onze) onde, formando um ângulo de 90° (noventa graus), se desloca em segmento reto de 27,00 m (vinte e sete metros), faceando o alinhamento da Rua Marechal Andréa, até atingir o ponto 12 (doze) onde, formando um ângulo de 90° (noventa graus), se desloca num segmento reto de 245,00 m (duzentos e quarenta e cinco metros) constituindo o alinhamento da Rua Almirante Garnier — fazendo divisa com terreno da União, até atingir o ponto 13 (treze) onde, formando um ângulo de 268° (duzentos e sessenta e oito graus), se desloca em um segmento reto de 93,00 m (noventa e três metros), fazendo divisa com terreno da União, até atingir o ponto 4 (quatro), delimitando e fechando o respectivo perímetro.

II — O Estado do Rio Grande do Sul cederá à União uma área de aproximadamente 26.934,00 m² (vinte e seis mil, novecentos e trinta e quatro metros quadrados), situada na Cidade do Rio Grande, compreendida no perímetro de forma poligonal irregular de seis lados, constantes da planta anexa, assim discriminada: partindo do ponto 1 (um) em um segmento reto de 85,00 m (oitenta e cinco metros), em continuação do alinhamento da Rua Marechal Andréa, até atingir o ponto 2 (dois) onde, formando um ângulo de 99° 30' (noventa e nove graus e trinta minutos), se desloca no alinhamento do prolongamento da Avenida Honório Bicalho, num segmento reto de 262,00 m (duzentos e sessenta e dois metros), até atingir o ponto 3 (três) onde, formando um ângulo de 78° 30'

(setenta e oito graus e trinta minutos), se desloca no alinhamento da rua projetada, em um segmento reto de 285,00 m (duzentos e oitenta e cinco metros), até atingir o ponto 4 (quatro) onde, formando um ângulo de 16° (dezesseis graus), se desloca fazendo divisa com terreno contíguo da União, em um segmento reto de 118,00 m (cento e dezoito metros), até atingir o ponto 5 (cinco) onde, formando um ângulo de 211° 30' (duzentos e onze graus e trinta minutos), se desloca num segmento reto de 123,00 m (cento e vinte e três metros), até atingir o ponto 6 (seis) onde, formando um ângulo de 243° 30' (duzentos e quarenta e três graus e trinta minutos), se desloca fazendo divisa com terreno contíguo da União, em um segmento de 141,00 m (cento e quarenta e um metros), até atingir o ponto 1 (um), delimitando e fechando o respectivo perímetro.

Parágrafo único. A discriminação e demarcação dos rumos constantes deste artigo são susceptíveis de retificações, implicitamente autorizadas, quando da execução da presente lei.

Art. 3º A despesa resultante da execução da presente lei correrá por conta dos recursos financeiros disponíveis do Fundo Naval ou dos créditos orçamentários, no que concerne ao Ministério da Marinha.

Art. 4º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

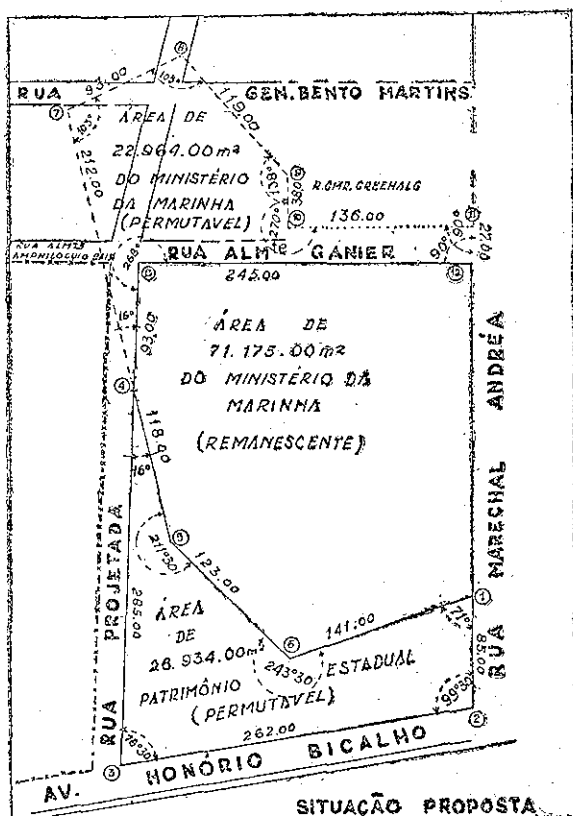
Brasília, 21 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Zilmar de Araripe Macedo.

Octávio Bulhões

ÁREA SITUADA NA CIDADE DO RIO GRANDE, RIO GRANDE DO SUL,
OBJETO DE PERMUTA ENTRE A UNIÃO E O GOVERNO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ESCALA--



LEI Nº 5.048 — DE 29 DE JUNHO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, o terreno que menciona, situado no Município de Boa Vista, no Território Federal de Roraima.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — IPASE — os lotes de números 1 (um) a 20 (vinte), localizados na Quadra 59-ZR-1, do Plano de Urbanização da Cidade de Boa Vista, no Território de Roraima.

Art. 2º Destinam-se os terrenos a que se refere o artigo anterior à construção de casas pelo donatário, para residência de seus associados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Walter Peracchi Barcellos

LEI Nº 5.049 — DE 29 DE JUNHO
DE 1966

*Introduz modificações na legislação
pertinente ao Plano Nacional de
Habitação.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 61 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 5º Os contratos de que forem parte o Banco Nacional de Habitação ou entidades que integrem o Sistema Financeiro da Habitação, bem como as operações efetuadas por determinação da presente Lei, poderão ser celebrados por instrumento particular, os quais poderão ser impressos, não se aplicando aos mesmos as disposições do art. 134, II, do Código Civil, atribuindo-se o caráter de escritura pública, para todos os fins de direito, aos contratos particulares firmados pelas entidades acima citados até a data da publicação desta Lei.

§ 6º Os contratos de que trata o parágrafo anterior serão obrigatoriamente rubricados por todas as partes em todas as suas folhas.

§ 7º Todos os contratos, públicos ou particulares, serão obrigatoriamente transcritos no Cartório de Registro de Imóveis competente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de sua assinatura, devendo tal obrigação figurar como cláusula contratual”.

Art. 2º ... VETADO ...

Art. 3º O art. 30 da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. Todas as operações do Sistema Financeiro da Habitação, a serem realizadas por entidades estatais, paraestatais e sociedades de economia mista, em que haja participação majoritária do Poder Público, mesmo quando não integrante do Sistema Financeiro da Habitação, em financiamento de construção ou de aquisição de unidades habitacionais, serão obrigatoriamente corrigidas de acordo com os índices e normas fixados na conformidade desta Lei, revogadas as alíneas *a* e *b* do art. 6º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

§ 1º Incorrerá nas penalidades previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União o funcionário ou autoridade que, por ação ou omissão, no exercício das funções de seu cargo, não cumprir o disposto neste artigo.

§ 2º Os índices e critérios de correção monetária mencionados neste artigo e fixados pelo Conselho Nacional de Economia, segundo normas estabelecidas pelo Banco Nacional de Habitação, aplicam-se aos §§ 2º e 3º do art. 52 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

§ 3º ... VETADO ...

Art. 4º O art. 35 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 8º Para os efeitos da contribuição de que trata este artigo, considera-se empresa o empregador como tal definido na Consolidação das Leis do Trabalho, bem

como repartições públicas, autarquias, quaisquer outras entidades públicas ou sociedades incorporadas, administradas ou concedidas pelo Poder Público, em relação aos respectivos servidores que sejam contribuintes de Institutos de Aposentadoria e Pensões”.

Art. 5º O art. 34 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação, revogado o seu parágrafo único:

“Art. 34. O Banco Nacional de Habitação, por seu Conselho de Administração, fixará o prazo de resgate, os juros e demais características das Letras Imobiliárias de sua emissão”.

Art. 6º O Banco Nacional de Habitação e as autarquias bancárias, cujo regime de pessoal os filie à Consolidação das Leis do Trabalho, terão a remuneração e o salário de seus dirigentes, conselheiros e servidores, submetidos à aprovação do Conselho Monetário Nacional e seu regime de trabalho fixado pelo respectivo Conselho

de Administração, não se lhes aplicando as disposições da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e a legislação subsequente sobre vencimentos e vantagens dos servidores públicos civis da União.

Art. 7º São canceladas, e consequentemente devem ser arquivadas pela autoridade judiciária competente, as ações de despejo movidas por Instituto de Aposentadoria e Pensões contra instituições hospitalares, de assistência social ou de ensino, desde que não motivadas por falta de pagamento do aluguel convencionado.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Walter Peracchi Barcellos

LEI Nº 5.049 — DE 29 DE JUNHO DE 1966

Introduz modificações na Legislação pertinente ao Banco Nacional de Habitação.

Faço saber que o Congresso Nacional manteve, após veto presidencial, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, as seguintes partes do Projeto que se transformou na Lei nº 5.049, de 29 de junho de 1966.

Art. 2º Os §§ 1º e 3º do art. 65 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º Institutos de Aposentadoria e Pensões, as Autarquias em geral, as Fundações e as Sociedades de Economia Mista, inclusive a Petrobrás S.A. e o Banco do Brasil S.A., efetuarão, no prazo máximo de 12 (doze) meses, a venda de seus conjuntos e unidades residenciais, em consonância com o Sistema Financeiro da Habitação, de que trata esta lei, de acordo com as instruções expedidas, no prazo de 90 (noventa) dias, conjuntamente, pelo Banco Nacional de Habitação e Departamento Nacional de Previdência Social.

§ 3º Os órgãos referidos no § 1º deste artigo que possuam unidades residenciais em Brasília, conjuntamente com a Caixa Econômica Federal de Brasília, submeterão à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, no prazo de 90 (noventa) dias, sugestões e normas, em consonância com o Sistema Financeiro de Habitação, referentes à sua alienação.”

Art. 3º O art. 30 da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30.

"§ 3º As unidades habitacionais cujos ocupantes hajam optado pela sua compra ou venham a fazê-lo até 90 (noventa) dias da data da publicação desta lei, são isentas da correção monetária referida neste artigo, desde que tenham as mesmas sofrido reavaliação no preço do cust. da construção."

Brasília, 26 de agosto de 1966; 145º da Independência e 73º da República.

Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

LEI Nº 5.050 — DE 29 DE JUNHO DE 1966

Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da União aprovado pela Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas, na forma que se segue, sem aumento da despesa, as dotações constantes do anexo 4.00.00 — Poder Executivo — Subanexo 4.01.00 — Presidência da República — do Orçamento Geral da União aprovado pela Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965.

Categoria	Especificação da Despesa	Em milhares de cruzeiros
Econômica		
3.0.0.0	Despesas Correntes	
3.1.0.0	Despesas de Custeio	
3.1.1.0	Pessoal	
3.1.1.1	Pessoal Civil	F 219.847
		V 1.445.250
3.1.2.0	Material de consumo	V 1.202.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	V 702.400
3.1.4.0	Encargos Diversos, sendo	
	Cr\$ 60.000.000 para o Gabinete da Vice-Presidência da República	V 2.101.600
4.0.0.0	Despesas de Capital	
4.1.0.0	Investimentos	
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	V 460.000
4.1.4.0	Material Permanente	V 183.800

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1966; 145º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.051 — DE 29 DE JUNHO DE 1966

Altera a subvenção concedida à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A subvenção concedida à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pela Lei nº 2.154, de 30 de dezembro

de 1953, fica aumentada, nos termos da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, com a redação que lhe deu a Lei nº 3.641, de 10 de outubro de 1959, em Cr\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), passando a ser de Cr\$ 4.000.000 (quatro milhões de cruzeiros), aumento esse a partir de 1961.

Art. 2º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros) para ocorrer ao pagamento do aumento de que trata esta Lei, nos exercícios de 1961, 1962 e 1963.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1966; 145º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Pedro Aleixo

LEI Nº 5.052 — DE 29 DE JUNHO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí — os créditos especiais de Cr\$ 140.000 (cento e quarenta mil cruzeiros) e Cr\$ 15.833,30 (quinze mil oitocentos e trinta e três cruzeiros e trinta centavos), para o pagamento de gratificação por prestação de serviço eleitoral.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam abertos ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí — os créditos especiais de Cr\$ 140.000 (cento e quarenta mil cruzeiros) e Cr\$ 15.833,30 (quinze mil oitocentos e trinta e três cruzeiros e trinta centavos), destinados ao pagamento das Fôlhas de Gratificação, pela Prestação de Serviço Eleitoral, devida aos seus Membros, e de Representação da Presidência, do mesmo Tribunal, relativas ao ano de 1958, e que caíram em exercício findo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1966; 145º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Mem de Sá

LEI Nº 5.053 — DE 29 DE JUNHO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, e destinado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, crédito especial de Cr\$ 97.500.000.000, para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 97.500.000.000 (noventa e sete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, destinado a suplementar os recursos de que dispõe para a realização do Programa de Construção, pavimentação e Restauração de Rodovias do Plano Nacional de Viação, nas seguintes BRs.:

	Cr\$
1) BR-030 Formosa (GO) — Ubaitaba (BA)	2.700.000.000
2) BR-101 Natal-Feira de Santana	3.500.000.000
Feira de Santana-Rio de Janeiro	3.500.000.000
Joinville-Osório	2.300.000.000
3) BR-116 Fortaleza-Feira de Santana	5.500.000.000
4) BR-153 Ourinhos-BR-376	1.300.000.000
5) BR-163 Rondonópolis-Dourados	3.500.000.000
6) BR-230 Campina Grande-Soledade	800.000.000
7) BR-232 Recife-Arcoverde-Salgueiro	3.600.000.000
8) BR-262 Vitória-Divisa de Minas Gerais	4.400.000.000
Divisa do Espírito Santo-Realeza-Belo Horizonte-Frutal (sendo 5.200.000.000 para o trecho Realeza-Redute, inclusive pavimentação) ..	17.800.000.000

	Aquidauana-Pôrto Esperança-Corumbá	1.800.000.000
5) BR-267	Presidente Epitácio-Pôrto Murtinho	5.200.000.000
10) BR-277	Paranaguá-Curitiba-Foz do Iguaçu (sendo 3.500.000.000 para aplicação no trecho São Luis do Purunã-Palmeira-Irati-Relógio)	7.100.000.000
11) BR-290	Osório-Pôrto Alegre-Uruguaiana	6.200.000.000
12) BR-304	Boqueirão do Cesário-Natal	1.800.000.000
13) BR-373	Relógio-Barracão	800.000.000
14) BR-383	Além Paraíba-Teresópolis	1.800.000.000
15) BR-436	BR-116-Ipatinã (BR-381)	1.500.000.000
16) BR-462	Rio (BR-101)-Volta Redonda	1.400.000.000
BR-101	Volta Redonda-São Paulo	
17) BR-468	Curitiba-Garuva-Joinville (sendo 4.400.000.000 para pavimentação asfáltica no Estado do Pa- rá)	17.600.000.000
	Restauração de Rodovias (inclusive para aten- der o convênio com o Estado do Pará)	3.400.000.000

Art. 2º O crédito especial a que se refere o art. 1º terá vigência nos exercícios financeiros de 1966 a 1967, será registrado no Tribunal de Contas da União e distribuído, automaticamente, ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Para ocorrer a essa despesa, fica o Poder Executivo autorizado a emitir Obrigações Reajustáveis do Tesouro, no valor de oitenta bilhões de cruzeiros, a serem colocadas pelo Tesouro Nacional, e a utilizar contra-partida em cruzeiros de empréstimos internacionais para cobertura dos restante de sessete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1966; 145º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 5.054 — DE 29 DE JUNHO DE 1966

Altera, sem aumento de despesa, distribuição de dotações consignadas na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica retificada a Lei nº 4.900 de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e Fixa a Despesa da União, para o exercício financeiro de 1966, na forma abaixo:

Anexo 4.00.00 — Poder Executivo.

Subanexo 4.01.01 — Presidência da República (Órgãos Dependentes).

3.0.0.0 — Despesas Correntes.

3.1.0.0 — Despesas de Custeio.

Onde se lê:

3.1.1.0 — Pessoal

3.1.1.1 — Pessoal Civil

6) Grupo de Trabalho de Brasília	110.890 F	
	158.000 V	268.890

3.1.2.0 — Material de Consumo

7) Grupo de Trabalho de Brasília	50.000 V	50.000
--	----------	--------

3.1.3.0 — Serviços de Terceiros

7) Grupo de Trabalho de Brasília	2.000.000 V	2.000.000
--	-------------	-----------

3.1.4.0 — Encargos Diversos		
6) Grupo de Trabalho de Brasília	100.000 V.	100.000
	<u>2.418.890</u>	<u>2.418.890</u>

Leia-se:

3.1.1.9 — Pessoal		
3.1.1.1 — Pessoal Civil		
6) Grupo de Trabalho de Brasília	150.890	
	<u>888.000 V</u>	<u>1.038.890</u>
3.1.2.0 — Material de Consumo		
7) Grupo de Trabalho de Brasília	50.000 V	50.000
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros		
7) Grupo de Trabalho de Brasília	1.230.000 V	1.230.000
3.1.4.0 — Encargos Diversos		
6) Grupo de Trabalho de Brasília	100.000 V	100.000
	<u>2.418.890</u>	<u>2.418.890</u>

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura
 4.06.05 — Conselho Nacional de Serviço Social
 3.2.0.0 — Transferências Correntes
 3.2.1.0 — Subvenções Sociais

Onde se lê:

1) Subvenções Ordinárias conforme discriminação no Adendo "A"	V 15.879.400	
2) Subvenções Extraordinárias conforme discriminação no Adendo "B"	V 18.092.200	<u>33.971.600</u>

Leia-se:

1) Subvenções Ordinárias conforme discriminação no Adendo "B"		15.879.400
2) Subvenções Extraordinárias conforme discriminação no Adendo "C"	16.730.200	
3) Diversos (adiante no Adendo "C") ..	<u>940.000 V</u>	<u>17.670.200</u>
4) Para atender às entidades não contempladas na discriminação orçamentária (§ 2º, art. 4º da Lei nº 1.493 de 13 de dezembro de 1951)	V 422.000	<u>422.000</u>
		<u>33.971.600</u>

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura
 4.06.05 — Conselho Nacional do Serviço Social
 Adendo "B"
 Subvenções Ordinárias.

Onde se lê:

11 — Guanabara		
Instituto Souza Lima		1.000
K — 26 — São Paulo		
São Roque		
Ambulatório São Roque, sendo Cr\$ 200.000 (duzentos mil cruzeiros) para o Posto de Puericultura e Casa da Criança Madre Anastácia		300.000
Leia-se:		
11 — Guanabara		
Instituto Souza Lino		1.000
K — 26 — São Paulo		
Campinas		
Ambulatório São Roque, sendo Cr\$ 200.000 (duzentos mil cruzeiros) para o Posto de Puericultura e Casa da Criança Madre Anastácia — Campinas		300.000

- 4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura
 4.06.11 — Departamento Nacional de Educação.
 3.0.0.0 — Despesas Correntes.
 3.2.0.0 — Transferências Correntes.
 3.2.9.0 — Diversas Transferências Correntes.
 3.2.9.5 — Pessoal.

2) Recursos a educandos

Onde se lê:

Y.07 — Fundo Nacional de Ensino Primário.

a)	Bolsas de manutenção e estudos a alunos a serem educados em condições especiais	800.000
b)	Bolsas de estudos para atender à gratuidade de ensino aos filhos menores de integrantes da extinta Força Expedicionária Brasileira (Decreto nº 50.368, de 1961) ...	300.000
c)	Bolsas de estudos para atender à gratuidade de alunos órfãos (Lei 3.663, de 1959 e Decreto nº 50.368, de 1961)	300.000
d)	Bolsas de estudos (Decreto nº 43.177, de 1958)	4.000
		<hr/>
		1.404.000

Leia-se:

Y.06 — Fundo Nacional de Ensino Médio

a)	Bolsas de estudos para atender à gratuidade de ensino aos filhos menores de integrantes da extinta Força Expedicionária Brasileira (Decreto nº 50.368, de 1961)	300.000
b)	Bolsas de estudos para manutenção e gratuidade de alunos órfãos (Lei nº 3.663, de 1959 e Decreto número 50.368, de 1961)	300.000
		<hr/>
		600.000

Y.07 — Fundo Nacional do Ensino Primário

a)	Bolsas de manutenção e estudos a alunos a serem educados em condições especiais	800.000
b)	Bolsas de Estudos (Decreto nº 43.177, de 1958)	4.000
		<hr/>
		804.000

- 4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura.
 4.06.16 — Diretoria do Ensino Superior
 4.0.0.0 — Despesas de Capital.
 4.1.0.0 — Investimentos.
 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial.
 Y.05 — Fundo Nacional do Ensino Superior.

5) Contribuições para encargos de manutenção e excepcionalmente para obras de estabelecimentos isolados de ensino superior, conforme discriminação do Adendo "K".

Onde se lê:	285.400	
Leia-se:	305.400	
Onde se lê:	11.332.800	— 11.332.800
Leia-se:	11.352.800	— 11.352.800
Onde se lê:	11.335.780	
Leia-se:	11.355.780	
Onde se lê:	14.856.423	
Leia-se:	14.876.423	
Onde se lê:	44.746.501	
Leia-se:	44.766.501	

Onde se lê:

Recapitulação	
Despesa Fixa	938.970
Despesa Variável	43.807.531
	<hr/>
	44.746.501

Leia-se:			
Recapitulação			
Despesa Fixa		938.970	
Despesa Variável		43.827.531	
		<hr/>	
		44.766.501	
4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura.			
4.06.17 — Diretoria do Ensino Superior (Órgãos Dependentes).			
3.0.0.0 — Despesas Correntes.			
3.1.0.0 — Despesas de Custeio.			
3.1.4.0 — Encargos Diversos.			
12.00 — Encargos Diversos em Geral, à conta de fundos especiais:			
Onde se lê:			
W — 06 — Universidade de Goiás			
1) Escola de Serviço Social		20.000	
Suprima-se.			
Onde se lê: V — 3 195.000 —		3.198.800 —	3.448.590
Leia-se: V — 3 175.000 —		3.178.800 —	3.428.590
Onde se lê:			
127.364.405			
Leia-se:			
127.344.405			
Onde se lê:			
171.454.960			
Leia-se:			
171.434.960			
Onde se lê:			
Recapitulação:			
Despesa Fixa		446.633	
Despesa Variável		171.008.327	
		<hr/>	
		171.454.969	
Leia-se:			
Recapitulação:			
Despesa Fixa		446.633	
Despesa Variável		170.988.327	
		<hr/>	
		171.434.960	
4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura (Demonstração da Despesa por Unidades)			
Onde se lê:			
4.06.16 — Diretoria do Ensino Superior	29.890.078	14.856.423	44.746.501
Leia-se:			
4.06.16 — Diretoria do Ensino Superior	29.890.078	14.876.423	44.766.501
Onde se lê:			
4.06.17 — Diretoria do Ensino Superior (Órgãos Dependentes)	127.364.405	44.090.555	171.454.960
Leia-se:			
4.06.17 — Diretoria do Ensino Superior (Órgãos Dependentes)	127.344.405	44.090.555	171.434.960
Onde se lê:			
Total	329.521.036	127.910.527	457.431.563
Leia-se:			
Total	329.501.036	127.930.527	457.431.563
4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura.			
Adendo "B" — Subvenções Ordinárias			
Bahia (pág. 396).			

Inclua-se:	
Itabuna (nome de Município; imediatamente após a entidade "Escola e Gabinete Dentário Maçônico da cidade de Itaberaba").	
Vitória da Conquista.	
Onde se lê:	
Centro de Assistência Social de Nossa Senhora das Vitórias, sendo Cr\$ 12.300.000 para a sua Escola de Menores ..	14.600
Leia-se:	
Centro de Assistência Social de Nossa Senhora das Vitórias	2.300
Escola de Menores a cargo do Centro de Assistência Social de Vitória da Conquista	12.300
Guanabara	
Onde se lê:	
Sociedade Propagadora de Belas Artes (Liceu de Artes e Ofícios)	18.000
Leia-se:	
Sociedade Brasileira de Belas Artes	5.000
Sociedade Propagadora de Belas Artes (Liceu de Artes e Ofícios)	13.000
Paraná	
Clevelândia	
Onde se lê:	
— Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Clevelândia	3.600
Leia-se:	
— Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Clevelândia	13.600
Rio Grande do Sul	
Onde se lê:	
Salvador do Sul	
Obra Social Paroquial São Pedro	1.600
São Pedro do Sul	
Obra Social Paroquial São Pedro do Sul	1.000
Leia-se:	
Salvador do Sul	
— Obra Social Paroquial São Pedro	2.600
Santa Catarina	
Inclua-se:	
Pág. 482 — Ouro (nome de Município; imediatamente após a entidade "Instituto São José", no Município de Orleans).	
Adendo "I" — Diretoria do Ensino Industrial	
K — 27 — Sergipe	
Onde se lê:	
10) Artesanato de Malhador, a cargo da ASPM	4.000
Leia-se:	
10) Artesanato de Malhador a cargo do CSSJ — Aracaju	4.000
Adendo "K" — Diretoria do Ensino Superior.	
K — 10 — Goiás	
Inclua-se:	
— Escola de Serviço Social	20.000
Onde se lê	
Leia-se:	
4.10.00 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores.	
Adendo "A"	
Guanabara	
Onde se lê:	
Instituto Souza Lima (Internato de Menores)	10.000
Leia-se:	
Instituto Souza Lino (Internação de Menores)	10.000
Paraná	
Onde se lê:	
Lar da Menina de Capinzal	4.000
Paróquia de São Paulo Apóstolo de Capinzal	4.000

Exclua-se:	
Onde se lê:	379.000
Leia-se:	371.000
Santa Catarina	
Inclua-se:	
Lar da Menina de Capinzal	4 000
Paróquia de São Paulo Apóstolo, de Capinzal	4 000
Onde se lê:	338.000
Leia-se:	346.000
Sergipe	
Onde se lê:	
Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, da Ação Social Católica, em Aracaju	2 000
Leia-se:	
Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes — Aracaju	2.000
Onde se lê:	
Serviço Social da Paróquia de Frei Paulo	4.000
Leia-se:	
Serviço de Assistência Social Paroquial de Frei Paulo	4.000
4.14.00 — Ministério da Saúde.	
Adendo "C".	
K— 13 — Mato Grosso.	
Onde se lê:	
Hospital Espírita de Mato Grosso	4.000
Leia-se:	
Sanatório — Mato Grosso — Campo Grande	4.000
Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.	
Brasília, 29 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.	
H. CASTELLO BRANCO	
Mem de Sá	
Pedro Aleixo	
Raymundo de Britto	

LEI Nº 5.055 — DE 29 DE JUNHO
DE 1966

Concede pensão especial de Cr\$ 9.600 (nove mil e seiscentos cruzeiros) mensais a Maria Pompeia de Carvalho, viúva de Rivaldo Coelho de Carvalho, e seus filhos menores.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida pensão especial de Cr\$ 9.600 (nove mil e seiscentos cruzeiros) mensais a Maria Pompeia de Carvalho, viúva de Rivaldo Coelho de Carvalho, falecido em consequência de acidente ocorrido em serviço, e a seus filhos menores Maria Cristina de Carvalho, Ricardo Augusto de Carvalho, Maria Lúcia de Carvalho e Silvia Maria de Carvalho.

Art. 2º O pagamento da pensão de que trata o art. 1º correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Brasília 29 de junho de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões.

LEI Nº 5.056 — DE 29 DE JUNHO
DE 1966

Modifica dispositivos da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, alterada pela de nº 3.543, de 11 de fevereiro de 1959, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º, 3º e 6º da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de

1954, modificados pela Lei nº 3.543, de 11 de fevereiro de 1959, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1º O Tribunal Marítimo, com jurisdição em todo o território nacional, órgão autônomo, auxiliar do Poder Judiciário, vinculado ao Ministério da Marinha no que se refere ao provimento de pessoal militar e de recursos orçamentários para pessoal e material destinado ao seu funcionamento, tem como atribuições julgar os acidentes e fatos da navegação marítima, fluvial e lacustre e as questões relacionadas com tal atividade, especificadas nesta Lei.

Art. 2º O Tribunal Marítimo compor-se-á de sete (7) Juizes, nomeados em caráter efetivo, que serão:

a) um (1) Oficial General do Corpo da Armada, que será seu Presidente;

b) dois (2) Oficiais Superiores da Marinha de Guerra, da Ativa ou da Reserva Remunerada, sendo um do Corpo da Armada e o outro do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, subespecializados em Máquinas ou Casco;

c) dois (2) bacharéis em Direito, especializados, um deles em Direito Marítimo e o outro em Direito Internacional Público;

d) um especialista em armação de navios e navegação comercial;

e) um Capitão de Longo Curso, da Marinha Mercante.

§ 1º As nomeações serão feitas pelo Presidente da República, atendida a composição do Tribunal e observadas as condições de:

a) Oficial-General do Corpo da Armada, para o Juiz-Presidente;

b) Cap. de-Mar-e-Guerra ou Capitão-de-Fragata, da Ativa ou da Reserva Remunerada, aprovado no Curso de Comando da Escola de Guerra Naval, para o Oficial do Corpo da Armada e aprovado no Curso Especial da mesma Escola, para o do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais;

c) reconhecida idoneidade, mais de cinco (5) anos de prática forense e idade compreendida entre trinta e cinco (35) e quarenta e oito (48) anos, para os bacharéis em Direito;

d) reconhecida idoneidade e competência, idade compreendida entre trinta e cinco (35) e quarenta e oito (48) anos e ter mais de cinco (5) anos em cargo de direção de empresa de navegação marítima, para o especialista em armação de navios e navegação comercial;

e) reconhecida idoneidade e competência, idade compreendida entre trinta e cinco (35) e quarenta e oito (48) anos e ter, no mínimo, cinco (5) anos de efetivo comando, nessa categoria, em navios brasileiros, sem punição decorrente de julgamento, para o Capitão de Longo Curso.

§ 2º Os Juizes, com a aprovação do Presidente, serão nomeados mediante concurso de títulos e provas, realizado perante banca examinadora presidida pelo Juiz-Presidente e constituída por um Juiz eleito pelo Tribunal, em escrutínio secreto; um representante da Procuradoria, designado pelo Ministro da Marinha; e ainda, conforme se trate do preenchimento de vaga relativa às alíneas b, c e d ou e, do parágrafo anterior respectivamente, de um Oficial Superior do Corpo da Armada ou do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, designado pelo Ministro da Marinha; de um especialista em Direito Marítimo ou Direito Internacional Público, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e de um representante da Comissão de Marinha Mercante, designado pelo Presidente da mesma Comissão.

§ 3º Os Juizes militares de que trata a alínea b do art. 2º, resguardada a situação dos atuais ocupantes, caso estejam na Ativa, serão logo após a nomeação transferidos para a Reserva Remunerada com todas as promoções e vantagens a que tiverem direito, na ocasião.

§ 4º Os Juizes militares referidos nas alíneas a e b. do artigo 2º, permanecerão nos seus cargos, ainda depois de reformados, contanto que não tenham ultrapassado a idade limite para permanência no Serviço Público.

§ 5º O Vice-Presidente será eleito bienalmente, em continúo secreto.

§ 6º Os Juizes de que tratam as alíneas c, d e e, do art. 2º, ficam impedidos de exercer advocacia ou prestar serviços profissionais em favor de partes interessadas nas atividades da navegação.

Art. 3º Com exceção dos Juizes militares, os demais Juizes terão suplentes nomeados pelo Presidente da Republica, com mandato de três (3) anos, podendo ser reconduzidos, os quais funcionarão quando convocados pelo Presidente do Tribunal, nos casos previstos no Regimento Interno.

§ 1º Quando a necessidade se apresentar com relação aos Juizes militares (alínea b do artigo 2º), o Ministro da Marinha designará os suplentes necessários, por solicitação do Presidente do Tribunal.

§ 2º Para a nomeação ou designação dos suplentes de que trata este artigo, deverão ser observados, com exceção do concurso, os mesmos requisitos exigidos para "os Juizes Efetivos".

Art. 6º Os advogados de ofício serão nomeados mediante concurso de provas realizado perante banca examinadora presidida pelo Presidente do Tribunal e constituída por um ^{el} pelo Tribunal, em escrutínio secreto, um representante a Procuradoria, designado pelo Ministro da Marinha, e um especialista em Direito Marítimo ou Direito Internacional Público, indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 2º Passam a ter a seguinte redação as disposições abaixo mencio-

nadas da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954:

"Art. 9º Para a execução dos serviços processuais, técnicos e administrativos, o Tribunal Marítimo terá uma Secretaria constituída de quatro

"Art. 18. As decisões do Tribunal Marítimo, nas matérias de sua competência, tem valor probatório e se presumem certas, sendo suscetíveis de reexame pelo Poder Judiciário somente nos casos previstos na alínea a do inciso III do art. 101 da Constituição.

Art. 19. Sempre que se discutir em juízo uma questão decorrente de matéria da competência do Tribunal Marítimo, cuja parte técnica ou técnico-administrativa couber nas suas atribuições, deverá ser juntada aos autos a sua decisão definitiva.

"Art. 22.

b) praticar todos os atos de direção decorrentes da legislação em vigor para os servidores públicos federais;

Art. 23. O Presidente terá um Gabinete constituído por um Assistente Militar e designados pelos órgãos competentes do Ministério da Marinha, devendo ter, ainda, um Assistente Civil de sua confiança, designado dentre os funcionários do Tribunal.

Parágrafo único. O Assistente Militar acumulará as funções de Chefe de Gabinete."

"Art. 32. A Secretaria é o órgão de execução dos serviços processuais, técnicos e administrativos decorrentes das atribuições do Tribunal; será dirigida por um bacharel em Direito que exercerá o cargo de Diretor-Geral e terá a seguinte composição:

- I — Divisão de Acidentes e Fatos da Navegação;
- II — Divisão de Registro da Propriedade Marítima;

- III — Divisão de Jurisprudência e Documentação; e
IV — Divisão de Administração.

§ 1º

§ 2º As atribuições do Diretor-Geral da Secretaria, das divisões, serviços, seções e turmas serão minuciosamente fixadas no Regimento Interno."

.....
"Art. 41 O processo perante o Tribunal Marítimo se inicia:

- I — por iniciativa da Procuradoria;
II — por iniciativa da parte interessada;
III — por decisão do próprio Tribunal.

§ 1º O caso do número II dar-se-á:

a) por meio de representação, devidamente instruída, quando se tratar de acidente ou da navegação, no decorrer dos trinta (30) dias subsequentes ao prazo de cento e oitenta (180) dias da sua ocorrência, se, até o final deste, não houver entrado no Tribunal o inquérito respectivo;

b) por meio de representação, nos autos de inquérito, dentro do prazo de dois (2) meses, contado do dia em que os autos voltarem à Procuradoria, quando a promoção for pelo arquivamento, ou ainda no curso do processo dentro do prazo de três (3) meses, contado do dia da abertura da instrução, ou até a data de seu encerramento, se menor for a sua duração.

§ 2º No caso da alínea a do parágrafo anterior se achar o Tribunal que há elementos suficientes determinará o prosseguimento e tomará as providências para o recebimento do inquérito, cujos autos serão incorporados aos da representação, procedendo-se, então, na forma do art. 42 e dos ulteriores termos processuais.

§ 3º Em se tratando da hipótese prevista na primeira parte da alínea b, do § 1º, os autos permanecerão em Secretaria durante aquele prazo, findo o que serão conclusos ao relator.

§ 4º Em qualquer caso, porém, os prazos fixados no § 1º são peremptórios e só serão contemplados uma vez, não se renovando em outras fases de instrução que porventura venham a ocorrer.

Art. 42. Feita a distribuição e a autuação, em se tratando de inquérito ou de representação, o relator designado dará vista dos autos a Procuradoria, para que esta, em dez (10) dias, contados daquele em que os tiver recebido, officie por uma das formas seguintes:

a) oferecendo representação ou pronunciando-se sobre a que tenha sido oferecida pela parte;
b) pedindo em parecer fundamentado, o arquivamento do inquérito;

c) opinando pela incompetência do Tribunal e requerendo a remessa dos autos a quem de direito."

.....
"Art. 46. No curso da ação privada é lícito às partes desistirem, mas o processo prosseguirá, nos termos em que o Tribunal decidir na homologação, como se fosse de iniciativa da Procuradoria."

.....
"Art. 53. Recebida a representação ou negado o arquivamento do inquérito, determinará o relator a notificação do acusado, por mandado ou com hora certa, se residente no Estado da Guanabara; por delegação de atribuições ao Capitão do Porto em cuja jurisdição residir o representado, se fora daquele Estado; por delegação de atribuições ao agente consular brasileiro em cujo país residir o representado, se fora do Brasil; e por edital, se ignorado, desconhecido ou incerto o local de permanência."

.....
"Art. 71. O Tribunal só poderá deliberar com a presença de, pelo menos, metade e mais um dos seus membros, sendo as questões decididas por maioria de votos".

.....
"Art. 93. Qualquer embarcação poderá ser hipotecada na

própria fase da construção, seja qual for a sua tonelagem."

"Art. 112.

§ 1º

§ 2º O prazo para a interposição do agravo será de cinco (5) dias e o seu processamento na forma do Código de Processo Civil, arts. 844 e 845, incisos e parágrafos.

§ 3º No Tribunal o agravo será distribuído a um juiz desimpedido que pedira sua inclusão em pauta para julgamento, com preferência nos trabalhos do dia, quando o relatar.

§ 4º Provido ou não o recurso, os autos baixarão ao relator do feito principal, para o seu prosseguimento."

"Art. 121. A inobservância dos preceitos legais, que regulam a navegação será reprimida com as seguintes penas:

- a) repreensão;
- b) suspensão de pessoal marítimo;
- c) interdição para o exercício de determinada função;
- d) cancelamento da matrícula profissional;
- e) proibição ou suspensão do tráfego da embarcação;
- f) cancelamento do registro de armador;
- g) multa, cumulativamente, ou não, com qualquer das anteriores.

§ 1º A suspensão de pessoal marítimo será por prazo não superior a doze (12) meses.

§ 2º A interdição não excederá de cinco (5) anos.

§ 3º A proibição ou suspensão do tráfego da embarcação cessará logo que deixem de existir os motivos que a determinaram, ou, no caso do art. 81, logo que seja iniciado o processo de registro da propriedade.

§ 4º

"Art. 131. A pena de suspensão, cancelamento da matrícula

ou interdição em que incorrer o capitão ou tripulante de navio estrangeiro, será aplicada somente com relação ao exercício de suas funções em águas brasileiras."

"Art. 134.

Parágrafo único. Para a conversão, a cada quadragésimo do maior salário-mínimo vigente no País, ao tempo da aplicação da pena, corresponderá um dia de suspensão, atribuindo-se tantos dias de suspensão quantas daquelas frações estiverem contidas no valor da multa, arredondando-se para um mês quando menor for o resultado."

"Art. 147. O Tribunal Marítimo terá o seu Quadro próprio de Pessoal.

Parágrafo único. Dentro de cento e vinte (120) dias a contar da publicação desta Lei o Poder Executivo submeterá à aprovação do Congresso Nacional o novo Quadro de Pessoal do Tribunal, que lhe será proposto pelo seu Juiz-Presidente, após do Ministro da Marinha."

"Art. 152.

Parágrafo único. O período de sessenta (60) dias, contado a partir de 1º de janeiro, será de férias para o Tribunal, que somente se reunirá para assunto de alta relevância, por convocação extraordinária. Juiz-Presidente."

"Art. 156. Nos processos da competência do Tribunal Marítimo haverá custas que serão recolhidas na forma da legislação fazendária em vigor.

§ 1º O Tribunal organizará o seu Regimento de Custas e o submeterá à aprovação do Presidente da República no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da publicação desta lei.

§ 2º O referido Regimento de Custas deverá ser vinculado ao valor do maior salário-mínimo vigente no País e atualizável de acordo com os reajustamentos daquele valor."

Art. 3º O art. 15 da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, fica acrescido da seguinte alínea:

"j) o emprêgo da embarcação, no todo ou em parte, na prática de atos ilícitos, previstos em lei como crime ou contravenção penal, ou lesivos à Fazenda Nacional."

Art. 4º Ao art. 16 da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, é acrescida a seguinte alínea:

"l) eleger seu Vice-Presidente."

Art. 5º Acrescente-se ao art. 22 da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, a seguinte alínea:

"k) propor ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Marinha, os servidores que devam ocupar os cargos em Comissão, bem como os que devam ser promovidos."

Art. 6º Suprima-se o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954.

Art. 7º Acrescente-se parágrafo único ao art. 81 da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. A observância do disposto neste artigo sujeita o infrator à pena de multa de cinco (5) a cinquenta (50) vezes o maior salário mínimo vigente no País, a ser aplicada pelo Presidente do tribunal, sem prejuízo da suspensão do tráfego da embarcação, que será logo determinada."

Art. 8º Acrescente-se parágrafo único ao art. 150 da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Aos advogados de ofício, quando funcionando nos processos, caberão as mesmas regalias concedidas aos demais advogados".

Art. 9º O art. 157 da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, modificado pela Lei nº 3.543, de 11 de fevereiro de 1959, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 157. O Tribunal Marítimo deverá, no prazo de noventa

ta (90) dias, contados da publicação desta lei, ter elaborado o seu Regimento Interno para submetê-lo ao Presidente da República.

Parágrafo único. O Regimento Interno entrará em vigor no prazo de noventa (90) dias, para o País, e cento e vinte (120) dias, para o exterior, a contar da data de sua publicação no órgão oficial."

Art. 10. As multas previstas na Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, serão graduadas de 1/10 (um décimo) até o quíuplo do maior salário-mínimo que estiver vigorando no País.

Parágrafo único. Tais multas poderão ser elevadas até cinquenta (50) vezes esse salário, nos casos estabelecidos no § 1º do art. 124, e nos artigos 127 e 132 da mesma lei.

Art. 11. Nos feitos perante o Tribunal Marítimo em que funcionar advogado de ofício, o beneficiado, quando julgado responsável pelo fato ou acidente da navegação, pagará os respectivos honorários, que serão fixados na decisão final, desde que o possa fazer.

§ 1º Se o caso for de representação de parte, caberá o pagamento ao vencido.

§ 2º A importância do pagamento será recolhida na forma da legislação fazendária em vigor, e a guia, anexada aos autos, será rubricada pelo advogado de ofício.

Art. 12. É obrigatório o registro, no Tribunal Marítimo, de armador de embarcações mercantes de mais de vinte (20) toneladas brutas, mesmo quando a atividade for exercida pelo respectivo proprietário, exceto quanto às empregadas exclusivamente no serviço público.

Parágrafo único. As disposições deste artigo são igualmente aplicadas ainda que se trate de embarcações de tonagem inferior desde que providas de propulsão mecânica e se dediquem a qualquer atividade lucrativa de barra-a-fora.

Art. 13. Para os efeitos desta Lei, compreende-se como armador a pessoa natural ou jurídica que, em seu nome e sob sua responsabilidade,

apresta a embarcação para ser utilizada, pondo-a ou não a navegar por sua conta.

Parágrafo único. Nesse conceito também se incluem aqueles que tenham o exclusivo controle da expedição, sob qualquer modalidade de cessão, embara recebam a embarcação devidamente aparelhada e tripulada, desde que possuam sobre ela poderes de administração.

Art. 14 A armação da embarcação, excluídas as do tráfego do porto, só poderá ser exercida pelas pessoas aludidas nas alíneas a, b, e c, do art. 83 da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954 e que satisfaçam os demais requisitos legais.

Parágrafo único. As disposições finais deste artigo não se aplicam quando se tratar de embarcações que não exerçam atividade lucrativa.

Art. 15 O contrato de armação, carta-partida ou outro qualquer título de cessão que dê poderes de administração, será averbado no registro de propriedade da embarcação e constará do rol de equipagem.

Art. 16 A nenhuma embarcação, nas condições previstas no art. 12 e seu parágrafo único, sob a administração de pessoa natural ou jurídica brasileira, será fornecido passe se o responsável pela expedição não estiver registrado como armador no Tribunal Marítimo.

Art. 17 Do certificado de armador, que será expedido quando ultimado o registro poderá ser fornecida outra via, em caso de perda ou destruição da anterior.

Parágrafo único. Mediante compromisso fornecido pelo Tribunal Marítimo ou pela Capitania do Porto que encaminhar o pedido, poderá o armador praticar os atos pertinentes à expedição da embarcação, até a ultimação do registro.

Art. 18 O registro será cancelado a pedido do interessado, ou *ex officio*, quando obtido em desacordo com a legislação vigente, e por decisão do Tribunal Marítimo, nos casos previstos nesta Lei.

Art. 19 O Tribunal Marítimo, sem prejuízo das demais sanções legais, ordenará o cancelamento do registro

de armador quando provado que este, na utilização da embarcação, praticou atos previstos em lei como crime ou contravenção penal, ou lesivos à Fazerias Nacional.

Art. 20 Não será concedido registro de armador a pessoa física que tenha participado da administração de pessoa jurídica atingida pelo cancelamento na forma do artigo anterior, nem a pessoa jurídica da qual faça parte quem já tenha participado de outra sociedade com poderes de administração e cujo registro haja sido cancelado naquelas condições.

Parágrafo único. Igualmente, não será concedido registro a pessoa jurídica da qual faça parte uma pessoa física tenha tido por aqueles motivos o registro cancelado.

Art. 21 Fica estabelecido o prazo de doze (12) meses, contado da data da publicação desta Lei, para que os atuais armadores promovam o respectivo registro no Tribunal Marítimo, findo o qual não será mais concedido o passe, na forma estabelecida no art. 16 desta Lei.

Art. 22 Dos despachos e decisões sobre registro de armador caberá recurso para o Tribunal, observado, no que couber, o disposto no nº II, alínea d, do art. 111, art. 112 e seus parágrafos e arts. 106 e seguintes, da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954.

Art. 23 O Regimento Interno do Tribunal Marítimo especificará os documentos indispensáveis ao pedido de registro e dirimirá as dúvidas surgidas na interpretação dos dispositivos relacionados com a armação de embarcações contidos nesta Lei.

Art. 24. Os débitos para com o Tribunal Marítimo tanto os atuais como os futuros, decorrentes de multas e custas não recolhidas na data devída, ficam sujeitos à correção monetária de que trata o art. 7º da Lei nº 4.357 de 16 de julho de 1954.

Art. 25. A pena de suspensão prevista no Capítulo III do Título V da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, passa a ser considerada como suspensão de pessoal marítimo.

Art. 26 Os cargos de Diretor-Geral da Secretaria e de Diretores de Divisões passam a ser de provimento

em Comissão, resguardada a situação pessoal dos atuais ocupantes.

Art. 2. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28 Ficam revogados os arts. 43 e 101 e seus parágrafos, da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e demais disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1966, 159 da Independência e 78ª da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Arnoldo Toscano.

LEI Nº 5.057 — DE 29 DE JUNHO
DE 1966

Reajusta o valor da pensão paga pelo Tesouro Nacional a herdeiros de contribuinte do Montepio Civil, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A pensão paga pelo Tesouro Nacional a herdeiros de contribuinte do Montepio Civil, calculada de conformidade com o disposto no art. 4º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, será reajustada, a partir de 1 de janeiro de 1966, de acordo com os níveis dos atuais vencimentos dos funcionários civis da União.

§ 1º A pensão reajustada na forma deste artigo será sempre atualizada de acordo com os valores dos vencimentos que forem fixados para aqueles funcionários.

§ 2º O reajustamento previsto neste artigo é extensivo aos pensionistas dos extintos Montepio dos Operários e Serventes dos Arsenais de Marinha, Caixa e Pensões dos Operários da Casa da Moeda e Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (IAPFESP), desde que seus instituidores tenham possuído a necessária qualificação de funcionários civis da União.

Art. 2º Cabe aos órgãos de pessoal dos respectivos Ministérios, à vista

dos processos de habilitação a eles remetidos, indicar os atuais níveis de vencimentos correspondentes aos cargos então exercidos pelos ex-contribuintes.

§ 1º Quando, por motivo de extinção do cargo, não for possível fixar o atual nível de seus vencimentos, o Ministério o estabelecerá tendo em vista a correlação de atribuições entre ele e outro cargo existente.

§ 2º Não sofrerá redução o valor primitivo da pensão que ultrapassar a importância resultante do reajuste previsto nesta lei, sendo a eventual diferença absorvida em reajustes futuros.

§ 3º As vantagens financeiras desta lei são isentas do desconto de qualquer contribuição.

Art. 3º A despesa com o reajustamento da pensão paga pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (IAPFESP) correrá por conta do Tesouro Nacional cabendo àquela entidade, após feita sua revisão, remeter o processo de habilitação à Diretoria da Despesa Pública.

Parágrafo único. Reajustada a pensão e reconhecida a dívida pelo Tesouro Nacional, iniciará o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (IAPFESP) o pagamento do benefício.

Art. 4º O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (IAPFESP) remeterá, semestralmente, à Diretoria da Despesa Pública, para indenização por parte da União, discriminando os números dos processos, a relação das diferenças pagas na forma desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1966; 145ª da Independência e 78ª da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Arnoldo Toscano.

Octavio Bulhões

Walter Peracchi Barcellos.

LEI Nº 5.058 — DE 29 DE JUNHO
DE 1966

Altera dispositivos da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, revoga as Leis nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, nº 3.067, de 22 de dezembro de 1956, e nº 3.725, de 28 de dezembro de 1959, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica acrescentado o seguinte parágrafo único ao art. 11 da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965:

“Parágrafo único. A entrada na escala numérica a que se refere o § 1º do art. 94 do Decreto-lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares), não se processará quando se tratar de vaga proveniente da cota compulsória prescrita no artigo 16 da presente lei e necessária ao atendimento da finalidade da referida cota”.

Art. 2º O § 5º do art. 16 da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, passa a ter a seguinte redação:

“§ 5º Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, não serão considerados como vagas normais as que forem preenchidas com a reversão à atividade de oficiais agregados e as que decorrerem da aplicação da cota compulsória”.

Art. 3º Fica acrescentado o seguinte parágrafo único ao artigo

20 da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965.

“Parágrafo único. A verificação de incidência da letra d do artigo 14 processar-se-á pelas Comissões de Promoções, quando o oficial vier a ser objeto de apreciação pela referida Comissão, para o ingresso em Quadros de Acesso ou em Listas de Escolha.”

Art. 4º O “caput” do art. 28 da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. A incapacidade, no caso da letra c do art. 25, pode ser conseqüente a”.

Art. 5º Ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 63, da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, ficam revogadas as Leis números 2.370, de 9 de dezembro de 1954, 3.067, de 22 de dezembro de 1956, e 3.725, de 28 de dezembro de 1959, e demais disposições que contrariam o estatuído pela Lei nº 4.902 de 16 de dezembro de 1965.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1966; 145º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Arnóldo Toscano.

Arthur da Costa e Silva.

Eduardo Gomes.

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes V e VI de 1966, desta
coleção, pela ordem alfabética
dos assuntos

EMENTÁRIO

A

A EQUITATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL S. A.

Dispõe sobre o aproveitamento de empregados de "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil S. A. de Seguros Gerais."

Decreto nº 58.859 — De 15 de julho de 1966.

A FORTALEZA, COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da A Fortaleza, Companhia Nacional de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.774 — De 23 de junho de 1966.

A. MARTINS MENDES & COMPANHIA LIMITADA

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo de 29 de dezembro de 1949, de ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Martins Mendes & Companhia Limitada.

Decreto Legislativo nº 34, de 1966.

ABOLIÇÃO DAS SANÇÕES PENAIS

Promulga a Convenção nº 104 concernente à abolição das sanções penais.

Decreto nº 58.821 — De 14 de julho de 1966.

ABOLIÇÃO DO TRABALHO FORÇADO

Promulga a Convenção nº 105 concernente à abolição do trabalho forçado.

Decreto nº 58.822 — De 14 de julho de 1966.

ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA

Cria o emblema da Academia Nacional de Polícia, do D.F.S.P.

Decreto nº 58.861 — De 15 de julho de 1966.

AÇÃO JUDICIAL

Dispõe sobre a prescrição do direito de ação judicial e de reclamação administrativa contra concursos públicos.

Lei nº 5.091 — De 30 de agosto de 1966.

ACÓRDOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo do Acórdão Especial celebrado, em 31 de maio de 1954, entre o Ministério da Educação e Cultura e a Escola Industrial Dom Bosco, da Congregação dos Padres Salesianos.

Decreto Legislativo nº 23, de 1966.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo aditivo a acórdão celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Estado do Pará.*

Decreto Legislativo nº 24, de 1966.

— *Aprova o Acórdão entre o Brasil e a Suécia para Evitar a Bitributação sobre a Renda e o Capital.*

Decreto Legislativo nº 33, de 1966.

— *Aprova o Acórdão Comercial assinado em Iaundê, em 5 de maio de 1965, entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal dos Camarões.*

Decreto Legislativo nº 38, de 1966.

— *Promulga o Acôrdo para o preparo de mapas topográficos e cartas aeronáuticas no Brasil com os Estados Unidos da América.*

Decreto nº 58.733 — De 27 de junho de 1966.

— *Altera dispositivos do Decreto nº 57.814, de 15 de fevereiro de 1966.*

Decreto nº 58.993 — De 4 de agosto de 1966.

— *Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar operações de crédito e a assinar Acôrdos de Pagamento com o Governo dos Estados Unidos da América.*

Decreto nº 59.014 — De 5 de agosto de 1966.

— *Promulga o Protocolo de nova Prorrogação do Acôrdo Internacional do Trigo de 1962.*

Decreto nº 59.249 — De 19 de setembro de 1966.

— *Promulga o Acôrdo de Cooperação no Campo das Utilizações Pacíficas da Energia Atômica com a Comunidade Européia de Energia Atômica.*

Decreto nº 59.251 — De 20 de setembro de 1966.

— *Promulga o Acôrdo de Intercâmbio Cultural Brasil-Costa-Rica.*

Decreto nº 59.273 — De 23 de setembro de 1966.

— *Promulga o Acôrdo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica.*

Decreto nº 59.308 — De 23 de setembro de 1966.

ACÔRDOS SALARIAIS

Determina a audiência do Conselho Nacional de Política Salarial nos reajustamentos, revisões ou acôrdos salariais de caráter coletivo, em que sejam partes o SESI, SENAI, SESC, SENAC e LBA.

Decreto nº 59.035 — De 9 de agosto de 1966.

AÇÚCAR

Dispõe sobre a produção, o comércio e o transporte clandestino de açúcar e do álcool e dá outras providências.

Decreto-lei nº 16 — De 10 de agosto de 1966.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Aprova o orçamento da Administração do Porto do Rio de Janeiro.

Decreto nº 59.116 — De 23 de agosto de 1966.

AERONAUTAS

Dispõe sobre o exercício da profissão de aeronauta e dá outras providências.

Decreto-lei nº 18 — De 24 de agosto de 1966.

AERONÁUTICA

Altera dispositivos da Lei nº 4.939, de 16 de dezembro de 1965, revoga as Leis nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, nº 3.067, de 22 de dezembro de 1936, e nº 3.725, de 28 de dezembro de 1959, e dá outras providências.

Lei nº 5.058 — De 29 de junho de 1966.

— *Altera o art. 2º do Decreto número 57.614, de 7 de janeiro de 1966, na parte referente ao Departamento de Aeronáutica Civil.*

Decreto nº 58.761 — De 28 de junho de 1966.

— *Reorganiza a Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional, criada pelo Decreto número 27.353, de 20 de outubro de 1949, e dá outras providências.*

Decreto nº 58.772 — De 28 de junho de 1966.

— *Inclui Organização da Aeronáutica no art. 1º do Decreto nº 1.979, de 8 de janeiro de 1963.*

Decreto nº 59.192 — De 8 de setembro de 1966.

— *Regulamenta a Lei de Promoções dos Oficiais da Ativa da Aeronáutica.* (Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966).

Decreto nº 59.203 — De 12 de setembro de 1966.

— *Altera o Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 41.660, de 7 de junho de 1957.*

Decreto nº 59.215 — De 15 de setembro de 1966.

AERONAVES ESTRANGEIRAS

Modifica o Decreto nº 46.124, de 26 de maio de 1959, e estabelece procedimento para autorização dos vôos não regulares de transporte de carga, em aeronaves estrangeiras.

Decreto nº 58.771 — De 28 de junho de 1966.

AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO

Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto nº 58.858 — De 15 de julho de 1966.

AGALMATOLITO

Autoriza o cidadão brasileiro José Bento Nogueira Junqueira a pesquisar agalmatolito no município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.854 — De 15 de julho de 1966.

— *Autoriza Construções e Comércio Camargo Corrêa S. A. a pesquisar agalmatolito no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.135 — De 25 de agosto de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Antunes Vilça a pesquisar agalmatolito no município de Itatiaçu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.962 — De 1 de agosto de 1966.

AGROPECUÁRIA

Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 6.472.502.500, para regularizar a despesa com o programa de emergência no setor agropecuário.

Decreto nº 58.906 — De 21 de julho de 1966.

AGUAS-MARINHAS

Autoriza a Companhia de Mineração de Brejaúba a pesquisar berilo, bismuto, águas-marinhas e pedras semipreciosas, no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.285 — De 23 de setembro de 1966.

AGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Mário José Teixeira a pesquisar água mineral no município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 58.549 — De 30 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Itagyba Mattos a pesquisar água mineral no município de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.073 — De 12 de agosto de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Achilles Scavariello a lavar água mineral no município de Santa Isabel, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.230 — De 19 de setembro de 1966.

ÁGUAS PÚBLICAS

Declara públicas, de uso comum, as águas do curso d'água que especifica.

Decreto nº 59.099 — De 19 de agosto de 1966.

— *Declara públicas, de uso comum as águas do curso d'água que especifica.*

Decreto nº 59.240 — De 19 de setembro de 1966.

— Declara públicas, de uso comum, as águas do curso d'água que especifica.

Decreto nº 59.241 — De 19 de setembro de 1966.

— Declara públicas, de uso comum, das águas dos cursos d'água que especifica.

Decreto nº 59.242 — De 19 de setembro de 1966.

— Declara públicas, de uso comum, as águas dos cursos d'água que especifica.

Decreto nº 59.243 — De 19 de setembro de 1966.

— Declara públicas, de uso comum, as águas de cursos que especifica.

Decreto nº 59.298 — De 23 de setembro de 1966.

ALCOOL

Dispõe sobre a produção, o comércio e o transporte clandestino de açúcar e do álcool e dá outras providências.

Decreto-lei nº 16 — De 10 de agosto de 1966.

ALCOOL ANIDRO

Dispõe sobre a adição de álcool anidro à gasolina automotiva consumida no País e dá outras providências.

Decreto nº 59.190 — De 8 de setembro de 1966.

ALGODÃO

Fixa os preços mínimos básicos relativos à safra do ano de 1967, para o algodão das Regiões Central e Meridional.

Decreto nº 58.975 — De 3 de agosto de 1966.

— Altera os preços mínimos básicos para financiamento ou aquisição de algodão das Regiões Central e Meridional do País, da safra do ano de 1967, fixados pelo Decreto nº 58.975, de 3-8-66.

Decreto nº 59.209 — De 14 de setembro de 1966.

ALLIANCE ASSURANCE COMPANY LIMITED

Concede à Alliance Assurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 58.908 — De 22 de julho de 1966.

ALVORADA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Alvorada Companhia Nacional de Seguros Gerais.

Decreto nº 58.767 — De 28 de junho de 1966.

AMAZÔNIA

Estabelece critérios de prioridade para a aplicação, na região amazônica, do art. 18, alínea "b" da Lei número 4.239, de 27 de junho de 1963, de acordo com a redução dada pelo art. 18 da Lei nº 4.869, de 1 de dezembro de 1965.

Decreto nº 58.895-A — De 20 de julho de 1966.

— Altera o Regulamento da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, aprovado pelo Decreto nº 34.132, de 9 de outubro de 1953, e dá outras providências.

Decreto nº 58.989 — De 4 de agosto de 1966.

AMENDOIM

Fixa os preços mínimos básicos relativos à safra do amendoim da seca do ano de 1966, para o produto das Regiões Central e Meridional.

Decreto nº 58.770 — De 28 de junho de 1966.

— Fixa os preços mínimos básicos relativos à safra de 1966-67, para os produtos: amendoim, arroz, farinha de mandioca, feijão, milho e soja, das Regiões Central e Meridional.

Decreto nº 58.977 — De 3 de agosto de 1966.

AMERICAN MOTORISTS INSURANCE COMPANY

Concede à American Motorists Insurance Company autorização para aumentar o capital destinado as suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 59.054 — De 11 de agosto de 1966.

AMIANTO

Renova o Decreto nº 1.744, de 30 de novembro de 1962.

Decreto nº 58.491 — De 24 de maio de 1966.

ANIMAIS DE PURO-SANGUE

Altera o § 2º do art. 4º da Lei número 4.086, de 18 de julho de 1962, que dispõe sobre a importação de animais de puro-sangue, de carreira.

Lei nº 5.128 — De 29 de setembro de 1966.

ANIMAIS DOMÉSTICOS

Aprova o Regulamento da Lei número 4.716, de 29-6-65, que dispõe sobre o registro genealógico de animais domésticos no País.

Decreto nº 58.934 — De 3 de agosto de 1966.

APOSENTADORIAS E PENSÕES

Aprova a tabela dos índices de reajustamento das aposentadorias e pensões e benefícios de manutenção do salário em vigor nos Institutos de Aposentadoria e Pensões, a que se refere o art. 6º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Decreto nº 58.840 — De 15 de julho de 1966.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Fuad Auada a lavar areia quartzosa e argila, no município de Osasco, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.432 — De 17 de maio de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Aires de Oliveira a pesquisar quartzo e areia quartzosa no Município de Marmelópolis, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.625 — De 15 de junho de 1966.

— Autoriza a Indústrias Reunidas Vidrobrás Ltda. a lavar areia quartzosa no município de Descalvado, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.849 — De 15 de julho de 1966.

Autoriza a Companhia de Mineração Rosicler a pesquisar areia quartzosa, no município de Itirapina Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.935 — De 29 de julho de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Joseph Nigri a pesquisar argila e areia quartzosa, no município de Suzano, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.963 — De 1 de agosto de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Manoel Pereira Filho a lavar areia quartzosa no município de Itanhaém, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.071 — De 12 de agosto de 1966.

— Declara caduco o Decreto número 26.948, de 25 de julho de 1948.

Decreto nº 59.090 — De 18 de agosto de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Afrodizio Witzel a pesquisar argila e areia quartzosa, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.133 — De 25 de agosto de 1966.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Fuad Auada a lavar areia quartzosa e argila, no município de Osasco, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.432 — De 17 de maio de 1966.

— *Renova o Decreto nº 52.242, de 9 de julho de 1963.*

Decreto nº 58.433 — De 17 de maio de 1966.

— *Declara sem efeito o Decreto nº 54.768, de 30 de outubro de 1964.*

Decreto nº 58.443 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Felisberto dos Reis a pesquisar argila no Município de Andradás, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.462 — de 17 de maio de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.196, de 11 de dezembro de 1963.*

Decreto nº 58.621 — de 15 de junho de 1966.

— *Declara caduco o Decreto número 23.523, de 18 de agosto de 1947.*

Decreto nº 58.715 — de 25 de junho de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.302, de 16 de dezembro de 1963.*

Decreto nº 58.888 — de 20 de julho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joseph Nigri a pesquisar argila e areia quartzosa, no município de Suzano, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.963 — de 1 de agosto de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Afrodizio Witzel a pesquisar argila e areia quartzosa, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.133 — de 25 de agosto de 1966.

— *Autoriza a Mineração Aguiar Limpa S. A. a pesquisar argila no Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.181 — de 6 de setembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Feliciano Ferreira da Rosa Aquino a pesquisar argila, no município de Cotia, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.184 — de 8 de setembro de 1966.

— *Altera a Ordenança Geral para o Serviço da Armada, aprovada pelo Decreto nº 8.726, de 6 de fevereiro de 1942.*

Decreto nº 59.048 — de 11 de agosto de 1966.

ARROZ

Fixa os preços mínimos básicos relativos à safra de 1966-67, para os produtos: Amendoim, arroz, farinha de mandioca, feijão, milho e soja, das Regiões Central e Meridional.

Decreto nº 58.977 — de 3 de agosto de 1966.

ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Aprova o Regulamento para o "Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro".

Decreto nº 58.678 — de 21 de junho de 1966.

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DE EMPRESAS

Autoriza o Banco Central da República do Brasil a suprir recursos para assistência financeira de empresas.

Decreto-lei nº 13 — de 18 de julho de 1966.

ASSISTÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 100.000.000, para atender às despesas decorrentes do reajustamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento.

Decreto nº 58.753 — de 28 de junho de 1966.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E FILANTRÓPICA DOIS DE SETEMBRO

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente e Filantrópica Dois de Setembro, com sede em Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 58.887 — de 20 de julho de 1966.

**ASSOCIAÇÃO DOS VIGILANTES
PORTUÁRIOS DO BRASIL**

Suspende o funcionamento da Associação dos Vigilantes Portuários do Brasil.

Decreto nº 59.038 — de 9 de agosto de 1966.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE BRASÍLIA — DISTRITO FEDERAL

Declara de utilidade pública a "Associação Médica de Brasília", com sede no Distrito Federal.

Decreto nº 59.158 — de 1º de setembro de 1966.

ATOS COMPLEMENTARES

- Ato Complementar nº 14.
- Ato Complementar nº 15.
- Ato Complementar nº 16.
- Ato Complementar nº 17.
- Ato Complementar nº 18.
- Ato Complementar nº 19.
- Ato Complementar nº 20.
- Ato Complementar nº 21.
- Ato Complementar nº 22.

ATOS INSTITUCIONAIS

Dá nova redação ao art. 4º do Decreto nº 55.749, de 11 de fevereiro de 1965, modificado pelo Decreto nº 58.561, de 31 de maio de 1966.

Decreto nº 58.836 — de 15 de julho de 1966.

**ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS
SALÁRIOS**

Publica os índices de atualização monetária dos salários dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, na forma estabelecida no Decreto-Lei nº 15, de 29 de julho de 1966, e dá outras providências.

Decreto nº 58.943 — de 1º de agosto de 1966.

AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS

Constitui Comissão Promotora da Organização e Execução do Plano de Comemoração do Sesquicentário do Nascimento do Jurisconsulto Brasileiro Augusto Teixeira de Freitas.

Decreto nº 58.914 — de 22 de julho de 1966.

AUTARQUIAS

Inclui o Instituto Nacional do Mate e a Companhia Siderúrgica Nacional na relação das empresas mencionadas no art. 1º do Decreto nº 57.835, de 17-2-66.

Decreto nº 58.841 — de 15 de julho de 1966.

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISAS

Regulamenta o item II do art. 14 do Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940, dispõe sobre autorização de pesquisa de jazida mineral que imponha elevado gasto na sua efetivação e dá outras providências.

Decreto nº 59.077 — de 12 de agosto de 1966.

**AVIAÇÃO CIVIL DE PEQUENO
PORTE**

Estabelece o local do Aeródromo para Aviação Civil de Pequeno Porte e serviços correlatos, no Estado da Guanabara, e dá outras providências.

Decreto nº 59.234 — de 19 de setembro de 1966.

— *Define a conceituação de Aviação Civil de Pequeno Porte e dá outras providências.*

Decreto nº 59.285 — de 19 de setembro de 1966.

AVIÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com revisão de aviões.

Lei nº 5.009 — de 2 de setembro de 1966.

B

**BANCO CENTRAL DA REPÚBLICA
DO BRASIL**

Autoriza o Banco Central da República do Brasil a suprir recursos para assistência financeira de empresas.

Decreto-lei nº 13 — de 16 de julho de 1966.

BANCO DA AMAZÔNIA S. A.

Dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S. A.

Lei nº 5.122 — de 28 de setembro de 1966.

BANCO MERCANTIL DE MINAS GERAIS S. A.

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do contrato celebrado, em 4 de novembro de 1964, entre o Governo Federal e o Banco Mercantil de Minas Gerais S. A.

Decreto Legislativo nº 30, de 1966.

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

Introduz modificações na Legislação pertinente ao Banco Nacional da Habitação.

Lei nº 5.049 — de 29 de junho de 1966.

— *Isenta as instituições filantrópicas da contribuição de 1% (um por cento), de que trata o art. 22 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que cria o Banco Nacional da Habitação.*

Lei nº 5.127 — de 29 de setembro de 1966.

— *Transfere para o patrimônio do Banco Nacional da Habitação os terrenos de propriedade da União previsto no art. 26 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.*

Decreto nº 59.163 — de 1º de setembro de 1966.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Homologa Termo de Garantia firmado em 23-11-1962.

Decreto nº 59.051 — de 11 de agosto de 1966.

— *Cria a Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME — incorporando o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais — FINAME, criado pelo Decreto número 55.275, de 22 de dezembro de 1964, e dá outras providências.*

Decreto nº 59.170 — de 2 de setembro de 1966.

BANCOS PRIVADOS

Autoriza bancos privados a emitir Certificados de Depósito Bancário e dá outras providências.

Decreto-lei nº 14 — de 29 de julho de 1966.

BAUXITA

Renova o Decreto nº 52.242, de 9 de julho de 1963.

Decreto nº 58.433 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim de Castro a pesquisar bauxita no município de Lavrinhas, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.936 — de 29 de julho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo Junqueira Santos na qualidade de administrador do Condomínio do Imóvel Campo da Cachoeira a lavar bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.250 — de 19 de setembro de 1966.

BENTONITA

Autoriza Mineração Alto Paranaíba Ltda., a pesquisar bentonita, no município de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.966 — de 1º de agosto de 1966.

BERILO

Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Martins do Nascimento a lavar mica, columbita, berilo e turmalina, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.440 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza a Mineração Cajury Ltda. a lavar mica columbita e berilo no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.901 — de 21 de julho de 1966.

— *Autoriza a Companhia de Mineração de Brejaúba a pesquisar berilo, bismuto, águas marinhas e pedras semi-preciosas, no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.285 — de 23 de setembro de 1966.

BIENAL DE SÃO PAULO — VIII

Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000 para atender às despesas decorrentes da realização da VIII Bienal de São Paulo.

Decreto nº 58.754 — de 28 de junho de 1966.

BISMUTO

Autoriza a Companhia de Mineração de Brejaúba a pesquisar berilo, bismuto, águas marinhas e pedras semi-preciosas, no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.285 — de 23 de setembro de 1966.

BITRIBUTAÇÃO

Aprova o Acórdão entre o Brasil e a Suécia para Evitar a Bitributação sobre a Renda e o Capital.

Decreto Legislativo nº 33, de 1966.

BORBOREMA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Borborema Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.785 — de 7 de julho de 1966.

BRASÃO DE ARMAS

Cria o Brasão de Armas para a Biblioteca do Exército.

Decreto nº 59.233 — de 15 de setembro de 1966.

"BRASIL", COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da "Brasil", Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.790 — de 11 de julho de 1966.

"BRAZTYPS" BRAZILIAN TYPICALS LTDA.

Concede à "BRAZTYPS" Brazilian Typicals Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.945 — de 1 de agosto de 1966.

C

CAIEIRA NOSSA SENHORA DA GUIA S.A.

Concede à Caieira Nossa Senhora da Guia S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.179 — de 6 de setembro de 1966.

CAIRÚ COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Cairú Companhia de Seguros Gerais, inclusive mudança de denominação e aumento do capital social.

Decreto nº 59.248 — de 19 de setembro de 1966.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Dispõe sobre assistência financeira às empresas pelas Caixas Econômicas Federais.

Decreto-lei nº 21 — de 17 de setembro de 1966.

— *Aprova os orçamentos das Caixas Econômicas Federais do Pará e do Paraná.*

Decreto nº 58.909 — de 22 de julho de 1966.

— *Aprova o orçamento da Caixa Econômica Federal de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.913 — de 22 de julho de 1966.

— *Aprova o orçamento da Caixa Econômica Federal da Paraíba.*

Decreto nº 58.915 — de 22 de julho de 1966.

— *Dispõe sobre a revisão de enquadramento dos cargos e funções da Caixa Econômica Federal da Bahia de que trata o art. 19 da Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964, e dá outras providências.*

Decreto nº 58.968 — de 2 de agosto de 1966.

— *Modifica a redação do art. 4º do Decreto nº 58.632, de 21 de junho de 1966.*

Decreto nº 58.990 — de 4 de agosto de 1966.

CAL PARANÁMINAS LIMITADA

Concede à Cal Paranâminas Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.964 — de 1 de agosto de 1966.

CALCÁRIO

Autoriza o Condomínio do Imóvel Pró-Indiviso "Pasto Grande" representado por seu administrador a pesquisar calcário e minério de manganês no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.426 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Lippi Netto a pesquisar calcário no município de Ribeira, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.444 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Ipanema a lavrar calcário no Município de Salto de Pirapora, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.461 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Corrêa Sobrinho a pesquisar calcário, no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.468 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Tasso Pinheiro a pesquisar calcário no município de Eldorado Paulista, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.536 — de 30 de maio de 1966.

— *Autoriza Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S. A. a pesquisar calcário no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.548 — de 30 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Tomio a pesquisar calcário no Município de Botuverá, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 58.626 — de 15 de junho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jair de Oliveira Rosa a pesquisar calcário no município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.629 — de 15 de junho de 1966.

— *Autoriza a cidadã brasileira Victória Malloy de Rezende a pesquisar calcário e calcita no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.734 — de 27 de junho de 1966.

— *Autoriza o administrador do condomínio "Taquaril" a pesquisar calcário no município de Prudente de Moraes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.734 — de 28 de junho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Ferreira do Amaral a pesquisar calcário no município de Pains, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.879 — de 20 de junho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ermelino Matarazzo a pesquisar calcário, no Município de Arcos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.396 — de 20 de julho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Nodari a pesquisar calcário no município de Colombo, Estado do Paraná.*

Decreto nº 59.095 — de 18 de agosto de 1966.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA — a lavrar calcário no município de Salto de Pirapera, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.183 — de 8 de setembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Estevão Gross a pesquisar calcário no município de Eldorado Paulista, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.306 — De 23 de setembro de 1966.

CALCÁRIO DOLOMÍTICO

Autoriza o cidadão brasileiro João Nogueira Duarte a pesquisar calcário dolomítico, no Município de Santana do Riacho, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.847 — De 15 de julho de 1966.

CALCITA

Autoriza a cidadã brasileira Vitória Malloy de Rezende a pesquisar calcita e calcita no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.734 — De 27 de junho de 1966.

— *Autoriza Sombra S. A., Mármorees Brasileiros, a pesquisar mármore e calcita, no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 59.091 — De 18 de agosto de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.270, de 13 de dezembro de 1963.*

Decreto nº 59.155, — De 1 de setembro de 1966.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Abre ao Poder Legislativo — Senado Federal e Câmara dos Deputados — créditos suplementares no total de Cr\$ 600.000.000 (novecentos milhões de cruzeiros), para reforço de dotações orçamentárias que especifica.

Lei nº 5.083 — De 26 de agosto de 1966.

— *Autoriza a entrega das verbas destinadas ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados aos Diretores-Gerais de suas Secretarias.*

Lei nº 5.084 — De 26 de agosto de 1966.

CAMPANHA DA MULHER BRASILEIRA

Declara de utilidade pública a Campanha da Mulher Brasileira em Defesa da Democracia, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 58.773 — De 28 de junho de 1966.

CARLOS ANTÔNIO NAPION

Institui como Patrono do Quadro de Material Bélico, o Tenente-General Carlos Antônio Napion.

Decreto nº 59.058 — De 12 de agosto de 1966.

CARTAS AERONÁUTICAS

Promulga o Acórdão para o preparo de mapas topográficos e cartas aeronáuticas no Brasil com os Estados Unidos da América.

Decreto nº 58.733 — De 27 de junho de 1966.

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 80.000.000.000, para ser utilizado pela Carteira de Comércio Exterior, em caráter de fundo rotativo.

Decreto nº 58.991 — De 4 de agosto de 1966.

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cria a Carteira de Identidade para uso dos componentes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Decreto nº 59.100 — De 19 de agosto de 1966.

CASSITERITA

Autoriza a Companhia Estanífera do Brasil a pesquisar cassiterita no município de Ipameri — Estado de Goiás.

Decreto nº 58.412 — De 17 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Maria Aguiar a pesquisar cassiterita, no município de Lábrea, Estado do Amazonas.*

Decreto nº 58.525 — De 27 de maio de 1966.

— *Renova o Decreto nº 1.695, de 27 de novembro de 1962.*

Decreto nº 58.534 — De 30 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Salim César Curi a pesquisar cassiterita no Município de Amapá, Território Federal do Amapá.*

Decreto nº 58.541 — De 30 de maio de 1966.

— *Autoriza a Mineração da Amazônia, Comércio e Indústria S. A., MACISA a lavrar cassiterita no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 58.607 — De 14 de junho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Antiquiera a pesquisar cassiterita no município de Porto Velho, no Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 58.608 — De 14 de junho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Antiquiera a pesquisar cassiterita, no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 58.616 — De 14 de junho de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.712, de 17 de março de 1964.*

Decreto nº 58.618 — De 15 de junho de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.713, de 17 de março de 1964.*

Decreto nº 58.619 — De 15 de junho de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.714, de 17 de março de 1964.*

Decreto nº 58.620 — De 15 de junho de 1966.

— *Autoriza a Mineração da Amazônia, Comércio e Indústria S. A., MACISA, a lavrar cassiterita no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 58.630 — De 15 de junho de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.769, de 17 de março de 1964.*

Decreto nº 58.635 — De 15 de junho de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.710, de 17 de março de 1964.*

Decreto nº 58.636 — De 15 de junho de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.711, de 17 de março de 1964.*

Decreto nº 58.637 — De 15 de junho de 1966.

— *Renova o Decreto nº 52.236, de 9 de julho de 1963.*

Decreto nº 58.730 — De 27 de junho de 1966.

— *Renova o Decreto nº 52.233, de 9 de julho de 1963.*

Decreto nº 58.738 — De 27 de junho de 1966.

— *Renova o decreto nº 52.250, de 9 de julho de 1963.*

Decreto nº 58.739 — De 27 de junho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Murilo Campista a pesquisar cassiterita no Município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 58.875 — De 20 de junho de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Ribeiro de Carvalho Filho a lavar cassiterita, no município de Coronel Xavier Chaves, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.996 — De 4 de agosto de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Helvécio de Jesus Resende Chaves a pesquisar cassiterita, no município de Rezende Costa, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.129 — De 25 de agosto de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Jacintho Henrique Correia a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondonia.

Decreto nº 59.139 — De 25 de agosto de 1966.

CAULIM

Autoriza a Química Industrial Barra do Pirai S. A. a pesquisar caulim no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.653 — De 29 de janeiro de 1965.

— Autoriza a Química Industrial Barra do Pirai S. A. a pesquisar caulim no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.686 — De 2 de fevereiro de 1965.

— Autoriza a S. A. de Cimento Mineração e Cabotagem CIMIMAR a lavar caulim no município de Itapetecira da Serra, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.414 — De 17 de maio de 1966.

— Autoriza a Porcelana Schmidt S. A. a pesquisar quartzo, feldspato e caulim no município de Ilhota, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 58.450 — De 17 de maio de 1966.

— Declara sem efeito o Decreto nº 15.845, de 14 de junho de 1944.

Decreto nº 58.452 — De 17 de maio de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Erly Avelino Vilas a lavar caulim no Município de Chácara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.539 — De 30 de maio de 1966.

— Renova o Decreto nº 53.196, de 11 de dezembro de 1963.

Decreto nº 58.621 — De 15 de junho de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Peres de Moura a pesquisar caulim, no município de Bambuí, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.624 — De 15 de junho de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Tomás Fonseca a pesquisar caulim no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.645 — De 16 de junho de 1966.

— Declara sem efeito o Decreto nº 25.290, de 30 de julho de 1948.

Decreto nº 58.723 — De 27 de junho de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro André Vicente Garcia a pesquisar caulim e xisto argiloso, no Município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.874 — De 29 de julho de 1966.

— Renova o Decreto nº 53.302, de 16 de dezembro de 1963.

Decreto nº 58.883 — De 20 de julho de 1966.

— Declara sem efeito o Decreto nº 52.998, de 27 de novembro de 1963.

Decreto nº 58.889 — De 20 de julho de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Aparecido de Toledo a pesquisar feldspato, quartzo e caulim no Município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.999 — De 4 de agosto de 1966.

— Autoriza Representações, Mineração Cidade do Aço Ltda., a lavar caulim no município de Itabirito, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.072 — de 12 de agosto de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Vitorino a pesquisar mica e caulim no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.089 — De 18 de agosto de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior, a pesquisar minério de manganês, dolomita e caulim, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.093 — De 18 de agosto de 1966.

CÉDULAS INDIVIDUAIS

Ato Complementar nº 20.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S. A. — ELETROBRAS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS.

Decreto nº 58.925 — De 27 de julho de 1966.

CENTRO DE PESQUISAS RENÉ RACHON

Altera a denominação do Centro de Pesquisas de Belo Horizonte, do Instituto Nacional de Endemias Rurais, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, e dá outras providências.

Decreto nº 59.149 — De 26 de agosto de 1966.

CENTRO FLUMINENSE DE ELETRICIDADE S. A.

Autoriza a Centro Fluminense de Eletricidade S. A. a ampliar suas instalações.

Decreto nº 58.782 — De 28 de junho de 1966.

CESSÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO

— Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona, situado no Estado da Guanabara.

Decreto nº 54.671 — De 29 de outubro de 1964.

— Autoriza a cessão, sob forma de utilização gratuita, da Ilha do Cabo Frio, à Universidade Federal do Rio de Janeiro, para o fim que especifica.

Decreto nº 58.757 — De 28 de junho de 1966.

— Autoriza a cessão de terreno acrescido de marinha, sob o regime de aforamento, nos termos dos arts. 125 e 126, do Decreto-lei nº 9.760, de 1946.

Decreto nº 58.788 — De 8 de julho de 1966.

— Autoriza a cessão de terreno acrescido de marinha, sob o regime de aforamento, nos termos dos artigos 125 e 126 do Decreto-lei nº 9.760, de 1946.

Decreto nº 58.788 — De 8 de julho de 1966.

— Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do terreno que menciona, situado no Município de Rio Negro, Estado do Paraná.

Decreto nº 59.113 — De 22 de agosto de 1966.

— Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do imóvel que menciona, ao Banco Central da República do Brasil.

Decreto nº 59.146 — De 25 de agosto de 1966.

— Autoriza a cessão, sob regime de aforamento, do terreno que menciona, situado no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 59.280 — De 23 de setembro de 1966.

CHRISTÓVÃO NEUMANN & FILHOS LTDA.

Concede a Christóvão Neumann & Filhos Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.934 — De 29 de julho de 1966.

CHUMBO

Renova o Decreto nº 53.193, de 11 de dezembro de 1963.

Decreto nº 58.729 — De 27 de junho de 1966.

— *Autoriza Plumbum S. A., Indústria Brasileira de Mineração a pesquisar chumbo, no município de Adrianópolis, Estado do Paraná.*

Decreto nº 59.134 — De 25 de agosto de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.310, de 16 de dezembro de 1963.*

Decreto nº 59.239 — De 19 de setembro de 1966.

CIANITA

Autoriza a Empresa de Mineração, Construções e Comércio Camargo Correia S. A. a pesquisar cianita no Município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.846 — De 15 de julho de 1966.

CINCAMAR COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CALCITA E MÁRMORE LIMITADA

Concede à Cincamar Comércio e Indústria de Calcita e Mármore Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.442 — De 17 de maio de 1966.

COBRE

Autoriza o cidadão brasileiro João Chagas da Silveira a pesquisar minérios de cobre e de molibidênio no município de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 58.459 — De 17 de maio de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.193, de 11 de dezembro de 1963.*

Decreto nº 58.720 — De 27 de junho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Renato Salgado Pinheiro a pesquisar minério de cobre no município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.997 — De 4 de agosto de 1966.

— *Autoriza a Cia. Brasileira de Zinco a pesquisar minério de cobre no município de Curaçá, Estado da Bahia.*

Decreto nº 59.088 — De 18 de agosto de 1966.

— *Autoriza a Companhia Brasileira do Zinco a pesquisar minério de cobre no município de Curaçá, Estado da Bahia.*

Decreto nº 59.127 — De 25 de agosto de 1966.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Altera o item XI do art. 1º da Lei nº 4.760, de 28 de agosto de 1965.

Lei nº 5.126 — De 29 de setembro de 1966.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES

Altera as cláusulas d e e do art. 1º do Decreto nº 57.624, de 13 de janeiro de 1966.

Decreto nº 58.680 — De 21 de junho de 1966.

Aprova as Tabelas de Fixação de Valores da Etapa, em suas diferentes modalidades, e dos complementos à razão comum das Forças Armadas, para o segundo semestre de 1966, e dá outras providências.

Decreto nº 58.969, de 2 de agosto de 1966.

CÓDIGO NACIONAL DE SAÚDE

Aprova as Normas Técnicas Especiais do Código Nacional de Saúde, para Assistência e Proteção à Maternidade, à Infância e à Adolescência.

Decreto nº 58.740, — De 28 de junho de 1966.

CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO

Institui o Código Nacional de Trânsito.

Lei nº 5.108, — De 21 de setembro de 1966.

CÓDIGO SANITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Institui o Código Sanitário do Distrito Federal.

Lei nº 5.027 — De 14 de junho de 1966.

**COITEZEIRO MINERAÇÃO S. A.,
COMISA**

Concede à Coitezeiro Mineração S. A., COMISA, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.722 — De 27 de julho de 1966.

**COLÉGIO NOSSA SENHORA DA
MISERICÓRDIA**

Declara de utilidade pública o "Colégio Nossa Senhora da Misericórdia", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 58.866 — De 20 de julho de 1966.

COLONIAL COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Colonial Companhia Nacional de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.986 — De 3 de agosto de 1966.

COLUMBITA

Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Martins do Nascimento a lavar mica, columbita, berilo e turmalina no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.440 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza a Mineração Cafury Ltda. a lavar columbita e berilo no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.901 — de 21 de julho de 1966.

**COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO DA
BASE NAVAL DE ARATU**

Cria a "Comissão de Construção da Base Naval de Aratu", e dá outras providências.

Decreto nº 59.318 — de 28 de setembro de 1966.

**COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO
NAVAL DA MARINHA DO
BRASIL**

Cria a "Comissão de Construção Naval da Marinha do Brasil", e dá outras providências.

Decreto nº 59.319 — de 28 de setembro de 1966.

**COMISSÃO DO PLANO DE
CARVÃO NACIONAL**

Reajusta a retribuição da Diretoria da Comissão do Plano do Carvão Nacional, nas condições que especifica.

Decreto nº 59.196 — de 8 de setembro de 1966.

**COMISSÃO NACIONAL DE
HEMOTERAPIA**

Dispõe sobre a classificação de órgão de deliberação coletiva que específica.

Decreto nº 59.033 — de 8 de agosto de 1966.

COMISSÕES

Dá nova redação ao art. 4º do Decreto nº 55.749, de 11 de fevereiro de 1965, modificado pelo Decreto número 58.551, de 31 de maio de 1966.

Decreto nº 58.836 — de 15 de julho de 1966.

**CIA. AGRÍCOLA E INDUSTRIAL
CÍCERO PRADO**

Concede permissão à Cia. Agrícola e Industrial Cícero Prado, com sede na Fazenda "Coruputuna", em Pin-damonhangaba, Estado de São Paulo, para funcionar com suas seções de fabricação de papel e de celulose aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto nº 55.638 — de 26 de janeiro de 1965.

**COMPANHIA ANCHIETA DE
SEGUROS GERAIS**

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Anchieta de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.787 — de 7 de julho de 1966.

**COMPANHIA BRASÍLIA DE
SEGUROS GERAIS**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Brasília de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 59.205 — de 13 de setembro de 1966.

**COMPANHIA CENTRAL DE
SEGUROS**

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Central de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.907 — de 22 de julho de 1966.

**COMPANHIA CONTINENTAL DE
SEGUROS**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Continental de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.504 — de 26 de maio de 1966.

**COMPANHIA DE SEGUROS
GUARANI**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Guarani, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.673 — de 20 de junho de 1966.

**COMPANHIA DE SEGUROS
LATINO-AMERICANA**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Latino-Americana, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.954 — de 1º de agosto de 1966.

**COMPANHIA DE SEGUROS
MINAS BRASIL**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Minas Brasil, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.500 — de 25 de maio de 1966.

— Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Minas Brasil, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.952 — de 1º de agosto de 1966.

**COMPANHIA DE SEGUROS
PORTO ALEGRENSE**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Porto Alegre, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 59.188 — de 8 de setembro de 1966.

**COMPANHIA DE SEGUROS
RIACHUELO**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Riachuelo, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.587 — de 7 de junho de 1966.

**COMPANHIA HEMISFÉRICA DE
SEGUROS**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Hemisférica de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 59.217 — de 16 de setembro de 1966.

**COMPANHIA INTERNACIONAL
DE CAPITALIZAÇÃO**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Internacional de Capitalização.

Decreto nº 58.918 — de 26 de junho de 1966.

**COMPANHIA NACIONAL DE
NAVEGAÇÃO COSTEIRA**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 818.785.358 (oitocentos e dezoito milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento ao pessoal da Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Lei nº 5.034 — de 5 de julho de 1966.

**COMPANHIA NACIONAL DE
SEGUROS IPIRANGA**

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Nacional de Seguros Ipiranga, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.786 — de 7 de julho de 1966.

**COMPANHIA PARANAENSE DE
SEGUROS GERAIS**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Paranaense de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 59.208 — de 13 de setembro de 1966.

**COMPANHIA ROCHEDO DE
SEGUROS**

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Rochedo de Seguros, inclusive aumento de capital social.

Decreto nº 58.882 — de 20 de julho de 1966.

**COMPANHIA SIDERÚRGICA DA
GUANABARA (COSIGUA)**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) destinado a atender às despesas com o saneamento e consolidação de terrenos, aterros e proteção da jetée da Companhia Siderúrgica da Guanabara (COSIGUA).

Lei nº 5.103 — de 2 de setembro de 1966.

**COMPANHIA SIDERÚRGICA
NACIONAL**

Autoriza a reinversão na Companhia Siderúrgica Nacional, sob a forma de ações de capital, dos dividendos que couberem à União, em cada exercício social.

Lei nº 5.114 — de 23 de setembro de 1966.

**COMPANHIA URBANIZADORA DA
NOVA CAPITAL DO BRASIL**

Autoriza a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil a executar o levantamento de recursos hidráulicos nos Estados de Minas Gerais e Goiás.

Decreto nº 58.690 — de 22 de junho de 1966.

**COMPANHIA VALE DO RIO
DOCE S. A.**

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Vale do Rio Doce S.A., a área de terra que menciona.

Decreto nº 59.085 — de 12 de agosto de 1966.

CONCHAS CALCÁRIAS

Autoriza o cidadão brasileiro Gilberto Ricciotti a lavrar conchas calcárias, no município de Cananéia, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.728 — de 27 de junho de 1966.

CONCURSOS

Dá nova redação ao parágrafo 4º do artigo 2º do Decreto nº 37.395, de 26 de maio de 1955, e revoga o artigo 41 do Decreto nº 37.573, de 5 de julho de 1955.

Decreto nº 58.979 — de 3 de agosto de 1966.

CONCURSOS PÚBLICOS

Dispõe sobre a prescrição do direito de ação judicial e de reclamação administrativa contra concursos públicos.

Lei nº 5.091 — de 30 de agosto de 1966.

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE
CULTURISMO**

Cria a Confederação Brasileira de Culturismo.

Decreto nº 58.809 — de 13 de julho de 1966.

**CONGREGAÇÃO DAS RELIGIOSAS
MISSIONARIAS DE NOSSA
SENHORA DAS DORES**

Declara de utilidade pública a "Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores" com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.160 — de 1º de setembro de 1966.

**CONSELHO FEDERAL DE
ECONOMISTAS PROFISSIONAIS**

Aprova o orçamento do Conselho Federal de Economistas Profissionais.

Decreto nº 59.087 — de 17 de agosto de 1966.

**CONSELHO FEDERAL DE
MEDICINA**

Aprova o orçamento do Conselho Federal de Medicina.

Decreto nº 58.910 — de 22 de julho de 1966.

**CONSELHO FEDERAL DE
QUÍMICA**

Aprova o orçamento do Conselho Federal de Química.

Decreto nº 59.008 — de 5 de agosto de 1966.

**CONSELHO NACIONAL DE
ECONOMIA**

Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Economia, e dá outras providências.

Decreto nº 59.237 — de 19 de setembro de 1966.

**CONSELHO NACIONAL DE
ESTATÍSTICA**

Retifica o enquadramento de cargos, funções e empregos do Quadro Permanente de Pessoal do Conselho Nacional de Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Decreto nº 58.851 — de 15 de julho de 1966.

**CONSELHO NACIONAL DE
PESQUISAS**

Cria função gratificada no Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências.

Decreto nº 58.794 — de 12 de julho de 1966.

**CONSELHO NACIONAL DE
POLÍTICA SALARIAL**

Determina a audiência do Conselho Nacional de Política Salarial nos reajustamentos, revisões ou acordos salariais de caráter coletivo, em que sejam partes o SESI, SENAI, SESC, SENAC e LBA.

Decreto nº 59.035 — de 9 de agosto de 1966.

**CONSELHO NACIONAL DE
TELECOMUNICAÇÕES**

Altera, sem aumento de despesas, dotações do Conselho Nacional de Telecomunicações consignadas na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965.

Lei nº 5.086 — de 30 de agosto de 1966.

**CONSELHO NACIONAL DO
COMÉRCIO EXTERIOR**

Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966.

Lei nº 5.025 — de 10 de junho de 1966.

— Regulamenta os arts. 27, 28, 34 e 55 da Lei nº 5.025, de 10-6-1966.

Decreto nº 58.789 — de 11 de julho de 1966.

**CONSELHO SUPERIOR DO
TRABALHO MARÍTIMO**

Aprova o Regimento do Conselho Superior do Trabalho Marítimo e dá outras providências.

Decreto nº 58.840-A — de 15 de julho de 1966.

CONSELHOS REGIONAIS DE MEDICINA

Aprova o orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.036 — de 5 de agosto de 1966.

CONSELHOS REGIONAIS DE QUÍMICA

Aprova o orçamento do Conselho Regional de Química da 5ª Região.

Decreto nº 58.831 — de 15 de julho de 1966.

— *Aprova o orçamento do Conselho Regional de Química da 3ª Região*

Decreto nº 58.833 — de 15 de julho de 1966.

— *Aprova os orçamentos dos Conselhos Regionais de Química da 1ª, 2ª e 4ª Regiões.*

Decreto nº 59.036 — de 9 de agosto de 1966.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Retifica dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1936.

Decreto-lei nº 12 — de 7 de julho de 1966.

CONSULADOS — Ver: *Ministério das Relações Exteriores.*

CONSULTORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Aprova o Regimento da Consultoria-Geral da República.

Decreto nº 58.693 — de 22 de junho de 1966.

— *Altera dispositivo do Regimento da Consultoria-Geral da República, aprovado pelo Decreto nº 58.693, de 22 de junho de 1966.*

Decreto nº 59.143 — de 26 de agosto de 1966.

CONTADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Altera o Regimento da Contadoria-Geral da República, aprovado pelo Decreto nº 1.508, de 12 de novembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 59.110 — de 22 de agosto de 1966.

— *Altera o Regimento da Contadoria-Geral da República, aprovado pelo Decreto número 1.508, de 12 de novembro de 1962.*

Decreto nº 59.271 — de 23 de setembro de 1966.

CONTRATOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro, a termo de contrato celebrado, em 31 de maio de 1957, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e a Sociedade "Emissoras Reunidas Rádio Cultura Limitada".

Decreto Legislativo nº 21 — de 1966.

— *Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo, de 5 de julho de 1951, de rescisão amigável de parte do contrato celebrado, em 23 de novembro de 1960, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma CISA S. A., Engenharia e Comércio.*

Decreto Legislativo nº 25 — de 1966.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo aditivo a contrato celebrado, em 7 de outubro de 1953, entre o Governo Federal e Ezio Biondi.*

Decreto Legislativo nº 27 — de 1966.

— *Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de contrato celebrado, em 4 de novembro de 1964, entre o Governo Federal e o Banco Mercantil de Minas Gerais S. A.*

Decreto Legislativo nº 30 — de 1966.

— *Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de contrato celebrado, em 6 de dezembro de 1952, entre o Governo Federal e Antônio Adil Mendonça e outros.*

Decreto Legislativo nº 32 — de 1966.

— *Aprova o contrato de transferência celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e Anselma Manfredi de Guidi Buffarini.*

Decreto Legislativo nº 35 — de 1966.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de 4 de julho de 1955, aditivo a contrato celebrado, em 14 de setembro de 1954, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Koloman Schüller.*

Decreto Legislativo nº 36 — de 1966.

— *Determina o registro pelo Tribunal de Contas do contrato-escritura de compra e venda, celebrado, em 23 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Barth Annoni & Cia. Ltda.*

Decreto Legislativo nº 37 — de 1966.

CONVENÇÕES

— *Aprova o texto da emenda ao art. 28 da Convenção sobre a Organização Consultiva Marítima Intergovernamental.*

Decreto Legislativo nº 39 — de 1966.

— *Aprova o texto da emenda aos arts. 17 e 18 da Convenção da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental.*

Decreto Legislativo nº 41 — de 1966.

— *Promulga a Convenção nº 21 concernente à simplificação da inspeção dos emigrantes a bordo dos navios.*

Decreto nº 58.816 — de 14 de julho de 1966.

— *Promulga a Convenção nº 22 concernente ao contrato de engajamento de marinheiros.*

Decreto nº 58.817 — de 14 de julho de 1966.

— *Promulga a Convenção nº 94 sobre as cláusulas de Trabalho nos contratos firmados por Autoridade Pública.*

Decreto nº 58.818 — de 14 de julho de 1966.

— *Promulga a Convenção nº 97 sobre os Trabalhadores Migrantes.*

Decreto nº 58.819 — de 14 de julho de 1966.

— *Promulga a Convenção nº 103 sobre proteção à maternidade.*

Decreto nº 58.820 — de 14 de julho de 1966.

— *Promulga a Convenção nº 104 concernente à abolição das sanções penais.*

Decreto nº 58.821 — de 14 de julho de 1966.

— *Promulga a Convenção nº 105 concernente à abolição do Trabalho forçado.*

Decreto nº 58.822 — de 14 de julho de 1966.

— *Promulga a Convenção nº 106 relativa ao repouso semanal no Comércio e nos Escritórios.*

Decreto nº 58.823 — de 14 de julho de 1966.

— *Promulga a Convenção nº 107 sobre as populações indígenas e tribais.*

Decreto nº 58.824 — de 14 de julho de 1966.

— *Promulga a Convenção nº 108 concernente às carteiras de Identidade Nacionais dos Marítimos.*

Decreto nº 58.825 — de 14 de julho de 1966.

— *Promulga a Convenção nº 110 concernente às condições de emprego dos trabalhadores em fazendas.*

Decreto nº 58.826 — de 14 de julho de 1966.

— *Promulga a Convenção nº 113 relativa ao exame médico dos pescadores.*

Decreto nº 58.827 — de 14 de julho de 1966.

CONVÊNIOS

Aprova o convênio firmado entre o Governo Federal e o Estado da Guanabara para a reinclusão, nos Quadros da Polícia Militar do Estado da Guanabara, do Pessoal da Polícia Militar no antigo Distrito Federal e dá outras providências.

Decreto-lei nº 10 — de 28 de junho de 1966.

— *Aprova o Convênio Internacional para a Constituição do Instituto Italo-Latino-Americano, assinado em Roma, a 1º de junho de 1966.*

Decreto Legislativo nº 40 — de 1966.

— *Promulga o Convênio de Intercâmbio Cultural com Israel.*

Decreto nº 59.059 — de 11 de agosto de 1966.

CORPO DE BOMBEIROS DE BRASÍLIA

Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 280.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 59.019 — de 8 de agosto de 1966.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

Dispõe sobre a organização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 9 — de 25 de junho de 1966.

— *Cria a Carteira de Identidade para uso dos componentes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

Decreto nº 59.100 — de 19 de agosto de 1966.

CORREÇÃO MONETÁRIA

Obriga a adoção da cláusula de correção monetária nas operações ao Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.

Decreto-lei nº 19 — de 30 de agosto de 1966.

CORRIDAS DE CAVALO

Torna sem efeito o Decreto número 52.712, de 21 de outubro de 1963.

Decreto nº 58.835 — de 15 de julho de 1966.

CRISTAL DE ROCHA

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Franca de Carvalho a pesquisar cristal de rocha, no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.229 — de 19 de setembro de 1966.

CROMITA

Autoriza a Magnesita S.A. a lavar cromita no município de Hidrolândia, no Estado de Goiás.

Decreto nº 59.121 — de 24 de agosto de 1966.

CROMO

Autoriza o cidadão brasileiro Cícero de Castro Guimarães a pesquisar minério de cromo no município de Sêro, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.713 — de 24 de junho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Terra de Oliveira a pesquisar minérios de cromo e manganês no município de Pium, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.937 — de 29 de julho de 1966.

CURSOS

— *Ver, também, Colégios, Faculdades, Escolas e Universidades.*

— *Prorroga os prazos previstos na Lei nº 4.641, de 27 de maio de 1965, que dispõe sobre os cursos de teatro e regulamenta as categorias profissionais correspondentes.*

Lei nº 5.109 — de 22 de setembro de 1966.

— Concede autorização para o funcionamento do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora.

Decreto nº 58.423 — de 17 de maio de 1966.

— Concede autorização para o funcionamento do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 58.424 — de 17 de maio de 1966.

— Autoriza o funcionamento do curso de agrimensura na Escola Superior de Agrimensura de Araraquara, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.808 — de 13 de julho de 1966.

— Concede reconhecimento e autorização para funcionamento de cursos na Escola Superior de Música Carlos Gomes, de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 58.811 — de 13 de julho de 1966.

— Concede autorização para o funcionamento de cursos.

Decreto nº 58.865 — de 20 de julho de 1966.

— Concede reconhecimento ao Curso de Nutricionistas da Escola de Nutricionistas da Universidade da Bahia.

Decreto nº 59.085 — de 16 de agosto de 1966.

— Concede reconhecimento ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco.

Decreto nº 59.114 — de 23 de agosto de 1965.

— Autoriza o funcionamento do Curso de Licenciatura de Ciências para o 1º ciclo, na Faculdade de Filosofia do Recife.

Decreto nº 59.145 — de 25 de agosto de 1966.

— Concede autorização para funcionamento de curso.

Decreto nº 59.147 — de 25 de agosto de 1966.

— Concede autorização de funcionamento ao Curso de Professor de Educação Musical do Conservatório Musical Santa Marcelina, Botucatu, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.161 — de 1º de setembro de 1966.

— Autoriza o funcionamento de cursos na Faculdade de Filosofia de Passo Fundo.

— Decreto nº 59.178 — de 6 de setembro de 1966.

D

DÉBITOS FISCAIS

Extingue débitos fiscais decorrentes da aplicação dos arts. 6º e 7º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, e dá outras providências.

Lei nº 5.097 — de 2 de setembro de 1966.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Retifica a classificação de cargos de nível superior, na parte referente à série de classes de Estatístico do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Departamento Administrativo do Serviço Público, aprovada pelo Decreto nº 55.035, de 1º de dezembro de 1964, alterada pelos Decretos ns. 55.284, de 24 de dezembro de 1964, 55.845, de 18 de março de 1965 e 57.746, de 4 de fevereiro de 1966, e dispõe sobre o enquadramento do seu atual ocupante.

Decreto nº 58.933 — de 29 de julho de 1966.

— Altera, em cumprimento de decisão judicial, enquadramento de funcionária incluída na série de classes de Revisor, do Quadro de Pessoal do Departamento Administrativo do Serviço Público, e dá outras providências.

Decreto nº 58.951 — de 1º de agosto de 1966.

— Cria funções gratificadas no Quadro do Pessoal do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Decreto nº 59.212 — de 15 de setembro de 1966.

DEPARTAMENTO DE AERONAUTICA CIVIL

Altera o art. 2º do Decreto número 57.614, de 7 de janeiro de 1963, na parte referente ao Departamento de Aeronáutica Civil.

Decreto nº 58.761 — de 23 de junho de 1966.

DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA A CAPECULTURA

Altera a redação do parágrafo único do art. 7º do Decreto nº 57.635, de 20 de janeiro de 1963.

Decreto nº 59.109 — de 22 de agosto de 1966.

DEPARTAMENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de despesas com a movimentação de pessoal do Departamento do Imposto de Renda, em 1965.

Lei nº 5.111 — de 22 de setembro de 1966.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo, de 29 de dezembro de 1949, de ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Martins Mendes & Companhia Limitada.

Decreto Legislativo nº 34, de 1963.

Aprova o Regimento do Serviço de Orçamento do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Decreto nº 58.650 — de 16 de junho de 1966.

Aprova o Regimento do Serviço de Engenharia Civil do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Decreto nº 58.651 — de 16 de junho de 1966.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANCA PUBLICA

Dispõe sobre o enquadramento no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal, do pessoal a que se refere o art. 20 da Lei nº 4.483, de 1964.

Decreto nº 56.196 — de 15 de abril de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PREVIDENCIA SOCIAL

Classifica as funções gratificadas do Departamento Nacional da Previdência Social, e dá outras providências.

Decreto nº 58.832 — de 15 de junho de 1966.

— Confere ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Previdência Social as atribuições especiais que menciona e dá outras providências.

Decreto nº 59.119 — de 24 de agosto de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF) a ceder, gratuitamente, através de termo ou contrato, ao Estado de Pernambuco o imóvel de sua propriedade, situado em Petrolina, naquele Estado.

Decreto nº 59.111 — de 22 de agosto de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, e destinado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, crédito especial de Cr\$ 97.500.000.000, para o fim que especifica.

Lei nº 5.053 — de 29 de junho de 1966.

— Cria a Série de Classes de Fiscal de Transporte Coletivo, e dá outras providências.

Decreto nº 58.994 — de 4 de agosto de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.027 — de 8 de agosto de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a área de terreno situada nos Municípios de Santa Rita, Rio Tinto e Mamanguape, no Estado da Paraíba.*

Decreto nº 59.080 — de 16 de agosto de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a área de terreno situada nos Municípios de João Pessoa, Bayeux e Santa Rita, no Estado da Paraíba.*

Decreto nº 59.081 — de 16 de agosto de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a área de terreno situada nos Municípios de Bayeux e Santa Rita, no Estado da Paraíba.*

Decreto nº 59.082 — de 16 de agosto de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

Aprova, em caráter provisório, o Regimento do D.N.P.V.N.

Decreto nº 58.324 — de 2 de maio de 1966.

— *Cria no Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (D.N.P.V.N.) a Junta Administrativa do Porto de Itajai (JAPI).*

Decreto nº 58.780 — de 28 de junho de 1966.

DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Autoriza bancos privados a emitir Certificados de Depósito Bancário e dá outras providências.

Decreto-lei nº 14 — de 29 de julho de 1966.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada à passagem de uma linha de transmissão entre a subestação da Usina Elétrica do Peranapanema S.A. — USELPA, nas proximidades da Cidade de Botucatu, e a subestação da Companhia Paulista de Força e Luz, na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto nº 58.694 — de 22 de junho de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS — área de terreno e benfeitorias situadas no Município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.783 — de 28 de junho de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 58.798 — de 12 de julho de 1966.

— *Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 58.485, de 24 de maio de 1963.*

Decreto nº 58.878 — de 20 de julho de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 58.894 — de 20 de julho de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 58.320 — de 26 de julho de 1966.

— *Modifica a redação do art. 4º do Decreto nº 58.682, de 21 de junho de 1966.*

Decreto nº 58.990 — de 4 de agosto de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 59.043 — de 10 de agosto de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 59.049 — de 11 de agosto de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Vale do Rio Doce S.A., a área de terra que menciona.

Decreto nº 59.065 — de 12 de agosto de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a área de terreno situada nos Municípios de Santa Rita, Rio Tinto e Mamanguape, no Estado da Paraíba.

Decreto nº 59.080 — de 16 de agosto de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a área de terreno situada nos Municípios de João Pessoa, Bayeux e Santa Rita, no Estado da Paraíba.

Decreto nº 59.081 — de 16 de agosto de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a área de terreno situada nos Municípios de Bayeux e Santa Rita, no Estado da Paraíba.

Decreto nº 59.082 — de 16 de agosto de 1966.

— Declara de utilidade pública imóveis situados em Belém, necessários à Universidade Federal do Pará.

Decreto nº 59.096 — de 19 de agosto de 1966.

— Revoga dispositivo do Decreto nº 1.919, de 19 de dezembro de 1962.

Decreto nº 59.123 — de 24 de agosto de 1966.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o prédio sito na Rua Senador Furtado nº 121, o terreno e imóvel situados na mesma rua nº 125, o terreno situado na mesma rua nº 129, e a área entre esse prédio e a esquina da Avenida Radial-Oeste, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.169 — de 2 de setembro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Saúde.

Decreto nº 59.204 — de 13 de setembro de 1966.

— Declara de interesse social para fins de desapropriação, imóveis rurais situados nos Municípios de Ribeirão e Amaraji, no Estado de Pernambuco.

Decreto nº 59.210 — de 14 de setembro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Marinha.

Decreto nº 59.264 — de 22 de setembro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Marinha.

Decreto nº 59.265 — de 22 de setembro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 59.278 — de 23 de setembro de 1966.

DESTACAMENTO BRASILEIRO DA FORÇA ARMADA INTERAMERICANA — FAIBRAS

Estado-Maior das Forças Armadas e Ministérios Militares. Abre o crédito especial de Cr\$ 7.493.000.000 para atendimento das despesas do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana — FAIBRAS — no 1º semestre de 1966.

Decreto nº 58.828 — de 15 de julho de 1966.

DIA DA CARIDADE

Institui o "Dia da Caridade"

Lei nº 5.063 — de 4 de julho de 1966.

DIA DO GUARDA CIVIL

Institui o "Dia do Guarda Civil".

Lei nº 5.088 — de 30 de agosto de 1966.

DIA NACIONAL DE AÇÃO DE GRAÇAS

Modifica a redação do artigo único da Lei nº 781, de 17 de agosto de 1949, que institui o Dia Nacional de Ação de Graças.

Lei nº 5.110 — de 22 de setembro de 1966.

DIAMANTES

Autoriza a Cia. Minas da Passagem a pesquisar ouro e diamantes no leito e margens públicas nos Municípios de Diamantina e Couto de Magalhães, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.490 — de 24 de maio de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Emílio Rocha a lavar ouro e diamante nos municípios de Bocaiuva e Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.940 — de 29 de julho de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Pereira de Queiroz a pesquisar diamante no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.062 — de 11 de agosto de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues da Cunha a pesquisar diamante no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.154 — de 1º de setembro de 1966.

— Autoriza MIBRACO — Mineração Brasileira Comercial Limitada a pesquisar diamante e ouro no Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.180 — de 6 de setembro de 1966.

— Declara caduco o Decreto número 46.017, de 18 de maio de 1959.

Decreto nº 59.232 — de 19 de setembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Praxedes Pereira a pesquisar diamante no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.238 — de 19 de setembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Aquiles Dias Faustino a pesquisar diamante no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.305 — de 23 de setembro de 1966.

DIATOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Gustavo Adolfo Frank a pesquisar diatomita, mármore e esmeralda no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.533 — de 30 de maio de 1966.

— Declara caduco o Decreto número 18.977, de 20 de junho de 1945.

Decreto nº 58.877 — de 20 de julho de 1966.

DISPONIBILIDADE

Regula a forma de pagamento dos inativos ou pensionistas, bem como do pessoal em disponibilidade, quando mudarem de residência para outra estação pagadora.

Lei nº 5.101 — de 2 de setembro de 1966.

DISTRITO FEDERAL

Dispõe sobre a organização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 9 — de 25 de junho de 1966.

— *Considera o exercício do cargo de Comandante de Polícia Militar Estadual, do Distrito Federal e de Território, para os fins que especifica, nas mesmas condições que o exercício de Comando de Tropa no Exército.*

Decreto-lei nº 11 — de 7 de julho de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 31.900.000.000 — (trinta e um bilhões e novecentos milhões de cruzeiros), destinado a suprir a deficiência de receita no Orçamento do Distrito Federal, para o exercício de 1966.*

Lei nº 5.105 — de 2 de setembro de 1966.

— *Dispõe sobre o enquadramento no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal, do pessoal a que se refere o art. 20 da Lei nº 4.483, de 1964.*

Decreto nº 58.196 — de 15 de abril de 1966.

DOAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, o terreno que menciona, situado no Município de Boa Vista, no Território Federal de Roraima.

Lei nº 5.048 — de 29 de junho de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo, pelo Ministério da Fazenda, a doar Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional à Academia Brasileira de Ciências.*

Lei nº 5.032 — de 30 de agosto de 1966.

— *Determina ao Ministério da Fazenda seja lavrada escritura de doação de área que especifica.*

Decreto nº 58.784-A — de 28 de junho de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto nº 58.797 — de 12 de julho de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto nº 59.002 — de 5 de agosto de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do prédio e terreno do antigo Mercado Público, sito na Rua João Pessoa número 374, na cidade de Santarém, Estado do Pará.*

Decreto nº 59.017 — de 8 de agosto de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Joazeiro, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 59.069 — de 12 de agosto de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona situado no Município de Rio Negro, Estado do Paraná.*

Decreto nº 59.118 — de 23 de agosto de 1966.

DOLOMITA

Autoriza a Cerâmica Vaz Ltda. a pesquisar dolomita no município de Rio das Flores, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 58.643 — de 16 de junho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Cotomacio a lavrar dolomita no município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.736 — de 27 de junho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior, a pesquisar minério de manganês, dolomita e caulim, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.093 — de 18 de agosto de 1966.

E

E. C. DE WITT & CO. LTDA.

Concede à sociedade E. C. De Witt & Co. Ltd. autorização para continuar a funcionar na República dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto nº 58.830 — de 15 de julho de 1966.

E. S. PONSO & CIA. LTDA.

Concede a E. S. Ponso & Cia. Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.710 — de 24 de junho de 1966.

EDUCAÇÃO CÍVICA EXTRA-ESCOLAR

Institui o Círculo Feminino, no setor da Educação Cívica Extra-Escolar do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 58.753 — de 28 de junho de 1966.

ELEIÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 185.440.652 (cento e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil, seiscentos e cinquenta e dois cruzeiros), para atender a despesas decorrentes das eleições de 1962.

Lei nº 5.113 — de 23 de setembro de 1966.

ELEIÇÕES DIRETAS

Ato Complementar nº 17.

— Ato Complementar nº 20.

ELEIÇÕES INDIRETAS

— Ato Complementar nº 16.

— Ato Complementar nº 19.

EMBALAGEM METÁLICA

Isenta do imposto de importação maquinaria destinada à confecção de embalagem metálica.

Lei nº 5.087 — de 30 de agosto de 1966.

EMBLEMA

Cria o emblema da Academia Nacional de Polícia, do D.F.S.P.

Decreto nº 58.861 — de 15 de julho de 1966.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 18

Regula o inciso II e os §§ 1º e 2º do art. 7º da Emenda Constitucional nº 18, relativos à cobrança do imposto de exportação e sua aplicação.

Lei nº 5.072 — de 12 de agosto de 1966.

EMIGRANTES

Promulga a Convenção nº 21 concernente à simplificação da inspeção dos emigrantes a bordo dos navios.

Decreto nº 58.816 — de 14 de julho de 1966.

EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS

Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.

Lei nº 5.106 — de 2 de setembro de 1966.

EMPREGO DOS TRABALHADORES EM FAZENDAS

Promulga a Convenção nº 110 concernente às condições de emprego dos trabalhadores em fazendas.

Decreto nº 58.826 — de 14 de julho de 1966.

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES — EMBRATEL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 14.400.000.000 (quatorze bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado a completar a integralização do capital da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL.

Lei nº 5.069 — de 6 de julho de 1966.

— Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 14.400.000.000, para completar a integralização do capital da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL.

Decreto nº 59.216 — de 15 de setembro de 1966.

EMPRESA PARANAENSE DE MINERAÇÃO LTDA.

Concede à Empresa Paranaense de Mineração Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.916 — de 1 de agosto de 1966.

EMPRESAS DE TURISMO — Ver:

Turismo

EMPRESAS INCORPORADAS

Autoriza o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária a liquidar com a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional o débito remanescente da transação autorizada pelo Decreto nº 40.051, de 1 de outubro de 1956.

Decreto nº 58.814 — de 14 de junho de 1966.

EMPRESAS INDUSTRIAIS E AGRICOLAS

Disciplina os incentivos fiscais para a constituição, reforço e recomposição do capital de trabalho das atuais empresas industriais e agrícolas com sede no Nordeste e dá outras providências.

Decreto nº 59.001 — de 5 de agosto de 1966.

ENERGIA ATÔMICA

Promulga o Acôrdio de Cooperação no Campo das Utilizações Pacíficas da Energia Atômica com a Comunidade Européia de Energia Atômica.

Decreto nº 59.251 — de 20 de setembro de 1966.

Promulga o Acôrdio Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica.

Decreto nº 59.308 — de 23 de setembro de 1966.

ENERGIA ELÉTRICA

Modifica, em parte, as Leis números 2.308, de 31 de agosto de 1954; 4.156, de 28 de novembro de 1962; 4.357, de 16 de julho de 1964; 4.364, de 22 de julho de 1964, e 4.676, de 16 de junho de 1965.

Lei nº 5.073 — de 18 de agosto de 1966.

— *Transfere concessão.*

Decreto nº 57.997 — de 14 de março de 1966.

— *Outorga à Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.331 — de 2 de maio de 1966.

— *Restringe a zona de concessão da Companhia Nordeste do Brasil e outorga concessão à Companhia de Eletricidade de Alagoas.*

Decreto nº 58.430 — de 17 de maio de 1966.

— *Outorga à Centrais Elétricas do Amazonas S. A. concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.436 — de 17 de maio de 1966.

— *Outorga à Centrais Elétricas do Pará S. A. concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.438 — de 17 de maio de 1966.

— *Retifica o Decreto nº 57.498, de 28 de dezembro de 1965.*

Decreto nº 58.445 — de 17 de maio de 1966.

— *Outorga ao Município de Campo Alegre de Goiás concessão para o aproveitamento de energia hidráulica.*

Decreto nº 58.454 — de 17 de maio de 1966.

— *Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.455 — de 17 de maio de 1966.

— Declara a cessação dos serviços de energia elétrica executados no Município de Dois Córregos, Estado de São Paulo, pela Companhia Independência de Eletricidade e outorga concessão à Companhia Paulista de Força e Luz.

Decreto nº 58.456 — de 17 de maio de 1966.

— Concede autorização para funcionar, como empresa de energia elétrica, a Termoeletrica de Alegrete S. A.

Decreto nº 58.458 — de 17 de maio de 1966.

— Transfere do Governo do Estado do Paraná para a Companhia Paranaense de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 58.460 — de 17 de maio de 1966.

— Outorga à Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 58.463 — de 17 de maio de 1966.

— Autoriza Centrais Elétricas de Goiás S. A. a construir linha de transmissão.

Decreto nº 58.464 — de 17 de maio de 1966.

— Outorga à Companhia Mantense de Eletricidade concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica.

Decreto nº 58.470 — de 17 de maio de 1966.

— Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 58.472 — de 17 de maio de 1966.

— Outorga à Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 58.473 — de 17 de maio de 1966.

— Outorga à Companhia de Eletricidade de Alagoas concessão para distribuir energia elétrica em diversos municípios.

Decreto nº 58.530 — de 30 de maio de 1966.

— Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 58.531 — de 30 de maio de 1966.

— Outorga à Centrais Elétricas do Pará S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 58.532 — de 30 de maio de 1966.

— Transfere concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 58.606 — de 14 de junho de 1966.

— Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica no Município de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 58.614 — de 14 de junho de 1966.

— Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 58.615 — de 14 de junho de 1966.

— Outorga à Companhia Sul Serpipana de Eletricidade concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 58.617 — de 14 de junho de 1966.

— Transfere da Société Cotonnière Belge Brésilienne para o Departamento de Aguas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para produzir e distribuir energia elétrica.

Decreto nº 58.623 — de 15 de junho de 1966.

— Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 58.631 — de 15 de junho de 1966.

— *Transfere da Companhia de Eletricificação Centro Norte para a Companhia de Eletricificação Rural do Nordeste concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.634 — de 15 de junho de 1966.

— *Outorga concessão.*

Decreto nº 58.646 — de 16 de junho de 1966.

— *Autoriza o Município de Cêro Largo a construir rede de distribuição.*

Decreto nº 58.689 — de 22 de junho de 1966.

— *Declara a cessação de serviços de energia elétrica e outorga nova concessão para distribuição.*

Decreto nº 58.691 — de 22 de junho de 1966.

— *Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada à passagem de uma linha de transmissão entre a subestação da Usina Elétrica do Paranapanema S. A. — USELPA, nas proximidades da Cidade de Botucatu, e a subestação da Companhia Paulista de Força e Luz, na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, e dá outras providências.*

Decreto nº 58.694 — de 22 de junho de 1966.

— *Outorga à Centrais Elétricas do Pará S. A. concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.724 — de 27 de junho de 1966.

— *Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.725 — de 27 de junho de 1966.

— *Outorga concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.*

Decreto nº 58.726 — de 27 de junho de 1966.

— *Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 54.412, de 12 de outubro de 1964.*

Decreto nº 58.732 — de 27 de junho de 1966.

— *Autoriza à Centrais Elétricas do Pará S. A. a construir linha de transmissão e subestação abaixadora.*

Decreto nº 58.781 — de 28 de junho de 1966.

— *Institui normas para execução do artigo 18 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, que aprovou o Primeiro Plano Diretor da SUDENE e dá outras providências.*

Decreto nº 58.356 — de 15 de junho de 1966.

— *Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.872 — de 20 de julho de 1966.

— *Outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.873 — de 20 de julho de 1966.

— *Outorga à Sociedade Anônima de Eletricificação da Paraíba concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.898 — de 21 de julho de 1966.

— *Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.922 — de 27 de julho de 1966.

— *Autoriza a Empresa Luz e Força Elétrica de Tietê S.A. a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 58.927 — de 29 de julho de 1966.

— *Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.928 — de 29 de julho de 1966.

— *Outorga ao Município de Santana do Riacho, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.941 — de 29 de julho de 1966.

— *Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.942 — de 29 de julho de 1966.

— *Outorga concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.949 — de 1 de agosto de 1966.

— *Outorga ao Município de Juruti concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.950 — de 1 de agosto de 1966.

— *Autoriza a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.*

Decreto nº 58.956 — de 1 de agosto de 1966.

— *Transfere da Companhia Distribuidora de Eletricidade do Brejo Paraibano para Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba a concessão para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.960 — de 1 de agosto de 1966.

— *Transfere do Governo do Estado do Paraná para a Companhia Paranaense de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.965 — de 1 de agosto de 1966.

— *Transfere concessão.*

Decreto nº 59.013 — de 5 de agosto de 1966.

— *Transfere concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 59.016 — de 5 de agosto de 1966.

— *Autoriza o Departamento Nacional de Águas e Energia, do Ministério das Minas e Energia, a reconhecer como investimento das concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo controle acionário foi adquirido pela ELETROBRAS, nos termos da Lei nº 4.428, de 14 de outubro de 1964, o valor que menciona, para efeitos do disposto no § 1º do art. 5º do Decreto-lei nº 3.123, de 19 de março de 1941.*

Decreto nº 59.079 — de 12 de agosto de 1966.

— *Concede à Companhia Pelotense de Eletricidade autorização para funcionar como empresa de energia elétrica.*

Decreto nº 59.106 — de 19 de agosto de 1966.

— *Restringe a zona de privilégio da Prefeitura Municipal de Alto Rio Doce e outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a respectiva concessão.*

Decreto nº 59.130 — de 25 de agosto de 1966.

— *Outorga à Agrícola-Industrial Rondônia S. A. autorização para estudar o aproveitamento de energia hidráulica do rio Alto Paraguai.*

Decreto nº 59.175 — de 5 de setembro de 1966.

— *Outorga à Cia. Luz e Força "Santa Cruz" concessão para distribuir energia elétrica no Município de Paranapanema, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.233 — de 19 de setembro de 1966.

— *Outorga ao Município de Toledo, Estado do Paraná, concessão para aproveitamento de energia hidráulica.*

Decreto nº 59.244 — de 10 de setembro de 1966.

— *Outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 59.245 — de 19 de setembro de 1966.

— *Transfere, da Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará, para a Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 59.246 — de 19 de setembro de 1966.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Piedade do Rio Grande, Estado de Minas Gerais, para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para distribuição de energia elétrica.*

Decreto nº 59.297 — de 23 de setembro de 1966.

— *Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 59.299 — de 23 de setembro de 1966.

— *Outorga ao Município de Colinas, Estado do Maranhão, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 59.300 — de 23 de setembro de 1966.

ENGAJAMENTO DE MARINHEIROS

Promulga a Convenção nº 22 concernente ao contrato de engajamento de marinheiros.

Decreto nº 58.817 — de 14 de julho de 1966.

ENSINO MÉDIO

Transfere para o Governo do Estado de Pernambuco os encargos e responsabilidades relacionadas com o reconhecimento de ensino médio localizados no seu território.

Decreto nº 59.157 — de 1º de setembro de 1966.

— *Transfere para o sistema de ensino do Estado do Ceará, as escolas estaduais e municipais de grau médio.*

Decreto nº 59.165 — de 1º de setembro de 1966.

ENSINO SUPERIOR

Transfere para o sistema de ensino do Estado de São Paulo, as escolas estaduais e municipais de grau médio e confere atribuições para a prática de atos relacionados com o ensino superior.

Decreto nº 59.046 — de 10 de agosto de 1966.

ENXÓFRE

Autoriza o cidadão brasileiro Eloy Araújo de Mendonça e Silva a pesquisar enxófre no município de Tutóia, Estado do Maranhão.

Decreto nº 58.711 — de 24 de junho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eloy Araújo de Mendonça e Silva a pesquisar enxófre, no município de Tutóia, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 58.712 — de 24 de junho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eloy Araújo de Mendonça e Silva a pesquisar enxófre no município de Tutóia, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 58.735 — de 27 de junho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eloy Araújo de Mendonça e Silva a pesquisar enxófre no município de Tutóia, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 58.737 — de 27 de junho de 1966.

EQUIPAMENTO ELETRÔNICO

Autoriza o Banco Central da República do Brasil, como Agente da União Federal, a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.

Decreto nº 58.982 — de 3 de agosto de 1966.

ESCOLA DE MINAS DE OURO PRÊTO

Retifica o Quadro de Pessoal da Escola de Minas de Ouro Preto.

Decreto nº 58.801 — de 13 de julho de 1966.

ESCOLA INDUSTRIAL "DEODORO DA FONSECA"

Retifica o Decreto nº 53.719, de 18 de março de 1964, que aprovou o Quadro de Pessoal da Escola Industrial "Deodoro da Fonseca" e deu outras providências.

Decreto nº 58.802 — de 13 de julho de 1966.

ESCOLAS — Ver, também, *Universidades, Faculdades, Colégios e Cursos*. Quanto aos Militares, ver: *Aeronáutica, Exército e Marinha*.

— *Transfere, para o sistema de ensino do Estado de São Paulo, as escolas estaduais e municipais de grau médio e confere atribuições para a prática de atos relacionados com o ensino superior.*

Decreto nº 59.046 — de 10 de agosto de 1966.

— *Transforma em "Escola de Didática do Ensino Agrícola" o atual Curso de Didática do Ensino Agrícola, sem aumento de despesas, e determina outras providências.*

Decreto nº 59.057 — de 11 de agosto de 1966.

— *Concede autorização para o funcionamento da Escola Superior de Química "Oswaldo Cruz", de São Paulo.*

Decreto nº 59.142 — de 25 de agosto de 1966.

— *Transfere, para o sistema de ensino do Estado do Ceará, as escolas estaduais e municipais de grau médio.*

Decreto nº 59.165 — de 1º de setembro de 1966.

— *Dispõe sobre enquadramento de servidores da Escola Industrial de Curitiba e dá outras providências.*

Decreto nº 59.256 — de 20 de setembro de 1966.

ESMERALDA

Autoriza o cidadão brasileiro Gustavo Adolfo Frank a pesquisar diatomita, mármore e esmeralda no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.533 — de 30 de maio de 1966.

ESTABELECIMENTOS GRÁFICOS IGUAÇU LTDA.

Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, em sessão de 10 de setembro de 1965, relativo à despesa de Cr\$ 130.000, em favor da firma Estabelecimentos Gráficos Iguaçu Ltda.

Decreto Legislativo nº 28, de 1966.

ESTADO DA GUANABARA

Aprova o convênio firmado entre o Governo Federal e o Estado da Guanabara para a reinclusão, nos Quadros da Polícia Militar do Estado da Guanabara, do Pessoal da Polícia Militar no antigo Distrito Federal e dá outras providências.

Decreto-lei nº 10 — de 28 de junho de 1966.

ESTADO DE ALAGOAS

Aprova a intervenção Federal no Estado de Alagoas, conforme o Decreto nº 57.623, de 13 de janeiro de 1966.

Decreto Legislativo nº 22, de 1966.

— *Prorroga o prazo de intervenção federal, no Estado de Alagoas.*

Decreto nº 58.747 — de 29 de junho de 1966.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Homologa Termo de Garantia firmado em 23-11-1962.

Decreto nº 59.051 — de 11 de agosto de 1966.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Transfere para o Governo do Estado de Pernambuco os encargos e responsabilidades relacionados com o reconhecimento de ensino médio localizados no seu território.

Decreto nº 59.157 — de 1º de setembro de 1966.

ESTADO DE SÃO PAULO

Transfere, para o sistema de ensino do Estado de São Paulo, as escolas estaduais e municipais de grau médio e confere atribuições para a prática de atos relacionados com o ensino superior.

Decreto nº 59.046 — de 10 de agosto de 1966.

ESTADO DO PARANÁ

Institui Comissão Especial para o fim que especifica.

Decreto nº 59.067 — de 12 de agosto de 1966.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza o Poder Executivo a permutar com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, terrenos de propriedade da União e dá outras providências.

Lei nº 5.047 — de 21 de junho de 1966.

— *Institui Comissão Especial para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.067 — de 12 de agosto de 1966.

ESTADOS

Considera o exercício do cargo de Comandante de Polícia Militar Estadual, do Distrito Federal e de Território, para os fins que especifica, nas mesmas condições que o exercício de Comando de Tropa do Exército.

Decreto-lei nº 11 — de 7 de julho de 1966.

— *Organiza a Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências.*

Lei nº 5.010 — de 30 de maio de 1966.

ESTANDARTE-DISTINTIVO

Cria o Estandarte-Distintivo para o 9º Regimento de Infantaria (Regimento Tuiuti).

Decreto nº 58.919 — de 26 de julho de 1966.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Central do Brasil e dá outras providências.

Decreto nº 55.205 — de 11 de dezembro de 1964.

ESTRADA DE FERRO DE GOIÁS

Retifica, na parte, a que se refere o Decreto nº 52.037, de 22 de maio de 1963.

Decreto nº 58.959 — de 1º de agosto de 1966.

ESTRADA DE FERRO TOCANTINS

Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Estrada de Ferro Tocantins.

Decreto nº 58.839 — de 15 de junho de 1966.

— *Retifica a relação nominal que, acompanhou o Decreto nº 51.593-62.*

Decreto nº 59.030 — de 8 de agosto de 1966.

EXATORIAS FEDERAIS

Ministério da Fazenda — Abre o crédito especial de Cr\$ 15.000.000, para pagamento de aluguéis atrasados de prédios ocupados por Exatarias Federais no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.930 — de 29 de julho de 1966.

EXERCITO — Ver, também, *Ministério da Guerra.*

— *Altera dispositivos da Lei número 4.902, de 16 de dezembro de 1965, revoga as Leis ns. 2.370, de 9 de dezembro de 1954, nº 3.067, de 22 de dezembro de 1956, e nº 3.725, de 28 de dezembro de 1959, e dá outras providências.*

Lei nº 5.058 — de 29 de junho de 1966.

— *Altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoções dos Oficiais do Exército.*

Lei nº 5.074 — de 22 de agosto de 1966.

— Acrescenta item ao art. 48, do Decreto nº 52.269, de 17 de julho de 1963, que alterou o Regulamento do Serviço de Identificação do Exército.

Decreto nº 59.041 — de 10 de agosto de 1966.

— Cria o Centro de Processamento de Dados do Exército.

Decreto nº 59.063 — de 12 de agosto de 1966.

— Fixa a distribuição em cada Arma e em cada posto, das funções gerais dos Oficiais do Exército, a vigorar a partir de 24 de agosto de 1966.

Decreto nº 59.144 — de 25 de agosto de 1966.

— Cria o Brasão de Armas para a Biblioteca do Exército.

Decreto nº 59.233 — de 16 de setembro de 1966.

EXPOSIÇÕES E FEIRAS

Conforma o inciso IV do art. 21 do Regimento aprovado pelo Decreto número 534, de 23 de janeiro de 1962, ao disposto na Lei nº 4.669, de 8 de junho de 1965.

Decreto nº 58.756 — de 28 de junho de 1966.

— Dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 3º do Decreto nº 24.163, de 24-4-1934, que institui a Comissão de Exposições e Feiras e dá outras providências.

Decreto nº 59.194 — de 8 de setembro de 1966.

F

FÁBRICA DE ARTEFATOS DE LATEX "SÃO ROQUE"

Concede autorização à Fábrica de Artefatos de Latex "São Roque" para funcionamento contínuo, na forma estabelecida neste Decreto.

Decreto nº 58.792 — de 12 de julho de 1966.

FACULDADES — Ver, também, Colégios, Cursos, Escolas e Universidades.

— Concede reconhecimento à Faculdade de Serviço Social de Piracicaba, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.657 — de 16 de junho de 1966.

— Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração de Empresas "Padre Anchieta" de Jundiá, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.807 — de 13 de julho de 1966.

— Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Ciências Contábeis de Itapetininga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.810 — de 13 de julho de 1966.

— Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Direito de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 58.864 — de 20 de julho de 1966.

— Concede reconhecimento à Faculdade de Serviço Social de Brasília.

Decreto nº 58.953 — de 1 de agosto de 1966.

— Concede reconhecimento à Faculdade de Serviço Social de Ribeirão Preto.

Decreto nº 59.101 — de 19 de agosto de 1966.

— Autoriza o funcionamento da Faculdade de Direito de São João da Boa Vista, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.143 — de 25 de agosto de 1966.

— Concede autorização para funcionamento à Faculdade de Direito do Campo Grande — Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 59.150 — de 23 de agosto de 1966.

— *Concede reconhecimento à Faculdade de Medicina de Sergipe.*

Decreto nº 59.226 — de 19 de setembro de 1966.

— *Cria o Quadro Especial de Funcionários da Faculdade de Direito de Cuiabá e dá outras providências.*

Decreto nº 59.263 — de 22 de setembro de 1966.

FARINHA DE MANDIOCA

Fixa os preços mínimos básicos relativos à safra de 1966-67, para os produtos; amendoim, arroz, farinha de mandioca, feijão, milho e soja, das Regiões Central e Meridional.

Decreto nº 58.977 — de 3 de agosto de 1966.

FAZENDA REGIONAL DE CRIAÇÃO DE MARAJÓ

A Fazenda Regional de Criação de Soure passa a denominar-se Fazenda Regional de Criação de Marajó.

Decreto nº 59.115 — de 23 de agosto de 1966.

FEIJÃO

Fixa os preços mínimos básicos relativos à safra de 1966-67, para os produtos; amendoim, arroz, farinha de mandioca, feijão, milho e soja, das Regiões Central e Meridional.

Decreto nº 58.977 — de 3 de agosto de 1966.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Ledoar Nogueira Castilho a pesquisar feldspato e quartzo no município de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.447 — De 17 de maio de 1966.

— *Autoriza a Porcelana Schmidt S. A. a pesquisar quartzo, feldspato e caulim no município de Ilhota, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 58.450 — De 17 de maio de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.196, de 11 de dezembro de 1963.*

Decreto nº 58.621 — De 15 de junho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Vieira de Barros a pesquisar feldspato, quartzo e xisto argiloso, no município de Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.876 — De 20 de julho de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.805, de 23 de março de 1964.*

Decreto nº 58.890 — De 20 de julho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Aparecido de Toledo a pesquisar feldspato, quartzo e caulim no Município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.999 — De 4 de agosto de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lino Gomes Pacheco a pesquisar feldspato no município de Divino das Laranjeiras, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.136 — De 25 de agosto de 1966.

FERIADO NACIONAL

Dispõe sobre o feriado nacional do dia 3 de outubro de 1966.

Decreto nº 59.347 — De 30 de setembro de 1966.

FÉRIAS

Reconhece aos trabalhadores avulsos o direito a férias.

Lei nº 5.085 — De 27 de agosto de 1966.

FERRO

Autoriza Matogrominex Mineração e Exportação Ltda. a pesquisar minérios de ferro e de manganês no município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 58.446 — De 17 de maio de 1966.

— *Autoriza a Sociedade de Mineração Apolo S. A. a pesquisar minério de ferro, no município de Caeté, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.449 — De 17 de maio de 1966.

— *Autoriza a Sociedade Mineração Apolo S. A. a pesquisar minério de ferro, no município de Caeté, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.453 — De 17 de maio de 1966.

— *Renova o Decreto nº 52.702, de 21 de outubro de 1963.*

Decreto nº 58.535 — De 30 de maio de 1966.

— *Altera o art. 1º do Decreto número 2.049, de 15 de janeiro de 1963.*

Decreto nº 58.540 — De 30 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Milton Pereira Lima a lavar minério de ferro no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.628 — De 15 de junho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Ferreira Coia a pesquisar minério de ferro, no município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.720 — De 24 de junho de 1966.

— *Renova o Decreto nº 2.154, de 22 de janeiro de 1963.*

Decreto nº 58.731 — De 27 de junho de 1966.

— *Autoriza a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas a lavar minério de ferro no município de Antônio Dias, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.887 — De 20 de julho de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.807, de 23 de março de 1964.*

Decreto nº 58.891 — De 20 de julho de 1966.

— *Autoriza a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas a pesquisar minério de ferro, no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.955 — De 1 de agosto de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo de Lima e Mello a pesquisar minério de ferro no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.061 — De 11 de agosto de 1966.

— *Autoriza a Siderúrgica São Sebastião de Itatiaiuçu S. A. a pesquisar minério de ferro, no município de Itaúna, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.092 — De 18 de agosto de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Saraiva Diniz a pesquisar minério de ferro no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.186 — De 8 de setembro de 1966.

— *Renova o Decreto nº 49.252, de 17 de novembro de 1960.*

Decreto nº 59.231 — De 19 de setembro de 1966.

— *Autoriza o Administrador do Imóvel em Condomínio, Fazenda dos Três Irmãos, a pesquisar minério de ferro no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.286 — De 23 de setembro de 1966.

FERROVIAS

Dispõe sobre a implementação da política governamental de supressão de trechos ferroviários antieconômicos de que trata a Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964.

Decreto nº 58.992 — De 4 de agosto de 1966.

FERTILIZANTES

Dispõe sobre a produção e importação de fertilizantes.

Lei nº 5.067 — De 6 de julho de 1966.

FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS — FINAME

Cria a Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME — incorporando o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais — FINAME, criado pelo Decreto nº 55.275, de 22 de dezembro de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 59.170 — De 2 de setembro de 1966.

FLUORITA

Autoriza Fluorita Cocal Ltda. a pesquisar fluorita, no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 59.228 — De 19 de setembro de 1966.

FORÇA ARMADA INTERAMERICANA — FAIBRAS

Extingue o Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana — "FAIBRAS".

Decreto nº 59.276 — De 23 de setembro de 1966.

FORÇAS ARMADAS

Aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 1967.

Decreto nº 58.760 — De 28 de junho de 1966.

— Aprova as Tabelas de Fixação de Valores da Etapa, em suas diferentes modalidades, e dos complementos a razão comum das Forças Armadas, para o segundo semestre de 1966, e dá outras providências.

Decreto nº 58.969 — De 2 de agosto de 1966.

FORD MOTOR DO BRASIL S. A.

Concede à Ford Motor do Brasil S. A. autorização para continuar a funcionar na República dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto nº 58.985 — De 3 de agosto de 1966.

FOSFATO

Autoriza o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a lavar fosfato, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 58.644 — De 16 de junho de 1966.

FOSFORITA

Altera o art. 1º do Decreto número 31.066, de 2 de julho de 1952.

Decreto nº 59.162 — De 1º de setembro de 1966.

— Autoriza a Companhia de Cimento Portland Poty a lavar fosforita, no município de Igarapé, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 59.185 — De 8 de setembro de 1966.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Modifica a redação dos arts. 25 e 26 do Decreto nº 57.744, de 3 de fevereiro de 1966, e dá outras providências.

Decreto nº 58.845 — De 15 de julho de 1966.

— Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 51.320, de 2 de setembro de 1961, que dispõe sobre o expediente das repartições públicas e o horário de trabalho do funcionalismo.

Decreto nº 59.275 — De 23 de setembro de 1966.

FUNDAÇÃO BENEFICENTE LUCAS ARAÚJO

Declara de utilidade pública a Fundação Beneficente Lucas Araújo, com sede em Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 59.053 — De 11 de agosto de 1966.

FUNDAÇÃO ENSINO ESPECIALIZADO DE SAÚDE PÚBLICA

Aprova o Estatuto da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública.

Decreto nº 59.050 — De 11 de agosto de 1966.

FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA

Declara de utilidade pública a Fundação Padre Ibiapina, com sede no Crato, Estado do Ceará.

Decreto nº 59.105 — De 19 de agosto de 1966.

FUNDO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Dispõe sobre a aplicação do Fundo da Propriedade Industrial instituído pela Lei nº 4.936, de 17 de março de 1966.

Decreto nº 58.793 — De 12 de julho de 1966.

FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES

Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, e dá outras providências.

Lei nº 5.070 — De 7 de julho de 1966.

FUNDO DE PESQUISAS INDUSTRIAIS E TÉCNICAS

Altera os Decretos ns. 53.898, de 29 de abril de 1964 e 53.975, de 19 de junho de 1964, e dispõe sobre a administração do Fundo de Pesquisas Industriais e Técnicas, e dá outras providências.

Decreto nº 58.829 — De 15 de julho de 1966.

FUNDO ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, do crédito especial de Cr\$ 614.000.000 (seiscientos e quatorze milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial das Nações Unidas, relativa ao exercício de 1965.

Lei nº 5.079 — De 24 de agosto de 1966.

G

GASOLINA

Dispõe sobre a adição de álcool anidro à gasolina automotiva consumida no país, e dá outras providências.

Decreto nº 59.190 — De 8 de setembro de 1966.

GÊSSO REICOS LIMITADA

Concede à Gêssos Reicos Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.903 — De 21 de julho de 1966.

GIRASSOL

Fixa o preço mínimo básico relativo à safra do Girassol de 1967 para o produto das Regiões Central e Meridional.

Decreto nº 58.976 — De 3 de agosto de 1966.

GOVERNO FEDERAL

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo aditivo a contrato celebrado, em 7 de outubro de 1953, entre o Governo Federal e Ezio Biondi.

Decreto Legislativo nº 27, de 1966.

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de contrato celebrado, em 4 de novembro de 1964, entre o Governo Federal e o Banco Mercantil de Minas Gerais S. A.

Decreto Legislativo nº 30, de 1966.

GRAFITA

Renova o Decreto nº 53.825, de 24 de março de 1964.

Decreto nº 58.441 — De 17 de maio de 1966.

GRUPO ESPECIAL PARA RACIONALIZAÇÃO DA AGRO-INDÚSTRIA CANAVIEIRA DO NORDESTE — GERAN

Cria o GERAN — Grupo Especial para Racionalização da Agro-Indústria Canavieira do Nordeste.

Decreto nº 59.033-A, de 8 de agosto de 1966.

GUARDAS CIVIS

Altera o item XI do art. 1º da Lei nº 4.760, de 23 de agosto de 1965.

Lei nº 5.126 — De 29 de setembro de 1966.

H

HABITAÇÃO

Obriga a adoção da cláusula de correção monetária nas operações ao Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 19 — De 30 de agosto de 1966.

HORARIO DE TRABALHO

Dispõe sobre o horário de trabalho nos Estabelecimentos, com atividades fabris, do Ministério da Guerra.

Decreto nº 59.208 — De 13 de setembro de 1966.

HOSPITAL DE MANHUAÇU

Declara de utilidade pública o "Hospital de Manhuaçu", com sede em Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.104 — De 19 de agosto de 1966.

HOSPITAL EVANGÉLICO DA BAHIA

Determina ao Ministério da Fazenda seja lavrada escritura de doação de área que especifica.

Decreto nº 58.784-A — De 28 de junho de 1966.

HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS

Isenta do imposto de consumo, de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, os aparelhos de Raios X e o equipamento fotográfico para revelação de Raios X, importados pela Sociedade Beneficente de Senhoras, do Hospital Sírio-Libanês, com sede na Cidade de São Paulo.

Lei nº 5.119 — De 27 de setembro de 1966.

I

IDENTIDADES NACIONAIS DOS MARÍTIMOS

Promulga a Convenção nº 108 concernente às carteiras de Identidade Nacionais dos Marítimos.

Decreto nº 58.825 — De 14 de julho de 1966.

IMIGRANTES

Altera o disposto no Decreto número 53.611, de 26 de fevereiro de 1964.

Decreto nº 59.168 — De 1 de setembro de 1966.

IMPORTAÇÃO

Altera o § 2º do art. 4º da Lei número 4.096, de 18 de julho de 1962, que dispõe sobre a importação de animais de puro-sangue, de carreira.

Lei nº 5.128 — De 29 de setembro de 1966.

IMPÓSTO DE CONSUMO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.684.172 (trinta milhões seiscentos e oitenta e quatro mil cento e setenta e dois cruzeiros) destinado ao pagamento das quotas federais dos impostos de consumo e renda, relativas ao exercício de 1963, devidas aos Municípios de Ouro Branco, Branquinha, Jaramatã e Carneiros, no Estado de Alagoas.

Lei nº 5.034 — De 17 de junho de 1966.

— Acrescenta os incisos XXV e XXVI ao art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964 (Lei do Imposto de Consumo).

Lei nº 5.094 — De 30 de agosto de 1966.

IMPÓSTO DE EXPORTAÇÃO

Regula o inciso II e os §§ 1º e 2º do art. 7º da Emenda Constitucional nº 18, relativos à cobrança do imposto de exportação e sua aplicação.

Lei nº 5.072 — De 12 de agosto de 1966.

IMPÓSTO DE FARÓIS

Altera a redação da alínea a do art. 2º da Lei nº 4.202, de 6 de fevereiro de 1963, estendendo a isenção ali prevista aos navios estrangeiros afretados à Petróleo Brasileiro S. A.

(PETROBRAS) e à Vale do Rio Doce Navegação S. A. (DOCENAVE).

Lei nº 5.078 — De 24 de agosto de 1966.

IMPOSTO DE RENDA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.624.172 (trinta milhões seiscentos e oitenta e quatro mil cento e setenta e dois cruzeiros) destinado ao pagamento das quotas federais dos impostos de consumo e renda, relativas ao exercício de 1963, devidas aos Municípios de Ouro Branco, Branquinha, Jaramatã e Carneiros, no Estado da Alagoas.

Lei nº 5.034 — De 17 de junho de 1966.

— *Aprova o Regulamento para a cobrança e fiscalização do Imposto de Renda.*

Decreto nº 58.400 — De 10 de maio de 1966.

IMPrensa NAVAL

Aprova o Regulamento para a "Imprensa Naval"

Decreto nº 59.236 — De 19 de setembro de 1966.

INATIVIDADE DOS MILITARES

Altera dispositivos da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, revoga as Leis nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, nº 3.067, de 22 de dezembro de 1956, e nº 3.725, de 28 de dezembro de 1959, e dá outras providências.

Lei nº 5.058 — De 29 de junho de 1966.

INDÚSTRIA MINEIRA DE CALCINAÇÃO LTDA.

Concede à Indústria Mineira de Calcinção Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.439 — De 17 de maio de 1966.

INFÂNCIA E ADOLESCENCIA

Proíbe a impressão e a circulação de publicações destinadas à infância e à adolescência, que explorem temas de crimes, de terror ou de violência.

Lei nº 5.089 — De 30 de agosto de 1966.

INSETICIDAS

Dispõe sobre a produção e importação de fertilizantes.

Lei nº 5.067, — De 6 de julho de 1966.

INSTITUTO BENEFICENTE "SOCORRISTAS CRISTAS"

Declara de utilidade pública a Instituição Beneficente "Socorristas Cristas", com sede em Americana, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.852 — De 15 de julho de 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA

Autoriza o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária a liquidar com a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional o débito remanescente da transação autorizada pelo Decreto nº 40.051, de 1 de outubro de 1956.

Decreto nº 58.814 — De 14 de junho de 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Altera a redação do parágrafo único do art. 7º do Decreto nº 57.655, de 20 de janeiro de 1966.

Decreto nº 59.109 — De 22 de agosto de 1966.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Aprova a tabela dos índices de reajustamento das aposentadorias e pensões e benefícios de manutenção do salário em vigor nos Institutos de Aposentadoria e Pensões, a que se refere o art. 67 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Decreto nº 58.840 — De 15 de julho de 1966.

— *Confere ao Diretor Geral do Departamento Nacional da Previdência Social as atribuições especiais que menciona, e dá outras providências.*

Decreto nº 59.119 — De 24 de agosto de 1966.

— Dispõe sobre a venda de terrenos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões a entidades do Sistema Financeiro da Habitação.

Decreto nº 59.225 — De 16 de setembro de 1966.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS

Dispõe sobre cargos em comissão e funções gratificadas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

Decreto nº 58.055 — De 23 de março de 1966.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

Retifica o Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, parte permanente, aprovado pelos Decretos ns. 51.349, de 20-11-61; 51.576, de 28-11-62.

Decreto nº 59.254 — De 20 de setembro de 1966.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, o terreno que menciona, situado no Município de Boa Vista, no Território Federal de Roraima.

Lei nº 5.048 — De 29 de junho de 1966.

— Aprova o orçamento do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Decreto nº 58.791 — De 11 de julho de 1966.

— Aprova o orçamento do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Decreto nº 58.834 — De 15 de julho de 1966.

— Altera o Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Decreto nº 58.983 — De 3 de agosto de 1966.

INSTITUTO DE AÇÚCAR E DO ALCOOL

Dispõe sobre a adição de álcool anidro à gasolina automotiva consumida no país, e dá outras providências.

Decreto nº 59.190 — De 8 de setembro de 1966.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 110.000.000 (cento e dez milhões de cruzeiros), destinado à construção de uma nova sede para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Decreto nº 58.763 — De 28 de junho de 1966.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

Declara de utilidade pública o "Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.151 — De 26 de agosto de 1966.

INSTITUTO ISABEL

Declara de utilidade pública o "Instituto Isabel", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.176 — De 6 de setembro de 1966.

INSTITUTO ÍTALO-LATINO-AMERICANO

Aprova o Convênio Internacional para a Constituição do Instituto Ítalo-Latino-Americano, assinado em Roma, a 1 de junho de 1966.

Decreto Legislativo nº 40, de 1966.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 107.699,80 (cento e sete mil seiscentos e noventa e nove cruzeiros e oitenta centavos), destinado ao pagamento de servidores do Instituto Nacional de Educação de

Surdos, do Ministério da Educação e Cultura.

Lei nº 5.118 — De 27 de setembro de 1966.

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO

Retifica o enquadramento do Instituto Nacional do Pinho, aprovado pelo Decreto nº 50.623, de 19 de maio de 1961.

Decreto nº 59.283 — De 23 de setembro de 1966.

INSTITUTO RIO-BRANCO

Altera o Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 54.130, de 13 de agosto de 1964.

Decreto nº 59.167 — De 1 de setembro de 1966.

INSURANCE COMPANY OF NORTH AMERICA

Concede à Insurance Company of North America autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 58.660 — De 16 de junho de 1966.

INTERCÂMBIO COMERCIAL NO EXTERIOR

Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966.

Lei nº 5.025 — De 10 de junho de 1966.

— *Regulamenta os arts. 27, 28, 54 e 55, da Lei nº 5.025, de 10-6-1966.*

Decreto nº 58.789 — De 11 de julho de 1966.

INTERCÂMBIO CULTURAL

Promulga o Convênio de Intercâmbio Cultural com Israel.

Decreto nº 59.059 — De 11 de agosto de 1966.

— *Promulga o Acôrdio de Intercâmbio Cultural Brasil-Costa Rica.*

Decreto nº 59.273 — De 23 de setembro de 1966.

INTERVENÇÃO FEDERAL

Ato Complementar nº 22.

— *Aprova a intervenção Federal no Estado de Alagoas, conforme o Decreto nº 57.623, de 13 de janeiro de 1966.*

Decreto Legislativo nº 22, de 1966.

— *Prorroga o prazo de intervenção federal, no Estado de Alagoas.*

Decreto nº 58.747 — De 29 de junho de 1966.

ISENÇÕES

Dispõe sobre a produção e importação de fertilizantes.

Lei nº 5.067, de 6 de julho de 1966.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento importado pela Madequímica S. A., Indústria de Madeiras Termo Estabilizadas, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei nº 5.071 — De 11 de agosto de 1966.

— *Isenta do imposto de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro material importado pela VASP — Aerofotogrametria Sociedade Anônima.*

Lei nº 5.076, de 23 de agosto de 1966.

— *Altera a redação da alínea a do art. 2º da Lei nº 4.202, de 6 de fevereiro de 1963, estendendo a isenção ali prevista aos navios estrangeiros afretados à Petróleo Brasileiro S. A. (PETROBRAS) e à Vale do Rio Doce Navegação S. A. (DOCENAVE).*

Lei nº 5.078 — De 24 de agosto de 1966.

— *Isenta do imposto de importação maquinária destinada à confecção de embalagem metálica.*

Lei nº 5.087 — De 30 de agosto de 1966.

— *Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e de emolumentos consulares para objetos doados pela Arquibadia de Benron, na Alemanha, ao Mosteiro de Nossa Senhora das Graças, de Belo Horizonte.*

Lei nº 5.102 — De 2 de setembro de 1966.

— *Isenta do imposto de importação equipamento importado por Móveis Vogue Ltda. — Indústria e Comércio, destinado a sua associada Placas do Paraná Ltda.*

Lei nº 5.115 — De 23 de setembro de 1966.

— *Isenta do imposto de consumo, de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, os aparelhos de Raios X e o equipamento fotográfico para revelação de raios X, importados pela Sociedade Beneficente de Senhoras, do Hospital Sirio-Libanês, com sede na cidade de São Paulo.*

Lei nº 5.119 — De 27 de setembro de 1966.

— *Isenta as instituições filantrópicas da contribuição de 1% (um por cento), de que trata o art. 22 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que cria o Banco Nacional de Habitação.*

Lei nº 5.127 — De 29 de setembro de 1966.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Metalgráfica Cearense S. A. — MECESA", de Fortaleza (CE).*

Decreto nº 58.795 — De 12 de julho de 1966.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignado à empresa "S. A. Fiação Borborema", de Campina Grande (Pb).*

Decreto nº 58.796 — De 12 de julho de 1966.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado, e consignados à empresa "Teocrito Calixto, Comércio e Indústria de Sisal Ltda.", de Conceição do Coité (Ba).*

Decreto nº 58.870 — De 20 de julho de 1966.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo" de São Luiz (Ma).*

Decreto nº 58.871 — De 20 de julho de 1966.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação do equipamento novo, sem similar nacional registrado, neste descrito, e consignado à empresa "Companhia Alagoana de Rações Balanceadas — CARB", de Maceió (Al).*

Decreto nº 58.880 — De 20 de julho de 1966.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Tintas Reflex do Nordeste S. A.", do Recife (Pe).*

Decreto nº 58.881 — De 20 de julho de 1966.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Sackaft" — Indústria de Celulose do Nordeste Ltda.", de Recife (Pe).*

Decreto nº 58.832 — De 20 de julho de 1966.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Poliflex da Bahia S. A. — Indústria, Comércio e Exportação", de Salvador (Ba).*

Decreto nº 58.884 — De 20 de julho de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Conac S. A. — Indústria de Artefatos de Couro", de Fortaleza (Ce).

Decreto nº 56.885 — De 20 de julho de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, registrado, neste descritos, e consignados à empresa CIRNE — Companhia Industrial do Rio Grande do Norte, de Macau (RN).

Decreto nº 58.886 — De 20 de julho de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação de equipamentos consignados à empresa "Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPEBRO), Cabo (Pe).

Decreto nº 58.905 — De 21 de julho de 1966.

— Regulamenta a Lei nº 4.613, de 2 de abril de 1965.

Decreto nº 58.932 — De 29 de julho de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Indústria de Laticínios de Natal S. A. — ILNASA", de Natal (RN).

Decreto nº 59.023 — De 8 de agosto de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Fábrica de Gases Industriais Agro-Protetora — FAGIP S.A.", de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 59.024 — De 8 de agosto de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Companhia de Tecidos Paulista", de Paulista (PE).

Decreto nº 59.125 — De 25 de agosto de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Confecções Londres S. A.", de Olinda (Pe.).

Decreto nº 59.266 — De 23 de setembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Serraria Massaranduba Ltda.", de Salvador (BA).

Decreto nº 59.267 — De 23 de setembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Companhia Cearense de Cimento Portland — CCCP", de Fortaleza (Ce.).

Decreto nº 59.279 — De 23 de setembro de 1966.

ITALCABLE SERVIZI CABLOGRAFICI
RADIOTELEGRAFICI E
RADIOELETTRICI — SOCIETÀ
PER AZIONI

Concede à sociedade Italcable Servizi Cablografici Radiotelegrafici e Radioelettrici — Società Per Azioni autorização para continuar a funcionar na República dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto nº 59.247 — De 19 de setembro de 1966.

ITATIAIA COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Itatiaia Companhia de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 59.674 — De 20 de junho de 1966.

J

JOSÉ VITTI & IRMÃOS

Concede a José Vitti & Irmãos autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.638 — De 18 de junho de 1966.

JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL

Dispõe sobre a classificação do Plenário da Junta Comercial do Distrito Federal.

Decreto nº 59.015 — De 5 de agosto de 1966.

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Cria Juntas de Conciliação e Julgamento na Segunda Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Lei nº 5.082 — De 26 de agosto de 1966.

— *Cria mais 7 (sete) Juntas de Conciliação e Julgamento, integrantes da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.*

Lei nº 5.124 — De 28 de setembro de 1966.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial de Cr\$ 60.664.800, para atender as despesas decorrentes da Lei nº 4.942, de 5 de abril de 1966.

Decreto nº 58.897 — De 21 de julho de 1966.

JUSTIÇA ELEITORAL

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 35.893.676.860 (trinta e cinco bilhões, oitocentos e noventa e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta cruzeiros), à Presidência da República, diversos Ministérios, Supremo Tribunal Federal e Justiça Eleitoral, para os fins que especifica.

Lei nº 5.066 — De 5 de julho de 1966.

JUSTIÇA FEDERAL

Organiza a Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências.

Lei nº 5.010 — De 30 de maio de 1966.

L

LA DE OVINOS

Revoga o Decreto-lei nº 7.197, de 27 de dezembro de 1944, e a Lei nº 1.017, de 27 de dezembro de 1949, que estabelecem a classificação comercial de la de ovinos e dispõem sobre o comércio dessa matéria-prima.

Lei nº 5.093 — De 30 de agosto de 1966.

LANÇA-PERFUME

Proíbe fabricação, comércio e uso ao lança-perfume em todo o território nacional.

Lei nº 5.062 — De 4 de julho de 1966.

LAR DAS MENINAS "SANTA GERTRUDES"

Declara de utilidade pública o Lar das Meninas "Santa Gertrudes", com sede em Goiânia, Estado de Goiás.

Decreto nº 59.083 — De 16 de agosto de 1966.

LEGISLATIVOS ESTADUAIS

Ato Complementar nº 14.

LEI DO SERVIÇO MILITAR

Regulamenta a Lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965.

Decreto nº 57.854 — De 20 de janeiro de 1966.

LEIS MUNICIPAIS

Atô Complementar nº 15

LÓIDE BRASILEIRO

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 2.400.000.000 (dois bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas com a recuperação de parte da frota do Lóide Brasileiro.

Lei nº 5.080 — De 24 de agosto de 1966.

LUTO OFICIAL

Declara luto oficial pelo falecimento do Presidente da República de Nicarágua.

Decreto nº 58.988 — De 3 de agosto de 1966.

— Declara luto oficial pelo falecimento do Presidente da República da Turquia.

Decreto nº 59.211 — De 14 de setembro de 1966.

M

MADEQUÍMICA S. A. INDÚSTRIA DE MADEIRAS TERMO-ESTABILIZADAS

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento importado pela Madequímica S. A. Indústria de Madeiras Termo-Estabilizadas, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei nº 5.071 — De 11 de agosto de 1966.

MAGISTÉRIO DO EXÉRCITO

Dá nova redação ao § 4º do art. 2º do Decreto nº 37.396, de 26 de maio de 1955 e revoga o art. 41 do Decreto número 37.573, de 5 de julho de 1955.

Decreto nº 58.979 — De 3 de agosto de 1966.

MAGNESITA

Retifica o art. 1º do Decreto número 54.229, de 2 de setembro de 1964.

Decreto nº 58.434 — De 17 de maio de 1966.

— Autoriza a Companhia de Mineração e Agricultura do São Francisco "Cominag" a lavrar magnesita no município de Santo Sé, no Estado da Bahia.

Decreto nº 58.547 — De 30 de maio de 1966.

MANGANÊS

Autoriza o Condomínio do imóvel Pró-Indiviso "Pasto Grande" representado por seu administrador a pesquisar calcário e minério de manganês no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.426 — De 17 de maio de 1966.

— Autoriza Matogromier Mineração e Exportação Ltda. a pesquisar minérios de ferro e de manganês no município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 58.446 — De 17 de maio de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Carvalho de Freitas a pesquisar minério de manganês no município de São João d'Alança, Estado de Goiás.

Decreto nº 58.537 — De 30 de maio de 1966.

— Renova o Decreto nº 2.154, de 22 de janeiro de 1963.

Decreto nº 58.731 — De 27 de junho de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Terra de Oliveira a pesquisar minérios de cromo e manganês, no município de Piú, Estado de Minas Gerais,

Decreto nº 58.937 — De 29 de julho de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Silvestre Duarte a pesquisar minério de manganês no Município de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.000 — De 4 de agosto de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Fernandes de Melo a pesquisar minério de manganês no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.074 — De 12 de agosto de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior, a pesquisar minério de manganês, dolomita e caulim, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.093 — De 18 de agosto de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Norberto Diniz a pesquisar minério de manganês nos municípios de Jaboticatubas e Taquaraçu, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.108 — De 22 de agosto de 1966.

— Autoriza Indústria e Comércio de Mineração Brasil Central "Incomibrac" S. A. a pesquisar minério de manganês no município de Porteirinha, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.126 — De 25 de agosto de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Leovindo da Costa Pereira a lavar minério de manganês no município de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.299 — De 23 de setembro de 1966.

MAPAS TOPOGRÁFICOS

Promulga o Acórdão para o preparo de mapas topográficos e cartas aeronáuticos no Brasil com os Estados Unidos da América.

Decreto nº 58.733 — de 27 de junho de 1966.

MARINHA

Altera dispositivos da Lei nº 4.952, de 16 de dezembro de 1955, revoga as Leis nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, nº 3.051, de 22 de dezembro de 1956, e nº 3.725, de 28 de dezembro de 1959, e dá outras providências.

Lei nº 5.058 — de 29 de junho de 1966.

— Altera o Decreto nº 57.361-A, de 30 de novembro de 1965, que regulamenta a Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965.

Decreto nº 58.776 — de 28 de junho de 1966.

— Regula a concessão do Prêmio "Marinha do Brasil" à Marinha de Guerra Argentina.

Decreto nº 58.895 — de 20 de julho de 1966.

— Suspende a aplicação de dispositivos do Decreto nº 51.361-A, de 29 de novembro de 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 58.987 — de 3 de agosto de 1966.

MARINHA MERCANTE

Modifica a redação do § 2º do artigo 1º do Decreto nº 57.835, de 17 de fevereiro de 1966.

Decreto nº 58.779 — de 28 de junho de 1966.

MÁRMORE

Autoriza o cidadão brasileiro Gustavo Adolfo Frank a pesquisar atacamita, mármore e esmeralda no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.533 — de 30 de maio de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Guilhermino de Freitas Jatobá a pesquisar mármore no município de Juaazeiro, no Estado da Bahia.

Decreto nº 58.714 — de 24 de junho de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Duarte Irmão a pesquisar mármore no Município de Curaçá, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.944 — de 1 de agosto de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Guilhermino de Freitas Jatobá a pesquisar mármore no município de Juaazeiro, Estado da Bahia.

Decreto nº 58.998 — de 4 de agosto de 1966.

— *Autoriza Sombra S. A. Mármore* *Brasileiros, a pesquisar mármore e calcita no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 59.091 — de 18 de agosto de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.270, de 13 de dezembro de 1963.*

Decreto nº 59.155 — de 1 de setembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ubirajara Keutenedjian a pesquisar mármore no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto nº 59.187 — de 3 de setembro de 1966.

MATERIAL ELETROMÉDICO

Autoriza o Banco Central da República do Brasil como Agente da União Federal, a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.

Decreto nº 58.981 — de 3 de agosto de 1966.

MATERNIDADE

Promulga a Convenção nº 103 sobre proteção à maternidade.

Decreto nº 58.820 — de 14 de julho de 1966.

MEDALHA

Constitui Comissão Promotora de Organização e Execução do Plano de Comemoração do Sesquicentenário do Nascimento do Jurisconsulto Brasileiro Augusto Teixeira de Freitas.

Decreto nº 58.914 — de 22 de julho de 1966.

— *Estabelece prazo para concessão de medalha.*

Decreto nº 59.173 — de 5 de setembro de 1966.

MESQUITA & PASTOR LTDA.

Concede à Mesquita & Pastor Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.137 — de 25 de agosto de 1966.

"MIBAL" — MINERAIS DA BAHIA LTDA.

Concede à "Mibal" — Minerais da Bahia Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.431 — de 17 de maio de 1966.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro David Inácio da Hora a pesquisar quartzo e mica, no município de Água Boa, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.411 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Martins do Nascimento a lavar mica, columbita, berilo e turmalina no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.440 — de 11 de maio de 1966.

— *Declara sem efeito o Decreto número 15.845, de 14 de junho de 1944.*

Decreto nº 58.452 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza a cidadã brasileira Blandina Antunes de Sousa a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.542 — de 30 de maio de 1966.

— *Autoriza a cidadã brasileira Blandina Antunes de Sousa a lavar mica e pedras coradas no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.848 — de 15 de julho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Celino Júlio de Oliveira a pesquisar mica no município de São José da Safira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.899 — de 21 de julho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcelino Gonçalves Júnior a pesquisar mica no município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 59.075 — de 12 de agosto de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Vitorino a pesquisar mica e caulim no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.089 — de 18 de agosto de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José de Barros Sobrinho a pesquisar mica no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.131 — de 25 de agosto de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Muniz da Silva, a pesquisar mica no município de Divino das Laranjeiras, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.237 — de 23 de setembro de 1966.

MILHO

Fixa os preços mínimos básicos relativos à safra de 1966-67, para os produtos: amendoim, arroz, farinha de mandioca, feijão, milho e soja, das Regiões Central e Meridional.

Decreto nº 58.977 — de 3 de agosto de 1966.

MINAS CERÂMICA S. A.

Concede à Minas Cerâmica S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.687 — de 22 de junho de 1966.

MINERBRÁS — CONSÓRCIO DE MINÉRIOS DO BRASIL LTDA.

Concede à Minerbrás — Consórcio de Minérios do Brasil Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.804 — de 23 de setembro de 1966.

MINERAÇÃO BARRAZAN DO BRASIL LTDA.

Concede à Mineração Barrazan do Brasil Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.138 — de 25 de agosto de 1966.

MINERAÇÃO DELTA LTDA.

Concede à Mineração Delta Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.688 — de 22 de junho de 1966.

MINERAÇÃO GUIMARAES LIMITADA

Concede à Mineração Guimarães Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.427 — de 17 de maio de 1966.

MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S. A.

Concede à Mineração Brasileiras Reunidas S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.012 — de 5 de agosto de 1966.

MINERALTO — MINERAÇÃO ALTO ARAGUAIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LIMITADA

Concede à Mineralto — Mineração Alto Araguaia Comércio e Indústria Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.622 — de 15 de junho de 1966.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), destinado a atender a despesas com a manutenção dos serviços afetos à segurança de tráfego aéreo e das outras providências.

Decreto nº 5.061 — de 4 de julho de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) para atender a despesas com revisão de aviões.*

Lei nº 5.099 — de 2 de setembro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 15.480.000.000 (quinze bilhões, quatrocentos e oitenta milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.*

Decreto nº 58.813 — de 14 de julho de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.*

Decreto nº 58.858 — de 15 de julho de 1966.

— *Autoriza no Ministério da Aeronáutica a fixação de normas reguladoras para as funções de Ajudante-de-Ordens.*

Decreto nº 58.916 — de 22 de julho de 1966.

— *Cria no Ministério da Aeronáutica o Centro de Computação da Aeronáutica.*

Decreto nº 58.948 — de 1 de agosto de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 59.043 — de 10 de agosto de 1966.

— *Cria funções gratificadas na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 59.269 — de 23 de setembro de 1966.

— *Cria funções gratificadas na Pagadoria de Inativos e Pensionistas do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.*

Decreto nº 59.270 — de 23 de setembro de 1966.

— *Inclui funções gratificadas na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 59.277 — de 23 de setembro de 1966.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo, de 5 de julho de 1961, de rescisão amigável de parte do contrato celebrado, em 23 de novembro de 1960, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma CISA S. A. Engenharia e Comércio.

Decreto Legislativo nº 25, de 1966.

— *Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 35.893.676.800 (trinta e cinco bilhões, oitocentos e noventa e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta cruzeiros), a Presidência da República, diversos Ministérios, Supremo Tribunal Federal e Justiça Eleitoral, para os fins que especifica.*

Lei nº 5.066 — de 5 de julho de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto nº 58.797 — de 12 de julho de 1966.

— *Cria as Estações Experimentais da Rodovia Belém-Brasília e do Sudoeste do Paraná, subordinadas, respectivamente, ao Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte (IPEAN) e Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul (IPEAS), do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuária, do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 58.978 — de 3 de agosto de 1966.

— *Transforma em Fazenda Regional de Criação, o Pósto de Criação João Pessoa em Umbuzeiro, Estado da Paraíba, subordinado ao Departamento de Promoção Agropecuária do Ministério da Agricultura e dá outras providências.*

Decreto nº 58.799 — de 12 de julho de 1966.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Agricultura, aprovado pelo Decreto nº 51.633, de 19 de dezembro de 1962.*

Decreto nº 58.844 — de 15 de julho de 1966.

— Transforma em "Escola de Didática do Ensino Agrícola" o atual Curso de Didática do Ensino Agrícola, sem aumento de despesas, e determina outras providências.

Decreto nº 59.057 — de 11 de agosto de 1966.

— Transfere para o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Centro-Sul do Ministério da Agricultura o Serviço Médico do extinto Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

Decreto nº 59.198 — de 9 de setembro de 1966.

— Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 74.344.128 (setenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, cento e vinte e oito cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto nº 59.263 — de 23 de setembro de 1966.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo do Acordo celebrado, em 31 de maio de 1954, entre o Ministério da Educação e Cultura e a Escola Industrial Dom Bosco, da Congregação dos Padres Salesianos.

Decreto Legislativo nº 23, de 1966.

— Altera a subvenção concedida à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Lei nº 5.051 — de 29 de junho de 1966.

— Autoriza a abertura, ao Poder Executivo, de créditos especiais, destinados a órgãos e Ministérios, no montante de Cr\$ 6.174.933.224 (seis bilhões, cento e setenta e quatro milhões, novecentos e trinta e três mil, duzentos e vinte e quatro cruzeiros), para os fins que especifica.

Lei nº 5.059 — de 1 de julho de 1966.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 107.669,80 (cento e sete mil, seiscentos e noventa e nove cruzeiros e oitenta centavos), destinado ao pagamento de servidores do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Ministério da Educação e Cultura.

Lei nº 5.118 — de 27 de setembro de 1966.

— Classifica os cargos de nível superior do Ministério da Educação e Cultura e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 58.741 — de 28 de junho de 1966.

Exclui da proibição constante do artigo 5º do Decreto nº 57.630, de 14 de janeiro de 1966, a nomeação interina para o cargo vago que especifica, do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 58.749 — de 28 de junho de 1966.

— Institui o Círculo Feminino, no setor da Educação Cívica Extra-Escolar do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 58.758 — de 28 de junho de 1966.

— Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 110.000.000 (cento e dez milhões de cruzeiros) destinado à construção de uma nova sede para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Decreto nº 58.763 — de 28 de junho de 1966.

— Retifica o enquadramento aprovado pelo Decreto nº 52.794, de 31 de outubro de 1963.

Decreto nº 58.803 — de 13 de julho de 1966.

— Inclui no Decreto nº 54.016, de 13 de julho de 1964, os cargos que especifica.

Decreto nº 58.805 — de 13 de julho de 1966.

— Retifica o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 58.806 — de 13 de julho de 1966.

— *Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial no valor de Cr\$ 130.000.000, para custear as despesas com a recuperação do prédio situado na Praia do Flamengo nº 132, Estado da Guanabara.*

Decreto nº 58.912 — de 22 de julho de 1966.

— *Inclui funções gratificadas na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto nº 59.003 — de 5 de agosto de 1966.

— *Suprime funções gratificadas do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto nº 59.007 — de 5 de agosto de 1966.

— *Retifica o Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto nº 58.011 — de 5 de agosto de 1966.

— *Abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 1.007.089.588 (um bilhão, sete milhões, oitenta e nove mil, quinhentos e oitenta e oito cruzeiros).*

Decreto nº 59.021 — de 8 de agosto de 1966.

— *Altera o Regimento aprovado pelo Decreto nº 38.609, de 19 de janeiro de 1956.*

Decreto nº 59.112 — de 22 de agosto de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o prédio sito na Rua Senador Furtado número 121, o terreno e imóvel situados na mesma rua nº 125, o terreno situado na mesma rua nº 129, e a área entre esse prédio e a esquina da Avenida Radial-Oeste, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.*

Decreto nº 59.169 — de 2 de setembro de 1966.

— *Abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 974.313.628 (novecentos e setenta e quatro milhões, trezentos e treze mil, seiscentos e trinta e oito cruzeiros), para atender a diversas despesas.*

Decreto nº 59.252 — de 20 de setembro de 1966.

— *Retifica enquadramento de cargo, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto nº 59.257 — de 20 de setembro de 1966.

— *Retifica o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto nº 59.259 — de 22 de setembro de 1966.

— *Retifica o Decreto nº 57.530, de 28 de dezembro de 1965*

Decreto nº 59.261 — de 21 de setembro de 1966.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.684.172 (trinta milhões seiscentos e oitenta e quatro mil cento e setenta e dois cruzeiros), destinado ao pagamento das quotas federais dos impostos de consumo e renda, relativas ao exercício de 1963, devidas aos Municípios de Ouro Branco, Branquinha, Jaramatã e Carneiros, no Estado de Alagoas.

Lei nº 5.034 — de 17 de junho de 1966.

— *Autoriza a abertura, ao Poder Executivo, de créditos especiais, destinados a Órgãos e Ministérios, no montante de Cr\$ 6.174.933.224 (seis bilhões, cento e setenta e quatro milhões, novecentos e trinta e três mil, duzentos e vinte e quatro cruzeiros), para os fins que especifica.*

Lei nº 5.059 — de 1 de julho de 1966.

— *Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 35.833.678.860 (trinta e cinco bilhões, oitocentos e noventa e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta cruzeiros), à Presidência da República, diversos Ministérios, Supremo Tribunal Federal e Justiça Eleitoral, para os fins que especifica.*

Lei nº 5.066 — de 5 de julho de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 14.400.000.000 (quatorze bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado a completar a integralização do capital da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL.*

Lei nº 5.069 — de 6 de julho de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo, pelo Ministério da Fazenda, a doar Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional à Academia Brasileira de Ciências.*

Lei nº 5.092 — de 30 de agosto de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 31.900.000.000 (trinta e um bilhões e novecentos milhões de cruzeiros), destinado a suprir a deficiência de receita no Orçamento do Distrito Federal, para o exercício de 1966.*

Lei nº 5.105 — de 2 de setembro de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de despesas com a movimentação de pessoal do Departamento do Imposto de Renda, em 1965.*

Lei nº 5.111 — de 22 de setembro de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 62.704.550 (sessenta e dois milhões setecentos e quatro mil seiscientos e cinquenta cruzeiros), para pagamento de percentagens aos Procuradores da República, lotados no Distrito Federal.*

Lei nº 5.112 — de 22 de setembro de 1966.

— *Estende aos exercícios de 1967 e 1968 a vigência e aplicação do crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), autorizado pela Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964.*

Lei nº 5.125 — de 29 de setembro de 1966.

— *Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 1.700.000.000 para atender ao disposto no art. 6º do Decreto nº 49.160, de 1º de novembro de 1960.*

Decreto nº 58.777 — de 28 de junho de 1966.

— *Abre crédito suplementar ao Ministério da Fazenda em proveito da Contadoria Geral da República.*

Decreto nº 58.860 — de 15 de julho de 1966.

— *Abre crédito suplementar do Ministério da Fazenda para atender a despesas com pensionistas e inativos.*

Decreto nº 58.868 — de 20 de julho de 1966.

— *Abre crédito suplementar ao Ministério da Fazenda em proveito do Estado do Acre.*

Decreto nº 58.869 — de 20 de julho de 1966.

— *Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 1.412.335.000, para atender às despesas com a conclusão das obras básicas do Museu de Arte Moderna, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 58.900 — de 21 de julho de 1966.

— *Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 6.472.592.500, para regularizar a despesa com o programa de emergência no setor agropecuário.*

Decreto nº 58.906 — de 21 de julho de 1966.

— *Ministério da Fazenda — Abre o crédito especial de Cr\$ 15.000.000, para pagamento de alugueis atrasados de prédios ocupados por Exaltorias Federais no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.930 — de 29 de julho de 1966.

— *Ministério da Fazenda — Abre o crédito especial de Cr\$ 30.684.172, para pagamento de quotas federais aos municípios de Ouro Branco, Branquinha, Jaramatã e Carneiros, no Estado de Alagoas.*

Decreto nº 58.931 — de 29 de julho de 1966.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 58.967 — de 1º de agosto de 1966.

— *Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 80.000.000.000, para ser utilizado pela Carteira de Comércio Exterior, em caráter de fundo rotativo.*

Decreto nº 58.991 — de 4 de agosto de 1966.

— *Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar operações de crédito e a assinar Acórdos de Pagamento com o Governo dos Estados Unidos da América.*

Decreto nº 59.014 — de 5 de agosto de 1966.

— *Altera o Decreto nº 38.673, de 27 de janeiro de 1956, retificado pelos Decretos ns. 38.966, de 3 de abril de 1956 e 51.958, de 2 de abril de 1963.*

Decreto nº 59.025 — de 8 de agosto de 1966.

— *Altera o Decreto nº 38.673, de 27 de janeiro de 1956, retificado pelos Decretos ns. 38.966, de 3 de abril de 1956 e 51.958, de 2 de abril de 1963.*

Decreto nº 59.026 — de 8 de agosto de 1966.

— *Aprova o Regimento da Administração do Edifício da Fazenda.*

Decreto nº 59.078 — de 21 de agosto de 1966.

— *Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 59.107 — de 22 de agosto de 1966.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 59.120 — de 24 de agosto de 1966.

— *Ministério da Fazenda. Abre crédito especial de Cr\$ 4.000.000.000, para ocorrer ao pagamento dos encargos decorrentes da Lei nº 5.067, de 6 de julho de 1966.*

Decreto nº 59.156 — de 1º de setembro de 1966.

— *Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 14.400.000.000, para completar a integralização do capital da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL.*

Decreto nº 59.216 — de 15 de setembro de 1966.

— *Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto nº 59.255 — de 20 de setembro de 1966.

— *Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 6.377.045.821, para atender à discriminação emitida nos Anexos que fazem parte integrante da Lei nº 4.939, de 30 de março de 1966.*

Decreto nº 59.281 — de 23 de setembro de 1966.

MINISTÉRIO DA GUERRA.

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 35.898.678.860 (trinta e cinco bilhões, oitocentos e noventa e três milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta cruzeiros), à Presidência da República, diversos Ministérios, Supremo Tribunal Federal e Justiça Eleitoral para os fins que especifica.

Lei nº 5.066 — de 5 de julho de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 56.798 — de 12 de julho de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 58.894 — de 20 de julho de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 58.920 — de 26 de julho de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 59.049 — de 11 de agosto de 1966.

— Dá nova redação ao art. 6º do Decreto nº 40.026, de 25 de setembro de 1956, que dispõe sobre assistência médica-hospitalar a ser prestada nos Estabelecimentos do Serviço de Saúde do Exército aos servidores do Ministério da Guerra, contribuintes do IPASE ou dos Montepios civis ou militar.

Decreto nº 59.171 — de 5 de setembro de 1966.

— Dispõe sobre o horário de trabalho nos Estabelecimentos, com atividades fabris, do Ministério da Guerra.

Decreto nº 59.208 — de 13 de setembro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 59.278 — de 23 de setembro de 1966.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Dispõe sobre alteração do Regimento da Secretaria do Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio e dá outras providências.

Decreto nº 58.751 — de 28 de junho de 1966.

— Dá nova redação ao Decreto número 58.483, de 23 de maio de 1965, que dispõe sobre os serviços das Agências de Viagens.

Decreto nº 59.193 — de 8 de setembro de 1966.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 35.893.676.850 (trinta e cinco bilhões, oitocentos e noventa e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta cruzeiros), à Presidência da República, diversos Ministérios, Supremo Tribunal Federal e Justiça Eleitoral, para os fins que especifica.

Lei nº 5.066 — de 5 de julho de 1966.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 141.000 (cento e quarenta e um mil cruzeiros) para atender, durante o exercício de 1960, as despesas com os pagamentos de gratificação pela representação de gabinete, da Primeira Subprocuradoria Geral da República do Ministério Público Federal.

Lei nº 5.090 — de 30 de agosto de 1966.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 58.861-A — de 15 de julho de 1966.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 250.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 59.019 — de 3 de agosto de 1966.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 800.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 59.031 — de 8 de agosto de 1966.

— Altera, sem aumento de despesa, a Tabela das Funções Gratificadas do Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 59.044 — de 10 de agosto de 1966.

— Aprova o Regimento do Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 59.045 — de 10 de agosto de 1966.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Autoriza o Poder Executivo a permutar com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, terrenos de propriedade da União e dá outras providências.

Lei nº 5.047 — de 21 de junho de 1966.

— Retifica o Quadro de Pessoal do Ministério da Marinha.

Decreto nº 59.042 — de 10 de agosto de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Marinha.

Decreto nº 59.264 — de 22 de setembro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Marinha.

Decreto nº 59.265 — de 22 de setembro de 1966.

— Cria a "Comissão de Construção da Base Naval de Aratu", e dá outras providências.

Decreto nº 59.318 — de 28 de setembro de 1966.

— Cria a "Comissão de Construção Naval da Marinha do Brasil", e dá outras providências.

Decreto nº 59.319 — de 28 de setembro de 1966.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Abre pelo Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto nº 58.957 — de 1º de agosto de 1966.

— Abre, pelo Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 802.800 (oitocentos e dois mil e oitocentos cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto nº 58.958 — de 1º de agosto de 1966.

— Abre, pelo Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 3.902.888 (três milhões, novecentos e dois mil, oitocentos e oitenta e oito cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto nº 58.970 — de 2 de agosto de 1966.

— Autoriza o Departamento Nacional de Águas e Energia, do Ministério das Minas e Energia, a reconhecer como investimento das concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo controle acionário foi adquirido pela ELETROBRAS, nos termos da Lei nº 4.428, de 14 de outubro de 1964, o valor que menciona, para efeitos do disposto no § 1º do art. 5º do Decreto-lei nº 3.128, de 19 de março de 1941.

Decreto nº 59.079 — de 12 de agosto de 1966.

— Aprova o Regimento Interno da Seção de Segurança Nacional do Ministério das Minas e Energia.

Decreto nº 59.224 — de 16 de setembro de 1966.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 35.983.676.800 (trinta e cinco bilhões, oitocentos e noventa e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta cruzeiros), à Presidência da República, diversos Ministérios, Supremo Tribunal Federal e Justiça Eleitoral, para os fins que especifica.

Lei nº 5.066 — de 5 de julho de 1966.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), em reforço à dotação indicada.

Lei nº 5.075 — de 22 de agosto de 1966.

— Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, do crédito especial de Cr\$ 614.000.000 (seiscentos e quatorze milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial das Nações Unidas, relativa ao exercício de 1965.

Lei nº 5.079 — de 24 de agosto de 1966.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.074.288 (cento e vinte milhões, setenta e quatro mil duzentos e trinta e oito cruzeiros), destinado a atender ao pagamento das despesas realizadas com a visita ao Brasil de Suas Majestades o Rei e a Rainha dos Belgas.

Lei nº 5.095 — de 30 de agosto de 1966.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000 para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Sua Majestade o Xaiixá do Irã.

Decreto nº 58.752 — de 28 de junho de 1966.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 100.000.000, para atender às despesas decorrentes do reajustamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento.

Decreto nº 58.753 — de 28 de junho de 1966.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000 para atender às despesas decorrentes da realização da VIII Bienal de São Paulo.

Decreto nº 58.754 — de 28 de junho de 1966.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000, para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Sua Excelência o Senhor Josip Broz Tito, Presidente da República Popular Federativa da Iugoslávia.

Decreto nº 58.755 — de 28 de junho de 1966.

— Conforme o inciso IV do art. 21 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 524, de 23 de janeiro de 1962, ao disposto na Lei nº 4.669, de 8 de junho de 1965.

Decreto nº 58.756 — de 28 de junho de 1966.

— Transforma o Consulado de carreira em Florença, Itália, em Consulado honorário.

Decreto nº 58.762 — de 28 de junho de 1966.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 86.087.100, para atender às despesas decorrentes das Segundas Reuniões Anuais Ordinárias do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) da Organização dos Estados Americanos.

Decreto nº 58.022 — de 8 de agosto de 1966.

— Extingue o Consulado Privativo do Brasil em Rocha, Uruguai.

Decreto nº 59.047 — de 10 de agosto de 1966.

— Cria o Consulado Privativo do Brasil em Chuy, Uruguai.

Decreto nº 59.050 — de 11 de agosto de 1966.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 15.000.000 para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Governadores Estaduais Norte-Americanos.

Decreto nº 59.054 — de 12 de agosto de 1966.

— Extingue o Consulado Honorário do Brasil em Murcia, Espanha.

Decreto nº 59.097 — de 13 de agosto de 1966.

— Cria o Consulado Honorário do Brasil em Alicante, Espanha.

Decreto nº 59.098 — de 19 de agosto de 1966.

— Altera o disposto no Decreto número 53.611, de 25 de fevereiro de 1964.

Decreto nº 59.163 — de 1º de setembro de 1966.

— *Cria o Consulado Honorário do Brasil em Monróvia, Libéria.*

Decreto nº 59.258 — de 21 de setembro de 1966.

— *Eleva à categoria de Embaixada a Representação Diplomática do Brasil junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.*

Decreto nº 59.274 — de 23 de setembro de 1966.

— *Institui Boletim de Serviço do Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto nº 59.307 — de 23 de setembro de 1966.

MINISTERIO DA SAÚDE

Anula total ou parcialmente dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Saúde, constante da Lei nº 4.960, de 10 de dezembro de 1965 e abre ao mesmo Ministério o crédito suplementar de Cr\$ 1.594.121.000 (hum bilhão, quinhentos e noventa e quatro milhões, cento e vinte e um mil cruzeiros), para construção do prédio destinado às repartições do Ministério da Saúde, sediadas no Estado da Guanabara.

Decreto nº 58.980 — de 3 de agosto de 1966.

— *Autoriza o Banco Central da República do Brasil, como Agente da União Federal, a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.*

Decreto nº 58.981 — de 3 de agosto de 1966.

— *Autoriza o Banco Central da República do Brasil, como Agente da União Federal, a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.*

Decreto nº 58.982 — de 3 de agosto de 1966.

— *Aprova o Estatuto da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública.*

Decreto nº 58.050 — de 11 de agosto de 1966.

— *Institui, no Ministério da Saúde, a Campanha de Erradicação da Varíola e dá outras providências.*

Decreto nº 59.153 — de 31 de agosto de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Saúde.*

Decreto nº 59.204 — de 13 de setembro de 1966.

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, e destinado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, crédito especial de Cr\$ 97.600.000.00, para o fim que especifica.

Lei nº 5.053 — de 29 de junho de 1966.

— *Autoriza a abertura, ao Poder Executivo, de créditos especiais, destinados a Órgãos e Ministérios, no montante de Cr\$ 6.174.933.224 (seis bilhões, cento e setenta e quatro milhões, novecentos e trinta e três mil, duzentos e vinte e quatro cruzeiros), para os fins que especifica.*

Lei nº 5.059 — de 1º de julho de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 818.785.358 (oitocentos e dezotoito milhões setecentos e oitenta e cinco mil trezentos e cinquenta e oito cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento ao pessoal da Companhia Nacional de Navegação Costeira.*

Lei nº 5.064 — de 5 de julho de 1966.

— *Autoriza a abertura de crédito especiais, num montante de Cr\$ 35.893.676.860 (trinta e cinco bilhões, oitocentos e noventa e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta cruzeiros), à Presidência da República diversos Ministérios, Supremo Tribunal Federal e Justiça Eleitoral, para os fins que especifica.*

Lei nº 5.066 — de 5 de julho de 1966.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 2.400.000.000 (dois bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas com a recuperação de parte da frota do Lóide Brasileiro.*

Lei nº 5.080 — de 24 de agosto de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) destinado a atender às despesas com o saneamento e consolidação de terrenos, aterros e proteção de jetée da Companhia Siderúrgica da Guanabara (COSIGUA).*

Lei nº 5.103 — de 2 de setembro de 1966.

— *Modifica a redação do § 2º do art. 1º do Decreto nº 57.835, de 17 de fevereiro de 1966.*

Decreto nº 58.779 — de 28 de junho de 1966.

— *Inclui junções gratificadas na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto nº 58.804 — de 13 de julho de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.027 — de 8 de agosto de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 2.420.440.000 e Cr\$ 2.400.000, para os fins que especifica.*

Decreto nº 59.039 — de 9 de agosto de 1966.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

— *Autoriza a abertura, ao Poder Executivo, de créditos especiais, destinados a Órgãos e Ministérios, no montante de Cr\$ 6.174.933.224 (seis bilhões, cento e setenta e quatro milhões, novecentos e trinta e três mil, duzentos e vinte e quatro cruzeiros), para os fins que especifica.*

Lei nº 5.059 — de 1º de julho de 1966.

— *Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 35.893.676.860 (trinta e cinco bilhões, oitocentos e noventa e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta cruzeiros), à Presidência da República, diversos Ministérios, Supremo Tribunal Federal e Justiça Eleitoral para os fins que especifica.*

Lei nº 5.066 — de 5 de julho de 1966.

— *Aprova o orçamento do Conselho Regional de Química da 5ª Região.*

Decreto nº 58.831 — de 15 de julho de 1966.

— *Relatiza a relação Numérica e Nominal anexa ao Decreto nº 53.076, de 4 de dezembro de 1963.*

Decreto nº 59.272 — de 23 de setembro de 1966.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO

— *Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais. Abre crédito extraordinário de Cr\$ 2.200.000.000, para atender aos prejuízos causados pelas chuvas torrenciais ocorridas nos Estados de Pernambuco e Bahia.*

Decreto nº 58.812 — de 13 de julho de 1966.

MINISTÉRIOS MILITARES

— *Estado-Maior das Forças Armadas e Ministérios Militares. Abre o crédito especial de Cr\$ 7.493.000.000, para atendimento das despesas do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana — FAIBRAS — no 1º semestre de 1966.*

Decreto nº 58.828 — de 15 de julho de 1966.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Fixa a Lotação da Carreira do Ministério Público Federal junto à Justiça Federal e dá outras providências.

Decreto nº 59.191 — de 8 de setembro de 1966.

MOLIBIDÊNIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Chagas da Silveira a pesquisar minérios de cobre e de molibidênio no município de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 58.459 — de 17 de maio de 1966.

MONTEPIO CIVIL

Reajusta o valor da pensão paga pelo Tesouro Nacional a herdeiros de contribuintes do Montepio Civil, e dá outras providências.

Lei nº 5.057 — de 29 de junho de 1966.

MOORE-MCCORMACK LINES, INCORPORATED

Concede à sociedade Moore-McCormack Lines, Incorporated autorização para funcionar na República dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto nº 58.718 — de 24 de junho de 1966.

MOSTEIRO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Concede isenção aos impostos de importação e de consumo e de emolumentos consulares para objetos doados pela Arquibadia de Benron, na Alemanha, ao Mosteiro de Nossa Senhora das Graças, de Belo Horizonte.

Lei nº 5.102 — de 1 de setembro de 1966.

MÓVEIS VOGUE LTDA. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Isenta do imposto de importação, equipamento importado por Móveis Vogue Ltda — Indústria e Comércio, destinado à sua associada Placas do Paraná Ltda.

Lei nº 5.115 — de 23 de setembro de 1966.

MULTAS

Disciplina a adjudicação de cota-parte de multas, relativamente a quaisquer tributos, e dá outras providências.

Decreto nº 59.034 — de 9 de agosto de 1966.

MUNICÍPIOS

— *Ato Complementar nº 22.*

MUSEUS

Revoga o Decreto nº 51.522, de 25 de junho de 1962.

Decreto nº 59.070 — de 12 de agosto de 1966.

MUSEU DE ARTE MODERNA

Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 1.412.335.000, para atender às despesas com a conclusão das obras básicas do Museu de Arte Moderna, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 58.900 — de 21 de julho de 1966.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Aprova o Regimento do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional.

Decreto nº 58.800 — de 13 de julho de 1966.

N

NAVEGAÇÃO AÉREA INTERNACIONAL

Reorganiza a Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional, criada pelo Decreto número 27.353, de 20 de outubro de 1949, e dá outras providências.

Decreto nº 58.772 — de 28 de junho de 1966.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à sociedade Madeireira Icarai Navegação Ltda., autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.395 — de 3 de junho de 1965.

— Concede à sociedade Transportes Marítimos Araújo S.A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 58.582 — de 1º de junho de 1966.

— Concede à sociedade Branatra — Empresa Brasileira de Navegação Transatlântica e Cabotagem Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 58.661 — de 16 de junho de 1966.

— Concede à Companhia de Navegação Marítima NETUMAR autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 58.672 — de 20 de junho de 1966.

Concede à Sociedade Navunidos Navegação S.A., autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 58.748 — de 28 de junho de 1966.

— Concede à sociedade Navegação Fluvial Moura Andrade Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 58.769 — de 28 de junho de 1966.

— Concede à Companhia de Navegação NORSUL autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 58.971 — de 2 de agosto de 1966.

— Concede à Companhia de Navegação Santos — NASA — autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 58.972 — de 2 de agosto de 1966.

— Concede à Sociedade Navegação "Transmar" Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, sob a nova forma social de Navegação "Transmar" S.A.

Decreto nº 59.052 — de 11 de agosto de 1966.

— Concede à Frota Oceânica Brasileira S.A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 59.086 — de 26 de agosto de 1966.

— Concede à sociedade Navegação e Comércio Lajeado Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 59.152 — de 30 de agosto de 1966.

— Concede à sociedade Comércio e Navegação de Cabotagem Rio Piqueri Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 59.199 — de 9 de setembro de 1966.

— Concede à sociedade Casimiro Filho, Indústria e Comércio S.A., autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 59.200 — de 9 de setembro de 1966.

— Concede à sociedade Paula Lima Navegação de Cabotagem e Exportação Ltda., autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 59.201 — de 9 de setembro de 1966.

NORDESTE

Regulamenta o disposto nos arts. 18 e 24, da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965 (III Plano Diretor da SUDENE).

Decreto nº 58.666-A — de 16 de junho de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Metalgráfica Cearense S.A. — MECESA", de Fortaleza (Ce).

Decreto nº 58.795 — de 12 de julho de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignado à empresa "S.A. Fiação Borborema", de Campina Grande (Pb).

Decreto nº 58.796 — de 12 de julho de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado, e consignados à empresa "Theocrito Calzeto Comércio e Indústria de Sisal Ltda.", de Conceição do Coité (Pa).

Decreto nº 58.370 — de 20 de julho de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo", de São Luiz (Ma).

Decreto nº 58.871 — de 20 de julho de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação do equipamento novo, sem similar nacional registrado, neste descrito, e consignado à empresa "Companhia Alagoinha de Rações Balanceadas — CARB", de Maceió (AL).

Decreto nº 58.880 — de 20 de julho de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Tintas Reflex do Nordeste S.A.", do Recife (Pe).

Decreto nº 58.881 — de 20 de julho de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Sackatt — Indústria e Celulose do Nordeste Ltda.", de Recife (Pe).

Decreto nº 58.882 — de 20 de julho de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado, e consignados à empresa "Poliflex da Bahia S.A. — Indústria, Comércio e Exportação", de Salvador (Ba).

Decreto nº 58.824 — de 20 de julho de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Connaç S.A. — Indústria de Artefatos de Couro" de Fortaleza (Ce).

Decreto nº 58.885 — de 20 de julho de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "CIRNE — Companhia Industrial do Rio Grande do Norte", de Macau (RN).

Decreto nº 58.886 — 20 de julho de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos consignados à empresa "Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO)", Cabo (Pe).

Decreto nº 58.905 — de 21 de julho de 1966.

— *Disciplina os incentivos fiscais para a constituição, reforço e recomposição do capital de trabalho das atuais empresas industriais e agrícolas com sede no Nordeste e das outras providências.*

Decreto nº 59.001 — de 5 de agosto de 1966.

— *Altera a redação do art. 10 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 47.890, de 9 de março de 1960.*

Decreto nº 59.020 — de 8 de agosto de 1966.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Indústria de Laticínios de Natal S.A. — ILNASA", de Natal (RN).*

Decreto nº 59.023 — de 8 de agosto de 1966.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Fábrica de Gases Industriais Agro-Protetoras — AGIP S.A.", de Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto nº 59.024 — de 8 de agosto de 1966.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Companhia de Tecidos Paulista", de Paulista (PE).*

Decreto nº 59.125 — de 25 de agosto de 1966.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Confecções Londres S. A.", de Olinda (PE).*

Decreto nº 59.266 — de 23 de setembro de 1966.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Serraria Massaranduba Ltda." de Salvador (BA).*

Decreto nº 59.287 — de 23 de setembro de 1966.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Companhia Cearense de Cimento Portland — CCCP" de Fortaleza (CE).*

Decreto nº 59.279 — de 23 de setembro de 1966.



OCRE

Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a pesquisar ocre no município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.132 — de 25 de agosto de 1966.

ODONTOLOGIA

Regula o exercício da Odontologia.

Lei nº 5.081 — de 24 de agosto de 1966.

OLINKRAFT CELULOSE E PAPEL LIMITADA

Autoriza a Olinkraft Celulose e Papel Limitada a instalar um turbo gerador para uso exclusivo.

Decreto nº 58.435 — de 17 de maio de 1966.

OLIVINA

Autoriza a Magnesita S. A. a pesquisar olivina no município de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.853 — de 15 de julho de 1966.

ORATÓRIO FESTIVO "NOSSA SENHORA AUXILIADORA"

Declara de utilidade pública o Oratório Festivo "Nossa Senhora Auxiliadora" de Aracaju, com sede em Aracaju, Estado de Sergipe.

Decreto nº 59.177 — de 6 de setembro de 1965.

ORÇAMENTO

Ato Complementar nº 18

— Ato Complementar nº 21.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da União aprovado pela Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965.

Lei nº 5.050 — de 29 de junho de 1965.

— Altera, sem aumento de despesa, distribuição de dotações consignadas na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965.

Lei nº 5.054 — de 29 de junho de 1965.

— Retifica, sem ônus, a Lei número 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966.

Lei nº 5.068 — de 6 de julho de 1965.

ORDEM DE RIO BRANCO

Altera o regulamento para a Concessão da Ordem de Rio Branco.

Decreto nº 59.166 — de 1º de setembro de 1966.

ORGANIZAÇÃO CONSULTIVA MARÍTIMA INTERGOVERNAMENTAL

Aprova o texto da emenda ao art. 28 da Convenção sobre a Organização Consultiva Marítima Intergovernamental.

Decreto Legislativo nº 39 — de 1963.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 86.087.100, para atender as despesas decorrentes das Segundas Reuniões Anuais Ordinárias do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) da Organização dos Estados Americanos.

Decreto nº 59.022 — de 8 de agosto de 1966.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Promulga a Convenção nº 94 sobre as cláusulas de Trabalho nos contratos firmados por Autoridade Pública.

Decreto nº 58.818 — de 14 de junho de 1966.

ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA CONSULTIVA INTERGOVERNAMENTAL

Aprova o texto da emenda aos arts. 17 e 18 da Convenção da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental.

Decreto Legislativo nº 41 — de 1966.

OURO

Autoriza a Cia. Minas da Passagem a pesquisar ouro e diamantes no leito e margens públicas nos Municípios de Diamantina e Couto de Magalhães, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.490 — de 24 de maio de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Emilio Rocha a lavar ouro e diamante nos municípios de Bocaiuva e Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.940 — de 29 de julho de 1966.

— Autoriza MIBRACO — Mineração Brasileira Comercial Limitada a pesquisar diamante e ouro no Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.180 — de 6 de setembro de 1966.

— Declara caduco o Decreto número 46.017, de 18 de maio de 1959.

Decreto nº 59.232 — de 19 de setembro de 1966.

P

PATRONO DO QUADRO DE MATERIAL BÉLICO

Institui como Patrono do Quadro de Material Bélico, o Tenente-General Carlos Antônio Napion.

Decreto nº 59.638 — de 12 de agosto de 1966.

PEDRAS CORADAS

Autoriza a cidadã brasileira Blandina Antunes de Souza a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.542 — de 30 de maio de 1966.

— Autoriza a cidadã brasileira Blandina Antunes de Souza a lavar mica e pedras coradas no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.848 — de 15 de julho de 1966.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Pedro Saturnino de Souza a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 56.186 — de 29 de abril de 1966.

PEDRAS SEMI-PRECIOSAS

Autoriza a Companhia de Mineração de Brejaúba a pesquisar berilo, bismuto, águas marinhas e pedras semi-preciosas, no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.285 — de 23 de setembro de 1966.

PEDREIRA EXATA S. A.

Concede à Pedreira Exata S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.289 — de 23 de setembro de 1966.

PENSIONISTAS

Regula a forma de pagamento dos inativos ou pensionistas, bem como do pessoal em disponibilidade, quando mudarem de residência para outra pagadora.

Lei nº 5.101 — de 2 de setembro de 1966.

PENSÕES

Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, em sessão de 6 de junho de 1965, relativo à pensão concedida a Jurema Azevedo Marques e outros.

Decreto Legislativo nº 29 — de 1966.

— Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, relativo à pensão concedida a Regina Augusta Cunha.

Decreto Legislativo nº 31 — de 1966.

— Concede pensão especial de Cr\$ 9.600 (nove mil e seiscentos cruzeiros) mensais a Maria Pompéias de Carvalho, viúva de Rivaldo Coelho de Carvalho, e seus filhos menores.

Lei nº 5.055 — de 29 de junho de 1966.

— Reajusta o valor da pensão paga pelo Tesouro Nacional a herdeiros de contribuinte do Montepio Civil, e dá outras providências.

Lei nº 5.057 — de 29 de junho de 1966.

— Concede pensão especial à viúva Guiomar Fagundes.

Lei nº 5.116 — de 23 de setembro de 1966.

PESCADORES

Promulga a Convenção nº 113 relativa ao exame médico dos pescadores.

Decreto nº 59.827 — de 14 de julho de 1966.

PESSOAS JURÍDICAS

Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.

Lei nº 5.108 — de 2 de setembro de 1966.

— *Suspende o funcionamento da União Nacional dos Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro.*

Decreto nº 58.855 — de 15 de julho de 1966.

— *Altera a redação do artigo 2º do Decreto nº 44.409, de 28 de agosto de 1953, sobre bens pertencentes a pessoas físicas e jurídicas alemãs, e dá outras providências.*

Decreto nº 59.076 — de 12 de agosto de 1966.

PETROLÉO BRASILEIRO S. A. — PETROBRAS

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS — área de terreno e benfeitorias situadas no Município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.783 — de 28 de junho de 1966.

— *Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 53.485, de 24 de maio de 1966.*

Decreto nº 58.878 — de 20 de julho de 1966.

PHOENIX ASSURANCE COMPANY LIMITED

Concede à Phoenix Assurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 59.159 — de 1º de setembro de 1966.

PILKINGTON BROTHERS (BRAZIL) LIMITED

Concede à sociedade Pilkington Brothers (Brazil) Limited autorização para continuar a funcionar na República dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto nº 59.218 — de 16 de setembro de 1966.

PLANALTO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Planalto Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 59.202 — de 9 de setembro de 1966.

PLANO DIRETOR DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE — Ver: Nordeste

PLANO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Prorroga o prazo para a entrega do relatório do Plano Nacional de Estatística.

Decreto nº 58.857 — de 15 de julho de 1966.

PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO

Introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação.

Lei nº 5.049 — de 29 de junho de 1966.

PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo aditivo a acordo celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Estado do Pará.

Decreto Legislativo nº 24 — de 1966.

PODER JUDICIÁRIO

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí — os créditos especiais de Cr\$ 140.000 (cento e quarenta mil cruzeiros) e Cr\$ 15.833,30 (quinze mil, oitocentos e trinta e três cruzeiros e trinta centavos), para o pagamento de gratificação por prestação de serviço eleitoral.

Lei nº 5.052 — de 29 de junho de 1966.

— *Autoriza a abertura, ao Poder Executivo, de créditos especiais, destinados a Órgãos e Ministérios, no montante de Cr\$ 6.174.933.224 (seis bilhões, cento e setenta e quatro milhões, novecentos e trinta e três mil, duzentos e vinte e quatro cruzeiros), para os fins que especifica.*

Lei nº 5.059 — de 1º de julho de 1966.

— *Cria Juntas de Conciliação e Julgamento na Segunda Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.*

Lei nº 5.082 — de 26 de agosto de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 27.000.000 (vinte e sete milhões de cruzeiros) para aquisição de viaturas, destinadas ao serviço desse Tribunal.*

Lei nº 5.104 — de 2 de setembro de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 185.440.652 (cento e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil, seiscentos e cinquenta e dois cruzeiros), para atender a despesas decorrentes das eleições de 1962.*

Lei nº 5.113 — de 23 de setembro de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunais Regionais Eleitorais do Rio Grande do Sul, do Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais — o crédito especial de Cr\$ 285.180,30 (duzentos e oitenta e cinco mil, cento e oitenta cruzeiros e trinta centavos), para atender, às despesas correspondentes aos exercícios de 1958 e 1959.*

Lei nº 5.121 — de 27 de setembro de 1966.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial de Cr\$ 60.694.890, para atender as despesas decorrentes da Lei nº 4.942, de 5 de abril de 1966.*

Decreto nº 58.897 — de 21 de julho de 1966.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, o crédito especial de Cr\$ 512.729, para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.018 — de 8 de agosto de 1966.

— *Abre ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.214 — de 15 de setembro de 1966.

PODER LEGISLATIVO

— *Abre ao Poder Legislativo — Senado Federal e Câmara dos Deputados — créditos suplementares no total de Cr\$ 900.000.000 (novecentos milhões de cruzeiros), para reforço de dotações orçamentárias que especifica.*

Lei nº 5.083 — de 26 de agosto de 1966.

POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL

— *Dispõe sobre a organização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Decreto-lei nº 9 — de 25 de junho de 1966.

— *Dispõe sobre o enquadramento no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal, do pessoal a que se refere o art. 20 da Lei nº 4.483, de 1964.*

Decreto nº 58.196 — de 15 de abril de 1966.

POLÍCIA MILITAR

Considera o exercício do cargo de Comandante de Polícia Militar Estadual, do Distrito Federal e de Território, para os fins que especifica, nas mesmas condições que o exercício de Comando de Tropa no Exército.

Decreto-lei nº 11 — de 7 de julho de 1966.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA GUANABARA

Aprova o convênio firmado entre o Governo Federal e o Estado da Guanabara para a reinclusão, nos Quadros da Polícia Militar do Estado da Guanabara, do Pessoal da Polícia Militar no antigo Distrito Federal e das outras providências.

Decreto-lei nº 10 — de 28 de junho de 1966.

POPULAÇÕES INDÍGENAS

Promulga a Convenção nº 107 sobre as populações indígenas e tribais.

Decreto nº 58.824 — de 14 de julho de 1966.

PÓRTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Pôrto Seguro Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.863 — de 20 de julho de 1966.

PREFEITURAS

ATO COMPLEMENTAR Nº 15

— *Autoriza o Município de Cêro Largo a construir rede de distribuição.*

Decreto nº 58.629 — de 22 de julho de 1966.

— *Restringe a zona de privilégio da Prefeitura Municipal de Alto Rio Doce e outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a respectiva concessão.*

Decreto nº 59.130 — de 25 de agosto de 1966.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Piedade do Rio Grande, Estado de Minas Gerais, para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para distribuição de energia elétrica.*

Decreto nº 59.297 — de 23 de setembro de 1966.

PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE

Revoga o Decreto nº 58.802, de 23 de março de 1964, que instituiu o "Prêmio de Produtividade" a ser concedido aos produtores rurais pela Comissão de Financiamento da Produção.

Decreto nº 58.929 — de 29 de julho de 1966.

PRÊMIOS DE SEGUROS PRIVADOS

Dispõe sobre a cobrança de prêmios de seguros privados e das outras providências.

Decreto nº 59.195 — de 8 de setembro de 1966.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Autoriza a abertura, ao Poder Executivo, de créditos especiais, destinados a Órgãos e Ministérios, no montante de Cr\$ 6.174.933.224 (seis bilhões, cento e setenta e quatro milhões, novecentos e trinta e três mil, duzentos e vinte e quatro cruzeiros), para os fins que especifica.

Lei nº 5.059 — de 1º de julho de 1966.

— *Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 35.893.876.880 (trinta e cinco bilhões, oitocentos e noventa e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta cruzeiros), à Presidência da República diversos Ministérios, Supremo Tribunal Federal e Justiça Eleitoral para os fins que especifica.*

Lei nº 5.066 — de 5 de julho de 1966.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 27.500.000 (vinte e sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), destinado à regularização de despesas autorizadas, com fundamento no § 1º do art. 43 do Código de Contabilidade da União, no exercício de 1960.

Lei nº 5.100 — de 2 de setembro de 1966.

— Abre à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 1.027.157.513 (um bilhão, vinte e sete milhões, cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e treze cruzeiros), destinado a atender ao pagamento de despesas referentes a exercícios anteriores.

Decreto nº 58.778 — de 28 de junho de 1966.

— Presidência da República. Abertura do crédito extraordinário de .. Cr\$ 5.300.000.000, para ser aplicado pela SUDENE, através do Gabinete do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, destinado a atender aos prejuízos causados pelas chuvas torrenciais ocorridas nos Estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas.

Decreto nº 58.883 — de 20 de julho de 1966.

— Abre à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000, para atender às despesas que especifica.

Decreto nº 59.282 — de 23 de setembro de 1966.

PRESÍDIO DA MARINHA

Cria o "Presídio da Marinha" e dá outras providências.

Decreto nº 59.317 — de 28 de setembro de 1966.

PREVIDENCIA SOCIAL

Aprova o orçamento da Superintendência de Serviços de Reabilitação Profissional da Previdência Social.

Decreto nº 59.037 — de 9 de agosto de 1966.

PROCURADORES

Fixa a Lotação da Carreira do Ministério Público Federal junto à Justiça Federal e dá outras providências.

Decreto nº 59.191 — de 8 de setembro de 1966.

PROCURADORES DA REPÚBLICA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 62.704.650 (sessenta e dois milhões, setecentos e quatro mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros), para pagamento de percentagens aos Procuradores da República, lotados no Distrito Federal.

Lei nº 5.112 — de 22 de setembro de 1966.

PRODUTOS — SOCIEDADE DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS E MATERIAS-PRIMAS LTDA.

Cancela o Decreto nº 29.227, de 26 de janeiro de 1961.

Decreto nº 58.961 — de 1 de agosto de 1966.

PRODUTOS NACIONAIS

Conforma o inciso IV do art. 21 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 534, de 23 de janeiro de 1962, ao disposto na Lei nº 4.669, de 8 de junho de 1965.

Decreto nº 58.753 — de 28 de junho de 1966.

PROMOÇÃO COMERCIAL NO EXTERIOR

Conforma o inciso IV do art. 21 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 534, de 23 de janeiro de 1962, ao disposto na Lei nº 4.669, de 8 de junho de 1965.

Decreto nº 58.756 — de 28 de junho de 1966.

PROMOÇÕES

Altera o Decreto nº 57.361-A, de 29 de novembro de 1965, que regulamenta a Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965.

Decreto nº 58.776 — de 28 de junho de 1966.

PROTECTORA COMPANHIA
NACIONAL DE SEGUROS
GERAIS

Cassa a autorização concedida à Protetora Companhia Nacional de Seguros Gerais, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para funcionar na República.

Decreto nº 58.923 — de 27 de julho de 1966.

PUBLICAÇÕES

Proíbe a impressão e a circulação de publicações destinadas à infância e à adolescência, que explorem temas de crimes, de terror ou de violência.

Lei nº 5.089 — de 30 de agosto de 1966.

Q

QUARTZITO

Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Aires de Oliveira a pesquisar quartzito e areia quartzosa no Município de Marmelópolis, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.625 — de 15 de junho de 1966.

— *Autoriza Sandspar Minérios Ltda. a pesquisar quartzito no município de Nazaré Paulista, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.939 — de 29 de julho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Angelo Bortolotti a pesquisar quartzito no município de Ríjaina, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.094 — de 18 de agosto de 1966.

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro David Inácio da Hora a pesquisar quartzo e mica, no município de Agua Boa, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.411 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Macambyra a pesquisar quartzo no município de Castro Alves, Estado da Bahia.*

Decreto nº 58.443 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lidoar Nogueira Castilho a pesquisar feldspato e quartzo no município de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.447 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza a Porcelana Schmidt S. A. a pesquisar quartzo, feldspato e caulim no município de Ilhota, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 58.450 — de 17 de maio de 1966.

— *Autoriza a cidadã brasileira Blandina Antunes de Souza a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 58.542 — de 30 de maio de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Vieira de Barros a pesquisar feldspato, quartzo e xisto argiloso, no município de Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.876 — de 20 de julho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Ayrton de Oliveira a lavar quartzo — turmalina — xisto, no município de Migo das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.902 — de 21 de julho de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Aparecido de Toledo a pesquisar feldspato, quartzo e caulim no Município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 38.999 — de 4 de agosto de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Pereira Carvalho Filho a pesquisar quartzo no município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.128 — de 25 de agosto de 1966.

— *Renova o Decreto nº 49.252, de 17 de novembro de 1960.*

Decreto nº 59.231 — de 19 de setembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Leopoldino Cardoso de Moraes a pesquisar quartzo, turmalina — xisto no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.288 — de 23 de setembro de 1966.

QUOTAS FEDERAIS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.684.172 (trinta milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, cento e setenta e dois cruzeiros), destinado ao pagamento das quotas federais dos impostos de consumo e renda, relativa ao exercício de 1963, devidas aos Municípios de Ouro Branco, Branquinha, Jaramatã e Carneiros, no Estado de Alagoas.

Lei nº 5.034 — de 17 de junho de 1966.

— *Ministério da Fazenda — Abre o crédito especial de Cr\$ 30.684.172, para pagamento de quotas federais aos municípios de Ouro Branco, Branquinha, Jaramantia e Carneiros, no Estado de Alagoas.*

Decreto nº 58.931 — de 29 de julho de 1966.

R

RADIODIFUSÃO

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 31 de maio de 1957, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e a Sociedade "Emissoras Reunidas Rádio Cultura Limitada".

Decreto Legislativo nº 21, de 1966

— *Renova concessão à Rêde Paranaense de Emissoras S. A., para executar serviço de radiodifusão sonora.*

Decreto nº 55.930 — De 19 de abril de 1965.

— *Outorga concessão à Rádio São Francisco Ltda., para instalar uma emissora de radiodifusão sonora, na cidade de Anápolis — Estado de Goiás.*

Decreto nº 58.655 — De 16 de junho de 1966.

— *Outorga concessão à Rádio Educadora Coronel Fabriciano Ltda., sediada na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, para instalar uma emissora de radiodifusão sonora.*

Decreto nº 58.764 — De 28 de junho de 1966.

— *Outorga concessão à Televisão Erexim Ltda., para instalar uma emissora de radiodifusão de sons e imagens (televisão).*

Decreto nº 58.765 — De 28 de junho de 1966.

— *Outorga concessão à Rádio Educadora São José Ltda., para instalar uma estação de radiodifusão sonora na Cidade de Macapá, Território Federal do Amapá.*

Decreto nº 58.938 — De 29 de julho de 1966.

— *Outorga concessão à Rádio Atalaia de Sergipe S. A., para instalar uma estação de radiodifusão sonora (onda média).*

Decreto nº 58.973 — De 2 de agosto de 1966.

— Outorga concessão à Sociedade Anônima Correio Brasileiro, para instalar uma estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Brasília — DF.

Decreto nº 59.053 — De 11 de agosto de 1966.

— Outorga concessão à Rádio Correio da Paraíba S. A. para instalar uma estação de radiodifusão sonora na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Decreto nº 59.084 — De 16 de agosto de 1966.

— Outorga concessão à Rádio Cultura Angrense Ltda., para instalar uma estação de radiodifusão sonora na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 59.189 — De 8 de setembro de 1966.

— Incorpora emissoras do Ministério da Educação e Cultura ao Serviço de Radiodifusão Educativa do mesmo Ministério.

Decreto nº 59.213 — De 15 de setembro de 1966.

REAJUSTAMENTO

Aprova a tabela dos índices de reajustamento das aposentadorias e pensões e benefícios de manutenção do salário em vigor nos Institutos de Aposentadoria e Pensões, a que se refere o art. 67 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Decreto nº 58.840 — De 15 de julho de 1966.

REAJUSTES SALARIAIS

Estabelece normas e critérios para uniformização dos reajustes salariais, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 15 — De 29 de julho de 1966.

— Introduz alterações em disposições, que menciona, do Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966.

Decreto-lei nº 17 — De 22 de agosto de 1966.

— Publica os índices de atualização monetária dos salários dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, na forma estabelecida no Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966, e dá outras providências.

Decreto nº 59.172 — De 2 de setembro de 1966.

RECIFE, COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Recife, Companhia Nacional de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 56.348 — De 24 de maio de 1965.

RECURSOS

Dá nova redação ao art. 4º do Decreto nº 55.749, de 11 de fevereiro de 1965, modificado pelo Decreto nº 58.561, de 31 de maio de 1966.

Decreto nº 58.836 — De 15 de julho de 1966.

REDE DE TELECOMUNICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — RETEMEC

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 57.393, de 7 de dezembro de 1965 (dispõe sobre o funcionamento da Rede de Telecomunicações do Ministério da Educação e Cultura — RETEMEC).

Decreto nº 59.164 — De 1 de setembro de 1966.

REDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE

Retifica o Decreto nº 51.866, de 26 de março de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 58.842 — De 15 de julho de 1966.

— Retifica dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966.

Decreto-lei nº 12 — De 7 de julho de 1966.

RÉDE MINEIRA DE VIAÇÃO

Retifica o Decreto nº 51.523, de 25 de junho de 1962, que aprovou o enquadramento definitivo dos cargos e funções da Réde Mineira de Viação e dá outras providências.

Decreto nº 57.184 — de 8 de novembro de 1965.

REFORMA AGRÁRIA

Amplia a área prioritária de emergência para fins de Reforma Agrária, assim declarada pelo Decreto nº 57.031, de 15 de outubro de 1965.

Decreto nº 58.717 — de 24 de junho de 1966.

REGENTE COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Regente Companhia Nacional de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.924 — de 27 de julho de 1966.

— *Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Regente Companhia Nacional de Seguros, relativa ao aumento do capital social.*

Decreto nº 58.926 — de 27 de julho de 1966.

REGISTROS GENEALÓGICOS

Aprova o Regulamento da Lei número 4.716, de 29-6-65, que dispõe sobre o registro genealógico de animais domésticos no País.

Decreto nº 58.964 — de 3 de agosto de 1966.

RENDA E CAPITAL

Aprova o Acórdão entre o Brasil e a Suécia para Evitar a Bitributação sobre a Renda e o Capital.

Decreto Legislativo nº 33 — de 1966.

REPOUSO SEMANAL NO COMÉRCIO E NOS ESCRITÓRIOS

Promulga a Convenção nº 106 relativa ao repouso semanal no Comércio e nos Escritórios.

Decreto nº 58.823 — de 14 de julho de 1966.

RIO LIGHT S. A. — SERVIÇO DE ELETRICIDADE E CARRIS

Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, em sessão de 3 de dezembro de 1965, da despesa de Cr\$ 3.792 (três mil setecentos e noventa e dois cruzeiros), para pagamento à Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris.

Decreto Legislativo nº 26 — de 1966.

RODOVIA MARECHAL RONDON

Denomina "Rodovia Marechal Rondon" a estrada Brasília-Acre.

Lei nº 5.098 — de 2 de setembro de 1966.

RODOVIAS

Cria as Estações Experimentais da Rodovia Belém-Brasília e do Sul-oeste do Paraná, subordinadas, respectivamente, ao Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte (IPEAN) e Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do (IPEAS), do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias, do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 58.978 — de 3 de agosto de 1966.

— *Dispõe sobre a implementação da política governamental de supressão de trechos ferroviários antieconômicos de que trata a Lei nº 4.452 de 1964, de 5 de novembro de 1964.*

Decreto nº 58.992 — de 4 de agosto de 1966.

ROGICH & CIA.

Concede à Rogich & Cia. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.611 — de 14 de junho de 1966.

ROYAL EXCHANGE ASSURANCE

Concede à Royal Exchange Assurance autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 59.103 — de 19 de agosto de 1966.

S

SALARIOS

Publica os índices de atualização monetária dos salários dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, na forma estabelecida no Decreto-lei nº 15 de 29 de julho de 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 58.943 — de 1º de agosto de 1966.

— *Publica os índices de atualização monetária dos salários dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, na forma estabelecida no Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1965 e dá outras providências.*

Decreto nº 59.172 — de 2 de setembro de 1966.

SALARIO-FAMILIA

Dá nova redação aos arts. 3º e 19 e acrescenta parágrafo ao art. 13 do Regulamento do Salário-Família do Trabalhador.

Decreto nº 59.122 — de 24 de agosto de 1966.

SALARIO MINIMO

Estabelece o salário mínimo regional para os efeitos previstos na letra b do art. 26 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963.

Decreto nº 59.124 — de 25 de agosto de 1966.

SANATÓRIO JESUS

Declara de utilidade pública o Sanatório Jesus, com sede em Cruzeiro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.974 — de 20 de abril de 1965.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GUAÇUI

Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Guaçuí, com sede em Guaçuí, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 59.056 — de 11 de agosto de 1966.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RIO DE JANEIRO

Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 58.861-A — de 15 de julho de 1966.

SALGEMA

Renova o Decreto nº 1.957, de 26 de dezembro de 1962.

Decreto nº 58.850 — de 15 de julho de 1966.

— *Renova o Decreto nº 2.076, de 17 de janeiro de 1963.*

Decreto nº 58.392 — de 20 de julho de 1966.

SAÚDE PÚBLICA

Institui o Código Sanitário do Distrito Federal.

Lei nº 5.027 — de 14 de junho de 1966.

SECRETARIA GERAL DA MARINHA

Altera o Regulamento para a "Secretaria Geral da Marinha", aprovado pelo Decreto nº 32.273, de 18 de fevereiro de 1953.

Decreto nº 59.227 — de 19 de setembro de 1966.

SENADO FEDERAL

Abre ao Poder Legislativo — Senado Federal e Câmara dos Deputados — créditos suplementares no total de Cr\$ 900.000.000 (novecentos milhões de cruzeiros), para reforço de dotações orçamentárias que especifica.

Lei nº 5.083 — de 26 de agosto de 1966.

— *Autoriza a entrega das verbas destinadas ao Senado Federal e a Câmara dos Deputados aos Diretores-Gerais de suas Secretarias.*

Lei nº 5.084 — de 26 de agosto de 1966.

SERRA DO OURO MINERAÇÃO LTDA.

Concede a Serra do Ouro Mineração Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.610 — de 14 de junho de 1966.

SERVIÇOS CARTOGRAFICOS

Altera dispositivos do Decreto número 57.814, de 15 de fevereiro de 1963.

Decreto nº 58.993 — de 4 de agosto de 1966.

SERVICO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL — SAPS

Retifica o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Serviço de Alimentação da Previdência Social — SAPS.

Decreto nº 59.004 — de 5 de agosto de 1966.

SERVICO DE ASSISTENCIA E SEGURO SOCIAL DOS ECONOMIARIOS

Aprova o orçamento do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas.

Decreto nº 59.040 — de 10 de agosto de 1966.

SERVICO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA

Aprova o orçamento do Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

Decreto nº 59.117 — de 23 de agosto de 1966.

SERVICO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 59.002 — de 5 de agosto de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do prédio e terreno do antigo Mercado Público, sito à rua João Pessoa número 374, na cidade de Santarém, Estado do Pará.*

Decreto nº 59.017 — de 8 de agosto de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Joazeiro, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 59.069 — de 12 de agosto de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Rio Negro, Estado do Paraná.*

Decreto nº 59.118 — de 23 de agosto de 1966.

— *Transfere para o patrimônio do Banco Nacional da Habitação os terrenos de propriedade da União previstos no artigo 26 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.*

Decreto nº 59.163 — de 1º de setembro de 1966.

SERVICO ELEITORAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí — os créditos especiais de Cr\$ 140.000 (cento e quarenta mil cruzeiros) e Cr\$ 15.833,30 (quinze mil, oitocentos e trinta e três cruzeiros e trinta centavos), para o pagamento de gratificação por prestação de serviço eleitoral.

Lei nº 5.052 — de 29 de junho de 1966.

SERVIÇO MILITAR

Altera os arts. 27, 167 e 258 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar).

Decreto nº 58.759 — de 28 de junho de 1966.

— Aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 1967.

Decreto nº 58.760 — de 28 de junho de 1966.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

Inclui o Instituto Nacional do Mate e a Companhia Siderúrgica Nacional na relação das empresas mencionadas no Art. 1º do Dec. 57.835, de 17-2-66.

Decreto nº 58.841 — de 15 de julho de 1966.

SERVIÇOS TELEFÔNICOS

Institui Comissão Especial para o fim que especifica.

Decreto nº 59.067 — De 12 de agosto de 1966.

SERVIDORES PÚBLICOS

Ato Complementar nº 15.

— Dispõe sobre a nomeação e a admissão de servidores e empregados da União, das Autarquias e de outras entidades, e dá outras providências.

Lei nº 5.117 — De 27 de setembro de 1966.

— Dá nova redação ao art. 6º do Decreto nº 40.026, de 25 de setembro de 1966, que dispõe sobre assistência médico-hospitalar a ser prestada nos Estabelecimentos do Serviço de Saúde do Exército aos servidores civis do Ministério da Guerra, contribuintes ao IPASE ou dos Montepios civil ou militar.

Decreto nº 59.171 — De 5 de setembro de 1966.

SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA

Declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira — Hospital Albert Einstein com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.055 — De 11 de agosto de 1966.

SOCIEDADE DE SEGURO

Dispõe sobre a cobrança de prêmios de seguros privados, e dá outras providências.

Decreto nº 59.195 — De 8 de setembro de 1966.

"SOCIEDADE ITALIANA DE BENEFICÊNCIA E MÚTUO SOCORRO"

Declara de utilidade pública a "Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro" com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 58.841-A — De 15 de julho de 1966.

SOCIEDADE MINERADORA JANUARENSE LTDA.

Concede à Sociedade Mineradora Januarense Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.947 — De 1 de agosto de 1966.

SOCIEDADE MINERADORA TANGUÁ LIMITADA

Concede à Sociedade Mineradora Tanguá Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.489 — De 24 de maio de 1966.

SOCIÉTÉ DE SUCRERIES BRÉSILIENNES

Concede à sociedade anônima Societé de Sucreries Brésiliennes autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 58.768 — De 28 de junho de 1966.

SOJA

Fixa os preços mínimos básicos relativos à safra de 1966-1967, para os produtos; amendoim, arroz, farinha de mandioca, feijão, milho e soja, das Regiões Central e Meridional.

Decreto nº 58.977 — De 3 de agosto de 1966.

SOLIDEZ COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Solidez Companhia Nacional de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.775 — de 28 de junho de 1966.

SUBSÍDIO

Ministério da Fazenda. Abre crédito especial de Cr\$ 4.000.000.000, para ocorrer ao pagamento dos encargos decorrentes da Lei nº 5.087, de 6 de julho de 1966.

Decreto nº 59.156 — De 1 de setembro de 1966.

SUL-AMÉRICA TERRESTRES, MARÍTIMOS E ACIDENTES, COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Sul-América Terrestres, Marítimos e Acidentes, Companhia de Seguros, relativa ao aumento do capital.

Decreto nº 58.189 — De 14 de abril de 1966.

SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

Determina o registro pelo Tribunal de Contas do contrato-escritura de compra e venda, celebrado, em 23 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Barth Annoni & Cia. Ltda.

Decreto Legislativo nº 37, de 1966.

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Aprova o orçamento da Superintendência de Serviços de Reabilitação Profissional da Previdência Social.

Decreto nº 59.037 — De 9 de agosto de 1966.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA

Aprova o orçamento da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

Decreto nº 58.721 — De 27 de junho de 1966.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais. Abre crédito extraordinário de Cr\$ 2.200.000.000, para atender aos prejuízos causados pelas chuvas torrenciais ocorridas nos Estados de Pernambuco e Bahia.

Decreto nº 58.812 — De 13 de julho de 1966.

— Presidência da República. Abertura de crédito extraordinário de Cr\$ 6.300.000.000, para ser aplicado pela SUDENE, através do Gabinete do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, destinado a atender aos prejuízos causados pelas chuvas torrenciais ocorridas nos Estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas.

Decreto nº 58.883 — De 20 de julho de 1966.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Ver: Amazônia.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 35.893.678.860 (trinta e cinco bilhões oitocentos e noventa e três milhões seiscentos e setenta e seis mil oitocentos e sessenta cruzeiros), à Presidência da República, diversos Ministérios, Supremo Tribunal Federal e Justiça Eleitoral, para os fins que especifica.

Lei nº 5.066 — De 5 de julho de 1966.

T

TALCO

Renova o Decreto nº 49.252, de 17 de novembro de 1960.

Decreto nº 59.231 — De 19 de setembro de 1966.

TEATROS

Prorroga os prazos previstos na Lei nº 4.641, de 27 de maio de 1965, que dispõe sobre os cursos de teatro e regulamentação das categorias profissionais correspondentes.

Lei nº 5.109 — De 22 de setembro de 1966.

TEMPO DE SERVIÇO

Introduz modificações na Lei número 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 20 — De 14 de setembro de 1966.

— *Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.*

Lei nº 5.107 — De 13 de setembro de 1966.

TEMPO INTEGRAL

Modifica a redação dos arts. 25 e 26 do Decreto nº 57.744, de 3 de fevereiro de 1966, e dá outras providências.

Decreto nº 58.845 — De 15 de julho de 1966.

— *Dispõe sobre o atendimento de despesas com o regime de tempo integral e dedicação exclusiva.*

Decreto nº 58.995 — De 4 de agosto de 1966.

TERRENOS DE MARINHA

Aprova o contrato de transferência celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e Anselma Manfredi de Guidi Buffarini.

Decreto Legislativo nº 35, de 1966.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 58.417 — De 17 de maio de 1966.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 58.418 — De 17 de maio de 1966.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em revigoração de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 58.419 — De 17 de maio de 1966.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal de terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 58.498 — De 24 de maio de 1966.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno acrescido de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 58.837 — De 15 de julho de 1966.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 58.838 — De 15 de julho de 1966.

— *Autoriza Sociedade por ações com sede em Roma, Itália, a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 58.974 — De 3 de agosto de 1966.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal de terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 58.893 — De 20 de julho de 1966.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em revigoração de aforamento, o terreno de acrescidos de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 59.219 — De 16 de setembro de 1966.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 59.220 — De 16 de setembro de 1966.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 59.221 — De 16 de setembro de 1966.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em regularização e revigoração de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha e acrescido que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 59.222 — De 16 de setembro de 1966.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Organiza a Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências.

Lei nº 5.010 — De 30 de maio de 1966.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA

Dispõe sobre o cargo em comissão e funções gratificadas do Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 59.032 — De 8 de agosto de 1966.

TELECOMUNICAÇÕES

Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, e dá outras providências.

Lei nº 5.070 — De 7 de julho de 1966.

THE HOME INSURANCE COMPANY

Concede à The Home Insurance Company autorização para aumentar o capital destinado às suas operações, de seguros no Brasil.

Decreto nº 58.185 — De 14 de abril de 1966.

THE MOTOR UNION INSURANCE COMPANY LIMITED

Concede à The Motor Union Insurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 59.102 — De 19 de agosto de 1966.

THE NORTHERN ASSURANCE COMPANY LIMITED

Concede à The Northern Assurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 59.174 — De 5 de setembro de 1966.

THE SYDNEY ROSS CO.

Concede à sociedade anônima The Sydney Ross Co. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 58.766 — De 23 de junho de 1966.

TRABALHADORES AVULSOS

Reconhece aos trabalhadores avulsos o direito a férias.

Lei nº 5.085 — De 27 de agosto de 1966.

TRABALHADORES MIGRANTES

Promulga a Convenção nº 97 sobre os Trabalhadores Migrantes.

Decreto nº 58.819 — De 14 de julho de 1966.

TRÁFEGO AÉREO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), destinado a atender a despesas com a manutenção dos serviços afetos à segurança de tráfego aéreo, e dá outras providências.

Lei nº 5.051 — De 4 de julho de 1966.

TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES (T.A.P.) S.A.R.L.

Concede à "Transportes Aéreos Portugueses (T. A. P.) S.A.R.L.", autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 58.654 — De 16 de julho de 1966.

TRANSPORTE COLETIVO

Cria a Série de Classes de Fiscal de Transporte Coletivo, e dá outras providências.

Decreto nº 58.994 — De 4 de agosto de 1966.

TRANSPORTES FERROVIÁRIOS

Inclui o Instituto Nacional do Mate e a Companhia Siderúrgica Nacional na relação das empresas mencionadas no art. 1º do Dec. 57.835, de 17-2-66.

Decreto nº 58.841 — De 15 de julho de 1966.

TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.961.376,10 (dois milhões novecentos e sessenta e um mil trezentos e setenta e seis cruzeiros e dez centavos), para atender a despesas com pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Lei nº 5.120 — De 27 de setembro de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunais Regionais Eleitorais do Rio Grande do Sul, do Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais — o crédito especial de Cr\$ 285.180,30 (duzentos e oitenta e cinco mil cento e oitenta cruzeiros e trinta centavos), para atender às despesas correspondentes aos exercícios de 1958 e 1959.

Lei nº 5.121 — De 27 de setembro de 1966.

Estende aos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais dispositivos da Lei nº 4.363, de 29 de novembro de 1965, e dá outras providências.

Lei nº 5.123 — De 28 de setembro de 1966.

TRIBUNAL MARÍTIMO

Altera o Quadro de Pessoal do Tribunal Marítimo.

Lei nº 5.028 — De 15 de junho de 1966.

Modifica dispositivos da Lei número 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, alterada pela de nº 3.543, de 11 de fevereiro de 1959, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo, e dá outras providências.

Lei nº 5.036 — De 29 de junho de 1966.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO (4ª REGIÃO)

Cria mais 7 (sete) Juntas de Conciliação e Julgamento, integrantes da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Lei nº 5.124 — De 28 de setembro de 1966.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 27.000.000 (vinte e sete milhões de cruzeiros) para aquisição de viaturas, destinadas ao serviço desse Tribunal.

Lei nº 5.104 — De 2 de setembro de 1966.

TRIGO

Dispõe sobre recolhimento de diferenças de preços sobre estoques de trigo e seus derivados e dá outras providências.

Decreto nº 57.392 — De 7 de dezembro de 1965.

— *Altera os termos do Decreto número 57.392, de 7 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o recolhimento de diferenças de preços sobre estoques de trigo e seus derivados e determina outras providências.*

Decreto nº 58.917 — De 25 de julho de 1966.

— *Promulga o Protocolo de nova Prorrogação do Acordo Internacional do Trigo de 1962.*

Decreto nº 59.249 — De 19 de setembro de 1966.

TURISMO

Dá nova redação ao Decreto número 58.483, de 23 de maio de 1965, que dispõe sobre os serviços das Agências de Viagens.

Decreto nº 59.193 — De 8 de setembro de 1966.

TURMALINA

Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Martins do Nascimento a lavar mica, columbita, berilo e turmalina no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.440 — De 17 de maio de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Ayrton da Oliveira a lavar quartzo — turmalina — xisto, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.902 — De 21 de julho de 1966

— *Autoriza o cidadão brasileiro Leopoldino Cardoso de Moraes a pesquisar quartzo, turmalina — xisto no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.288 — De 28 de setembro de 1966.

II

UNIÃO BRASILEIRA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da União Brasileira Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 58.264 — De 27 de abril de 1966.

UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE MINAS GERAIS.

Suspende as atividades da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais.

Decreto nº 58.921 — De 27 de julho de 1966.

UNIÃO NACIONAL DOS AGENTES FISCAIS DO IMPOSTO ADUANEIRO.

Suspende o funcionamento da União Nacional dos Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro.

Decreto nº 59.855 — De 15 de julho de 1966.

UNIVERSIDADES — Ver, também, Faculdades, Escolas, Colégios e Cursos.

Altera a subvenção concedida à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Lei nº 5.051 — De 29 de junho de 1966.

— *Incorpora a Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora à Universidade Federal de Juiz de Fora.*

Lei nº 5.060 — De 1º de julho de 1966.

— *Altera a subvenção concedida à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.*

Lei nº 5.065 — De 5 de julho de 1966.

— *Cria a Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.*

Lei nº 5.077 — De 23 de agosto de 1966.

— *Dispõe sobre viagens ao exterior do pessoal docente e administrativo das Universidades Federais.*

Lei nº 5.096 — De 31 de agosto de 1966.

— *Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 58.315 — De 14 de julho de 1966.

— *Concede autorização para o funcionamento do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora.*

Decreto nº 58.423 — De 17 de maio de 1966.

— *Concede autorização para o funcionamento do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 58.424 — De 17 de maio de 1966.

— *Retifica o enquadramento do Quadro Extraordinário, Parte Especial, da Universidade do Brasil.*

Decreto nº 58.843 — De 15 de julho de 1966.

— *Aprova o orçamento da Universidade Federal de Santa Catarina.*

Decreto nº 58.911 — De 22 de julho de 1966.

— *Dá nova redação ao Decreto número 56.732, de 17 de agosto de 1965.*

Decreto nº 59.005 — De 5 de agosto de 1966.

— *Altera o Quadro de Pessoal da Universidade do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 59.009 — De 5 de agosto de 1966.

— *Altera o Decreto nº 54.051, de 27 de julho de 1964, que retifica o Quadro de Pessoal da Universidade de Santa Catarina, e dá outras providências.*

Decreto nº 59.020 — De 5 de agosto de 1966.

— *Revoga o Decreto nº 53.907, de 6 de maio de 1964.*

Decreto nº 59.028 — De 8 de agosto de 1966.

— *Concede reconhecimento a cursos da Escola Politécnica de Pernambuco, agregada à Universidade Católica de Pernambuco.*

Decreto nº 59.029 — De 8 de agosto de 1966.

— *Declara de utilidade pública imóveis situados em Belém, necessários à Universidade Federal do Pará.*

Decreto nº 59.096 — De 19 de agosto de 1966.

— *Concede reconhecimento à Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco.*

Decreto nº 59.141 — De 25 de agosto de 1966.

— *Altera o Decreto nº 52.439, de 3 de setembro de 1963, revoga o Decreto nº 50.133, de 1º de janeiro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 59.197 — De 9 de setembro de 1966.

— *Retifica o enquadramento dos cargos da Universidade do Recife.*

Decreto nº 59.253 — De 20 de setembro de 1966.

— *Retifica o enquadramento de cargos e funções da Universidade do Brasil, aprovado pelo Decreto número 51.383, de 6 de dezembro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 59.260 — De 22 de setembro de 1966.

— *Altera o Decreto nº 51.666, de 17 de janeiro de 1963, que reorganizou o Quadro de Pessoal da Universidade Rural de Pernambuco, e dá outras providências.*

Decreto nº 59.262 — De 22 de setembro de 1966.

UNIFORMES

Altera o Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 41.660, de 7 de junho de 1957.

Decreto nº 59.215 — De 15 de setembro de 1966.

UTILIDADE PÚBLICA (DECLARAÇÃO).

Declara de utilidade pública o Sanatório Jesus, com sede em Cruzeiro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.974 — De 20 de abril de 1965.

— *Declara de utilidade pública o Instituto Hans Staden de Ciências, Letras e Intercâmbio Cultural Brasileiro-Alemão, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.653 — De 16 de junho de 1966.

— *Declara de utilidade pública a Fundação Martins de Ciências, Letras e Artes, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.659 — De 16 de junho de 1966.

— *Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Cerâmica com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 58.745 — De 28 de junho de 1966.

— *Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, com sede em Parnaíba, Estado do Piauí.*

Decreto nº 58.749-A — De 28 de

— *Declara de utilidade pública o junho de 1966.*

Sanatório Belém, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 58.750 — De 28 de junho de 1966.

— *Declara de utilidade pública a Campanha da Mulher Brasileira em Defesa da Democracia, com sede no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 58.773 — De 28 de junho de 1966.

Declara de utilidade pública a "Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 58.841-A, de 15 de julho de 1966.

Declara de utilidade pública o Instituto Beneficente "Socorristas Cristãs", com sede em Americana, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.852, de 15 de julho de 1966.

Declara de utilidade pública o "Colégio Nossa Senhora da Misericórdia", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 58.866, de 20 de julho de 1966.

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente e Filantrópica Dois de Setembro, com sede em Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 58.867, de 20 de julho de 1966.

Declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira — Hospital Albert Einstein, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.055, de 11 de agosto de 1966.

Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Guagui, com sede em Guagui, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 59.056, de 11 de agosto de 1966.

Declara de utilidade pública a Fundação Beneficente Lucas Araújo, com sede em Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 59.058, de 11 de agosto de 1966.

Declara de utilidade pública o Lar das Meninas "Santa Gertrudes", com sede em Goiânia, Estado de Goiás.

Decreto nº 59.083, de 16 de agosto de 1966.

Declara de utilidade pública o "Hospital de Manhuaçu", com sede em Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.104, de 19 de agosto de 1966.

Declara de utilidade pública a Fundação Padre Ibiapina, com sede no Crato, Estado do Ceará.

Decreto nº 59.105, de 19 de agosto de 1966.

Declara de utilidade pública o Serviço de Assistência Rural, com sede em Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 59.140, de 25 de agosto de 1966.

Declara de utilidade pública o "Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", com sede em S. Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.151, de 26 de agosto de 1966.

Declara de utilidade pública a "Associação Médica de Brasília", com sede no Distrito Federal.

Decreto nº 59.158, de 1º de setembro de 1966.

Declara de utilidade pública a "Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.160, de 1º de setembro de 1966.

Declara de utilidade pública o "Instituto Isabel", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.176, de 6 de setembro de 1966.

Declara de utilidade pública o Oratório Festivo "Nossa Senhora Auxiliadora" de Aracaju, com sede em Aracaju, Estado de Sergipe.

Decreto nº 59.177, de 6 de setembro de 1966.

Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-Clube de Saúde Doutor Mario Totta", com sede em Carias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 59.207, de 13 de setembro de 1966.

V

VARIOLA

Institui, no Ministério da Saúde, a Campanha de Erradicação da Varíola e dá outras providências.

Decreto nº 59.153, de 31 de agosto de 1966.

VASP — AEROFOTOGRAMETRIA SOCIEDADE ANÔNIMA

Isenta do imposto de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro material importado pela VASP — Aerofotogrametria Sociedade Anônima.

Lei nº 5.076, de 23 de agosto de 1966.

VEÍCULOS

Regulamenta a Lei nº 4.613, de 2 de abril de 1965.

Decreto nº 58.932, de 29 de julho de 1966.

VIAGENS AO EXTERIOR

Dispõe sobre viagens ao exterior do pessoal docente e administrativo das Universidades Federais.

Lei nº 5.096, de 31 de agosto de 1966.

VIATURAS

Abre ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

Decreto nº 59.214, de 15 de setembro de 1966.

W. M. JACKSON, INC.

Concede à sociedade anônima W. M. Jackson, Inc., autorização para continuar a funcionar na República dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto nº 58.904, de 21 de julho de 1966.

X

Autoriza o cidadão brasileiro Jose Ayrton de Oliveira a lavrar quartzo — turmalina — xisto, no municipio de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.902, de 21 de julho de 1966.

XISTO ARGILOSO

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Vieira de Barros a pesquisar feldspato, quartzo e xisto argiloso, no municipio de Piedade, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.876, de 20 de julho de 1966.

Autoriza o cidadão brasileiro Andre Vicente Garcia, a pesquisar caulim e xisto argiloso, no Municipio de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.874, de 20 de julho de 1966.

Z

ZINCO

Renova o Decreto nº 53.193, de 11 de dezembro de 1963.

Decreto nº 58.729, de 27 de junho de 1966.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1966 — VOLUME VII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

CAN. L. 17.000.000

17.000.000

Compan. V. 17.000.000

Compan. V. 17.000.000

Compan. V. 17.000.000

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	<i>Págs.</i>		<i>Págs.</i>
I — ATOS INSTITUCIONAIS		II — DECRETOS-LEIS	
4 — Ato Institucional de 1966. — Publicado no D. O. de 7 e retificado no de 12 de dezem- bro de 1966	3	22 — Decreto-lei de 11 de ou- tubro de 1966 — Aplica aos servidores das empresas de navegação autárquicas ou paraestatais, regidos pela le- gislação do funcionalismo pú- blicos, a proibição prevista no artigo 566 da Consolidação das Leis do Trabalho. — Publi- cado no D. O. de 12-10-66 ..	17
II — EMENDAS CONSTITUCIONAIS			
23 — Emenda Constitucional — Publicada no D. O. de 30-11-66	5		
III — ATOS COMPLEMENTARES		23 — Decreto-lei de 19 de ou- tubro de 1966 — Isenta do pa- gamento dos impostos de im- portação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduanheiro, material destinado à Companhia Eletromecânica CELMA. — Publicado no D. O. de 27-10-66	17
23 — Ato Complementar — Pu- blicado no D. O. de 20-10-66	7	24 — Decreto-lei de 19 de ou- tubro de 1966 — Dispõe sobre a Lei nº 5.025, de 10 de ju- nho de 1966 — Publicado no D. O. de 3-11-66	18
24 — Ato Complementar — Pu- blicado no D. O. de 18 e re- tificado no de 25-11-66	7	25 — Decreto-lei de 1º de no- vembro de 1966 — Altera dis- positivos da Lei nº 2.180, de 5 de janeiro de 1954, alterada pelas Leis ns. 3.543, de 11 de fevereiro de 1959 e 5.056, de 29 de junho de 1966, que dispõe sobre o Tribunal Ma- rítimo — Publicado no D. O. de 3-11-66	19
25 — Ato Complementar — Pu- blicado no D. O. de 24-11-66	9		
26 — Ato Complementar — Pu- blicado no D. O. de 30-11-66	9		
27 — Ato Complementar de 1966 — Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1966	10		
28 — Ato Complementar de 1966 — Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1966	12		
29 — Ato Complementar — Pu- blicado no D. O. de 27 de de- zembro de 1966	13		
30 — Ato Complementar — Pu- blicado no D. O. de 27 de de- zembro de 1966	14		
31 — Ato Complementar — Pu- blicado no D. O. de 29 de de- zembro de 1966	15		

	Págs.		Págs.
— Publicado no D.O. de 7 novembro de 1966.....	20	Publicado no D.O. de 18 de novembro de 1966.....	42
27 — Decreto-lei de 14 de novembro de 1966 — Acrescenta à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, artigo referente às contribuições para fins sociais. — Publicado no D.O. de 14 de novembro de 1966	21	34 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Dispõe sobre nova denominação do Imposto de Consumo, altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, extingue diversas taxas e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 13 de novembro de 1966	43
28 — Decreto-lei de 14 de novembro de 1966 — Dispõe sobre normas complementares à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. — Publicado no D.O. de 14 de novembro de 1966	22	35 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Abre crédito especial para atender aos encargos da União de complementação do preço da cana e do açúcar aos produtores do Nordeste, para atender ao preço do álcool destinado à COPERBO, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 18 de novembro de 1966	55
29 — Decreto-lei de 14 de novembro de 1966 — Suprime a concessão de abatimentos de passagens e fretes no transporte aéreo, dispõe sobre a requisição de transporte, limita a concessão de passagem ou frete aéreo gratuito, ou de cortesia, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 16 de novembro de 1966	23	36 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Abre, ao Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$. 1.000.000.000, destinados ao pagamento do pessoal temporário para guarnecer lanças de combate ao contrabando e a outras despesas. — Publicado no D.O. de 21 e ret. no de 25 de novembro de 1966	55
30 — Decreto-lei de 17 de novembro de 1966 — Acrescenta um inciso, sob o nº IV, ao artigo 15 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância. — Publicado no D.O. de 18 de novembro de 1966	24	37 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 de novembro e ret. no de 1 de dezembro de 1966	56
31 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Prorroga o período de vigência do crédito especial autorizado pela Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966. — Publicado no D.O. de 18 de novembro de 1966..	24	38 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Estabelece estímulos à contenção dos preços e penalidade para aumentos superiores aos do índice geral de preços. — Publicado, no D.O. de 21 de novembro de 1966.....	80
32 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Institui o Código Brasileiro do Ar. — Publicado no D.O. de 18 e ret. no de 25 de novembro de 1966	24	39 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda —	
33 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Dispõe sobre a participação acionária, de que trata a Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965, e dá outras providências. —			

Pags.	Págs.
consignado ao Conselho Nacional de Telecomunicações, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros) para o fim que especifica). — Publicado no D.O. de 21 de novembro de 1966	vidências. — Publicado no D.O. de 21-11 e ret. no de 5-12-66 91
40 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Abre à Presidência da República (Órgãos Dependentes: Coordenação dos Organismos Regionais) — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras — um crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros). — Publicado no D.O. de 21 de novembro de 1966	45 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a criar uma sociedade por ações, que incorporar o FINAME, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 21 de novembro de 1966 92
41 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Dispõe sobre a dissolução de sociedades civis de fins assistenciais. — Publicado no D.O. de 21 de novembro de 1966	46 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Concede incentivos fiscais às indústrias que menciona e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 de novembro de 1966 92
42 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Altera, sem aumento de despesa, a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965 que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1966. — Publicado no D.O. de 21 e ret. no de 25 de novembro de 1966	47 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Dispõe sobre a aplicação e qualifica as penalidades pelas infrações às normas e resoluções de competência do Instituto Brasileiro do Café e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 de novembro de 1966 94
43 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Cria o Instituto Nacional do Cinema, torna da exclusiva competência da União a censura de filmes, estende aos pagamentos do exterior de filmes adquiridos a preços fixos o disposto no art. 45 da Lei número 4.131, de 3-9-62, prorroga por 6 meses dispositivos de Legislação sobre a exibição de filmes nacionais e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 e retificado nos de 25-11-66 e 21-12-66	48 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 de novembro de 1966 95
44 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Altera os limites do mar territorial do Brasil, estabelece uma zona contígua e dá outras provi-	49 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Regula o limite máximo de carga por eixo para o tráfego nas vias públicas de veículos ou combinações de veículos e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 e retificado no de 25-11-66 95
	50 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Altera a alínea a do art. 1º da Lei nº 4.858, de 26 de novembro de 1965. — Publicado no D.O. de 21 de novembro de 1966 97
	51 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Inclui mais uma alínea no art. 3º da Lei nº 4.563, de 11 de de-

	<i>Págs.</i>		<i>Págs.</i>
zembro de 1964, que institui o Conselho Nacional de Transporte com a redação dada pelo art. 1º da Lei número 4.808, de 25 de outubro de 1965. — Publicado no D.O. de 21 de novembro de 1966	97	57 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 de novembro de 1966	109
52 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Dispõe sobre o regime de execução orçamentária para movimentação, a cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), de recursos constitutivos do Fundo Nacional de Obras de Saneamento (FNOS), criado pelos arts. 14 e 15 da Lei nº 4.089, de 1962, cria o Fundo Rotativo de Água e Esgotos (FRATE), e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 de novembro de 1966	98	58 — Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Delimita os efeitos do art. 2º da Lei nº 5.097, de 2 de setembro de 1966, estabelece novo critério para contribuição e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1966	111
53 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 de novembro de 1966	99	59 — Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Define a política nacional de cooperativismo e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 22-11 e ret. no de 6 de dezembro de 1966	113
54 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Dá nova redação ao art. 4º do Decreto-lei nº 7.381 de 18 de março de 1945. — Publicado no D.O. de 21 de novembro de 1966	101	60 — Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Dispõe sobre a reorganização do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1966	117
55 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 de novembro de 1966	101	61 — Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Altera a legislação relativa ao Imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 22-11 e ret. no de 1-12-66	119
56 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Dispõe sobre a arrecadação de taxas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, a produção, o comércio e o transporte do açúcar e do Alcool e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 de novembro de 1966	107	62 — Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1966	124
		63 — Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Altera a Tarifa das Alfândegas que acompanha a Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, e dá outras providências. — Publicado no D.O. (Suple.) de 22 de novembro de 1966	129

<i>Págs.</i>		<i>Págs.</i>
64	— Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Dispõe sobre sorteios para financiamento de empreendimentos sociais, religiosos, filantrópicos e educativos. — Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1966	131
65	— Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Concede incentivos para o desenvolvimento da indústria de motores Diesel. — Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1966	131
66	— Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Altera disposições da Lei nº 3.397, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1966	132
67	— Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Dispõe sobre os bens, e pessoal vinculado aos serviços de navegação e de reparos navais, explorados pelo Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional e pela Companhia Nacional de Navegação Costeira — Autarquia Federal, extingue estas autarquias, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais "Costeira" S. A., e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1966	142
68	— Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Estende ao financiamento de programas concernentes à habitação, colonização, pecuária, integração e desenvolvimento urbano e regional e programas de alcance social a autorização para o Poder Executivo contratar créditos obtidos no exterior, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 22-11-66	149
69	— Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Complementa as Leis nº 4.415, de 24 de setembro de 1961 e número 3.917, de 14 de julho	
	de 1961, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 22-11 e retificado no de 1 de dezembro de 1966	150
70	— Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 22-11 e retificado no de 1-12-66 ..	152
71	— Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Suprime os cargos de Ministro de Assuntos Comerciais do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores. — Publicado no D.O. de 22-11-66 ...	160
72	— Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social. — Publicado no D.O. de 22 de novembro e retificado nos de 1 e 13-12-66	160
73	— Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1966	166
74	— Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1966	183
75	— Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Dispõe sobre a aplicação da correção monetária aos débitos de natureza trabalhista, bem como a elevação do valor do depósito compulsório nos casos de recursos perante os Tribunais do Trabalho, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 22-11-66	185
76	— Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Dispõe sobre a ocupação e uso de imóveis residenciais construídos, adquiridos ou arrendados	

	Págs.		Págs.
pela União, em Brasília, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 22-11-66 .	186	83 — Decreto-lei de 26 de dezembro de 1966 — Estabelece normas para cobrança pelas Administrações de Portos de taxas portuárias incidentes sobre mercadorias movimentadas em terminais ou embarcadouros de uso privativo e instalações rudimentares, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 27 de dezembro de 1966	238
77 — Decreto-lei de 23 de novembro de 1966 — Acrescenta alínea à Lei nº 4.476, de 12 de novembro de 1964, que estabelece a precedência funcional entre Oficiais Gerais dos postos de Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro. — Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1966	188	84 — Decreto-lei de 27 de dezembro de 1966 — Modifica dispositivo da Lei nº 4.936, de 17 de março de 1966, que dispõe sobre abertura, pelo Poder Executivo, do crédito especial de Cr\$ 500.000.000, destinado a integrar os recursos iniciais do Fundo da Propriedade Industrial. — Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1966	240
78 — Decreto-lei de 8 de dezembro de 1966 — Altera e acrescenta dispositivos no Decreto-lei nº 18, de 24 de agosto de 1966, que dispõe sobre o exercício da profissão do aeronauta e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 9-12-66	189	85 — Decreto-lei de 27 de dezembro de 1966 — Modifica dispositivo da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, que dispõe sobre abertura, pelo Poder Executivo, do crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, destinado à instalação e ao funcionamento do Conselho Nacional do Comércio Exterior e ao Fundo Federal Agropecuário. — Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1966	240
79 — Decreto-lei de 13 de dezembro de 1966 — Institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências. — Publicado no D. O. de 21 e retificado no de 27 de dezembro de 1966	189	86 — Decreto-lei de 27 de dezembro de 1966 — Altera o art. 11 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949. — Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1966	241
80 — Decreto-lei de 19 de dezembro de 1966 — Prorroga a vigência do crédito especial concedido pelo art. 41 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964. — Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1966 ...	192	87 — Decreto-lei de 28 de dezembro de 1966 — Altera a Lei nº 5.790, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1967. — Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1966	241
81 — Decreto-lei de 21 de dezembro de 1966 — Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 22 e retificado no de 27 de dezembro de 1966	192	88 — Decreto-lei de 28 de dezembro de 1966 — Regula o sistema tributário dos Territórios e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1966	242
82 — Decreto-lei de 26 de dezembro de 1966 — Regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências. — Publicado no D. O. (Suplemento) de 28 de dezembro de 1966	206		

Págs.	Págs.
89 — Decreto-lei de 28 de dezembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.700.000.000, destinado ao pagamento do subsídio previsto na Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, relativamente ao período de 1º de janeiro a 10 de julho de 1966. — Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1966	243
90 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1966 — Prorroga por mais um exercício, a vigência do Decreto nº 59.252, de 20 de setembro de 1966, que abre o crédito especial de Cr\$ 974.313.638 (novecentos e setenta e quatro milhões, trezentos e treze mil, seiscentos e trinta e oito cruzeiros). — Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1966	243
91 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1966 — Retifica, sem aumento de despesa a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965. — Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1966	244
92 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1966 — Retifica, sem aumento de despesa a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965. — Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1966	245
93 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1966 — Prorroga por mais um exercício a vigência do Decreto nº 58.912, de 22 de julho de 1966 que abriu o crédito especial de Cr\$ 180.000.000 (cento e oitenta milhões de cruzeiros). — Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1966	249
V — DECRETOS LEGISLATIVOS	
47 — Decreto Legislativo de 1966 — Concede anistia aos eleitores responsáveis por infrações previstas no art. 289 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. — Publicado no D.O. de 10 de outubro de 1966 ...	251
48 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o Acôrdo de Cooperação para Usos Cíveis de Energia Atômica entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil, assinado em Washington, em 8 de julho de 1965. — Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1966	251
49 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório do registro, a contrato, de 24 de agosto de 1948, celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola em Minas Gerais, do Ministério da Agricultura e Juscelino Ribeiro da Fonseca. — Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1966	252
50 — Decreto Legislativo de 1966 — Torna definitivo o regime feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma do soldado Josias Severino de Freitas — Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1966	252
51 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República Popular Federativa da Iugoslávia — Publicado no D.O. de 30 de novembro de 1966	252
52 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova a Convenção sobre Seguros Sociais, assinada, no Rio de Janeiro, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Grão-Ducado do Luxemburgo em 16 de setembro de 1965 — Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1966	253
53 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o protocolo para Nova Prorrogação do Acôrdo Internacional do Açúcar de 1958, adotado em Genebra, em 14 de outubro de 1965. — Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1966	253
54 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de re-	

	Págs.		Págs.
gistro a termo aditivo a contrato, de 9 de outubro de 1953, celebrado entre a União e Carlos Alves de Almeida Schneider. — Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1966 ..	254	República de El Salvador, assinado no Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1965 — Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1966	256
55 — Decreto Legislativo de 1966 — Torna definitivo o registro, feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, da despesa de Cr\$ 14.040 (quatorze mil e quarenta cruzeiros) em favor de Frutuoso Gomes de Freitas. — Publicado no D.O. de 2 e retificado no de 13 de dezembro de 1966	254	61 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova a Convenção nº 122, denominada Convenção sobre Política de Emprego adotada pela Organização Internacional do Trabalho em 9 de julho de 1964. — Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1966	256
56 — Decreto Legislativo de 1966 — Torna definitivo o registro feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma ao Cabo Ubiratã Potiguar Torres. — Publicado no D. O. de 2 e retificado no de 13 de dezembro de 1966	254	62 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o Acôrdio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Coreia, assinado na Cidade do Rio de Janeiro, em 7 de fevereiro de 1966. — Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1966	257
57 — Decreto Legislativo de 1966 — Torna definitivo o registro, feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, da despesa de Cr\$ 48.865 (quarenta e oito mil oitocento e sessenta e cinco cruzeiros), para pagamento a The City of Santos Improvements Company, Limited — Publicado no D.O. de 2 de dezembro de 1966 ..	255	63 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o Acôrdio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca, assinado na Cidade do Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 1966. — Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1966 ..	257
58 — Decreto Legislativo de 1966 — Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de termo de acôrdio celebrado, em 15 de setembro de 1960, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado de Mato Grosso — Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1966	255	64 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar e as Regras para evitar abalroamento, assinadas em Londres, em 17 de junho de 1960. — Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1966 ...	258
59 — Decreto Legislativo de 1966 — Torna definitivo o registro, feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma do soldado Justo Nunes — Publicado no D. O. de 2 e ret. no de 13 de dezembro de 1966	255	65 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova a Convenção nº 117, sobre objetivos e normas básicas da política social, adotada a 22 de junho de 1962, por ocasião da 46ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. — Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1966	258
60 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a	255	66 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o Acôrdio entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República	

	Págs.		Págs.
Francêsa sobre Transportes Aéreos Regulares, assinado em Paris, a 29 de outubro de 1965. — Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1966	258	5.132 — Lei de 4 de outubro de 1966 — Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros), destinado às obras do novo aeroporto internacional de Brasília. — Publicada no D. O. de 6 de outubro de 1966	264
67 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova a Emenda ao Acórdão para o Programa de Agricultura e Recursos Naturais, assinado em 26 de junho de 1953, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América. — Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1966	259	5.133 — Lei de 4 de outubro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 600.000 (seiscentos mil cruzeiros), para atender a despesas relacionadas com o comparecimento do Brasil à XXXII Feira Internacional de Milão. — Publicada no D. O. de 6 de outubro de 1966	264
68 — Decreto Legislativo de 1966 — Aprova o Acórdão sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica, celebrado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia em 11 de janeiro de 1966. — Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1966	259	5.134 — Lei de 11 de outubro de 1966 — Concede pensão mensal especial, a D. Constança Mangabeira, viúva do Professor João Mangabeira. — Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1966	264
69 — Decreto Legislativo de 1966 — Fixa os subsídios do Presidência e do Vice-Presidente da República, no período presidencial de 1967 a 1971. — Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1966	260	5.135 — Lei de 11 de outubro de 1966 — Autoriza a abertura, pela Secretaria de Finanças do Distrito Federal, do crédito especial de Cr\$ 399.835.759 (trezentos e nove milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta e nove cruzeiros) para regularização de despesas efetuadas nos exercícios de 1963 e 1964. — Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1966	265
70 — Decreto Legislativo de 1966 — Dispõe sobre a fixação dos subsídios, diárias e ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, para o período legislativo de 1967 a 1971. — Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1966 ..	260	5.136 — Lei de 11 de outubro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 13.515.963.777 (treze bilhões, quinhentos e quinze milhões, novecentos e sessenta e três mil, setecentos e setenta e sete cruzeiros), para atender a despesas decorrentes do aumento de vencimentos de servidores do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União. — Publicado no D. O. de 17 de ret. no de 24 de outubro de 1966	265
VI — LEIS			
5.130 — Lei de 1º de outubro de 1966 — Dispõe sobre as zonas indispensáveis à defesa do País e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1966 ..	263		
5.131 — Lei de 1º de outubro de 1966 — Altera a Lei número 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 5 de outubro de 1966	263		

<i>Págs.</i>		<i>Págs.</i>
5.137	— Lei de 13 de outubro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 351.165,80 (trezentos e cinquenta e um mil cento e sessenta e cinco cruzeiros e oitenta centavos), para pagamento das despesas com instalação, aluguel e manutenção de Circuitos Telex, localizados no Gabinete do Ministro e na Agência Nacional. — Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1966	266
5.138	— Lei de 14 de outubro de 1966 — Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — do crédito suplementar de Cr\$ 1.043.008.000 (um bilhão quarenta e três milhões e oito mil cruzeiros) para atender a despesas com pagamento de vencimentos a juizes e funcionários do mesmo Tribunal. — Publicada no D. O. de 18 de outubro de 1966	266
5.139	— Lei de 14 de outubro de 1966 — Cria, na Universidade Federal de Goiás, a Escola de Agronomia e Veterinária, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 18 e ret. no de 27 de outubro de 1966	268
5.140	— Lei de 14 de outubro de 1966 — Autoriza o Tribunal Superior Eleitoral a conceder auxílios às Organizações de partidos políticos, a que se refere o Ato Complementar nº 4, e abertura de crédito suplementar de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros). — Publicada no D. O. de 18 de outubro de 1966	267
5.141	— Lei de 14 de outubro de 1966 — Acrescenta e altera dispositivos da Lei número 4.822, de 29 de outubro de 1965, e dá outras providências. — Publicada no D.O.	
	de 18 e ret. no de 24 de outubro de 1966	268
5.142	— Lei de 20 de outubro de 1966 — Concede isenção de tributos para aparelhos e equipamentos médico-hospitalares. — Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1966	270
5.143	— Lei de 20 de outubro de 1966 — Institui o Imposto sobre Operações Financeiras, regula a respectiva cobrança, dispõe a aplicação das reservas monetárias oriundas de sua receita, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1966	270
5.144	— Lei de 20 de outubro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 65.600.000.000 (sessenta e cinco bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros), em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para obras constantes do Programa de Construção, Pavimentação e Restauração de Rodovias do Plano Nacional de Viação para 1966. — Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1966	272
5.145	— Lei de 20 de outubro de 1966 — Dispõe sobre a naturalização dos filhos menores, nascidos antes da naturalização dos pais, modifica os arts. 3º, 4º e 8º da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, revoga a Lei nº 4.404, de 14 de setembro de 1964, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 24 e ret. no de 27 de outubro de 1966	273
5.146	— Lei de 20 de outubro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a fazer doações de ambulâncias. — Publicado no D. O. de 24 e ret. no de 27 de outubro de 1966	274
5.147	— Lei de 20 de outubro de 1966 — Retifica o Anexo I da Lei nº 4.869, de 1º de de-	

Págs.	Págs.
zembro de 1965, na parte que menciona. — Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1966	275
5.148 — Lei de 20 de outubro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 101.012.744 (cento e um milhões doze mil setecentos e quarenta e quatro cruzeiros), para ocorrer ao custeio de obras em próprios nacionais atingidos pelos temporais que ocorreram no Estado da Guanabara e no Estado do Rio de Janeiro. — Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1966	276
5.149 — Lei de 20 de outubro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral, o crédito especial de ... Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros), para fazer face às despesas com o deslocamento de tropas do IV Exército, requisitadas pela Justiça Eleitoral. — Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1966	277
5.150 — Lei de 20 de outubro de 1966 — Abre ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 15.000.000.000 (quinze bilhões de cruzeiros) destinado a obras de transmissão e distribuição de energia elétrica nos Estados do Piauí e Maranhão, na região de influência da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança. — Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1966	277
5.151 — Lei de 20 de outubro de 1966 — Inclui a Faculdade de Economia São Luís, na cidade de São Paulo, entre os estabelecimentos de ensino superior subvencionados na forma do disposto na Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950. — Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1966	277
5.151-A — Lei de 20 de outubro de 1966 — Dispõe sobre o pagamento parcelado dos débitos das Prefeituras e de outros devedores da Previdência Social e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 25 de outubro de 1966	278
5.152 — Lei de 21 de outubro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 24 e ret. no de 27 de outubro de 1966	279
5.153 — Lei de 21 de outubro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de um grupo diesel-elétrico inservível. — Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1966	281
5.154 — Lei de 21 de outubro de 1966 — Altera a Lei número 4.505, de 30 de novembro de 1954, e o art. 28 da Lei nº 4.353, de 29 de novembro de 1965. — Publicada no D.O. de 25 de outubro de 1966	281
5.155 — Lei de 21 de outubro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para atender a despesas da Caixa de Crédito da Pesca. — Publicada no D.O. de 25 de outubro de 1966	282
5.156 — Lei de 21 de outubro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral, o crédito especial de ... Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para atender a despesas gerais com eleições, no exercício de 1962. — Publicada no D. O. de 25 de outubro de 1966	282
5.157 — Lei de 21 de outubro de 1966. Institui o Dia do Oficial de Farmácia. — Publicado no D. O. de 25-10-66	282

	Págs.		Págs.
5.158 — Lei de 21 de outubro de 1966. — Acrescenta parágrafo único do art. 263 do Código de Processo Civil. — Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1966	283	dotações orçamentárias que especifica. — Publicado no D. O. de 25-10-66	286
5.159 — Lei de 21 de outubro de 1966. — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Indústria e do Comércio, do crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (hum bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), a favor do Instituto de Resseguros do Brasil, destinado a garantir as responsabilidades a serem assumidas pelo Governo Federal, no tocante ao seguro de crédito à exportação, objeto da Lei número 4.678, de 16 de junho de 1965. — Publicado no D.O. de 25-10-66	283	5.164 — Lei de 21 de outubro de 1966. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, ao Departamento Federal de Segurança Pública, o crédito especial de Cr\$ 6.994.800.000 (seis bilhões novecentos e noventa e quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros), para atender a despesas que menciona. — Publicada no D. O. de 25-10-66 ..	287
5.160 — Lei de 21 de outubro de 1966. — Assegura a percepção do salário-família aos herdeiros dos militares demitidos ou expulsos. — Publicado no D. O. de 25-10-66 ..	283	5.165 — Lei de 21 de outubro de 1966. — Convalida a aplicação, até 31 de dezembro de 1964, das taxas adicionais instituídas pelo Decreto-lei número 7.632, de 12 de junho de 1945, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1966	287
5.161 — Lei de 21 de outubro de 1966. — Autoriza a instituição da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 25 e ret. no de 31-10-66	284	5.166 — Lei de 21 de outubro de 1966. — Isenta do imposto de consumo, dos direitos de importação e das taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, a maquinaria e o material técnico, sem similares de produção nacional, destinados à indústria de mapas e levantamentos aerofotogramétricos. — Publicado no D. O. de 25 e ret. no de 31-10-66	288
5.162 — Lei de 21 de outubro de 1966. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunais Regionais do Trabalho das 2ª e 4ª Regiões, o crédito suplementar de Cr\$ 3.026.400.000 (três bilhões, vinte e seis milhões e quatrocentos mil cruzeiros), destinado a suprir insuficiências de dotações no Anexo 3 do Orçamento Geral da República. — Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1966	285	5.167 — Lei de 21 de outubro de 1966. — Dispõe sobre a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde. — Publicado no D. O. de 25-10-66	289
5.163 — Lei de 21 de outubro de 1966. — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, créditos suplementares de Cr\$ 1.124.404.670, para reforço de		5.168 — Lei de 21 de outubro de 1966. — Autoriza o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, a constituir a sociedade de economia mista, Companhia Brasileira de Serviços Agrícolas — COSAGRI — e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 25-10-66	290
		5.169 — Lei de 21 de outubro de 1966. — Isenta dos impostos de importação e consumo, e da taxa de despacho aduaneiro, equipamentos destinados à instalação da uma fá-	

Págs.	Págs.
brica de bulbos de vidro para cinescópios de televisores. — Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1966	de outubro e ret. no de 9 de dezembro de 1966 330
5.170 — Lei de 21 de outubro de 1966. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 834.229.537 (oitocentos e trinta e quatro milhões, duzentos e vinte e nove mil quinhentos e trinta e sete cruzeiros), em favor da Fundação Getúlio Vargas, nos termos do § 1º do art. 4º da Lei nº 3.519, de 30 de dezembro de 1958. — Publicado no D. O. de 25-10-66	291 5.175 — Lei de 1º de dezembro de 1966. — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 2.117.209.671 (dois bilhões, cento e dezessete milhões, duzentos e nove mil, seiscentos e setenta e um cruzeiros), para restituição a "The Bank of Tokio Ltd.", sucessor de "The Yokohama Specie Bank Ltd.". — Publicado no D. O. de 2 e re. no de 9-12-66 335
5.171 — Lei de 21 de outubro de 1966. — Autoriza a abertura, pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Distrito Federal, do crédito especial de Cr\$ 398.532.898 (trezentos e noventa e oito milhões, quinhentos e trinta e dois mil, oitocentos e noventa e oito cruzeiros), para pagamento de despesas referentes a exercícios anteriores. — Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1966	291 5.176 — Lei de 1º de dezembro de 1966. — Altera dispositivos da Lei nº 3.222, de 21 de julho de 1957, que extingue o Quadro Auxiliar de Administração do Exército e o de Topógrafos do Serviço Geográfico do Exército, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 2-12-66 336
5.172 — Lei de 25 de outubro de 1966. — Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. — Publicado no D. O. de 27 e ret. no de 31-10-66	292 5.177 — Lei de 1º de dezembro de 1966. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 4.530.226.261 (quatro bilhões, quinhentos e trinta milhões, duzentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e um cruzeiros), correspondente à quota de participação do Fundo Naval no excesso de arrecadação da Taxa de Despacho Aduaneiro, verificado nos exercícios de 1963, 1964 e 1965. — Publicado no D. O. de 2 e ret. no de 9-12-66 336
5.173 — Lei de 27 de outubro de 1966. — Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 31-10 e ret. no de 9 de dezembro de 1966	292 5.178 — Lei de 1 de dezembro de 1966 — Autoriza a transferência, para a Universidade do Estado da Guanabara, do imóvel delimitado pelas Ruas Oito de Dezembro, São Francisco Xavier, prolongamento da Rua Turf Club e terrenos da Estrada de Ferro Central do Brasil — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de dezembro de 1966 e retificado no de 9 de dezembro de 1966 337
5.174 — Lei de 27 de outubro de 1966. — Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 31	5.179 — Lei de 1 de dezembro de 1966 — Revoga os Decretos-Leis ns. 290, de 23 de fevereiro de 1938, e 4.265, de

Págs.	Págs.
17 de abril de 1942, que dispõem, respectivamente, sobre a seda e seus compostos e sobre o emprego da palavra seda — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de dezembro de 1966	337
5.180 — Lei de 1 de dezembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a doar à Santa Casa de Misericórdia de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, um colposcópio Hilseman de fabricação "J. D. Moeler Oplisch Werke" — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de dezembro de 1966 ..	337
5.181 — Lei de 1 de dezembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a reinvestir os dividendos das ações da Fábrica Nacional de Motores Sociedade Anônima — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de dezembro de 1966 e retificado no de 9 de dezembro de 1966	338
5.182 — Lei de 1 de dezembro de 1966 — Eleva a pensão mensal concedida à viúva de Francisco Tito de Souza Reis e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de dezembro de 1966 e retificado no de 9 de dezembro de 1966	338
5.183 — Lei de 1 de dezembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a aforar, sem concorrência pública, os terrenos de marinha e de acrescidos que menciona, situados no Estado da Guanabara — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de dezembro de 1966 e retificado no de 9 de dezembro de 1966	338
5.184 — Lei de 8 de dezembro de 1966 — Retifica a Lei número 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de dezembro de 1966	339
5.185 — Lei de 8 de dezembro de 1966 — Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho da 3ª Região — o crédito	
dito suplementar de Cr\$ 918.000.000 (novecentos e dezoito milhões de cruzeiros), para reforço de dotações que especifica, ao Orçamento vigente — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de dezembro de 1966	342
5.186 — Lei de 8 de dezembro de 1966 — Autoriza o Serviço de Navegação da Bacia do Prata a alienar os bens imóveis que especifica, de sua propriedade, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de dezembro de 1966	342
5.187 — Lei de 8 de dezembro de 1966 — Estende a isenção prevista na Lei nº 4.265, de 3 de outubro de 1963, a materiais destinados à Cooperativa de Laticínios de São Carlos e à Cooperativa Agrícola de Cotia, Estado de São Paulo — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de dezembro de 1966	343
5.188 — Lei de 8 de dezembro de 1966 — Institui o Quadro de Pessoal do Ministério das Minas e Energia e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de dezembro de 1966	343
5.189 — Lei de 8 de dezembro de 1966 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1967 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> (Suplemento) de 15 de dezembro de 1966	344
5.190 — Lei de 8 de dezembro de 1966 — Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1967 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> (Suplemento) de 16 de dezembro de 1966	347
5.191 — Lei de 13 de dezembro de 1966 — Institui o "Dia Nacional do Livro" — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de dezembro de 1966	349
5.192 — Lei de 20 de dezembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial	

Págs.	Págs.
de Cr\$ 2.545.000.000 em favor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento para as obras de abastecimento d'água de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de dezembro de 1966 350	das profissões de Engenheiro-Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de dezembro de 1966 351
5.193 — Lei de 20 de dezembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, a diversos Ministérios, os créditos especiais, no montante de Cr\$ 3.583.309.328 (três bilhões, quinhentos e oitenta e três milhões trezentos e nove mil, trezentos e vinte e oito cruzeiros) para os fins que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de dezembro de 1966 350	5.195 — Lei de 24 de dezembro de 1966 — Promove ao posto imediato o militar que, em pleno serviço ativo, vier a falecer em consequência de ferimentos recebidos em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou em virtude de acidente em serviço — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de dezembro de 1966 362
5.194 — Lei de 24 de dezembro de 1966 — Regula o exercício	5.196 — Lei de 24 de dezembro de 1966 — Institui o "Dia de Anchieta" — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de dezembro de 1966 362

ÍNDICE DO APENSO

	<i>Págs.</i>		<i>Págs.</i>
42 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato, escritura de compra e venda, celebrado em 31 de outubro de 1950, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Onofre Varani — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de outubro de 1966	365	46 — Decreto Legislativo de 1966 — Autoriza o registro, pelo Tribunal de Contas, da concessão de aposentadoria a Carolina de Mello e Souza Andrade — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de outubro de 1966	366
43 — Decreto Legislativo de 1966 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato — escritura de compromisso de compra e venda — celebrado, em 17 de março de 1945, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Aderson Horn Ferro — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de outubro de 1966	365	4.925 — Lei de 23 de dezembro de 1965 — Autoriza o Ministério da Marinha a aproveitar na classe inicial das séries de classe de suas especialidades, após conclusão de curso, todos os alunos bolsistas e os aprendizes das Escolas Técnicas e Industriais reconhecidas ou classificadas pelo Ministério da Educação e Cultura — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de outubro de 1966	367
44 — Decreto Legislativo de 1966 — Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de termo de suplemento a contrato, firmado em 30 de dezembro de 1950, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Instituto de Assuntos Interamericanos — Publicados no <i>Diário Oficial</i> de 5 de outubro de 1966 ...	366	5.117 — Lei de 27 de setembro de 1966 — Dispõe sobre a nomeação e a admissão de servidores e empregados da União, das Autarquias e de outras entidades, e dá outras providências — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de outubro de 1966	367
45 — Decreto Legislativo de 1966 — Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma ao 3º Sargento do Exército João Peixoto Martins — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de outubro de 1966	366	5.129 — Lei de 30 de setembro de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$. 39.926.200 (trinta e nove milhões, novecentos e vinte e seis mil e duzentos cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da realização em Brasília, do Seminário da CEPAL, de Peritos Governamentais em Comércio Exterior — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de outubro de 1966	367

Figuram neste volume os Atos Institucionais, as Emendas Constitucionais, os Atos Complementares, os Decretos-Leis, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no quarto trimestre de 1966, foram publicados no D.O. até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — ATOS INSTITUCIONAIS

ATO INSTITUCIONAL Nº 4

Considerando que a Constituição Federal de 1946, além de haver recebido numerosas emendas, já não atende às exigências nacionais;

Considerando que se tornou imperioso dar ao país uma Constituição que, além de uniforme e harmônica, represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução;

Considerando que somente uma nova Constituição poderá assegurar a continuidade da obra revolucionária;

Considerando que ao atual Congresso Nacional, que fez a legislação ordinária da Revolução, deve caber também a elaboração da lei constitucional do movimento de 31 de março de 1964;

Considerando que o Governo continua a deter os poderes que lhe foram conferidos pela Revolução;

O Presidente da República resolve editar o seguinte Ato Institucional nº 4:

Art. 1º É convocado o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967.

§ 1º O objeto da convocação extraordinária é a discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República.

§ 2º O Congresso Nacional também deliberará sobre qualquer matéria que lhe for submetida pelo Presidente da República e sobre os projetos encaminhados pelo Poder Executivo na última sessão legislativa ordinária, obedecendo estes a tramitação solicitada nas respectivas mensagens.

§ 3º O Senado Federal, no período da convocação extraordinária, praticará os atos de sua competência privativa, na forma da Constituição e das Leis.

Art. 2º Logo que o Projeto de Constituição for recebido pelo Presidente do Senado, serão convocadas, para a sessão conjunta, as duas Casas do Congresso, e o Presidente deste designará Comissão Mista, composta de onze Senadores e onze Deputados, indicados pelas respectivas lideranças e observando o critério da proporcionalidade.

Art. 3º A Comissão Mista reunir-se-á nas 24 horas subsequentes à sua designação, para eleição de seu Presidente e Vice-Presidente, cabendo àquele a escolha do relator, o qual dentro de 72 horas dará seu parecer, que concluirá pela aprovação ou rejeição do projeto.

Art. 4º Proferido e votado o parecer, será o projeto submetido a discussão, em sessão conjunta das duas Casas do Congresso, procedendo-se a respectiva votação no prazo de quatro dias.

Art. 5º Aprovado o projeto pela maioria absoluta será o mesmo devolvido à Comissão, perante a qual poderão ser apresentadas emendas; se o projeto for rejeitado, encerrar-se-á a sessão extraordinária.

Art. 6º As emendas a que se refere o artigo anterior deverão ser apoiadas por um quarto de qualquer das Casas do Congresso Nacional e serão apresentadas dentro de cinco dias seguintes ao da aprovação do projeto, tendo a Comissão o prazo de doze dias para sobre elas emitir parecer.

Art. 7º As emendas serão submetidas à discussão do plenário do Congresso, durante o prazo máximo de doze dias, findo o qual passarão a ser votadas em um único turno.

Parágrafo único. Aprovada na Câmara dos Deputados pela maioria absoluta será, em seguida, submetida à aprovação do Senado e, se aprovada por igual maioria, dar-se-á por aceita a emenda.

Art. 8º No dia 24 de janeiro de 1967 as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgarão a Constituição segundo a redação final da Comissão, seja o do projeto com as emendas aprovadas, ou seja o que tenha sido aprovado, de acordo com o art. 4º, se nenhuma emenda tiver merecido aprovação, ou se a votação não tiver sido encerrada até o dia 21 de janeiro.

Art. 9º O Presidente da República, na forma do artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, poderá baixar Atos Complementares, bem como Decretos-Leis sobre matéria de segurança nacional até 15 de março de 1967.

§ 1º Durante o período de convocação extraordinária, o Presidente da República também poderá baixar Decretos-Leis sobre matéria financeira.

§ 2º Finda a convocação extraordinária e até a reunião ordinária do Congresso Nacional, o Presidente da República poderá expedir Decretos com força de Lei sobre matéria administrativa e financeira.

“Art. 10 — O pagamento de ajuda de custo a Deputados e Senadores será feito com observância do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 3º do Decreto Legislativo número 19, de 1962”.

Brasília, 7 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Zilmar Araripe
Ademar de Queiroz
Manoel Pio Corrêa
Eduardo Gomes

II — EMENDAS CONSTITUCIONAIS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 21

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, §. 4º, da Constituição, a seguinte emenda ao texto constitucional, aprovada pelo Congresso Nacional de acordo com o disposto no art. 2º, §. 2º, do Ato Institucional nº 2:

Suprima-se o parágrafo único do art. 199, passando o mesmo artigo a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 199 — Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, em caráter permanente, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.»

Brasília, novembro de 1966.

A Mesa da Câmara dos Deputados:

BAPTISTA RAMOS
Presidente

José Bonifácio
1º Vice-Presidente

Nilo Coêlho
1º Secretário

Henrique La Rocque
2º Secretário

Aniz Badra
3º Secretário

Ary Alcântara
4º Secretário

A Mesa do Senado Federal

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Camilo Nogueira da Gama
1º Vice-Presidente

Vivaldo Lima
2º Vice-Presidente

Dinarte Mariz
1º Secretário

Gilberto Marinho
2º Secretário

Cattete Pinheiro
3º Secretário

Guido Mondin
4º Secretário, em
exercício

III — ATOS COMPLEMENTARES

ATO COMPLEMENTAR Nº 23

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 31 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e

Considerando que, no interesse de preservar e consolidar a Revolução de 31 de março de 1964, e ouvido o Conselho de Segurança Nacional, o Presidente da República houve por bem suspender os direitos políticos e cassar mandatos de deputado federais, na forma do art. 15 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965;

Considerando que os atos desta natureza estão excluídos da apreciação de qualquer instância legislativa ou judiciária, e assim tem sido entendido pelo Supremo Tribunal Federal e o próprio Congresso Nacional;

Considerando que em relação aos recentes atos que atingiram seis deputados federais, publicados no *Diário Oficial*, de 14 de outubro corrente, entendeu o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, depois de recebida a comunicação regular de sua expedição e publicação, submetê-los à apreciação de comissões internas e do plenário da mesma Casa do Congresso Nacional, para discussão e votação;

Considerando que tal procedimento importa em suspender a execução dos atos mencionados, retirando-lhes os efeitos imediatos que são de sua própria essência e natureza;

Considerando, ainda, que esta procrastinação, além de infundada e contrária aos precedentes, foi agora tomada no momento em que a Câmara dos Deputados não poderia contar com número suficiente para deliberar, por motivo notório de campanha eleitoral, em que estão empenhados os Senhores Deputados;

Considerando, finalmente, que se constituiu, assim, naquela Casa do Congresso Nacional, por motivo de ausência justificada da grande maioria de seus membros, um agrupamento de elementos contra-revolucionários com a finalidade de tumultuar a paz pública e perturbar o próximo pleito de 15 de novembro, embora comprometendo o prestígio e a autoridade do próprio Poder Legislativo,

RESOLVE BAIXAR O SEGUINTE ATO COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica decretado o recesso do Congresso Nacional a partir desta data até o dia 22 de novembro de 1966.

Art. 2º Enquanto durar o recesso do Congresso Nacional o Presidente da República fica autorizado a baixar decretos-leis em todas as matérias previstas na Constituição.

Art. 3º A diplomação do Presidente e do Vice-Presidente da República, eleitos pelo Congresso Nacional em 3 de outubro de 1966, caberá à Mesa do Senado Federal.

Art. 4º Este Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Zilmar Campos de Araripe Macedo

Ademar de Queiroz

Manoel Pio Corrêa Junior

Eduardo Gomes

ATO COMPLEMENTAR Nº 24

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, tendo em vista o disposto no art. 4º e seu parágrafo único, do mesmo Ato e

Considerando que a implantação do Sistema Tributário Nacional instituído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1965, suscitou relevantes questões do interesse da União, dos Estados e dos Municípios;

Considerando que no plano federal foi baixada a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;

Considerando que contendo normas complementares à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, foi expedido o Decreto-Lei nº 28, de 14 de novembro de 1966, a fim de permitir a fixação de alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, da competência tributária dos Estados;

Resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Os orçamentos dos Estados poderão ser emendados até 5 de dezembro de 1966, por proposta do Poder Executivo, a fim de dar aplicação ao Sistema Tributário instituído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1965, pela Lei federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e no Decreto-Lei nº 28, de 14 de novembro de 1966.

Art. 2º. Fica prorrogado até 15 de dezembro de 1966, o prazo para a votação dos Orçamentos pelas Assembléias Legislativas Estaduais.

Parágrafo único. Caso não seja encerrada a votação, dentro do prazo marcado neste artigo, será sancionado o projeto com as emendas propostas pelo Executivo que não tenham sido rejeitadas.

Art. 3º. As Constituições Estaduais deverão adaptar-se, até 31 de dezembro de 1966, ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 18, de 1965, e à legislação federal complementar.

Art. 4º. No prazo a que se refere o artigo anterior poderão ser modificadas ou revogadas as normas das Constituições e leis estaduais que disponham sobre isenções tributárias ou vinculações de pagamento de funcionários ou servidores públicos ao salário-mínimo.

Art. 5º. Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Octavio Bulhões

ATO COMPLEMENTAR Nº 25

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e o artigo 6º do Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966;

Considerando a estrutura bipartidária existente no país;

Considerando que Instruções para a apuração das eleições de 15 de novembro de 1966, do Tribunal Superior Eleitoral, consubstanciam com exatidão a interpretação das normas constantes do art. 6º do Ato Complementar nº 7;

Considerando que as citadas Instruções, elaboradas para orientação de todos os que participam das apurações das eleições, tornaram mais explícitas as mencionadas normas;

Considerando que para a exata aplicação do Ato Complementar nº 7 nenhuma dúvida deve permanecer sobre o assunto, resolve baixar o seguinte Ato Complementar;

Art. 1º Os §§ 4º, 5º e 6º do art. 6º do Ato Complementar nº 7, passam a vigorar com a redação a seguir indicada, renumerado para § 7º o atual § 6º.

§ 4º A sobra que couber à Organização será preenchida com observância do disposto no inciso I do art. 109 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, na ordem da votação nominal das sublegendas em conjunto.

§ 5º Considerar-se-ão suplentes os não eleitos mais votados da Organização, independentemente da sublegenda; em caso de empate na votação na ordem decrescente da idade.

§ 6º Havendo candidatos inscritos em sublegendas para as eleições de senador, deputado federal nos Territórios e prefeito, somar-se-ão os votos das diversas listas de cada Organização, a fim de se apurar qual delas obteve a maioria de sufrágios.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1966; 145º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

ATO COMPLEMENTAR Nº 26

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 30, do Ato Institucional nº 2, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º O art. 9º, do Ato Complementar nº 4, passa a ter a seguinte redação:

“Para as eleições diretas a serem realizadas até 15 de março de 1967, poderá ser admitido o registro de candidatos em sublegendas, feita a escolha na conformidade do que dispuser o documento constitutivo de cada organização”.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

ATO COMPLEMENTAR Nº 27

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, tendo em vista o disposto no artigo 4º e seu parágrafo único, do mesmo Ato, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com as seguintes alterações:

1º Acrescente-se ao artigo 53 o seguinte parágrafo:

“§ 4º — O montante do imposto sobre circulação de mercadorias integra o valor ou preço a que se referem os incisos I e II deste artigo constituindo o respectivo destaque nos documentos fiscais, quando exigido pela legislação tributária, mera indicação para os fins do disposto no artigo 54.”

2º No artigo 57, substitua-se a expressão “que se destinem a outro Estado,” por “que as destinem a contribuinte localizado em outro Estado.”

3º Substitua-se no inciso II, do artigo 71, a palavra “imóveis” por “móveis” e acrescente-se ao mesmo artigo o seguinte inciso: “IV — jogos e diversões públicas.”

Art. 2º O disposto no artigo 4º do decreto-lei nº 59, de 21 de novembro de 1966, não é excludente da norma tributária especial constante do § 1º do artigo 58, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Art. 3º A expressão “montante devido ao Estado,” constante do artigo 60 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, deve ser entendida como o líquido a ser recolhido, depois de efetuados os abatimentos de que tratam os artigos 54 e 55 da mesma lei.

Art. 4º O imposto sobre circulação de mercadorias será calculado, inicialmente, com base em uma alíquota uniforme de 12% (doze por cento) para todo o país, inclusive nas operações interestaduais.

§ 1º No curso do primeiro semestre de 1967, poderá ser efetuado, em face dos resultados da arrecadação, reajustamento desta alíquota, de conformidade com o disposto nos artigos 1º e 2º do decreto-lei nº 28, de 14 de novembro de 1966, cujo artigo 3º fica revogado.

§ 2º O imposto sobre circulação de mercadorias destinadas à exportação será cobrado, no exercício de 1967, de forma que o ônus fiscal não exceda os níveis vigentes, em 30 de novembro de 1966, no sistema do imposto sobre vendas e consignações.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior não se aplica às exportações de café, reguladas pelo artigo 5º do decreto-lei nº 28, de 14 de novembro de 1966.

Art. 5º A Lei municipal ou, no caso do Estado da Guanabara, a lei estadual, autorizará o Poder Executivo:

I — A fixar, entre os limites de 10% (dez por cento) e 25% (vinte e cinco por cento), a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias, a que se refere o artigo 60 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;

II — A reajustar a alíquota de imposto, no curso do primeiro semestre de 1967 e dentro dos limites indicados no inciso anterior, de acordo com os resultados da arrecadação.

Art. 6º As compras de produtos industrializados, oneradas pelo imposto sobre vendas e consignações e constantes de notas-fiscais emitidas pelos estabelecimentos industriais, entre 1º e 31 de dezembro do corrente ano, darão direito a um crédito-fiscal a ser utilizado para efeito de cálculo do

imposto sobre circulação de mercadorias, devido, pelos estabelecimentos compradores, pelas operações realizadas a partir de 1º de fevereiro de 1967.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, com exclusão dos classificados nos Capítulos 22 e 24, aos produtos constantes da Tabela anexa à Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, alterado pelo decreto-lei nº 34, de 13 de novembro de 1966.

§ 2º O montante do imposto a ser creditado na forma deste artigo será calculado, pelo estabelecimento comprador, com base em uma alíquota unificada de 12% (doze por cento) sobre o valor das referidas aquisições excluídas a parcela relativa ao imposto de consumo e as despesas de frete e seguro, quando debitadas em separado.

§ 3º Ressalvados os produtos que já em trânsito em 31 de dezembro, tiverem dado entrada no estabelecimento comprador depois de 1º de janeiro de 1967, o crédito fiscal relativo aos produtos classificados em determinado Capítulo será computado somente até o limite do imposto calculado em idênticas condições sobre o valor dos estoques de produtos do mesmo Capítulo, existentes no estabelecimento comprador, em 31 de dezembro de 1966.

§ 4º O crédito fiscal, calculado de acordo com os parágrafos anteriores será desdobrado de forma a ser utilizado em três parcelas iguais, nos meses de fevereiro, março e abril de 1967.

§ 5º Ficam sem efeito quaisquer disposições das leis estaduais sobre o imposto de circulação de mercadorias, relativas à concessão de crédito fiscal sobre mercadorias em estoque em 31 de dezembro de 1966, em bases diferentes das estabelecidas neste artigo.

Art. 7º O disposto no artigo anterior aplica-se, igualmente, às aquisições, pelos estabelecimentos industriais, de matérias-primas em geral.

Art. 8º Até que sejam fixados pelo Senado Federal os limites a que se refere o artigo 39 da Lei nº 172, de 25 de outubro de 1966, ficam estabelecidas, para a cobrança do imposto a que se refere o artigo 35 da mesma lei, as seguintes alíquotas máximas:

I — Transmissões compreendidas no sistema financeiro da habitação a que se refere a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 e legislação complementar 0,5%

II — Demais transmissões a título oneroso 1,0%

III — Quaisquer outras transmissões 2,0%

Art. 9º Fica revogado o disposto no inciso II do artigo 218 da Lei número 5.172, de 25 de outubro de 1966, com a nova redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 27, de 14 de novembro de 1966, no que tange à exigibilidade da "quota de previdência" nas operações portuárias, fretes e transportes a que se refere o artigo 54, da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966.

Art. 10. O artigo 4º do Ato Complementar nº 24, passa a vigorar com a seguinte redação:

"No prazo a que se refere o artigo anterior deverão ser modificadas ou revogadas as normas das Constituições e leis estaduais ou municipais que disponham sobre isenções tributárias, deduções ou quaisquer outros favores ou sobre vinculações do pagamento de funcionários e servidores ao salário-mínimo ou estabeleçam vinculação ou equiparação de qualquer natureza para efeito de retribuição de pessoal assim como as restritivas do poder de tributar dos Estados e Municípios, definido pela emenda constitucional nº 18."

Art. 11. São aplicáveis aos Municípios os prazos e o sistema estabelecidos para os Estados, no Ato Complementar nº 24, de 13 de novembro de 1966.

Art. 12. Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Bulhões
Roberto Campos

ATO COMPLEMENTAR Nº 28

O Presidente da República no uso da atribuição que lhe confere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 1965, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Ficam assim redigidos os artigos 5, 6 e 7 do Ato Complementar nº 15, de 15 de julho de 1966:

Art. 5º São nulas e sem efeito as leis estaduais e municipais baixadas a partir de 27 de outubro de 1965 com violação de normas constitucionais federais e estaduais e de leis orgânicas de municípios.

§ 1º São igualmente nulos os atos de nomeação e admissão praticados com base nos textos anulados.

§ 2º Ficam excluídos da anulação os cargos de magistratura, de provimento em comissão e as funções gratificadas e, havendo dotação orçamentária própria, os contratos para funções de magistério e admissão de pessoal temporário, limitado ao prazo de duração da obra ou serviço.

Art. 6º Nenhum servidor público de Estado ou Município poderá perceber, na inatividade, proventos calculados em razão de mandato legislativo ou do exercício do cargo de Secretário de Estado, Prefeito Municipal ou outro a este equiparado.

Parágrafo único. Os proventos percebidos com infração do disposto neste artigo ficam reduzidos à quantia correspondente a aposentadoria, nos termos da legislação então vigente, em cargo exercido anteriormente à investidura no de Secretário de Estado ou em mandato legislativo.

Art. 7º Na Administração estadual ou municipal e nas Autarquias da mesma categoria a primeira investidura em cargo de carreira ou isolado depende de concurso público, ou de curso de seleção profissional, observada a ordem de classificação.

§ 1º As classificações, reclassificações ou readaptações de cargos ou funções ficam sujeitas às normas previstas neste Ato, inclusive concurso público ou curso de seleção profissional, observada a ordem de classificação.

§ 2º Ficam excluídos da norma de provimento estabelecida neste artigo os cargos de confiança ou em comissão, bem como as nomeações interinas, limitadas a um ano de duração.

Art. 2º São também nulos e sem efeito os atos praticados após 15 de julho de 1966, sem observância do disposto nos artigos 1, 2, 3 e 4 do Ato Complementar nº 15, de 1966.

Art. 3º Os aumentos de vencimentos de funcionários e servidores públicos não poderão elevar a despesa dos Estados e Municípios a mais de setenta por cento de suas receitas tributárias.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78 da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

ATO COMPLEMENTAR Nº 29

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 1965, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º As Organizações que se transformaram em partidos políticos nos termos do art. 16 do Ato Complementar nº 4 terão as suas Comissões Diretoras e respectivos Gabinetes Executivos, Nacionais, Regionais e Municipais, mantidos até a realização, em 1968, das convenções municipais, regionais e nacionais.

Parágrafo único. As vagas que ocorrerem nas Comissões Diretoras, ou nos Gabinetes Executivos, serão preenchidas por indicação dos membros da respectiva Comissão Diretora.

Art. 2º Os Gabinetes Executivos Regionais poderão designar Comissões Diretoras Municipais para os municípios em que as mesmas não hajam sido constituídas, ou que hajam sido destituídas.

§ 1º As Comissões Diretoras Municipais serão constituídas de onze a trinta e três membros e os respectivos Gabinetes Executivos, eleitos pela maioria absoluta da Comissão Diretora, de um Presidente, até três Vice-Presidentes, um Secretário, um Tesoureiro e até cinco Vogais.

§ 2º Os Partidos só poderão designar Comissões Diretoras para os municípios em que preencherem as condições estabelecidas no art. 32 da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965. Nos municípios em que já existam Comissões Diretoras registradas, os partidos deverão possuir o número mínimo de filiados até 30 de junho de 1967, sob pena de cancelamento do registro.

§ 3º O mandato das Comissões Diretoras Municipais designadas na forma prevista no presente artigo terá início na data do registro efetuado pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado, se tratar de novo registro, e se extinguirá na data da posse dos Diretórios Municipais eleitos nos termos da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965.

Art. 3º As Comissões Diretoras Municipais escolherão, por maioria de votos, os candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador e Juiz de Paz, nos municípios em que forem realizadas eleições para esses cargos, submetida a escolha à aprovação da respectiva Comissão Diretora Regional.

Parágrafo único. Nas eleições municipais poderá ser admitido o registro de candidatos em sublegendas, na conformidade do que dispõe o art. 4º e o Parágrafo único do art. 5º do Ato Complementar nº 7, de 31 de janeiro de 1966.

Art. 4º O *caput* do art. 27 da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27. O mandato dos membros dos diretórios será de dois anos.”

Art. 5º O art. 34 da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34. A constituição do diretório nacional dependerá da existência, no mínimo, de doze diretórios regionais registrados na Justiça Eleitoral.”

Art. 6º O art. 35 da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35. Os diretórios municipais serão eleitos em convenção partidária, que se realizará em todo o País, de dois em dois anos, no primeiro domingo de abril.”

§ 1º O Juiz Eleitoral nomeará fiscais de sua confiança para acompanhar os trabalhos das convenções partidárias.

§ 2º Não poderão ser nomeados para as funções referidas no parágrafo anterior:

I — Os candidatos e seus parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive;

II — Os membros de diretórios de Partido;

III — As autoridades e agentes policiais, bem como os funcionários no desempenho de cargos de confiança do Poder Executivo;

§ 3º Observar-se-á o disposto no § 3º do art. 39 relativamente aos fiscais a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4º Da eleição a que se refere este artigo participarão apenas os eleitores do município, inscritos nos partidos até dois meses antes da data do pleito.

§ 5º As chapas para constituição dos diretórios municipais serão registradas no juízo eleitoral até trinta dias antes da convenção.

§ 6º Os diretórios escolhidos na convenção partidária serão empossados até quinze dias depois de proclamado o resultado das eleições."

Art. 7º O art. 38 da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38. As convenções para a eleição dos diretórios regionais realizar-se-ão no primeiro domingo de maio. Os membros dos diretórios eleitos serão empossados imediatamente."

Art. 8º Passa a vigorar com a seguinte redação o art. 40 da Lei número 4.740, de 15 de julho de 1965;

"Art. 40. As convenções destinadas à eleição dos diretórios nacionais serão realizadas no primeiro domingo de junho, empossando-se imediatamente os eleitos."

Art. 9º O documento constitutivo de cada Organização Partidária passará a constituir o Estatuto do partido em que elas se transformarem.

Art. 10. O mandato dos membros dos diretórios eleitos em 1963 será de três anos.

Art. 11. Para as eleições diretas de que trata o Ato Complementar número 26, de 29 de novembro deste ano o prazo para a entrada em Cartório do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às 18 (dezoito) horas do 30º (trigésimo) dia anterior à data marcada para a realização das mesmas."

Parágrafo único. Nas eleições de que trata este artigo a escolha de candidatos processar-se-á como o estabelecido para as eleições de 1966.

Art. 12. Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

ATO COMPLEMENTAR Nº 30

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 30, do Ato Institucional nº 2, e

Considerando que o princípio da paridade da remuneração dos servidores dos Três Poderes da República, extensivo aos servidores dos Estados e Municípios, para que possa ter efetiva aplicação exige que se disciplinem os reajustamentos de vencimentos destinados a compensar a desvalorização do poder aquisitivo da moeda;

Considerando que as normas de política salarial estabelecidas para os assalariados em geral deverá ser extensiva aos servidores públicos, não só da União, como também dos Estados e Municípios, a fim de evitar indesejáveis distorções com reflexos danosos para a economia do país;

Considerando que é permanente preocupação do Governo da República limitar os gastos correntes do setor público da economia nacional a fim de permitir a liberação da maior soma possível de recursos para o financiamento de investimentos essenciais ao desenvolvimento econômico do país;

Considerando, finalmente, ter sido limitado em 25% (vinte e cinco por cento) o aumento dos vencimentos dos servidores públicos, civis e militares, da União, a vigorar no exercício de 1967,

Resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Nenhum aumento de vencimentos, remuneração ou salário, de servidores públicos dos Estados e Municípios, inclusive das Polícias Militares e dos empregados de autarquia e sociedades de economia mista, poderá ser concedido antes de decorrido o prazo de 1 (hum) ano, contado a partir da data ou da concessão do último aumento, nem exceder à percentagem de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 2º Não produzirão quaisquer efeitos legais e serão considerados nulos de pleno direito os atos baixados com inobservância do disposto no artigo 1º deste Ato Complementar.

Art. 3º É vedada a vinculação ou equiparação de cargos públicos estaduais ou municipais, de qualquer natureza, para o efeito de remuneração.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

ATO COMPLEMENTAR Nº 31

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, e,

Considerando que o Projeto da Constituição já aprovado pelo Congresso Nacional altera o sistema de cobrança da parcela do imposto sobre circulação de mercadoria pertencente aos Municípios;

Considerando que, em consequência, teriam os Estados e Municípios de se aparelharem para a cobrança de um tributo que vigoraria por um período de apenas 75 dias;

Considerando que seria de interesse geral evitar tal inconveniente, antecipando para 1º de janeiro a aplicação do disposto no § 7º do art. 23 do referido Projeto de Constituição;

Considerando que, com essa antecipação, se asseguraria uma desejável uniformidade de alíquotas e forma de cobrança das quotas municipais em todo o país;

Considerando que a unificação da cobrança do imposto sobre circulação de mercadorias asseguraria, em toda a sua plenitude, a adoção do princípio da não cumulatividade do tributo;

Considerando a conveniência de adaptar-se o regime tributário instituído pela Emenda Constitucional nº 18 aos preceitos do Projeto de Constituição cuja promulgação está prevista para 24 de janeiro de 1967;

Considerando, finalmente, que esta adaptação deverá estender-se aos Estados e Municípios na órbita da sua competência tributária;

Resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Do produto da arrecadação do imposto a que se refere o art. 12 da Emenda Constitucional nº 18, 80% (oitenta por cento) constituirão receita dos Estados e 20% (vinte por cento) dos Municípios. As parcelas pertencentes aos Municípios serão creditadas em contas especiais, abertas em estabelecimentos oficiais de crédito, na forma e nos prazos estabelecidos neste Ato.

Parágrafo único. Ficam sem efeito as disposições das leis municipais relativas ao imposto sobre circulação de mercadorias.

Art. 2º A quota de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias a que se refere o artigo anterior será entregue a cada Município na proporção do valor das operações tributáveis, realizadas em seu território.

Art. 3º A entrega a que se refere o artigo anterior será efetuada por meio de depósito em conta especial a ser aberta em banco oficial ou, em sua falta, em banco indicado pelo Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias do término de cada período fixado pela legislação estadual para o recolhimento do imposto.

Art. 4º No caso de diferimento ou antecipação de incidência do imposto que importe no seu recolhimento em Município diferente daquele em que ocorreu o fato gerador, a legislação estadual estabelecerá as normas necessárias ao resguardo dos créditos correspondentes aos Municípios de origem ou destino, conforme o caso.

Art. 5º Fica autorizado o estabelecimento de critérios de distribuição das quotas municipais diferentes dos previstos nos arts. 2º, 3º e 4º, desde que tais critérios constem de convênios celebrados entre os Estados e respectivos Municípios.

Art. 6º Os limites fixados no art. 1º, do Decreto-lei nº 28, de 14 de novembro de 1966, e a percentagem prevista no art. 4º do Ato Complementar nº 27 ficam acrescidos de 25%, de forma a englobar o disposto nos incisos I e II do art. 5º do referido Ato.

Art. 7º A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Primeira — Acrescente-se ao § 3º do art. 52 o seguinte inciso:

“III. — Sobre a saída de vasilhame utilizado no transporte da mercadoria, desde que tenha de retornar a estabelecimento do remetente.”

Segunda — A redação do art. 78 fica substituída pela seguinte:

“Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.”

Art. 8º Até 30 (trinta) de junho de 1967 poderão ser utilizados, nas operações interestaduais, os modelos comuns de notas fiscais, juntamente com a guia correspondente para fins estatísticos, em substituição ao modelo especial de que trata o art. 50 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Art. 9º Os Poderes Executivos Estaduais e Municipais, no limite das respectivas competências tributárias, baixarão os atos necessários à execução do disposto neste Ato Complementar.

Art. 10. O presente Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os arts. 59 a 62 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Octávio Bulhões

IV — DECRETO-LEI

DECRETO-LEI Nº 22 — DE 11 DE
OUTUBRO DE 1966

Aplica aos servidores das empresas de navegação autárquicas ou paraestatais, regidos pela legislação do funcionalismo público, a proibição prevista no artigo 566 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e

Considerando que, de acordo com o art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, não podem sindicalizar-se os servidores de Estado e das instituições paraestatais;

Considerando que, conseqüentemente, não são admitidos à sindicalização nem os trabalhadores ferroviários nem os trabalhadores portuários das entidades públicas, sob o regime estatutário;

Considerando que não se justifica exceção para os trabalhadores marítimos, na mesma situação jurídica dos portuários e ferroviários acima mencionados;

Considerando que a norma proibitiva da sindicalização dos servidores do Estado foi inspirada, entre outros, por motivo de interesse da segurança nacional;

Considerando, finalmente, que esse privilégio de sindicalização concedido aos autárquicos marítimos abre uma brecha na disciplina estabelecida pelo Decreto-Lei nº 5, de 4.4.66, para a equiparação de direitos e deveres de ferroviários, marítimos e portuários, decreta:

Art. 1º Aplica-se aos servidores das empresas de navegação autárquicas ou paraestatais, regidos pela legisla-

ção de funcionalismo público, a proibição prevista no artigo 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, ficando revogado o artigo 1º do Decreto-Lei nº 7.889, de 21 de agosto de 1945.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 23 — DE 19 DE
OUTUBRO DE 1966

Isenta do pagamento dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, material destinado à Companhia Eletromecânica CELMA.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despachos aduaneiros, a material, máquinas, equipamentos, peças e acessórios que a Companhia Eletromecânica CELMA vier a importar ou que a ela venham a ser consignados e destinados à ampliação, melhoramentos, conservação e manutenção de suas instalações industriais.

Parágrafo único. Fica igualmente concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despachos aduaneiros, o material, equipamento, acessórios, peças e sobressalentes que a Companhia Eletromecânica CELMA vier a importar ou que a ela venham a ser

consignados e necessários aos serviços de revisão de motores, turbinas e acessórios pela mesma executados.

Art. 2º A isenção concedida não abrange material com similar nacional.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Eduardo Gomes

DECRETO-LEI Nº 24 — DE 19 DE
OUTUBRO DE 1966

Dispõe sobre a Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965 e ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e,

Considerando que as atividades dos portos nacionais constituem fator infra-estrutural da economia e, por consequência, do poder e da segurança nacional;

Considerando que o comércio exterior é estratégico no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, e que, nesse sentido a Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, criou as condições básicas indispensáveis à formulação e execução de uma política consentânea com as necessidades do desenvolvimento econômico do País;

Considerando a necessidade de esclarecer e ampliar dispositivos da citada Lei nº 5.025, cuja aplicação esta sendo dificultada por efeito de interpretações contrárias ao espírito que orientou a sua elaboração;

Considerando que as taxas previstas nas tabelas de tarifas dos serviços portuários se referem à remuneração de serviços prestados, resolve baixar o seguinte Decreto-Lei:

Art. 1º As isenções a que se refere o artigo 54 da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966 abrangem, entre outras,

a Taxa de Melhoramento dos Portos, na exportação, porém, não compreendem as taxas constantes das tabelas de tarifas dos serviços portuários, inclusive seus adicionais, e que correspondam à efetiva contraprestação de serviços realizados.

Art. 2º O artigo 7º da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, passa a ter a seguinte redação:

“As resoluções do Conselho Nacional do Comércio Exterior vigorarão imediatamente e serão publicadas no *Diário Oficial da União*.”

Art. 3º O artigo 33 e seu parágrafo único da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 33. A visita de saúde será realizada de conformidade com os compromissos assumidos pelo Brasil constantes do Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela Assembleia Mundial de Saúde, e de tratados ou convênios internacionais em vigor, bem como de acordo com as normas legais vigentes.

Parágrafo único. Sempre que a autoridade sanitária do porto receber, do comandante da embarcação, via rádio, informações satisfatórias quanto ao estado sanitário de bordo, deverá autorizar a “Livre Prática” e consequente atracação, salvo indicação contrária, de natureza sanitária, de que tenha conhecimento, por fontes oficiais”.

Art. 4º O artigo 55 da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 55. A isenção do imposto de importação nas operações sob o regime aduaneiro do “draw-back” ou equivalente, implicará, igualmente, na isenção do Imposto de Consumo, da Taxa de Despacho Aduaneiro, da Taxa de Renovação da Marinha Mercante, da Taxa de Melhoramento dos Portos e daquelas que não correspondam à efetiva contraprestação de serviços realizados.”

Art. 5º Passam a integrar o Conselho Nacional do Comércio Exterior,

conforme o previsto no artigo 6º da Lei nº 5.025, o Ministro da Viação e Obras Públicas ou o seu representante o Ministro das Minas e Energia ou o seu representante e o Presidente do Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único. Deixa de integrar o Conselho Nacional do Comércio Exterior o Presidente da Comissão de Marinha Mercante.

Art. 6º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Octávio Gouveia de Bulhões

Paulo Egydio Martins

Benedicto Dutra

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 25 — DE 1º DE
NOVEMBRO DE 1966

Altera dispositivos da Lei nº 2.180, de 5 de janeiro de 1954, alterada pelas Leis ns. 3.543, de 11 de fevereiro de 1959 e 5.056, de 29 de junho de 1966, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 31, parágrafo único do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º Os artigos 2º e seus parágrafos, 3º e seus parágrafos e 23 da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, alterada pelas Leis ns. 3.543, de 11 de fevereiro de 1959 e 5.056, de 29 de junho de 1966, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 2º O Tribunal Marítimo compor-se-á de sete juizes a saber:

a) um Presidente, Oficial-General do Corpo da Armada, da Reserva Remunerada;

b) dois Juizes Militares, Oficiais de Marinha, da Reserva Remunerada;

c) quatro Juizes Cíveis.

§ 1º O Presidente do Tribunal Marítimo, indicado pelo Ministro da Marinha dentre os Oficiais-Generais do Corpo da Armada, da Ativa ou da

Reserva Remunerada, será de livre nomeação do Presidente da República com mandato de dois anos, podendo ser reconduzido, respeitado porém, os limites de idade estabelecidos para a permanência na Reserva Remunerada.

§ 2º As nomeações dos Juizes Militares e Cíveis serão feitas pelo Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Marinha, e atendidas as seguintes condições:

a) para Juizes Militares, Capitão-de-Mar-e-Guerra ou Capitão-de-Fragata da Ativa ou da Reserva Remunerada, sendo um deles do Corpo da Armada e o outro do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, especializado em Máquinas ou Casco.

b) para Juizes Cíveis:

1) dois bacharéis em Direito, de reconhecida idoneidade, com mais de cinco anos de prática forense e idade compreendida entre trinta e cinco e quarenta e oito anos, especializado um deles em Direito Marítimo e o outro em Direito Internacional Público;

2) um especialista em armação de navios e navegação comercial, de reconhecida idoneidade e competência, com idade compreendida entre trinta e cinco e quarenta e oito anos e com mais de cinco anos de exercício de cargo de direção em empresa de navegação marítima;

3) Um Capitão-de-Longo-Curso da Marinha Mercante, de reconhecida idoneidade e competência, com idade compreendida entre trinta e cinco e quarenta e oito anos e com mais de cinco anos de efetivo comando em navios brasileiros de longo curso, sem punição decorrente de julgamento em tribunal hábil.

§ 3º A indicação a ser feita pelo Ministro da Marinha para os cargos de Presidente e de Juiz Militar deverá ser acompanhada, se se tratar de oficial da Ativa, da declaração dos indicados de que concordam com a mesma.

§ 4º Os Juizes Cíveis serão nomeados mediante aprovação em concurso de títulos e provas, realizado perante banca examinadora constituída pelo Presidente do Tribunal Marítimo; por um Juiz do Tribunal Marítimo, escolhido em escrutínio secreto; por um representante da Procuradoria do Tribunal Marítimo, designado pelo Mi-

nistro da Marinha, e, conforme fôr o caso, por um especialista em Direito Marítimo ou em Direito Internacional Público, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, ou por um representante da Comissão de Marinha Mercante, designado pelo Presidente da referida Comissão.

§ 5º O Presidente e os Juizes Militares, caso estejam na Ativa, serão, logo após sua nomeação, transferidos para a Reserva Remunerada na forma da legislação em vigor.

§ 6º Os Juizes Militares e Cíveis, referidos nas letras b e c do "caput" deste artigo, conservar-se-ão em seus cargos até atingirem a idade limite para permanência no Serviço Público.

§ 7º Os Juizes Cíveis ficam impedidos de exercer advocacia ou de prestar serviços profissionais em favor de partes interessadas nas atividades de navegação.

§ 8º Será eleito bienalmente um Vice-Presidente dentre os Juizes Militares e Cíveis, em escrutínio secreto.

Art. 3º Os Juizes Militares e Cíveis terão suplentes indicados pelo Ministro da Marinha e nomeados pelo Presidente da República, com mandato de três anos, podendo ser reconduzidos, e que funcionarão quando convocados pelo Presidente do Tribunal, nos casos previstos no Regimento Interno.

§ 1º Os suplentes dos Juizes Militares serão oficiais da Reserva Remunerada.

§ 2º Para a nomeação dos suplentes de que trata este artigo deverão ser observadas as mesmas condições estabelecidas no § 2º do Art. 2º desta lei, atendida a ressalva feita no parágrafo anterior.

§ 3º Nenhum direito ou vantagem terá o suplente, além de vencimento do cargo de substituto, e somente durante o seu impedimento legal.

Art. 23. O Presidente terá um assistente de sua confiança, designado dentre os funcionários do Tribunal.

Art. 2º Fica revogado o Art. 149 da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, alterada pelas Leis ns. 3.543, de 11 de fevereiro de 1959 e 5.056, de 29 de junho de 1966.

Art. 3º Ao atual Presidente do Tribunal Marítimo fica assegurado o di-

reito de opção para permanecer no cargo nas condições previstas neste decreto-lei, exceção feita ao mandado, que poderá exercer até o limite de idade para permanência no Serviço Público.

§ 1º A opção deverá ser feita dentro do prazo de oito dias, contados a partir da publicação deste decreto-lei.

§ 2º Caso o atual Presidente decida por permanecer no Serviço Ativo, será exonerado do cargo.

Art. 4º O provimento dos cargos de Juizes Militares e Cíveis na forma prevista neste decreto-lei far-se-á à medida que se der a sua vacância, ressalvada a situação de seus atuais ocupantes.

Art. 5º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Zilmar de Araripe Macedo

DECRETO-LEI Nº 26 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1966

Cria a Auditoria da 11ª Região Militar e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º Fica criada, na Capital Federal, uma Auditoria de 2ª Entrada (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938), com denominação de Auditoria da 11ª Região Militar e jurisdição cumulativa no Exército Marinha e Aeronáutica.

Parágrafo único. Sua jurisdição compreenderá o território da 11ª Região Militar, Comando Militar de Brasília, 6ª Zona Aérea e 7º Distrito Naval.

Art. 2º Para a composição do quadro funcional da Auditoria são criados, na Justiça Militar, os seguintes cargos:

- 1 de Auditor
- 1 de Promotor (2ª Categoria)
- 1 de Advogado-de-Ofício
- 1 de Escrivão (Símbolo "PJ-3")

3 de Escreventes-Juramentados ...
(Símbolo "PJ-6")

1 de Oficial-de-Justiça (Símbolo "PJ-7")

1 de Auxiliar-de-Escrevente Símbolo "PJ-10")

2 de Auxiliares-de-Limpeza (Símbolo "PJ-10")

Parágrafo único. Haverá na Auditoria, para cada um dos cargos de Auditor, Promotor, Advogado-de-Ofício e Oficial-de-Justiça, dois substitutos, denominados 1º e 2º Substitutos, os quais nenhum direito ou vantagem terão, além do vencimento do cargo do substituído e somente durante o seu impedimento.

Art. 3º O preenchimento dos cargos de que trata o artigo anterior e seu parágrafo, será feito na forma da legislação específica em vigor.

Art. 4º Instalada a Auditoria de que trata este Decreto-lei, para ela serão remetidos os processos oriundos do território abrangido pela jurisdição respectiva e que ainda não tenham dia designado para o julgamento.

Art. 5º Para atender às despesas com a execução do presente Decreto-lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 134.446.000 (cento e trinta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil cruzeiros) sendo Cr\$ 34.446.000 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil cruzeiros) para despesas de pessoal e Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para despesas de material, o qual vigorará por dois exercícios e será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de novembro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva
Zilmar Araripe
Ademar de Queiroz
Octávio Bulhões
Eduardo Gomes

DECRETO-LEI Nº 27 — DE 14 DE
NOVEMBRO DE 1966

Acrescenta à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, artigo referente às contribuições para fins sociais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 31 do Ato Institucional nº 2, tendo em vista o Ato Complementar nº 3,

Considerando a necessidade de deixar estreme de dúvidas a continuação da incidência e exigibilidade das contribuições para fins sociais, paralelamente ao Sistema Tributário Nacional, a que se refere a Lei número 5.172, de 25 de outubro de 1966;

Considerando as patentes implicações das mencionadas contribuições, no tocante à Paz Social, que se reflete necessariamente na Segurança Nacional, decreta:

Art. 1º Fica acrescido à Lei número 5.172, de 25 de outubro de 1966, o seguinte artigo, que terá o número 218, passando o atual art. 218 a constituir o art. 219:

Art. 218. As disposições desta lei, notadamente as dos arts. 17, 74, § 2º e 77, parágrafo único, bem como a do art. 54 da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, não excluem a incidência e a exigibilidade.

I — da "contribuição sindical", denominação que passa a ter o imposto sindical de que tratam os arts. 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, sem prejuízo do disposto no art. 16 da Lei nº 4.589, de 11 de dezembro de 1964;

II — das denominadas "quotas de previdência" a que aludem os artigos 71 e 74 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, com as alterações determinadas pelo art. 34 da Lei número 4.863, de 29 de novembro de 1965, que integram a contribuição da União para a Previdência Social, de que trata o art. 157, item XVI, da Constituição Federal.

III — da contribuição destinada a constituir o "Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural", de que trata o art. 158 da Lei número 4.214, de 2 de março de 1963;

IV — da contribuição destinada ao Fundo de Garantia do Tempo de

Serviço, criada pelo art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966;

V — das contribuições enumeradas no § 2º do art. 34 da Lei número 4.863, de 29 de novembro de 1965, com as alterações decorrentes do disposto nos arts. 22 e 23 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, e outras de fins sociais, criadas por lei."

Art. 2º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de novembro de 1966;
145º da Independência e 75º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

L. G. do Nascimento e Silva.

Carlos Medeiros Silva.

Octavio Bulhões.

Roberto Campos.

DECRETO-LEI Nº 28 — DE 14 DE
NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre normas complementares à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º De conformidade com o disposto no artigo 215 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e consenso dos Governadores, manifestado na Conferência de Secretários de Finanças, a Lei Estadual autorizará o Poder Executivo:

I — a fixar, entre os limites de 12% (doze por cento) e 16% (dezesseis por cento), a alíquota de imposto sobre circulação de mercadorias;

II — a reajustar a alíquota do imposto, no curso do primeiro semestre de 1967 e dentro dos limites indicados no inciso anterior de acordo com os resultados da arrecadação.

Parágrafo único. Nos Territórios Federais a fixação da alíquota nos termos referidos neste artigo será feita por Decreto do Presidente da República, e no Distrito Federal, por ato do seu Prefeito.

Art. 2º Na fixação da alíquota máxima do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, de que trata o parágrafo primeiro do artigo 12 da Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, o Senado Federal terá em conta as variações referidas no artigo anterior.

Art. 3º A Lei Estadual disporá de forma a permitir que seja paga em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias uma parcela do imposto sobre circulação de mercadorias devido pelos estabelecimentos industriais, nas seguintes bases:

Estabelecimentos industriais cujo crédito fiscal represente, em média:

Parcela do imposto a ser paga em prazo não inferior a 60 dias.

- | | |
|---|-----|
| a) menos de 10% do imposto devido | 50% |
| b) mais de 10 até 20% | 40% |
| c) mais de 20 até 30% | 30% |
| d) mais de 30 até 40% | 20% |

Art. 4º A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I — substituam-se no § 2º do artigo 71 as expressões: "§ 4º do artigo 53" por "§ 3º do art. 53";

II — suprima-se no inciso I do artigo 131 a expressão: "com observância do disposto no art. 191".

Art. 5º De conformidade com o disposto no § 1º do artigo 26 da Emenda Constitucional nº 18, o imposto sobre circulação de mercadorias só incidirá sobre o café a partir de 1º de julho de 1967, permanecendo, até essa data, o regime fiscal ora em vigor.

Art. 6º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de novembro de 1966;
145º da Independência e 75º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 29 DE 14 DE
NOVEMBRO DE 1966

Suprime a concessão de abatimentos de passagens e fretes no transporte aéreo, dispõe sobre a requisição de transporte, limita a concessão de passagem ou frete aéreo gratuito, ou de cortesia, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º Ficam suprimidos os abatimentos previstos em leis, decretos, regulamentos e portarias que incidem sobre as tarifas das passagens e fretes aéreos, aprovados para as empresas brasileiras; que operam linhas regulares, domésticas ou internacionais.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao desconto concedido às passagens de ida e volta, quando adquiridas conjuntamente, bem como o referente às viagens circulares.

Art. 2º Nenhuma concessionária de transporte aéreo regular, subvencionada pela União, poderá conceder passagem, ou frete aéreo, gratuito, ou de cortesia, inclusive a título de doativo, cujo montante, em cada mês, exceda o limite de 3% (três por cento) da média mensal da receita de tráfico do ano anterior, nas suas respectivas linhas domésticas.

Art. 3º As requisições de transporte, atendidas à conta dos recursos concedidos pelos órgãos federais, autarquias e sociedades de economia mista, bem como o pagamento das passagens e fretes, deverão ser feitas diretamente às empresas de transporte aéreo, sem interferência, direta ou indireta, de agentes, ou intermediários.

Art. 4º O transporte aéreo de passageiros e cargas, do Brasil para o exterior, ou vice-versa, à conta dos recursos concedidos pelos órgãos federais, autarquias e sociedades de economia mista, deverá ser feito em empresas nacionais, salvo no caso de ausência de conexões.

Art. 5º Não se incluem nas restrições dos artigos 1º e 2º as "passagens de serviço", destinados ao des-

locamento do pessoal das empresas de transporte aéreo, em objeto de serviço, de acordo com a regulamentação aprovada pelo Ministério da Aeronáutica.

Art. 6º Este Decreto-Lei não restringe a atribuição do Ministério da Aeronáutica de decidir quanto às facilidades do transporte aéreo, admitidas pelas organizações e associações internacionais de aviação.

Art. 7º A fiscalização das disposições deste Decreto-lei será exercida pelo Ministério da Aeronáutica, que poderá determinar os exames e sindicâncias necessárias à averiguação das infrações, não prevalecendo, para tal efeito, as restrições dos artigos 17 e 18 do Código Comercial, ou outras que impeçam a ação fiscalizadora.

Art. 8º A infringência do estatuído neste Decreto-Lei acarretará a imposição de multa, entre cinco e vinte cinco vezes o valor oficial da tarifa da passagem, ou de frete aéreo, em causa.

Art. 9º O Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Aeronáutica, baixará a regulamentação necessária à execução do presente Decreto-Lei.

Art. 10. Ficam revogados, especificamente, os artigos 1º da Lei nº 14, de 7 de fevereiro de 1947, no que diz respeito às empresas de transporte aéreo; art. 8º da Lei nº 1.181, de 17 de agosto de 1950; artigos 3º e 4º da Lei nº 1.815, de 18 de fevereiro de 1953; artigo 8º da lei nº 2.686, de 19 de dezembro de 1955; artigo 26 da Lei nº 4.200, de 5 de fevereiro de 1963; a Lei nº 3.863-A, de 24 de janeiro de 1961, e demais disposições em contrário.

Art. 11. Este Decreto-Lei entrará em vigor 60 dias após a data de sua publicação.

Brasília, 14 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Gomes

Octavio Bulhões

Roberto Campos

Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 30 — DE 17 DE
NOVEMBRO DE 1966

Acrescenta um inciso, sob o nº IV, ao art. 15 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 31, parágrafo único, ao Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º E' acrescentado um inciso, sob o nº IV, ao art. 15 da Lei número 5.010, de 30 de maio de 1966, com a seguinte redação:

"IV — as ações de qualquer natureza, inclusive os processos acessórios e incidentes a elas relativos, propostas por sociedades de economia mista com participação majoritária federal contra pessoas domiciliadas na Comarca, ou que versem sobre bens nela situados."

Art. 2º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 31 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Prorroga o período de vigência do crédito especial autorizado pela Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 2º do Ato Complementar nº 23, de 20 de outubro de 1966, e,

Considerando que a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que dispôs sobre a organização da Justiça Federal de primeira instância, autorizou, em seu artigo 94, a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 7.000.000.000 (sete bilhões de cruzeiros) para atender as despesas decorrentes da execução do referido diploma legal, sem, no entanto, fixar o período de vigência desse crédito especial;

Considerando que, em face dessa omissão, o referido crédito especial terá a sua vigência adstrita apenas ao corrente exercício de 1966, por força das disposições do artigo 45 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

Considerando que se faz imprescindível tenha aquele crédito especial o seu período de vigência estendido ao exercício financeiro de 1967, uma vez que ainda se encontram em processamento as providências concernentes à instalação e ao início de funcionamento da Justiça Federal de primeira instância, decreta:

Art. 1º O crédito especial de que trata a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, terá vigência por dois exercícios financeiros.

Art. 2º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Eduardo Lopes Rodrigues

DECRETO-LEI Nº 32 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Institui o Código Brasileiro do Ar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

TÍTULO I

Introdução

Art. 1º O direito aéreo é regulado pelas Convenções e Tratados que o Brasil tenha ratificado e pelo presente Código.

Art. 2º Os Estados Unidos do Brasil exercem completa e exclusiva soberania sobre o espaço aéreo acima de seu território e respectivas águas jurisdicionais, inclusive a plataforma continental.

Art. 3º Consideram-se território do Estado de sua nacionalidade as aeronaves militares, onde quer que se

encontrem, e as de outra espécie, quando em alto-mar ou em território que não pertença a nenhum Estado, ou ainda em voo sobre 3sses.

§ 1º Considera-se também território do Estado de sua nacionalidade qualquer aeronave em missão especial de transporte do Chefe do Estado.

§ 2º Consideram-se em território do Estado subjacente quaisquer aeronaves não militares em voo ou em pouso.

Art. 4º Reputam-se praticados no Brasil os atos que, originados de aeronave considerada território estrangeiro, produzirem ou vierem a produzir efeitos ou quaisquer danos no território nacional.

Parágrafo único. São cumulativamente do domínio das leis brasileiras e estrangeiras os atos originados de aeronave considerada território brasileiro se as suas consequências atingirem território estrangeiro.

Art. 5º Os direitos reais e privilégios de ordem privada sobre aeronaves regulam-se pela lei de sua nacionalidade.

Parágrafo único. A mudança de nacionalidade das aeronaves não prejudica os direitos anteriormente adquiridos.

Art. 6º As medidas assecuratórias referidas neste Código regulam-se sempre pela lei do país onde se encontrar a aeronave.

Art. 7º São de ordem pública as normas que vedam, no contrato de transporte aéreo, cláusulas que exonerem de responsabilidade o transportador, estabeleçam limite inferior ao fixado neste Código, ou prescrevam outro fóro que não o do lugar do destino para as respectivas ações judiciais.

TÍTULO II

Das Aeronaves

Capítulo I

Definições e Disposições Gerais

Art. 8º Considera-se aeronave, para os efeitos deste Código, todo aparelho manobrável em voo, apto a se sustentar, a circular no espaço aéreo mediante reações aerodinâmicas, e capaz de transportar pessoas ou coisas.

Art. 9º As aeronaves são classificadas em públicas e privadas.

a) Consideram-se aeronaves públicas:

- as militares;
- as utilizadas pelo Estado a seu serviço.

b) Todas as demais se consideram aeronaves privadas.

§ 1º Consideram-se militares todas as aeronaves integrantes de Forças Armadas, inclusive as requisitadas na forma da lei, para missões militares; e não-militares todas as demais.

§ 2º As disposições deste título, não se aplicam às aeronaves militares que serão reguladas por legislação especial.

§ 3º As aeronaves públicas assemelham-se às aeronaves privadas, quando utilizadas em serviço de natureza comercial.

Art. 10. As aeronaves nacionais são bens registráveis para efeito de sua condição jurídica, e só através de assentamentos no Registro Aeronáutico Brasileiro podem constituir objeto de direito.

§ 1º Salvo no que se refere às aeronaves militares, o Registro Aeronáutico Brasileiro será público, podendo qualquer pessoa obter certidão do que nele constar.

§ 2º Salvo o caso de alienação judicial, nenhuma inscrição de aeronave de País estrangeiro poderá ser efetuada ao Registro Aeronáutico Brasileiro sem que os titulares do direito originário sobre a aeronave constem expressamente.

§ 3º As inscrições e transcrições efetuadas no Registro Aeronáutico Brasileiro, serão obrigatoriamente averbadas no certificado de matrícula da aeronave.

Art. 11. A aeronave é considerada de nacionalidade do Estado em que esteja matriculada e não poderá sobrevoar o território brasileiro sem estar matriculada ou quando matriculada em mais de um Estado.

Art. 12. A matrícula das aeronaves brasileiras será feita no Registro Aeronáutico Brasileiro, a cargo do Ministério da Aeronáutica que emitirá os certificados de matrícula.

Parágrafo único. Nenhuma aeronave brasileira poderá ser utilizada

sem que esteja matriculada e munida do certificado de matrícula, do certificado de navegabilidade e dos equipamentos, aparelhos e meios necessários à segurança de voo, na conformidade dos atos administrativos que regem a matéria.

Art. 13. No ato de inscrição, o Registro Aeronáutico Brasileiro atribuirá as marcas de nacionalidade e matrícula da aeronave, as quais a identificarão para todos os efeitos.

Parágrafo único. A inscrição da aeronave no Registro Aeronáutico Brasileiro importa na perda automática de matrícula em qualquer outro Estado.

Art. 14. As aeronaves privadas só poderão ser inscritas no Registro Aeronáutico Brasileiro se forem de propriedade:

a) de brasileiro, pessoa natural ou jurídica, quando destinada ao seu próprio uso;

b) de pessoa jurídica brasileira com quatro quintos ou mais do seu capital social pertencentes nominalmente a brasileiros, quando destinada à execução de serviço aéreo.

Parágrafo único. A juízo da autoridade aeronáutica competente poderá também ser inscrita no Registro Aeronáutico Brasileiro, a aeronave privada de propriedade de estrangeiro, pessoa natural, com residência permanente no Brasil, ou pessoa jurídica, autorizada a funcionar no País, quando a aeronave se destinar ao seu próprio uso.

Art. 15. Reputa-se proprietário da aeronave, para efeito deste Código, a pessoa natural ou jurídica, em cujo nome estiver inscrita a aeronave no Registro Aeronáutico Brasileiro.

Parágrafo único. Aquêle que usar ou explorar a aeronave com direito de dar ordens à tripulação, pessoalmente ou por intermédio de subordinados, será considerado explorador da aeronave. Se o nome do explorador não estiver averbado no Registro Aeronáutico Brasileiro, o proprietário da aeronave será reputado o explorador, até prova em contrário.

Art. 16. Adquire-se a propriedade da aeronave:

a) pela construção;
b) pelos modos de aquisição civil e consequente transcrição do título

de propriedade no Registro Aeronáutico Brasileiro.

Art. 17. Verificar-se-á a perda da propriedade da aeronave pela alienação, pela desapropriação por utilidade pública, pela renúncia, pelo abandono ou pelo perecimento da aeronave.

§ 1º Nos três primeiros casos deste artigo, os efeitos da perda da propriedade subordinam-se à transcrição no Registro Aeronáutico Brasileiro do título de transmissão ou dos atos de desapropriação ou renúncia.

§ 2º Considera-se abandonada a aeronave, ou os seus restos, quando estiver sem tripulação e não fôr possível determinar sua legítima origem, ou quando o proprietário manifestar de modo expresso o seu desejo de abandoná-la.

§ 3º Entende-se perecida a aeronave ao transcorrerem 180 dias a contar da data em que dela se teve a última notícia oficial.

§ 4º Verificado em inquérito administrativo do órgão aeronáutico competente o abandono da aeronave ou a impossibilidade de sua recuperação, ou o seu perecimento, será cancelada "ex officio" a respectiva matrícula no Registro Aeronáutico Brasileiro.

Capítulo II

Dos Direitos Reais sobre a Aeronave

Art. 18. As aeronaves podem ser hipotecadas no todo ou em parte distintas, e ainda nos seus pertences.

Parágrafo único. Quando a hipoteca recair sobre aeronave em construção, concluída esta, os ônus estender-se-ão à totalidade do bem, na ordem de prelação em que tiverem sido constituídos.

Art. 19. A hipoteca constituir-se-á pela inscrição do contrato no Registro Aeronáutico Brasileiro e averbação no respectivo certificado de matrícula.

Art. 20. As aeronaves, enquanto sujeitas à hipoteca no País, não poderão ser alienadas para o exterior sem o consentimento expresso do credor.

Art. 21. O crédito hipotecário aéreo prefere a quaisquer outros, com exceção dos seguintes:

a) remuneração devida por socorro prestado;

b) despesas extraordinárias destinadas à conservação da aeronave;

c) créditos de empregados, por salários ou indenizações, sobre cuja legitimidade não haja dúvida, ou, quando houver, em conformidade com a decisão proferida na Justiça do Trabalho;

d) créditos do Estado, provenientes de impostos, preços de utilização de aeroporto ou de serviços acessórios à aeronavegação;

e) gastos efetuados pelo comandante da aeronave, no exercício de seus poderes legais quando indispensáveis à continuação da viagem;

Parágrafo único. Quando o crédito hipotecário aéreo garantir o pagamento do preço de compra da aeronave, não prevalecerá a exceção prevista nas letras c e d deste artigo.

Art. 22. Os privilégios referidos no artigo anterior só prevalecerão até 180 (cento e oitenta) dias depois de sua constituição, aplicando-se, todavia, em qualquer caso, os preceitos que regulam a falência, o concurso de credores e os da legislação trabalhista.

Art. 23. Do contrato da hipoteca da aeronave deverão constar essencialmente.

a) a importância da dívida garantida pela hipoteca ou sua estimativa;

b) os juros estipulados;

c) a época e o lugar de pagamento;

d) as marcas de nacionalidade e de matrícula da aeronave.

Parágrafo único. O instrumento da hipoteca da aeronave, ou das partes ou pertences de aeronave em construção, especificará todas as suas características assim como deverá conter o nome dos respectivos construtores.

Art. 24. A aeronave pertencente a dois ou mais proprietários só poderá ser hipotecada com o assentimento expresso de todos os condôminos.

Art. 25. Serão aplicáveis, subsidiariamente, à hipoteca da aeronave, os dispositivos da legislação civil ordinária.

Capítulo III

Das Medidas Assecuratórias sobre Aeronaves

Art. 26. Não estão sujeitas a sequestro preventivo ou a qualquer outra medida assecuratória de direito, salvo prévia condenação judicial ou o disposto no parágrafo 2º do artigo 61:

a) as aeronaves utilizadas exclusivamente em linha de transporte público autorizada pelo Estado, bem como as aeronaves de reserva e as peças sobressalentes indispensáveis a esse serviço;

b) quaisquer outras aeronaves destinadas ao transporte de pessoas ou coisas, mediante remuneração quando estiverem prontas para partir na execução de transporte dessa espécie, exceto no caso de se tratar de dívida contraída para a viagem que vai ser feita, ou de crédito nascido no decorso de viagem e originado de ato que tenha possibilitado a sua continuação.

Art. 27. As disposições do artigo antecedente não se aplicam ao sequestro preventivo exercido pelo proprietário desapossado de sua aeronave por ato ilícito.

Art. 28. Quando não proibido ou quando não invocada pelo explorador a proibição, a prestação de caução suficiente pode impedir o sequestro e facultar o levantamento.

Parágrafo único. Considera-se suficiente a caução que cobrir a importância da dívida e despesas respectivas, estiver afeta exclusivamente ao pagamento do credor e cobrir o valor da aeronave quando este for inferior ao total da dívida e das despesas.

TÍTULO III

Das Tripulantes

Capítulo I

Da Composição das Tripulações

Art. 29. Consideram-se tripulantes, para os efeitos deste Código, as pessoas devidamente habilitadas que exercerem função remunerada ou não, a bordo da aeronave não militar.

Parágrafo único. Quando o tripulante exercer sua função a bordo me-

diante remuneração é ele considerado aeronauta.

Art. 30. O exercício de função a bordo de aeronaves nacionais é privativo de brasileiros.

§ 1º A juízo da autoridade aeronáutica competente e na forma dos regulamentos em vigor, o estrangeiro poderá tripular aeronave nacional como piloto privado, não podendo, porém, exercer essa função mediante remuneração.

§ 2º A juízo da autoridade aeronáutica competente poderão ser admitidos como tripulantes em caráter provisório, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, instrutores estrangeiros, na falta de tripulantes brasileiros habilitados.

Art. 31. De acordo com as exigências operacionais e a regulamentação nacional, a composição da tripulação das aeronaves brasileiras constituir-se-á de titulares de licenças e de certificados de habilitação técnica que os credenciem ao exercício das funções a bordo.

Art. 32. Qualquer membro da tripulação poderá exercer a bordo outra função, além da sua própria, quando possuir licença para exercê-la e essa acumulação for admitida pela autoridade aeronáutica competente.

Capítulo II

Das Licenças e Certificados

Art. 33. A licença de tripulante de aeronave e os certificados de habilitação técnica e de capacidade física serão concedidos pela autoridade aeronáutica competente, na conformidade da regulamentação em vigor.

§ 1º A licença terá caráter permanente e os certificados serão válidos pelos prazos neles averbados de acordo com a regulamentação específica, dependendo as revalidações dos resultados das provas e exames exigidos, para esse fim pela mesma regulamentação.

§ 2º Cessada a validade de qualquer certificado, o titular da licença ficará privado do exercício das funções nela especificadas se o certificado não tiver sido ou não vier a ser revalidado.

§ 3º Sempre que o titular de uma licença tiver procedido de forma que deixe dúvidas sobre a manutenção do

nível de aptidão técnica ou das condições físicas estabelecidas na regulamentação específica a autoridade aeronáutica competente poderá submetê-lo a novos exames técnicos ou de capacidade física, ainda que estejam válidos os respectivos certificados.

§ 4º Qualquer dos certificados de que trata este artigo poderá ser cassado pela autoridade aeronáutica competente, se ficar verificado, em processo administrativo ou em inspeção de saúde, que o respectivo titular não possui idoneidade profissional ou está incapacitado, física e permanentemente, para exercer as funções especificadas na sua licença.

Art. 34. A validade das licenças e dos certificados de habilitação técnica, expedidos por autoridades estrangeiras, regula-se pelas Convenções e Atos Internacionais que tenham estabelecido as respectivas condições e estejam em vigor no Brasil e nos Estados que os tiverem expedido.

Parágrafo único. A matéria será regulada pela Lei Brasileira quando inexistirem Convenções ou Atos Internacionais, ou quando se tratar de brasileiro titular de licença e certificado estrangeiros.

Capítulo III

Do Comandante de Aeronave

Art. 35. Toda aeronave deverá ter a bordo um Comandante escolhido pelo proprietário ou explorador, que será seu representante durante a viagem. Os regulamentos estabelecerão as condições necessárias ao desempenho da função e a forma de investidura.

§ 1º O Comandante é responsável pela operação e segurança da aeronave, assim como pela guarda de valores, mercadorias, bagagens e malas postais, de acordo com a lei, os regulamentos oficiais em vigor e o regimento do proprietário ou explorador.

§ 2º Os demais membros da tripulação ficam subordinados, técnica e disciplinarmente, ao Comandante da aeronave.

Art. 36. O Comandante exerce a autoridade que lhe é atribuída por este Código e por outras disposições legais, desde o momento em que re-

cebe a aeronave para o vôo, até o momento em que a entrega, concluída a viagem.

Parágrafo único. No caso de pouso forçado, a autoridade do Comandante persiste até que as autoridades competentes assumam a responsabilidade pela aeronave, pessoas, bens e valores transportados.

Art. 37. Poderá o Comandante, sob sua responsabilidade, adiar ou suspender a partida da aeronave, quando julgar indispensável à segurança do vôo.

§ 1º Durante o vôo deverá tomar tôdas as medidas tendentes a dar-lhe maior segurança.

§ 2º Os motivos das decisões que tomar, de acôrdo com este artigo, deverão constar dos documentos de bordo, que serão apresentados às autoridades aeronáuticas e ao proprietário ou explorador dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar do término da viagem.

Art. 38. O Comandante poderá delegar suas atribuições, salvo as constantes do § 1º do artigo anterior, na forma dos regulamentos bem como do regimento do proprietário ou explorador da aeronave.

Art. 39. O Comandante poderá:

a) comprar o necessário ou contratar os serviços de reparação da aeronave imprescindíveis à continuação da viagem;

b) levantar dinheiro para prover os fins indicados na letra (a);

c) usar de meios processuais para garantia de seus atos e de direitos e interesses do proprietário ou explorador da aeronave.

Art. 40. O Comandante exerce autoridade sôbre as pessoas e coisas embarcadas e poderá:

a) desembarcar qualquer delas, desde que comprometa a boa ordem, ou disciplina, ou ponha em perigo a segurança da aeronave ou das pessoas e bens a bordo;

b) tomar as medidas necessárias à proteção da aeronave e das pessoas ou bens transportados;

c) alijar a carga ou parte dela, quando indispensável à segurança de vôo.

Art. 41. O nome do Comandante e as delegações previstas no art. 38 deverão constar dos documentos de bordo.

Art. 42. O Comandante da aeronave registrará nos documentos de bordo os nascimentos e óbitos que ocorrerem a bordo.

Parágrafo único. No caso de óbito de passageiros ou de membro da tripulação, o Comandante providenciará na primeira escala, o comparecimento da autoridade policial local, para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

TÍTULO IV

Da Infraestrutura Aeronáutica

Capítulo I

Das Definições

Art. 43. Constitui infraestrutura aeronáutica todo aeródromo, edificação, instalação aérea e serviços destinados a facilitar e tornar segura a navegação aérea, nestes compreendidos os de tráfego aéreo, telecomunicações, meteorologia, informações aeronáuticas, coordenação de busca e salvamento, bem como as instalações de auxílios rádio ou visuais.

Art. 44. Aeródromo é toda área de terra, água ou flutuante, destinada a chegadas, partidas e movimentação de aeronaves.

Art. 45. Os aeródromos são classificados em civis e militares.

§ 1º Aeródromo civil é o destinado, em princípio, ao uso de aeronaves não militares.

§ 2º Aeródromo militar é aquele destinado ao uso de aeronaves militares.

§ 3º Os aeródromos civis poderão ser utilizados pelas aeronaves militares, e os aeródromos militares pelas aeronaves não militares, obedecidas as prescrições estabelecidas pela autoridade aeronáutica competente.

Art. 46. Os aeródromos civis serão classificados em públicos ou privados, aqueles destinados ao tráfego de aeronaves em geral.

Art. 47. Nenhum aeródromo civil poderá ser utilizado sem estar devidamente registrado pela autoridade aeronáutica competente.

§ 1º Os aeródromos públicos serão abertos ao tráfego através de processo de homologação, a cargo da autoridade aeronáutica competente.

§ 2º Os aeródromos privados só poderão ser utilizados com permissão de seu proprietário, vedada sua exploração comercial.

Art. 48. Consideram-se aeroportos os aeródromos públicos dotados de instalações e facilidades para apoio de operações de aeronaves e de embarque e desembarque de pessoas e cargas.

§ 1º Os aeroportos serão classificados por ato administrativo, que fixará as características de cada categoria.

§ 2º Os aeroportos destinados às aeronaves nacionais ou estrangeiras na realização de serviços internacionais, regulares ou não-regulares, serão classificados como aeroportos internacionais.

Art. 49. Nos aeródromos públicos que forem sede de Unidade Aérea Militar, as jurisdições e esferas de competência das autoridades civis e militares serão definidas em regulamentação especial.

Capítulo II

Da Construção e da Utilização dos Aeródromos

Art. 50. Os aeródromos públicos serão construídos, mantidos e explorados diretamente pela União, ou mediante concessão ou autorização, obedecidas as condições nelas estabelecidas.

§ 1º Entre as condições de exploração figurará obrigatoriamente, a observância das instruções de natureza administrativa e técnica emanadas de autoridades federais, para assegurar, em território nacional, uniformidade das normas relativas à navegação e aos transportes aéreos.

§ 2º As autorizações previstas neste artigo serão dadas separadamente, uma, para cada aeroporto, podendo, em casos excepcionais serem outorgadas em conjunto.

Art. 51. Os aeródromos públicos poderão ser usados por quaisquer aeronaves, sem distinção de propriedade ou nacionalidade, mediante o ônus da utilização.

Parágrafo único. Os preços de utilização serão fixados em tabela aprovadas pela autoridade aeronáutica competente, e aplicados em caráter geral em todo o território brasileiro.

Art. 52. Nenhum aeródromo terrestre poderá ser construído, sem prévia autorização da autoridade aeronáutica competente.

Art. 53. A instalação e o funcionamento de quaisquer serviços de infraestrutura aeronáutica, dentro ou fora de aeródromo civil, dependerão sempre de autorização prévia da autoridade aeronáutica competente, que os fiscalizará.

Art. 54. A utilização e o funcionamento de quaisquer escolas ou cursos de aviação, oficinas de manutenção e fábricas de material aeronáutico civil, dependerão sempre de autorização prévia da autoridade aeronáutica competente, que os fiscalizará.

Art. 55. As concessões ou autorizações de que trata este capítulo poderão ser cassadas, a qualquer tempo, se utilizadas para fins diversos dos previstos, ou contrários à ordem pública.

Capítulo III

Da Zona de Proteção dos Aeródromos

Art. 56. As propriedades vizinhas dos aeródromos estão sujeitas a restrições especiais.

Parágrafo único. As restrições a que se refere este artigo são relativas ao aproveitamento das propriedades quanto a edificações, instalações ou culturas que possam embaraçar as manobras de aeronaves.

Art. 57. As restrições às propriedades previstas no artigo anterior serão estabelecidas pela autoridade aeronáutica competente, mediante a aprovação de um plano da zona de proteção de cada aeródromo devidamente configurado.

Parágrafo único. Este plano será aprovado por ato do Poder Executivo e transmitido à administração dos Municípios em que se acharem os aeródromos, a fim de serem observadas as restrições.

Art. 58. Quando as restrições estabelecidas no plano da zona de proteção de aeródromo impuserem demolições ou impedirem construções de qualquer natureza, terão os proprietários direito a indenização fixada judicialmente, na falta de acôrdo direto.

TÍTULO V

Do Tráfego Aéreo

Art. 59. É livre o tráfego sobre o território nacional, observadas as disposições estabelecidas no presente Código e nas Convenções e Atos Internacionais de que o Brasil for parte, bem como nos regulamentos e nas instruções que forem expedidas.

Art. 60. Em circunstâncias excepcionais e na defesa da segurança nacional ou do interesse público, o Governo poderá proibir ou restringir, a título provisório ou permanente, o sobrevôo do território nacional ou de parte dele, com efeito imediato, sem que lhe caiba responsabilidade pelos prejuízos ou danos que acaso proveenham da execução da medida.

Art. 61. O voo sobre as propriedades privadas não deverá prejudicar o uso da propriedade do solo, tal como o define a legislação civil.

§ 1º O possuidor do solo não se poderá opor à partida ou retirada da aeronave que haja sido forçada a pousar em sua propriedade, desde que o proprietário ou explorador da aeronave dê garantia formal de posterior reparação dos danos.

§ 2º A recusa do explorador ou proprietário em garantir a reparação do dano autoriza o sequestro preventivo da aeronave.

Art. 62. São proibidos a qualquer aeronave, vãos de acrobacia ou evoluções que possam constituir perigo para a própria aeronave ou seus ocupantes, para o tráfego aéreo ou para cidades ou aglomerações de pessoas.

Art. 63. A aeronave que receber, de órgão controlador de voo, ordem para pousar, deverá dirigir-se imediatamente para o aeródromo que lhe for indicado e nele efetuar o pouso.

Parágrafo Único. No caso de manifesta inobservância da ordem recebida, a aeronave será compelida a efetuar o pouso pelo emprego dos meios que forem julgados necessários.

Art. 64. As aeronaves só poderão decolar ou pousar em aeródromos cujas características, fixadas por autoridade aeronáutica competente, comportarem suas operações, salvo motivo de força maior.

Art. 65. O lançamento de objetos ou coisas, de bordo de aeronave não-militar, dependerá de permissão da autoridade aeronáutica competente, salvo caso de emergência.

Art. 66. Poderão sobrevoar o território brasileiro as aeronaves não-militares de nacionalidade dos Estados participantes, com o Brasil, de Convenções Internacionais, de acordo com os seus termos. As demais dependerão sempre de autorização da autoridade aeronáutica competente.

Art. 67. Toda aeronave procedente do estrangeiro que houver de pousar em território nacional, ou que dele venha a sair para o exterior, somente em aeroporto internacional poderá realizar o primeiro pouso e a última decolagem.

Parágrafo Único. A lista de aeroportos internacionais será publicada pela autoridade competente.

Art. 68. Nenhuma aeronave poderá transportar, salvo com autorização especial de órgão competente, explosivos, munições, arma de fogo, material bélico, equipamento destinado a levantamento aerofotogramétrico ou de prospecção ou ainda quaisquer outros objetos ou substâncias consideradas perigosas para a segurança pública ou da aeronave.

Parágrafo Único. O porte de aparelhos fotográficos, cinematográficos ou eletrônicos, a bordo de aeronave, poderá ser impedido quando o interesse da segurança nacional o exigir.

TÍTULO VI

Dos Serviços Aéreos

Art. 69. A exploração de serviços aéreos por pessoas naturais ou jurídicas brasileiras dependerá sempre da prévia concessão ou autorização do Governo Brasileiro. Quando se tratar de serviços internacionais explorados por sociedades estrangeiras, aplicar-se-ão as convenções e os acordos de que o Brasil for parte, ou se não os houver, as normas da autorização que o Governo outorgar em cada caso.

§ 1º. A concessão ou a autorização prevista neste artigo somente será dada a pessoa jurídica brasileira que tiver:

- a) sede no Brasil;
- b) pelo menos 4/5 (quatro quintos) do capital pertencente a brasileiros;

c) direção confiada a pessoas com domicílio principal no Brasil;

d) constituição sob a forma de sociedade anônima, com ações nominativas, quando se tratar de serviços aéreos regulares.

§ 2º. As ações nominativas das empresas de serviço aéreo regular só poderão ser transferidas a brasileiros, mesmo que estejam incluídas na margem de um quinto do capital a que se refere a letra "b" do parágrafo anterior.

§ 3º. Quando houver aumento de capital social das empresas de serviço aéreo regular, será aplicado o disposto na letra "b" do § 1º deste artigo, em relação ao capital majorado desse aumento, excluídas de participação nesse aumento as pessoas jurídicas estrangeiras.

Art. 70. A menos que o Poder Público os explore diretamente, os serviços aéreos de transporte regular de passageiros ou carga serão realizados mediante concessão ou autorização, e os de transporte não regular mediante autorização, observado o disposto no artigo 69.

§ 1º. A concessão ou autorização poderá ser concedida ou negada, segundo as exigências de interesse público, e, se concedida, não poderá ser objeto de cessão ou transferência.

§ 2º. Extinguir-se-á a concessão ou autorização:

- a) pelo decurso do prazo fixado, sem que tenha havido prévia prorrogação por parte da autoridade competente;
- b) pela cassação;
- c) pela retirada da autorização.

Art. 71. Os Estatutos Sociais bem como suas modificações, dependerão sempre, de prévia aprovação da autoridade aeronáutica competente, só podendo ser apresentado ao Registro de Comércio depois dessa aprovação.

Art. 72. Dependerá sempre de prévia autorização da autoridade aeronáutica competente, a cessão ou transferência de ações das sociedades nacionais exploradoras de serviços aéreos de transporte regular.

Parágrafo Único. No ato da transferência das ações o transmitente deverá apresentar a prova da autorização, a que se refere este artigo, sob pena de nulidade da transferência e caducidade da concessão ou da autorização para exploração dos serviços.

Art. 73. Os acordos entre exploradores de serviços aéreos de transporte regular, que impliquem em consórcio, "pool", conexão, consolidação ou fusão de serviços ou interesses, dependerão de prévia aprovação da autoridade aeronáutica competente.

Art. 74. Os serviços aéreos de transporte regular ficarão sujeitos às normas que o Governo estabelecer para impedir a competição ruínosa e assegurar o seu melhor rendimento econômico podendo, para esse fim, a autoridade aeronáutica competente, a qualquer tempo, modificar rotas, frequências, horários e tarifas de serviço e outras quaisquer condições de concessão ou da autorização.

Art. 75. As normas e condições para a exploração de serviços aéreos não regulares, inclusive os de táxi-aéreo, serão fixadas pela autoridade aeronáutica competente, visando a evitar a competição desses serviços com os de transporte regular, e poderão ser alteradas pela mesma autoridade quando julgado necessário, para assegurar, em conjunto, melhor rendimento econômico dos serviços aéreos.

Art. 76. Toda pessoa, natural ou jurídica, que explorar serviços aéreos deverá dispor de adequadas estruturas técnicas de manutenção e de operação, próprias ou contratadas, e devidamente homologadas e fiscalizadas pela autoridade aeronáutica competente.

Art. 77. Cabe à autoridade aeronáutica competente a fiscalização de todas as atividades concernentes aos serviços aéreos.

Art. 78. Além da escrituração exigida pela legislação, em vigor, todas as empresas que explorarem serviços aéreos deverão manter escrituração específica, que obedecerá a um plano uniforme de contas, estabelecido pela autoridade aeronáutica competente.

Parágrafo Único. A receita e a despesa de atividades afins ou subsidiárias não poderão ser escrituradas na contabilidade dos serviços aéreos, cuja exploração for objeto de concessão ou de autorização.

Art. 79. A autoridade aeronáutica competente poderá, quando julgar necessário, mandar proceder a exame da contabilidade das empresas que explorarem serviços aéreos e dos respectivos livros, registros e documentos.

TÍTULO VII

Do Transporte Aéreo

Capítulo I

Das Definições

Art. 80. Transportador, para efeito do presente Código, é a pessoa natural ou jurídica, proprietária ou exploradora da aeronave, que se obriga, em nome próprio, a executar serviço aéreo de transporte de pessoas ou coisas.

Art. 81. Considera-se doméstico e é regido pelo presente Código todo transporte em que os pontos de partida, intermediários e destino estejam situados em território nacional.

Parágrafo único. O transporte não perderá esse caráter se, por motivo de força maior, a aeronave fizer escala em território estrangeiro, estando, porém, em território brasileiro os seus pontos de partida e destino.

Art. 82. Considera-se um só transporte o que vários transportadores aéreos executarem sucessivamente desde que a operação se origine de um só contrato, haja ou não interrupção ou baldeação, embora este contrato venha ou não a ser executado, pelo transportador que o contratou.

Art. 83. Os transportes domésticos só poderão ser efetuados por aeronaves brasileiras.

Parágrafo único. É vedado esse transporte em aeronave de matrícula estrangeira arrendada ou afretada a pessoa natural ou jurídica brasileira.

Capítulo II

Dos Documentos de Transportes Bilhete de Passagem

Art. 84. No transporte de passageiros, o transportador é obrigado a fazer entrega de um bilhete de passagem que deverá indicar, essencialmente:

- a) o lugar e a data da emissão;
- b) os pontos de partida e destino;
- c) o nome do ou dos transportadores.

Art. 85. A falta, irregularidade ou perda do bilhete não prejudica a existência nem a validade do contra-

to de transporte, que continuará a reger-se pelas disposições do presente Código.

Nota de Bagagem

Art. 86. No transporte de bagagem, excetuados os pequenos objetos que o passageiro conservar sob sua guarda, o transportador é obrigado, se o passageiro o exigir, a extrair e entregar-lhe nota de bagagem em duas vias, com as seguintes indicações:

- a) o lugar e a data da emissão;
- b) os pontos de partida e destino;
- c) o número do bilhete de passagem;
- d) a quantidade e o peso dos volumes;
- e) a importância do valor declarado.

Art. 87. A falta, irregularidade ou perda da nota de bagagem não prejudica a existência nem a validade do contrato de transporte, que continuará a reger-se por este Código.

Conhecimento Aéreo

Art. 88. No transporte de carga, o transportador deverá exigir ao expedidor a feitura e entrega do "conhecimento aéreo".

Parágrafo único. Se o transportador, a pedido do expedidor, fizer o conhecimento aéreo, considerar-se-á, até prova contrária, como tendo agido por conta deste.

Art. 89. O conhecimento aéreo será feito em três vias originais e entregue pelo expedidor com a carga.

§ 1º A primeira via, com a indicação "do transportador", será assinada pelo expedidor.

§ 2º A segunda via, com a indicação "do destinatário", será assinada pelo expedidor e pelo transportador e acompanhará a carga.

§ 3º A terceira via será assinada pelo transportador e por ele entregue ao expedidor, após aceita a carga.

Art. 90. Quando houver mais de um volume o transportador poderá exigir do expedidor conhecimentos aéreos distintos.

Art. 91. O conhecimento aéreo deverá indicar:

- a) o lugar e a data da emissão;
- b) os pontos de partida e destino;

c) o nome e o endereço do expedidor;

d) o nome e o endereço do transportador;

e) o nome do destinatário e, se necessário, o seu endereço;

f) a natureza da carga;

g) o número, o acondicionamento, as marcas particulares ou a numeração dos volumes;

h) o peso, a quantidade e o volume (ou as dimensões da carga);

i) o preço da mercadoria, quando a carga for expedida contra pagamento no ato da entrega, e, eventualmente, a importância das despesas;

j) o valor declarado, se houver

l) o número das vias do conhecimento;

m) os documentos entregues ao transportador para acompanharem o conhecimento aéreo;

n) o prazo do transporte e a indicação sumária do trajeto a seguir (via) se forem estipulados.

Art. 92. Se o transportador aceitar a mercadoria sem o respectivo conhecimento aéreo, ou se este não coniver todas as indicações do artigo precedente letras *a* até *h*, inclusive, não lhe assistirá o direito de se prevalecer das disposições do presente Código, que lhe excluam ou limitem a responsabilidade.

Art. 93. O expedidor responde pela exatidão das indicações e declarações constantes do conhecimento aéreo e pelo dano que, em consequência de suas declarações ou indicações irregulares, inexatas ou incompletas, vier a sofrer o transportador ou qualquer outra pessoa.

Art. 94. O conhecimento aéreo faz presumir, até prova em contrário, a conclusão do contrato, o recebimento da carga e as condições do transporte.

Art. 95. As enunciações do conhecimento aéreo, relativas a peso, dimensões, acondicionamento da carga e número de volumes, presumem-se verdadeiras até prova em contrário; as referentes a quantidade, volume, valor e estado da carga só farão prova contra o transportador, se a verificação delas for por ele feita na presença do expedidor e exarada no conhecimento.

Art. 96. A falta, irregularidade ou perda do conhecimento aéreo não pre-

judica a existência nem a validade do contrato de transporte, que continua sujeito às regras do presente Código.

Capítulo III

Da Responsabilidade Contratual

Art. 97. O transportador responde por qualquer dano resultante de acidente relacionado com a aeronave em voo ou na superfície, a seu bordo ou em operação de embarque ou desembarque, que causar a morte ou lesão corporal do passageiro, salvo culpa deste, sem culpabilidade do transportador ou de seus prepostos.

Parágrafo único. No transporte gratuito, a responsabilidade dependerá de prova, a cargo da vítima ou de seus beneficiários, de dolo ou de culpa do transportador ou de seus prepostos, ressalvado o direito à indenização do seguro contratado sem exclusão do passageiro gratuito.

Art. 98. O transportador responde pelo dano resultante de destruição, perda ou avaria da bagagem despachada ou de carga, nos acidentes ocorridos durante o transporte aéreo.

Art. 99. O transporte aéreo para os efeitos do artigo precedente, compreende o período durante o qual a bagagem ou carga se acharem sob a guarda do transportador, em aeródromo, a bordo de aeronave ou em qualquer outro lugar.

Art. 100. O transporte aéreo não abrange transporte terrestre ou aquático realizado fora do aeródromo.

Parágrafo único. Se na execução do contrato do transporte aéreo for executado transporte terrestre, marítimo ou fluvial para o carregamento, entrega ou baldeação, presume-se ocorrido o dano durante o transporte aéreo, salvo prova em contrário.

Art. 101. O transportador responde pelos danos resultantes de antecipação ou atraso do transporte aéreo do passageiro, bagagem ou carga, salvo caso fortuito ou de força maior.

Parágrafo único. Consideram-se casos de força maior os impostos pela segurança de voo que devem ser aprovados pelo transportador.

Art. 102. Se a viagem sofrer interrupção em aeroporto de escala por tempo superior a seis horas, qualquer que seja o motivo, o transportador é obrigado à instância do passageiro, a fazê-lo reembarkar incontinenti para o destino pelo meio mais rápido possível e que ofereça idêntico ou melhor serviço, correndo por conta do transportador contratual todos os gastos inclusive os de hospedagem, decorrentes de interrupção, sem prejuízo das responsabilidades estabelecidas no artigo anterior.

Art. 103. No transporte de passageiros, salvo se fôr convenção indenização mais alta, a responsabilidade do transportador por qualquer dano resultante de morte ou lesão corporal de passageiro será limitada, por pessoa, à importância correspondente a 200 (duzentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

§ 1º No transporte de carga ou bagagem, salvo convenção entre as partes, a responsabilidade do transportador se limita à quantia calculada por quilo, à base de 1/3 (um terço) do maior salário-mínimo vigente no País.

§ 2º Quanto à bagagem e objetos que o passageiro conservar sob a sua guarda, a responsabilidade do transportador não excederá de 4 (quatro) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 104. O transportador responde perante os tripulantes da aeronave e demais empregados que nela viajarem a seu serviço, ou perante os respectivos beneficiários, nos mesmos casos, segundo o mesmo critério e sob o mesmo regime de garantias estabelecidas com relação ao passageiro, por uma indenização de limite igual a que lhes seria devida se passageiros fossem deduzido o valor da indenização que receberem, ou que teriam direito a receber pela legislação de acidentes de trabalho.

Art. 105. São nulas as cláusulas tendentes a exonerar de responsabilidade o transportador ou a estabelecer limite inferior ao fixado neste Código.

Parágrafo único. Essa nulidade não acarreta a anulação do contrato do transporte respectivo.

Art. 106. Quando o dano resultar de dolo ainda que eventual, do trans-

portador ou de seus prepostos, nenhum efeito terão os artigos deste Código, que excluam ou atenuem a responsabilidade.

Art. 107. O recebimento de bagagem ou carga, sem protestos do destinatário faz presumir, salvo prova em contrário, que foi entregue em bom estado e de conformidade com o documento de transporte.

Art. 108. No caso de transporte executado sucessivamente por vários transportadores, cada transportador que receber passageiro, bagagem ou carga, ficará sujeito às regras deste Código e considerado parte no contrato de transporte.

§ 1º O passageiro, ou os que o sucederem nos seus direitos, só terão direito de ação contra o transportador que haja efetuado o transporte, no curso do qual se tiver produzido o acidente ou atraso salvo se, por estipulação expressa, o primeiro transportador assumir a responsabilidade em todo o percurso da viagem.

§ 2º Em se tratando de bagagem ou carga, o expedidor terá ação contra o primeiro transportador, e o destinatário, a quem couber direito a entrega, contra o último. Um e outro poderão acionar o transportador que haja efetuado o transporte durante o qual tiver ocorrido a destruição, perda, avaria ou atraso. Esses transportadores serão solidariamente responsáveis ante o expedidor e o destinatário.

TÍTULO VIII

Da responsabilidade para com Terceiros

Art. 109. As disposições relativas à responsabilidade para com terceiros aplicam-se a quaisquer aeronaves que trafeguem sobre o território brasileiro.

Art. 110. Dará direito a reparação qualquer dano que a aeronave causar a pessoas ou bens no solo ou em águas jurisdicionais brasileiras bem assim o originado por pessoas ou coisas dela caídas ou projetadas, inclusive pelos alijamentos resultantes de força maior.

§ 1º Não dará direito, entretanto, à reparação, o dano que não fôr consequência direta do fato causador ou

que ocorrer em virtude da operação normal da aeronave, realizada de conformidade com as normas recomendadas.

§ 2º A reparação pelo dano só poderá ser diminuída ou excluída na medida em que couber culpa à pessoa lesada.

Art. 111. A obrigação de reparar os danos previstos nos artigos antecedentes caberá ao explorador da aeronave.

Parágrafo único. O explorador é responsável pelos danos causados pela aeronave quando pilotada ou manobrada por seus subordinados, ainda que exorbitem de suas atribuições.

Art. 112. Considera-se a aeronave em vôo ou em manobra a partir do momento em que é empregada a sua força motriz e até que, cessada esta, tenha fim o movimento próprio.

Parágrafo único. Quando se tratar de aeronave desprovida de força motriz a expressão "vôo" ou "manobra" aplica-se ao período compreendido entre o início e o fim de seu movimento.

Art. 113. Serão regulados pelo direito comum os danos causados pela aeronave no solo e com motores parados.

Art. 114. A responsabilidade pelo dano causado a terceiros na superfície, por outrem que não o explorador ou tripulantes da aeronave, fica sujeita à legislação comum, mas não exclui a responsabilidade limitada do explorador, prevista neste Código.

Art. 115. A responsabilidade pelo dano causado a terceiros na superfície, por quem utilizar a aeronave sem o consentimento do explorador, fica sujeita à regra do artigo 110, mas não exclui a responsabilidade limitada do explorador, prevista neste Código.

Parágrafo único. Fica elidida a responsabilidade do explorador se provar que exerceu a devida vigilância para impedir o uso ilegítimo da aeronave.

Art. 116. Qualquer das pessoas responsáveis, de acordo com este Código terá direito à ação regressiva contra o autor do dano.

Art. 117. Os danos causados a pessoas na superfície serão indenizados pelo explorador, observado nos casos de morte ou incapacidade o estabelecido no artigo 103 deste Código, acrescido de 50% (cinquenta por cento).

Art. 118. Se duas ou mais aeronaves em vôo colidirem ou se em suas evoluções perturbarem uma à outra, e daí resultarem danos pessoais a terceiros que dêem direito à indenização, nos termos do artigo 110 ou se duas ou mais aeronaves causarem conjuntamente esses danos, cada uma delas será considerada como tendo causado o dano, e os respectivos exploradores serão responsáveis nas condições e limites estabelecidos neste Código.

Parágrafo único. Nestes casos, a pessoa que sofrer os danos ou os seus beneficiários terão direito a ser indenizados, até a soma dos limites correspondentes a cada uma das aeronaves, mas nenhum explorador será responsável por soma que exceda os limites aplicáveis às suas aeronaves, salvo se sua responsabilidade for ilimitada, nos termos do artigo 121.

Art. 119. No caso de danos a pessoas e bens na superfície, causados por aeronave brasileira, a indenização que será rateada; proporcionalmente aos prejuízos resultantes, obedecerá aos seguintes limites:

a) para aeronaves com o máximo de mil quilogramas de peso, a importância correspondente a 200 (duzentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País;

b) para aeronaves acima de mil quilogramas de peso, a importância correspondente a 200 (duzentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, acrescida de 1/40 (um quarenta avos) desse salário, por quilograma que exceder de mil quilogramas.

Parágrafo único. Entende-se por peso da aeronave o autorizado para decolagem pelo certificado de navegabilidade ou documento equivalente.

Art. 120. Quando a importância total das indenizações fixadas exceder o limite da responsabilidade estabelecida neste Código, aplicar-

se-ão as regras seguintes, tendo-se em conta o disposto no artigo 117:

a) as indenizações, no caso de morte ou lesão, ou então somente no caso de danos materiais, serão reduzidas em proporção aos seus respectivos montantes;

b) se as indenizações se referirem tanto ao caso de morte ou lesões como ao de danos materiais, a metade da importância total a ser distribuída destinar-se-á, de preferência, a cobrir as indenizações por morte ou lesões, e, se fôr insuficiente, deverá ser rateada proporcionalmente ao montante respectivo dos danos causados. O saldo da importância total a ser distribuído será rateado, proporcionalmente, entre as indenizações relativas aos danos materiais e, se fôr o caso, à parte não coberta das indenizações por morte ou lesões.

Art. 121. A pessoa responsável não se poderá prevalecer dos limites fixados neste Código, se o interessado provar que o dano foi causado por dolo, ainda que eventual.

TÍTULO IX

Das Garantias de Responsabilidades

Art. 122. O transportador ou explorador dará garantia de reparação dos danos pessoais e materiais de que fôr responsável nos termos deste Código, na forma e limites nele estabelecidos.

Art. 123. A garantia de que trata o artigo anterior poderá consistir, à escolha do transportador ou explorador, em:

a) seguro contratado com empresa idônea;

b) caução ou fiança idônea, inclusive bancária, aprovada pelo Governo, desde que o garante seja domiciliado no Brasil;

c) depósito prévio, de dinheiro ou valores.

Art. 124. A expedição de certificado de navegabilidade da aeronave, ou a sua revalidação, ficará subordinada à apresentação de uma das garantias previstas no artigo antecedente.

Parágrafo único. Se a garantia consistir em contrato de seguro, poder-se-á suspender, a qualquer mo-

mento, a validade de certificado de navegabilidade da aeronave ou aeronaves, quando o transportador ou explorador não provar que está executando regularmente cláusulas a que estiver obrigado pela apólice respectiva.

Art. 125. Para reparação dos danos que as aeronaves estrangeiras possam causar a pessoas e bens no território brasileiro, exigir-se-á a apresentação de garantias pelo menos iguais, ou consideradas equivalentes, às exigidas para aeronaves nacionais ou, quando aplicável, às estabelecidas em Convenção Internacional de que o Brasil fôr parte.

Parágrafo único. A apresentação das garantias a que se refere este artigo é indispensável, para o sobrevôo do território brasileiro por aeronaves estrangeiras.

Art. 126. Aquêle que tiver direito à reparação do dano poderá exercer, nos limites da indenização que lhe couber, direito próprio sobre a garantia prestada pelo responsável.

Art. 127. Nas apólices de seguro de vida ou de seguro de acidente, os interessados não poderão excluir os riscos resultantes do transporte em aeronaves.

TÍTULO X

Do Abalroamento Aéreo

Art. 128. Abalroamento aéreo é qualquer colisão entre duas ou mais aeronaves, em vôo ou em manobra na superfície.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, consideram-se prejuízos de abalroamento os danos causados por aeronave em vôo ou em manobra à outra aeronave também em vôo ou em manobra, mesmo que não resultem em colisão.

Art. 129. A responsabilidade pela reparação dos danos resultantes de abalroamento cabe ao explorador da aeronave comprovadamente culpada, quer a utilize pessoalmente, quer por preposto seu no exercício de suas funções.

Art. 130. Consideram-se prejuízos de abalroamento sujeitos a reparação:

a) os danos a pessoas e coisas a bordo da aeronave abalroada;

b) os danos sofridos pela aeronave abalroada;

c) os danos decorrentes da privação do uso normal da aeronave abalroada, correspondente aos lucros cessantes;

d) os danos que o explorador da aeronave abalroada fôr obrigado a pagar.

Art. 131. Se a culpa fôr comum às aeronaves envolvidas em abalroamento, cada qual suportará os danos causados.

Art. 132. A responsabilidade dos exploradores de aeronaves culpadas em caso de abalroamento, salvo o disposto no artigo seguinte, não excederá:

a) do dobro dos valores fixados neste Código para os casos de morte e lesões corporais de pessoas embarcadas, danos a mercadorias e bagagens despachadas, e a objetos sob a guarda pessoal de passageiros, a bordo de aeronave abalroada (artigo 103);

b) de valor dos reparos e substituições de peças da aeronave abalroada, se recuperável, ou de seu valor real imediatamente anterior ao abalroamento, se inconveniente a sua reparação;

c) de 10% (dez por cento) do valor da aeronave abalroada, determinado em conformidade com o item anterior, por lucros cessantes, em virtude da privação do seu uso normal.

Art. 133. Não prevalecerão os limites de responsabilidade fixados neste Código:

a) se o abalroamento resultar de dolo, ainda que eventual, do explorador, ou de preposto seu no exercício de suas funções;

b) se a pessoa responsável pelo abalroamento se tiver apoderado flicitamente da aeronave, dela fazendo uso sem o consentimento de quem tiver esse direito;

c) se o explorador da aeronave causadora do abalroamento tiver concorrido, por si ou por seus prepostos, para o evento, por ação ou omissão violadora da lei ou da regulamentação em vigor, seja o ato, comissivo ou omissivo, causa imediata ou mediata, do abalroamento.

TÍTULO XI

Da Assistência e do Salvamento

Art. 134. O Comandante da aeronave é obrigado a prestar assistência a quem se encontrar em perigo de vida no mar, no ar ou em terra, desde que o possa fazer sem perigo para a aeronave, sua tripulação, seus passageiros ou outras pessoas.

Art. 135. Todo Comandante de navio, no mar, e qualquer pessoa, em terra, são obrigados, desde que o possam fazer sem perigo para si ou outras pessoas, a prestar assistência a quem estiver em perigo de vida, em consequência de queda ou avaria de aeronave.

Art. 136. A assistência poderá consistir em simples informação.

Art. 137. A obrigação de socorrer recai exclusivamente sobre a aeronave em voo ou pronta para partir, contanto que lhe seja razoavelmente possível prestar socorro.

Art. 138. Na falta de outros recursos, o órgão do Ministério da Aeronáutica encarregado de coordenar operações de busca e salvamento poderá, a seu critério, atribuir a qualquer aeronave, em voo ou pronta para decolar, missão específica nessas operações.

Art. 139. Cessa a obrigação de assistência desde que o obrigado tenha conhecimento de que foi prestada por outrem ou quando dispensado pelo órgão do Ministério da Aeronáutica a que se refere o artigo anterior.

Art. 140. A falta do Comandante em não prestar assistência, exonera de responsabilidade o proprietário ou explorador da aeronave, salvo se este determinar a não prestação do socorro caso em que lhe caberá integralmente a responsabilidade.

Art. 141. Toda assistência ou salvamento prestado com resultado útil dará direito a remuneração correspondente ao trabalho e à eficiência do ato, nas seguintes bases:

a) Considerar-se-á, em primeiro lugar, o êxito obtido, os esforços, os riscos e o mérito daqueles que prestaram socorro; o perigo ocorrido pela

aeronave socorrida, seus passageiros, sua tripulação e sua carga; o tempo empregado, as despesas e prejuízos suportados tendo em conta, quando ocorrer, a situação especial do assistente;

b) em segundo lugar, o valor das coisas salvas;

§ 1º Não haverá remuneração:

a) se o socorro fôr recusado ou se carecer de resultado útil;

b) quando o socorro fôr prestado por aeronave pública.

§ 2º O proprietário ou armador do navio conserva o direito de se prevalecter do abandono, ou da limitação de responsabilidade fixada nas leis e convenções em vigor.

Art. 142. Todo aquêle que, por imprudência, negligência ou transgressão, provocar a movimentação desnecessária de recursos de busca e salvamento ficará obrigado a indenizar a União pelas despesas decorrentes dessa movimentação, mesmo que não tenha navido perigo de vida ou solicitação de socorro.

Art. 143. Prestada assistência sem obrigação de o fazer, aquêle que a prestou somente terá direito à remuneração se obtiver resultado útil, salvando pessoas ou concorrendo para salvá-las.

Art. 144. Cabe ao proprietário ou explorador indenizar a quem prestar assistência a passageiro ou tripulante da aeronave.

Art. 145. Se o socorro fôr prestado por diversas aeronaves, embarcações, veículos ou pessoas envolvendo vários interessados, a remuneração será fixada em conjunto pelo Juiz, e distribuída segundo os critérios estabelecidos neste artigo.

§ 1º Os interessados, devem fazer valer seus direitos à remuneração no prazo de 6 (seis) meses, contado do dia do socorro.

§ 2º Decorrido o prazo, proceder-se-á ao rateio.

§ 3º Os interessados que deixarem fluir o prazo estabelecido no parágrafo primeiro sem fazer valer seus direitos ou notificar os obrigados, só poderão exercer seus direitos sobre as importâncias que não tiverem sido distribuídas.

Art. 146. A remuneração não excederá o valor que os bens salvados tiverem no final das operações de salvamento.

Art. 147. Fica obrigado ao pagamento da remuneração quem utilizar a aeronave sem o consentimento do proprietário ou explorador, que com ele responderá solidariamente se não tiver exercido a vigilância para impedir o uso ilegítimo da aeronave.

Art. 148. A remuneração poderá ser reduzida ou suprimida se provado que os reclamantes tornaram necessário o socorro, concorreram para aumentar os prejuízos ou se tornaram cúmplices de furtos, extravios ou outros atos fraudulentos.

Art. 149. O proprietário ou explorador da aeronave pode reter as cargas até ser paga a cota que lhe corresponde da remuneração da assistência ou salvamento.

Parágrafo único. O proprietário da carga poderá retirá-la mediante caução suficiente ao pagamento.

TÍTULO XII

Da Decadência

Art. 150. Sob pena de decadência, os direitos decorrentes das relações jurídicas indicadas neste artigo deverão ser exercidos dentro do prazo de dois (2) anos, a contar:

a) da data em que se verificar o dano, nas ações de responsabilidade decorrente dos arts. 97 e 110 d'este Código;

b) da data da chegada ou da em que a aeronave devia ter chegado ao destino, ou então da interrupção do transporte, nas ações decorrentes do transporte de cargas ou bagagens;

c) da data de conclusão dos respectivos serviços, nas ações de indenização por assistência e salvamento.

§ 1º Se o interessado provar que não teve conhecimento do dano ou da identidade do responsável, o prazo de decadência começará a correr no dia em que disso tiver conhecimento, mas não ultrapassará de 3 (três) anos a contar da data do evento.

§ 2º A requerimento da parte ou *ex officio* o juiz determinará integração da lide por todas as pessoas soli-

dariamente responsáveis pelo dano, para efeito do direito regressivo.

Art. 151. O direito de ação contra os construtores da aeronave decairá em cinco (5) anos, a contar da entrega da aeronave.

Art. 152. O transportador é obrigado a conservar, pelo prazo de três (3) anos, as vias respectivas dos seus documentos de transporte aéreo.

TÍTULO XIII

Das Infrações

Art. 153. As penalidades previstas neste Título serão aplicadas pela autoridade aeronáutica competente, de acordo com a gravidade das infrações.

Art. 154. A aplicação de penalidade, nos termos do artigo anterior, não prejudicará nem impedirá a imposição, por outras autoridades, de penalidades previstas em leis ou regulamentos.

Art. 155. Será aplicada a pena de cassação do certificado de navegabilidade da aeronave, do certificado do tripulante ou da concessão ou da autorização de serviços aéreos, nos seguintes casos:

a) perda do nível de aptidão técnica ou de condições físicas;

b) procedimentos ou práticas, no exercício das funções, que revelem falta de idoneidade profissional para o exercício das prerrogativas de certificado de habilitação técnica;

c) utilização da aeronave na prática de contrabando;

d) execução de serviços aéreos comprometendo a ordem ou a segurança pública;

e) cessão ou transferência da concessão ou da autorização do serviço aéreo sem estar devidamente autorizada;

f) transferência da direção ou da execução do serviço aéreo a pessoa natural ou jurídica distinta da que fôr concessionária ou permissionária;

g) fornecimento à autoridade aeronáutica competente de dados estatísticos e financeiros inexatos, ou recusa de exibição de livros de escrituração, fichas e documentos de contabilidade, de almoxarifado ou de serviços técnicos de manutenção.

Parágrafo único. A aplicação da pena de cassação dependerá de inqué-

rito administrativo, no curso do qual será assegurada defesa ao infrator.

Art. 156. Será aplicada a pena de multa, concomitantemente ou não com a suspensão dos certificados, nos casos de infrações configuradas abaixo:

I — Infrações cuja responsabilidade recaia simultaneamente ou não sobre o proprietário ou explorador da aeronave, ou ainda sobre seus prepostos, de acordo com as atribuições contidas na regulamentação específica aplicável a cada caso:

a) utilização da aeronave com certificado de navegabilidade vencido;

b) utilização da aeronave com excesso de passageiros ou de peso sobre os máximos fixados no certificado de navegabilidade da aeronave;

c) transporte, sem autorização, de cargas, equipamentos ou substâncias consideradas perigosas para a segurança pública ou da aeronave;

d) utilização da aeronave com equipamento para levantamento aerofotogramétrico, sem autorização da autoridade competente;

e) utilização da aeronave sem estar matriculada ou que, matriculada em outro Estado, não esteja autorizada a sobrevoar o território nacional;

f) uso de aeronave cujas marcas de nacionalidade ou de matrícula tenham sido alteradas ou que estejam em desacordo com o respectivo certificado de matrícula;

g) lançamento de objetos ou coisas de bordo de aeronave em voo, ressalvados os casos de emergência ou de autorização especial para esse fim;

h) inobservância dos regulamentos e normas de tráfego aéreo, assim como das regulamentações concernentes à duração do trabalho e aos limites de horas de voo;

i) inobservância dos planos de voo, e instruções e autorizações dos órgãos de controle de tráfego aéreo;

j) tripular aeronave quando os prazos dos respectivos certificados de habilitação técnica e de capacidade física estejam vencidos, ou exercer função a bordo para a qual não esteja qualificado pela sua licença e respectivo certificado de habilitação técnica;

l) pilotar aeronave sem portar os certificados de matrícula e de nave-

gabilidade desta e a sua licença e certificados;

m) inobservância das normas sobre assistência e salvamento;

n) inobservância, por parte de tripulantes, de normas e regulamentos, que afete a disciplina a bordo ou a segurança de voo;

o) utilização da aeronave sem observância das exigências estabelecidas em regulamentos e normas, no tocante à manutenção e operação da aeronave;

p) utilização da aeronave com estrangeiro como tripulante, em desacordo com o estabelecido neste Código;

q) execução ou utilização dos serviços técnicos de manutenção sem homologação da autoridade aeronáutica competente;

r) utilização de aeronave com tripulação em desacordo com os regulamentos e normas em vigor.

II — Infrações cuja responsabilidade recai sobre os concessionários ou permissionários de serviços aéreos:

a) cessão ou transferência de ações das concessionárias de serviço aéreo em desacordo com as exigências legais ou introdução de alterações nos estatutos sociais sem observância das disposições legais;

b) transgressão das tarifas aprovadas pela autoridade aeronáutica competente ou concessão de abatimentos ou reduções nas tarifas, não autorizadas por lei ou regulamentos;

c) realização de consórcio (pool), conexão, consolidação ou fusão de serviços ou interesses, sem prévia autorização da autoridade aeronáutica competente;

d) inobservância dos dispositivos constantes dos contratos de exploração de linhas aéreas e dos horários aprovados pela autoridade aeronáutica competente;

e) desrespeito a Convenções ou Acórdos Aéreos Internacionais de que o Brasil seja parte.

III — Infrações cuja responsabilidade recai sobre pessoas naturais ou jurídicas não compreendidas nos itens anteriores:

a) construção ou exploração de aeródromo ou de quaisquer instalações ou equipamentos de infra-estrutura aeronáutica, sem autorização da autoridade competente;

b) exploração de serviço aéreo sem concessão ou autorização;

c) tripular aeronave ou exercer qualquer função a bordo sem ser titular de licença de tripulante.

Parágrafo único. A pena de multa será imposta em grau mínimo, médio ou máximo, e em dobro na reincidência, podendo ser acrescida concomitantemente de suspensão dos certificados até o máximo de cento e oitenta (180) dias.

Art. 157. Admitir-se-á recurso, sem efeito suspensivo, das penalidades previstas nos artigos anteriores.

Art. 158. Se a infração for cometida em consequência de ordem exorbitante ou indevida, do proprietário ou explorador da aeronave, devidamente comprovada, a responsabilidade de quem cumpriu a ordem ficará atenuada ou eliminada, conforme o alcance da ação.

Art. 159. Será determinada pela autoridade aeronáutica competente a detenção da aeronave nos seguintes casos:

a) sobrevoo do território nacional com infringência das Convenções ou Acórdos Internacionais ou das autorizações concedidas para esse fim;

b) entrada no território nacional sem pousar em aeroporto internacional.

Parágrafo único. A aeronave será liberada se forem satisfeitas as exigências legais, a juízo das autoridades competentes; caso contrário, e se for aeronave estrangeira, retornará ao exterior pela rota que for determinada, dentro do prazo para esse fim fixado.

Art. 160. A aeronave poderá ser interdita:

1) nos casos configurados no artigo 156, item I, alíneas a — b — c — d — e — f — o e p; item II, alínea b; III, alíneas b e c;

2) se a multa imposta ao proprietário ou explorador não tiver sido paga no prazo estipulado no respectivo ato;

3) se instaurado processo para apurar atividade delituosa do proprietário ou explorador na utilização da aeronave.

§ 1º Em caso de requisição da autoridade aduaneira, de polícia ou de

saúde, a autoridade aeronáutica competente poderá interditar, por prazo não superior a 15 (quinze) dias, qualquer aeronave quando, a seu juízo, as circunstâncias e os motivos que informarem a requisição justificarem essa medida, para acautelar interesses que não possam ser resguardados de imediato por providência prevista em lei ou regulamento, invocada pela autoridade requisitante.

§ 2º Em qualquer dos casos previstos neste artigo o proprietário ou explorador não terá direito à indenização.

Art. 161. As importâncias máximas e mínimas das multas serão fixadas pelo Poder Executivo, que as reaverá sempre que o índice do aumento do custo de vida acusar uma elevação de mais de 30% (trinta por cento) em relação à data em que foram fixadas.

Disposições Finais

Art. 162. Para efeito deste Código, são consideradas autoridades aeronáuticas competentes as do Ministério da Aeronáutica, conforme as atribuições definidas nos respectivos regulamentos.

Art. 163. Em caso de flagrante desrespeito às leis em vigor, aos regulamentos ou as normas de tráfego aéreo, poderá a autoridade competente, em defesa da segurança nacional, em benefício da ordem pública ou da segurança de voo, deter uma aeronave empregando os meios que julgar necessários.

Art. 164. Este Decreto-lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.

Art. 165. Ficam revogados o Decreto-lei nº 483, de 8 de junho de 1938, as Leis nºs 1.396, de 13 de julho de 1951; 2.866, de 13 de setembro de 1956; 3.916, de 13 de julho de 1961; 4.221, de 8 de maio de 1963 e demais disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Eduardo Gomes

DECRETO-LEI Nº 33 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre a participação acionária de que trata a Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, o Ato Complementar nº 23, de 20 de outubro de 1966, e considerando a necessidade de harmonizar a política sobre energia elétrica no Nordeste, decreta:

Art. 1º A participação acionária de que trata o § 1º do art. 37, da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965, somente se efetivará com a superveniência da rentabilidade dos recursos investidos.

Parágrafo único. Enquanto não ocorrer o disposto neste artigo, os recursos financeiros entregues pela SUDENE serão contabilizados em conta especial do passivo inexigível da Sociedade, como adiantamento, por conta de capital, a ser subscrito pela SUDENE.

Art. 2º Os dividendos auferidos por entidades públicas federais ou por sociedades de economia mista controladas pela União, resultante de aplicações de recursos em empresas de energia elétrica, na área de atuação da SUDENE, serão reinvestidos, obrigatoriamente, na mesma área, preferencialmente na própria empresa geradora dos dividendos.

Art. 3º O valor dos juros a que se refere o art. 20, § 4º, da Lei número 4.156, de 28 de novembro de 1962, com a redação que lhe foi dada pelo art. 8º da Lei nº 4.676, de 16 de junho de 1965, será transformado em participação societária da ELETROBRAS na empresa devedora, quando os referidos juros decorrerem da aplicação de recursos financeiros na área de atuação da SUDENE.

Art. 4º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Benedito Dutra
João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 34 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre nova denominação do Imposto de Consumo, altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, extingue diversas taxas e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º O Imposto de Consumo, de que trata a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, passa a denominar-se Imposto sobre Produtos Industrializados.

Art. 2º A Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Alteração 1ª — Renumerado o atual parágrafo único para 2º, acrescenta-se ao artigo 4º os seguintes inciso e parágrafo:

“IV — os que efetuem vendas por atacado de matérias-primas, produtos intermediários, embalagens, equipamentos e outros bens de produção.

§ 1º O regulamento conceituará para efeitos fiscais, operações de venda e bens compreendidos no inciso IV deste artigo”.

Alteração 2ª — Fica suprimida a alínea “a” do inciso I do artigo 5º, e acrescentada a seguinte alínea:

“Que permanecer no estabelecimento industrial decorridos 3 (três) dias da data da emissão da respectiva nota-fiscal”.

Alteração 3ª — Suprimam-se o artigo 6º e o anexo I a que o mesmo se refere, e o inciso IX do art. 7º, e nestes se substituam e se acrescentem os seguintes incisos:

“XI — rodas e respectivas partes, eixos montados ou não, cilindros e sapatas para freios, engates e dispositivos de choque e tração, destinados a emprego exclusivo e específico em locomotivas, tendões, vagões ou carros para estradas de ferro;

XIII — Os artefatos de madeira bruta, simplesmente desbastada ou serrada;

XXI — as películas cinematográficas sensibilizadas, não impressonadas, que se destinem à produção e reprodução de filmes por empresas ou laboratórios nacionais;

XXII — os defensivos da posição 38.11;

XXV — telhas e tijolos de barro bruto, apenas umedecido e amassado, cozidos, não prensados;

XXVI — panelas e outros artefatos rústicos de uso doméstico fabricados de pedra ou de barro bruto, apenas umedecido e amassado, com ou sem vidramento de sal;

XXVII — rédeas para dormir;

XXVIII — chapéus, roupas e proteção, de couro, próprios para tropeiros;

XXIX — calçados de ponto de malha de qualquer espécie, para recém nascidos;

XXX — chapéus de palha ou fibra de produção nacional, sem carneira, fôrro ou guarnição;

XXXI — queijo tipo Minas;

XXXII — macarrão, talharim, espagete e outras massas similares;

XXXIII — água oxigenada para emprego como antisséptico e desinfetante; soro anti-oftídico, vacinas;

“XXXIV — medicamentos destinados ao combate à verminose, malária, esquistossomose, paralisia infantil e outras endemias de maior gravidade no País, e os inseticidas e germicidas necessários à respectiva profilaxia, segundo lista feita pelo Departamento de Rendas Internas, ouvido, para esse fim, o Ministério da Saúde;

XXXV — aparelhos de ortopedia e prótese, de qualquer matéria ou tipo, destinados à reparação de partes do corpo humano”.

Alteração 4ª — O artigo 12 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“As Notas Explicativas da Nomenclatura referida no § 1º do artigo 10, atualizada até junho de 1966, constituem elementos de informação para a correta interpretação das Notas e do texto das Posições constantes da Tabela Anexa”.

Alteração 5ª — O inciso I do artigo 15 passa a vigorar com a seguinte redação:

"I — ao preço corrente no mercado atacadista da praça do remetente, quando o produto for remetido a outro estabelecimento da mesma pessoa jurídica ou a estabelecimento de terceiro, incluído no artigo 42 e seu parágrafo único";

Alteração 6ª — Acrescente-se ao artigo 15 o seguinte:

"Parágrafo único. Nas transferências de produtos para estabelecimentos da mesma pessoa jurídica, o valor definido no inciso I deste artigo não excederá o preço de venda daquele, diminuído de percentagem, não superior a 20 % (vinte por cento) fixada pelo regulamento e, ainda, das despesas de transportes e seguro".

Alteração 7ª — Acrescente-se ao artigo 19 o seguinte:

"Parágrafo único. Quando, em virtude de contrato escrito ocorrer reajustamento de preços, o imposto correspondente ao acréscimo de valor será lançado em nota-fiscal dentro de (três) 3 dias da data em que o reajustamento se efetivar".

Alteração 8ª — O artigo 25 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 25. A importância a recolher será o montante do imposto relativo aos produtos saídos do estabelecimento, em cada mês, diminuído do montante do imposto relativo aos produtos nele entrados, no mesmo período, obedidas as especificações e normas que o regulamento estabelecer.

§ 1º O direito de dedução só é aplicável aos casos em que os produtos entrados se destinem a comercialização, industrialização ou acondicionamento e desde que os mesmos produtos ou os que resultarem do processo industrial sejam tributados na saída do estabelecimento.

§ 2º É assegurado ao estabelecimento industrial o direito à manutenção do crédito relativo às matérias-primas e produtos intermediários utilizados na industria-

lização ou acondicionamento de produtos tributados vendidos a pessoa natural ou jurídica a quem a lei conceda isenção do imposto expressamente na qualidade de adquirente do produto.

§ 3º O regulamento disporá sobre a anulação do crédito ou o restabelecimento do débito, correspondente ao imposto deduzido, nos casos em que os produtos adquiridos saíam do estabelecimento com isenção do tributo, ou os resultantes da industrialização gozem de isenção ou não estejam tributados".

Alteração 9ª — O inciso III do artigo 27 passa a ter a seguinte redação, suprimidos os seguintes:

"III — na quinquena subsequente ao mês da ocorrência do fato gerador, nos demais casos".

Alteração 10ª — O Art. 27 passa a ter a seguinte redação, suprimidos os seus parágrafos:

"Art. 27. Quando ocorrer saldo do credor de imposto num mês, será ele transportado para o mês seguinte, sem prejuízo da obrigação de o contribuinte apresentar ao órgão arrecadador, dentro do prazo legal previsto para o recolhimento, a guia demonstrativa desse saldo".

Alteração 11ª — Suprimam-se os artigos 36, 37, 38 e 39.

Alteração 12ª — Acrescentem-se ao artigo 46 os seguintes parágrafos:

"§ 3º. O regulamento disporá sobre o controle dos selos especiais fornecidos ao contribuinte e por ele utilizados, caracterizando-se, nas quantidades correspondentes:

a) como saída de produtos sem a emissão de nota-fiscal, a falta que for apurada no estoque de selos;

b) como saída de produtos sem a aplicação do selo, o excesso verificado.

§ 4º. Em qualquer das hipóteses das alíneas a e b, do parágrafo anterior, além da multa cabível, será exigido o respectivo imposto, que, no caso de produtos de diferentes preços, será calculado com base no de preço

mais elevado da linha de produção, desde que não seja possível identificar-se o produto e o respectivo preço a que corresponder o selo em excesso ou falta".

Alteração 13ª — O Art. 47 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47. É obrigatória a emissão de nota fiscal em todas as operações tributáveis que importem em saídas de produtos tributados ou isentos dos estabelecimentos industriais ou dos estabelecimentos comerciais atacadistas, e ainda nas operações referidas nas alíneas a e b do inciso II do art. 5º".

Alteração 14ª — Substitua-se o parágrafo único do art. 51 pelo seguinte:

"Parágrafo único. No caso do inciso I, será emitida, sem lançamento de imposto, nota fiscal relativa ao todo. Nas saídas parciais, emitir-se-ão as notas fiscais correspondentes, aplicando-se sobre o valor de cada remessa a alíquota, relativa ao todo".

Alteração 15ª — O artigo 53 passa a vigorar com a seguinte redação suprimido o parágrafo único:

"Art. 53. Serão consideradas, para efeitos fiscais, sem valor legal, e servirão de prova apenas em favor do fisco, as notas fiscais que não satisfizerem as exigências dos incisos I, II, IV e V do artigo 48, bem como as que não contiverem, dentre as indicações exigidas no inciso IV, as necessárias à identificação e classificação do produto e ao cálculo do imposto devido".

Alteração 16ª — Ficam suprimidos os arts. 54 e 55 e seu parágrafo único.

Alteração 17ª — Fica acrescentado ao art. 56 o seguinte:

"§ 5º. O Departamento de Rendas Internas poderá permitir, mediante as condições que estabelecer, e resguardada a segurança do controle fiscal, que, com as adaptações necessárias, livros ou elementos de contabilidade geral do contribuinte, substituam os livros e documentário fiscal previstos nesta lei".

Alteração 18ª — O art. 68 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 68. A autoridade fixará a pena de multa partindo da pena básica estabelecida para a infração, como se atenuantes houvesse, só a majorando em razão das circunstâncias agravantes ou qualificativas provadas no processo.

§ 1º São circunstâncias agravantes:

I — a reincidência;

II — o fato de o imposto, não lançado ou lançado a menos, referir-se a produto cuja tributação e classificação fiscal já tenham sido objeto de decisão passada em julgado, proferida em consulta formulada pelo infrator;

III — a inobservância de instruções dos agentes fiscalizadores sobre a obrigação violada, anotada nos livros e documentos fiscais do sujeito passivo;

IV — qualquer circunstância que demonstre a existência de artifício doloso na prática da infração, ou que importe em agravar as suas consequências ou em retardar o seu conhecimento pela autoridade fazendária.

§ 2º São circunstâncias qualificativas a sonegação, a fraude e o conluio".

Alteração 19ª — O art. 69 é substituído pelo seguinte:

"Art. 69. A majoração da pena obedecerá aos seguintes critérios:

I — nas infrações não qualificadas:

a) ocorrendo apenas uma circunstância agravante, exceto a reincidência específica, a pena básica será aumentada de 50%;

b) ocorrendo a reincidência específica, ou mais de uma circunstância agravante, a pena básica será aumentada de 100%;

II — nas infrações qualificadas, ocorrendo mais de uma circunstância qualificativa, a pena básica será majorada de 100%.

Parágrafo único. No concurso de circunstâncias agravantes e qualificativas, somente as últimas

serão consideradas para fim de majoração da pena".

Alteração 20ª — Nos parágrafos 1º e 2º do art. 74, substitua-se a palavra "atenuantes" por "qualificativas".

Alteração 21ª — O artigo 79, acrescido de um parágrafo, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 79. O valor da multa será reduzido de 30% (trinta por cento), e o processo respectivo considerar-se-á findo administrativamente, se o infrator, conformando-se com a decisão de primeira instância, efetuar o pagamento das importâncias exigidas no prazo previsto para a interposição do recurso.

Parágrafo único. Perderá o infrator o direito à redução prevista neste artigo se procurar a via judicial para contraditar a exigência".

Alteração 22ª — Os incisos I e II do art. 80 passam a ter a seguinte redação:

"I — multa básica de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto que, devidamente lançado, não tiver sido recolhido antes de decorridos 90 (noventa) dias do término do prazo regulamentar;

II — multa básica de 100% (cem por cento) do valor do imposto que deixou de ser lançado ou que, devidamente lançado, deixou de ser recolhido, decorridos mais de 90 (noventa) dias do término do prazo regulamentar;

III — multa básica de 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do imposto que deixou de ser lançado ou recolhido, quando se tratar de infração qualificada, observado o disposto no artigo 86".

Alteração 23ª — O artigo 81, mantido o seu parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 81. Os contribuintes que, antes de qualquer procedimento fiscal, procurarem espontaneamente o órgão arrecadador competente, para recolher imposto não pago na época própria, ficam sujeitos às multas de 5% (cinco por

cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do valor do imposto, cobrados na mesma guia, conforme o recolhimento se realize, respectivamente, até trinta, sessenta e após sessenta dias do término do prazo legal do pagamento ou da data prevista para a sua realização".

Alteração 24ª — Substitua-se o art. 84 e seu § 1º pelos seguintes, mantido o parágrafo 4º, que passa a ser o 2º, e suprimidos os parágrafos 2º e 3º:

"Art. 84. Os que praticarem infração a dispositivo desta Lei ou de seu Regulamento, para a qual não seja prevista pena proporcional ao valor do imposto ou do produto, ou de perda da mercadoria, serão punidos com multas compreendidas entre os limites mínimo de Cr\$ 20.000 (vinte mil cruzeiros) e máximo de Cr\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros)

§ 1. O Regulamento disporá sobre a aplicação das penalidades, fixando-lhes as penas básicas, conforme a gravidade da infração e o dispositivo infringido".

Alteração 25ª — Dê-se a seguinte redação aos artigos 85 e parágrafo único, e 86:

"Art. 85. Ficam sujeitos à multa de cinco vezes o limite máximo da pena prevista no art. 84, aqueles que simularem, viciarem ou falsificarem documentos ou a escrituração de seus livros fiscais ou comerciais, ou utilizarem documentos falsos para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do imposto, se outra maior não couber por falta de lançamento ou pagamento do tributo.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem, por qualquer meio ou forma, desacatar os agentes do fisco, ou embarçar, dificultar ou impedir a sua atividade fiscalizadora, sem prejuízo de qualquer outra penalidade cabível por infração a esta lei ou seu Regulamento.

Art. 86. Em nenhum caso a multa aplicada poderá ser inferior ao limite mínimo previsto no art. 84".

Alteração 26ª — As Notas da Tabela anexa à Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, passarão a vigorar com as seguintes alterações:

Nota (17-1) b) açúcares quimicamente puros (posição 29.43); esta exclusão não se aplica à sacarose, glicose e lactose, quimicamente puras;

Nota (20-2) Os legumes e as hortaliças considerados nas posições 20.01 e 20.02 são aqueles que, sob outra apresentação, estão classificados nas posições 07.01 a 07.05, incluídos os vegetais citados no último parágrafo da nota do Capítulo 7.

Nota (27-1) a) Os produtos orgânicos de constituição química definida, apresentados isoladamente; esta exclusão não abrange o metano quimicamente puro que se classifica na posição 27.11;

Nota (32-1) b) tanatos e outros derivados tânico dos produtos classificados nas posições 29.38 a 29.42, 29.44 ou 35.01 a 35.04;

Nota (59-3) c) às fôlhas, chapas e tiras de borracha esponjosa ou celular, combinadas com tecido, diferentes das que se classificam no Capítulo 40, em virtude do disposto no último parágrafo da Nota 2 daquele Capítulo.

Nota (60-5) b) por tecidos e artigos de malhas com borracha, os produtos de malhas impregnados, revestidos ou recobertos de borracha, ou fabricados com fios têxteis impregnados ou revestidos de borracha.

Notas (XIX-1) g), (XX-2) b), (90-1) e), (91-3), (92-1) b), (93-1) b) (94-1) e), (97-1) f), (98-1) c) — acrescidas da locução seguinte:

de metais comuns (Alínea XVIII) e os artigos semelhantes de matérias plásticas artificiais (que se classificam geralmente pela posição 39.07).

Alteração 27ª — Na Tabela anexa à Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, substituíam-se pelos seguintes os textos das posições e incisos abaixo especificados, mantidas as respectivas alíquotas:

Posição 11.03 — Farinhas dos grãos de leguminosas, secos, quando acondicionadas em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto.

Posição 17.04 — Preparações açucaradas e produtos de confeitaria, que não contenham cacau, quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto.

Posição 20.07 — Sucos de frutas (inclusive o mosto de uvas) ou de legumes e hortaliças, não fermentados, sem adição de álcool, com ou sem adição de açúcar.

Posição 29.43 — Açúcares quimicamente puros, com exclusão de sacarose, glicose e lactose; éteres e ésteres de açúcares e seus sais, diferentes dos produtos das posições 29.39, 29.41 e 29.42.

Posição 34.03 — Preparações lubrificantes e preparações do tipo das utilizadas no tratamento, a óleo ou graxa, de têxteis, couros ou outras matérias, com exceção das que contenham mais de 70% em peso de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos.

Posição 35.05 — Dextrina e colas de dextrina; amidos e féculas, solúveis ou torrados; colas de amido ou de fécula.

1 — Colas de dextrina, de amido ou de fécula.

2 — Outros.

Posição 40.05 — Chapas, fôlhas e tiras de borracha natural ou sintética, não vulcanizada, diferente das fôlhas defumadas e das fôlhas-crepe das posições 40.01 e 40.02; grânulos de borracha natural ou sintética, apresentados como misturas prontas para vulcanização; misturas constituídas por borracha natural ou sintética, não vulcanizada, adicionada, antes ou depois da coagulação, de negro de carbono (com ou sem óleos minerais) ou de anidrido silícico (com ou sem óleos minerais), qualquer que seja a forma por que se apresentem.

Posição 40.06 — Borracha natural ou sintética, não vulcanizada, inclusive o látex, apresentados em outras formas ou estados (soluções e dispersões, tubos, varetas, perfilados etc.); artigos de borracha natural ou sintética, não vulcanizada (fios têxteis, recobertos ou impregnados, discos, arruelas etc.).

Posição 59.11 — Tecidos com borracha, exclusiva de malhas.

Posição 59.13 — Tecidos elásticos (exclusivo os de malhas), formados por matérias têxteis associadas a fios de borracha.

Posição 59.14 — Mechas tecidas, trançadas ou em ponto de meia, de matérias têxteis, para candeeiros, fogões de aquecimento, velas e semelhantes; mangas de incandescência, mesmo impregnadas, e tecidos tubulares de malhas próprios para sua fabricação.

Posição 75.01 — Mate, *spells* e outros produtos intermediários da metalurgia do níquel; níquel em bruto (com exclusão dos ânodos da posição 75.05).

Posição 84.41 — Máquinas de costura (para tecidos, couro, calçados etc.) inclusive os móveis para máquinas de costura; agulhas para estas máquinas.

Posição 86.07 — Vagões, vagonetas e plataformas, para o transporte de mercadorias em minas, estaleiros, estabelecimentos fabris, armazéns ou entrepostos.

Posição 87.10 — Bicicletas (inclusive triciclos de carga) e semelhantes, sem motor.

Posição 94.01 — Cadeiras e outros assentos, mesmo os transformáveis em camas (com exclusão dos compreendidos na posição 94.02), e suas partes.

Posição 94.04 — Artigos de colchoaria e semelhantes, com molas ou estofados ou recheados de qualquer matéria (colchões, mantas e cobertores acolchoados; edredões, mesmo de penas, coxins, travesseiros, almofadas etc.), inclusive os de borracha ou de matérias plásticas artificiais, no estado esponjoso ou celular, revestidos ou não; partes elásticas de camas ou enxergões.

- 1 — De molas, de borracha ou de matérias plásticas artificiais.
- 2 — Outros.

Posição 96.04 — Espanadores de penas, de todos os tipos.

Alteração 28ª — Na Tabela anexa à Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, substituíam-se pelas seguintes as posições abaixo especificadas:

Posição 09.06 — Canela e flores de canela, em pó — 8%.

Posição 11.01 — Farinhas de cereais (com exceção de trigo e milho), quando acondicionadas em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto — 5%.

Posição 11.02 — Sêmolas e sêmolas, flocos e germens de cereais, inclusive as suas farinhas, quando acondicionadas em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto — 5%.

Posição 11.06 — Farinhas e sêmolas de sagu, de araruta e de outras raízes e tubérculos, com exceção da mandioca, quando acondicionadas em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto — 5%.

Posição 15.12 — Óleos e gorduras animais ou vegetais, total ou parcialmente hidrogenados e os solidificados ou endurecidos por qualquer outro processo, mesmo refinados mas sem preparo posterior.

- 1 — Próprios para alimentação — 5%.
- 2 — Outros — 4%.

Posição 24.02 — Fumo elaborado; extratos ou sumos de fumo.

- 1 — Charutos — 10%.
- 2 — Cigarros, por vintena ou fração — 243,75%.
- 3 — Cigarrilhas, cigarros feitos a mão — 10%.
- 4 — Fumo desfiado, picado, miga-do ou em pó — 20%.
- 5 — Outros — 10%.

Posição 28.32 — Cloratos e percloratos — 4%.

Posição 29.33 — Compostos organomercúriaes — 3%.

Posição 58.08 — Tules ou filós e tecidos de malhas de nós (rede), lisos — 12%.

Posição 58.09 — Tules ou filós (inclusive a renda mecânica) e tecidos de malhas de nós (rede), com desenhos; rendas (a mão ou a máquina) em peças, tiras ou em aplicações — 16%.

Posição 77.04 — Berilo (glúcinio), em bruto ou manufaturado.

- 1 — Em bruto (blocos, granalha, cubos etc.) — 4%.

- 2 — Em semiprodutos (barras, fios, folhas, tiras e semelhantes) — 5%.
- 3 — Em manufaturas — 10%.

Posição 81.01 — Tungstênio (volfrâmio) em bruto ou manufaturado.

- 1 — Em bruto (blocos, pó, lingotes, barras, desperdícios e sucata) — 4%.
- 2 — Em semiprodutos (barras marteladas, varetas, fios, filamentos, chapas, folhas, tiras e pastilhas) — 5%.
- 3 — Em manufaturas — 10%.

Posição 81.02 — Molibdênio em bruto ou manufaturado.

- 1 — Em bruto (blocos, pó, lingotes, barras, desperdícios e sucata) — 4%.
- 2 — Em semiprodutos (barras marteladas, varetas, fios, filamentos, chapas, folhas, tiras e pastilhas) — 5%.
- 3 — Em manufaturas — 10%.

Posição 81.03 — Tântalo em bruto ou manufaturado.

- 1 — Em bruto (blocos, pó, lingotes, desperdícios ou sucata) — 4%.
- 2 — Em semiprodutos (barras, fios, chapas, folhas, tiras em fitas ou tubos) — 5%.
- 3 — Em manufaturas — 10%.

Posição 81.04 — Outros metais comuns, em bruto ou manufaturados; cerâmicas em bruto ou manufaturadas.

- 1 — Em bruto, inclusive os desperdícios ou sucata — 4%.
- 2 — Em semiprodutos (barras, fios, folhas etc.) — 5%.
- 3 — Em manufaturas — 10%.

Posição 87.02 — Veículos automóveis, com motor de qualquer tipo, para transporte de pessoas ou de mercadorias (inclusive automóveis de corrida e ônibus elétricos.)

- 1 — Automóvel de passageiros, inclusive esporte:
 - 01 — de peso até 1.000 kg — 18%.
 - 02 — de peso superior a 1.000 kg até 1.600 kg — 22%.
 - 03 — de peso superior a 1.600 kg — 24%.
- 2 — Automóvel sedan rural e outros automóveis de uso misto:
 - 01 — de peso até 1.200 kg — 18%.
 - 02 — de peso superior a 1.200 kg — 20%.
- 3 — Veículos de carga:
 - 01 — Caminhões e semelhantes — 8%.
 - 02 — Camionetas, furgões e semelhantes — 12%.

4 — Veículos coletivos, veículos especiais e outros veículos automóveis.

- 01 — Ônibus, microônibus, ambulâncias, jipes e semelhantes — 8%.
- 02 — outros veículos automóveis — 8%.

Posição 87.06 — Partes, peças separadas e acessórios dos veículos automóveis compreendidos nas posições 87.01 a 87.03.

- 1 — Partes, peças separadas e acessórios dos veículos automóveis compreendidos na posição 87.01, nos incisos 3 e 4 da posição 87.02 e na posição 87.03 — 5%.
- 2 — Partes, peças separadas e acessórios dos veículos automóveis compreendidos nos incisos 1 e 2 da posição 87.02 — 10%.

Posição 87.09 — Motocicletas, motonetas, bicicletas com motor auxiliar, e semelhantes, com ou sem carro lateral; carros laterais para estes veículos, apresentados isoladamente:

- 1 — Ciclomotores com motor até 50 cc de cilindrada — 10%.
- 2 — Outros — 16%.

Posição 91.01 — 3 — Despertadores não compreendidos no inciso 1 — 12%.

Posição 91.02 — 3 — Despertadores não compreendidos no inciso 1 — 12%.

Posição 92.12 — Discos, cilindros, cêras, fitas, películas, fios e outros suportes de som, para os aparelhos da posição 92.11 ou para gravações semelhantes, preparados para gravação ou gravados; matrizes e moldes galvânicos para fabricação de discos:

- 1 — Discos — 5%.
- 2 — Outros — 10%.

Alteração 29ª — Substitua-se as "Observações" ao Capítulo 24 da Tarifa pelas seguintes:

1ª Para os efeitos das Observações 2ª a 7ª deste Capítulo, os produtos do inciso 2 da Posição 24.02 (cigarros) são distribuídos por 10 (dez) classes, da seguinte forma:

- Classe A — de preço de venda no varejo de Cr\$ 250 por vintena;
- Classe B — de preço de venda no varejo de Cr\$ 300 por vintena;

Classe C — de preço de venda no varejo de Cr\$ 350 por vintena;

Classe D — de preço de venda no varejo de Cr\$ 400 por vintena;

Classe E — de preço de venda no varejo de Cr\$ 450 por vintena;

Classe F — de preço de venda no varejo de Cr\$ 500 por vintena;

Classe G — de preço de venda no varejo de Cr\$ 550 por vintena;

Classe H — de preço de venda no varejo de Cr\$ 600 por vintena;

Classe I — de preço de venda no varejo de Cr\$ 700 por vintena;

Classe J — de preço de venda no varejo de Cr\$ 800 por vintena.

2º O preço de venda no varejo e a respectiva classe serão obrigatoriamente marcados pelo fabricante ou importador, de forma indelével e em caracteres bem visíveis, em cada unidade tributada, na forma estabelecida em regulamento, não podendo o produto ser vendido ou exposto à venda por preço superior ao marcado.

3º Os importadores são obrigados ainda, a indicar em cada unidade tributada, na forma que for estabelecida no regulamento, a sua firma, a situação do estabelecimento (localidade, rua e número), o número de sua inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes e outros dizeres que forem necessários à identificação e ao controle fiscal do produto.

4º Em caso de aumento de preço, deliberado pelos fabricantes ou importadores, que exija alteração na escala estabelecida na Observação 1ª, o Departamento de Rendas Internas do Ministério da Fazenda, a pedido dos mesmos, por intermédio do seu órgão representativo, atualizará o preço de venda no varejo para cada classe, obedecendo ao seguinte critério:

a) suprimirá, na escala de preços, o valor estabelecido para a classe A, recuando para esta o preço da classe B, o da classe C para a classe B, e assim sucessivamente;

b) incluirá na classe J o novo preço, que será sempre superior de pelo menos Cr\$ 100 (cem cruzeiros) ao da classe anterior.

5º Não será permitida a venda ou exposição à venda de cigarros com o preço de venda no varejo diferente do

estabelecido para a classe respectiva salvo quanto a produtos de preço superior ao da classe J, levando o Departamento de Rendas Internas, por iniciativa do fabricante ou importador, acrescentar esse preço na escala estabelecida na Observação 1ª.

6º Para efeito de cálculo de imposto, quando da saída do estabelecimento industrial, o valor tributável dos produtos da Posição 24.02 não poderá ser inferior às seguintes percentagens em relação ao preço de venda no varejo:

Inciso 2	25,60%
Inciso 4	50%

7º No preço de venda da fábrica, do importador ou arrematante são incluídos, para efeito do cálculo, todas as despesas acessórias, inclusive as de transporte.

8º Os fabricantes, importadores e arrematantes de cigarros ficarão obrigados, a partir da data fixada pelo Diretor do Departamento de Rendas Internas, ao uso do selo especial de controle a que se refere o art. 48 da Lei 4.502-64, para cada classe de preço prevista na Observação 1ª.

9º O selo será específico para o produto, contendo impressa indicação nesse sentido, e deverá distinguir por cores ou características próprias, os cigarros segundo os preços ou faixas de preços para venda no varejo, salvo quanto aos de procedência estrangeira, que poderão ter selo com características especiais.

10º O selo será aplicado em cada carteira ou maço, em lugar visível e de maneira a inutilizar-se ao ser aberto o invólucro, vedado o seu uso nos produtos destinados a exportação, nos distribuídos gratuitamente aos empregados da empresa ou como propaganda em fração de vintena.

11º O Departamento de Rendas Internas baixará instruções complementares, disciplinando a matéria.

12º Os produtos encontrados fora do estabelecimento em desobediência às normas estabelecidas nas Observações anteriores serão apreendidos aplicando-se a seus detentores, possuidores ou proprietários, além da pena de perda de mercadoria, a multa de Cr\$ 2.000 (dois mil cruzeiros), por unidade tributada apreendida, e aos

fabricantes, importadores ou arrematantes, independentemente de outras penalidades previstas em lei, multa correspondente a duas vezes o valor do imposto incidente sobre as unidades apreendidas.

13ª No caso da apreensão de cigarros, sem a marcação do preço de venda no varejo, o tributo e respectivas multas previstas na Observação 12ª serão calculadas com base no preço mais elevado vigorante na época.

14ª Em se tratando de produtos estrangeiros, as faltas descritas nas Observações 12ª e 13ª são equiparadas ao crime definido no artigo 5º da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965.

15ª Os produtos apreendidos, na forma da Observação 12ª não poderão ser vendidos em leilão, devendo ser incinerados após o julgamento definitivo do processo.

16ª. O papel para cigarros, em bobinas, somente poderá ser vendido a estabelecimentos industriais de cigarros e mortaldas.

17ª. O fumo em folhas tratadas, com ou sem talo, aparadas ou não, mesmo cortadas de forma regular, da posição 24.01, somente poderá ser vendido aos estabelecimentos industriais de cigarros, podendo o Departamento de Rendas Internas, do Ministério da Fazenda, exigir emissão de nota-fiscal de modelo próprio para a respectiva operação e estabelecer os meios de controle que julgar convenientes.

18ª. No caso de distribuição gratuita de cigarros, como propaganda, o imposto será cobrado proporcionalmente as quantidades contidas em cada cartela ou maço, considerado o preço de venda no varejo de produto idêntico destinado ao comércio.

19ª. Os cigarros distribuídos gratuitamente, a empregados da empresa fabricante, dentro de suas dependências, pagarão o imposto na forma da Observação anterior, calculado sobre o mesmo valor tributável deduzido de 40% (quarenta por cento), desde que seja declarado no envoltório, destacadamente, que se destinam a distribuição gratuita a seus empregados e que não poderão ser vendidos.

20ª. Não se aplica aos produtos deste Capítulo o disposto no inciso II do art. 15.

21ª. O Ministro da Fazenda poderá estabelecer que o recolhimento do imposto relativo aos produtos deste Capítulo compreenda períodos quinzenais, devendo ser observados os prazos de até os dias dez e vinte de cada mês, respectivamente para a primeira e a segunda quinzena do mês anterior".

Alteração 30ª — Substitua-se o inciso I da posição 84.19 pelo seguinte:

1 — Aparelhos de uso doméstico para lavar louças e baixelas 16%.

Alteração 31ª — Excluem-se da tributação os produtos da posição 19.07 e os produtos comuns de padaria, apenas adicionados de açúcar e matérias gordas, da posição 19.08.

Alteração 32ª — Substitua-se a letra a da Observação 1ª do Capítulo 22, Alínea V da Tabela, pela seguinte:

a) sejam debitadas, no máximo, pelo seu valor de reposição, acrescido de até 5%, para cobertura da despesa de cobrança e outras."

Alteração 33ª — Substitua-se o inciso III do art. 4º pelo seguinte:

"III — os que enviarem a estabelecimento de terceiro, matéria-prima, produto intermediário, embalagens e recipientes para acondicionamento, moldes, matrizes ou modelos destinados à industrialização de produtos de seu comércio".

Alteração 34ª — Suprima-se a "Observação" do Capítulo 61 e a "Observação" 2ª do Capítulo 87, da Tabela.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, sempre que necessário, a Tabela anexa à Lei número 4.502, de 30 de novembro de 1964, de modo a adaptá-la à Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas, podendo dar nova redação aos textos das notas e posições ou dividir estas em incisos, respeitadas as alíquotas e incidências vigentes.

Art. 4º As isenções previstas no art. 14 da Lei nº 4.676, de 16 de junho de 1965, e no art. 1º da Lei nº 4.694, de 21 de junho de 1965, quando relativas a produtos adquiridos no mercado interno, somente alcançam as máquinas, equipamentos e apare-

lhos destinados a produção industrial das empresas beneficiadas, inclusive material de transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 5º O vinho natural, produzido por lavradores e cantinas rurais com o emprego de produto da própria lavoura, quando remetido a cooperativas situadas na mesma zona vinícola dos respectivos produtores, sairá do estabelecimento destes com suspensão do imposto, que será devido pelas cooperativas adquirentes.

Parágrafo único. O regulamento estabelecerá as normas necessárias ao controle fiscal da saída do produto nas condições deste artigo, podendo instituir regime especial de escrituração e efeitos fiscais próprios para o seu trânsito.

Art. 6º As partes e peças separadas das máquinas e aparelhos das posições 84.15, 84.18, 84.19, 84.40 e 85.12, que se incluam naquelas posições, classificam-se nos incisos de menor alíquota, dentro de cada posição, independentemente, do seu emprego ou não em máquinas e aparelhos de uso doméstico.

Art. 7º No caso de pagamento parcelado de débito fiscal, ocorrendo o atraso de duas prestações consecutivas, o Inspetor Fiscal poderá, à vista de requerimento do interessado e consideradas as razões apresentadas, autorizar o recolhimento das prestações que não tiverem sido pagas nas épocas próprias.

Art. 8º São elevados para Cr\$... 200.000 (duzentos mil cruzeiros) os limites estabelecidos no artigo 12 e no § 1º do art. 14 do Decreto-lei número 607, de 10 de agosto de 1938, alterado pela Lei nº 3.519, de 30 de dezembro de 1958.

Art. 9º Iniciado o procedimento fiscal, mediante a lavratura do competente auto, representação ou pega análoga, será o acusado intimado a efetuar, no prazo de 30 dias, o pagamento da multa em que houver incorrido, bem como do imposto cujo débito houver sido apurado, ou a apresentar defesa escrita no mesmo prazo.

§ 1º O acusado gozará de redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa se liquidar o débito exigido no prazo fixado na intima-

ção, perdendo o direito à mesma se procurar a via judicial para contradição a exigência.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, a homologação do lançamento competirá à Inspetoria Fiscal a que estiver jurisdicionado o estabelecimento infrator.

§ 3º O pagamento efetuado nos termos dos parágrafos anteriores encerrará o processo na esfera administrativa.

§ 4º Não verificada a hipótese do § 1º, o processo terá prosseguimento até final decisão.

§ 5º Serão dispensados de correção monetária os débitos fiscais cujos processos forem instaurados e liquidados até sessenta dias da data da publicação deste Decreto-lei.

§ 6º O disposto neste artigo tem aplicação limitada aos processos por infração da legislação fiscal concernente ao Departamento de Rendas Internas.

Art. 10. Em casos especiais, mediante requerimento devidamente justificado, a Inspetoria Fiscal poderá autorizar o pagamento do débito correspondente a imposto e multa, decorrente de processo fiscal, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, na forma do Regulamento.

Art. 11. Os produtos sujeitos ao imposto, quando remetidos de uma para outra unidade da Federação, serão acompanhados de nota-fiscal de modelo especial, emitida em séries próprias e contendo, além dos elementos necessários ao controle fiscal, os dados indispensáveis à elaboração da estatística do comércio por cabotagem e demais vias internas de transporte.

§ 1º A segunda via da nota-fiscal prevista neste artigo substituirá a Guia de Exportação para localidades brasileiras, instituída pelo Decreto-lei nº 4.736, de 23 de setembro de 1942.

§ 2º Até o dia 10 de cada mês, o contribuinte deverá entregar as segundas vias das notas-fiscais emitidas no mês anterior à Agência Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no caso de exportação por vias internas, ou nas repartições alfandegárias, na ocasião do embarque, quando for utilizada a via marítima.

Art. 12. No texto da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, a expressão "estabelecimento produtor" é substituída por "estabelecimento industrial", e a expressão "impôsto de consumo" por "impôsto sobre produtos industrializados", canceladas as remissões aos dispositivos suprimidos.

Art. 13. O Poder Executivo expedirá, dentro de 30 (trinta) dias, Regulamento para a execução da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, com as alterações de que trata este Decreto-lei.

Art. 14. Fica extinta a cobrança dos seguintes tributos:

I — Impôsto sobre Capitais Empregados em Hipotecas (Decreto número 21.949, de 12 de outubro de 1932);

II — Impôsto sobre Operações a Termo (Decreto nº 20.116, de 17 de junho de 1931);

III — Sêlo Especial para Aposentadoria dos Serventuários da Justiça (Decreto-lei nº 3.164, de 31 de março de 1941);

IV — Sêlo Penitenciário (Decreto-lei nº 1.726, de 1º de novembro de 1939);

V — Cota Semestral das Empresas que distribuem Prêmios por Sorteio (Art. 5º do Decreto-lei nº 7.930, de 3 de setembro de 1945);

VI — Cota de Fiscalização de Loterias (Art. 15 do Decreto-lei número 6.259, de 10 de fevereiro de 1944);

VII — Taxa de Exploração de Energia Elétrica (Decreto-lei nº 2.281, de 5 de junho de 1940);

VIII — Taxa de Classificação e Avaliação de Pedras Preciosas (Decreto-lei nº 466, de 4 de junho de 1938);

IX — Taxa de Classificação e Avaliação de Quartzos (Decreto-lei número 3.076, de 26 de fevereiro de 1941);

X — Taxa de Censura (Decreto-lei nº 1.949, de 30 de dezembro de 1939);

XI — Taxa Judiciária Federal e da Justiça local do Distrito Federal (Decreto nº 3.312, de 17 de junho de 1939);

XII — Taxa de Registro das Associações de Auxílios Mútuos e Outras Organizações (Decreto nº 24.784, de 14 de julho de 1934);

XIII — Taxa de Recuperação Pecuaría e Fomento Rural (Lei nº 1.002, de 24 de dezembro de 1949);

XIV — Taxa de Registro de Compradores Autorizados, Lapidários, Fabricantes e Comerciantes de Jóias e Obras de Ourives (Decreto-lei nº 466, de 4 de junho de 1938).

§ 1º As multas e outras receitas não tributárias, cobradas sob a rubrica do Sêlo Penitenciário, extinto por este Decreto-lei, passarão a ser arrecadadas sob a classificação orçamentária que lhes for própria.

§ 2º Salvo expressa disposição em contrário, a extinção da cobrança de taxa ou tributo semelhante não exclui a prestação, pelo poder público, do serviço correspondente, nem exime o contribuinte das exigências relacionadas com a prestação do mesmo serviço.

§ 3º O impôsto sobre Faróis (Lei número 4.302, de 6 de junho de 1963), o Impôsto sobre o valor de Prêmios Distribuídos por Sorteio (artigos 8º, letra "b", e 33 do Decreto-lei número 7.930, de 3 de setembro de 1945) e o Impôsto sobre Loterias (Decreto-lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944), passarão a ser arrecadados sob as denominações de Taxa de Utilização de Faróis, Taxa de Distribuição de Prêmios e Taxa de Exploração de Loterias, respectivamente.

Art. 15. O Conselho de Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados, instituído pela Lei nº 4.516, de 1 de dezembro de 1964, será constituído de um presidente e mais 4 (quatro) membros, cuja remuneração será fixada pelo Ministro da Fazenda.

Parágrafo único. Além das atribuições a que se refere o art. 8º da Lei nº 4.516, já referida, compete ao Conselho de Administração fixar a remuneração de Diretor-Superintendente.

Art. 16. As alíquotas dos fogões de cozinha, de uso doméstico, das posições 73.36, 74.17 e 85.12, passarão para 10%.

Art. 17. Fica aberto um crédito especial de Cr\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) ao Ministério da Fazenda, com vigência até 31 de dezembro de 1968, sendo Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros) para atender aos encargos referentes à confecção e distribuição de sêlo de controle para cigarros estabelecido neste Decreto-lei e o restante para instalação e funcionamen-

to do órgão criado pela Portaria número GB-205, de 21 de junho de 1966, do Ministro da Fazenda.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 18. Serão isentos do imposto os produtos vendidos por estabelecimentos produtores ou a eles equiparados, diretamente, a pessoa domiciliada no exterior, em trânsito no País, mediante pagamento em "travelers-check" e apresentação de passaporte.

Parágrafo único. O regulamento estabelecerá as normas a serem observadas pelo contribuinte, inclusive quanto à escrituração da operação e à liquidação do "travelers-check".

Art. 19. As alíquotas da Tabela anexa à Lei nº 4.502, de 1964, a seguir relacionadas, ressalvadas as das posições com alíquotas fixadas por este Decreto-lei, vigorarão nas seguintes bases:

- a) as de 3% para 4%;
- b) as de 4% para 5%;
- c) as de 6% para 8%;
- d) as de 8% para 10%;
- e) as de 10% para 12%;
- f) as de 12% para 14%;
- g) as de 15% para 16%.

Art. 20. Aos processos em curso, instaurados até a data da publicação deste Decreto-lei por infração à legislação fiscal concernente ao Departamento de Rendas Internas, ainda não definitivamente julgados, aplica-se também a redução a que se refere o artigo 9º, se o interessado efetuar o recolhimento das importâncias exigidas no prazo improrrogável de sessenta (60) dias a partir da publicação deste Decreto-lei.

§ 1º Quando se tratar de processos em face de execução, cujo débito estiver parcialmente recolhido, aplicam-se as vantagens deste artigo apenas sobre o remanescente da dívida, vedada a devolução de qualquer importância.

§ 2º Para fins deste artigo, impostos e multa não serão corrigidos monetariamente.

§ 3º As multas serão impostas ou revistas de acordo com a lei que tratar menos severamente a infração,

aplicando-se as normas deste Decreto-lei, desprezadas quaisquer circunstâncias qualificativas e agravantes.

§ 4º O contribuinte para gozar dos favores deste artigo deverá:

I — nos primeiros trinta dias da vigência deste Decreto-lei procurar o chefe da dependência administrativa ou judiciária em que estiver o processo e obter declaração quanto ao exato montante do débito a recolher, passando recibo na cópia que deverá ser anexada ao processo;

II — recolher, na repartição arrecadadora, o exato montante do débito em guia própria, cujo modelo deverá ser expedido pelo Departamento de Rendas Internas;

III — entregar, até o 10º dia corrido seguinte ao término do prazo de recolhimento, na dependência administrativa ou judiciária onde estiver o processo, exemplar da guia de recolhimento devidamente quitada pelo órgão arrecadador.

§ 5º A não adoção das normas estabelecidas no parágrafo anterior ou sua utilização incorreta serão irrelevantes para evitar o cancelamento sumário das vantagens deste artigo.

§ 6º A Concessão das vantagens de que trata este artigo exclui qualquer outra redução ou benefício previsto neste Decreto-lei e na legislação anterior.

Art. 21. Gozarão de vantagens idênticas às mencionadas no artigo anterior os que, dentro de trinta dias da publicação deste Decreto-lei e antes de qualquer procedimento fiscal, procurarem espontaneamente o órgão arrecadador local para efetuar o recolhimento de tributos administrados pelo Departamento de Rendas Internas.

Art. 22. Na Tabela anexa à Lei nº 4.502, de 1964, substituíam-se pelas seguintes as alíquotas correspondentes às seguintes posições:

71.02 e 71.03	5%
71.05 a 71.10	12%
71.12 a 71.15	12%
91.01	12%

Parágrafo único. Será aplicada a pena de perda aos produtos das posições indicadas neste artigo, quando encontradas em poder de vendedor ambulante ou estabelecimento não inscritos no Cadastro-Geral de Con-

tribuintes do Ministério da Fazenda ou cuja origem não fôr devidamente comprovada.

Art. 23. Para facilitar a implantação do Sistema Tributário Nacional e restringir, ao mínimo, as dificuldades que possam advir dessa fase de transição na política fiscal, fica o Poder Executivo autorizado a modificar, temporariamente, em janeiro de 1967, as alíquotas ou a fazer outras alterações em relação ao imposto de que trata este Decreto-lei.

Art. 24. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, salvo quanto ao art. 1º, as alterações, 3º, 28º, 29º e 30º do art. 2º, e aos arts. 11, 12, 13, 14, 16, 19 e 22, que vigorarão a partir de 1º de janeiro de 1967.

Brasília 18 de novembro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ottávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 35 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Abre crédito especial para atender aos encargos da União de complementação do preço da cana e do açúcar aos produtores do Nordeste, para atender ao preço do álcool destinado à COPERBO, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$... 28.686.591.259 (vinte e oito bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e noventa e um mil, duzentos e cinquenta e nove cruzeiros) para atender às despesas com os encargos da União, decorrentes da complementação dos preços da cana e do açúcar, do subsídio salarial no Nordeste do País, nas safras de 1963-64

a 1965-66, bem como do subsídio ao preço do álcool utilizado como matéria-prima pela COPERBO.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior, será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 3º A fim de cobrir as despesas resultantes do crédito especial aberto nos termos desta lei, fica acrescida de mais 5% (cinco por cento) a taxa a que se refere o art. 20 da Lei número 4.870, de 1º de dezembro de 1963.

§ 1º O acréscimo a que se refere este artigo, será recolhido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A.) na forma prevista no art. 21 daquele diploma legal e incidirá sobre todo o açúcar cristal produzido até 31 de dezembro de 1967.

§ 2º Fica o Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A.) autorizado a aumentar o preço do açúcar cristal em quantia correspondente ao valor do acréscimo da taxa referida neste artigo, recolhendo ao Tesouro Nacional o produto da respectiva arrecadação até o limite do crédito especial.

§ 3º Fica ainda o Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A.) autorizado a suspender a cobrança daquele acréscimo, quando a arrecadação atingir o valor do crédito aberto.

Art. 4º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ottávio Bulhões
Paulo Egydio Martins

DECRETO-LEI Nº 36 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Abre, ao Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000, destinados ao pagamento do pessoal temporário para garantir lanchas de combate ao contrabando e a outras despesas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o pa-

rágrafo único do art. 31 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º Fica aberto no Ministério da Fazenda, com vigência para dois exercícios, o crédito especial de ... Cr\$ 1.000.000.000 (hum bilhão de cruzeiros) destinados à admissão de pessoal temporário para formar a guarnição das lanças, adquiridas para repressão ao contrabando, bem como dos serviços de manutenção e reparo das mesmas.

Art. 2º O Ministro da Fazenda fixará as tabelas desse pessoal, com os respectivos salários, atendidas as condições do mercado local do trabalho, bem como aprovará os planos de serviços de manutenção e reparo.

Art. 3º O crédito de que trata este decreto-lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 4º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 37 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

TÍTULO I

Imposto de Importação

CAPÍTULO I

Incidência

Art. 1º O imposto de importação incide sobre mercadoria estrangeira e tem como fato gerador sua entrada no território nacional.

Parágrafo único. Considerar-se-á entrada no território nacional, para efeito de ocorrência do fato gerador, a mercadoria que constar como tendo sido importada e cuja falta venha a ser apurada pela autoridade aduaneira.

CAPÍTULO II

Base de cálculo

Art. 2º A base de cálculo do imposto é:

I — quando a alíquota for específica, a quantidade de mercadoria, expressa na unidade de medida indicada na Tarifa;

II — quando a alíquota for *ad valorem*, o preço normal da mercadoria, ou, no caso de mercadoria vendida em leilão, o preço da arrematação.

Art. 3º Entende-se por preço normal da mercadoria, o que ela, ou mercadoria similar, alcançaria, ao tempo da importação, como definido no regulamento, em venda efetuada em condições de livre concorrência, para entrega no porto ou lugar de entrada da mercadoria no país.

Art. 4º Para os efeitos do artigo anterior, entende-se por venda em condições de livre concorrência aquela em que:

I — a única prestação a cargo do comprador é o pagamento de preço;

II — o preço é fixado independentemente de relações comerciais, financeiras, ou de outra natureza, contratuais ou não, além das criadas pela própria venda, entre o vendedor ou pessoa a ele associada e o comprador ou pessoa a ele associada; e

III — nenhuma importância decorrente da ulterior revenda, cessão ou utilização do produto vendido retorna, direta ou indiretamente, ao vendedor ou a pessoa a ele associada.

Art. 5º Observado o disposto neste Decreto-lei e seu regulamento, as normas relativas à caracterização do preço normal poderão ser complementadas por critérios específicos estabelecidos pelo Conselho de Política Aduaneira, na forma do artigo 27 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Art. 6º O preço da fatura poderá ser tomado como indicativo do preço normal, sem prejuízo:

I — das precauções necessárias para evitar a fraude decorrente de contratos falsos ou fictícios;

II — da apuração de eventuais discrepâncias entre o preço da fatura e o preço normal, como definido neste capítulo.

Art. 7º O Conselho de Política Aduaneira poderá estabelecer pauta de valor mínimo para o produto:

I — cujo preço normal seja de difícil apuração;

II — que apresente intercendência em sua cotação no mercado internacional ou em mercado de país determinado;

III — exportado para o Brasil sob a forma de "dumping" ou prática de efeito equivalente, sem prejuízo da aplicação do disposto no § 2º do artigo 3º da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

CAPÍTULO III

Isenções e Reduções

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 8º O tratamento aduaneiro decorrente de ato internacional, aplica-se exclusivamente a mercadoria originária do país beneficiário.

Art. 9º Respeitados os critérios decorrentes do ato internacional de que o Brasil participe, entender-se-á por país de origem da mercadoria aquela onde houver sido produzida ou, no caso de mercadoria resultante de material ou mão-de-obra de mais de um país, aquela onde houver recebido transformação substancial.

Art. 10. A isenção do imposto de importação prevista neste capítulo implica na isenção do imposto sobre produtos industrializados.

Art. 11. Quando a isenção ou redução for vinculada à qualidade do importador, a transferência de propriedade ou uso, a qualquer título, dos bens obriga, na forma do regulamento, ao prévio recolhimento dos tributos e gravames cambiais, inclu-

sive quando tenham sido dispensados apenas estes gravames.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos bens transferidos a qualquer título:

I — a pessoa ou entidades que gozem de igual tratamento fiscal, mediante prévia decisão da autoridade aduaneira;

III — após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos da data da outorga da isenção ou redução.

Art. 12. A isenção ou redução, quando vinculada à destinação dos bens, ficará condicionada ao cumprimento das exigências regulamentares, e, quando for o caso, à comprovação posterior do seu efetivo emprego nas finalidades que motivarem a concessão.

SEÇÃO II

Bagagem

Art. 13. É concedida isenção do imposto de importação, nos termos e condições estabelecidos no regulamento, à bagagem constituída de:

I — roupas e objetos de uso ou consumo pessoal de passageiros;

II — objetos de qualquer natureza, nos limites de quantidade ou valor estabelecidos no regulamento;

III — outros bens de propriedade de:

a) funcionários da carreira diplomática, quando removidos para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, e os que a eles se assemelharem, pelas funções permanentes de caráter diplomático, ao serem dispensados de função exercida no exterior e cujo término importe seu regresso ao país;

b) servidores públicos civis e militares, servidores de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, que regressarem ao país, quando dispensados de qualquer função oficial, de caráter permanente, exercida no exterior por mais de 2 (dois) anos ininterruptamente;

c) brasileiros que regressarem ao país, depois de servirem por mais de dois anos ininterruptos em organismo internacional, de que o Brasil faça parte;

d) estrangeiros radicados no Brasil há mais de 5 (cinco) anos, nas mes-

mas condições da alínea anterior;

e) pessoas a que se referem as alíneas anteriores, falecidas no período do desempenho de suas funções no exterior;

f) brasileiros radicados no exterior por mais de 5 (cinco) anos ininterruptamente, que transfiram seu domicílio para o país;

g) estrangeiros que transfiram seu domicílio para o país.

§ 1º O regulamento disporá sobre o tratamento aduaneiro a ser dispensado à bagagem do tripulante, aplicando-lhe, no que couber, o disposto neste artigo.

§ 2º A isenção, em qualquer caso, apenas será reconhecida em relação a bens cuja quantidade e qualidade não revelem finalidade comercial.

§ 3º — A isenção a que aludem as alíneas "f" e "g" só se aplicará aos casos de primeira transferência de domicílio ou, em hipótese de outra transferência, se decorridos 5 (cinco) anos do retorno da pessoa ao exterior.

§ 4º Para os efeitos deste artigo, considera-se função oficial permanente, no exterior, a estabelecida regularmente, exercida em terra e que não se extinga com a dispensa do respectivo servidor.

SEÇÃO III

Bens de interesse para o desenvolvimento econômico

Art. 14. Poderá ser concedida isenção do imposto de importação, nos termos e condições estabelecidos no regulamento:

I — Aos bens de capital destinados à implantação, ampliação e reaparelhamento de empreendimentos de fundamental interesse para o desenvolvimento econômico do país;

II — Aos bens importados para construção, execução, exploração, conservação e ampliação dos serviços públicos explorados diretamente pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas concessionárias ou permissionárias;

III — Aos bens destinados a complementar equipamentos, veículos, embarcações e semelhantes, fabricados no país, quando a importação for processada por fabricantes com plano de industrialização e programa de nacio-

nalização, aprovados pelos órgãos federais competentes;

IV — As máquinas, aparelhos, partes, peças complementares e semelhantes, destinados à fabricação de equipamentos no país por empresas que hajam vencido concorrência internacional referente a projeto de desenvolvimento de atividades básicas.

§ 1º Na concessão a que se refere o inciso I serão consideradas as peculiaridades regionais e observados os critérios de prioridade setorial estabelecidos por órgãos federais de investimento ou planejamento econômico.

§ 2º Compreendem-se, exclusivamente, na isenção do inciso I os bens indicados em projetos que forem analisados e aprovados por órgãos governamentais de investimento ou planejamento.

§ 3º Na concessão prevista no inciso II, exigir-se-á a apresentação de projetos e programas aprovados pelo órgão a que estiver técnica e normativamente subordinada a atividade correspondente.

§ 4º O direito à isenção prevista neste artigo será declarado em resolução do Conselho de Política Aduaneira, nos termos do art. 27 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

SEÇÃO IV

Isenções diversas

Art. 15. É concedida isenção do imposto de importação nos termos, limites e condições estabelecidos no regulamento:

I — A União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

II — As autarquias e demais entidades de direito público interno;

III — As instituições científicas, educacionais e de assistência social;

IV — As missões diplomáticas e repartições consulares de caráter permanente, e a seus integrantes;

V — As representações de órgãos internacionais e regionais de caráter permanente, de que o Brasil seja membro, e a seus funcionários, peritos, técnicos e consultores, estrangeiros, que gozarão do tratamento aduaneiro outorgado ao corpo diplomático quanto às suas bagagens, automóveis, móveis e bens de consumo, enquanto exercerem suas funções de caráter permanente;

VI — As amostras comerciais e as remessas postais internacionais, sem valor comercial;

VII — Aos materiais de reposição e conserto para uso de embarcações ou aeronaves, estrangeiras;

VIII — As sementes, espécies vegetais para plantio e animais reprodutores;

IX — Aos aparelhos, motores, reatores, peças e acessórios de aeronaves importados por estabelecimento com oficina especializada, comprovadamente destinados à manutenção, revisão e reparo de aeronaves;

X — Aos aparelhos, máquinas, equipamentos, suas peças e sobressalentes, destinados à impressão de jornais, periódicos e livros, importados direta e exclusivamente por empresas jornalísticas ou editoras;

XI — As aeronaves, suas partes, peças e demais materiais de manutenção e reparo, aparelhos e materiais de radiocomunicação, equipamentos de terra e equipamentos para treinamento de pessoal e segurança de voo, materiais destinados às oficinas de manutenção e de reparo de aeronave nos aeroportos, bases e hangares, importados por empresas nacionais concessionárias de linhas regulares de transporte aéreo, por aeroclubes, considerados de utilidade pública, com funcionamento regular, e por empresas que explorem serviços de táxis-aéreos.

Art. 16. Somente podem importar papel com isenção de tributos as pessoas naturais ou jurídicas responsáveis pela exploração da indústria de livro ou de jornal, ou de outra publicação periódica que não contenha, exclusivamente, matéria de propaganda comercial, na forma e mediante o preenchimento dos requisitos indicados no regulamento.

§ 1º Poderão também realizar a importação as empresas estabelecidas no país, como representantes de fabricas de papel com sede no exterior, desde que o papel se destine ao uso exclusivo das pessoas a que se refere este artigo.

§ 2º As gráficas que imprimirem publicações das pessoas de que trata este artigo estão igualmente obrigadas ao cumprimento das exigências do regulamento.

§ 3º Não se incluem nas disposições deste artigo catálogos, listas de preços e publicações semelhantes, jornais ou

revistas de propaganda de sociedades, comerciais ou não.

§ 4º Poderá ser autorizada a venda de aparas e de bobinas impróprias para impressão, quando destinadas à utilização como matéria-prima.

SEÇÃO V

Similaridade

Art. 17. A isenção do imposto de importação somente beneficia produto sem similar nacional, em condições de substituir o importado.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo:

I — Os casos previstos no art. 13 e nos incisos IV a VIII do art. 15 deste decreto-lei e no art. 4º da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957;

II — As partes, peças, acessórios, ferramentas e utensílios:

a) que, em quantidade normal, acompanham o aparelho, instrumento, máquina ou equipamento;

b) destinados, exclusivamente, na forma do regulamento, ao reparo ou manutenção de aparelho, instrumento, máquina ou equipamento de procedência estrangeira, instalado ou em funcionamento no país.

III — Os casos de importações resultando de concorrência com financiamento internacional superior a 15 (quinze) anos, em que tiver sido assegurada a participação da indústria nacional com uma margem de proteção não inferior a 15% (quinze por cento) sobre o preço CIF, porto de desembarque brasileiro, de equipamento estrangeiro oferecido de acordo com as normas que regulam a matéria.

Art. 18. O Conselho de Política Aduaneira formulará critérios, gerais ou específicos, para julgamento da similaridade, à vista das condições de oferta do produto nacional, e observada as seguintes normas básicas:

I — Preço não superior ao custo de importação em cruzeiros do similar estrangeiro, calculado com base no preço normal, acrescido dos tributos que incidem sobre a importação, e de outros encargos de efeito equivalente;

II — Prazo de entrega normal ou corrente para o mesmo tipo de mercadoria;

III — Qualiquae equivalente e especificações adequadas.

§ 1º Ao formular critérios de similaridade, o Conselho de Política Aduaneira considerará a orientação de órgãos governamentais incumbidos da política relativa a produtos ou a setores de produção.

§ 2º Quando se tratar de projeto de interesse econômico fundamental, financiado por entidade internacional de crédito, poderão ser consideradas, para efeito de aplicação do disposto neste artigo, as condições especiais que regularem a participação da indústria nacional no fornecimento de bens.

§ 3º Não será aplicável o conceito de similaridade quando importar em fracionamento da peça ou máquina, com prejuízo da garantia de bom funcionamento ou com retardamento substancial no prazo de entrega ou montagem.

Art. 19. A apuração da similaridade deverá ser feita pelo Conselho de Política Aduaneira, diretamente ou em colaboração com outros órgãos governamentais ou entidades de classe, antes da importação.

Parágrafo único. Os critérios de similaridade fixados na forma estabelecida neste Decreto-lei e seu regulamento serão observados pela Carteira de Comércio Exterior, quando do exame dos pedidos de importação.

Art. 20. Independentemente de apuração, para serem considerados similares, os produtos naturais ou com beneficiamento primário, as matérias-primas e os bens de consumo, de notória produção no país.

Art. 21. No caso das disposições da Tarifa Aduaneira que condicionam a incidência do imposto ou o nível de alíquota à exigência de similar registrado, o Conselho de Política Aduaneira publicará a relação dos produtos com similar nacional.

CAPÍTULO IV

Cálculo e Recolhimento do Imposto

Art. 22. O imposto será calculado pela aplicação, das alíquotas previstas na Tarifa Aduaneira, sobre a base de cálculo definida no Capítulo II deste título.

Art. 23. Quando se tratar de mercadoria despachada para consumo, considera-se ocorrido o fato gerador na data do registro, na repartição aduaneira, da declaração a que se refere o artigo 44.

Parágrafo único. No caso do parágrafo único do art. 1º, a mercadoria ficará sujeita aos tributos vigentes na data em que autoridade aduaneira apurar a falta ou dela tiver conhecimento.

Art. 24. Para efeito de cálculo do imposto, os valores expressos em moeda estrangeira serão convertidos em moeda nacional à taxa de câmbio vigente no momento da ocorrência do fato gerador.

Parágrafo único. A taxa de câmbio a que se refere este artigo será fixada, mensalmente, pela autoridade competente, com base no comportamento do mercado de câmbio de importação no mês anterior ao vencido.

Art. 25. Na ocorrência de dano casual ou de acidente, apurado na forma do regulamento, o preço normal da mercadoria será reduzido proporcionalmente ao prejuízo, para efeito de cálculo dos tributos devidos.

Parágrafo único. Quando a alíquota for específica, o montante do imposto será reduzido proporcionalmente ao valor do prejuízo apurado.

Art. 26. Na transferência de propriedade ou uso de bens prevista no artigo 11, os tributos e gravames cambiais dispensados quando da importação, serão reajustados pela aplicação dos índices de correção monetária fixados pelo Conselho Nacional de Economia e das taxas de depreciação estabelecidas no regulamento.

Art. 27. O recolhimento do imposto será realizado na forma e momento indicados no regulamento.

CAPÍTULO V

Restituição

Art. 28. Conceder-se-á restituição do imposto, na forma do regulamento:

I — Quando apurado excesso no pagamento, decorrente de erro de cálculo ou de aplicação de alíquota;

II — quando houver dano ou avaria, perda ou extravio.

§ 1º A restituição de tributos independe da iniciativa do contribuinte, podendo processar-se de ofício, como estabelecer o regulamento, sempre que se apurar excesso de pagamento na conformidade deste artigo.

§ 2º As reclamações do importador quanto a erro ou engano, nas declarações, sobre quantidade ou qualidade da mercadoria, ou no caso do inciso II deste artigo, deverão ser apresentadas antes de sua saída dos recintos aduaneiros.

Art. 29. A restituição será efetuada, mediante anulação contábil da respectiva receita, pela autoridade incumbida de promover a cobrança originária, a qual, ao reconhecer o direito creditório contra a Fazenda Nacional, autorizará a entrega da importância considerada indevida.

§ 1º Quando a importância a ser restituída for superior a Cr\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros) o chefe da repartição aduaneira recorrerá de ofício para o Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras.

§ 2º Nos casos de que trata o parágrafo anterior, a importância da restituição será classificada em conta de responsáveis, a débito dos beneficiários, até que seja anotada a decisão do Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras.

Art. 30. Na restituição de depósitos, que também poderá processar-se de ofício, a importância da correção monetária, de que trata o artigo 7º, § 3º, da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, obedecerá igualmente ao que dispõe o artigo anterior.

CAPÍTULO VI

Contribuintes e Responsáveis

Art. 31. É contribuinte do imposto:

I — O importador, assim considerada qualquer pessoa que promova a entrada de mercadoria estrangeira no território nacional.

II — o arrematante de mercadoria apreendida ou abandonada.

Art. 32. Para os efeitos do artigo 26, o adquirente da mercadoria responde solidariamente com o vendedor, ou o substitui, pelo pagamento dos tributos e demais gravames devidos.

TÍTULO II

Contrôle Aduaneiro

CAPÍTULO I

Jurisdição dos Serviços Aduaneiros

Art. 33. A jurisdição dos serviços aduaneiros se estende por todo o território aduaneiro, e abrange:

I — Zona primária — compreendendo as faixas internas de portos e aeroportos, recintos alfandegados e locais habilitados nas fronteiras terrestres, bem como outras áreas nos quais se efetuem operações de carga e descarga de mercadoria, ou embarque e desembarque de passageiros, procedentes do exterior ou a ele destinados;

II — Zona secundária — compreendendo a parte restante do território nacional, nela incluídos as águas territoriais e o espaço aéreo correspondente.

Parágrafo único. Para efeito de adoção de medidas de controle fiscal, poderão ser demarcadas, na orla marítima e na faixa de fronteira, zonas de vigilâncias aduaneira, nas quais a existência e a circulação de mercadoria estarão sujeitas às cautelas fiscais, proibições e restrições que forem prescritas no regulamento.

Art. 34. O regulamento disporá sobre:

I — Registro de pessoas que cruzem as fronteiras;

II — Apresentação de mercadorias às autoridades aduaneiras da jurisdição dos portos, aeroportos e outros locais de entrada e saída do território aduaneiro;

III — Controle de veículos, mercadorias, animais e pessoas, na zona primária e na zona de vigilância aduaneira;

IV — Apuração de infrações por descumprimento de medidas de controle estabelecidas pela legislação aduaneira.

Art. 35. Em tudo o que interessar à fiscalização aduaneira, na zona primária, a autoridade aduaneira tem precedência sobre as demais que all exercem suas atribuições.

Art. 36. No exercício de suas atribuições, a autoridade aduaneira terá

livre acesso aos locais onde se encontra mercadoria estrangeira, exposta à venda, depositada ou em circulação comercial, podendo, quando julgar necessário, requisitar papéis, livros e outros documentos.

CAPÍTULO II

Normas Gerais do Contrôlo Aduaneiro dos Veículos

Art. 37. Todo veículo procedente do exterior será recebido, no porto, aeroporto ou outro local habilitado de entrada, pela autoridade aduaneira, que o visitará, separada ou conjuntamente, com as demais autoridades competentes.

Parágrafo único. No ato da visita a que se refere este artigo, ou em outro qualquer momento, na forma e condições prescritas no regulamento, poderá a autoridade aduaneira proceder às buscas que forem necessárias para prevenir e reprimir a ocorrência de fraude.

Art. 38. O regulamento estabelecerá as normas de disciplina aduaneira a que ficam obrigados os veículos, seus tripulantes e passageiros na zona primária, ou quando sujeitos à fiscalização.

Art. 39. A mercadoria procedente do exterior e transportada por qualquer via será registrada em manifesto ou outras declarações de efeito equivalente, para apresentação à autoridade aduaneira, como dispuser o regulamento.

§ 1º O manifesto será submetido a conferência final para apuração de responsabilidade por eventuais diferenças quanto a falta ou acréscimo de mercadoria.

§ 2º O veículo responde pelos débitos fiscais, inclusive os decorrentes de multas aplicadas aos transportadores da carga ou a seus condutores.

§ 3º Poderá ser concedida liberação provisória dos veículos enquanto não concluída a conferência final do manifesto, mediante termo de responsabilidade para garantia de tributos, multas e outras obrigações que devam ser satisfeitas, por força de divergências apuradas na forma desta lei.

Art. 40. A autoridade aduaneira disciplinará o funcionamento de lo-

jas, bares e semelhantes, instalados em embarcações, aeronaves e outros veículos empregados no transporte internacional, de modo a impedir a venda de produtos com descumprimento da legislação aduaneira.

Art. 41. Para efeitos fiscais, os transportadores respondem pelo conteúdo dos volumes, quando:

I — Ficar apurado ter havido, após o embarque, substituição de mercadoria;

II — Houver falta de mercadoria em volume descarregado com indícios de violação;

III — O volume for descarregado com peso ou dimensão inferior ao manifesto ou documento de efeito equivalente, ou ainda do conhecimento de carga.

Art. 42. A autoridade aduaneira poderá impedir a saída, da zona primária, de veículo que não haja satisfeito as exigências legais ou regulamentares.

Art. 43. O disposto neste Capítulo se aplica igualmente aos veículos militares utilizados no transporte de mercadoria.

CAPÍTULO III

Normas Gerais de Contrôlo Aduaneiro das Mercadorias

SEÇÃO I

Despacho

Art. 44. O despacho aduaneiro de mercadoria importada, qualquer que seja o regime, será processado com base em declaração a ser apresentada na repartição aduaneira, como prescrever o regulamento.

Parágrafo único. O regulamento fixará o prazo dentro do qual poderão ser efetuadas a apresentação e a modificação da declaração.

Art. 45. Além da declaração a que se refere o artigo anterior e de outros documentos previstos em leis e regulamentos, para processamento do despacho aduaneiro serão exigidos a prova de propriedade da mercadoria e a fatura comercial, com as exceções que estabelecer o regulamento.

§ 1º O conhecimento aéreo é equiparado, para todos os efeitos, à fatura comercial.

§ 2º Mediante a garantia prevista no artigo 71, a autoridade aduaneira poderá permitir seja apresentada, posteriormente ao início do despacho, a primeira via da fatura comercial.

§ 3º O regulamento disporá sobre dispensa de visto consular.

Art. 46. O Departamento de Rendas Aduaneiras poderá estabelecer regime especial para simplificação do despacho, quando se tratar de mercadoria:

- I — De importadores habituais;
- II — Importada frequentemente;
- III — De fácil identificação;
- IV — Perecível ou suscetível de danos causados por agentes externos.

Parágrafo único. O descumprimento de qualquer obrigação importará cancelamento do regime especial, a juízo da autoridade aduaneira.

Art. 47. É obrigatória, no caso de reexportação ou de trânsito, a comprovação da chegada da mercadoria no seu destino, observados os artigos 71 e 74.

Parágrafo único. Não será admitida a despacho de reexportação mercadoria sujeita a pagamento de multas.

SEÇÃO II

Conferência

Art. 48. A conferência aduaneira será realizada por Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro, na presença do importador ou de seu representante legal, e se estenderá sobre toda mercadoria despachada, ou parte dela, conforme critério fixados no regulamento.

Art. 49. A conferência aduaneira da mercadoria será efetuada na zona primária, ou em outros locais admitidos pelo Departamento de Rendas Aduaneiras.

Art. 50. A impugnação de valor aduaneiro ou classificação tarifária da mercadoria deverá ser feita dentro de 5 (cinco) dias, depois de ultimada a conferência aduaneira, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Na ocorrência de impugnação da declaração, o despacho da mercadoria poderá prosseguir, mediante fiança ou depósito da importância em litígio, salvo a hipótese do artigo 114.

Art. 51. Quando se tratar de mercadoria de importação sujeita a restrições especiais, distintas das de natureza cambial, e que chegar ao país com inobservância das formalidades pertinentes, a autoridade aduaneira procederá de acordo com as leis e regulamentos que hajam estabelecido a restrição.

Art. 52. A juízo da autoridade aduaneira, a conferência de mercadoria a ser reexportada poderá ficar sujeita às normas desta seção.

SEÇÃO III

Desembaraço

Art. 53. Concluída a conferência aduaneira sem impugnação, ou, havendo-a, desde que adotadas as cautelas fiscais indispensáveis, a mercadoria será desembaraçada e entregue ao importador ou a seu representante legal.

SEÇÃO IV

Revisão

Art. 54. A revisão para apuração da regularidade do recolhimento de tributos e outros gravames devidos à Fazenda Nacional será realizada na forma que estabelecer o regulamento, cabendo ao funcionário revisor 5 % (cinco por cento), das diferenças apuradas, revogado o art. 4º do Decreto-lei nº 8.663, de 14 de janeiro de 1946.

CAPÍTULO IV

Normas especiais de controle aduaneiro das mercadorias

SEÇÃO I

Mercadoria proveniente de naufrágios e outros acidentes

Art. 55. A mercadoria lançada às costas e praias interiores, por força de naufrágio das embarcações ou de medidas de segurança de sua navega-

ção, e a que seja recolhida em águas territoriais, deverá ser encaminhada à repartição aduaneira mais próxima.

§ 1º Aplica-se a norma deste artigo, no que couber:

- a) à mercadoria lançada ao solo ou às águas territoriais, por aeronaves, ou nestas recolhida, em virtude de sinistro ou pouso de emergência;
- b) a eventos semelhantes, nos transportes terrestres.

§ 2º A disposição deste artigo alcança apenas o veículo em viagem internacional, salvo quanto à mercadoria estrangeira sob regime de trânsito aduaneiro.

Art. 56. A repartição aduaneira fará notificar o proprietário da mercadoria para despachá-la no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de ser havida como abandonada.

Parágrafo único. A questão suscitada quanto à entrega dos salvados não modifica a figura de abandono em que incorrer a mercadoria, na forma deste artigo, salvo se proposta perante a autoridade judicial.

Art. 57. A pessoa que entregar mercadoria nas condições deste Capítulo fará jus a uma gratificação equivalente a 10 % (dez por cento) do valor da venda em hasta pública.

SEÇÃO II

Mercadoria abandonada

Art. 58. Considera-se abandonada a mercadoria que permanecer nos recintos aduaneiros além dos prazos e nas condições a seguir indicadas:

I — 30 (trinta) dias após a descarga, ou a arrematação sem que tenha sido iniciado seu despacho;

II — 15 (quinze) dias da data da interrupção do despacho por ação ou omissão do importador ou seu representante;

III — 60 (sessenta) dias da data da notificação a que se refere o artigo 56, nos casos previstos no artigo 55;

IV — 30 (trinta) dias após esgotar-se o prazo fixado para permanência em entreposto aduaneiro.

§ 1º A mercadoria cujo despacho não fôr iniciado dentro dos prazos fixados neste artigo será obrigatória-

mente indicada à repartição aduaneira pelo depositário.

§ 2º Não se aplica a disposição deste artigo às remessas postais internacionais e à mercadoria apreendida.

Art. 59. Aquêle que abandonar mercadoria depois de haver iniciado seu despacho fica obrigado ao pagamento da diferença entre o valor da arrematação e o dos gravames que seriam devidos se a mercadoria fôsse regularmente despachada para consumo.

Parágrafo único. Ocorrendo saldo, será êle entregue a quem de direito, feitas as provas necessárias.

SEÇÃO III

Mercadoria avariada e extraviada

Art. 60. Considerar-se-á, para efeitos fiscais:

I — Dano ou avaria — qualquer prejuízo que sofrer a mercadoria ou seu envoltório;

II — Extravio — toda e qualquer falta de mercadoria.

Parágrafo único. O dano ou avaria e o extravio serão apurados em processo, na forma e condições que prescrever o regulamento, cabendo ao responsável, assim reconhecido pela autoridade aduaneira, indenizar a Fazenda Nacional do valor dos tributos que, em consequência, deixarem de ser recolhidos.

SEÇÃO IV

Remessas Postais Internacionais

Art. 61. As normas deste decreto-lei aplicam-se, no que couber, às remessas postais internacionais sujeitas a controle aduaneiro, ressalvado o disposto nos atos internacionais pertinentes.

SEÇÃO V

Cabotagem

Art. 62. O regulamento disporá sobre as cautelas fiscais a serem adotadas no transporte por cabotagem, assim entendido o efetuado entre portos e aeroportos nacionais.

CAPÍTULO V

Leilões

Art. 63. Será vendida em leilão realizado pela repartição aduaneira, na forma do regulamento:

a) a mercadoria abandonada, nos termos do artigo 58, se não fôr despachada no prazo que o regulamento fixar;

b) a mercadoria a cujo proprietário tenha sido aplicada a pena de perda.

§ 1º A venda será determinada pelo Chefe da repartição aduaneira, depois de findo administrativamente o processo fiscal.

§ 2º Poderá ser vendida a qualquer tempo a mercadoria perecível e a susceptível de danos causados por agentes externos.

§ 3º Sempre que ocorrer a hipótese do parágrafo anterior, o produto da venda ficará em depósito até decisão final.

Art. 64. A mercadoria que, pela sua natureza e quantidade, não se prestar para a utilização própria de sua espécie ou para transformação em condições do aproveitamento econômico, poderá ser doada a entidades educacionais ou de assistência social, na conformidade de instruções do Departamento de Rendas Aduaneiras.

Art. 65. Enquanto não se efetuar a venda, a mercadoria abandonada poderá ser despachada ou desembarçada, desde que indenizadas, previamente, as despesas realizadas.

Parágrafo Único. A exclusão de praça somente será admitida duas vezes.

Art. 66. A autoridade aduaneira adotará as cautelas convenientes para evitar conluio entre os licitantes ou outras práticas prejudiciais à Fazenda Nacional.

Art. 67. A arrematação, mesmo depois de concluída, não se consumará quando se verificar divergência entre a coisa arrematada e a anunciada e apreçoada.

Art. 68. O arrematante depositará, como sinal, no ato, da arrematação, 20 % do valor desta, e, dentro de 8 (oito) dias, pagará a parte restante,

sob pena de anulação da praça e perda do sinal;

Parágrafo único. Integralizado o pagamento, o arrematante se sub-roga nos direitos e obrigações do importador.

Art. 69. Quando levada a leilão mercadoria que responda, também, pelo pagamento de armazenagem, ao depositário caberá agir, pelos meios próprios, contra o importador da mercadoria, para ressarcir-se de eventual diferença não coberta pelo saldo do produto da venda, respeitado o disposto no artigo 170.

§ 1º Não sendo conhecido o importador da mercadoria abandonada, o produto da venda será adjudicado ao depositário da mercadoria até o limite do valor da armazenagem correspondente.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, o saldo apurado será adjudicado à Fazenda Nacional, como renda extraordinária.

Art. 70. Nos leilões aduaneiros somente são admitidas a licitar as firmas e sociedades registradas no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

§ 1º No caso de mercadoria em unidade ou em quantidade sem destinação comercial, poderão ser admitidas a licitar as pessoas naturais.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, são proibidos de licitar os funcionários públicos em exercício em repartição aduaneira, outras pessoas diretamente interessadas na ação fiscal, bem como despachantes aduaneiros, corretores de navios, seus ajudantes e prepostos.

TÍTULO III

Regimes Aduaneiros Especiais

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 71. Ressalvado o disposto no Capítulo V deste Título, as obrigações fiscais e cambiais relativas a mercadoria transportada sob controle aduaneiro, ou quando sujeita a regimes aduaneiros especiais, se constituirão mediante termo de responsabilidade e serão cumpridas nos prazos fixados no regulamento, não superiores

a 1 (um) ano, salvo prorrogação em caráter excepcional, a qual, a juízo da autoridade aduaneira não ultrapassará, igualmente, o prazo originariamente concedido.

§ 1º Aplica-se a disposição deste artigo ao termo de responsabilidade para cumprimento de formalidades ou apresentação de documento.

§ 2º No caso deste artigo, a autoridade aduaneira poderá exigir garantia pessoal ou real.

Art. 72. O Departamento de Renditas Aduaneiras poderá estabelecer a forma e momento de apresentação do documento comprobatório da chegada da mercadoria a seu destino.

CAPÍTULO II

Trânsito Aduaneiro

Art. 73. O regime de trânsito é o que permite o transporte de mercadoria, sob controle aduaneiro, de um ponto a outro do território aduaneiro, com suspensão de tributos.

Parágrafo único. Aplica-se, igualmente, o regime de trânsito ao transporte de mercadoria destinada ao exterior.

Art. 74. O termo de responsabilidade para garantia de transporte de mercadoria conterá os registros necessários a assegurar a eventual liquidação e cobrança de tributos e gravames cambiais.

§ 1º A mercadoria cuja chegada ao destino não fôr comprovada ficará sujeita aos tributos vigorantes na data da assinatura do termo de responsabilidade.

§ 2º Considerada a natureza do meio de transporte utilizado, o regulamento poderá estabelecer outras medidas de segurança julgadas úteis a permitir, no ponto de destino ou de saída do território aduaneiro, a identificação da mercadoria.

§ 3º É facultado à autoridade aduaneira exigir que o despacho de trânsito seja efetuado com os requisitos exigidos no despacho de importação para consumo.

CAPÍTULO III

Importações Vinculadas à Exportação

Art. 75. Poderá ser concedida, na forma e condições do regulamento,

suspensão dos tributos que incidam sobre a importação de bens que devam permanecer no país durante prazo fixado.

§ 1º A aplicação do regime de admissão temporária ficará sujeita ao cumprimento das seguintes condições básicas:

I — Garantia de tributos e gravames devidos, mediante depósito ou termo de responsabilidade;

II — Utilização dos bens dentro do prazo da concessão e exclusivamente nos fins previstos;

III — Identificação dos bens.

§ 2º A admissão temporária de automóveis, motocicletas e outros veículos será concedida na forma deste artigo ou de atos internacionais subscritos pelo Governo brasileiro e, no caso de aeronave, na conformidade, ainda, de normas fixadas pelo Ministério da Aeronáutica.

§ 3º A disposição do parágrafo anterior somente se aplica aos bens de pessoa que entrar no país em caráter temporário.

Art. 76. O Departamento de Renditas Aduaneiras poderá disciplinar, com a adoção das cautelas que forem necessárias, a entrada dos bens a que se refere o § 2º do artigo anterior, quando importados por brasileiro domiciliado ou residente no exterior, que entre no país em viagem temporária.

Art. 77. Os bens importados sob o regime de admissão temporária poderão ser despachados, posteriormente, para consumo, mediante cumprimento prévio das exigências legais e regulamentares.

Art. 78. Poderá ser concedida, nos termos e condições estabelecidas no regulamento:

I — Restituição, total ou parcial, dos tributos que hajam incidido sobre a importação de mercadoria exportada após beneficiamento ou utilizada na fabricação, complementação ou acondicionamento de outra exportada;

II — Suspensão do pagamento dos tributos incidentes sobre a importação de mercadoria a ser exportada após beneficiamento, ou destinada à fabricação, complementação ou acondicionamento de outra a ser exportada;

III — Isenção dos tributos que incidirem sobre importação de mercadoria, em quantidade e qualidade equi-

valente à utilizada no beneficiamento, fabricação, complementação ou acondicionamento de produto exportado.

§ 1º A restituição de que trata este artigo poderá ser feita mediante crédito da importância correspondente, a ser ressarcida em importação posterior.

§ 2º O regulamento estabelecerá limite mínimo para aplicação dos regimes previstos neste capítulo.

§ 3º Aplicam-se a este artigo, no que couber, as disposições do § 1º do artigo 75.

CAPÍTULO IV

Entrepósito Aduaneiro

Art. 79. O regime de entreposto aduaneiro é o que permite o depósito de mercadorias em local determinado, com suspensão do pagamento dos tributos e sob controle aduaneiro.

Art. 80. Observado o disposto no art. 84, a mercadoria depositada no entreposto aduaneiro poderá ser, no todo ou em parte, reexportada ou despachada para consumo, mediante o cumprimento das exigências legais e regulamentares.

Art. 81. Nos entrepostos abertos em portos e aeroportos, poderá ser permitido o funcionamento de loja para venda de mercadoria, a passageiros saindo do país, ou em trânsito para o exterior.

Parágrafo único. A venda de mercadoria estrangeira, efetuada na forma deste artigo, é equiparada a uma reexportação.

Art. 82. Para ser admitida a depósito em entreposto, é necessário que a mercadoria:

a) conste, com essa indicação, no manifesto ou documento de efeito equivalente do veículo que a transportar, ou que seu proprietário ou consignatário assim a declare, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da descarga, em formulário que conterá as indicações exigidas no despacho de importação para consumo;

b) seja submetida à conferência aduaneira, para fixação da responsabilidade de depositário e depositante.

Parágrafo único. Embora declarada para consumo, a mercadoria poderá

ser recolhida a entreposto, desde que requerido no prazo previsto neste artigo e satisfeitas eventuais obrigações decorrentes do despacho.

Art. 83. Poderá ser também admitida em entreposto aduaneiro, mediante processo regular, a mercadoria destinada a exportação.

§ 1º Para efeito de gozo de benefícios concedidos à exportação, considerase exportada a mercadoria a partir de seu depósito em entreposto aduaneiro.

§ 2º A devolução da mercadoria ao mercado interno obriga à restituição dos benefícios a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 84. A mercadoria poderá permanecer em depósito, salvo prorrogação, pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) anos, segundo a categoria do entreposto, conforme prescrever o regulamento.

Parágrafo único. Esgotado o prazo de depósito, a mercadoria será reexportada ou submetida a despacho para consumo dentro de 30 (trinta) dias, sob pena de ser considerada abandonada, para os efeitos do Capítulo V do Título II.

Art. 85. A autoridade aduaneira poderá exigir, em qualquer momento, a apresentação de mercadoria depositada, assim como proceder aos inventários que entender necessários.

§ 1º Ocorrendo falta de mercadoria, o depositário responde pelo pagamento dos tributos, gravames cambiais e penalidades cabíveis, vigorantes na data da apuração do fato.

§ 2º No caso de falta da mercadoria a que se refere o art. 83 serão restituídos os benefícios que houverem sido concedidos ao depositante.

Art. 86. Fica o Ministro da Fazenda autorizado a conceder o regime de entreposto aduaneiro, observadas as prescrições deste Capítulo:

I — A armazéns de depósito explorados diretamente pelas administrações dos portos e aeroportos;

II — A empresas de armazéns-gerais;

III — A armazéns de propriedade de empresa ou entidades públicas e privadas.

Art. 87. Além das formalidades necessárias à concessão do regime, o regulamento disporá sobre:

- a) as obrigações a serem impostas aos concessionários e depositantes;
- b) as normas relativas à suspensão da concessão, na ocorrência de descumprimento, pelo concessionário, das disposições legais e regulamentares pertinentes;
- c) as mercadorias admissíveis e as excluídas expressamente;
- d) as cautelas fiscais para o transporte da mercadoria a partir do local de descarga;
- e) as formalidades para entrada, depósito e saída de mercadoria;
- f) as operações comerciais e as manipulações admitidas;
- g) os requisitos essenciais relativos às instalações e demais condições para pleno exercício da fiscalização aduaneira.

Art. 88. O Departamento de Renditas Aduaneiras poderá aplicar o regime de entreposto aduaneiro, a título temporário, observadas as disposições deste capítulo, aos locais destinados a receber mercadoria para concursos, exposições, feiras-de-amostra e outras manifestações do mesmo gênero.

CAPÍTULO V

Entrepoto Industrial

Art. 89. O regime de entreposto industrial permite, a empresa que importe mercadoria na conformidade dos regimes previstos no art. 78, transformá-la, sob controle aduaneiro, em produtos destinados a exportação e, se for o caso, também ao mercado interno.

Art. 90. A aplicação do regime de entreposto industrial será autorizada pelo Ministro da Fazenda, observadas as seguintes condições básicas, conforme dispuser o regulamento:

- I — Prazo da concessão;
- II — Quantidade máxima de mercadoria importada a ser depositada no entreposto e prazo de sua utilização;
- III — Percentagem mínima da produção total a ser obrigatoriamente exportada.

§ 1º O regime de entreposto industrial será aplicado a título precário, podendo ser cancelado a qualquer tempo, no caso de descumprimento das normas legais e regulamentares.

§ 2º Findo o prazo do regime de entreposto industrial, serão cobrados os tributos devidos por mercadoria ainda depositada.

§ 3º O regulamento disporá sobre as medidas de controle fiscal a serem adotadas pelo Departamento de Renditas Aduaneiras.

§ 4º Aplicam-se a este capítulo, no que couber, as disposições dos Capítulos III e IV.

Art. 91. No caso de despacho para consumo dos produtos resultantes de transformação ou elaboração, o imposto será cobrado segundo a espécie e quantidade das matérias-primas e componentes utilizados naqueles produtos.

CAPÍTULO VI

Exportação Temporária

Art. 92. Poderá ser autorizada, nos termos do regulamento, a exportação temporária de mercadoria sob a condição de ser reimportada no prazo máximo de 1 (um) ano, no mesmo estado ou submetida a processo de conserto, reparo ou restauração.

Parágrafo único. A reimportação de mercadoria exportada na forma deste artigo não constitui fato gerador do imposto.

Art. 93. Considerar-se-á estrangeira, para efeito de incidência do imposto, a mercadoria nacional ou nacionalizada reimportada, quando houver sido exportada sem observância das condições deste artigo.

TÍTULO IV

Infrações e Penalidades

CAPÍTULO I

Infrações

Art. 94. Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe inobservância, por parte da pessoa natural ou jurídica, de norma estabelecida neste decreto-lei, no seu regulamento ou em ato administrativo de caráter normativo destinado a completá-los.

§ 1º O regulamento e demais atos administrativos não poderão estabelecer ou disciplinar obrigação, nem definir infração ou cominar penalidade

que não estejam autorizadas ou previstas em lei.

§ 2º Salvo disposição expressa em contrário, a responsabilidade por infração independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 95. Respondem pela infração:

I — Conjunta ou isoladamente, quem quer que, de qualquer forma, concorra para sua prática, ou dela se beneficie;

II — Conjunta ou isoladamente, o proprietário e o consignatário do veículo, quanto à que decorrer do exercício de atividade própria do veículo, ou de ação ou omissão de seus tripulantes;

III — O comandante ou condutor de veículo nos casos do inciso anterior, quando o veículo proceder do exterior sem estar consignado a pessoa natural ou jurídica estabelecida no ponto de destino;

IV — A pessoa natural ou jurídica, em razão do despacho que promover, de qualquer mercadoria.

CAPÍTULO II

Penalidades

SEÇÃO I

Espécies de Penalidades

Art. 96. As infrações estão sujeitas às seguintes penas, aplicáveis separada ou cumulativamente:

I — Perda do veículo transportador;

II — Perda da mercadoria;

III — Multa;

IV — Proibição de transacionar com repartição pública ou autarquia federal, empresa pública e sociedade de economia mista.

SEÇÃO II

Aplicação e Graduação das Penalidades

Art. 97. Compete à autoridade julgadora:

I — Determinar a pena ou as penas aplicáveis ao infrator ou a quem deva responder pela infração, nos termos da lei;

II — Fixar a quantidade da pena, respeitados os limites legais.

Art. 98. Quando a pena de multa for expressa em faixa variável de quantidade, o chefe da repartição aduaneira imporá a pena mínima prevista para a infração, só a majorando em razão de circunstância que demonstre a existência de artifício doloso na prática da infração, ou que importe agravar suas consequências ou retardar seu conhecimento pela autoridade fazendária.

Art. 99. Apurando-se, no mesmo processo, a prática de duas ou mais infrações pela mesma pessoa natural ou jurídica, aplicam-se cumulativamente, no grau correspondente, quando for o caso, as penas a elas cominadas, se as infrações não forem idênticas.

§ 1º Quando se tratar de infração continuada em relação à qual tenham sido lavrados diversos autos ou representações, serão eles reunidos em um só processo, para imposição da pena.

§ 2º Não se considera infração continuada a repetição de falta já arrolada em processo fiscal de cuja instauração o infrator tenha sido intimado.

Art. 100. Se do processo se apurar responsabilidade de duas ou mais pessoas, será imposta a cada uma delas a pena relativa à infração que houver cometido.

Art. 101. Não será aplicada penalidade — enquanto prevalecer o entendimento — a quem proceder ou pagar o imposto:

I — De acordo com interpretação fiscal constante de decisão irrecorrível de última instância administrativa, proferida em processo fiscal, inclusive de consulta, seja o interessado parte ou não;

II — De acordo com interpretação fiscal constante de decisão de primeira instância proferida em processo fiscal, inclusive de consulta, em que o interessado for parte;

III — De acordo com interpretação fiscal constante de circular, instrução, portaria, ordem de serviço e outros atos interpretativos baixados pela autoridade fazendária competente.

Art. 102. Ressalvada a hipótese prevista no inciso III do art. 107, a declaração voluntária feita pelo in-

frator à autoridade aduaneira, capaz de evitar a efetivação de ato punível com a perda da mercadoria, excluirá a imposição das penalidades cominadas para sua prática, desde que a declaração antecedida ao comprovado conhecimento do ilícito, pela fiscalização, ou a atos de busca, exame ou conferência aduaneira.

Art. 103. A aplicação da penalidade de fiscal, e seu cumprimento, não elidem, em caso algum, o pagamento dos tributos devidos e a regularização cambial nem prejudicam a aplicação das penas cominadas para o mesmo fato pela legislação aduaneira.

SEÇÃO III

Perda do Veículo

Art. 104. Aplica-se a pena de perda do veículo nos seguintes casos:

I — Quando o veículo transportador estiver em situação ilegal, quanto às normas que o habilitem a exercer a navegação ou o transporte internacional correspondente à sua espécie;

II — Quando o veículo transportador efetuar operação de descarga de mercadoria estrangeira ou a carga de mercadoria nacional ou nacionalizada fora do porto, aeroporto ou outro local para isso habilitado;

III — Quando a embarcação atracar a navio ou quando qualquer veículo, na zona primária, se colocar nas proximidades de outro, vindo um deles do exterior ou a ele destinado, de modo a tornar possível o transbordo de pessoa ou carga, sem observância das normas legais e regulamentares;

IV — Quando a embarcação navegar dentro do porto, sem trazer escrito, em tipo destacado e em local visível do casco, seu nome de registro;

V — Quando o veículo conduzir mercadoria sujeita à pena de perda, se pertencente ao responsável por infração punível com aquela sanção;

VI — Quando o veículo terrestre utilizado no trânsito de mercadoria estrangeira desviar-se de sua rota legal, sem motivo justificado.

Parágrafo único. Aplicam-se cumulativamente:

a) no caso do inciso II, a pena de perda da mercadoria;

b) no caso do inciso III, a pena da multa de Cr\$ 5.000 a Cr\$ 10.000, por passageiro ou tripulante conduzido pelo veículo que efetuar a operação proibida, além da perda da mercadoria que transportar.

SEÇÃO IV

Perda da Mercadoria

Art. 105. Aplica-se a pena de perda da mercadoria:

I — Em operação de carga ou já carregada em qualquer veículo ou dêle descarregada ou em descarga, sem ordem, despacho ou licença, por escrito, da autoridade aduaneira ou não cumprimento de outra formalidade essencial estabelecida em texto normativo;

II — Incluída em listas de sobresalentes e previsões de bordo quando em desacordo, quantitativo ou qualitativo, com as necessidades do serviço e do custeio do veículo e da manutenção de sua tripulação e passageiros;

III — Oculta, a bordo do veículo ou na zona, primária, qualquer que seja o processo utilizado;

IV — Existente a bordo do veículo, sem registro um manifesto, em documento de efeito equivalente ou em outras declarações;

V — Nacional ou nacionalizada, em grande quantidade ou de vultoso valor, encontrada na zona de vigilância aduaneira, em circunstâncias que tornem evidente destinar-se a exportação clandestina;

VI — Estrangeira ou nacional, na importação ou na exportação, se qualquer documento necessário ao seu embarque ou desembarque tiver sido falsificado ou adulterado;

VII — Nas condições do inciso anterior, possuída a qualquer título ou para qualquer fim;

VIII — Estrangeira que apresente característica essencial falsificada ou adulterada, que impeça ou dificulte sua identificação, ainda que a falsificação ou a adulteração não influem no seu tratamento tributário ou cambial;

IX — Estrangeira, encontrada ao abandono, desacompanhada de prova do pagamento dos tributos aduaneiros, salvo as do art. 58;

X — Estrangeira, exposta à venda, depositada ou em circulação comercial no país, se não for feita prova de sua importação regular;

XI — Estrangeira, já desembarcada e cujos tributos aduaneiros tenham sido pagos apenas em parte, mediante artifício doloso;

XII — Estrangeira, cnegada ao país com falsa declaração de conteúdo;

XIII — Transferida a terceiro, sem o pagamento dos tributos aduaneiros e outros gravames, quando desembarçada nos termos do inciso III do art. 13.

XIV — Encontrada em poder de pessoa natural ou jurídica não habilitada, tratando-se de papel com linha ou marca d'água, inclusive aparas;

XV — Constante de remessa postal internacional com falsa declaração de conteúdo;

XVI — Fracionada em diversas remessas postais internacionais, de modo a iludir o pagamento, no todo ou em parte, do imposto de importação;

XVII — Estrangeira, em trânsito no território aduaneiro, quando o veículo terrestre que a conduzir, desvia-se de sua rota legal, sem motivo justificado;

XVIII — Estrangeira, acondicionada sob fundo falso, ou de qualquer modo oculta;

XIX — Estrangeira, atentatória, a moral, aos bons costumes, à saúde ou ordem públicas.

SEÇÃO V

Multas

Art. 106. Aplicam-se as seguintes multas, proporcionais ao valor do imposto incidente sobre a importação da mercadoria ou o que incidiria se não houvesse isenção ou redução.

I — De 100% (cem por cento):

a) pelo não emprego dos bens de qualquer natureza nos fins ou atividades para que foram importados com isenção de tributos;

b) pelo desvio, por qualquer forma, dos bens importados com isenção ou redução de tributos;

c) pelo uso de falsidade nas provas exigidas para obtenção dos benefícios e estímulos previstos neste decreto;

d) pela não apresentação de mercadoria depositada em entreposto aduaneiro;

II — De 50% (cinquenta por cento);

a) pela transferência, a terceiro, a qualquer título, dos bens importados com isenção de tributos, sem prévia autorização da repartição aduaneira, ressalvado o caso previsto no inciso XIII do artigo 105;

b) pelo não retorno ao exterior, no prazo fixado dos bens importados sob regime de admissão temporária;

c) pela importação, como bagagem de mercadoria que, por sua quantidade e características, revele finalidade comercial;

d) pelo extravio ou falta de mercadoria, inclusive apurado em ato de vistoria aduaneira.

III — De 20% (vinte por cento);

a) por deixar o passageiro vindo do exterior de declarar objeto que esteja sujeito a tributação;

b) pela chegada ao país de bagagem e bens de passageiro fora dos prazos regulamentares, quando se tratar de mercadoria sujeita a tributação.

IV — De 10% (dez por cento):

a) pela inexistência da fatura comercial ou falta de sua apresentação no prazo fixado em termo de responsabilidade;

b) pela apresentação de fatura comercial sem o visto consular, quando exige essa formalidade;

c) pela comprovação, fora do prazo, da chegada da mercadoria no destino, nos casos de reexportação e trânsito.

V — De 1% a 2% (um a dois por cento), não podendo ser, no total, superior a Cr\$ 100.000, pela apresentação da fatura comercial em desacordo com uma ou mais de uma das exigências que forem estabelecidas no regulamento, salvo o caso da letra "b" do inciso anterior.

Parágrafo único. No caso de papel com linhas ou marcas d'água, adotar-se-á, para cálculo das multas previstas nos incisos I e II a alíquota do imposto fixada para papel idêntico sem aquelas características.

Art. 107. Aplicam-se, ainda, as seguintes multas:

I — De Cr\$ 200.000 (duzentos mil cruzeiros) a quem, por qualquer meio ou forma, desacatar agente do Fis-

co em embarçar, dificultar ou impedir sua ação fiscalizadora;

II — De Cr\$ 50.000 a Cr\$ 100.000 (cinquenta mil cruzeiros a cem mil cruzeiros), pela saída da embarcação ou outro veículo, sem estar autorizado;

III — De Cr\$ 10.000 a Cr\$ 50.000 (dez mil a cinquenta mil cruzeiros) por volume, na hipótese do artigo 102, pela falta de manifesto ou documento de efeito equivalente ou ausência de sua autenticação, ou, ainda, falta de declaração quanto à carga;

IV — De Cr\$ 10.000 a Cr\$ 50.000 (dez mil a cinquenta mil cruzeiros) por infração deste Decreto-lei e ao seu regulamento, para a qual não seja prevista pena específica.

Art. 108. Aplica-se a multa de 50% (cinquenta por cento) da diferença de imposto apurada em razão de declaração indevida de mercadoria, ou atribuição de valor ou quantidade diferente do real, quando a diferença do imposto for superior a 10% (dez por cento) quanto ao preço e a 5% (cinco por cento) quanto a quantidade ou peso em relação ao declarado pelo importador.

Parágrafo único. Será de 100% (cem por cento) a multa relativa a falsa declaração correspondente ao valor, à natureza e a quantidade.

Art. 109. No caso do inciso XIX do artigo 105, será ainda aplicada ao responsável pela infração a multa de Cr\$ 50.000 (cinquenta mil cruzeiros).

Art. 110. Todos os valores expressos em cruzeiros, nesta lei, serão atualizados anualmente segundo, os índices de correção monetária fixados pelo Conselho Nacional de Economia.

Art. 111. Somente quando procedendo do exterior ou a ele se destinar, é alcançado pelas normas das Seções III, IV e V deste Capítulo, o veículo assim designado e suas operações ali indicadas.

Parágrafo único. Excluem-se da regra deste artigo os casos dos incisos V e VI do artigo 104.

Art. 112. No caso de extravio ou falta de mercadoria previsto na alínea d do inciso II do artigo 108, os tributos e multa serão calculados

sobre o valor que constar do manifesto ou outros documentos ou sobre o valor da mercadoria contida em volume idêntico do manifesto, quando forem incompletas as declarações relativas ao não descarregado.

Parágrafo único. Se à declaração corresponder mais de uma alíquota da Tarifa Aduaneira, sendo impossível precisar a competente, por ser genérica a declaração, o cálculo se fará pela alíquota mais elevada.

Art. 113. No que couber, aplicam-se as disposições deste Capítulo a qualquer meio de transporte viado do exterior ou a ele destinado, bem como a seu proprietário, condutor ou responsável, documentação, carga tripulantes e passageiros.

Art. 114. No caso de o responsável pela infração conformar-se com o procedimento fiscal, poderão ser recolhidas, no prazo de 10 (dez) dias, independentemente do processo, as multas cominadas nos incisos III e V do artigo 106 bem como no artigo 108.

Parágrafo único. Não efetuado o pagamento do débito no prazo fixado, será instaurado processo fiscal na forma do artigo 118.

Art. 115. Ao funcionário que houver apontado a infração serão adjudicados 40% (quarenta por cento) da multa aplicada, exceto nos casos dos incisos IV e V do artigo 106, quando o produto dela será integralmente recolhido ao Tesouro Nacional, observado o que dispõe o artigo 23 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

§ 1º Quando a infração for apurada mediante denúncia, metade da quota-parte atribuída aos funcionários caberá ao denunciante.

§ 2º Exclui-se da regra deste artigo a infração prevista no inciso I do artigo 107.

SEÇÃO VI

Proibição de Transacionar

Art. 116. O devedor, inclusive o fiador, declarado remisso, é proibido de transacionar, a qualquer título com repartição pública ou autarquia federal, empresa pública e sociedade de economia mista.

§ 1º A declaração da remissão será feita pelo órgão aduaneiro local, após decorridos trinta dias da data em que se tornar irrecorrível, na esfera administrativa a decisão condenatória, desde que o devedor não tenha feito prova de pagamento da dívida ou de ter iniciado, perante a autoridade judicial, ação anulatória de ato administrativo, com o depósito da importância em litígio, em dinheiro ou em títulos da dívida pública federal, na repartição competente de seu domicílio fiscal.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, o chefe da repartição fará a declaração nos 15 (quinze) dias seguintes ao término do prazo ali marcado, publicando a decisão no órgão oficial ou, na sua falta, comunicando-a, para o mesmo fim ao Departamento de Rendas Aduaneiras, sem prejuízo da sua afixação em lugar visível do prédio da repartição.

Art. 117. No caso de reincidência na fraude punida no parágrafo único do artigo 108 e no inciso II do artigo 60 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, com a redação que lhe dá o artigo 169 deste decreto-lei, o Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras;

I — Suspenderá, pelo prazo de 1 (um) a 5 (cinco) anos, a aceitação, por repartição aduaneira, de declaração apresentada pelo infrator;

II — Aplicará a proibição de transacionar a firma ou sociedade estrangeira que, de qualquer modo, concorrer para a prática do ato.

TÍTULO V

Processo Fiscal

CAPÍTULO I

Disposições gerais.

Art. 118. A infração será apurada mediante processo fiscal, que terá por base a representação ou auto lavrado pelo Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro ou Guarda Aduaneiro, observadas, quanto a este, as restrições do regulamento.

Parágrafo único. O regulamento definirá os casos em que o processo fiscal terá por base a representação.

Art. 119. São anuláveis:

I — O auto, a representação ou o termo:

a) que não contenha elementos suficientes para determinar a infração e o infrator, ressalvados, quanto à identificação deste, os casos de abandono da mercadoria pelo próprio infrator;

b) lavrado por funcionário diferente do indicado no artigo 118.

II — A decisão ou o despacho proferido por autoridade incompetente, ou com preterição do direito de defesa.

Parágrafo único. A nulidade é sanável pela repetição do ato ou suprida pela sua retificação ou complementação, nos termos do regulamento.

Art. 120. A nulidade de qualquer ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam diretamente ou dele sejam consequência.

Art. 121. Nas fases de defesa, recurso e pedido de reconsideração, dar-se-á vista do processo ao sujeito passivo de procedimento fiscal.

Art. 122. Compete o preparo do processo fiscal à repartição aduaneira com jurisdição no local onde se formalizar o procedimento.

Art. 123. O responsável pela infração será intimado a apresentar defesa no prazo de 30 (trinta) dias da ciência do procedimento fiscal, prorrogável por mais 10 (dez) dias, por motivo imperioso, alegado pelo interessado.

Parágrafo único. Se o término do prazo cair em dia em que não haja expediente normal na repartição, considerar-se-á prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte.

Art. 124. A intimação a que se refere o artigo anterior ou para satisfazer qualquer exigência, obedecerá a uma das seguintes formas, como estabelecer o regulamento:

I — Pessoalmente;

II — Através do Correio; pelo sistema denominado "AR" (Aviso de Recebimento);

III — mediante publicação no *Diário Oficial* da União ou do Estado em que estiver localizada a re-

partição ou em jornal local de grande circulação;

IV — Por edital afixado na portaria da repartição.

§ 1º Omitida a data no recibo "AR" a que se refere o inciso II deste artigo, dar-se-á por feita a intimação 15 (quinze) dias depois da entrada da carta de notificação no Correio.

§ 2º O regulamento estabelecerá os prazos, não afixados neste decreto-lei, para qualquer diligência.

Art. 125. A competência para julgamento do processo fiscal será estabelecido no regulamento.

Art. 126. As inexatidões materiais, devidas a lapso manifesto, e os erros de escrita ou cálculo, existentes na decisão, poderão ser corrigidos por despacho de ofício ou, por provocação do interessado ou funcionário.

Art. 127. Proferida a decisão, dela serão cientificadas as partes, na forma do artigo 124.

CAPÍTULO II

Pedido de reconsideração e recurso

Art. 123. Da decisão caberá:

I — Em primeira ou segunda instância, pedido de reconsideração apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, que fluirá simultaneamente com o da interposição do recurso, quando fôr o caso.

II — Recurso:

a) voluntário, em igual prazo, mediante prévio depósito do valor em litígio ou prestação de fiança idônea, para o Conselho Superior de Tarifa;

b) de ofício, na própria decisão ou posteriormente em novo despacho, quando o litígio, de valor superior a Cr\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros), fôr decidido a favor da parte, total ou parcialmente.

Parágrafo único. No caso de restituição de tributo, o recurso será interposto para o Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras, impondo-se o de ofício quando o litígio fôr de valor superior a Cr\$ 5.000.00 (cinco milhões de cruzeiros).

Art. 129. O recurso terá efeito suspensivo se voluntário, ou sem ele no de ofício.

§ 1º No caso de apreensão julgada improcedente, a devolução da coisa de valor superior a Cr\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros), antes do julgamento do recurso de ofício, dependerá de prévia observância da norma prevista no § 2º do artigo 71.

§ 2º Não interposto o recurso de ofício cabível, cumpre ao funcionário autor do procedimento fiscal representar à autoridade prolatora da decisão, propondo a medida.

Art. 130. Ressalvados os casos, de ausência de depósito ou fiança, compete à instância superior julgar da perempção do recurso.

CAPÍTULO III

Disposições Especiais

Art. 131. Na ocorrência de fato punível com a perda do veículo ou da mercadoria, proceder-se-á, de pleno, à apreensão.

§ 1º A coisa apreendida será recolhida à repartição aduaneira, ou à ordem de sua chefia, a depósito aifandegado ou a outro local, onde permanecerá até que a decisão do processo fiscal lhe dê o destino competente.

§ 2º O regulamento disporá sobre as cautelas e providências que a autoridade aduaneira poderá adotar na ocorrência de apreensão, mencionando os casos em que se admite o depósito e quais as obrigações do depositário.

§ 3º A perícia que se impuser, para qualquer fim, em mercadoria apreendida, será feita no próprio depósito da repartição aduaneira, quando solicitada ou determinada pela autoridade competente.

Art. 132. Na apuração de infração verificada no serviço de remessas postais internacionais serão observadas, além das normas deste decreto-lei e do seu regulamento, a legislação especial pertinente à espécie.

Art. 133. Será considerada inexistente a denúncia que não determine de modo preciso a infração e o infrator ou que não identifique o denunciante pelo nome e endereço.

Art. 134. A autoridade julgadora poderá, de plano, em despacho fundamentado, sustar o prosseguimento do processo que se origine de representação ou auto lavrado com apoio em erro de fato.

§ 1º No caso d'êste artigo, a autoridade científicará o autor do feito e relacionará os despachos proferidos, submetendo-os, trimestralmente, ao Departamento de Rendas Aduaneiras, que, se discordar da orientação adotada, determinará o prosseguimento do processo.

§ 2º Se não cumprido o disposto no parágrafo anterior, o funcionário que firmar o auto ou a representação requererá à autoridade para que proceda na forma ali determinada.

Art. 135. Considera-se findo o processo fiscal de que não caiba recurso na via administrativa.

Art. 136. Sem prejuízo do disposto no artigo 114, a apuração das infrações de que tratam as alíneas *a* e *b* do inciso IV e o inciso V do artigo 106, não interromperá o despacho da mercadoria, nem impedirá seu final desembaraço.

Parágrafo único. O regulamento estabelecerá as cautelas a serem observadas no caso de desembaraço previsto neste artigo.

TÍTULO VI

Prescrição

CAPÍTULO ÚNICO

Disposições Gerais

Art. 137. O direito de reclamação por erro, classificação indevida, ou outra qualquer, cujas provas permanecerem em documento próprio, prescreve em 1 (um) ano, a partir do pagamento do tributo, para a pessoa que despachar a mercadoria.

Art. 138. Prescreve em 5 (cinco) anos o direito de cobrar tributos a contar do fato que tornar conhecido o sujeito da obrigação tributária.

Parágrafo único. Em se tratando de cobrança de diferença de tributos, conta-se o prazo a partir do pagamento efetuado.

Art. 139. No mesmo prazo do artigo anterior se extingue o direito de impor penalidade, a contar da data da infração.

Art. 140. Interrompem-se os prazos estabelecidos nos artigos 137 e 138 por qualquer notificação ou exigência administrativa feita ao sujeito passivo, com referência ao imposto que tenha deixado de pagar ou a infração que haja sido apurada, começando a correr a partir da data em que este procedimento se tenha verificado.

Art. 141. Não correm os prazos fixados, enquanto:

I — O processo de cobrança depender de exigência a ser satisfeita pelo contribuinte;

II — A autoridade aduaneira não fôr diretamente informada pelo Juízo de Direito, Tribunal ou órgão do Ministério Público da revogação de ordem ou decisão judicial que suspender, anular ou modificar exigência fiscal, inclusive no caso de sobrestamento do processo.

TÍTULO VII

Organização Aduaneira

CAPÍTULO I

Departamento de Rendas Aduaneiras

Art. 142. A Diretoria das Rendas Aduaneiras fica transformada no Departamento de Rendas Aduaneiras.

Art. 143. Ao Departamento de Rendas Aduaneiras compete:

I — Dirigir, superintender, controlar, orientar e executar, em todo o território aduaneiro, os serviços de aplicação das leis fiscais relativas aos tributos federais que incidem sobre importação e exportação de mercadoria;

II — Exercer, na esfera de sua competência, as demais atribuições que lhe forem outorgadas pela legislação de câmbio e comércio exterior;

III — Promover o controle e a fiscalização da cobrança dos tributos incluídos no âmbito de sua competência;

IV — Executar ou promover a execução dos serviços de análises, exames e pesquisas químicas e tecnológicas;

cas, indispensáveis à identificação e classificação de mercadorias, para efeitos fiscais;

V — Dirigir, controlar, orientar e executar os serviços de prevenção e repressão das fraudes aduaneiras, elaborando os respectivos planos;

VI — Interpretar as leis e regulamentos relacionados com a matéria de suas atribuições e decidir os casos omissos;

VII — Instaurar e preparar processos relativos às infrações aduaneiras;

VIII — Julgar os processos fiscais sobre matéria de suas atribuições, inclusive os de consulta quanto a tributos que incidam sobre mercadoria importada, os de restituição de tributos aduaneiros, os de reconhecimento de danos ou avarias ou extravio de mercadorias, os de infração de obrigações acessórias e sobre outras matérias que venham a ser incluídas na sua competência;

IX — Expedir atos de designação e dispensa de chefes das repartições subordinadas, de despachantes aduaneiros e corretores de navios, seus ajudantes e prepostos;

X — Rever e adotar modelos de formulários para uso das repartições aduaneiras;

XI — Disciplinar o tratamento aduaneiro aplicado à navegação, inclusive área, e ao tráfego de veículo através da fronteira, bem como em relação à respectiva tripulação, carga e passageiros;

XII — Estabelecer rota para o veículo terrestre utilizado no trânsito ou reexportação de mercadoria estrangeira destinada ao exterior;

XIII — Dirigir, superintender, controlar, orientar e executar, em porto não organizado e em outras áreas em situação semelhante, o serviço de capatazia.

Art. 144. O Departamento de Rendas Aduaneiras contará, para o exercício de suas atribuições, com órgãos regionais de supervisão e controle e com órgãos locais de execução, vigilância e fiscalização.

Art. 145. Fica o Poder Executivo autorizado a instalar Alfândegas, Postos Aduaneiros e outras repartições nos locais onde essa medida se impuser, bem como a extinguir as repartições aduaneiras cuja manutenção não mais se justifique.

Parágrafo único. As atuais Mesas de Rendas, Agências Aduaneiras, Registros Fiscais e Portos Fiscais serão, se justificada sua manutenção, transformados em Alfândegas, Postos Aduaneiros ou outras repartições.

Art. 146. O Laboratório Nacional de Análises passa a integrar o Departamento de Rendas Aduaneiras.

Art. 147. A estrutura, competência, denominação, sede e jurisdição dos órgãos do Departamento de Rendas Aduaneiras serão fixados no Regimento a ser baixado pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO II

Conselho de Política Aduaneira

Art. 148. São membros natos do Conselho de Política Aduaneira o Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras, do Ministério da Fazenda, e o Chefe da Divisão de Política Comercial, do Ministério das Relações Exteriores, ampliando-se para mais dois membros a representação governamental a que se refere a alínea b do artigo 24 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Art. 149. Fica ampliada para 2 (dois) membros efetivos a representação das Confederações Nacionais dos Trabalhadores.

Art. 150. O artigo 29 da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, mantido seu parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

“O Presidente, demais membros e o Secretário-Executivo, do Conselho de Política Aduaneira, perceberão, por sessão realizada, até o máximo de 12 (doze) por mês, gratificação correspondente a 30% (trinta por cento) da importância fixada para o Nível 1 da escala de vencimentos dos servidores públicos civis do Poder Executivo.”

Art. 151. São restabelecidas as condições para o provimento do cargo em comissão de membro-presidente do Conselho de Política Aduaneira, de que tratam a alínea a do artigo 24, e seu § 1º, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, e restaurada a equivalência dos símbolos do cargo fixados no artigo 28 da mesma lei.

Art. 152. Além do pessoal de sua lotação, o Conselho de Política Aduaneira poderá contar com outros servidores que forem postos à sua disposição pelo Ministro da Fazenda ou Director-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 153. Aos servidores em exercício no Conselho de Política Aduaneira poderá ser concedida a gratificação prevista no inciso IV do artigo 145 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 154. O Conselho de Política Aduaneira promoverá a conversão da nomenclatura da Tarifa Aduaneira à Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas, podendo, para tal fim:

I — alterar a numeração das notas tarifárias, introduzir notas interpretativas e regras gerais de classificação;

II — reclassificar as posições entre os capítulos e reajustar a respectiva linguagem;

III — alterar o sistema de desdobramento das posições, a fim de melhor atender aos objetivos fiscais e estatísticos da nomenclatura.

Parágrafo único. As eventuais alterações de alíquota, decorrente da adoção da nova nomenclatura, serão processadas pelo Conselho de Política Aduaneira, dentro dos limites máximo e mínimo previstos no artigo 3º da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

CAPÍTULO III

Comitê Brasileiro de Nomenclatura

Art. 155. A nomenclatura a que se refere o artigo anterior passará a constituir a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias e será adotada:

I — Nas operações de exportação e importação;

II — No comércio de cabotagem e por vias internas;

III — Na cobrança dos impostos de exportação, importação e sobre produtos industrializados;

IV — Nos demais casos previstos em lei, decreto ou em resoluções da Junta Nacional de Estatística.

Art. 156. É criado o Comitê Brasileiro de Nomenclatura, com as seguintes atribuições:

I — Manter a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias permanentemente atualizada;

II — Propor aos órgãos interessados na aplicação da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias medidas relacionadas com a atualização, aperfeiçoamento e harmonização dos desdobramentos de suas posições, de modo a melhor ajustá-los às suas finalidades estatísticas ou de controle fiscal;

III — Difundir o conhecimento da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, inclusive mediante a publicação de seu índice, e propor as medidas necessárias à sua aplicação uniforme;

IV — Promover a divulgação das Notas Explicativas da Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas e recomendar normas, critérios ou notas complementares de interpretação;

V — prestar assistência técnica aos órgãos diretamente interessados na aplicação da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias;

VI — Administrar o Fundo de Administração da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias.

Art. 157. O Comitê Brasileiro de Nomenclatura funcionará sob a presidência do Presidente do Conselho de Política Aduaneira e será integrado por 6 (seis) membros, especializados em nomenclatura, designados pelo Ministro da Fazenda, quatro dos quais dentre funcionários dos órgãos do Ministério da Fazenda diretamente interessados na aplicação da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias.

§ 1º O Comitê disporá de uma Secretaria dirigida por um Secretário-Executivo e integrada por funcionários do Ministério da Fazenda, postos à sua disposição por solicitação do respectivo Presidente.

§ 2º O Comitê poderá dispor de um Corpo Consultivo constituído de técnicos indicados pelo Plenário e credenciado pelo Presidente, com a finalidade de prestar assistência especializada nos diferentes setores da nomenclatura.

Art. 158. O Fundo de Administração da Nomenclatura Brasileira de

Mercadorias destina-se ao custeio dos trabalhos de documentação, divulgação, análises e pesquisas necessárias ao cumprimento das atribuições do Comitê Brasileiro de Nomenclatura e será constituído:

I — Pelas dotações orçamentárias e créditos especiais que lhe forem destinados;

II — Pelo produto da venda ou assinatura de publicações editadas pelo Comitê;

III — Por dotações recebidas de instituições nacionais ou internacionais.

§ 1º O Fundo será utilizado de conformidade com o plano de aplicação aprovado pelo Ministro da Fazenda.

§ 2º O Presidente do Comitê poderá firmar, com órgãos da administração federal, órgãos e entidades internacionais, convênio para a execução dos seus serviços, inclusive publicação e divulgação de atos e trabalhos, mediante utilização dos recursos do Fundo.

§ 3º Até 28 (vinte e oito) de fevereiro de cada ano o Presidente encaminhará ao Ministro da Fazenda e ao Tribunal de Contas a prestação de contas relativas ao exercício anterior, acompanhada do pronunciamento do Comitê.

Art. 159. A organização e o funcionamento do Comitê serão estabelecidos em regimento a ser expedido pelo Poder Executivo.

TÍTULO VIII

Disposições Finais e Transitórias

Art. 160. As entidades de direito público e as pessoas jurídicas de direito privado, que gozem de isenção de tributos, ficam obrigadas a dar preferência à compra do produto nacional, salvo prova de recusa ou incapacidade do fornecimento, em condições satisfatórias, conforme definido nos incisos I e II do artigo 18.

Art. 161. A isenção prevista nos incisos IV e V do artigo 15, para a importação de automóvel, poderá ser substituída pelo direito de aquisição, em idênticas condições, de veículo de produção nacional, com isenção do imposto sobre produtos industrializa-

dos, aplicando-se, quanto ao ressarcimento, pelo produtor, do tributo relativo às matérias-primas e produtos intermediários, a norma do § 1º do artigo 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

Parágrafo único. O imposto sobre produtos industrializados será cobrado na forma do artigo 26, se a propriedade ou uso do automóvel for transferido, antes do prazo de 1 (um) ano, a pessoa que não goza do mesmo tratamento fiscal.

Art. 162. Serão destinados ao Conselho de Política Aduaneira 5% (cinco por cento) dos recursos correspondentes ao Fundo de Reparelhamento das Repartições Aduaneiras previsto no § 1º do artigo 66 da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, para atender a despesas de funcionamento e reaparelhamento, inclusive quanto a encargos de material e de prestação de serviços técnicos e administrativos, publicações de trabalhos e divulgação de seus atos, e diligências e estudos necessários ao exercício de suas atribuições.

Art. 163. A taxa de despacho aduaneiro a que se refere o artigo 66 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, será extinta a partir de 1º de janeiro de 1968, destinando-se, a contar daquela data, 20% (vinte por cento) da arrecadação do imposto de importação às aplicações previstas no § 1º daquele artigo.

Art. 164. A isenção do imposto de importação prevista neste decreto-lei implica na isenção da taxa de despacho aduaneiro.

Parágrafo único. Nos demais casos, somente haverá isenção da taxa quando expressamente prevista.

Art. 165. O eventual desembaraço de mercadoria objeto de apreensão anulada por decisão judicial não transitada em julgado ou cujo processo fiscal se interrompa por igual motivo, dependerá, sempre, de prévia fiança idônea ou depósito do valor das multas e das despesas de regularização cambial exigidas pela autoridade aduaneira, além do pagamento dos tributos devidos.

Parágrafo único. O depósito será convertido aos títulos próprios, de acordo com a solução final da lide, de que não caiba recurso com efeito suspensivo.

Art. 166. O cargo em comissão de Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras e as funções gratificadas de chefia e assessoramento das repartições aduaneiras serão exercidas, privativamente, por Agentes Fiscais de Imposto Aduaneiro, desde que sejam de natureza fiscal ou técnica e guardem correlação com as atribuições da série de classes.

Art. 167. A bagagem poderá ser classificada por capítulos, para aplicação da alíquota média, conforme dispuser o regulamento.

Art. 168. Reduzido o que couber ao preparador, ao escrivão do processo e classificadores, nos termos do artigo 124 da Lei nº 2.924, de 5 de janeiro de 1915, o saldo do produto da arrematação de mercadoria apreendida será adjudicado ao apreensor.

Parágrafo único. O denunciante participará do saldo a que se refere este artigo, em igualdade de condições com o apreensor.

Art. 169. O artigo 60 da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 60. As infrações de natureza cambial, apuradas pela repartição aduaneira, serão punidas com:

I — Multa de 100% (cem por cento) do respectivo valor, no caso de mercadoria importada sem licença de importação ou sem o cumprimento de outro qualquer requisito de controle cambial em que se exija o pagamento ou depósito de sobretaxas, quando sua importação estiver sujeita a tais requisitos, revogados os §§ 3º, 4º e 5º do artigo 6º, e o artigo 11 da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953.

II — Multa de 100% (cem por cento) do valor da fraude, nos casos de sub ou superfaturamento ou qualquer outra modalidade de fraude cambial na importação.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, o valor da mercadoria ou da fraude será calculado com base no custo de câmbio, acrescido do valor dos gravames exigíveis na importação regular correspondente.

§ 2º Não constituirá infração cambial a diferença, para mais ou

para menos, não superior a 10% (dez por cento), quanto a preço, e a 5% (cinco por cento) quanto a quantidade ou peso.

§ 3º As infrações a que se refere este artigo serão apuradas e julgadas de acordo com as normas processuais aplicáveis ao imposto de importação”.

Art. 170. Constitui infração cambial, punível com a multa de 30% (trinta por cento) do valor, a inobservância dos prazos regulamentares para a chegada, ao ponto de destino, da bagagem e bens de passageiros, salvo quanto a objetos e roupas de uso pessoal, usados.

Art. 171. A mercadoria estrangeira importada a título de bagagem, e que, por suas características e quantidades, não mereça tal conceito, fica sujeita ao regime da importação comum.

Art. 172. Independem de licença ou de cumprimento de qualquer outra exigência relativa a controle cambial:

I — a bagagem a que se apliquem as disposições constantes dos artigos 13 e seus parágrafos;

II — A importação de que tratam os incisos IV, V e VII do art. 15.

Art. 173. Serão reunidas num só documento a atual nota de importação, a guia de importação a que se refere o Decreto nº 42.914, de 27 de dezembro de 1957, e a guia de recolhimento do imposto sobre produtos industrializados.

Art. 174. Dentro de 2 (dois) anos, a partir da publicação deste decreto-lei, ficará revogada toda e qualquer isenção ou redução do imposto de importação concedida por leis anteriores.

Parágrafo único. Não estão compreendidas na revogação prevista neste artigo as isenções ou reduções.

I — Que beneficiem nominalmente entidades não industriais prestadoras de serviço público ou de assistência social, centros de pesquisas científicas e museus de arte;

II — Que beneficiem nominalmente entidades por prazo fixando em lei, vedada a prorrogação.

III — Prevista na legislação específica de órgãos federais incumbidos por lei da execução de programas re-

gionais de desenvolvimento econômico, da execução da política e programas de energia nuclear, de energia elétrica, petróleo e carvão;

IV — Previstas nas Leis ns. 1.815, de 13 de fevereiro de 1953, 2.004, de 3 de outubro de 1953, 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 4.287, de 3 de dezembro de 1963, e 5.173, de 27 de outubro de 1966;

V — Previstas na Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, não especificamente modificadas ou revogadas por este decreto-lei.

Art. 175. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000 (três bilhões de cruzeiros) destinado a atender, nos exercícios de 1967 a 1969, às despesas indispensáveis ao reaparelhamento e à reestruturação do Conselho de Política Aduaneira e do Departamento de Rendas Aduaneiras, inclusive as decorrentes do provimento das funções gratificadas de chefia, assessoramento e de secretariado, a serem criadas.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 176. O Poder Executivo regulamentará as disposições deste decreto-lei dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 177. Ficam revogadas, a partir de 30 (trinta) dias da publicação do regulamento a que se refere o artigo anterior, as seguintes disposições legais e regulamentares: Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas; Decretos ns. 12.328, de 27 de dezembro de 1916, 19.909, de 23 de abril de 1931; arts. 96 a 101 do Decreto nº 24.086, de 26 de março de 1934; Decretos-leis ns. 300, de 24 de fevereiro de 1938, 8.644, de 11 de janeiro de 1946, 9.179, de 15 de abril de 1946, e 9.763, de 6 de setembro de 1946; art. 7º da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953; arts. 5º e seu parágrafo único, 6º e seus §§ 7º, 8º e seu parágrafo único, 9º, 10, 12, 13, 14, 17, 33, 34 e 35, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, e art. 15 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.

Parágrafo único. O art. 11 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957 ficará revogado a partir da vigência da

nomenclatura a que se refere o art. 154 deste decreto-lei.

Art. 178. Este decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1967, salvo quanto às disposições que dependam de regulamentação, cuja vigência será fixada no regulamento.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 38 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966

Estabelece estímulos à contenção dos preços e penalidade para aumentos superiores aos do índice geral de preços.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º As empresas industriais e comerciais, contribuintes do imposto sobre produtos industrializados e do imposto sobre circulação de mercadorias, são obrigadas a manter um demonstrativo dos preços de venda de seus produtos ou mercadorias no mercado interno, a partir de 1 de outubro de 1966.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será facultativo para as empresas com capital registrado até Cr\$... 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros) ou cuja receita bruta anual não exceda a Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros.)

Art. 2º No exercício financeiro de 1968, as empresas referidas no art. 1º, que demonstrarem haver mantido, no período de 1 de outubro de 1966 a 31 de dezembro de 1967, os preços das mercadorias vendidas no mercado interno em nível inferior de 30% (trinta por cento) ao nível do índice geral de preços, pagarão o imposto de que trata o art. 37 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, com redução de 20% (vinte por cento) sobre a taxa que vigorar.

Parágrafo único. O índice geral de preços será o adotado pelo Conselho Nacional de Economia para a correção monetária das Obrigações do Tesouro.

Art. 3º Para os fins previstos no artigo anterior, as pessoas jurídicas abrangidas por este decreto-lei instruirão suas declarações de rendimento, relativas ao imposto devido no exercício financeiro de 1968, com o quadro demonstrativo da variação média de seus preços de venda no mercado interno.

Art. 4º No caso de empresas que realizem vendas nos mercados interno e externo, a redução do imposto de renda previsto no art. 2º deste decreto-lei será proporcional à relação entre as vendas no mercado interno e a receita total da empresa, obtida no período de 1 de outubro de 1966 a 31 de dezembro de 1967, respeitada a dedução, do lucro tributável, da parcela correspondente à exportação de produtos manufaturados de que trata o art. 5º da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965.

Art. 5º As empresas que, entre 1 de outubro de 1966 e 31 de dezembro de 1967, aumentarem os preços de venda no mercado interno acima de 10% (dez por cento) do nível geral de preços ficarão sujeitas ao pagamento da multa de 2% (dois por cento) sobre a receita bruta apurada no período correspondente ao da elevação de preços constatada pela fiscalização.

§ 1º A multa será imposta pelo Ministro da Fazenda depois de instruído o processo nas repartições competentes e ouvida a empresa.

§ 2º A multa deixará de ser exigível no caso de a empresa ter, previamente, justificado o aumento do preço em proporção superior à prevista neste artigo, perante a Comissão Nacional de Estímulos à Estabilização de Preços (CONEP) e por esta considerada procedente.

Art. 6º Para os fins do disposto neste decreto-lei, a fiscalização do imposto de renda, do imposto sobre produtos industrializados e da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) abrangerá, também, o exame da evolução dos preços de venda,

no mercado interno, das empresas referidas no art. 1º.

Parágrafo único. A CONEP baixará as normas e instruções necessárias ao cumprimento do disposto no art. 1º deste decreto-lei, de modo a facilitar a apuração da variação média de preços pelas empresas que negociem com grande variedade de produtos.

Art. 7º Enquanto for indispensável conjugar a Tarifa das Alfândegas com medidas que visem à estabilização de preços, o Conselho de Política Aduaneira, por iniciativa própria, por solicitação da CONEP ou mediante denúncia fundamentada, reduzirá as alíquotas da Tarifa incidente sobre produtos ou mercadorias cujos preços internos aumentarem acima de 10% (dez por cento) do nível geral de preços apurado na forma do parágrafo único do art. 2º, pelo prazo que julgar necessário e na proporção adequada para diminuir a diferença entre o preço do produto nacional e o similar importado para consumo interno.

§ 1º Não se aplica ao disposto neste artigo o procedimento previsto no parágrafo único do Art. 22 da Lei número 3.244, de 1 de setembro de 1957.

§ 2º Nos casos previstos neste artigo, a redução aplicar-se-á às mercadorias que comprovadamente forem encomendadas dentro do prazo determinado pelo Conselho de Política Aduaneira, desde que cheguem aosais até 90 (noventa) dias após o término desse prazo.

Art. 8º O facultado pelo parágrafo único do art. 1º deste decreto-lei não exime a empresa da aplicação da multa de que trata o art. 5º, desde que comprovada por qualquer forma a elevação de seus preços acima dos limites fixados no mesmo artigo.

Art. 9º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145ª da Independência e 78ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 39 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda — consignado ao Conselho Nacional de Telecomunicações, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros), consignado ao Conselho Nacional de Telecomunicações, para atender às despesas decorrentes da participação do Brasil no Sistema Mundial de Telecomunicações por Satélites.

Art. 2º O crédito de que trata o presente decreto-lei, com vigência para dois exercícios, será, automaticamente, registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 3º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 40 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Abre à Presidência da República (Órgãos Dependentes: Coordenação dos Organismos Regionais) — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras — um crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Presidência da Re-

pública (Órgãos Dependentes: Coordenação dos Organismos Regionais) — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras — um crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), destinados a atender às despesas diretas do funcionamento e manutenção da Comissão Especial de Faixa de Fronteiras.

Art. 2º Os recursos financeiros destinados ao atendimento das despesas com o crédito acima, serão obtidos com anulação de igual importância, no crédito aprovado pela Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965 — Subanexo 4.01.02.10; Categoria Econômica 4.0.0.0 — Despesas de Capital; ... 4.3.2.3 — Entidades Municipais: 1) para aplicação a cargo da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras — Cr\$ 2.200.000.000 (dois bilhões e duzentos milhões de cruzeiros).

Art. 3º O presente crédito especial vigorará até a liberação pelo Ministério da Fazenda do orçamento previsto para o ano de 1967, e será registrado automaticamente pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões
João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 41 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre a dissolução de sociedades civis de fins assistenciais.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º Toda sociedade civil de fins assistenciais que receba auxílio ou subvenção do Poder Público ou que se mantenha, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares, fica sujeita à dissolução nos casos e forma previstos neste decreto-lei.

Art. 2º A sociedade será dissolvida se:

I — Deixar de desempenhar efetivamente as atividades assistenciais a que se destina;

II — Aplicar as importâncias representadas pelos auxílios, subvenções ou contribuições populares em fins diversos dos previstos nos seus atos constitutivos ou nos estatutos sociais;

III — Ficar sem efetiva administração, por abandono ou omissão continuada dos seus órgãos diretores.

Art. 3º Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses do artigo anterior, o Ministério Público, de ofício ou por provocação de qualquer interessado, requererá ao juízo competente a dissolução da sociedade.

Parágrafo único. O processo da dissolução e da liquidação reger-se-á pelos arts. 655 e seguintes do Código de Processo Civil.

Art. 4º A sanção prevista neste Decreto-lei não exclui a aplicação de quaisquer outras, porventura cabíveis, contra os responsáveis pelas irregularidades ocorridas.

Art. 5º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 42 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966

Altera, sem aumento de despesa, a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965 que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º Ficam alterados, sem aumento de despesa e de acordo com a discriminação abaixo, os quadros integrantes do Orçamento Geral da União para o exercício de 1966, referentes ao Conselho Nacional de Economia, ao Estado-Maior das Forças Armadas e à Escola Superior de Guerra:

a) 2.04.00 — Conselho Nacional de Economia:

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.1.0.0 — Despesas de Custeio

Onde se lê:

3.1.1.0 — Pessoal

3.1.1.1 — Pessoal Civil	F	653.720	
	V	9.720	663.440

3.1.4.0 — Encargos Diversos

Diversos

09.00 — Custeio de órgãos não Diplomáticos ou Consulares no exterior		11.850
--	--	--------

Recapitulação:

Despesa Fixa	667.720
Despesa Variável	210.984
Total	878.704

Leia-se:

3.1.1.0 — Pessoal		
3.1.1.1 — Pessoal Civil	F	654.140
	V	9.300
		663.440

3.1.4.0 — Encargos Diversos

08.00 — Exposições, congressos e conferências	11.850
---	--------

Recapitulação:

Despesa Fixa	668.140
Despesa Variável	210.564
Total	878.704

b) 4.03.00 — Estado-Maior das Forças Armadas:

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.1.0.0 — Despesas de Custeio

Onde se lê:

3.1.1.0 — Pessoal

3.1.1.1 — Pessoal Civil	F	28.420
	V	5.080

Recapitulação:

Despesa Fixa	35.160
Despesa Variável	4.930.380
Total	4.965.540

Leia-se:

3.1.1.0 — Pessoal

3.1.1.1 — Pessoal-Civil	F	16.420
	V	17.080

Recapitulação:

Despesa Fixa	23.160
Despesa Variável	4.942.380
Total	4.965.540

c) 4.03.01 — Estado-Maior das Forças Armadas (Escola Superior de Guerra):

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.1.0.0 — Despesas de Custeio

Onde se lê:

3.1.1.0 — Pessoal

3.1.1.1 — Pessoal Civil	F	126.527
	V	15.051

Recapitulação:

Despesa Fixa	214.207
Despesa Variável	153.457
Total	367.664

Leia-se:

3.1.1.0 — Pessoal

3.1.1.1 — Pessoal Civil	F	107.727
	V	33.851

Recapitulação:

Despesa Fixa	140.107
Despesa Variável	227.557
Total	367.664

Art. 2º As alterações de que trata este decreto-lei têm vigência a partir de 1 de janeiro de 1966, para efeito de registro e controle de despesas já realizadas.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1966; 145º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 43 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Cria o Instituto Nacional do Cinema, torna da exclusiva competência da União a censura de filmes, estende aos pagamentos do exterior de filmes adquiridos a preços fixos o disposto no art. 45 da Lei nº 4.131, de 3-9-62, prorroga por 6 meses dispositivos de Legislação sobre a exibição de filmes nacionais e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 30, do Ato Institucional nº 2 ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

Considerando que o art. 2º do Ato Complementar nº 23, faculta ao Presidente da República baixar decretos-leis em todas as matérias previstas na Constituição;

Considerando a urgência das medidas ora estabelecidas, decreta:

Art. 1º É criado o Instituto Nacional do Cinema (INC), com o objetivo de formular e executar a política governamental relativa à produção, importação, distribuição e exibição de filmes, ao desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira, ao seu fomento cultural e à sua promoção no exterior.

Art. 2º O INC é uma autarquia federal, com autonomia técnica, administrativa e financeira, diretamente subordinada ao Ministério da

Educação e Cultura, nos termos da presente lei.

Art. 3º O INC gozará nas suas rendas, bens e serviços de imunidades tributárias total (art. 31, Inciso V, letra A da Constituição).

Art. 4º Ao INC compete:

I — formular e executar a política governamental relativa ao desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira, ao seu fomento cultural e à sua promoção no exterior;

II — regular, em cooperação com o Banco Central da República do Brasil, a importação de filmes estrangeiros para exibição em cinemas e televisão;

III — regular a produção, distribuição e a exibição de filmes nacionais fixando preços de locação, prazos de pagamento e condições;

IV — regular condições de locação de filmes estrangeiros às salas exibidoras nacionais;

V — formular a política nacional de preços de ingressos, evitando tabelamentos que deteriore as condições econômicas do cinema;

VI — conceder financiamento e prêmios a filmes nacionais, de acordo com normas elaboradas pelo Conselho Deliberativo e aprovadas pelo Ministro da Educação e Cultura;

VII — manter um registro de produtores, distribuidores e exibidores, com dados sobre os respectivos estabelecimentos;

VIII — aprovar, para a concessão de estímulos pelo Poder Público, projetos de desenvolvimento da indústria cinematográfica;

IX — produzir e adquirir filmes e diafilmes educativos ou culturais para fornecimentos a estabelecimentos de ensino e entidades congêneres ou para projeção sem finalidade lucrativa;

X — seleccionar filmes para participar em certames internacionais e orientar a representação brasileira nessas reuniões;

XI — estabelecer normas de coprodução cinematográfica com outros países e regulamentar a realização de produções estrangeiras no Brasil;

XII — fiscalizar, em todo o território nacional, o cumprimento das leis e regulamentos das atividades cinematográficas;

XIII — arrecadar as suas rendas e estabelecer prazos para o seu recolhimento;

XIV — aplicar multas e demais penalidades previstas nesta Lei.

CAPÍTULO II

Da Organização

Art. 5º — O INC terá a seguinte organização:

- a) Presidente
- b) Conselho Deliberativo
- c) Conselho Consultivo
- d) Secretaria-Executiva

Parágrafo único. A organização e as atribuições do Conselho Deliberativo, do Conselho Consultivo e da Secretaria-Executiva constarão do regulamento aprovado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 6º O INC será dirigido por um Presidente, nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro da Educação e Cultura.

Art. 7º O Conselho Deliberativo, do qual o Presidente do INC é membro nato e seu Presidente, é constituído dos seguintes membros:

- 1) Representante do Ministério da Educação e Cultura;
- 2) Representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores;
- 3) Representante do Ministério da Indústria e do Comércio;

4) Representante do Ministério das Relações Exteriores;

5) Representante do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica;

6) Representante do Banco Central da República do Brasil.

§ 1º Os representantes e seus substitutos serão indicados pelos respectivos órgãos e designados pelo Presidente da República.

§ 2º O Conselho Deliberativo reunir-se-á, ordinariamente duas vezes por mês.

§ 3º As decisões do Conselho Deliberativo serão tomadas sob a forma de Resolução, com base em trabalhos e pareceres da Secretaria Executiva.

§ 4º Das decisões do Conselho Deliberativo caberá recurso para o Ministro da Educação e Cultura.

Art. 8º O Conselho Consultivo, do qual o Secretário-Executivo é membro nato e seu Presidente, é constituído dos seguintes membros:

- a) Representante dos produtores de cinema;
- b) Representante de distribuidores de filmes;
- c) Representante de exibidores de filmes;
- d) Representante da crítica cinematográfica;
- e) Representante de diretores de cinema.

§ 1º Os membros do Conselho Consultivo serão nomeados pelo Ministro da Educação e Cultura, dentre os indicados em lista triplíce, para cada vaga, pelas respectivas entidades nacionais de classe, com mandato de 2 (dois) anos, renovável, desde que novamente incluído na lista triplíce organizada pela classe representada.

§ 2º Na falta de indicação da respectiva entidade nacional de classe, o representante será nomeado pelo Ministro da Educação e Cultura, por indicação do Presidente do INC.

§ 3º O Conselho Consultivo reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês.

§ 4º As decisões do Conselho Consultivo serão tomadas sob a forma de indicações ao Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO III

Do Patrimônio e Regime Financeiro

Art. 9º O Patrimônio do INC será formado:

I — Pelos bens e direitos que lhe forem transferidos ou por ele adquiridos;

II — Pelos saldos de rendas próprias.

Art. 10. A aquisição de bens imóveis, por parte do INC depende de autorização do Ministro da Educação e Cultura, e a sua alienação somente poderá ser efetuada depois de autorizada pelo Presidente da República.

Art. 11. A receita do INC será constituída por:

I — Dotações orçamentárias ou extra-orçamentárias que lhe forem consignadas pela União;

II — Contribuição para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional, calculada por metro linear de cópia positiva de todos os filmes destinados à exibição comercial em cinemas ou televisões;

III — O produto de operações de crédito;

IV — Os juros de depósitos bancários;

V — Os auxílios, subvenções, contribuições e doações de pessoas jurídicas ou físicas, nacionais ou estrangeiras;

VI — O produto das multas;

VII — As rendas eventuais.

Art. 12. A contribuição a que se refere o inciso II do art. 11 é fixada em Cr\$ 200 (duzentos cruzeiros) e será atualizada em dezembro de cada ano, de acordo com os índices de correção monetária, aprovados pelo Conselho Nacional de Economia, para vigorar no exercício seguinte.

Parágrafo único. Ficam isentos da contribuição a que se refere o artigo 11, inciso II, os filmes de curta metragem, sem caráter publicitário e os filmes de publicidade e "filme-lete" destinados à exibição comercial em televisão.

Art. 13. São extintas a "taxa cinematográfica para educação popular" criada pelo art. 42 do Decreto-lei nº 1.949, de 30 de dezembro de 1939, e o imposto de importação e taxa de despacho aduaneiro sobre

filmes cinematográficos compreendidos nos itens 37-06, 37-07-001, 37-07-003, 37-07-004, 37-07-005 e ... 37-07-006, da Tarifa das Alfândegas.

Parágrafo único. É concedida isenção do imposto de importação e da taxa de despacho aduaneiro, às películas sensibilizadas, filmes virgens, compreendidos nos itens 37-02-001, 37-02-003 e 37-02-004 da Tarifa das Alfândegas, ficando o Poder Executivo autorizado a suspender os benefícios de isenção, quando for necessário estimular a produção nacional daqueles produtos.

Art. 14. Os recursos do INC serão aplicados segundo programa anual de trabalho e orçamento analítico, aprovados pelo Conselho Deliberativo e homologados pelo Ministro da Educação e Cultura, em:

I — Despesas com a manutenção dos serviços do INC;

II — Financiamentos a serem concedidos a produtores nacionais;

III — Prêmios a serem atribuídos a filmes nacionais;

IV — Outros encargos previstos em lei.

Parágrafo primeiro — O prêmio a que se refere o inciso III deste artigo será concedido, anualmente, a todos os filmes nacionais, proporcionalmente à renda produzida pela sua exibição no País, de acordo com o que dispuser o regulamento.

Parágrafo segundo — O produtor nacional poderá ser dispensado pelo INC do recolhimento imediato da contribuição prevista no inciso II do art. 11, ficando obrigado porém, a fazê-lo por ocasião do recebimento das parcelas do prêmio que lhe couber até cobrir o montante da contribuição devida ao INC.

Art. 15. As contas do Presidente do INC serão prestadas ao Tribunal de Contas da União, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, até 30 de abril de cada ano.

CAPÍTULO IV

Do Pessoal

Art. 16. O quadro de pessoal do INC será aprovado por decreto do Presidente da República.

Art. 17. Para atender à execução de serviços de natureza não perma-

nente ou especializada, poderá o INC admitir pessoal sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, obedecendo as normas estabelecidas na Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 18. Os funcionários do Serviço Civil do Poder Executivo que, na data da publicação desta lei, estejam prestando serviço a qualquer dos órgãos que foram incorporados ao INC poderão optar pelo seu aproveitamento no quadro do pessoal do INC nas mesmas condições em que se encontrem.

Parágrafo primeiro — A opção deverá ser feita em requerimento dirigido ao Ministro da Educação e Cultura no prazo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo segundo — O silêncio do interessado implica na concordância com a sua inclusão no quadro do INC.

Parágrafo terceiro — Decorrido o prazo a que se refere o § 1º, serão aproveitados na situação em que se encontram, em outros órgãos do Serviço Público Federal, a critério do Poder Executivo, mediante decreto, os servidores que mantiverem o *status* anterior.

Parágrafo quarto — O pessoal que exceder às necessidades do INC, a critério de sua direção, será igualmente, incluído em outros órgãos do Serviço Público Federal, na forma do parágrafo anterior.

CAPÍTULO V

Da Exibição de Filmes Nacionais

Art. 19. Todos os cinemas existentes no território nacional ficam obrigados a exibir filmes nacionais de longa metragem, durante determinado número de dias por ano, a ser fixado pelo Conselho Deliberativo.

§ 1º A proposta levará em consideração o desenvolvimento da produção nacional, verificada cada ano, e as possibilidades de programação do mercado exibidor.

§ 2º A reexibição do filme nacional no mesmo cinema não será computada para os efeitos da exibição compulsória, entendido "reexibição" como a programação do mesmo filme, transcorrido um determinado período de tempo de sua primeira exibição no mesmo cinema.

§ 3º A exibição compulsória será considerada cumprida, apenas pela metade, quando a receita do produtor nacional for atribuída também pela metade.

Art. 20. O Poder Executivo definirá em decreto, por proposta do INC, o que é filme nacional de curta e longa metragem.

Parágrafo único. Cabe ao INC conceder o certificado correspondente de cidadania brasileira ao filme produzido no País, nos termos da definição a que se refere o presente artigo.

Art. 21. O INC poderá conceder a filmes nacionais de curta metragem "Classificação Especial", atendendo ao nível de sua realização e à natureza cultural e educativa.

Art. 22. Todos os cinemas existentes no território nacional ficam obrigados a exibir, durante determinado número de dias, por ano, os filmes nacionais de curta metragem, de "Classificação Especial".

§ 1º O número de dias para exibição obrigatória de filmes de "Classificação Especial", será anualmente fixado pelo Conselho Deliberativo do INC, atendendo ao volume de sua produção e às possibilidades de programação do mercado exibidor.

§ 2º A exibição de filme de "Classificação Especial" isenta os cinemas da obrigatoriedade da exibição, na mesma sessão, de outro filme de curta metragem.

Art. 23. Poderão ser projetados, nos cinemas do País, mensagens publicitárias, sob a forma de filmes e "filmetes".

§ 1º Consideram-se "filmetes" os filmes publicitários mudos cuja duração não exceda a quinze segundos.

§ 2º As mensagens publicitárias serão projetadas, à meia-luz, no intervalo entre as sessões.

§ 3º A duração máxima do conjunto de mensagens publicitárias em cada intervalo, será de três (3) minutos.

§ 4º O mesmo filme de publicidade ou "filmet" só poderá ser incluído na programação do mesmo cinema, durante o máximo de uma semana em cada semestre.

Art. 24. Não serão aprovados os programas cinematográficos sem que sejam apresentadas pelo exibidor as provas do cumprimento das normas de proteção ao cinema brasileiro, nos termos do Regulamento.

CAPÍTULO VI

Da Distribuição de Filmes Nacionais

Art. 25. A distribuição de filmes nacionais de longa e curta metragem só poderá ser contratada mediante as percentagens máximas que vierem a ser fixadas pelo INC.

§ 1º. As percentagens de distribuição serão calculadas sobre a participação do produtor na renda da bilheteria, depois de deduzidas as despesas de publicidade, fiscalização e outras despesas gerais.

§ 2º. Os contratos para a distribuição de filmes nacionais de longa e curta metragem, firmados pelos produtores com os distribuidores somente terão validade depois de registrados no INC.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 26. A censura de filmes cinematográficos, para todo o território nacional, tanto para exibição em cinemas, como para exibição em televisão, é da exclusiva competência da União.

Art. 27. As remessas de filmes brasileiros para o exterior ficam sujeitas a "licença de exportação", sem cobertura cambial, devendo ser transferido para o Brasil o produto da venda, renda, aluguel, participação e toda a receita líquida assim auferida no exterior.

Parágrafo único. A receita acima aludida será transferida para o País, obrigatoriamente, através de estabelecimento bancário autorizado a operar em câmbio, observadas as normas e critérios que regerem a espécie à data de cada operação.

Art. 28. O depósito a que se refere o artigo 45, da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, deverá ser, obrigatoriamente, recolhido ao Banco do Brasil S. A. em conta especial,

podendo o interessado aplicar essa importância, mediante autorização do INC, na produção de filmes brasileiros.

§ 1º. Se no prazo de 18 (dezoito) meses, contados da data de cada depósito, não for apresentado ao INC o projeto para a realização do filme, acompanhado da documentação indispensável ao exame do mesmo, o valor registrado no Banco do Brasil S. A. reverterá como receita extraordinária do INC.

§ 2º. Os titulares dos depósitos atualmente existentes no Banco do Brasil S. A., efetuados de acordo com o artigo 45, da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, terão prazo máximo de 6 (seis) meses, a contar da publicação da presente lei, para apresentação de seus projetos ao INC findo o qual, os depósitos reverterão ao Instituto.

Art. 29. Os pagamentos no exterior de filmes adquiridos a preço fixo, para exploração no País, ficarão igualmente sujeitos ao desconto do imposto, nos termos do art. 45, da Lei nº 4.131, de 3-9-62, e o artigo 28 da presente Lei.

Art. 30. Os depósitos a que se refere os artigos 28 e 29 serão realizados pelo distribuidor ou importador do filme estrangeiro, em nome da empresa no Brasil, como beneficiária do favor fiscal.

Art. 31. São incorporados ao INC o Instituto Nacional de Cinema Educativo, do Ministério da Educação e Cultura e o Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica, do Ministério da Indústria e do Comércio.

§ 1º. Os bens pertencentes ou em uso por essas repartições serão entregues ao INC, depois de devidamente inventariados.

§ 2º. O pessoal lotado na data da publicação desta lei, nos órgãos mencionados no presente artigo passa à disposição do INC, sem prejuízo dos seus vencimentos, direitos e vantagens, obedecendo o disposto no artigo 18 e seus parágrafos.

Art. 32. As atribuições conferidas ao INC por esta lei poderão ser exercidas por autoridades estaduais e municipais, ou outras entidades públicas, mediante convênio.

Art. 33. Para os efeitos desta lei, produtores, distribuidores e exibidores de filmes, só poderão exercer atividades no País depois de registrados no INC.

Parágrafo único. Os exibidores deverão registrar todos os cinemas de sua propriedade ou arrendados.

Art. 34. É assegurado ao INC, por intermédio de seus funcionários especialmente designados, o direito de examinar a escrita comercial de produtores, distribuidores e exibidores, para verificar a exatidão das receitas atribuídas a cada uma das partes, quando se tratar de filmes nacionais.

Parágrafo único. É assegurado aos funcionários do INC, especialmente designados, o livre ingresso nos cinemas, em todo o território nacional, na forma que dispuser o regulamento.

Art. 35. O INC poderá estabelecer a obrigatoriedade de uso do "borderaux" padrão, emitir, para uso compulsório pelas salas exibidoras nacionais, ingresso único ou obrigar o uso de máquinas registradoras, para venda de ingressos.

Parágrafo único. Para facilitar a fiscalização do uso do ingresso único, o INC poderá criar prêmio pecuniário entre os usuários dos cinemas, na forma que vier a ser estabelecida por Decreto do Executivo.

Art. 36. Fica sujeito à multa que variará de um terço (1/3) do valor do salário-mínimo, vigente no Distrito Federal à época da infração, até cem (100) vezes o valor desse salário, sem prejuízo de outras sanções que couberem, àquele que:

I — deixar de cumprir as normas legais sobre a exibição de filmes nacionais;

II — exhibir filme ou "filmlet" de publicidade em desacordo com as normas legais;

III — exhibir filme não censurado ou com o certificado de censura fora dos prazos estabelecidos;

IV — deixar de levar os programas à aprovação da autoridade competente ou exhibi-los de maneira diversa do aprovado;

V — sonegar ou prestar informação errônea, visando obter vantagens pecuniárias, ou ilidir pagamento de

taxa ou contribuição devida, sem prejuízo da sanção penal que couber;

VI — deixar de cumprir as normas que forem baixadas sobre co-produção;

VII — deixar de fornecer os "borderaux" nos prazos ou modelos que forem estabelecidos, bem como neles incluir informação inverídica;

VIII — reter o exibidor ou o distribuidor importância devida ao produtor, além dos prazos estabelecidos, ou pagá-la em valor inferior ao estabelecido na lei;

IX — utilizar ou permitir a utilização do ingresso fora do modelo padrão;

X — dificultar ou impedir a observância das resoluções que forem baixadas em decorrência desta lei;

XI — sonegar documentos ou comprovantes exigidos pelo INC ou impedir ou dificultar exames contábeis ou deixar de fornecer esclarecimentos que forem exigidos, nos prazos assinalados;

XII — vedar ou dificultar a entrada, nas salas exibidoras, de funcionários a serviço do INC.

Art. 37. Em caso de reincidência, dentro do período de três (3) meses em infração da mesma natureza, o INC poderá determinar a interdição do estabelecimento por um prazo de cinco (5) a noventa (90) dias, sem prejuízo da multa que couber.

Art. 38. A imposição, autuação e processamento da multa, e a sua cobrança, os prazos e condições para o recurso e as normas de interdição dos estabelecimentos, constarão de regulamento.

Art. 39. Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros) para as despesas de instalação e manutenção do INC, com vigência por dois (2) exercícios, o qual será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 40. O Ministro da Educação e Cultura designará uma Comissão para organizar o INC e promover a incorporação dos órgãos referidos no artigo 31, podendo, para os fins deste artigo, utilizar até 10% (dez por cento) do crédito a que se refere o artigo 39.

Parágrafo único. A comissão prestará contas ao Tribunal de Contas da União, através do Ministério da Educação e Cultura, das importâncias

aplicadas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da conclusão de seus trabalhos.

Art. 41. Esta lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias depois de publicação, exceto quanto aos artigos 18, 39 e 40, que vigorarão na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 21, 31, 35, 42, 43, 44, 45, 46, 121, 122 e 130 do Decreto-lei nº 1.949, de 30 de dezembro de 1939, o Decreto-lei nº 4.064, de 29 de janeiro de 1942, os parágrafos 8º e 9º do artigo 24 e os artigos 25, 31, 32, 33, 34, 36 e 38 do Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946, o Decreto nº 50.278, de 17 de fevereiro de 1961, o Decreto nº 50.450, de 12 de abril de 1961, o Decreto nº 1.134, de 4 de junho de 1962 e o Decreto nº 1.462, de 13 de outubro de 1962.

Parágrafo único. O disposto nos artigos 33, 38 e 39 da Lei nº 1.949, de 30 de dezembro de 1939, os parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do artigo 24, do Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946, o Decreto nº 1.243, de 25 de junho de 1962 e o Decreto número 56.499, de 21 de junho de 1965 serão revogados 6 (seis) meses após a publicação da presente lei.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Juracy Magalhães

Octavio Bulhões

Juarez Távora

Raymundo Moniz de Aragão

Paulo Egydio Martins

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 44 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Altera os limites do mar territorial do Brasil, estabelece uma zona contígua e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, parágrafo único, do Ato Ins-

titucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º O mar territorial dos Estados Unidos do Brasil compreende todas as águas que banham o litoral do país, desde o cabo Orange, na foz do rio Olapoque, ao arroio Chui, no Estado do Rio Grande do Sul, numa faixa de seis milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha da baixa-mar, adotada como referência nas cartas náuticas brasileiras.

Parágrafo único. Nos lugares em que a costa, incluindo o litoral das ilhas, inflete formando baías, enseadas e outras reentrâncias, as seis milhas acima referidas serão contadas a partir da linha que, transversalmente, una dois pontos opostos mais próximos dos de inflexão da costa e que distem, um do outro, doze milhas ou menos.

Art. 2º Uma zona contígua de seis milhas marítimas de largura, medidas a partir do limite externo das águas territoriais, está sob a jurisdição dos Estados Unidos do Brasil no que concerne à prevenção e à repressão das infrações da lei brasileira em matéria de polícia aduaneira, fiscal, sanitária ou de imigração.

Art. 3º Numa zona de seis milhas marítimas medidas a partir do limite externo das águas territoriais (artigo 1º), os Estados Unidos do Brasil têm os mesmos direitos exclusivos de pesca, de jurisdição em matéria de pesca, e de exploração dos recursos vivos do mar, que lhe cabem em seu mar territorial.

Art. 4º O Poder Executivo, sem prejuízo da imediata vigência do presente decreto-lei, baixará os Regulamentos e demais atos necessários à sua completa execução.

Art. 5º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Zilmar de Araripe Macedo

Juracy Magalhães

DECRETO-LEI Nº 45 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a criar uma sociedade por ações, que incorporará o FINAME, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 30, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º A Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME, criada pelo Decreto nº 59.170, de 2 de setembro de 1966, cujos termos ficam fazendo parte integrante deste Decreto-lei, no que por ele não é modificado, é dotada de personalidade jurídica própria, desenvolvendo as suas atividades com a colaboração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, na forma da legislação em vigor.

Art. 2º Ao Presidente da Junta de Administração do FINAME, ou a quem suas funções estiver exercendo, caberá o exercício do direito de veto, com recurso ao plenário do órgão para o Conselho de Administração do BNDE, que decidirá em última instância.

Art. 3º Fica o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico autorizado a realizar operações financeiras relacionadas com o desenvolvimento da economia nacional, quer diretamente, quer através de empresas subsidiárias, ouvido o Conselho Monetário Nacional, no tocante às modalidades de operação e setores de aplicação não especificados nas Leis 1.628, de 20.6.1952, 2.973, de 26 de novembro de 1956, e 4.457, de 6 de novembro de 1964.

Parágrafo único. Os níveis de alçada decisória dos órgãos do BNDE, previstos na Lei 1.628, de 20.6.1952, serão atualizados anualmente, de conformidade com os coeficientes de reavaliação dos ativos imobilizados das empresas, calculados pelo Conselho Nacional de Economia.

Art. 4º No prazo máximo de 90 dias, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico criará uma so-

ciiedade anônima de economia mista, da qual terá obrigatoriamente o controle acionário, para suceder à Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME, cujo ativo e passivo a nova entidade incorporará.

§ 1º A Sociedade a ser criada gozará de condição de capital aberto e equiparar-se-á, para os efeitos do artigo 30 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, às sociedades de economia mista nela mencionadas.

§ 2º A criação dessa Sociedade será feita por Resolução do Conselho de Administração do BNDE, por proposta do seu Presidente, ouvido sobre os respectivos Estatutos, a serem adotados, o Conselho Monetário Nacional.

Art. 5º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145ª da Independência e 78ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 46 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Concede incentivos fiscais às indústrias que menciona e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 2º do Ato Complementar nº 23, de 20 de outubro de 1966, decreta:

Art. 1º São concedidos, pelo prazo de 4 (quatro) anos, contados da vigência deste Decreto-Lei, isenção dos impostos de importação e do consumo ou daquele que substituir a este sobre a importação de:

I — equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, com os respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas destinados, especificamente, à indústria de produtos alimentares, assim considerada a transformação industrial ou beneficiamento de produtos destinados à alimentação humana ou animal;

II — equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, com os respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas destinados, especificamente, à indústria de fiação e tecelagem, assim considerada a produção e o beneficiamento de fibras e fios artificiais, sintéticos e de origem vegetal ou animal bem como a fabricação e o beneficiamento de têxteis em geral;

III — equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, com os respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas destinados, especificamente, à indústria química, assim considerada a fabricação de produtos químicos orgânicos e inorgânicos em geral, de fertilizantes e corretivos do solo, de inseticidas, herbicidas e rodenticidas, de produtos petroquímicos e de matérias-primas para a indústria farmacêutica;

IV — equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, com os respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas destinados, especificamente, às indústrias de materiais elétricos e eletrônicos, assim considerada a fabricação ou montagem de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, acessórios e componentes elétricos ou eletrônicos;

V — equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, com os respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas destinados, especificamente, à indústria de materiais de construção civil, assim considerada a transformação industrial de matérias-primas ou de semi-fabricados em materiais e elementos destinados à construção civil, excluídos os produtos metalúrgicos definidos no § 1º do artigo 1º da Lei n. 4.622, de 3 de maio de 1965.

Art. 2º O parágrafo 1º do artigo 1º da Lei número 4.950, de 20 de abril de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º A isenção das importações será autorizada pelo Ministério da Fazenda, através de seu órgão próprio, que discriminará os equipamentos e acessórios, indicando quantidade, qualidade, valor e procedência à vista de projetos industriais aprovados pelo Grupo-Executivo das Indústrias de Papel e das Artes

Gráficas, de acordo com os critérios fixados pela Comissão de Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio”;

Art. 3º O item XIV, do artigo 1º da Lei número 4.622, de 3 de maio de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“XIV — isenção dos impostos de importação e de consumo, ou daquele que substituir a este, e da taxa de despacho aduaneiro para equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, com os respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas destinados à produção de livros, jornais, revistas e mais artigos da indústria gráfica, mediante projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias do Papel e das Artes Gráficas, de acordo com os critérios que forem fixados pela Comissão de Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio.”

Art. 4º As isenções referidas no artigo 1º serão concedidas às empresas cujos projetos industriais tenham sido aprovados pelo Grupo Executivo do respectivo setor industrial, de acordo com os critérios que forem estabelecidos pela Comissão de Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 5º As isenções de impostos mencionadas neste Decreto-Lei não se aplicam aos bens com similar nacional que possam ser produzidos no País em condições satisfatórias.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Paulo Egydio Martins

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 47 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre a aplicação e qualifica as penalidades pelas infrações às normas e resoluções de competência do Instituto Brasileiro do Café e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 31, Parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e

Considerando a necessidade imperiosa de melhor reprimir à generalidade de infrações às normas e resoluções que disciplinam o abastecimento do consumo interno, o trânsito, a comercialização interna e a exportação do café e outros aspectos atinentes às atribuições do Instituto Brasileiro do Café;

Considerando que vem ocorrendo, com frequência, a prática dolosa do encaminhamento, para comercialização de cafés de baixa qualidade no objetivo de induzir em erro os estabelecimentos de crédito da rede oficial e privada, fraudando-se, dessa forma, as garantias dos financiamentos e lesando-se terceiros de boa fé;

Considerando, ainda, ser de relevante e inadiável importância fixar penalidades que melhor correspondam à natureza das transgressões como também definir o comportamento doloso, tudo com vistas aos danos trazidos ao mercado, à política de crédito, além de outras perturbações decorrentes de atividades ilícitas, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º Fica o Instituto Brasileiro do Café (IBC) autorizado a estabelecer penalidades para as infrações às normas que disciplinarem o abastecimento do consumo interno, o trânsito, a comercialização interna e a exportação de café.

§ 1º Quando as penalidades forem representadas por multa em moeda corrente, não poderão elas exceder ao limite do maior salário-mínimo vigente no País, por saca de café objeto da infração.

§ 2º Nos demais casos, as penalidades consistirão em advertência, apreensão do café objeto da infração,

sustação temporária ou definitiva, parcial ou total, da entrega de quotas de café, suspensão e cassação definitiva da atividade da empresa, como exportadora de café.

Art. 2º Fica equiparado ao crime de estelionato despachar por ferrovia, rodovia ou fazer transitar, por qualquer meio, cafés de comercialização proibida de acordo com as normas e resoluções baixadas pelo IBC, sujeito aquele que o fizer às penas previstas nos artigos 171 e seguintes do Código Penal.

§ 1º Incorre nas mesmas penas aquele que negociar por endosso ou a qualquer título como portador do respectivo documento representativo, os cafés a que se refere o presente artigo, bem como aquele que os der em garantia para o levantamento antecipado de numerário em função do suposto valor do produto.

§ 2º Excetuam-se da hipótese prevista neste artigo os cafés encaminhados, dentro do mesmo município produtor, às usinas de beneficiamento e padronização ou para fins de industrialização.

§ 3º O encaminhamento de café para os fins referidos no parágrafo anterior para município outro que não o de origem dependerá sempre de prévia e expressa autorização do IBC.

Art. 3º A aplicação das penalidades de que trata o presente decreto-lei estará condicionada à apuração da infração através de medidas de ordem administrativa e cujo processo deverá estar disciplinado nas respectivas normas e resoluções expedidas pelo IBC.

Art. 4º A qualificação do ilícito penal, tal como configurado no presente decreto-lei e a aplicação das penas que dele decorrem, não ilidem nem prejudicam as sanções de caráter administrativo, a que estarão sujeitos os infratores, inclusive as multas estabelecidas pelo IBC.

Parágrafo único. As multas a que se refere este decreto-lei constituirão renda eventual do IBC, após o processamento previsto para as respectivas infrações, sendo cobráveis através de executivo fiscal caso não liquidadas administrativamente.

Art. 5º Sem prejuízo do auxílio e cooperação que possam ser prestados ao IBC por qualquer entidade federal

ou estadual no combate e repressão ao contrabando e descaminho, todo e qualquer café apreendido deverá ser, imediatamente, entregue à guarda da mesma Autarquia, a quem incumbe a instauração do competente processo administrativo, independentemente das sanções penais cabíveis a serem aplicadas por quem de direito.

Art. 6º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Otávio Bulhões
Paulo Egydio Martins
Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 48 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 2º do Ato Complementar número 23, de 20 de outubro de 1966, decreta:

Art. 1º As instituições financeiras estão sujeitas a:

I — intervenção, efetuada pelo Banco Central da República do Brasil, nos casos em que se verificarem anormalidades na condução dos negócios sociais, inclusive por culpa ou responsabilidade dos dirigentes do estabelecimento, e

II — liquidação extrajudicial, decretada pelo Banco Central da República do Brasil, em razão de ocorrências que comprometam a situação econômica ou financeira do estabelecimento, especialmente quando deixar a instituição de satisfazer, com pontualidade, seus compromissos.

§ 1º A intervenção e a liquidação extrajudicial determinam a perda de mandato dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da entidade, os quais responderão, em qualquer tempo, pelos atos que tiverem praticado ou omissões em que tiverem incorrido.

§ 2º A intervenção e a liquidação extrajudicial, conduzidas respectivamente por interventor ou liquidante nomeados pelo Banco Central da República do Brasil, com plenos poderes de gestão, processar-se-ão em regime especial e na forma de regulamentação a ser baixado pelo Executivo.

Art. 2º Nas liquidações extrajudiciais, o Banco Central da República do Brasil poderá, a qualquer momento, determinar ao liquidante a venda de bens patrimoniais, de crédito e de quaisquer títulos ou valores pertencentes ao estabelecimento bancário liquidando ou a este transferidos, para apuração de recursos visando a acelerar a conclusão das liquidações.

Art. 3º Fica revogado o § 2º do artigo 29 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 4º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Otávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 49 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Regula o limite máximo de carga por eixo para o tráfego nas vias públicas de veículos ou combinações de veículos e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do art. 31 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965,

Considerando a necessidade de evitar a deterioração prematura da rede rodoviária nacional causado pelo excesso de peso de veículos; e

Considerando a inexistência de legislação adequada no sentido de regular os pesos máximos para os veículos que trafegarem nas vias públicas do território nacional,

resolve baixar o seguinte Decreto-Lei:

Art. 1º O tráfego, nas vias públicas, de veículos ou combinações de veí-

culos só é permitido dentro das condições e critérios estabelecidos neste Decreto-lei.

Art. 2º São fixados os seguintes limites de carga por eixo:

a) 10 (dez) toneladas por eixo isolado.

b) 16 (dezesseis) toneladas por conjunto de dois eixos em tandem, quando for de 1,20m a 1,34m a distância entre os dois planos verticais paralelos que contém os centros das rodas.

c) 17 (dezessete) toneladas por conjunto de dois eixos em tandem, quando a distância entre os dois planos verticais paralelos que contém os centros das rodas for superior a 1,34m.

§ 1º Quando a distância entre os dois planos paralelos que contém os centros das rodas de dois eixos adjacentes, for inferior a um metro e vinte centímetros, a carga transmitida ao pavimento pelos dois eixos, em conjunto, não excederá a dez toneladas.

§ 2º Quando a distância aludida no parágrafo anterior for superior a dois metros e trinta e nove centímetros, cada eixo, isoladamente considerado, poderá transmitir ao pavimento até dez toneladas.

Art. 3º Os limites de carga estabelecidos no artigo anterior só prevalecem para os eixos que se apoiem no pavimento por meio de, no mínimo, quatro pneumáticos, da mesma rodagem calcando rodas do mesmo diâmetro.

Parágrafo único. Nos eixos apoiados por meio de dois pneumáticos os limites de carga, fixados no artigo 2º deste Decreto-lei, ficam reduzidos à metade.

Art. 4º Nenhuma combinação de veículos poderá ser constituída de mais de duas unidades, incluída a unidade tratora e nem ter peso total superior a quarenta toneladas.

Art. 5º Conceder-se-á autorização excepcional aos veículos especiais que transportem carga indivisível e que não se enquadrem nas condições estabelecidas nos artigos anteriores, observados os seguintes critérios:

a) cada viagem dependerá de autorização especial, a critério do órgão competente, a ser exarada em requerimento do interessado, o qual especificará obrigatoriamente as características do veículo e da carga, o percurso a ser percorrido e a data do deslocamento inicial.

b) a autorização especial só tem validade para a viagem indicada no requerimento.

c) o veículo ou combinação de veículos deverá representar a quantidade de eixos necessária à melhor distribuição de carga sobre os mesmos.

Parágrafo único. A autorização especial de que trata este artigo não exime o seu beneficiário da obrigatoriedade de ressarcimento do dano ou danos que o veículo vier causar à via pública ou a terceiros.

Art. 6º Os veículos ou combinações de veículos não podem exceder à capacidade nominal de fabricação, a qual constará do seu registro de licença.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, os fabricantes de veículos, de reboques e semi-reboques, fornecerão atestados aos proprietários para apresentação aos órgãos responsáveis pelo licenciamento.

Art. 7º As sanções estabelecidas neste decreto-lei serão aplicadas pelos órgãos federais, estaduais e municipais, encarregados da fiscalização do trânsito dentro das suas respectivas jurisdições.

Art. 8º A fiscalização dos limites de carga será feita ao longo das vias públicas, com a utilização de balanças próprias, fixas ou móveis.

Art. 9º Fica estabelecida a multa de 1/20 (um vinte avos) do maior salário-mínimo vigente no país, por 200 (duzentos) quilos de excesso ou fração desse limite.

Art. 10. Sem prejuízo do pagamento da pena pecuniária fixada no artigo anterior, o veículo que transportar excesso de carga superior a 1.000 (mil) quilos, por eixo isolado ou 1.500 (mil e quinhentos) quilos por conjunto de dois eixos em tandem, só poderá prosseguir a viagem

após o descarregamento do respectivo excesso.

Art. 11. Nos orçamentos dos órgãos encarregados da execução d'este decreto-lei, serão previstas dotações próprias que permitam a cobertura de despesas com a aquisição de equipamento necessário à fiscalização.

Art. 12. Durante os 180 (cento e oitenta) dias que decorrerem a partir da publicação d'este decreto-lei, são permitidos, em caráter excepcional, os seguintes limites de carga:

a) 11 (onze) toneladas por eixo isolado.

b) 17 (dezessete) toneladas por conjunto de dois eixos em tandem quando for de 1,20m a distância entre os dois planos verticais paralelos que contém os centros das rodas.

c) 18 (dezoito) toneladas por conjunto de dois eixos em tandem quando for superior a 1,34m a distância entre os dois planos verticais paralelos que contém os centros das rodas.

§ 1º Do 181º dia contado da publicação d'este decreto-lei, até o 270º dia, os veículos que trafegarem com excesso de carga, considerados os limites do art. 2º, estão sujeitos à multa correspondente a 2/5 da estabelecida no art. 9º.

§ 2º Do 271º dia contado da publicação d'este decreto-lei, até o 365º dia, os veículos que trafegarem com excesso de carga, considerados os limites do art. 2º, estão sujeitos à multa correspondente a 4/5 da estabelecida no art. 9º.

§ 3º Após o 366º dia contado da publicação d'este decreto-lei, não tolerada qualquer prorrogação, aplicar-se-á, na sua integralidade, a multa de que trata o art. 9º.

Art. 13. Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 50 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966.

Altera a alínea a do art. 1º da Lei nº 4.858, de 26 de novembro de 1965.

O Presidente da República no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do art. 31 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º A alínea a do art. 1º da Lei nº 4.858, de 26 de novembro de 1965, passa a ter a seguinte redação:

“a) propor ao Ministro da Viação e Obras Públicas, ouvido o Conselho Nacional de Política Salarial, a fixação das tarifas e salários de remuneração da mão de obra dos estivadores e dos trabalhadores em estiva de minério, dos conferentes e consertadores de carga e descarga, dos vigias portuários e demais categorias de trabalhadores empregados nas operações de carga e descarga, sejam marítimas, fluviais ou lacustres.”

Art. 2º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 51 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Inclui mais uma alínea no art. 3º da Lei nº 4.563, de 11 de dezembro de 1964, que institui o Conselho Nacional de Transporte com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 4.808, de 25 de outubro de 1965.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do art. 31 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, resolve baixar o seguinte Decreto-Lei:

Art. 1º Fica acrescentada no art. 3º da Lei nº 4.563, de 11 de dezembro de 1964, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 4.808, de 25 de outubro de 1965, a seguinte alínea:

p) um representante das empresas de transporte ferroviário do

País, a ser designado pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 2º E' alterada a redação do § 1º do art. 3º da Lei nº 4.563, de 11 de dezembro de 1964, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 4.808, de 25 de outubro de 1965, para o seguinte:

Os membros do Conselho Nacional de Transportes correspondentes às letras *b, g, h, i, j, l, m, n, o e p*, exercerão o mandato por 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 52 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre o regime de execução orçamentária para movimentação, a cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), de recursos constitutivos do Fundo Nacional de Obras de Saneamento (FNOS), criado pelos arts. 14 e 15, da Lei nº 4.089, de 1962 cria o Fundo Rotativo de Água e Esgotos (FRAE), e dá outras providências.

O Presidente da República, em razão da vigência do Ato Complementar nº 23, de 20 de outubro de 1966, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 31, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e

Considerando os termos da Exposição de Motivos GM/nº 2.076-66, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Considerando a necessidade do aproveitamento de recursos, atualmente inaplicáveis, existentes no Departamento Nacional de Obras de Saneamento, provenientes de saldos orçamentários de exercícios anteriores.

Considerando que esses recursos, embora inexpressivos isoladamente, são significativos no seu cômputo total.

Considerando a conveniência da aplicação de tais recursos mediante reintitulação e nova programação.

Considerando que os referidos recursos, relativos a exercícios anteriores, já foram entregues ao Departamento Nacional de Obras de Saneamento, em cujo poder se encontram, não acarretando assim, a reaplicação, quaisquer outros ônus para o Tesouro Nacional.

Considerando ainda a necessidade de dotar as cidades brasileiras, de sistemas relativos ao seu saneamento básico.

Considerando a oportunidade de criar um fundo rotativo de financiamento para a implantação de sistemas de abastecimento d'água, de esgotos sanitários ou de irrigação rural.

Considerando que a existência de um fundo rotativo de financiamento no Departamento Nacional de Obras de Saneamento, permitirá dar um auxílio substancial à política de desenvolvimento do saneamento básico no País, decreta:

Art. 1º Os recursos constitutivos do Fundo Nacional de Obras de Saneamento (FNOS), previstos nos artigos 14 e 15, da Lei nº 4.089, de 1962, sujeitar-se-ão ao regime de execução orçamentária aqui instituído, para movimentação a cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Art. 2º Os recursos a que se refere o artigo anterior, quando consignados no Orçamento Geral da União com destinação específica e não aplicados durante o exercício financeiro a que corresponderem, perdem a sua especificidade e permanecem integrando o FNOS, sujeitos a reformulação, de acordo com as normas que regem a aplicação daquele Fundo.

Art. 3º As dotações ordinárias consignadas ao DNOS, no Orçamento Geral da União, sob os títulos Despesas Correntes e Despesas de Capital, não aplicadas total ou parcialmente, durante a vigência da Lei de Meios que a instituiu perdem a sua natureza específica e passam a constituir recursos do FNOS, sujeitos a reformulação na forma prevista no artigo anterior.

§ 1º As disposições deste artigo são extensivas aos créditos adicionais não utilizados durante sua vigência.

§ 2º A disciplina aqui estabelecida alcança, nos seus efeitos, as do-

tações orçamentárias e créditos adicionais dos exercícios anteriores.

Art. 4º E' criado o Fundo Rotativo de Águas e Esgotos (FRAE), destinado à execução de obras no setor de abastecimento de água urbano e rural, rêdes de esgotos sanitários e a atender aos encargos de investimentos na implantação de sistemas rurais de irrigação.

Art. 5º Dos recursos do Fundo Nacional de Obras de Saneamento, para aplicação em obras de abastecimento de água e rede de esgotos, na forma do artigo 17, da Lei nº 4.089, de 13 de julho de 1962, será destinada uma parcela de até 100% do seu montante, que deverá ser fixada, anualmente pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, para integrar o FRAE.

Art. 6º Além da receita prevista no artigo anterior, o FRAE será constituído de:

a) valores correspondentes a reembolso de capital mutuado, juros e receita do produto da aplicação dos coeficientes de correção monetária incidentes sobre os saldos, devedores apurados nas operações de financiamento contratadas;

b) receita de tarifa dos sistemas rurais de irrigação que implantar e operar;

c) receita de tarifa dos sistemas rurais de abastecimento de água que implantar e operar.

§ 1º O DNOS poderá, para reforço do FRAE contratar com entidades de natureza interna e externa, operações de créditos destinadas a financiar investimentos, no setor.

§ 2º Compete ao DNOS a movimentação dos recursos do FRAE, sob a forma de empréstimos, admitida a aplicação direta, como investimento, nas atividades de implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários e implantação e operação de sistemas rurais de irrigação e de abastecimento de água.

Art. 7º O Poder Executivo baixará, dentro de 90 (noventa) dias contados da publicação deste Decreto-Lei, os instrumentos regulamentares da matéria, estabelecendo, entre outras condições para a contratação de financiamento, a adoção de tarifas reais de serviços fixadas previamente; prazos de amortização de empréstimos; formas de garantias exigidas; taxas

de juros e coeficientes de correção monetária aplicados; instituição de órgãos autônomos, com organização administrativa adequada para operação, e manutenção dos sistemas a implantar ou ampliar; adoção de projetos técnicos e apresentação de relatórios preliminares e estudos de viabilidade econômico-financeira da operação.

Art. 8º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 53 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 31 do Ato Institucional nº 2, e tendo em vista o Ato Complementar nº 3, decreta:

Art. 1º As universidades federais organizar-se-ão com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade das suas funções de ensino e pesquisa e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes.

Art. 2º Na organização das universidades federais, observar-se-ão os seguintes princípios e normas:

I — Cada unidade universitária — Faculdade, Escola ou Instituto — será definida como órgão simultaneamente de ensino e pesquisa no seu campo de estudos.

II — O ensino e a pesquisa básicos serão concentrados em unidades que formarão um sistema comum para toda a Universidade.

III — O ensino de formação profissional e a pesquisa aplicada serão feitos em unidades próprias, sendo uma para cada área ou conjunto de áreas profissionais afins dentre as que se incluam no plano da Universidade.

IV — O ensino e a pesquisa desenvolver-se-ão mediante a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos envolvidos em cada curso ou projeto de pesquisa.

V — As atividades, previstas no item anterior, serão supervisionadas por órgãos centrais para o ensino e a pesquisa, situados na administração superior da Universidade.

Parágrafo único. Os órgãos centrais de supervisão do ensino e da pesquisa terão atribuições deliberativas e serão constituídos de forma que nêles se representem os vários setores de estudos básicos e de formação profissional.

Art. 3º As unidades do sistema, a que se refere o item II do art. 2º, encaregar-se-ão, além dos estudos básicos, do ensino ulterior correspondente.

Parágrafo único. Entre os cursos a serem atribuídos ao sistema de unidades mencionado neste artigo, observado o disposto no item IV do art. 2º, incluir-se-ão obrigatoriamente os de formação de professores para o ensino de segundo grau e de especialistas de Educação.

Art. 4º As unidades existentes ou parte delas que atuem em um mesmo campo de estudo formarão uma única unidade na Universidade estruturada, em obediência ao disposto nos itens II e III do art. 2º

Parágrafo único. Nas Universidades em que houver Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras esta sofrerá transformação adequada à observância do disposto neste artigo.

Art. 5º Serão distribuídos ou redistribuídos pelas unidades que passem a constituir a estrutura da Universidade, com remoção ou readaptação dos respectivos titulares, os cargos de magistério que lhes correspondem, segundo o princípio geral do art. 1º

Art. 6º. O desdobramento, a fusão e a extinção de unidades existentes, em virtude da presente lei, bem como a redistribuição, transformação ou extinção dos cargos a elas distribuídos, serão declarados por decreto.

Parágrafo único. Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, cada Universidade Federal apresentará o plano de sua reestruturação ao Ministério da Educação e Cultura para que,

ouvido o Conselho Federal de Educação, seja elaborado o projeto do respectivo decreto.

Art. 7º. Dentro do prazo de noventa (90) dias, a contar da data da publicação do decreto referido no artigo anterior, cada Universidade Federal submeterá à aprovação do Conselho Federal de Educação o seu Estatuto adaptado às disposições da presente lei, estabelecendo, se necessário, normas de transição que precedam à plena vigência do seu novo regime de organização e funcionamento.

§ 1º. Os regimentos das unidades universitárias, quer os das que resultem desta lei, quer das que já se encontrem instaladas, serão submetidos ao Conselho Federal de Educação até noventa (90) dias após a aprovação do Estatuto da Universidade.

§ 2º. A Universidade poderá disciplinar as atividades que sejam comuns a várias unidades em Regimento próprio a ser aprovado na forma do § 1º.

Art. 8º. Da inobservância total ou parcial desta lei resultará a aplicação do disposto no art. 84 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 9º. Aplicam-se as disposições dos artigos 1º a 3º e 7º a 8º da presente lei às Universidades constituídas sob a forma de fundações criadas por leis federais.

Art. 10. Na concessão de subvenções e auxílios orçamentários da União às Universidades não federais, constituirá um dos critérios de preferência a observância, na sua estruturação, de preceitos idênticos ou equivalentes aos estabelecidos na presente lei.

Art. 11. O Ministério da Educação e Cultura, através dos seus órgãos especializados, prestará assistência às universidades que a solicitem para implantação do sistema estabelecido neste Decreto-lei.

Art. 12. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raimundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 54 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Dá nova redação ao artigo 4º do Decreto-lei nº 7.381, de 13 de março de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, combinado com o artigo 2º do Ato Complementar nº 23, de 20 de outubro de 1966, decreta:

Art. 1º O art. 4º do Decreto-lei nº 7.381, de 13 de março de 1945, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Nos Estatutos de que trata o art. 2º, serão fixadas a organização administrativa da Fundação Rádio Mauá e a competência para a designação de seus dirigentes e do respectivo conselho fiscal”.

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO-LEI Nº 55 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 2º do Ato Complementar número 23, de 20 de outubro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Da Política Nacional de Turismo

Art. 1º Compreende-se como política nacional de turismo a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo sejam originárias de setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do país.

Art. 2º As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades turísticas no território nacional serão exercidas na forma deste Decreto-lei e das normas que surgirem em sua decorrência.

§ 1º O Governo Federal orientará a política nacional de turismo, coordenando as iniciativas que se propuserem a dinamizá-lo, para adaptá-la às reais necessidades de desenvolvimento econômico e cultural;

§ 2º O Governo Federal, através dos órgãos criados neste Decreto-lei, coordenará todos os programas oficiais com os da iniciativa privada, garantindo um desenvolvimento uniforme e orgânico à atividade turística nacional.

Art. 3º O Poder Público atuará, através de financiamentos e incentivos fiscais, no sentido de canalizar para as diferentes regiões turísticas do País as iniciativas que tragam condições favoráveis ao desenvolvimento desse empreendimento.

CAPÍTULO II

Do Conselho Nacional de Turismo

Art. 4º É criado o Conselho Nacional de Turismo, tendo como atribuições formular, coordenar e dirigir a política nacional de turismo.

Art. 5º O Conselho Nacional de Turismo, presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio, constituído de delegados de órgãos federais e representantes de iniciativa privada, terá composição:

- Presidente da Empresa Brasileira de Turismo;
- Delegado do Ministério das Relações Exteriores;
- Delegado do Ministério da Viação e Obras Públicas;
- Delegado do Ministério da Aeronáutica e
- Delegado da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Representante dos Agentes de Viagens;
- Representante dos Transportadores;
- Representante da Indústria Hoteleira.

§ 1º Em suas faltas ou impedimentos o Ministro da Indústria e do Comércio, na sua qualidade de Presidente do Conselho, será substituído pelo

Presidente da Empresa Brasileira de Turismo.

§ 2º Os representantes da iniciativa privada, terão um mandato de 3 (três) anos e serão escolhidos e designados pelo Ministro da Indústria e do Comércio, entre os nomes constantes de listas triplices, apresentadas pelos agentes de viagens, transportadores e indústria hoteleira, devendo serem escolhidos no mesmo ato, os respectivos suplentes.

Art. 6º Compete ao Conselho Nacional de Turismo:

a) formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política nacional de turismo.

b) participar de entidades internacionais de turismo;

c) conceder autorização para a exploração dos serviços turísticos, em todo o território nacional;

d) expedir normas de disciplina e fiscalização das operações da EMBRATUR e das sanções decorrentes do não cumprimento das obrigações contraiadas pelos mutuários;

e) baixar resoluções, atos ou instruções regulamentares deste Decreto-lei, inclusive as que forem necessárias ao pleno exercício de suas funções;

f) examinar, julgar e aprovar as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados;

g) aprovar o Plano Geral de Aplicação dos recursos da EMBRATUR e homologar os contratos e convênios realizados pela aludida empresa;

h) modificar, suspender ou suprimir exigências administrativas ou regulamentares, com a finalidade de facilitar e estimular as atividades de turismo, baixando as normas necessárias;

i) opinar na esfera do Poder Executivo ou quando consultado por qualquer das Casas do Congresso Nacional sobre anteprojeto e projetos de lei que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;

j) aprovar o projeto dos Estatutos da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e suas eventuais alterações, submetendo-as à aprovação do Presidente da República, mediante decreto;

k) aprovar o aumento de capital da Empresa Brasileira de Turismo, sempre que necessário;

l) aprovar planos de financiamento e convênios com instituições financeiras e autarquias bancárias autôno-

mas, depois de ouvido o Conselho Monetário Nacional ou o Banco Central da República do Brasil.

m) organizar o seu regimento interno.

Art. 7º Compete ao Presidente do Conselho:

a) presidir as reuniões do Conselho;

b) designar os membros do Conselho Fiscal da Empresa de Turismo (EMBRATUR) e os respectivos suplentes;

c) vetar as decisões do Conselho nos casos do artigo 9º deste Decreto-lei e recorrer "ex officio" de sua decisão para o Presidente da República;

d) representar o Conselho nas suas relações com terceiros;

e) promover a execução das decisões do Conselho.

Art. 8º O Conselho Nacional de Turismo utilizará, mediante delegação, os serviços das representações diplomáticas, econômicas e culturais do Brasil, no exterior, para tarefas de divulgação e informação turística nacionais, bem como para prestação de assistência turística aos que dela necessitarem.

Art. 9º As decisões do Conselho Nacional de Turismo, ainda que normativas, poderão ser vetadas pelo seu Presidente, sempre que a seu critério, sejam contrárias à política Nacional do Turismo, recorrendo "ex officio" de sua decisão para o Presidente da República.

Art. 10. Os membros integrantes do Conselho Nacional do Turismo terão direito a uma gratificação por Sessão a que comparecerem, fixada mediante decreto do Poder Executivo.

CAPÍTULO III

Da Empresa Brasileira de Turismo

Art. 11 É criada a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, com a natureza de Empresa Pública e a finalidade de incrementar o desenvolvimento da indústria de Turismo e executar no âmbito nacional as diretrizes que lhes forem traçadas pelo Governo.

§ 1º A EMBRATUR terá personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.

§ 2º A sede da EMBRATUR será na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, até que o Poder Executivo a fixe em definitivo em Brasília.

Art. 12. A Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) terá o capital de Cr\$ 50.000.000.000 (cincoenta bilhões de cruzeiros) constituído integralmente pela União, mediante as dotações orçamentárias ou créditos especiais e será integralizado até o exercício financeiro de 1971, da seguinte forma:

a) Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros) no exercício financeiro de 1967;

b) os restantes Cr\$ 40.000.000.000 (quarenta bilhões de cruzeiros) em parcelas anuais de Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros) que serão consignados no orçamento da União nos exercícios financeiros de 1968 a 1971.

§ 1º O capital de que trata este artigo, uma vez integralizado, poderá ser aumentado, na proporção da receita que lhe for deferida pela União mediante dotações específicas ou reavaliação de ativo e incorporação de reservas.

§ 2º O aumento de capital referido no parágrafo anterior, será realizado pela Empresa Brasileira de Turismo, mediante prévia autorização do Conselho Nacional de Turismo.

Art. 13. Compete à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR):

a) fomentar e financiar diretamente as iniciativas, planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento da indústria do turismo, na forma que for estabelecida na regulamentação deste Decreto-lei ou com resoluções do Conselho Nacional do Turismo;

b) executar todas as decisões, atos, instruções e resoluções expedidas pelo Conselho;

c) celebrar contratos, estudos e convênios, autorizados pelo Conselho, com entidades públicas e privadas, no interesse da indústria nacional de turismo e da coordenação de suas atividades;

d) estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico, a fim de contar com os dados necessários para um adequado controle técnico;

e) organizar, promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo;

f) fazer o registro e fiscalização das empresas dedicadas à indústria de turismo, satisfeitas as condições fixadas em normas próprias;

g) estudar e propor ao Conselho Nacional de Turismo os atos normativos necessários ao seu funcionamento;

h) movimentar os recursos da Empresa dentro das diretrizes traçadas pelo Conselho, autorizando a realização de despesas e o respectivo pagamento, devendo esses papéis serem firmados em conjunto pelo Presidente e um Diretor.

Art. 14. A administração da Empresa Brasileira de Turismo será exercida por uma Diretoria e será constituída de um Presidente e dois Diretores, todos com mandato de quatro anos.

Art. 15. A remuneração do Presidente e dos Diretores da EMBRATUR será fixada pelo Ministro da Indústria e do Comércio.

Art. 16. Além da Diretoria, a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros e respectivos suplentes, designados pelo Presidente do Conselho Nacional de Turismo pelo prazo de 1 (um) ano.

Art. 17. As disposições concernentes às atribuições da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos demais órgãos integrantes da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) criados neste Decreto-lei, não referidos ou que dele resultem expressa ou implicitamente, serão definidas nos respectivos Estatutos.

Parágrafo único. Os Estatutos da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) serão aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo e baixados mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 18. O Presidente e Diretores da EMBRATUR poderão pertencer aos quadros da Administração centralizada ou descentralizada, caso em que deverão optar entre a remuneração do lugar de origem e a outra sem prejuízo dos direitos que lhes conferiu a legislação a que estiverem subordinados.

CAPÍTULO IV

Dos Recursos Financeiros

Art. 19. Além do capital a que se refere o artigo 12 deste Decreto-lei, a EMBRATUR, poderá contar com os seguintes recursos:

a) da receita do selo de turismo referido no artigo 20;

b) de créditos especiais e suplementares;

c) de contribuições de qualquer natureza, sejam públicas ou privadas;

d) dos juros e amortizações dos financiamentos que realizar ou de operações financeiras de qualquer natureza;

e) de outros recursos de qualquer natureza que lhes sejam destinados.

Parágrafo único. Com os recursos deste artigo poderá a EMBRATUR, ouvido previamente o Conselho Nacional de Turismo, constituir fundos especiais, desde que diretamente vinculados ao desenvolvimento do Turismo.

Art. 20. Fica criado o Selo do Turismo, que será editado em séries especiais pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, com uma adicional de não menos de 20% e não mais de 35% destinados a integrar os recursos da EMBRATUR.

§ 1º A Casa da Moeda fica autorizada, exclusivamente para o caso previsto neste artigo, a contratar com entidades privadas a impressão de selos.

§ 2º Os selos de que trata este artigo serão emitidos nos valores e quantidades determinadas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e terão seus temas e características técnicas e artísticas fixadas pela EMBRATUR.

Art. 21. As receitas procedentes de quaisquer fontes, bem como os demais recursos previstos, serão depositados no Banco do Brasil S. A., em conta especial em nome da Empresa Brasileira de Turismo, (EMBRATUR) que os movimentará na conformidade do que designar a regulamentação deste Decreto-lei.

Art. 22. Os recursos da EMBRATUR, atendidas as finalidades estabelecidas neste Decreto-lei e deduzido

o que for necessário à sua manutenção e funcionamento, serão por ela aplicados exclusivamente na concessão de financiamentos diretos às iniciativas, planos, programas e projetos que:

a) tenham reconhecidas a prioridade e viabilidade técnica e econômica, do ponto de vista da indústria do turismo.

b) tenham sido aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo.

§ 1º Os pressupostos e as condições dos financiamentos a que se refere este artigo, serão objeto de regulamentação deste Decreto-lei e de Resoluções do Conselho Nacional de Turismo.

§ 2º As despesas administrativas da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) não poderão exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do seu orçamento anual.

CAPÍTULO V

Dos Incentivos Fiscais

Art. 23 A construção, ampliação ou reforma de hotéis, obras e serviços específicos de finalidades turísticas, constituindo atividades econômicas de interesse nacional, desde que aprovadas pelo Conselho Nacional de Turismo, ficam equiparadas à instalação e ampliação de indústrias básicas e, assim, incluídas no item IV do artigo 25 da lei nº 2.973, de 26 de novembro de 1956.

Art. 24. Os hotéis em construção e os que se construírem ou se ampliarem dentro dos próximos 5 (cinco) anos da data deste Decreto-lei, desde que seus projetos tenham sido ou venham a ser aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo e tenham as obras terminadas dentro do prazo, gozarão de isenção fiscal de todos os tributos federais, exceto os da Previdência Social, pelo prazo de 10 (dez) anos a partir da aceitação de suas obras pelo referido órgão.

Art. 25. As pessoas jurídicas poderão pleitear o desconto de até 50% (cinqüenta por cento) do imposto de renda e adicionais não restituíveis que devam pagar, para investimento na construção, ampliação ou reforma de hotéis, e em obra e serviços específicos de finalidades turísticas, desde que tenham seus projetos aprovados

pelo Conselho Nacional de Turismo, com parecer fundamentado da Empresa Brasileira de Turismo.

Art. 26. Até o exercício de 1971, inclusive, os hotéis de turismo, que estiverem operando à data da publicação deste Decreto-lei, poderão pagar com a redução de até 50% (cinquenta por cento) o imposto de renda e os adicionais não restituíveis, desde que a outra parte venha a reverter em melhoria de suas condições operacionais.

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Turismo, mediante as cautelas que instituir, fornecerá às empresas interessadas, declaração de que satisfizeram as condições exigidas para o benefício da redução deste e do artigo 25, documento que instruirá o processo de recolhimento pela Divisão de Imposto de Renda, do direito da Empresa ao favor tributário.

Art. 27. Os estímulos fiscais previstos nos artigos 24, 25 e 26 não poderão ser concedidos cumulativamente com os de que tratam as Leis números 4.216, de 6 de maio de 1963 e 4.869, de 1 de dezembro de 1965, e Lei 5.174 de 27 de outubro de 1966.

Art. 28. A concessão de estímulos ou financiamentos por parte do Conselho Nacional de Turismo e de estabelecimentos oficiais de crédito somente será dada aos empreendimentos devidamente aprovados e localizados onde existam isenções fiscais ou outras facilidades fiscais de estímulo ao turismo já concedidas pelo Estado e Município.

CAPÍTULO VI

Disposições gerais

Art. 29. Os órgãos oficiais, estaduais e municipais deverão submeter previamente ao Conselho Nacional de Turismo planos e calendários turísticos organizados para cada exercício, a fim de que sejam incluídos no plano turístico nacional.

Art. 30. A EMBRATUR deverá apresentar anualmente, até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício, ao Conselho Nacional de Turismo, um relatório pormenorizado do qual constarão, obrigatoriamente, demonstração estatística do movimento turístico externo e interno e balanço econômico das atividades turis-

ticas, especialmente quanto aos seus efeitos sobre o balanço internacional de pagamentos.

Art. 31. A EMBRATUR gozará de total imunidade de tributos federais extensível aos contratos e convênios que celebrar com terceiros.

Art. 32. Fica criada no Departamento Nacional do Comércio, da Secretaria do Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio, a Divisão de Exposição e Feiras (DEF), que terá suas atribuições definidas pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. É criado no Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio, o cargo em comissão, de Diretor da Divisão de Exposição e Feiras, símbolo 4-C.

Art. 33. Os cargos da EMBRATUR somente poderão ser preenchidos mediante concurso público de provas e, subsidiariamente, de títulos, salvo os de direção e os casos de contratação, por prazo determinado, de profissionais especializados, nacionais ou estrangeiros.

§ 1º Compete ao Diretor-Presidente da EMBRATUR a admissão de empregados, segundo o Quadro aprovado pelo Conselho Nacional de Turismo, e demiti-los na forma que determinar o Regulamento.

§ 2º O pessoal da EMBRATUR reger-se-á pela legislação trabalhista e terá salários fixados com base nas condições do mercado de trabalho, revisados anualmente pelo Conselho Nacional de Turismo.

Art. 34. Fica extinta a Divisão de Turismo e Certames do Departamento Nacional do Comércio, da Secretaria do Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio, cujo acervo, documentação e atribuições constantes do Decreto número 56.303, de 20 de maio de 1965 e Decreto número 58.483, de 23 de maio de 1966 e Decreto número 58.756, de 28 de junho de 1966, passarão ao EMBRATUR na data de sua instalação, com exceção daquelas que dizem respeito a exposições, feiras e certames.

Parágrafo único. Fica extinto, no Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio, o cargo em comissão de Diretor da Divisão de Turismo e Certames, do Departamento Nacional do Comércio, símbolo 4-C.

Art. 35. Até que sejam organizados os seus serviços e o seu Quadro de Pessoal, o Presidente do Conselho Nacional do Turismo poderá requisitar para os seus serviços e da EMBRATUR os funcionários do serviço público federal, de Autarquias Federais e de Sociedades de Economia Mista, sem perda de vencimentos e vantagens permanentes relativos aos cargos que ocuparem.

Parágrafo único. Quando se tratar de funcionários requisitados para servir na EMBRATUR, deverão os mesmos, no prazo de 1 ano, contado da data da Regulamentação deste Decreto-lei, fazer opção pelo regime de pessoal da EMBRATUR ou retornar ao órgão de origem.

Art. 36. Aos atuais funcionários civis da União, com exercício na Divisão de Turismo e Certames, fica assegurado o direito de opção pelo regime de pessoal do parágrafo 2º do artigo 33 deste Decreto-lei ou pelo anterior "status".

§ 1º A opção a que se refere este artigo será feita no prazo de 1 ano a partir da data da regulamentação deste Decreto-lei, por intermédio dos órgãos de pessoal dos Ministérios a cujos quadros pertencerem.

§ 2º A transferência para a EMBRATUR dos servidores de que trata este artigo e o artigo 35, determinará a vacância dos cargos nos quadros dos Ministérios a que pertencerem.

§ 3º Aos funcionários que optarem pelo regime de pessoal da EMBRATUR, será assegurada a contagem de tempo de serviço, para todos efeitos legais.

Art. 37. Enquanto não forem estabelecidas normas de atuação da EMBRATUR, nos Estados, as atividades de turismo poderão ser delegadas, mediante convênio, às Delegacias Estaduais da Indústria e do Comércio.

Art. 38. O Poder Público poderá desapropriar áreas, desde que seja verificado o interesse delas para o desenvolvimento das atividades turísticas.

Art. 39. A EMBRATUR poderá solicitar à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o tom-

bamento dos bens móveis e imóveis, e dos bens a estes equiparados, tais como monumentos naturais, sítios e paisagens, cuja proteção e conservação seja considerada de interesse público.

Art. 40. É o Poder Executivo autorizado a abrir, no Ministério da Indústria e do Comércio, um crédito especial de Cr\$ 12.000.000.000 (doze bilhões de cruzeiros), a ser aplicado da seguinte forma:

1) Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros) para constituir os recursos de que trata a alínea a do artigo 12 deste Decreto-lei;

2) Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros) destinados a cobrir despesas de instalação, de manutenção e de operações da EMBRATUR e do Conselho Nacional de Turismo.

Art. 41. O crédito especial de que trata o artigo 40, terá vigência no exercício de 1967, e será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 42. As resoluções do Conselho Nacional de Turismo entram em vigor imediatamente e serão publicadas no *Diário Oficial* da União.

Art. 43. No prazo de 120 (cento e vinte) dias da data da publicação deste Decreto-lei, o Poder Executivo baixará a competente regulamentação e tomará as medidas necessárias à instalação e funcionamento do Conselho Nacional de Turismo e da EMBRATUR.

Art. 44. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1963; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Octavio Bulhões.

Juarez Távora

Raymundo Moniz de Aragão

Eduardo Gomes

Paulo Egydio Martins

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 56 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre a arrecadação de taxas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, a produção, o comércio e o transporte do açúcar e do Alcool e dá outras providências.

O Presidente da República no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 31, Parágrafo Único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965,

Considerando que, em determinadas regiões, a comercialização do açúcar se efetiva através das cooperativas de produtores;

Considerando que as atividades da agro indústria canavieira encontram-se submetidas ao controle e à coordenação do Estado;

Considerando que é relevante o estabelecimento de princípios e normas que assegurem o pleno funcionamento das atividades legítimas de comércio em benefício dos produtores e dos consumidores, garantindo, ao mesmo tempo, arrecadação das taxas devidas ao Instituto do Açúcar e do Alcool, e meios eficientes para a efetiva fiscalização da produção e da comercialização açucareira,

Resolve baixar o seguinte Decreto-Lei:

Art. 1º As taxas referidas no Art. 20 da Lei nº 4.870, de 1 de dezembro de 1965, deverão ser recolhidas pelos produtores aos órgãos arrecadadores do Instituto do Açúcar e do Alcool ou da União, ao Banco do Brasil ou a outros estabelecimentos oficiais de crédito autorizados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, até o último dia do mês subsequente àquele em que se verificar a saída do açúcar ou do álcool, da fábrica ou de seus depósitos, em decorrência de vendas, destinação como matéria-prima para o fabrico de outros produtos, empréstimos, permutas ou doações, sob pena das sanções previstas nos parágrafos 2º, 3º e 5º do Art. 21, da Lei número 4.870.

§ 1º No caso em que a comercialização do açúcar e do álcool se processe através de cooperativas de produtores, com a formação de estoques a seu cargo, poderão as taxas referidas neste Artigo ser arrecadadas e recolhidas pelas mencionadas cooperati-

vas, até o último dia do mês seguinte ao em que se realizem as vendas.

§ 2º As usinas cooperadas serão individualmente responsáveis pelos créditos do Instituto do Açúcar e do Alcool correspondentes à arrecadação das taxas a que se refere este Artigo, na proporção de suas entregas de açúcar às cooperativas de produtores, respondendo estas solidariamente e, seus diretores, gerentes e administradores, subsidiariamente, pelo pagamento dos referidos créditos fiscais, conforme a norma do Art. 47 e seu Parágrafo único do Decreto número 56.791, de 26 de agosto de 1965.

§ 3º O Instituto do Açúcar e do Alcool disciplinará através de resoluções de sua Comissão Executiva, a execução do disposto neste Artigo e seus parágrafos, fixando normas e sistema de controle dos estoques e da circulação dos produtos em poder das cooperativas de produtores, para facilitar a fiscalização dos recolhimentos das taxas.

§ 4º O não recolhimento das taxas pelas cooperativas de produtores, nos prazos e na forma devidos sujeitará cada uma das usinas suas cooperadas às penalidades estabelecidas nos §§ 2º, 3º e 5º do Art. 21, da Lei número 4.870, de 1 de dezembro de 1965, tomando-se como base para a apuração dos débitos fiscais relativos a cada fábrica, o rateio, em cada mês, do total de sacos de açúcar vendidos pelas cooperativas, na proporção do açúcar por elas recebido de cada uma de suas associadas, assegurada às usinas ação regressiva contra a cooperativa a que estiverem vinculadas.

§ 5º As cooperativas de produtores ficarão solidariamente sujeitas às penalidades a que se refere o parágrafo anterior e, subsidiariamente, os respectivos diretores, gerentes e administradores.

Art. 2º O Artigo 11 e o seu Parágrafo Único do Decreto-Lei nº 16, de 10-8-1966, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 11. O açúcar produzido pelas usinas e refinarias anexas será acondicionado e transportado em sacos de 60 (sessenta) quilos.

Parágrafo único. O Instituto do Açúcar e do Alcool poderá autorizar o acondicionamento direto e

o transporte do açúcar em sacos de peso inferior ou superior a 60 (sessenta) quilos, inclusive a granel, mediante requerimento do interessado e na forma que for estabelecida em Resolução da Comissão Executiva do Instituto".

Art. 3º Além dos casos já previstos em lei, será também considerado clandestino e, como tal, apreendido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, sem qualquer indenização:

a) o açúcar encontrado nos estabelecimentos industriais, em trânsito ou em poder das firmas comerciais, que não estiver acondicionado conforme o disposto no artigo 11 e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 16, de 10 de agosto de 1966, com a redação modificada na forma do artigo anterior;

b) o álcool encontrado em depósitos das fábricas em quantidade superior à diferença verificada entre a produção ou as entradas e as saídas, devidamente registradas nos livros e documentos fiscais, ressalvada a produção do dia, ainda por registrar;

c) o açúcar encontrado nos depósitos das usinas, anexos ou não, em trânsito, em poder de qualquer estabelecimento comercial, ou de indústria consumidora, ou, ainda, abandonado, cuja numeração de fabricação ou de saída seja repetida, ou cuja sacaria não contenha as indicações exigidas pelos parágrafos 1º e 2º do Art. 31, do Decreto-Lei nº 1.831, de 4 de dezembro de 1939.

Art. 4º Toda a falta de açúcar ou álcool verificada nos estoques dos depósitos das fábricas será considerada como saída clandestina, sujeitando o infrator ao pagamento de multa igual ao valor do produto irregularmente saído.

Parágrafo único. Será permitida, para o álcool, uma quebra, por evaporação, de até 5% (cinco por cento) sobre a produção total da safra, desde que essa quebra seja registrada quinzenalmente no Livro de Produção Diária da fábrica.

Art. 5º A nota de remessa, a que se referem o Art. 11 do Decreto número 23.664, de 29 de dezembro de 1933, e artigos 36 e 37, do Decreto-Lei número 1.831, de 4 de dezembro de 1939, passará a ser de modelos aprovados pela Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, e de uso obrigatório para as usinas, cooperativas de produtores e seus depósitos.

Parágrafo único. Também a nota de expedição de álcool, a que se refere o Art. 2º do Decreto-Lei número 5.998, de 18 de novembro de 1943, passará a ser de modelos aprovados pela Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool e de uso obrigatório para as destilarias de álcool e seus depósitos anexos ou não às fábricas.

Art. 6º Além das marcas e da numeração de fabricação, a que se referem os parágrafos 1º e 2º do Artigo 31, do Decreto-Lei número 1.831, de 4 de dezembro de 1939, apostas na sacaria antes da operação de ensacamento, serão numerados consecutivamente, e em cada safra, todos os sacos à saída da fábrica e de seus depósitos não anexos, a carimbo, com tinta indelével, devendo essa numeração de saída coincidir com a constante da nota de remessa.

Parágrafo único. A falta de numeração de saída, a colocação de algarismos ilegíveis ou a sua discordância com a numeração constante da nota de remessa, implicará na apreensão do açúcar, independente de qualquer indenização ao remetente, transportador e recebedor.

Art. 7º Os Fiscais de Tributos de Açúcar e Alcool, cuja Série de Classes integra o Grupo Ocupacional Fisco (Código AF-310), tendo em vista a uniformização recomendada pelo Art. 35, da Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964, terão a parte variável de sua remuneração determinada de conformidade com a sistemática adotada pelo Decreto número 57.877, de 28 de fevereiro de 1966, revogando-se, para esse fim, as disposições dos §§ 1º e 2º do artigo 2º do Decreto número 1.026, de 18 de maio de 1962.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe este Artigo, a razão percentual a ser vinculada, inicialmente, à arrecadação anual do Instituto do Açúcar e do Alcool, até 31 de dezembro de 1966 será de 2,1406% (dois inteiros mil quatrocentos e seis décimos milésimos por cento), cabendo ao Diretor da Divisão de Arrecadação e Fiscalização propor ao Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, no mês de janeiro de cada ano e quando houver conveniência, a revisão da razão percentual vigente no ano anterior, de modo a ajustá-la ao comportamento da arrecadação.

Art. 8º O Artigo 1º do Decreto-Lei número 16, de 10 de agosto de 1966, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º. Constitui crime:

a) Produzir, manter em estoque, ou dar saída a açúcar fora ou acima da cota autorizada no Plano Anual de Safra do Instituto do Açúcar e do Alcool (art. 3º, § 5º, da Lei número 4.870, de 1 de dezembro de 1965);

b) Produzir açúcar em fábrica clandestina, conforme previsto nos artigos 22 e 30, do Decreto-Lei número 1.831, de 4 de dezembro de 1939, bem como dar saída ou armazenar o produto assim irregularmente obtido;

c) Receber, dar saída, ou manter em estoque, açúcar desacompanhado da nota de remessa ou de entrega, conforme previsto na alínea b, do Artigo 60, do Decreto-Lei nº 1.831, de 4 de dezembro de 1939, e no Art. 43, da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965;

d) Dar saída, armazenar, transportar ou embarcar açúcar com inobservância do disposto no art. 3º, alíneas a e c, deste Decreto-Lei ou dos artigos 31, e seus parágrafos, e 33, do Decreto-Lei nº 1.831, de 4 de dezembro de 1939;

e) Dar saída a açúcar além das cotas mensais de comercialização deferidas às usinas e às cooperativas de produtores, com infração do disposto no § 2º do Art. 51, da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965;

f) Dar saída, receber ou transportar álcool sem prévia autorização do Instituto do Açúcar e do Alcool, desacompanhado da Nota de Expedição de Alcool, com infração das disposições constantes dos Arts. 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto-Lei nº 5.998, de 18 de novembro de 1943.

Pena — Detenção de seis (6) meses a dois (2) anos.

Parágrafo único. Em igual pena incorrerá todo aquele que, de qualquer modo, concorrer para o crime previsto neste artigo.

Art. 9º A aplicação das parcelas a que se referem as alíneas a, b e c, do art. 22, da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, ficará sujeita à observância das Resoluções baixadas pelo Banco Central da República do

Brasil, que fiscalizará seu cumprimento.

Art. 10. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Paulo Egydio Martins

DECRETO-LEI Nº 57 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 31, Parágrafo Único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e pelo artigo 2º do Ato Complementar nº 23, de 20 de outubro de 1966, decreta:

Art. 1º Os débitos dos contribuintes, relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Taxa de Serviços Cadastrais e respectivas multas, não liquidados em cada exercício, serão inscritos como dívida ativa, acrescidos da multa de 20% (vinte por cento).

Art. 2º A dívida ativa, de que trata o artigo anterior, enquanto não liquidada, estará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) por exercício, devido a partir de primeiro de janeiro de cada ano, sempre sobre o montante do débito de 31 de dezembro do ano anterior.

§ 1º Os débitos em dívida ativa, na data do primeiro de janeiro de cada exercício subsequente, estarão sujeitos aos juros de mora de 12% a.a. (doze por cento ao ano) e mais correção monetária, aplicados sobre o total da dívida em 31 de dezembro do exercício anterior.

§ 2º O Conselho Nacional de Economia fixará os índices de correção monetária, específicos para o previsto no parágrafo anterior.

Art. 3º Enquanto não fôr iniciada a cobrança judicial, os débitos inscritos em dívida ativa poderão ser incluídos na guia de arrecadação do ITR dos exercícios subsequentes, para sua liquidação conjunta.

Parágrafo único. Ressalvada a hipótese prevista neste artigo, não será permitido o pagamento dos tributos referentes a um exercício, sem que o contribuinte comprove a liquidação dos débitos do exercício anterior ou o competente depósito judicial das quantias devidas.

Art. 4º Do produto do ITR e seus acrescidos, cabe ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) a parcela de 20% (vinte por cento) para custeio do respectivo serviço de lançamento e arrecadação.

Art. 5º A taxa de serviços cadastrais cobrada pelo IBRA, pela emissão do Certificado de Cadastro, inclui sobre todos os imóveis rurais, ainda que isentos do ITR.

§ 1º O Certificado de Cadastro será emitido juntamente com a guia de arrecadação do ITR, e seu prazo de validade terminará na data de emissão da guia do ITR do exercício seguinte.

§ 2º A Taxa de Serviços Cadastrais será cobrada uma única vez, salvo quando os dados cadastrados venham a ser modificados por solicitação do interessado, atendida pelo IBRA, ou alterados por verificação deste, casos em que será cobrada nova taxa acrescida das despesas de verificação conforme art. 118 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Art. 6º As isenções concedidas pelo art. 66 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, não se referem ao ITR e à Taxa de Serviços Cadastrais.

Art. 7º O parágrafo 8º do artigo 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação: "As florestas ou matas de preservação permanente, definidas nos arts. 2º e 3º da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, não podem ser tributadas, excetuando-se as áreas por elas ocupadas, que ficam sujeitas à incidência do ITR".

Parágrafo único. Para fins de cadastramento e de lançamento do ITR, as áreas ocupadas com florestas ou

matas de preservação permanente, serão consideradas como inaproveitáveis, desde que caracterizadas pelo contribuinte, na forma da regulamentação deste Decreto-Lei.

Art. 8º Para fins de cadastramento e do lançamento do ITR, a área destinada à exploração mineral, em um imóvel rural, será considerada como inaproveitável, desde que seja comprovado que a mencionada destinação impede a exploração da mesma em atividades agrícolas, pecuária ou agro-industrial e que sejam satisfeitas as exigências estabelecidas na regulamentação deste Decreto-Lei.

Art. 9º Para fins de cadastramento e lançamento do ITR, as empresas industriais situadas em imóvel rural poderão incluir como inaproveitáveis as áreas ocupadas por suas instalações e as não cultivadas necessárias ao seu funcionamento, desde que feita a comprovação, junto ao IBRA, na forma do disposto na regulamentação deste Decreto-Lei.

Art. 10. As notificações de lançamento e de cobrança do ITR e da Taxa de Cadastro considerar-se-ão feitas aos contribuintes, pela só publicação dos respectivos editais, no *Diário Oficial* da União e sua afixação na sede das Prefeituras em cujos municípios se localizam os imóveis, devendo os Prefeitos promoverem a mais ampla divulgação desses editais.

Parágrafo único. Até que sejam instalados os equipamentos próprios de computação do IBRA, que permitam a programação das emissões na forma estabelecida no inciso IV do artigo 48 da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, o período de emissão de Guias será de 1º de abril a 31 de julho de cada exercício.

Art. 11. Para fins de transmissão a qualquer título, na forma do artigo 65 da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, nenhum imóvel rural poderá ser desmembrado ou dividido em áreas de tamanho inferior ao quociente da área total pelo número de módulos constantes do Certificado de Cadastro.

§ 1º São considerados nulos e de nenhum efeito quaisquer atos que infringam o disposto no presente artigo, não podendo os Cartórios de Notas lavrar escrituras dessas áreas

nem serem tais atos transcritos nos Cartórios de Registros de Imóveis sob pena de responsabilidade dos seus respectivos titulares.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos casos em que a alienação da área se destine comprovadamente à sua anexação ao prédio rústico confrontante, desde que o imóvel do qual se desmembre permaneça com área igual ou superior ao seu módulo.

Art. 12. Os tabeliães e oficiais do Registro de Imóvel franquearão seus livros, registros e demais papéis ao IBRA, por seus representantes devidamente credenciados, para a obtenção de elementos necessários ao Cadastro de Imóveis Rurais.

Art. 13. As terras de empresas organizadas como pessoa jurídica, pública ou privada, somente poderão ser consideradas como terras racionalmente aproveitadas, para os fins de aplicação do § 7º do art. 50 da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, quando satisfaçam, comprovadamente, junto ao IBRA, as exigências da referida lei e estejam classificadas como empresas de capital aberto, na forma do disposto no art. 59 da Lei 4.728 de 14 de julho de 1965.

Art. 14. O disposto no art. 29 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, não abrange o imóvel que, comprovadamente, seja utilizado como "sítio de recreio" e no qual a eventual produção não se destine ao comércio, incidindo assim, sobre o mesmo imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, a que se refere o art. 32 da mesma lei.

Art. 15. O disposto no art. 32 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, não abrange o imóvel que, comprovadamente, seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial, incidindo assim, sobre o mesmo, o ITR e demais tributos com o mesmo cobrados.

Art. 16. Os loteamentos das áreas situadas fora da zona urbana, referidos no parágrafo 2º do art. 32 da Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966, só serão permitidos quando atendido o disposto no art. 61 da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Art. 17. O Poder Executivo baixará dentro do prazo de 30 dias, regu-

lamento sobre a aplicação deste Decreto-Lei.

Art. 18. O presente Decreto-Lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

DECRETO-LEI Nº 58 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1966

Delimita os efeitos do artigo 2º da Lei nº 5.097, de 2 de setembro de 1966, estabelece novo critério para contribuição e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe conferem o artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e o artigo 2º do Ato Complementar nº 23, de 20 de outubro de 1966, e

Considerando que a Lei nº 5.097, de 2 de setembro de 1966, em seu artigo 1º, declarou extintos os débitos fiscais decorrentes da aplicação dos artigos 6º e 7º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, nos exercícios anteriores a 1966;

Considerando que, em seu artigo 2º, a mesma Lei determina que sejam fornecidos, pela repartição competente, certificados de crédito correspondentes às importâncias recolhidas por força daqueles dispositivos da citada Lei nº 2.613, de 1955, nos exercícios anteriores a 1966, para serem utilizados no pagamento dos mesmos tributos, quando devidos, nos exercícios posteriores;

Considerando, entretanto, que a intenção do legislador, que encontrou apoio do Poder Executivo, foi, unicamente, beneficiar a classe rural, em razão dos efeitos de ocorrências climáticas desfavoráveis à produção agrícola e que, em consequência, agravaram o debilitamento econômico e financeiro da agricultura brasileira, aumentando-lhe a situação de setor retardatário da economia nacional;

Considerando que a citada Lei número 5.097, de 2 de setembro de 1966;

necessita ser explicitada, para guardar compatibilidade com o interesse do Serviço Público, de modo a propiciar o incentivo oficial às atividades rurais, com vistas a ser alcançado o desenvolvimento agrário, essencial à melhoria das condições de vida do homem do campo;

Considerando que o art. 6º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, compreende contribuições distintas, uma estabelecida no *caput*, e outra em seu § 4º; a primeira, devida por determinadas atividades industriais vinculadas ao meio rural, que a Lei objetivou exonerar, e a segunda, um adicional às contribuições de Previdência Social, a cargo de todas as atividades empregadoras;

Considerando, ainda, que a compensação de contribuições recolhidas deve processar-se de modo a não afetar substancialmente as atividades e finalidades do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, cujos serviços de assistência ao meio rural são da maior relevância para o bem-estar de suas populações e para a economia do País, pelo que não podem sofrer solução de continuidade;

Considerando que, na atual conjuntura econômica, a contribuição de 1% prevista pelo art. 7º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, poderá determinar, em numerosos casos, carga fiscal insuportável;

Considerando princípios de justiça fiscal e os princípios informadores do Estatuto da Terra;

Considerando que ao Poder Público cumpre estimular as atividades produtoras, tendo em vista sua maior produtividade, a justa remuneração de seus exercentes e o interesse da coletividade;

Considerando que convém o máximo de exatidão e de economia financeira e administrativa na arrecadação tributária, como convém facilitar aos contribuintes o cumprimento das obrigações que a Lei lhes impõe;

Considerando, finalmente, que, dadas suas responsabilidades financeiras, econômicas e sociais, o INDA deve ficar resguardado dos efeitos de eventual desvalorização da moeda, decreta:

Art. 1º Os efeitos da Lei nº 5.097, de 2 de setembro de 1966, não abran-

gem o disposto no § 4º do art. 6º, da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955.

Art. 2º A compensação dos débitos determinada pelo art. 2º da Lei número 5.097, de 2 de setembro de 1966, será efetuada no prazo de 10 (dez) anos, em parcelas iguais, servindo o crédito unicamente para benefício do próprio contribuinte ou seu sucessor legal, mediante abatimento ou quitação de contribuições vincendas da mesma natureza.

§ 1º O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA participará das obrigações de devolução a que se refere o art. 2º da Lei nº 5.097, de 2 de setembro de 1966, na proporção dos valores dos bens móveis e imóveis e recursos financeiros que, efetivamente, recebeu quando da partilha com o INDA do acervo constituído em decorrência da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, e na forma que a regulamentação deste Decreto-lei estabelecer.

§ 2º O INDA cobrará os emolumentos correspondentes ao custo dos certificados e serviços acrescidos.

Art. 3º A partir do exercício financeiro de 1967, os contribuintes a que se refere o art. 7º da Lei número 2.613, de 23 de setembro de 1955, quando também contribuintes do Imposto Territorial Rural, terão suas contribuições calculadas na base de 1% (um por cento) do salário-mínimo regional anual, para cada módulo atribuído ao respectivo imóvel rural, em consonância com o definido pelo inciso III, do art. 4º, da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964.

§ 1º Os proprietários de imóvel rural com área igual ou inferior a 1 (um) módulo ficarão isentos dessa contribuição.

§ 2º A contribuição de que trata o presente artigo será recolhida conjuntamente com o Imposto Territorial Rural, pelo IBRA, que baixará as normas para a emissão dos correspondentes avisos e recibos e respectiva cobrança, promovendo a contabilização e automático crédito ao INDA, retendo em sua conta a taxa de vinte por cento (20%) sobre o produto arrecadado pela participação solidária na execução do que estabelece o Estatuto da Terra.

§ 3º A contribuição paga pelo proprietário de imóvel rural que tiver contrato de arrendamento ou de parceria poderá ser por ele considerada como seu crédito no respectivo contrato.

§ 4º Os demais contribuintes do INDA continuam tendo suas respectivas contribuições disciplinadas pelo que dispõem o art. 9º, da Lei número 2.613, de 23 de setembro de 1955, e o art. 35, da Lei número 4.853, de 29 de novembro de 1965, e correspondentes regulamentos.

Art. 4º A partir do exercício financeiro de 1967, são extensivas às contribuições a que se referem a Lei número 2.613, de 23 de setembro de 1955, e o presente Decreto-lei, no que couber, as disposições do artigo 7º, e parágrafo da Lei nº 4.357, de 18 de julho de 1964, e dos artigos 15 e parágrafos 16 e 17, da Lei nº 4.852, de 26 de novembro de 1965.

Art. 5º O Conselho-Diretor do INDA baixará as instruções complementares e regulamentares que se fizerem necessárias para a boa execução da Lei número 5.097, de 2 de setembro de 1966, e deste Decreto-lei, no prazo de 30 (trinta) dias, ressalvado o disposto no art. 2º, § 1º, do presente Decreto-lei, cuja regulamentação caberá ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — no mesmo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

*Eduardo Lopes Rodrigues
Severo Fagundes Gomes*

DECRETO-LEI Nº 59 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1966

Define a política nacional de cooperativismo, cria o Conselho Nacional do Cooperativismo e dá outras providências.

O Presidente da República, com base no disposto pelo art. 31, parágrafo único, do Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965, e

tendo em vista o Ato Complementar nº 23, de 20 de outubro de 1966, decreta:

Da Política de Cooperativismo

Art. 1º Compreende-se como política nacional de cooperativismo a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional serão exercidas na forma deste Decreto-Lei e das normas que surgirem em sua decorrência.

§ 1º O Governo Federal orientará a política nacional de cooperativismo, coordenando as iniciativas que se propuserem a dinamizá-la, para adaptá-las às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento.

§ 2º O Poder Público atuará, através de financiamentos e incentivos fiscais, no sentido de canalizar para as diferentes regiões do País as iniciativas que tragam condições favoráveis ao desenvolvimento do cooperativismo.

Das Cooperativas

Art. 3º As cooperativas constituem-se sem o propósito de lucro e obedecerão aos seguintes princípios:

- a) adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo havendo impossibilidade técnica de prestação de serviço;
- b) variabilidade do capital social ou inexistência deste;
- c) limitação do número de quotas-partes de capital para cada associado, observado o critério da proporcionalidade;
- d) inaccessibilidade das quotas-partes de capital a terceiros estranhos à Sociedade;
- e) singularidade de voto;
- f) "quorum" para funcionar e deliberar em assembleia, baseado no número de associados e não do capital;
- g) retorno das sobras líquidas do exercício, quando autorizado pela as-

sembléia proporcionalmente às operações realizadas pelo associado;

h) faculdade de exigir jóia de admissão, limitado ao valor da quota-parte, e de atribuir juro módico e fixo ao capital social;

i) indivisibilidade do fundo de reserva;

j) área de ação limitada à sede e municípios circunvizinhos, extensível ao município imediatamente seguinte, se aí não se apresentarem condições técnicas para instalação de outra cooperativa, não se aplicando tal exigência às cooperativas centrais e regionais.

k) responsabilidade limitada ou ilimitada, que perdurará até quando forem aprovadas as contas do exercício em que se deu a retirada do associado;

m) indiscriminação política, religiosa e racial;

n) mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas para a constituição de cooperativas de 1º grau.

§ 1º As cooperativas serão de responsabilidade limitada, quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade, se limitar ao valor do capital por este subscrito e ao valor do prejuízo porventura verificado nas operações sociais, guardada a devida proporção da sua participação nas mesmas operações.

§ 2º As cooperativas serão de responsabilidade ilimitada, quando a responsabilidade do associado, pelos compromissos da sociedade, for pessoal, solidária e ilimitada.

§ 3º Não poderão ser sócios de cooperativas pessoas físicas ou jurídicas que operem com os mesmos fins da sociedade, salvo em se tratando de entidades que exerçam atividades agrícolas pecuárias ou extrativas e sindicatos.

Art. 4º As cooperativas, qualquer que seja sua categoria ou espécie, são entidades de pessoas com forma jurídica própria, de natureza civil, para a prestação de serviços ou exercício de atividades sem finalidade lucrativa, não sujeitas a falência, distinguindo-se das demais sociedades pelas normas e princípios estabelecidos na presente lei.

Art. 5º As cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviços, operações ou atividades, res-

peitada a legislação em vigor, assegurando-lhes o direito exclusivo e a obrigação do uso da expressão "Cooperativa."

§ 1º As atividades creditórias e habitacionais das cooperativas só poderão ser exercidas em entidades constituídas exclusivamente com essa finalidade, sujeitas à disciplina prevista no art. 8º deste Decreto-Lei.

§ 2º As Cooperativas agropecuárias ou mistas poderão fazer adiantamentos aos associados, através de títulos de crédito acompanhados de documento que assegure a entrega da respectiva produção, vedado expressamente o recebimento de depósitos até mesmo de associados.

§ 3º Não se entende como depósitos, para efeito do parágrafo anterior os remanescentes de recursos dos cooperados que sejam conservados à sua disposição nas cooperativas ou que se destinem à constituição de fundos específicos.

§ 4º As seções de crédito atualmente existentes nas cooperativas deverão enquadrar-se nas disposições do § 2º ou passar a constituir cooperativas de crédito autônomas cujo registro lhes será assegurado desde que cumpridas as exigências do Banco Central da República do Brasil.

Art. 6º A regulamentação desta Lei disporá especificamente sobre:

- a) registro e personalidade jurídica;
- b) responsabilidades e direitos dos administradores e associados;
- c) formação do contrato das sociedades cooperativas e sua prova;
- d) modificação, fusão e incorporação;
- e) dissolução e liquidação;
- f) administração e controle;
- g) obrigações, proibições e penalidades, inclusive intervenção e multas;
- h) admissão, demissão, exclusão e eliminação dos associados;
- i) categorias e grau das cooperativas.

Art. 7º Será obrigatória em cada cooperativa a manutenção de um Fundo de Reserva destinado a reparar perdas das sociedades e atender ao desenvolvimento de suas atividades, o qual será constituído, pelo me-

nos, com 10% (dez por cento) das sobras.

Art. 8º As cooperativas que operam em crédito continuarão subordinadas, na parte normativa, ao Conselho Monetário Nacional e, na parte executiva, ao Banco Central da República do Brasil; as habitacionais ao Banco Nacional da Habitação; e as demais, através do Conselho Nacional de Cooperativismo ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, cabendo a esses órgãos, dentro da respectiva competência, conceder autorização ou cancelá-la, baixar e aplicar normas disciplinadoras da constituição, funcionamento e fiscalização das sociedades objeto deste Decreto-lei, bem como fixar e aplicar penalidades e definir os casos de intervenção e liquidação.

Parágrafo único. Os atos praticados pelo Banco Central e pelo Banco Nacional da Habitação, relativos a autorização de funcionamento de cooperativas de sua alçada, bem como os cancelamentos dessas concessões, deverão ser comunicados ao Conselho Nacional de Cooperativismo, para registro.

Do Conselho Nacional de Cooperativismo

Art. 9º A orientação geral da política cooperativista nacional caberá ao Conselho Nacional de Cooperativismo, criado junto ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e gozando de plena autonomia administrativa e financeira, composto de um Presidente e 6 (seis) membros indicados pelos órgãos representados, a seguir discriminados:

I — Gabinete do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica;

II — Banco Central da República do Brasil;

III — Banco Nacional de Crédito Cooperativo;

IV — Banco Nacional da Habitação;

V — Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário;

VI — Órgão superior do movimento cooperativista nacional, devidamente reconhecido pelo Governo.

Art. 10. O Conselho será presidido pelo Presidente do Instituto Na-

cional de Desenvolvimento Agrário, cabendo-lhe o voto de qualidade, sendo suas resoluções adotadas por maioria simples.

Art. 11. Compete ao Conselho Nacional de Cooperativismo, que se reunirá na forma que a regulamentação estabelecer:

a) a orientação geral da política nacional de cooperativismo, à exceção da creditória e habitacional;

b) a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cooperativismo;

c) baixar resoluções normativas e coordenadoras da atividade cooperativista nacional, bem como fixar as condições gerais da concessão de estímulos;

d) estabelecer normas de fiscalização das operações do Fundo e as sanções decorrentes do não cumprimento das obrigações contraídas pelos mutuários, nos limites da legislação vigente;

e) baixar instruções regulamentadoras e complementares a esta lei em todos os seus aspectos;

f) determinar o registro das cooperativas brasileiras, na forma do artigo 8º desta lei.

Parágrafo único. Exercerá as funções de Secretário Executivo do Conselho o Chefe da Divisão de Cooperativismo do Departamento de Cooperativismo e Extensão Rural do INDA cabendo à Divisão referida incumbir-se dos encargos administrativos do Conselho ora criado.

Art. 12. As atribuições do Presidente do Conselho e da Secretaria Executiva serão fixadas na regulamentação desta lei.

Art. 13 O Conselho acionará a Secretaria Executiva preferencialmente através de autorizações para contratação de serviços técnicos ou de natureza especializada com pessoas físicas ou jurídicas devidamente habilitadas.

Art. 14. As contas do Conselho Nacional de Cooperativismo incluindo as de administração do Fundo, serão prestadas através do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, como incorporadas às suas próprias contas.

Art. 15. Fica criado um Fundo de natureza contábil, sob a denominação de "Fundo Nacional de Coopera-

tivismo", destinado a prover recursos para apoio ao movimento cooperativista nacional, constituído em conta gráfica ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo, e suprido por:

- a) dotações incluídas no orçamento do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário para o fim específico de incentivo às atividades cooperativas;
- b) juros e amortizações dos financiamentos realizados com seus recursos;
- c) doações, legados e outras rendas eventuais;
- d) dotações consignadas pelo Fundo Federal Agropecuario.

Art. 16. Os recursos do Fundo, deduzidos os necessários ao custeio de sua administração e das operações, serão aplicados exclusivamente na concessão de financiamentos às iniciativas que efetivamente:

- a) hajam merecido aprovação de seus atos constitutivos pelo órgão gestor do Fundo, nas condições que forem fixadas na regulamentação desta lei ou em suas resoluções;
- b) tenham reconhecidas a prioridade e a viabilidade econômica de seus empreendimentos, do ponto de vista do sistema cooperativista nacional.

Art. 17. A concessão de estímulos ou financiamentos por parte do Conselho Nacional de Cooperativismo somente será dada aos empreendimentos devidamente aprovados e localizados onde exista estímulo ao cooperativismo.

Art. 18. Os resultados positivos obtidos nas operações sociais das cooperativas não poderão ser, em hipótese alguma, considerados como renda tributável, qualquer que seja a sua destinação.

Disposições Gerais

Art. 19. A resolução que importe na modificação da forma jurídica da cooperativa acarreta a sua liquidação.

Art. 20. As cooperativas agropecuárias ou mistas não poderão receber ou adquirir produtos de não associados para venda a terceiros, salvo nos casos de complementação de quota de exportação ou capacidade ociosa de industrialização, até o mon-

tante de 5% (cinco por cento) do volume de comercialização de cada produto.

Parágrafo único. As operações com terceiros não gozarão dos benefícios concedidos àquelas com os cooperados.

Art. 21. As cooperativas agropecuárias ou mistas não poderão, em nenhuma hipótese, receber ou adquirir produtos de não associados para a venda a terceiros.

Art. 22. É vedado às cooperativas associar-se ou participar do capital de entidades não cooperativistas.

Art. 23. Todos os atos das cooperativas, bem como títulos, instrumentos e contratos firmados entre as cooperativas e seus associados, não estão sujeitos a tributação do imposto de selo ou de obrigações ou outros quaisquer que o substituam.

Art. 24. É o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) autorizado a depositar no Banco Nacional de Crédito Cooperativo a importância de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) destinada a integrar os recursos iniciais do Fundo Nacional do Cooperativismo para atender às despesas de instalação e funcionamento do Conselho Nacional de Cooperativismo.

Art. 25. Dentro de 60 (sessenta) dias da publicação deste Decreto-Lei o Poder Executivo baixará seu Regulamento.

Art. 26. Este Decreto-Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogados expressamente os Decretos-Leis ns. 22.239, de 19 de dezembro de 1932, 581, de 19 de agosto de 1938, 926, de 5 de dezembro de 1938, 1.836, de 5 de dezembro de 1939, 6.980, de 19 de março de 1941, 5.154, de 31 de dezembro de 1942, 8.401, de 19 de dezembro de 1945, as Leis números 3.189, de 2 de julho de 1957, e 3.870, de 30 de janeiro de 1961.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Lopes Rodrigues

Severo Fagundes Gomes

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 60 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre a reorganização do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e dá outras providências.

O Presidente da República, baseado no disposto pelo artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e tendo em vista o Ato Complementar nº 23, de 20 de outubro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º O Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), denominação que tomou a Caixa de Crédito Cooperativo em virtude da Lei número 1.412, de 13 de agosto de 1951, será reorganizado sob a forma de sociedade anônima e os seus estatutos que dependerão da prévia aprovação do Presidente da República, obedecerão às linhas gerais fixadas no presente Decreto-lei e no Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art. 2º O BNCC terá por objeto o fomento ao Cooperativismo sob todas as formas, principalmente mediante assistência creditícia.

Art. 3º O BNCC é o principal instrumento de crédito na execução da política cooperativista da União, observadas as normas de política monetária e creditícia do Conselho Monetário Nacional e em harmonia com o sistema cooperativo nacional.

Parágrafo único. No cumprimento de suas finalidades o BNCC promoverá a divulgação da doutrina cooperativista, e restringirá suas atividades creditícias às cooperativas de qualquer grau, participantes de seu capital, como subscritoras de ações ordinárias, salvo quando se tratar de composições de débito.

Art. 4º O capital do BNCC, a ser fixado nos estatutos sociais, será dividido em ações ordinárias e preferenciais, nominativas e no valor de Cr\$ 100.000 (cem mil cruzeiros) cada uma.

Art. 5º As ações que a União vier a subscrever serão integralizadas da seguinte maneira:

a) pela incorporação da parcela pertencente à União, do atual capital;

b) pelo aproveitamento de fundos específicos, originários de recursos confiados pela União ao BNCC;

c) pela incorporação, ao capital social de futuros dividendos atribuídos à União;

d) por contribuições orçamentárias.

Art. 6º As ações ordinárias poderão ser subscritas pelas cooperativas, por livre iniciativa e compulsoriamente, e serão, nesta hipótese, integralizadas mediante a retenção pelo BNCC de até 1/2% (meio por cento) ao mês sobre o valor dos financiamentos concedidos, até o máximo de 10% (dez por cento), entendendo-se nessa expressão qualquer operação de crédito, não se aplicando à hipótese o disposto no art. 34 — Inciso III, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Parágrafo único. O critério da participação de cada cooperativa no capital do BNCC através da subscrição compulsória das ações ordinárias ou preferenciais, bem como as vantagens conferidas às ações preferenciais, serão fixados nos estatutos sociais.

Art. 7º Integralizado o total das ações ordinárias destinadas às cooperativas, continuar-se-á a proceder na forma do disposto no art. 6º, passando as respectivas importâncias a constituir um fundo de reserva especial, convertidos em ações ordinárias quando efetuado novo aumento de capital.

Art. 8º As ações preferenciais, também destinadas às cooperativas, serão, integralizadas com o produto da arrecadação da taxa de cooperação, mencionada no art. 13.

Art. 9º Integralizadas totalmente as ações preferenciais, na forma do artigo 8º, a arrecadação da taxa de cooperação continuará a ser efetuada, passando as importâncias arrecadadas a constituir um fundo de reserva especial, convertido em ações preferenciais quando efetuado novo aumento de capital.

Art. 10. Quando totalmente integralizado o capital social, promoverá o Poder Executivo, se julgar conveniente, a modificação dos estatutos, para novo aumento de capital. Nessa ocasião, serão incorporados ao capital as reservas previstas nos artigos 7º e 9º.

Parágrafo único. A seu exclusivo critério, poderá o Poder Executivo,

nessa hipótese, renunciar ao direito à subscrição de parte ou do total das ações ordinárias que caberiam à União.

Art. 11. O BNCC poderá aceitar as ações de sua própria emissão como garantia suplementar de financiamento, não se aplicando à hipótese a proibição contida no parágrafo único do art. 28 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art. 12. Os juros, dividendos ou outros proventos auferidos pelas Cooperativas como acionistas do BNCC, não constituirão renda tributável, devendo os mesmos ser, obrigatoriamente, incorporados ao fundo de reserva das beneficiadas.

Art. 13. Fica criada a "taxa de cooperação" que incidirá sobre todas as operações realizadas entre as cooperativas e seus associados, seja em forma de venda, adiantamento sob entrega da produção, empréstimos, financiamentos e outras, sobre instrumentos ou contratos firmados pelas cooperativas com terceiros, bem como títulos emitidos diretamente pelas próprias cooperativas ou por seus associados a favor delas.

§ 1º. O valor desta taxa será de 0,2% (dois décimos por cento) sobre valores das operações, dos instrumentos ou títulos referidos neste artigo.

§ 2º. A arrecadação da renda proveniente da taxa de cooperação será feita diretamente pelo BNCC.

Art. 14. O BNCC também movimentará os seguintes recursos:

a) depósitos facultativos efetuados pelas Cooperativas, exceto Cooperativas de Crédito;

b) depósitos de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, sujeitos às prescrições do art. 4º — Inciso 14 — da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964;

c) depósitos judiciais, incluindo-se o BNCC entre as instituições autorizadas a recebê-los nos termos da Lei nº 4.248, de 30 de julho de 1963;

d) saldo do Fundo de Fomento ao Cooperativismo, porventura existente;

e) taxas federais e estaduais que se criarem para esse fim;

f) saldos e recursos anteriores, provenientes de taxas ou impostos federais e estaduais, cobrados pela clas-

sificação e fiscalização de produtos para fomento agropecuário ou de cooperativismo;

g) saldo proveniente da liquidação de cooperativas;

h) quaisquer outros auxílios, doações e lucros das operações eventuais.

Art. 15. Para atender às suas finalidades, o BNCC poderá instalar agências ou escritórios em qualquer ponto do território nacional, mediante autorização prévia do Banco Central, que levará em conta as peculiaridades do crédito cooperativo e a função específica do BNCC.

Art. 16. Por força do disposto nos arts. 17 e 19 deste Decreto-lei, todos os feitos de interesse do BNCC terão assistência da União e serão processados privativamente perante a Justiça Federal na forma do art. 105, § 3º, alínea a, da Constituição Federal.

Art. 17. São extensivos ao BNCC todos os favores, isenções e privilégios, inclusive fiscais, assegurados à Fazenda Nacional, a que se refere o art. 50 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 18. O Banco será dirigido por:

a) um Conselho de Administração presidido pelo Presidente do Banco, constituído de representantes do Ministério da Agricultura, da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Econômica, eleitos pela Assembleia Geral e dois (2) representantes de Cooperativas subscritoras de ações ordinárias, também eleitos de idêntica maneira, com abstenção da União;

b) uma Diretoria Executiva integrada de 4 (quatro) Diretores, sendo um deles seu presidente e do Banco.

§ 1º. O Presidente do Banco será de livre nomeação do Presidente da República, por indicação do Conselho de Administração, em lista triplíce.

§ 2º. Os prazos, modo de investidura, atribuições e sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, serão fixados nos estatutos sociais.

§ 3º. Os componentes do sistema de Administração do BNCC ficarão dispensados de prestar a caução exigida pelo artigo 117 do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art. 19. Todas as operações do BNCC serão garantidas pela União.

Art. 20. O BNCC, autorizado pelo Conselho Monetário Nacional, poderá aplicar os índices de correção monetária em suas operações ativas e passivas.

Art. 21. Os créditos do BNCC gozarão de privilégios e, bem assim, os que lhe forem caucionados, cedidos ou transferidos.

Art. 22. Poderão ser desapropriados por utilidade pública, os imóveis destinados à instalação de agências, ou dependências do BNCC ou ampliação das existentes, podendo ser objeto de desapropriação as partes autônomas de condomínio.

Art. 23. O Poder Executivo, regulamentará o presente Decreto-lei dentro de 30 dias, baixando simultaneamente ato aprovando os Estatutos do BNCC, obedecidos os princípios básicos deste Decreto-lei.

Art. 24. Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Eduardo Lopes Rodrigues
Severo Fagundes Gomes
Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 61 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1966

Altera a legislação relativa ao Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

O Presidente da República, baseado no disposto pelo artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e tendo em vista o Ato Complementar nº 23, de 20 de outubro de 1966, e

Considerando a conveniência de os preços dos derivados de petróleo serem formados em função dos custos de produção, da estrutura do mercado nacional de consumo e das relações internacionais de comércio;

Considerando a necessidade de ser explicitada a proteção fiscal dos de-

derivados de petróleo para mais perfeita apuração dos resultados reais das operações de refino, com a utilização dos recursos provenientes da proteção para os investimentos exclusivos da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras;

Considerando a necessidade de garantir a rentabilidade do parque refinador nacional;

Considerando ser necessária uma fixação de política de preços para a indústria petroquímica nacional, bem como incentivos fiscais para seu desenvolvimento;

Considerando ser necessário dar maior flexibilidade à programação de investimentos do Governo, libertando-a das atuais vinculações existentes no setor de Petróleo e de infraestrutura de transporte;

Considerando ser necessário se aperfeiçoar as relações de controle e fiscalização e integração entre os programas rodoviários federais, estaduais e municipais;

Considerando, afinal, quanto mais consta da Exposição de Motivos número 182, de 18 novembro de 1966, assinada pelos Ministros de Estado da Fazenda, Minas e Energia, Viação e Obras Públicas, Planejamento e Coordenação Econômica, decreta:

Art. 1º. O Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, qualquer que seja sua procedência ou a de petróleo bruto que os originar, será adicionado ao preço dos derivados realizados pelas refinarias conforme definido no art. 2º deste Decreto-lei, nas seguintes alíquotas calculadas sobre o custo CIF, expresso em moeda nacional, da unidade de volume do petróleo bruto:

Gás Liquefeito do petróleo	%
(GLP)	87,0
Gasolina de aviação	323,0
Querosene de aviação	270,0
Gasolina automotiva tipo A	347,0
Gasolina automotiva tipo B	400,0
Querosene e "signal oil"	144,0
Óleo Diesel	271,0
Óleo Combustível (fuel oil)	8,5
Óleos lubrificantes simples, compostos ou emulsivos, a granel	825,0
Idem, idem, idem, embalados	a 1.050,0
	963,0
	a 1.225,0

§ 1º O custo CIF do petróleo bruto que servirá de base para calcular o imposto único será determinado de acordo com as seguintes normas:

a) O custo em moeda estrangeira será a média ponderada dos preços CIF verificados nas importações de petróleo bruto, no trimestre anterior;

b) A conversão para moeda nacional será feita à taxa cambial prevista para o período de vigência dos novos preços.

§ 2º O Ministério da Fazenda, ouvido o Ministério das Minas e Energia, estabelecerá as alíquotas do imposto para cada tipo de óleo lubrificante, nos limites fixados neste artigo.

§ 3º A fim de ajustar as alíquotas fixadas neste artigo às necessidades financeiras de seu programa de investimentos, o Poder Executivo poderá alterá-las em até vinte por cento (20 %), simultaneamente reajustando as destinações setoriais previstas no art. 3º deste Decreto-lei.

§ 4º As contribuições especiais para pesquisas e outras, a que se obrigam as empresas concessionárias do refino, na forma da Lei vigente, mantidas pelo art. 48 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, são ora incorporadas ao imposto único, de acordo com as alíquotas "ad valorem" definidas neste artigo, destinando-se esses recursos na forma do disposto no art. 3º desta Lei, à subscrição de ações da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, devendo as concessionárias promover as modificações estatutárias daí decorrentes.

§ 5º Para os combustíveis e lubrificantes de aviação são mantidas as isenções e as condições previstas na Lei nº 1.815, de 18 de fevereiro de 1953, inclusive quando sua importação foi realizada pela Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, à qual ficam estendidas, neste caso, as mesmas isenções e condições.

§ 6º A isenção prevista no parágrafo anterior é também concedida quando se tratar de combustíveis e lubrificantes de aviação produzidos no país, devendo o Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, baixar Decreto regulamentando as condições dessa isenção.

§ 7º Os óleos lubrificantes, simples, compostos e emulsivos, obtidos no país

pela regeneração de óleo lubrificante usado, ficarão isentos do imposto único de que trata este Decreto-lei, desde que:

a) os óleos re-refinados tenham sofrido processo de regeneração, através de destilação, refinação e filtragem, e suas características e propriedades sejam as mesmas do produto novo;

b) as indústrias produtoras tenham instalações aprovadas pelo Conselho Nacional do Petróleo e aí registrado o produto com as características referidas na alínea anterior.

Art. 2º. O preço unitário de realização da refinaria, dos derivados de petróleo tabelados e produzidos no país, ao qual é adicionado o imposto único definido no Art. 1º deste Decreto-lei, será fixado periodicamente pelo Conselho Nacional do Petróleo, levando em consideração:

a) O custo médio do processamento de um barril de petróleo, de modo a escolher proporcionalmente, os níveis dos preços internacionais de seus similares, com as adaptações necessárias à manutenção da rentabilidade do parque refinador nacional e às características do mercado consumidor nacional.

b) Os custos do refino e o lucro capaz de assegurar o êxito econômico do parque interno, desmembrado em quatro grupos, assim constituídos:

Grupo I — Custos em função dos preços do mercado internacional do petróleo bruto e outros materiais de consumo importados, e à taxa de câmbio.

Grupo II — Custos em função das despesas com pessoal.

Grupo III — Outros custos variáveis com a conjuntura interna de preços do país.

Grupo IV — Depreciação, amortização e remuneração dos capitais investidos.

c) O Conselho Nacional do Petróleo procederá à fixação dos preços de realização das refinarias, partindo do preço de realização da Gasolina automotiva A, ora fixado em Cr\$ 53,44/1 por este Decreto-lei, atribuindo para os quatro grupos de custos os seguintes pesos percentuais, que servirão de

base para os reajustamentos de valores:

	%
Grupo I	74,3
Grupo II	9,2
Grupo III	12,7
Grupo IV	3,8

d) Os preços de realização dos demais derivados serão fixados com base na seguinte escala de relação, em que a gasolina A é igual a 100 que poderá ser alterada por deliberação do Conselho Nacional do Petróleo, se assim se fizer necessário em virtude das condições do mercado internacional e da conjuntura interna da economia nacional:

Gás liquefeito de petróleo ..	105
Gasolina B	118
Querosene	135
Óleo Diesel	100
Óleo Combustível	72

e) Os demais produtos definidos no "caput" do art. 1º, quando produzidos no país, terão seus preços de realização fixados dentro dos critérios gerais estabelecidos pelo item "a" deste parágrafo.

f) As expressões monetárias das parcelas dos preços que constituem os quatro grupos definidos neste artigo serão corridas dentro dos seguintes critérios, baseados nos índices e valores de 1º de janeiro de 1966.

Grupo I — sempre que houver alteração da taxa cambial ou do custo CIF de petróleo bruto, como definido no parágrafo 1º do art. 1º deste Decreto-lei, pelo quociente da divisão do valor CIF médio dos petróleos importados, convertido à taxa cambial prevista para o período de vigência dos preços, pelo correspondente valor dos mesmos petróleos na data da última fixação de preços.

Grupo II — De acordo com os percentuais e critérios fixados em deliberação do Conselho Nacional de Política Salarial.

Grupo III — Por correção monetária, através de índice-geral de preços, fornecido pelo Conselho Nacional de Economia.

Grupo IV — De acordo com os coeficientes de correção monetária dos ativos imobilizados, fixados pelo Conselho Nacional de Economia.

§ 1º. As correções de preços estabelecidas neste artigo serão procedidas quando ocorrer qualquer das alterações também neste previstas, mas nunca com interregno menor de três meses.

§ 2º. O preço ex-refinaria, conforme definido na Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, será formado pela soma do preço de realização e do imposto único.

§ 3º. Para os demais produtos definidos no "caput" do Art. 1º, quando importados e sem similar de produção interna, os seus preços às companhias distribuidoras serão formados pela soma dos custos CIF de importação e do imposto único respectivos.

§ 4º. As rubricas de custos incluídas na composição dos preços de realização das refinarias, para efeito de ressarcimento dos encargos fiscais, dos quais a Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás está isenta, conforme dispõe o Art. 1º da Lei nº 4.287, de 3 de dezembro de 1963, terão, na Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, suas receitas contabilizadas explicitamente a débito das despesas de custeio e crédito de Fundo Especial cujas aplicações serão regulamentadas pelo Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 3º. As destinações de que trata o § 2º do art. 3º da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, ficam alteradas para:

a) 9,4% para aumento do capital social da Rede Ferroviária Federal S.A., nos termos da legislação em vigor.

b) 14,4 % para aumento do capital social da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, nos termos da legislação vigente.

c) 76,2% aos seus programas rodoviários, através do Fundo Rodoviário Nacional, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º. O § 3º do Art. 3º da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, passa a ter a seguinte redação:

"A partir de 1º de janeiro de 1972, a receita resultante do imposto a que se refere este Decreto-lei, excetuando a destinada pela letra b do artigo anterior, será incorporada ao Fundo Rodoviário Nacional".

Art. 5º As receitas provenientes da arrecadação do Imposto Único a que se refere este Decreto-lei serão diariamente recolhidas pela Alfândega, Mesas de Rendas, Recebedorias e Coletorias Federais, ao Banco do Brasil S.A., mediante guia.

Parágrafo único. De cada recolhimento pelas estações arrecadadoras nos termos deste artigo, o Banco do Brasil S.A. creditará:

I — a percentagem pertencente ao Fundo Rodoviário à conta e ordem do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;

II — a percentagem pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A., à conta e ordem desta.

III — a percentagem pertencente à Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, à conta e ordem desta.

Art. 6º A parcela constante da letra e, item II do art. 13 da Lei número 4.452, de 5 de novembro de 1964, uma vez plenamente atendida a sua finalidade, terá os seus saldos incorporados à alínea h do referido art. 13, item II, a critério do Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 7º Fica o Conselho Nacional do Petróleo autorizado a proceder às compensações nos valores dos estoques dos derivados, para efeito do recolhimento de que trata o § 6º do Art. 15 da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964.

Art. 8º Excetuados o petróleo bruto, gasolinas, querosenes, óleos minerais combustíveis e lubrificantes simples, compostos e emulsivos, gás liquefeito de petróleo, solventes, parafina, asfalto e graxas derivados de petróleo, poderão ser livremente comercializados entre as partes interessadas os demais produtos e subprodutos da refinação do petróleo destinados à indústria petroquímica e os subprodutos das operações industriais petroquímicas, mediante autorização do CNP.

§ 1º Os produtos excetuados neste artigo, quando provenientes das operações das indústrias petroquímicas, ou obtidos de matéria-prima importada, serão obrigatoriamente entregues à Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, para incorporação à sua produção de combustíveis e lubrificantes; do mesmo modo, em se tratando de matéria-prima procedente de uma refinaria nacional, a entrega

far-se-á à mesma em idênticas condições, cabendo, em qualquer hipótese, ao Conselho Nacional do Petróleo, fixar os seus preços, nos termos deste Decreto-lei.

§ 2º O Conselho Nacional do Petróleo, visando à conveniência de redução da importação de matéria-prima para a indústria petroquímica, poderá fixar estímulos e condições necessárias para sua produção pelo parque interno de refino, desde que não se verifique, neste particular, modificação na quantidade global de derivados equivalente à produzida pelo processamento de petróleo cru no limite da capacidade nominal autorizada das concessionárias do refino, naquela incluídas as consideradas no parágrafo anterior.

Art. 9º O Art. 18 da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, passa a ter a seguinte redação:

“O imposto único sobre produtos nacionais será recolhido por verba, devendo o seu pagamento ser efetuado na repartição arrecadadora do Estado em que estiver localizada a refinaria vendedora, no prazo de setenta (70) dias a contar da data da entrega daqueles produtos ao primeiro comprador”.

Art. 10. As matérias-primas para a indústria petroquímica, inclusive o petróleo bruto, gás natural e óleo de xisto, seus derivados e subprodutos, ficam isentas de pagamento de quaisquer tributos e taxas federais, estaduais e municipais.

Art. 11. O Art. 19 da Lei número 4.452, de 5 de novembro de 1964, passa a ter a seguinte redação:

“O recolhimento do imposto único sobre produtos importados será feito às Alfândegas ou Mesas de Rendas do porto de desembarque, com base nas quantidades efetivamente descarregadas, sendo um terço (1/3) de seu valor no desembarque alfandegário e o restante após sessenta (60) dias a contar daquela formalidade, exceção feita ao gás liquefeito de petróleo (GLP), cujo recolhimento se fará integralmente no prazo de setenta (70) dias da data do desembarque alfandegário”.

Art. 12. Os Estados e Distrito Federal só receberão as suas quotas no

Fundo Rodoviário Nacional quando demonstrarem perante o Conselho Rodoviário Nacional, por intermédio dos órgãos executivos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, nos termos da legislação vigente, a destinação e aplicação dos recursos que lhes são distribuídos.

§ 1º Para a entrega das quotas referentes ao segundo trimestre será exigida a apresentação do orçamento dos órgãos rodoviários estaduais para o exercício, acompanhado do plano de aplicação das quotas previstas no Fundo Rodoviário Nacional, na forma do disposto em Lei nº 4.320, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

§ 2º Para a entrega das quotas referentes ao terceiro trimestre será exigida a apresentação de pormenorizado relatório das atividades dos órgãos rodoviários no exercício anterior, acompanhado de demonstrativo da execução do orçamento e do plano de aplicação das quotas do Fundo Rodoviário Nacional no referido exercício.

§ 3º Os Estados e Distrito Federal deverão atender às exigências formuladas em razão do exame dos elementos apresentados em cumprimento aos parágrafos anteriores, no prazo máximo de 60 dias, prorrogáveis a critério do Conselho Rodoviário Nacional.

§ 4º A inobservância dos prazos estabelecidos nos parágrafos anteriores determinará retenção automática das quotas a serem distribuídas.

Art. 13. Os Municípios deverão demonstrar perante os órgãos rodoviários estaduais e governo dos territórios, na forma dos §§ 1º, 2º e 3º do artigo anterior, a destinação e aplicação, nos termos da legislação vigente, dos recursos do Fundo Rodoviário Nacional que lhes são distribuídos.

§ 1º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem entregará diretamente aos Municípios as quotas do Fundo Rodoviário Nacional, após os órgãos rodoviários estaduais e governos dos territórios comunicarem o cumprimento, por parte dos Municípios, do disposto neste artigo.

§ 2º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem dará imediato conhecimento aos órgãos rodoviários

estaduais e aos governos dos territórios, das quotas trimestrais distribuídas aos Municípios.

Art. 14. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem destinará, obrigatoriamente, da quota do Fundo Rodoviário Nacional que constitui sua receita:

I — No máximo 11% (onze por cento), até o exercício de 1971, em rodovias substitutivas de linhas férreas federais reconhecidamente anti-econômicas.

II — Para obras rodoviárias nos Territórios Federais, anualmente, quantia não inferior à quota que caberia a cada um, como se Estados fossem, tomando-se por base a arrecadação do ano anterior.

§ 1º A erradicação de linhas férreas anti-econômicas será previamente aprovada pelo Conselho Nacional de Transporte e homologado pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, por proposta do Conselho Rodoviário Nacional.

§ 2º A suspensão definitiva da operação das linhas férreas anti-econômicas, por ato do Ministro da Viação e Obras Públicas, fica subordinada à existência ou construção de outra via de transporte em condições de atender às necessidades do tráfego, ressalvados os casos de suspensão da operação por motivo de segurança do tráfego ou visando ao aproveitamento do leito da ferrovia para a implantação da rodovia substitutiva.

§ 3º A linha férrea erradicada será desligada da rede ferroviária a que pertence.

§ 4º As rodovias substitutivas de linhas férreas federais reconhecidamente anti-econômicas, quando não integrantes do Plano Nacional de Viação, terão sua conservação a cargo dos órgãos rodoviários estaduais.

Art. 15. A juízo do Conselho Rodoviário Nacional, os Estados do Amazonas, Pará e Acre poderão aplicar até 10% (dez por cento) de sua receita no Fundo Rodoviário Nacional em investimentos fixos em outras vias, meios e terminais de transporte ou em instalações de telecomunicações, exclusive, neste último caso, instalações urbanas.

Parágrafo único. Os investimentos referidos neste artigo deverão ser previamente aprovados e posterior-

mente fiscalizados pelo órgão federal competente do setor a que se referir.

Art. 16. Durante os exercícios de 1965 a 1969, 4% (quatro por cento) das quotas do DNER e dos órgãos rodoviários dos Estados do Fundo Rodoviário Nacional serão aplicados na construção, melhoria, pavimentações e instalações de aeródromos, aeroportos, inclusive em acessos rodoviários, e na implantação e manutenção dos sistemas de segurança das operações de proteção ao voo.

Parágrafo único. A percentagem referida neste artigo será aplicada pelos órgãos competentes do Ministério da Aeronáutica, diretamente ou mediante convênio com os Estados.

Art. 17. Compete ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Rodoviário Nacional distribuídos aos Estados e Distrito Federal, e aos órgãos rodoviários estaduais e governos dos territórios fiscalizar, sem prejuízo de controle que entenda exercer a União, a aplicação dos recursos do Fundo Rodoviário Nacional distribuídos aos Municípios.

§ 1º Em caso de irregularidade na aplicação dos recursos do Fundo Rodoviário Nacional distribuídos aos Estados e Distrito Federal ou na fiscalização exercida pelos Estados sobre os Municípios, na forma deste artigo, cabe ao Conselho Rodoviário Nacional determinar a retenção preventiva das quotas ou sua suspensão, nos termos da legislação vigente.

§ 2º Em caso de irregularidade na aplicação dos recursos do Fundo Rodoviário Nacional distribuídos aos Municípios cabe ao Conselho Rodoviário Nacional mediante comunicação do órgão rodoviário estadual, do Governo do Território ou do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, determinar a retenção preventiva das quotas ou sua suspensão, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º A suspensão das quotas dos Estados, Distrito Federal e Municípios que vier a ser determinada pelo Conselho Rodoviário Nacional perdurará até que sejam consideradas satisfatórias as providências adotadas no sentido de corrigir as irregularidades que lhe motivarem.

Art. 18. Os Estados e o Distrito Federal destinarão, obrigatoriamente, das quotas do Fundo Rodoviário Na-

cional que constituírem sua receita, 10% (dez por cento) para aplicação em rodovias do Plano Nacional de Viação nos respectivos territórios, de acordo com o programa elaborado pelo DNER e aprovado pelo Conselho Rodoviário Nacional, e mediante condições fixadas em termos de acordo e compromissos a serem celebrados com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 19. Ficam revogados o 3º do Art. 3º, Arts. 6º, 7º, 8º, 10, 11, 16 e 17 da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964.

Art. 20. Este Decreto-lei entrará em vigor em primeiro de janeiro de 1967, sendo revogadas todas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Lopes Rodrigues

Juarez Távora

Benedicto Dutra

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 62 — DE 21 DE

NOVEMBRO DE 1966

Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

O Presidente da República, com base no disposto pelo artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e tendo em vista o Ato Complementar número 23, de 20 de outubro de 1966, decreta:

Art. 1º. O imposto a que se refere o artigo 37 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, será cobrado à razão de 30% (trinta por cento), ressalvadas as pessoas jurídicas enumeradas nas letras a e b do § 1º do artigo 18 da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962, que pagarão o imposto de que trata este artigo a razão de 17% (dezessete por cento) e 11% (onze por cento), respectivamente.

Art. 2º. No exercício de 1967, o imposto de renda será cobrado com um adicional de 10% (dez por cento),

a favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, nas seguintes incidências:

I — o imposto sobre o lucro das pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas no país, a que se refere o artigo 37 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964; e,

II — o imposto progressivo sobre a renda líquida das pessoas físicas residentes ou domiciliadas no país, a que se refere o art. 1º da Lei número 4.862, de 29 de novembro de 1965, quando o total do imposto devido pela pessoa física, de acordo com a sua declaração de rendimentos, for igual ou superior a Cr\$ 1 milhão (um milhão de cruzeiros).

§ 1º O adicional referido neste artigo será destacado nas declarações de rendimentos das pessoas jurídicas e físicas, e será recolhido na forma do regulamento aprovado pelo Poder Executivo.

§ 2º O recolhimento do adicional será feito através do Departamento de Arrecadação ou de banco autorizado a receber o imposto de renda, que creditará ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico as importâncias arrecadadas.

§ 3º As pessoas físicas e jurídicas que pagarem o adicional de que trata este artigo terão direito a receber do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, livre de pagamento, igual valor em ações de capital e sociedades anônimas que sejam de propriedade do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, ou por ele venham a ser adquiridas.

§ 4º O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico entregará as ações dentro de 90 (noventa) dias da prova do recolhimento de todas as prestações do adicional, pelo valor do patrimônio líquido das respectivas sociedades, na data do último balanço levantado em 1966.

§ 5º As ações recebidas nos termos deste artigo serão livremente transferidas, terão direito de voto, e poderão ser nominativas ou ao portador, à vontade do acionista.

Art. 3º Para ter vigência no exercício de 1968, fica o Ministro da Fazenda autorizado a admitir, mediante instruções, o ajustamento dos ba-

lanços e contas de lucros e perdas, obedecendo o disposto nos artigos 4º a 13.

Art. 4º Nos balanços encerrados a partir de 1 de janeiro de 1967, as empresas obrigadas a manter escrituração poderão corrigir monetariamente as contas:

I — do ativo fixo ou imobilizado, e respectivas depreciações, amortizações e exaustões;

II — do capital próprio, correspondente às contas de capital integralizado, capital excedente, correção monetária do capital, reservas e lucros ou prejuízos acumulados;

III — de créditos e obrigações em moeda estrangeira, ou em moeda nacional sujeita à correção por disposição legal ou contratual.

Art. 5º A correção do capital fixo ou imobilizado obedecerá ao disposto na legislação em vigor, e às seguintes normas:

I — com base nos índices mensais de preços declarados pelo Conselho Nacional de Economia, as empresas que não encerram balanço em dezembro ajustarão os coeficientes de correção aprovados pelo referido Conselho para que traduzam a variação do poder aquisitivo da moeda nacional entre o mês do balanço a corrigir e a média mensal de cada um dos exercícios sociais anteriores;

II — o investimento em ações, quotas ou quinhões do capital de outras empresas será corrigido pelo seu custo original de aquisição, que não será alterado no caso de recebimento sem pagamento de ações, quotas ou quinhões distribuídos como bonificação;

Art. 6º As contas do capital próprio (art. 4º, II) serão atualizadas monetariamente de acordo com as seguintes normas:

I — o saldo de abertura de cada conta, no exercício, será deduzido das variações líquidas ocorridas durante o mesmo, e referentes a ajustes, baixas ou liquidações de valores oriundos de exercícios anteriores;

II — se houver alteração nos saldos de abertura das contas provenientes de simples transferências entre contas sujeitas à correção, os valores transferidos serão corrigidos como integrantes dos saldos das contas para as quais foram transferidos;

III — ressalvado o disposto no inciso anterior, os acréscimos durante o exercício, nas contas sujeitas à correção, não serão objeto de correção no balanço de encerramento do mesmo;

IV — o saldo de cada conta será corrigido pela de coeficientes fixados pelo Conselho Nacional de Economia, que traduzam a variação no poder aquisitivo da moeda nacional entre o mês do balanço a corrigir e o mês do balanço de encerramento do exercício social anterior;

V — as variações resultantes da correção acrescerão ao saldo de cada conta, ressalvado o disposto no § 1º.

§ 1º As variações correspondentes à contar do capital integralizado serão registradas na conta "correção do capital", que somente poderá ser movimentada para compensar prejuízos ou para transferência para a conta do capital.

§ 2º A empresa poderá, a qualquer tempo, incorporar ao capital integralizado o saldo da conta "correção de capital" independentemente de pagamento de qualquer imposto, e as ações, quotas ou quinhões emitidos não constituirão rendimento tributado em poder dos sócios ou titulares da empresa, sejam pessoas jurídicas ou físicas.

Art. 7º Se a empresa tiver créditos ou obrigações em moeda nacional, cujo principal estiver sujeito a correção monetária nos termos de disposição legal ou contratual, registrará obrigatoriamente, na data do balanço, as variações monetárias porventura ocorridas, em relação ao saldo credor ou devedor pelo qual estão registradas.

§ 1º Se a empresa tiver créditos ou obrigações em moeda estrangeira registrará as variações no seu valor em moeda nacional, pela sua avaliação à taxa do câmbio em vigor na data do balanço, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º As variações nas obrigações em moeda estrangeira serão registradas até o limite do aumento do ativo decorrente da correção, depois de compensadas as correções da conta do capital próprio.

Art. 8º As contrapartidas dos lançamentos correspondentes à correção efetuadas nas contas do ativo e pas-

sivo serão debitadas ou creditadas à conta denominada "correção monetária do balanço".

§ 1º A contrapartida das correções do ativo fixo ou imobilizado correspondente ao acréscimo líquido das contas do ativo resultantes da correção, depois de registradas as variações nas contas de depreciação, amortização e exaustão, e deduzidas as correções ou reavaliações efetuadas anteriormente.

§ 2º Se o saldo final da conta "correção monetária do balanço" fôr devedor, poderá ele ser transferido, total ou parcialmente, para a conta de lucros e perdas do exercício.

§ 3º A parcela do saldo devedor não compensada pelos lucros do exercício será transferida para o exercício ou exercícios subsequentes, como prejuízos a compensar.

Art. 9º Se o saldo final da conta "correção monetária do balanço" fôr credor, será obrigatoriamente compensado com os prejuízos do exercício, ou transferidos de exercícios anteriores, e pendentes de compensação para efeitos fiscais.

§ 1º O saldo credor não absorvido pelos prejuízos acrescerá ao lucro real do exercício na importância correspondente aos seguintes valores:

a) parcela das quotas de depreciação, amortização e exaustão, calculadas com base na correção monetária do ativo fixo e que tiverem sido registradas como custo ou despesa no exercício social;

b) correção monetária dos bens do ativo fixo vendidos durante o exercício social, e que tiver sido computada como custo desses bens para determinar o lucro apurado na transação;

c) correção monetária ou ajustamento cambial dos créditos referidos no artigo 7º correspondente a parcelas do principal que tenham sido efetivamente recebidas durante o exercício.

§ 2º Os acréscimos ao lucro real serão feitos sucessivamente pela ordem das alíneas do parágrafo anterior, até o montante do saldo credor da conta "correção monetária do balanço".

§ 3º O saldo porventura remanescente depois dos acréscimos ao lu-

cro referidos nos parágrafos anteriores será transferido para o exercício seguinte, destacado no balanço".

Art. 10. As sociedades de economia mista controladas pela União ou pelas autarquias federais, são obrigadas a proceder à correção monetária do balanço nos termos dos artigos 4º a 9º.

Art. 11. Poderão ser deduzidas do lucro real da pessoa jurídica, para efeito de determinar o lucro tributável pelo imposto de renda, as participações nos resultados da empresa a que tiverem direito a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as autarquias federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único. A imunidade tributária dos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica de direito privado às ações, quotas, ou quinhões do capital social pertencente à União, aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, ou às autarquias federais, estaduais e municipais, não se estende aos resultados da pessoa jurídica.

Art. 12. A Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS — poderá deduzir, para efeito de determinação do lucro sujeito à tributação, as importâncias aplicadas em cada exercício na prospecção e extração do petróleo cru.

Art. 13. As empresas que não sejam autorizadas a funcionar como instituições financeiras, e que auferiram receitas financeiras decorrentes da venda de mercadorias a prestações, ou da venda de bens ou serviços para pagamento em prazo superior a 60 (sessenta) dias da data da entrega da mercadoria e do fornecimento de serviços, são obrigadas a destacar essas receitas na sua contabilidade.

§ 1º Nas vendas de mercadorias expedidas por via marítima, o disposto neste artigo somente se aplica às vendas sem prazo superior a 90 (noventa) dias da data da expedição.

§ 2º O montante das receitas financeiras destacado nos termos deste artigo que exceder em mais de 10% (dez por cento) em cada exercício, dos custos financeiros incorridos pela empresa, ficará sujeito ao imposto a que se refere o artigo 37 da Lei nº 4.506 de 30 de novembro de 1964 a taxa de 50% (cinquenta por cento).

§ 3º As contas de lucros e perdas publicadas pelas empresas referidas neste artigo destacarão, obrigatoriamente, as receitas e despesas financeiras a que se refere este artigo.

Art. 14. A partir de 1º de janeiro de 1967, ficam revogados os parágrafos 1º e 2º do artigo 15 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Art. 15. Ficam revogados, a partir de 1º de janeiro de 1967, o art. 2º e seu parágrafo único da Lei número 4.480, de 14 de novembro de 1964, o art. 38 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, o parágrafo único do art. 10 da Lei nº 4.621, de 30 de abril de 1965, o parágrafo 2º instituído no art. 21 da Lei nº 4.889, de 1º de setembro de 1965, e o art. 8º do Decreto-lei nº 2, de 14 de janeiro de 1966.

Art. 16. Ficam cancelados quaisquer débitos ou cobranças fiscais de valor originário não superior a Cr\$ 50.000 (cinquenta mil cruzeiros) decorrentes do não recolhimento de tributo, adicionais e multas que deveriam ter sido liquidados até 31 de dezembro de 1965.

Art. 17. Os contribuintes do imposto de renda que, até 31 de janeiro de 1967, efetuarem, de uma só vez, o pagamento do seu débito fiscal relativo aos exercícios anteriores ao ano de 1966, gozarão da redução de 50% (cinquenta por cento) do valor das multas aplicadas, ficando, ainda, dispensados da correção monetária desses débitos.

Parágrafo único. No caso de que trata este artigo, quando o débito for superior a Cr\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros) será permitido o seu pagamento em 6 (seis) prestações mensais iguais e sucessivas, efetuando-se o pagamento da primeira prestação, obrigatoriamente, até 31 de janeiro de 1967.

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros) para vigorar no período de 1º de janeiro de 1967 a 31 de dezembro de 1968, para atender à restituição do imposto de renda descontado ou recolhido a maior nos exercícios financeiros até o de 1967.

Art. 19. A partir do exercício financeiro de 1968, as pessoas jurídicas

que, no exercício anterior, tiverem pago o imposto de que trata o artigo 37 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, em montante igual ou superior a Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), são obrigadas a pagar o referido imposto em 12 (doze) prestações mensais, no curso do exercício financeiro em que fôr devido.

§ 1º As pessoas jurídicas que levantarem balanço até 30 de setembro do ano base, obrigadas a apresentar declaração de rendimentos até o último dia útil de janeiro, pagarão, no ato da apresentação da declaração, importância correspondente a 1/12 (um doze avos) do imposto devido de acordo com a declaração, e o restante em 11 (onze) prestações de igual valor, com vencimento até o dia 20 (vinte) de cada um dos meses subsequentes.

§ 2º As pessoas jurídicas que, nos termos da legislação vigente, devem apresentar declaração de rendimentos nos meses de fevereiro a maio do exercício financeiro, deverão recolher, mediante guia, até o dia 20 (vinte) de cada um dos meses que antecederem o da apresentação da declaração de rendimentos, parcelas de antecipação do imposto a ser lançado.

§ 3º As parcelas mensais de antecipação referidas no parágrafo anterior serão determinadas como percentagem da receita bruta registrada pela pessoa jurídica no mês anterior àquele a que se referir o recolhimento antecipado.

§ 4º A percentagem referida no parágrafo anterior corresponderá a 1/12 (um doze avos) do resultado da divisão do total do imposto devido no exercício financeiro anterior, pelo montante da receita bruta registrada no exercício social que tiver servido de base ao cálculo do mesmo imposto.

§ 5º A pessoa jurídica obrigada ao recolhimento antecipado do imposto, nos termos dos parágrafos anteriores, anexará à sua declaração do imposto de renda cópias das guias dos recolhimentos antecipados durante os meses do exercício financeiro decorridos até o mês da apresentação da declaração de rendimentos.

§ 6º Na declaração de rendimentos, as pessoas jurídicas a que se refere

o parágrafo anterior indicarão o total do imposto devido, as importâncias recolhidas antecipadamente no curso do exercício financeiro, e o saldo a pagar nos meses restantes do exercício financeiro.

§ 7º No ato da apresentação da declaração, a pessoa jurídica pagará a parcela do saldo do imposto a recolher correspondente ao mês da apresentação da declaração, e as parcelas restantes se vencerão no dia 20 (vinte) de cada um dos meses subsequentes.

§ 8º As pessoas jurídicas que deixarem de efetuar o recolhimento antecipado a que se referem os parágrafos anteriores ficarão sujeitas à multa de 30% (trinta por cento) sobre o montante das parcelas não recolhidas.

Art. 20. Fica o Ministro da Fazenda autorizado a vender Obrigações do Tesouro para o efeito de cobrir aplicações do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, previstas em orçamento de investimentos aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, para cuja cobertura sejam necessários recursos adicionais aos provenientes da Reserva Monetária do Banco Central e por força do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 21. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão incorporar diretamente à sua receita o produto de retenção na fonte do imposto de renda incidente sobre os proventos de seus servidores, ou sobre as obrigações de sua dívida pública, desde que se comprometam a comunicar, até 28 de fevereiro de cada ano, à repartição competente do Ministério da Fazenda, em relação nominal, os rendimentos pagos no ano anterior e o montante do imposto retido de cada beneficiário, na forma estabelecida no Regulamento.

Art. 22. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Lopes Rodrigues

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 63 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1966

Altera a Tarifa das Alfândegas que acompanha a Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional Nº 2, de 27 de outubro de 1965, e tendo em vista o Ato Complementar nº 23, de 29 de outubro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º O imposto de importação será cobrado de acordo com a Tarifa das Alfândegas que a este acompanha, e na forma estabelecida na legislação própria.

§ 1º A nova Tarifa das Alfândegas entrará em vigor em 1º de março de 1967, revogada nessa data a Tarifa que acompanha a Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

§ 2º As alíquotas da Tarifa das Alfândegas prevalecerão sobre as alíquotas correspondentes da Lista III — Brasil, negociada no âmbito do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), cabendo ao Poder Executivo empreender gestões para a recomposição da referida Lista.

Art. 2º A fim de assegurar o adequado cumprimento dos objetivos da nova Tarifa, ou de corrigir eventuais distorções da mesma decorrentes, o Conselho de Política Aduaneira promoverá, até 28 de fevereiro de 1967, os reajustamentos que se fizerem necessários aos níveis das alíquotas, podendo, para isso alterar até 60% (sessenta por cento) *ad valorem* para mais ou para menos, a alíquota do imposto estabelecida.

§ 1º Na aplicação do disposto neste artigo, serão observados critérios de estímulos à agricultura nacional, inclusive no que respeita aos insumos de produtos originários de outros setores da produção.

§ 2º Não se aplica à execução das atribuições contidas neste artigo o procedimento estatuído no parágrafo único do art. 22 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Art. 3º As empresas ou entidades econômicas interessadas nos reajus-

tamentos referidos no artigo 2º poderão manifestar-se junto ao Conselho de Política Aduaneira, por intermédio das Confederações Nacionais respectivas.

Parágrafo único. As sugestões encaminhadas ao Conselho de Política Aduaneira deverão conter a opinião conclusiva da Confederação Nacional da atividade econômica interessada, fundamentada em estudo técnico-econômico que observará o princípio da unidade da Tarifa e os critérios de correlação, articulação e harmonia entre os níveis das alíquotas, segundo o grau de elaboração da mercadoria.

Art. 4º A norma do parágrafo único do art. 22 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, não se aplica, também, aos casos de alteração de alíquotas determinada por motivos econômicos de ordem global.

Art. 5º Poderá ser reduzida, de até 100% (cem por cento) *ad valorem* a alíquota que venha a revelar-se excessiva ao adequado cumprimento dos objetivos da Tarifa Aduaneira.

Art. 6º O Conselho de Política Aduaneira fixará a pauta de valor mínimo ou aplicará mecanismos compensatórios que se fizerem necessários, inclusive adicionais na forma de alíquota específica, para conveniente amparo à produção de mercadorias objeto de transferência da categoria especial para a categoria geral de importação, e cuja fabricação se veja ameaçada por competição desleal do similar importado.

Art. 7º O artigo 4º da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Quando não houver produção nacional de matéria-prima e de qualquer produto de base, ou a produção nacional desses bens for insuficiente para atender ao consumo interno, poderá ser concedida isenção ou redução do imposto para a importação total ou complementar, conforme o caso.

§ 1º A isenção ou redução do imposto, conforme as características de produção e de comercialização, e a critério do Conselho de Política Aduaneira, será concedida:

a) mediante comprovação da inexistência de produção nacional, e, havendo produção, mediante prova, an-

terior ao desembaraço aduaneiro, de aquisição de quota determinada do produto nacional na respectiva fonte, ou comprovação de recusa, incapacidade ou impossibilidade de fornecimento em prazo e a preço normal;

b) por meio de estabelecimento de quotas tarifárias globais e/ou por período determinado, que não ultrapasse um ano, ou quotas percentuais em relação ao consumo nacional.

§ 2º A concessão será de caráter geral em relação a cada espécie de produto, garantida a aquisição integral de produção nacional, observada, quanto ao preço, a definição do artigo 3º do Decreto Lei número 37 de 18 de novembro de 1966.

§ 3º Quando, por motivo de escassez no mercado interno, se tornar imperiosa a aquisição no exterior, de gêneros alimentícios de primeira necessidade, de matérias-primas e de outros produtos de base, poderá ser concedida para a sua importação, por ato do Conselho de Política Aduaneira, isenção do imposto de importação e da taxa de despacho aduaneiro, ouvidos os órgãos ligados à execução da política do abastecimento e da produção.

§ 4º Será no máximo de um ano, a contar da emissão, o prazo de validade dos comprovantes da aquisição da quota de produto nacional prevista neste artigo e nas notas correlatas da Tarifa Aduaneira.

§ 5º A isenção do imposto de importação sobre matéria-prima e outro qualquer produto de base, industrializado ou não, mesmo os de aplicação direta, somente poderá beneficiar a importação complementar da produção nacional se observadas as normas deste artigo."

Art. 8º Fica alterada a Nota 133 da Tarifa das Alfândegas, como se segue:

"Nota 133 — Aos aparelhos e máquinas do Capítulo 84 e às máquinas industriais e equipamentos do Capítulo 85 da Tarifa das Alfândegas, que sejam utilizados no processo industrial ou agrícola, sem similar nacional, bem como seus componentes e peças essenciais, destinados à sua montagem ou composição no país, poderá ser concedida redução até 50% (cin-

quenta por cento) da alíquota geral desta Tarifa, segundo critérios estabelecidos pelo Conselho de Política Aduaneira."

Art. 9º A Nota 135 da Tarifa das Alfândegas passa a vigorar com a seguinte redação:

"O motor elétrico que acompanhar máquina ou aparelho desta seção pagará imposto em separado; quando, o motor tiver carcaça comum ou fizer corpo com a máquina ou aparelho, aplicar-se-á ao motor a alíquota da máquina ou aparelho, de acordo com as normas interpretativas estabelecidas pelo Conselho de Política Aduaneira que, inclusive, poderá aplicar critérios baseados nos valores relativos do conjunto e do motor."

Art. 10. Não se aplica ao Conselho de Política Aduaneira o disposto no art. 166 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

Art. 11. A partir de 1º de março de 1967, ficam revogadas as Notas números 39, 45 e 162 da antiga Tarifa das Alfândegas, sem prejuízo da aplicação do art. 4º da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, à importação complementar das mercadorias por elas compreendidas.

Art. 12. Permanecem em vigor as disposições da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, não revogadas pelo presente Decreto-lei.

Art. 13. Será facultado ao Conselho de Política Aduaneira, através do Ministério da Fazenda, firmar convênios de cooperação com outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, quando necessários ao aperfeiçoamento de seus estudos e melhor execução de suas atribuições legais.

Art. 14. No exercício das atribuições que lhe são conferidas por este Decreto-lei, o Conselho de Política Aduaneira contará com a colaboração e os recursos necessários de outros órgãos que tratam especificamente do planejamento e da promoção do desenvolvimento.

Art. 15. A representação governamental a que se refere a alínea b) do art. 24 da Lei 3.244, de 14 de agosto de 1957, fica ampliada de um repre-

sentante do Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica.

Art. 16. Farão parte do Comitê Brasileiro de Nomenclatura, a que se refere o art. 156 do Decreto-lei número 37 de 18 de novembro de 1966:

1 (um) representante do Banco Central;

1 (um) representante do Conselho de Política Aduaneira, Secretaria Técnica;

1 (um) representante do Conselho Nacional de Comércio Exterior;

1 (um) representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 17. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Eduardo Lopes Rodrigues
Paulo Egydio Martins
Roberto Campos

As tarifas referidas no art. 1º foram publicadas em Suplemento a edição do D. O. de 22-11-66.

DECRETO-LEI Nº 64 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre sorteios para financiamento de empreendimentos sociais, religiosos, filantrópicos e educativos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo único do artigo 31 do Ato Institucional nº 2, de 28 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º A realização de rifas e tombolas, para a obtenção de recursos indispensáveis ao custeio de obras sociais, religiosas, filantrópicas e educativas, depende de autorização do Ministério da Fazenda.

Art. 2º A autorização ministerial, a título precário e por prazo não superior a 1 (um) ano, será dada se forem satisfeitas as seguintes condições pela instituição requerente:

I — Comprovação de idoneidade da requerente;

II — indicação específica de uso dos recursos a obter;

III — prova de propriedade dos bens a sortear.

Art. 3º A entidade beneficiária da autorização assumirá responsabilidade, sem interferência de terceiros, ficando proibida a participação ou interesse econômico de quem quer que seja.

Art. 4º É vedado realizar mais de um sorteio anual e adia-lo, a não ser por absoluta força maior, mediante prévia autorização do Ministro da Fazenda.

Art. 5º Os sorteios serão realizados exclusivamente pelos resultados das extrações da Loteria Federal.

Art. 6º A efetiva entrega dos prêmios e a rigorosa aplicação da receita estão sujeitas ao controle e à fiscalização do Ministério da Fazenda.

Art. 7º O desvirtuamento da autorização, além de implicar em sua imediata anulação, sujeita o infrator às sanções legais vigentes e a perda da declaração de utilidade pública, se a possuir.

Art. 8º O Poder Executivo expedirá, no prazo de 90 (noventa) dias, Regulamento para a execução deste Decreto-lei.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Eduardo Lopes Rodrigues

DECRETO-LEI Nº 65 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1966

Concede incentivos para o desenvolvimento da indústria de motores Diesel.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 2º do Ato Complementar nº 23, de 20 de outubro de 1966, decreta:

Art. 1º É concedida, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da vigência deste Decreto-lei, a isenção dos impostos de importação e de consumo, ou daquele que substituir a este, aos

equipamentos de produção, com os respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas, bem como às partes complementares, destinados à produção nacional de motores Diesel, quando importadas por fabricantes com projetos aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas (GEIMEC), da Comissão de Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto-lei, os projetos aprovados pelo extinto Grupo Executivo da Indústria Naval (GEIN) são equiparados aos projetos aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas, da Comissão de Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 2º As indústrias de motores Diesel já instaladas no País são assegurados os benefícios deste Decreto-lei para os motores que já fabricam e outros que vierem a fabricar, uma vez atendidos os índices de nacionalização estabelecidos nos termos do Artigo 3º do presente Decreto-lei e sua regulamentação.

Parágrafo único. Para a aprovação de qualquer projeto que lhe fôr submetido, para os efeitos deste Decreto-lei, o Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas (GEIMEC), da Comissão de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, previamente verificará do interesse na execução de projeto equivalente por parte da indústria de motores já instalada no País.

Art. 3º Os índices progressivos de nacionalização, que os fabricantes deverão cumprir para poderem gozar dos benefícios deste Decreto-lei, serão estabelecidos no regulamento, por faixas de potência e rotação, atendidas as condições econômicas da produção.

Parágrafo único. Para os motores de propulsão e auxiliares destinados a navios, serão observados índices de nacionalização estabelecidos pela Comissão de Marinha Mercante, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 4º As isenções concedidas por este Decreto-lei não se aplicam aos bens com similar nacional que possam ser produzidos no País em condições satisfatórias.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará o presente Decreto-lei, com base em recomendações da Comissão de Desenvolvimento Industrial, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Lopes Rodrigues

Paulo Egydio Martins

*** DECRETO-LEI Nº 66 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966**

Altera disposições da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 2º do Ato Complementar nº 23, decreta:

Art. 1º O § 3º do artigo 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, fica assim redigido:

“§ 3º O aposentado pela previdência social que voltar a trabalhar em atividade sujeita ao regime desta Lei será novamente filiado ao sistema, sendo-lhe assegurado, em caso de afastamento definitivo da atividade, ou, por morte, aos seus dependentes, um pecúlio em correspondência com as contribuições vertidas nesse período, na forma em que se dispuser em regulamento, não fazendo jus a quaisquer outras prestações, além das que decorrerem da sua condição de aposentado.”

Art. 2º Fica acrescentada ao § 1º do artigo 8º da Lei nº 3.807 a alínea c com a seguinte redação:

“c) para o segurado desempregado, desde que comprovada essa condição pelo registro no órgão próprio do Departamento Nacional de Mão-de-Obra até mais (12) doze meses.”

Art. 3º O artigo 11 da Lei nº 3.807 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 11. Consideram-se dependentes dos segurados, para os efeitos desta Lei:

I — a esposa, o marido inválido, os filhos de qualquer condição menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos, e as filhas solteiras de qualquer condição menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidas;

II — a pessoa designada, que, se do sexo masculino, só poderá ser menor de 18 (dezoito) anos ou maior de 60 (sessenta) anos ou inválida;

III — o pai inválido e a mãe;

IV — os irmãos de qualquer condição menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos, e as irmãs solteiras de qualquer condição menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidas:

§ 1º A existência de dependentes de qualquer das classes enumeradas nos itens deste artigo exclui do direito às prestações os dependentes enumerados nos itens subsequentes, ressalvado o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º.

§ 2º Equiparam-se aos filhos, nas condições estabelecidas no item I, e mediante declaração escrita do segurado:

a) o enteado;

b) o menor que, por determinação judicial, se ache sob sua guarda;

c) o menor que se ache sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 3º Inexistindo esposa ou marido inválido com direito às prestações, a pessoa designada poderá, mediante declaração escrita do segurado, concorrer com os filhos deste.

§ 4º Não sendo o segurado civilmente casado, considerar-se-á tacitamente designada a pessoa com que se tenha casado segundo o rito religioso, presumindo-se feita a declaração prevista no parágrafo anterior.

§ 5º Mediante declaração escrita do segurado, os dependentes enumerados no item III poderão concorrer com a esposa ou o marido inválido, ou com a pessoa designada, salvo se existirem filhos com direito às prestações."

Art. 4º Os artigos 15 e 16 da Lei nº 3.807 passam a ter a seguinte redação:

"Art. 15. As anotações feitas na carteira profissional dispensam qualquer registro interno de inscrição, valendo, para todos os efeitos, como comprovação de filiação à previdência social, relação de emprego, tempo de serviço e salário-de-contribuição, podendo, em caso de dúvida, ser exigida pela previdência social a apresentação dos documentos que serviram de base às anotações.

§ 1º A previdência social poderá custear a expedição de carteiras profissionais, assim como encarregar-se de sua emissão e distribuição.

§ 2º Para produzir efeitos exclusivamente perante a previdência social, poderá ser emitida carteira profissional para os trabalhadores autônomos, para segurados facultativos, para os titulares de firma individual e os diretores, sócios solidários, sócios quotistas e sócios de indústria de empresas.

Art. 16. As anotações feitas pela previdência social na carteira profissional servirão para a obtenção de qualquer prestação, inclusive para a prova de idade, estado civil e qualificação de dependentes, e serão feitas à vista de documentos hábeis.

Parágrafo único. É garantido ao segurado o direito de promover essas anotações a qualquer tempo, mediante a simples apresentação dos respectivos documentos."

Art. 5º Os §§ 2º e 3º do artigo 21 da Lei nº 3.807 passam a ter a seguinte redação:

"§ 2º As empresas receberão um "Certificado de Matrícula", com um número cadastral básico,

de caráter permanente, que as identificará em todas as suas relações com a previdência social.'

§ 3º O "Certificado de Matrícula" obedecerá, naquilo que for possível, ao sistema de número cadastral básico da Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964, promovendo-se convênios com o Departamento de Arrecadação do Ministério da Fazenda para intercâmbio de informações e generalização daquele sistema."

Art. 6º O artigo 23 e seus parágrafos da Lei nº 3.807 passam a ter a seguinte redação:

"Art. 23. O cálculo dos benefícios far-se-á tomando-se por base o "salário-de-benefício", assim denominada a média dos salários sobre os quais o segurado haja realizado as últimas (doze) 12 contribuições mensais contadas até o mês anterior ao da morte do segurado, no caso de pensão, ou ao início do benefício, nos demais casos.

§ 1º O salário-de-benefício não poderá ser inferior, em cada localidade, ao respectivo salário-mínimo de adulto ou de menor, conforme o caso, nem superior a (10) dez vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

§ 2º Não serão considerados para efeito de fixação do salário-de-benefício os aumentos que excedam os limites legalmente permitidos, bem como os voluntariamente concedidos nos (24) vinte e quatro meses imediatamente anteriores ao início do benefício, salvo quanto aos empregados, se resultantes de melhorias ou promoções regulados por normas gerais da empresa, permitidas pela legislação do trabalho.

§ 3º Quando forem imprecisos ou incompletos os dados necessários à efetiva apuração do "salário-de-benefício", o período básico de contribuições poderá ser dilatado de tantos meses quantos forem necessários para perfazer aquele total, até o máximo de 24 (vinte e quatro), a fim de que não seja retardada a concessão do benefício, promovendo-

-se, posteriormente, o ajuste de direito.

§ 4º As prestações dos benefícios de aposentadoria e de auxílio-doença não poderão ser inferiores a 70 % (setenta por cento) do salário-mínimo do local de trabalho do segurado, nem as da pensão, por morte, a 35 % (trinta e cinco por cento) do mesmo salário.

Art. 7º O artigo 24 e seus parágrafos da Lei nº 3.807 passam a ter a seguinte redação:

"Art. 24. O auxílio-doença será devido ao segurado que, após 12 (doze) contribuições mensais, ficar incapacitado para seu trabalho por prazo superior a 15 (quinze) dias.

§ 1º O auxílio-doença consistirá numa renda mensal correspondente a 70 % (setenta por cento) do "salário-de-benefício", mais 1% (um por cento) desse salário por ano completo de atividade abrangida pela previdência social ou de contribuição recolhida nos termos do artigo 9º, até o máximo de 20 % (vinte por cento), arredondado o total obtido para a unidade de milhar de cruzeiros imediatamente superior.

§ 2º O auxílio-doença, cuja concessão estará sempre condicionada à verificação da incapacidade, em exame médico de responsabilidade da previdência social, será devido a contar do (16º) décimo-sexto dia de afastamento da atividade ou, no caso do trabalhador autônomo, a contar da data da entrada do pedido e enquanto o segurado continuar incapaz para o seu trabalho. Quando pedido após (30) trinta dias contados da data do afastamento da atividade, o auxílio-doença será devido a partir da data de entrada do pedido.

§ 3º Se o segurado em gozo de auxílio-doença for insuscetível de recuperação para a sua atividade habitual, sujeito portanto aos processos de reabilitação profissional previstos no § 4º para o exercício de outra atividade, somente terá cessado o

seu benefício quando estiver no desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência, ou quando, não recuperável, seja aposentado por invalidez.

§ 4º O segurado em gozo de auxílio-doença ficará obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se aos exames, tratamentos e processos de reabilitação profissional proporcionados pela previdência social, exceto tratamento cirúrgico.

§ 5º Será concedido auxílio para tratamento ou realização de exames médicos fora do domicílio dos beneficiários, na forma que se dispuser em regulamento."

Art. 8º O artigo 27 e seus parágrafos da Lei nº 3.807 passam a ter a seguinte redação:

"Art. 27. A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que, após 12 (doze) contribuições mensais, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

§ 1º A aposentadoria por invalidez consistirá numa renda mensal correspondente a 70 % (setenta por cento) do salário-de-benefício, mais 1 % (um por cento) desse salário por ano completo de atividade abrangida pela previdência social ou de contribuição recolhida nos termos do artigo 9º, até o máximo de 30 % (trinta por cento), arredondado o total obtido para a unidade do milhar de cruzeiros imediatamente superior.

§ 2º No cálculo do acréscimo previsto no § 1º serão considerados como de atividade os meses em que o segurado tiver percebido auxílio-doença ou, na hipótese do § 4º, aposentadoria por invalidez.

§ 3º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação das condições estabelecidas neste artigo, mediante exame médico a cargo da previdência social, e o benefício será devido a contar do dia imediato ao da cessação do auxílio-doen-

ça, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo seguinte.

§ 4º Quando no exame previsto no § 3º for constatada incapacidade total e definitiva, a aposentadoria por invalidez independe de prévio auxílio-doença, sendo o benefício devido a contar do 16º (décimo-sexto) dia do afastamento do trabalho ou da data da entrada do pedido, neste caso se entre uma e outra tiverem decorrido mais de 30 (trinta) dias.

§ 5º Nos casos de segregação compulsória, a aposentadoria por invalidez independe não só de prévio auxílio-doença mas também de exame médico pela previdência social; sendo devida a contar da data da segregação.

§ 6º A partir de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, o segurado aposentado ficará dispensado dos exames para fins de verificação de incapacidade e dos tratamentos e processos de reabilitação profissional.

§ 7º Ao segurado aposentado por invalidez se aplica o disposto no § 4º do art. 24."

Art. 9º É dada nova redação ao § 3º do artigo 32 da Lei nº 3.807, acrescentando-se ao mesmo artigo na redação que lhe foi dada pela Lei nº 4.130, de 29 de agosto de 1962, os §§ 7º, 8º e 9º, como segue:

"... § 3º Todo segurado que, com direito ao gozo da aposentadoria de que trata este artigo, optar pelo prosseguimento no emprego, ou na atividade, fará jus a um abono mensal de 25% (vinte e cinco por cento) do salário-de-benefício, a cargo da previdência social.

§ 7º A aposentadoria por tempo de serviço será devida a contar da data do comprovado desligamento do emprego ou efetivo afastamento da atividade, que só deverá ocorrer após a concessão do benefício.

§ 8º Além das demais condições estipuladas neste artigo, a concessão da aposentadoria por tempo de serviço dependerá da realização, pelo segurado de no mínimo 60 (sessenta) contribuições mensais.

§ 9º Não será admissível para cômputo de tempo de serviço prova exclusivamente testemunhal."

Art. 10. O artigo 33 da Lei nº 3.807 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 33. O auxílio-natalidade garantirá, após a realização de 12 (doze) contribuições mensais, à segurada gestante, ou ao segurado, pelo parto de sua esposa não segurada, ou de pessoa designada na forma do § 1º do artigo 11, desde que inscrita esta pelo menos 300 (trezentos) dias antes do parto, uma quantia, paga de uma só vez, igual ao salário-mínimo vigente na localidade de trabalho do segurado.

Parágrafo único. É obrigatória, independentemente do cumprimento do prazo de carência, a assistência à maternidade, na forma permitida pelas condições da localidade em que a gestante residir."

Art. 11. O artigo 44 e seu parágrafo da Lei nº 3.807, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 44. O auxílio-funeral, cuja importância não excederá de duas vezes o salário-mínimo da sede do trabalho do segurado, será devido ao executor do funeral.

Parágrafo único. Se o executor for dependente do segurado, receberá o máximo previsto no artigo".

Art. 12. O artigo 45 e seus parágrafos da Lei nº 3.807, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 45. A assistência médica compreenderá a prestação de serviços de natureza clínica, cirúrgica, farmacêutica e odontológica aos beneficiários, em ambulatório, hospital, sanatório ou domicílio, com a amplitude que os recursos financeiros e as condições locais permitirem e na conformidade do que estabelecerem esta lei e o seu regulamento.

§ 1º É permitido à previdência social, na prestação da assistência médica ambulatorial ou hospitalar aos beneficiários, contratar serviços de terceiros ou

das próprias empresas, mediante pagamento de preços ou diárias globais, ou *per capita*, que cubram a totalidade do tratamento, nêles incluídos os honorários dos profissionais.

§ 2º Para a prestação dos serviços de que trata este artigo, poderá a previdência social subvencionar instituições sem finalidade lucrativa, ainda que já auxiliadas por outras entidades públicas.

§ 3º Nos convênios com entidades beneficentes que atendem ao público em geral, a previdência social poderá colaborar para a complementação das respectivas instalações e equipamento, ou fornecer outros recursos materiais, para melhoria do padrão de atendimento dos beneficiários.

§ 4º Para fins de assistência médica, a locação de serviços entre profissionais e entidades privadas, que mantêm contrato com a previdência social, não determina, entre esta e aqueles profissionais, qualquer vínculo empregatício ou funcional".

Art. 13. O artigo 48 da Lei nº 3.807, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 48. Nos limites previstos no artigo 45, o beneficiário que utilizar serviços médicos não mantidos ou não credenciados pela previdência social, ou que excedam das condições normalmente oferecidas, terá a seu cargo as despesas que ultrapassarem os valores fixados nas tabelas aprovadas pelo Departamento Nacional da Previdência Social.

Parágrafo único. A parte que couber a previdência social no custeio dos serviços será paga diretamente às entidades ou profissionais que prestarem os serviços, não se responsabilizando a previdência social pela parte que competir ao beneficiário".

Art. 14. O artigo 56 da Lei nº 3.807, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 56. Mediante convênio entre a previdência social e a empresa, poderá esta encarregar-se de:

I — processar os pedidos de benefícios, preparando-os e ina-

truindo-os de maneira que possam ser despachados;

II — submeter os empregados segurados a exames médicos, inclusive complementares, encaminhando à previdência social os respectivos laudos, para a concessão dos benefícios que dependem de avaliação de incapacidade;

III — prestar aos segurados a seu serviço e respectivos dependentes, diretamente, ou por intermédio de estabelecimentos e profissionais contratados, desde que obedecidos os padrões fixados para a previdência social, a assistência médica por esta concedida nos termos do art. 45;

IV — efetuar pagamentos de benefícios e prestar outros quaisquer serviços à previdência social.

Parágrafo único. O reembolso dos gastos correspondentes aos serviços previstos nos itens II e III deste artigo poderá ser ajustado por um valor global, conforme o número de empregados segurados de cada empresa, dedutível, no ato do recolhimento das contribuições, juntamente com as importâncias correspondentes aos pagamentos de benefícios, ou de outras despesas efetuadas nos termos dos convênios firmados”.

Art. 15. Fica acrescentado ao artigo 60 da Lei nº 3.807, o seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único. A impressão digital do segurado ou dependente incapaz de assinar, desde que aposta na presença de funcionário da previdência social, será reconhecido o valor de assinatura, para efeito de quitação dos recibos de benefício”.

Art. 16. O artigo 62 da Lei nº 3.807, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 62. A previdência social poderá pagar os benefícios por meio de ordens de pagamento ou cheques por ela emitidos, a serem apresentados pelos beneficiários aos estabelecimentos bancários encarregados de efetuar esses pagamentos, independentemente de assinatura ou de aposição de impressão digital, comprovando-se a identidade pela apresen-

tação de carteira profissional ou documento hábil fornecido pela previdência social”.

Art. 17. O artigo 67 e seus parágrafos da Lei nº 3.807, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 67. Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados sempre que for alterado o salário-mínimo.

§ 1º O reajustamento de que trata este artigo vigorará sessenta dias após o término do mês em que entrar em vigor o novo salário-mínimo, arredondado o total obtido para a unidade de milhar de cruzeiros imediatamente superior.

§ 2º Os índices do reajustamento serão os mesmos da política salarial estabelecida no artigo 1º do Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966, considerado como mês-básico o de vigência do novo salário-mínimo.

§ 3º Nenhum benefício reajustado poderá ser superior a 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no país, na data do início da vigência do reajustamento”.

Art. 18. O artigo 69 da Lei nº 3.807, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 69. O custeio da previdência social será atendido pelas contribuições:

I — dos segurados, em geral, na base de 8% (oito por cento) do respectivo salário-de-contribuição, não podendo incidir sobre importância que exceda de (10) dez vezes o salário-mínimo mensal de maior valor vigente no país;

II — dos segurados de que trata o § 1º do artigo 22, em percentagem do respectivo vencimento igual à que vigorar para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, com o acréscimo de 1% (um por cento) para custeio dos demais benefícios a que fazem jus esses segurados;

III — das empresas, em quantia igual à que for devida pelos segurados a seu serviço, inclusive os de que trata o item III do artigo 5º;

IV — Da União, em quantia destinada a custear o pagamento de pessoal e as despesas de administração geral da previdência social, bem como a cobrir as insuficiências financeiras verificadas;

V — dos segurados que se encontrarem na situação do artigo 9º e dos facultativos, em percentagem igual ao dobro da estabelecida no item I.

§ 1º Integram o salário-de-contribuição todas as importâncias recebidas a qualquer título, pelo segurado, em pagamento dos serviços prestados.

§ 2º A empresa que utilizar serviços de trabalhador autônomo ou de trabalhador avulso fica obrigada também, com relação a eles, à contribuição a que se refere o item III, independentemente da devida pelo próprio segurado.

Art. 19. Os artigos 76, 77 e 78 da Lei número 3.807 passam a ter a seguinte redação:

“Art. 76. Entende-se por “salário-de-contribuição”;

I — a remuneração efetivamente percebida durante o mês para os segurados referidos nos itens I, II e III do artigo 5º, bem como para os trabalhadores avulsos;

II — o salário-base fixado para os trabalhadores autônomos e para os facultativos.

Art. 77. O salário-base será fixado pelo Departamento Nacional da Previdência Social, ouvido o Serviço Atuarial e os órgãos de classe, quando houver, devendo ser atendidas nas respectivas tabelas as peculiaridades das diversas categorias de trabalhadores e o padrão de vida de cada região.

Art. 78. O salário-base será reajustado automaticamente, na mesma proporção, sempre que for alterado o salário-mínimo”.

Art. 20. Fica acrescentado ao artigo 79 da Lei número 3.807, o item VI, com a redação seguinte:

“VI — o proprietário, o dono da obra, ou o condômino de uni-

dade imobiliária, qualquer que seja a forma por que haja contratado a execução de obras de construção, reforma ou acréscimo do imóvel, é solidariamente responsável com o construtor pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes desta Lei, ressalvado seu direito regressivo contra o executor ou contraente das obras e admitida a retenção de importâncias a estes devidas para garantia do cumprimento dessas obrigações, até a expedição do “Certificado de Quitação” previsto no item II do artigo 141”.

Art. 21. O artigo 80 da Lei número 3.807 passa a ter a redação seguinte:

“Art. 80. As empresas sujeitas ao regime desta Lei são obrigadas a:

I — preparar folhas de pagamento dos salários de seus empregados, nas quais anotarão os descontos realizados para a previdência social;

II — lançar, em títulos próprios de sua escrituração mercantil, cada mês, o montante das quantias, descontadas de seus empregados, o da correspondente contribuição da empresa e o que foi recolhido à previdência social.

III — entregar ao órgão arrecadador da previdência social, anualmente, por ocasião do recolhimento relativo ao mês subsequente ao do balanço, cópia autenticada dos registros contábeis relativos ao montante dos lançamentos correspondentes a importâncias devidas à previdência social e das quantias a ela pagas, com discriminação, mês a mês, das respectivas parcelas.

Parágrafo único. Os comprovantes discriminativos desses lançamentos deverão ser arquivados na empresa, durante (5) cinco anos, para para os efeitos do artigo 81”.

Art. 22. E' acrescentado ao art. 81 da Lei número 3.807 o § 4º, com a seguinte redação:

“§ 4º Em caso de inexistência de comprovação regular e formalizada, o montante dos salários pagos pela execução de obras

de construção poderá ser obtido pelo cálculo da mão-de-obra empregada, de acordo com a área construída, ficando a cargo do proprietário, do dono da obra, do condômino da unidade imobiliária ou da empresa responsável o ônus da prova em contrário".

Art. 23. O artigo 82 da Lei número 3.807 passa a ter a redação seguinte, sendo-lhe acrescentado um parágrafo único.

"Art. 82. A falta de recolhimento, na época própria, de contribuições ou de quaisquer outras quantias devidas à previdência social, sujeitará os responsáveis ao juro moratório de 1% (um por cento) ao mês, além da multa variável de 10% (dez por cento) até 50% (cinquenta por cento) do valor do débito.

Parágrafo único. A infração de qualquer dispositivo desta Lei para a qual não haja penalidade expressamente cominada, sujeitará o responsável à multa de (1 a 10) um a dez salários-mínimos de maior valor vigente no país, conforme a gravidade da infração, imposta e cobrada nos termos dos artigos 83 e 84".

Art. 24. O parágrafo único do artigo 84 da Lei número 3.807 passa a § 1º e são acrescentados a esse artigo os §§ 2º e 3º, com a redação seguinte:

§ 2º Servirão também de títulos para a cobrança das dívidas ativas da previdência social os instrumentos de confissão de dívidas, as cópias autenticadas dos registros contábeis a que se refere o item III do artigo 80 e as cartas de abertura de contas-correntes bancárias firmadas pelas empresas.

§ 3º A previdência social poderá, antes de ajuizar a execução de sua dívida ativa, promover o protesto dos títulos dados em garantia de sua liquidação, para os efeitos de direito, ficando, entretanto, ressalvado que esses títulos serão sempre recebidos "presolvendo".

Art. 25. Os artigos 141, 142, 155, 157, 160 e 161, da Lei número 3.807 passam a ter a redação seguinte:

"Art. 141. A previdência social fornecerá os seguintes documentos

I — às empresas vinculadas:

a) "Certificado de Matrícula" a que se referem os §§ 2º e 3º do artigo 21, para servir de comprovação da vinculação da empresa à previdência social;

b) "Certificado de Regularidade de Situação", válido até 28 de fevereiro do ano seguinte ao da sua emissão, para servir de prova de que o contribuinte se acha, na forma que dispuser o regulamento, em situação regular perante a previdência social;

c) "Certificado de Quitação" que constitui condição para que o contribuinte possa praticar determinados atos, enumerados neste artigo, com a validade de (30) trinta dias, a contar da data de sua emissão.

II — aos segurados autônomos. o certificado a que se refere o item I, letra b.

§ 1º O "Certificado de Matrícula" (CM) é de apresentação obrigatória.

a) perante a autoridade competente, para o licenciamento de obras de construção, reformas ou acréscimos de prédios, por parte do responsável direto pela execução das mesmas;

b) perante os órgãos da previdência social e os arrecadadores de suas contribuições, para identificação do contribuinte e dos elementos cadastrais de sua inscrição.

§ 2º O "Certificado de Regularidade de Situação" (CRS), a ser trasladado no instrumento pelo servidor público ou escrevente juramentado, juntado por cópia autenticada ao processo ou ao pedido inicial da empresa; ou ainda caracterizado pelo seu número e data de emissão mediante certidão passada no documento fornecido à empresa, conforme o caso, será exigido obrigatoriamente:

a) para o licenciamento anual do veículo, de embarcação, ou aeronave de qualquer espécie, das empresas de transporte terrestre, fluvial, marítimo e aéreo,

assim como das empresas proprietárias de táxis e de transportes coletivos de passageiros, ou dos motoristas profissionais, trabalhadores autônomos, perante qualquer repartição pública ou autoridade do serviço de trânsito ou de fiscalização e controle desses serviços;

b) para o licenciamento, inscrição ou registro anual referente ao exercício da atividade da empresa ou da profissão, assim como para a renovação desses atos, perante qualquer repartição ou autoridade;

c) para a concessão de financiamento, empréstimo e ajuda financeira, para o pagamento de parcelas dos mesmos, quotas-partes e aliquotas de impostos ou de subvenções de qualquer espécie por parte das repartições públicas, estabelecimentos de crédito oficiais e seus agentes financeiros, autarquias, entidades de economia mista e empresas públicas ou de serviços públicos;

d) para a averbação de construção ou de incorporação de prédios no Registro de Imóveis;

e) para a assinatura de convênios, contratos, ou quaisquer outros instrumentos com repartições ou entidades públicas, autarquias, sociedades de economia mista ou seus agentes;

f) para o arquivamento de quaisquer atos no Registro de Comércio;

g) para a participação em concorrências, tomadas ou coletas de preços ou quaisquer licitações de bens ou destinadas à contratação de serviços e obras;

h) para a transcrição de quaisquer instrumentos no Registro de Títulos e Documentos.

§ 3º O "Certificado de Quitação" (CQ), que será arquivado e registrado pelo serventário público pela ordem de lavratura dos instrumentos públicos ou da transcrição dos instrumentos particulares, para os quais foi emitido, será exigido obrigatoriamente das empresas vinculadas;

a) para a alienação ou promessa de alienação, oneração ou disposição de bens imóveis;

b) para a alienação ou promessa de alienação, oneração ou dis-

posição de bens móveis incorpóreos ao Ativo Imobilizado;

c) para a cessão e transferência ou para a promessa de cessão e transferência de direitos;

d) para o pagamento de naveires nas liquidações e dissoluções de sociedades e para a expedição de cartas de adjudicação ou arrematação de bens.

§ 4º Será também exigido: "Certificado de Quitação" (CQ) para a primeira operação a ser realizada com prédio ou unidade imobiliária após sua construção, seja de promessa de venda, de compra e venda, de cessão e transferência ou de promessa e cessão de direitos aquisitivos.

Art. 142. Os atos praticados e os instrumentos assinados ou lavrados com inobservância do estipulado no artigo 141, são considerados nulos, de pleno direito, para todos os efeitos, assim como os respectivos registros públicos a que estiverem sujeitos.

§ 1º — A previdência social poderá intervir nos instrumentos nos quais é exigido o "Certificado de Quitação" para dar quitação de dívida do contribuinte ou para dar autorização para a sua lavratura, independente da liquidação da dívida, desde que fique assegurado o seu pagamento com oferecimento de garantia de natureza real ou do próprio preço, quando o mesmo seja parcelado.

§ 2º Os servidores, serventuários da justiça, autoridades e órgãos que infringirem o artigo 141 desta lei incorrerão em multa correspondente a um salário-mínimo de maior valor vigente no País, imposta e cobrada pela Previdência Social, sem prejuízo da responsabilidade que, no caso, couber.

§ 3º As empresas, enquanto estiverem em débito, não garantido, por falta de recolhimento das contribuições devidas à previdência social, não poderão:

a) distribuir quaisquer bonificações a seus acionistas;

b) dar ou atribuir participação de lucros a seus sócios ou quotistas, bem como a seus diretores e demais membros de órgãos

dirigentes, fiscais ou consultivos.

§ 4º A desobediência ao disposto no § 3º sujeitará o responsável à multa de montante igual a 50% (cinquenta por cento) das quantias que houver pago indevidamente, imposta e cobrada nos termos dos artigos 83 e 84.

Art. 155. Constituem crimes:

I — de sonegação fiscal, na forma da Lei nº 4.739, de 14 de julho de 1965, deixar de:

a) incluir, na folha de pagamento dos salários, empregados sujeitos ao desconto das contribuições previstas nesta lei, conforme determinação do item I do art. 80;

b) lançar, em títulos próprios de sua escrituração mercantil, cada mês, o montante das quantias descontadas de seus empregados e o da correspondente contribuição da empresa, conforme estabelece o item II do artigo 80;

c) escriturar nos livros e elementos discriminativos próprios as quantias recolhidas a título de "Quota de Previdência" dos respectivos contribuintes;

II — de apropriação indébita, definido no artigo 168 do Código Penal, além dos atos previstos no artigo 86, a falta de pagamento do salário-família aos empregados quando as respectivas quotas tiverem sido reembolsadas à empresa pela previdência social.

III — de falsidade ideológica, definido no artigo 299 do Código Penal, inserir ou fazer inserir:

a) nas folhas de pagamento a que se refere o item I do artigo 80, pessoas que não possuam, efetivamente, a condição de segurado;

b) na carteira profissional de empregado, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita;

c) em quaisquer atestados necessários à concessão ou pagamento de prestações aos beneficiários da previdência social declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita;

IV — de estelionato, definido no artigo 171 do Código Penal;

a) receber ou tentar receber, dolosamente, qualquer prestação de benefício da previdência social;

b) praticar qualquer ato que acarrete prejuízo à previdência social visando a usufruir vantagens ilícitas;

c) emitir e apresentar, para pagamento pela previdência social, fatura de serviços não executados ou não prestados.

Art. 157. Os créditos da previdência social relativos a contribuições e seus adicionais ou acréscimos de qualquer natureza por ela arrecadadas, inclusive a quota de previdência, a correção monetária e os juros de mora correspondentes, nos processos de falência, concordata ou concurso de credores, estão sujeitos às disposições atinentes aos créditos da União, aos quais são equiparados, seguindo-se a estes na ordem de prioridade.

Art. 160. A arrecadação da receita e o pagamento dos encargos da previdência social serão realizados, sempre que possível, através da rede bancária, oficial ou privada, mediante convênios nos termos e condições que forem estabelecidos pelo Banco Central da República do Brasil.

Art. 161. Aos empregados domésticos, aos ministros de confissão religiosa e membros de congregação religiosa, é facultada a filiação à previdência social.

Parágrafo único. O recolhimento das contribuições devidas pelos segurados facultativos referidos no artigo poderá ser efetuado por entidades, órgão ou pessoas a que estejam vinculados e enquanto perdure essa vinculação.

Art. 26. Os benefícios concedidos na vigência da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, cujos valores, reajustados na forma da primitiva redação do seu artigo 67, ficaram contidos no teto de (2) dois salários-mínimos, serão revistos de ofício, a fim de que voltem a corresponder à percentagem do salário-mínimo que representavam na data do início do benefício, respeitado o limite de (3,5) três e meia vezes o maior salário-mínimo vigente no país, arredondado o total obtido.

para a unidade de milhar de cruzeiros imediatamente superior.

Parágrafo único. O novo valor do benefício revisto nos termos do artigo será devido a partir do mês seguinte ao da vigência desta lei, não cabendo pagamento de diferenças relativas ao período anterior.

Art. 27. A previdência social poderá recusar a entrada de requerimento de beneficiários, quando desacompanhado da documentação necessária, sendo, nesse caso, obrigatório o fornecimento de comprovante dessa ocorrência, para ressalva de direitos.

Art. 28. A designação do dependente previsto no artigo 11, item II, da Lei nº 3.807, na redação dada pelo artigo 3º deste Decreto-lei, independe de formalidade especial, podendo valer, para esse efeito, declaração verbal prestada perante a previdência social e anotada na carteira profissional.

Art. 29. O disposto no § 4º do artigo 23 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, na redação dada pelo artigo 5º deste Decreto-lei, aplica-se também às pensões concedidas antes de 5 de setembro de 1960, considerando-se, para esse efeito, o conjunto das cotas remanescentes, não cabendo, entretanto, pagamento de diferenças relativas a prestações já vencidas.

Art. 30. O disposto no § 4º do artigo 141 da Lei nº 3.807, na redação dada pelo artigo 25 deste Decreto-lei, aplica-se apenas aos imóveis construídos a partir da vigência deste.

Art. 31. O Ministério do Trabalho e Previdência Social submeterá, no prazo de (60) sessenta dias, projeto de consolidação das disposições legais alteradas por este Decreto-lei com o atual Regulamento Geral da Previdência Social, sem prejuízo da imediata vigência daquelas disposições.

Art. 32. Fica revogado o artigo 17 da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961.

Art. 33. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO-LEI Nº 67 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1966.

Dispõe sobre os bens e pessoal vinculados aos serviços de navegação e de reparos navais explorados pelo Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional e pela Companhia Nacional de Navegação Costeira — Autarquia Federal, extingue estas autarquias, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais "Costeira" S.A., e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do art. 31 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965,

Considerando que todos os estudos levados a efeito sobre as atividades das autarquias Lloyd Brasileiro — PN e Companhia Nacional de Navegação Costeira — Autarquia Federal tem recomendado que sejam atribuídos ao Lloyd Brasileiro os serviços de navegação a cargo da Companhia Nacional de Navegação Costeira e a estes os serviços de reparos navais desempenhados por aquela, como meio de alcançar uma considerável melhoria da qualidade dos serviços prestados e par duma sensível redução dos seus custos e do conseqüente saneamento financeiro das citadas empresas.

Considerando que a par desta separação de atividades assinalou-se a necessidade de dar nova forma jurídica às citadas empresas, de modo a dotá-las de flexibilidade operacional requerida pelas atividades de cunho econômico;

Considerando que a fase de implementação das medidas prévias a esta transformação, realizadas através de convênios entre as duas autarquias, já atingiu o seu objetivo;

Considerando a urgência em proceder a transformação, tendo em vista a conveniência de iniciar o novo exercício financeiro com as entidades já transformadas,

Resolve baixar o seguinte Decreto-Lei:

CAPÍTULO I

Art. 1º Serão extintas as autarquias Lloyd Brasileiro Patrimônio Nacional e Companhia Nacional de Navegação Costeira — Autarquia Federal, na data da respectiva Assembléia de constituição das empresas de que trata esta lei.

Art. 2º Os bens e direitos integrantes do patrimônio das duas autarquias a serem extintas em decorrência desta lei e os por elas administrados e que não forem incorporados ao patrimônio das novas sociedades no ato de sua constituição serão mantidos sob a gestão e guarda das respectivas sociedades até a sua incorporação aos ativos das mesmas, a qual se dará à medida que os mesmos forem arrolados e/ou tombados e avaliados economicamente, na forma da realização de capital subscrito pela União e/ou por realização de novas subscrições de capital.

§ 1º Para o arrolamento, tombamento e avaliação desses bens e direitos, as empresas respectivas adotarão as medidas administrativas pertinentes.

§ 2º A avaliação referida neste artigo deverá ser aprovada pelo Presidente da República.

Art. 3º O pessoal, de cada uma das autarquias a serem extintas em decorrência desta lei, regido pela Lei nº 1.711 e ao qual ficam garantidos todos os direitos, vantagens e prerrogativas que lhe são asseguradas por lei e sem perda da qualidade de servidores autárquicos, passará a integrar, na jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas, quadros e tabelas suplementares extintos, cujos cargos e funções isolados, assim como as classes ou padrões iniciais, quando de carreira, serão suprimidos à medida que vagarem. Depois de suprimidos todos os cargos de classe ou padrão inicial, começarão a ser suprimidos os da classe ou padrão imediatamente superiores, e assim sucessivamente, até integral supressão da carreira.

§ 1º Ficam extintas, a partir da constituição das sociedades previstas nesta lei, todos os cargos em comis-

são e funções gratificadas nos quadros e tabelas das duas entidades autárquicas objeto desta lei.

§ 2º Compete ao Ministro da Viação e Obras Públicas praticar todos os atos relativos ao pessoal autárquico de que trata este artigo.

Art. 4º Ao pessoal, em regime especial, das duas autarquias ora extintas, serão assegurados todos os direitos, prerrogativas e vantagens garantidos por lei, sem criação de qualquer vínculo com as novas empresas.

CAPÍTULO II

Da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro

Seção I

Da Constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro

Art. 5º Fica a União autorizada a constituir, na forma desta lei, uma sociedade por ações que se denominará Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

Art. 6º A C. N. L. B. terá sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, e por objeto a exploração do transporte marítimo.

Art. 7º O Presidente da República designará, por Decreto, o representante da União nos atos constitutivos da Sociedade.

§ 1º Os atos constitutivos serão precedidos de:

I — aprovação do Presidente da República ao projeto de organização dos serviços básicos da sociedade;

II — arrolamento, com as especificações de Balanço, dos bens e direitos que a União e outros órgãos Públicos destinarem à integralização de seu capital, sendo estes bens e direitos avaliados pelos seus valores de Balanço registrados a 30 de junho de 1966;

III — elaboração dos Estatutos e sua publicação prévia, para conhecimento geral.

§ 2º Os atos constitutivos compreenderão:

I — aprovação das avaliações dos bens e direitos arrolados para cons-

tituírem o capital da União, conforme os valores registrados nos balanços em 30 de junho de 1966; e

II — aprovação dos Estatutos.

Art. 8º A Sociedade será constituída em sessão pública no Ministério da Viação e Obras Públicas, cuja ata deverá conter os Estatutos aprovados, bem como o histórico e o resumo dos atos constitutivos, inclusive a avaliação dos bens e direitos convertidos em capital.

Parágrafo único. A constituição da Sociedade será aprovada por Decreto do Poder Executivo, sendo arquivada no Departamento Nacional de Registro de Comércio a respectiva ata, por cópia autêntica.

Art. 9º Nos Estatutos da Sociedade serão observadas, em tudo que lhes for aplicável, as normas da Lei das Sociedades Anônimas.

Parágrafo único. As reformas dos estatutos, que não impliquem em modificação desta Lei, ficam subordinadas à aprovação do Presidente da República expressa em Decreto.

Seção II

Do Capital da C.N.L.B.

Art. 10. O capital da Sociedade será constituído inicialmente pelo valor dos bens e direitos que a União, ou qualquer Órgão Público centralizado ou descentralizado, destinar à integralização de seu capital.

Parágrafo único. As correções monetárias, procedidas sobre os bens e direitos referidos neste artigo, serão isentas de impostos e taxas, e as diferenças a maior no valor dos referidos bens e direitos, resultantes das mesmas, serão utilizadas pela União Federal na realização do capital já subscrito ou em novas subscrições de capital.

Art. 11. As ações da Sociedade serão nominativas, ordinárias, com direito de voto, e preferenciais, sempre sem direito a voto inconvertíveis em ações ordinárias, podendo os aumentos de capital dividir-se, no todo ou em parte, em ações preferenciais para cuja emissão não prevalecerá a restrição do parágrafo único do art. 9º do Decreto-Lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Seção III

Das Acionistas da C.N.L.B.

Art. 12. A União e os Órgãos Públicos, referidos no art. 10, subcreverão a totalidade do capital inicial da Sociedade, que será expresso em ações ordinárias; a União também subcreverá em todo aumento de capital, ações ordinárias que lhe assegurem pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante.

§ 1º As transferências pela União, de ações do capital social, às pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou as subscrições do aumento de capital pelas mesmas, não poderão, em hipótese alguma, importar em reduzir a menos de 51% (cinquenta e um por cento), não só as ações, com direito a voto, de propriedade da União, como a participação desta na constituição do capital social.

§ 2º Será nula qualquer transferência ou subscrição de ações feita com infringência do § 1º deste artigo, podendo a nulidade ser pleiteada inclusive por terceiros, por meio de ação popular.

Art. 13. As transferências das ações da União serão feitas por valor não inferior ao nominal.

Art. 14. Terão preferência na ordem em que estão relacionados para a transferência das ações da União ou subscrição de novas ações:

a) o pessoal autárquico das empresas extintas no art. 1º da Lei, que passar a integrar o quadro de pessoal da Sociedade, sobre o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, como os demais empregados da Sociedade;

b) as pessoas jurídicas de direito público interno;

c) o Banco do Brasil e as Sociedades de Economia Mista que, por força de lei, estejam sobre o controle permanente do Poder Público;

d) as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado brasileiro.

Parágrafo único. Só poderão ser acionistas da CNLB as pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, de direito público ou privado.

Seção IV

Da Diretoria, do Conselho Fiscal e das Assembléias Gerais

Art. 15. A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração, sendo o Presidente do Conselho nomeado e demitido livremente pelo Presidente da República, por proposta do Ministro da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. Os demais membros do Conselho de Administração, e os membros do Conselho Fiscal, serão eleitos pela Assembléia-Geral de Acionistas e exercerão seus mandatos na forma regulada nos Estatutos Sociais.

Art. 16. A Assembléia-Geral de Acionistas terá as atribuições previstas no Decreto-Lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, e a União Federal far-se-á representar nessa Assembléia na forma estabelecida pela Legislação específica

Seção V

Dos favores e obrigações atribuídos à C.N.L.B.

Art. 17. Os atos de constituição da Sociedade, e de integralização do seu capital, serão isentos de impostos e taxas e quaisquer outros ônus fiscais compreendidos na competência da União.

Art. 18. Uma vez assegurada a distribuição de dividendo mínimo de 6% a todos os acionistas, poderão os empregados, inclusive os diretores da sociedade, participar de lucro líquido, na forma que fôr estipulada nos Estatutos Sociais, de acordo com a quota a ser fixada pela Assembléia-Geral.

Art. 19. A União Federal poderá incumbir à Sociedade a execução de serviços condizentes com a sua finalidade, para o que destinará recursos financeiros especiais.

Art. 20. A C.N.L.B. não fará transporte gratuito, salvo de seu pessoal, nos termos de seu regulamento e sempre a serviço da empresa.

Parágrafo único. Os transportes requisitados pelas Empresas ou órgãos de direito público só serão

atendidos mediante empenho prévio de verbas.

Art. 21. As relações entre a C.N.L.B. e a Comissão de Marinha Mercante serão as mesmas que as leis e regulamentos estabelecem para vigorar entre aquela Comissão e as Companhias de navegação de propriedade privada.

§ 1º Fica assegurada à C.N.L.B. o direito de representação no colegiado da C.M.M., sendo o Presidente da Sociedade membro nato daquela Comissão.

§ 2º Fica assegurada à C.N.L.B. a prioridade de registro de afretamento para o fim de ser estendido à mesma igual benefício de preferência que gozava o Lloyd Brasileiro.

§ 3º Fica assegurada à C.N.L.B. a prioridade para transporte de cargas de repartições públicas, autarquias, órgãos da administração descentralizada e sociedades de economia mista, a fim de ser estendido à mesma igual benefício de preferência que gozava o Lloyd Brasileiro — P.N.

CAPÍTULO III

Da Empresa de Reparos Navais "Costeira" S.A.

Seção I

Da Constituição da Empresa de Reparos Navais "Costeira" S.A.

Art. 22. Fica a União autorizada a constituir na forma desta Lei, uma sociedade por ações que se denominará Empresa de Reparos Navais "Costeira" S.A.

Art. 23. A E.R.N.C. terá sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, e por objeto a execução de serviços de reparação naval e atividades industriais correlatas.

Art. 24. O Presidente da República designará, por Decreto, o representante da União nos atos constitutivos da Sociedade.

§ 1º Os atos constitutivos serão precedidos pela:

I — Aprovação do Presidente da República ao projeto de organização dos serviços básicos da sociedade; e

II — Arrolamento, com as especificações de Balanço, dos bens e direitos que a União e outros Órgãos Públicos destinarem à integralização de seu capital, sendo estes bens e direitos avaliados pelos seus Valores de Balanço registrados a 30 de junho de 1966;

III — Elaboração dos Estatutos e sua publicação prévia, para conhecimento geral.

§ 2º Os atos constitutivos compreenderão a:

I — Aprovação das avaliações dos bens e direitos arrolados para constituir o capital da União, conforme os valores registrados no Balanço em 30 de junho de 1966; e

II — Aprovação dos Estatutos.

Art. 25. A Sociedade será constituída em sessão pública no Ministério da Viação e Obras Públicas, cuja ata deverá conter os Estatutos aprovados, bem como o histórico e o resumo dos atos constitutivos, inclusive da avaliação dos bens e direitos convertidos em capital.

Parágrafo único. A constituição da sociedade será aprovada por Decreto do Poder Executivo, sendo arquivada no Departamento Nacional de Registro de Comércio, a respectiva ata, por cópia autêntica.

Art. 26. Nos Estatutos da Sociedade serão observadas, em tudo que lhes for aplicável, as normas da Lei das Sociedades Anônimas.

Parágrafo único. As reformas dos estatutos, que não impliquem em modificação desta lei, ficam subordinadas à aprovação do Presidente da República, expressa em decreto.

Seção II

Do Capital da E.R.N.C.

Art. 27. O capital da Sociedade será constituído inicialmente pelo valor dos bens e direitos que a União, ou qualquer Órgão Público centralizado ou descentralizado, destinar à integralização de seu capital.

Parágrafo único. As correções monetárias, procedidas sobre os bens e direitos referidos neste artigo, serão isentas de impostos e taxas, e as diferenças a maior no valor dos refe-

ridos bens e direitos, resultantes das mesmas, serão utilizadas pela União Federal na realização do capital já subscrito ou em novas subscrições de capital.

Art. 28. As ações da Sociedade serão nominativas, ordinárias, com direito de voto, e preferenciais sempre sem direito a voto e inconvertíveis em ações ordinárias, podendo os aumentos de capital dividir-se, no todo ou em parte, em ações preferenciais para cuja emissão não prevalecerá a restrição do parágrafo único do artigo 9º do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Seção III

Das acionistas da E.R.N.C.

Art. 29. A União e os Órgãos Públicos referidos no art. 27 subscreverão a totalidade do capital inicial da Sociedade, que será expresso em ações ordinárias; a União também subscreverá, em todo aumento de capital, ações ordinárias que lhe assegurem pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante.

§ 1º As transferências pela União, de ações do capital social, às pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou as subscrições de aumento de capital pelas mesmas, não poderão, em hipótese alguma, importar ou reduzir a menos de 51% (cinquenta e um por cento), não só as ações com direito a voto, de propriedade da União, como a participação desta na constituição do capital social.

§ 2º Será nula qualquer transferência ou subscrição de ações feita com infringência do § 1º deste artigo, podendo a nulidade ser pleiteada inclusive por terceiros, por meio de ação popular.

Art. 30. As transferências das ações da União serão feitas por valor não inferior ao nominal.

Art. 31. Terão preferência na ordem em que estão relacionados para a transferência das ações da União ou subscrição de novas ações:

a) o pessoal autárquico das empresas extintas no art. 1º desta lei, que passar a integrar quadro de pessoal da Sociedade, sob o regime da

Consolidação das Leis do Trabalho, bem como os demais empregados da Sociedade;

b) as pessoas jurídicas de direito público, interno;

c) o Banco do Brasil e as sociedades de economia mista que, por força d'elei, estejam sob o controle permanente do Poder Público;

d) as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado brasileiro.

Seção IV

Da Diretoria, do Conselho Fiscal e das Assembléias-Gerais

Art. 32. A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração, sendo o Presidente do Conselho nomeado e demitido livremente pelo Presidente da República, por proposta do Ministro da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. Os demais membros do Conselho de Administração, e os membros do Conselho Fiscal, serão eleitos pela Assembléia-Geral de Acionistas e exercerão seus mandatos na forma regulada nos Estatutos Sociais.

Art. 33. A Assembléia-Geral de Acionistas terá as atribuições previstas no Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, e a União Federal far-se-á representar nessa Assembléia na forma estabelecida pela Legislação específica.

Seção V

Dos favores e obrigações atribuídos à E.R.N.C.

Art. 34. Os atos de constituição da Sociedade, e a integralização de seu Capital, serão isentos de impostos e taxas e quaisquer outros ônus fiscais compreendidos na competência da União.

Art. 35. Uma vez assegurada a distribuição de dividendos mínimo de 6% a os acionistas, poderão os empregados, inclusive os diretores da Sociedade, participar do lucro líquido, na forma que fôr estipulada nos Estatutos Sociais e de acordo com a quota a ser fixada pela Assembléia-Geral.

Art. 36. A União Federal poderá incumbir à Sociedade a execução de serviços condizentes com a sua finalidade, para o que destinará recursos financeiros especiais.

Parágrafo único. Fica assegurada à E.R.N.C. a prioridade dos reparos a serem efetuados em navios de autarquias, órgãos da administração descentralizada, sociedades de economia mista e demais sociedades onde a União tenha maioria de ações.

Art. 37. A E.R.N.C. não fará serviços gratuitos, e aqueles contratados pelas empresas ou órgãos de direito público só serão executados mediante empenho prévio de verbas.

Art. 38. As relações entre a E.R.N.C. e a Comissão de Marinha Mercante serão as mesmas que as leis e regulamentos estabelecem para vigorar entre aquela Comissão e as empresas de propriedade privada.

CAPÍTULO IV

Disposições Gerais

Art. 39. Entre os bens e direitos a serem incorporados a C.N.L.B., se incluirá o uso e administração do imóvel constituído pelo cais acostável e terreno sito entre a Rua do Rosário, Av. Perimetral, Rua Visconde de Itaboraí e o Serviço de Rembolsável do Ministério da Marinha, com as respectivas benfeitorias, inclusive armazéns.

Art. 40. Os atos constitutivos da Sociedade e as realizações de capital subscrito pela União com bens e direitos na forma desta lei, serão o próprio instrumento de transferência de domínio e posse, e de propriedade, produzindo todos os efeitos de direito, inclusive perante o Registro Geral de Imóveis, o Tribunal Marítimo, e a Capitania dos Portos.

Parágrafo único. Não se aplica às Sociedades a que se refere esta lei o item 1º do Art. 38 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art. 41. A critério do Conselho de Administração das Sociedades ora autorizadas a constituir, e com a concordância do servidor, poderão ser aproveitados no quadro da Sociedade, os servidores de que tratam os artigos 3º e 4º desta lei.

§ 1º No caso dêsse aproveitamento, perderá o interessado a condição de servidor autárquico, passando a ser regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º Com a mudança de regime jurídico ficam assegurados ao novo empregado, tão-somente, os direitos à estabilidade, se já estável, e o tempo de serviço prestado à autarquia exclusivamente para os efeitos de aposentadoria.

Art. 42. A critério do Conselho de Administração das Sociedades ora autorizadas a constituir, os servidores de que tratam os artigos 3º e 4º, poderão ser cedidos às mesmas empresas sem que percam a qualidade de servidores autárquicos.

§ 1º A cessão será outorgada por ato do Ministro da Viação e Obras Públicas, correndo por conta da empresa, à qual o servidor é cedido, os ônus pelo pagamento da respectiva remuneração.

§ 2º Enquanto perdurar a cessão prevista neste artigo o servidor só perceberá a remuneração estabelecida para o empregado regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da mesma categoria para a qual foi designado o servidor.

§ 3º Durante o período da cessão objeto deste artigo, fica assegurado ao servidor o direito às promoções no quadro a que se refere a parte final do art. 3º desta lei.

Art. 43. As empresas autorizadas a constituir por esta lei providenciária correspondente, conforme cada caso, o levantamento da quantia necessária para que fique assegurada a aposentadoria aos servidores de que tratam os artigos 3º e 4º desta Lei e que passarem a integrar o quadro daquelas Empresas.

§ 1º Para os fins previstos neste artigo, a Instituição de Previdência debitará a respectiva importância à União, sendo concedidas as aposentadorias, independentemente de ser incluída no Orçamento da União a verba correspondente.

§ 2º Se, com a admissão do empregado na nova empresa, houver passagem de uma Instituição de Previdência para outra, esta será feita independente de transferências de contribuições realizadas e sem perda de quaisquer direitos.

Art. 44. O pessoal de que tratam os artigos 3º e 4º desta lei, e que não fôr enquadrado no art. 41, continuará sob o regime de servidor autárquico e terá a sua aposentadoria concedida pelo Tesouro Nacional, permanecendo os demais direitos a serem concedidos pela Instituição de Previdência respectiva, para a qual continuará a contribuir na mesma forma atualmente em vigor.

§ 1º O pessoal já aposentado pelas autarquias ora extintas passará a ter a respectiva aposentadoria paga pelo Tesouro Nacional.

§ 2º Para fazer face, nos exercícios de 1966 e 1967, às despesas com a aposentadoria de que trata este artigo, serão transferidas ao Tesouro Nacional as parcelas que, da atual subvenção da União às aludidas autarquias, correspondem às mesmas aposentadorias.

Art. 45. Das dotações consignadas no orçamento da União dos exercícios de 1966 e 1967 e destinadas a subvenções econômicas da Comissão de Marinha Mercante, Cr\$ 20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros) serão entregues à Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e Cr\$ 20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros) à Empresa de Reparos Navais "Costeira" S. A., na medida das necessidades das mesmas, para atender às despesas resultantes da constituição das empresas e à situação deficitária destas.

Parágrafo único. Na hipótese dessas dotações serem superiores aos déficits verificados, os saldos serão incorporados ao capital de movimento ou aplicados em novas inversões, com os correspondentes aumentos de capital.

Art. 46. Dentro de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta lei, deverá ser apresentado ao M.V.O.P. pela E.R.N.C. um plano global de reequipamento dos Estaleiros e um plano financeiro consignando as importâncias necessárias.

Art. 47. Os bens de que trata o art. 2º desta lei que não vierem a integralizar o capital das duas Sociedades ora autorizadas constituir, terão destino que lhes fôr dado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, após constituição das aludidas Sociedades.

§ 1º Se se tratar de bens imóveis, serão transferidos ao patrimônio da União;

§ 2º Se se tratar de bens móveis, de navios ou embarcações, a critério do Ministério da Viação e Obras Públicas, e atendidas às disposições legais e regulamentares, poderão ser transferidos para outro órgão, centralizado ou descentralizado, vinculado ou subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas ou alienados.

Art. 48. O Ministro da Viação e Obras Públicas, em Portaria e por proposta do Conselho de Administração da C.N.L.B. e da E.R.N.C., estabelecerá a responsabilidade de cada empresa pelo pagamento dos encargos, salvo o relativo a pessoal, existentes por ocasião da constituição das duas novas empresas e que até aquele momento seriam de responsabilidade das duas autarquias a serem extintas.

Art. 49. Aplica-se ao pessoal que permanecer na condição de servidor autárquico o art. 6º do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966.

Art. 50. Os compromissos já assumidos pelas autarquias não obrigarão as novas Sociedades, cabendo ao Ministério da Viação e Obras Públicas, se necessário, adotar as providências cabíveis para cumprimento das obrigações daqueles resultantes.

Art. 51. Aos empregados das duas Sociedades de que trata esta lei, aplicar-se-ão os preceitos da legislação do trabalho nas suas relações com as Sociedades mencionadas.

Art. 52. Ficam aprovados os convênios assinados, até a presente data, entre as duas autarquias a serem extintas, para que produzam efeitos até a constituição das novas Sociedades.

Art. 53. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Eduardo Lopes Rodrigues
Juarez Távora
L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO-LEI Nº 68 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966

Estende ao financiamento de programas concernentes à habitação, colonização, pecuária, integração e desenvolvimento urbano e regional e programas de alcance social a autorização para o Poder Executivo contratar créditos obtidos no exterior, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 31 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e o art. 2º do Ato Complementar nº 23, de 20 de outubro de 1966, e

Considerando que a Lei nº 1.518, de 24 de setembro de 1951, autoriza o Poder Executivo a contratar créditos ou dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior para o financiamento de programas de reaparelhamento de portos, sistemas de transportes, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias básicas e agricultura;

Considerando que a Lei nº 4.457, de 6 de novembro de 1964, ampliou a autorização concedida na lei anterior, estendendo-a ao financiamento de programas de educação, saúde pública, saneamento urbano e rural, comunicações, pesca, amparo à média e pequena indústria;

Considerando a conveniência e a oportunidade de se estender aquela autorização ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico que não tenham sido expressamente referidos naqueles diplomas legais;

Considerando que é de entender incluídas na autorização concedida pelas mencionadas leis, tendo em vista as operações financeiras destinadas a custear despesas de pré-inversão;

Considerando que, ante os elevados custos concernentes à realização de estudos e à elaboração de projetos, entendimento em contrário frustraria o próprio objetivo visado pelo legislador, eis que inúmeros empreendimentos não poderiam realmente ser executados;

Considerando que a autorização para a prática de determinado ato abrange, necessariamente, os atos indispensáveis à sua concretização, decreta:

Art. 1º Fica estendida ao financiamento de programas concernentes à habitação, colonização, pecuária, integração e desenvolvimento urbano e regional e programas de alcance social, a autorização concedida pelas Leis ns. 1.518, de 24 de dezembro de 1951 e 4.457, de 6 de novembro de 1964, para que o Poder Executivo contrate créditos obtidos no exterior.

Parágrafo único. Aplica-se às operações de financiamento dos programas mencionados neste artigo, o disposto nos arts. 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.457, de 6 de novembro de 1964, e na Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966.

Art. 2º Compreender-se-ão as operações financeiras destinadas a custear despesas de pré-investimento dos programas ali referidos, assim entendido o financiamento dos respectivos estudos, pesquisas e projetos, nas autorizações concedidas pelas Leis ns. 1.518, de 24 de dezembro de 1951, e 4.457, de 6 de novembro de 1964, e pelo art. 1º deste decreto-lei.

Art. 3º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Eduardo Lopes Rodrigues

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 69 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1966

Complementa as Leis nº 4.415, de 24 de setembro de 1964, e nº 3.917, de 14 de julho de 1961, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 31, do Ato

Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º Os Anexos I e II da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, ficam alterados na forma dos Anexos I e II do presente Decreto-lei.

Art. 2º Os cargos das carreiras específicas do Ministério das Relações Exteriores, que integram seu Quadro de Pessoal, compõem o Serviço Exterior Brasileiro — SEB.

§ 1º Em decorrência do disposto neste artigo, os atuais cargos de Criptólogo, níveis 14 e 16, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, passam para a Parte Suplementar do mesmo Quadro de Pessoal com a denominação de Assistente de Chancelaria.

§ 2º Os cargos de Criptólogo, nível 18, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, são incluídos na carreira de Oficial de Chancelaria do mesmo Quadro de Pessoal.

§ 3º Os ocupantes dos cargos de Assistente de Chancelaria, nível 18-B, terão acesso à classe inicial da carreira de Oficial de Chancelaria.

Art. 3º Na regulamentação do presente Decreto-lei, adotar-se-ão as normas disciplinadoras das atribuições próprias dos ocupantes dos cargos de Oficial de Chancelaria, que se preservarão tão amplas e diversificadas quanto necessário ao desempenho integrado do serviço exterior.

Parágrafo único. As especificações regulamentares previstas neste artigo terão em vista, primordialmente, estabelecer o desempenho prioritário de atribuições na Secretaria de Estado das Relações Exteriores e, dentre estas, as relacionadas com os serviços de caráter especial.

Art. 4º O regime de tempo integral e dedicação exclusiva poderá ser aplicado, em caráter obrigatório, a juízo da Administração, aos ocupantes dos cargos de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, quando em exercício na Secretaria do Estado, observadas as normas da legislação em vigor.

Art. 5º O ocupante de cargo da carreira de Diplomata, temporária-

mente afastado de suas funções, nos casos previstos no artigo seguinte, será considerado agregado.

Art. 6º São motivos de agregação, para os efeitos do presente Decreto-lei:

a) licença para trato de interesses particulares por prazo superior a seis meses;

b) licença para tratamento de saúde por prazo superior a seis meses, salvo quando se tratar de acidente em serviço ou doença profissional;

c) licença para tratamento de saúde de pessoa da família por prazo superior a seis meses;

d) licença para serviço militar por prazo superior a seis meses;

e) desempenho de cargo, função ou encargo em outros órgãos da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, excetuados os do Gabinete Civil da Presidência da República;

f) exercício de cargo ou comissão de organismo internacional;

g) desempenho de mandato eletivo;

h) afastamento do exercício do cargo para acompanhar o cônjuge, funcionário da carreira de Diplomata, removido para posto no exterior.

Art. 7º A agregação é decretada pelo Presidente da República e abre vaga na classe a que pertença o Diplomata agregado.

Art. 8º O Diplomata contará, para todos os efeitos, o tempo de serviço que passar agregado, salvo nos casos das alíneas a, b e c do art. 6º.

Art. 9º O Diplomata agregado só poderá ser promovido por merecimento nos casos das alíneas d; e, quando se tratar do desempenho de cargo, função ou encargo de imediata confiança do Presidente da República; e f, sempre que ocorrer a hipótese de comissão de organismo internacional, todas do art. 6º.

Art. 10. Enquanto durar a agregação prevista na alínea h do artigo 6º, não terá o ocupante do cargo da carreira de Diplomata direito a retribuição, contagem de tempo de serviço, nem promoção.

Art. 11. Mediante proposta do Ministro de Estado das Relações Exteriores, poderá o Presidente da Repú-

blica, a qualquer tempo, ordenar que o Diplomata agregado reassuma suas funções, salvo nos casos das alíneas b, c, g e h do art. 6º.

Art. 12. Cessado o motivo da agregação, o Diplomata reassumirá o exercício de seu cargo, passando a ocupar, na respectiva classe, o lugar que lhe competir por ordem de antiguidade.

§ 1º Se, ao terminar a agregação, estiverem preenchidos todos os cargos da classe a que pertence, o Diplomata, até que ocorra a primeira vaga a ser provida por merecimento, figurará como agregado à própria classe, no lugar que lhe corresponda, sem número, com a abreviatura "Ag" e anotações esclarecedoras de sua situação.

§ 2º Caso não se encontre o Diplomata, por motivo justificado, ao cessar a agregação, no local onde exerce suas atividades, serão assegurados, para efeitos de apresentação, os prazos previstos na legislação em vigor.

Art. 13. O funcionário público para se afastar de suas funções para acompanhar o cônjuge, ocupante de cargo da carreira de Diplomata, removido para posto no exterior, entrará em licença extraordinária, sem direito a vencimentos, contagem de tempo de serviço e promoção.

Parágrafo único. A licença extraordinária de que trata este artigo se estenderá pelo prazo em que o funcionário público estiver no exterior acompanhando o cônjuge.

Art. 14. Na carreira de Diplomata, as promoções por merecimento às vagas criadas pelo presente Decreto-lei e as que se verificarem no trimestre, inclusive as originadas de decreto de agregação, concorrerão os funcionários integrantes do Quadro de Acesso que a Comissão de Promoções organizará, no prazo de dez dias a contar do início da vigência deste Decreto-lei, observadas as seguintes normas:

a) a escolha dos nomes só poderá recair sobre os funcionários que atendam os requisitos do art. 37 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, dos arts. 2º e 3º da Lei 4.415, de 24 de setembro de 1964, e da regulamentação desses dispositivos;

b) nas promoções à classe final se aplicará, em qualquer caso, o disposto no art. 26 do Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata, aprovado pelo Decreto nº 55.312, de 31 de dezembro de 1964.

Parágrafo único. As promoções por merecimento às demais vagas decorrentes do presente Decreto-lei correrão os funcionários integrantes do Quadro de Acesso, para 1967, a ser organizado posteriormente, de acordo, também, com as normas estabelecidas neste artigo.

Art. 15. Além das disposições legais e regulamentares referidas no artigo anterior, as promoções, por merecimento, na carreira de Diplomata, obedecerão também às seguintes normas:

I — Para as promoções a Primeiro-Secretário, haver o Diplomata servido pelo prazo mínimo de dois anos num posto da América Latina, ou da África, ou da Ásia ou da Oceania;

II — Para as promoções a Ministro de Segunda Classe, haver o Diplomata servido pelo prazo mínimo de quatro anos em posto ou postos das áreas geográficas mencionadas no item I, incluídos neste prazo, se for o caso, os dois anos exigidos no mesmo item.

Parágrafo único. O disposto nos itens I e II deste artigo não se aplicará aos atuais ocupantes de cargo de Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário, respectivamente.

Art. 16. Os funcionários do Ministério das Relações Exteriores só poderão gozar férias ordinárias após seis meses de efetivo exercício no posto.

Art. 17. Quando lotados em postos de condições locais peculiares aos funcionários do Ministério das Relações Exteriores será concedida permissão, anual ou bienal, para vir ao Brasil por trinta dias, de conformidade com a regulamentação do presente Decreto-lei.

§ 1º O funcionário que solicitar a permissão de que trata este artigo receberá auxílio para transporte, para si e seus dependentes, e não fará jus ao gozo de férias ordinárias no respectivo exercício.

§ 2º Os critérios que definem um posto como enquadrado nas condições referidas neste artigo dependem de aprovação do Presidente da República.

Art. 18. O parágrafo único do artigo 19 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único. O Chefe da Seção de Segurança Nacional será indicado pelo Ministro de Estado e designado pelo Presidente da República, dentre os Ministros de Primeira e Segunda Classe.”

Art. 19. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Os anexos a que se refere o art. 1º foram publicados no D. O. de 22 de novembro de 1965.

DECRETO-LEI Nº 70 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966

Autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências.

O Presidente da República, com base no disposto pelo artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e tendo em vista o Ato Complementar nº 23, de 20 de outubro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Das Associações de Poupança e Empréstimo

Art. 1º Dentro das normas gerais que forem estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, poderão ser autorizadas a funcionar, nos termos deste decreto-lei, associações de poupança e empréstimo, que se constitui-

rão obrigatoriamente sob a forma de sociedades civis, de âmbito regional restrito, tendo por objetivos fundamentais:

I — propiciar ou facilitar a aquisição de casa própria aos associados;

II — captar, incentivar e disseminar a poupança.

§ 1º As associações de poupança e empréstimo estarão compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação no item IV do artigo 8º da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, e legislação complementar, com todos os encargos e vantagens decorrentes.

§ 2º As associações de poupança e empréstimo e seus administradores ficam subordinados aos mesmos preceitos e normas atinentes às instituições financeiras, estabelecidos no capítulo V da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 2º São características essenciais das associações de poupança e empréstimo:

I — a formação de vínculo societário, para todos os efeitos legais, através de depósitos em dinheiro efetuados por pessoas físicas interessadas em delas participar;

II — a distribuição aos associados, como dividendos, da totalidade dos resultados líquidos operacionais, uma vez deduzidas as importâncias destinadas à constituição dos fundos de reserva e de emergência e a participação da administração nos resultados das associações.

Art. 3º E' assegurado aos Associados:

I — retirar ou movimentar seus depósitos, observadas as condições regulamentares;

II — tomar parte nas assembleias gerais, com plena autonomia deliberativa, em todos os assuntos da competência delas;

III — votar e ser votado.

Art. 4º Para o exercício de seus direitos societários, cada associado terá pelo menos um voto, qualquer que seja o volume de seus depósitos na Associação, e terá tantos votos quantos "Unidades-Padrão de Capital do Banco Nacional da Habitação" se contenham no respectivo depósito, nos termos do artigo 52 e seus parágrafos

da Lei nº 4.380, de 21-8-64, e artigo 9º e seus parágrafos deste decreto-lei.

§ 1º Quando o associado dispuser de mais de um voto, a soma respectiva será apurada na forma prevista neste artigo, sendo desprezadas as frações inferiores a uma "Unidade-Padrão de Capital".

§ 2º Poderá ser limitado, como norma geral, variável de região a região, o número máximo de votos correspondentes a cada depósito ou a cada depositante.

Art. 5º Será obrigatório, como despesa operacional das associações de poupança e empréstimo, o pagamento de prêmio para seguro dos depósitos.

Art. 6º O Banco Nacional da Habitação poderá determinar, deliberando inclusive quanto à maneira de fazê-lo, a reorganização, incorporação, fusão ou liquidação de associações de poupança e empréstimo, bem como intervir nas mesmas, através de interventor ou interventores especialmente nomeados, independentemente das respectivas assembleias - gerais sempre que verificada uma ou mais das seguintes hipóteses:

a) insolvência;

b) violação das leis ou dos regulamentos;

c) negativa em exibir papéis e documentos ou tentativa de impedir inspeções;

d) realização de operações inseguras ou antieconômicas;

e) operação em regime de perda.

Art. 7º As Associações de poupança e empréstimo são isentas de imposto de renda; são também isentas de imposto de renda as correções monetárias que vierem a pagar a seus depositantes.

Art. 8º Aplicam-se às associações de poupança e empréstimo, no que este decreto-lei não contrariar, os artigos 1.363 e seguintes do Código Civil ou legislação substitutiva ou modificativa deles.

CAPÍTULO II

Da Cédula Hipotecária

Art. 9º Os contratos de empréstimo com garantia hipotecária, com exceção das que consubstanciam opera-

ções de crédito rural, poderão prever o reajustamento das respectivas prestações de amortização e juros com a consequente correção monetária da dívida.

§ 1º Nas hipotecas não vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação, a correção monetária da dívida obedecerá ao que for disposto para o Sistema Financeiro da Habitação.

§ 2º A menção a Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional nas operações mencionadas no § 2º do artigo 1º do Decreto-lei nº 19, de 30 de agosto de 1966, e neste decreto-lei entende-se como equivalente a menção de Unidades-padrão de Capital do Banco Nacional da Habitação e o valor destas será sempre corrigido monetariamente durante a vigência do contrato, segundo os critérios do art. 7º, § 1º, da Lei nº 4.357-64.

§ 3º A cláusula de correção monetária utilizável nas operações do Sistema Financeiro da Habitação poderá ser aplicada em todas as operações mencionadas no § 2º do art. 1º do Decreto-lei nº 19, de 30.8.66, que vierem a ser pactuadas por pessoas não integrantes daquele Sistema, desde que os atos jurídicos se refiram a operações imobiliárias.

Art. 10. É instituída a cédula hipotecária para hipotecas inscritas no Registro Geral de Imóveis, como instrumento hábil para a representação dos respectivos créditos hipotecários, a qual poderá ser emitida pelo credor hipotecário nos casos de:

I — operações compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação;

II — hipotecas de que sejam credores instituições financeiras em geral, e companhias de seguro;

III — hipotecas entre outras partes, desde que a cédula hipotecária seja originariamente emitida em favor das pessoas jurídicas a que se refere o inciso II supra.

§ 1º A cédula hipotecária poderá ser integral, quando representar a totalidade do crédito hipotecário, ou fracionária, quando representar parte dele, entendido que a soma do principal das cédulas hipotecárias fracionárias emitidas sobre uma determinada hipoteca e ainda em circulação não poderá exceder, em hipótese al-

guma, o valor total do respectivo crédito hipotecário em nenhum momento.

§ 2º Para os efeitos do valor total mencionado no parágrafo anterior, admite-se o cômputo das correções efetivamente realizadas, na forma do artigo 5º, do valor monetário da dívida envolvida.

§ 3º As cédulas hipotecárias fracionárias poderão ser emitidas em conjunto ou isoladamente a critério do credor, a qualquer momento antes do vencimento da correspondente dívida hipotecária.

Art. 11. É admitida a emissão de cédula hipotecária sobre segunda hipoteca, desde que tal circunstância seja expressamente declarada com evidência, no seu anverso.

Art. 12. O valor nominal de cada cédula hipotecária vinculada ao Sistema Financeiro da Habitação poderá ser expresso pela sua equivalência em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ou Unidades-padrão de Capital do Banco Nacional da Habitação e representado pelo quociente da divisão do valor inicial da dívida ou da prestação, prestações ou frações de prestações de amortizações e juros da dívida originária pelo valor corrigido de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional ou Unidade-padrão de Capital do Banco Nacional da Habitação no trimestre de constituição da dívida.

§ 1º O valor real ou o valor corrigido de cada cédula hipotecária corresponderá ao produto de seu valor nominal, definido neste artigo, pelo valor corrigido de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional ou Unidade-padrão de Capital do Banco Nacional da Habitação no momento da apuração desse valor real.

§ 2º O valor nominal discriminará, na forma deste artigo, a parcela de amortização de capital e a parcela de juros representados pela cédula hipotecária, bem como o prêmio mensais dos seguros obrigatórios estipulados pelo Banco Nacional da Habitação.

Art. 13. A cédula hipotecária só poderá ser lançada à circulação depois de averbada à margem da inscrição da hipoteca a que disser respeito, no Registro-Geral de Imóveis, observando-se para essa averbação o

disposto na legislação e regulamentação dos serviços concernentes aos registros públicos, no que couber.

Parágrafo único. Cada cédula hipotecária averbada será autenticada pelo Oficial do Registro-Geral de Imóveis competente, com indicação de seu número, série e data, bem como do livro, folhas e a data da inscrição da hipoteca a que corresponder a emissão e a margem da qual for averbada.

Art. 14. Não será permitida a averbação de cédula hipotecária, quando haja pré-notação, inscrição ou averbação de qualquer outro ônus real, ação, penhora ou procedimento judicial que afetem o imóvel, direta ou indiretamente, ou de cédula hipotecária anterior, salvo nos casos dos artigos 10, § 1º, e 11.

Art. 15. A cédula hipotecária conterá obrigatoriamente:

I — No anverso:

a) nome, qualificação e endereço do emitente, e do devedor;

b) número e série da cédula hipotecária, com indicação da parcela ou totalidade do crédito que representa;

c) número, data, livro e folhas do Registro-Geral de Imóveis em que foi inscrita a hipoteca e averbada a cédula hipotecária;

d) individualização do imóvel dado em garantia;

e) o valor da cédula, como previsto nos artigos 10 e 12, os juros convencionados e a multa estipulada para o caso de inadimplemento;

f) o número de ordem da prestação a que corresponder a cédula hipotecária, quando houver;

g) a data do vencimento da cédula hipotecária ou, quando representativa de várias prestações, os seus vencimentos de amortização e juros;

h) a autenticação feita pelo oficial do Registro-Geral de Imóveis;

i) a data da emissão, e as assinaturas do emitente, com a promessa de pagamento do devedor;

j) o lugar de pagamento do principal, juros, seguros e taxa.

II — No verso, a menção ou locais apropriados para o lançamento dos seguintes elementos:

a) data ou datas de transferência por endosso;

b) nome, assinatura e endereço do endossante;

c) nome, qualificação, endereço e assinatura do endossatário;

d) as condições do endosso;

e) a designação do agente receptor e sua comissão.

Parágrafo único. A cédula hipotecária vinculada ao Sistema Financeiro da Habitação deverá conter ainda, no verso, a indicação dos seguros obrigatórios, estipulados pelo Banco Nacional de Habitação.

Art. 16. A cédula hipotecária é sempre nominativa, e de emissão do credor da hipoteca a que disser respeito, podendo ser transferida por endosso em prelo lançado no seu verso, na forma do artigo 15, II, aplicando-se à espécie, no que este decreto-lei não contrarie, os artigos 1.065 e seguintes do Código Civil.

Parágrafo único. Emitida a cédula hipotecária, passa a hipoteca sobre a qual incidir e fazer parte integrante dela, acompanhando-a nos endossos subsequentes, sub-rogando-se automaticamente o favorecido ou o endossatário em todos os direitos creditícios respectivos, que serão exercidos pelo último deles, titular pelo endosso em prelo.

Art. 17. Na emissão e no endosso da cédula hipotecária, o emitente e o endossante permanecem solidariamente responsáveis pela boa liquidação do crédito, a menos que avisem o devedor hipotecário e o segurador, quando houver, de cada emissão ou endosso, até 30 (trinta) dias após sua realização através de carta (do emitente ou do endossante, conforme o caso), entregue mediante recibo ou enviada pelo Registro de Títulos e Documentos, ou ainda por meio de notificação judicial, indicando-se, na carta ou na notificação, o nome, a qualificação e o endereço completo do beneficiário (se se tratar de emissão) ou do endossatário (se se tratar de endosso).

§ 1º O Conselho Monetário Nacional fixará as condições em que as companhias de seguro e as instituições financeiras poderão realizar endossos de cédulas hipotecárias, permanecendo solidariamente responsáveis por sua boa liquidação, inclusive despesas judiciais, hipótese em que deverão indicar na própria cédula, obrigatoriamente, o custo de tais serviços.

§ 2º Na emissão e no endosso da cédula hipotecária é dispensável a outorga uxória.

Art. 18. A liquidação total ou parcial da hipoteca sobre a qual haja sido emitida cédula hipotecária prova-se pela restituição da mesma cédula hipotecária, quitada, ao devedor, ou, na falta dela, por outros meios admitidos em lei.

Parágrafo único. O emitente, endossante, ou endossatário de cédula hipotecária que receber seu pagamento sem restituí-la ao devedor, permanece responsável por todas as consequências de sua permanência em circulação.

Art. 19. Nenhuma cédula hipotecária poderá ter prazo de resgate diferente do prazo da dívida hipotecária a que disser respeito, cujo vencimento antecipado, por qualquer motivo, acarretará automaticamente o vencimento, idênticamente antecipado, de todas as cédulas hipotecárias que sobre ela houverem sido emitidos.

Art. 20. E' a cédula hipotecária resgatável antecipadamente, desde que o devedor efetue o pagamento correspondente ao seu valor, corrigido monetariamente até a data da liquidação antecipada; se o credor recusar infundadamente o recebimento, poderá o devedor consignar judicialmente as importâncias devidas, cabendo ao Juízo determinar a expedição de comunicação ao Registro Geral de Imóveis para o cancelamento da correspondente averbação ou da inscrição hipotecária, quando se trate de liquidação integral desta.

Art. 21. E' vedada a emissão de cédulas hipotecárias sobre hipotecas cujos contratos não prevejam a obrigação do devedor de:

I — conservar o imóvel hipotecado em condições normais de uso;

II — pagar nas épocas próprias todos os impostos, taxas, multas ou quaisquer outras obrigações fiscais que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel;

III — manter o imóvel segurado por quantia no mínimo correspondente ao do seu valor monetário corrigido.

Parágrafo único. O Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação poderá determinar a adoção de instrumentos-padrão, cujos

térmos fixará, para as hipotecas do Sistema Financeiro da Habitação.

Art. 22. As instituições financeiras em geral e as companhias de seguro poderão adquirir cédulas hipotecárias ou recebê-las em caução, nas condições que o Conselho Monetário Nacional estabelecer.

Art. 23. Na hipótese de penhora, arresto, sequestro ou outra medida judicial que venha a recair em imóvel objeto de hipoteca sobre a qual haja sido emitida cédula hipotecária, fica o devedor obrigado a denunciar ao juízo da ação ou execução a existência do fato, comunicando-o incontinenti aos oficiais incumbidos da diligência, sob pena de responder pelos prejuízos que de sua omissão advierem para o credor.

Art. 24. O cancelamento da averbação da cédula hipotecária e da inscrição da hipoteca respectiva, quando se trate de liquidação integral desta, far-se-ão:

I — à vista das cédulas hipotecárias devidamente quitadas, exibidas pelo devedor ao Oficial do Registro Geral de Imóveis;

II — nos casos dos artigos 18 e 20, *in fine*;

III — por sentença judicial transitada em julgado.

Parágrafo único. Se o devedor não possuir a cédula hipotecária quitada, poderá suprir a falta com a apresentação de declaração de quitação do emitente ou endossante em documento à parte.

Art. 25. E' proibida a emissão de cédulas hipotecárias sobre hipotecas convencionadas anteriormente à vigência deste decreto-lei, salvo novo acordo entre credor e devedor, ou quando tenha sido prevista a correção monetária nos termos dos artigos 9 e 11.

Art. 26. Todos os atos previstos neste decreto-lei, poderão ser feitos por instrumento particular, aplicando-se ao seu extravio, no que couber, o disposto no Título VII, do Livro IV, do Código de Processo Civil.

Art. 27. A emissão ou o endosso de cédula hipotecária com infringência deste decreto-lei, constitui, para o emitente ou o endossante, crime de estelionato, sujeitando-o às sanções do artigo 171 do Código Penal.

Art. 28. Ficam isentos do imposto de operações financeiras os atos jurídicos e os instrumentos mencionados neste Capítulo, bem como todas as operações passivas de entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação; não estarão sujeitos, outrossim, no imposto de renda;

I — durante o exercício financeiro de 1967, os juros das operações previstas no mesmo Capítulo, quando vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação;

II — a correção monetária dessas operações, em todos os casos;

CAPÍTULO III

Art. 29. As hipotecas a que se referem os artigos 9º e 10 e seus incisos, quando não pagas no vencimento, poderão, à escolha do credor, ser objeto de execução na forma do Código de Processo Civil (artigos 298 e 301) ou deste decreto-lei (artigos 31 a 33).

Parágrafo único. A falta de pagamento do principal, no todo ou em parte, ou de qualquer parcela de juros, nas épocas próprias, bem como o descumprimento das obrigações constantes do artigo 21, importará, automaticamente, salvo disposição diversa do contrato de hipoteca, em exigibilidade imediata de toda a dívida.

Art. 30. Para os efeitos de exercício da opção do artigo 29, será agente fiduciário, com as funções determinadas nos artigos 31 a 38:

I — nas hipotecas compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação, o Banco Nacional da Habitação;

II — nas demais, as instituições financeiras inclusive sociedades de crédito imobiliário, credenciadas a tanto pelo Banco Central da República do Brasil, nas condições que o Conselho Monetário Nacional venha a autorizar.

§ 1º O Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação poderá determinar que este exerça as funções de agente fiduciário, conforme o inciso I, diretamente ou através das pessoas jurídicas mencionadas no inciso II, fixando os critérios de atuação delas.

§ 2º As pessoas jurídicas mencionadas no inciso II, a fim de poderem exercer as funções de agente fiduciário deste decreto-lei, deverão ter sido

escolhidas para tanto, de comum acordo entre o credor e o devedor, no contrato originário de hipoteca ou em aditamento ao mesmo, salvo se estiverem agindo em nome do Banco Nacional da Habitação ou nas hipóteses do artigo 41.

§ 3º Os agentes fiduciários não poderão ter ou manter vínculos societários com os credores ou devedores das hipotecas em que sejam envolvidos.

§ 4º É lícito às partes, em qualquer tempo, substituir o agente fiduciário eleito, em aditamento ao contrato de hipoteca.

Art. 31. Vencida e não paga a hipoteca no todo ou em parte, o credor que houver preferido executá-la de acordo com este decreto-lei, participará o fato, até 6 (seis) meses antes da prescrição do crédito, ao agente fiduciário, sob pena de caducidade do direito de opção constante do artigo 29.

§ 1º Recebida a comunicação a que se refere este artigo, o agente fiduciário, nos 10 (dez) dias subsequentes, comunicará ao devedor que lhe é assegurado o prazo de 20 (vinte) dias para vir purgar o débito.

§ 2º As participações e comunicações deste artigo serão feitas através de carta entregue mediante recibo ou enviada pelo Registro de Títulos e Documentos ou ainda por meio de notificação judicial.

Art. 32. Não acudindo o devedor à purgação do débito, o agente fiduciário estará de pleno direito autorizado a publicar editais e a efetuar no decurso dos 15 (quinze) dias imediatos, o primeiro público leilão do imóvel hipotecado.

§ 1º Se, no primeiro público leilão, o maior lance obtido for inferior ao saldo devedor no momento, acrescido das despesas constantes do artigo 33, mais as do anúncio e contratação da praça, será realizado o segundo público leilão, nos 15 (quinze) dias seguintes, no qual será aceito o maior lance apurado, ainda que inferior à soma das aludidas quantias.

§ 2º Se o maior lance do segundo público leilão for inferior àquela soma, serão pagas inicialmente as despesas componentes da mesma soma, e a diferença entregue ao credor, que poderá cobrar do devedor, por via executiva, o valor remanescente de seu

crédito, sem nenhum direito de retenção ou indenização sobre o imóvel alienado.

§ 3º Se o lance de alienação do imóvel, em qualquer dos dois públicos leilões, fôr superior ao total das importâncias referidas no *caput* deste artigo, a diferença afinal apurada será entregue ao devedor.

§ 4º A morte do devedor pessoa física, ou a falência, concordata ou dissolução do devedor pessoa jurídica, não impede a aplicação deste artigo.

Art. 33. Compreende-se no montante do débito hipotecado, para os efeitos do artigo 32, a qualquer momento de sua execução, as demais obrigações contratuais vencidas, especialmente em relação à fazenda pública, federal, estadual ou municipal, e a prêmios de seguro, que serão pagos com preferência sobre o credor hipotecário.

Parágrafo único. Na hipótese do segundo público leilão não cobrir sequer as despesas do artigo supra, o credor nada receberá, permanecendo íntegra a responsabilidade de adquirente do imóvel, por este garantida, em relação aos créditos remanescentes da fazenda pública e das seguradoras.

Art. 34. É Moito ao devedor, a qualquer momento, até a assinatura do auto de arrematação, purgar o débito, totalizado de acordo com o artigo 33, e acrescido ainda dos seguintes encargos:

I — se a purgação se efetuar conforme o parágrafo primeiro do artigo 31, o débito será acrescido das penalidades previstas no contrato de hipoteca, até 10% (dez por cento) do valor do mesmo débito, e da remuneração do agente fiduciário;

II — daí em diante, o débito, para os efeitos de purgação, abrangerá ainda os juros de mora e a correção monetária incidente até o momento da purgação.

Art. 35. O agente fiduciário é autorizado, independentemente de mandato do credor ou do devedor, a receber as quantias que resultarem da purgação do débito ou do primeiro ou segundo públicos leilões, que deverá entregar ao credor ou ao devedor, conforme o caso, deduzidas de sua própria remuneração.

§ 1º A entrega em causa será feita até 5 (cinco) dias após o recebi-

mento das quantias envolvidas, sob pena de cobrança, contra o agente fiduciário, pela parte que tiver direito às quantias, por ação executiva.

§ 2º Os créditos previstos neste artigo, contra agente fiduciário, são privilegiados, em caso de falência ou concordata.

Art. 36. Os públicos leilões regulados pelo artigo 32 serão anunciados e realizados, no que este decreto-lei não prever, de acordo com o que estabelecer o contrato de hipoteca, ou, quando se tratar do Sistema Financeiro da Habitação, o que o Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação estabelecer.

Parágrafo único. Considera-se não escrita a cláusula contratual que sob qualquer pretexto preveja condições que subtraíam ao devedor o conhecimento dos públicos leilões de imóvel hipotecado, ou que autorizem sua promoção e realização sem publicidade pelo menos igual à usualmente adotada pelos leilões públicos em sua atividade corrente.

Art. 37. Uma vez efetivada a alienação do imóvel, de acordo com o artigo 32, será emitida a respectiva carta de arrematação, assinada pelo leiloeiro, pelo credor, pelo agente fiduciário, e por cinco pessoas físicas idôneas, absolutamente capazes, como testemunhas, documento que servirá como título para a transcrição no Registro Geral de Imóveis.

§ 1º O devedor, se estiver presente ao público leilão, deverá assinar a carta de arrematação que, em caso contrário, conterà necessariamente a constatação de sua ausência ou de sua recusa em subscrevê-la.

§ 2º Uma vez transcrita no Registro Geral de Imóveis a carta de arrematação, poderá o adquirente requerer ao Juízo competente imissão de posse no imóvel, que lhe será concedida liminarmente, após decorridas as 48 horas mencionadas no parágrafo terceiro deste artigo, sem prejuízo de se prosseguir no feito, em rito ordinário, para o debate das alegações que o devedor porventura aduzir em contestação.

§ 3º A concessão da medida liminar do parágrafo anterior só será negada se o devedor, citado, comprovar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, que resgatou ou consignou judicialmente o valor de seu débito, an-

tes da realização do primeiro ou do segundo público leilão.

Art. 38. No período que medear entre a transcrição da carta de arrematação no Registro Geral de Imóveis e a efetiva imissão do adquirente na posse do imóvel alienado em público leilão, o Juiz arbitrará uma taxa mensal de ocupação compatível com o rendimento que deveria proporcionar o investimento realizado na aquisição, cobrável por ação executiva.

Art. 39. O contrato de hipoteca deverá prever os honorários do agente fiduciário, que somente lhe serão devidos se se verificar sua intervenção na cobrança do crédito; tais honorários não poderão ultrapassar a 5% (cinco por cento) do mesmo crédito, no momento da intervenção.

Parágrafo único. Para as hipotecas do Sistema Financeiro da Habitação o Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação poderá fixar tabelas de remuneração no agente fiduciário, dentro dos limites fixados neste artigo.

Art. 40. O agente fiduciário que, mediante ato ilícito, fraude, simulação ou comprovada má-fé, alienar imóvel hipotecado em prejuízo do credor ou devedor envolvido, responderá por seus atos, perante as autoridades competentes, na forma do Capítulo V da Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e, perante a parte lesada, por perdas e danos, que levarão em conta os critérios de correção monetária adotados neste decreto-lei ou no contrato hipotecário.

Art. 41. Se, por qualquer motivo, o agente fiduciário eleito no contrato hipotecário não puder continuar no exercício da função, deverá comunicar o fato imediatamente ao credor e ao devedor, que, se não chegarem a acordo para eleger outro, em aditamento ao mesmo contrato, poderão pedir ao Juízo competente, a nomeação de substituto.

§ 1º Se o credor ou o devedor, a qualquer tempo antes do início da execução conforme o artigo 31, tiverem fundadas razões para pôr em dúvida a imparcialidade ou idoneidade do agente fiduciário eleito no contrato hipotecário, e se não houver acordo entre eles para substituí-lo, qualquer dos dois poderá pedir ao Juízo competente sua destituição.

§ 2º Os pedidos a que se referem este artigo e o parágrafo anterior serão processados segundo o que determina o Código de Processo Civil para as ações declaratórias, com a citação das outras partes envolvidas no contrato hipotecário e do agente fiduciário.

§ 3º O pedido previsto no parágrafo segundo pode ser de iniciativa do agente fiduciário.

§ 4º Destituído o agente fiduciário, o Juiz nomeará outro em seu lugar, que assumirá imediatamente as funções, mediante termo lavrado nos autos, que será levado a averbação no Registro Geral de Imóveis e passará a constituir parte integrante do contrato hipotecário.

§ 5º Até a sentença destitutória transitar em julgado, o agente fiduciário destituído continuará no pleno exercício de suas funções, salvo nos casos do parágrafo seguinte.

§ 6º Sempre que o Juiz julgar necessário, poderá, nos casos deste artigo, nomear liminarmente o novo agente fiduciário, mantendo-o ou substituindo-o na decisão final do pedido.

§ 7º A destituição do agente fiduciário não exclui a aplicação de sanções cabíveis, em virtude de sua ação ou omissão dolosa.

CAPÍTULO IV

Das disposições finais

Art. 42. O disposto no art. 26 e seu parágrafo da Lei número 4.862, de 29 de novembro de 1966, estende-se aos empréstimos contraídos pelas sociedades a que se referem os artigos 62 da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965 e art. 8º da Lei 4.380, de 21-8-1964, para finalidades habitacionais ou a construção residencial.

Art. 43. Os empréstimos destinados ao financiamento da construção ou da venda de unidades imobiliárias poderão ser garantidos pela caução, cessão parcial ou cessão fiduciária dos direitos decorrentes de alienação de imóveis, aplicando-se, no que couber, o disposto nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 22 da Lei número 4.864, de 29 de novembro de 1965.

Parágrafo único. As garantias a que se refere este artigo constituem

direitos reais sobre os respectivos imóveis.

Art. 44. São passíveis de inscrição, nos Cartórios do Registro de Imóveis, os contratos a que se refere o artigo 43, e os de hipoteca de unidades imobiliárias em construção ou já construídas mas ainda sem "habite-se" das autoridades públicas competentes e respectiva averbação, desde que estejam devidamente registrados os lotes de terreno em que elas se situam.

Art. 45. Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Eduardo Lopes Rodrigues

Paulo Egydio Martins

DECRETO-LEI Nº 71 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1966

Suprime os cargos de Ministro de Assuntos Comerciais do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo único do artigo 31, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º Ficam suprimidos, à medida que vagarem, os cargos de Ministro de Assuntos Comerciais de Primeira e de Segunda Classes, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

DECRETO-LEI Nº 72 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1966

Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, combinado com o art. 2º do Ato Complementar nº 23, de 20 de outubro de 1966, decreta:

Art. 1º Os atuais Institutos de Aposentadoria e Pensões são unificados sob a denominação de Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Art. 2º O INPS constitui órgão de administração indireta da União, tem personalidade jurídica de natureza autárquica e goza, em toda sua plenitude, inclusive no que se refere a seus bens, serviços e ações, das regalias, privilégios e imunidades da União.

Art. 3º O fóro do INPS é o de sua sede ou da capital do Estado em que houver órgão local, para os atos deste emanados. O réu será acionado no fóro de seu domicílio.

Art. 4º O INPS será dirigido por um presidente, nomeado em comissão pelo Presidente da República, por indicação do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 5º Ao presidente do INPS são conferidas atribuições gerais de gestão do Instituto, na forma que o regulamento dispuser.

Art. 6º O sistema geral da previdência social constitui-se de um órgão executivo, representado pelo INPS e dos seguintes órgãos de planejamento, orientação e controle administrativo ou jurisdicional, integrantes da estrutura do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sob a supervisão do Ministro de Estado:

I — Departamento Nacional da Previdência Social (DNPS);

II — Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS);

III — Juntas de Recursos da Previdência Social (JRPS);

IV — Serviço Atuarial.

Art. 7º O DNPS será dirigido por um Conselho Diretor, composto de 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) representantes do Governo, nomeados

pelo Presidente da República por indicação do Ministro de Estado, 2 (dois) representantes dos segurados e 2 (dois) representantes das empresas.

§ 1º O Conselho-Diretor será presidido por um dos representantes do Governo, designado pelo Ministro de Estado, com direito aos votos de qualidade e de desempate, cabendo-lhe outrossim, dirigir os serviços administrativos do DNPS.

§ 2º Os representantes das seguradoras e empresas serão eleitos pelas respectivas Confederações Nacionais, na forma que o regulamento dispuser, com mandato de 2 (dois) anos.

Art. 8º Ao DNPS, além de outras atribuições previstas em lei, compete:

I — Planejar, orientar e controlar a administração da previdência social, expedindo normas gerais para esse fim e resolvendo as dúvidas que forem suscitadas pelo INPS na aplicação de leis e regulamentos;

II — Rever a proposta orçamentária do INPS e respectivas alterações, encaminhando-as à aprovação do Ministro do Trabalho e Previdência Social, com as modificações que julgar convenientes;

III — Aprovar o orçamento analítico do INPS e suas alterações;

IV — Estabelecer as metas prioritárias para aplicação de capitais do INPS e rever os planos por este elaborados;

V — Preparar, em colaboração com o Serviço Atuarial, o "Plano de Custeio da Previdência Social";

VI — Proceder à análise dos balanços anuais do INPS;

VII — Pronunciar-se nos processos de prestações de contas, antes do seu encaminhamento ao Tribunal de Contas da União;

VIII — Julgar os recursos interpostos pelo presidente do INPS e membros do Conselho Fiscal, contra decisões por este proferidas;

IX — Julgar os recursos interpostos pelos servidores do INPS contra atos da respectiva administração;

X — Rever, de ofício, ou mediante representação do Ministério Público, do Serviço Jurídico da União ou de outros órgãos ou autoridades de controle, e, ainda, por determinação do Ministro de Estado, os atos e de-

cisões do INPS e do Conselho Fiscal que infringirem disposição legal.

XI — Autorizar a alienação de bens imóveis e de bens móveis do INPS, nos limites que vierem a ser estabelecidos;

XII — Provocar, perante o CRPS, dentro no prazo de 5 (cinco) anos, nas questões de interesse dos beneficiários e das empresas, a revisão das decisões do INPS e das JRPS, que tenham contrariado disposição de lei, de regulamento ou de norma expedida pelo Conselho-Diretor do DNPS, ou, ainda, prejudgado do CRPS ou do Ministro de Estado;

XIII — Gerir o "Fundo de Liquidez da Previdência Social", elaborando a respectiva proposta orçamentária e o processo de prestação de contas.

§ 1º Competem privativamente ao presidente do Conselho-Diretor a atribuição prevista no item IX deste artigo e outras que o regulamento fixar.

§ 2º Compete ao Conselho-Diretor rever, de ofício, os atos que, na conformidade do parágrafo anterior, houverem sido praticados contra disposição legal.

§ 3º Ao Conselho-Diretor e a seu presidente é facultado fazer delegação de competência.

Art. 9º Das decisões do Conselho-Diretor do DNPS, ou de seu presidente, por força de sua competência privativa, somente caberá recurso, em última e definitiva instância, para o Ministro de Estado, quando proferidas contra literal disposição de lei.

§ 1º As decisões de que trata o artigo serão publicadas no boletim do INPS.

§ 2º Os prazos para interposição de recursos, improrrogáveis e contados da publicação, da decisão recorrida, ou da ciência do interessado, se ocorrida antes, serão os seguintes:

I — de 30 (trinta) dias para o Distrito Federal e os Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás,

II — de 60 (sessenta) dias para os demais Estados e Territórios.

§ 3º Os recursos não terão efeito suspensivo, salvo se, em cada caso, assim o determinar a autoridade recorrida, que poderá, ainda, reconsiderar suas próprias decisões.

§ 4º Em matéria de pessoal, a decisão que implicar efeitos financeiros somente será executada quando não mais couber recurso na via administrativa.

Art. 10. Junto ao INPS funcionará, como órgão auxiliar do DNPS, um Conselho Fiscal (CF), constituído de 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) representantes do Governo, nomeados pelo Ministro de Estado, por indicação do presidente do Conselho Diretor do DNPS; 2 (dois) representantes dos segurados e 2 (dois) representantes das empresas, eleitos pelas respectivas Confederações Nacionais, na forma que o regulamento dispuser. Os representantes classistas terão mandato de 2 (dois) anos.

Parágrafo único. O servidor do INPS não poderá ser membro do CF.

Art. 11. O CF será presidido por um dos representantes do Governo, designado pelo Ministro de Estado, com direito aos votos de qualidades e de desempate, cabendo-lhe, outrossim, dirigir os serviços administrativos do Conselho.

Art. 12. Compete ao CF.

I — Acompanhar a execução orçamentária do INPS, conferindo, inclusive segundo a técnica de amostragem, a classificação dos fatos e examinando sua procedência e exatidão;

II — Proceder, em face dos documentos de receita e despesa, à verificação periódica dos balancetes do INPS, encaminhando-os ao DNPS;

III — Examinar as prestações e respectivas tomadas de contas dos órgãos responsáveis por adiantamentos e valores;

IV — Opinar sobre as alterações orçamentárias propostas pelo INPS;

V — Aprovar, previamente, a aquisição de bens imóveis pelo INPS, nos limites que vierem a ser estabelecidos;

VI — Examinar, na forma que o regulamento dispuser, a legitimidade dos contratos, acordos e convênios celebrados pelo INPS;

VII — Pronunciar-se sobre a alienação de bens do INPS;

VIII — Remeter ao DNPS, com parecer, o processo de tomada de contas do INPS, instruído na forma da legislação em vigor;

IX — Requisitar ao presidente do INPS as informações e diligências que julgar necessárias ao bom desempenho de suas atribuições e notificá-lo para a correção de irregularidades verificadas, representando ao DNPS, quando desatendido;

X — Organizar os seus serviços administrativos;

XI — Rever as próprias decisões.

Art. 13. O Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) será constituído de 17 (dezesete) membros, sendo 4 (quatro) representantes dos segurados, 4 (quatro) representantes das empresas, eleitos pelas respectivas Confederações Nacionais, na forma que o regulamento dispuser, e 9 (nove) representantes do Governo, nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado, dentre servidores do sistema geral da previdência social, com mais de 10 (dez) anos de serviço e notórios conhecimentos de previdência social; todos com mandato de 2 (dois) anos.

§ 1º. O CRPS será presidido por um dos representantes do Governo, designado pelo Ministro de Estado, cabendo-lhe, com direito aos votos de qualidade e desempate, presidir o Conselho Pleno, assim como dirigir os serviços administrativos do Conselho.

§ 2º. O CRPS desdobrar-se-á em 4 (quatro) Turmas, de 4 (quatro) membros cada uma, mantida a proporcionalidade de representação, presididas por um representante do Governo, designado pelo Ministro de Estado, com direito aos votos de qualidade e desempate, sem prejuízo da função de relator.

Art. 14. Compete às Turmas do CRPS julgar os recursos das decisões das JREPS, bem como as revisões de que trata o artigo 8º, item XII.

Art. 15. Ao Conselho Pleno compete, ressalvado o disposto no artigo 25, julgar, em última e definitiva instância, os recursos das decisões das Turmas que infringirem disposição de lei, de regulamento ou de norma expedida pelo Conselho-Diretor do DNPS no exercício de sua competência legal, ou que divergirem de deci-

são da mesma ou de outra Turma ou do Conselho Pleno.

Parágrafo único. O recurso para o Conselho Pleno será interposto nos prazos estabelecidos no art. 9º, § 2º, contados da publicação da decisão recorrida no *Diário Oficial* da União ou outro órgão de divulgação, oficialmente reconhecido ou, ainda, da ciência do interessado, se ocorrida antes.

Art. 16. As Turmas do CRPS não conhecerão de recurso sobre matéria definida como prejudgado pelo Conselho Pleno ou pelo Ministro de Estado.

Art. 17. O CRPS será assessorado por procuradores do INPS, legalmente requisitados e em número fixado pelo Ministro de Estado, com a atribuição de opinar nos recursos, sempre que houver matéria jurídica relevante a apreciar, e de dar assistência às sessões das Turmas e do Conselho Pleno.

Art. 18. Funcionará junto ao CRPS o Consultor Médico da Previdência Social, auxiliado por médicos legalmente requisitados ao INPS e em número fixado pelo Ministro de Estado, com a atribuição de opinar nos recursos em que houver matéria médica relevante a apreciar e de dar assistência às sessões das Turmas e do Conselho Pleno.

Art. 19. Em cada Estado e no Distrito Federal, será instalada, a critério do DNPS, pelo menos uma JRPS.

Parágrafo único. Nos Territórios poderá, também, ser instalada JRPS.

Art. 20. Cada JRPS será constituída de 4 (quatro) membros, sendo 2 (dois) representantes do Governo, designados pelo Ministro de Estado, dentre servidores do INPS, 1 (um) representante dos segurados e 1 (um) representante das empresas, eleitos pelas respectivas Federações estaduais ou, na falta destas, pelos Sindicatos, na forma que o regulamento dispuser, todos com mandato de 2 (dois) anos.

Art. 21. As JRPS serão presididas por um dos representantes do Governo, designado pelo Ministro de Estado, com direito aos votos de qualidade e de desempate.

Art. 22. Compete às JRPS, no âmbito de sua jurisdição, julgar os recursos voluntários, interpostos pelos interessados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva ciência, contra as decisões proferidas pelas autoridades competentes do INPS, nas questões de interesse dos beneficiários e das empresas.

Art. 23. Das decisões das JRPS poderão os beneficiários e as empresas recorrer para o CRPS, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do interessado.

§ 1º Nos casos de débitos, o recurso para o CRPS só será admitido mediante depósito do valor da condenação ou apresentação de fiador idôneo, feitos dentro do prazo de recurso.

§ 2º Cabe ao chefe do órgão local do INPS, no prazo previsto no artigo, recorrer ao CRPS da decisão da JRPS que contrariar disposição de lei, de regulamento ou de norma expedida pelo Conselho-Diretor do DNPS, ou, ainda, prejudgado do CRPS ou do Ministro de Estado. O Presidente do CRPS poderá dar efeito suspensivo ao recurso, a requerimento do recorrente.

Art. 24. O Serviço Atuarial, com a organização e as atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, terá a assistência de um Conselho Atuarial, órgão de deliberação coletiva, presidido pelo Diretor do Serviço, e constituído de 4 (quatro) chefes do mesmo Serviço e de 4 (quatro) atuários, designados pelo Ministro de Estado.

Art. 25. O Ministro de Estado poderá rever, de ofício, os atos dos órgãos ou autoridades integrantes do sistema geral da previdência social.

Parágrafo único. O prejudgado estabelecido pelo Ministro de Estado obriga a todos os órgãos do sistema geral da previdência social.

Art. 26. Os membros dos órgãos colegiados, excluídos os presidentes do CRPS e do Conselho-Diretor do DNPS, perceberão, por sessão a que comparecerem, uma gratificação de presença, nas bases seguintes.

I — 1/12 (um doze avos) do vencimento atribuído ao cargo em comissão, símbolo 1-C, até o máximo de 12 (doze) sessões mensais, para

os membros do Conselho-Diretor do DNPS;

II — 1/20 (um vinte avos) do vencimento atribuído ao cargo em comissão, símbolo 1-C, até o máximo de 20 (vinte) sessões mensais, para os membros do CRPS e do CF;

III — 1/20 (um vinte avos) do vencimento atribuído ao cargo em comissão, símbolo 1-C, até o máximo de 15 (quinze) sessões mensais, para os membros das JRPS;

IV — 1/15 (um quinze avos) do vencimento atribuído ao cargo em comissão, símbolo 1-C, até o máximo de 5 (cinco) sessões mensais, para os membros do Conselho Atuarial.

Art. 27. Aos presidentes do CRPS, do Conselho-Diretor do DNPS e do INPS será atribuído vencimento mensal igual ao limite máximo estabelecido no art. 13, da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Art. 28. Cada representação nos órgãos Colegiados referidos neste Decreto-Lei terá uma suplência, obedecendo a convocação, no caso das representações classistas, à ordem decrescente da votação apurada.

Art. 29. A contribuição da União de que trata o art. 71, da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960, bem como a amortização e os juros, a que se refere o art. 136, da mesma Lei, constituirão "Fundo de Liquidez da Previdência Social" (FLPS), que será depositado, em conta especial, no Banco do Brasil, à ordem do DNPS, sob cuja gerência ficará.

§ 1º O DNPS reterá uma parcela do FLPS para atender primordialmente aos reajustamentos gerais dos valores de benefícios.

§ 2º O limite de retenção do FLPS guardará relação com o montante das despesas de benefícios e será periodicamente fixado pelo DNPS.

§ 3º O DNPS transferirá, mensalmente, para crédito do INPS, o excedente sobre a importância retida após deduzir a quantia destinada ao custeio das despesas de administração do FLPS e de aparelhamento do órgão administrador.

§ 4º A quantia destinada ao custeio das despesas a que se refere o parágrafo anterior não poderá

ultrapassar, em qualquer hipótese, o limite de 1% (um por cento) do produto da arrecadação, sendo vedada a sua utilização para atender a encargos com vencimentos e vantagens fixas do pessoal.

§ 5º O montante da retenção será aplicado em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, mediante convênio a ser estabelecido com o Banco Central da República do Brasil, no qual fique assegurado o seu imediato resgate sempre que, nos termos do § 1º deste artigo, se fizer necessária a utilização dos recursos retidos.

Art. 30. Os orçamentos do INPS e do FLPS, elaborados de acordo com as normas e princípios da Lei número 4.320, de 17 de março de 1964, serão aprovados pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 31. Os serviços administrativos das JRPS e do CF serão executados por servidores do INPS, postos à sua disposição, observados os quantitativos fixados pelo DNPS.

§ 1º Do quadro de pessoal do INPS constarão os cargos e funções necessários a atender o disposto neste artigo.

§ 2º As demais despesas administrativas das JRPS e do CF serão custeadas por dotações específicas do orçamento do INPS, a título de adiantamento, a ser reembolsado à conta do FLPS.

Art. 32. A partir da vigência deste Decreto-Lei, fica extinta a personalidade jurídica dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU), passando os respectivos bens, direitos e obrigações a integrar o patrimônio do INPS.

§ 1º Até que seja efetivada a unificação de seus serviços, os Institutos de Aposentadoria e Pensões, com as atribuições que atualmente lhe são conferidas, inclusive na parte referente à movimentação de valores, passam a constituir Secretarias Especializadas do INPS, chefiadas por Secretários-Executivos, cargos a serem providos pelo Presidente do INPS.

§ 2º Com a posse dos Secretários-Executivos, ficarão extintos os Con-

selhos Administrativos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões.

§ 3º As atuais Juntas de Julgamento e Revisão extinguir-se-ão à medida em que se instalar pelo menos uma JRPS no Estado ou no Distrito Federal, extinguindo-se, igualmente, os Conselhos Fiscais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões ao se instalar o do INPS, permanecendo em vigor até então as normas legais e regulamentares que dispõem sobre o funcionamento e atribuições dos órgãos em extinção.

Art. 33. As atividades ora desempenhadas pelo SAMDU serão, provisoriamente, exercidas por qualquer Secretaria Especializada referida no § 1º do art. 32, na forma que vier a ser determinada pelo Ministro de Estado.

Art. 34. Caberá ao Ministro de Estado expedir as normas orientadoras da unificação administrativa de que trata o presente Decreto-Lei.

Art. 35. O Presidente do INPS e os Secretários Executivos constituirão, sob a presidência do primeiro, a Comissão Executiva da unificação, observadas as normas expedidas pelo Ministro de Estado, de acordo com o disposto no artigo anterior.

Art. 36. O DNPS, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da publicação do presente Decreto-Lei, promoverá a realização das eleições dos representantes dos segurados e das empresas para os órgãos nele referidos, respeitados os atuais mandatos dos membros assessorados do Conselho-Diretor do DNPS e do Conselho Superior da Previdência Social, para aproveitamento destes últimos no CRPS.

Art. 37. O atual Conselho Superior da Previdência Social fica transformado, a partir da vigência deste Decreto-Lei, no CRPS.

Parágrafo único. O Presidente do CRPS submeterá ao Ministro de Estado, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Decreto-Lei, anteprojeto do decreto com as modificações necessárias à adaptação do regulamento do Conselho às disposições deste Decreto-Lei.

Art. 38. O Poder Executivo, por proposta do Ministério do Trabalho

e Previdência Social, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei, dispondo sobre o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e visando a transferir suas atividades para outro órgão da administração pública ou a incorporar, total ou parcialmente, seus serviços ao INPS.

§ 1º Cessa, a partir da vigência deste Decreto-Lei, a contribuição dos extintos Institutos de Aposentadoria e Pensões destinada ao SAPS, ficando revogado o § 4º do art. 35, da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1963.

§ 2º Para o custeio das despesas administrativas, o SAPS utilizará a receita de seus próprios serviços, excepcionalmente complementada, quando necessário, por recursos fornecidos pelo DNPS, através do FLPS.

§ 3º A complementação, de que trata o parágrafo anterior, só poderá ser concedida para custeio de despesas, devidamente justificadas, de pessoal atualmente existente e até a promulgação da Lei prevista no artigo.

Art. 39. A unificação de que trata este Decreto-Lei não alterará a situação dos atuais segurados que sejam filiados a mais de um Instituto de Aposentadoria e Pensões, quanto ao regime de contribuições e às prestações a que ora tenham direito.

Art. 40. Os atuais servidores dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e do SAMDU passam, sem alteração do regime jurídico a que estiverem sujeitos, a ser servidores do INPS.

Art. 41. Os servidores que ora venham legalmente acumulando dois cargos de médico nas instituições de previdência social não ficarão obrigados a optar, por um deles, em consequência da unificação prevista neste decreto-lei.

Art. 42. Os serviços em postos de assistência médica, unidades hospitalares ou unidades mistas, e em setores de processamento de dados, bem como os serviços de artifice, guarda, conservação, limpeza, comunicações, transporte, portaria e de natureza braçal serão atendidos no INPS, de preferência, por pessoal admitido sob o regime da Consolidação

dação das Leis do Trabalho e Legislação complementar.

Parágrafo único. A admissão do pessoal a que se refere este artigo far-se-á mediante concurso público e obedecerá tabelas próprias, aprovadas pelo Ministro de Estado.

Art. 43. Caberá ao INPS a realização dos concursos públicos, destinados ao provimento dos cargos efetivos do seu Quadro de Pessoal e à admissão de pessoal trabalhista.

Art. 44. Ficam revogados os artigos 2º e 3º do Decreto-lei nº 4.371, de 10 de junho de 1942, e a Lei número 4.103-A, de 21 de julho de 1962.

Art. 45. Ficam mantidas as disposições da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que não contrariem o disposto neste decreto-lei, e revogam-se quaisquer outras disposições em contrário.

Art. 46. O presente decreto-lei entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte ao de sua publicação.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO-LEI Nº 73 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 2º do Ato Complementar número 23, de 20 de outubro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Introdução

Art. 1º Todas as operações de seguros privados realizados no País ficarão subordinadas às disposições do presente Decreto-lei.

Art. 2º O controle do Estado se exercerá pelos órgãos instituídos neste Decreto-lei, no interesse dos seg-

rados e beneficiários dos contratos de seguro.

Art. 3º Consideram-se operações de seguros privados os seguros de coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos e garantias.

Parágrafo único Ficam excluídos das disposições deste Decreto-lei os seguros do âmbito da Previdência Social, regidos pela legislação especial pertinente.

Art. 4º Integra-se nas operações de seguros privados o sistema de cosseguro, resseguro e retrocessão, por forma a pulverizar os riscos e fortalecer as relações econômicas do mercado.

Art. 5º A política de seguros privados objetivará:

I — Promover a expansão do mercado de seguros e propiciar condições operacionais necessárias para sua integração no processo econômico e social do País;

II — Evitar evasão de divisas, pelo equilíbrio do balanço dos resultados do intercâmbio de negócios com o exterior;

III — Firmar o princípio da reciprocidade em operações de seguro, condicionando a autorização para o funcionamento de empresas e firmas estrangeiras a igualdade de condições no país de origem;

IV — Promover o aperfeiçoamento das Sociedades Seguradoras;

V — Preservar a liquidez e a solvência das Sociedades Seguradoras;

VI — Coordenar a política de seguros com a política de investimentos do Governo Federal, observados os critérios estabelecidos para as políticas monetária, creditícia e fiscal.

Art. 6º A colocação de seguros e resseguros no exterior será limitada aos riscos que não encontrem cobertura no País ou que não convenham aos interesses nacionais.

CAPÍTULO II

Do Sistema Nacional de Seguros Privados

Art. 7º Compete privativamente ao Governo Federal formular a política de seguros privados, legislar sobre suas normas gerais e fiscalizar as operações no mercado nacional;

Art. 8º Fica instituído o Sistema Nacional de Seguros Privados, regulado pelo presente Decreto-lei e constituído:

- a) do Conselho Nacional de Seguros Privados — CNSP;
- b) da Superintendência de Seguros Privados — SUSEP;
- c) do Instituto de Resseguros do Brasil — IRB;
- d) das Sociedades autorizadas a operar em seguros privados;
- e) dos corretores habilitados.

CAPÍTULO III

Disposições Especiais Aplicáveis ao Sistema

Art. 9º Os seguros serão contratados mediante propostas assinadas pelo segurado, seu representante legal ou por corretor habilitado, com emissão das respectivas apólices, ressalvado o disposto no artigo seguinte.

Art. 10. E' autorizada a contratação de seguros por simples emissão de bilhete de seguro, mediante solicitação verbal do interessado.

§ 1º O CNSP regulamentará os casos previstos neste artigo, padronizando as cláusulas e os impressos necessários.

§ 2º Não se aplicam a tais seguros as disposições do artigo 1.433 do Código Civil.

Art. 11. Quando o seguro fôr contratado na forma estabelecida no artigo anterior, a boa fé da Sociedade Seguradora, em sua aceitação, constitui presunção "juris tantum".

§ 1º Sobreindo o sinistro, a prova da ocorrência do risco coberto pelo seguro e a justificação de seu valor competirão ao segurado ou beneficiário.

§ 2º Será lícito à Sociedade Seguradora arguir a existência de circunstância relativa ao objeto ou interesse segurado cujo conhecimento prévio influiria na sua aceitação ou na taxa de seguro, para exonerar-se da responsabilidade assumida, até no caso de sinistro. Nessa hipótese, competirá ao segurado ou beneficiário provar que a Sociedade Seguradora teve ciência prévia da circunstância arguida.

§ 3º A violação ou inobservância, pelo segurado, seu preposto ou beneficiário, de qualquer das condições estabelecidas para a contratação de seguros na forma do disposto no artigo 4º exonera a Sociedade Seguradora da responsabilidade assumida.

§ 4º E' vedada a realização de mais de um seguro cobrindo o mesmo objeto ou interesse, desde que qualquer deles seja contratado mediante a emissão de simples certificado, salvo nos casos de seguros de pessoas.

Art. 12. A obrigação do pagamento do prêmio pelo segurado vigorará a partir do dia previsto na apólice ou bilhete de seguro, ficando suspensa a cobertura do seguro até o pagamento do prêmio e demais encargos.

Parágrafo único. Qualquer indenização decorrente do contrato de seguros dependerá de prova de pagamento do prêmio devido, antes da ocorrência do sinistro.

Art. 13. As apólices não poderão conter cláusula que permita rescisão unilateral dos contratos de seguro ou por qualquer modo subtraia sua eficácia e validade além das situações previstas em Lei.

Art. 14. Fica autorizada a contratação de seguros com a cláusula de correção monetária para capitais e valores, observada a equivalência atuarial dos compromissos futuros assumidos pelas partes contratantes, na forma das instruções do Conselho Nacional de Seguros Privados.

Art. 15. A critério do CNSP, o Governo Federal poderá assumir riscos catastróficos e excepcionais por intermédio do IRB, desde que interessem à economia e segurança do País.

Parágrafo único. O Banco Nacional de Habitação poderá assumir os riscos decorrentes das operações do Sistema Financeiro da Habitação que que não encontrem cobertura no mercado nacional, a taxas e condições compatíveis com as necessidades do Sistema Financeiro da Habitação.

Art. 16. E' criado o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, com a finalidade de garantir a estabilidade dessas operações e atender à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe.

Parágrafo Único. O Fundo será administrado pelo IRB e seus recursos aplicados segundo o estabelecido pelo CNSP.

Art. 17. O Fundo de Estabilidade do Seguro Rural será constituído:

a) dos excedentes do máximo admissível tecnicamente como lucro nas operações de seguros de crédito rural, seus resseguros e suas retrocessões, segundo os limites fixados pelo CNSP;

b) dos recursos previstos no artigo 28 deste decreto-lei;

c) por dotações orçamentárias anuais, durante dez anos, a partir do presente decreto-lei, mediante o crédito especial necessário para cobrir a deficiência operacional do exercício anterior.

Art. 18. As instituições financeiras do sistema nacional de Crédito Rural enumeradas no art. 7º da Lei número 4.829, de 5.11.65, que concederem financiamento à agricultura e à pecuária, promoverão os contratos de financiamento e de seguro rural com o comitente e automaticamente.

§ 1º O seguro obedecerá às normas e limites fixados pelo CNSP, sendo obrigatório o financiamento dos prêmios pelas instituições de que trata este artigo.

§ 2º O seguro obrigatório ficará limitado ao valor do financiamento, sendo constituída a instituição financiadora como beneficiária até a concorrência de seu crédito.

Art. 19. As operações de Seguro Rural gozam de isenção tributária irrestrita, de quaisquer impostos ou tributos federais.

Art. 20. Sem prejuízo do disposto em leis especiais, são obrigatórios os seguros de:

a) danos pessoais a passageiros de aeronaves comerciais;

b) responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de vias terrestre, fluvial, lacustre e marítima, de aeronaves e dos transportadores em geral;

c) responsabilidade civil do construtor de imóveis em zonas urbanas por danos a pessoas ou coisas;

d) bens dados em garantia de empréstimos ou financiamentos de instituições financeiras públicas;

e) garantia do cumprimento das obrigações do incorporador e construtor de imóveis;

f) garantia do pagamento a cargo de mutuário da construção civil, inclusive obrigação imobiliária;

g) edifícios divididos em unidades autônomas;

h) incêndio e transporte de bens pertencentes a pessoas jurídicas, situados no País ou nele transportados;

i) crédito rural;

j) crédito à exportação, quando concedido por instituições financeiras públicas.

Art. 21. Nos casos de seguros legalmente obrigatórios, o estipulante equipara-se ao segurado para os efeitos de contratação e manutenção do seguro.

§ 1º Para os efeitos deste decreto-lei, estipulante é a pessoa que contrata seguro por conta de terceiros, podendo acumular a condição de beneficiário.

§ 2º Nos seguros facultativos o estipulante é mandatário dos segurados.

§ 3º O CNSP estabelecerá os direitos e obrigações do estipulante, quando for o caso, na regulamentação de cada ramo ou modalidade de seguro.

Art. 22. As instituições financeiras públicas não poderão realizar operações ativas de crédito com as pessoas jurídicas e firmas individuais que não tenham em dia os seguros obrigatórios por lei, salvo mediante aplicação da parcela de crédito, que for concedido, no pagamento dos prêmios em atraso.

Parágrafo único. Para participar de concorrências abertas pelo Poder Público, é indispensável comprovar o pagamento dos prêmios dos seguros legalmente obrigatórios.

Art. 23. Os seguros dos bens, direitos, créditos e serviços dos órgãos do Poder Público, bem como os de bens de terceiros que garantam operações dos ditos órgãos, serão contratados diretamente com a Sociedade Seguradora Nacional que for escolhida mediante sorteio.

§ 1º. Nos casos de seguros não tarifados, a escolha da Sociedade Seguradora será feita por concorrência pública.

§ 2º Para os sorteios e concorrências públicas, o IRB determinará anualmente as faixas de cobertura do mercado nacional para cada ramo ou modalidade de seguro, fixando o limite de aceitação das Sociedades Seguradoras conforme as respectivas situações econômico-financeiras e o índice de resseguro que comportarem.

§ 3º As Sociedades Seguradoras responsáveis pelos seguros previstos neste artigo recolherão ao IRB as comissões de corretagem admitidas pelo CNSP, para crédito do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural.

Art. 24. Poderão operar em seguros privados apenas Sociedades Anônimas ou Cooperativas, devidamente autorizadas.

Parágrafo único. As Sociedades Cooperativas operarão unicamente em seguros agrícolas, de saúde e de acidentes do trabalho.

Art. 25. As ações das Sociedades Seguradoras serão sempre nominativas.

Art. 26. As Sociedades Seguradoras não estão sujeitas a falência, nem poderão impetrar concordata.

Art. 27. Serão processadas pela forma executiva as ações de cobrança dos prêmios dos contratos de seguro.

Art. 28. A partir da vigência deste Decreto-Lei, a aplicação das reservas técnicas das Sociedades Seguradoras será feita conforme as diretrizes do Conselho Monetário Nacional.

Art. 29. Os investimentos compulsórios das Sociedades Seguradoras obedecerão a critérios que garantam remuneração adequada, segurança e liquidez.

Parágrafo único. Nos casos de seguros contratados com a cláusula de correção monetária é obrigatório o investimento das respectivas reservas nas condições estabelecidas neste artigo.

Art. 30. As Sociedades Seguradoras não poderão conceder aos segurados comissões ou bonificações de qualquer espécie, nem vantagens especiais que importem dispensa ou redução de prêmio.

Art. 31. É assegurada ampla defesa em qualquer processo instaurado

por infração ao presente Decreto-Lei sendo nulas as decisões proferidas com inobservância deste preceito.

CAPÍTULO IV

Do Conselho Nacional de Seguros Privados

Art. 32. É criado o Conselho Nacional de Seguros Privados — CNSP, ao qual compete primitivamente:

I — Fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados;

II — Regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercerem atividades subordinadas a este Decreto-Lei, bem como a aplicação das penalidades previstas;

III — Estipular índices e demais condições técnicas sobre tarifas, investimentos e outras relações patrimoniais a serem observadas pelas Sociedades Seguradoras;

IV — Fixar as características gerais dos contratos de seguros;

V — Fixar normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas Sociedades Seguradoras;

VI — Delimitar o capital do IRB e das Sociedades Seguradoras, com a periodicidade mínima de dois anos, determinando a forma de sua subscrição e realização;

VII — Estabelecer as diretrizes gerais das operações de resseguro;

VIII — Disciplinar as operações de cosseguro, nas hipóteses em que o IRB não aceite resseguro do risco ou quando se tornar conveniente promover melhor distribuição direta dos negócios pelo mercado;

IX — Conhecer dos recursos de decisão da SUSEP e do IRB, nos casos especificados neste Decreto-Lei;

X — Aplicar às Sociedades Seguradoras estrangeiras autorizadas a funcionar no País as mesmas vedações ou restrições equivalentes às que vigorarem nos países da matriz, em relação às Sociedades Seguradoras brasileiras ali instaladas ou que nêles desejem estabelecer-se;

XI — Prescrever os critérios de constituição das Sociedades Seguradoras, com fixação dos limites legais e técnicos das operações de seguro;

XII — Disciplinar a corretagem de seguros e a profissão de corretor;

XIII — Corrigir os valores monetários expressos neste Decreto-lei, de-

acôrdo com os índices do Conselho Nacional de Economia;

XIV — Decidir sobre sua própria organização, elaborando o respectivo Regimento Interno;

XV — Regular a organização, a composição e o funcionamento de suas Comissões Consultivas;

XVI — Regular a instalação e o funcionamento das Bolsas de Seguro.

Art. 33. O CNSP compor-se-á dos seguintes membros:

I — Ministro da Indústria e do Comércio, que será seu presidente;

II — Ministro da Fazenda ou seu representante;

III — Ministro do Planejamento e da Coordenação Econômica ou seu representante;

IV — Ministro da Saúde ou seu representante;

V — Ministro do Trabalho e Previdência Social ou seu representante;

VI — Ministro da Agricultura ou seu representante;

VII — Superintendente da Superintendência de Seguros Privados;

VIII — Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil;

IX — Um representante do Conselho Federal de Medicina;

X — Três representantes da iniciativa Privada nomeados pelo Presidente da República, mediante escolha dentre brasileiros dotados das qualificações pessoais necessárias, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º O CNSP deliberará por maioria de votos, com o "quorum" mínimo de seis membros, desde que presentes quatro dos primeiros enumerados neste artigo cabendo ao Presidente também o voto de qualidade.

§ 2º Em suas faltas ou impedimentos, o Presidente será substituído pelos Ministros de Estado integrantes do CNSP, na ordem estabelecida neste artigo.

§ 3º A SUSEP proverá os serviços da Secretaria do CNSP, sob o controle deste.

Art. 34. Com audiência obrigatória nas deliberações relativas às res-

pectivas finalidades específicas, funcionarão junto ao CNSP as seguintes Comissões Consultivas:

I — de Saúde;

II — do Trabalho;

III — de Transporte;

IV — Mobiliária e de Habitação;

V — Rural;

VI — Aeronáutica;

VII — de Crédito;

VIII — de Corretores.

§ 1º — o CNSP poderá criar outras Comissões Consultivas, desde que ocorra justificada necessidade.

§ 2º — A organização, a composição e o funcionamento das Comissões Consultivas serão regulados pelo ... CNSP, cabendo ao seu Presidente designar os representantes que as integrarão, mediante indicação das entidades participantes delas.

CAPÍTULO V

Da Superintendência de Seguros Privados

SEÇÃO I

Art. 35. Fica criada a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), entidade autárquica, jurisdicionada ao Ministério da Indústria e do Comércio, dotada de personalidade jurídica de Direito Público, com autonomia administrativa e financeira.

Parágrafo único. A sede da SUSEP será na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, até que o Poder Executivo a fixe, em definitivo, em Brasília.

Art. 36. Compete à SUSEP, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP, como órgão fiscalizador da constituição, organização, funcionamento e operações das Sociedades Seguradoras:

a) processar os pedidos de autorização, para constituição, organização, funcionamento, fusão, encampação, grupamento, transferência de controle acionário e reforma dos Estatutos das Sociedades Seguradoras, opinar sobre os mesmos e encaminhá-los ao CNSP;

b) baixar instruções e expedir circulares relativas à regulamentação das operações de seguro, de acordo com as diretrizes do CNSP;

c) fixar condições de apólices, planos de operações e tarifas a serem utilizadas obrigatoriamente pelo mercado segurador nacional;

d) aprovar os limites de operações das Sociedades Seguradoras, de conformidade com o critério fixado pelo CNSP;

e) examinar e aprovar as condições de coberturas especiais, bem como fixar as taxas aplicáveis;

f) autorizar a movimentação e liberação dos bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia das reservas técnicas e do capital vinculado;

g) fiscalizar a execução das normas gerais de contabilidade e estatística fixadas pelo CNSP para as Sociedades Seguradoras;

h) fiscalizar as operações das Sociedades Seguradoras, inclusive o exato cumprimento deste Decreto-lei, de outras leis pertinentes, disposições regulamentares em geral, resoluções do CNSP e aplicar as penalidades cabíveis;

i) proceder à liquidação das Sociedades Seguradoras que tiverem casada a autorização para funcionar no País;

j) organizar seus serviços, elaborar e executar seu orçamento.

SEÇÃO II

Da Administração da SUSEP

Art. 37. A administração da SUSEP será exercida por um Superintendente nomeado pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro da Indústria e do Comércio.

Parágrafo único. O Regimento Interno da SUSEP, aprovado por Decreto do Poder Executivo, fixará a competência e as atribuições do Superintendente.

SEÇÃO III

Art. 38. O quadro de pessoal da SUSEP será constituído do pessoal que for admitido mediante concurso público de provas e títulos.

§ 1º Poderá ser admitido pessoal contratado, nos termos da legislação trabalhista.

§ 2º Integrarão o quadro de pessoal da SUSEP as séries de classe de Inspectores de Seguros.

SEÇÃO IV

Dos Recursos Financeiros

Art. 39. Do produto da arrecadação do imposto sobre operações financeiras a que se refere a Lei nº 5.143, de 20-10-66, será destacada a parcela necessária ao custeio das atividades da SUSEP.

Art. 40. Constituem ainda recursos da SUSEP:

I — O produto das multas aplicadas pela SUSEP;

II — Dotação orçamentária específica ou créditos especiais;

III — Juros de depósitos bancários;

IV — A participação que lhe for atribuída pelo CNSP no fundo previsto no art. 16;

V — Outras receitas ou valores adventícios, resultantes de suas atividades.

CAPÍTULO VI

Do Instituto de Resseguros do Brasil

SEÇÃO I

Da Natureza Jurídica, Finalidade, Constituição e Competência

Art. 41. O IRB é uma sociedade de economia mista, dotada de personalidade jurídica própria de Direito Privado e gozando de autonomia administrativa, e financeira.

Parágrafo único. — O IRB será representado em juízo ou fora dele por seu Presidente e responderá no foro comum.

Art. 42. O IRB tem a finalidade de regular o cosseguro, o resseguro e a retrocessão, bem como promover o desenvolvimento das operações de seguro, segundo as diretrizes do CNSP.

Art. 43. O capital do IRB será de Cr\$ 7.000.000.000 (sete bilhões de

cruzeiros) divididos em 700.000 (setecentas mil ações) no valor unitário de Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros), das quais 50% (cinqüenta por cento) de propriedade das Entidades federais de previdência social (acionistas classe "A") e as restantes 50% (cinqüenta por cento) das Sociedades Seguradoras (acionistas classe "B").

§ 1º O IRB pode aumentar seu capital alterando o número de ações ou o valor unitário delas, inclusive pela incorporação da correção monetária do seu ativo imobilizado, mediante proposta do Conselho Técnico e aprovação do Ministro da Indústria e do Comércio.

§ 2º As ações do IRB, que poderão ser substituídas por títulos e cautelas múltiplas, não se prestarão a garantia, exceto as de classe "B", que constituirão caução permanente de garantia, em favor do IRB, das operações das Sociedades Seguradoras.

§ 3º A transferência de ações só poderá ocorrer entre acionistas da mesma classe, dependendo de prévia autorização do Conselho Técnico do IRB, ao qual incumbirá fixar o ágio para atender à valorização das reservas, fundos e provisões do Instituto.

Art. 44. Compete ao IRB.

I — Na qualidade de órgão regulador do cosseguero, resseguero e retrocessão.

a) elaborar e expedir normas reguladoras de cosseguero, resseguero e retrocessão;

b) aceitar o resseguero obrigatório e facultativo, do País ou do exterior;

c) refer o resseguero aceito, na totalidade ou em parte;

d) promover a colocação, no exterior, de seguro, cuja aceitação não convenha aos interesses do País ou que nele não encontre cobertura;

e) impor penalidade às Sociedades Seguradoras por infrações cometidas na qualidade de cosseguradoras, resseguradas ou retrocessionárias;

f) organizar e administrar consórcios, recebendo inclusive cessão integral de seguros;

g) proceder à liquidação de sinistros, de conformidade com os critérios traçados pelas normas de cada ramo de seguro;

h) distribuir pelas Sociedades a parte dos resseguros que não retiver e colocar no exterior as responsabilidades excedentes da capacidade do mercado segurador interno, ou aquelas cuja cobertura fora do País convenha aos interesses nacionais;

i) representar as retrocessionárias nas liquidações de sinistros amigáveis ou judiciais;

j) publicar revistas especializadas e to da capacidade do mercado nacional de seguros.

II — Na qualidade de promotor do desenvolvimento das operações de seguro, dentre outras atividades,

a) organizar cursos para a formação e aperfeiçoamento de técnicos em seguro;

b) promover congressos, conferências, reuniões, simpósios e dêes participar;

c) incentivar a criação e o desenvolvimento de associações técnico-científicas;

d) organizar plantas cadastrais, registro de embarcações e aeronaves, vistoriadores e corretores;

e) compilar, processar e divulgar dados estatísticos;

f) publicar, revistas especializadas e outras obras de natureza técnica.

Art. 45. Caberá ao IRB a administração das Bolsas de Seguro, destinadas a promover a colocação, no País ou no exterior, de seguros e resseguros especiais que não encontrem cobertura normal nas Sociedades Seguradoras participantes do mercado nacional.

Parágrafo único. As Bolsas de Seguro poderão ser criadas nas capitais dos Estados, por ato do CNSP, mediante proposta do IRB.

SEÇÃO II

Da Administração e do Conselho Fiscal

Art. 46. A administração do IRB compreenderá:

I — A Presidência.

II — O Conselho Técnico — CT

III — O Conselho Fiscal — CF

Art. 47. Os estatutos fixarão a competência e as atribuições do Presidente e do Conselho Técnico,

Art. 48. O Presidente será nomeado pelo Presidente da República e to-

mará posse perante o Ministro da Indústria e do Comércio.

Parágrafo único. Para substituir o Presidente do IRB em seus impedimentos, haverá um Vice-Presidente, escolhido pelo Presidente da República dentre os Conselheiros que representem os acionistas da classe "A".

Art. 49. O Conselho Técnico do IRB será composto de seis membros, denominados Conselheiros, dos quais três nomeados por livre escolha do Presidente da República, como representantes dos acionistas da classe "A", e três eleitos pelos acionistas da classe "B", dentre brasileiros que exerçam cargos de direção ou técnicos na administração das Sociedades Seguradoras.

§ 1º Cada Sociedade Seguradora terá direito a um voto;

§ 2º Os Conselheiros representantes dos acionistas da classe "B" terão mandato de dois anos;

§ 3º Os membros do Conselho Técnico tomarão posse perante o Presidente do IRB.

Art. 50. O Presidente e os Conselheiros não contraem obrigação pessoal, individual ou solidária pelos atos praticados no exercício dos respectivos cargos, mas são responsáveis pela negligência, falta de exação, culpa ou dolo com que desempenharem suas funções.

Art. 51. Os Estatutos disporão sobre os vencimentos e as gratificações do Presidente e Membros do Conselho Técnico, regulando também as eleições, a posse e a substituição dos Conselheiros.

Art. 52. Não poderão ser membros efetivos ou suplentes do Conselho Técnico do IRB:

a) parentes consanguíneos até o segundo grau, cunhado, sogro, ou genro do Presidente, dos membros efetivos ou suplente do aludido Conselho;

b) administradores, gerentes ou quaisquer servidores de Sociedade Seguradora de que faça parte algum outro membro efetivo ou suplente dos Conselhos Técnico ou Fiscal.

Art. 53. O IRB terá um Conselho Fiscal — CF, composto de dois representantes dos acionistas da classe "A" e um representante dos da classe "B", cada um com o respectivo suplente.

§ 1º O provimento dos cargos do CF obedecerá à sistemática estabelecida no artigo 49, vigendo restrições idênticas às do artigo 52, ambos deste decreto-lei.

§ 2º Os membros do CF tomarão posse perante o Ministro da Indústria e do Comércio.

Art. 54. Os Estatutos fixarão a competência do CF e a remuneração de seus membros.

SEÇÃO III

Do Pessoal

Art. 55. Os serviços do IRB serão executados por pessoal admitido mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, cabendo aos Estatutos regular suas condições de realização, bem como os direitos, vantagens e deveres dos servidores, inclusive as punições aplicáveis.

§ 1º A nomeação para cargo em comissão será feita pelo Presidente, depois de aprovada sua criação pelo Conselho Técnico.

§ 2º É permitida a contratação de pessoal destinado a funções técnicas especializadas ou para serviços auxiliares de manutenção, transporte, higiene e limpeza.

§ 3º Ficam assegurados aos servidores do IRB os direitos decorrentes de normas legais em vigor, no que digam respeito à participação nos lucros, aposentadoria, enquadramento sindical, estabilidade de aplicação da legislação do trabalho.

§ 4º Os vencimentos dos servidores do IRB constarão de quadro aprovada pelo Conselho Técnico, mediante proposta do Presidente.

SEÇÃO IV

Das Operações

Art. 56. O IRB opera em qualquer tipo de resseguro ou de retrocessão, segundo as normas aprovadas pelo Conselho Técnico e dentro das diretrizes traçadas pelo CNSP, que regulamentará a realização dos seguros previstos no artigo 20 do Capítulo III deste decreto-lei.

Art. 57. As operações do IRB têm a garantia de seu capital e reservas e, subsidiariamente, a da União.

Art. 58. A aceitação de resseguro pelo IRB é obrigatória, em princípio, para as responsabilidades originárias e para os riscos acessórios.

Art. 59. O IRB poderá organizar e dirigir consórcios, inclusive deles participar, sendo considerado ressegurador e ficando as Sociedades Seguradoras, nesse caso, como retrocessionárias.

Art. 60. É obrigatória a aceitação da retrocessão do IRB pelas Sociedades Seguradoras autorizadas a operar no País.

§ 1º A circunstância de não operar em seguro, no ramo e modalidade da retrocessão, não exime as Sociedades Seguradoras das obrigações estabelecidas neste artigo.

§ 2º Na distribuição das retrocessões, o IRB levará em conta o volume e o resultado dos resseguros recebidos, bem como a orientação técnica e a situação econômico-financeira das Sociedades Seguradoras.

Art. 61. O IRB poderá efetuar adiantamentos às Sociedades Seguradoras, por conta de recuperação de indenizações provenientes de sinistros.

§ 1º No caso de receberem adiantamento, as Sociedades Seguradoras ficarão obrigadas a aplicá-lo na liquidação dentro de 30 dias. Constitui crime de apropriação indébita a falta de utilização dos adiantamentos recebidos, na forma e no prazo previstos neste parágrafo.

§ 2º Os diretores e administradores das Sociedades Seguradoras respondem civil e criminalmente pela inobservância do disposto no parágrafo anterior.

Art. 62. As Sociedades Seguradoras ficam obrigadas a constituir e a manter um Fundo de Garantia de Retrocessões — FGR, destinado a responder subsidiariamente pelas responsabilidades decorrentes das retrocessões do I.R.B.

§ 1º O FGR será considerado, para todos os efeitos, como reserva técnica.

§ 2º O FGR será constituído pela transferência anual de percentuais dos lucros líquidos apurados pelas Sociedades, da forma e nas condições esta-

belecidas pelo CNSP, que poderá determinar a transferência para o FGR da parte ou da totalidade dos saídos auferidos pelas Sociedades Seguradoras, na condição de retrocessionárias do IRB.

§ 3º O CNSP fixará o montante do FGR a ser recolhido ao IRB, sobre o qual este abonará juros, podendo efetuar a compensação dos seus créditos nos casos de liquidação das Sociedades Seguradoras.

Art. 63. Todas as informações e demais esclarecimentos necessários às operações do IRB serão obrigatoriamente fornecidos pelas autoridades e pelas Sociedades Seguradoras a que forem solicitados.

Art. 64. Para a realização da política de seguros estabelecida pelo CNSP, o Ministério da Fazenda e os órgãos do Sistema Financeiro Nacional prestarão ao IRB a colaboração necessária e lhe proporcionarão os meios para a efetivação de suas operações no exterior.

SEÇÃO V

Das liquidações de sinistros

Art. 65. Nos casos de liquidação de sinistros, as normas e decisões do IRB obrigam as Sociedades Seguradoras.

Art. 66. As liquidações extrajudiciais só obrigarão o IRB quando ele houver homologado o acordo relativo à indenização e autorizado previamente seu pagamento, ressalvadas as exceções de cada ramo.

Art. 67. O IRB responderá perante as Sociedades Seguradoras diretas na proporção da responsabilidade ressegurada, inclusive na parte correspondente às despesas de liquidação, ficando com direito regressivo contra as retrocessionárias, para delas reaver a quota que lhes couber no sinistro.

Art. 68. O IRB será considerado litisconsorte necessário nas ações de seguro, sempre que tiver responsabilidades no pedido.

§ 1º A Sociedade Seguradora deverá declarar, na contestação, se o IRB participa na soma reclamada. Sendo o caso, o juiz mandará citar o Instituto e manterá sobrestado o andamento do feito até a efetivação da medida processual.

§ 2º O IRB responderá no fôro em que fôr demandada a Sociedade Seguradora.

§ 3º O IRB não responde diretamente perante os segurados pelo montante assumido em resseguro.

§ 4º Nas ações executivas de seguro e nas execuções de sentença, não terá eficácia a penhora feita antes da citação da Sociedade Seguradora e do IRB.

§ 5º Nas louvações de peritos, caberá ao IRB a indicação, se não houver acôrdo com as Sociedades Seguradoras.

§ 6º As sentenças proferidas com inobservância do disposto no presente artigo serão nulas.

Art. 69. As Sociedades Seguradoras retrocessionárias acompanharão a sorte do IRB, que as representará nas liquidações amigáveis ou judiciais de sinistros.

SEÇÃO VI

Do balanço e distribuição de lucros

Art. 70. O IRB constituirá reservas, fundos e provisões necessárias à sua estabilidade econômico-financeira, não podendo as reservas técnicas ser inferiores às determinadas pelo CNSP para as Sociedades Seguradoras.

Parágrafo único. As reservas fundos e provisões, constituídas pelo IRB na forma deste artigo, não se consideram como lucros, para efeitos fiscais.

Art. 71. Depois de constituídas as reservas técnicas e feitas as necessárias amortizações e depreciações, os lucros líquidos do IRB serão distribuídos da seguinte forma:

a) o montante determinado pelo CT para um fundo de reserva suplementar, soma essa que, até o fundo atingir valor igual ao do capital, deverá ser, no mínimo de vinte por cento;

b) o montante necessário para distribuir um dividendo não superior a dez por cento do capital realizado e reservas patrimoniais do IRB, conforme deliberação do CT;

c) o montante necessário para gratificação aos Conselheiros, ao Presidente e aos demais membros da administração e servidores.

Parágrafo único. O saldo que se apurar será distribuído da seguinte forma:

a) o montante necessário para fundos especiais, inclusive para difusão e aperfeiçoamento técnico do seguro, a critério do CT;

b) até vinte e cinco por cento às Instituições de Previdência Social, proporcionalmente às respectivas participações nas ações da classe "A";

c) até vinte e cinco por cento a serem distribuídos pelas Sociedades Seguradoras, na proporção do resultado das operações que tenham efetuado com o IRB;

d) até vinte e cinco por cento para a União Federal, destinados ao Ministério da Saúde, para o combate às endemias.

CAPÍTULO VII

Das sociedades seguradoras

SEÇÃO I

Legislação aplicável

Art. 72. As Sociedades Seguradoras serão reguladas pela legislação geral no que lhes fôr aplicável e, em especial, pelas disposições do presente decreto-lei.

Art. 73. As Sociedades Seguradoras não poderão explorar qualquer outro ramo de comércio ou indústria.

SEÇÃO II

Da autorização para funcionamento

Art. 74. A autorização para funcionamento será concedida através de Portaria do Ministro da Indústria e do Comércio, mediante requerimento firmado pelos incorporadores, dirigido ao CNSP e apresentado por intermédio da SUSEP.

Art. 75. Concedida a autorização para funcionamento, a Sociedade terá o prazo de noventa dias para comprovar perante a SUSEP, o cumprimento de todas as formalidades legais ou exigências feitas no ato da autorização.

Art. 76. Feita a comprovação referida no artigo anterior, será expedida a carta-patente pelo Ministro da Indústria e do Comércio.

Art. 77. As alterações dos Estatutos das Sociedades Seguradoras dependerão de prévia autorização do Ministro da Indústria e do Comércio, cívicos a SUSEP e o CNSP.

SEÇÃO III

Das Operações das Sociedades Seguradoras

Art. 78. As Sociedades Seguradoras só poderão operar em seguros para os quais tenham a necessária autorização, segundo os planos, tarifas e normas aprovadas pelo CNSP.

Art. 79. É vedado às Sociedades Seguradoras reter responsabilidades cujo valor ultrapasse os limites técnicos, fixados pela SUSEP de acordo com as normas aprovadas pelo CNSP, e que levarão em conta:

- a) a situação econômico-financeira das Sociedades Seguradoras;
- b) as condições técnicas das respectivas carteiras;
- c) o resultado de suas operações com o IRB.

§ 1º As Sociedades Seguradoras são obrigadas a ressegurar no IRB as responsabilidades excedentes de seu limite técnico em cada ramo de operações e, em caso de cosseguro, a cota que for fixada pelo CNSP.

§ 2º Não haverá cobertura de resseguro para as responsabilidades assumidas pelas Sociedades Seguradoras em desacordo com as normas e instruções em vigor.

Art. 80. As operações de cosseguro obedecerão a critérios fixados pelo CNSP, quanto à obrigatoriedade e normas técnicas.

Art. 81. A colocação de seguro e resseguro no estrangeiro será feita exclusivamente por intermédio do IRB.

Parágrafo único. As reservas de garantia correspondentes aos seguros e resseguros efetuados no exterior ficarão integralmente retidas no País.

Art. 82. As Sociedades Seguradoras só poderão aceitar resseguros mediante prévia e expressa autorização do IRB.

Art. 83. As apólices, certificados e bilhetes de seguro mencionarão a responsabilidade máxima da Sociedade

Seguradora, expressa em moeda nacional para cobertura dos riscos nêles descritos e caracterizados.

Art. 84. Para garantia de todas as suas obrigações, as Sociedades Seguradoras constituirão reservas técnicas, fundos especiais e provisões, de conformidade com os critérios fixados pelo CNSP, além das reservas e fundos determinados em leis especiais.

Art. 85. Os bens garantidores das reservas técnicas, fundos e provisões serão registrados na SUSEP e não poderão ser alienados, prometidos alienar ou de qualquer forma gravados sem sua prévia e expressa autorização, sendo nulas, de pleno direito, as alienações realizadas ou os gravames constituídos com violação deste artigo.

Parágrafo único. Quando a garantia recair em bem imóvel, será obrigatoriamente inscrita no competente Cartório do Registro Geral de Imóveis, mediante simples requerimento firmado pela Sociedade Seguradora e pela SUSEP.

Art. 86. Os segurados e beneficiários que sejam credores por indenização ajustada ou por ajustar têm privilégio especial sobre reservas técnicas, fundos especiais ou provisões garantidoras das operações de seguro, cabendo ao IRB o mesmo privilégio após o pagamento aos segurados e beneficiários.

Art. 87. As Sociedades Seguradoras não poderão distribuir lucros ou quaisquer fundos correspondentes às reservas patrimoniais, desde que essa distribuição possa prejudicar o investimento obrigatório do capital e reserva, de conformidade com os critérios estabelecidos neste Decreto-lei.

Art. 88. As Sociedades Seguradoras obedecerão às normas e instruções da SUSEP e do IRB sobre operações de seguro, cosseguro, resseguro e retrocessão, bem como lhes fornecerão dados e informações atinentes a quaisquer aspectos de suas atividades.

Parágrafo único. Os inspetores e funcionários credenciados da SUSEP e do IRB terão livre acesso às Sociedades Seguradoras, delas podendo requisitar e apreender livros, notas técnicas e documentos, caracterizando-se como embargo à fiscalização, sujeito às penas previstas neste Decreto-lei, qualquer dificuldade oposta aos objetivos deste artigo.

CAPÍTULO VII

Do Regime Especial de Fiscalização

Art. 89. Em caso de insuficiência de cobertura das reservas técnicas ou de má situação econômico-financeira da Sociedade Seguradora, a critério da SUSEP, poderá esta, além de outras providências cabíveis, inclusive fiscalização especial, nomear, por tempo indeterminado, às expensas da Sociedade Seguradora, um diretor-fiscal com as atribuições e vantagens que lhe forem indicadas pelo CNSP.

Parágrafo único. Sempre que julgar necessário ou conveniente à defesa dos interesses dos segurados, a SUSEP verificará, nas indenizações, o fiel cumprimento do contrato, inclusive a exatidão do cálculo da reserva técnica e se as causas protelatórias de pagamento, porventura existentes, decorrem de dificuldades econômico-financeiras da empresa.

Art. 90. Não surtindo efeito as medidas especiais ou a intervenção, a SUSEP encaminhará ao CNSP proposta de cassação da autorização para funcionamento da Sociedade Seguradora.

Art. 91. O descumprimento de qualquer determinação do Diretor-Fiscal por Diretores, administradores, gerentes, fiscais ou funcionários da Sociedade Seguradora em regime especial de fiscalização acarretará o afastamento do infrator, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 92. Os administradores das Sociedades Seguradoras ficarão suspensos do exercício de suas funções desde que instaurado processo-crime por atos ou fatos relativos à respectiva gestão perdendo imediatamente seu mandato na hipótese de condenação.

Art. 93. Cassada a autorização de uma Sociedade Seguradora para funcionar, a alienação ou gravame de qualquer de seus bens dependerá de autorização da SUSEP, que, para salvaguarda dessa inalienabilidade, terá poderes para controlar o movimento de contas bancárias e promover o levantamento do respectivo ônus junto às Autoridades ou Registros Públicos.

CAPÍTULO VIII

Da Liquidação das Sociedades Seguradoras

Art. 94. A cessação das operações das Sociedades Seguradoras poderá ser:

- a) voluntária, por deliberação dos sócios em Assembléia Geral;
- b) compulsória, por ato do Ministro da Indústria e do Comércio, nos termos deste Decreto-lei.

Art. 95. Nos casos de cessação voluntária das operações, os Diretores requererão ao Ministro da Indústria e do Comércio o cancelamento da autorização para funcionamento da Sociedade Seguradora, no prazo de cinco dias da respectiva Assembléia Geral.

Parágrafo único. Devidamente instruído, o requerimento será encaminhado por intermédio da SUSEP, que opinará sobre a cessação deliberada.

Art. 96. Além dos casos previstos neste Decreto-lei ou em outras leis, ocorrerá a cessação compulsória das operações da Sociedade Seguradora que:

- a) praticar atos nocivos à política de seguros determinada pelo CNSP;
- b) não formar as reservas, fundos e provisões a que esteja obrigada ou deixar de aplicá-las pela forma prescrita neste Decreto-lei;
- c) acumular obrigações vultosas devidas ao IRE, a juízo do Ministro da Indústria e do Comércio;
- d) configurar a insolvência econômico-financeira.

Art. 97. A liquidação voluntária ou compulsória das Sociedades Seguradoras será processada pela SUSEP.

Art. 98. O ato da cassação será publicado no *Diário Oficial* da União, produzindo imediatamente os seguintes efeitos:

- a) suspensão das ações e execuções judiciais, excetuadas as que tiveram início anteriormente, quando, intentadas por credores com privilégio sobre determinados bens da Sociedade Seguradora;
- b) vencimento de todas as obrigações civis ou comerciais da Sociedade Seguradora liquidanda, incluídas as cláusulas penais dos contratos;

c) suspensão da incidência de juros, ainda que estipulados, se a massa liquidanda não bastar para o pagamento do principal;

d) cancelamento dos poderes de todos os órgãos de administração da Sociedade liquidanda.

Parágrafo único. Durante a liquidação, fica interrompida a prescrição extintiva contra ou a favor da massa liquidanda.

Art. 99. Além dos poderes gerais de administração, a SUSEP ficará investida de poderes especiais para representar a Sociedade Seguradora liquidanda ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo:

a) propor e contestar ações, inclusive para integralização de capital pelos acionistas;

b) nomear e demitir funcionários;

c) fixar os vencimentos de funcionários;

d) outorgar ou revogar mandatos;

e) transigir;

f) vender valores móveis e bens imóveis.

Art. 100. Dentro de 90 (noventa) dias da cassação para funcionamento, a SUSEP levantará o balanço do ativo e do passivo da Sociedade Seguradora liquidanda e organizará:

a) o arrolamento pormenorizado dos bens do ativo, com as respectivas avaliações, especificando os garantidores das reservas técnicas ou do capital;

b) a lista dos credores por dívida de indenização de sinistro, capital garantidor de reservas técnicas ou restituição de prêmios, com a indicação das respectivas importâncias;

c) a relação dos créditos da Fazenda Pública, da Previdência Social e do IRB;

d) a relação dos demais credores, com indicação das importâncias e procedência dos créditos, bem como sua classificação, de acordo com a legislação de falências.

Parágrafo único. O IRB compensa seu crédito com o valor das ações efetivamente realizadas pela Sociedade Seguradora liquidanda, acrescido do ágio, pagando-lhe o saldo, se houver, e procedendo à transferência como previsto no artigo 43 parágrafo 3º.

Art. 101. Os interessados poderão impugnar o quadro geral de credores, mas decairão desse direito se não o exercérem no prazo de quinze dias.

Art. 102. A SUSEP examinará as impugnações e fará publicar no *Diário Oficial* da União sua decisão, dela notificando os recorrentes por via postal, sob AR.

Parágrafo único. Da decisão da SUSEP caberá recurso para o Ministro da Indústria e do Comércio, no prazo de quinze dias.

Art. 103. Depois da decisão relativa a seus créditos ou aos créditos contra os quais tenham reclamado, os credores não incluídos nas relações a que se refere o art. 100, os delas excluídos, os incluídos sem os privilégios a que se julguem com direito, inclusive por atribuição de importância inferior à reclamada, poderão prosseguir na ação já iniciada ou propor a que lhes competir.

Parágrafo único. Até que sejam julgadas as ações, a SUSEP reservará cota proporcional do ativo para garantia dos credores de que trata este artigo.

Art. 104. A SUSEP promoverá a realização do ativo e efetuará o pagamento dos credores pelo crédito apurado e aprovado no prazo de seis meses, observados os respectivos privilégios e classificação, de acordo com a cota apurada em rateio.

Art. 105. Ultrapassada a liquidação e levantado o balanço final, será o mesmo submetido à aprovação do Ministro da Indústria e do Comércio, com relatório da SUSEP.

Art. 106. A SUSEP terá direito à comissão de cinco por cento sobre o ativo apurado nos trabalhos de liquidação, competindo ao Superintendente arbitrar a gratificação a ser paga aos inspetores e funcionários encarregados de executá-los.

Art. 107. Nos casos omissos, são aplicáveis as disposições da legislação de falências desde que não contrariem as disposições do presente Decreto-lei.

Parágrafo único. Nos casos de cessação parcial, restrita às operações de um ramo, serão observadas as disposições deste Capítulo, na parte aplicável.

CAPÍTULO IX

Do Regime Repressivo

Art. 108. As infrações aos dispositivos deste Decreto-lei sujeitam as Sociedades Seguradoras, seus Diretores, administradores, gerentes e fiscais às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente:

- I — Advertência;
- II — Multa pecuniária;
- III — Suspensão do exercício do cargo;
- IV — Inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargo de direção, nas Sociedades Seguradoras ou no IRB;
- V — Suspensão da autorização em cada ramo isolado;
- VI — Perda parcial ou total da recuperação de resseguro;
- VII — Suspensão de cobertura automática;
- VIII — Suspensão de retrocessão;
- IX — Cassação de carta-patente.

Art. 109. Os Diretores, administradores, gerentes e fiscais das Sociedades Seguradoras responderão solidariamente com a mesma pelos prejuízos causados a terceiros, inclusive aos seus acionistas, em consequência do descumprimento de leis, normas e instruções referentes às operações de seguro, cosseguro, resseguro ou retrocessão, e em especial, pela falta de constituição das reservas obrigatórias.

Art. 110. Constitui crime contra a economia popular, punível de acordo com a legislação respectiva, a ação ou omissão, pessoal ou coletiva, de que decorra a insuficiência das reservas e de sua cobertura, vinculadas à garantia das obrigações das Sociedades Seguradoras.

Art. 111. Serão aplicadas multas de até Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros) às Sociedades Seguradoras que:

- a) infringirem disposições das normas e instruções baixadas pelo CNSP, pela SUSEP ou pelo IRB, nos casos em que não estejam previstas outras penalidades;
- b) retiverem cotas de responsabilidade fora de seus limites de retenção;
- c) alienarem ou onerarem bens em desacordo com este Decreto-lei;

d) não mantiverem os registros aprovados pela SUSEP, de acordo com o presente Decreto-lei;

e) transgredirem a proibição do art. 24 deste Decreto-lei;

f) deixarem de fornecer informações ao IRB na forma prevista no artigo 63 deste Decreto-lei;

g) fizerem declarações ou dissimulações fraudulentas nos relatórios, balanços, contas e documentos apresentados, requisitados ou apreendidos pela SUSEP ou pelo IRB;

h) diretamente ou por interposta pessoa, realizarem ou se propuserem realizar, através de anúncios ou prospectos, contratos de seguro ou resseguro de qualquer natureza que interessem a pessoas e coisas existentes no País, sem a necessária carta-patente ou antes da aprovação dos respectivos planos, tabelas, modelos de propostas, de apólices e de bilhetes de seguro;

i) divulgarem prospectos, publicarem anúncios, expedirem circulares ou fizerem outras publicações que contenham afirmações ou informações contrárias às leis, seus estatutos e planos, ou que possam induzir alguém em erro sobre a verdadeira importância das operações, bem como sobre o alcance da fiscalização a que estiverem obrigadas.

Art. 112. Será aplicada multa de até Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros) às pessoas que deixarem de realizar os seguros legalmente obrigatórios, sem prejuízo de outras sanções legais.

Art. 113. As pessoas físicas ou jurídicas que realizarem operações de seguro, cosseguro ou resseguro sem a devida autorização, no País ou no exterior, ficam sujeitas à pena de multa igual ao valor da importância segurada ou ressegurada.

Art. 114. A suspensão do exercício do cargo e a inabilitação para a direção ou gerência de Sociedades Seguradoras caberão quando houver reincidência nas transgressões previstas nas letras d, f, e h do artigo 111.

Art. 115. A suspensão de autorização para operar em determinado ramo de seguro será aplicada quando verificada má condução técnica ou financeira dos respectivos negócios.

Art. 116. A perda parcial ou total da recuperação e a suspensão da cobertura automática e das retrocessões caberão nos seguintes casos:

a) incapacidade técnica na condução dos negócios da Sociedade Seguradora;

b) liquidação de sinistro sem autorização do IRB;

c) contratação de seguro em desacordo com as normas da SUSEP;

d) falta de liquidação dos débitos de operações com o IRB por mais de sessenta dias;

e) omissão do IRB como litisconsorte necessário nos casos em que este tiver responsabilidade no pedido;

f) falta de aplicação dos adiantamentos concedidos pelo IRB, na forma e no prazo previsto no artigo 66, parágrafo 1º deste Decreto-lei;

g) reincidência na proibição do artigo 39 do presente Decreto-lei;

h) reincidência na proibição do artigo 84 deste Decreto-lei;

i) reincidência na proibição do artigo 11, letra "a", deste Decreto-lei.

Art. 117. A cassação da carta patente se fará nas hipóteses de infração dos artigos 81 e 82, nos casos previstos no artigo 96 ou de reincidência na proibição estabelecida nas letras "c" e "i" do artigo 111, todos do presente Decreto-lei.

Art. 118. As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positivamente fatos irregulares, e o CNSP disporá sobre as respectivas instaurações, recursos e seus efeitos, instâncias, prazos, perempção e outros atos processualísticos.

Art. 119. As multas aplicadas de conformidade com o disposto neste Capítulo e seguinte serão recolhidas aos cofres da SUSEP.

Art. 120. Os valores monetários das penalidades previstas nos artigos precedentes ficam sujeitos à correção monetária pelo CNSP.

Art. 121. Provada qualquer infração penal a SUSEP remeterá cópia do processo ao Ministério Público para fins de direito.

CAPÍTULO X

Dos Corretores de Seguros

Art. 122. O corretor de seguros, pessoa física ou jurídica, é o intermediário legalmente autorizado a angariar e promover contratos de seguro entre as Sociedades Seguradoras e as pessoas físicas ou jurídicas de Direito Privado.

Art. 123. O exercício da profissão de corretor de seguros depende de prévia habilitação e registro.

§ 1º A habilitação será feita perante a SUSEP, mediante prova de capacidade técnico-profissional, na forma das instruções baixadas pelo CNSP.

§ 2º O corretor de seguros poderá ter prepostos de sua livre escolha e designar, dentre eles, o que o substituirá.

§ 3º Os corretores e prepostos serão registrados na SUSEP, com obediência aos requisitos estabelecidos pelo CNSP.

Art. 124. As comissões de corretagem só poderão ser pagas a corretor de seguros devidamente habilitado.

Art. 125. É vedado aos corretores e seus prepostos:

a) aceitar ou exercer emprego de pessoa jurídica de Direito Público;

b) manter relação de emprego ou de direção com Sociedade Seguradora.

Parágrafo único. Os impedimentos deste artigo aplicam-se também aos Sócios e Diretores de Empresas de corretagem.

Art. 126. O corretor de seguros responderá civilmente perante os segurados e as Sociedades Seguradoras pelos prejuízos que causar, por omissão, imperícia ou negligência no exercício da profissão.

Art. 127. Caberá responsabilidade profissional, perante a SUSEP, ao corretor que deixar de cumprir as leis, regulamentos e resoluções em vigor, ou que der causa dolosa ou culposa a prejuízos às Sociedades Seguradoras ou aos segurados.

Art. 128. O corretor de seguros estará sujeito às penalidades seguintes:

- a) multa;
- b) suspensão temporária do exercício da profissão;
- c) cancelamento do registro.

Parágrafo único. As penalidades serão aplicadas pela SUSEP, em processo regular, na forma prevista no art. 119 desta Lei.

CAPÍTULO XI

Disposições Gerais e Transitórias

SEÇÃO I

Do Seguro-Saúde

Art. 129. Fica instituído o Seguro-Saúde para dar cobertura aos riscos de assistência médica e hospitalar.

Art. 130. A garantia do Seguro-Saúde consistirá no pagamento em dinheiro, efetuado pela Sociedade Seguradora, à pessoa física ou jurídica prestante da assistência médico-hospitalar ao segurado.

§ 1º A cobertura do Seguro-Saúde ficará sujeita ao regime de franquia, de acordo com os critérios fixados pelo CNSP.

§ 2º A livre escolha do médico e do hospital é condição obrigatória nos contratos referidos no artigo anterior.

Art. 131. Para os efeitos do artigo 130 deste Decreto-lei, o CNSP estabelecerá tabelas de honorários médico-hospitalares e fixará percentuais de participação obrigatória dos segurados nos sinistros.

§ 1º Na elaboração das tabelas, o CNSP observará a média regional dos honorários e a renda média dos pacientes, incluindo a possibilidade de ampliação voluntária da cobertura pelo acréscimo do prêmio.

§ 2º Na fixação das percentagens de participação, o CNSP levará em conta os índices salariais dos segurados e seus encargos familiares.

Art. 132. O pagamento das despesas cobertas pelo Seguro-Saúde dependerá de apresentação da documentação médico e hospitalar que possibilite a identificação do sinistro.

Art. 133. É vedado às Sociedades Seguradoras acumular assistência fi-

nanceira com assistência médico-hospitalar.

Art. 134. As sociedades civis ou comerciais que, na data deste Decreto-lei, tenham vendido títulos, contratos, garantias de saúde, segurança de saúde, benefícios de saúde, títulos de saúde ou seguros sob qualquer outra denominação, para atendimento médico, farmacêutico e hospitalar, integral ou parcial, ficam proibidas de efetuar novas transações do mesmo gênero, ressalvado o disposto no art. 135 parágrafo 1º.

§ 1º As Sociedades civis e comerciais que se enquadrem no disposto neste artigo poderão continuar prestando os serviços nele referidos exclusivamente às pessoas físicas ou jurídicas com as quais os tenham ajustado ante da promulgação deste Decreto-lei, facultada opção bilateral pelo regime do Seguro-Saúde.

§ 2º No caso da opção prevista no parágrafo anterior, as pessoas jurídicas prestantes da assistência médica, farmacêutica e hospitalar, ora regulada, ficarão responsáveis pela contribuição do Seguro-Saúde devida pelas pessoas físicas optantes.

§ 3º Ficam excluídas das obrigações previstas neste artigo as Sociedades Benéficas que estiverem em funcionamento na data da promulgação desse Decreto-lei, as quais poderão preferir o regime do Seguro-Saúde a qualquer tempo.

Art. 135. As entidades organizadas sem objetivo de lucro, por profissionais médicos e paramédicos ou por estabelecimentos hospitalares, visando a institucionalizar suas atividades para a prática da medicina social e para a melhoria das condições técnicas e econômicas dos serviços assistenciais, isoladamente ou em regime de associação, poderão operar sistemas próprios de pré-pagamento de serviços médicos e/ou hospitalares, sujeitas ao que dispuser a Regulamentação desta Lei, às resoluções do CNSP e à fiscalização dos órgãos competentes.

SEÇÃO II

Art. 136. Fica extinto o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização (DNSPC), do Minis-

tério da Indústria e do Comércio, cujo acervo e documentação passarão para a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

§ 1º Até que entre em funcionamento a SUSEP, as atribuições a ela conferidas pelo presente Decreto-lei continuarão a ser desempenhadas pelo DNSPC.

§ 2º Ficam extintos, no Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio, o cargo em comissão de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, símbolo 2-C, e oito (8) cargos, em comissão, de Delegado Regional de Seguros, símbolo 5-C.

§ 3º Enquanto não for aprovado o Quadro de Pessoal da SUSEP, os ocupantes dos cargos referidos no parágrafo anterior continuarão no exercício de suas funções, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

Art. 137. Os funcionários atualmente em exercício no DNSPC continuarão a integrar o Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio, observadas, para efeito de lotação, as necessidades de serviço, e ressalvado o direito de opção dos Inspectores de Seguros, de acordo com o parágrafo único do artigo 140.

Art. 138. Poderá a SUSEP requisitar servidores da administração centralizada ou descentralizada sem prejuízo de vencimentos, direitos, gratificações e vantagens.

Art. 139. Após a aprovação do quadro de pessoal da SUSEP será assegurado aos servidores requisitados o direito de opção no prazo de 90 dias, pelo regime de pessoal da autarquia ou retorno ao órgão de origem.

Parágrafo único. As disposições do presente artigo são aplicáveis aos atuais ocupantes dos cargos de inspetor de seguros.

Art. 140. As dotações consignadas no Orçamento da União, para o exercício de 1967, à conta do DNSPC, serão transferidas para a SUSEP, excluídas as relativas às despesas decorrentes de vencimentos e vantagens de Pessoal Permanente.

Art. 141. Fica dissolvida a Companhia Nacional de Seguro Agrícola, competindo ao Ministério da Agricultura promover sua liquidação e aproveitamento de seu pessoal.

Art. 142. Ficam incorporadas ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural:

a) Fundo de Estabilidade do seguro Agrário, a que se refere o artigo 8º da Lei 2.168, de 11 de janeiro de 1964;

b) o Fundo de Estabilização previsto no artigo 3º da Lei nº 4.430, de 20 de outubro de 1964.

Art. 143. Os órgãos do Poder Público que operam em seguros privados enquadrarão suas atividades ao regime deste Decreto-Lei no prazo de cento e oitenta dias, ficando autorizados a constituir a necessária Sociedade Anônima ou Cooperativa.

§ 1º As Associações de Classe, de Beneficência e de Socorros mútuos e os Montepios que instituem pensões ou pecúlios, atualmente em funcionamento, ficam excluídos do regime estabelecido neste Decreto-Lei, facultado ao CNSP mandar fiscalizá-los se e quando julgar conveniente.

§ 2º As Sociedades Seguradoras estrangeiras que operam no País, adaptarão suas organizações às novas exigências legais, no prazo deste artigo e nas condições determinadas pelo CNSP.

Art. 144. O CNSP proporá ao Poder Executivo no prazo de cento e oitenta dias, as normas de regulamentação dos seguros obrigatórios previstos no artigo 20 deste Decreto-Lei.

Art. 145. Até a instalação do CNSP e da SUSEP, será mantida a jurisdição e a competência do DNSPC, conservadas em vigor as disposições legais e regulamentares, inclusive as baixadas pelo IRB, no que forem cabíveis.

Art. 146. O Poder Executivo fica autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), no exercício de 1967, destinado à instalação do CNSP e da SUSEP.

Art. 147. A fiscalização da gestão financeira e administrativa das Sociedades que operam em capitalização passa à jurisdição do Banco Central da República do Brasil.

Art. 148. As resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados vigorarão imediatamente e serão publicadas no *Diário Oficial da União*.

Art. 149. O Poder Executivo regulamentará este Decreto-Lei no prazo de 120 dias (cento e vinte dias), vigendo

idêntico prazo para a aprovação do Regulamento da SUSEP e dos Estatutos do IRB.

Art. 150. A liquidação compulsória das Sociedades de Capitalização prevista nos artigos 24 e seguintes do Decreto nº 22.456, de 10 de fevereiro de 1933, será promovida por um liquidante investido de todos os poderes contidos no artigo 32 do mencionado Decreto e de livre nomeação e demissão do Ministro da Fazenda.

Art. 151. Para efeito do artigo precedente ficam suprimidos os cargos e funções de Delegado do Governo Federal e de liquidante designado pela sociedade, a que se referem os artigos 24 e 25 do Decreto nº 22.456, de 10 de fevereiro de 1933, ressalvadas as liquidações decretadas até dezembro de 1965.

Art. 152. O risco de acidente de trabalho continua a ser regido pela legislação específica, devendo ser objeto de nova legislação dentro de 90 dias.

Art. 153. Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas expressamente todas as disposições de leis, decretos e regulamentos que dispuserem em sentido contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

*Eduardo Lopes Rodrigues
Severo Fagundes Gomes
L. G. do Nascimento e Silva
Raymundo de Britto
Paulo Egydio Martins
Roberto Campos*

DECRETO-LEI Nº 74 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1966

Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 31 do Ato Institucional nº 2, tendo em vista o Ato Complementar nº 23, decreta:

Art. 1º O Conselho Federal de Cultura será constituído por vinte e quatro membros nomeados pelo Presidente da República, por seis anos, dentre personalidades eminentes da

cultura brasileira e de reconhecida idoneidade

§ 1º Na escolha dos membros do Conselho, o Presidente da República levará em consideração a necessidade de nêle serem devidamente representadas as diversas artes, as letras e as ciências.

§ 2º De dois em dois anos, cessará o mandato de um terço dos membros do Conselho, permitida a recondução por uma só vez. Ao ser constituído o Conselho, um terço de seus membros terá mandato, apenas, de dois anos e um terço de quatro anos.

§ 3º Em caso de vaga, a nomeação do substituto será para complementar o prazo do mandato do substituído.

§ 4º O Conselho Federal de Cultura será constituído em câmaras para deliberar sobre assuntos pertinentes as artes, as letras e as ciências, e se reunirá em sessão para decidir sobre a matéria de caráter geral.

§ 5º Além das Câmaras referidas no parágrafo anterior, haverá uma, especialmente destinada aos assuntos do patrimônio histórico e artístico nacional.

§ 6º As funções de conselheiro serão consideradas de relevante interesse nacional, e o seu exercício tem prioridade sobre o de cargos públicos de que sejam titulares os conselheiros.

Art. 2º Ao Conselho Federal de Cultura compete:

a) formular a política cultural nacional;

b) articular-se com os órgãos federais, estaduais e municipais, bem como as Universidades e instituições culturais, de modo a assegurar a coordenação e a execução dos programas culturais;

c) decidir sobre o reconhecimento das instituições culturais, mediante a aprovação de seus estatutos;

d) promover a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional;

e) conceder auxílios e subvenções às instituições culturais oficiais e particulares de utilidade pública, tendo em vista a conservação de seu patrimônio artístico e a execução de projetos específicos para a difusão da cultura, científica, literária e artística;

f) promover campanhas nacionais que visem ao desenvolvimento cultural e artístico;

g) manter atualizado o registro das instituições culturais e oficiais e particulares e dos professores e artistas que militam no campo das ciências, das letras e das artes;

h) proceder à publicação de um boletim informativo de natureza cultural;

i) informar sobre a situação das instituições particulares de caráter cultural com vistas ao recebimento de subvenções concedidas pelo Governo Federal;

j) reconhecer, para efeito de assistência e amparo através do Plano Nacional de Cultura, as instituições culturais do País, cujo reconhecimento se dará mediante solicitação da instituição interessada;

k) estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura e propor convênios com esses órgãos, visando ao levantamento das necessidades regionais e locais, nos diferentes ramos profissionais, e ao desenvolvimento e integração da cultura no País;

l) apreciar os planos parciais de trabalho elaborados pelos órgãos culturais do Ministério da Educação e Cultura, com vistas a sua incorporação a um programa anual do Ministério da Educação e Cultura, a ser aprovado pelo Ministro de Estado;

m) elaborar o Plano Nacional da Cultura, com os recursos oriundos do Fundo Nacional da Educação, ou de outras fontes, orçamentárias ou não, colocadas ao seu alcance;

n) promover sindicâncias, por meio de comissões especiais, nas instituições culturais oficiais ou particulares, estas últimas desde que incluídas no Plano Nacional da Cultura, e sempre tendo em vista o bom emprego dos recursos recebidos;

o) elaborar o seu regimento a ser aprovado pelo Presidente da República;

p) emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza cultural que lhe sejam submetidos pelo Ministro da Educação e Cultura;

q) submeter à homologação do Ministro da Educação e Cultura os atos e resoluções aprovados em plenário, sempre que fixem doutrina ou norma de ordem geral;

r) promover intercâmbio com entidades estrangeiras, mediante convê-

nios que possibilitem: exposições, festivais de cultura artística e congressos de caráter científico, artístico e literário;

s) superintender, ouvido o Ministério das Relações Exteriores, cursos e exposições de cultura brasileira no exterior;

t) promover, articulando-se com os Conselhos Estaduais de Cultura, exposições, espetáculos, conferências e debates, projeções cinematográficas e toda qualquer outra atividade, dando, também, especial atenção o meio de proporcionar melhor conhecimento cultural das diversas regiões brasileiras.

Art. 3º Os diretores dos diversos órgãos culturais do Ministério da Educação e Cultura participarão dos trabalhos das Câmaras, mediante convocação expressa do Presidente do Conselho, sempre que se debater matéria diretamente ligada à respectiva repartição.

Art. 4º O Plano Nacional da Cultura, bem como o Plano Nacional da Educação, será aprovado em sessão conjunta do Conselho Federal da Cultura e do Conselho Federal de Educação, sob a presidência do Ministro da Educação e Cultura.

Parágrafo único. A apreciação dos dois planos em sessão plena tem por objetivo evitar duplicação de serviços e harmonizar o plano geral de ação do Ministério da Educação e Cultura nos dois setores de suas atividades básicas.

Art. 5º O Conselho Federal de Cultura terá um Secretário Geral, de provimento em comissão, símbolo 2-C, nomeado pelo Presidente da República, mediante proposta do Presidente do Conselho ao Ministro da Educação e Cultura.

Art. 6º O Conselho Federal de Cultura terá um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos na forma fixada no seu Regimento.

Art. 7º Fica revogado o Decreto-lei nº 526, de 1 de julho de 1938.

Art. 8º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145ª da Independência e 78ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Meniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 75 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre a aplicação da correção monetária aos débitos de natureza trabalhista, bem como a elevação do valor do depósito compulsório nos casos de recursos perante os Tribunais do Trabalho, e da outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 30 do Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965, e combinado com o art. 2º do Ato complementar nº 23, de 20 de outubro de 1966.

Considerando o imperativo de coibir os abusos de direito que se têm verificado na retenção ou retardamento indevidos de salários e de outros pagamentos devidos aos empregados por parte de empresas, ainda mais prolongados por meio de sucessivos recursos judiciais protelatórios;

Considerando que esses fatos, geradores de tensões sociais, não só pela injustiça social que representam, como pelo efetivo desamparo em que vêm deixando, são a fio consideráveis grupos de trabalhadores, têm levado o Governo a intervir imediatamente para encontrar soluções momentâneas, sem que, entretanto, o abuso possa ser adequadamente suprimido;

Considerando que as tensões sociais, daí resultantes afetam necessariamente a segurança nacional; decreta:

Art. 1º Os débitos de salários, indenizações e outras quantias devidas a qualquer título, pelas empresas abrangidas pela Consolidação das Leis do Trabalho e pelo Estatuto do Trabalhador Rural, aos seus empregados, quando não liquidados no prazo de 90 (noventa) dias contados das épocas próprias, ficam sujeitos à correção monetária, segundo os índices fixados trimestralmente pelo Conselho Nacional de Economia.

§ 1º Nas decisões de Justiça do Trabalho, a condenação incluirá sempre a correção de que trata este artigo.

§ 2º A correção de que trata este artigo aplica-se também aos créditos dos empregados nos processos de li-

quidação, concordata ou falência, cessando, porém, sua fluência a partir da data do deferimento do pedido de falência.

Art. 2º Considera-se época própria, para os efeitos do art. 1º:

I — quanto aos salários, até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, quando o pagamento for mensal; até o quinto dia subsequente, quando semanal ou quinzenal;

II — quanto às indenizações correspondentes à rescisão do contrato de trabalho, sem justa causa, o dia em que aquela se verificar ou for declarada por sentença;

III — quanto a outras quantias devidas aos empregados, até o décimo dia subsequente à data em se tornarem legalmente exigíveis.

Art. 3º O parágrafo único do art. 890 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a constituir § 1º, com nova redação, acrescentando-se, mais dois parágrafos ao mesmo artigo, na forma seguinte:

“§ 1º Sendo a condenação ou o valor dado à causa pela sentença de montante até o dobro de valores mencionados nas letras “a”, “b” e “c” do art. 894, só será admitido recurso inclusive o extraordinário mediante prévio depósito da importância respectiva. Transitada em julgado a decisão recorrida, será ordenado o levantamento imediato da importância do depósito, em favor da parte vencedora, por simples despacho do Juiz.

“§ 2º O depósito de que trata o § 1º será feito na conta vinculada do empregado a que se refere o art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, aplicando-se-lhe as disposições da mesma Lei, observado quanto ao respectivo levantamento, o que no mencionado § 1º se dispõe.

“§ 3º Se o empregado não tiver ainda conta vinculada aberta em seu nome nos termos do art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, a empresa procederá à respectiva abertura, para o efeito do disposto no § 2º deste artigo.”

“§ 4º Não se aplica o disposto no presente artigo aos dissídios coletivos.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se o disposto em seus arts. 1º, 2º e 3º aos processos já em curso, contados os prazos, nesse caso, a partir de 90 (noventa) dias da data da publicação deste Decreto-lei revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF., 21 de novembro de 1965; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO-LEI Nº 76 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1965

Dispõe sobre a ocupação e uso de imóveis residenciais construídos, adquiridos ou arrendados pela União, em Brasília, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo único do artigo 31, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º Fica o Grupo de Trabalho, criado pelo Decreto nº 43.285, de 25 de fevereiro de 1958 (Grupo de Trabalho de Brasília), incumbido da administração dos imóveis residenciais construídos, adquiridos ou arrendados pela União, em Brasília, na forma do convênio que fôr estabelecido com o Serviço do Patrimônio da União.

Art. 2º Para efeito de utilização dos imóveis de que trata o art. 1º, fica o Grupo de Trabalho de Brasília autorizado a elaborar contrato denominado Termo de Ocupação, assinado pelo ocupante a que se destinar a residência e pelo referido Grupo de Trabalho.

§ 1º O contrato denominado Termo de Ocupação será submetido pelo Grupo de Trabalho de Brasília à aprovação da Procuradoria-Geral da República.

§ 2º No caso de órgãos federais, autárquicos, Sociedades de Economia Mista, Fundações, Prefeitura do Distrito Federal e de representação Estadual, obrigados a providenciar residências para seus servidores, os Termos de Ocupação poderão ser lavrados diretamente com os referidos ór-

gãos, os quais ficarão sujeitos aos pagamentos das taxas e cotas que figurarem no aludido Termo, bem como às demais obrigações contratuais.

Art. 3º O Grupo de Trabalho de Brasília, de acordo com a conveniência da Administração, poderá regularizar as ocupações de residências da União, desde que não tenham sido invadidas e quando se tratar de servidor público federal ou de entidades mencionado no parágrafo 2º do artigo 2º e no art. 12, do presente decreto-lei.

§ 1º Para regularização das ocupações de que trata este artigo, será organizado processo pelo Grupo de Trabalho de Brasília, do qual constará a indenização devida ao Governo pela ocupação do imóvel, anterior ao Termo de Ocupação.

§ 2º No caso do não atendimento do pagamento das indenizações, ficará o ocupante sujeito à desocupação imediata do imóvel e às penalidades legais.

Art. 4º Fica prorrogado para até 21 de março de 1967, o prazo para a venda das unidades residenciais de que trata o art. 65 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 e o Decreto número 56.793, de 27 de agosto de 1965, para aqueles que não possuíam sua ocupação devidamente regularizada, bem como para os que, por motivos de ordem administrativa, não puderam se valer do prazo anterior de opção.

Parágrafo único. Findo o prazo estabelecido neste artigo, ficam todos os imóveis que não foram alienados, sujeitos à lavratura de novos Termos de Ocupação e à atualização das taxas de ocupação e administração, de acordo com as tabelas publicadas pelo Grupo de Trabalho de Brasília.

Art. 5º Os ocupantes dos imóveis residenciais da União ou a ela arrendados, em Brasília, ficarão sujeitos ao pagamento da taxa de ocupação, cujas tabelas serão organizadas e publicadas, trienalmente, pelo Grupo de Trabalho de Brasília, com base no valor atualizado do imóvel.

§ 1º O valor da taxa de ocupação para os funcionários públicos federais e para os órgãos mencionados no § 2º do art. 2º e no art. 12 deste de-

creto-lei, será de 3% a.a. (três por cento ao ano) para benfeitorias e 7% a.a. (sete por cento ao ano) para terreno ou fração ideal de terreno, sobre o valor atualizado do imóvel, pagas em duodécimos.

§ 2º Nas ocupações por pessoas físicas ou jurídicas, sem vínculo com o Serviço Público Federal, adotar-se-á a taxa de ocupação de 10% a.a. (dez por cento ao ano) sobre o valor atualizado do imóvel, paga em duodécimos.

§ 3º Além da taxa de ocupação, será de inteira responsabilidade do ocupante, o pagamento de quaisquer outros tributos existentes ou instituídos pelo Poder Público.

Art. 6º Com o valor da taxa de ocupação serão cobradas, em rateio, as cotas de administração, constituídas pelas despesas de conservação, pessoal, material, energia elétrica e seguros contra incêndio que incidirem sobre cada uma das unidades residenciais, cota esta fixada pelo Grupo de Trabalho de Brasília, trimestralmente, em função das despesas efetuadas.

Art. 7º A União Federal não complementará qualquer pagamento de taxa de ocupação, cota de administração ou outras, de unidades residenciais que não tenham sido adquiridas e que estejam sob administração do Grupo de Trabalho de Brasília em regime de contrato ou arrendamento com terceiros.

Art. 8º As publicações, pelo Grupo de Trabalho de Brasília, das tabelas referentes às taxas de ocupação, cotas de administração, taxas ou tributos do Poder Público, obriga os ocupantes ao pagamento dos novos valores, independentemente de lavratura de qualquer instrumento ou termo e no local designado pelo referido Grupo.

Art. 9º A unidade residencial será considerada de ocupação contínua nos casos de ausência do morador para:

a) tratamento de saúde, licença-prêmio, cursos de especialização no País e no Exterior, exercício de mandato legislativo ou de comissão de interesse do Governo da União, requisição para outro órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou

Municipal, licença de gestante e férias, desde que autorizadas na forma da lei;

b) nos casos de ocupação por pessoas sem vínculo com o Serviço Público e por entidades de direito privado, a ausência do morador somente será permitida pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 10. O Termo de Ocupação será rescindido:

a) quando ocorrer infração das cláusulas pactuadas e nos casos de empréstimo ou transferência da ocupação, ou residir no imóvel pessoa diversa da mencionada no Termo ou seus familiares;

b) quando a taxa de ocupação e os demais encargos que constituem a cota de administração ou tributos, não forem pagos nos prazos estipulados;

c) quando o morador perder o vínculo com os órgãos da Administração centralizada, descentralizada e auxiliar do Serviço Público Federal, bem como com os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, em Brasília, e com os que integram a estrutura administrativa da Prefeitura do Distrito Federal;

d) quando o morador perder o vínculo de emprego, no caso de ocupação pactuada em nome de entidade de direito privado que a tenha destinado a seu empregado.

Art. 11. O servidor que deixar de ter exercício efetivo em Brasília; o ocupante, possuidor de mandato o qual tenha expirado ou sido interrompido por qualquer motivo legal ou, ainda, o empregado desvinculado do serviço de entidade privada, sendo titulares de Termos de Ocupação, terão 30 (trinta) dias para devolução do imóvel, salvo nos casos de aposentadoria, reforma ou transferência para fora da Capital Federal, quando, então, o prazo será de 60 (sessenta) dias, contados da data em que ocorrerem as condições previstas neste artigo.

§ 1º O Grupo de Trabalho de Brasília se reintegrará na posse dos imóveis residenciais da União nos casos rescisão administrativa dos Termos de Ocupação e naqueles em que fo-

rem excedidos os prazos previstos neste artigo.

§ 2º No caso de rescisão administrativa será feita pelo Grupo de Trabalho de Brasília notificação ao interessado, na qual se marcará o prazo para restituição do imóvel, sem que a União Federal fique obrigada a pagar ao morador indenização de qualquer espécie.

Art. 12. As unidades residenciais da União, invadidas, em Brasília, serão reintegradas, mediante ação administrativa do Grupo de Trabalho de Brasília e sujeito o invasor, às penalidades legais pelos danos causados ao imóvel.

Art. 13. Ficam mantidos os contratos ou convênios sobre arrendamento de imóveis residenciais, realizados entre o Governo da União e os órgãos da administração indireta, em Brasília, celebrados de conformidade com os Decretos ns. 44.767, de 30 de outubro de 1956; 47.370, de 4 de dezembro de 1959; 1.455, de 15 de novembro de 1962 e 54.371, de 2 de outubro de 1964.

Art. 14. Os imóveis residenciais construídos ou adquiridos pelo Grupo de Trabalho de Brasília, no Distrito Federal, poderão ser alienados, pelo citado órgão, aos seus legítimos ocupantes, na forma estabelecida pelo Decreto nº 56.793, de 27 de agosto de 1955.

§ 1º O produto da venda será incorporado, integralmente, como parte da União, no Fundo Rotativo instituído pelo § 5º do art. 65, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

§ 2º O Grupo de Trabalho de Brasília submeterá à Presidência da República, dentro de 60 (sessenta) dias, a relação dos imóveis que devam ser alienados, considerando os aspectos do processo da mudança da Capital.

Art. 15. O disposto neste Decreto-lei se aplicará aos órgãos dos Três Poderes da União e da administração indireta, responsáveis, no que lhes couber, pela sua fiel execução, os quais comunicarão ao Grupo de Trabalho de Brasília as alterações, ocorridas com o seu pessoal, desde que tenham residências ocupadas sob regime estabelecido neste decreto-lei.

Art. 16. O disposto no presente decreto-lei se aplicará, também, em Brasília, aos contratos celebrados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e pessoas físicas ou jurídicas, para uso de imóveis cabendo ao Grupo de Trabalho de Brasília a obrigação do cumprimento das normas estatuidas neste decreto-lei, a requerimento da entidade proprietária.

Art. 17. As ocupações de imóveis residenciais no Distrito Federal de que trata este decreto-lei, não estão sujeitas à Lei do Inquilinato, regendo-se exclusivamente, por este decreto-lei e, nos casos omissos, subsidiariamente, no que couber, pelas disposições do Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Art. 18. Fica o Grupo de Trabalho de Brasília, como encarregado da distribuição das unidades residenciais, sob sua administração, na Capital da República, obrigado a apresentar à Presidência da República, dentro de 90 (noventa) dias, projeto regulamentando o presente decreto-lei.

Art. 19. Nas alienações de imóveis decorrentes do disposto neste Decreto-lei será sempre aplicado o princípio da correção monetária, de que trata o Decreto-lei nº 19, de 30 de agosto de 1956.

Art. 20. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Lopes Rodrigues

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO-LEI Nº 77 — DE 23 DE
NOVEMBRO DE 1966

Acrescenta alínea à Lei nº 4.475, de 12 de novembro de 1964, que estabelece a precedência funcional entre Oficiais Gerais dos postos de Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 30 do Ato Institucional nº 3, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º Fica acrescentada alínea j ao art. 1º da Lei nº 4.476, de 12 de novembro de 1964, com a seguinte redação:

“j) Chefe da Delegação Brasileira na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos e Presidente da mesma Comissão.”

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Zilmar Araripe

Ademar de Queiroz

Eduardo Gomes

DECRETO-LEI Nº 78 — DE 2 DE
DEZEMBRO DE 1966

Altera e acrescenta dispositivos no Decreto-lei nº 18, de 24 de agosto de 1966, que dispõe sobre o exercício da profissão do aeronauta e da outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, decreta:

Art. 1º Os §§ 2º e 3º do art. 11 do Decreto-lei nº 18, de 24 de agosto de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º As ampliações dos limites das horas de trabalho deverão ser comunicadas pelo Comandante ao empregador, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o voo, o qual, quinzenalmente, as submeterá à apreciação do órgão competente do Ministério da Aeronáutica.

§ 3º Para as tripulações simples, a trabalho noturno não excederá de 10 (dez) horas.”

Art. 2º Acrescente-se o § 4º do artigo 11 do Decreto-lei nº 18, de 24

de agosto de 1966, com a seguinte redação:

“§ 4º Para as tripulações simples, nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos, e noturnos, a hora de trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos.”

Art. 3º O “caput” do art. 14 do Decreto-lei nº 18, de 24 de agosto de 1966, passa a vigorar com a redação a seguir indicada, sendo o seu parágrafo único renumerado para 1º e acrescentado ao referido artigo o § 2º:

“Art. 14. *Repouso* é o espaço de tempo entre duas jornadas, durante o qual é assegurado ao aeronauta um descanso conveniente.

§ 1º Após cada jornada é assegurado ao aeronauta um repouso mínimo em função das horas de trabalho despendidas, de acordo com o quadro abaixo:

Até 13 horas de trabalho ... 11 h
De 13 a 16 horas de trabalho 16 h
De 16 a 20 horas de trabalho 24 h

§ 2º As ampliações dos limites de horas de trabalho previstas no § 1º do art. 11 não serão computadas para efeito de cálculo das horas de repouso de que trata o § 1º deste artigo.”

Art. 4º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Gomes

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO-LEI Nº 79 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1966

Institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º § 1º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-lei.

Art. 1º A União garantirá os preços dos produtos das atividades agrícola, pecuária ou extrativa, que forem fixados de acordo com este Decreto-lei.

Art. 2º A garantia de preços instituída no presente Decreto-lei é estabelecida exclusivamente em favor dos produtores ou de suas cooperativas.

§ 1º Essa garantia, entretanto, poderá estender-se aos beneficiadores que assumirem a obrigatoriedade de colocar à disposição dos produtores e suas cooperativas — com garantia a estes de plena liberdade de colocação dos produtos e subprodutos resultantes — no mínimo, 5% (cinco por cento) de sua capacidade de armazenamento e beneficiamento, no prazo de financiamento que for outorgada a estes.

§ 2º Em caráter excepcional — quando circunstâncias especiais de mercados justificarem, a critério da Comissão de Coordenação Executiva do Abastecimento — poderão as operações de financiamento ser estendidas, igualmente, aos comerciantes.

§ 3º Em ambos os casos previstos nos parágrafos anteriores será indispensável a comprovação de pagamento, aos produtores, de no mínimo o valor dos preços fixados de acordo com este Decreto-lei.

Art. 3º A Comissão de Coordenação Executiva do Abastecimento regulamentará antes de cada safra as condições estipuladas no § 2º, do art. 2º deste Decreto-lei.

Art. 4º A União efetivará a garantia de preços através das seguintes medidas:

a) comprando os produtos, pelo preço mínimo fixado;

b) concedendo financiamento, com opção de venda, ou sem ele, inclusive para beneficiamento, acondicionamento e transporte dos produtos.

Art. 5º Os preços básicos serão fixados por Decreto do Poder Executivo, levando em conta os diversos fatores que influam nas cotações dos mercados, interno e externo e os custos de transporte até os centros de consumo e portos de escoamento.

§ 1º A publicação dos decretos antecederá, no mínimo de 60 (sessenta) dias o início das épocas de plantio e, de 30 (trinta) dias, o início da produção pecuária ou extrativa mais

abundante nas diversas regiões, consoante as indicações dos órgãos competentes.

§ 2º Os decretos poderão, também, estabelecer, quanto a determinados produtos que as garantias previstas neste Decreto-lei perdurarão por mais de um ano ou safra, quando isso interessar a estabilidade da agricultura e a normalidade de abastecimento.

Art. 6º Os ágios e deságios, decorrentes da classificação dos produtos, as deduções relativas a comissões, a insuficiência ou falta de acondicionamento dos mesmos, e financiamento de produtos ainda não classificados que determinem encargos para o Tesouro Nacional serão fixados pela Comissão de Financiamento da Produção por determinação da Comissão de Coordenação Executiva do Abastecimento.

Art. 7º Os órgãos que, na forma do art. 13, forem incumbidos de efetuar as compras e os financiamentos, são obrigados a fazer, nas zonas produtoras em que operarem, ampla divulgação dos preços mínimos locais.

Art. 8º O financiamento desses produtos, será no máximo em importância igual a de quantia que seria paga pela compra e pelo prazo que for necessário para o reequilíbrio do mercado, ouvida a Comissão de Coordenação Executiva do Abastecimento.

Art. 9º A Comissão de Financiamento da Produção (CFP), Autarquia Federal, órgão incumbido de dar execução a este Decreto-lei, fica sob a jurisdição da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB).

§ 1º A CFP terá um Diretor Executivo que será nomeado pelo Poder Executivo, mediante indicação do Superintendente da SUNAB.

§ 2º A CFP terá a organização que for adotada em regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.

Art. 10. Compete ao Diretor Executivo da CFP além de outras atribuições que forem discriminadas no Regulamento, apreciar os projetos sobre fixação de preços mínimos a serem garantidos e encaminhá-los à apreciação do Superintendente da SUNAB, dar parecer sobre o relatório anual, balanço e contas, e encaminhá-los ao Tribunal de Contas da União, representar a CFP em juízo e fora dele, movimentar os recursos destinados à

execução deste Decreto-lei, dar parecer sobre o relatório anual elaborado pelos diferentes setores técnicos da Autarquia, aprovar acordos, contratos e convênios, baixar normas e instruções necessárias ao cumprimento das determinações da Comissão de Coordenação Executiva do Abastecimento inclusive quanto às condições de acondicionamento, armazenagem, beneficiamento, transporte e conservação dos produtos cujo preço for garantido, e financiamento de produtos ainda não classificados, delegar atribuições, dar posse a diretores e chefes de serviço da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) e praticar outros atos, conforme determinar o Regulamento e resolver os casos omissos.

Art. 11. Os órgãos do Poder Público, sociedades de economia mista, associações de classes e entidades particulares ficam obrigadas a prestar, com a máxima urgência, as informações que a CFP lhes solicitar para o desempenho de suas atribuições.

Art. 12. O Ministério da Agricultura e quaisquer outros órgãos oficiais, por intermédio de seus serviços especializados, prestarão à CFP, a colaboração necessária à boa execução deste Decreto-lei.

Parágrafo único. No desempenho de suas atribuições, a CFP poderá também valer-se dos serviços das repartições consulares e diplomáticas brasileiras no exterior.

Art. 13. As compras e financiamentos previstos neste Decreto-lei, serão realizadas diretamente pela CFP ou mediante contratos, acordos ou convênios com o Banco Central da República do Brasil, com o Banco do Brasil S.A., Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Bancos Oficiais Federais, Bancos Oficiais Regionais, Bancos Oficiais dos Estados da Federação, entidades bancárias privadas, entidades públicas ou autárquicas, companhias jurisdicionadas pela SUNAB, estabelecimentos privados de comprovada idoneidade e sociedades cooperativas.

Art. 14. Na execução deste Decreto-lei, a CFP agirá de acordo com as diretrizes gerais traçadas pela SUNAB, em coordenação com os órgãos de comércio de intercâmbio com o exterior e com outros órgãos públicos que, direto ou indiretamente, estejam encarregados do abastecimento interno do País.

Art. 15. Os produtos adquiridos pela CFP, em cumprimento a este Decreto-lei, terão a seguinte destinação:

a) formação dos estoques de reserva;

b) venda e exportação direta ou através das companhias jurisdicionadas pela SUNAB, de órgãos públicos incumbidos do abastecimento ou de entidades privadas de comprovada idoneidade.

Parágrafo único. A venda de tais produtos será efetuada a critério da Comissão de Coordenação Executiva do Abastecimento.

Art. 16. A CFP contará com os seguintes recursos destinados à execução deste Decreto-lei:

a) disponibilidade remanescente de dotação atribuída à CFP e seu acervo atual;

b) saldo das operações de compra, venda e financiamento;

c) dotação a ser consignada no Orçamento da União, não inferior a Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros) por ano, durante 4 anos;

d) contribuições a serem consignadas no Orçamento da União para a sua manutenção;

e) operações de crédito com autarquias e entidades públicas ou privadas, garantidas pelo Tesouro Nacional;

f) operações de crédito no exterior devidamente garantidas pelo Banco Central da República do Brasil ou dotações especiais de fundos internacionais que venham a ser recebidos a título de ajuda internacional;

g) recursos provenientes da aplicação das taxas previstas no art. 18 deste Decreto-lei;

h) eventuais.

Art. 17. O Tesouro Nacional garantirá à CFP, através de adiantamento pelo Banco Central da República do Brasil, os recursos necessários à execução deste Decreto-lei a serem consignados anualmente ao Orçamento Monetário definido pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 18. Para fazer face às despesas administrativas, fica à CFP autorizada fazer incidir sobre as operações de venda ou exportação dos produtos adquiridos em conformidade com este Decreto-lei, a taxa de 1,25% sobre o valor dessas operações.

Art. 19. Os servidores públicos, inclusive das autarquias, bem como os

de sociedade de economia mista poderão, mediante autorização do Poder Executivo, servir à CFP sem prejuízo de vencimentos, direitos e vantagens.

Parágrafo único A CFP poderá contratar, na forma da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, pessoal técnico especializado.

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará este Decreto-lei no prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Art. 21. Este Decreto-lei não prejudica a continuidade dos serviços, o cumprimento dos contratos e a execução das operações em curso, especialmente, os relativos a garantia de preços mínimos e financiamento para a próxima safra.

Art. 22. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Severo Fagundes Gomes
Roberto Campos
Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 80 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1966

Prorroga a vigência do crédito especial concedido pelo art. 41 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 1º do Ato Institucional nº 4, decreta:

Art. 1º Fica prorrogada até 31 de dezembro de 1967 a vigência do crédito especial concedido pelo art. 41 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, para atender a despesas resultantes da emissão das Obrigações do Tesouro a que se refere o art. 1º da referida lei, inclusive para o reaparelhamento da Caixa de Amortização e das Repartições Fazendárias incumbidas de executar a lei.

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 81 — DE 21 DE
DEZEMBRO DE 1966

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

CAPÍTULO I

Dos Servidores Civis

Art. 1º Os vencimentos dos cargos efetivos e dos cargos em comissão, bem como os valores das funções gratificadas, da Administração Centralizada, são os fixados nas Tabelas A a C desta Lei.

Art. 2º Os vencimentos dos Magistrados, Membros do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União, e assemelhados, são fixados na Tabela D desta Lei.

Art. 3º Obedecidas as normas fixadas nesta Lei, o reajustamento salarial na base de 25% (vinte e cinco por cento) é extensivo:

a) aos servidores das Autarquias Federais, das entidades de que trata o Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, e da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, observado o disposto no artigo 20;

b) aos servidores dos Territórios Federais;

c) aos servidores transferidos da União para os Estados do Acre e da Guanabara atendidas as prescrições da alínea j e do § 1º do artigo 4º da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, sendo vedado aos órgãos pagadores, sob pena de responsabilidade administrativa e financeira, efetuar qualquer pagamento aos mesmos servidores sem prévia verificação do que se prescreve naqueles dispositivos legais;

d) aos servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, da Fundação Brasil Central e da Prefeitura do Distrito Federal, amparados, respectivamente, pelos artigos 40 e 42 da Lei nº 4.242, de 17

de julho de 1963, e item 4 do artigo 21 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, observado o disposto no artigo 20;

e) aos servidores ocupantes de cargos ou funções classificadas nos Anexos V e VI da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, até o seu enquadramento em Partes Suplementares de Quadros de Pessoal; e

f) aos servidores ocupantes de cargos ou funções que, embora incluídos no sistema de classificação de cargos previsto na Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, ainda não tenham sido enquadrados no referido sistema.

Art. 4º E' concedido reajustamento de 22% (vinte e dois por cento), que independará de prévia apostila nos títulos dos beneficiários e será calculado sobre os valores decorrentes da execução da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965:

a) aos servidores aposentados, bem como aos em disponibilidade, no que couber e na forma da Lei nº 2.622, de 18 de outubro de 1955;

b) aos pensionistas civis pagos pelo Tesouro Nacional, aos pensionistas dos funcionários autárquicos e aos pensionistas pagos pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, não se aplicando a estes últimos o reajustamento previsto no Decreto nº 51.060, de 26 de julho de 1961;

Parágrafo único. O reajustamento das pensões pagas pelo I.P.A.S.E. só se efetivará em relação às oriundas de remunerações recebidas dos cofres da União.

Art. 5º A gratificação pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva dos ocupantes de cargos ou funções de direção, chefia ou de assessoramento, será calculada sobre o valor do símbolo de cargo em comissão ou da função gratificada, observadas as normas da legislação em vigor e desde que o acréscimo de despesa não exceda de 25% (vinte e cinco por cento) da dotação orçamentária própria.

Art. 6º E' fixado em 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo efetivo o limite da gratificação pela prestação de serviço extraordinário, de que trata o § 4º do art. 7º da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, ao pessoal burocrático, auxiliar ou subalterno, submetido a prorroga-

ção ou antecipação de expediente, que se torna indispensável ao desempenho das atividades sob o regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Parágrafo único. O acréscimo de despesa decorrente do disposto neste artigo não excederá à dotação orçamentária própria acrescida de 20% (vinte por cento).

Art. 7º A gratificação prevista no artigo 145, item V, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, poderá ser concedida ao funcionário, obedecidos os limites da dotação orçamentária própria, pelo exercício em determinadas zonas ou locais, calculada com base no vencimento do respectivo cargo efetivo.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, as zonas ou locais serão classificados, segundo as características de inospitalidade e escassez de meios de acesso ou comunicação, em três categorias:

Categoria A — 20%;

Categoria B — 30%;

Categoria C — 40%.

§ 2º A classificação das áreas geográficas do território nacional nas categorias a que se refere o parágrafo anterior, far-se-á de acordo com as normas regulamentares baixadas pelo Poder Executivo.

Art. 8º A título de incentivo à atividade científica, poderá ser atribuída ao pesquisador que participar da realização de projeto de pesquisa científica e tecnológica uma cota de participação, por conta exclusivamente dos recursos financeiros alocados ao projeto.

Parágrafo único. O Poder Executivo, ouvidos o Conselho Nacional de Pesquisas e o Estado-Maior das Forças Armadas, regulamentará as condições de atribuição de incentivo de que trata este artigo, inclusive no setor militar.

Art. 9º Serão incluídos em Parte Suplementar do respectivo Quadro de Pessoal, e suprimidos à medida que vagarem, os cargos de Assessor Parlamentar abrangidos pela Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 10. Dentro das possibilidades dos recursos orçamentários próprios e observado o percentual máximo de 25% (vinte e cinco por cento) pode-

rão ser reajustados os salários do pessoal temporário, especialista-temporário e de obras, de que tratam os artigos 24 e 28 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Parágrafo único. Os novos salários de pessoal referido neste artigo não poderão, em qualquer hipótese exceder à importância correspondente ao vencimento da classe singular ou inicial, de encargos ou atribuições semelhantes ou equivalentes.

Art. 11. A partir da vigência da presente lei, a redução do complemento de vencimentos e vantagens, na forma do artigo 33 e seu § 1º da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, bem como do art. 3º, e respectivo parágrafo único da Lei nº 4.531, de 8 de dezembro de 1964, será de 20 % (vinte por cento) sobre os aumentos ou reajustamentos salariais.

CAPÍTULO II

Dos Servidores Militares

Art. 12. Os soldos dos servidores militares passam a ser os constantes da Tabela E desta lei.

Art. 13. O artigo 95 da Lei número 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares), alterado pela Lei nº 5.003, de 27 de maio de 1966, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 95. O militar faz jus a um "auxílio para moradia", de valor mensal correspondente a:

a) 25% (vinte e cinco por cento) de seu soldo, quando tem "encargos de família";

b) 8% (oito por cento) de seu soldo, quando, sendo oficial, subtenente (suboficial) ou sargento, não tem "encargos de família".

§ 1º "Encargos de família", para os fins previstos neste artigo, são os dependentes do militar, na forma do disposto no artigo 57 deste Código.

§ 2º Suspende-se, temporariamente, o direito do militar ao "auxílio para moradia", enquanto se encontrar em uma das situações previstas no artigo 7º.

Art. 14. Os artigos 20, 25, 27, 28, 96, 97, 98 e o parágrafo único do artigo

179 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. A Gratificação de Função Militar de Categoria C cujo valor corresponde a 50% (cinquenta por cento) do posto ou graduação, é atribuída ao militar no efetivo exercício de função ou no desempenho de atividades nos serviços especiais abaixo discriminados:

a) vôo — em aeronave militar, como tripulante orgânico, observador meteorológico, observador aéreo ou fotogrametrista, cumprindo missão, Plano de Provas ou programa de exercício determinados por autoridade competente;

b) salto — com pára-quedas, de aeronave militar em vôo, em cumprimento de missão, ou programa de exercícios determinados por autoridade competente;

c) submarino — no exercício de funções regulamentares a bordo de submarinos;

d) mergulho — em escafandro ou com aparelho, no cumprimento de missão ou programa de exercícios de escafandria ou mergulho, determinados por autoridade competente;

§ 1º A um mesmo militar somente será abonada a gratificação correspondente a um dos serviços especiais de que trata este artigo, sendo vedada a acumulação resultante de possível desempenho simultâneo de atividades pertinentes a mais de um deles."

"Art. 25. É assegurado ao militar que tenha feito jus à gratificação de Função Militar de Categoria C o pagamento definitivo dessa Gratificação, por cotas correspondentes aos anos de efetivo desempenho da atividade especial considerada, na forma do disposto nos parágrafos seguintes:

§ 1º O direito à percepção de cada cota é adquirido ao fim de 1 (um) ano de atividade no setor especial considerado, desde que o militar cumpra os requi-

sitos mínimos fixados no Plano de Provas respectivo.

§ 2º O valor de cada cota da Gratificação de Função Militar de Categoria C é igual a 1/10 (um décimo) da gratificação integral correspondente ao soldo do posto ou graduação do militar ao terminar o último período em que tenha executado o Plano de Provas, salvo quanto aos serviços especiais discriminados como salto, para os quais o valor de cada cota é de 1/5 (um quinto), nas mesmas condições.

§ 3º O valor das cotas sofrerá os reajustamentos decorrentes das mudanças de Tabela de Soldo.

§ 4º Para fins deste artigo, o número de cotas abonadas a um mesmo militar não poderá exceder de 5 (cinco), para os enquadrados na letra b do artigo 20 e de 10 (dez) para os demais.

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica ao militar que faça jus ao pagamento desta Gratificação em seu valor integral, na forma dos artigos 20 e 21."

"Art. 27. O militar enquadrado no artigo 18 e que não satisfaça as condições previstas para o abono de gratificação de Categoria C, quando realizar vôo em avião militar e em objeto de serviço, por ordem de autoridade competente, fará jus, em caso de acidente aéreo que resulte em sua invalidez ou incapacidade física definitiva para o serviço ativo das Forças Armadas, a um auxílio-especial correspondente a 10 (dez) vezes o seu soldo."

"Art. 28. Se do acidente de que trata o artigo 27 resultar morte, o auxílio-especial ali referido terá o valor de 20 (vinte) vezes o soldo do militar e será pago a seus herdeiros na ordem de sucessão prevista no art. 7º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960."

"Art. 96. Quando o militar de que trata o artigo anterior ocupar imóvel sob a responsabilidade do Ministério Militar, o quantitativo correspondente ao "auxílio

para moradia" será sacado, pela terça parte do seu valor, pela Organização a que pertença, e será destinado ao Ministério Militar para emprêgo de acôrdo com as suas peculiaridades."

"Art. 97. Quando o militar ocupar imóvel de outra Entidade o quantitativo sacado na forma do artigo anterior terá o seguinte destino:

- a) o correspondente ao aluguel, recolhido à Entidade responsável pelo imóvel;
- b) o saldo, se houver, empregado na forma estabelecida pelo artigo anterior."

"Art. 98. O militar que permanecer residindo em imóvel de que trata o artigo 96, por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, na mesma localidade, passará a indenizar a Organização Militar na importância correspondente a 2/3 (dois terços) do valor do "auxílio para moradia", sem prejuízo do estatuído no artigo 95 e do processamento fixado no artigo 96.

§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se aos ocupantes de imóvel de que trata o artigo 97.

§ 2º O primeiro período de 5 (cinco) anos consecutivos de ocupação, para a aplicação do disposto neste artigo, será contado a partir da vigência deste Código.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos membros permanentes do Magistério Militar.

"Art. 179.
Parágrafo único. Ao militar enquadrado neste artigo que tenha cumprido atividades em serviços especiais mencionados no artigo 20 é assegurado o direito à percepção, na inatividade, das cotas da Gratificação de Função Militar de Categoria C, em razão dos saltos, vôos, imersões ou mergulhos realizados, que serão calculadas na conformidade do disposto no artigo 25."

Art. 15. O valor de 50% (cinquenta por cento), estabelecido por esta lei para a Gratificação de Função Militar de Categoria C, passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1968.

Art. 16. Para os efeitos da exceção prevista na redação dada por esta lei ao § 2º do artigo 25 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, referente aos serviços especiais de salto, o número de cotas incorporadas até 1966 será considerado pela metade.

Art. 17. Fica assegurado aos militares o direito:

a) à percepção, em 1967, da Gratificação de Função Militar de Categoria C, correspondente a horas de vôo efetuadas em 1966, nas condições do artigo 27 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964;

b) à incorporação, aos proventos da inatividade, das cotas totalizadas até 1966, inclusive, de acordo com o artigo 28 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964.

Art. 18. O número 7 do Anexo I, da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, passa a ter a seguinte redação:

"7 — Praças Especiais e Alunos

Aspirante a Oficial, Guarda-Marinha	5,50
Cadete e Aspirante do último ano	1,50
Cadete e Aspirante	1,00
Aluno do CPOR, NPOR e EFORM	1,00
Aluno da Escola de Formação de Sargento	0,60
Aluno do último ano da Escola Preparatória de Cadetes e Colégio Naval	0,40
Aluno de Escola Preparatória de Cadetes e Colégio Naval	0,30
Aprendiz-Marinheiro	0,20"

Art. 19. Ficam os Taifeiros da Aeronáutica excluídos do número 5 do Anexo I, da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, passando a integrar o número 8, ora criado:

"8 — Taifeiros da Aeronáutica

Taifeiro-Mor	3,80
Taifeiro de 1ª Classe	3,40
Taifeiro de 2ª Classe	3,00"

CAPÍTULO III

Da despesa na Administração Descentralizada

Art. 20. As despesas resultantes da aplicação da presente lei ao pessoal ativo e inativo, bem como aos respec-

tivos pensionistas, das Autarquias Federais, das entidades de que trata o Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1968, e da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, serão atendidas pelos recursos próprios das mencionadas entidades.

§ 1º As entidades de que trata o presente artigo, que tiverem limitado os gastos do pessoal da administração à percentagem da receita total, prevista na legislação, poderão ser autorizadas a ultrapassar esses limites para atender, exclusivamente, as despesas decorrentes desta lei, mediante decisão expressa do Presidente da República.

§ 2º Em nenhuma hipótese o acréscimo percentual sobre os vencimentos das diversas categorias poderá exceder o atribuído às categorias equivalentes da Administração Centralizada.

§ 3º No caso da Prefeitura do Distrito Federal e da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e de entidades que recebem subvenção econômica para despesas de pessoal;

a) os recursos a serem fornecidos pelo Tesouro, à conta do crédito especial autorizado pela presente lei, não poderão exceder de 20% (vinte por cento) da dotação consignada no orçamento da União para esse fim;

b) a vigência, no exercício de 1967, do reajustamento previsto na presente lei será fixada pelos respectivos órgãos dirigentes, em consonância com os recursos financeiros com que contar a entidade.

§ 4º As demais Autarquias, que recebem recursos orçamentários originários de transferências correntes do Orçamento da União, somente poderão solicitar reforço à conta do crédito especial autorizado nesta lei e até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento):

a) se demonstrarem os quantitativos realmente indispensáveis;

b) se comprovarem a redução de outras despesas, com o objetivo de compensar parcialmente o acréscimo de despesas com pessoal;

c) se extingüirem cargos e funções ou bloquearem o seu preenchimento no exercício de 1967.

CAPÍTULO IV

Da Cobertura da Despesa

Art. 21. Para cobertura da despesa com o aumento do funcionalismo, previsto nesta lei, fica o Poder Executivo autorizado a adotar providências de contenção de despesa va-

riável e de melhoria do aparelho arrecadador, na forma do disposto nos artigos seguintes.

Art. 22. Fica criado, para o exercício de 1967, um Fundo de Reserva, no montante de Cr\$ 400.000.000.000 (quatrocentos bilhões de cruzeiros), formado pelos seguintes créditos orçamentários:

Subanexo do Orçamento de 1967	MINISTÉRIOS OU ÓRGÃOS	Fundo de Reserva Cr\$ 1.000
4.01.00	Presidência da República	19.052.000
	Gabinete	228.000
4.01.01	Órgãos Dependentes	18.252.000
	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária	13.637.000
	Outros Órgãos Dependentes	4.615.000
4.01.02	Departamento Administrativo do Serviço Público	572.000
4.02.00	Estado-Maior das Forças Armadas	655.000
4.03.00	Coordenação dos Organismos Regionais	63.412.000
4.03.01	Gabinete	329.000
4.03.02	Órgãos Dependentes	34.620.000
	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste	32.514.000
	Outros Órgãos Dependentes	2.106.000
4.03.03	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	16.105.000
4.03.04	Superintendência do Plano de Valorização da Fronteira Sudoeste do País	1.484.000
4.03.05	Comissão do Vale do São Francisco	7.417.000
	Outros	3.457.000
4.04.00	Ministério da Aeronáutica	24.134.000
4.05.00	Ministério da Agricultura	25.241.000
4.06.00	Ministério da Educação e Cultura	69.341.000
4.07.00	Ministério da Fazenda	36.438.000
4.08.00	Ministério da Guerra	20.267.000
4.09.00	Ministério da Indústria e do Comércio	476.000
4.10.00	Ministério da Justiça e Negócios Interiores	4.356.000
4.11.00	Ministério da Marinha	8.343.000
4.12.00	Ministério das Minas e Energia	17.710.000
4.13.00	Ministério das Relações Exteriores	2.774.000
4.14.00	Ministério da Saúde	24.251.000
4.15.00	Ministério do Trabalho e Previdência Social	880.000
4.16.00	Ministério da Viação e Obras Públicas	82.670.000
	TOTAL GERAL	400.000.000

Art. 23. Os Ministérios e Órgãos diretamente subordinados à Presidência deverão apresentar a discriminação do Fundo de Reserva, instituído por esta lei, ao Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação

Econômica, que o encaminhará ao Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. Somente após a apresentação da discriminação do Fundo de Reserva, o Ministério da

Fazenda iniciará a distribuição de créditos para as Despesas de Capital.

Art. 24. Os Ministérios e Órgãos diretamente subordinados à Presidência da República deverão efetuar entendimentos com os Governos Estaduais e Municipais no sentido de que os programas e projetos parcialmente incluídos no Fundo de Reserva sejam complementados por recursos estaduais e municipais, dentro das suas disponibilidades financeiras.

Art. 25. A Comissão de Programação Financeira do Ministério da Fazenda, tendo em vista os montantes referidos no artigo 22 desta Lei, processará a liberação da parte disponível das dotações orçamentárias, de acordo com as relações discriminadas enviadas pelos Ministérios e demais órgãos interessados.

Art. 26. Durante o exercício de 1967, fica reduzido a 25% (vinte e cinco por cento) o incentivo fiscal para reflorestamento, previsto no artigo 1º, § 3º, da Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966.

Art. 27. Os incentivos fiscais para promoção de turismo, a que se referem os artigos 25 e 26 do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, só entrarão em vigor a partir do exercício de 1968.

Art. 28. Com o objetivo de intensificar o esforço de arrecadação da receita para cobertura parcial das despesas decorrentes da presente lei, ficam criados no Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda 500 (quinhentos) cargos provisórios no nível 14, inicial da série de classes de Agente Fiscal de Rendas Internas, e 428 (quatrocentos e vinte e oito) cargos provisórios no nível 14, inicial da série de classes de Agente Fiscal do Imposto de Renda, estes correspon-

dentes a cargos vagos nas classes superiores.

§ 1º Os ocupantes dos cargos provisórios de Agente Fiscal de Rendas Internas poderão ser lotados nos Estados classificados de 2ª e 3ª categorias, ficando o Diretor das Rendas Internas autorizado a localizar, temporariamente, nos Estados classificados de 1ª categoria, os atuais funcionários lotados nos Estados de 2ª categoria.

§ 2º Os ocupantes dos cargos provisórios de Agente Fiscal do Imposto de Renda poderão ser lotados nas várias circunscrições fiscais, exceto nas correspondentes a Brasília, Guanabara e São Paulo.

§ 3º Os cargos de que trata este artigo serão providos, exclusivamente, por candidatos habilitados em concurso para as respectivas séries de classes, realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 29. Serão revistos os quadros de Exatores e Fiéis de Tesouro, do Grupo Ocupacional Fisco, a fim de reduzi-los às estritas conveniências dos serviços, extinguindo-se os cargos que forem considerados desnecessários em face das medidas adotadas pelo Ministério da Fazenda para reorganizar e modernizar os serviços de arrecadação da receita e de pagamento da despesa pública.

Parágrafo único. Sem prejuízo da providência estabelecida neste artigo, os servidores devidamente qualificados poderão ser imediatamente designados, mediante ato da Direção Geral da Fazenda Nacional, para a execução de serviços a cargo das repartições arrecadoras.

Art. 30. Além das providências de contenção de despesas e melhoria de arrecadação a que se referem os artigos 21 e 27, respectivamente, o Poder

Executivo baixará decreto-lei sobre medidas de complementação de receita para cobertura não inflacionária do aumento de vencimentos.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 31. A percepção dos vencimentos reajustados na forma da presente lei depende do estrito cumprimento dos regimes-horários de trabalho previstos nas leis e regulamentos que disciplinam a matéria.

Parágrafo único. Nos estabelecimentos de ensino oficial, o Diretor certificará o cumprimento da prestação efetiva das horas de trabalho a que está obrigado o corpo docente, respondendo administrativa e financeiramente, na forma da legislação vigente e observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965.

Art. 32. O salário-família passará a ser pago na base de Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros) mensais, por dependente.

Art. 33. Os pagamentos líquidos, em moeda estrangeira, feitos a servidores federais, civis e militares, inclusive servidores das autarquias, em viagens, missão, estudo ou exercício no exterior, não sofrerão qualquer alteração em decorrência da aplicação desta lei.

Parágrafo único. As majorações que se verificarem nas parcelas relativas a vencimentos e vantagens serão compensadas, no mesmo montante, com a redução da parcela de representação ou reajustamento.

Art. 34. Os planos de aplicação de recursos provenientes de verbas globais não poderão destinar a despesas de pessoal quantitativos superiores a 70 % (setenta por cento) desses recursos.

Art. 35. Ressalvadas as exceções constantes de disposição expressa de lei, bem como os casos de acumulação lícita, os servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, da Administração Centralizada e das Autarquias, não poderão receber, no País, mensalmente, dos cofres públicos, importância total superior a 90% (noventa por cento) dos vencimentos fixados para os Ministros de Estado, nas tabelas anexas.

§ 1º Ficam excluídas do limite acima estipulado somente as seguintes vantagens:

a) gratificação pela representação de gabinete e a indenização de representação de que tratam, respectivamente, o artigo 145, item IV, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e o artigo 60 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964;

b) salário-família;

c) gratificação adicional por tempo de serviço;

d) gratificação pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva dos ocupantes de cargos de provimento, em comissão, de símbolos 1-C e 2-C;

e) diárias e ajuda de custo, previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e no Código de Vencimentos dos Militares;

f) gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva;

g) gratificação de função; e

§ 2º Não se aplica igualmente o disposto neste artigo à participação em multas ou no produto de leilão de mercadorias e às percentagens sobre a cobrança da dívida ativa da União, pagas pelos devedores.

§ 3º Para os funcionários em regime de remuneração, é mantido, até 30 de junho de 1967, o teto de ... Cr\$ 1.116.900 (um milhão, cento e

dezesseis mil e novecentos cruzeiros), ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

§ 4º A soma das gratificações e demais vantagens previstas nos parágrafos deste artigo será sujeita a limite, a ser fixado por decreto do Poder Executivo e que não poderá ser excedido, em caso algum ou sob qualquer fundamento.

Art. 36. A importância devida aos membros de órgãos de deliberação coletiva, pelo efetivo comparecimento às sessões, não será, em qualquer hipótese, superior a 40% (quarenta por cento) do valor do vencimento atribuído ao nível 1, por sessão.

§ 1º Os *jetons* de presença inferiores ao teto fixado neste artigo continuarão regidos pela legislação e regulamentação que lhes são próprias.

§ 2º O número mensal de sessões remuneradas dos órgãos de deliberação coletiva não excederá de 8 (oito), não podendo ser elevado a esse limite o número de sessões já fixado, em decorrência da legislação em vigor.

Art. 37. É o Poder Executivo autorizado a abrir, no Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 700.000.000.000 (setecentos bilhões de cruzeiros), para atender às despesas resultantes da execução desta lei, o qual vigorará por dois exercícios, será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 38. O Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes perceberá vencimentos-base iguais aos de Ministro do Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1.483, de 10 de dezembro de 1951, sem prejuízo das gratificações, indenizações e auxílios que couberem por força do disposto na Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, e da presente lei.

Parágrafo único. Na execução do disposto neste artigo, respeitar-se-á o limite máximo de retribuição fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 39. Os vencimentos dos Ministros de Estado, reajustados na forma da tabela C, somente serão pagos a partir de 15 de março de 1967.

Art. 40. As dúvidas suscitadas na execução da presente lei serão dirimidas por decisão do Presidente da República, ouvido o Departamento Administrativo do Serviço Público, no caso dos funcionários civis, e o Estado-Maior das Forças Armadas, no caso dos militares.

Art. 41. Este Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1967, inclusive no tocante aos seus efeitos financeiros, salvo quanto ao disposto nos artigos com data de vigência expressa ou sujeitos a regulamentação, que vigorarão a partir desta última.

Art. 42. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Zilmar de Araripe Macedo

Ademar de Queiroz

Juracy Magalhães

Octávio Bulhões

Juarez Távora

Severo Fagundes Gomes

Raymundo Moniz de Aragão

L. G. do Nascimento e Silva

Eduardo Gomes

Raymundo de Brito

Paulo Egydio Martins

Mauro Thibau

Roberto Campos

João Gonçalves de Souza

TABELA "A"

I — Cargos de Provimento Efetivo		II — Cargos de Provimento em Comissão		III — Funções Gratificadas	
Nível	Valor mensal	Símbolo	Valor mensal	Símbolo	Valor mensal
	Cr\$		Cr\$		Cr\$
22	511.500	1-C	761.500	1-F	547.500
21	456.500			2-F	520.000
20	420.000	2-C	715.000	3-F	492.500
19	384.000			4-F	465.000
18	346.500	3-C	670.000	5-F	437.500
17	316.500			6-F	411.500
16	284.000	4-C	639.000	7-F	384.000
15	272.500			8-F	356.500
14	250.000	5-C	607.500	9-F	329.000
13	231.500			10-F	310.000
12	215.000	6-C	579.000	11-F	292.500
11	199.000			12-F	274.000
10	182.500	7-C	547.500	13-F	255.000
9	166.500			14-F	237.500
8	151.500	8-C	516.500	15-F	219.500
7	137.500			16-F	201.500
6	127.500	9-C	487.500	17-F	182.500
5	120.000			18-F	174.000
4	114.000	10-C	471.500	19-F	164.000
3	106.500			20-F	155.000
2	99.000	11-C	456.500		
1	91.500	12-C	441.500		

TABELA "B"

Outros cargos de provimento efetivo	
Denominação	Valor
I — Diplomacia	Mensal
	Cr\$
Ministro de Primeira Classe	547.500
Ministro de Segunda Classe	456.500
Primeiro Secretário	346.500
Segundo Secretário	316.500
Terceiro Secretário	294.000

II — Magistério (Superior e Médio)

Professor Catedrático	547.500
Professor Adjunto ou Professor de Ensino Superior	511.500
Assistente de Ensino Superior	420.000
Instrutor de Ensino Superior	384.000
Professor de Ensino Secundário	384.000
Professor de Ensino Industrial Técnico	384.000
Professor de Ensino Industrial Básico	384.000
Professor de Ensino Agrícola Técnico	384.000
Professor de Ensino Agrícola Básico	384.000
Professor de Ensino Comercial (U.F.R.G.S.)	384.000
Professor de Práticas Educativas (quando de Educação Física ou de Canto Orfeônico)	384.000
Professor de Cursos Isolados vinculados ao Curso Superior de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional, ou ao Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional	384.000

III — Segurança Pública e Investigação

Delegado de Polícia Federal (D.F.S.P.) e Delegado de Polícia (P.D.F.)	547.500
---	---------

Observação: Os cargos em extinção, de Ministro de Assuntos Comerciais têm vencimentos idênticos aos fixados para os de Ministro de igual categoria da carreira de Diplomata.

TABELA "C"

Outros cargos de provimento em comissão	
Denominação	Valor
	Mensal
	Cr\$
Ministro de Estado, Ministro Extraordinário, Chefe do Gabinete Civil e Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e Chefe do Serviço Nacional de Informações	1.551.500
Prefeito do Distrito Federal e Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública	1.277.500
Governador de Território	1.175.000
Secretário da Prefeitura do Distrito Federal	912.500
Chefe de Polícia do Distrito Federal	876.500
Secretário-Geral de Território	850.000

Observação: As autoridades relacionadas acima não será concedida gratificação pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, nem diárias pelo efetivo exercício em Brasília.

TABELA "D"

Cargos da Magistratura, do Ministério Público Federal, do Serviço Jurídico da União e das Autarquias, e assemelhados

Denominação	Valor Mensal
-------------	--------------

ANEXO I

Poder Judiciário

	Cr\$
<i>a) Supremo Tribunal Federal</i>	
Ministro do Supremo Tribunal Federal	1.532.000
<i>b) Tribunal Federal de Recursos</i>	
Ministro do Tribunal Federal de Recursos	1.296.500
<i>c) Justiça Militar</i>	
Ministro do Superior Tribunal Militar	1.296.500
Auditor-Corregedor	1.076.500
Auditor de 2ª Entrância	967.500
Auditor de 1ª Entrância	821.500
<i>d) Justiça do Trabalho</i>	
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho	1.296.500
Juiz de Tribunal Regional	1.222.500
Juiz-Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento	967.500
Juiz-Presidente Substituto	821.500
<i>e) Justiça do Distrito Federal e dos Territórios</i>	
Desembargador	1.222.500
Juiz de Direito	967.500
Juiz Substituto e Juiz de Registro Civil	821.500
Auditor da Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros	912.500
<i>f) Justiça Federal de 1ª Instância</i>	
Juiz Federal	967.500
Juiz Federal Substituto	821.500

TABELA "D" — 2

Denominação	Valor Mensal
-------------	--------------

ANEXO II

Tribunais de Contas

<i>a) Tribunal de Contas da União</i>	
Ministro do Tribunal de Contas da União	1.296.500
Auditor junto ao Tribunal de Contas da União	967.500
<i>b) Tribunal de Contas do Distrito Federal</i>	
Ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal	1.222.500
Auditor junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal	912.500

ANEXO III

Ministério Público Federal

a) Junto à Justiça Comum

Procurador-Geral da República	1.532.500
Subprocurador-Geral da República	1.296.500
Procurador da República de 1ª Categoria	821.500
Procurador da República de 2ª Categoria	694.000
Procurador da República de 3ª Categoria	584.000

b) Junto à Justiça Militar

Procurador-Geral da Justiça Militar	1.296.500
Subprocurador-Geral	876.500
Promotor de 1ª Categoria	821.500
Promotor de 2ª Categoria	694.000
Promotor de 3ª Categoria	584.000
Advogado de Ofício de 2ª Entrância	511.500
Advogado de Ofício de 1ª Entrância	456.500

c) Junto à Justiça do Trabalho

Procurador-Geral da Justiça do Trabalho	1.296.500
Procurador do Trabalho de 1ª Categoria	821.500
Procurador do Trabalho de 2ª Categoria	694.000
Procurador-Adjunto	584.000

d) Junto ao Tribunal de Contas da União

Procurador-Geral	1.296.500
Adjunto de Procurador	821.500

TABELA "D" — 3

Denominação	Valor Mensal
e) Junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal	Cr\$
Procurador-Geral	1.222.500
Procurador-Adjunto	766.500
f) Junto à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	
Procurador-Geral da Justiça	1.222.500
Procurador	912.500
Curador	821.500
Promotor Público	730.000
Promotor Substituto	639.000
Defensor Público	511.500
Promotor Junto à Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros	694.000
Advogado de Ofício junto à Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros	639.000

ANEXO IV

Serviço Jurídico da União

Consultor-Geral da República	1.532.500
Consultor Jurídico e Procurador-Geral da Fazenda Nacional	1.095.000
Procurador da Fazenda Nacional de 1ª Categoria	821.500
Procurador da Fazenda Nacional de 2ª Categoria	694.000
Procurador da Fazenda Nacional de 3ª Categoria	584.000
Assistente Jurídico e Procurador do Ministério da Fazenda	821.500
Auditor da Fazenda Nacional	694.000

ANEXO V

Tribunal Marítimo

Juíz	967.500
Procurador	821.500
Adjunto de Procurador	694.000
Advogado de Ofício	639.000

ANEXO VI

Conselho Nacional de Economia

Membro	1.296.500
------------------	-----------

TABELA "D" — 4

Denominação	Valor Mensal Cr\$
-------------	-------------------

ANEXO VII

Serviço Jurídico das Autarquias Federais e da Prefeitura do Distrito Federal

Procurador-Geral	985.000
Procurador de 1ª Categoria	821.500
Procurador de 2ª Categoria	694.000
Procurador de 3ª Categoria	584.000

Observação: Os cargos de Procurador da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e da Fundação Brasil Central (artigos 40 e 42 da Lei nº 4.242, de 1963) têm vencimentos iguais aos fixados no Anexo VII para a categoria correspondente.

TABELA "E"

TABELA DE SÓLDO

Pôsto ou Graduação	Valor Mensal Cr\$
1. <i>Oficiais-Generais</i>	
General de Exército, Almirante-de-Esquadra e Tenente-Brigadeiro	459.000
General-de-Divisão, Vice-Almirante e Major-Brigadeiro	430.500
General-de-Brigada, Contra-Almirante e Brigadeiro	401.700
2. <i>Oficiais Superiores</i>	
Coronel e Capitão-de-Mar-e-Guerra	373.200
Tenente-Coronel e Capitão-de-Fragata	344.400
Major e Capitão-de-Corveta	315.900
3. <i>Capitães e Oficiais Subalternos</i>	
Capitão e Capitão-Tenente	287.100
Primeiro Tenente	258.600
Segundo Tenente	229.500
4. <i>Subtenentes, Suboficiais e Sargentos</i>	
Subtenentes e Suboficial	210.600
Primeiro-Sargento	191.400
Segundo-Sargento	172.200
Terceiro-Sargento	153.000

5 Cabos, Soldados, Marinheiros e Taifeiros

Cabo e Taifeiro-Mór	114.900
Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval, Taifeiro de 1ª Classe, especializados, e Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe	84.000
Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiro de 1ª Classe, não especializados, e Soldado de 1ª Classe "A"	69.000
Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiro de 2ª Classe, especializados, e Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe	53.700

TABELA "E" — 2

Pôsto ou Graduação	Valor Mensal Cr\$
Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiro de 2ª Classe, não especializados, Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe, Soldado de 2ª Classe "A" e Soldado	38.250
Grumete	23.100
6. Cabos e Soldados não Engajados	
Cabo	38.250
Soldado, Soldado Recruta, Conscrito e Soldado de 2ª Classe "A"	15.600
7. Praças Especiais e Alunos	
Aspirante a Oficial e Guarda-Marinha	210.600
Cadete e Aspirante do último ano	57.600
Cadete e Aspirante	38.250
Aluno de C.P.O.R., N.P.O.R. e E.F.O.R.M.	38.250
Aluno de Escola de Formação de Sargento	23.100
Aluno do último ano de Escola Preparatória de Cadetes e de Colégio Naval	15.300
Aluno de Escola Preparatória de Cadetes e de Colégio Naval	11.700
Aprendiz de Marinheiro	7.800
8. Taifeiros da Aeronáutica	
Taifeiro-Mór	145.500
Taifeiro de 1ª Classe	130.200
Taifeiro de 2ª Classe	114.900

DECRETO-LEI N.º 82 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1966

LIVRO PRIMEIRO

Parte Especial

TÍTULO I

Do Sistema Tributário

Art. 2.º Integram o Sistema Tributário do Distrito Federal:

I — Impostos:

- a) Imposto Predial e Territorial Urbano;
- b) Imposto de Transmissão;
- c) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias;
- d) Imposto sobre Serviços.

II — Taxas:

- a) Taxa de Veículos;
- b) Taxa de Cemitérios;

Regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9.º, parágrafo primeiro do Ato Institucional n.º 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Disposição Preliminar

Art. 1.º Esta lei regula o Sistema Tributário do Distrito Federal, instituído pela Emenda Constitucional n.º 18, de 1.º de dezembro de 1965, e complementado pela Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966.

- c) Taxa de Fiscalização de Obras;
- d) Taxa de Uso de Logradouros;
- e) Taxa de Expediente.

III — Contribuição de Melhoria.

TÍTULO II

Dos Impostos

CAPÍTULO I

Do Imposto Predial e Territorial Urbano

SEÇÃO I

Incidência e Contribuintes

Art. 3.º O Imposto Predial e Territorial Urbano tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física como definido na lei civil, situado nas zonas urbanas do Distrito Federal.

Art. 4.º Constitui zona urbana do Distrito Federal, para os efeitos deste imposto, a do Plano Piloto a que obedece a urbanização de Brasília e a área urbanizada das Cidades Satélites.

§ 1.º Estão compreendidas na zona definida neste artigo as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, segundo o planejamento do Distrito Federal.

§ 2.º Nos casos de ampliação ou redução dos limites da zona urbana a incidência ou não do imposto, sobre os imóveis incluídos ou excluídos da zona urbana, só terá efeito a partir do exercício financeiro seguinte.

Art. 5.º Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Parágrafo único. Respondem, solidariamente, pelo pagamento do imposto o titular do domínio pler ou útil, o justo possuidor, o titular do direito do usufruto ou uso, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencentes à União, aos Estados, aos Municípios, ao Distrito Federal ou a qualquer pessoa isenta do imposto ou a ele imune.

Art. 6.º O imposto é anual e, na forma da lei civil, se transmite aos adquirentes, salvo se constando da escritura certidão negativa de débitos referente ao imposto.

SEÇÃO II

Do Cadastro Imobiliário Fiscal

Art. 7.º Os terrenos, edificados ou não, situados na zona urbana, inclusive os que venham surgir por desmembramento ou remembramento dos atuais, serão inscritos no Cadastro Imobiliário Fiscal, ainda quando seus titulares não estiverem sujeitos ao imposto.

Art. 8.º A inscrição no Cadastro Imobiliário Fiscal será promovida pelo contribuinte ou responsável na forma e nos prazos regulamentares.

Art. 9.º As declarações prestadas pelo contribuinte, no ato da inscrição, não implicam na sua aceitação pelo Fisco, que poderá sempre revê-las.

Art. 10. A inscrição, alteração ou retificação de ofício, não exime o infrator das multas estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único. Além de incidir na multa que couber, a declaração de dados inexatos sobre o imóvel ou de valores notoriamente inferiores aos reais, será considerada crime de sonegação fiscal nos termos da Lei número 4.729, de 14 de julho de 1965.

Art. 11. Até o dia 10 (dez) de cada mês, os serventuários de justiça enviarão ao Cadastro Imobiliário Fiscal, conforme modelos regulamentares, extratos ou comunicações de atos relativos à Imóveis, inclusive escrituras de enfiteuses, anticrese, hipoteca, arrendamento ou locação, bem como das averbações, inscrições ou transcrições realizados no mês anterior.

SEÇÃO III

Do Lançamento

Art. 12. O lançamento será feito à vista dos elementos constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal, quer declarados pelo contribuinte, quer apurados pelo Fisco.

Art. 13. Será arbitrado pela Administração e anualmente atualizado, na

forma do Regulamento, o valor venal do imóvel, com base nas suas características e condições peculiares, levando-se em conta, entre outros fatores, sua forma, dimensões, utilidade, localização, estado de construção, valores das áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes, custo unitário da construção tributável e os valores aferidos no mercado imobiliário.

Art. 14. Na hipótese de condomínio, o imposto poderá ser lançado em nome de um, de alguns ou de todos os co-proprietários. Em se tratando, porém, de condomínio cujas unidades, nos termos da lei civil, constituem propriedades autônomas, o imposto será lançado em nome individual dos respectivos proprietários das unidades.

Parágrafo único. O imposto que gravar o imóvel em processo de inventário será lançado em nome do espólio; julgada a partilha, faz-se a o lançamento em nome do adquirente.

Art. 15. Far-se-á o lançamento, anualmente, exigido o imposto de uma só vez ou em parcelas, conforme dispuser o Regulamento.

Art. 16. A qualquer tempo poderão ser efetuados lançamentos omitidos por qualquer circunstância, nas épocas próprias, promovidos lançamentos aditivos, retificadas falhas dos lançamentos existentes, bem como feitos lançamentos substitutivos.

Parágrafo único. Os lançamentos relativos a exercícios anteriores serão feitos de conformidade com os valores e disposições legais das épocas a que os mesmos se referirem.

Art. 17. Em hipótese alguma o pagamento do imposto poderá ser exigido, em sua totalidade, antes de decorridos 30 (trinta) dias da data da publicação do aviso geral ou da comunicação pessoal feita ao contribuinte.

SEÇÃO IV

Das Isenções

Art. 18. Estão isentos do imposto:

I — A Fundação Universidade de Brasília e as Fundações instituídas pelo Distrito Federal, relativamente aos imóveis utilizados nos seus próprios serviços;

II — os Estados estrangeiros quanto aos imóveis ocupados pela sede das respectivas embaixadas e consulados e quanto aos de residência dos agentes diplomáticos acreditados no País, desde que igual favor seja assegurado, reciprocamente, ao Governo brasileiro.

III — Quaisquer entidades religiosas pelos imóveis destinados à construção dos respectivos templos do culto.

SEÇÃO V

Do Cálculo do imposto

Art. 19. O imposto incidirá sobre o valor venal do imóvel, resultante de arbitramento pela autoridade administrativa, com base nos elementos do Cadastro Imobiliário Fiscal, à razão das alíquotas seguintes:

I — 3% (três por cento) sobre o valor venal do terreno urbano não edificado;

II — 1% (um por cento) sobre o valor venal do imóvel, quanto aos terrenos edificados;

III — 3% (três por cento) quanto aos terrenos com edificações em construção, em demolição, condenados ou em ruínas, quando nesses se constatem dependências suscetíveis de utilização ou locação, calculado sobre valor venal do imóvel, computado apenas o valor dessas dependências e do terreno;

IV — 0,25% quanto aos prédios exclusivamente residenciais ocupados, pelo proprietário, promitente comprador, cessionário da promessa ou por quem tenha sobre o imóvel direito real do usufruto, uso ou habitação.

Art. 20. As normas complementares acerca do Cadastro Imobiliário Fiscal, do lançamento do imposto, do arbitramento do valor venal do imóvel e da forma e época do recolhimento serão previstas no Regulamento.

CAPÍTULO II

Do Imposto de Transmissão

SEÇÃO I

Incidência e Contribuintes

Art. 21. O imposto de transmissão tem como fato gerador:

I — A transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio

útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil;

II — A transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

III — A cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos I e II.

Art. 22. O imposto grava inclusive:

I — A transmissão da propriedade de bens imóveis em consequência de:

a) sucessão legítima ou testamentária, inclusive instituição e substituição de fideicomisso;

b) compra e venda;

c) doação;

d) dação em pagamento;

e) arrematação;

f) adjudicação;

g) sentença declaratória de usucapião;

h) mandato em causa própria e seus subestabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e venda;

i) quaisquer outros atos ou contratos translativos da propriedade, sujeitos a transcrição, na forma da lei.

II — A instituição de usufruto, convencional ou testamentário, sobre bens imóveis e sua extinção, por consolidação na pessoa do nu proprietário;

III — O excesso em bens imóveis sobre o valor do quinhão hereditário ou da meação, partilhado ou adjudicado a herdeiro ou meeiro;

IV — O excesso em bens imóveis partilhados ou adjudicados nos desquites, a cada um dos cônjuges, independentemente do valor de outros bens móveis partilhados ou adjudicados, ou dívidas do casal;

V — A diferença entre o valor da quota parte material recebida por um ou mais condôminos, na divisão para extinção de condomínio e o valor de sua quota-parte ideal;

VI — A transferência de direito sobre construção existente em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo;

VII — A cessão de direitos do arrematante ou do adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou de adjudicação;

VIII — A instituição, translação ou extinção de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia e as servidões prediais;

IX — A permuta de bens imóveis ou de direitos a eles relativos.

§ 1.º Nas transmissões decorrentes de sucessão legítima ou testamentária, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos sejam os herdeiros ou legatários;

§ 2.º Será devido novo imposto:

I — Quando o vendedor exercer o direito de prelação;

II — No pacto de melhor comprador;

III — Na retrocessão;

IV — Na retrovenda.

§ 3.º Na permuta de bens imóveis, cada contratante pagará 50% (cinquenta por cento) do imposto incidente sobre o valor do bem ou direito adquirido. Havendo diferença de valor entre os bens permutados, o adquirente do de maior valor pagará sobre esta mais 50% (cinquenta por cento) do imposto.

§ 4.º Equipara-se à compra e venda, para efeitos fiscais:

I — A permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;

II — A permuta de bens imóveis situados no Distrito Federal, por quaisquer bens situados fora do seu território.

§ 5.º Equipara-se ao usufruto, para efeitos fiscais, a habitação e o uso, nos termos da lei civil.

Art. 23. O imposto é devido quando os bens transmitidos ou sobre os quais versarem os direitos cedidos situarem-se no Distrito Federal, ainda que fora de seu território se tenha aberto a sucessão ou celebrado o contrato do qual decorra a mutuação patrimonial.

Art. 24. Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o imposto não incide sobre a transmissão dos bens e direitos:

I — Quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

II — Quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.

Parágrafo único. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I, deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

Art. 25. O disposto no artigo anterior não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

§ 1.º Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida neste artigo quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas neste artigo.

§ 2.º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 3.º Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

§ 4.º O disposto neste artigo não se aplica à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Art. 26. São contribuintes do imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos:

- I — Nas alienações, o adquirente;
- II — Nas cessões de direitos, o cessionário;
- III — Nas permutas, cada um dos permutantes;
- IV — Nas transmissões *causa mortis*, o herdeiro ou legatário.

SEÇÃO II

Do Valor

Art. 27. Tomar-se-á por base de cálculo o valor dos bens ou direitos:

- I — Na transmissão *causa mortis*, o da data do falecimento do *de cuius*;

II — Nos demais casos, o da data do instrumento, ato ou contrato que servir de título à transferência.

Parágrafo único. Nas extinções e consolidações de usufruto e fideicomisso, o valor do bem será o da data em que se realizar ou ocorrer o fato causador da extinção ou consolidação.

Art. 28. Para efeito de cálculo do imposto, tomar-se-á por base:

I — Na transmissão de sua propriedade, inclusive na consolidação do domínio no usufrutuário — 30% (trinta por cento) do valor do bem;

II — Na instituição ou extinção de usufruto vitalício — 70% (setenta por cento) do valor do bem gravado;

III — Na instituição de usufruto temporário — tantas vezes 10% (dez por cento) do bem quantos forem os anos que tiver de durar o usufruto, até o máximo de 70% (setenta por cento) do valor do bem;

IV — Na instituição de fideicomisso:

a) quando o fiduciário não tiver o direito de dispor, 70% (setenta por cento) do valor do bem;

b) quando o fiduciário tiver o direito de dispor, o valor integral do bem, ficando neste caso o fiduciário livre de nova incidência se nele posteriormente vier a consolidar-se a propriedade;

V — Na consolidação da propriedade no fiduciário, por falecimento, desistência ou renúncia de fideicomissário, se aquele já houver pago anteriormente o imposto na base prevista na letra a do inciso anterior — 30% (trinta por cento) do valor integral do bem;

VI — Na transmissão do bem do fiduciário ao fideicomissário o valor integral do bem;

VII — Nos demais casos — o valor integral do bem.

Art. 29. Na apuração do valor aplicar-se-ão regras de avaliação tendentes a determinar o valor do imóvel com base nas suas características e condições peculiares, levando-se em conta, entre outras, as disposições do art. 13.

Parágrafo único. O valor estabelecido na forma deste artigo prevalece pelo prazo de 96 (noventa) dias, findo o qual, sem o pagamento do imposto, far-se-á nova avaliação.

SEÇÃO III

Das isenções

Art. 30. Estão isentos do imposto:

I — A Fundação Universidade de Brasília e as Fundações instituídas pelo Distrito Federal, relativamente às aquisições de imóveis destinados às suas finalidades;

II — Os Estados estrangeiros quanto às aquisições de imóveis destinados à sede de suas missões diplomáticas ou consulares e à residência de diplomatas acreditados no País.

SEÇÃO IV

Do cálculo de imposto

Art. 31. As alíquotas são as seguintes:

I — 0,5% para as transmissões relativas ao sistema financeiro de habitação (Lei n.º 4.280, de 21 de agosto de 1964 e legislação complementar);

II — 1% para as demais transmissões a título oneroso;

III — 2% para quaisquer outras transmissões.

Art. 32 — Nos casos de promessa de compra e venda, com pagamento parcelado do preço, a alíquota do imposto será reduzida de 1/10 por ano, se este for recolhido pelo promitente comprador, por antecipação, contada esta da última prestação vincenda.

§ 1.º Em nenhuma hipótese, a alíquota terá redução superior a 50%.

§ 2.º O valor do imóvel, para os efeitos deste artigo, será o que for apurado à época do recolhimento.

Art. 33. Quando existindo procuração em causa própria ou equivalente, a aquisição do bem ou direito não vier a ser feita pelo primeiro mandatário, a alíquota será multiplicada por um número igual ao dos sucessivos outorgados ou por esse número aumentado de uma unidade se o adquirente não for o último mandatário.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, como couber, às transferências ou cessões de promessa ou compromisso de compra e venda dos imóveis já quitados.

Art. 34. O pagamento do imposto será exigível:

I — Nos atos *inter vivos*, antes da lavratura do respectivo instrumento.

II — Nas transmissões *causa mortis*, dentro de 30 (trinta) dias da homologação do cálculo no processo de inventário.

Parágrafo único. Se o título de transmissão for sentença judicial, o imposto será pago até os 30 (trinta) dias seguintes ao trânsito em julgado de decisão.

Art. 35. O imposto poderá ser recolhido de acordo com o valor declarado pelos interessados no ato translativo, reservando-se à autoridade a faculdade de rever a respectiva estimativa, dentro de um ano, para o efeito de exigir do contribuinte a diferença do débito fiscal.

Art. 36. O Regulamento disporá a respeito dos critérios de avaliação dos bens e direitos transmitidos e da forma do recolhimento do imposto.

CAPÍTULO III

Do imposto sobre a circulação de mercadorias

SEÇÃO I

Incidência e contribuintes

Art. 37. O imposto sobre a circulação de mercadorias tem como fato gerador a saída destas de estabelecimento comercial, industrial ou produtor.

Art. 38. Considera-se circulação de mercadorias a transmissão a qualquer título, de sua propriedade ou posse:

I — De uma para outra pessoa física ou jurídica.

II — De um estabelecimento para outro da mesma pessoa física ou jurídica, quando localizado este último fora do Distrito Federal.

Art. 39. Equipara-se à saída, para efeito de incidência do imposto:

I — A transmissão da propriedade de mercadoria em virtude de alienação, onerosa ou gratuita, de título que a represente.

II — A transmissão da propriedade de mercadoria, em razão de qualquer operação quando esta não transitar pelo estabelecimento do transmitente.

Parágrafo único. Considera-se saída do estabelecimento autor da encomenda, a mercadoria que, pelo estabelecimento executor da industrialização, fôr remetida diretamente a terceiros ou a estabelecimento diferente daquele que a tiver mandado industrializar.

Art. 40. O imposto não incide sobre a saída:

I — Decorrente de venda a varejo, diretamente a consumidor, de gêneros de primeira necessidade, definidos como tais por ato do Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal;

II — Decorrente da alienação fiduciária, em garantia;

III — De mercadoria remetida a outro estabelecimento do mesmo contribuinte ou de terceiro, dentro do Distrito Federal, para fins de industrialização, desde que o produto final tenha de retornar ao estabelecimento de origem;

IV — De mercadoria destinada a depósito em Armazém Geral, dentro do Distrito Federal;

V — De produto agropecuário ou proveniente da indústria extrativa, em bruto ou submetido a beneficiamento elementar, quando:

a) remetido de um para outro estabelecimento produtor, do mesmo contribuinte ou de terceiro, localizados no Distrito Federal, com objetivo do beneficiamento, reprodução ou melhoria, desde que ao estabelecimento de origem retorne dentro dos prazos fixados no Regulamento;

b) da devolução do produto, a que se refere a alínea anterior, ao estabelecimento de origem.

Art. 41. São contribuintes do imposto os comerciantes, industriais e produtores que transmitam a propriedade ou promovam a saída de mercadorias.

Parágrafo único. Considera-se, para os efeitos desta lei:

a) *Comerciante* — a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que pratique a intermediação de mercadorias, inclusive o fornecimento destas nos casos de atividades de caráter misto; como definido no art. 71, § 2º da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;

b) *Industrial* — a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que realize operações de que resulte

alteração da natureza, funcionamento, utilização, acabamento ou apresentação do produto, tais como beneficiamento, transformação, montagem, acondicionamento ou acondicionamento, bem assim as de conserto, reparo e restauração, com o objetivo de revenda;

c) *Produtor* — a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado que se dedique à reprodução agrícola, animal ou extrativa, em estado natural com beneficiamento elementar.

Art. 42. Cada um dos estabelecimentos, permanentes ou temporários, do contribuinte, inclusive os veículos utilizados no comércio ambulante, será considerado autonomamente, para todos os efeitos fiscais.

Art. 43. Fica atribuída a condição de responsável:

I — Ao comerciante ou industrial, quanto ao imposto devido por produtor pela saída de mercadoria a ele destinada;

II — A cooperativa de produtores, quanto ao imposto relativo às mercadorias a ela entregues por seus associados;

III — Ao transportador, sobre as mercadorias, que transportar;

IV — Ao armazém geral e demais depositários, pelos encargos fiscais das mercadorias em depósito;

V — A qualquer possuidor, com relação às mercadorias cuja posse mantiver para fins de venda ou industrialização.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o contribuinte substituto fica sub-rogado em todos os direitos e obrigações do contribuinte substituído.

SEÇÃO II

Do cálculo do imposto

Art. 44. O imposto será calculado pela aplicação da alíquota, fixada por ato do Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal de acordo com o Decreto-lei nº 28, de 14 de novembro de 1966, sobre o valor tributável definido nesta Seção, ressalvado o disposto no art. 4º do Ato Complementar nº 27, de 8 de dezembro de 1966.

Parágrafo único. Na saída da mercadoria decorrente de operações que

a destine a contribuinte localizado em outra unidade da Federação, a alíquota, de que trata este artigo, não excederá no limite fixado por resolução do Senado Federal.

Art. 45. O valor tributável, para os efeitos do art. 44, é:

I — Na saída de mercadoria decorrente de operação, a título oneroso, o respectivo preço, incluídas as despesas acessórias debitadas ao destinatário ou comprador;

II — No fornecimento de mercadoria, simultaneamente com a prestação de serviços a usuários ou consumidores finais, caracterizável como atividade mista na forma do art. 71 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, 50% (cinquenta por cento) do valor da operação;

III — Na exportação de mercadoria, o preço ou o valor desta colocada no porto de embarque ou no local de saída do território nacional;

IV — Nos demais casos, o preço que a mercadoria ou a sua similar normalmente atingir no mercado atacadista da praça do remetente.

§ 1º Somente serão deduzidas da base de cálculo, as despesas de frete e seguro na saída de mercadoria para outra unidade da Federação, desde que não excedam as tarifas normais.

§ 2º Não serão deduzidos do preço da mercadoria os descontos ou abatimentos condicionais, assim entendidos os que estiverem sujeitos a eventos futuros e incertos.

§ 3º O montante do Imposto sobre a circulação de mercadorias integra o valor ou preço a que se refere este artigo, constituindo o respectivo destaque, na nota-fiscal, mera indicação para os efeitos previstos no § 3º do art. 52.

Art. 46. O montante do imposto sobre produtos industrializados, de competência da União, não integra a base do cálculo referida no artigo anterior quando:

I — A operação constitua fato gerador de ambos os impostos;

II — Ao tratar de produtos sujeitos ao tributo federal com base do cálculo relacionada com o preço máximo para a venda a varejo, marcado pelo fabricante.

Art. 47. O imposto poderá ser calculado sobre o valor estimado da venda do contribuinte quando:

I — O volume de operações no mês não exceder a 5 (cinco) vezes o salário-mínimo mensal vigente no Distrito Federal;

II — Pela natureza das operações realizadas pelo estabelecimento, valor das vendas, quantidades vendidas ou, ainda, pelas condições em que se realize o negócio, seja impraticável a emissão de nota-fiscal;

III — sobre o estabelecimento pesarem fundadas suspeitas de lançamentos irreais de venda.

SEÇÃO III

Das isenções

Art. 48. São isentas de imposto a saída de:

I — Produtos confeccionados em residências sem utilização de trabalho assalariado, por encomenda direta do consumidor ou usuário;

II — Obras de arte, promovidas diretamente pelo autor;

III — Jornais, revistas, periódicos e livros;

IV — Mercadorias de sua própria produção, promovida por estabelecimento de educação profissional ou de assistência social;

V — Reprodutores ou espécimes de raça, decorrente de operações realizadas diretamente pelo produtor, no recinto das Exposições-feiras, até o máximo de 15 (quinze) dias após o encerramento destas;

VI — Mercadorias decorrentes de fornecimento de alimentação em restaurantes e bares, mantidos, sem fins lucrativos, por entidades de direito público, por instituições de serviço social, ou por empresas particulares, neste caso, quando destinado exclusivamente a seus empregados.

VII — A mercadoria decorrente de operação efetuada diretamente pelo pequeno produtor, assim entendido aquele cuja produção anual não exceda a 100 (cem) vezes o salário-mínimo mensal vigente no Distrito Federal.

SEÇÃO IV

Do recolhimento do imposto

Art. 49. O imposto será recolhido por guia ou contra expedição de ta-

lão-recibo ao órgão arrecadador da jurisdição do contribuinte, na forma que dispuser o Regulamento.

Art. 50. O pagamento por guia far-se-á mediante apresentação de formulário próprio, preenchido pelo contribuinte.

Art. 51. O pagamento far-se-á contra a exposição de talão-recibo pelo órgão de arrecadação, nos casos previstos no Regulamento.

Art. 52. O imposto será recolhido sobre a diferença a maior entre o imposto referente às mercadorias saídas do estabelecimento e pago relativamente às mercadorias nele entradas.

§ 1º A importância a recolher será a resultante do cálculo do imposto, correspondente a cada quinzena, deduzida:

I — Do valor do imposto relativo às mercadorias recebidas no mesmo período para comercialização;

II — Do valor do imposto relativo a matérias-primas, produtos intermediários e embalagens, recebidas no mesmo período, para emprego no processo de produção ou industrialização.

§ 2º Salvo nas vendas efetuadas pelos estabelecimentos comerciais varejistas, poderá ser deduzido o imposto relativo às mercadorias devolvidas, obedecendo as normas de controle fixadas no Regulamento.

§ 3º Não será permitida a dedução de imposto não destacado na nota-fiscal ou calculado em desacordo com as normas desta ou da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 4º Ocorrendo saldo credor em um período, será ele transportado para o período seguinte.

Art. 53. Nos casos previstos no Regulamento, o sistema de recolhimento a que se refere o artigo anterior poderá ser substituído pela dedução em cada operação, de imposto comprovadamente pago na operação anterior relativamente à mesma mercadoria.

Art. 54. O imposto, quando da fixação do preço ou apuração do valor depender de fatos ou condições verificáveis após a saída da mercadoria, tais como pesagem, medição, análise, classificação, etc., será calculado e recolhido inicialmente sobre o valor

da cotação do dia, ou na sua falta, sobre o valor estimado pelo órgão fazendário competente, e o seu recolhimento será complementado após essa verificação, atendidas as normas fixadas no Regulamento.

Parágrafo único. Quando em virtude de contrato escrito ocorrer reajustamento de preço de mercadorias, o imposto correspondente ao acréscimo do valor será recolhido juntamente com o montante devido no período em que for apurado, igualmente atendidas as normas fixadas no Regulamento.

Art. 55. Desde que procurem espontaneamente a repartição arrecadadora, antes de qualquer procedimento fiscal, os contribuintes que não apresentarem a guia de recolhimento no prazo estabelecido pagarão o imposto acrescido das seguintes penalidades especiais:

I — 10% (dez por cento), quando o pagamento se verificar nos 30 (trinta) dias subsequentes ao término do prazo fixado;

II — de 30% (trinta por cento), depois de 30 (trinta) dias até 90 (noventa) dias;

III — de 50% (cinquenta por cento), depois de 90 (noventa) dias.

SEÇÃO V

Do comércio ambulante

Art. 56. As pessoas que realizarem o comércio ambulante de mercadorias, por conta própria ou de terceiros, ficarão obrigadas a se inscrever na repartição fiscal competente, com os requisitos que forem estabelecidos no Regulamento.

Art. 57. Os comerciantes ambulantes pagarão imposto mensal de acordo com o movimento presumido, arbitrado pela autoridade fiscal, devendo apresentar, à ocasião, as notas-fiscais de aquisição da mercadoria transportada.

Art. 58. O disposto nesta lei não se aplica aos vendedores ambulantes de produtos fabricados ou distribuídos por estabelecimentos inscritos como contribuinte regular, mas estende-se ao responsável por veículo de qualquer natureza se, habitualmente, conduzir mercadorias à ordem ou sem indicação do destinatário.

Art. 59. O Regulamento fixará as áreas do Distrito Federal, em que se permitirão as atividades do comércio ambulante.

SEÇÃO VI

Da inscrição

Art. 60. Os contribuintes definidos nesta lei, assim como os Armazéns-Gerais e as empresas de transporte, são obrigados a inscrever seus estabelecimentos no Cadastro Fiscal de sua jurisdição, antes do início das suas atividades, na forma do que dispuser o Regulamento.

SEÇÃO VII

Do documentário fiscal

Art. 61. É obrigatória a emissão de nota-fiscal em todas as operações que impliquem na saída de mercadoria do estabelecimento contribuinte, ou lhe transmitam a propriedade.

Art. 62. A nota-fiscal não poderá ser emendada ou rasurada de modo que lhe prejudique a clareza e veracidade e obedecerá ao modelo fixado no Regulamento.

Art. 63. A nota-fiscal deverá ser emitida por ocasião da saída da mercadoria do estabelecimento contribuinte.

Art. 64. A impressão de notas-fiscais dependerá de prévia autorização da repartição fazendária competente.

Parágrafo único. As empresas tipográficas serão obrigadas a manter livro próprio para registro das notas fiscais que imprimirem.

Art. 65. Nas vendas à vista, a consumidor, com a entrega da mercadoria no ato da venda, a nota-fiscal poderá ser substituída pela "nota de venda ao consumidor" ou cupão de máquinas registradoras na forma especificada no Regulamento.

Art. 66. É facultado ao Fisco a aceitação de documentário instituído pela legislação tributária da União, desde que preencha os requisitos de controle fixados nesta Lei e no Regulamento.

Art. 67. Na remessa de mercadorias para fora do Distrito Federal, a nota-fiscal obedecerá ao modelo de

que trata o art. 50 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, sem prejuízo do disposto nesta lei.

Parágrafo único. Quando o contribuinte não tenha condições de emitir a nota-fiscal a que se refere este artigo, deverá providenciar a nota de remessa emitida pela repartição fiscal competente, na forma do Regulamento.

Art. 68. As aquisições efetuadas por comerciantes e industriais diretamente a produtores não obrigados a escrita fiscal e a não comerciantes, será emitida pelo adquirente uma nota de compra, na forma do Regulamento.

Parágrafo único. Aplicam-se à nota de compra, no que couber, as disposições relativas às notas fiscais.

Art. 69. As notas fiscais, faturas, duplicatas, notas de venda a consumidor, bobinas de máquinas registradoras, guias, recibos e demais documentos relacionados com o imposto sobre a circulação de mercadorias, ficarão à disposição da fiscalização pelo prazo de 3 (três) anos.

SEÇÃO VIII

Da escrita fiscal

Art. 70. Os contribuintes do imposto sobre a circulação de mercadorias são obrigados, além de outras exigências estabelecidas em lei, à escrituração dos seguintes livros:

I — Livro de Registro de Mercadorias;

II — Livro de Registro de Saídas de Mercadorias;

III — Livro de Registro de Inventário.

Parágrafo único. Os livros fiscais a que se refere este artigo obedecerão os modelos estabelecidos no Regulamento.

Art. 71. Cada estabelecimento, seja matriz, filial, depósito, sucursal, agência ou representante, terá escrituração fiscal própria, vedada a sua centralização na matriz ou estabelecimento principal.

Art. 72. Nenhum livro de escrita fiscal poderá ser utilizado sem prévia autenticação pela repartição competente.

Art. 73. Os livros fiscaes serão conservados durante o prazo de 5 (cinco) anos, nos próprios estabelecimentos, para serem exhibidos à fiscalização quando exigidos, e daí não serão retirados, salvo para apresentação em juizo ou quando apreendidos pelo fisco, nos casos previstos no Regulamento.

Parágrafo único. A exhibição dos livros far-se-á sempre que exigida pelos funcionários fiscaes.

Art. 74. Os contribuintes de rudimentar organização poderão, a critério do Fisco, ser dispensados da escrituração de livros fiscaes na forma do Regulamento.

Art. 75. O Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal, no interesse da arrecadação e da fiscalização do imposto, poderá instituir em substituição ou complementação aos previstos nesta lei, outros documentos e livros de escrita fiscal.

SEÇÃO IX

Das obrigações dos Transportadores e Armazéns-Gerais

Art. 76. As estradas de ferro e as empresas de transporte terrestre ou aéreo não poderão aceitar despachos de mercadorias que não estiverem acobertados de documentação fiscal hábil.

Art. 77. As mercadorias transportadas por qualquer meio, por conta ou ordem de terceiros, deverão ser acompanhadas do Manifesto de Carga, na forma que dispuser o Regulamento.

Art. 78. Os Armazéns-Gerais e demais depositários de mercadorias são obrigados a:

I — Escriturar o "Livro Registro de Mercadorias Depositadas";

II — Expedir nota-fiscal para acompanhar a mercadoria saída do estabelecimento.

Parágrafo único. O modelo do livro e do documento a que se refere este artigo, será estabelecido no Regulamento.

Art. 79. O Regulamento poderá estabelecer outras obrigações accessórias para os Transportes e Armazéns-gerais.

SEÇÃO X

Da Fiscalização

Art. 80. A fiscalização do imposto compete ao órgão próprio da Secretaria de Finanças e far-se-á na forma do Regulamento, obedecidas as normas fixadas neste Código.

Art. 81. São obrigados a exhibir documentos, prestar informações solicitadas pelo fisco e facilitar a ação dos funcionários fiscaes:

I — Os contribuintes e todos os que direta ou indiretamente tomarem parte nas operações sujeitas ao imposto;

II — Os serventários de justiça;

III — As empresas de transporte e os transportadores singulares;

IV — Todas as demais pessoas físicas ou jurídicas, cujas atividades envolvam negócios ligados ao imposto.

Parágrafo único. A fiscalização do pagamento do imposto sobre a Circulação de Mercadorias será feita, sistematicamente, nos estabelecimentos comerciais, industriais e produtores, feiras-livres, praças, ruas, estradas e onde quer que se exerçam atividades tributáveis.

Art. 82. O contribuinte fornecerá os elementos necessários à verificação de que são exatos os totais das operações sobre as quaes paga o imposto e exhibirá todos os elementos da escrita fiscal e da contabilidade geral quando solicitadas pelo Fisco.

§ 1º Os agentes fiscaes, no exercício de suas atividades, poderão ingressar nos estabelecimentos comerciais, industriais ou produtores a qualquer hora do dia ou da noite, desde que os mesmos estejam em funcionamento.

§ 2º Em caso de embarço ou descato no exercício de suas funções, os agentes fiscaes poderão requisitar o auxilio das autoridades policiais ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 83. Quando se apurar sonegação à vista de livros e documentos fiscaes, serão estes apreendidos, se necessários à instrução do processo fiscal e serão devolvidos, contra recibo, se o requerer o interessado e

desde que não prejudique a instrução do processo.

SEÇÃO XI

Das mercadorias em trânsito ou em situação irregular

Art. 84. A mercadoria será considerada em trânsito irregular no Distrito Federal, se desacompanhada de nota-fiscal ou documento equivalente.

Art. 85. O trânsito irregular de mercadorias não se corrige pela ulterior emissão da documentação fiscal, e as mercadorias serão consideradas em integração dolosa no movimento comercial do Distrito Federal ficando os responsáveis sujeitos às penalidades previstas nesta lei.

Art. 86. Considera-se, também, em integração dolosa no movimento comercial, qualquer mercadoria exposta à venda, ou armazenada para formação de estoque, ou oculta ao Fisco por qualquer artifício, sem documentação que comprove sua origem, o pagamento do imposto devido, o valor da compra e o nome do vendedor.

Art. 87. A mercadoria em trânsito irregular ou na situação a que se refere o artigo anterior, será apreendida pelo Fisco e removida para a repartição fiscal competente mediante as formalidades previstas no Regulamento.

Art. 88. As mercadorias que não forem retiradas ou reclamadas dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da apreensão ou do julgamento definitivo do processo fiscal, serão consideradas abandonadas e vendidas em leilão, na forma prevista no Regulamento.

Parágrafo único. As mercadorias apreendidas, por infração a dispositivos desta lei, quando se tratar de carnes, frutas, legumes, aves abatidas, doces e outros alimentos preparados, de fácil deterioração serão doadas, a critério da autoridade competente e mediante recibo, às instituições de caridade ou assistência social, se não forem reclamadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CAPÍTULO IV

Do imposto sobre serviços

SEÇÃO I

Incidência e Contribuintes

Art. 89. O imposto tem como fato gerador a prestação de serviços de qualquer natureza e recai sobre as transações com esse objeto, quando o prestador, empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, àquela atividade se dedique de maneira habitual, importando ou não o seu exercício na circulação simultânea de mercadorias.

§ 1º Para os efeitos desta lei, considera-se serviço:

I — O fornecimento de trabalho, com ou sem utilização de máquinas, ferramentas ou veículos, a usuários ou consumidores finais;

II — A locação de bens móveis;

III — A locação de espaços em bens imóveis, a título de hospedagem, ou para guarda de bens de qualquer natureza;

IV — Jogos e diversões públicas.

§ 2º As atividades a que se refere o parágrafo anterior, quando acompanhadas do fornecimento de mercadorias, serão consideradas de caráter misto para efeito de aplicação do disposto no inciso II do artigo 45, salvo se a prestação de serviços constituir o seu objeto essencial e contribuir com mais de 75% (setenta e cinco por cento) da receita média mensal da atividade.

Art. 90. O imposto sobre serviços incidirá nas transações realizadas:

I — Por empresa comercial ou civil, individual ou coletiva, que explore negócio de:

a) fornecimento de trabalho;

b) locação de bens móveis.

c) locação de espaço em bens imóveis para fins de hospedagem ou para guarda de bens de qualquer natureza;

d) jogos e diversões públicas;

e) transportes, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores, desde que o trajeto se contenha inteiramente no território do Distrito Federal;

f) comunicações, assim entendida a transmissão e o recebimento, por qualquer processo, de mensagens escritas, faladas ou visuais, desde que os pontos de transmissão e recepção situem-se no território do Distrito Federal e a mensagem em curso não possa ser captada fora de seu território.

II — por trabalhador autônomo que preste serviços relativos ao exercício de profissões liberais, artes e ofícios.

Art. 91. Contribuinte do imposto é o prestador de serviço.

Parágrafo único. Uma vez efetivada a prestação do serviço no Distrito Federal, a ele será devido o imposto, mesmo que a empresa ou profissional autônomo seja estabelecido fora de seu território.

SEÇÃO II

Das isenções

Art. 92. Estão isentos do imposto:

I — Os hospitais, casas de saúde e ambulatorios, no que concerne às suas atividades específicas;

II — Os fornecedores de alimentação e os locadores de vagas em residências, desde que a receita bruta anual não exceda de 50 (cinquenta) vezes o salário mínimo mensal do Distrito Federal;

III — As empresas editoras de livros, jornais e revistas por conta de terceiros;

IV — As empresas profissionais autônomas cujas transações anuais não excedam de 40 (quarenta) vezes o salário mínimo mensal do Distrito Federal.

V — Os restaurantes e bares mantidos sem fins lucrativos, por entidades de direito público, por instituições de assistência social, ou por

empresas privadas, neste caso quando destinados exclusivamente aos empregados;

VI — As empresas de radiodifusão e agências de notícias;

VII — Hotéis de 1ª classe, tão-somente no que se refere à hospedagem;

VIII — Agências de turismo;

IX — Entidades de caráter filantrópico, assistencial ou cultural pelos espetáculos públicos que realizarem;

X — Os profissionais autônomos no que se refere às atividades de que forem usuários ou consumidores finais;

XI — Os estabelecimentos de ensino de nível elementar, médio e superior;

XII — A Fundação Cultural do Distrito Federal e o Departamento de Turismo do Distrito Federal pelas suas promoções;

XIII — As empresas teatrais e circenses pelos seus espetáculos, inclusive concertos e exibições artísticas culturais;

XIV — As Federações e os clubes desportivos, com sede no Distrito Federal, pelas competições desportivas que realizarem.

Parágrafo único. As isenções conferidas nos itens VII e VIII, que vigorarão sempre por prazo determinado, serão objeto de regulamentação própria.

SEÇÃO III

Do cálculo do imposto

Art. 93. O imposto sobre serviços referentes às atividades compreendidas no inciso I do artigo 90, tem por base de cálculo o preço do serviço e será cobrado mediante a aplicação das alíquotas seguintes:

I — Empresa comercial ou civil, individual ou coletiva que explore negócio de:

1. fornecimento de trabalho:		
1.2	alfaiatarias, "ateliers" de moda e costura e de confecção sob encomenda	2%
1.2	empresas de engenharia, arquitetura, construção, projeto reforma, pintura e decoração de móveis e de planejamento ou execução de obras congêneres, por administração ou empreitada	3%
1.3	escritório de advocacia	3%
1.4	oficinas mecânicas ou de colocação, substituição ou reparo de peças, pintura, estofamento ou acessórios em veículos	2%

1.5	oficinas de reparos, conserto, pintura, estofamento ou reforma de quaisquer objetos	2%
1.6	empresas funerárias	2%
1.7	serviços óticos em geral	2%
1.8	barbearias e institutos de beleza	2%
1.9	empresas de turismo e de viagens	2%
1.10	empresas de loteamento, venda, cessão ou locação de imóveis, quando operarem como intermediários entre as partes contratantes	2%
1.11	empresas de publicidade e de propaganda	4%
1.12	laboratórios de análises médicas, raio X, eletrocardiografia e serviços similares	2%
1.13	lavagem e lubrificação de veículos, excetuado o preço dos combustíveis e lubrificantes fornecidos	5%
1.14	oficinas de vulcanização e recapagem de pneumáticos ..	2%
1.15	estabelecimentos de fisioterapia, de educação física e de saunas	3%
1.16	serviços gerais de manutenção e conservação de máquinas e aparelhos	2%
1.17	"ateliers" fotográficos e empresas de gravação em fita magnética ou disco fonográfico, para efeitos comerciais ou de interesse de particulares, inclusive coberturas fotográficas, cinematográficas de festas, solenidades e outros eventos, ainda que o prestador de serviços seja profissional autônomo	2%
1.18	lavanderias e tinturarias	2%
1.19	tipografias, serviços gráficos e de encadernação	2%
1.20	empresa de administração e conservação de imóveis	2%
1.21	empresas concessionárias de serviços de utilidade pública	2%
1.22	escritórios de comissões e representações inclusive despachante junto aos órgãos públicos	2%
1.23	restaurantes, bares e cafés	6%
1.24	fornecimento de alimentação a domicílio	3%
1.25	colégios e escolas de música, idiomas, datilografia, motorista e quaisquer outros cursos preparatórios ou particulares	1%
2. locação de bens móveis:		
2.1	empresas de locação, cessão ou distribuição de filmes cinematográficos, com ou sem participação nas rendas de exhibições	4%
2.2	empresas de locação de máquinas, aparelhos, objetos diversos ou quaisquer outros bens móveis	3%
2.3	empresas de locação de veículos	3%
3. locação de espaços em imóveis:		
3.1	hotéis, pensões, hospedarias, motéis e casas de cômodos	3%
3.2	armazéns-gerais, depósitos e frigoríficos de aluguel	1%
3.3	cofres fortes de aluguel	3%
3.4	guarda móveis	1%
3.5	outros tipos de locação de espaço em imóveis a qualquer título	2%
4. jogos e diversões públicas:		
4.1	bilhares, boliches, bochas e demais jogos permitidos ...	5%
4.2	hipódromos	15%
4.3	parques de diversões	15%
4.4	cabarés, "nights-clubs", "boites" e "dancing"	15%
4.5	cinemas	10%
4.6	espetáculos eventuais ao ar livre ou em recinto fechado ..	10%
4.7	outras formas de jogos ou diversões públicas que não se enquadrem nas acima relacionadas	10%

5. transporte em geral:

5.1	empresas de ônibus	1%
5.2	empresas de taxi e lotações	2%
5.3	empresas de caminhões a frete	2%
5.4	empresas de mudanças urbanas	2%
5.5	empresas de outras modalidades de transportes urbanos	2%
6.	comunicações em geral	2%

§ 1.º A prestação de serviços decorrente de atividade não individualizada neste artigo, será tributada mediante a aplicação da alíquota estabelecida para a atividade com a qual mais se identifique ou assemelhe.

§ 2.º A base de cálculo para a incidência do imposto será o valor total dos serviços prestados, ainda que sejam estes acompanhados de fornecimento simultâneo de mercadorias.

§ 3.º Nas operações consideradas mistas, o imposto será calculado sobre 50% (cinquenta por cento) do valor total destas.

Art. 94. O trabalhador autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, pagará o imposto de acordo com os coeficientes seguintes aplicados sobre o valor do salário-mínimo mensal vigente no Distrito Federal:

a)	profissionais liberais	3,00
b)	artífices e artesãos	1,00
c)	demais profissionais	2,00

Parágrafo único. O enquadramento das profissões dos trabalhadores autônomos e seus respectivos coeficientes, serão estabelecidos no Regulamento, observados os limites fixados neste artigo.

Art. 95. Quando o contribuinte exercer mais de uma atividade tributável, adotar-se-á para o cálculo do imposto a alíquota ou o coeficiente correspondente a predominante.

Art. 96. O lançamento do imposto far-se-á:

I — Anualmente, pelo órgão fazendário, com relação às atividades especificadas no artigo 94;

II — Mensalmente ou anualmente, por declaração do contribuinte, com relação às demais atividades como o Regulamento dispuser.

§ 1.º Proceder-se-á ao lançamento de ofício nos casos que o Regulamento assim preceituar.

§ 2.º O lançamento direto será feito à vista dos elementos constantes do cadastro fiscal.

Art. 97. As formas e preços para pagamento, bem como os sistemas de registros dos serviços prestados, serão fixados no Regulamento.

Art. 98. Quando a atividade tributável for exercida em estabelecimentos distintos, o imposto será cobrado por estabelecimento.

§ 1.º Consideram-se estabelecimentos distintos, para efeitos desta lei.

I — Os que, embora no mesmo local, ainda que com idênticas atividades, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II — Os que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, funcionem em locais diversos.

§ 2.º Não são considerados locais diversos, dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem as várias salas ou pavimentos de um mesmo imóvel.

Art. 99. Os contribuintes referidos no artigo 93, ficam sujeitos as penalidades especiais previstas no artigo 55 desta lei.

SEÇÃO IV

Da inscrição

Art. 100. As pessoas físicas ou jurídicas que exercerem habitualmente quaisquer das atividades ou profissões referidas no artigo 90 desta lei, ficam obrigadas a inscrever-se no Cadastro Fiscal, como contribuintes, do imposto sobre serviços.

Art. 101. A inscrição será requerida ao órgão competente, na forma e prazos previstos no Regulamento.

Art. 102. Ao imposto sobre serviços, aplicam-se, no que couber, as disposições relativas ao imposto sobre a Circulação de Mercadorias.

Art. 103. O Regulamento disporá sobre a forma e oportunidade do lançamento, a época do pagamento, o reconhecimento das isenções e demais obrigações acessórias dos contribuintes.

TÍTULO III

Das Taxas

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

SEÇÃO I

Conceito

Art. 104. As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou colocado à sua disposição pelo Governo do Distrito Federal.

SEÇÃO II

Da base do cálculo

Art. 105. As taxas serão calculadas segundo coeficientes aplicados ao salário mínimo mensal, em vigor no Distrito Federal.

CAPÍTULO II

Da Taxa de Veículos

SEÇÃO I

Da Incidência

Art. 106. O fato gerador da taxa de veículos é a fiscalização dos veículos automotores, de propulsão humana ou de tração animal existentes no Distrito Federal, sendo devida pelos respectivos proprietários.

SEÇÃO II

Do cálculo

Art. 107. A taxa será cobrada pela aplicação dos seguintes coeficientes:

I — Veículos de tração a motor:

a) automóvel com motor até 40 HP	0,15
b) automóvel com motor de mais de 40 HP, até 70 HP ...	0,20

c) automóvel com motor de mais de 70 até 100 HP	0,23
d) automóvel com motor acima de 100 HP	0,35
e) taxis.	0,33

Veículos de transporte coletivo:

a) até 18 passageiros	0,40
b) de mais de 18 passageiros	0,60

Veículos de carga:

a) com capacidade até 1.500 quilos	0,23
b) com capacidade de mais de 1.500 até 3.500 quilos	0,35
c) com capacidade de mais de 3.500 até 7.500 quilos	0,45
d) com capacidade de mais de 7.500 até 12.500 quilos	0,55
e) com capacidade de mais de 12.500 até 20.000 quilos	0,65
f) com capacidade de mais de 20.000 quilos	0,80

II — Veículos diversos:

Motocicletas e congêneres	0,10
Motonetas e congêneres	0,08
Triciclos a frete ou para venda ou entrega de mercadorias	0,15

Reboque de veículos de carga ou passageiros:

a) com capacidade até 1.000 quilos	0,16
b) com capacidade de mais de 1.000 até 10.000 quilos	0,33
c) com capacidade acima de 10.000 quilos	0,53

Tratores e máquinas de terraplenagem sobre pneumáticos, guindastes e máquinas similares:

a) até 110 HP	0,40
b) com mais de 110 até 195 HP	0,45
Lanchas e similares.	0,20
Carrinho de mão a frete ou para venda ou entrega de mercadorias.	0,30

III -- Veículos de tração animal:

a) carros, charretes e outros veículos para condução de passageiros.	0,06
b) carroças e outros veículos de transporte de carga	0,03

Parágrafo único. Na licença concedida será observado o limite de tonelagem por eixo, fixado no Regulamento.

SEÇÃO III

Do Pagamento

Art. 108. O veículo deverá ser registrado pelo proprietário na repartição competente, observadas as exigências regulamentares ou estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito.

Parágrafo único. O pedido de licenciamento inicial deverá sempre ser instruído com o documento fiscal original ou documento alfandegário e o registro será feito em nome do primeiro adquirente do veículo.

Art. 109. A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do proprietário, sempre que ocorrer transferências do veículo ou modificação de suas características essenciais.

Art. 110. A taxa será paga antes do veículo começar a trafegar quando se tratar de licenciamento inicial, e, em cada exercício, nos prazos regulamentares.

Art. 111. Decorrido o prazo legal a taxa será cobrada com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) nos 90 (noventa) dias que se seguirem, e, após esse prazo, com acréscimo de 100% (cem por cento).

Art. 112. É defeso fazer trafegar veículo sem o pagamento da taxa, ficando este sujeito à apreensão.

Art. 113. A taxa será dispensada quanto aos veículos:

- I — oficiais da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias;
- II — De membros das missões diplomáticas;
- III — Empregados, exclusivamente no trabalho agrícola.
- IV — Em trânsito, excursão ou turismo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO III

Da Taxa de Cemitérios

SEÇÃO I

Da incidência

Art. 114. A taxa de cemitérios tem como fato gerador os serviços de inumação, exumação e transferência de sepulturas.

SEÇÃO II

Do cálculo

Art. 115. A taxa será cobrada antecipadamente à prática de qualquer ato sujeito à sua incidência, e pela aplicação dos seguintes coeficientes:

I — Inumação

em sepultura rasa:

a) de adulto	0,02
b) de criança	0,01

Em carneiro:

a) de adulto	0,03
b) de criança	0,02
II — exumação, antes de decorridos os prazos regulamentares	0,10
III — ocupação de ossário por 5 (cinco) anos	0,02
IV — remoção de despojos do cemitério	0,02
V — licença para colocação de lápides e emblemas	0,05

VI — Concessão de sepultura perpétua:

a) concessão em terrenos marginais das aléias principais..	2,00
b) outros locais.	1,00

VII — Sepulturas temporárias:

a) arrendamento por 10 anos	0,25
b) arrendamento por 15 anos	0,30
c) arrendamento por 20 anos	0,50

Parágrafo único. Nas Cidades-Satélites a taxa será cobrada pela metade.

CAPÍTULO IV

Da Taxa de Fiscalização de Obras

SEÇÃO I

Da incidência e contribuintes

Art. 116. A Taxa de Fiscalização de Obras tem como fato gerador a fiscalização dos serviços relativos a construção e atos correlatos e é devida

pelos proprietários, por quem requerer a sua construção, ou quaisquer pessoas interessadas diretamente na execução de obras e atos a elas relacionados.

SEÇÃO II

Do cálculo

Art. 117. A taxa será cobrada pela aplicação dos seguintes coeficientes:

I — Alvará de construção e modificação:		Coeficientes
a) na zona urbana de Brasília:		
1. até 200 metros quadrados		0,05
2. acima de 200 metros quadrados, por m ² que exceder		0,005
b) nas demais zonas urbanas:		
1. até 200 metros quadrados		0,01
2. acima de 200 metros quadrados, por m ² que exceder		0,001
II — Alinhamentos ou nivelamentos de lotes:		
a) até 1.500 metros quadrados, por lote		0,05
b) acima de 1.500 metros quadrados, por lote		0,10
III — Habite-se:		
a) até 200 metros quadrados		0,05
b) acima de 200 metros quadrados		0,10
IV — vistoria e perícias para fins gerais requeridas pelas partes		
V — registro de profissionais legalmente habilitados		0,50
VI — Autenticação de plantas		0,10
VII — Parques de diversões e congêneres		0,05
VIII — Vistoria em elevadores		0,10
IX — Vistoria técnica anual em teatros, cinemas e outros estabelecimentos de diversões		0,10

§ 1º Os prédios cujos pavimentos apresentem área de construção superior a 200 metros quadrados pagarão a taxa a que se refere o inciso I com a redução de 50% (cinquenta por cento) para o primeiro pavimento e 25% (vinte e cinco por cento) para cada um dos pavimentos superiores.

§ 2º A taxa a que se refere o inciso III será cobrada:

a) em dobro quando as obras tenham sido executadas em desacordo com a planta aprovada;

b) em quádruplo, quando as obras tenham sido executadas sem licença e possam ser conservadas.

Art. 118. As infrações ao Regulamento de Edificações do Distrito Federal serão punidas com multas variáveis de 1/10 (um décimo) a 5 (cinco) vezes o salário-mínimo mensal, aplicadas em dobro em caso de má-fé, dolo ou reincidência.

SEÇÃO III

Do pagamento

Art. 119. A taxa será cobrada antes do início da obra, ato ou atividade.

SEÇÃO IV

Das isenções

Art. 120. Será dispensado o pagamento das taxas para as habitações de interesse social.

CAPÍTULO V

Da Taxa de Uso de Logradouros

Art. 121. A taxa de uso de logradouros públicos tem como fato gerador a utilização de espaços nos mesmos, com finalidade comercial ou de prestação de serviços, tenham ou não os usuários instalações de qualquer natureza.

Art. 122. A utilização será sempre precária e somente será permitida, quando não contrariar o interesse público.

Parágrafo único. O usuário ficará obrigado a recolher a taxa de ocupação fixada, em cada caso, pela autoridade administrativa, segundo os critérios definidos no Regulamento.

CAPÍTULO VI

Da Taxa de Expediente

SEÇÃO I

Da incidência

Art. 123. A Taxa de Expediente tem como fato gerador a prestação de serviços administrativos e é devida por quem deles se utilizar.

SEÇÃO II

Do Cálculo

Art. 124. A taxa será cobrada pela aplicação dos seguintes coeficientes:

I — Atos relacionados com a saúde pública e a fiscalização sanitária animal:

1. assentimento sanitário	0,10
2. laudo de vistoria de qualquer natureza	0,10
3. inspeção de carnes em matadouro — por animal abatido: ..	
3.1. bovinos	0,05
3.2. suínos	0,03
3.3. ovinos e caprinos	0,01
4. registro de habilitação profissional	0,20

II — Atos relacionados aos serviços de trânsito:

1. licença especial para circulação de veículos até 8 (oito) dias	Isenta
2. renovação de licença especial para circulação de veículos até 15 (quinze) dias	0,10
3. Segunda via de placa de veículos	0,05
4. relacração de placa de veículos	0,03
5. liberação de reserva de domínio de veículos	0,05
6. transferência de placas de veículos	0,20
7. placa de experiência de veículos	0,40
9. vistoria, selagem e resselagem de taxímetros	0,05
10. segunda via de certificado de propriedade	0,05
11. licença para aprendizagem ou licença temporária para dirigir	0,05
12. licença anual para escola de aprendizagem	0,20
13. carteira de habilitação	0,05
14. averbação de carteira de habilitação	0,03
15. segunda via de carteira de habilitação	0,05
16. certidão de prontuário	0,01
17. reboque de veículo:	
17.1 até 15 quilômetros	0,10
17.2 mais de 15 quilômetros	0,25
18. registro de livro de auto-escola e de oficina mecânica e de reparos de veículos	0,05

19. vistoria	0,01
20. exame médico	0,05
21. inscrição para exame de motorista profissional:	
21.1 primeiro exame	0,03
21.2 segundo exame	0,02
22. inscrição para exame de motorista amador:	
22.1 primeiro exame	0,04
22.2 segundo exame	0,02
23. estada de veículo em depósito, por dia	0,005
24. pericia em acidente	0,20

III — Atos relativos com a prestação de serviços administrativos:

1. certidões negativas de tributos:	
por imóvel ou por tributo	0,01
2. Outras certidões e atestados:	
a) pela primeira lauda até 33 linhas	0,01
b) por lauda que exceder	0,003
c) busca por exercício	0,003
3. Laudo circunstanciado de avaliação, por imóvel	0,20
4. Recursos ou pedidos de reconsideração	0,005
5. Concessões de privilégio ou permissão para exploração de serviço público concedido	3,00
6. Alvará de funcionamento:	
6.1 Anual	0,10
6.2 Temporário	0,05
6.3 Em horário especial	0,10

IV — Atos relacionados com os serviços de segurança pública:

1. Guia de aquisição, entrega, retirada, trânsito, embarque ou desembarque de explosivos, armas e munições	0,10
2. Licença anual para fabrico, comércio, depósito, trânsito ou emprego de explosivos, inclusive fogos de artifício, armas e munições	0,20
3. Licença anual para fabrico, comércio ou depósito de inflamáveis, petrolíferos e derivados	0,20
4. Licença anual para portar arma ou conduzi-la em veículo, exceto quando solicitada por autoridade e servidor público em razão do exercício de suas funções	0,10
5. Registro de arma para outros fins	0,05
6. Registro de transferência de arma	0,05
7. Guia de remoção de cadáver para fora do Distrito Federal	0,05
8. Embalsamento	2,00
9. Pericia que não constitua obrigação específica da polícia técnica — por folha	0,10

Art. 125. As formas e prazos de pagamento das taxas serão fixadas no Regulamento.

TÍTULO IV

Da Contribuição de Melhoria

CAPÍTULO ÚNICO

Disposições Gerais

Art. 126. A contribuição de melhoria será cobrada para fazer face ao custo de obras públicas de que de-

corra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, sendo defeso onerar os proprietários de imóveis com encargos fundamentais da construção da Capital.

Parágrafo único. A contribuição é devida face aos seguintes melhoramentos:

I — Abertura ou alargamento de vias e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes e viadutos;

II — Nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização ou iluminação de vias e logradouros públicos;

III — Calçadas e meio-fio;

IV — Instalação de esgotos pluviais e sanitários;

V — Proteção contra inundações, saneamento em geral, drenagens, retificação e regularização de curso d'água;

VI — Canalização de água potável e instalação de rede elétrica;

VII — Atterros e obras de embelezamento em geral;

VIII — Serviços gerais de urbanização e ajardinamento;

IX — Quaisquer outras obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

Art. 127. Para cobrança da contribuição de melhoria a repartição competente deverá:

I — publicar previamente os seguintes elementos:

- a) Memorial descritivo do projeto;
- b) Orçamento do custo da obra;
- c) Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
- d) delimitação da zona beneficiada;
- e) Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

II — Fixar o prazo não inferior a 30 (trinta) dias para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no número anterior.

§ 1º A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela de custo da obra a que se refere a alínea "C" do inciso I pelos imóveis situados na zona beneficiada, em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

§ 3º Caberá ao contribuinte o ônus da prova quando impugnar quaisquer dos elementos a que se refere o inciso I deste artigo.

Art. 128. Responde pelo pagamento da contribuição de melhoria o proprie-

tário do imóvel ao tempo do respectivo lançamento, transmitindo-se a responsabilidade aos adquirentes ou sucessores, a qualquer título.

Art. 129. As obras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:

I — Ordinário, quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria administração;

II — Extraordinário, quando referente a obra de menor interesse geral, solicitada por pelo menos 2/3 (dois terços) dos proprietários interessados.

Art. 130. No custo das obras não serão computadas as despesas de estudo e administração, desapropriação e operações de financiamento, inclusive juros.

Art. 131. A distribuição gradual da contribuição de melhoria entre os contribuintes será feita proporcionalmente aos valores venais dos terrenos presumivelmente beneficiados, obtidos na forma do art. 13.

Art. 132. Para o cálculo necessário à verificação da responsabilidade dos contribuintes, prevista neste código, serão também computadas quaisquer áreas marginais, correndo por conta do Distrito Federal as quotas relativas aos terrenos isentos da contribuição de melhoria.

Art. 133. Na hipótese de condomínio aplicar-se-á a regra do artigo 14 desta lei.

Art. 134. As obras a que se refere o número II do artigo 129 quando julgadas de interesse público, só poderão ser iniciadas após ter sido feita pelos interessados a caução fixada.

§ 1º A importância da caução não poderá ser superior a 2/3 (dois terços) do orçamento total previsto para a obra.

§ 2º O órgão fazendário promoverá, a seguir, a organização do respectivo rol de contribuições, em que mencionará, também, a caução que couber a cada interessado.

Art. 135. Completadas as diligências de que trata o artigo anterior, expedir-se-á edital convocando os interessados para examinarem o projeto, as especificações, o orçamento, as contribuições e as cauções arbitradas

e manifestarem sobre se concordam ou não com os mesmos.

§ 1º As cauções prestadas na forma desta lei não vencerão juros.

§ 2º Não sendo prestadas totalmente as cauções, a obra solicitada não terá início, devolvendo-se as cauções depositadas.

§ 3º Assim que a arrecadação individual das contribuições atingir quantia que, somadas à das cauções prestadas, perfaça o total do débito de cada contribuinte converter-se-ão as cauções em receita.

LIVRO II

Parte Geral

TÍTULO I

Das Normas Gerais

CAPÍTULO I

Da Obrigação Tributária

Art. 136. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A ilicitude do fato gerador, inclusive a prática de ato simulado, nulo ou anulável, bem como a prática de ato sem licença, licença ainda não concedida ou inconcedível, não exime o pagamento dos tributos correspondentes.

§ 4º A inobservância da obrigação acessória converte-a em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Art. 137. Ainda quando gozarem de isenção, os contribuintes e responsáveis facilitarão o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos, ficando especialmente obrigados a:

I — Apresentar guias e declarações, e escriturar nos livros próprios os fa-

tos geradores da obrigação tributária, segundo as normas desta lei e de seus regulamentos;

II — Conservar e apresentar os livros e os documentos que, de algum modo, se refiram a operação ou situação que possa constituir fato gerador de obrigação tributária ou que constitua comprovante da veracidade dos dados consignados nas guias, documentos e livros fiscais.

III — Prestar, sempre que solicitados pelas autoridades fiscais, informações e esclarecimentos relativos a operações que, a juízo do fisco, possa constituir fato gerador de obrigação tributária.

CAPÍTULO II

Do Fato Gerador e da Aplicação da Lei Tributária

Art. 138. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida nesta Lei e seus regulamentos, como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Art. 139. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma desta Lei e de seus regulamentos impõe à prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 140. Esta Lei e seus regulamentos aplica-se ao ato ou fato pretérito:

I — Em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

II — Tratando-se de ato não definitivamente julgado:

a) quando deixa de defini-lo como infração;

b) quando lhe comine penalidade menos severa que a lei anterior.

c) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo.

CAPÍTULO III

Da Consulta e dos Atos Normativos

Art. 141. É facultado a qualquer interessado dirigir consulta às repartições competentes sobre assuntos re-

acionados com a interpretação e a aplicação das leis tributárias e seus regulamentos.

Parágrafo único. A consulta será formulada com objetividade e clareza e somente focalizará dúvidas ou circunstâncias atinentes à situação do contribuinte.

Art. 142. A autoridade julgadora dará solução à consulta no prazo do Regulamento, contado da data da sua apresentação.

Art. 143. A solução dada pelo dirigente da repartição traduz unicamente a orientação do órgão, e a resposta desfavorável ao contribuinte obriga-o, desde logo, ao recolhimento do tributo, se for o caso, independentemente de recurso administrativo que couber.

Art. 144. Nenhum contribuinte poderá ser compelido a cumprir obrigação tributária principal ou acessória, enquanto a matéria de natureza controvertida estiver dependendo de solução de consulta.

Art. 145. O contribuinte que procedeu na conformidade com a solução dada à sua consulta, fica isento de penalidades que decorram de decisão divergente, proferida pela instância superior, mas ficará obrigado a agir de acordo com essa decisão, uma vez que lhe seja dada ciência.

CAPÍTULO IV

Do Domicílio Fiscal

Art. 146. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio fiscal, considera-se como tal:

I — Tratando-se de pessoa física, a sua residência ou sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II — Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, o lugar da sua sede, ou em relação aos atos ou fatos que derem origem a obrigação, o de cada estabelecimento;

III — Tratando-se de pessoa jurídica de direito público qualquer de suas repartições situadas no Distrito Federal.

Art. 147. Quando couber a aplicação das regras fixadas em qualquer

dos incisos do artigo anterior, considerar-se-á como domicílio fiscal do contribuinte ou responsável, o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

Art. 148. A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese deste artigo, o domicílio fiscal será o estabelecido no artigo anterior.

Art. 149. O domicílio fiscal será sempre consignado nos documentos e papéis dirigidos às repartições fiscais.

Art. 150. Os contribuintes, comunicarão à repartição competente a mudança de domicílio, no prazo do Regulamento.

CAPÍTULO V

Do Lançamento

Art. 151. Os atos formais relativos ao lançamento dos tributos ficarão a cargo dos órgãos fiscais e dos próprios contribuintes.

Art. 152. O lançamento a cargo dos órgãos fiscais será feito com base na declaração que o sujeito passivo ou terceiro prestar à autoridade administrativa nos termos estabelecidos no Regulamento.

Art. 153. A apuração do crédito tributário compete ao contribuinte, quando lhe couber preencher a guia para recolhimento do tributo.

Parágrafo único. As guias de recolhimento serão preenchidas com os elementos da escrita fiscal e comercial e servirão de base para pagamento, ressalvada ao Fisco a cobrança de diferença decorrente de erro de cálculo ou de interpretação.

Art. 154. A omissão ou erro de lançamento não aproveita ao contribuinte.

Art. 155. A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributos, só é admissível, mediante comprovação do erro em que se funde antes da notificação do lançamento.

Art. 156. Os erros contidos na declaração e apurados pelo exame, serão retificados de ofício pela autoridade administrativa encarregada da revisão.

Art. 157. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada em caso de contestação, avaliação contraditória administrativa ou judicial.

Art. 158. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I — Impugnação do sujeito passivo;

II — Recurso de ofício;

III — Iniciativa, de autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo seguinte.

Art. 159. O lançamento será efetuado ou revisto de ofício nos seguintes casos:

I — Quando a declaração não seja prestada por quem de direito;

II — Quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declarações nos termos do inciso anterior, deixe de atender pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

III — Quando se comprove inexatidão, erro, omissão ou falsidade de declaração.

Art. 160. O Fisco do Distrito Federal, com o fim de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão da declaração e de determinar, com precisão, a natureza e o montante do crédito tributário, poderá:

I — Exigir, a qualquer tempo, informações escritas ou verbais, bem como a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fatos geradores de tributos;

II — Fazer inspeções nos estabelecimentos e lugares onde exerçam atividades sujeitas a obrigações tributárias;

III — Notificar o contribuinte ou responsável para comparecer às repartições fiscais, a fim de prestar esclarecimentos;

IV — examinar em cartório, livros, documentos e registros que interessem ao lançamento, correção, revisão e fiscalização de tributos, bem como exigir, gratuitamente, as certidões necessárias;

V — exigir dos proprietários, ocupantes a qualquer título, administradores ou guardas de bens imóveis, as informações necessárias ao lançamento, correção, revisão e fiscalização de tributos.

CAPÍTULO VI

Da Cobrança e Recolhimento dos Tributos

Art. 161. A cobrança e o recolhimento dos tributos far-se-ão na forma e nos prazos estabelecidos nesta lei e nos Regulamentos fiscais.

Art. 162. É facultado à autoridade administrativa proceder à cobrança amigável após o término do prazo para recolhimento do tributo, sem prejuízo das cominações legais que couberem, enquanto não inscrito o débito para cobrança executiva.

Parágrafo único. Esgotado o prazo concedido para a cobrança amigável a autoridade administrativa encaminhará o débito para inscrição em Dívida Ativa.

Art. 163. Nenhum recolhimento de tributo será efetuado sem que se expeda o competente talão-recibo, exceto o que se faça em selo, guia preenchida pelo contribuinte ou por aviso recibo.

Art. 164. O pagamento não importa em quitação do crédito fiscal, valendo o recibo somente como prova do recolhimento da importância nele consignada, continuando o contribuinte ou responsável obrigado a satisfazer qualquer diferença que venha a ser apurada.

Art. 165. Na cobrança a menor do imposto, taxa ou contribuição de melhoria, responde solidariamente, tanto

o servidor responsável pelo erro como o contribuinte, cabendo aqúelle o direito regressivo para reaver do último o total do desembolso.

CAPÍTULO VII

Da responsabilidade

Art. 165. São pessoalmente responsáveis:

I — O adquirente ou remittente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos, quando não haja, no instrumento respectivo, a prova de quitação de tributos;

II — O sucessor a qualquer título e o cônjuge meiro, pelos tributos devidos até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade no montante do quinhão do legado ou da meação;

III — O espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da successão.

CAPÍTULO VIII

Da solidariedade

Art. 167. São solidariamente obrigados:

I — Os endossatários de títulos representativos de mercadorias;

II — Os armazéns-gerais, pela saída de mercadorias que couberem em depósito;

III — Outras pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham interesse commum na situação que constitua facto gerador da obrigação tributária principal;

IV — A pessoa jurídica de direito privado resultante de fusão, transformação ou incorporação, pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas;

V — A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento commercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual, pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido;

VI — Todos aquêles que, mediante conluio, colaborarem para a sonegação de tributos devido ao Distrito Federal;

Parágrafo único. O disposto no inciso IV d'este artigo applica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva actividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob a firma individual.

CAPÍTULO IX

Da Dívida Ativa

Art. 168. Constituem a Dívida Ativa do Distrito Federal, os tributos e multas não pagos nos prazos fixados em lei, regulamento ou em decisão proferida em processo regular.

Art. 169. A inscrição em Dívida Ativa, far-se-á:

I — Após o exercício, quando se tratar de tributo lançado;

II — Após o vencimento do prazo para pagamento previsto nesta lei e nos regulamentos.

§ 1º A dívida activa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez e tem o effeito de prova preconstituída, independentemente da correção monetária que couber.

§ 2º A inscrição de débito em Dívida Ativa não poderá ser feita enquanto não forem decididos definitivamente a reclamação, recurso ou pedido de reconsideração.

Art. 170. A inscrição em Dívida Ativa será feita em registros especiais com individualização e clareza devendo conter obrigatoriamente;

I — O nome do devedor e dos co-responsáveis, se fôr o caso, bem como o seu domicilio ou residência;

II — A quantia devida;

III — A origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV — A data em que foi inscrita;

V — O número do processo administrativo ou do auto de infração quando dêles se originar a dívida;

VI — O exercício ou o periodo a que se referir o crédito.

Parágrafo único. As certidões da Dívida Ativa, para cobrança judicial deverão conter, além dos requisitos d'este artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

Art. 171. Salvo nos casos autorizados em lei, é absolutamente vedada a concessão de desconto, abatimento ou perdão de qualquer parcela da dívida ativa.

Parágrafo único. Incorrerá em responsabilidade funcional e na obrigação de responder pela integralização do pagamento, aquele que autorizar ou fizer a concessão proibida neste artigo, sem prejuízo do procedimento criminal cabível.

Art. 172. Serão cancelados os débitos:

I — Legalmente prescritos;

II — De contribuinte que haja falecido sem deixar bens que expressem valor.

Parágrafo único. O cancelamento será determinado de ofício ou a requerimento de pessoa interessada, desde que fiquem provada a morte do devedor e a inexistência de bens, ouvidos os órgãos fazendários e jurídicos do Governo do Distrito Federal.

Art. 173. A Dívida Ativa será cobrada, por procedimento amigável ou judicial, através do órgão jurídico próprio do Governo do Distrito Federal.

§ 1º Ao ser inscrito o débito na Dívida Ativa, será ele acrescido de 10% (dez por cento) de seu valor para atender à participação dos Procuradores na respectiva cobrança.

§ 2º A percentagem referida neste artigo, a ser recolhida juntamente com o débito principal, terá escrituração própria e distribuir-se-á, mensalmente, aos Procuradores com efetivo exercício na Procuradoria-Geral.

§ 3º Em hipótese alguma, o pagamento mencionado no parágrafo primeiro será efetuado antes do recolhimento da dívida aos cofres públicos e ficará sujeito ao limite previsto em lei federal como teto de vencimentos.

Art. 174. Fica estabelecido para os Serventuários da Justiça uma percentagem sobre a condenação do executado nas ações judiciais de cobrança da Dívida Ativa, excluída a parte tratada no artigo anterior.

§ 1º A percentagem referida neste artigo será de 8 % (oito por cento), assim distribuída:

I — 4% (quatro por cento) — aos escrivães;

II — 4% (quatro por cento) — aos oficiais de justiça.

§ 2º Esta percentagem somente será paga aos Serventuários mencionados no parágrafo anterior, depois de definitivo recolhimento do total da condenação do executado aos cofres da Fazenda do Distrito Federal.

CAPÍTULO X

Da Certidão Negativa

Art. 175. A prova de quitação de tributo será feita por certidão negativa, expedida pelo órgão administrativo competente, mediante requerimento do interessado, o qual conterá as informações exigidas pelo Fisco, na forma do Regulamento.

Art. 176. A certidão negativa será fornecida dentro de 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

Art. 177. A venda ou cessão do estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços, de qualquer natureza, poderá efetivar-se independentemente da certidão negativa dos tributos a que estiverem sujeitos esses estabelecimentos, subsistindo, todavia, a responsabilidade solidária do adquirente.

Art. 178. A expedição de certidão negativa não impede a cobrança do débito anterior, posteriormente apurado.

Art. 179. Sem prova, por certidão, da repartição fiscal de isenção ou de quitação dos tributos ou de quaisquer outros ônus relativos ao imóvel até o ano da operação, inclusive, os escriturais, tabeliães e oficiais de registro não poderão lavrar, inscrever ou transcrever atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipotecas, arrendamento ou locação.

Parágrafo único. A certidão será obrigatoriamente referida nos atos de que trata este artigo.

CAPÍTULO XI

Do pagamento indevido

Art. 180. O contribuinte tem direito, independentemente de prévio

protesto, à restituição total ou parcial, do tributo nos seguintes casos:

I — Cobrança ou pagamento de tributo indevido, ou maior que o devido;

II — Erro na identificação do contribuinte, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III — Reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Parágrafo único. Quando o pagamento fôr feito em estampilhas, sua perda, destruição ou erro no pagamento por esta modalidade não darão direito à restituição, salvo nos casos em que o erro seja imputável à autoridade administrativa.

Art. 181. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa de restituição.

Art. 182. O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou de documentos, quando, a juízo da administração, se torne necessário à verificação da procedência do requerido.

Art. 183. Não serão restituídas as multas ou parte das multas pagas anteriormente à vigência de lei que abolir ou diminuir a pena fiscal.

CAPÍTULO XII

Da Decadência e da Prescrição

Art. 184. O direito do Fisco constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos contados:

I — Do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II — Da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 185. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

I — Pela citação pessoal feita ao devedor;

II — Pelo protesto judicial;

III — Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV — Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

CAPÍTULO XIII

Das infrações e das penalidades

SEÇÃO I

Das infrações

Art. 186. Constitui infração a ação ou omissão, voluntária ou não, que importe na inobservância, por parte do contribuinte ou responsável, de normas estabelecidas por esta lei e por seus regulamentos, ou por atos administrativos de caráter normativo.

SEÇÃO II

Das penalidades

Art. 187. Os infratores sujeitam-se às seguintes penalidades:

I — Multas;

II — Correção monetária;

III — Sujeição a sistema especial de fiscalização;

IV — Proibição de transacionar com os órgãos integrantes da estrutura administrativa do Distrito Federal.

SUBSEÇÃO I

Das multas

Art. 188. As multas serão estabelecidas em grau mínimo, médio ou máximo.

Parágrafo único. Na imposição da multa, e para graduá-la ter-se-á em conta:

I — A menor ou maior gravidade da infração;

II — As suas circunstâncias atenuantes e agravantes;

III — Os antecedentes do infrator com relação às disposições desta lei e de seus regulamentos.

Art. 189. As infrações serão punidas com as seguintes multas:

I — Imposto territorial e predial urbano não recolhido no prazo:

a) multa de 5% (cinco por cento), quando o pagamento se verificar nos 30 (trinta) dias subsequentes ao término do prazo fixado;

b) multa de 10% (dez por cento) depois de 30 (trinta) até 60 (sessenta) dias;

c) multa de 20% (vinte por cento), depois de 60 (sessenta) dias;

II — imposto sobre as atividades relacionadas no artigo 90 não recolhido no prazo:

a) multa de 20% (vinte por cento), quando o pagamento se verificar nos 30 (trinta) dias subsequentes ao término do prazo fixado;

b) multa de 50% (cinquenta por cento), depois de 30 (trinta) até 60 (sessenta) dias;

c) multa de 100% (cem por cento) depois de 60 (sessenta) dias.

III — Quando se tratar de não cumprimento de obrigação tributária acessória, da qual resulte falta de pagamento do tributo, no todo ou em parte — multa de 10% (dez por cento) do salário-mínimo mensal do Distrito Federal, até 3 (três) vezes o valor do mesmo salário.

IV — Quando se tratar do não cumprimento de obrigação tributária acessória da qual resulte falta de pagamento de tributo, no todo ou em parte — multa de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo mensal do Distrito Federal, até 5 (cinco) vezes o valor do mesmo salário;

V — Quando ocorrer falta de pagamento ou recolhimento a menor do imposto devido, lançado por homologação;

a) tratando-se de simples atraso no recolhimento, estando devidamente escripturado o tributo e apurada a infração mediante ação fiscal — multa de 50% (cinquenta por cento) a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do tributo;

b) em caso de sonegação, por qualquer forma, multa de duas a cinco vezes o valor do tributo sonegado.

Parágrafo único. Constitui sonegação fiscal a prática pelo contribuinte ou responsável, de qualquer dos atos previstos e definidos como tal na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965.

Art. 190. A multa será aplicada em dobro em caso de reincidência específica.

Art. 191. As multas serão cumulativas, quando resultarem concomitantemente do não cumprimento de obrigação tributária acessória e principal.

§ 1º Apurando-se no mesmo processo o não cumprimento de mais de uma obrigação tributária acessória pela mesma pessoa, impor-se-á somente a pena relativa à infração mais grave.

§ 2º Quando o contribuinte ou responsável infringir de forma continuada o mesmo dispositivo da lei ou regulamento, desde que a infração não resulte falta de pagamento de tributo, no todo ou em parte, impor-se-á uma só pena acrescida de 50% (cinquenta por cento).

Art. 192. As empresas de transporte, os transportadores autônomos e os que tiverem mercadorias sob sua guarda sujeitam-se, sem prejuízo das penalidades impostas aos proprietários das mercadorias, às seguintes multas:

I — Multa de duas a cinco vezes o valor do tributo sonegado, quando transportarem e receberem mercadorias desacompanhadas dos documentos fiscais exigidos por esta lei e seus regulamentos.

II — Multa de uma a cinco vezes o valor do salário-mínimo mensal do Distrito Federal:

a) quando não comunicarem, no prazo do Regulamento, às autoridades administrativas que dos documentos em seu poder, consta destinatário com nome ou endereço falso;

b) quando obrigados a fazê-lo, deixarem de emitir o manifesto da carga transportada;

c) quando deixarem de efetuar a entrega dos manifestos, notas e guias, dentro dos prazos regulamentares;

d) quando transportarem ou receberem mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal;

e) quando se negarem a permitir o exame, pelo Fisco, de mercadorias, livros, documentos sob sua guarda ou responsabilidade.

Art. 193. Serão punidos com multa de 2 a 5 vezes o valor do salário-mínimo mensal do Distrito Federal:

I — O síndico, leiloeiro, corretor, despachante ou quem quer que facilite, proporcione ou auxilie, por qualquer forma, a sonegação do tributo, no todo ou em parte;

II — O árbitro que prejudicar a Fazenda, por negligência ou má-fé nas avaliações;

III — As tipografias e estabelecimentos congêneres que não registrem, na forma do Regulamento, as encomendas para confecção de livros e documentos fiscais;

IV — As tipografias e estabelecimentos congêneres que aceitarem encomendas para confecção de livros e documentos fiscais sem a competente autorização a que se refere esta lei,

V — As autoridades e funcionários administrativos que embaraçarem, iludirem ou dificultarem a ação do Fisco.

Art. 194. O valor da multa será reduzido de 20% (vinte por cento) e o respectivo processo arquivado, se o infrator, no prazo previsto para interposição do recurso voluntário, efetuar o pagamento do débito exigido na decisão de primeira instância.

Art. 195. O contribuinte ou o responsável que, antes de qualquer manifestação fiscal, procurar espontaneamente a repartição competente para sanar infração a esta lei, ficará sujeito tão-somente às penalidades especiais.

Art. 196. Não se procederá contra servidor, contribuinte ou responsável que tenha agido ou pago tributo de acordo com a interpretação fiscal constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que posteriormente, venha a ser modificada essa interpretação.

Art. 197. A imposição de multa ou de outra penalidade qualquer, não exclui o pagamento do tributo, nem exime o infrator do cumprimento de obrigação tributária acessória.

Art. 198. As multas a que se refere esta lei serão impostas pela autoridade administrativa, sem prejuízo das penas criminais ou estatutárias.

SUBSEÇÃO II

Da Correção Monetária

Art. 199. Os tributos e penalidades não recolhidos nos prazos regulares, terão seu valor corrigido monetariamente, segundo os coeficientes aplicáveis pelas repartições fiscais da União.

SUBSEÇÃO III

Do sistema especial de fiscalização

Art. 200. O contribuinte que reincidir em infração a esta lei poderá ser submetido, por ato da autoridade fiscal, ao sistema especial de controle e fiscalização.

Parágrafo único. O sistema especial a que se refere este artigo será disciplinado no Regulamento e poderá consistir em acompanhamento temporário de suas operações por agentes da fiscalização.

SUBSEÇÃO IV

Da Proibição de Transacionar com a Administração e outros Órgãos

Art. 201. Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas não poderão participar de concorrências, coletas ou tomadas de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar, a qualquer título, com a Administração do Distrito Federal e suas Autarquias, nem receber quaisquer quantias ou créditos das mesmas.

Parágrafo único. A proibição a que se refere este artigo não se aplicará quando, sobre o débito ou a multa, houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.

TÍTULO II

Das Disposições Finais e Transitórias

CAPÍTULO I

Das Disposições Finais

Art. 202. Ficam mantidas, no que couber, as disposições do Livro III — Parte Processual, da Lei 4.191, de 24 de dezembro de 1962.

Parágrafo único. Como representante da Fazenda Pública perante a Junta de Recursos Fiscais funcionará o

Procurador-Chefe da 2ª Subprocuradoria-Geral, ou o Procurador por ele designado, com a remuneração estabelecida no art. 267 da Lei nº 4.191, de 24 de dezembro de 1962.

Art. 203. Fica revogada e como tal insubsistente, para todos os efeitos, a partir da vigência desta lei, toda e qualquer isenção, exoneração ou redução de tributos da competência do Distrito Federal, concedida por leis gerais ou especiais.

Art. 204. Toda a isenção de tributos da competência do Distrito Federal, prevista nesta lei, será requerida e reconhecida, na forma do Regulamento.

Art. 205. A isenção dos tributos não exime o contribuinte das obrigações tributárias acessórias.

Art. 206. O Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal fica autorizado a:

I — Compensar créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda do Distrito Federal, nas condições e sob as garantias que estipular em cada caso;

II — Transacionar, na forma dos artigos 1.025 e 1.036 do Código Civil, no sentido de por termo a litígio com a consequente extinção do crédito tributário;

III — Conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendidas as condições estipuladas no artigo 172 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;

IV — Parcelar o recolhimento do crédito tributário, nas condições que estabelecer;

V — Sustar a cobrança judicial de débito inscrito na Dívida Ativa, enquanto o ajuizamento do mesmo for considerado antieconômico;

VI — Facultar, mediante regulamentação própria, o recolhimento de tributos, podendo inclusive alcançar de repartições de órgãos da administração descentralizada, desde que situadas estas fora do Distrito Federal.

Art. 207. O Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal poderá estabelecer incentivos de ordem fiscal, visando a implantação ou a expansão de atividades industriais, agro-pecuárias e do setor terciário, no território do Distrito Federal.

§ 1º Os incentivos se constituem em isenção parcial ou total de todos os tributos, podendo inclusive alcançar taxas e contribuição de melhoria, e serão concedidos por prazo determinado.

§ 2º São condições mínimas para a concessão do benefício de que trata este artigo:

I — Que a atividade seja definida como prioritária nos planos e programas de desenvolvimento do Distrito Federal;

II — Que a sua implantação ou expansão obedeça a projeto aprovado pela Administração, em que se definam a viabilidade técnica, econômica e financeira, a rentabilidade e as repercussões econômicas e sociais do empreendimento.

§ 3º As normas complementares deste artigo constarão de regulamentação própria.

Art. 208. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir campanhas e concursos visando a incrementar a arrecadação da receita e a premiar os colaboradores da Fazenda na fiscalização dos tributos de competência do Distrito Federal.

Art. 209. Fica criado o Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (FUNDEFÉ) que se constituirá:

I — De vinte por cento (20%) da receita tributária anual efetivamente arrecadada;

II — Dos dividendos percebidos pelo Distrito Federal de suas ações no Banco Regional de Brasília S. A., na Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central e nas demais empresas de cujo capital participe.

Art. 210. Os recursos do FUNDEFÉ serão aplicados em programas de desenvolvimento econômico e social da região geo-econômica do Distrito Federal, na forma de regulamentação própria.

Art. 211. O Distrito Federal poderá delegar ao Banco Regional de Brasília S. A. e à Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central, a administração dos recursos do FUNDEFÉ.

Art. 212. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a movimentar os recursos do FUNDEFÉ, na forma do respectivo regulamento, enquanto não se concretizar a delegação de que trata o artigo anterior.

Art. 213. Os vencimentos dos servidores do Fisco do Distrito Federal, assim entendidos aqueles que participam diretamente do processo de lançamento, cobrança e fiscalização de tributos, compreendem uma parte fixa, correspondente ao nível do cargo ou função, e outra variável.

Art. 214. Fica criado o Fundo de Incentivo à Produtividade, destinado à atender ao pagamento da parte variável dos vencimentos dos servidores a que se refere o artigo anterior, cujos recursos serão constituídos da seguinte forma:

I — 15% (quinze por cento) sobre os tributos efetivamente arrecadados em virtude de procedimento fiscal, mediante a lavratura de notificação, intimação ou auto de infração;

II — 3% (três por cento) do excesso de arrecadação dos tributos, verificada em relação ao exercício imediatamente anterior.

§ 1º A distribuição dos recursos do Fundo de que trata este artigo, far-se-á mensalmente por coeficientes de produtividade, tendo em vista a assiduidade, produção de trabalho e o nível do cargo ou função de cada servidor.

§ 2º O servidor que perceber remuneração através do Fundo de Incentivo à Produtividade, fica obrigado à prestação de serviço em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva e proibido de exercer qualquer outra atividade, pública ou privada.

§ 2º Nenhum servidor do fisco poderá auferir vencimento, inclusive gratificação ou salário de qualquer natureza, superior ao de Secretários do Distrito Federal.

§ 4º O Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal regulamentará, no prazo de 90 (noventa) dias, a aplicação do disposto nesta lei.

Art. 215. Os prazos fixados nesta lei serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam e se findam em dia de expediente o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 216. Serão desprezadas;

I — As frações de Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros) na apuração do valor

venal de bens imóveis ou de direitos a eles relativos;

II — As frações de Cr\$ 1.000 (hum mil cruzeiros) do salário-mínimo, quando este servir de base de cálculo;

III — As frações de Cr\$ 100 (cem cruzeiros) na cobrança dos tributos, multas e quaisquer outros ônus de responsabilidade do contribuinte.

Art. 217. O contribuinte que, sistematicamente, se recusar a exibir à Fiscalização livros e documentos fiscais ou embarçar por quaisquer meios a apuração dos tributos, terá a licença ou inscrição de seu estabelecimento suspensa ou cassada, na forma do Regulamento, sem prejuízo das demais cominações legais.

Art. 218. Na administração e cobrança dos tributos de competência diente normal na repartição em que do Distrito Federal aplicar-se-ão as normas gerais do Direito Tributário instituídas pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

CAPÍTULO II

Das Disposições Transitórias

Art. 219. Fica o Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal autorizado a reajustar a alíquota do imposto sobre a Circulação de Mercadorias, na forma do Decreto-lei nº 23, de 14 de novembro de 1966.

Art. 220. Ficam anistiados os débitos fiscais anteriores decorrentes de:

I — Processos administrativos fiscais, por infrações regulamentares, desde que não haja resultado da infração falta de recolhimento de tributo, no todo ou em parte;

II — Falta de recolhimento de tributo, sem dolo, fraude ou simulação do contribuinte, quando a dívida for inferior à metade do salário-mínimo mensal do Distrito Federal.

Parágrafo único. O disposto neste artigo é aplicável aos débitos fiscais inscritos na Dívida Ativa, inclusive quanto aos já ajuizados.

Art. 221. Até o dia 20 de abril de 1967, o recolhimento dos tributos vencidos, antes da vigência desta lei, será efetuado sem acréscimo de multa e de mora sobre eles incidentes.

Parágrafo único. Os débitos fiscais, referentes aos tributos vencidos antes

da vigência desta lei, e não recolhidos no prazo fixado neste artigo serão corrigidos monetariamente.

Art. 222. O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias não incidirá sobre o café até o dia 1 de julho de 1967, na forma do artigo 5º do Decreto-lei nº 28, de 14 de novembro de 1966.

Art. 223. Esta Lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1967, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Bulhões

**DECRETO-LEI Nº 83 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1966**

Estabelece normas para cobrança pelas Administrações de Portos de taxas portuárias incidentes sobre mercadorias movimentadas em terminais ou embarcadores de uso privado e instalações rudimentares, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;

Considerando que o Decreto-lei número 5, de 4 de abril de 1966, em seu artigo 26, ampliou o instituto para a construção e a exploração de instalações portuárias a que se refere o Decreto-lei nº 6.460, de 2 de maio de 1944;

Considerando que essa ampliação corresponde a uma exigência iniludível para o barateamento de mercadorias exportadas para enfrentarem a concorrência internacional;

Considerando que tal ampliação não deve, contudo, ultrapassar determinados limites, assim como deve ficar assegurado tratamento similar às instalações rudimentares a que se refere o Decreto nº 6.460, de 2 de maio de 1944;

Considerando que uma total liberação quanto ao pagamento de taxas portuárias poderia criar sérias dificuldades ao equilíbrio financeiro dos por-

tos organizados em cuja hinterlândia estiverem situadas as referidas instalações ou serem sacrificadas as populações dependentes de tais portos no tocante à movimentação de mercadorias gerais, especialmente gêneros alimentícios e outros artigos de consumo doméstico;

Considerando que é possível estabelecer, no interesse do bem comum de todas as populações a que servem os portos organizados, um meio termo aceitável entre as exigências econômicas das partes interessadas;

Considerando, ainda, o que dispõe o artigo 10 do Decreto-lei nº 2, de 14 de janeiro de 1966;

Considerando, finalmente, que a matéria relacionada com dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, tem implicações com a Segurança Nacional; resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º Consideram-se hinterlândia de um porto organizado:

I — A cidade ou localidade em que o porto estiver localizado ou em que funcionar a respectiva alfândega ou mesa de rendas, ou as costas ou margens atingidas pela navegação interior do porto;

II — As faixas litorâneas ou marginais, contíguas às instalações do porto ou à baía ou a enseada em que elas se encontram, e confrontantes com zonas ligadas, efetiva ou previsivelmente, à sede daquelas instalações ou à região interior da hinterlândia, definida no item III deste artigo, pelos mesmos meios e/ou vias de transporte que ligam, ou venham a ligar, esta hinterlândia ao porto respectivo;

III — A região do país servida por meios ou vias de transporte terrestres ou fluviais ou lacustres para a qual se encaminhem, diretamente, mercadorias desembarcadas no porto, ou da qual procedam mercadorias para embarque no mesmo porto.

Art. 3º A área de administração de um porto organizado compreende:

I — As instalações portuárias do respectivo porto, nos termos do artigo 3º do Decreto nº 24.447, de 22 de junho de 1945;

II — As costas ou margens atingidas pela navegação interna do mesmo porto e beneficiadas, direta ou indiretamente, com obras ou serviços relacionados com a tranquilidade e pro-

fundidade das águas, bem como a segurança da navegação e o abastecimento das embarcações.

Art. 4º As mercadorias movimentadas em terminal ou embarcadouro de uso privativo, ficam sujeitas ao pagamento das seguintes taxas:

I — as da tabela N da tarifa do porto organizado em cuja zona de jurisdição estiver situado o terminal ou embarcadouro, nos termos do § 1º do art. 26 do Decreto-lei nº 5-66.

II — sem prejuízo do disposto no inciso anterior, os da tabela A da tarifa do porto organizado em cuja área de administração estiver situado o terminal ou embarcadouro, nos termos do Art. 5º deste decreto-lei.

§ 1º Constarão do contrato de concessão ou autorização para construção e exploração de terminal ou embarcadouro de uso privativo os valores das taxas das tabelas A e N, conforme o caso, bem como as regras de seu reajuste.

§ 2º Os valores das taxas mencionadas no parágrafo anterior serão fixados tendo em vista a economicidade do empreendimento, a competitividade internacional do produto, nos casos de exportação, e os níveis de preço do mercado interno, nos casos de importação.

§ 3º Em caso de desacordo na fixação dos valores das taxas das tabelas A e N o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis submeterá o assunto à apreciação do Conselho Nacional de Comércio Exterior, antes de encaminhá-lo à homologação do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, às instalações rudimentares de que trata o Decreto nº 6.460, de 2 de maio de 1944.

§ 5º Não se aplica o disposto neste artigo aos gêneros da pequena lavoura, aos produtos da pesca exercida por pescadores, utilizando pequenas embarcações e aparelhagem individual de pesca e outros artigos movimentados em instalações rudimentares ou em pontos determinados pela fiscalização do porto, ouvida a administração do porto correspondente e as autoridades estaduais ou municipais competentes, quando as mesmas se destinarem ao abastecimento do mercado da localidade em que se situarem as referidas instalações e descarregadas por conta dos donos das respectivas mercadorias.

Art. 5º O valor das taxas da tabela A da tarifa dos portos organizados passa a incidir sobre a tonelagem de registro líquida das embarcações fundeadas ou atracadas, em operação de carregamento ou descarga, quer nas instalações do porto, quer em terminal ou embarcadouros de uso privativo situado na área de administração do porto.

Art. 6º O disposto neste decreto-lei aplica-se aos terminais ou embarcadouros de uso privativo e, no que couber, às instalações rudimentares existentes na data da publicação do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966.

Art. 7º O Ministério da Viação e Obras Públicas, mediante proposta do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, baixará, dentro de noventa dias, a contar da data de publicação deste Decreto-lei, Portaria, fixando, para cada porto organizado:

I — Os novos valores das taxas da tabela N da tarifa dos portos aplicáveis, nos termos do § 1º do art. 26 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e do artigo 4º deste Decreto-lei, aos terminais ou embarcadouros de uso privativo existentes na data da publicação do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966;

II — Os novos valores das taxas da tabela A da tarifa dos portos, nos termos do art. 5º deste Decreto-lei, observada a maior ou menor utilização de obras portuárias com que se beneficiem cada terminal ou embarcadouro;

III — Os limites, ao longo da costa marítima ou das margens dos lagos ou dos rios, das zonas de jurisdição e de administração, definidas, respectivamente, nos artigos 2º e 3º deste Decreto-lei.

Art. 8º Ficam acrescidos ao § 2º do art. 4º do Decreto nº 24.447, de 22 de junho de 1934, os seguintes itens:

5) Exercer a fiscalização da utilização dos terminais ou embarcadouros de uso privativo situados em suas zonas de jurisdição ou de administração, por inspeções periódicas ou amostragem.

6) Promover a construção de obras portuárias de acesso e segurança da navegação exigidas pela plena utilização dos terminais ou embarcadouros de uso privativo localizados na zona de administração.

7) Proporcionar assistência técnica, no que couber, aos proprietários de

tais embarcadouros, durante a construção destes, e, posteriormente, no sentido de garantir sua eficiente operação, quando estiverem eles situados na zona de jurisdição.

Art. 9º Fica revogado o parágrafo único do artigo 2º do Decreto número 24.511, de 29 de junho de 1934, bem como quaisquer outros dispositivos de lei geral ou especial que isentem de pagamento de taxas portuárias ou assegurem tratamento especial nos portos a empresas de direito público ou privado.

Art. 10. Os concessionários dos portos organizados deverão adotar medidas objetivas para a descentralização das operações, estimulando a construção de "piers" e o aluguel ou arrendamento das instalações portuárias pelos usuários ou por terceiros, nos termos do art. 27 do Decreto-lei número 5, de 4 de abril de 1966.

Art. 11. O M.V.O.P. levará na devida consideração, quando determinar a revisão da estrutura dos portos organizados e a constituição consequente de seus novos quadros funcionais, o fato de que esses portos tenderão a movimentar, no futuro, quase exclusivamente, as mercadorias da categoria de carga geral, como consequência do incremento à construção e exploração de terminais e embarcadouros de uso privativo para a movimentação de grãos, sólidos e líquidos.

Parágrafo único. Os proprietários de terminais e embarcadouros de uso privativo poderão participar das Sociedades de Economia Mista constituídas para gerir os portos organizados em cujas zonas de administração ou de jurisdição se encontrem situados os ditos terminais ou embarcadouros, sem prejuízo de sua autonomia operacional e financeira.

Art. 12. Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, independentemente de regulamentação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Zilmar Araripe
Octávio Bulhões
Juarez Távora
Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 84 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1966

Modifica dispositivo da Lei nº 4.936, de 17 de março de 1966, que dispõe sobre abertura, pelo Poder Executivo, do crédito especial de Cr\$ 500.000.000, destinado a integrar os recursos iniciais do Fundo da Propriedade Industrial.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O parágrafo único, do artigo 10, da Lei nº 4.936, de 17 de março de 1966, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo terá vigência nos exercícios de 1966 e 1967 e será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional".

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões
Paulo Egydio Martins

DECRETO-LEI Nº 85 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1966

Modifica dispositivo da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, que dispõe sobre abertura, pelo Poder Executivo, do crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, destinado à instalação e ao funcionamento do Conselho Nacional do Comércio Exterior e ao Fundo Federal Agro-Pecuário.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 9º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O § 1º do artigo 86, da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, passa a ter a seguinte redação:

"§ 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, nos exercícios de 1966 e 1967, crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), sendo:

a) Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) destinados à ins-

talação e funcionamento do Conselho Nacional do Comércio Exterior;

b) Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros) para o Fundo Federal Agropecuário, destinado a atender aos encargos previstos no item II do presente artigo".

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Paulo Egidio Martins
Severo Fagundes Gomes

DECRETO-LEI Nº 86 — DE 27 DE
DEZEMBRO DE 1966

Altera o art. 11 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo

art. 9º, § 1º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966,

Considerando os reflexos da paralisação do trabalho sobre a economia e as finanças do país, decreta:

Art. 1º O artigo 11 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 — São feriados civis os declarados em lei federal. São feriados religiosos os dias de guarda, declarados em lei municipal, de acordo com a tradição local e em número não superior a quatro, neste incluída a Sexta-feira da Paixão".

Art. 2º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO-LEI Nº 87 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1966

Altera a Lei nº 5.190, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, parágrafo primeiro, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.190, de 8 de dezembro de 1966, passa a vigorar com as seguintes alterações:

1º Os artigos 1º, 2º, 3º e 6º passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1º O Orçamento do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1967, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita em Cr\$ 180.168.616.000 (cento e oitenta bilhões, cento e sessenta e oito milhões, seiscentos e dezesseis mil cruzeiros) e fixa a Despesa em Cr\$ 173.266.616.000 (cento e setenta e três bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões, seiscentos e dezesseis mil cruzeiros) respeitado o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964."

Art. 2º A Receita do Distrito Federal será realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas, suprimento de fundos e outras receitas ordinárias e extraordinárias, na forma da legislação em vigor e de acordo com o seguinte desdobramento:

Receitas Correntes

	Cr\$
Impostos	23.570.000.000
Taxas	400.000.000
Contribuições de Melhoria	42.000.000
Receita Patrimonial	11.000.000
Receita Industrial	20.100.000
Transferências Correntes	84.006.869.000
Receitas Diversas	1.480.000.000
Total das Receitas Correntes	109.529.969.000

Receitas de Capital

Transferências de Capital	70.638.647.000
Total das Receitas de Capital	70.638.647.000

Total Geral da Receita 180.168.616.000

Art. 3º A Despesa do Distrito Federal será efetuada na forma dos quadros anexos e distribuída pelas unidades orçamentárias abaixo especificadas:

Unidades Administrativas

	Cr\$
Gabinete do Prefeito	820.891.000
Departamento de Turismo e Recreação	364.013.000
Procuradoria-Geral	1.459.765.000
Secretaria do Governo	1.089.173.000
Região Administrativa I — Brasília	274.067.000
Região Administrativa II — Gama	288.811.000
Região Administrativa III — Taguatinga	365.598.000
Região Administrativa IV — Braslândia	145.211.000
Região Administrativa V — Sobradinho	339.128.000
Região Administrativa VI — Planaltina	233.701.000
Secretaria de Administração	7.519.820.000
Secretaria de Finanças	7.858.777.000
Secretaria de Agricultura e Produção	3.720.282.000
Secretaria de Educação e Cultura	19.591.847.000
Secretaria de Saúde	10.070.163.000
Secretaria de Serviços Sociais	3.395.639.000
Secretaria de Viação e Obras	102.984.889.000
Secretaria de Serviços Públicos	11.788.874.000
Tribunal de Contas do Distrito Federal	957.962.000
Total Geral da Despesa	173.266.616.000

Art. 6º A Receita a que se refere a presente Lei será arrecadada de acordo com o disposto no Decreto-lei nº 82 de 26 de dezembro de 1966 — Sistema Tributário do Distrito Federal.”

2º) O Quadro Demonstrativo da Receita e o Subanexo da Despesa da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, passam a vigorar na forma dos anexos do presente Decreto-lei.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1967, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

Os anexos a que se refere o artigo 2º foram publicados no D.O. de 30-12-66.

DECRETO- LEI Nº 88 — DE 28 DE
DEZEMBRO DE 1966

Regula o sistema tributário dos Territórios e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o arti-

go 9º, parágrafo primeiro, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O sistema tributário dos Territórios, instituído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, e complementado pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966,

fica regulado pelo disposto no Decreto-Lei nº 82 de 26 de dezembro de 1966, naquilo que lhe for aplicável.

Art. 2º Ficam os Governadores dos Territórios autorizados a reajustar a alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, na forma do Decreto-Lei nº 28, de 14 de novembro de 1966.

Art. 3º O imposto sobre a Circulação de Mercadorias não incidirá sobre o café até o dia 1º de julho de 1967, na forma do artigo 5º do Decreto-Lei nº 28, de 14 de novembro de 1966.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1967, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 89 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.700.000.000, destinado ao pagamento do subsídio previsto na Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, relativamente ao período de 1º de janeiro a 10 de julho de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966 e tendo em vista o disposto na Lei nº 5.067, de 6 de julho de 1966, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.700.000.000 (dois bilhões e setecentos milhões de cruzeiros), para ocorrer ao pagamento da parcela tarifária do subsídio de que trata o § 1º do artigo 58, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, correspondente ao período compreendido entre 1º de janeiro a 10 de julho de 1966.

Parágrafo único. O crédito aberto na forma deste artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Para fazer face à cobertura do crédito especial de que trata o artigo anterior, o Poder Executivo fica autorizado a promover a contenção de um montante igual de despesas orçamentárias previstas para o exercício de 1967.

Art. 3º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 90 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1966

Prorroga por mais um exercício, a vigência do Decreto nº 59.252, de 20 de setembro de 1966, que abre o crédito especial de Cr\$ 974.313.638 (novecentos e setenta e quatro milhões, trezentos e treze mil, seiscentos e trinta e oito cruzeiros).

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica prorrogada por mais um exercício, a vigência do Decreto nº 59.252, de 20 de setembro de 1966, que abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 974.313.638 (novecentos e setenta e quatro milhões, trezentos e treze mil, seiscentos e trinta e oito cruzeiros), para atender a diversas despesas, discriminadas na Lei nº 4.935, de 17 de março de 1966.

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Raymundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 91 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1966

*Retifica, sem aumento de despesa, a
Lei nº 4.900, de 10 de dezembro
de 1965*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e na forma do artigo 30, do Ato Institucional nº 2, combinado com o parágrafo primeiro, do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, resolve:

Art. 1º Retificar, sem aumento de despesa, a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, nos pontos e na forma que, a seguir, enumera:

Ministério da Educação e Cultura
4.06.11 — Departamento Nacional
de Educação

Onde se lê:

(Pág. 156)

3.2.1.3 — Instituições Estaduais.

7) Fundação Octavio Mangabeira, mediante convênio, para prosseguimento das atividades ao Plano Nacional de Educação — 500.000.000;

Leia-se:

3.2.1.5 — Instituições privadas.

33) Fundação Octavio Mangabeira, mediante convênio, para prosseguimento das atividades ligadas ao Plano Nacional de Educação — Cr\$...... 500.000.000.

Onde se lê:

(Pág. 156)

3.2.1.2 — Instituições Federais.

2) Escola de Educação Física de Goiás (Decreto nº 43.177-58) — Cr\$ 5.000.000.

Leia-se:

3.2.1.3 — Instituições Estaduais.

8) Escola de Educação Física de Goiás (Decreto nº 43.177-58) — Cr\$ 5.000.000.

4.06.21 — Serviço Nacional do Teatro.

Onde se lê:

(Pág. 200)

3.2.1.5 — Instituições privadas.

12) Teatro Guaira, Curitiba, Paraná — 10.000.000.

17) Teatro Alberto Maranhão, Natal, Rio Grande do Norte — 8.000.000;

Leia-se:

3.2.1.3 — Instituições Estaduais.

1) Teatro Guaira, Curitiba, Paraná — Cr\$ 10.000.000.

2) Teatro Alberto Maranhão, Natal, Rio Grande do Norte — Cr\$...... 8.000.000.

Adendo "B" — Subvenções ordinárias

Onde se lê:

(Pág. 395)

Bahia.

Cipó

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cipó — 200.000.

Associação de Proteção à Maternidade N. S. da Saúde de Cipó — 1.500.000.

Leia-se:

Bahia.

Cipó.

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Nossa Senhora da Saúde — Cr\$ 1.700.000.

Onde se lê:

(Pág. 433)

Minas Gerais.

Patos de Minas.

Fundação Social Sagrados Corações — 1.200.000.

Leia-se:

Minas Gerais.

Patos de Minas.

Associação de Proteção à Maternidade, à Infância, e à Velhice de Patos de Minas — Cr\$ 1.200.000.

Conselho Nacional do Serviço Social Subvenções Extraordinárias Rio Grande do Norte

Onde se lê:

(Pág. 556)

São José do Seridó

Hospital de São José do Seridó — 50.000.

Leia-se:

Caicó

Hospital do Seridó — Cr\$ 10.000.000 Subvenções Extraordinárias Rio Grande do Sul.

Onde se lê:

(Pág. 557)

Coral Cachoeirense — 700..

Leia-se:
Departamento Artístico e Cultural
da Sociedade Rio Branco — Cr\$
700.000.

Subvenções Extraordinárias
Rio Grande do Sul
Sapiranga

Onde se lê:
(Pág. 563)
Escola Evangélica Luterana — 700.

Leia-se:
Escola Evangélica Luterana São
Mateus — Cr\$ 700.000.

Subvenções Extraordinárias
Santa Catarina
Joinville.

Onde se lê:
(Pág. 565)
Sociedade São Vicente de Paulo
— 700.

Leia-se:
Conferência de São Francisco Xa-
vier da Catedral de Joinville — Cr\$
700.000.

Subvenções Extraordinárias
São Paulo
São Paulo

Onde se lê:
(Pág. 578)
Organização Cristã de Auxílio Fra-
terno — 2.400.

Leia-se:
Organização de Auxílio Fraterno
(OAF) — Cr\$ 2.400.000.

Subvenções Extraordinárias
São Paulo
Ubatuba.

Onde se lê:
(Pág. 579)
Sociedade Livre Padre Anchieta —
700.

Leia-se:
Sociedade Livre Padre Anchieta —
Cr\$ 700.000.

Adendo "J"

K — 14 — Minas Gerais

Onde se lê:
(Pág. 593)
Faculdade de Filosofia da Univer-
sidade do Sul de Minas — Varginha
— 10.000.000.

Leia-se:
Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Varginha, mantida pela
Fundação Universidade do Sul de
Minas — Varginha — Cr\$ 10.000.000.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em
vigor na data de sua publicação, re-
vogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1966;
145º da Independência e 78º da
República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 92 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1966

Retifica, sem aumento de despesa a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o
artigo 87, inciso I, da Constituição e na forma do artigo 30, do Ato Ins-
titucional nº 2, combinado com o § 1º, do artigo 9º, do Ato Institucional
nº 4, resolve:

Art. 1º As dotações da Verba 4.06.14 — Diretoria do Ensino Indus-
trial (Órgãos dependentes) do Ministério da Educação e Cultura — 3.2.0.0
— Transferências Correntes; 3.2.1.0 — Subvenções Sociais; 3.2.1.2 — Insti-
tuições Federais; 01.00 — Demais despesas de custeio dos Órgãos da Ad-
ministração Descentralizada, constantes da Lei Orçamentária para o exer-
cício de 1966, a serem aplicados, no que couber, na forma da Lei número
3.976, de 6-11-1961, passarão a ter a seguinte distribuição:

- 3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES
- 3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO
- 3.1.1.0 — PESSOAL
- 3.1.1.1 — PESSOAL CIVIL
- 01.00 — Vencimentos e vantagens fixas

- 1) Escolas da Rede Federal (Lei nº 3.552-59, artigo
28, e Lei nº 3.976-61; Lei nº 4.069-62)

Cr\$

W.22 — Escola Industrial Federal de Alagoas.....	274.000
W.23 — Escola Industrial Federal do Ceará	190.803
W.24 — Escola Industrial Federal de Mato Grosso	101.599

W.25 — Escola Industrial Federal do Pará	132.497
W.26 — Escola Industrial Federal da Paraíba	202.603
W.27 — Escola Industrial Federal do Piauí	165.000
W.28 — Escola Industrial Federal de Santa Catarina	179.517
W.29 — Escola Industrial Federal de Sergipe	180.171
W.30 — Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte..	136.548
W.31 — Escola Técnica Federal do Amazonas	142.000
W.32 — Escola Técnica Federal da Bahia	322.675
W.33 — Escola Técnica Federal de Campos	96.937
W.34 — Escola Técnica Federal do Espírito Santo	301.820
W.35 — Escola Técnica Federal de Goiás	164.000
W.36 — Escola Técnica Federal da Guanabara	546.852
W.37 — Escola Técnica Federal de Química da Guanabara	52.620
W.38 — Escola Técnica Federal do Maranhão	304.000
W.39 — Escola Técnica Federal de Minas Gerais	239.109
W.40 — Escola Técnica Federal de Ouro Preto	37.118
W.41 — Escola Técnica Federal do Paraná	281.000
W.42 — Escola Técnica Federal de Pelotas	247.469
W.43 — Escola Técnica Federal de Pernambuco	271.630
W.44 — Escola Técnica Federal de São Paulo	440.000

TOTAL	5.009.968
-----------------	-----------

2) Para atender às despesas resultantes da conclusão de enquadramentos e readaptações do pessoal, do Ministério, à disposição das Escolas da rede federal 650.081

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.1.0 — SUBVENÇÕES SOCIAIS

3.2.1.2 — INSTITUIÇÕES FEDERAIS

01.00 — Pessoal dos Órgãos da Administração descentralizadas

	Cr\$
W.22 — Escola Industrial Federal de Alagoas	213.000
W.23 — Escola Industrial Federal do Ceará	159.000
W.24 — Escola Industrial Federal de Mato Grosso	233.663
W.25 — Escola Industrial Federal do Pará	47.471
W.26 — Escola Industrial Federal da Paraíba	94.000
W.27 — Escola Industrial Federal do Piauí	107.000
W.28 — Escola Industrial Federal de Santa Catarina	141.350
W.29 — Escola Industrial Federal de Sergipe	65.874
W.30 — Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte..	158.957
W.31 — Escola Técnica Federal do Amazonas	143.000
W.32 — Escola Técnica Federal da Bahia	200.000
W.33 — Escola Técnica Federal de Campos	127.909
W.34 — Escola Técnica Federal do Espírito Santo	216.000
W.35 — Escola Técnica Federal de Goiás	146.000
W.36 — Escola Técnica Federal da Guanabara	917.280
W.37 — Escola Técnica Federal de Química da Guanabara..	58.732
W.38 — Escola Técnica Federal do Maranhão	191.000
W.39 — Escola Técnica Federal de Minas Gerais	365.000
W.40 — Escola Técnica Federal de Ouro Preto	104.730
W.41 — Escola Técnica Federal do Paraná	320.000
W.42 — Escola Técnica Federal de Pelotas	314.397
W.43 — Escola Técnica Federal de Pernambuco	350.310
W.44 — Escola Técnica Federal de São Paulo	160.000

TOTAL	4.834.673
-----------------	-----------

02.00 — Demais despesas de Custeio dos Órgãos da Administração Descentralizada.

	Cr\$
W.22 — Escola Industrial Federal de Alagoas	267.000
W.23 — Escola Industrial Federal do Ceará	113.000
W.24 — Escola Industrial Federal de Mato Grosso	48.200
W.25 — Escola Industrial Federal do Pará	72.529
W.26 — Escola Industrial Federal da Paraíba	90.000
W.27 — Escola Industrial Federal do Piauí	77.000
W.28 — Escola Industrial Federal de Sta. Catarina	188.650
W.20 — Escola Industrial Federal de Sergipe	98.160
W.30 — Escola Industrial do Rio Grande do Norte	81.043
W.31 — Escola Técnica Federal do Amazonas	105.500
W.32 — Escola Técnica Federal da Bahia	171.800
W.33 — Escola Técnica Federal de Campos	78.581
W.34 — Escola Técnica Federal do Espírito Santo	134.000
W.35 — Escola Técnica Federal de Goiás	94.000
W.36 — Escola Técnica Federal da Guanabara	282.720
W.37 — Escola Técnica Federal de Química da Guanabara ..	63.934
W.38 — Escola Técnica Federal do Maranhão	230.000
W.39 — Escola Técnica Federal de Minas Gerais	115.000
W.40 — Escola Técnica Federal de Ouro Preto	95.270
W.41 — Escola Técnica Federal do Paraná	160.000
W.42 — Escola Técnica Federal de Pelotas	105.603
W.43 — Escola Técnica Federal de Pernambuco	94.740
W.44 — Escola Técnica Federal de São Paulo	75.000
TOTAL	2.841.730

3.2.5.0 — SALARIO-FAMÍLIA

01.00 — PESSOAL CIVIL

1) Escolas da rede federal (Lei nº 3.552-59, art. 28 e Lei nº 3.976-61; Lei nº 4.069-62)

W.22 — Escola Industrial Federal de Alagoas	16.040
W.23 — Escola Industrial Federal do Ceará	10.000
W.24 — Escola Industrial Federal de Mato Grosso	9.637
W.25 — Escola Industrial Federal do Pará	14.000
W.26 — Escola Industrial Federal da Paraíba	19.800
W.27 — Escola Industrial Federal do Piauí	26.000
W.28 — Escola Industrial Federal de Sta. Catarina	22.560
W.29 — Escola Industrial Federal de Sergipe	18.000
W.30 — Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte ..	14.947
W.31 — Escola Técnica Federal do Amazonas	5.000
W.32 — Escola Técnica Federal da Bahia	29.613
W.33 — Escola Técnica Federal de Campos	4.810
W.34 — Escola Técnica Federal do Espírito Santo	25.380
W.35 — Escola Técnica Federal de Goiás	41.000
W.36 — Escola Técnica Federal da Guanabara	34.680
W.37 — Escola Técnica Federal de Química da Guanabara ..	3.000
W.38 — Escola Técnica Federal do Maranhão	51.000
W.39 — Escola Técnica Federal de Minas Gerais	66.420
W.40 — Escola Técnica Federal de Ouro Preto	4.500
W.41 — Escola Técnica Federal do Paraná	60.000
W.42 — Escola Técnica Federal de Pelotas	15.940
W.43 — Escola Técnica Federal de Pernambuco	26.160
W.44 — Escola Técnica Federal de São Paulo	40.000

TOTAL	568.487
Total de transferências correntes	8.244.890

4.0.0.1 — DESPESAS DE CAPITAL

4.3.0.0 — TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

4.3.2.0 — AUXÍLIOS PARA OBRAS PÚBLICAS

4.3.2.1 — ENTIDADES FEDERAIS

W.22	— Escola Industrial Federal de Alagoas	60.000
W.23	— Escola Industrial Federal do Ceará	95.000
W.24	— Escola Industrial Federal de Mato Grosso	70.000
W.25	— Escola Industrial Federal do Pará	150.000
W.26	— Escola Industrial Federal da Paraíba	85.000
W.27	— Escola Industrial Federal do Piauí	50.000
W.28	— Escola Industrial Federal de Sta. Catarina	70.000
W.29	— Escola Industrial Federal de Sergipe	450.000
W.30	— Escola Industrial Federal do R. G. Norte	400.000
W.31	— Escola Técnica Federal do Amazonas	50.000
W.32	— Escola Técnica Federal da Bahia	40.000
W.33	— Escola Técnica Federal de Campos	250.000
W.34	— Escola Técnica Federal do Espírito Santo	128.000
W.36	— Escola Técnica Federal da Guanabara	23.000
W.39	— Escola Técnica Federal de Minas Gerais	50.000
W.40	— Escola Técnica Federal de Ouro Preto	180.000
W.41	— Escola Técnica Federal do Paraná	10.000
W.42	— Escola Técnica Federal de Pelotas	10.000
W.43	— Escola Técnica Federal de Pernambuco	60.000
W.44	— Escola Técnica Federal de São Paulo	200.000

TOTAL	2.431.000
-------------	-----------

4.3.3.0 — AUXÍLIOS PARA EQUIPAMENTOS
E INSTALAÇÕES

4.3.3.1 — ENTIDADES FEDERAIS

W.22	— Escola Industrial Federal de Alagoas	30.000
W.23	— Escola Industrial Federal do Ceará	38.000
W.24	— Escola Industrial Federal de Mato Grosso	30.000
W.25	— Escola Industrial Federal do Pará	20.000
W.26	— Escola Industrial Federal da Paraíba	100.000
W.27	— Escola Industrial Federal do Piauí	86.000
W.28	— Escola Industrial Federal de Sta. Catarina	60.000
W.29	— Escola Industrial Federal de Sergipe	53.840
W.30	— Escola Industrial Federal do Rio G. do Norte	50.000
W.31	— Escola Técnica Federal do Amazonas	85.300
W.32	— Escola Técnica Federal da Bahia	44.700
W.33	— Escola Técnica Federal de Campos	34.810
W.34	— Escola Técnica Federal do Espírito Santo	10.000
W.35	— Escola Técnica Federal de Goiás	130.000
W.36	— Escola Técnica Federal da Guanabara	77.000
W.37	— Escola Técnica Federal de Química da Guanabara	20.805
W.39	— Escola Técnica Federal de Minas Gerais	50.000
W.40	— Escola Técnica Federal de Ouro Preto	91.000
W.41	— Escola Técnica Federal do Paraná	7.000
W.42	— Escola Técnica Federal de Pelotas	5.000
W.43	— Escola Técnica Federal de Pernambuco	19.200
W.44	— Escola Técnica Federal de São Paulo	45.000

TOTAL	1.087.655
-------------	-----------

4.3.4.0 — AUXÍLIOS PARA MATERIAL PERMANENTE

4.3.4.1 — ENTIDADES FEDERAIS

W.22	— Escola Industrial Federal de Alagoas	30.000
W.23	— Escola Industrial Federal do Ceará	35.000

W.24 — Escola Industrial Federal de Mato Grosso	8.137
W.25 — Escola Industrial Federal do Pará	10.000
W.26 — Escola Industrial Federal da Paraíba	31.000
W.27 — Escola Industrial Federal do Piauí	20.000
W.28 — Escola Industrial Federal de Santa Catarina	20.000
W.29 — Escola Industrial Federal de Sergipe	32.126
W.30 — Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte ..	50.000
W.31 — Escola Técnica Federal do Amazonas	16.200
W.32 — Escola Técnica Federal da Bahia	43.500
W.33 — Escola Técnica Federal de Campos	8.700
W.34 — Escola Técnica Federal do Espírito Santo	12.000
W.35 — Escola Técnica Federal de Goiás	30.000
W.36 — Escola Técnica Federal da Guanabara	100.000
W.37 — Escola Técnica Federal de Química da Guanabara...	6.529
W.38 — Escola Técnica Federal do Maranhão	29.000
W.39 — Escola Técnica Federal de Minas Gerais	20.000
W.40 — Escola Técnica Federal de Ouro Preto	29.000
W.41 — Escola Técnica Federal do Paraná	3.000
W.42 — Escola Técnica Federal de Pelotas	15.000
W.43 — Escola Técnica Federal de Pernambuco	15.750
W.44 — Escola Técnica Federal de São Paulo	20.000
TOTAL	584.942
Total de transferências de capital	4.103.597

Art. 2º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Raymundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 93 - DE
DEZEMBRO DE 1966

Prorroga por mais um exercício a vigência do Decreto nº 58.912, de 22 de julho de 1966 que abriu o crédito especial de Cr\$ 180.000.000 (cento e oitenta milhões de cruzeiros).

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica prorrogado, por mais um exercício, a vigência do Decreto nº 58.912, de 22 de julho de 1966, que abriu ao Ministério da Educação e

Cultura o crédito especial de Cr\$.. 180.000.000 (cento e oitenta milhões de cruzeiros) para custear as despesas com a recuperação do prédio situado na Praia do Flamengo nº 132, Estado da Guanabara.

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Raymundo Moniz de Aragão

V — DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº V, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 1966

Concede anistia aos eleitores responsáveis por infrações previstas no art. 289 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

Art. 1º São anistiados os eleitores responsáveis por infrações previstas no art. 289 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, excetuados os casos resultantes de processos instaurados por determinação do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de outubro de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1966

Aprova o Acôrd de Cooperação para Usos Cíveis de Energia Atômica entre o Govêrno dos Estados Unidos da América e o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil, assinado em Washington, em 8 de julho de 1965.

Art. 1º É aprovado o Acôrd de Cooperação para Usos Cíveis de Energia Atômica entre o Govêrno dos Estados Unidos da América e o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil, assinado em Washington, em 8 de julho de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de outubro de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Vivaldo Lima, 2º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 49, DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato, de 24 de agosto de 1948, celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola em Minas Gerais, do Ministério da Agricultura, e Juscelino Ribeiro da Fonseca.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas, de 26 de novembro de 1948, denegatório de registro ao contrato, de 24 de agosto de 1948, celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola em Minas Gerais, do Ministério da Agricultura, e Juscelino Ribeiro da Fonseca, para a execução de obras no Posto Agropecuário de Janaúria.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de outubro de 1966.

VIVALDO LIMA
2º Vice-Presidente,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, nº III da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 50, DE 1966

Torna definitivo o registro, feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma do soldado Josias Severino de Freitas

Art. 1º E' tornado definitivo o registro, feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, conforme decisão de 14 de dezembro de 1965, da concessão de reforma a soldado Josias Severino de Freitas.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de novembro de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º-Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 51, DE 1966

Aprova o Acôrdão Básico de Cooperação Técnica entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República Popular Federativa da Iugoslávia.

Art. 1º E' aprovado o Acôrdão Básico de Cooperação Técnica entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República Popular Federativa da Iugoslávia, assinado no Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1962.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de novembro de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º-Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 52, DE 1966

Aprova a Convenção sobre Seguros Sociais assinada, no Rio de Janeiro, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Grão-Ducado do Luxemburgo em 16 de setembro de 1965.

Art. 1º E' aprovada a Convenção sobre Seguros Sociais assinada, no Rio de Janeiro, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Grão-Ducado do Luxemburgo, em 16 de setembro de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de novembro de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º-Vice-Presidente, no Exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º-Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 53, DE 1966

Aprova o protocolo para Nova Prorrogação do Acôrdio Internacional do Açúcar de 1958, adotado em Genebra, em 14 de outubro de 1965.

Art. 1º E' aprovado o Protocolo para Nova Prorrogação do Acôrdio Internacional do Açúcar de 1958, adotado em Genebra, em 14 de outubro de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de novembro de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º-Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 54, DE 1966

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo aditivo a contrato, de 9 de outubro de 1953, celebrado entre a União e Carlos Alves de Almeida Schneider.

Art. 1º E' aprovado o ato, de 2 de dezembro de 1955, do Tribunal de Contas, denegatório de registro ao termo, de 14 de outubro de 1955, aditivo ao contrato celebrado, em 9 de outubro de 1953, entre a União, através do Ministério da Educação e Cultura, e Carlos Alves de Almeida Schneider, para o desempenho, na Diretoria do Ensino Industrial, da função de Orientador do Curso Técnico de Motores e Máquinas Motorizadas.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de novembro de 1966.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 55, DE 1966

Torna definitivo o registro, feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, de despesa de Cr\$ 14.040 (quatorze mil e quarenta cruzeiros) em favor de Frutuoso Gomes de Freitas.

Art. 1º E' tornado definitivo o registro, feito sob reserva, pelo Tribunal § 3º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, conforme decisão de 3 de dezembro de 1965, da despesa de Cr\$ 14.040 (quatorze mil e quarenta cruzeiros), destinado ao pagamento da diferença de salário a Frutuoso Gomes de Freitas, quando na qualidade de médico do Serviço Nacional de Peste.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de novembro de 1966.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, nº III, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 56, DE 1966

Torna definitivo o registro feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma ao Cabo Ubiratan Potiguar Torres.

Art. 1º E' tornado definitivo o registro, feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, conforme decisão de 14 de dezembro de 1965, da concessão de reforma ao Cabo Ubiratan Potiguar Torres.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de novembro de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, nº III, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 57, DE 1966

Torna definitivo o registro feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, da despesa de Cr\$ 48.865 (quarenta e oito mil oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros), para pagamento a The City of Santos Improvements Company, Limited.

Art. 1º É tornado definitivo o registro, feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, conforme decisão de 9 de dezembro de 1965, da despesa de Cr\$ 48.865 (quarenta e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros), para pagamento a The City of Santos Improvements Company, Limited, sucedida pela Cidade de Santos Serviços de Eletricidade e Gás S. A., proveniente de fornecimento de energia elétrica à Base Aérea de Santos, Ministério da Aeronáutica, nos meses de julho a dezembro de 1951.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de novembro de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 58, DE 1966

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de termo de acordo celebrado, em 15 de setembro de 1960, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado de Mato Grosso.

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o termo de acordo celebrado, em 15 de setembro de 1960, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado de Mato Grosso, para aplicação da verba de Cr\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), dotação de 1960, destinada ao prosseguimento do plano de eletrificação da região amazônica do Estado, em realização de estudos, levantamentos, projetos, desapropriação e construção de uma barragem no Rio Cuiabá com instalação da central hidrelétrica, para abastecimento da Capital e municípios vizinhos.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de novembro de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, nº III da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 59, DE 1966

Torna definitivo o registro, feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma do soldado Justo Nunes.

Art. 1º E' tornado definitivo o registro, feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, conforme decisão de 14 de dezembro de 1965, da concessão de reforma do soldado Justo Nunes.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de novembro de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 60, DE 1966

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República de El Salvador, assinado no Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1965.

Art. 1º E' aprovado o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República de El Salvador, assinado no Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 61, DE 1966

Aprova a Convenção nº 122, denominada Convenção sobre Política de Emprego, adotada pela Organização Internacional do Trabalho em 9 de julho de 1964.

Art. 1º E' aprovada a Convenção nº 122, denominada Convenção sobre Política de Emprego, adotada em 9 de julho de 1964, pela Organização Internacional do Trabalho durante a 48ª Sessão da Conferência-Geral realizada em Genebra.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 66 nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 62, DE 1966

Aprova o Acôrdo Cultural entre o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno da República da Corêia, assinado na Cidade do Rio de Janeiro, em 7 de fevereiro de 1966.

Art. 1º E' aprovado o Acôrdo Cultural entre o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno da República da Corêia, assinado na Cidade do Rio de Janeiro, em 7 de fevereiro de 1966.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 63, DE 1966

Aprova o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica entre o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno do Reino da Dinamarca, assinado na Cidade do Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 1966.

Art. 1º E' aprovado o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica entre o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno do Reino da Dinamarca, assinado na Cidade do Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 1966.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 64, DE 1966

Aprova a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar e as Regras para evitar abalroamento, assinadas em Londres, em 17 de junho de 1960.

Art. 1º São aprovadas a Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar e as Regras para evitar abalroamento, assinadas em Londres em 17 de junho de 1960.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 65, DE 1966

Aprova a Convenção nº 117, sobre objetivos e normas básicas da política social, adotada a 22 de junho de 1962, por ocasião da 46ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Art. 1º E' aprovada a Convenção nº 117, sobre objetivos e normas básicas da política social, adotada em 22 de junho de 1962, por ocasião da 46ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 66, DE 1966

Aprova o Acôrdio entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Francêsa sobre Transportes Aéreos Regulares, assinado em Paris, a 29 de outubro de 1965.

Art. 1º E' aprovado o Acôrdio entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Francêsa sobre Transportes Aéreos Regulares, assinado em Paris, a 29 de outubro de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 67, DE 1966

Aprova a Emenda ao Acôrdo para o Programa de Agricultura e Recursos Naturais, assinado em 26 de junho de 1953, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América.

Art. 1º E' aprovada a Emenda ao Acôrdo para o Programa de Agricultura e Recursos Naturais, assinado em 26 de junho de 1953, conforme Notas de 31 de dezembro de 1964 e 5 de abril de 1965, trocadas entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 68, DE 1966

Aprova o Acôrdo sôbre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica, celebrado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia em 11 de janeiro de 1966.

Art. 1º E' aprovado o Acôrdo sôbre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica, celebrado em La Paz, aos 11 de janeiro de 1966, entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº IX, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 69, DE 1966

Fixa os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República, no período presidencial de 1967 a 1971.

Art. 1º E' fixado o subsídio do Presidente da República, no período presidencial de 1967 a 1971, em Cr\$ 3.000.000 (três milhões de cruzeiros) mensais.

Parágrafo único. O Presidente da República perceberá, ainda, mensalmente, a importância de Cr\$ 800.000 (oitocentos mil cruzeiros), a título de representação.

Art. 2º E' fixado, para o Vice-Presidente da República o subsídio de Cr\$ 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros) mensais.

Art. 3º Os efeitos d'este Decreto Legislativo são devidos a partir de 15 de março de 1967.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, item IX da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 1966

Dispõe sobre a fixação dos subsídios, diárias e ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, para o período legislativo de 1967 a 1971

Art. 1º Os membros do Congresso Nacional perceberão, na próxima Legislatura, o subsídio fixo de Cr\$ 1.200.000 (um milhão e duzentos mil cruzeiros); a diária, como parte variável, de Cr\$ 60.000 (sessenta mil cruzeiros); e a ajuda de custo de Cr\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros), paga em duas parcelas iguais, uma no início e outra no encerramento da Sessão Legislativa.

Art. 2º O subsídio, tanto na parte fixa como na parte variável, será pago mensalmente.

Art. 3º Os Deputados e Senadores não terão direito à ajuda de custo em convocação extraordinária do Congresso Nacional, feita, por qualquer das duas Casas, em imediato prosseguimento à Sessão Legislativa, ou dentro de 15 (quinze) dias do seu encerramento.

§ 1º Aquêle que não comparecer a nenhuma sessão, no período da convocação extraordinária, não terá direito a qualquer parcela de ajuda de custo.

§ 2º O Congressista que não comparecer, no mínimo, à metade das sessões ordinárias, no período de convocação extraordinária, não terá direito à parcela de ajuda de custo a ser paga ao fim da referida convocação.

Art. 4º O membro do Congresso Nacional que não comparecer à sessão terá obrigatoriamente a diária descontada, não lhe sendo abonada nenhuma falta, salvo se estiver ausente da Casa que integra, em Comissão Externa ou de Inquérito.

§ 1º Será considerado a serviço do Congresso Nacional, nos termos deste artigo, aquele que, a serviço de seu mandato, faltar a 4 (quatro) sessões por mês, bem assim o que deixar de comparecer, por motivo de participação em convenções partidárias ou campanhas eleitorais, até mais 4 (quatro) sessões em cada mês.

§ 2º Não serão abonadas, em nenhuma hipótese, as faltas às sessões extraordinárias.

Art. 5º Não será devida a cédula de comparecimento por sessão extraordinária que se realizar dentro do tempo regimental de sessão ordinária.

Art. 6º O suplente convocado não terá direito a perceber a segunda parte da ajuda de custo se o Congressista efetivo reassumir, antes de decorridos 90 (noventa) dias, o seu mandato.

Art. 7º Os efeitos deste Decreto Legislativo vigorarão a partir de 1º de fevereiro de 1967.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 1966.

CAMILLO Nogueira da Gama

1º Vice-Presidente, no exercício
da Presidência.

VI — LEIS

LEI Nº 5.130 — DE 1º DE OUTUBRO
DE 1966

Dispõe sobre as zonas indispensáveis à defesa do País e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São consideradas zonas indispensáveis à segurança do País as áreas compreendidas pelas Estações Radiogoniométricas de Alta Frequência do Ministério da Marinha e pelas faixas de terra, com 1.000 (mil) metros de largura, contíguas a todos os limites dessas estações.

Art. 2º Nas faixas de terra aludidas no artigo 1º, a instalação de meios de transmissão de qualquer espécie e a edificação de prédios e de estruturas metálicas só serão permitidas após assentimento do Conselho de Segurança Nacional, que deliberará depois de ouvido o Ministério da Marinha.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de outubro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Zilmar de Araripe Macedo

LEI Nº 5.131 — DE 1º DE OUTUBRO
DE 1966

Altera a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 3.917, de 14 de julho, de 1961, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I — o artigo 5º é acrescido do seguinte:

“11 — Instituto Rio Branco”;

II — Os §§ 1º e 2º do artigo 11 passam a vigorar como artigo 10 e seu parágrafo único, respectivamente;

III — é revogado o disposto no “caput” do art. 11;

IV — o artigo 10 passa a vigorar como artigo 11;

V — o “caput” do artigo 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 — Os Departamentos de Administração, Consular e de Imigração e o de Assuntos Jurídicos compreenderão Divisões e Serviços Funcionais”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de outubro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

M. Pio Corrêa

LEI Nº 5.132 — DE 4 DE OUTUBRO
DE 1966

Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros), destinado às obras do novo aeroporto internacional de Brasília.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros), destinado às obras de construção da nova Estação de Passageiros e ampliação das instalações técnicas do Aeroporto Internacional de Brasília.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Lopes Rodrigues

Eduardo Gomes

LEI Nº 5.133 — DE 4 DE OUTUBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 600.000 (seiscentos mil cruzeiros), para atender a despesas relacionadas com o comparecimento do Brasil à XXXII Feira Internacional de Milão.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 600.000 (seiscen-

tos mil cruzeiros), para atender a despesas relacionadas com o comparecimento do Brasil à XXXII Feira Internacional de Milão.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Lopes Rodrigues

L. G. do Nascimento e Silva

LEI Nº 5.134 — DE 11 DE OUTUBRO
DE 1966

Concede pensão mensal especial a D. Constança Mangabeira, viúva do Professor João Mangabeira.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. E' concedida a D. Constança Mangabeira, viúva do Professor João Mangabeira, uma pensão mensal especial vitalícia de valor correspondente ao dobro do maior salário mínimo vigente no País.

Art. 2º. A pensão especial, de que trata o artigo anterior, será intransferível, correndo a despesa correspondente à conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.135 — DE 11 DE OUTUBRO
DE 1966

Autoriza a abertura, pela Secretaria de Finanças do Distrito Federal, do crédito especial de Cr\$ 309.835.759 (trezentos e nove milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta e nove cruzeiros) para regularização de despesas efetuadas nos exercícios de 1963 e 1964.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Distrito Federal autorizado a abrir, pela Secretaria de Finanças do Distrito Federal, o crédito especial de Cr\$ 309.835.759 (trezentos e nove milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta e nove cruzeiros) para regularização de despesas efetuadas nos exercícios de 1963 e 1964, por força das Leis ns. 4.242, de 17 de julho de 1963, e 4.439, de 27 de outubro de 1964, e ao abrigo dos artigos 46 e 48 do Código de Contabilidade Pública da União.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura deste crédito serão obtidos, na forma do inciso III, § 1º do art. 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1965, da anulação parcial em igual valor, da dotação abaixo, do orçamento vigente da Prefeitura do Distrito Federal, na forma da lei nº 4.899, de 10 de dezembro de 1965:

Código — Designação

Secretaria de Administração
30.0.00 — Despesas Correntes
32.0.00 — Transferências Correntes
32.5.00 — Salário Família
32.5.01 — Salário Família dos Servidores da PDF.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de outubro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.136 — DE 11 DE OUTUBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 13.515.963.777 (treze bilhões, quinhentos e quinze milhões, novecentos e sessenta e três mil, setecentos e setenta e sete cruzeiros), para atender a despesas decorrentes do aumento de vencimentos de servidores do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 13.515.963.777 (treze bilhões, quinhentos e quinze milhões, novecentos e sessenta e três mil, setecentos e setenta e sete cruzeiros), para atender às despesas, verificadas de março a dezembro de 1966 e decorrentes do aumento de vencimentos estabelecido pela Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, aplicada ao Congresso Nacional pelas Resoluções nº 188-66 da Câmara dos Deputados e nº 20-66 do Senado Federal, extensivas ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas da União.

Art. 2º O crédito especial, objeto da presente Lei, terá a seguinte discriminação:

Cr\$

Supremo Tribunal Federal	713.467.602
Tribunal Federal de Recursos	194.765.000
Justiça Eleitoral (sede e regionais)	3.869.792.914
Justiça do Trabalho (sede e regionais) ...	5.532.826.261
Justiça Militar (sede e regionais)	984.912.000
Justiça do Distrito Federal e Territórios ..	191.200.000
Tribunal de Contas da União	2.029.000.000

Art. 3º O crédito especial, de que trata esta Lei, com vigência por dois exercícios, será registrado e distribuído, automaticamente, pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.137 — DE 13 DE OUTUBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 351.165,80 (trezentos e cinquenta e um mil cento e sessenta e cinco cruzeiros e oitenta centavos), para pagamento das despesas com instalação, aluguel e manutenção de Circuitos Telex, localizados no Gabinete do Ministro e na Agência Nacional.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 351.165,80 (trezentos e cinquenta e um mil cento e sessenta e cinco cruzeiros e oitenta centavos), para pagamento das despesas com instalação, aluguel e manutenção dos Circuitos Telex números 130 e 140, localizados, respectivamente, no Gabinete do Ministro e na Agência Nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 5.138 — DE 14 DE OUTUBRO
DE 1966

Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — do crédito suplementar de Cr\$ 1.043.008.000 (um bilhão quarenta e três milhões e oito mil cruzeiros) para atender a despesas com o pagamento de vencimentos a juizes e funcionários do mesmo Tribunal.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, o crédito suplementar de Cr\$ 1.043.008 000 (um bilhão quarenta e três milhões e oito mil cruzeiros) para atender a despesas com o pagamento de vencimentos a que fazem jus juizes e funcionários do referido Tribunal, em face da Lei nº 4.741, de 15 de junho de 1965.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 5.139 — DE 14 DE OUTUBRO
DE 1966

Cria, na Universidade Federal de Goiás, a Escola de Agronomia e Veterinária, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criada, na Universidade Federal de Goiás, a Escola de Agro-

nomia e Veterinária, à qual ficam incorporados os Cursos de Agronomia e Veterinária mantidos pela mesma Universidade.

Art. 2º São ratificados os atos relativos à administração escolar, praticados em decorrência e nos limites do ato do Conselho Universitário da Universidade de Goiás que autorizou o funcionamento dos Cursos mencionados no art. 1º.

Art. 3º O acervo dos Cursos de Agronomia e Veterinária passa a integrar o patrimônio da Escola de Agronomia e Veterinária criada pela presente Lei.

Art. 4º É criado o cargo, em comissão, símbolo 5-C, de Diretor da Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal de Goiás.

Parágrafo único. É o Poder Executivo autorizado a criar, no Quadro de Pessoal da referida Universidade os demais cargos necessários ao funcionamento da Escola de que trata este artigo.

Art. 5º Dentro de 30 (trinta) dias, a partir da vigência desta Lei, o Conselho Universitário aprovará o Regimento da Escola ora criada, encaminhando-o ao Conselho Federal de Educação, para os fins previstos no art. 80, § 2º, alínea a, da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 6º É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 299.016.000 (duzentos e noventa e nove milhões e dezesseis mil cruzeiros), para atender aos encargos decorrentes da execução da presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1966; 145ª da Independência e 78ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Guilherme Canedo Magalhães

LEI Nº 5.140 — DE 14 DE OUTUBRO DE 1966

Autoriza o Tribunal Superior Eleitoral a conceder auxílio às Organizações de partidos políticos, a que se refere o Ato Complementar nº 4, e abertura de crédito suplementar de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Tribunal Superior Eleitoral autorizado a conceder, mediante destaque, o auxílio Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros) a cada uma das Organizações de que trata o Ato Complementar número 4, que concorrerão às eleições de 15 de novembro de 1966, para a impressão de cédulas individuais (Ato Complementar nº 20)

§ 1º O Tribunal Superior Eleitoral depositará, no Banco do Brasil S.A., as importâncias destacadas, em nome das respectivas Comissões Diretoras Nacionais, à ordem conjunta do Presidente e do Tesoureiro de cada Organização.

§ 2º A Comissão Diretora Nacional para atender às despesas a serem realizadas em cada Estado ou Território, transferirá para as respectivas Comissões Diretoras Regionais, por intermédio do Banco do Brasil S.A., as importâncias necessárias.

Art. 2º As Organizações, a que se refere o artigo anterior, prestarão contas, até 28 de fevereiro de 1967, das despesas efetuadas, ao Tribunal Superior Eleitoral, que as encaminhará para exame e aprovação do Tribunal de Contas.

Art. 3º A Corregedoria-Geral, ou as Corregedorias Regionais da Justiça Eleitoral, poderão, a qualquer tempo, exigir documentos e informações, ou proceder a investigações sobre a aplicação do auxílio de que trata esta Lei adotando as providências cabíveis.

Art. 4º O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções para o exato emprego dos auxílios concedidos por esta Lei.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no corrente exercício, pelo Tribunal Superior Eleitoral, o crédito suplementar de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes desta Lei, em reforço à seguinte dotação constante do Subanexo 3.04.01 — Tribunal Superior Eleitoral: Função 0.2; Categoria Econômica 3.1.4.0; Outros Encargos 13.00; Despesas especiais com as eleições relativas a 1966.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Octavio Gouveia Bulhões

LEI Nº 5.141 — DE 14 DE OUTUBRO
DE 1966

Acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas a, b e c, do § 1º; b do § 2º; e b, do § 3º, todos do art. 7º, da Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965, que passam a ter a seguinte redação:

"Art. 7º

§ 1º

a) da Primeira Comissão de Promoções, constituída pelo Ministro da Marinha, como Presidente, pelo Chefe do Estado-Maior da Armada e por todos os Almirantes-de-Esquadra, da ativa e no exercício de cargo na Marinha, como membros designados pelo primeiro — para elaboração da Lista de Escolha para promoção de Vice-Almirantes;

b) da Segunda Comissão de Promoções, constituída pelo Ministro da Marinha, como Presidente, pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, por um (1) Almirante-de-Esquadra e por

quatro (4) Vice-Almirantes do Corpo da Armada, da ativa e no exercício de cargo na Marinha, estes últimos integrantes do Conselho de Promoções de Oficiais, designados pelo Ministro da Marinha — para elaboração de Listas de Escolha para promoção de Contra-Almirantes e de Capitães-de-Mar-e-Guerra;

c) do Conselho de Promoções de Oficiais, constituído pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, como presidente, e por quatro (4) Vice-Almirantes e seis (6) Contra-Almirantes, todos do Corpo da Armada, da ativa e no exercício de cargo na Marinha, designados pelo Ministro da Marinha para:

I — elaboração da Lista-Base para seleção de Capitães-de-Mar-e-Guerra para promoção a Contra-Almirantes;

II — elaboração dos Quadros de Acesso para promoção de oficiais aos postos de Oficial Superior pelos critérios do Merecimento e da Antiguidade.

§ 2º

a)

b) três (3) Vice-Almirantes do Corpo da Armada, da ativa e no exercício de cargo na Marinha, designados pelo Ministro da Marinha como 1º, 2º e 3º Membros Suplentes.

§ 3º

a)

b) um (1) Vice-Almirante e dois (2) Contra-Almirantes, todos do Corpo da Armada, da ativa e no exercício de cargo na Marinha, designados pelo Ministro da Marinha, respectivamente, como 1º, 2º e 3º Membros Suplentes".

Art. 2º Ficam alterados os arts. 10 e 11 da Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965, que passam a ter a seguinte redação:

"Art. 10. A organização das Listas de Escolha obedecerá às normas básicas abaixo estabelecidas:

a) para promoção de Vice-Almirantes e de Contra-Almirantes:

I — quando o número de integrantes de cada Corpo ou Quadro em condições de promoção for superior a três (3), a Lista será triplíce para uma (1) vaga;

II — quando aquêle numero fôr igual ou inferior a três (3), a Lista poderá ser integrada por três (3) ou menos de três (3) nomes para uma (1) vaga;

III — quando houver mais de uma vaga, a Lista deverá ser acrescida:

1) para promoção de Vice-Almirantes — de mais um Vice-Almirante para cada vaga subsequente;

2) para promoção de Contra-Almirantes — de mais dois Contra-Almirantes para cada vaga subsequente;

b) para promoção de Capitães-de-Mar-e-Guerra:

I — primeira fase — o Conselho de Promoções de Officiaes elaborará uma Lista-Base, constituída de oito Capitães-de-Mar-e-Guerra para uma vaga, e a apresentará à Segunda Comissão de Promoções;

II — segunda fase — a Segunda Comissão de Promoções elaborará a Lista de Escolha pela seleção de três Capitães-de-Mar-e-Guerra para uma vaga, entre os nomes constantes da Lista-Base;

III — quando houver mais de uma vaga, as Listas-Base e de Escolha serão acrescidas de mais dois Capitães-de-Mar-e-Guerra para cada vaga subsequente.

Art. 11. O Offical-General ou Capitão-de-Mar-e-Guerra cujo nome constar por quatro vezes consecutivas em primeiro lugar em Lista de Escolha não poderá deixar de ser promovido quando da apresentação da Lista de Escolha ao Presidente da República pela quarta vez".

Art. 3º Ficam acrescentados um parágrafo ao art. 7º e quatro parágrafos ao art. 10 da Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965, conforme abaixo especificado:

"Art. 7º
§ 1º
§ 2º
§ 3º

§ 4º A Primeira Comissão de Promoções só poderá deliberar se constituída, no mínimo, de três de seus membros, entre elles o Ministro da Marinha."

"Art. 10.

§ 1º Verificada a impossibilidade de se organizar Lista de Escolha para promoção de Vice-Almirantes, face à

restrição estabelecida no § 4º do artigo 7º, o Presidente da República fará a sua escolha para essa promoção entre todos os Vice-Almirantes em condições de serem promovidos, de accordo com relação a elle apresentada pelo Ministro da Marinha.

§ 2º A relação mencionada no parágrafo anterior não será computada como Lista de Escolha para os fins previstos no art. 11.

§ 3º Quando, em decorrência do numero de vagas, o numero de Capitães-de-Mar-e-Guerra integrantes de determinado Corpo ou Quadro fôr inferior ao estabelecido neste artigo para a elaboração da Lista-Base, esta será constituída por todos os officiaes em condições de serem promovidos.

§ 4º Ao serem organizadas as Listas de Escolha, nelas poderão ser incluídos, sem prejuizo do estipulado neste artigo, os officiaes que não occuparem vaga no Quadro e que estiverem em condições de concorrer à promoção"

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, salvo quanto aos seguintes dispositivos, que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 1967, ficando revogadas as demais disposições em contrario:

a) elaboração da Lista de Escolha para promoção de Capitães-de-Mar-e-Guerra referida na letra b do § 1º do art. 7º da Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965, de que trata o artigo 1º desta Lei;

b) inciso I da letra c do § 1º do art. 7º da Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965, de que trata o art. 1º desta Lei;

c) letra b do art. 10 da Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965, com exceção do inciso III, no que se refere à Lista de Escolha, de que trata o art. 2º desta Lei.

Parágrafo unico. Até a entrada em vigor dos dispositivos acima citados, permanecerão em vigor os dispositivos correspondentes estabelecidos pela Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965.

Brasília, 14 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Zilmar de Araripe Macedo

LEI Nº 5.142 — DE 20 DE OUTUBRO
DE 1966

Concede isenção de tributos para aparelhos e equipamentos médico-hospitalares.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida, pelo prazo de 5 (cinco) anos, isenção dos impostos de importação e de consumo, emolumentos consulares e taxa de despacho aduaneiro, aos aparelhos, equipamentos e outros materiais adquiridos no exterior, mediante financiamento, e que se destinem a instituições hospitalares e para-hospitalares oficiais, federais, estaduais, municipais ou autárquicas, bem como a instituições privadas, de caráter filantrópico ou beneficente, sem finalidade lucrativa.

§ 1º Os materiais a que se refere este artigo compreendem tão-somente os que se destinarem especificamente a atividade médico-hospitalar, excluídos os de consumo.

§ 2º A isenção concedida não abrange os aparelhos, equipamentos e outros materiais com similar produzido no País.

§ 3º Vetado

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto número 55.823, de 10 de março de 1965, encaminhar às autoridades aduaneiras competentes, por intermédio do Ministério da Saúde, a relação das entidades beneficiadas por esta Lei.

Art. 3º Os bens importados na forma desta Lei deverão ser utilizados pela própria entidade beneficiada, nos seus serviços médico-hospitalares ou ambulatoriais, vedada sua transferência, sob qualquer forma, sem prévia decisão da autoridade aduaneira, ouvido o Ministério da Saúde, observadas as normas gerais da legislação específica que rege a matéria.

Parágrafo único. Na conformidade da mesma legislação, o correto uso e emprego dos bens ficam sujeitos à fiscalização aduaneira, sem prejuízo da que for exercida pelo Ministério da Saúde.

Art. 4º Serão registrados para os fins previstos nesta Lei, no Tribunal de Contas da União, a título único, pelo respectivo valor global, os contratos de financiamento externo, que importem garantia do Tesouro Nacional, ficando isentos desta formalidade os contratos parciais decorrentes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Raymundo de Brito

LEI Nº 5.143 — DE 20 DE OUTUBRO
DE 1966

Institui o Imposto sobre Operações Financeiras, regula a respectiva cobrança, dispõe sobre a aplicação das reservas monetárias oriundas de sua receita, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Imposto sobre Operações Financeiras incide nas operações de crédito e seguro, realizadas por instituições financeiras e seguradoras, e tem como fato gerador:

I — no caso de operações de crédito, a entrega do respectivo valor ou sua colocação à disposição do interessado;

II — no caso de operações de seguro, o recebimento do prêmio.

Art. 2º Constituirá a base do imposto:

I — nas operações de crédito, o valor global dos saldos das operações de empréstimo, de abertura de crédito, e de desconto de títulos, apurados mensalmente;

II — nas operações de seguro, o valor global dos prêmios recebidos em cada mês.

Art. 3º O imposto será cobrado com as seguintes alíquotas:

I — empréstimos sob qualquer modalidade, as aberturas de crédito, e os descontos de títulos — 0,3%;

II — seguro de vida e congêneres e de acidentes pessoais e do trabalho — 1,0%;

III — seguros de bens, valores, coisas e outros não especificados, excluídos o resseguro, o seguro de crédito a exportação e o de transporte de mercadorias em viagens internacionais: — 2,0%.

* Art. 4º E' contribuinte do imposto:

I — no caso do inciso I do artigo 1º, a instituição financeira, referida no artigo 17 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que realiza a operação como supridora de valores ou crédito, ou efetua o desconto;

II — no caso do inciso II do artigo 1º o segurador.

* Art. 5º O imposto será recolhido mensalmente, sob exclusiva responsabilidade do contribuinte, ao Banco Central da República do Brasil ou a quem este determinar, nas datas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 6º Sem prejuízo da pena criminal que couber, serão punidos com:

I — multa de 30 a 100% do valor do imposto devido, a falta de recolhimento do imposto no prazo fixado;

* II — multa de trinta milhões de cruzeiros, a falsificação ou adulteração da guia, livro ou outro papel necessário ao registro ou ao recolhimento do imposto ou a coautoria na prática de qualquer dessas faltas;

* III — multa de dez milhões de cruzeiros, o embarço ou impedimento da ação fiscalizadora, ou a recusa de exibição de livros, guias ou outro papel necessário ao registro ou ao recolhimento do imposto, quando solicitados pela fiscalização;

* IV — multa de duzentos mil cruzeiros, qualquer outra infração prevista no regulamento.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III será imposta cumulativamente a penalidade que couber, se for apurada a prática de outra infração.

* Art. 7º. O contribuinte que, antes de qualquer procedimento fiscal, re-

colher espontaneamente o imposto fora do prazo previsto, ficará sujeito à multa de 20% (vinte por cento), do imposto, a qual será reconhecida na mesma guia correspondente ao tributo, sem necessidade de despacho ou autorização.

Parágrafo único. Continuarão sujeitos à multa deste artigo os contribuintes que deixarem de computá-la na guia de recolhimento.

Art. 8º. A fiscalização e a aplicação desta lei caberá ao Banco Central da República do Brasil, que poderá delegá-la, no todo ou em parte, ao Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização do Ministério da Indústria e do Comércio, no que respeita às operações previstas nos incisos II e III do artigo 3º, ou a outros órgãos ou autoridades em todo o País ou apenas em certas regiões, segundo entenda conveniente.

* Art. 9º. As normas processuais da legislação do imposto sobre Produtos Industrializados aplicar-se-ão às controvérsias que ocorram a respeito do imposto a que esta lei se refere.

Parágrafo único. O julgamento dos processos contraditórios caberá:

I — em primeira instância, ao órgão ou autoridade que o Conselho Monetário Nacional designar;

II — em segunda instância, ao Terceiro Conselho de Contribuintes.

Art. 10. O Conselho Monetário Nacional poderá desdobrar as hipóteses de incidência modificar ou eliminar as alíquotas e alterar as bases de cálculo do imposto, observado no caso de aumento, o limite máximo do dobro daquela que resultar das normas desta lei.

Art. 11. Do produto da arrecadação do imposto será destacada uma parcela, não superior a 2%, destinada às despesas de custeio do Banco Central da República do Brasil na substituição da taxa de fiscalização referida no § 1º do artigo 16 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que fica extinta.

* Art. 12. Deduzida a parcela de que trata o artigo anterior, a receita líquida do imposto se destinará à formação de reservas monetárias as quais serão aplicadas, pelo Banco

* alterados:
DL 914/69

* 6º, II, alterado DL 2331/89

Alterado: DL 1342/74

Central da República do Brasil na intervenção dos mercados de câmbio e de títulos, na assistência a instituições financeiras, particularmente ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, e em outros fins, conforme estabelecer o Conselho Monetário Nacional.

Art. 13. As vinculações da receita do Imposto do Selo, de que tratam o artigo 4º da Lei nº 3.519, de 30 de dezembro de 1958, e o artigo 6º da Lei nº 3.736, de 22 de março de 1960, passarão a ser feitas com base na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados correspondente à posição nº 24.02 da Tabela anexa à Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

Art. 14. Os casos omissos nesta lei serão resolvidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 15. São revogadas as leis relativas ao Imposto do Selo e as disposições em contrário, e o art. 11 da Lei nº 1.002, de 24 de dezembro de 1949, observado o seguinte:

I — aplicar-se-á a legislação vigente à época em que se constituiu a obrigação tributária, no caso de exigência do imposto cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 1966;

II — a complementação periódica do Imposto do Selo deixará de ser obrigatória a partir de 1º de janeiro

de 1967, ainda que a ocorrência do respectivo fato gerador seja anterior à vigência desta lei;

III — as sanções previstas na Lei nº 4.505, de 30 de novembro de 1964, regulamentada pelo Decreto nº 55.852, de 22 de março de 1965, aplicam-se às infrações das respectivas normas ocorridas durante a sua vigência, ainda que se relacionem com hipóteses de incidência que esta lei revoga.

Art. 16. A partir da data da publicação desta lei, o Ministro da Fazenda, por proposta do Conselho Monetário Nacional, poderá reduzir ou suprimir o Imposto do Selo sobre operações de câmbio.

Art. 17. O Conselho Monetário Nacional poderá permitir que a assinatura no cheque seja impressa, por processo mecânico, atendidas as cautelas que estabelecer.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1967, salvo quanto aos artigos 16 e 17, que vigorarão a partir da data de sua publicação.

Brasília, em 20 de outubro de 1965; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Paulo Egydio Martins

LEI Nº 5.144 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 65.600.000.000 (sessenta e cinco bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros), em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para obras constantes do Programa de Construção, Pavimentação e Restauração de Rodovias do Plano Nacional de Viação para 1966.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 65.600.000.000 (sessenta e cinco bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros), em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 2º O crédito especial a que se refere o art. 1º destina-se a suplementar os recursos financeiros de que dispõe o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para realização do Programa de Construção, Pavi-

mentação e Restauração de Rodovia do Plano Nacional de Viação para 1966 e 1967, e será aplicado nas seguintes rodovias e obras de arte especiais:

	Cr\$
BR. 101 Japaratinga -- Divisa Sergipe-Bahia	7.300.000.000
Divisa Sergipe-Bahia-Esplanada	1.600.000.000
Feira de Santana-Divisa Bahia-Espírito Santo	1.400.000.000
Joinville-Osório	6.150.000.000
BR. 116 Russas -- Divisa Ceará-Pernambuco	21.000.000.000
Divisa Ceará-Pernambuco-Feira de Santana ..	8.800.000.000
BR. 163 Campo Grande-Rio Brilhante	800.000.000
BR. 222 Fortaleza-Sobral	2.800.000.000
BR. 262 Realiza-Monlevade	1.000.000.000
Beio Horizonte-Uberaba	4.000.000.000
Campo Grande-Aquidauana	350.000.000
BR. 267 Pôrto XV-BR. 163	2.000.000.000
BR. 277 Paranaguá-Curitiba	3.000.000.000
Ponte Grossa-Relógio-Foz do Iguaçu (inclusive	
BR. 373)	2.000.000.000
BR. 290 Rosário-Alegrete	850.000.000
BR. 304 Divisa Ceará-Rio Grande do Norte-Angicos ...	500.000.000
BR. 471 Quinta-Chui	350.000.000
Restauração de Rodovias	1.200.000.000
Obras de Arte Especiais -- Pontes sobre o Rio	
Jaguaribe, em Jaguaribe e Orós	500.000.000

Art. 3º O crédito especial a que se refere o art. 1º terá vigência nos exercícios financeiros de 1966 e 1967 e terá registro automático no Tribunal de Contas da União.

Art. 4º Para ocorrer a essa despesa, fica o Poder Executivo autorizado a emitir Obrigações ajustáveis do Tesouro, no valor de..... Cr\$ 65.600.000.000 (sessenta e cinco bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros), a serem colocadas pelo Tesouro Nacional.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Juarez Távora

LEI Nº 5.145 — DE 20 DE OUTUBRO
DE 1966

Dispõe sobre a naturalização dos filhos menores, nascidos antes da naturalização dos pais, modifica os artigos 3º, 4º e 8º da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, revoga a Lei nº 4.404, de 14 de setembro de 1964, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 3º, 4º e 8º da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A opção, a que se referem os arts. 1º, nº II, e 2º, constará do termo assinado pelo optante, ou seu procurador, no Registro Civil de nascimento.

§ 1º A lavratura do termo será requerida ao juízo competente do domicílio do optante, mediante petição instruída com documento comprobatório da nacionalidade brasileira de um dos pais do optante, na data de seu nascimento.

§ 2º Ouvido o representante do Ministério Público Federal no prazo de cinco dias, decidirá o juiz, em igual prazo, e recorrerá de ofício, na hipótese de autorizar a lavratura do termo.

Art. 4º O filho de brasileiro, ou brasileira, nascido no estrangeiro e cujos pais ali não estejam a serviço do Brasil, poderá após a sua chegada ao País, para nele residir, requerer ao juiz competente do seu domicílio, fazendo-se constar d'este e das respectivas certidões que o mesmo valerá, como prova de nacionalidade brasileira, até quatro anos depois de atingida a maioridade.

§ 1º O requerimento será instruído com documentos comprobatórios da nacionalidade brasileira de um dos genitores do optante, na data de seu nascimento, e de seu domicílio do Brasil.

§ 2º Ouvido o representante do Ministério Público Federal, no prazo de cinco dias, decidirá o juiz em igual prazo.

§ 3º Da decisão que autorizar a transcrição do termo recorrerá o juiz de ofício.

Art. 8º São condições para naturalização:

I — capacidade civil do naturalizando segundo a lei brasileira;

II — residência contínua no Território Nacional pelo prazo mínimo de cinco anos, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização;

III — Ler e escrever a língua portuguesa, levada em conta a condição do naturalizando;

IV — exercício de profissão ou posse de bens suficientes à manutenção própria e da família;

V — bom procedimento;

VI — ausência de pronúncia ou condenação no Brasil, por crime cuja pena seja superior a um ano de prisão;

VII — sanidade física.

§ 1º A estrangeira, casada com brasileiro, e aos portugueses não se exi-

girá o requisito do nº IV, bastando aos últimos, quanto aos dos números II e III, a prova de residência ininterrupta durante um ano e o uso adequado da língua portuguesa.

§ 2º Não se exigirá a prova de sanidade física a nenhum estrangeiro, quando o prazo de residência fôr superior a um ano.

§ 3º Aos filhos menores de brasileiros naturalizados que residam no Brasil, nascido antes da naturalização do pai ou da mãe, é permitido requerer naturalização desde que atinjam a idade de 18 anos, dispensada, ainda, para os que virem na dependência paterna, a condição do art. 8º, nº IV, e concedida ao requerimento prioridade sobre todos os outros."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e a Lei nº 4.404, de 14 de setembro de 1964.

Brasília, em 20 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Carlos Medeiros Silva.

LEI Nº 5.146 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a fazer doações de ambulâncias.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a doar ambulâncias adquiridas à conta de dotações orçamentárias globais consignadas ao Ministério da Saúde.

§ 1º As ambulâncias somente poderão ser doadas a entidades médico-hospitalares, públicas ou privadas, de beneficência social, sem fins lucrativas, registradas no Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação e Cultura, bem como a Es-

tados, através de suas Secretarias de Saúde, Territórios, Municípios e entidades autárquicas, para seus serviços médicos.

§ 2º As ambulâncias doadas somente poderão ser usadas para serviço de pronto socorro, transporte de doentes e assistência médica, a título gratuito.

Art. 2º As doações de que trata esta Lei, com encargos que o Poder Executivo fixar, serão feitas mediante termo lavrado em livro próprio, assinado perante o Ministro de Estado dos Negócios da Saúde e subscrito por duas testemunhas, tendo efeito de escritura pública, para fins de transcrição no registro público.

Parágrafo único. Será revogada a doação de que trata esta lei, por inexecução de encargo pelo donatário.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a forma de distribuição das ambulâncias, do processamento dos pedidos e da fiscalização das doações.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1966; 145ª da Independência e 78ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo de Britto

LEI Nº 5.147 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1966

Retifica o Anexo I da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965, na parte que menciona

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo I da Lei n.º 4.869, de 1º de dezembro de 1965, é retificado na seguinte parte:

P R O G R A M A S	CUSTO (Cr\$ MILHÕES)			
	TOTAL	DESEMBOLSO PREVISTO		
		1966	1967	1968
8.				
8.1 —				
8.2 —				
8.3 —				
8.4 — Rio Grande do Norte BR-304				
— BR-226 — BR-110 — inclu-				
sive 227, no trecho Currais No-				
vos-Calcó-Serra Negra do Nor-				
te — entroncamento em Pom-				
bal (BR-230) e ponte sobre o				
Rio Espinharas (Cr\$				
2.000.000)	1.000	200	300	500

a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

P R O G R A M A S	CUSTO (Cr\$ MILHÕES)			
	TOTAL	DESEMBOLSO PREVISTO		
		1966	1967	1968
8.				
8.1 —				
8.2 —				
8.3 —				
8.4 — Rio Grande do Norte BR-304				
— BR-226 — BR-110 — inclu-				
sive 227, no trecho Currais No-				
vos-Caicó-Serra Negra do Nor-				
te — entroncamento em Pom-				
bal (BR-230) — Ponte sobre o				
Rio Espinharas (Cr\$				
2.000.000) e trecho Santa Cruz				
— Currais Novos (Cr\$				
1.000.000)	7.120	1.520	2.100	3.500

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
João Gonçalves de Souza

LEI Nº 5.148 — DE 20 DE OUTUBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 101.012.744 (cento e um milhões doze mil setecentos e quarenta e quatro cruzeiros), para ocorrer ao custeio de obras em próprios nacionais atingidos pelos temporais que ocorreram no Estado da Guanabara e no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República,

Fago saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$... 101.012.744 (cento e um milhões doze mil setecentos e quarenta e quatro cruzeiros), para ocorrer ao custeio de obras em próprios nacionais atingidos pelos temporais que ocorreram no Estado da Guanabara e no Estado do Rio de Janeiro, no corrente ano.

Art. 2.º De acordo com os arguimentos elaborados, o crédito especial em apreço deverá ser aplicado nos seguintes imóveis atingidos:

	Cr\$
<i>No Estado da Guanabara:</i>	
Rua Barão de Guaratiba nº 21	13.643.580
Rua São Luiz Gonzaga nº 2.241	8.187.960
Rua Almirante Alexandrino nº 1.538	22.362.404
Rua Almirante Alexandrino nº 1.620	5.000.000
Rua Cândido Mendes número 891	41.213.800
<i>No Estado do Rio de Janeiro:</i>	
Imóvel denominado "Parsaço", em Paulo de Frontin	10.600.000

Art. 3.º A execução das obras ficará a cargo do Serviço do Patrimônio da União e terá a cooperação da Divisão de Obras, órgão do Ministério da Fazenda, e obedecerá às disposições atinentes à espécie.

Art. 4º O crédito especial, de que trata o art. 1º, será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional e terá vigência de 2 (dois) exercícios da data do seu registro.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Octavio Bulhões.

LEI Nº 5.149 — DE 20 DE OUTUBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros), para fazer face às despesas com o deslocamento de tropas do IV Exército, requisitadas pela Justiça Eleitoral

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros), para fazer face às despesas com o deslocamento de tropas do IV Exército, requisitadas pela Justiça Eleitoral, por ocasião das eleições de 3 de outubro de 1965.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior será registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.150 — DE 20 DE OUTUBRO
DE 1966

Abre ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 15.000.000.000 (quinze bilhões de cruzeiros) destinado a obras de transmissão e distribuição de energia elétrica nos Estados do Piauí e Maranhão, na região de influência da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' aberto ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 15.000.000.000 (quinze bilhões de cruzeiros) destinado a obras de transmissão e distribuição de energia elétrica, nos Estados do Piauí e Maranhão, necessárias ao suprimento do mercado consumidor na região de influência da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança.

Art. 2º Para a abertura do crédito especial de que trata a presente Lei, ficam dispensadas as consultas a que se refere o artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Art. 3º O crédito especial, de que trata esta Lei, será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Brasília, 20 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Benedicto Dutra

LEI Nº 5.151 — DE 20 DE OUTUBRO
DE 1966

Inclui a Faculdade de Economia São Luís, na cidade de São Paulo, entre os estabelecimentos de ensino superior subvencionados na forma do disposto na Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É incluída entre os estabelecimentos de ensino superior sub-

vencionados na forma do disposto na Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, com as modificações da Lei número 3.641, de 10 de outubro de 1959 a Faculdade de Economia São Luís, na cidade de São Paulo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1966;
145º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões
Gulherme Canedo Magalhães

LEI Nº 5.151-A — DE 20 DE OUTUBRO
DE 1966

Dispõe sobre o pagamento parcelado dos débitos das Prefeituras e de outros devedores da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os débitos dos Municípios para com instituições de previdência social a que estejam ou tenham estado vinculados, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

Parágrafo único. Para o efeito do disposto no presente artigo, deverão os acordos ser firmados no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da vigência desta Lei.

Art. 2º A forma de liquidação prevista no artigo anterior aplicar-se-á, igualmente, em caráter especial;

a) às sociedades de economia mista nas quais pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto pertençam aos Municípios;

b) às autarquias, fundações e demais entidades vinculadas aos municípios;

c) às sociedades esportivas e recreativas;

d) aos hospitais, organizações de assistência social, entidades de educação e ensino e instituições de fins filantrópicos, desde que enquadrados na Lei nº 3.577, de 4 de julho de 1959.

Art. 3º Os acordos com Municipalidades estipularão que elas se obriguem a destinar anualmente, como parcela da liquidação dos débitos de que trata esta Lei, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) da quota do Imposto de Renda que lhes competir nos termos do art. 15, § 4º da Constituição Federal.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda, à vista do acordo, reterá a parcela convencionada, depositando-a imediatamente no Banco do Brasil Sociedade Anônima à conta do Instituto interessado.

Art. 4º Serão objeto dos acordos os débitos apurados até o mês imediatamente anterior à data da respectiva assinatura, inclusive as dívidas já ajuizadas.

Art. 5º Não se aplicam, em qualquer hipótese, aos débitos que venham a ocorrer após a assinatura dos acordos, as formas especiais e demais exceções constantes desta Lei, incidindo sobre tais débitos a legislação e normas comuns e gerais que regem a espécie.

Art. 6º Vencida uma parcela, e não paga até o vencimento da parcela seguinte, considerar-se-á vencida a dívida global e rescindido, de pleno direito, o acordo de parcelamento.

Art. 7º Para o efeito do disposto nesta Lei, consideram-se débito as importâncias correspondentes:

I — às contribuições de previdência;

II — às dívidas relativas a contribuições devidas a terceiros;

III — às consignações de segurados devidas;

IV — às taxas que têm a denominação genérica de "quota de previdência";

V — a quaisquer outras dívidas de qualquer natureza para com os Institutos de Previdência;

VI — aos juros de mora e aos vencidos que incidem sobre o débito.

Parágrafo único. Os débitos terão isenção das multas e da aplicação da correção monetária de que trata a Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Art. 8º Em casos especiais o pagamento do débito poderá ser feito, total ou parcialmente, em imóveis, títulos da dívida pública, ações de sociedades de economia mista, carta de

crédito ou outro documento hábil emitido por estabelecimento oficial de crédito que tenha deferido ao titular do débito algum financiamento.

Art. 9º Excetuadas as entidades referidas nos arts. 1º e 2º desta Lei, todo e qualquer débito para com a Previdência Social, em valor global de até Cr\$ 600.000 (seiscentos mil cruzeiros), mesmo aqueles a que se referem as alíneas "a" e "c" do § 8º do art. 7º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, poderá ser liquidado em 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, a partir do mês subsequente à promulgação desta Lei, com isenção das multas e da aplicação da correção monetária.

Art. 10. O Poder Executivo expedirá, dentro de 30 (trinta) dias a partir da vigência desta Lei, o respectivo regulamento.

Art. 11. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.152 — DE 21 DE OUTUBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Universidade do Maranhão, que se regerá por estatutos aprovados por decreto do Presidente da República, depois de homologados pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 2º A Fundação será uma entidade autônoma e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados os Estatutos e o decreto que os aprovar, e será dirigida por um Conselho Diretor.

Art. 3º A Fundação terá por objetivo implantar, progressivamente, a Universidade do Maranhão, instituição de ensino superior, de pesquisa e de estudo em todos os ramos do saber, visando, imediatamente, a contribuir para a solução de problemas regionais de natureza econômica, social e cultural.

Art. 4º Organizada a Fundação Universidade do Maranhão, e empossado seu primeiro Conselho Diretor, ficam revogados os efeitos do Decreto nº 50.832, de 22 de junho de 1961, e, consequentemente, extinta a Universidade do Maranhão, mantida pela Sociedade Maranhense de Cultura Superior.

Art. 5º O patrimônio da Fundação Universidade do Maranhão será constituído:

I — pelos bens de propriedade da União que, na data da publicação desta Lei, integram os patrimônios da Faculdade de Direito de São Luiz do Maranhão e da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luiz do Maranhão, federalizadas de conformidade com o item II do art. 3º da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, compreendendo imóveis, móveis e instalações, veículos e semoventes;

II — pelos bens móveis e imóveis pertencentes à Universidade Católica do Maranhão e que, na data da publicação desta Lei, estiverem sendo utilizados pelas Escolas integrantes da referida Universidade, ora incorporadas à Fundação;

III — pelos bens e direitos que, no ato constitutivo da Fundação, forem oferecidos por outras entidades e pessoas interessadas nos seus objetivos; e

IV — pelas doações e subvenções que lhe venham a ser feitas pela União, por Estados, por Municípios e por quaisquer entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras.

Art. 6º Para auxiliar a manutenção da Fundação, a lei orçamentária federal consignará, anualmente, recursos sob a forma de dotação global.

Art. 7º A Fundação será administrada por um Conselho Diretor, composto de 6 (seis) membros e 2 (dois) suplentes escolhidos entre pessoas de ilibada reputação e notória competência, e se renovará, cada 2 (dois) anos, pela sua metade.

§ 1º O Conselho Diretor elegerá entre os seus membros o Presidente da Fundação.

§ 2º De uma lista triplice apresentada pelo Conselho Universitário, de pessoas de ilibada reputação e notória competência, o Conselho Diretor elegerá o Reitor, cujas funções serão executivas e didáticas e definidas nos Estatutos da Universidade.

§ 3º Os membros do Conselho Diretor exercerão mandato por 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 4º Os membros e suplentes do Conselho Diretor serão escolhidos pelo Presidente da República, obedecendo o seguinte critério:

a) 2 (dois) de listas triplices apresentadas pela Sociedade Maranhense de Cultura Superior;

b) 2 (dois) de listas triplices apresentadas pelas congregações da Faculdade de Direito de São Luiz do Maranhão e da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luiz do Maranhão;

c) 2 (dois) de livre escolha do Presidente da República.

§ 5º Os suplentes serão escolhidos pelo Presidente da República das listas triplices referidas nas letras a e b do parágrafo anterior.

§ 6º Feita a escolha pelo Presidente da República, este fixará mandatos de 2 (dois) e 4 (quatro) anos para cada metade do primeiro Conselho Diretor e para os suplentes.

§ 7º A renovação do Conselho Diretor se fará por escolha e nomeação do Presidente da República, obedecendo no preenchimento das vagas, o critério previsto nas alíneas do § 4º deste artigo.

§ 8º Nenhuma medida de marcante significação na vida da Fundação ou da Universidade, tais como a aprovação do orçamento a ser apresentado ou adotado, a criação de novas unidades universitárias ou de cursos de pós-graduação e de especialização, critérios para escolha do pessoal docente, poderá ser tomada pelas autoridades dirigentes da Fundação ou da Universidade sem prévia consulta e aprovação do Conselho Diretor.

Art. 8º Passam, desde logo, a integrar a Universidade do Maranhão, criada por esta Lei, os seguintes estabelecimentos de ensino superior:

I — Faculdade de Direito de São Luiz do Maranhão (Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950);

II — Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luiz do Maranhão (Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950), que se desdobrará em Faculdade de Farmácia e Faculdade de Odontologia;

III — Faculdade de Filosofia de São Luiz do Maranhão (Decretos números 39.663, de 28 de julho de 1956, e 40.231, de 31 de outubro de 1956), integrantes da antiga Universidade do Maranhão com a denominação de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;

IV — Faculdade de Ciências Médicas do Maranhão (autorizada pelo Decreto nº 43.941, de 3 de julho de 1953), integrante da antiga Universidade do Maranhão;

V — Faculdade de Serviço Social do Maranhão (Decreto nº 39.082, de 30 de abril de 1956) e Escola de Enfermagem São Francisco de Assis (Decreto nº 40.062, de 6 de outubro de 1960), quer como agregadas, quer como incorporadas sob a administração comum da Universidade criada por esta Lei.

Art. 9º A Universidade do Maranhão gozará de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos do art. 80 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, dos seus próprios estatutos, elaborados pelo Conselho Diretor de conformidade com as disposições desta Lei, e dos Estatutos da Fundação Universidade do Maranhão, ambos homologados pelo Conselho Federal de Educação e aprovados por decretos do Presidente da República.

Parágrafo único. Os Estatutos da Universidade só poderão ser reformados pelo seu Conselho Universitário, na forma que for estabelecida, e qualquer modificação, com parecer favorável do Conselho Diretor, deverá ser aprovada por decreto do Poder Executivo, nos termos deste artigo.

Art. 10. Os Quadros do pessoal da Fundação e da Universidade terão as seguintes designações:

I — docente;

II — técnico; e

III — administrativo.

§ 1º Os contratos de pessoal da Fundação e da Universidade, das três designações acima, reger-se-ão pela

legislação do trabalho, admitindo-se a requisição, para elas, de servidores públicos ou autárquicos.

§ 2º Os quadros do pessoal da Fundação e da Universidade e o preenchimento das respectivas vagas observarão as normas da legislação em vigor.

§ 3º Na contratação do pessoal docente, serão observadas, no que couber, as disposições do Estatuto do Magistério Superior.

§ 4º Nenhum docente ou técnico poderá ser admitido sem que preceda a instalação do respectivo serviço, ressalvados os casos de admissão para organização e imediato funcionamento de um novo serviço.

§ 5º Aos atuais professores das Faculdades integrantes da Universidade Católica do Maranhão, incorporadas à Fundação, será assegurada a contratação nas cátedras que, anteriormente, regiam.

§ 6º São extintos, à medida que se vagarem, os cargos públicos federais da Faculdade de Direito de São Luiz do Maranhão e da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luiz do Maranhão, devendo então os cargos correspondentes ser providos nos termos do § 1º deste artigo.

Art. 11. O pessoal do serviço público federal, ora lotado nas duas Faculdades incorporadas à Fundação Universidade do Maranhão, passará, automaticamente, à disposição da mesma, assegurados os direitos e vantagens dos seus cargos.

Parágrafo único. ... VETADO ...

Art. 12. O Poder Executivo, por ato do Ministro de Estado da Educação e Cultura, designará um representante para os atos de constituição da Fundação Universidade do Maranhão.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Guilherme Canedo Magalhães

LEI Nº 5.153 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de um grupo diesel-elétrico inservível.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a doar à Casa Providência-Hospital Infantil e Maternidade Alzira Vargas do Amaral Peixoto, com sede em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, um grupo diesel-elétrico composto de motor diesel, marca "Chrysler", de 6 (seis) cilindros, e de um alternador, de fabricação nacional, de 25 KVA, considerado inservível pelo Serviço Nacional do Câncer do Departamento Nacional de Saúde.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei será feita mediante termo lavrado perante o Ministro de Estado dos Negócios da Saúde.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo de Britto

LEI Nº 5.154 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1966

Altera a Lei nº 4.505, de 30 de novembro de 1964, e o art. 28 da Lei nº 4.833, de 29 de novembro de 1965.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O adicional de 10% (dez por cento) sobre o imposto do selo, criado pelo artigo 28 da Lei nº 4.833, de 29 de novembro de 1965, fica elevado para 25% (vinte e cinco por cento) será cobrado até 31 de dezembro corrente ano.

Art. 2º Ficam excluídos do aumento do adicional, a que se refere esta Lei, a Alínea III o imposto incidente sobre os contratos de construção de imóveis por administração, incluído na Alínea VI, bem como as operações de que trata o inciso 2.º, da Alínea II e sua "nota" 2ª, quando se referirem a papéis emitidos no exterior sobre o País, todas constantes da Tabela do Anexo nº 1, da Lei número 4.505, de 30 de novembro de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.155 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para atender a despesas da Caixa de Crédito da Pesca.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para a Caixa de Crédito da Pesca atender a despesas com a recuperação da fábrica de gelo e frigorífico do Entrepósito Federal de Pesca do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Severo Fagundes Gomes

LEI Nº 5.156 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para atender a despesas gerais com eleições, no exercício de 1962.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para atender a despesas gerais com eleições, no exercício de 1962.

Art. 2º O crédito a que se refere a presente Lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, dispensadas as exigências do art. 43 do Código de Contabilidade da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.157 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1966

Institui o Dia do Oficial de Farmácia.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a data de 5 de setembro como o Dia do Oficial de Farmácia do Brasil.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Raymundo de Britto

LEI Nº 5.158 — DE 21 DE OUTUBRO
DE 1966

*Acrescenta parágrafo único ao artigo
263 do Código de Processo Civil.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É acrescentado o seguinte parágrafo único ao artigo 263 do Código de Processo Civil (Decreto-lei número 1.608, de 18 de setembro de 1939):

“Parágrafo único. A audiência de instrução e julgamento, uma vez publicada a designação de dia e hora para sua realização, somente poderá ser antecipada, se intimadas, pessoalmente, as partes ou seus procuradores, independentemente da publicação no órgão oficial”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO.
Carlos Medeiros Silva

LEI Nº 5.159 — DE 21 DE OUTUBRO
DE 1966

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Indústria e do Comércio, do crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), a favor do Instituto de Resseguros do Brasil, destinado a garantir as responsabilidades a serem assumidas pelo Governo Federal, no tocante ao seguro de crédito exportação, objeto da Lei número 4.678, de 16 de junho de 1965.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Indústria e do Comércio, o crédito es-

pecial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), a favor do Instituto de Resseguros do Brasil, destinado a garantir as responsabilidades a serem assumidas pelo Governo Federal, no tocante ao seguro de crédito à exportação, objeto da Lei número 4.678, de 16 de junho de 1965.

Art. 2º O crédito a que se refere a presente Lei terá vigência no corrente exercício e será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, à disposição do Instituto de Resseguros do Brasil.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Paulo Egidio Martins

LEI Nº 5.160 — DE 21 DE OUTUBRO
DE 1966.

Assegura a percepção do salário-família aos herdeiros dos militares demitidos ou expulsos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica assegurada aos herdeiros dos militares demitidos ou expulsos, amparados pelo artigo 20 e seu parágrafo único, da Lei número 3.755, de 4 de maio de 1960, a percepção do salário-família.

Art. 2º São extensivos aos herdeiros dos militares, amparados pela Lei número 5.035, de 17 de junho de 1966, os benefícios da presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Zilmar de Araripe Macedo
Ademar de Queiroz
Eduardo Gomes

LEI Nº 5.161 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1966

Autoriza a instituição da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho e dá outras providências.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma Fundação destinada à criação e manutenção de um Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, que terá por objetivo principal e genérico a realização de estudos e pesquisas pertinentes aos problemas de segurança, higiene e medicina do trabalho.

Art. 2º Poderão participar, também da instituição, manutenção e das atividades da Fundação, entidades e organismos públicos e privados, nacionais, estrangeiros e internacionais.

Art. 3º O patrimônio constitutivo da instituição da Fundação e de sua manutenção será integrado pelas importâncias em espécie e bens de qualquer natureza que para tal fim forem destinados pelos instituidores e mantenedores assim como por doações, auxílios, subvenções ou prestações de entidades públicas e privadas nacionais, estrangeiras e internacionais.

Parágrafo único. Constituem igualmente patrimônio da Fundação as rendas de qualquer natureza que esta venha a auferir da execução remunerada de serviços.

Art. 4º Os Estatutos determinarão a sede, estrutura, organização e forma de administração e de funcionamento da Fundação.

§ 1º Os Estatutos elaborados pelos instituidores, segundo projeto oferecido pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, depois de ouvido o Procurador Geral da República, serão submetidos à aprovação do Presidente da República.

§ 2º O representante do Poder Executivo na instituição da Fundação será designado pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, processando-se posteriormente, da mesma forma, tal representação nos vários órgãos que compuserem a estrutura e organização da Fundação.

Art. 5º As entidades seguradoras públicas e privadas são consideradas mantenedoras obrigatórias da Fundação, para a qual contribuirão com importância correspondente a 1% (um por cento) do valor dos prêmios, endossos, reajustes e correções pagos nos contratos de seguro contra acidentes do trabalho.

§ 1º O recolhimento das contribuições referidas neste artigo deverá realizar-se até o último dia do mês seguinte àquele em que se verificar o pagamento de tais prêmios, endossos, reajustes e correções, mediante depósito dos totais mensais na agência local ou mais próxima do Banco do Brasil S.A.

§ 2º O Banco do Brasil transferirá, automaticamente, todos os depósitos para a sua Agência-Centro da localidade de sede da Fundação, à crédito de conta especial designada 'Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene, e Medicina do Trabalho'.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Ministério do Trabalho e Previdência Social, um crédito especial de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), que será o valor da contribuição da União Federal na instituição da Fundação de que trata esta Lei.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo terá vigência pelo prazo de 3 (três) anos e a importância respectiva será depositada na conta referida no § 2º do artigo anterior, imediatamente após a publicação oficial dos Estatutos da Fundação.

Art. 7º A obrigação do recolhimento da importância a que se refere o artigo 5º terá vigência a partir do mês imediatamente posterior à publicação no "Diário Oficial da União" dos Estatutos da Fundação.

Art. 8º A Fundação gozará dos privilégios legais atribuídos às instituições de utilidade pública.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Luiz Gonzaga do N. e Silva
Octavio Buihães

LEI N.º 5.162 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunais Regionais do Trabalho das 2.ª e 4.ª Regiões, o crédito suplementar de Cr\$ 3.026.400.000 (três bilhões, vinte e seis milhões e quatrocentos mil cruzeiros), destinado a suprir insuficiências de dotações no Anexo 3 do Orçamento Geral da República.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunais Regionais do Trabalho das 2.ª e 4.ª Regiões, o crédito suplementar de Cr\$ 3.026.400.000 (três bilhões, vinte e seis milhões e quatrocentos mil cruzeiros), destinado a suprir insuficiências de dotações do Anexo 3 do Orçamento Geral da República decorrentes da extensão, ao pessoal dos mencionados Tribunais, de acordo com disposições expressas em lei, do aumento dos vencimentos e vantagens atribuídos ao pessoal da Câmara dos Deputados e do Senado Federal pelas Resoluções ns. 188/66 e 20/66, respectivamente, e assim discriminado:

I — Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região.

- 3.0.0.0 — Despesas Correntes
- 3.1.0.0 — Despesas de Custeio
- 3.1.1.0 — Pessoal
- 3.1.1.1 — Pessoal Civil

01.00 — Vencimentos e Vantagens Fixas

	Cr\$
01.01 — Vencimentos	1.323.981.900
01.07 — Gratificação pela participação em Órgão de Deliberação Coletiva	204.380.140
01.08 — Gratificação Adicional por tempo de serviço	421.627.960
	<hr/> 1.950.000.000

(um bilhão novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros);

II — Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região.

- 3.0.0.0 — Despesas Correntes
- 3.1.0.0 — Despesas de Custeio
- 3.1.1.0 — Pessoal
- 3.1.1.1 — Pessoal Civil

01.00 — Vencimentos e Vantagens Fixas

	Cr\$	Cr\$
01.01 — Vencimentos	752.507.000	
01.05 — Gratificação de Função	9.748.000	
01.08 — Gratificação Adicional por tempo de serviço (quinqüênios)	174.000.000	
01.13 — Gratificação de Representação ...	5.995.000	942.250.000
02.00 — Despesas Variáveis com Pessoal Civil		
02.03 — Substituições	95.000.000	95.000.000
3.2.0.0 — Transferências Correntes		
3.2.5.0 — Salário-Família		
01.00 — Pessoal Civil	39.000.000	
03.00 — Inativos Cíveis	150.000	39.150.000
		<hr/> 1.076.400.000

(um bilhão, setenta e seis milhões e quatrocentos mil cruzeiros).

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.163 -- DE 21 DE OUTUBRO DE 1966

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, créditos suplementares de Cr\$ 1.124.404.670, para reforço de dotações orçamentárias que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, o crédito suplementar de Cr\$ 1.124.404.670 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quatro mil, seiscentos e setenta cruzeiros), para reforço das seguintes dotações:

3.0.0.0 — Despesas Correntes			
3.1.0.0 — Despesas de Custeio			
3.1.1.0 — Pessoal			
			Cr\$
3.1.1.1 — Pessoal Civil			1.068.404.670
3.2.0.0 — Transferências Correntes			
3.2.3.0 — Inativos			
01.00 — Pessoal Civil			
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
01.01 — Proventos	35.000.000		
01.02 — Vantagens Incorporadas	21.000.000	56.000.000	1.124.404.670

Art. 2º Os referidos créditos serão registrados no Tribunal de Contas da União e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.164 — DE 21 DE OUTUBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, ao Departamento Federal de Segurança Pública, o crédito especial de..... Cr\$ 6.994.800.000 (seis bilhões noventa e noventa e quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros), para atender a despesas que menciona.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, com vigência de dois exercícios, o crédito especial de..... Cr\$ 6.994.800.000 (seis bilhões noventa e noventa e quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros), para atender às despesas de qualquer natureza decorrentes da instalação e custeio dos serviços do Departamento Federal de Segurança Pública, de que trata a Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964.

Art. 2º Do crédito ora autorizado, Cr\$ 399.514.380 (trezentos e noventa e nove milhões quinhentos e quatorze mil trezentos e oitenta cruzeiros) são destinados a atender compromissos assumidos, em 1965, com a aquisição de material de consumo e prestação de serviços de terceiros, e..... Cr\$ 167.396.732 (cento e sessenta e sete milhões trezentos e noventa e seis mil setecentos e trinta e dois cruzeiros) ao pagamento das dívidas contraídas pelo Departamento Federal de Segurança Pública em exercícios anteriores, até 31 de dezembro de 1964.

Art. 3º O crédito especial em apêço será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Octávio Bulhões

LEI Nº 5.165 — DE 21 DE OUTUBRO
DE 1966

Convalida a aplicação, até 31 de dezembro de 1964, das taxas adicionais instituídas pelo Decreto-lei número 7.632, de 12 de junho de 1945, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam convalidados, até o exercício de 1964, na conformidade da sua real aplicação, os investimentos feitos pelas estradas de ferro, com os recursos provenientes das Taxas de Melhoramentos e Renovação Patrimonial criadas pelo Decreto-lei número 7.632, de 12 de junho de 1945, observadas as disposições constantes da presente lei.

Art. 2º As estradas de ferro diretamente administradas, concedidas ou incorporadas à Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA), estas por intermédio da sua Administração Central, ficam obrigadas a apresentar ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF), dentro de 30 (trinta) dias, um quadro demonstrativo desses fundos, na forma aprovada pelo Conselho Ferroviário Nacional (CFN), compreendendo os recursos deles provenientes aplicados ou não, a partir da última tomada de contas dos referidos fundos.

Art. 3º O Conselho Ferroviário Nacional (CFN) receberá as demonstrações de aplicações dos recursos provenientes das taxas referidas, já com parecer dos órgãos técnicos e apreciação da Diretoria-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF), pronunciando-se sobre sua aprovação.

Parágrafo único. O Conselho Ferroviário Nacional (CFN) tomará as providências necessárias, se evidenciada qualquer malversação na aplicação das referidas taxas adicionais e promoverá a apuração das responsabilidades, se for o caso.

Art. 4º Os saldos provenientes da não aplicação das taxas adicionais, de que trata o art. 1º, serão recolhidos, dentro de 90 (noventa) dias, pelas estradas de ferro ao Banco Nacional

do Desenvolvimento Econômico, na qualidade de depositário legal desses recursos, e creditados em favor do Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários (FNIF), à ordem e disposição do Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF).

Parágrafo único. Dentro de 30 (trinta) dias da retificação do recolhimento dos saldos a que se refere este artigo, as estradas de ferro submeterão ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF), para a devida aprovação, pelo Conselho Ferroviário Nacional (CFN), novos programas de obras, serviços ou aquisições, com base nesses saldos.

Art. 5º De todas as obras efetuadas e materiais adquiridos por conta do Fundo de Melhoramentos (FM) e Fundo de Renovação Patrimonial (FRP) serão lavrados termos de incorporação ao patrimônio da estrada beneficiária.

Art. 6º A posterior aplicação dos recursos dessas taxas, fora dos programas aprovados pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro..... (DNEF), sujeitará a estrada à glosa de suas contas, dando-se as quantias

por não aplicadas, as quais se levantarão, como saldo, na conta das parcelas Fundo de Melhoramento (FM) e Fundo de Renovação Patrimonial (FRP) correspondentes do Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários (FNIF).

Art. 7º Os recursos provenientes dos dois fundos a que se refere a presente lei, relativos aos exercícios de 1965 e 1966, serão objeto de programas bienais especiais, elaborados pelas estradas e submetidos à aprovação do Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF), dentro de 60 (sessenta) dias da entrada em vigor desta lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 5.166 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1966

Isenta do imposto de consumo, dos direitos de importação e das taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, a maquinaria e o material técnico, sem similares de produção nacional, destinados à indústria de mapas e levantamentos aerofotogramétricos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São isentos do imposto de consumo, dos direitos de importação e das taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, a maquinaria e o material técnico, sem similares de produção nacional, destinados à indústria de mapas e levantamentos aerofotogramétricos, que sejam importados pela VASP — Aerofotogrametria S.A., bem como todas as empresas de capitais exclusivamente nacionais que operem no mesmo ramo industrial.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões.

LEI Nº 5.167 — DE 21 DE OUTUBRO
DE 1966

Dispõe sobre a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde, diretamente subordinada ao Ministro de Estado e chefiada pelo Consultor Jurídico, tem por finalidade:

I — Emitir parecer sobre questões jurídicas encaminhadas a seu estudo pelo Ministro de Estado;

II — Prestar assistência jurídica aos demais órgãos do Ministério da Saúde;

III — Cooperar com o Ministério Público nos feitos judiciais em que seja parte a União, em matéria pertinente ao Ministério da Saúde;

IV — Preparar as informações que devam ser prestadas pelo Ministro da Saúde em mandados de segurança e ações judiciais, bem como rever as informações devidas pelas demais autoridades do Ministério da Saúde;

V — Lavrar acordos, ajustes e convênios que sejam assinados, no Ministério da Saúde, pelo Ministro de Estado;

VI — Examinar e rever projetos de leis, decretos e regulamentos de iniciativa do Ministério da Saúde ou elaborar os que sejam ordenados pelo Ministro de Estado;

VII — Zelar pela fiel observância das leis, decretos e regulamentos, especialmente em matéria pertinente ao Ministério da Saúde; e

VIII — Exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Regimento.

Art. 2º Os ocupantes de cargos de Assistente Jurídico que integram ou venham a integrar o Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde serão lotados na Consultoria Jurídica.

Parágrafo único. O Consultor Jurídico poderá, quando julgar neces-

sário ou conveniente, designar Assistentes Jurídicos para ter exercício junto a outros órgãos do Ministério da Saúde, delegando-lhes competência, definida em cada caso.

Art. 3º Fica criado, na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde, o cargo isolado de Consultor Jurídico, que será provido, em comissão, por integrante efetivo do Serviço Jurídico da União ou das autarquias federais, com os vencimentos fixados em lei para os cargos de mesma denominação.

Art. 4º O Poder Executivo expedirá decretos de aprovação do Regimento da Consultoria Jurídica, de criação das correspondentes funções gratificadas e de fixação da lotação numérica do órgão.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Departamento de Administração (Órgãos Dependentes) do Ministério da Saúde, até que o Orçamento da União fixe verbas específicas.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966;
145º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo de Britto

LEI Nº 5.168 — DE 21 DE OUTUBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, a constituir a sociedade de economia mista, Companhia Brasileira de Serviços Agrícolas — COSAGRI — e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, autorizado a constituir uma empresa de economia mista, sob a forma de sociedade por ações, denominada Com-

panhia Brasileira de Serviços Agrícolas — COSAGRI — com os objetivos indicados nesta lei.

Art. 2º A Companhia Brasileira de Serviços Agrícolas — COSAGRI — como instrumento de execução da política agropecuária do Governo, em qualquer ponto do território nacional, terá por finalidade:

I — Promover, diretamente ou por meio de terceiros, a produção, a importação e o comércio de materiais e bens de capital, compreendendo usinarias, adubos, corretivos, defensivos, sementes, mudas, reprodutores, urume farpado, equipamentos e implementos agrícolas, bem como quaisquer equipamentos e instalações destinados à irrigação, armazenamento rural, beneficiamento primário e outras atividades econômicas de agricultores e criadores;

II — Prestar serviços técnicos a produtores rurais, compreendendo os levantamentos, estudos e planejamento de propriedade, a execução de serviços de mecanização agrícola, engenharia rural, combate às pragas e doenças, bem como a assistência técnica para a efetivação de planos e projetos de implantação, melhoramento, expansão e diversificação de lavouras e criações.

§ 1º No cumprimento de suas finalidades, a COSAGRI orientará e assistirá os agricultores e criadores beneficiários de seus serviços no sentido de lhes facultar as vantagens do crédito rural e de quaisquer outros mecanismos de incentivo às atividades rurais consignados nos programas de desenvolvimento do Governo.

§ 2º A COSAGRI não competirá com a iniciativa privada, devendo desenvolver suas atividades em áreas onde a mesma não venha atuando normalmente.

§ 3º A COSAGRI poderá firmar convênios e contratos com repartições, autarquias e sociedades de economia mista, de âmbito federal, estadual ou municipal, e com firmas particulares, para a efetivação de programas rurais, nos limites de suas finalidades, podendo também executá-los diretamente por meio de sua própria organização.

§ 4º Periódicamente, a COSAGRI submeterá à aprovação do Ministro da Agricultura a programação de suas atividades; na qual serão discriminados os objetivos a atender dentro das atribuições fixadas neste artigo, selecionados segundo critérios de viabilidade técnica e econômica, admitindo-

se um valor não superior a 25% do montante de dispêndios para atender a situações de emergência ou calamidade pública.

Art. 3º A COSAGRI gozará de isenção tributária federal, estadual e municipal, nos termos da letra *a* inciso IV, do art. 2º da Emenda Constitucional nº 18.

Art. 4º O capital da COSAGRI será de Cr\$ 20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros), podendo ser integralizado mediante a incorporação de bens até o limite de 80% do total.

§ 1º A União subscreverá, obrigatoriamente, no mínimo, 51% das ações de capital inicial e de todos os aumentos de capital da sociedade.

§ 2º Para a formação inicial do capital, o Ministério da Agricultura discriminará o acervo de bens e os saldos de dotações orçamentárias e extra-orçamentárias relacionados com as atividades descritas no art. 1º desta lei, que deverão ser objeto de transferência para a COSAGRI, consoante aprovação do Presidente da República.

Art. 5º Para cumprimento de suas finalidades, a COSAGRI utilizar-se-á de recursos públicos, orçamentários e extra-orçamentários, bem como poderá contratar financiamentos e empréstimos junto a entidades de crédito nacionais e estrangeiros, relacionados com projetos e programas específicos, obrigando-se a manter um regime de controle individual de cada operação financeira.

Art. 6º A COSAGRI poderá requisitar, mediante autorização expressa do Ministro da Agricultura, pessoal técnico e administrativo do Ministério da Agricultura, devendo cada ato autorizativo indicar expressamente as condições e prazo de duração.

Art. 7º A COSAGRI aplicará o regime da legislação trabalhista para todo o seu pessoal, caracterizando da mesma forma os vínculos de emprego com o pessoal do serviço público posto à sua disposição nos termos do artigo anterior.

Art. 8º Nos atos constitutivos da COSAGRI, a serem efetivados dentro de sessenta dias, o Poder Executivo será representado pelo Ministro da Agricultura.

Art. 9º O Poder Executivo, dentro do prazo de 120 dias, aprovará, em decreto, a regulamentação das atividades da COSAGRI e as normas gerais de sua programação técnico eco-

nômica, inclusive sua organização administrativa.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a promover a extinção de órgãos que desempenham atividades paralelas às da Companhia ora criada, seja de administração direta ou autárquica, acotando todas as providências no que diz respeito ao pessoal e ao acervo de bens, respeitada a legislação em vigor.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Severo Fagundes Gomes

LEI Nº 5.169 — DE 21 DE OUTUBRO
DE 1966

Isenta dos impostos de importação e consumo, e da taxa de despacho aduaneiro, equipamentos destinados à instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cinescópios de televisores.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e consumo, e da taxa de despacho aduaneiro, para os equipamentos constantes das licenças de importação números ...
DG-66/1460-2.484, DG-66/1463-2.415,
DG-66/1462-2.485, DG-66/1461-2.372,
DG-66/1464-2.230, DG-66/1465-2.020
DG-66/1466-2.619, DG-66/1467-2.673,
DG-66/1468-2.627, DG-66/1469-2.628,
DG-66/1470-2.674, DG-66/1471-2.675,
DG-66/1472-2.231, DG-66/1473-2.021,
DG-66/1474-2.449, DG-66/1475-2.295,
DG-66/1476-2.147, DG-66/2592-2.629,
e DG-66/2.000-2.676, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior, importados pela Vidros Corning Brasil Sociedade Anônima e destinados à instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cinescópios de televisores, em Suzano, São Paulo.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.170 — DE 21 DE OUTUBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 834.229.537 (oitocentos e trinta e quatro milhões, duzentos e vinte e nove mil quinhentos e trinta e sete cruzeiros), em favor da Fundação Getúlio Vargas, nos termos do § 1º do art. 4º da Lei nº 3.519, de 30 de dezembro de 1958.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$... 834.229.537 (oitocentos e trinta e quatro milhões, duzentos e vinte e nove mil quinhentos e trinta e sete cruzeiros), em favor da Fundação Getúlio Vargas, nos termos do § 1º do art. 4º da Lei nº 3.519, de 30 de dezembro de 1958.

Art. 2º A importância de que trata o artigo precedente corresponde a 6,7% (seis vírgula sete por cento) da percentagem de 10% (dez por cento), do montante da arrecadação total do imposto do selo, no exercício de 1965, deduzido o valor da dotação consignada à Fundação Getúlio Vargas no anexo do Ministério da Fazenda ao Orçamento do mesmo exercício.

Art. 3º O crédito especial em apreço, com vigência para 2 (dois) exercícios, será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.171 — DE 21 DE OUTUBRO
DE 1966

Autoriza a abertura, pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Distrito Federal, do crédito especial de Cr\$ 398.532.898 (trezentos e noventa e oito milhões, quinhentos e trinta e dois mil, oitocentos e noventa e oito cruzeiros), para pagamento de despesas referentes a exercícios anteriores.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo do Distrito Federal autorizado a abrir, pela Secretaria de Finanças, crédito especial no total de Cr\$ 398.532.898 (trezentos e noventa e oito milhões, quinhentos e trinta e dois mil, oitocentos e noventa e oito cruzeiros), para cobertura das despesas efetuadas nos exercícios de 1961, 1962, 1963, 1964 e 1965, discriminadas nos Anexos que fazem parte integrante desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura deste crédito serão obtidos na forma do item III do § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, mediante a anulação parcial, em igual valor, da seguinte dotação da Secretaria de Administração, fixada pela Lei nº 4.899, de 10 de dezembro de 1965:

30.0.00 — Despesas Correntes.

31.0.00 — Transferências Correntes.

32.5.00 — Salário Família.

32.5.01 — Salário Família dos Servidores da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Os anexos a que se refere o artigo 1º foram publicados no D. O. de 25 de outubro de 1966.

LEI Nº 5.172 — DE 25 DE
OUTUBRO DE 1966

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei regula, com fundamento na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, o sistema tributário nacional e estabelece, com fundamento no art. 5º, inciso XV, alínea b, da Constituição Federal, as normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sem prejuízo da respectiva legislação complementar, supletiva ou regulamentar.

LIVRO PRIMEIRO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

TÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 2º O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais.

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 4º A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

I — a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II — a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Art. 5º Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.

TÍTULO II

Competência Tributária

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 6º A atribuição constitucionar de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta lei.

Parágrafo único. Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencem à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do art. 18 da Constituição.

§ 1º A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

§ 2º A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.

§ 3º Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Art. 8º O não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

CAPÍTULO II

Limitações da Competência Tributária

Seção I

Disposições Gerais

Art. 9º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I — instituir ou majorar tributo sem que a lei o estabeleça,

ressalvado, quanto à majoração, o disposto nos arts. 21, 26 e 65;

II — cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda;

III — estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais;

IV — cobrar imposto sobre:

a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados na Seção II deste Capítulo;

d) papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.

§ 1º O disposto no inciso IV não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensa da prática de atos, previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§ 2º O disposto na alínea a do inciso IV aplica-se, exclusivamente, aos serviços próprios das pessoas jurídicas de direito público a que se refere este artigo, e inerentes aos seus objetivos.

Art. 10. É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município.

Art. 11. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.

Seção II

Disposições Especiais

Art. 12. O disposto na alínea a do inciso IV do art. 9º, observado o disposto nos seus §§ 1º e 2º, é extensivo às autarquias criadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, tão-somente no que

se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou elas decorrentes.

Art. 13. O disposto na alínea *a* do inciso IV do art. 9º não se aplica aos serviços públicos concedidos, cujo tratamento tributário é estabelecido pelo poder concedente, no que se refere aos tributos de sua competência, ressalvado o que dispõe o parágrafo único.

Parágrafo único. Mediante lei especial e tendo em vista o interesse comum, a União pode instituir isenção de tributos federais, estaduais e municipais para os serviços públicos que conceder, observado o disposto no § 1º do art. 9º.

Art. 14. O disposto na alínea *c* do inciso IV do art. 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I — não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

II — aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III — manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 1º Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do art. 9º, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

§ 2º Os serviços a que se refere a alínea *c* do inciso IV do art. 9º são exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades a que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

Art. 15. Somente a União, nos seguintes casos excepcionais, pode instituir empréstimos compulsórios:

I — guerra externa, ou sua iminência;

II — calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis;

III — conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.

Parágrafo único. A lei fixará obrigatoriamente o prazo do empréstimo

e as condições de seu resgate, observando, no que for aplicável, o disposto nesta lei.

TÍTULO III

Impostos

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 16. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

Art. 17. Os impostos componentes do sistema tributário nacional são exclusivamente os que constam deste Título, com as competências e limitações nele previstas.

Art. 18. Compete:

I — à União, instituir, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados e, se aqueles não forem divididos em Municípios, cumulativamente, os atribuídos a estes;

II — ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em Municípios, instituir, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios.

CAPÍTULO II

Impostos sobre o Comércio Exterior

Seção I

Imposto sobre a Importação

Art. 19. O imposto, de competência da União, sobre a importação de produtos estrangeiros tem como fato gerador a entrada destes no território nacional.

Art. 20. A base de cálculo do imposto é:

I — quando a alíquota seja específica, a unidade de medida adotada pela lei tributária;

II — quando a alíquota seja *ad valorem*, o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da importação, em uma venda em condições de livre concorrência, para entrega no porto ou lugar de entrada do produto no País;

III — quando se trate de produto apreendido ou abandonado, levado a leilão, o preço da arrematação.

Art. 21. O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto, a fim de ajustá-lo aos objetivos da política cambial e do comércio exterior.

Art. 22. Contribuinte do imposto é:

I — o importador ou quem a lei a ele equiparar;

II — o arrematante de produtos apreendidos ou abandonados.

Seção II

Imposto sobre a Exportação

Art. 23. O imposto, de competência da União, sobre a exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados tem como fato gerador a saída destes do território nacional.

Art. 24. A base de cálculo do imposto é:

I — quando a alíquota seja específica, a unidade de medida adotada pela lei tributária;

II — quando a alíquota seja *ad valorem*, o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da exportação, em uma venda em condições de livre concorrência.

Parágrafo único. Para os efeitos do inciso II, considera-se a entrega como efetuada no porto ou lugar da saída do produto, deduzidos os tributos diretamente incidentes sobre a operação de exportação e, nas vendas efetuadas a prazo superior aos correntes no mercado internacional, o custo do financiamento.

Art. 25. A lei pode adotar como base de cálculo a parcela do valor ou do preço, referidos no artigo anterior, excedente de valor básico, fixado de acordo com os critérios e dentro dos limites por ela estabelecidos.

Art. 26. O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto, a fim de ajustá-los aos objetivos da política cambial e do comércio exterior.

Art. 27. Contribuinte do imposto é o exportador ou quem a lei a ele equiparar.

Art. 28. A receita líquida do imposto destina-se à formação de reservas monetárias, na forma da lei.

CAPÍTULO III

Impostos sobre o Patrimônio e a Renda

Seção I

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

Art. 29. O imposto, de competência da União, sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localizado fora da zona urbana do Município.

Art. 30. A base do cálculo do imposto é o valor fundiário.

Art. 31. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Seção II

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I — meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II — abastecimento de água;

III — sistema de esgotos sanitários;

IV — rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V — escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

Art. 33. A base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

Parágrafo único. Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Art. 34. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Seção III

Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos

Art. 35. O imposto, de competência dos Estados, sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos tem como fato gerador:

I — a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil;

II — a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

III — a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos I e II.

Parágrafo único. Nas transmissões *causa mortis*, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos sejam os herdeiros ou legatários.

Art. 36. Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos no artigo anterior:

I — quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

II — quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.

Parágrafo único. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

Art. 37. O disposto no artigo anterior não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

§ 1º Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida neste artigo quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas neste artigo.

§ 2º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 3º Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Art. 38. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos.

Art. 39. A alíquota do imposto não excederá os limites fixados em resolução do Senado Federal, que distinguirá, para efeito de aplicação de alíquota mais baixa, as transmissões que atendam à política nacional de habitação.

Art. 40. O montante do imposto é dedutível do devido à União, a título do imposto de que trata o art. 43, sobre o provento decorrente da mesma transmissão.

Art. 41. O imposto compete ao Estado da situação do imóvel transmitido, ou sobre que versarem os direitos cedidos, mesmo que a mutação patrimonial decorra de sucessão aberta no estrangeiro.

Art. 42. Contribuinte do imposto é qualquer das partes na operação tributada, como dispuser a lei.

Seção IV

Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza

Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I — de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II — de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

Art. 44. A base de cálculo do imposto é o montante, real, arbitrado ou presumido, da renda ou dos proventos tributáveis.

Art. 45. Contribuinte do imposto é o titular da disponibilidade a que se refere o artigo 43, sem prejuízo de atribuir a lei essa condição ao possuidor, a qualquer título, dos bens produtores de renda ou dos proventos tributáveis.

Parágrafo único. A lei pode atribuir a fonte pagadora da renda ou dos proventos tributáveis a condição de responsável pelo imposto cuja retenção e recolhimento lhe caibam.

CAPÍTULO IV

Impostos sobre a Produção e a Circulação

Seção I

Imposto sobre Produtos Industrializados

Art. 46. O imposto, de competência da União, sobre produtos industrializados tem como fato gerador:

I — o seu desembaraço aduaneiro, quando de procedência estrangeira;

II — a sua saída dos estabelecimentos a que se refere o parágrafo único do art. 51;

III — a sua arrematação, quando apreendido ou abandonado e levado a leilão.

Parágrafo único. Para os efeitos deste imposto, considera-se industrializado o produto que tenha sido submetido a qualquer operação que lhe modifique a natureza ou a finalidade, ou o aperfeiçoe para o consumo.

Art. 47. A base de cálculo do imposto é:

I — no caso do inciso I do artigo anterior, o preço normal, como determinado no inciso II do art. 20, acrescido do montante:

a) do imposto sobre a importação;

b) das taxas exigidas para entrada do produto no País;

c) dos encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador ou dele exigíveis;

II — no caso do inciso II do artigo anterior:

a) o valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria;

b) na falta do valor a que se refere a alínea anterior, o preço corrente da mercadoria, ou sua similar, no mercado atacadista da praça do remetente;

III — no caso do inciso III do artigo anterior, o preço da arrematação.

Art. 48. O imposto é seletivo em função da essencialidade dos produtos.

Art. 49. O imposto é não-cumulativo, dispondo a lei de forma que o montante devido resulte da diferença a maior, em determinado período, entre o imposto referente aos produtos saídos do estabelecimento e o pago relativamente aos produtos nele entrados.

Parágrafo único. O saldo verificado, em determinado período, em favor do contribuinte transfere-se para o período ou períodos seguintes.

Art. 50. Os produtos sujeitos ao imposto, quando remetidos de um para outro Estado, ou do ou para o Distrito Federal, serão acompanhados de nota fiscal de modelo especial, emitida em séries próprias e contendo, além dos elementos neces-

sários ao contrôlle fiscal, 'os dados indispensáveis à elaboração da estatística do comércio por cabotagem e demais vias internas.

Art. 51. Contribuinte do impôsto é:

I — o importador ou quem a lei a êle equiparar;

II — o industrial ou quem a lei a êle equiparar;

III — o comerciante de produtos sujeitos ao impôsto, que os forneça aos contribuintes definidos no inciso anterior;

IV — o arrematante de produtos apreendidos ou abandonados, levados a leilão.

Parágrafo único. Para os efeitos d'êste impôsto, considera-se contribuinte autônomo qualquer estabelecimento de importador, industrial, comerciante ou arrematante.

Seção II.

Impôsto Estadual sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias

Art. 52. O impôsto, de competência dos Estados, sobre operações relativas à circulação de mercadorias tem como fato gerador a saída destas de estabelecimentos comercial, industrial ou produtor.

§ 1º Equipara-se a saída a transmissão da propriedade de mercadoria, quando esta não transitar pelo estabelecimento do transmitente.

§ 2º Quando a mercadoria seja transferida para armazem-geral, no mesmo Estado, a saída considera-se ocorrida no lugar do estabelecimento remetente:

I — no momento da retirada da mercadoria do armazem, salvo se para retornar ao estabelecimento da origem;

II — no momento da transmissão da propriedade da mercadoria.

§ 3º O impôsto não incide:

I — sobre a saída decorrente da venda a varejo, diretamente a consumidor, de gêneros de primeira necessidade, definidos como tais por ato do Poder Executivo estadual;

II — sobre a alienação fiduciária, em garantia;

III — VETADO.

§ 4º VETADO.

Art. 53. A base de cálculo do impôsto é:

I — o valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria;

II — na falta do valor a que se refere o inciso anterior, o preço corrente da mercadoria, ou sua similar, no mercado atacadista da praça do remetente.

§ 1º O montante do impôsto de que trata o artigo 48 não integra a base de cálculo definida neste artigo:

I — quando a operação constitua fato gerador de ambos os tributos, como definido nos arts. 46 e 52;

II — em relação a produtos sujeitos ao impôsto de que trata o artigo 46, com base de cálculo relacionada com o preço máximo de venda no varejo marcado pelo fabricante.

§ 2º Na saída para outro Estado, a base de cálculo definida neste artigo:

I — não inclui as despesas de frete e seguro;

II — não pode exceder, nas transferências para estabelecimento do proprio remetente ou seu representante, o preço de venda do estabelecimento destinatário, no momento da remessa, diminuído de 20% (vinte por cento).

§ 3º Na saída decorrente do fornecimento de mercadorias, nas operações mistas de que trata o § 2º do artigo 71, a base de cálculo será 50% (cinquenta por cento) do valor total da operação.

Art. 54. O impôsto é não-cumulativo, dispondo a lei de forma que o montante devido resulte da diferença a maior, em determinado período, entre o impôsto referente às mercadorias saídas do estabelecimento e o pago relativamente às mercadorias nêle entradas.

§ 1º O saldo verificado, em determinado período, em favor do contribuinte transfere-se para o período ou períodos seguintes.

§ 2º A lei poderá facultar aos produtores a opção pelo abatimento de uma percentagem fixa, a título do montante do impôsto pago relati-

vamente às mercadorias entradas no respectivo estabelecimento.

Art. 55. Em substituição ao sistema de que trata o artigo anterior, poderá a lei dispor que o imposto devido resulte da diferença a maior entre o montante do imposto relativo à operação a tributar e o pago na incidência anterior sobre a mesma mercadoria.

Art. 56. Para os efeitos do disposto nos arts. 54 e 55, nas remessas de mercadorias para fora do Estado, o montante do imposto relativo à operação de que decorram figurará destacadamente em nota fiscal, obedecendo, com as adaptações previstas na legislação estadual, ao modelo de que trata o art. 50.

Art. 57. A alíquota do imposto é uniforme para todas as mercadorias, não excedendo, nas saídas decorrentes de operações que as destinem a outro Estado, o limite fixado em resolução do Senado Federal.

Parágrafo único. O limite a que se refere este artigo substituirá a alíquota fixada na lei do Estado, quando esta lhe for superior.

Art. 58. Contribuinte do imposto é o comerciante, industrial ou produtor que promova a saída da mercadoria.

§ 1º Equipara-se a comerciante, industrial ou produtor qualquer pessoa, natural ou jurídica, que pratique, com habitualidade, operações relativas à circulação de mercadorias.

§ 2º A lei pode atribuir a condição de responsável:

I — ao comerciante ou industrial, quanto ao imposto devido por produtor pela saída de mercadoria a eles destinada;

II — ao industrial ou comerciante atacadista, quanto ao imposto devido por comerciante varejista, mediante acréscimo, ao preço da mercadoria a ele remetida, de percentagem não excedente de 30% (trinta por cento) que a lei estadual fixar;

III — à cooperativa de produtores, quanto ao imposto relativo às mercadorias a ela entregues por seus associados.

§ 3º. A lei pode considerar como contribuinte autônomo cada estabelecimento, permanente ou temporário,

do comerciante, industrial ou produtor, inclusive quaisquer veículos utilizados por aqueles no comércio ambulante.

Seção III

Imposto Municipal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias

Art. 59. O Município poderá cobrar o imposto a que se refere o art. 52, relativamente aos fatos geradores ocorridos em seu território.

Art. 60. A base de cálculo do imposto é o montante devido ao Estado a título do imposto de que trata o art. 52, e sua alíquota, não excedente de 30% (trinta por cento), é uniforme para todas as mercadorias.

Art. 61. O Município observará a legislação estadual relativa ao imposto de que trata o art. 52, tendo a respectiva fiscalização acesso aos livros e demais documentos fiscais nela previstos, mas não poderá impor aos contribuintes ou responsáveis obrigações acessórias, salvo nos casos em que a cobrança do imposto lhe é assegurada pelo artigo seguinte.

Parágrafo único. As infrações à legislação deste imposto poderão ser punidas pela autoridade municipal com multas não superiores a 30% (trinta por cento) do montante que resultaria da aplicação da legislação estadual a infração idêntica.

Art. 62. Ressalvado o disposto no § 3º do art. 52, é assegurada ao Município a cobrança do imposto nos casos em que da lei estadual resultar suspensão ou exclusão de créditos, assim como a antecipação ou o diferimento de incidências relativamente ao imposto de que trata aquele artigo.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas neste artigo, o Município cobrará o imposto como se a operação fôsse tributada pelo Estado.

Seção IV

Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários

Art. 63. O imposto, de competência da União, sobre operações de crédito,

dito, câmbio e seguro; e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários tem como fato gerador:

I — quanto às operações de crédito, a sua efetivação pela entrega total ou parcial do montante ou do valor que constitua o objeto da obrigação, ou sua colocação à disposição do interessado;

II — quanto às operações de câmbio, a sua efetivação pela entrega de moeda nacional ou estrangeira, ou de documento que a represente, ou sua colocação à disposição do interessado, em montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional entregue ou posta à disposição por este;

III — quanto às operações de seguro, a sua efetivação pela emissão da apólice ou do documento equivalente, ou recebimento do prêmio, na forma da lei aplicável;

IV — quanto às operações relativas a títulos e valores mobiliários, a emissão, transmissão, pagamento ou resgate destes, na forma da lei aplicável.

Parágrafo único. A incidência definida no inciso I exclui a definida no inciso IV, e reciprocamente, quanto à emissão, ao pagamento ou resgate do título representativo de uma mesma operação de crédito.

Art. 64. A base de cálculo do imposto é:

I — quanto às operações de crédito, o montante da obrigação, compreendendo o principal e os juros;

II — quanto às operações de câmbio, o respectivo montante em moeda nacional, recebido, entregue ou posto à disposição;

III — quanto às operações de seguro, o montante do prêmio;

IV — quanto às operações relativas a títulos e valores mobiliários:

- a) na emissão, o valor nominal mais o ágio, se houver;
- b) na transmissão, o preço ou o valor nominal, ou o valor da cotação em Bolsa, como determinar a lei;
- c) no pagamento ou resgate, o preço.

Art. 65. O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto, a fim

de ajustá-lo aos objetivos da política monetária.

Art. 66. Contribuinte do imposto é qualquer das partes na operação tributada, como dispuser a lei.

Art. 67. A receita líquida do imposto destina-se à formação de reservas monetárias, na forma da lei.

Seção V

Imposto sobre Serviços de Transporte e Comunicações

Art. 68. O imposto, de competência da União, sobre serviços de transportes e comunicações tem como fato gerador:

I — a prestação do serviço de transporte, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores, salvo quando o trajeto se contenha inteiramente no território de um mesmo Município;

II — a prestação do serviço de comunicações, assim se entendendo a transmissão e o recebimento, por qualquer processo, de mensagens escritas, faladas ou visuais, salvo quando os pontos de transmissão e de recebimento se situem no território de um mesmo Município e a mensagem em curso não possa ser captada fora desse território.

Art. 69. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

Art. 70. Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

Seção VI

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

Art. 71. O imposto, de competência dos Municípios, sobre serviços de qualquer natureza tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço que não configura, por si só, fato gerador de imposto de competência da União ou dos Estados.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se serviço:

I — o fornecimento de trabalho, com ou sem utilização de máquinas, ferramentas ou veículos, a usuários ou consumidores finais;

II — a locação de bens imóveis;
 III — locação de espaço em bens imóveis, a título de hospedagem ou para guarda de bens de qualquer natureza.

§ 2º As atividades a que se refere o parágrafo anterior, quando acompanhadas do fornecimento de mercadorias, serão consideradas de caráter misto para efeito de aplicação do disposto no § 4º do art. 53, salvo se a prestação do serviço constituir o seu objeto essencial e contribuir com mais de 75% (setenta e cinco por cento) da receita média mensal da atividade.

Art. 72. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço, salvo:

I — quando se trate de prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, caso em que o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço e outros fatores pertinentes, não compreendida nestes a renda proveniente da remuneração do próprio trabalho;

II — quando a prestação do serviço tenha como parte integrante operação sujeita ao imposto de que trata o art. 52, caso em que este imposto será calculado sobre 50% (cinquenta por cento) do valor total da operação.

Art. 73. Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

CAPÍTULO V

Impostos especiais

Seção I

Imposto sobre Operações Relativas a Combustíveis, Lubrificantes, Energia Elétrica e Minerais do País

Art. 74. O imposto, de competência da União, sobre operações relativas a combustíveis, lubrificantes, energia elétrica e minerais do País tem como fato gerador:

I — a produção, como definida no art. 46 e seu parágrafo único;

II — a importação, como definida no art. 19;

III — a circulação, como definida no art. 52;

IV — a distribuição, assim entendida a colocação do produto no estabe-

lecimento consumidor ou em local de venda ao público;

V — o consumo, assim entendida a venda do produto ao público.

§ 1º Para os efeitos deste imposto a energia elétrica considera-se produto industrializado.

§ 2º O imposto incide, uma só vez, sobre uma das operações previstas em cada inciso deste artigo, como dispuser a lei, e exclui quaisquer outros tributos, sejam quais forem sua natureza ou competência, incidentes sobre aquelas operações.

Art. 75. A lei observará o disposto neste Título relativamente:

I — ao imposto sobre produtos industrializados, quando a incidência seja sobre a produção ou sobre o consumo;

II — ao imposto sobre a importação, quando a incidência seja sobre essa operação;

III — ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, quando a incidência seja sobre a distribuição.

Seção II

Impostos Extraordinários

Art. 76. Na iminência ou no caso de guerra externa, a União pode instituir, temporariamente, impostos extraordinários compreendidos ou não entre os referidos nesta Lei, suprimidos, gradativamente, no prazo máximo de cinco anos, contados da celebração da paz.

TÍTULO IV

Taxas

Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo único. A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto.

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse, ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à tranqüilidade pública, ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Art. 79. Os serviços públicos a que se refere o art. 77 consideram-se:

I — utilizados pelo contribuinte:

a) efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título;

b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

II — específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas;

III — divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

Art. 80. Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito das atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios aquelas que, segundo a Constituição Federal, as Constituições dos Estados ou as Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios e a legislação correlatas compatível, competem a cada uma dessas pessoas de direito público

TÍTULO V

Contribuição de Melhoria

Art. 81. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada

e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 82. A lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos:

I — publicação prévia dos seguintes elementos:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento do custo da obra;
- c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
- d) delimitação da zona beneficiada;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

II — fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior;

III — regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

§ 1º A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere a alínea c, do inciso I, pelos imóveis situados na zona beneficiada, em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

TÍTULO VI

Distribuições de Receitas Tributárias

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Art. 83. Sem prejuízo das demais disposições deste Título, os Estados e Municípios que celebrem com a União convênios destinados a assegurar ampla e eficiente coordenação dos respectivos programas de investimentos e serviços públicos, especialmente no campo da política tributária, poderão participar de até 10% (dez por cento) da arrecadação efetuada, nos respectivos territórios, proveniente do im-

impôsto referido no art. 43, incidente sobre o rendimento das pessoas físicas, e no art. 46, excluído o incidente sobre o fumo e bebidas alcoólicas.

Parágrafo único. O processo das distribuições previstas neste artigo será regulado nos convênios nele referidos.

Art. 84. A lei federal pode cometer aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios o encargo de arrecadar os impostos de competência da União cujo produto lhes seja distribuído no todo ou em parte.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à arrecadação dos impostos de competência dos Estados, cujo produto estes venham a distribuir, no todo ou em parte, aos respectivos Municípios.

CAPÍTULO II

Impôsto sobre a Propriedade Territorial Rural e sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza

Art. 85. Serão distribuídos pela União:

I — aos Municípios da localização dos imóveis, o produto da arrecadação do impôsto a que se refere o artigo 29;

II — aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, o produto da arrecadação, na fonte, do impôsto a que se refere o art. 43, incidente sobre a renda das obrigações de sua dívida pública e sobre os proventos dos seus servidores e dos de suas autarquias.

§ 1º Independentemente de ordem das autoridades superiores e sob pena de demissão, as autoridades arrecadoras dos impostos a que se refere este artigo farão entrega, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, das importâncias recebidas, à medida que forem sendo arrecadadas, em prazo não superior a 30 (trinta) dias; a contar da data de cada recolhimento.

§ 2º A lei poderá autorizar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a incorporar definitivamente à sua receita o produto da arrecadação do impôsto a que se refere o inciso II, estipulando as obrigações acessórias a serem cumpridas por aqueles no interesse da arrecadação, pela União, do

impôsto a ela devido pelos titulares da renda ou dos proventos tributados.

§ 3º A lei poderá dispor que uma parcela, não superior a 20% (vinte por cento), do impôsto de que trata o inciso I seja destinada ao custeio do respectivo serviço de lançamento e arrecadação.

CAPÍTULO III

Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios

Seção I

Constituição dos Fundos

Art. 86. Do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 43 e 46, 80% (oitenta por cento) constituem receita da União e o restante será distribuído à razão de 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.

Parágrafo único. Para cálculo da percentagem destinada aos Fundos de Participação, exclui-se do produto da arrecadação do impôsto a que se refere o art. 43 a parcela distribuída nos termos do inciso II do artigo anterior.

Art. 87 — O Banco do Brasil S.A., à medida em que fôr recebendo as comunicações do recolhimento dos impostos a que se refere o artigo anterior, para escrituração na conta "Receita da União", efetuará automaticamente o destaque de 20% (vinte por cento), que creditará, em partes iguais, ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.

Parágrafo único. Os totais relativos a cada impôsto, creditados mensalmente a cada um dos Fundos, serão comunicados pelo Banco do Brasil S.A. ao Tribunal de Contas da União até o último dia útil do mês subsequente.

Seção II

Critério de Distribuição do Fundo de Participação dos Estados

Art. 88. O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a

que se refere o art. 86, será distribuído da seguinte forma:

I — 5% (cinco por cento), proporcionalmente à superfície de cada entidade participante;

II — 95% (noventa e cinco por cento), proporcionalmente ao coeficiente individual de participação, resultante do produto do fator representativo da população pelo fator representativo do inverso da renda *per capita*, de cada entidade participante, como definidos nos artigos seguintes.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, consideram-se:

I — a superfície territorial apurada e a população estimada, quanto a cada entidade participante, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

II — a renda *per capita*, relativa a cada entidade participante, no último ano para o qual existam estimativas efetuadas pela Fundação Getúlio Vargas.

Art. 89. O fator representativo da população a que se refere o inciso II do artigo anterior, será estabelecido da seguinte forma:

Percentagem que a população da entidade participante, representa da população total do País:

	Fator
I — Até 2%	2,0
II — Acima de 2% até 5%	
a) Pelos primeiros 2% ..	2,5
b) Para cada 0,3% ou fração excedente, mais ...	0,3
III — Acima de 5% até 10%:	
a) Pelos primeiros 5% ..	5,0
b) Para cada 0,5% ou fração excedente, mais	0,5
IV — Acima de 10%	10,0

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se como a população total do País a soma das populações estimadas a que se refere o inciso I do parágrafo único do artigo anterior.

Art. 90. O fator representativo do inverso da renda *per capita*, a que se refere o inciso II do art. 88, será estabelecido da seguinte forma:

Inverso do índice relativo à renda *per capita* da entidade participante;

	Fator
Até 0,0045	0,4
Acima de 0,0045 até 0,0055 ..	0,5
Acima de 0,0055 até 0,0065 ..	0,6
Acima de 0,0065 até 0,0075 ..	0,7
Acima de 0,0075 até 0,0085 ..	0,8
Acima de 0,0085 até 0,0095 ..	0,9
Acima de 0,0095 até 0,0110 ...	1,0
Acima de 0,0110 até 0,0130 ..	1,2
Acima de 0,0130 até 0,0150 ..	1,4
Acima de 0,0150 até 0,0170 ..	1,6
Acima de 0,0170 até 0,0190 ..	1,8
Acima de 0,0190 até 0,0220 ..	2,0
Acima de 0,0220	2,5

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, determina-se o índice relativo à renda *per capita* da cada entidade participante, tomando-se como 100 (cem) a renda *per capita* média do País:

Seção III

Critério de Distribuição do Fundo de Participação dos Municípios

Art. 91. A distribuição do Fundo de Participação dos Municípios, a que se refere o art. 86, far-se-á atribuindo, a cada Município, um coeficiente individual de participação, estabelecido da seguinte forma:

Categoria do Município segundo seu número de habitantes:

	Coeficiente
I — Até 10.000, para cada 2.000 ou fração excedente	0,2
II — Acima de 10.000 até 20.000:	
a) Pelos primeiros 10.000	1,0
b) Para cada 4.000 ou fração excedente, mais	0,2
III — Acima de 20.000 até 60.000:	
a) Pelos primeiros 20.000	2,0
b) Para cada 6.000 ou fração excedente, mais	0,2
IV — Acima de 60.000 até 100.000:	
a) Pelos primeiros 60.000	3,0
b) Para cada 8.000 ou fração excedente, mais	0,2
V — Acima de 100.000 ...	4,0

§ 1º Para os efeitos d'êste artigo, consideram-se os Municípios regularmente instalados até 31 de julho dos anos de milésimos 0 (zero) e 5 (cinco), atribuindo-se a cada Município instalado nos anos intermediários uma parcela deduzida das quotas dos Municípios de que se desmembrarem calculada proporcionalmente ao número de habitantes das áreas a elle incorporadas.

§ 2º Os limites das faixas de números de habitantes previstas neste artigo serão reajustados sempre que, por meio de recenseamento demográfico geral, seja conhecida oficialmente a população total de País, estabelecendo-se os novos limites na proporção do aumento percentual daquela população, por referência ao recenseamento de 1930.

§ 3º Aos Municípios resultantes da fusão de outras unidades será atribuída quota equivalente à soma das quotas individuais dessas unidades até que se opere a revisão nos anos de milésimos 0 (zero) e 5 (cinco).

Seção IV

Cálculo e Pagamento das Quotas Estaduais e Municipais

Art. 92. Até o último dia útil de cada exercício, o Tribunal de Contas da União comunicará ao Banco do Brasil S.A. os coeficientes individuais de participação de cada Estado e do Distrito Federal, calculados na forma do disposto no art. 88, e de cada Município, calculados na forma do disposto no art. 91, que prevalecerão para todo o exercício subsequente.

Art. 93. — Até o último dia útil de cada mês, o Banco do Brasil S. A. creditará a cada Estado, ao Distrito Federal e a cada Município as quotas a elles devidas, em parcelas distintas para cada um dos impostos a que se refere o art. 86, calculadas com base nos totais creditados ao Fundo correspondente, no mês anterior.

§ 1º Os créditos determinados por este artigo serão efetuados em contas especiais, abertas automaticamente pelo Banco do Brasil S.A., em sua agência na Capital de cada Estado, no Distrito Federal e na sede de cada Município, ou, em sua falta, na agência mais próxima.

§ 2º O cumprimento do disposto neste artigo será comunicado pelo Banco do Brasil S.A. ao Tribunal de Contas da União, discriminadamente, até o último dia útil do mês subsequente.

Seção V

Comprovação da Aplicação das Quotas Estaduais e Municipais

Art. 94. — Do total recebido nos termos d'êste Capítulo, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão obrigatoriamente 50% (cinquenta por cento), pelo menos, ao seu orçamento de despesas de capital, como definidas em lei de normas gerais de direito financeiro.

§ 1º Para comprovação do cumprimento do disposto neste artigo, as pessoas jurídicas de direito público nelle referidas remeterão ao Tribunal de Contas da União:

I — cópia autêntica da parte pertinente das contas do Poder Executivo, relativas ao exercício anterior;

II — cópia autêntica do ato de aprovação, pelo Poder Legislativo, das contas a que se refere o inciso anterior;

III — prova da observância dos requisitos aplicáveis, previstos, em lei de normas gerais de direito financeiro, relativamente ao orçamento e aos balanços do exercício anterior.

§ 2º O Tribunal de Contas da União poderá suspender o pagamento das distribuições previstas no artigo 88, nos casos:

I — de ausência ou vício da comprovação a que se refere o parágrafo anterior;

II — de falta de cumprimento ou cumprimento incorreto do disposto neste artigo, apurados diretamente ou por diligência determinada às suas Delegações nos Estados, mesmo que tenha sido apresentada a comprovação a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3º A sanção prevista no parágrafo anterior subsistirá até comprovação, a juízo do Tribunal, de ter sido sanada a falta que determinou sua imposição, e não produzirá efeitos quanto à responsabilidade civil, penal ou administrativa do Governador ou Prefeito.

CAPÍTULO IV

Imposto sobre Operações Relativas a Combustíveis, Lubrificantes, Energia Elétrica e Minerais do País

Art. 95. Do produto da arrecadação do imposto a que se refere o artigo 74 serão distribuídas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios 60% (sessenta por cento) do que incidir sobre operações relativas a combustíveis, lubrificantes e energia elétrica, e 90% (noventa por cento) do que incidir sobre operações relativas a minerais do País.

Parágrafo único. A distribuição prevista neste artigo será regulada em resolução do Senado Federal, proporcionalmente à superfície, à produção e ao consumo, nos respectivos territórios, dos produtos a que se refere o imposto.

LIVRO SEGUNDO

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TÍTULO I

Legislação Tributária

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Seção I

Disposição Preliminar

Art. 96. A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

Seção II

Leis, Tratados e Convenções Internacionais e Decretos

Art. 97. Somente a lei pode estabelecer:

I — a instituição de tributos, ou a sua extinção;

II — a majoração de tributos, ou sua redução, ressalvado o disposto nos arts. 21, 26, 39, 57 e 65;

III — a definição do fato gerador da obrigação tributária principal,

ressalvado o disposto no inciso I do § 3º do art. 52, e do seu sujeito passivo;

IV — a fixação da alíquota do tributo e da sua base de cálculo, ressalvado o disposto nos arts. 21, 26, 39, 57 e 65;

V — a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI — as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.

§ 1º Equipara-se à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso.

§ 2º Não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso II deste artigo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

Art. 98. Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevinham.

Art. 99. O conteúdo e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas nesta lei.

Seção III

Normas Complementares

Art. 100. São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos:

I — os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II — as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;

III — as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;

IV — os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Parágrafo único. A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.

CAPÍTULO II

Vigência da Legislação Tributária

Art. 101. A vigência, no espaço e no tempo, da legislação tributária rege-se pelas disposições legais aplicáveis às normas jurídicas em geral, ressalvado o previsto neste Capítulo.

Art. 102. A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.

Art. 103. Salvo disposição em contrário, entram em vigor:

I — os atos administrativos a que se refere o inciso I do art. 100, na data da sua publicação;

II — as decisões a que se refere o inciso II do art. 100, quanto a seus efeitos normativos, 30 (trinta) dias após a data da sua publicação;

III — os convênios a que se refere o inciso IV do art. 100, na data nelles prevista.

Art. 104. Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda;

I — que instituem ou majoram tais impostos;

II — que definem novas hipóteses de incidência;

III — que extinguem ou reduzem isenções, salvo se a lei dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte, e observado o disposto no artigo 178.

CAPÍTULO III

Aplicação da Legislação Tributária

Art. 105. A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início mas não esteja completa nos termos do artigo 116.

Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

I — em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluf-

da a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

II — tratando-se de ato não definitivamente julgado:

a) quando deixe de defini-lo como infração;

b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

CAPÍTULO IV

Interpretação e Integração da Legislação Tributária

Art. 107. A legislação tributária será interpretada conforme o disposto neste Capítulo.

Art. 108. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

I — a analogia;

II — os princípios gerais de direito tributário;

III — os princípios gerais de direito público;

IV — a equidade.

§ 1º O emprêgo da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

§ 2º O emprêgo da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

Art. 109. Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

Art. 110. A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

Art. 111. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

I — suspensão ou exclusão do crédito tributário;

II — outorga de isenção;

III — dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Art. 112. A lei tributária que define infrações, ou lhes comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

I — à capitulação legal do fato;

II — à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;

III — à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;

IV — à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

TÍTULO II

Obrigações Tributárias

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

CAPÍTULO II

Fato Gerador

Art. 114. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Art. 115. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 116. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

I — tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II — tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

Art. 117. Para os efeitos do inciso II do artigo anterior e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

I — sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;

II — sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

Art. 118. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

I — da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II — dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

CAPÍTULO III

Sujeito Ativo

Art. 119. Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

Art. 120. Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, sub-roga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.

CAPÍTULO IV

Sujeito Passivo

Seção I

Disposições Gerais

Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I — contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II — responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

Art. 122. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

Art. 123. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

Seção II

Solidariedade

Art. 124. São solidariamente obrigadas:

I — as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II — as pessoas expressamente designadas por lei.

Parágrafo único. A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.

Art. 125. Salvo disposição de lei em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

I — o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

II — a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um

dêles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III — a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

Seção III

Capacidade Tributária

Art. 126. A capacidade tributária passiva independe:

I — da capacidade civil das pessoas naturais;

II — de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III — de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Seção IV

Domicílio Tributário

Art. 127. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I — quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II — quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

III — quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

§ 1º Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

§ 2º A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação.

dação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

CAPÍTULO V

Responsabilidade Tributária

Seção I

Disposição Geral

Art. 128. Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

Seção II

Responsabilidade dos Sucessores

Art. 129. O disposto nesta Seção aplica-se por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos a obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 131. São pessoalmente responsáveis:

I — o adquirente ou remittente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos com inobservância do disposto no art. 191;

II — o sucessor a qualquer título e o cônjuge meiro, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;

III — o espólio, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão.

Art. 132. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Art. 133. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

I — integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II — subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Seção III

Responsabilidade de Terceiros

Art. 134. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I — os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II — os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

III — os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV — o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V — o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI — os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;

VII — os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I — as pessoas referidas no artigo anterior;

II — os mandatários, prepostos e empregados;

III — os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Seção IV

Responsabilidade por Infrações

Art. 136. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 137. A responsabilidade é pessoal ao agente:

I — quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contra-venções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II — quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III — quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:

a) das pessoas referidas no artigo 134, contra aquelas por quem respondem;

b) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

TÍTULO III

Crédito Tributário

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 139. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 140. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

CAPÍTULO II

Constituição do Crédito Tributário

Seção I

Lançamento

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador

da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 143. Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.

Art. 144. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 145. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I — impugnação do sujeito passivo;

II — recurso de ofício;

III — iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 149.

Art. 146. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetuada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

Seção II

Modalidades de lançamento

Art. 147. O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

§ 1º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

§ 2º Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Art. 148. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tenha em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissoes ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I — quando a lei assim o determine;

II — quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III — quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV — quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V — quando se comprove omissão ou inexactidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte;

VI — quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII — quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII — quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

IX — quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Art. 150 — O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§ 1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.

§ 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lança-

mento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

CAPÍTULO III

Suspensão do Crédito Tributário

Seção I

Disposições Gerais

Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I — moratória;

II — o depósito do seu montante integral;

III — as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;

IV — a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Parágrafo único — O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

Seção II

Moratória

Art. 152. A moratória somente pode ser concedida:

I — em caráter geral:

a) pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira;

b) pela União, quanto a tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, quando simultaneamente concedida quanto aos tributos de competência federal e às obrigações de direito privado;

II — em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei nas condições do inciso anterior.

Parágrafo único — A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

Art. 153. A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

- I — o prazo de duração do favor;
- II — as condições da concessão do favor em caráter individual;
- III — sendo caso:
 - a) os tributos a que se aplica;
 - b) o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e de outros a autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;
 - c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.

Art. 154. Salvo disposição de lei em contrária, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo único — A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.

Art. 155. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

- I — com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;
- II — sem imposição de penalidade, nos demais casos.

Parágrafo único — No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito; no caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

CAPÍTULO IV

Extinção do Crédito Tributário

Seção I

Modalidades de Extinção

Art. 156. Extinguem o crédito tributário:

- I — o pagamento;
- II — a compensação;
- III — a transação;
- IV — remissão;
- V — a prescrição e a decadência;
- VI — a conversão de depósito em renda;
- VII — o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no art. 150 e seus §§ 1º e 4º;
- VIII — a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do art. 164;
- IX — a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
- X — a decisão judicial passada em julgado.

Parágrafo único. A lei disporá quanto aos efeitos da extinção total ou parcial do crédito sobre a ulterior verificação da irregularidade da sua constituição, observado o disposto nos arts. 144 e 149.

Seção II

Pagamento

Art. 157. A imposição de penalidade não ilide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 158. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

- I — quando parcial, das prestações em que se decompõe;
- II — quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 159. Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o pagamento é efetuado na repartição competente do domicílio do sujeito passivo.

Art. 160. Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

Parágrafo único. A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça.

Art. 161. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária.

§ 1º Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de um por cento ao mês.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica na pendência de consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito.

Art. 162. O pagamento é efetuado:

I — em moeda corrente, cheque ou vale postal;

II — nos casos previstos em lei, em estampilha, em papel selado, ou por processo mecânico.

§ 1º A legislação tributária pode determinar as garantias exigidas para o pagamento por cheque ou vale postal, desde que não o torne impossível ou mais oneroso que o pagamento em moeda corrente.

§ 2º O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.

§ 3º O crédito pagável em estampilha considera-se extinto com a inutilização regular daquela, ressalvado o disposto no art. 160.

§ 4º A perda ou destruição da estampilha, ou o erro no pagamento por esta modalidade, não dão direito a restituição, salvo nos casos expressamente previstos na legislação tributária, ou naquelas em que o erro seja imputável à autoridade administrativa.

§ 5º O pagamento em papel selado ou por processo mecânico equipara-se ao pagamento em estampilha.

Art. 163. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do

mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecendo as seguintes regras, na ordem em que enumeradas:

I — em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária;

II — primeiramente, às contribuições de melhoria, depois às taxas e por fim aos impostos;

III — na ordem crescente dos prazos de prescrição;

IV — na ordem decrescente dos montantes.

Art. 164. A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:

I — de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II — de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;

III — de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

§ 1º A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe pagar.

§ 2º Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Seção III

Pagamento Indevido

Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o dis-

posto no § 4º do art. 162, nos seguintes casos:

I — cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II — erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III — reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 166. A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 167. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Parágrafo único. A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Art. 168. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I — nas hipóteses dos incisos I e II do art. 165, da data da extinção do crédito tributário;

II — na hipótese do inciso III do art. 165, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 169. Prescreve em dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, reconhecendo o seu curso, por metade, a partir da data da intimação válidamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública interessada.

Seção IV

Demais Modalidades de Extinção

Art. 170. A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

Parágrafo único. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, a lei determinará, para os efeitos deste artigo, a apuração do seu montante, não podendo, porém, cominar redução maior que a correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês pelo tempo a decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

Art. 171. A lei pode facultar, nas condições que estabeleça, aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária celebrar transação que, mediante concessões mútuas, importe em determinação de litígio e conseqüente extinção de crédito tributário.

Parágrafo único. A lei indicará a autoridade competente para autorizar a transação em cada caso.

Art. 172. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I — à situação econômica do sujeito passivo;

II — ao erro ou ignorância excusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;

III — à diminuta importância do crédito tributário;

IV — a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

V — a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 155.

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I — do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II — da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 174 — A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único — A prescrição se interrompe:

I — pela citação pessoal feita ao devedor;

II — pelo protesto judicial;

III — por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV — por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

CAPÍTULO V

Exclusão do Crédito Tributário

Seção I

Disposições Gerais

Art. 175 — Excluem o crédito tributário:

I — a isenção;

II — a anistia.

Parágrafo único — a exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.

Seção II

Isenção

Art. 176 — A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo único — a isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

Art. 177 — Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:

I — às taxas e às contribuições de melhoria;

II — aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Art. 178 — A isenção, salvo se concedida por prazo certo ou em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III do art. 104.

Art. 179 — A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.

§ 1º — Tratando-se de tributo lançado por período certo de tempo, o despacho referido neste artigo será renovado antes da expiração de cada período, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§ 2º — O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no art. 155.

Seção III

Anistia

Art. 180 — A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

I — aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II — salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 181 — A anistia pode ser concedida:

I — em caráter geral:

II — limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinação do montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares;

d) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa.

Art. 182 — A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

Parágrafo único — O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no art. 155.

CAPÍTULO VI

Garantias e Privilégios do Crédito Tributário

Seção I

Disposições Gerais

Art. 183 — A enumeração das garantias atribuídas neste Capítulo ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.

Parágrafo único — A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

Art. 184 — Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou

natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art. 185 — Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução.

Parágrafo único — O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados pelo devedor bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida em fase de execução.

Seção II

Preferências

Art. 186 — O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho.

Art. 187 — A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo único — O concurso de preferência sómente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

I — União;

II — Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e *pro rata*;

III — Municípios, conjuntamente e *pro rata*;

Art. 188 — São encargos da massa falida, pagáveis preferencialmente a quaisquer outros e às dívidas da massa, os créditos tributários vencidos e vincendos, exigíveis no decurso do processo de falência.

§ 1º — Contestado o crédito tributário, o juiz remeterá as partes ao processo competente, mandando reservar bens suficientes à extinção total do crédito e seus acréscidos, se a massa não puder efetuar a garan-

tia da instância por outra forma, ouvido, quanto à natureza e valor dos bens reservados, o representante da Fazenda Pública interessada.

§ 2º — O disposto neste artigo aplica-se aos processos de concordata.

Art. 189. — São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do *de cuius* ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. Contestado o crédito tributário, proceder-se-á na forma do disposto no § 1º do artigo anterior.

Art. 190. São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

Art. 191. Não será concedida concordata nem declarada a extinção das obrigações do falido, sem que o requerente faça prova da quitação de todos os tributos relativos à sua atividade mercantil.

Art. 192. Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.

Art. 193. Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou sua autarquia, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

TÍTULO IV

Administração Tributária

CAPÍTULO I

Fiscalização

Art. 194. A legislação tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará, em caráter geral, ou especifica-

mente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.

Parágrafo único — A legislação a que se refere este artigo aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

Art. 195. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exhibi-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos nelas efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 196. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.

Parágrafo único. Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado deles se entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.

Art. 197. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I — os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II — os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;

III — as empresas de administração de bens;

IV — os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V — os inventariantes;

VI — os síndicos, comissários e liquidatários;

VII — quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, officio, função, ministério, actividade ou profissão.

Parágrafo único — A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, officio, função, ministério, actividade ou profissão.

Art. 198. Sem prejuizo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão do officio, sobre a situação económica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou actividades.

Parágrafo único. Exceptuam-se do disposto neste artigo, unicamente, os casos previstos no artigo seguinte e os de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

Art. 199. A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em carácter geral ou específico, por lei ou convenio.

Art. 200. As autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxilio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embargo ou desacato no exercicio de suas funções, ou quando necessario à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure facto definido em lei como crime ou contravenção.

CAPÍTULO II

Dívida Ativa

Art. 201. Constitui dívida activa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo único — A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art. 202. O termo de inscrição da dívida activa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I — o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicilio ou a residência de um e de outros;

II — a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora accrescidos;

III — a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV — a data em que foi inscrita;

V — sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo único — A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Art. 203. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior, ou o erro a elles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 204. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo único — A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

CAPÍTULO III

Certidões Negativas

Art. 205. A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de

requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Parágrafo único — A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

Art. 206. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 207. Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

Art. 208. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.

Parágrafo único — O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 209. A expressão "Fazenda Pública", quando empregada nesta Lei sem qualificação, abrange a Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 210. Os prazos fixados nesta Lei ou na legislação tributária serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

Parágrafo único — Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 211. Incumbe ao Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda, prestar assistência técnica aos governos estaduais e municipais, com o objetivo de assegurar a uniforme aplicação da presente Lei.

Art. 212. Os Poderes Executivos federal, estaduais e municipais expedirão, por decreto, dentro de 90 (noventa) dias da entrada, em vigor desta Lei, a consolidação, em texto único, da legislação vigente, relativa a cada um dos tributos, repetindo-se esta providência até o dia 31 de janeiro de cada ano.

Art. 213. Os Estados pertencentes a uma mesma região geo-econômica celebrarão entre si convênios para o estabelecimento de alíquota uniforme para o imposto a que se refere o artigo 52.

Parágrafo único — Os Municípios de um mesmo Estado procederão igualmente, no que se refere à fixação da alíquota de que trata o art. 60.

Art. 214. O Poder Executivo promoverá a realização de convênios com os Estados, para excluir ou limitar a incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, no caso de exportação para o exterior.

Art. 215. A lei estadual pode autorizar o Poder Executivo a reajustar, no exercício de 1967, a alíquota de imposto a que se refere o art. 52, dentro de limites e segundo critérios por ela estabelecidos.

Art. 216. O Poder Executivo proporá as medidas legislativas adequadas a possibilitar, sem compressão dos investimentos previstos na proposta orçamentária de 1967, o cumprimento do disposto no artigo 21 da Emenda Constitucional nº 18, de 1965.

Art. 217. Esta Lei entrará em vigor, em todo o território nacional, no dia 1º de janeiro de 1967, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 854, de 10 de outubro de 1949.

Brasília, 25 de outubro de 1966; 145ª da Independência e 78ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Carlos Medeiros Silva

LEI Nº 5.173 — DE 27 DE OUTUBRO
DE 1966

Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

Art. 1º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a que se refere o art. 199 da Constituição da República, obedecerá às disposições da presente lei.

Art. 2º A Amazônia, para os efeitos desta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.

Art. 3º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia terá como objetivo promover o desenvolvimento auto-sustentado da economia e o bem-estar social da região amazônica, de forma harmônica e integrada na economia nacional.

Parágrafo único. O plano de que trata este artigo deverá conter:

- a) diretrizes adotadas;
- b) objetivo, descrição e custo dos programas;
- c) custo, desembolso anual e fontes de financiamento dos projetos e atividades;
- d) medidas necessárias à eficiente execução do Plano.

Art. 4º O Plano será desenvolvido com apoio na seguinte orientação básica:

- a) realização de programas de pesquisas e levantamento do potencial

econômico da Região, como base para a ação planejada a longo prazo;

- b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de polos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;

- c) concentração de recursos em áreas selecionadas em função de seu potencial e populações existentes;

- d) formação de grupos populacionais estáveis, tendente a um processo de auto-sustentação;

- e) adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;

- f) fixação de populações regionais, especialmente no que concerne às zonas de fronteiras;

- g) ordenamento da exploração das diversas espécies e essências nobres nativas da região, inclusive através da silvicultura e aumento da produtividade da economia extrativista sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável;

- h) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura como base de sustentação das populações regionais;

- i) ampliação das oportunidades de formação e treinamento de mão-de-obra e pessoal especializado necessária às exigências de desenvolvimento da região;

- j) aplicação conjunta de recursos federais constantes de programas de administração centralizada e descentralizada, ao lado de contribuições do setor privado e de fontes externas;

D) adoção de intensiva política de estímulos fiscais, creditícios e outros, com o objetivo de:

I — assegurar a elevação da taxa de reinversão na região dos recursos nela gerados;

II — atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da Região.

- m) revisão e adaptação contínua da ação federal na Região;

- n) concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisa de recursos naturais, implantação e expansão da infra-estrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis.

Art. 5º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia terá duração pluriênal, será aprovado por decreto do Poder Executivo e revisado anualmente.

Art. 6º O Orçamento da União consignará, em cada exercício, os recursos correspondentes aos encargos do Governo Federal com a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

§ 1º Os recursos destinados aos órgãos da administração centralizada e descentralizada para execução de seus programas específicos, são partes integrantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

§ 2º Os recursos destinados à realização do Plano não excluem nem substituem a atribuição de dotações próprias aos órgãos da administração centralizada e descentralizada para execução de seus programas específicos, em especial, despesa de custeio.

Art. 7º As obras e serviços constantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia terão caráter prioritário para efeito de sua execução pelos órgãos e entidades responsáveis.

Art. 8º São agentes de elaboração, controle e execução do Plano:

- a) Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);
- b) Banco da Amazônia S. A.;
- c) órgãos de administração centralizada e descentralizada do Governo Federal;
- d) outros órgãos e entidades credenciados através de contratos, convênios, ajustes e acordos.

CAPÍTULO II

Da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Art. 9º Fica criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM — entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, com sede e fóro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, com o objetivo principal de planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia.

§ 1º A SUDAM poderá instalar, onde julgar conveniente e mediante

aprovação dos órgãos próprios, escritórios regionais, que a representarão.

§ 2º A SUDAM vincula-se ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, responsável pela orientação superior da ação federal na Amazônia.

Art. 10. São atribuições da SUDAM:

a) elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e coordenar ou promover a sua execução, diretamente, ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas, inclusive sociedades de economia mista, ou através de contrato com pessoas ou entidades privadas;

b) revisar, uma vez por ano, o Plano mencionado no item anterior e avaliar os resultados da sua execução;

c) coordenar as atividades dos órgãos e entidades federais e supervisionar a elaboração dos seus programas anuais de trabalho;

d) coordenar a elaboração e a execução dos programas e projetos de interesse para o desenvolvimento econômico da Amazônia a cargo de outros órgãos ou entidades federais;

e) prestar assistência técnica a entidades públicas na elaboração ou execução de programas ou projetos considerados prioritários para o desenvolvimento regional, a critério da SUDAM;

f) coordenar programas de assistência técnica nacional, estrangeira ou internacional, a órgãos ou entidades federais;

g) fiscalizar a elaboração e a execução dos programas e projetos integrantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia ou de interesse para o desenvolvimento econômico da região a cargo de outros órgãos ou entidades federais;

h) fiscalizar o emprego dos recursos financeiros destinados ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, inclusive mediante o confronto de obras e serviços realizados com os documentos comprobatórios das respectivas despesas;

i) julgar da prioridade dos projetos ou empreendimentos privados, de interesse para o desenvolvimento econômico da Região visando à concessão de benefícios fiscais ou de colaboração financeira, na forma da legislação vigente;

j) sugerir, relativamente à Amazônia, as providências necessárias à criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos ou entidades, tendo em vista a sua capacidade ou eficiência e a sua adequação às respectivas finalidades;

l) promover e divulgar pesquisas, estudos e análises visando ao reconhecimento sistemático das potencialidades regionais;

m) praticar todos os demais atos necessários às suas funções de órgão de planejamento, promoção e coordenação do desenvolvimento econômico da Amazônia, respeitada a legislação em vigor.

Parágrafo único. Para aprovação pela SUDAM terão preferência os projetos de industrialização de matéria-prima regional.

Art. 11. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, dirigida por um Superintendente, é assim constituída:

a) Conselho de Desenvolvimento da Amazônia;

b) Conselho Técnico;

c) Unidades Administrativas.

Art. 12. O Superintendente será nomeado pelo Presidente da República por indicação do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais e demissível "ad nutum."

Parágrafo único. O Superintendente será auxiliado por um Secretário Executivo, nomeado pelo Presidente da República por indicação daquele e demissível "ad nutum".

Art. 13. Compete ao Superintendente o exercício dos poderes que a legislação lhe conferir e especialmente:

a) praticar todos os atos necessários ao bom desempenho das atribuições estabelecidas para a SUDAM;

b) elaborar o regulamento da entidade a ser aprovado pelo Poder Executivo;

c) aprovar o Regimento Interno;

d) submeter à apreciação do CODAM os planos e suas revisões anuais;

e) representar a autarquia ativa e passivamente em juízo ou fora dele.

Parágrafo único. O Secretário Executivo é o substituto eventual do Superintendente e desempenhará as

funções que por este lhe forem cometidas.

Art. 14. Compete ao Conselho de Desenvolvimento da Amazônia:

a) opinar sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e as suas revisões anuais e encaminhá-los à aprovação da autoridade competente;

b) acompanhar a execução do plano através de relatórios periódicos apresentados pelo Superintendente;

c) apreciar o orçamento-programa da autarquia;

d) recomendar a adoção de medidas tendentes a facilitar ou acelerar a execução de programas, projetos e obras relacionadas com o desenvolvimento da Amazônia;

e) aprovar o seu regimento interno.

Art. 15. O Conselho de Desenvolvimento da Amazônia se reunirá, pelo menos, uma vez em cada trimestre, na sede da SUDAM ou em outros locais da Amazônia.

§ 1º O Conselho decidirá por maioria de votos, sob a presidência de um dos seus membros, escolhidos na forma do seu regimento interno.

§ 2º Os membros do Conselho, no exercício de suas funções, perceberão uma representação diária, durante o tempo ocupado pelas reuniões ou de sua estada no local delas, fixada pelo Ministro de Estado por proposta do Superintendente.

§ 3º O Superintendente da SUDAM proverá o Conselho dos meios administrativos e financeiros necessários ao seu funcionamento.

Art. 16. O Conselho de Desenvolvimento da Amazônia é integrado pelo Superintendente da SUDAM, por um representante do Estado-Maior das Forças Armadas, um de cada Ministério Civil da República, um de cada Estado e Território integrante da Amazônia, um do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, um do Banco da Amazônia S.A., um de cada Universidade Federal da Amazônia, um representante dos empregadores e um dos empregados dos setores rural, comercial e industrial, mediante indicação das Federações estaduais e dos Territórios Federais, ou entidades que suas vezes fizer, através das Confederações Nacionais respectivas.

Parágrafo único. Os Governadores dos Estados, sempre que o desejarem, assumirão pessoalmente a representação dos respectivos Estados.

Art. 17. Compete ao Conselho Técnico:

- a) sugerir e apreciar as normas básicas de elaboração dos planos plurianuais e suas revisões anuais;
- b) apreciar e apresentar sugestões sobre o Regulamento e Regimento Interno da SUDAM;
- c) homologar a escolha de firma ou firmas auditoras a que se referem os arts. 30 e 31 da presente lei;
- d) opinar sobre as necessidades de pessoal e níveis salariais das diversas categorias ocupacionais da SUDAM;
- e) aprovar os critérios da contratação de serviços técnicos ou de natureza especializada, com terceiros;
- f) aprovar normas e critérios gerais de análise de projetos e aplicação da legislação de incentivos fiscais.
- g) aprovar relatórios mensais e anuais apresentados pelo Superintendente;
- h) aprovar balancetes mensais e balanço anual da autarquia;
- i) aprovar projetos de interesse para o desenvolvimento da Amazônia, tendo em vista a concessão de benefícios fiscais ou colaboração financeira, na forma da legislação vigente;
- j) aprovar as propostas do Superintendente, relativas à alienação de bens móveis, imóveis e ações de capital, integrantes do patrimônio da Autarquia;
- l) aprovar o orçamento da SUDAM e os programas de aplicação das dotações globais e dos recursos sem destinação prevista em lei;
- m) aprovar convênios, contratos e acordos firmados pela SUDAM e seus órgãos subordinados, quando se referirem à execução de obras.

Art. 18. O Conselho Técnico é composto do Superintendente, que o presidirá, do Secretário Executivo, do Presidente do Banco da Amazônia Sociedade Anônima, e mais 4 (quatro) membros nomeados pelo Presidente da República dentre pessoas de notório conhecimento técnico e indicados pelo Superintendente da SUDAM.

Art. 19. O Superintendente da SUDAM articular-se-á com o Ministro de Estado a que estiver vincula-

do, em todas as etapas relativas à elaboração do Plano de Valorização e suas revisões anuais, para o fim de compatibilização com a política geral do Governo no respectivo setor.

Art. 20. Constituem recursos da SUDAM:

- I — quantia não inferior a 2% (dois por cento) da renda tributária da União, dos recursos a que se refere o art. 199 da Constituição Federal;
 - II — 3% (três por cento) da renda tributária dos Estados, Territórios e Municípios da Amazônia, previstos no parágrafo único do art. 199 da Constituição Federal;
 - III — as dotações orçamentárias ou créditos adicionais que lhe sejam atribuídos;
 - IV — o produto de operações de crédito;
 - V — o produto de juros de depósitos bancários, de multas e de emolumentos, devidos à SUDAM;
 - VI — a parcela que lhe couber, do resultado líquido das empresas de que participe;
 - VII — os auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;
 - VIII — as rendas provenientes de serviços prestados;
 - IX — a sua renda patrimonial.
- Parágrafo único. Os recursos não utilizados em um exercício poderão sê-lo nos exercícios subsequentes.

Art. 21. As dotações orçamentárias e os créditos adicionais, destinados à SUDAM, serão distribuídos independentemente de prévio registro no Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Os contratos, acordos ou convênios firmados pela SUDAM independem de registro prévio no Tribunal de Contas da União.

Art. 22. A importância das dotações e créditos mencionados no artigo anterior será depositada pelo Tesouro Nacional no Banco da Amazônia S. A., à disposição da SUDAM.

§ 1º Os saldos não entregues à SUDAM até o fim do exercício serão escriturados como "Restos a Pagar."

§ 2º Os recursos provenientes de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais ou provenientes de outras fontes atribuídas à SUDAM incorpo-

rar-se-ão ao seu patrimônio, podendo os saldos ter aplicação nos exercícios subsequentes.

Art. 23. A SUDAM por proposta do Superintendente, aprovada pelo Conselho Técnico da Autarquia, poderá contrair empréstimos no País ou no exterior para acelerar ou garantir a execução de programas ou projetos integrantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

§ 1º As operações em moeda estrangeira dependerão de autorização do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º As operações de que trata este artigo poderão ser garantidas com os próprios recursos da SUDAM.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a dar garantia do Tesouro Nacional para operações de crédito externo ou interno, destinadas à realização de obras e serviços básicos previstos no Orçamento do Plano.

§ 4º A garantia de que tratam os parágrafos anteriores será concedida às operações de crédito contratadas diretamente pela SUDAM ou com sua intervenção, sempre mediante parecer fundamentado do Superintendente, aprovado pelo seu Conselho Técnico.

§ 5º As operações de crédito mencionadas neste artigo serão isentas de todos os impostos e taxas federais.

§ 6º Considera-se aplicação legal dos recursos destinados à SUDAM a amortização e o pagamento de juros relativos a operações de crédito por ela contratadas para aplicação em programas ou projetos atinentes às destinações dos mesmos recursos.

Art. 24. A SUDAM poderá cobrar emolumentos por serviços prestados a particular.

Parágrafo único. Os emolumentos de que trata este artigo serão fixados pelo Superintendente depois de aprovados pelo Conselho Técnico.

Art. 25. Os recursos da SUDAM sem destinação prevista em lei e as dotações globais que lhe sejam atribuídas serão empregados nos serviços e obras do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, de acordo com os programas de aplicação propostos pelo Superintendente e aprovados pelo Conselho Técnico.

Art. 26. Os recursos orçamentários destinados ao pagamento de subsídios, subvenções e auxílios, qualquer que seja a sua natureza ou a entidade beneficiada, somente serão entregues mediante convênio em que se estabeleça o programa de sua aplicação.

Art. 27. A SUDAM deverá depositar, obrigatoriamente, os recursos financeiros que lhe forem destinados no Banco da Amazônia S. A. enquanto não fizer aplicação desses recursos nos fins a que se destinam, salvo se no Município onde devam ser movimentados não existir agência ou escritório do referido estabelecimento bancário.

Parágrafo único. Os recursos entregues total ou parceladamente, pela SUDAM, através de convênios, aos Estados, autarquias estaduais ou sociedades de economia mista de que o Estado participe com a maioria das ações com direito a voto poderão, também, ser depositados em conta especial, em banco oficial do respectivo Estado, devendo a sua aplicação ser realizada de acordo com a programação estabelecida pela mencionada autarquia federal.

Art. 28. É a SUDAM autorizada a realizar despesas de pronto pagamento até 5 (cinco) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 29. A coordenação dos programas dos organismos federais com ação na Região Amazônica, a ser desempenhada pela SUDAM, terá por objetivo assegurar a necessária compatibilização das diferentes áreas ou setores de atuação federal entre si e com os propósitos da política nacional de desenvolvimento da Amazônia.

§ 1º Para a consecução do objetivo definido neste artigo, deverá a SUDAM manifestar-se sobre os programas e orçamentos de cada um dos organismos que atuam na Amazônia, bem como aferir suas possibilidades e necessidades e analisar os resultados da execução dos seus programas.

§ 2º O parecer da SUDAM será remetido ao Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica para consideração na elaboração da proposta orçamentária.

§ 3º O Conselho de Desenvolvimento da Amazônia traçará normas

visando a assegurar a coordenação prevista no "caput" deste artigo.

Art. 30. A SUDAM exercerá, obrigatoriamente, fiscalização técnica dos serviços e obras executados com recursos destinados ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, expedindo laudo técnico em favor do órgão ou entidade executora.

§ 1º — A fiscalização de que trata este artigo, tem por finalidade comprovar a observância das disposições pactuadas com a SUDAM, bem como dos planos, programas, projetos e especificações aprovados.

§ 2º — O laudo técnico mencionado neste artigo constitui elemento essencial à prestação de contas do responsável pelo órgão ou entidade executora dos aludidos serviços e obras.

§ 3º — O representante da União ou da SUDAM nas assembleias gerais das sociedades de economia mista que houverem recebido recursos destinados ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, sob pena de responsabilidade, somente aprovará as contas da Diretoria se delas constar o laudo técnico referido neste artigo.

§ 4º — A gestão financeira das entidades que houverem recebido recursos destinados ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia fica sujeita à fiscalização da SUDAM, que a exercerá diretamente ou mediante contrato com firma especializada de auditoria, de notória idoneidade.

Art. 31 — No controle dos atos de gestão da SUDAM será adotado, além da auditoria interna, o regime de auditoria externa independente, a ser contratada com firma ou firmas brasileiras de reconhecida idoneidade moral e técnica.

Art. 32 — A SUDAM terá completo serviço de contabilidade patrimonial, financeiro e orçamentário.

Parágrafo único. — Até o dia 30 de junho de cada ano, a SUDAM remeterá os balanços do exercício anterior ao Ministro de Estado a quem estiver vinculada, e, através deste ao Ministério da Fazenda.

Art. 33 — A SUDAM poderá alienar bens imóveis ou móveis integrantes de seu patrimônio mediante proposta do Superintendente aprovada pelo Conselho Técnico e homologada pelo Ministro de Estado.

Parágrafo único — A alienação de bens, que por sua natureza em virtude de lei, plano ou programa, forem destinados à revenda de terceiros, independe das formalidades previstas neste artigo.

Art. 34 — As cauções, que devam ser dadas à SUDAM em garantia do cumprimento de obrigações assumidas para o fornecimento de material ou prestação de serviços serão realizadas, preferentemente, ao Banco da Amazônia S. A.

Parágrafo único — A SUDAM poderá aceitar, para garantia da execução de contratos, caução real ou fidejussória que reputar idônea.

Art. 35 — Fica o Superintendente da SUDAM autorizado a dispensar licitação e contrato formal para aquisição de material, prestação de serviços, execução de obras ou locação de imóveis até 500 (quinhentas) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 36 — O Superintendente da SUDAM, na conformidade das disposições do parágrafo único do artigo 139, da Lei número 830, de 23 de setembro de 1949, apresentará ao Tribunal de Contas da União, até o dia 30 de junho de cada ano, prestação de contas correspondentes à gestão administrativa do exercício anterior.

Art. 37 — São extensivos à SUDAM os privilégios da Fazenda Pública quanto à impenhorabilidade de bens, renda ou serviços, aos prazos, cobranças de crédito, uso de ações especiais, juros e custas.

Art. 38 — A SUDAM goza da imunidade estatuida no artigo 31, item V, letra "a", da Constituição Federal, bem como de todas as isenções tributárias deferidas aos órgãos e serviços da União.

Art. 39 — A SUDAM, diretamente ou através de entidades públicas federais, estaduais ou municipais ou sociedades de economia mista de que o Poder Público detenha o controle acionário, prestará assistência ao conhecimento e aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia.

§ 1º — A assistência de que trata este artigo poderá ser prestada através de financiamento a longo prazo e juros módicos, ou através de investimento a fundo perdido na forma das normas propostas pelo Superintendente da SUDAM aprovado pelo seu Con-

selho Técnico e homologada pelo Ministro de Estado.

§ 2º — A SUDAM poderá cotrar, segundo a capacidade de pagamento do beneficiário, a indenização de despesas que efetuar na prestação dos serviços de assistência técnica.

§ 3º — O produto das operações de que trata este artigo será replicado nas mesmas finalidades nele indicadas.

Art. 40 — A SUDAM desempenhará suas funções especializadas, preferentemente através da contratação de prestação de serviços técnicos ou de natureza especializada com pessoas físicas ou jurídicas devidamente habilitadas segundo os critérios que forem aprovados pelo Conselho Técnico.

Art. 41 — A SUDAM remeterá ao Ministro de Estado cópia das resoluções adotadas pelos Conselhos da Autarquia, sem prejuízo de sua execução.

Art. 42 — A SUDAM apresentará relatórios mensais e anuais, das suas atividades ao Ministro de Estado.

Art. 43 — A SUDAM contará exclusivamente com pessoal sob o regime de legislação trabalhista, cujos níveis salariais serão fixados pelo Superintendente, com observância do mercado de trabalho, ouvido o Conselho Técnico.

Art. 44 — O Superintendente e Secretário Executivo perceberão, respectivamente 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) a mais do maior salário pago pela SUDAM aos seus servidores, de acordo com o estabelecido na presente lei.

CAPÍTULO III

Do Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia

Art. 45 — Fica criado o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia — FIDAM — que será constituído dos seguintes recursos:

a) quantia não inferior a 1% (um por cento), da Renda Tributária da União dos recursos a que se refere o artigo 199 da Constituição Federal;

b) o produto da colocação das "Obrigações da Amazônia", emitidas pelo Banco da Amazônia S. A.;

c) da receita líquida resultante de operações efetuadas com seus recursos;

d) de dotações específicas, doações, subvenções, repasses e outros;

e) dos depósitos deduzidos do Imposto de Renda, não aplicados em projetos específicos, no prazo e pela forma estabelecidos na legislação de Incentivos Fiscais em favor da Amazônia;

f) dos recursos atuais do Fundo de Fomento à Produção, criado pelo artigo 7º da Lei número 1.184, de 30 de agosto de 1950, modificado pelo artigo número 37, da Lei número 4.829, de 5 de novembro de 1965.

§ 1º — As emissões de Obrigações da Amazônia não poderão exceder, em cada exercício, de 5% (cinco por cento) da importância do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis arrecadada no exercício anterior.

§ 2º — As obrigações a que se refere o parágrafo anterior serão nominativas, intransferíveis e resgatáveis no prazo de até 10 (dez) anos, com as condições e vantagens estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 3º — O depósito da percentagem estabelecida na alínea "a" deste artigo será efetuado pelo Tesouro Nacional no Banco da Amazônia S. A., que se incumbirá de sua aplicação exclusivamente na área amazônica, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, destinando-se pelo menos 60% (sessenta por cento) desta parcela para aplicação em crédito rural, na forma da lei número 4.829, de 5 de novembro de 1965, e do artigo seguinte da presente lei.

§ 4º — A dotação prevista neste artigo, para ser distribuída independentemente de registro prévio no Tribunal de Contas da União.

Art. 46 — Os recursos do FIDAM serão aplicados na Região Amazônica pelo Banco da Amazônia S. A. diretamente ou através de repasses ou refinanciamentos por ele feitos a outras instituições financeiras, segundo programas anuais e normas estabelecidas pela SUDAM, sem prejuízo das atribuições específicas no Banco Central;

a) através de créditos à iniciativa privada para investimentos em empreendimentos declarados pela SUDAM prioritários ao desenvolvimento da Região;

b) através de financiamento à iniciativa privada para pesquisas que visem ao aproveitamento de recursos naturais e agrícolas da Região.

Parágrafo único — A concessão pelo Banco da Amazônia S. A., de financiamento para projeto de valor superior a 6.000 (seis mil) vezes o maior salário-mínimo do País, à conta dos recursos do FIDAM, fica sujeita à prévia homologação da SUDAM, sem prejuízo das atribuições do Conselho Monetário Nacional.

Art. 47 — Com exceção do disposto no presente capítulo, os recursos do Plano somente serão vinculados aos empreendimentos através do orçamento-programa da SUDAM, ficando revogadas as demais vinculações atualmente existentes.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 48 — As Unidades Administrativas terão as atribuições definidas no Regulamento Interno da entidade.

Art. 49 — Os recursos da SUDAM destinados a investimentos infra-estruturais que devam ser aplicados sob a forma de operações de créditos, embora por intermédio de órgãos públicos ou entidades controladas pelo poder público, serão repassados por instituições financeiras públicas federais ou estaduais atuantes na área.

Art. 50 — Os Estados, Territórios e Municípios da Região poderão fazer diretamente à SUDAM o recolhimento de suas contribuições ou aplicá-las, sujeito à comprovação, na realização de serviços e obras preconizadas pelo Plano mediante convênio previamente celebrado com a SUDAM.

Art. 51 — As Universidades Federais sediadas na Região integrar-se-ão ao Plano através de:

I — preparação de pessoal técnico e científico necessário ao desenvolvimento da Região;

II — realização de pesquisas e estudos que se tornem indispensáveis aos objetivos do Plano.

Parágrafo único — Nenhum recurso do Plano será consignado às Universidades, senão com destinação específica, para execução das incumbências definidas neste artigo.

Art. 52 — O disposto no artigo anterior, aplica-se, no que couber, aos

estabelecimentos de ensino que se dediquem à formação e treinamento do pessoal técnico de qualquer nível.

Art. 53 — Fica extinta a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — SPVEA — criada pela Lei número 1.806, de 6 de janeiro de 1953.

Art. 54 — Ficam incorporados ao Patrimônio da SUDAM todos os bens da SPVEA, inclusive documentos e papéis de seu arquivo.

Art. 55 — Ficam transferidos para a SUDAM todos os recursos entregues à SPVEA ou a ela destinados, inclusive os provenientes de convênios ou contratos.

§ 1º — A aplicação dos recursos de que trata este artigo poderá ser revista em programa de aplicação proposto pelo Superintendente, aprovado pelo Conselho Técnico e homologado pelo Ministro do Estado.

§ 2º — As dotações consignadas no Orçamento da União para o exercício de 1957 em favor do Fundo de Fomento da Produção, a que se refere a Lei número 1.184, de 30 de agosto de 1950, passam a fazer parte do FIDAM, a que se refere o artigo 45 da presente lei.

Art. 56 — A SUDAM deverá alienar ações e participações de capital, integrantes do seu patrimônio e oriundas do acervo da SPVEA, através da Bolsa de Valores do Estado em que for sediada a sociedade, mediante proposta do Superintendente aprovada pelo Conselho Técnico e homologada pelo Ministro do Estado.

§ 1º — A alienação das ações, referida neste artigo, poderá ser feita pelo seu valor nominal, sem a intervenção da Bolsa de Valores, se o adquirente for pessoa jurídica de direito público interno ou sociedade de economia mista em que entidade pública detenha o controle acionário.

§ 2º — Os recursos oriundos da alienação de que tratam os parágrafos anteriores serão aplicados nos programas e projetos constantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

§ 3º — Dentro do prazo máximo de 12 meses a SUDAM tornará as providências necessárias para a alienação das ações e participação de capital de que trata o "caput" deste artigo.

Art. 57 — O pessoal pertencente à extinta SPVEA poderá ser aprovei-

tado na SUDAM, uma vez verificada, em cada caso, a necessidade desse aproveitamento e a habilitação do servidor para as funções que deverá exercer.

§ 1º — O pessoal não aproveitado pela SUDAM, segundo os critérios que esta estabelecer, será relatado em outros órgãos da Administração Pública Federal, de acordo com as conveniências desta.

§ 2º — Até 31 de março de 1967, o pessoal não aproveitado continuará a ser pago pela SUDAM, caso não tenha sido relatado em outros órgãos da Administração Federal, na forma do parágrafo anterior.

Art. 58 — O servidor do órgão extinto ao ser admitido pela SUDAM passa a reger-se pela Legislação Trabalhista e será considerado, em caráter excepcional, automaticamente licenciado de sua função pública, sem vencimentos, por esta, e, em prazo não excedente a 2 (dois) anos.

Art. 59 — Até 4 (quatro) meses antes de se esgotar o prazo a que se refere o artigo anterior, o servidor da antiga SPVEA deverá declarar por escrito ao Ministro encarregado de superintender a ação federal na Amazônia, sua opção quanto à situação que preferir adotar.

§ 1º — A opção pela permanência a serviço da SUDAM significa a imediata perda da condição de servidor.

§ 2º — VETADO.

§ 3º — Esgotado o prazo de 2 (dois) anos a contar da publicação desta lei a SUDAM não poderá ter em sua lotação de servidores, pessoal algum no gozo da qualidade do funcionário público.

Art. 60 — Fica a SUDAM autorizada a reexaminar os acordos, contratos, ajustes e convênios firmados pela extinta SPVEA, a fim de ratificá-los, bem como promover a sua modificação ou seu cancelamento, em consonância com as normas desta lei.

Art. 61 — VETADO.

Art. 62 — A SUDAM far-se-á representar no Conselho de Política Aduaneira, através de um membro efetivo e um suplente, nos termos do artigo 24 da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Art. 63 — Fica revogada a Lei número 1.836, de 6 de janeiro de 1953.

Art. 64 — Esta lei entrará em vigor no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Octavio Bulhões

Guilherme Canedo Magalhães

João Gonçalves de Souza

LEI Nº 5.174 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1966

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das isenções em geral

Art. 1º. Na forma da legislação fiscal aplicável, gozarão as pessoas jurídicas, até o exercício de 1983, inclusive, de isenção do imposto de renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas, nas bases a seguir fixadas, com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e por esta considerados de interesse para o desenvolvimento da Região Amazônica, conforme normas regulamentares a serem baixadas por decreto do Poder Executivo:

1 — em 50% (cinquenta por cento) para os empreendimentos que se encontrarem efetivamente instalados à data da publicação da presente Lei;

II — em 100% (cem por cento) para os empreendimentos:

1 — que se instalarem legalmente até o fim do exercício financeiro de 1971 (mil novecentos e setenta e um);

2 — que já instalados à data da publicação da presente Lei, ainda não tiverem iniciado fase de operação;

3 — que já instalados à data da publicação da presente Lei, antes do

fim do exercício financeiro de 1971, ampliarem, modernizarem ou aumentarem o índice de industrialização de matérias-primas, colocando em operação novas instalações;

§ 1º. O valor de qualquer das isenções amparadas por este artigo deverá ser incorporado ao capital da pessoa jurídica beneficiada até o fim do exercício financeiro seguinte àquele em que tiver sido gozado o incentivo fiscal isento do pagamento de quaisquer impostos ou taxas federais e mantida em conta denominada "Fundo para Aumento de Capital" a fração do valor nominal das ações ou o valor da isenção que não possa ser comodamente distribuída entre os acionistas.

§ 2º. A falta de integralização do capital da pessoa jurídica não impedirá a capitalização prevista no parágrafo anterior.

§ 3º. O direito à isenção só incidirá sobre os resultados financeiros obtidos de estabelecimentos instalados na área de atuação da SUDAM, o que deverá ser demonstrado nos assentos contábeis da empresa, com clareza e exatidão.

§ 4º. As pessoas jurídicas que, a data da publicação da presente Lei, tiverem obtido o reconhecimento à isenção de que trata a Lei nº 4.069-B, de 12 de junho de 1962, deverão observar o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 5º. A isenção de que trata este artigo só será reconhecida pela autoridade fiscal competente e à vista de declaração emitida pela SUDAM, de que o empreendimento satisfaz as condições exigidas pela presente Lei.

§ 6º. O recebimento de ações, cotas e quinhões de capital, em decorrência de capitalização prevista neste artigo, não sofrerá a incidência do imposto de renda.

Art. 2º. As pessoas jurídicas que se dedicarem a atividades industriais, agrícolas e pecuárias, ou de serviços básicos, estabelecidos na área de atuação da SUDAM gozarão de isenção de impostos e taxas federais com relação:

I — à correção do registro contábil do valor dos bens de seu ativo imobilizado, e ao correspondente aumento de capital;

II — ao aumento de capital com recursos provenientes de reservas ou lucros em suspensão.

§ 1º. A correção e os aumentos de capital de que trata este artigo deverão ser efetivados até 1 (um) ano após a data da publicação do regulamento respectivo.

§ 2º. A correção referida neste artigo deverá ficar compreendida nos limites dos coeficientes fixados pelo Conselho Nacional de Economia.

§ 3º. Entende-se por valor do bem a importância em moeda nacional pela qual tenha sido adquirido pela firma ou sociedade, ou a importância em moeda nacional pela qual tenha sido o bem incorporado à empresa, nos casos de despesas ou valor de incorporação expressa em moeda estrangeira.

§ 4º. A conversão do valor em moeda estrangeira para moeda nacional será feita à taxa vigente na época da aquisição ou incorporação e, não sendo conhecida essa taxa, adotar-se-á a que representar a média do ano.

§ 5º. O recebimento de ações, cotas e quinhões de capital, em decorrência da capitalização prevista neste artigo, não sofrerá a incidência do imposto de renda.

Art. 3º. Para cumprimento da Lei nº 5.072, de 12 de agosto de 1966, é a SUDAM também competente para sugerir ao Conselho Monetário Nacional quais os produtos regionais que devem ser incluídos ou eliminados da lista de mercadorias sujeitas ao imposto de exportação, bem como as respectivas alíquotas.

Art. 4º. Mediante reconhecimento pela autoridade competente, definida em regulamento será isenta de quaisquer impostos e taxas, mesmo as cobradas por órgãos de administração indireta a importação de máquinas e equipamentos, destinados à Amazônia, para execução de empreendimentos declarados pela SUDAM prioritários para o desenvolvimento econômico da Região.

§ 1º. As empresas que tenham requerido ou venham a requerer à SUDAM o favor previsto neste artigo, poderão desembaraçar as máquinas ou equipamentos, importados para a efetivação de projeto em estudo,

mediante termos de responsabilidade ou prestação de fiança idônea, desde que façam prova perante a repartição aduaneira competente, de que submeteram à SUDAM o projeto acima referido e de que o processo nestas entidades se encontra em tramitação regular.

§ 2º. As pessoas físicas e jurídicas poderão também importar motores marítimos com os benefícios constantes do presente artigo, independentemente de apresentação de projeto, na forma definida em regulamento.

§ 3º. A venda de câmbio para a importação de máquinas ou equipamentos, declarada, na forma deste artigo, como prioritária, assim como a destinada à importação de motores marítimos, independência de recolhimento ou depósito de qualquer natureza que venha a constituir ônus adicional sobre o custo das divisas necessárias à importação pretendida.

§ 4º. A isenção de que trata este artigo não poderá beneficiar máquinas ou equipamentos:

a) cujos similares, no País, registrados com esse caráter, forem produzidos de maneira a atender em tempo hábil, qualitativa e quantitativamente, e de forma econômica, às necessidades da Região, reconhecida em deliberação fundamentada da SUDAM.

b) considerados pela SUDAM tecnicamente obsoletos para o fim a que se destinarem.

Art. 5º. As máquinas e equipamentos, inclusive motores marítimos, integrantes de empreendimentos ou atividades que se tenham beneficiado de quaisquer dos fatores previstos nesta Lei, não poderão ser alienados ou transferidos para serem utilizados fora da Região Amazônica.

§ 1º. Mediante solicitação justificada por parte do interessado, liquidação dos créditos oficiais recebidos, pagamentos dos impostos e taxas de cuja isenção tenha sido beneficiado, poderá a SUDAM autorizar a transferência, para fora da área amazônica, de máquinas e equipamentos, integrantes de empreendimentos e atividades contemplados com quaisquer dos favores referidos no artigo 4º da presente Lei, exclusive motores marítimos.

§ 2º. A transgressão ao disposto no parágrafo anterior submeterá os infratores, sem prejuízo da ação penal cabível:

a) no caso de máquinas e equipamentos, exclusive motores marítimos importados, ao pagamento imediato, com correção monetária, dos impostos e taxas devidos à época de seu ingresso no País, acrescido de juros de 12% a.a. e multa de 20%;

b) no caso de máquinas e equipamentos nacionais, à imediata reposição dêle, ou sua substituição por similares adequados, acrescida da multa de 20% sobre o seu valor.

c) no caso de motores marítimos a transferência para fora da região implicará na sua apreensão e sujeitará os infratores às penas cominadas para o crime de contrabando.

Art. 6º. A importação de bens doados à SUDAM, por entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais, independência de quaisquer formalidades, inclusive licença de importação, certificado de cobertura cambial e fatura comercial.

§ 1º. O disposto neste artigo aplica-se aos bens doados por organizações públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, a entidades que, sem fins lucrativos, os destinem à educação, saúde ou assistência social, reconhecido esse direito mediante atestado fornecido pela SUDAM, da existência legal da entidade na área amazônica.

§ 2º. Os bens de que trata o parágrafo anterior não poderão ser transferidos ou vendidos, a qualquer tempo, sem expressa autorização da SUDAM.

CAPÍTULO II

Das deduções tributárias para investimentos

Art. 7º. Todas as pessoas jurídicas registradas no País poderão deduzir no imposto de renda e seus adicionais:

a) até 75% (setenta e cinco por cento) do valor das obrigações que adquirirem, emitidas pelo Banco da Amazônia S. A. com o fim específico de ampliar os recursos do Fundo de que trata o artigo 11 desta Lei;

b) até 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido para inversão em projetos agrícolas, pecuá-

ricos, industriais, de agricultura e de serviços básicos que a SUDAM declare, para os fins expressos neste artigo, de interesse para o desenvolvimento da Amazônia.

§ 1º. Os serviços básicos referidos na alínea b, deste artigo são os relativos à energia, ao transporte, às comunicações, à colonização, ao turismo, à educação e à saúde pública, conforme o regulamento próprio baixado pela SUDAM.

§ 2º. Os recursos do imposto de renda e adicionais destinados a projetos relativos com os serviços de que trata o parágrafo anterior, serão empregados em caráter complementar, sem prejuízo da aplicação pelos poderes públicos responsáveis, dos recursos normalmente exigidos para a implantação e funcionamento dos referidos serviços.

§ 3º. O benefício de que trata a alínea b supra somente será concedido se o contribuinte que o pretender, ou a empresa beneficiária da aplicação, satisfizer as demais exigências desta Lei, concorrer efetivamente para o financiamento das inversões totais do projeto com recursos próprios nunca inferiores a 1/3 (um terço) do montante dos recursos oriundos deste artigo, aplicados ou reinvestidos no projeto, devendo a proporcionalidade de participação ser fixada pelo regulamento, com o reconhecimento de maior prioridade a projetos que estimulem a ocupação territorial da Amazônia e o mais intenso aproveitamento de mão-de-obra e matérias-primas regionais, assim como o fato de serem essas empresas e entidades sediadas na região.

§ 4º. Para pleitear os benefícios de que trata a alínea b deste artigo, a pessoa jurídica deverá, preliminarmente, indicar, na sua declaração de rendimentos que pretende obter os favores da presente lei, válida para esse fim, a remissão às disposições legais sobre incentivos fiscais anteriormente em vigor para a Amazônia.

§ 5º. A pessoa jurídica deverá, em seguida, depositar no Banco da Amazônia S. A. as quantias que deduzir do seu imposto de renda e adicionais em conta bloqueada, sem juros, que somente poderá ser movimentada após a aprovação de projeto específico na forma desta Lei.

§ 6º VETADO.

§ 7º. A análise dos projetos e programas que absorvam recursos dos incentivos fiscais previstos nesta lei proceder-se-á, na forma seguinte, com vistas à descentralização e delegação de atividades.

I — No caso de projetos ou programas de investimento que não exijam financiamento bancário complementar, caberá à SUDAM providenciar a respectiva análise, determinando em seguida a liberação dos fundos, podendo a SUDAM delegar a análise do projeto e programas a entidades financeiras ou técnicas, ou com elas contratar a prestação deste serviço.

II — No caso de projetos ou programas de investimento, cuja execução exija financiamento complementar ou qualquer outra responsabilidade bancária, caberá ao Banco da Amazônia S. A., ou ao agente financeiro que receber o repasse dos fundos responsabilizar-se pela análise do projeto, segundo prioridade e normas fixadas pela SUDAM.

§ 8º. Os projetos que impliquem investimentos totais, iguais ou superiores a seis mil (6.000) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, estarão sujeitos à homologação da SUDAM, previamente à liberação de fundos.

§ 9º. Os títulos de qualquer natureza, ações, quota ou quinhões de capital representativos dos investimentos decorrentes da utilização do benefício fiscal de que trata este artigo terão sempre a forma nominativa e não poderão ser transferidos durante o prazo de cinco (5) anos, a partir da data da subscrição.

§ 10. Excepcionalmente, poderá a SUDAM admitir que os depósitos a que se refere a alínea b deste artigo sejam aplicados no projeto beneficiado, sob a forma de créditos em nome da pessoa jurídica depositante, registrados em conta especial, e somente exigíveis em prestações anuais não inferiores a 20%, cada uma, depois de expirado o prazo de 5 (cinco) anos previsto no parágrafo anterior deste artigo.

§ 11. O mesmo contribuinte poderá utilizar a dedução de que trata a alínea b deste artigo em mais de um projeto aprovado na forma da pre-

sente Lei, ou efetuar novos descontos em exercícios financeiros subsequentes, para aplicação no mesmo projeto, válida a remissão às deduções feitas de acordo com a Lei número 4.216, de 6 de maio de 1963, e artigo 27 da Emenda Constitucional número 18.

§ 12. Verificado que a pessoa jurídica não está aplicando, no projeto aprovado, os recursos liberados, ou que este está sendo executado diferentemente das especificações com que foi aprovado, poderá a SUDAM tornar sem efeito os atos que reconheceram o direito da empresa aos favores desta Lei e tomar os providências para a recuperação dos valores correspondentes aos benefícios já utilizados.

§ 13. Conforme a gravidade da infração o que se refere o parágrafo anterior, caberão as seguintes penalidades, a critério da SUDAM:

a) multa de até 10% e juros legais no caso de inobservância de especificações técnicas;

b) multa mínima de 50% e máxima de 100% nos casos de mudança integral da natureza do projeto ou de desvio dos recursos para aplicação fora da área amazônica, ou em projeto diverso do aprovado.

§ 14. No processo de subscrição do capital de empresas beneficiárias dos recursos financeiros de que trata a alínea b deste artigo:

a) não prevalecerá para a pessoa jurídica depositante a exigência de pagamento de 10% do capital, o seu respectivo depósito, prevista nos incisos 2º e 3º do artigo 38, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940;

b) 50% (cinquenta por cento) pelo menos, das ações representativas da referida subscrição serão preferenciais, sem direito a voto, independentemente do limite estabelecido no parágrafo único do artigo 9º do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

§ 15. Os descontos previstos nas alíneas "a" e "b" deste artigo não poderão exceder, isolada ou conjuntamente, em cada exercício financeiro, de 50% (cinquenta por cento) do valor total do imposto de renda e adicionais a que estiver sujeita a pessoa jurídica interessada.

Art. 8º. Para aplicar os recursos deduzidos na forma da alínea "b", do artigo 7º desta lei, a pessoa jurídica depositante deverá até 2 (dois) anos após a data do último recolhimento do imposto de renda a que estava obrigado:

a) apresentar, de conformidade com os parágrafos 7º e 8º do artigo 7º, dentro das normas estabelecidas pela SUDAM, projeto próprio para investir o imposto devido;

b) ou, indicar o projeto já aprovado na forma da presente lei, para investir esses recursos.

Art. 9º. As pessoas jurídicas poderão deduzir como operacionais as despesas que:

a) efetuarem direta ou indiretamente na pesquisa de recursos naturais, inclusive a prospecção de minerais, desde que realizadas na área de atuação da SUDAM, em projetos por esta aprovados;

b) fizerem, como doações, a instituições especializadas, públicas ou privadas, sem fins lucrativos para a realização de programas especiais de ensino tecnológico ou de pesquisas de recursos naturais e de potencialidade agrícola e pecuária, aprovados pela SUDAM.

Art. 10. As pessoas físicas poderão abater da renda bruta de suas declarações de rendimentos as quantias correspondentes as despesas previstas no art. 9º, relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto for devido, observado o disposto no art. 9º da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Art. 11. Se, até o dia 31 de dezembro do terceiro ano seguinte à data do último recolhimento a que estava obrigada a pessoa jurídica não houver vinculado os recursos deduzidos na forma da alínea "b" do art. 7º, desta Lei, serão estes transferidos pelo Banco da Amazônia S. A. para o "Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia — FIDAM", cujos recursos passarão a integrar.

Art. 12. Mediante solicitação da pessoa jurídica depositante poderá a SUDAM, caso julgue procedentes as razões do pleito, prorrogar o prazo de que trata o art. 8º, respeitado o prazo estabelecido no art. 11.

Art. 13. Nas assembléias gerais convocadas para aprovar a composição ou o aumento do capital social das empresas beneficiárias dos recursos previstos na alínea "b" do artigo 7º, será assegurado aos acionistas titulares desses recursos, detentores de ações ordinárias, o direito de eleger um membro da Diretoria sempre que representem nas referidas assembléias o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do capital da empresa.

CAPÍTULO III

Das Disposições Gerais

Art. 14. Os titulares das Delegacias do Imposto de Renda, nas áreas de sua respectiva jurisdição, são também competentes para reconhecer os benefícios fiscais respectivos de que trata a presente lei.

Art. 15. É a SUDAM o órgão competente para emitir declaração sobre as atividades consideradas de interesse para o desenvolvimento econômico da Amazônia, para os fins, de que tratam as letras "d" do item IV e "e" do item VI do artigo 28 da Lei nº 4.505, de 30 de novembro de 1964.

Art. 16. Ressalvados os casos de pendência administrativa ou judicial, deverão os contribuintes não ter débitos relativos ao imposto de renda e adicionais para poder gozar das isenções asseguradas pela presente lei ou aplicar os recursos financeiros deduzidos na forma do artigo 7º.

Parágrafo único. Este impedimento se aplicará, também a critério da SUDAM ou do Banco da Amazônia S. A. quando se tratar de contribuinte inadimplente com qualquer dessas instituições.

Art. 17. As deduções do Imposto de Renda previstas nesta lei e na legislação dos incentivos fiscais da SUDENE, poderão no mesmo exercício, a critério do contribuinte, ser divididas pelas duas regiões, desde que não ultrapassem, no total, a 50% do imposto devido.

Art. 18. Na administração da política de incentivos fiscais preconizada na presente lei, poderá a SUDAM criar escritórios especializados não só na região Amazônica como fora dela.

Art. 19. Ficam revogadas a Lei nº 4.216, de 6 de maio de 1963 e a Lei

nº 4.069-B, de 12 de junho de 1962, ressalvadas, quanto a esta, isenções já concedidas.

Parágrafo único. As empresas que estejam nas condições estabelecidas nas Leis nº 4.069-B, de 12 de junho de 1962, e 4.239, de 27 de junho de 1963, estendida à Amazônia pela Emenda Constitucional nº 18, e que se tenham instalado após a vigência dos citados diplomas legais, poderão, no prazo de 1 (um) ano, requerer, à SUDAM e à autoridade fiscal competente, o reconhecimento de direito à situação prevista nessas mesmas leis.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

João Gonçalves de Souza

LEI Nº 5.175 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1966

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 2.117.209.671 (dois bilhões, cento e dezessete milhões, duzentos e nove mil, seiscentos e setenta e um cruzeiros), para restituição a "The Bank of Tokio Ltd.", sucessor de "The Yokohama Specie Bank Ltd"

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.117.209.671 (dois bilhões, cento e dezessete milhões, duzentos e nove mil e seiscentos e setenta e um cruzeiros), destinado à restituição a "The Bank of Tokio Ltd.", sucessor de "The Yokohama Specie Bank Ltd.", da importância de US\$ 953.698.05 (novecentos e cinquenta e três ponto seiscentos e noventa e oito ponto zero cinco dólares), à taxa de Cr\$ 2.220 (dois mil duzentos e vinte cruzeiros), por dólar, equivalente ao saldo, em 31 de dezembro de 1940, dos depósitos feitos pelo Banco sucedido ao Banco do

Brasil S. A. e por este utilizada em operações normais, por ordem governamental, antes da vigência do Decreto nº 35.191, de 13 de março de 1954, que liberou os bens dos súditos japoneses.

Art. 2º. O crédito especial de que trata esta Lei terá vigência a partir da data do registro pelo Tribunal de Contas da União e será distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional para ser creditado à ordem de "The Bank of Tokio Ltd.", no Banco do Brasil S.A.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Eduardo Lopes Rodrigues.
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.176 — DE 1 DE
DEZEMBRO DE 1966

Altera dispositivos da Lei nº 3.222, de 21 de julho de 1957, que extingue o Quadro Auxiliar de Administração do Exército e o de Topógrafos do Serviço Geográfico do Exército, e dá outras providências. O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Passa a ter a seguinte redação o art. 16 da Lei nº 3.222, de 21 de julho de 1957:

"Art. 16. Para ingresso no QOA e no QOE, os Subtenentes deverão satisfazer às seguintes condições:

I — possuir o curso de aperfeiçoamento de sargento (ou equivalente), ou qualquer outro curso técnico ou especializado que vier a ser estabelecido;

II — ter, no máximo, 46 (quarenta e seis) anos de idade;

III — ter, no mínimo, 17 (dezesete) anos de praça, sendo um ano na graduação;

IV — ter capacidade física necessária ao exercício das fun-

ções, comprovada em inspeção de saúde e em provas realizadas mediante instruções especiais;

V — estar classificado no comportamento "BOM", "ÓTIMO" ou "EXCEPCIONAL";

VI — ter conceito do Comandante ou Chefe, pelo menos "BOM";

VII — ter parecer favorável da Comissão de Promoções do QOA e QOE;

VIII — ter sido aprovado em concurso, quando for o caso."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ademar de Queiroz

LEI Nº 5.177 — DE 1 DE
DEZEMBRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 4.530.226.261 (quatro bilhões, quinhentos e trinta milhões, duzentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e um cruzeiros), correspondente à quota de participação do Fundo Naval no excesso de arrecadação da Taxa de Despacho Aduaneiro, verificado nos exercícios de 1963, 1964 e 1965.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 4.530.226.261 (quatro bilhões, quinhentos e trinta milhões, duzentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e um cruzeiros), que corresponde à quota de participação do Fundo Naval no excesso de arrecadação da Taxa de Despacho Aduaneiro, verificado nos exercícios de 1963, 1964 e 1965, consoante o art. 68, § 1º, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata o presente artigo será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Zilmar de Araripe Macedo

Eduardo Lopes Rodrigues.

LEI N.º 5.178 — DE 1 DE
DEZEMBRO DE 1966

Autoriza a transferência, para a Universidade do Estado da Guanabara, do imóvel delimitado pelas ruas Oito de Dezembro, São Francisco Xavier, prolongamento da Rua Turf Club e terrenos da Estrada de Ferro Central do Brasil.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Universidade do Estado da Guanabara, mediante termo layrado na Procuradoria da Fazenda Nacional no mesmo Estado, o qual valerá como escritura pública, terreno com a área aproximada de 139.000m2 (cento e trinta e nove mil metros quadrados), delimitado pelas ruas Oito de Dezembro, São Francisco Xavier, prolongamento da Rua Turf Club e terrenos da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Art. 2º Destina-se o imóvel, a que se refere o artigo anterior, à instalação da mesma Universidade do Estado da Guanabara, dentro do prazo de 10 (dez) anos, revertendo ao patrimônio federal, se for dada ao terreno, no todo ou em parte, aplicação diversa, ou, ainda, se houver inadimplemento de cláusula da escritura a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Lopes Rodrigues.

Raymundo Moniz de Aragão

LEI N.º 5.179 — DE 1 DE
DEZEMBRO DE 1966

Revoga os Decretos-Leis ns. 290, de 23 de fevereiro de 1938, e 4.265, de 17 de abril de 1942, que dispõem, respectivamente, sobre a sêda e seus compostos e sobre o emprego da palavra sêda.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogados os Decretos-Leis ns. 290, de 23 de fevereiro de 1938, e 4.265, de 17 de abril de 1942, que dispõem, respectivamente, sobre a sêda e seus compostos e sobre o emprego da palavra sêda.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Paulo Egydio Martins

LEI N.º 5.180 — DE 1 DE
DEZEMBRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a doar à Santa Casa de Misericórdia de Guaratinguetá, Estado de S. Paulo, um colposcópio Hülsemann de fabricação "J. D. Moeler Optisch Werke."

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a doar à Santa Casa de Mi-

sericórdia de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, um colposcópio Hilse-mann de fabricação "J. D. Moeler Optisch Werke", nº 572.446, sem lâmpada, considerado desnecessário ao Serviço Nacional do Câncer.

Art. 2º A doação de que trata esta lei será feita mediante termo lavrado perante o Ministro de Estado dos Negócios da Saúde.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Raymundo de Britto

LEI Nº 5.181 — DE 1 DE DEZEMBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a reinvestir os dividendos das ações da Fábrica Nacional de Motores S. A.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os dividendos das ações da fábrica Nacional de Motores S.A., pertencentes ao Tesouro Nacional, nos aumentos de capital que essa Sociedade realizar.

Art. 2º A Fábrica Nacional de Motores S.A. lançará em conta especial, sem juros, aberta em nome do Tesouro Nacional, os dividendos que couberem à União, em cada exercício social.

Art. 3º Fica a Diretoria da Fábrica Nacional de Motores S.A. obrigada a convocar as Assembléias Gerais Extraordinárias para aumento de capital toda a vez que a conta mencionada no artigo anterior apresentar saldo suficiente, inclusive para absorver o capital das ações não subscritas pelos demais acionistas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e se aplica aos dividendos auferidos no exercício de 1965.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Eduardo Lopes Rodrigues
Paulo Egydio Martins

LEI Nº 5.182 — DE 1 DE DEZEMBRO
DE 1966

Eleva a pensão mensal concedida à viúva de Francisco Tito de Souza Reis e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A pensão mensal concedida a Eulália Ribeiro de Souza Reis, viúva de Francisco Tito de Souza Reis, nos termos da Lei nº 1.194, de 9 de setembro de 1950, passará a ser paga em razão de 2 (duas) vezes o maior salário-mínimo do País.

Art. 2º Continua em vigor o disposto nos arts. 2º e 3º da Lei citada no artigo anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Eduardo Lopes Rodrigues

LEI Nº 5.183 — DE 1 DE DEZEMBRO
DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a aforar, sem concorrência pública, os terrenos de marinha e de acrescidos que menciona, situados no Estado da Guanabara.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para efeito de constituição de aforamento, ficam isentos das

exigências do art. 111 do Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, os atuais locatários dos prédios do "Conjunto Residencial Tiradentes", situado na Avenida Suburbana nº 1.496, em Benfica, Estado da Guanabara, de propriedade do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

Parágrafo único. O direito previsto neste artigo será extensivo à viúva e, na falta desta, aos herdeiros do primitivo locatário, desde que tenham permanecido como ocupantes do imóvel.

Art. 2º A constituição da enfiteuse será promovida pelo Serviço do Patrimônio da União, em caráter preferencial, mediante requerimento do interessado e comprovação da aquisição da unidade residencial, pelo preço, prazo e juros estabelecidos nos instrumentos particulares de compra e venda firmados, em 1958, entre a Fundação da Casa Popular e ex-pracinhas integrantes da Força Expedicionária Brasileira.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Lopes Rodrigues

LEI Nº 5.184 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1966

Retifica a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. São feitas as seguintes retificações na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965:

Anexo 4 — Poder Executivo

Subanexo — 4.05.00 — Ministério da Agricultura

4.05.01 — Gabinete do Ministro

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.1.0.0 — Investimentos

4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial

1 — Para execução pelos Departamentos e Serviços de atividades específicas do M. A. de acordo com a programação elaborada na forma do que dispõe o art. 12 da Lei Delegada nº 9, de 11-10-62.

Onde se lê:

Comissão de Planejamento da Política Agrária

Leia-se:

Comissão de Planejamento da Política Agrícola

Onde se lê:

Departamento de Defesa e Inspeção

Leia-se:

Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária

4.05.10 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.2.0.0 — Transferências Correntes

3.2.1.0 — Subvenções Sociais

3.2.1.4 — Instituições Municipais

Onde se lê:

1 — Para atender ao que dispõe o art. 2º da Lei nº 5.656, de 28-11-55 — Cr\$ 150.000.000

Leia-se:

1 — Para atender ao que dispõe o art. 2º da Lei nº 2.656, de 26-11-55 — Cr\$ 150.000.000

4.05.14 — Departamento de Recursos Renováveis.

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.1.0.0 — Investimentos

4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial

Onde se lê:

2 — Parque Florestal de Monte Pascoal — Bahia — Cr\$ 20.000.000

Leia-se:

2 — Parque Nacional de Monte Pascoal — Bahia — Cr\$ 20.000.000

4.05.17 — Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Nordeste.

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.1.0.0 — Investimentos

4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial

Onde se lê:

4 — Desenvolvimento das Estações Experimentais de Batalha — Cr\$ 47.600.000

Leia-se:

4 — Desenvolvimento das Estações Experimentais de Barbalha — Cr\$ 47.600.000

Anexo 4 — Poder Executivo
Subanexo 4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura

4.06.16 — Diretoria do Ensino Superior

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.2.0.0 — Transferências Correntes

3.2.1.0 — Subvenções Sociais

3.2.1.6 — Diversos

II — Despesas com Faculdades ou Escolas de Serviço Social nos termos do art. 15 da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

K — 26 — SÃO PAULO

Onde se lê:

4) Escola de Serviço Social de Lins — Cr\$ 1.500

Leia-se:

4) Faculdade de Serviço Social de Lins — Cr\$ 1.500.

Anexo 4 — Poder Executivo

Subanexo 4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura — Adendo "B" — Subvenções Ordinárias

11 — GUANABARA

Onde se lê:

Fundação Luiza Gomes de Lemos — Cr\$ 1.000

Pioneiras Sociais — Cr\$ 1.000

Leia-se:

Fundação das Pioneiras Sociais — Cr\$ 2.000

14 — MINAS GERAIS

Onde se lê:

Belo Horizonte

Fundação das Pioneiras de Minas Gerais

Leia-se:

Belo Horizonte

Fundação das Pioneiras Sociais — Cr\$ 600

Onde se lê:

Recreio

Caixa Escolar das Escolas Reunidas de Angaturama — Cr\$ 300

Leia-se:

Recreio

Escolas Combinadas Dr. Francisco Batista de Paula — Angaturama — Cr\$ 300

17 — PARANA

Onde se lê:

Ribeirão do Pinhal

Hospital e Maternidade N. S. do Roclo — Cr\$ 7.200

Hospital e Maternidade N. S. do Rosário — Cr\$ 500

Hospital e Maternidade Ribeirão do Pinhal — Cr\$ 400

Santa Casa da Misericórdia de Ribeirão do Pinhal — Cr\$ 2.500

Leia-se:

Ribeirão do Pinhal

Hospital e Maternidade N. Sra. do Roclo — Cr\$ 10.600

20 — RIO DE JANEIRO

Onde se lê:

Duque de Caxias

Hospital de Caridade Duque de Caxias — Cr\$ 300

Leia-se:

Duque de Caxias

Associação de Caridade Duque de Caxias — Cr\$ 300

Onde se lê:

DUQUE DE CAXIAS

Fundação Hilka de Araujo Peçanha, mantenedora do Hospital Duque de Caxias — Cr\$ 200

Leia-se:

Associação de Caridade Hospital Duque de Caxias, mantenedora do Hospital Duque de Caxias, em Duque de Caxias — Cr\$ 200

Onde se lê:

NILÓPOLIS

Ginásio Nilo Peçanha (CNEG) — Cr\$ 3.800

Leia-se:

Ginásio Nilo Peçanha — Cr\$ 3.800

Onde se lê:

NILÓPOLIS

Grêmio Nilo Peçanha da CNEG — Cr\$ 1.000

Leia-se:

Grêmio Nilo Peçanha — Cr\$ 1.000

Onde se lê:

NITERÓI

Ginásio São Francisco de Paulo —
Cr\$ 300

Leia-se:

TRAJANO DE MORAIS

Ginásio São Francisco de Paula —
Cr\$ 300

22 — RIO GRANDE DO SUL

Onde se lê:

PELOTAS

Sociedade Educacional de Pelotas,
para o Ginásio Vocacional Agrícola
— Cr\$ 500

Leia-se:

PELOTAS

Sociedade Educacional de Pelotas,
para o Ginásio Vocacional — Cr\$ 500

25 — SANTA CATARINA

Onde se lê:

NOVA VENEZA

Hospital São Marcos — Cr\$ 500

Leia-se:

NOVA VENEZA

Hospital de Caridade São Marcos
— Cr\$ 500

26 — SÃO PAULO

Onde se lê:

BRAGANÇA PAULISTA

Serviço Assistencial de Menores —
Cr\$ 17.200

Leia-se:

BRAGANÇA PAULISTA

Instituto Social e Educacional —
Cr\$ 17.200

Anexo 4 — Poder Executivo

Subanexo 4.06.00 — Ministério da
Educação e Cultura — Adendo "C"
— Subvenções Extraordinárias

20 — RIO DE JANEIRO

Onde se lê:

NILÓPOLIS

Grêmio Nilo Peçanha (CNEG) —
Cr\$ 3.000

Leia-se:

NILÓPOLIS

Grêmio Nilo Peçanha — Cr\$ 3.000

Onde se lê:

NOVA IGUAÇU

Patronato São Vicente Moura —
Cr\$ 700

Leia-se:

NOVA IGUAÇU

Patronato de Menores de Nova Iguaçu
Sociedade Filantrópica São Vi-
cente — Cr\$ 700

26 — SÃO PAULO

BRAGANÇA PAULISTA

Serviço Assistencial de Menores —
Cr\$ 10.000

Leia-se:

BRAGANÇA PAULISTA

Instituto Social e Educacional —
Cr\$ 10.000

DIVERSOS

20 — RIO DE JANEIRO

Onde se lê:

Ginásio São Francisco de Paulo —
Niterói — Cr\$ 4.000

Leia-se:

Ginásio São Francisco de Paulo —
Trajano de Moraes — Cr\$ 4.000
Anexo 4 — Poder Executivo
Subanexo 4.10.00 — Ministério da
Justiça e Negócios Interiores

Adendo "A"

18 — PERNAMBUCO

Onde se lê:

Centro Educativo Operário de Li-
moeiro — Cr\$ 5.000

Leia-se:

Círculo Operário de Recife, para
Assistência a Menores — Cr\$ 5.000
Anexo 4 — Poder Executivo
Subanexo 4.14.00 — Ministério da
Saúde

Adendo "C"

26 — SÃO PAULO

Onde se lê:

Ambulatório Madre Paula — São
Paulo — Cr\$ 5.000

Leia-se:

Ambulatório Madre Paulina, São
Paulo — Cr\$ 5.000

Art. 2º Os referidos créditos serão
registrados no Tribunal de Contas da

União e distribuições ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Octávio Bulhões

Severo Fagundes Gomes

Raymundo Moniz de Aragão

Raymundo de Britto

LEI Nº 5.185 — DE 8 DE DEZEMBRO
DE 1966.

Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho da 3ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 918.000.000 (novecentos e dezoito milhões de cruzeiros), para reforço de dotações que especifica, ao Orçamento vigente.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É aberto, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, o crédito suplementar de Cr\$ 918.000.000 (novecentos e dezoito milhões de cruzeiros), para reforço das seguintes dotações, ao Orçamento vigente:

3.05.00 — Justiça do Trabalho
3.05.04 — Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 3ª Região
3.0.0.0 — Despesas Correntes
3.1.0.0 — Despesas de Custeio
3.1.1.0 — Despesas de Pessoal
3.1.1.1 — Pessoal Civil

01.01 — Vencimentos e Vantagens fixas	863.000.000
02.02 — Despesas variáveis com pessoal civil ..	55.000.000
Total	918.000.000

(novecentos e dezoito milhões de cruzeiros)

Art. 2º O referido crédito será registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.186 — DE 8 DE
DEZEMBRO DE 1966

Autoriza o Serviço de Navegação da Bacia do Prata a alienar os bens imóveis que especifica, de sua propriedade, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Serviço de Navegação da Bacia do Prata autorizado a alienar, em concorrência pública, os bens imóveis de sua propriedade, a seguir enumerados:

I — 117 alqueires de terra, situados no Distrito de Tibiriçá, Município de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo;

II — 6.500 (seis mil e quinhentos) hectares de terra, divididos em 15 pousos ou retiros de gado, com moinhos, estábulos, benfeitorias e demais acessões industriais, situados nas áreas adjacentes dos rios Anhanduí e Pardo, tributários do Rio Paraná, no Município de Bataguáçu, Estado de Mato Grosso;

III — 3.327 (três mil trezentos e vinte e sete) hectares de terra, situados à margem esquerda do Rio Paraná, compreendidos entre as localidades de Guaira, Oliveira Castro, Arroio Guaçu e Porto Mendes, todos no Estado do Paraná.

§ 1º Para cumprimento do disposto no nº III deste artigo, o SBNP ouvirá o Conselho de Segurança Nacional, que emitirá parecer sobre a conveniência ou não da alienação, tendo em vista a segurança nacional.

§ 2º Na hipótese de opinião contrária do CSN, este dirá a que entidade de direito público poderá ser transferido o domínio da área respectiva.

§ 3º Na ocorrência da hipótese do parágrafo anterior, o ENBP entrará em contato com a autoridade competente para efetivar a transferência respectiva.

Art. 2º O produto líquido dessas alienações será contabilizado como receita extraordinária do SNBP.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juarez Távora

LEI Nº 5.187 — DE 8 DE
DEZEMBRO DE 1966

Estende a isenção prevista na Lei nº 4.265, de 3 de outubro de 1963, a materiais destinados à Cooperativa de Laticínios de São Carlos e à Cooperativa Agrícola de Cotia, Estado de São Paulo:

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A isenção dos impostos de importação e de consumo, concedida pela Lei nº 4.265, de 3 de outubro de 1963, estende-se aos materiais de que tratam os certificados de cobertura cambial emitidos pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, sob os números 18/61-24.620, 18/61-24.623, 18/61-24.624, 18/61-24.626, 18/61-25.844, em nome da Cooperativa de Laticínios de São Carlos, e 18-66 — 5.730, em nome da Cooperativa Agrícola de Cotia, Estado de São Paulo.

Art. 2º O favor concedido não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.188 — DE 8 DE DEZEMBRO
DE 1966

Institui o Quadro de Pessoal do Ministério das Minas e Energia e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado na forma dos anexos, o Quadro de Pessoal do Ministério das Minas e Energia, organizado pela Lei nº 4.904, de 17 de dezembro de 1965.

Parágrafo único. Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos e dos símbolos dos cargos em comissão, constantes dos anexos a que se refere este artigo, são os previstos na legislação em vigor para os servidores públicos civis do Poder Executivo.

Art. 2º São considerados integrantes do Quadro de Pessoal de que trata o artigo anterior os cargos ocupados pelos funcionários do extinto Conselho Coordenador do Abastecimento (C.C.A.); da extinta Comissão Federal de Abastecimento e Preços (C.O.F.A.P.); e da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), incluídos no Ministério das Minas e Energia, por força, respectivamente, do disposto nos artigos 24 e 25 da Lei Delegada nº 5, de 26 de setembro de 1962, pelos Decretos ns. 51.574, de 30 de outubro de 1962, e 53.076, de 4 de dezembro de 1963, e do art. 40 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, pelo Decreto nº 57.645, de 14 de janeiro de 1966.

Art. 3º Os servidores da administração direta e indireta da União que, na data da publicação desta Lei, se encontrarem em exercício, requisitados, no Ministério das Minas e Energia, poderão optar pelo ingresso no Quadro de Pessoal previsto no artigo 1º da presente Lei.

§ 1º A opção de que trata este artigo será manifestada pelo interessado, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da vigência desta Lei e deverá ser apreciada no interesse exclusivo da Administração.

§ 2º Aceita a opção, o servidor passará a integrar o Quadro de Pessoal

do Ministério das Minas e Energia, abrindo-se concomitantemente, vagas nos quadros de origem.

Art. 4º Os cargos integrantes da Parte Permanente e Suplementar do Quadro de Pessoal do Ministério das Minas e Energia continuam preenchidos pelos seus atuais ocupantes e serão providas as vagas do Quadro Permanente atendida a disposição do artigo 55 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, até 30 % (trinta por cento) de sua totalidade, no exercício de 1967; 30 % (trinta por cento), no exercício de 1968; 20 % (vinte por cento), no exercício de 1969; e o restante, no exercício de 1970.

§ 1º No preenchimento de vagas do Quadro Permanente, o Poder Executivo poderá aproveitar funcionários estáveis, considerados excedentes ou desnecessários em outros órgãos.

§ 2º Para atender às despesas decorrentes do disposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o

crédito especial de Cr\$ 12.000.000.000 (doze bilhões de cruzeiros).

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a transformar, em função gratificada, o atual cargo em comissão, símbolo 5-C, de Diretor do Serviço de Comunicações, criado pela Lei nº 4.904, de 17 de dezembro de 1965.

Art. 6º Os cargos integrantes da Parte Suplementar serão, no prazo de 90 (noventa) dias, transferidos para outros órgãos do Serviço Público, cujas atividades justifiquem sua existência.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1966; 145ª da Independência e 73ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Máuro Thibau

Os anexos a que se refere o artigo 1º acham-se publicados no *Diário Oficial* de 13 de dezembro de 1966.

(*) LEI Nº 5.189 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1966

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1967

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral da União para o exercício de 1967, discriminado pelos Anexos integrantes desta lei, estima a Receita em Cr\$ 6.683.843.736.000 (seis trilhões, seiscentos e oitenta e três bilhões, oitocentos e quarenta e três milhões e setecentos e trinta e seis mil cruzeiros) e fixa a Despesa em Cr\$ 6.943.197.538.000 (seis trilhões, novecentos e quarenta e três bilhões, cento e noventa e sete milhões e quinhentos e trinta e oito mil cruzeiros.)

Art. 2º Será a Receita realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações do Anexo I, de acordo com o seguinte desdobramento:

		Cr\$ 1.000
1. Receitas Correntes		
Receita Tributária	6.036.122.075	
Receita Patrimonial	45.168.816	
Receita Industrial	115.515.426	
Transferências Correntes	202	
Receitas Diversas	486.424.816	6.683.231.335
2. Receitas de Capital		612.401
TOTAL		6.683.843.736

Art. 3º Fica autorizada a cobrança do imposto único criado pelo Decreto-lei nº 2.615, de 21 de setembro de 1940, modificado pelas Leis números 1.749, de 28 de novembro de 1952, 2.975, de 27 de novembro de 1956, 4.452, de 5 de novembro de 1964, e revigorado pela Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, e pelo Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, cujo produto será aplicado de acordo com o disposto na legislação vigente.

Art. 4º A Receita Tributária é revigorada e cobrada, segundo os textos legais, enumerados na legislação da Receita, na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, e na Legislação a ela complementar.

Art. 5º Os recursos destinados ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para formação do Fundo de Reaparelhamento Econômico, serão constituídos, no exercício de 1967, à conta da Reserva Monetária, criada pelo art. 14, da Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965.

Art. 6º A Despesa será realizada segundo a discriminação constante dos quadros que integram os Anexos 2 a 4, e terá o seguinte desdobramento:

		Cr\$ 1.000
A) Por Subanexo		
2. Poder Legislativo e Órgãos Auxiliares		
01 — Câmara dos Deputados	53.060.000	
02 — Senado Federal	31.914.356	
03 — Tribunal de Contas da União ...	7.918.303	
04 — Conselho Nacional de Economia	1.343.592	94.236.251
3. Poder Judiciário		
01 — Supremo Tribunal Federal	3.955.000	
02 — Tribunal Federal de Recursos	6.098.000	
03 — Justiça Militar	6.332.900	
04 — Justiça Eleitoral	26.513.980	
05 — Justiça do Trabalho	28.492.020	
06 — Justiça Federal	5.500.000	
07 — Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	4.406.880	81.298.780
4. Poder Executivo		
01 — Presidência da República	161.097.509	
02 — Estado-Maior das Forças Armadas	13.072.000	
03 — Coordenação dos Organismos Regionais	379.941.519	
04 — Ministério da Aeronáutica	419.974.504	
05 — Ministério da Agricultura	222.377.216	
06 — Ministério da Educação e Cultura	604.644.282	
07 — Ministério da Fazenda	2.082.013.580	
08 — Ministério da Guerra	643.684.436	
09 — Ministério da Indústria e Comércio	14.901.072	
10 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores	78.916.577	
11 — Ministério da Marinha	353.673.600	
12 — Ministério das Minas e Energia	262.568.436	
13 — Ministério das Relações Exteriores	100.204.915	
14 — Ministério da Saúde	239.449.509	
15 — Ministério do Trabalho e Previdência Social	75.543.770	
16 — Ministério da Viação e Obras Públicas	1.115.599.582	6.767.662.507
TOTAL		6.943.197.538

B) Por Programa		
01 —	Administração Superior	192.986.305
02 —	Administração Geral	
	Encargos da União	878.152.369
	Encargos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios à Conta de Transferências ...	977.646.618
03 —	Agropecuária	333.720.510
04 —	Educação	620.285.802
05 —	Saúde	253.050.136
06 —	Energia	315.380.759
07 —	Transporte	712.978.651
08 —	Comunicações	270.908.810
09 —	Indústria e Comércio	184.018.200
10 —	Saneamento	157.011.194
11 —	Habitação e Serviços Urbanos ...	69.212.525
12 —	Segurança Pública	64.691.603
13 —	Defesa e Segurança Nacional	1.125.149.442
14 —	Assistência Social e Previdência	584.309.119
15 —	Açudagem	65.482.536
16 —	Colonização e Povoamento	17.938.665
17 —	Política Exterior	92.952.355
18 —	Recursos Naturais	27.321.936
TOTAL		6.943.197.538

Art. 7º A aplicação dos recursos discriminados no artigo anterior far-se-á de acordo com a programação estabelecida para as unidades orçamentárias e entidades de administração descentralizada.

Art. 8º Serão organizados no prazo de 10 dias a contar da data da publicação desta lei, para cada Subanexo, os quadros analíticos da Despesa.

§ 1º Quando necessário e até 31 de outubro, os quadros a que se refere este artigo poderão ser alterados, obedecidos os limites máximos dos recursos para cada elemento da Despesa.

§ 2º Os quadros de detalhamento dos quais uma via se destinará ao Tribunal de Contas da União, serão publicados, obrigatoriamente, no *Diário Oficial*.

§ 3º O Tribunal de Contas da União, à vista do documento de que trata o § 2º, registrará os créditos nos termos da legislação que rege a matéria.

Art. 9º No decorrer do exercício, os recursos destinados aos Programas, Subprogramas, Projetos e Atividades poderão ser alterados, respeitado o total da Despesa por Subanexo e obedecidos os limites máximos, para cada elemento da Despesa.

Art. 10. As dotações incluídas na presente lei como Despesas de Capital serão automaticamente registradas pelo Tribunal de Contas da União à vista da publicação desta lei e distribuídas ao Tesouro Nacional para aplicação de acordo com a programação financeira que for aprovada por decreto do Poder Executivo, observado no tocante a material permanente, o disposto no art. 66 e respectiva alínea *h*, da Lei nº 830, de 23 de setembro de 1949.

Art. 11. Os órgãos centrais de administração geral, conforme dispõe o art. 66 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, quando necessário, movimentarão as dotações destinadas a Despesas de Custeio, Obras Públicas, Equipamentos e Instalações e Material Permanente, que se acham discriminadas por unidade orçamentária.

Art. 12. O registro e a distribuição dos créditos inscritos no Orçamento Geral da União relativos às entidades mencionadas no art. 107,

da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, serão processados pelo Tribunal de Contas da União, independentemente da aprovação e publicação dos orçamentos a que se refere o mesmo artigo, aos quais, entretanto, ficarão sujeitos o controle e a aplicação dos recursos distribuídos.

Art. 13. Os Balanços Gerais da União apresentarão as despesas orçamentárias discriminadas por projeto e atividade e por elemento da Despesa, de acordo com a codificação constante dos quadros de detalhamento de que trata o art. 8º.

Art. 14. A entrega de qualquer importância pelo Tesouro Nacional vadas subvencionadas, fica condicionada à comprovação por essas entidades para a cobertura do "deficit" das autarquias ou empresas públicas e pri-de um esforço para correção do seu desequilíbrio financeiro.

Art. 15. Fica o Tesouro Nacional autorizado a colocar letras e outros títulos de sua responsabilidade, até o limite de Cr\$ 259.353.802.000 (duzentos e cinquenta e nove bilhões, trezentos e cinquenta e três milhões, oitocentos e dois mil cruzeiros), para realizar o equilíbrio orçamentário, cobrindo o "deficit" resultante da diferença entre a Receita Estimada e a Despesa Orçada.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares no decorrer do exercício de 1967, até o limite de 10% (dez por cento) da Receita Tributária, na forma dos arts. 7º e 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Carlos Medeiros Silva.

Zilmar de Araripe Macedo.

Ademar de Queiroz.

Manoel Pio Corrêa.

Octavio Bulhões

Juarez Távora.

Severo Fagundes Gomes.

Raymundo Moniz de Aragão.

L. G. do Nascimento e Silva.

Eduardo Gomes.

Raymundo de Britto.

Paulo Egydio Martins.

Mauro Thibau.

Roberto Campos.

João Gonçalves de Sousa.

Os anexos a que se refere o artigo 1º, foram publicados em Suplemento à edição do D. O. de 15-12-66.

(*) LEI Nº 5.190 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1966

Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o exercício financeira de 1967

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1967, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita em Cr\$ 168.264.216.000 (cento e sessenta e oito bilhões, duzentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e dezesseis mil cruzeiros) e fixa a Despesa em igual valor, respeitado o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 2º A Receita do Distrito Federal será realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas, suprimento de fundos e outras receitas ordinárias e extraordinárias, na forma da legislação em vigor e de acordo com o seguinte desdobramento:

<i>Receitas Correntes</i>	
	Cr\$
Impostos	16.150.000.000
Taxas	1.916.000.000
Contribuição de Melhoria	42.000.000
Receita Patrimonial	11.000.000
Receita Industrial	20.100.000
Transferências Correntes	78.006.469.000
Receitas Diversas	1.480.000.000
Total das Receitas Correntes	97.625.569.000

<i>Receitas de Capital</i>	
	Cr\$
Transferências de Capital	70.638.647.000
Total das Receitas de Capital	70.638.647.000
Total Geral da Receita	168.264.216.000

Art. 3º A Despesa do Distrito Federal será efetuada na forma dos quadros anexos e distribuída pelas unidades orçamentárias abaixo especificadas:

<i>Unidade Administrativa</i>	
	Cr\$
Gabinete do Prefeito	820.891.000
Departamento de Turismo e Recreação	364.013.000
Procuradoria-Geral	1.459.765.000
Secretaria do Governo	1.089.173.000
Região Administrativa I — Brasília	274.067.000
Região Administrativa II — Gama	288.811.000
Região Administrativa III — Taguatinga	365.598.000
Região Administrativa IV — Brasília	145.211.000
Região Administrativa V — Sobradinho	339.128.000
Região Administrativa VI — Planaltina	233.701.000
Secretaria de Administração	7.519.820.000
Secretaria de Finanças	2.856.377.000
Secretaria de Agricultura e Produção	3.720.282.000
Secretaria de Educação e Cultura	19.591.847.000
Secretaria de Saúde	10.070.168.000
Secretaria de Serviços Sociais	3.393.639.000
Secretaria de Viação e Obras	102.984.889.000
Secretaria de Serviços Públicos	11.788.874.000
Tribunal de Contas do Distrito Federal	957.962.000
Total Geral da Despesa	168.264.216.000

Art. 4º A aplicação das dotações inscritas nos quadros mencionados no art. 3º far-se-á mediante orçamentos analíticos organizados para cada Anexo, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação desta lei.

§ 1º Os orçamentos analíticos dos quais uma via se destinará ao Tribunal de Contas do Distrito Federal serão publicados obrigatoriamente no *Diário Oficial* da União e poderão ser alterados até 29 de outubro.

§ 2º O Tribunal de Contas, à vista do documento de que trata o § 1º, se o julgar regular, registrará os créditos, nos termos da legislação que rege a matéria.

Art. 5º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a:

I — realizar operações de crédito por antecipação da Receita até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Tributária;

II — abrir os créditos suplementares que se fizerem necessários, até o limite de 100% (cem por cento) da Receita Tributária orçada, mediante Decreto e de acordo com o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III — firmar convênio com a União para administração e cobrança dos tributos previstos na presente Lei;

IV — atender ao *deficit* de custeio e aos programas de capital das entidades a que se refere a Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, à conta das dotações atribuídas à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), nas verbas 3.2.0.0 — Transferências Correntes e 4.3.0.0. — Transferências de Capital — da Secretaria de Viagem e Obras.

Art. 6º A Receita a que se refere a presente Lei será arrecadada de acordo com o disposto na Lei nº 4.191, de 24 de dezembro de 1962 — Código Tributário do Distrito Federal.

Art. 7º As dotações de pessoal e material das diversas unidades orçamentárias poderão ser movimentadas pelos órgãos próprios da Secretaria de Administração do Distrito Federal, segundo o disposto no art. 66 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor à 1 de janeiro de 1967, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO.
Carlos Medeiros Silva.

Os anexos a que se refere o artigo 1º, foram publicados em Suplemento à edição do D. O. de 16-12-66.

LEI Nº 5.191 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1966

Institui o "Dia Nacional do Livro"

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Livro, que será comemorado, anualmente, no dia 29 do mês de outubro.

Parágrafo único. É obrigatória a comemoração da data nas escolas públicas e particulares de ensino primário e médio sem interrupção dos trabalhos escolares.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Raymundo Moniz de Aragão

LEI Nº 5.192 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.545.000.000 em favor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento para as obras de abastecimento d'água de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.545.000.000 (dois bilhões, quinhentos e quarenta e cinco milhões de cruzeiros), em favor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Art. 2º O crédito especial a que se refere o art. 1º destina-se a realização das obras de abastecimento d'água da Cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, e terá vigência nos exercícios financeiros de 1966 e 1967.

Art. 3º O crédito especial de que trata esta lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 4º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Eulhões
Juarez Tavora

LEI Nº 5.193 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, a diversos Ministérios, os créditos especiais, no montante de Cr\$ 3.583.309.328 (três bilhões, quinhentos e oitenta e três milhões trezentos e nove mil trezentos e vinte e oito cruzeiros) para os fins que especifica.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, aos Ministérios a seguir indicados, os créditos especiais, no montante de Cr\$ 3.583.309.328 (três bilhões quinhentos e oitenta e três milhões, trezentos e nove mil trezentos e vinte e oito cruzeiros), assim discriminado:

1 — Pelo Ministério da Fazenda:

destinado à regularização de despesas realizadas no exercício de 1965 processo MF-SC. 036.423-66 3.409.000

2 — Pelo Ministério da Fazenda:

a fim de liquidar a dívida contraída com o Banco de Crédito da Amazônia S.A. mediante a emissão do título LD-16-861, da responsabilidade particular de Francisco Furtado Soares de Meireles, Chefe da 2ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, e de Anfriso da Costa Nunes, Raimundo de Oliveira e Aureo Dêo de Freitas, seringalistas moradores no Município de Altamira, no Estado do Pará, quando da pacificação dos Índios Caiapós, em 1961 3.000.000

3 — Pelo Ministério da Fazenda:

a fim de atender ao pagamento de despesas constantes do processo MF-SC 144.327-66, decorrentes do for-

	necimento de luz elétrica, força motriz, gás e telefone, a órgãos do serviço público federal	539.810.000
4 —	Pelo Ministério da Fazenda: destinado à liquidação das dívidas de exercícios findos	3.000.000.000
5 —	Pelo Ministério da Fazenda: destinado ao pagamento das quotas federais dos impostos de renda e consumo, relativas ao exercício de 1964, devidas ao Município piauiense de Picos	10.561.928
5 —	Pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores: destinado a regularizar despesas feitas por antecipação, à conta do crédito especial de Cr\$ 980.000.000, autorizada pela Lei nº 4.405, de 15-9-64, e aberto pelo Decreto nº 54.953, de 6-11-64	1.978.400
7 —	Pelo Ministério da Viação e Obras Públicas: para ocorrer a despesas com o subvencionamento da Viação Atlântica Ltda., empresa privada, no atendimento de diferenças salariais e aumento de combustíveis, nos meses de janeiro e fevereiro de 1966	24.550.000
	TOTAL	3.583.309.328

Parágrafo único. Os créditos mencionados, nos itens 3 e 4 deste artigo, terão vigência por 3 (três) exercícios, a contar da data do registro pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Os créditos especiais de que trata o artigo anterior serão registrados pelo Tribunal de Contas da União e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Bulhões
Juarez Tavora

LEI Nº 5.194 — DE 24 DE DEZEMBRO
DE 1966

Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I

Do Exercício Profissional da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia

Capítulo I

Das Atividades Profissionais

Seção I

Caracterização e Exercício das Profissões

Art. 1º. As profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo

são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos:

- a) aproveitamento e utilização de recursos naturais;
- b) meios de locomoção e comunicações;
- c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos;
- d) instalações e meios de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres;
- e) desenvolvimento industrial e agropecuário.

Art. 2º O exercício, no País, da profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, observadas as condições de capacidade e demais exigências legais, é assegurado:

- a) aos que possuam, devidamente registrado, diploma de faculdade ou escola superior de engenharia, arquitetura ou agronomia, oficiais ou reconhecidas, existentes no País;

b) aos que possuam, devidamente revalidado e registrado no País, diploma de faculdade ou escola estrangeira de ensino superior de engenharia, arquitetura ou agronomia, bem como os que tenham esse exercício amparado por convênios internacionais de intercâmbio;

c) aos estrangeiros contratados que, a critério dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, considerados a escassez de profissionais de determinada especialidade e o interesse nacional, tenham seus títulos registrados temporariamente.

Parágrafo único. O exercício das atividades de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo é garantido, obedecidos os limites das respectivas licenças e excluídas as expedidas, a título precário, até a publicação desta Lei, aos que, nesta data, estejam registrados nos Conselhos Regionais.

Seção II

Do uso do título Profissional

Art. 3.º São reservadas exclusivamente aos profissionais referidos nesta Lei as denominações de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, acrescidas, obrigatoriamente, das características de sua formação básica.

Parágrafo único. As qualificações de que trata este artigo poderão ser acompanhadas de designações outras referentes a cursos de especialização, aperfeiçoamento e pós-graduação.

Art. 4.º As qualificações de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo só podem ser acrescidas à denominação de pessoa jurídica composta exclusivamente de profissionais que possuam tais títulos.

Art. 5.º Só poderá ter em sua denominação as palavras engenharia, arquitetura ou agronomia a firma comercial ou industrial cuja diretoria for composta, em sua maioria, de profissionais registrados nos Conselhos Regionais.

Seção III

Do exercício ilegal da profissão

Art. 6.º Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo:

a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços pú-

blico ou privado reservados aos profissionais de que trata esta lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais;

b) o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro;

c) o profissional que emprestar seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de obras e serviços sem sua real participação nos trabalhos delas;

d) o profissional que, suspenso de seu exercício, continue em atividade;

e) a firma, organização ou sociedade que, na qualidade de pessoa jurídica, exercer atribuições reservadas aos profissionais da engenharia, da arquitetura e da agronomia, com infringência do disposto no parágrafo único do art. 8.º desta lei.

Seção IV

Atribuições profissionais e coordenação de suas atividades

Art. 7.º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada;

b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;

c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;

d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios;

e) fiscalização de obras e serviços técnicos;

f) direção de obras e serviços técnicos;

g) execução de obras e serviços técnicos;

h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.

Parágrafo único. Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.

Art. 8.º As atividades e atribuições enunciadas nas alíneas a, b, c, d, e e f do artigo anterior são da com-

petência de pessoas físicas, para tanto legalmente habilitadas.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades discriminadas nos art. 7.º, com excessão das contidas na alínea "a", com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional, assegurados os direitos que esta lei lhe confere.

Art. 9.º As atividades enunciadas nas alíneas *g* e *h* do art. 7.º observados os preceitos desta lei, poderão ser exercidas, indistintamente, por profissionais ou por pessoas jurídicas.

Art. 10. Cabe às Congregações das escolas e faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia indicar, ao Conselho Federal, em função dos títulos apreciados através da formação profissional, em termos genéricos, as características dos profissionais por ela diplomados.

Art. 11. O Conselho Federal organizará e manterá atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação das suas características.

Art. 12. Na União, nos Estados e nos Municípios, nas entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista, os cargos e funções que exijam conhecimentos de engenharia, arquitetura e agronomia, relacionados conforme o disposto na alínea "g" do art. 27, somente poderão ser exercidos por profissionais habilitados de acordo com esta lei.

Art. 13. Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, de arquitetura e de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com esta lei.

Art. 14. Nos trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos e atos judiciais ou administrativos, é obrigatória além da assinatura, precedida do nome da empresa, sociedade, instituição ou firma a que interessarem, a menção explícita do título do profissional que os subscrever e do número da carteira referida no art. 56.

Art. 15. São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da engenharia, arquitetura ou da agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos desta lei.

Art. 16. Enquanto durar a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza, é obrigatória a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e co-autores do projeto, em todos os seus aspectos técnicos e artísticos, assim como os dos responsáveis pela execução dos trabalhos.

Capítulo II

Da responsabilidade e autoria

Art. 17. Os direitos de autoria de um plano ou projeto de engenharia, arquitetura ou agronomia, respeitadas as relações contratuais expressas entre o autor e outros interessados, são do profissional que os elaborar.

Parágrafo único. Cabem ao profissional que os tenha elaborado os prêmios ou distinções honoríficas concedidas a projetos, planos, obras ou serviços técnicos.

Art. 18. As alterações do projeto ou plano original só poderão ser feitas pelo profissional que o tenha elaborado.

Parágrafo único. Estando impedido ou recusando-se o autor do projeto ou plano original a prestar sua colaboração profissional, comprovada a solicitação, as alterações ou modificações deles poderão ser feitas por outro profissional habilitado, a quem caberá a responsabilidade pelo projeto ou plano modificado.

Art. 19. Quando a concepção geral que caracteriza um plano ou projeto for elaborada em conjunto por profissionais legalmente habilitados, todos serão considerados co-autores do projeto, com os direitos e deveres correspondentes.

Art. 20. Os profissionais ou organizações de técnicos especializados que colaborarem numa parte do projeto, deverão ser mencionados explicita-

mente como autores da parte que lhes tiver sido confiada, tornando-se mister que todos os documentos, como plantas, desenhos, cálculos, pareceres, relatórios, análises, normas, especificações e outros documentos relativos ao projeto, sejam por eles assinados.

Parágrafo único. A responsabilidade técnica pela ampliação, prosseguimento ou conclusão de qualquer empreendimento de engenharia, arquitetura ou agronomia caberá ao profissional ou entidade registrada que aceitar esse encargo, sendo-lhe, também, atribuída a responsabilidade das obras, devendo o Conselho Federal adotar resolução quanto às responsabilidades das partes já executadas ou concluídas por outros profissionais.

Art. 21. Sempre que o autor do projeto convocar, para o desempenho do seu encargo, o concurso de profissionais da organização de profissionais, especializados e legalmente habilitados, serão estes havidos como co-responsáveis na parte que lhes diga respeito.

Art. 22. Ao autor do projeto ou a seus prepostos é assegurado o direito de acompanhar a execução da obra, de modo a garantir a sua realização de acordo com as condições, especificações e demais pormenores técnicos nele estabelecidos.

Parágrafo único. Terão o direito assegurado neste artigo, ao autor do projeto, na parte que lhes diga respeito, os profissionais especializados que participarem, como co-responsáveis, na sua elaboração.

Art. 23. Os Conselhos Regionais criarão registros de autoria de planos e projetos, para salvaguarda dos direitos autorais dos profissionais que o desejarem.

TÍTULO II

Da fiscalização do exercício das profissões

capítulo I

Dos órgãos fiscalizadores

Art. 24. A aplicação do que dispõe esta lei, a verificação e fiscalização do exercício e atividades das profissões nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

(CONFEEA) e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação.

Art. 25. Mantidos os já existentes, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia promoverá a instalação, nos Estados, Distrito Federal e Territórios Federais, dos Conselhos Regionais necessários à execução desta lei, podendo, a ação de qualquer deles, estender-se a mais de um Estado.

§ 1.º A proposta de criação de novos Conselhos Regionais será feita pela maioria das entidades de classe e escolas ou faculdades com sede na nova Região, cabendo aos Conselhos atingidos pela iniciativa opinar e encaminhar a proposta à aprovação do Conselho Federal.

§ 2.º Cada unidade da Federação só poderá ficar na jurisdição de um Conselho Regional.

§ 3.º A sede dos Conselhos Regionais será no Distrito Federal, em capital de Estado ou de Território Federal.

Capítulo II

Do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

Seção I

Da instituição do Conselho e suas atribuições

Art. 26. O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, (CONFEEA), é a instância superior da fiscalização do exercício profissional da engenharia, da arquitetura e da agronomia.

Art. 27. São atribuições do Conselho Federal:

a) organizar o seu regimento interno e estabelecer normas gerais para os regimentos dos Conselhos Regionais;

b) homologar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais;

c) examinar e decidir em última instância os assuntos relativos ao exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, podendo anular qualquer ato que não estiver de acordo com a presente lei;

d) tomar conhecimento e dirimir quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais;

e) julgar em última instância os recursos sobre registros, decisões e penalidades impostas pelos Conselhos Regionais;

f) baixar e fazer publicar as resoluções previstas para regulamentação e execução da presente lei, e, ouvidos os Conselhos Regionais, resolver os casos omissos;

g) relacionar os cargos e funções dos serviços estatais, paraestatais, autárquicos e de economia mista, para cujo exercício seja necessário o título de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo;

h) incorporar ao seu balancete de receita e despesa os dos Conselhos Regionais;

i) enviar aos Conselhos Regionais cópia do expediente encaminhado ao Tribunal de Contas, até 30 (trinta) dias após a remessa;

j) publicar anualmente a relação de títulos, cursos e escolas de ensino superior, assim como, periodicamente, relação de profissionais habilitados;

k) fixar, ouvido o respectivo Conselho Regional, as condições para que as entidades de classe da região tenham nele direito a representação;

l) promover, pelo menos uma vez por ano, as reuniões de representantes dos Conselhos Federal e Regionais previstas no art. 53 desta lei;

m) examinar e aprovar a proporção das representações dos grupos profissionais nos Conselhos Regionais;

n) julgar, em grau de recurso, as infrações do Código de Ética Profissional do engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, elaborado pelas entidades de classe;

o) aprovar ou não as propostas de criação de novos Conselhos Regionais;

p) fixar e alterar as anuidades, emolumentos e taxas a pagar pelos profissionais e pessoas jurídicas referidos no art. 63.

Parágrafo único. Nas questões relativas a atribuições profissionais, a decisão do Conselho Federal só será tomada com o mínimo de 12 (doze) votos favoráveis.

Art. 28. Constituem renda do Conselho Federal:

a) um décimo da renda bruta dos Conselhos Regionais;

b) doações, legados, juros e receitas patrimoniais;

c) subvenções.

Seção II

Da composição e organização

Art. 29. O Conselho Federal será constituído por 18 (dezoito) membros, brasileiros, diplomados em Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, habilitados de acordo com esta lei, obedecida a seguinte composição:

a) 15 (quinze) representantes de grupos profissionais, sendo 9 (nove) engenheiros representantes de modalidades de engenharia estabelecida em termos genéricos pelo Conselho Federal, no mínimo de 3 (três) modalidades, de maneira a corresponderem às formações técnicas constantes dos registros nele existentes; 3 (três) arquitetos e 3 (três) engenheiros-agrônomo;

b) 1 (um) representante das escolas de engenharia, 1 (um) representante das escolas de arquitetura e 1 (um) representante das escolas de agronomia.

§ 1.º Cada membro do Conselho Federal terá 1 (um) suplente.

§ 2.º O presidente do Conselho Federal será eleito, por maioria absoluta, dentre os seus membros.

§ 3.º A vaga do representante nomeado presidente do Conselho será preenchida por seu suplente.

Art. 30. Os representantes dos grupos profissionais referidos na alínea "a" do art. 29 e seus suplentes serão eleitos pelas respectivas entidades de classe registradas nas regiões, em assembleias especialmente convocadas para este fim pelos Conselhos Regionais, cabendo a cada região indicar, em forma de rodízio, um membro do Conselho Federal.

Parágrafo único. Os representantes das entidades de classe nas assembleias referidas neste artigo serão por elas eleitos, na forma dos respectivos estatutos.

Art. 31. Os representantes das escolas ou faculdades e seus suplentes serão eleitos por maioria absoluta de votos em assembleia dos delegados de cada grupo profissional, designados pelas respectivas Congregações.

Art. 32. Os mandatos dos membros do Conselho Federal e do Presidente serão de 3 (três) anos.

Parágrafo único. O Conselho Federal se renovará anualmente pelo terço de seus membros.

Capítulo III

Dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

Seção I

Da instituição dos Conselhos Regionais e suas atribuições

Art. 33. Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) são órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões.

Art. 34. São atribuições dos Conselhos Regionais:

a) elaborar e alterar seu regimento interno, submetendo-o à homologação do Conselho Federal.

b) criar as Câmaras Especializadas atendendo às condições de maior eficiência da fiscalização estabelecida na presente lei;

c) examinar reclamações e representações acerca de registros;

d) julgar e decidir, em grau de recurso, os processos de infração da presente lei e do Código de Ética, enviados pela Câmaras Especializadas;

e) julgar, em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas;

f) organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões reguladas pela presente lei;

g) publicar relatórios de seus trabalhos e relações dos profissionais e firmas registrados;

h) examinar os requerimentos e processos de registro em geral, expedindo as carteiras profissionais ou documentos de registro;

i) sugerir ao Conselho Federal medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício das profissões reguladas nesta lei;

j) agir, com a colaboração das sociedades de classe e das escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia, nos assuntos relacionados com a presente lei;

k) cumprir e fazer cumprir a presente lei, as resoluções baixadas pelo

Conselho Federal, bem como expedir atos que para isso julguem necessários;

l) criar inspetorias e nomear inspetores especiais para maior eficiência da fiscalização;

m) deliberar sobre assuntos de interesse geral e administrativos e sobre os casos comuns a duas ou mais especializações profissionais;

n) julgar, decidir ou dirimir as questões da atribuição ou competência das Câmaras Especializadas referidas no artigo 45, quando não possuir o Conselho Regional número suficiente de profissionais do mesmo grupo para constituir a respectiva Câmara, como estabelece o artigo 48;

o) organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e pessoas jurídicas que, nos termos desta lei, se inscrevem para exercer atividades de engenharia, arquitetura ou agronomia, na Região;

p) organizar e manter atualizado o registro das entidades de classe referidas no artigo 62 e das escolas e faculdades que, de acordo com esta lei, devam participar da eleição de representantes destinada a compor o Conselho Regional e o Conselho Federal;

q) organizar, regulamentar e manter o registro de projetos e planos a que se refere o artigo 23;

r) registrar as tabelas básicas de honorários profissionais elaboradas pelos órgãos de classe.

Art. 35. Constituem renda dos Conselhos Regionais;

a) as taxas de expedição das carteiras profissionais e de registros;

b) as multas aplicadas de conformidade com a presente lei;

c) doações, legados, juros e receitas patrimoniais;

d) subvenções.

Art. 36. Da renda bruta proveniente da arrecadação das taxas e multas referidas nas alíneas "a" e "b" do artigo anterior, o Conselho Regional recolherá um décimo ao Conselho Federal, de acordo com o artigo 28.

Parágrafo único. Os Conselhos Regionais destinarão anualmente a renda líquida provinda da arrecadação das multas a medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo.

Seção II

Da composição e organização

Art. 37. Os Conselhos Regionais serão constituídos de brasileiros diplomados em curso superior, legalmente habilitados de acordo com a presente lei, obedecida a seguinte composição;

a) um presidente, eleito por maioria absoluta pelos membros do Conselho, com mandato de 3 (três) anos;

b) um representante de cada escola ou faculdade de engenharia, arquitetura e agronomia com sede na Região;

c) representantes diretos das entidades de classe de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, registradas na Região de conformidade com o artigo 62.

Parágrafo único. Cada membro do Conselho terá um suplente.

Art. 38. Os representantes das escolas e faculdades e seus respectivos suplentes serão indicados por suas congregações.

Art. 39. Os representantes das entidades de classe e respectivos suplentes serão eleitos por aquelas entidades na forma de seus Estatutos.

Art. 40. O número de conselheiros representativos das entidades de classe será fixado nos respectivos Conselhos Regionais, assegurados o mínimo de um representante por entidade de classe e a proporcionalidade entre os representantes das diferentes categorias profissionais.

Art. 41. A proporcionalidade dos representantes de cada categoria profissional será estabelecida em face dos números totais dos registros no Conselho Regional, de engenheiros das modalidades genéricas previstas na alínea "a" do artigo 29, de arquitetos e de engenheiros-agrônomo, que houver em cada região, cabendo a cada entidade de classe registrada no Conselho Regional um número de representantes proporcional à quantidade de seus associados, assegurado o mínimo de um representante por entidade.

Parágrafo único. A proporcionalidade de que trata este artigo será sub-

metida à prévia aprovação do Conselho Federal.

Art. 42. Os Conselhos Regionais funcionarão em pleno e para os assuntos específicos, organizados em Câmaras. Especializadas correspondentes às seguintes categorias profissionais: engenharia nas modalidades correspondentes às formações técnicas referidas na alínea a do art. 29, arquitetura e agronomia.

Art. 43. O mandato dos conselheiros regionais será de 3 (três) anos e se renovará anualmente pelo terço de seus membros.

Art. 44. Cada Conselho Regional terá inspetorias, para fins de fiscalização, nas cidades ou zonas onde se fizerem necessárias.

Capítulo IV

Das Câmaras Especializadas

Seção I.

Da Instituição das Câmaras e suas atribuições

Art. 45. As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.

Art. 46. São atribuições das Câmaras Especializadas:

a) julgar os casos de infração da presente lei, no âmbito de sua competência profissional específica;

b) julgar as infrações do Código de Ética;

c) aplicar as penalidades e multas previstas;

d) apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região;

e) elaborar as normas para a fiscalização das respectivas especializações profissionais;

f) opinar sobre os assuntos de interesse comum de duas ou mais especializações profissionais, encaminhando-os ao Conselho Regional.

Seção II

Da Composição e organização

Art. 47. As Câmaras Especializadas serão constituídas pelos conselheiros regionais.

Parágrafo único. Em cada Câmara Especializada haverá um membro, eleito pelo Conselho Regional, representando as demais categorias profissionais.

Art. 48. Será constituída Câmara Especializada desde que entre os conselheiros regionais haja um mínimo de 3 (tres) do mesmo grupo profissional.

Capítulo V

Generalidades

Art. 49. Aos Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais compete, além da direção do respectivo Conselho, sua representação em juízo.

Art. 50. O conselheiro federal ou regional que durante 1 (um) ano faltar, sem licença prévia, a 6 (seis) sessões, consecutivas ou não, perderá automaticamente o mandato passando este a ser exercido, em caráter efetivo, pelo respectivo suplente.

Art. 51. O mandato dos Presidentes e dos conselheiros será honorífico.

Art. 52. O exercício da função de membro dos Conselhos por espaço de tempo não inferior a dois terços do respectivo mandato será considerado serviço relevante prestado à Nação.

§ 1º O Conselho Federal concederá aos que se acharem nas condições deste artigo o certificado de serviço relevante, independentemente de requerimento do interessado, dentro de 12 (doze) meses contados a partir da comunicação dos Conselhos.

§ 2º VETADO

Art. 53. Os representantes dos Conselhos Federal e Regionais reunir-se-ão pelo menos uma vez por ano para conjuntamente, estudar e estabelecer providências que assegurem ou aperfeiçoem a aplicação da presente lei, devendo o Conselho Federal remeter aos Conselhos Regionais, com a devida antecedência, o relatório respectivo.

Art. 54. Aos Conselhos Regionais é cometido o encargo de dirimir qualquer dúvida ou omissão sobre a aplicação desta lei, com recurso "ex officio", de efeito suspensivo, para o Conselho Federal, ao qual compete decidir, em última instância, em caráter geral.

TÍTULO III

Do registro e fiscalização profissional

CAPÍTULO I

Do registro dos profissionais

Art. 55. Os profissionais habilitados na forma estabelecida nesta lei só poderão exercer a profissão após o registro no Conselho Regional, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Art. 56. Aos profissionais registrados de acordo com esta lei será fornecida carteira profissional, conforme modelo adotado pelo Conselho Federal, contendo o número de registro, a natureza do título, especializações e todos os elementos necessários à sua identificação.

§ 1º A expedição da carteira a que se refere o presente artigo fica sujeita à taxa que for arbitrada pelo Conselho Federal.

§ 2º A carteira profissional, para os efeitos desta lei, substituirá o diploma, valendo como documento de identidade e terá fé pública.

§ 3º Para emissão da carteira profissional os Conselhos Regionais deverão exigir do interessado a prova de habilitação profissional e de identidade, bem como outros elementos julgados convenientes, de acordo com instruções baixadas pelo Conselho Federal.

Art. 57. Os diplomados por escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura ou agronomia, oficiais ou reconhecidas, cujos diplomas não tenham sido registrados, mas estejam em processamento na repartição federal competente, poderão exercer as respectivas profissões mediante registro provisório no Conselho Regional.

Art. 58. Se o profissional, firma ou organização, registrado em qualquer Conselho Regional, exercer atividade em outra Região, ficará obrigado a visar, nela, o seu registro.

CAPÍTULO II

Do registro de firmas e entidades

Art. 59. As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.

§ 1º O registro de firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral só será concedido se sua denominação for realmente condizente com sua finalidade e qualificação de seus componentes.

§ 2º As entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista que tenham atividade na engenharia, na arquitetura ou na agronomia, ou se utilizem dos trabalhos de profissionais dessas categorias, são obrigadas, sem quaisquer ônus, a fornecer aos Conselhos Regionais todos os elementos necessários à verificação e fiscalização da presente lei.

§ 3º O Conselho Federal estabelecerá, em resoluções, os requisitos que as firmas ou demais organizações previstas neste artigo deverão preencher para o seu registro.

Art. 60. Toda e qualquer firma ou organização que, embora não enquadrada no artigo anterior, tenha alguma seção ligada ao exercício profissional da engenharia, arquitetura e agronomia, na forma estabelecida nesta lei, é obrigada a requerer o seu registro e a anotação dos profissionais, legalmente habilitados, delas encarregados.

Art. 61. Quando os serviços forem executados em lugares distantes da sede da entidade, deverá esta manter, junto a cada um dos serviços, um profissional devidamente habilitado naquela jurisdição.

Art. 62. Os membros dos Conselhos Regionais só poderão ser eleitos pelas entidades de classe que estiverem previamente registradas no Conselho em cuja jurisdição tenham sede.

§ 1º Para obterem registro, as entidades referidas neste artigo deverão estar legalizadas, ter objetivo definido permanente, contar no mínimo trinta associados engenheiros, arquitetos ou engenheiros-agrônomo e satisfazer as exigências que forem estabelecidas pelo Conselho Regional.

§ 2º Quando a entidade reunir associados engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo, em conjunto, o limite mínimo referido no parágrafo anterior deverá ser de sessenta.

CAPÍTULO III

Das anuidades, emolumentos e taxas

Art. 63. Os profissionais e pessoas jurídicas registrados de conformidade com o que preceitua a presente lei são obrigados ao pagamento de uma anuidade ao Conselho Regional, a cuja jurisdição pertencerem.

§ 1º A anuidade a que se refere este artigo será paga até 31 de março de cada ano.

§ 2º O pagamento da anuidade fora desse prazo terá o acréscimo de 10% (dez por cento), a título de mora.

§ 3º O pagamento da anuidade inicial será feito por ocasião do registro.

Art. 64. Será automaticamente cancelado o registro do profissional ou da pessoa jurídica que deixar de efetuar o pagamento da anuidade, a que estiver sujeito, durante 2 (dois) anos consecutivos sem prejuízo da obrigatoriedade do pagamento da dívida.

Parágrafo único. O profissional ou pessoa jurídica que tiver seu registro cancelado nos termos deste artigo, se desenvolver qualquer atividade regulada nesta lei, estará exercendo ilegalmente a profissão, podendo reabilitar-se mediante novo registro, satisfeitas, além das anuidades em débito, as multas que lhe tenham sido impostas e os demais emolumentos e taxas regulamentares.

Art. 65. Toda vez que o profissional diplomado apresentar a um Conselho Regional sua carteira para o competente "visto" e registro, deverá fazer prova de ter pago a sua anuidade na Região de origem ou naquela onde passar a residir.

Art. 66. O pagamento da anuidade devida por profissional ou pessoa jurídica somente será aceito após verificada a ausência de quaisquer débitos concernentes a multas, emolumentos, taxas ou anuidades de exercícios anteriores.

Art. 67. Embora legalmente registrado, só será considerado no legítimo exercício da profissão e atividades de que trata a presente lei o profissional ou pessoa jurídica que esteja em dia com o pagamento da respectiva anuidade.

Art. 68. As autoridades administrativas e judiciárias, as repartições estatais, paraestatais, autárquicas ou de economia mista não receberão estudos, projetos, laudos, perícias, arbitramentos e quaisquer outros trabalhos; sem que os autores, profissionais ou pessoas jurídicas, façam prova de estar em dia com o pagamento da respectiva anuidade.

Art. 69. Só poderão ser admitidos nas concorrências públicas para obras ou serviços técnicos e para concursos de projetos, profissionais e pessoas jurídicas que apresentarem prova de quitação de débito ou visto do Conselho Regional da jurisdição onde a obra, o serviço técnico ou projeto deva ser executado.

Art. 70. O Conselho Federal baixará resoluções estabelecendo o Regimento de Custas e, periodicamente, quando julgar oportuno, promoverá sua revisão.

TÍTULO IV

Das penalidades

Art. 71. As penalidades aplicáveis por infração da presente lei são as seguintes, de acordo com a gravidade da falta:

- a) advertência reservada;
- b) censura pública;
- c) multa;
- d) suspensão temporária do exercício profissional;
- e) cancelamento definitivo do registro.

Parágrafo único. As penalidades para cada grupo profissional serão impostas pelas respectivas Câmaras Especializadas ou, na falta destas, pelos Conselhos Regionais.

Art. 72. As penas de advertência reservada e de censura pública são aplicáveis aos profissionais que deixarem de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta e os casos de reincidência, a critério das respectivas Câmaras Especializadas.

Art. 73. As multas são estabelecidas em função do maior salário-mínimo vigente no País e terão os seguintes valores, desprezadas as frações de mil cruzeiros:

a) multas de um a três décimos do salário-mínimo, aos infratores dos artigos 17 e 58 e das disposições para as quais não haja indicação expressa de penalidade;

b) multas de três a seis décimos do salário-mínimo às pessoas físicas, por infração da alínea "b" do artigo 6.º, dos artigos 13, 14 e 55 ou do parágrafo único do artigo 64;

c) multas de meio a um salário-mínimo às pessoas jurídicas, por infração dos artigos 13, 14, 59/60 e parágrafo único do artigo 64;

d) multa de meio a um salário-mínimo às pessoas físicas por infração das alíneas "a", "c" e "d" do artigo 6.º;

e) multas de meio a três salários-mínimos às pessoas jurídicas, por infração do artigo 6.º.

Parágrafo único. As infrações previstas neste artigo serão aplicadas em dobro nos casos de reincidência.

Art. 74. Nos casos de nova reincidência das infrações previstas no artigo anterior, alíneas "c", "d" e "e", será imposta, a critério das Câmaras Especializadas, suspensão temporária do exercício profissional, por prazos variáveis de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e, pelos Conselhos Regionais em pleno, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 75. O cancelamento do registro será efetuado por má conduta pública e escândalos praticados pelo profissional ou sua condenação definitiva por crime considerado infamante.

Art. 76. As pessoas não habilitadas que exercerem as profissões reguladas nesta lei, independentemente da multa estabelecida, estão sujeitas às penalidades previstas na Lei de Contravenções Penais.

Art. 77. São competentes para lavrar autos de infração das disposições a que se refere a presente lei, os funcionários designados para esse fim pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia nas respectivas Regiões.

Art. 78. Das penalidades impostas pelas Câmaras especializadas, poderá o interessado, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da notificação, interpor recurso que terá efeito suspensivo, para o Conselho Regional e, no mesmo prazo, deste para o Conselho Federal.

§ 1º Não se efetuando o pagamento das multas, amigavelmente, estas serão cobradas por via executiva.

§ 2º Os autos de infração, depois de julgados definitivamente contra o infrator, constituem títulos de dívida líquida e certa.

Art. 79. O profissional punido por falta de registro não poderá obter a carteira profissional, sem antes efetuar o pagamento das multas em que houver incorrido.

TÍTULO V

Das disposições gerais

Art. 80. Os Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público, constituem serviço público federal, gozando os seus bens, rendas e serviços de imunidade tributária total (art. 31, inciso V, alínea a da Constituição Federal) e franquia postal e telegráfica.

Art. 81. Nenhum profissional poderá exercer funções eletivas em Conselhos por mais de dois períodos sucessivos.

Art. 82. VETADO

Art. 83. Os trabalhos profissionais relativos a projetos não poderão ser sujeitos a concorrência de preço, devendo, quando for o caso, ser objeto de concurso.

Art. 84. O graduado por estabelecimento de ensino agrícola ou industrial de grau médio, oficial ou reconhecido, cujo diploma ou certificado esteja registrado nas repartições competentes, só poderá exercer suas fun-

ções ou atividades após registro nos Conselhos Regionais.

Parágrafo único. As atribuições do graduado referido neste artigo serão regulamentadas pelo Conselho Federal, tendo em vista seus currículos e graus de escolaridade.

Art. 85. As entidades que contratarem profissionais nos termos da alínea "c" do artigo 2º são obrigadas a manter, junto a eles, um assistente brasileiro do ramo profissional respectivo.

TÍTULO VI

Das disposições transitórias

Art. 86. São assegurados aos atuais profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia e aos que se encontrem matriculados nas escolas respectivas, na data da publicação desta lei, os direitos até então usufruídos e que venham de qualquer forma a ser atingidos por suas disposições.

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação desta lei, para os interessados promoverem a devida anotação nos registros dos Conselhos Regionais.

Art. 87. Os membros atuais dos Conselhos Federal e Regionais completarão os mandatos para os quais foram eleitos.

Parágrafo único. Os atuais presidentes dos Conselhos Federal e Regionais completarão seus mandatos, ficando o presidente do primeiro desses Conselhos com o caráter de membro do mesmo.

Art. 88. O Conselho Federal baixará resoluções, dentro de 60 (sessenta) dias a partir da data da presente lei, destinadas a completar a composição dos Conselhos Federal e Regionais.

Art. 89. Na constituição do primeiro Conselho Federal após a publicação desta lei serão escolhidos por meio de sorteio as Regiões e os grupos profissionais que as representarão.

Art. 90. Os Conselhos Federal e Regionais, completados na forma desta lei, terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após a posse, para ela-

borar seus regimentos internos, vigorando, até a expiração desse prazo, os regulamentos e resoluções vigentes no que não colidam com os dispositivos da presente lei.

Art. 91. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

L. G. do Nascimento e Silva

LEI Nº 5.195 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966

Promove ao posto imediato o militar que, em pleno serviço ativo, vier a falecer em consequência de ferimentos recebidos em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou em virtude de acidente em serviço.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O militar que, em pleno serviço ativo, vier a falecer em con-

sequência de ferimentos recebidos em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou em virtude de acidente em serviço será considerado promovido ao posto ou graduação imediata, na data do falecimento.

§ 1º ... VETADO ...

§ 2º O disposto neste artigo alcança a situação dos militares já falecidos, sendo que as vantagens financeiras só serão devidas aos seus beneficiários a partir da vigência desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78 da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Zilmar de Araripe Macedo

Ademar de Queiroz

Eduardo Gomes

LEI Nº 5.196, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966

Institui o "Dia de Anchieta".

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o "Dia de Anchieta" e designada a data de 9 de junho para a sua celebração.

Art. 2º O "Dia de Anchieta" será comemorado nas escolas primárias e médias do País, através de palestras alusivas à sua vida e à sua obra.

Parágrafo único. As comemorações a que se refere este artigo não devem interferir com as atividades escolares normais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

APENSO

No "Apenso" dos volumes da "Colecção das Leis" figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato, escritura de compra e venda, celebrado em 31 de outubro de 1950, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Onofre Varani.

Art. 1º É mantido o ato, de 2 de maio de 1952, do Tribunal de Contas, denegatório de registro ao contrato — escritura de compra e venda — celebrado em 31 de outubro de 1950, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Onofre Varani, com anuência de Pinho e Terras Limitada, relativamente ao imóvel da rua Mooca nº 2.182, cidade de São Paulo, acervo da Southern Brazil Lumber and Colonization Company.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de setembro de 1966.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato — escritura de compromisso de compra e venda — celebrado, em 17 de março de 1945, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Aderson Horn Ferro.

Art. 1º É mantido o ato, de 5 de outubro de 1951, do Tribunal de Contas, denegatório de registro ao contrato — escritura de compromisso de compra e venda — celebrado, em 17 de março de 1945, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Aderson Horn Ferro, relativamente ao saldo das glebas de terras nºs 1 e 3, situadas em Dionísio Cerqueira e Campo Erê, no município de Xapecó, Território de Iguaçu.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de setembro de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1966

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de termo de suplemento a contrato, firmado em 30 de dezembro de 1950, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Instituto de Assuntos Interamericanos.

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o termo, de 31 de dezembro de 1951, de suplemento ao contrato firmado em 30 de dezembro de 1950, que prorrogou o de 17 de julho de 1942, ampliado pelo contrato relativo ao saneamento do Vale do Rio Doce, em 10 de fevereiro de 1943, renovado em 25 de novembro de 1943, de acordo com o Decreto-lei nº 6.260 de 11 de fevereiro de 1944, modificado pelo de nº 7.064, de novembro do mesmo ano e prorrogado em 14 de janeiro e 1º de setembro de 1949 e 31 de janeiro de 1950, sendo partes o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Instituto de Assuntos Interamericanos.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de setembro de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 3º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 45, DE 1966

Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma ao 3º Sargento do Exército João Peixoto Martins.

Art. 1º É tornado definitivo o registro, de 15 de dezembro de 1965, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma ao 3º Sargento do Exército João Peixoto Martins, por incapacidade física verificada em 23 de dezembro de 1957, resultante de acidente em serviço.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de setembro de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, §§ 2º e 3º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1966

Autoriza o registro, pelo Tribunal de Contas, da concessão de aposentadoria a Carolina de Mello e Souza Andrade.

Art. 1º É o Tribunal de Contas autorizado a registrar a concessão de aposentadoria a Carolina de Mello e Souza Andrade, no cargo de Ajudante

de Agência de 1ª Classe, da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do antigo Distrito Federal, com tôdas as vantagens e vencimentos integrais.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de setembro de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

LEI Nº 4.925 — DE 23 DE DEZEMBRO
DE 1965

Autoriza o Ministério da Marinha a aproveitar na classe inicial das séries de classe de suas especialidades, após conclusão de curso, todos os alunos bolsistas e os aprendizes das Escolas Técnicas e Industriais reconhecidas ou classificadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — de 31 de dezembro de 1965)

Retificação

Na página 13.689, 2ª coluna, artigo 2º, onde se lê:

... na classe de Desenhista,...

Leia-se:

... na classe inicial da Série de Classe de Desenhista,...

LEI Nº 5.117 — DE 27 DE SETEMBRO
DE 1966

Dispõe sobre a nomeação e a admissão de servidores e empregados da União, das Autarquias e de outras entidades, e dá outras providências.

(Publicada no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — de 28 de setembro de 1966).

Retificação

Na pág. 11.227, 1ª coluna, no parágrafo único do art. 1º, onde se lê:

... Decreto nº 54.003, de 3 de julho de 1954.

Leia-se:

... Decreto nº 54.003, de 3 de julho de 1964.

LEI Nº 5.129 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1966

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 39.926.200 (trinta e nove milhões, novecentos e vinte e seis mil e duzentos cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da realização em Brasília, do Seminário da CEPAL, de Peritos Governamentais em Comércio Exterior.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 39.926.200 (trinta e nove milhões, novecentos e vinte e seis mil e duzentos cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da realização, em Brasília, do Seminário da CEPAL, de Peritos Governamentais em Comércio Exterior.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
M. Pío Corrêa
Eduardo Lopes Rodrigues

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes VII e VIII de 1956, desta
coleção, pela ordem alfabética
dos assuntos

EMENTÁRIO

A

ABATIMENTOS DE PASSAGENS E FRETES AÉREOS

Suprime a concessão de abatimentos de passagens e fretes no transporte aéreo, dispõe sobre a requisição de transporte, limita a concessão de passagem ou frete aéreo gratuito, ou de cortesia, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 29 — de 14 de novembro de 1966.

ACÓRDOS

Aprova o Acôrd de Cooperação para Usos Cíveis de Energia Atômica entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil, assinado em Washington, em 8 de julho de 1965.

Decreto Legislativo nº 48, de 1966.

— Aprova o Acôrd de Cooperação Técnica entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República Popular Federativa da Iugoslávia.

Decreto Legislativo nº 51, de 1966.

— Aprova o protocolo para Nova Prorrogação do Acôrd Internacional do Açúcar de 1958, adotado em Genebra, em 14 de outubro de 1965.

Decreto Legislativo nº 53, de 1966.

— Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de termo de acôrd celebrado, em 15 de setembro de 1960, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado de Mato Grosso.

Decreto Legislativo nº 58, de 1966.

— Aprova o Acôrd Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Coréia, assinado na Cidade do Rio de Janeiro, em 7 de fevereiro de 1966.

Decreto Legislativo nº 62, de 1966.

— Aprova o Acôrd Básico de Cooperação Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca assinado na Cidade do Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 1966.

Decreto Legislativo nº 63, de 1966.

— Aprova o Acôrd entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Francesa sobre Transportes Aéreos Regulares, assinado em Paris, a 29 de outubro de 1965.

Decreto Legislativo nº 66, de 1966.

— Aprova a Emenda ao Acôrd para o Programa de Agricultura e Recursos Naturais, assinado em 26 de junho de 1953, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América.

Decreto Legislativo nº 67, de 1966.

— Aprova o Acôrd sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica, celebrado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia em 11 de janeiro de 1966.

Decreto Legislativo nº 68, de 1966.

— Manda executar os Protocolos de Negociações Tarifárias, realizados com a Austrália, Austrália, Dinamarca, Estados Unidos da América, Finlândia, Japão e Suécia, no Acôrd Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT).

Decreto nº 55.885 — de 31 de março de 1965.

— *Promulga o Acôrdo de Intercâmbio Cultural Brasil-Costa Rica.*

Decreto nº 59.273 — de 23 de setembro de 1966.

— *Promulga o Acôrdo sobre Privilegios e Imunidades da Agência Internacional de Energia Atômica.*

Decreto nº 59.309 — de 23 de setembro de 1966.

— *Promulga o Acôrdo Sanitário com a República do Peru.*

Decreto nº 59.596 — de 28 de novembro de 1966.

ALÇUCAR

Aprova o protocolo para Nova Prorrogação do Acôrdo Internacional do Açúcar de 1958, adotado em Genebra, em 14 de outubro de 1965.

Decreto Legislativo nº 53, de 1966.

ALÇUCAR E ALCOOL

Dispõe sobre a arrecadação de taxas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, a produção, o comércio e o transporte do açúcar e do Alcool e dá outras providências.

Decreto-lei nº 56 — de 18 de novembro de 1966.

ACUMULAÇÃO

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

ADICIONAL DO IMPOSTO DE RENDA

Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

Decreto-lei nº 62 — de 21 de novembro de 1966.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ

Aprova o orçamento do Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará.

Decreto nº 59.830 — de 23 de dezembro de 1966.

ADUANEIROS

Dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências.

Decreto-lei nº 37 — de 18 de novembro de 1966.

AERONAUTICA

Altera e acrescenta dispositivos no Decreto-lei nº 18, de 24 de agosto de 1936, que dispõe sobre o exercício da profissão da aeronauta e dá outras providências.

Decreto-lei nº 78 — de 8 de dezembro de 1966.

— *Cria a Auditoria da 11.ª Região Militar e dá outras providências.*

Decreto-lei nº 26 — de 7 de novembro de 1966.

— *Acréscita, alinea à Lei número 4.476, de 12 de novembro de 1964, que estabelece a precedência funcional entre Oficiais Gerais dos postos de Almirante-de-Esquadra, General de Exército e Tenente Brigadeiro.*

Decreto-lei nº 77 — de 23 de novembro de 1966.

— *Regulamenta a Lei de Promoções dos Oficiais da Ativa da Aeronáutica (Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966).*

Decreto nº 59.203 — de 12 de setembro de 1966.

— *Altera o Regulamento da Diretoria do Pessoal da Aeronáutica.*

Decreto nº 59.321 — de 29 de setembro de 1966.

— *Altera o Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.*

Decreto nº 59.378 — de 12 de outubro de 1966.

— *Altera as alíneas "d" e "e" do art. 1º do Decreto nº 57.624, de 13 de janeiro de 1966.*

Decreto nº 59.398 — de 17 de outubro de 1966.

AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

Abre pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros), destinado às obras do novo aeroporto internacional de Brasília.

Lei nº 5.132 — de 4 de outubro de 1936.

AEROPORTOS

Aprova o Regulamento para execução da Lei nº 4.515, de 1º de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Zona de Proteção de Aeroportos.

Decreto nº 59.066 — de 12 de agosto de 1966.

AGÊNCIA NACIONAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 351.165,80 (trezentos e cinquenta e um mil cento e sessenta e cinco cruzeiros e oitenta centavos), para pagamento das despesas com instalação, aluguel e manutenção de Circuitos Telex, localizado no Gabinete do Ministro e na Agência Nacional.

Lei nº 5.137 — de 13 de outubro de 1966.

AGENTE FISCAL

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Decreto-lei nº 81 — de 21 de dezembro de 1966.

AGRICO-INDUSTRIAL RONDÔNIA S.A.

Outorga à Agrico-Industrial Rondônia S.A. autorização para o estudo dos recursos hidráulicos de trecho da bacia do Alto Jauru, município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 59.437 — de 27 de outubro de 1966.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o Governo do Estado do Paraná a pesquisar água mineral, no município de Guarapuava, Estado do Paraná.

Decreto nº 56.051 — de 26 de abril de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Rodrigues Ferreira a pesquisar água mineral no município de Valinhos, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.514 — de 9 de novembro de 1966.

— *Renova o Decreto nº 52.983, de 27 de novembro de 1963.*

Decreto nº 59.542 — de 11 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro a pesquisar água mineral no município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.727 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Veríssimo Labs da Silva a pesquisar água mineral no Município de São Roque, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.768 — de 16 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Matarazzo Júnior a pesquisar água mineral no município de Santa Rosa de Viterbo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.792 — de 19 de dezembro de 1966.

ÁGUAS MARINHAS

Autoriza a cidadã brasileira Anésia Soares Cunha a pesquisar águas marinhas no município de Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.516 — de 9 de novembro de 1966.

ÁGUAS MINERAIS VONTOBEL LIMITADA

Concede à Águas Minerais Vontobel Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.730 — de 15 de dezembro de 1966.

ÁGUAS PÚBLICAS

Declara públicas, de uso comum, as águas do curso d'água que especifica.

Decreto nº 59.099 — de 19 de agosto de 1966.

— *Declara públicas, de uso comum, as águas do curso d'água que especifica.*

Decreto nº 59.296 — de 23 de setembro de 1966.

— *Declara públicas, de uso comum, as águas do curso d'água que especifica.*

Decreto nº 59.302 — de 23 de setembro de 1966.

— *Declara públicas, de uso comum, as águas dos cursos que especifica.*

Decreto nº 59.326 — de 29 de setembro de 1966.

— *Declara públicas, de uso comum, as águas do curso que especifica.*

Decreto nº 59.329 — de 29 de setembro de 1966.

— *Declara públicas, de uso comum, as águas dos cursos que especifica.*

Decreto nº 59.765 — de 16 de dezembro de 1966.

— *Declara públicas, de uso comum, as águas do curso que especifica.*

Decreto nº 59.766 — de 16 de dezembro de 1966.

A INDEPENDÊNCIA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da A Independência Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 59.567 — de 16 de novembro de 1966.

AJUDA DE CUSTO

Dispõe sobre a fixação dos subsídios, diárias e ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, para o período legislativo de 1967 a 1971.

Decreto Legislativo nº 70, de 1966.

ALGODÃO

Fixa os preços mínimos básicos para o algodão, arroz, feijão, farinha de mandioca, milho e sisal, da região Norte-Nordeste da safra 1967-68.

Decreto nº 59.815 — de 19 de dezembro de 1966.

ALIANÇA DA BAHIA CAPITALIZAÇÃO S.A.

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Aliança da Bahia Capitalização S.A., inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 59.663 — de 5 de dezembro de 1966.

ALUVIÕES AURÍFEROS

Renova o Decreto nº 53.797, de 23 de março de 1964.

Decreto nº 59.333 — de 30 de setembro de 1966.

ALVORADA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Alvorada Companhia Nacional de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 59.583 — de 24 de novembro de 1966.

AMAZÔNIA

Emenda Constitucional nº 21.

— *Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências.*

Lei nº 5.173 — de 27 de outubro de 1966.

— *Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências.*

Lei nº 5.174 — de 27 de outubro de 1966.

— Declara prioritária para o desenvolvimento da Amazônia, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similares nacionais registrados e consignados à empresa "Cervejaria Paraense Sociedade Anônima (CERPASA), de Belém, Estado do Pará.

Decreto nº 59.357 — de 4 de outubro de 1966.

— Cria o Grupo de Implantação do Novo Sistema de Ação do Governo Federal, na Amazônia e dá outras providências.

Decreto nº 59.455 — de 4 de novembro de 1966.

— Ministério da Fazenda. Abertura de crédito especial de Cr\$ 20.000.000.000, destinado ao Banco da Amazônia S.A., para aplicação em créditos especializados à iniciativa privada na Região Amazônica.

Decreto nº 59.591 — de 25 de novembro de 1966.

AMAZÔNIA

— Autoriza o Superintendente da SUDAM a praticar os atos de sua competência, necessários à imediata instalação, funcionamento e consecução dos objetivos da autarquia.

Decreto nº 59.609 — de 29 de novembro de 1966.

— Retifica o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Decreto nº 59.868 — de 26 de dezembro de 1966.

AMBULÂNCIAS

Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de ambulâncias.

Lei nº 5.146 — de 20 de outubro de 1966.

— Regulamenta a forma de distribuição, do processamento dos pedidos e da fiscalização das doações de ambulâncias feitas através do Ministério da Saúde e dá outras providências.

Decreto nº 59.709 — de 12 de dezembro de 1966.

AMBULATORIO MARIA VILLAC

Declara de utilidade pública o Ambulatório "Maria Villac", com sede em Campinas, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.504 — de 9 de novembro de 1966.

AMIANTO

Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo Ribeiro da Costa a pesquisar amianto e minério de manganês no município de Pilar de Goiás, Estado de Goiás.

Decreto nº 59.626 — de 1º de dezembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Baptista Keutenedjian a pesquisar talco, amianto e minério de níquel no município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.734 — de 15 de dezembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Baptista Keutenedjian a pesquisar talco, amianto e minério de níquel no município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.735 — de 15 de dezembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Baptista Keutenedjian a pesquisar talco, amianto e minério de níquel no município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.775 — de 16 de dezembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Jorge Boueri a pesquisar amianto no município de Conceição da Pedra, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.776 — de 16 de dezembro de 1966.

ANISTIA

Concede anistia aos eleitores responsáveis por infrações previstas no art. 289 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

Decreto Legislativo nº 47, de 1966.

ANUIDADES

Fixa as taxas e anuidades a serem cobradas pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia.

Decreto nº 59.769 — de 16 de dezembro de 1966.

APARELHOS E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES

Concede isenção de tributos para aparelhos e equipamentos médico-hospitalares.

Lei nº 5.142 — de 20 de outubro de 1966.

APATITA

Autoriza a cidadã brasileira Joaquina Fontanini Stuber a pesquisar apatita e baritina, no município de Ribeira, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.785 — de 19 de dezembro de 1966.

APOSENTADORIAS

Autoriza o registro, pelo Tribunal de Contas, da concessão de aposentadoria a Carolina de Mello e Souza Andrade.

Decreto Legislativo nº 46, de 1966.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Abel a pesquisar areia quartzosa no Município de Peruibe, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.482 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Abel a pesquisar areia quartzosa, no município de Peruibe, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.485 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Abel Filho a pesquisar feldspato e areia quartzosa, no município de Peruibe, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.505 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Abel Filho a pesquisar areia quartzosa no município de Peruibe, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.510 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Abel a pesquisar areia quartzosa no município de Peruibe, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.529 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza a Sociedade Técnica de Areias Para Fundição Ltda. a lavar areia quartzosa, no município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.685 — de 7 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lino Abel a pesquisar areia quartzosa no município de Peruibe, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.798 — de 19 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lino Abel a pesquisar areia quartzosa no município de Peruibe, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.799 — de 19 de dezembro de 1966.

— *Autoriza a firma Cimento Aratu S.A. a pesquisar areia quartzosa no Município de Simões Filho, Estado da Bahia.*

Decreto nº 59.800 — de 19 de dezembro de 1966.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Seraphim Tavarone a pesquisar argila, no município de Suzano, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.480 — de 3 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Emilio Baptista a pesquisar argila no município de Taubaté, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.487 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sinézio Borges a pesquisar bauxita e argila no município de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.522 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza a Mineração Triângulo Sociedade Anônima a lavar argila no Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.554 — de 11 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gastão de Souza Mesquita Neto a pesquisar argila no município de Jussara, Estado do Paraná.*

Decreto nº 59.637 — de 1º de dezembro de 1966.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria José de Aquino a pesquisar argila e calcário no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.657 — de 5 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Tozatto Filho a lavar argila no município de Araucária, Estado do Paraná.*

Decreto nº 59.681 — de 7 de dezembro de 1966.

— *Autoriza Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. a pesquisar argila e caulim no município de Itapacerica, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.729 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Declara caduco o Decreto número 17.305, de 6 de dezembro de 1944.*

Decreto nº 59.764 — de 16 de dezembro de 1966.

— *Autoriza Itapetinga Agro Industrial S.A. a pesquisar calcário, argila e scheelita no município de Lages, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 59.786 — de 19 de dezembro de 1966.

ARGILA REFRATÁRIA

Autoriza o cidadão brasileiro Clovis Scripilliti a lavar argila refratária, no município de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.744 — de 15 de dezembro de 1966.

ARGILAS CLAY S.A.

Concede a Argilas Clay S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.796 — de 19 de dezembro de 1966.

ARQUITETO

Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.

Lei nº 5.194 — de 24 de dezembro de 1966.

ARROZ

Fixa os preços mínimos básicos para o algodão, arroz, feijão, farinha de mandioca, milho e sisal, da região Norte-Nordeste da safra 1967-68.

Decreto nº 59.815 — de 19 de dezembro de 1966.

ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Aprova o Regulamento para o "Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro", de julho de 1966.

Decreto nº 58.678 — de 21 de junho de 1966.

ASSOCIAÇÃO CASA DA CRIANÇA DE SANTOS

Declara de utilidade pública a "Associação Casa da Criança de Santos", com sede em Santos, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.346 — de 30 de setembro de 1966.

ASSOCIAÇÃO INSTRUTORA DA JUVENTUDE FEMININA

Declara de utilidade pública a "Associação Instrutora da Juventude Feminina", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.801 — de 19 de dezembro de 1966.

ASSOCIAÇÕES DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO

Autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências.

Decreto-lei nº 70 — de 21 de novembro de 1966.

ATLÂNTICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Atlântica Companhia Nacional de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 59.823 — de 21 de dezembro de 1966.

ATO COMPLEMENTAR

Ato Complementar nº 23.

— *Ato Complementar nº 25.*

— *Ato Complementar nº 26.*

AUDITORIA DA 11.ª REGIÃO MILITAR

Cria a Auditoria da 11.ª Região Militar e dá outras providências.

Decreto-lei nº 26 — de 7 de novembro de 1966.

AUDITORIA DE JUSTIÇA MILITAR

Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 17.900.000, para atender às despesas da Auditoria de Justiça Militar e Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.672 — de 6 de dezembro de 1966.

AUTARQUIAS

Dispõe sobre os bens e pessoal vinculado aos serviços de navegação e de reparos navais explorados pelo Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional e pela Companhia Nacional de Navegação Costeira — Autarquia Federal, extingue estas autarquias, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais "Costeira" S.A., e dá outras providências.

Decreto-lei nº 67 — de 21 de novembro de 1966.

— *Reausta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.*

Decreto-lei nº 81 — de 21 de dezembro de 1966.

B

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

Dispõe sobre a reorganização do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e dá outras providências.

Decreto-lei nº 60 — de 21 de novembro de 1966.

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

Aprova o orçamento do Banco Nacional de Habitação.

Decreto nº 59.351 — de 4 de outubro de 1966.

— *Altera o orçamento do Banco Nacional de Habitação, aprovado pelo Decreto nº 59.351, de 4 de outubro de 1966.*

Decreto nº 59.899 — de 30 de dezembro de 1966.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a criar uma sociedade por ações, que incorporará o FINAME, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 45 — de 18 de novembro de 1966.

— Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

Decreto-lei nº 62 — de 21 de novembro de 1966.

BARITA

Autoriza o cidadão brasileiro Nelson Deusdará Filho a pesquisar barita no Município de Taquaraçu de Minas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.338 — de 30 de setembro de 1966.

BARITINA

Autoriza Hevea da Bahia S.A. Agricultura Indústria e Comércio a pesquisar baritina, no município de Camamu, Estado da Bahia.

Decreto nº 59.490 — de 9 de novembro de 1966.

— Autoriza a cidadã brasileira Joaquina Fontanini Stuber a pesquisar apatita e baritina, no Município de Ribeira, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.785 — de 19 de dezembro de 1966.

BASES NAVAIS

Aprova o "Regulamento para as Bases Navais".

Decreto nº 59.827 — de 21 de dezembro de 1966.

BAUXITA

Autoriza o cidadão brasileiro Guilherme Campion a pesquisar bauxita no município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.294 — de 23 de setembro de 1966.

— Autoriza Mineração Pirangi S.A. a lavar bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.335 — de 30 de setembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sinésio Borez a pesquisar bauxita e argila no município de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.522 — de 9 de novembro de 1966.

— Autoriza a Cia. Brasileira de Alumínio a lavar bauxita no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.538 — de 11 de novembro de 1966.

— Altera o art. 1º do Decreto número 58.153, de 11 de dezembro de 1963.

Decreto nº 59.551 — de 11 de novembro de 1966.

— Autoriza Pesquisas Minerais Heco Limitada a lavar bauxita, no município de Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.723 — de 14 de dezembro de 1966.

— Autoriza Pesquisas Minerais Heco Limitada a lavar bauxita, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.767 — de 12 de dezembro de 1966.

BENS DA UNIÃO

Dispõe sobre os bens e pessoal vinculado aos serviços de navegação e de reparos navais explorados pelo Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional e pela Companhia Nacional de Navegação Costeira — Autarquia Federal, extingue estas autarquias, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais "Costeira" S.A., e dá outras providências.

Decreto-lei nº 67 — de 21 de novembro de 1966.

BENS IMÓVEIS

Autoriza o Serviço de Navegação da Bacia do Prata a alienar os bens imóveis que especifica, de sua propriedade, e dá outras providências.

Lei nº 5.188 — de 8 de dezembro de 1966.

BERNARDINO & CIA. LTDA.

Concede à Bernardino & Cia. Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.537 — de 11 de novembro de 1966.

BÓLSAS DE ESTUDOS

Dispõe sobre preferência para bôlsas de estudos.

Decreto nº 59.439 — de 28 de outubro de 1966.

BRASÃO DE ARMAS

Cria o Brasão de Armas para a Biblioteca do Exército.

Decreto nº 59.223 — de 16 de setembro de 1966.

C**CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES**

Altera o Regulamento do Cadastro Geral de Contribuintes.

Decreto nº 59.603 — de 28 de novembro de 1966.

CAFE

Dispõe sobre a aplicação e qualifica as penalidades pelas infrações às normas e resoluções de competência do Instituto Brasileiro do Café e dá outras providências.

Decreto-lei nº 47 — de 18 de novembro de 1966.

CAIEIRA NOSSA SENHORA DA GUIA LTDA.

Retifica o Decreto nº 59.179, de 6 de setembro de 1966.

Decreto nº 59.425 — de 27 de outubro de 1966.

CAIXA DE AMORTIZAÇÃO

Prorroga a vigência do crédito especial concedido pelo art. 41, da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Decreto-lei nº 80 — de 19 de dezembro de 1966.

CAIXA DE CRÉDITO DA PESCA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para atender a despesas da Caixa de Crédito da Pesca.

Lei nº 5.155 — de 21 de outubro de 1966.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Altera o orçamento da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio.

Decreto nº 59.468 — de 8 de novembro de 1966.

— Altera o orçamento da Caixa Econômica Federal de Alagoas.

Decreto nº 59.469 — de 3 de novembro de 1966.

— Retifica o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal da Bahia.

Decreto nº 59.870 — de 26 de dezembro de 1966.

CALCÁRIO

Autoriza a empresa de mineração Calcário Dom Bosco Ltda., a pesquisar calcário no município de Prados, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.303 — de 23 de setembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Athos Fontes Ferreira a pesquisar dolomita e calcário no município de Itararé, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.492 — de 9 de novembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Clovis Machado de Campos Filho a pesquisar calcário, no município de Iporanga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.509 — de 9 de novembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sérgio Augusto de Oliveira Pinto a pesquisar calcário, no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto nº 19.515 — de 9 de novembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Hélio Curto a pesquisar calcário e minério de manganês, no município de Eldorado Paulista, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.521 — de 9 de novembro de 1966.

— Renova o Decreto nº 1.090, de 30 de maio de 1962.

Decreto nº 59.636 — de 19 de dezembro de 1966.

— *Autoriza a cidadão brasileira Maria José de Aquino a pesquisar argila e calcário no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.657 — de 5 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alfredo Marinho Ravasco a pesquisar mármore e calcário, no município de Barra do Turvo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.733 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Autoriza Itapetinga Agro Industrial S. A. a pesquisar calcário, argila e scheelita no município de Lages, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 59.786 — de 19 de dezembro de 1966.

— *Retifica o art. 1º do Decreto número 44.354, de 22 de agosto de 1958.*

Decreto nº 59.790 — de 19 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Augusto Werner Filho a pesquisar calcário no município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 59.797 — de 19 de dezembro de 1966.

CALCIOMAR DE MINERAÇÃO LIMITADA

Concede à Calciomar de Mineração Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.293 — de 23 de setembro de 1966.

CARB — CARBONATO DA BAHIA LIMITADA

Concede à CARB — Carbonatos da Bahia Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.508 — de 9 de novembro de 1966.

CARROS OFICIAIS

Dá nova redação ao § 1º do artigo 1º, do Decreto nº 50.640, de 20 de maio de 1961, que regulamentou o uso de carros oficiais.

Decreto nº 59.599 — de 28 de novembro de 1966.

CASA DA MOEDA

Considera a Casa da Moeda enquadrada no § 2º, do art. 33, da Lei nº 4.883, de 29 de novembro de 1965.

Decreto nº 59.813 — de 19 de dezembro de 1966.

CASSITERITA

Renova o Decreto nº 1.922, de 19 de dezembro de 1962.

Decreto nº 59.343 — de 30 de setembro de 1966.

— *Renova o Decreto nº 1.923, de 19 de dezembro de 1962.*

Decreto nº 59.344 — de 30 de setembro de 1966.

— *Renova o Decreto nº 1.924, de 19 de dezembro de 1962.*

Decreto nº 59.345 — de 30 de setembro de 1966.

— *Renova o Decreto nº 1.696, de 27 de novembro de 1962.*

Decreto nº 59.348 — de 30 de setembro de 1966.

— *Renova o Decreto nº 1.694, de 27 de novembro de 1962.*

Decreto nº 59.349 — de 30 de setembro de 1966.

— *Autoriza a Companhia Estanífera do Brasil S. A. a lavar cassiterita, no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.555 — de 11 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Flodoaldo Pontes Pinto a lavar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 59.836 — de 22 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Flodoaldo Pontes Pinto a lavar casiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 59.837 — de 22 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Flodoaldo Pontes Pinto a lavar casiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 59.849 — de 23 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Flodoaldo Pontes Pinto a lavar casiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 59.850 — de 23 de dezembro de 1966.

— *Renova o Decreto nº 1.669, de 26 de novembro de 1966.*

Decreto nº 59.853 — de 23 de dezembro de 1966.

— *Renova o Decreto nº 1.670, de 26 de novembro de 1962.*

Decreto nº 59.854 — de 23 de dezembro de 1966.

— *Renova o Decreto nº 1.672, de 26 de novembro de 1962.*

Decreto nº 59.855 — de 23 de dezembro de 1966.

— *Renova o Decreto nº 1.673, de 26 de novembro de 1962.*

Decreto nº 59.856 — de 23 de dezembro de 1966.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Djahy Farina Romero a lavar caulim no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 59.827 — de 29 de setembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eshi Niwa a pesquisar caulim no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.488 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Gomes de Oliveira a pesquisar caulim, no município de Monte Alegre do Sul, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.491 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joseph Nigri a lavar caulim no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.511 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza Construções e Comércio Camargo Corrêa S. A. a pesquisar argila e caulim no município de Itapetininga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.729 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Heitor Dante Violani a lavar caulim, no município de Campo Largo, no Estado do Paraná.*

Decreto nº 59.732 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Gonçalves Guimarães a pesquisar feldspato e caulim, no município de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 59.774 — de 16 de dezembro de 1966.

— *Declara caduco o Decreto número 29.785.*

Decreto nº 59.783 — de 19 de dezembro de 1966.

CÉDULA HIPOTECÁRIA

Autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências.

Decreto-lei nº 70 — de 21 de novembro de 1966.

CENTRO DO COMÉRCIO DE CAFÉ DE PARANAGUÁ

Concede ao Centro do Comércio de Café de Paranaguá a prerrogativa mencionada na alínea "d" do artigo 513, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Decreto nº 54.687 — de 29 de outubro de 1964.

CENTRO SOCIAL FEMININO

Declara de utilidade pública o "Centro Social Feminino", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.581 — de 24 de novembro de 1966.

CESSÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO

Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, dos imóveis que menciona, situados no Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.564 — de 14 de novembro de 1966.

— *Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do imóvel que menciona, situado no Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 59.572 — de 17 de novembro de 1966.

CHUMBO

Autoriza Mineração Lajeado Limitada a pesquisar minério de chumbo, no município de Bovatuba do Sul, Estado do Paraná.

Decreto nº 59.550 — de 11 de novembro de 1966.

— *Autoriza Plumbum S. A. Indústria Brasileira de Mineração a pesquisar chumbo, no município de Adrianópolis, Estado do Paraná.*

Decreto nº 59.750 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Declara caduco o Decreto número 20.773, de 19 de março de 1946.*

Decreto nº 59.810 — de 19 de dezembro de 1966.

COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE (CALDAS NOVAS)

Concede à Companhia Thermas do Rio Quente (Caldas Novas) autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.720 — de 14 de dezembro de 1966.

CIANITA

Retifica o art. 1º do Decreto número 57.889, de 28 de fevereiro de 1966.

Decreto nº 59.512 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a pesquisar cianita e grafita no município de Minas Novas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.523 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a pesquisar cianita e grafita no município de Minas Gerais, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.524 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a pesquisar grafita e cianita no município de Minas Gerais, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.558 — de 11 de novembro de 1966.

COBRE

Autoriza a firma Caraiba Mineração e Metalurgia S. A. a pesquisar minério de cobre no Município de Curaça, Estado da Bahia.

Decreto nº 59.528 — de 9 de novembro de 1966.

CÓDIGO BRASILEIRO DO AR

Institui o Código Brasileiro do Ar.
Decreto-lei nº 32 — de 18 de novembro de 1966.

CÓDIGO DE AGUAS

Atualiza os valores das multas previstas no Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código de Águas) e leis complementares, mediante aplicação de coeficientes de correção monetária.

Decreto nº 59.507 — de 9 de novembro de 1966.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Acrescenta parágrafo único do artigo 263 do Código de Processo Civil.
Lei nº 5.158 — de 21 de outubro de 1966.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES

Altera as alíneas d e e do art. 1º, do Decreto nº 57.624, de 13 de janeiro de 1966.

Decreto nº 59.398 — de 17 de outubro de 1966.

COFRES DE CARGA

Regulamenta a Lei nº 4.907-65 e dá outras providências.

Decreto nº 59.316 — de 28 de setembro de 1966.

COLONIZAÇÃO

Estende ao financiamento de programas concernentes à habilitação, colonização, pecuária, integração e desenvolvimento urbano e regional e programas de alcance social a autorização para o Poder Executivo contratar créditos obtidos no exterior, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 68 — de 21 de novembro de 1966.

COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS

Altera a legislação relativa ao Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 61 — de 21 de novembro de 1966.

COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO DA BASE NAVAL DE ARATU

Aprova o Regulamento para a "Comissão de Construção da Base Naval de Aratu".

Decreto nº 59.400 — de 18 de outubro de 1966.

COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO NAVAL DA MARINHA DO BRASIL

Aprova o Regulamento para a "Comissão de Construção Naval da Marinha do Brasil".

Decreto nº 59.461 — de 7 de novembro de 1966.

COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO (COLTED)

Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto nº 58.653-66.

Decreto nº 59.355 — de 4 de outubro de 1966.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Retifica a classificação dos cargos de nível superior da Comissão do Vale do São Francisco, aprovada pelo Decreto nº 55.267, de 22 de dezembro de 1964, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 50.679 — de 7 de dezembro de 1966.

COMISSÃO MILITAR MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS

Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 58.358, de 5 de maio de 1966.

Decreto nº 59.871 — de 26 de dezembro de 1966.

COMISSÃO MISTA FERROVIÁRIA BRASILEIRO-BOLIVIANA

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros) para atender às despesas urgentes de pessoal com a Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

Decreto nº 59.352 — de 4 de outubro de 1966.

COMISSÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

Cria a Comissão Nacional de Alfabetização e de Educação Assistemática.

Decreto nº 59.667 — de 5 de dezembro de 1966.

**COMISSÃO NACIONAL DE
ENERGIA NUCLEAR**

Aplica à Comissão Nacional de Energia Nuclear o aumento de que trata a Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Decreto nº 59.431 — de 27 de outubro de 1966.

— *Altera o orçamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear.*

Decreto nº 59.881 — de 27 de dezembro de 1966.

**COMMERCIAL UNION ASSURANCE
COMPANY LIMITED**

Concede à Commercial Union Assurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 59.390 — de 13 de outubro de 1966.

**COMPANHIA BRASILEIRA DE
SERVIÇOS AGRÍCOLAS —
COSAGRI**

Autoriza o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, a constituir a sociedade de economia mista, Companhia Brasileira de Serviços Agrícolas — COSAGRI — e dá outras providências.

Lei nº 5.168 — de 21 de outubro de 1966.

**COMPANHIA CEARÁ DE SEGUROS
GERAIS**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Ceará de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 59.584 — de 24 de novembro de 1966.

**COMPANHIA DE MELHORAMEN-
TOS DE SÃO PAULO — INDÚS-
TRIAS DE PAPEIS**

Autoriza a Companhia de Melhoramentos de São Paulo — Indústrias de Papéis a funcionar aos domingos e feriados civis e religiosos.

Decreto nº 59.497 — de 9 de novembro de 1966.

**COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO
LLOYD BRASILEIRO**

Dispõe sobre os bens e pessoal vinculado aos serviços de navegação e de reparos navais explorados pelo Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional e pela Companhia Nacional de Navegação Costeira — Autarquia Federal, extingue estas autarquias, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais "Costeira" S. A., e dá outras providências.

Decreto-lei nº 67 — de 21 de novembro de 1966.

**COMPANHIA DE SEGUROS
DA BAHIA**

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros da Bahia, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 59.449 — de 3 de novembro de 1966.

**COMPANHIA DE SEGUROS
LIBERDADE**

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Liberdade, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 59.624 — de 30 de novembro de 1966.

**COMPANHIA DE SEGUROS
PREVIDENTE**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Previdente, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 59.403 — de 26 de outubro de 1966.

**COMPANHIA DE SEGUROS
RIACHUELO**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Riachuelo, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 58.587 — de 7 de junho de 1966.

**COMPANHIA DE SUPRIMENTO
DE MOTOMECHANIZAÇÃO**

Modifica a denominação das 2ª, 3ª e 7ª Companhias Depósito de Material de Motomechanização.

Decreto nº 59.408 — de 21 de outubro de 1966.

**COMPANHIA ELETROMECHANICA
CELMA**

Isenta do pagamento dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, material destinado à Companhia Eletromecânica CELMA.

Decreto-lei nº 23 — de 19 de outubro de 1966.

**COMPANHIA ESPÍRITO SANTO
DE SEGUROS**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Espírito Santo de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 59.314 — de 28 de setembro de 1966.

**COMPANHIA FIDELIDADE DE
SEGUROS GERAIS**

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Fidelidade de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 59.501 — de 9 de novembro de 1966.

**CAMPANHA NACIONAL CONTRA
A TUBERCULOSE**

Aplica à Campanha Nacional contra a Tuberculose do Serviço Nacional de Tuberculose o aumento de que trata a Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Decreto nº 59.310-A — de 23 de setembro de 1966.

**COMPANHIA NACIONAL DE FER-
TILIZANTES POTÁSSICOS
COFERK**

Concede à Companhia Nacional de Fertilizantes Potássicos — COFERK, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.718 — de 14 de dezembro de 1966.

**COMPANHIA NACIONAL DE NA-
VEGAÇÃO COSTEIRA**

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 201.591.171, para o fim que especifica.

Decreto nº 59.585 — de 24 de novembro de 1966.

COMPANHIA REAL DE SEGUROS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Real de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 59.619 — de 30 de novembro de 1966.

**COMPANHIA SUL BRASIL DE SE-
GUROS TERRESTRES E MARÍTI-
MOS**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Sul-Brasil de Seguros Terrestres e Marítimos, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 59.463 — de 8 de novembro de 1966.

**COMPANHIA URBANIZADORA DA
NOVA CAPITAL**

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Decreto-lei nº 81 — de 21 de dezembro de 1966.

— Altera o Decreto nº 57.645, de 14 de janeiro de 1966, que dispõe sobre a inclusão em órgão da administração direta e indireta de servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), e dá outras providências.

Decreto nº 59.360 — de 4 de outubro de 1966.

— Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 31.900.000.000 (trinta e um bilhões e novecentos milhões de cruzeiros) para prosseguimento dos programas de obras e serviços a cargo da Cia. Urbanizadora da Nova Capital S. A. — NOVACAP.

Decreto nº 59.441 — de 28 de outubro de 1966.

**COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
SOCIEDADE ANÔNIMA**

Acresce parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 59.065, de 12 de agosto de 1966.

Decreto nº 59.365 — de 4 de outubro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Vale do Rio Doce S. A., a área de terra que menciona.

Decreto nº 59.719 — de 14 de dezembro de 1966.

CONCHAS CALCÁREAS

Autoriza Industrial Extrativa Araruama S. A. a lavrar conchas calcáreas no município de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 59.328 — de 29 de setembro de 1966.

CONGRESSO NACIONAL

Dispõe sobre a fixação dos subsídios, diárias e ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional para o período legislativo de 1967 a 1971.

Decreto Legislativo nº 70, de 1966.

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências.

Decreto-lei nº 74 — de 21 de novembro de 1966.

CONSELHO FEDERAL DA EDUCAÇÃO

Aprova o Regimento do Conselho Federal de Educação.

Decreto nº 59.867 — de 26 de dezembro de 1966.

**CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS
E ENERGIA ELÉTRICA**

Aprova o Regimento do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica do Ministério das Minas e Energia.

Decreto nº 59.741 — de 15 de dezembro de 1966.

CONSELHO NACIONAL DE COOPERATIVISMO

Define a política nacional de cooperativismo, cria o Conselho Nacional do Cooperativismo e dá outras providências.

Decreto-lei nº 59 — de 21 de novembro de 1966.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Dispõe sobre o enquadramento nas séries de classes de Pesquisador de que trata a Lei nº 4.723, de 9 de julho de 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 59.664 — de 5 de dezembro de 1966.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA SALARIAL

Dispõe sobre as funções de Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Salarial e dá outras providências.

Decreto nº 59.830 — de 21 de dezembro de 1966.

CONSELHO NACIONAL DE TRANSPORTE

Inclui mais uma alínea no art. 3º da Lei nº 4.563, de 11 de dezembro de 1964, que institui o Conselho Nacional de Transporte com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 4.808, de 25 de outubro de 1965.

Decreto-lei nº 51 — de 18 de novembro de 1966.

CONSELHO NACIONAL DE TURISMO

Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 55 — de 18 de novembro de 1966.

CONSELHO NACIONAL DO COMÉRCIO EXTERIOR

Dispõe sobre a Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966.

Decreto-lei nº 24 — de 19 de outubro de 1966.

— *Modifica dispositivo da Lei número 5.025, de 10 de junho de 1966, que dispõe sobre abertura, pelo Poder Executivo, do crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, destinado à instalação e ao funcionamento do Conselho Nacional do Comércio Exterior e ao Fundo Federal Agro-Pecuario.*

Decreto-lei nº 85 — de 27 de dezembro de 1966.

— *Regulamenta a Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, e o Decreto-lei nº 24, de 19 de outubro de 1966, que dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior e dá outras providências.*

Decreto nº 59.607 — de 28 de novembro de 1966.

— *Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) para ser utilizado pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior.*

Decreto nº 59.673 — de 6 de dezembro de 1966.

CONSELHO SUPERIOR DO TRABALHO MARÍTIMO

Altera a alínea "a" do art. 1º da Lei nº 4.858, de 26 de novembro de 1965.

Decreto-lei nº 50 — de 18 de novembro de 1966.

CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Dispõe sobre a criação de Comissão Autônoma junto ao Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, para atender ao disposto no art. 113 da Lei nº 4.320-64 e à nova sistemática tributária aprovada pela Emenda Constitucional número 18 e Lei nº 5.172, de 1966.

Decreto nº 59.649 — de 2 de dezembro de 1966.

CONSELHOS REGIONAIS DE BIBLIOTECOLOGIA

Fixa as taxas e anuidades a serem cobradas pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia.

Decreto nº 59.769 — de 16 de dezembro de 1966.

CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMISTAS PROFISSIONAIS

Aprova os orçamentos dos Conselhos Regionais de Economistas Profissionais das 5ª e 10ª Regiões.

Decreto nº 59.320 — de 29 de setembro de 1966.

— *Aprova os orçamentos dos Conselhos Regionais de Economistas Profissionais das 1ª e 3ª Regiões.*

Decreto nº 59.369 — de 5 de outubro de 1966.

CONSERVATÓRIO MUSICAL DE RIBEIRÃO PRETO

Concede reconhecimento ao Conservatório Musical de Ribeirão Preto.

Decreto nº 59.746 — de 15 de dezembro de 1966.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ato Institucional Nº 4

CONSTRUÇÃO NAVAL

Constitui Comissão Especial para definir as bases da política de investimentos e financiamentos no Setor da Construção Naval.

Decreto nº 59.578 — de 23 de novembro de 1966.

CONSULTORIA JURÍDICA

Dispõe sobre a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde.

Lei nº 5.167 — de 27 de outubro de 1966.

CONTADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Altera o Regimento da Contadoria Geral da República, aprovado pelo Decreto nº 1.508, de 12 de novembro de 1962.

Decreto nº 59.271 — de 23 de setembro de 1966.

CONTENÇÃO DOS PREÇOS

Estabelece estímulos à contenção dos preços e penalidade para aumentos superiores dos do índice geral de preços.

Decreto-lei nº 38. — de 18 de novembro de 1966.

CONTRATOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato, escritura de compra e venda, celebrado em 31 de outubro de 1950, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Onofre Varani.

Decreto Legislativo nº 42, de 1966.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato — escritura de compromisso de compra e venda — celebrado em 17 de março de 1945, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Aderson Horn Ferro.*

Decreto Legislativo nº 43, de 1966.

— *Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de termo de suplemento a contrato, firmado em 30 de dezembro de 1950, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Instituto de Assuntos Interamericanos.*

Decreto Legislativo nº 44, de 1966.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório do registro a contrato, de 24 de agosto de 1948, celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola em Minas Gerais, do Ministério da Agricultura, e Juscelino Ribeiro da Fonseca.*

Decreto Legislativo nº 49, de 1966.

— *Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo aditivo a contrato, de 9 de outubro de 1953, celebrado entre a União e Carlos Alves de Almeida Schneider.*

Decreto Legislativo nº 54, de 1966.

CONTRIBUIÇÕES

Delimita os efeitos do art. 2º da Lei nº 5.097, de 2 de setembro de 1966, estabelece novo critério para contribuição e dá outras providências.

Decreto-lei nº 58 — de 21 de novembro de 1966.

CONTRIBUÍNTES

Altera o Regulamento do Cadastro Geral de Contribuintes.

Decreto nº 59.603 — de 28 de novembro de 1966.

CONVENÇÕES

Aprova a Convenção sobre Seguros Sociais assinada, no Rio de Janeiro, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Grão-Ducado do Luxemburgo em 16 de setembro de 1955.

Decreto Legislativo nº 52, de 1966.

— *Aprova a Convenção nº 122, denominada Convenção sobre Política de Emprego, adotada pela Organização Internacional do Trabalho em 9 de julho de 1964.*

Decreto Legislativo nº 61, de 1966.

— *Aprova a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar e as Regras para evitar abalroamento, assinadas em Londres, em 17 de junho de 1960.*

Decreto Legislativo nº 64, de 1966.

— *Aprova a Convenção nº 117, sobre objetivos e normas básicas da política social, adotada a 22 de junho de 1952, por ocasião da 46ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.*

Decreto Legislativo nº 65, de 1966.

CONVÊNIOS

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República de El Salvador, assinado no Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1965.

Decreto Legislativo nº 60, de 1966.

COOPERATIVAS

Estende a isenção prevista na Lei nº 4.265, de 3 de outubro de 1963, a materiais destinados à Cooperativa de Laticínios de São Carlos e à Cooperativa Agrícola de Cotia, Estado de São Paulo.

Lei nº 5.187 — de 8 de dezembro de 1966.

COOPERATIVISMO

Define a política nacional de cooperativismo, cria o Conselho Nacional do Cooperativismo e dá outras providências.

Decreto-lei nº 59 — de 21 de novembro de 1966.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Modifica a composição do Conselho Deliberativo da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Decreto nº 59.707 — de 12 de dezembro de 1966.

CORINTON

Autoriza o cidadão brasileiro Teófilo Badin a pesquisar corintão no município de Andaraí, Estado da Bahia.

Decreto nº 59.682 — de 7 de dezembro de 1966.

CORPO DE BOMBEIROS

Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 17.900.000, para atender as despesas da Auditoria de Justiça Militar e Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.672 — de 6 de dezembro de 1966.

CORREÇÃO MONETÁRIA

Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

Decreto-lei nº 62 — de 21 de novembro de 1936.

— *Dispõe sobre a aplicação da correção monetária dos débitos de natureza trabalhista, bem como a elevação do valor do depósito compulsório nos casos de recursos perante os Tribunais do Trabalho, e dá outras providências.*

Decreto-lei nº 75 — de 21 de novembro de 1966.

— *Atualiza os valores das multas previstas no Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código de Águas) e leis complementares, mediante aplicação de coeficientes de correção monetária.*

Decreto nº 59.507 — de 9 de novembro de 1966.

CRISTAL DE ROCHA

Autoriza o cidadão brasileiro José Jorge Boueri a pesquisar cristal de rocha no município de Conceição da Pedra, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.493 — de 9 de novembro de 1966.

CURSOS

Retifica o Decreto nº 58.656, de 16 de junho de 1966.

Decreto nº 59.447 — de 3 de novembro de 1966.

— *Concede autorização para funcionamento de cursos.*

Decreto nº 59.804 — de 19 de dezembro de 1966.

D

DÉBITOS FISCAIS

Delimita os efeitos do art. 2º da Lei nº 5.997, de 2 de setembro de 1966, estabelece novo critério para contribuição e dá outras providências.

Decreto-lei nº 58 — de 21 de novembro de 1966.

DÉBITOS TRABALHISTAS

Dispõe sobre a aplicação da correção monetária aos débitos de natureza trabalhista, bem como a elevação do valor do depósito compulsório nos casos de recursos perante os Tribunais do Trabalho, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 75 — de 21 de novembro de 1966.

DECLARAÇÃO DE PROPRIEDADE RURAL

Concede novos prazos para apresentação da Declaração de Propriedade Rural e para pagamento do Imposto Territorial Rural, regula as respectivas reclamações e recursos e dá outras providências.

Decreto nº 59.495 — de 9 de novembro de 1966.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Retifica a classificação de cargos de nível superior do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Decreto nº 59.537 — de 24 de novembro de 1966.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL.

Classifica os cargos de nível superior da Escola de Aprendizagem de Artes Gráficas da Imprensa Nacional, do Departamento de Imprensa Nacional, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 59.606 — de 28 de novembro de 1966.

Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Departamento de Imprensa Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, aprovada pelo Decreto nº 55.191, de 10 de dezembro de 1964, alterado pelo de nº 57.753, de 7 de fevereiro de 1966.

Decreto nº 59.677 — de 6 de dezembro de 1966.

DEPARTAMENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Ministério da Fazenda. Abertura de crédito especial de Cr\$ 15.000.000, para atender ao pagamento de despesas com a movimentação de pessoal do Departamento do Imposto de Renda.

Decreto nº 59.590 — de 25 de novembro de 1966.

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 19.000.000, destinado ao Departamento do Imposto de Renda.

Decreto nº 59.654 — de 2 de dezembro de 1966.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Quadro de Pessoal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Decreto nº 59.611 — de 30 de novembro de 1966.

Classifica os cargos de nível superior do Departamento dos Correios e Telégrafos e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 59.674 — de 6 de dezembro de 1966.

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 2.490.031.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 59.686 — de 7 de dezembro de 1966.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, do Departamento Federal de Segurança Pública, o crédito especial de Cr\$ 6.994.800.000 (seis bilhões novecentos e noventa e quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros), para atender a despesas que mencionada.

Lei nº 5.164 — de 21 de outubro de 1966.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Funcionários Policiais Cíveis do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal, na forma prevista no art. 72 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

Decreto nº 59.310 — de 23 de setembro de 1966.

Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 6.994.800.000 (seis bilhões, novecentos e noventa e quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros), autorizado pela Lei nº 5.164, de 21 de outubro de 1966, para atender a despesas que mencionada.

Decreto nº 59.608 — de 29 de novembro de 1966.

Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências.

Decreto nº 59.714 — de 13 de dezembro de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Expede normas para eleições de representantes classistas nos órgãos colegiados da previdência social e dá outras providências.

Decreto nº 59.875 — de 26 de dezembro de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Altera o orçamento do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Decreto nº 59.441-A — de 29 de outubro de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 65.600.000.000 (sessenta e cinco bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros) em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para obras constantes do Programa de Construção, Pavimentação e Restauração de Rodovias do Plano Nacional de Viação para 1966.

Lei nº 5.144 — de 20 de outubro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a área de terreno situado no Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 59.366 — de 5 de outubro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 59.368 — de 5 de outubro de 1966.

— Retifica o Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, parte permanente, aprovado pelo Decreto nº 51.162, de 7 de agosto de 1961.

Decreto nº 59.561 — de 14 de novembro de 1966.

— Altera o orçamento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Decreto nº 59.604 — de 28 de novembro de 1966.

— Renova a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, as áreas de terreno situadas no Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 59.660 — de 5 de dezembro de 1966.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 29.441.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 59.756 — de 16 de dezembro de 1966.

— Renova a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, da área de terreno situada entre Petrópolis e Areal, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 59.763 — de 16 de dezembro de 1966.

— Declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, das áreas de terreno situadas no Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 59.829 — de 21 de dezembro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem os imóveis que especifica, situados no Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.834 — de 21 de dezembro de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Aprova o orçamento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Decreto nº 59.376 — de 11 de outubro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção de oficinas e outras dependências do Sexto Distrito de Obras, em Terezina, no Estado do Piauí.

Decreto nº 59.436 — de 27 de outubro de 1966.

— Altera o orçamento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Decreto nº 59.593 — de 28 de novembro de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 48.693, de 4 de agosto de 1960, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Boqueirão", no município de Cabaceiras, Estado da Paraíba.*

Decreto nº 59.646 — de 2 de dezembro de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 48.696, de 4 de agosto de 1960, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Garanhuns", no município de Garanhuns, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 59.653 — de 2 de dezembro de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 48.709, de 4 de agosto de 1960, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas da área de terreno necessária à construção do açude público "Várzea Formosa" no município de Itiúba, Estado da Bahia.*

Decreto nº 59.655 — de 5 de dezembro de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 48.692, de 4 de agosto de 1960, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Tremendal", no município de Tremendal, Estado da Bahia.*

Decreto nº 59.656 — de 5 de dezembro de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 48.698, de 4 de agosto de 1960, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Estreito do Rio Verde Pequeno", no município de Espinosa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.742 — de 15 de dezembro de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Dispõe sobre o regime de execução orçamentária para movimentação, a cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), de recursos constitutivos do Fundo Nacional de Obras de Saneamento .. (FNOS), criado pelos artigos 14 e 15, da Lei nº 4.089, de 1962, cria o Fundo Rotativo de Água e Esgotos (FRAE), e dá outras providências.

Decreto-Lei nº 52 — de 18 de novembro de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.545.000.000 em favor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento para as obras de abastecimento d'água de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.*

Lei nº 5.192 — de 20 de dezembro de 1966.

— *Exclui do Plano Preferencial de Serviços e Obras do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, obras que menciona.*

Decreto nº 59.385 — de 13 de outubro de 1966.

— *Modifica o orçamento para o exercício de 1966 do Departamento de Obras de Saneamento.*

Decreto nº 59.413 — de 25 de outubro de 1966.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, a área de terra necessária à construção do canal Armas, em Belém, no Estado do Pará.*

Decreto nº 59.747 — de 15 de dezembro de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

Autoriza o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (D. N. P. V. N.) a ceder, gratuitamente, através de termo ou de contrato, a Fundação Abrigo do Cristo Redentor, o terreno, de sua propriedade, situado em Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 59.645 — de 2 de dezembro de 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

Aprova o Regimento do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia.

Decreto nº 59.873 — de 20 de dezembro de 1966.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação em favor da Universidade do Espírito Santo, imóvel que menciona.

Decreto nº 56.460 — de 14 de junho de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área que indica.

Decreto nº 59.361 — de 4 de dezembro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel destinado à ampliação das instalações da Faculdade de Odontologia de Pelotas, da Universidade Federal do Rio Grande.

Decreto nº 59.362 — de 4 de outubro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Decreto nº 59.393 — de 4 de outubro de 1966.

— Acresce parágrafo único ao artigo 3º do Decreto nº 59.065, de 12 de agosto de 1966.

Decreto nº 59.365 — de 4 de outubro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a área de terreno situada no Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 59.366 — de 5 de outubro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 59.368 — de 5 de outubro de 1966.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 360.000.000 para atender a despesas com a desapropriação dos terrenos onde foram travadas as Batalhas dos Guararapes.

Decreto nº 59.372 — de 7 de outubro de 1966.

— Declara de utilidade pública, imóvel que menciona na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.401 — de 19 de outubro de 1966.

— Declara de utilidade pública, imóvel que menciona na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.402 — de 19 de outubro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis necessários à expansão do "Campus" da Universidade Federal da Bahia.

Decreto nº 59.407 — de 21 de outubro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção de oficinas e outras dependências do Sexto Distrito de Obras, em Terezina, no Estado do Piauí.

Decreto nº 59.436 — de 27 de outubro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 59.580 — de 24 de novembro de 1966.

— *Revoga a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 48.693, de 4 de agosto de 1960, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Boqueirão", no município de Cabeceiras, Estado da Paraíba.*

Decreto nº 59.646 — de 2 de dezembro de 1966.

— *Constitui Comissão Especial de Estudos para examinar e propor solução, para questão do prédio número 208, da Rua Sacadura Cabral, Estado da Guanabara.*

Decreto nº 59.647 — de 2 de dezembro de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 48.696, de 4 de agosto de 1960, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude "Garanhuns", no município de Garanhuns, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 59.653 — de 3 de dezembro de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 48.709, de 4 de agosto de 1960, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude "Várzea Formosa", no município de Itiúba, Estado da Bahia.*

Decreto nº 59.655 — de 5 de dezembro de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 48.692, de 4 de agosto de 1960, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Tremedal", no município de Tremedal, Estado da Bahia.*

Decreto nº 59.656 — de 5 de dezembro de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, as áreas de terreno situadas no Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 59.660 — de 5 de dezembro de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Vale do Rio Doce S. A., a área de terra que menciona.*

Decreto nº 59.719 — de 14 de dezembro de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 48.698, de 4 de agosto de 1960, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Estreito do Rio Verde Pequeno", no município de Espinosa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.742 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, a área de terra necessária à construção do canal Armas, em Belém, no Estado do Pará.*

Decreto nº 59.747 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas situadas no município de Itumbiara, Estado de Goiás, necessárias à bacia de acumulação do aproveitamento progressivo da energia hidráulica da Cachoeira Dourada, rio Paranaíba, entre os Estados de Goiás e Minas Gerais.*

Decreto nº 59.748 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área destinada à bacia de acumulação, do aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do rio Paranapanema, no município de Carlópolis, Estado do Paraná.*

Decreto nº 59.749 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, da área de terreno situada entre Petrópolis e Areal, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 59.763 — de 16 de dezembro de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou constituição de servidão, em favor da Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade — faixa de terra situada no Estado da Guanabara, e dá outras providências.*

Decreto nº 59.795 — de 19 de dezembro de 1966.

— *Renova a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, das áreas de terreno situadas no Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 59.829 — de 21 de dezembro de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem os imóveis que especifica, situados no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 59.834 — de 21 de dezembro de 1966.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

— *Estende ao financiamento de programas concernentes à habitação, colonização, pecuária, integração e desenvolvimento urbano e regional e programas de alcance social a autorização para o Poder Executivo contratar créditos obtidos no exterior, e dá outras providências.*

Decreto-Lei nº 68 — de 21 de novembro de 1966.

DESTACAMENTO BRASILEIRO DA FORÇA ARMADA INTERAMERICANA

Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de CR\$ 153.000.000 (cento e cinquenta e três milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto nº 59.577 — de 21 de dezembro de 1966.

DIA DE ANCHIETA

Institui o "Dia de Anchieta".

Lei nº 5.196 — de 24 de dezembro de 1966.

DIA DO OFICIAL DE FARMÁCIA

Institui o Dia do Oficial de Farmácia.

Lei nº 5.157 — de 21 de outubro de 1966.

DIA NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO

Institui o Dia Nacional de Alfabetização.

Decreto nº 59.452 — de 3 de novembro de 1966.

DIA NACIONAL DO LIVRO

Institui o "Dia Nacional do Livro".

Lei nº 5.191 — de 13 de dezembro de 1966.

DIAMANTE

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Marques da Silveira a pesquisar diamante no município de Turmalina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.332 — de 29 de setembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Victor Nunes da Silva a pesquisar diamantes nos municípios de Datas e Presidente Kubitschek, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.341 — de 30 de setembro de 1966.

— *Autoriza a Mineração Pato do Brasil Ltda., a pesquisar diamantes nos municípios de Gilbués e Alto Parnaíba, Estados do Piauí e Maranhão.*

Decreto nº 59.342 — de 30 de setembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mário Ferreira Guimarães a pesquisar ouro e diamantes, nos municípios de Vargem Bonita e São Roque de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.489 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza a Mineração Pato do Brasil Ltda., a pesquisar diamantes no município de Gilbués, Estado do Piauí.*

Decreto nº 59.538 — de 11 de novembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Francisco de Amorim a pesquisar diamantes no município de Marabá, Estado do Pará.

Decreto nº 59.539 — de 11 de novembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Perpétuo da Silva a lavar diamantes no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.680 — de 7 de dezembro de 1966.

DIÁRIAS

Dispõe sobre a fixação dos subsídios, diárias e ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, para o período legislativo de 1967 a 1971.

Decreto Legislativo nº 70, de 1966.

DIATOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro José Francioni de Freitas a pesquisar diatomita no município de Imbituba, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 59.324 — de 29 de setembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Francioni de Freitas, a pesquisar diatomita no município de Imbituba, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 59.325 — de 29 de setembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Gasparini a pesquisar diatomita, no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 59.739 — de 15 de dezembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Gasparini a pesquisar diatomita, no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 59.787 — de 19 de dezembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Gasparini a pesquisar diatomita, no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 59.788 — de 19 de dezembro de 1966.

DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO

Aprova o Regulamento para a "Diretoria de Hidrografia e Navegação".

Decreto nº 59.666 — de 5 de dezembro de 1966.

DISPONIBILIDADE

Abre, ao Tribunal de Contas da União, o crédito especial de Cr\$ 23.804.739, para atender ao pagamento das despesas com pessoal posto em disponibilidade pela Lei número 4.210-63, relativas ao período de 10 de julho de 1964 a 21 de dezembro de 1965.

Decreto nº 59.420 — de 26 outubro de 1966.

DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES CÍVIS

Dispõe sobre a dissolução de sociedades civis de fins assistenciais.

Decreto-lei nº 41 de 18 de novembro de 1966.

DISTRITO FEDERAL

Regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências.

Decreto-lei nº 82 — de 26 de dezembro de 1966.

— Altera a Lei nº 5.190, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o exercício de 1967.

Decreto-lei nº 87 — de 28 de dezembro de 1966.

— Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1967.

Lei nº 5.190 — de 8 de dezembro de 1966.

— Dispõe sobre o regime jurídico dos Funcionários Policiais Cíveis do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal, na forma prevista no artigo 72 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

Decreto nº 59.310 — de 23 de setembro de 1966.

DISTRITOS NAVAIS — 4º E 7º

Modifica a jurisdição territorial dos 4º e 7º Distritos Navais.

Decreto nº 59.779 — de 16 de dezembro de 1966.

DÍVIDA ATIVA

Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 57 — de 18 de novembro de 1966.

— *Regulamenta o Decreto-lei número 57, de 18 de novembro de 1966 e dá outras providências.*

Decreto nº 59.900 — de 30 de dezembro de 1966.

DOAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de ambulâncias.

Lei nº 5.146 — de 20 de outubro de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de um grupo diesel-elétrico inservível.*

Lei nº 5.153 — de 21 de outubro de 1966.

— *Autoriza o Serviço de Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel, em Jaguarão — RS, destinada ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 59.353 — de 4 de outubro de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Tambaú, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.373 — de 7 de outubro de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Nôvo Horizonte, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.377 — de 11 de outubro de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, situados no Município de Belo Horizonte, em Minas Gerais.*

Decreto nº 59.435 — de 27 de outubro de 1966.

— *Regulamenta a forma de distribuição, do processamento dos pedidos e da fiscalização das doações de ambulâncias feitas através do Ministério da Saúde e dá outras providências.*

Decreto nº 59.709 — de 12 de dezembro de 1966.

DOLOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Athos Fontes Ferreira a pesquisar dolomita e calcário no município de Itareré, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.492 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza a Mineração Caeté S. A. a pesquisar dolomita no município de Santa Bárbara no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.533 — de 9 de novembro de 1966.

— *Retifica o art. 1º do Decreto número 51.932-A, de 26 de abril de 1963.*

Decreto nº 59.638 — de 1º de dezembro de 1966.

E

ECONOMISTAS PROFISSIONAIS

Aprova os orçamentos dos Conselhos Regionais de Economistas profissionais das 5ª e 10ª Regiões.

Decreto nº 59.320 — de 29 de setembro de 1966.

EDUCAÇÃO ASSISTEMATICA

Cria a Comissão Nacional de Alfabetização e de Educação Assistemática.

Decreto nº 59.667 — de 5 de dezembro de 1966.

ELEIÇÕES

Autoriza o Tribunal Superior Eleitoral a conceder auxílio às Organizações de partidos políticos, a que se refere o Ato Complementar nº 4, e abertura de crédito suplementar, de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros).

Lei nº 5.140 — de 14 de outubro de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros), para fazer face às despesas com o deslocamento de tropas do IV Exército, requisitadas pela Justiça Eleitoral.*

Lei nº 5.149 — de 20 de outubro de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para atender à despesas gerais com eleições, no exercício de 1962.*

Lei nº 5.156 — de 21 de outubro de 1966.

ELEIÇÕES DIRETAS

Ato Complementar nº 26.

ELIZABETH ARDEN (SOUTH AMERICA) INC.

Concede à sociedade anônima Elizabeth Arden (South America) INC, autorização para continuar a funcionar na República dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto nº 59.562 — de 14 de novembro de 1966.

EMENDA CONSTITUCIONAL

Emenda Constitucional nº 21.

EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS

Aprova o Regulamento da Lei número 5.106, de 2 de setembro de 1966.

Decreto nº 59.615 — de 30 de novembro de 1966.

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES

Revoga o Decreto nº 48.925, de 8 de julho de 1960.

Decreto nº 59.697 — de 8 de dezembro de 1966.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO

Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 55 — de 18 de novembro de 1966.

EMPRESA DE MINERAÇÃO CORREIA & MAGALHÃES LIMITADA

Concede à Empresa de Mineração Irmãos Correia & Magalhães Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.778 — de 16 de dezembro de 1966.

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Dispõe sobre os bens e pessoal vinculado aos serviços de navegação e de reparos navais explorados pelo Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional e pela Companhia Nacional de Navegação Costeira — Autarquia Federal, extingue estas autarquias, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais "Costeira" S. A., e dá outras providências.

Decreto-lei nº 67 — de 21 de novembro de 1966.

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Dispõe sobre cargos, funções, vencimentos e salários do pessoal das Empresas de Navegação Marítima e Fluvial pertencentes ao Patrimônio Nacional não incluídos no Decreto nº 51.346, de 14 de novembro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 51.372 — de 15 de dezembro de 1966.

EMPRESAS DE REPAROS NAVAIS "COSTEIRA" S. A.

Dispõe sobre os bens e pessoal vinculado aos serviços de navegação e de reparos navais explorados pelo Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional e pela Companhia Nacional de Navegação Costeira — Autarquia Federal, extingue estas autarquias, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais "Costeira" S. A., e dá outras providências.

Decreto-lei nº 67 — de 21 de novembro de 1966.

ELEIÇÕES DE REPRESENTANTES CLASSISTAS

Expede normas para eleições de representantes classistas nos órgãos colegiados da previdência social e dá outras providências.

Decreto nº 59.875 — de 26 de dezembro de 1966.

EMPRESAS INCORPORADAS

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato, escritura de compra e venda, celebrado em 31 de outubro de 1950, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Onofre Varani.

Decreto Legislativo nº 42, de 1966.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato — escritura de compromisso de compra e venda — celebrado em 17 de março de 1945, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Aderson Horn Ferro.*

Decreto Legislativo nº 43, de 1966.

EMPRESTIMO NO EXTERIOR

Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto nº 52.653-66.

Decreto nº 59.355 — de 4 de outubro de 1966.

ENERGIA ATÔMICA

Aprova o Acôrdio de Cooperação para Usos Cíveis de Energia Atômica entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil, assinado em Washington, em 8 de julho de 1965.

Decreto Legislativo nº 48, de 1966.

— *Promulga o Acôrdio sobre Privilegios e Imunidades da Agência Internacional de Energia Atômica.*

Decreto nº 59.309 — de 23 de setembro de 1966.

ENERGIA ELÉTRICA

Abre ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$... 15.000.000.000 (quinze bilhões de cruzeiros) destinado a obras de transmissão e distribuição de energia elétrica nos Estados do Piauí e Maranhão, na região de influência da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança.

Lei nº 5.150 — de 20 de outubro de 1966.

— *Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a construir sistemas de distribuição de energia elétrica.*

Decreto nº 58.321 — de 2 de maio de 1966.

— *Outorga à Centrais Elétricas do Amazonas S. A. concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.436 — de 17 de maio de 1966.

— *Outorga à Sociedade Anônima de Eletificação da Paraíba concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.463 — de 17 de maio de 1966.

— *Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 58.872 — de 20 de julho de 1966.

— *Autoriza a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.*

Decreto nº 58.956 — de 1 de agosto de 1966.

— *Restringe a zona de privilégio da Companhia Luz e Força Hulha Branca e outorga concessão a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A.*

Decreto nº 59.284 — de 23 de setembro de 1966.

— *Outorga à Espírito Santo Centrais Elétricas Sociedade Anônima concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 59.330 — de 29 de setembro de 1966.

— *Transfere ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, do Estado de Minas Gerais concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 59.364 — de 4 de outubro de 1966.

— *Transfere da Termoeletrica de Charqueadas S. A. para a Termoeletrica de Alegrete S. A. a autorização para montar usina termoeletrica em Alegrete.*

Decreto nº 59.380 — de 12 de dezembro de 1966.

— *Estabelece normas gerais de tarifação para as empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica.*

Decreto nº 59.414 — de 25 de outubro de 1966.

— *Declara a cessação da exploração dos serviços de energia elétrica do município de Pelotas e no distrito-sede do município de Capão do Leão, no Estado do Rio Grande do Sul e outorga a respectiva concessão à Companhia Pelotense de Eletricidade.*

Decreto nº 59.419 — de 26 de outubro de 1966.

— *Autoriza a Companhia Brasileira de Energia Elétrica a construir linha de transmissão e subestação na localidade de Alcântara, município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 59.438 — de 27 de outubro de 1966.

— *Declara a concessão da exploração de diversos serviços de energia elétrica e outorga concessões em municípios dos Estados de Santa Catarina e Paraná à Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. e dá outras providências.*

Decreto nº 59.453 — de 3 de novembro de 1966.

— *Transfere da Empresa Luz e Força de Florianópolis S. A. e da Empresa Força e Luz Videira S. A. para Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. as concessões para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica em municípios do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.*

Decreto nº 59.454 — de 3 de novembro de 1966.

— *Transfere da Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará para a Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste a concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 59.545 — de 11 de novembro de 1966.

— *Amplia a zona de concessão da Companhia Estadual de Energia Elétrica, no Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 59.552 — de 11 de novembro de 1966.

— *Transfere da Companhia Força e Luz de Conselheiro Lafaiete S. A. para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 59.556 — de 11 de novembro de 1966.

— *Outorga à Companhia Central Brasileira de Força Elétrica, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um trecho do Rio Doce, nos municípios de Baixo Guandu e Aimorés, respectivamente nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais.*

Decreto nº 59.616 — de 30 de novembro de 1966.

— *Transfere da Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará para a Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 59.627 — de 1º de dezembro de 1966.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Nova Lima para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 59.736 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Outorga à Pinho Past Limitada concessão para o aproveitamento de energia hidráulica.*

Decreto nº 59.737 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas situadas no município de Itumbiara, Estado de Goiás, necessárias à bacia de acumulação do aproveitamento progressivo da energia hidráulica da Cachoeira Dourada, rio Paranaíba, entre os Estados de Goiás e Minas Gerais.*

Decreto nº 59.748 — de 15 de novembro de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área destinada à bacia de acumulação, do aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do rio Parapanema, no município de Carlópolis, Estado do Paraná.*

Decreto nº 59.749 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Itapeverica para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. — concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 59.789 — de 19 de dezembro de 1966.

— *Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 59.794 — de 19 de dezembro de 1966.

— *Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 59.794 — de 19 de dezembro de 1966.

— *Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 59.805 — de 19 de dezembro de 1966.

— *Amplia a zona de concessão da Companhia Nacional de Energia Elétrica.*

Decreto nº 59.806 — de 19 de dezembro de 1966.

— *Outorga concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.*

Decreto nº 59.807 — de 19 de dezembro de 1966.

— *Outorga concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.*

Decreto nº 59.811 — de 19 de dezembro de 1966.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Centrais Elétricas de São Paulo S. A. — CESP.*

Decreto nº 59.851 — de 23 de dezembro de 1966.

— *Outorga concessão.*

Decreto nº 59.858 — de 23 de dezembro de 1966.

ENGENHEIRO

Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.

Lei nº 5.194 — de 24 de dezembro de 1966.

ENGENHEIRO-ARQUITETO

Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.

Lei nº 5.194 — de 24 de dezembro de 1966.

ENTRADA E SAÍDA DE PASSAGEIROS NO BRASIL

Dispõe sobre a entrada e saída no Brasil dos passageiros de ônibus das linhas internacionais e turistas que viajam em automóveis particulares.

Decreto nº 59.595 — de 28 de novembro de 1966.

ESCOLA INDUSTRIAL SALESIANA

Declara de utilidade pública a "Escola Industrial Salesiana", com sede em Belém, Estado do Pará.

Decreto nº 59.640 — de 1 de dezembro de 1966.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra. Abre o crédito suplementar de Cr\$ 76.000.000, para reforço de dotações orçamentárias do vigente exercício.

Decreto nº 59.821 — de 20 de dezembro de 1966.

ESCOLAS — Ver, também, *Universidades, Faculdades, Colégios e Cursos. Quanto aos Militares, ver: Aeronáutica, Exército e Marinha.*

ESCOLAS

Autoriza o Ministério da Marinha a aproveitar na classe inicial das séries de classe de suas especialidades, após conclusão de curso, todos os alunos bolsistas e os aprendizes das Escolas Técnicas e Industriais reconhecidas ou classificadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Lei nº 4.925 — de 23 de dezembro de 1965.

— *Altera a denominação de estabelecimento de ensino.*

Decreto nº 59.315 — de 28 de dezembro de 1966.

— *Altera o Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar baixado pelo Decreto nº 30.976, de 10 de junho de 1952, e dá outras providências.*

Decreto nº 59.478 — de 8 de novembro de 1966.

— *Aprova enquadramento de pessoal da Escola Técnica de Campos, e dá outras providências.*

Decreto nº 59.642 — de 2 de dezembro de 1966.

ESPERANÇA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Esperança Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 59.617 — de 30 de novembro de 1966.

ESTABELECIMENTO RURAL DO TAPAJÓS

Retifica o Quadro de Pessoal do Estabelecimento Rural do Tapajós.

Decreto nº 59.866 — de 26 de dezembro de 1966.

ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS

Dá nova redação ao § 1º do art. 3º do Decreto nº 58.185, de 13 de abril de 1966.

Decreto nº 59.429 — de 27 de outubro de 1966.

ESTADO DO PARANÁ

Prorroga o prazo a que se refere o artigo 4º do Decreto nº 59.067, de 12 de agosto de 1966.

Decreto nº 59.410 — de 24 de outubro de 1966.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prorroga o prazo a que se refere o artigo 4º do Decreto nº 59.067, de 12 de agosto de 1966.

Decreto nº 59.410 — de 24 de outubro de 1966.

— *Transforma o 8º Grupo de Artilharia 75 mm a Cavalo em 8º Grupo de Canhões 75 mm Auto-Rebocado.*

Decreto nº 59.477 — de 8 de novembro de 1966.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Abre ao Estado Maior das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$... 95.000.000, para atender à despesas de Custeio e Investimentos, realizadas no exercício de 1965.

Decreto nº 59.426 — de 27 de outubro de 1966.

— *Abre o crédito suplementar de Cr\$ 180.000.000, ao Estado-Maior das Forças Armadas, para reforço de dotação orçamentária do vigente exercício, que especifica.*

Decreto nº 59.589 — de 24 de novembro de 1966.

— *Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra. Abre o crédito suplementar de Cr\$ 76.000.000, para reforço de dotações orçamentárias do vigente exercício.*

Decreto nº 53.321 — de 20 de dezembro de 1966.

ESTADOS

ATO COMPLEMENTAR Nº 28

ESTANCIA VALINHOS LIMITADA

Concede à Estância Valinhos Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.559 — de 11 de novembro de 1966.

ESTATUTO DA TERRA

Delimita os efeitos do art. 2º da Lei nº 5.097, de 2 de setembro de 1966, estabelece novo critério para contribuição e dá outras providências.

Decreto-lei nº 59 — de 21 de novembro de 1966.

— *Regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III, e os arts. 81 — 82 — 83 — 91 — 109 — 111 — 114 — 115 e 128 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964; o art. 22 do Decreto-lei número 22.239, de 19 de dezembro de 1932, e os arts. 9 — 10 — 11 — 12 — 22 e 23 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966.*

Decreto nº 59.428 — de 27 de outubro de 1966.

— *Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências.*

Decreto nº 59.566 — de 14 de novembro de 1966.

EXATORES

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Decreto-lei nº 81 — de 21 de novembro de 1966.

EXÉRCITO

Cria a Auditoria da 11ª Região Militar e dá outras providências.

Decreto-lei nº 26 — de 7 de novembro de 1966.

— *Acrescenta alínea à Lei nº 4.476, de 12 de novembro de 1964, que estabelece a precedência funcional entre Oficiais Gerais dos postos de Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro.*

Decreto-lei nº 77 — de 23 de novembro de 1966.

— *Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma ao 3º Sargento do Exército João Peixoto Martins.*

Decreto Legislativo nº 45 de 1966.

— *Altera dispositivos da Lei número 3.222, de 21 de julho de 1957, que extingue o Quadro Auxiliar de Administração do Exército e o de Topógrafos do Serviço Geográfico do Exército, e dá outras providências.*

Lei nº 5.176 — de 1 de dezembro de 1966.

— *Cria o Brasão de Armas para a Biblioteca do Exército.*

Decreto nº 59.223 — de 16 de setembro de 1966.

— *Extingue organizações militares do Exército, e dá outras providências.*

Decreto nº 59.399 — de 18 de outubro de 1966.

— *Modifica a denominação das 2ª, 3ª e 7ª Companhias Depósito de Material de Motomecanização.*

Decreto nº 59.408 — de 21 de outubro de 1966.

— *Fixa a distribuição em cada Arma e em cada posto, das funções gerais dos oficiais do Exército, a vigorar a partir de 24 de dezembro de 1966.*

Decreto nº 59.888 — de 28 de dezembro de 1966.

EXPORTAÇÃO

Dispõe sobre a aplicação do disposto nos arts. 26, 37 e 38 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, às empresas mineradoras e exportadoras de minério de ferro, a que se refere o Decreto nº 55.282, de 22 de dezembro de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 59.412 — de 24 de outubro de 1966.

F

FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES

Autoriza o Poder Executivo a re-investir os dividendos das ações da Fábrica Nacional de Motores S. A.

Lei nº 5.181 — de 1 de dezembro de 1966.

FACULDADE DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA

Modifica a denominação de estabelecimento de ensino.

Decreto nº 59.313 — de 28 de setembro de 1966.

FACULDADES

Inclui a Faculdade de Economia São Luis, na cidade de São Paulo, entre os estabelecimentos de ensino superior subvencionados na forma do disposto na Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Lei nº 5.151 — de 20 de outubro de 1966.

— Cria o Quadro Especial de Funcionários da Faculdade de Direito de Cuiabá e dá outras providências.

Decreto nº 59.263 — de 22 de setembro de 1966.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, imóvel destinado à ampliação das instalações da Faculdade de Odontologia de Pelotas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 59.362 — de 4 de outubro de 1966.

— Concede reconhecimento à Faculdade de Medicina de Pelotas.

Decreto nº 59.381 — de 12 de outubro de 1966.

— Autoriza o funcionamento da Faculdade de Direito do Oeste de Minas, em Divinópolis.

Decreto nº 59.386 — de 13 de outubro de 1966.

— Autoriza o funcionamento da Faculdade de Direito Rio dos Sinos.

Decreto nº 59.392 — de 13 de outubro de 1966.

— Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Direito de Pinhal, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.406 — de 21 de outubro de 1966.

— Autoriza o funcionamento da Faculdade de Educação de Piracicaba, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.433 — de 27 de outubro de 1966.

— Autoriza o funcionamento da Faculdade de Engenharia de Belo Horizonte.

Decreto nº 59.434 — de 27 de outubro de 1966.

— Concede reconhecimento à Faculdade Católica de Direito de Ilhéus.

Decreto nº 59.570 — de 17 de novembro de 1966.

— Autoriza o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Minas.

Decreto nº 59.840 — de 22 de dezembro de 1966.

— Concede reconhecimento à Faculdade de Filosofia de Campo Grande, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.848 — de 23 de dezembro de 1966.

— Aprova o enquadramento dos professores fundadores das Faculdades de Direito de Cuiabá e de Odontologia de Diamantina em cargos de Professor de Ensino Superior, do Quadro de Pessoal — Parte Suplementar do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

Decreto nº 59.864 — de 26 de dezembro de 1966.

FAIXAS DE FRONTEIRAS

Abre à Presidência da República (Órgãos Dependentes: Coordenação dos Organismos Regionais) — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras — um crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros).

Decreto-lei nº 40 — de 18 de novembro de 1966.

FARINHA DE MANDIOCA

Fixa os preços mínimos básicos para o algodão, arroz, feijão, farinha de mandioca, milho e sisal, da região Norte-Nordeste da safra 1967-68.

Decreto nº 59.815 — de 19 de dezembro de 1966.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA
DE ASSOCIAÇÕES
DE BIBLIOTECÁRIOS

Declara de utilidade pública a "Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.503 — de 9 de novembro de 1966.

FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS
NO COMÉRCIO DE SÃO PAULO

Concede licença à Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, com sede em São Paulo, para promover a sua filiação à Federação Internacional dos Empregados e Técnicos.

Decreto nº 54.966 — de 10 de novembro de 1966.

FEIJÃO

Fixa os preços mínimos básicos para o algodão, arroz, feijão, farinha de mandioca, milho e sisal, da região Norte-Nordeste da safra 1967-68.

Decreto nº 59.815 — de 19 de dezembro de 1966.

FEIRA INTERNACIONAL
DE MILÃO XXXII

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 600.000 (seiscentos mil cruzeiros), para atender a despesas relacionadas com o comparecimento do Brasil à XXXII Feira Internacional de Milão.

Lei nº 5.133 — de 4 de outubro de 1966.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro João Abel Filho a pesquisar feldspato e areia quartzosa, no município de Peruíbe, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.505 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arthur Wigder Kauffmann a pesquisar feldspato e quartzo, no município de São Sebastião, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.519 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aly Procópio Távres a pesquisar feldspato, no município de Santa Maria de Itabira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.520 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Pinto dos Santos a pesquisar feldspato no município de Divisa das Laranjeiras, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.532 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza Mineralite S. A., Mineração, Exportação e Importação a lavrar feldspato, no município de São Luiz de Paraitinga, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.751 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Gonçalves Guimarães a pesquisar feldspato e caulim, no município de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 59.774 — de 16 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Waldomiro Rodrigues de Oliveira a pesquisar feldspato e mica, no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.782 — de 19 de dezembro de 1966.

— *Declara caduco o Decreto número 29.785, de 19 de julho de 1951.*

Decreto nº 59.783 — de 19 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Narciso Franco a pesquisar feldspato no município de Botelhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.784 — de 19 de dezembro de 1966.

FERIADOS

Altera o art. 11 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Decreto-lei nº 86 — de 27 de dezembro de 1966.

FERRO

Re-retifica o Decreto nº 48.317, de 20 de junho de 1960.

Decreto nº 56.043 — de 26 de abril de 1966.

— *Autoriza a Mineração Catas Altas Limitada a pesquisar minério de ferro no município de Sabará, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.291 — de 23 de setembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Rodrigues de Souza a lavar minério de ferro, nos municípios de Piracema e Destêrro de Entre Rios, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.292 — de 23 de setembro de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.253, de 13 de dezembro de 1963.*

Decreto nº 59.331 — de 29 de setembro de 1966.

— *Retifica o art. 1º do Decreto número 51.772, de 4 de março de 1963.*

Decreto nº 59.337 — de 30 de setembro de 1966.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Maringá a lavar minério de ferro no município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.340 — de 30 de setembro de 1966.

— *Retifica e ratifica o art. 1º do Decreto nº 36.942, de 1º de outubro de 1965.*

Decreto nº 59.354 — de 4 de outubro de 1966.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Ita-Minas a pesquisar minérios de ferro e manganês no município de Itatibaçu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.486 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza a Icominas S. A. Empresa de Mineração a lavar minérios de ferro e de manganês no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.513 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza a Companhia de Mineração Serra da Moeda a lavar minério de ferro, no Município de Oliveira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.525 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza Mineração Lagoa Grande Limitada a lavar minério de ferro, no município de Frumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.623 — de 30 de novembro de 1966.

— *Retifica o art. 1º do Decreto nº 51.932-A, de 28 de abril de 1963.*

Decreto nº 59.636 — de 1 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Itagiba Campos Silva a lavar minério de ferro, no município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.721 — de 14 de dezembro de 1966.

— *Retifica o art. 1º do Decreto nº 43.483, de 2 de abril de 1953.*

Decreto nº 59.745 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o Espólio de Júlia do Amaral Sobreira, na pessoa do administrador dos bens do Espólio, a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.752 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Esteves de Faria a pesquisar minério de ferro no município de Passa Tempo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.770 — de 16 de dezembro de 1966.

— *Autoriza Comércio e Mineração Itabirito Ltda., a lavrar minérios de ferro e manganês no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.771 — de 16 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eric Percy Kentish a pesquisar minério de ferro no município de Sabará, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.773 — de 16 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Elpidio Celso de Abreu Rosa a pesquisar minério de ferro, no município de Morro do Pilar, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.781 — de 16 de dezembro de 1966.

FERROVIAS

Promulga o Protocolo adicional ao Tratado sobre ligação ferroviária, de 25 de fevereiro de 1938, com a Bolívia.

Decreto nº 59.879 — de 12 de outubro de 1966.

FERTILIZANTES E SUPLEMENTOS MINERAIS

Altera os arts. 4º e 6º do Decreto nº 58.193, de 14 de abril de 1966, modificado pelos Decretos ns. 53.250 e 58.664, respectivamente de 25 de abril de 1966 e 16-6-66.

Decreto nº 59.703 — de 9 de dezembro de 1966.

FIEL DE TESOUREIRO

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Decreto-lei nº 81 — de 21 de dezembro de 1966.

FINAME

Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a criar uma sociedade por ações, que incorporará o FINAME, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 45 — de 12 de novembro de 1966.

FINANCIAMENTOS

Estende ao financiamento de programas concernentes à habitação, colonização, pecuária, integração e desenvolvimento urbano e regional e programas de alcance social a autorização para o Poder Executivo contratar créditos obtidos no exterior, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 68 — de 21 de novembro de 1966.

— *Constitui Comissão Especial para definir as bases da política de investimentos e financiamentos no Setor de Construção Naval.*

Decreto nº 59.578 — de 23 de novembro de 1966.

FLUORITA

Autoriza Fluorita Cocal Ltda. a pesquisar fluorita, no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 59.228 — de 19 de setembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Olympio Carneiro Viana a pesquisar galena e fluorita no município de Manga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.531 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Vilmar Freitas a pesquisar fluorita no município de Orleães, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 59.726 — de 15 de dezembro de 1966.

FORÇAS ARMADAS

Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 58.358, de 5 de maio de 1966.

Decreto nº 59.871 — de 26 de dezembro de 1966.

FOSFATOS

Autoriza o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a lavar fosfatos, no município de Paulista — Estado de Pernambuco.

Decreto nº 59.791 — de 19 de dezembro de 1966.

FOSFORITA

Autoriza a Companhia de Tecidos Paulista a lavar fosforita no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 59.743 — de 15 de dezembro de 1966.

FRUTUOSO GOMES DE FREITAS

Torna definitivo o registro, feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, de despesa de Cr\$ 14.040 (quatorze mil e quarenta cruzeiros) em favor de Frutuoso Gomes de Freitas.

Decreto Legislativo nº 55 — de 1966.

FUNCIONARIOS PÚBLICOS

Complementa as Leis nº 4.415, de 24 de setembro de 1964, e nº 3.917, de 14 de julho de 1961, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 69 — de 21 de novembro de 1966.

— Dispõe sobre o regime jurídico dos Funcionários Policiais Cíveis do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal, na forma prevista no art. 72 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

Decreto nº 59.310 — de 23 de setembro de 1966.

— Retifica os Decretos ns. 54.015, de 13 de julho de 1965 e 55.004, de 13 de novembro de 1964.

Decreto nº 59.526 — de 9 de novembro de 1966.

FUNDAÇÃO ABRIGO DO CRISTO REDENTOR

Autoriza o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (D.N.P.V.N.) a ceder, gratuitamente, através de termo ou de contrato, à Fundação Abrigo do Cristo Redentor, o terreno, de sua propriedade, situado em Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 59.645 — de 2 de dezembro de 1966.

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Decreto-lei nº 81 — de 21 de dezembro de 1966.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Aprova os Estatutos da Fundação da Casa de Rui Barbosa.

Decreto-lei nº 59.643 — de 2 de dezembro de 1966.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS GARIMPEIROS (FAG)

Abre crédito suplementar ao Ministério do Trabalho e Previdência Social para atender às despesas em favor da Fundação de Assistência aos Garimpeiros (FAG).

Decreto nº 59.592 — de 25 de novembro de 1966.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 834.229.537 (oitocentos e trinta e quatro milhões, duzentos e vinte e nove mil quinhentos e trinta e sete cruzeiros), em favor da Fundação Getúlio Vargas, nos termos do § 1º do art. 4º da Lei nº 3.519, de 30 de dezembro de 1958.

Lei nº 5.170 — de 21 de outubro de 1966.

FUNDAÇÃO RÁDIO MAUÁ

Dá nova redação ao artigo 4º do Decreto-lei nº 7.381, de 13 de março de 1945.

Decreto-lei nº 54 — de 18 de novembro de 1966.

FUNDAÇÕES

Autoriza a instituição da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho e dá outras providências.

Lei nº 5.161 — de 21 de outubro de 1966.

FUNDO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Modifica dispositivo da Lei nº 4.936, de 17 de março de 1966, que dispõe sobre abertura, pelo Poder Executivo, do crédito especial de Cr\$ 500.000.000, destinado a integrar os recursos iniciais do Fundo da Propriedade Industrial.

Decreto-lei nº 84 — de 27 de dezembro de 1966.

— Abre, pelo Ministério da Indústria e do Comércio, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), destinado a integrar os recursos iniciais do Fundo da Propriedade Industrial.

Decreto nº 59.467 — de 8 de novembro de 1966.

FUNDO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO TRABALHADOR RURAL

Aprova o orçamento do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural, administrado pelo I.A.P.I.

Decreto nº 59.471 — de 8 de novembro de 1966.

FUNDO DE ESTÍMULO FINANCEIRO

Altera os arts. 4º e 6º do Decreto nº 58.193, de 14 de abril de 1966, modificado pelos Decretos ns. 58.250 e 58.664, respectivamente de 25 de abril de 1966 e 16-6-66.

Decreto nº 59.703 — de 9 de dezembro de 1966.

FUNDO DE FINANCIAMENTO DA TELEVISÃO EDUCATIVA — FUNTEVE

Cria o Fundo de Financiamento da Televisão Educativa — FUNTEVE e dá outras providências.

Decreto nº 59.396 — de 14 de outubro de 1966.

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

Aprova o Regulamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Decreto nº 59.820 — de 20 de dezembro de 1966.

FUNDO DE RESERVA

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

FUNDO FEDERAL AGRO-PECUÁRIO

Modifica dispositivo da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, que dispõe sobre abertura, pelo Poder Executivo, do crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, destinado à instalação e ao funcionamento do Conselho Nacional do Comércio Exterior e ao Fundo Federal Agro-Pecuário.

Decreto-lei nº 85 — de 27 de dezembro de 1966.

FUNDO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Altera o Regulamento do Fundo Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 53.352, de 26 de dezembro de 1963.

Decreto nº 59.698 — de 8 de dezembro de 1966.

FUNDO NAVAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 4.530.226.261 (quatro bilhões, quinhentos e trinta milhões, duzentos e vinte e seis mil, duzentos e

sessenta e um cruzeiros), correspondente à quota de participação do *Fundo Naval* no excesso de arrecadação da Taxa de Despacho Aduaneiro, verificado nos exercícios de 1963, 1964 e 1965.

Lei nº 5.177 — de 1 de dezembro de 1966.

G

GALENA

Autoriza o cidadão brasileiro Olympio Carneiro Viana a pesquisas galeña e fluorita no município de Manga, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.531 — de 9 de novembro de 1966.

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Abre ao Ministério da Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 3.725.269.100 (três bilhões, setecentos e vinte e cinco milhões, duzentos e sessenta e nove mil e cem cruzeiros), em reforço à dotação orçamentária destinada à aquisição de gêneros de alimentação para os hospitais de diversos órgãos daquela Secretaria de Estado.

Decreto nº 59.458 — de 7 de novembro de 1966.

GERAN — GRUPO ESPECIAL PARA RACIONALIZAÇÃO DA AGRO-INDÚSTRIA CANAVIEIRA DO NORDESTE

Cria o GERAN — Grupo Especial para Racionalização da Agro-Indústria Canavieira do Nordeste.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — de 29-9-66). — Retificação.

Decreto nº 59.033-A — de 8 de agosto de 1966.

GERAN — GRUPO ESPECIAL PARA RACIONALIZAÇÃO DA AGRO-INDÚSTRIA CANAVIEIRA DO NORDESTE

Altera a redação do § 2º do artigo 4º do Decreto nº 59.033-A, de 8 de agosto de 1966, que cria o GERAN.

Decreto nº 59.628 — de 1 de dezembro de 1966.

GINÁSIO SÃO JOAQUIM

Declara de utilidade pública o Ginásio São Joaquim, com sede em Lorena, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.755 — de 15 de dezembro de 1966.

GIPSITA

Autoriza o cidadão brasileiro Laudenor Lins a lavrar gipsita no município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 59.339 — de 30 de setembro de 1966.

GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de termo de suplemento a contrato, firmado em 30 de dezembro de 1959, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Instituto de Assuntos Interamericanos.

Decreto Legislativo nº 44, de 1966.

GRAFITA

Autoriza o cidadão brasileiro Alcides Mendes de Oliveira a pesquisas grafita no município de Pedra Azul, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.295 — de 23 de setembro de 1966.

— *Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a pesquisar cianita e grafita no município de Minas Novas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.523 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a pesquisar cianita e grafita no município de Minas Gerais, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.524 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a pesquisar grafita e grafita no município de Minas Novas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.558 — de 11 de novembro de 1966.

GRATIFICAÇÕES

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

— *Dispõe sobre a concessão de gratificação pela representação de gabinete, e dá outras providências.*

Decreto nº 59.835 — de 21 de dezembro de 1966.

GRUPO DE CANHÕES 75mm AUTO-REBOCADO (8º)

Transforma o 8º Grupo de Artilharia 75mm a Cavalos em 8º Grupo de Canhões 75mm Auto-Rebocado.

Decreto nº 59.477 — de 8 de novembro de 1966.

GUANO

Renova o Decreto nº 52.862, de 18 de novembro de 1963.

Decreto nº 59.334 — de 30 de setembro de 1966.

H

HABITAÇÃO

Estende ao financiamento de programas concernentes à habitação, colonização, pecuária, integração e desenvolvimento urbano e regional e programas de alcance social a autorização para o Poder Executivo contratar créditos obtidos no exterior, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 68 — de 21 de novembro de 1966.

HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO

Autoriza a instituição da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho e dá outras providências.

Lei nº 5.161 — de 21 de outubro de 1966.

HOSPITAL ANTÔNIO PEDRO

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 600.000.000, para atender as despesas com a recuperação do Hospital Antônio Pedro, situado em Niterói.

Decreto nº 59.535 — de 9 de novembro de 1966.

HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO

Retifica o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Hospital dos Servidores do Estado, tendo em vista o processo nº GB-32/1966 da Comissão de Classificação de Cargos.

Decreto nº 59.877 — de 27 de dezembro de 1966.

I

IMMOBILIARE CASA LATINA — SOCIETÀ PER AZIONI

Concede à Immobile Casa Latina — Società per Azioni autorização para continuar a funcionar na República dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto nº 59.601 — de 28 de novembro de 1966.

IMÓVEIS DA UNIÃO

Prorroga por mais um exercício a vigência do Decreto nº 58.912, de 22 de julho de 1966 que abriu o crédito especial de Cr\$ 180.000.000 (cento e oitenta milhões de cruzeiros).

Decreto-lei nº 93 — de 30 de dezembro de 1966.

IMÓVEIS RESIDENCIAIS

Dispõe sobre a ocupação e uso de imóveis residenciais construídos, adquiridos ou arrendados pela União, em Brasília, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 76 — de 21 de novembro de 1966.

IMPORTAÇÕES

Dispõe sobre importações dos produtos especificados no Protocolo de Ajuste de Complementação Sobre Produtos da Indústria Eletrônica e de Comunicações Elétricas.

Decreto nº 58.925-A — de 27 de julho de 1966.

Dispõe sobre importações dos produtos especificados no Protocolo de Ajuste de Complementação Sobre Produtos da Indústria de Aparelhos Elétricos, Mecânicos e Térmicos de Uso Doméstico.

Decreto nº 58.926-A — de 27 de julho de 1966.

— *Reformula o Decreto nº 53.982, de 25 de junho de 1964, e cria novos incentivos.*

Decreto nº 59.430 — de 27 de outubro de 1966.

IMPÓSTO DE CONSUMO

Dispõe sobre nova denominação do Imposto de Consumo, altera a Lei número 4.502, de 30 de novembro de 1964, extingue diversas taxas e dá outras providências.

Decreto-lei nº 34 — de 18 de novembro de 1966.

IMPÓSTO DE IMPORTAÇÃO

Dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências.

Decreto-lei nº 37 — de 18 de novembro de 1966.

IMPÓSTO DE RENDA

Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

Decreto-lei nº 62 — de 21 de novembro de 1966.

— *Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.*

Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

IMPÓSTO ÚNICO

Altera a legislação relativa ao Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 61 — de 21 de novembro de 1966.

IMPÓSTO DO SELO

Altera a Lei nº 4.505, de 30 de novembro de 1964, e o art. 28 da Lei número 4.853, de 29 de novembro de 1965.

Lei nº 5.154 — de 21 de outubro de 1966.

IMPÓSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

Ato Complementar nº 27.

— *Ato Complementar nº 31.*

IMPÓSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Institui o Imposto sobre Operações Financeiras, regula a respectiva cobrança, dispõe sobre a aplicação das reservas monetárias oriundas de sua receita, e dá outras providências.

Lei nº 5.143 — de 20 de outubro de 1966.

IMPÓSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

Dispõe sobre nova denominação do Imposto de Consumo, altera a Lei número 4.502, de 30 de novembro de 1964, extingue diversas taxas e dá outras providências.

Decreto-lei nº 34 — de 18 de novembro de 1966.

IMPrensa NAVAL

Aprova o Regulamento para a "Imprensa Naval".

(Publicado no Diário Oficial — Seção I — Parte I — de 29-9-66). — Retificação.

Decreto nº 59.236 — de 19 de setembro de 1966.

INCENTIVOS FISCAIS

Concede incentivos às indústrias que menciona e dá outras providências.

Decreto-lei nº 46 — de 18 de novembro de 1966.

— *Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências.*

Lei nº 5.174 — de 27 de outubro de 1966.

INDULTO

Concede indulto a sentenciados pela forma que menciona.

Decreto nº 59.574 — de 18 de novembro de 1966.

INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS, MECÂNICOS E TÉRMICOS

Dispõe sobre importações dos produtos especificados no Protocolo de Ajuste de Complementação Sobre Produtos da Indústria de Aparelhos Elétricos, Mecânicos e Térmicos, de Uso Doméstico.

Decreto nº 58.926-A — de 27 de julho de 1966.

INDÚSTRIA DE MAPAS

ISENTA do imposto de consumo, dos direitos de importação e das taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, a maquinaria e o material técnico, sem similares de produção nacional, destinados à indústria de mapas e levantamentos aerofotogramétricos.

Lei nº 5.166 — de 21 de outubro de 1966.

INDÚSTRIA DE MOTORES DIESEL

Concede incentivos para o desenvolvimento da indústria de motores Diesel.

Decreto-lei nº 65 — de 21 de novembro de 1966.

INDÚSTRIA ELETRÔNICA

Dispõe sobre importações dos produtos especificados no Protocolo de Ajuste de Complementação Sobre Produtos da Indústria Eletrônica e de Comunicações Elétricas.

Decreto nº 58.925-A, de 27 de julho de 1966.

INSALUBRIDADE

Torna sem efeito o Decreto número 58.387, de 10 de maio de 1966.

Decreto nº 59.422 — de 27 de outubro de 1966.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.300.000.000 para o fim que especifica.

Decreto nº 59.423 — de 27 de outubro de 1966.

INSPETORIA SALESIANA DO NORDESTE DO BRASIL

Declara de utilidade pública a "Inspetoria Salesiana do Nordeste do Brasil", com sede em Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 59.862 — de 26 de dezembro de 1966.

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras e dá outras providências.

Decreto-lei nº 48 — de 18 de novembro de 1966.

INSTITUTO BAHIANO DE REABILITAÇÃO

Retifica o Decreto nº 57.841, de 13 de fevereiro de 1966, para o fim que especifica.

Decreto nº 59.563 — de 14 de novembro de 1966.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito suplementar de Cr\$ 5.700.000 (cinco milhões e setecentos mil cruzetões), destinado ao Instituto Benjamin Constant.

Decreto nº 59.904 — de 30 de dezembro de 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Reorganiza a Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dá outras providências.

Decreto nº 59.322 — de 29 de setembro de 1966.

— Retifica o enquadramento de cargos e funções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tendo em vista o processo nº 472-65, da Comissão de Classificação de Cargos.

Decreto nº 59.865 — de 26 de dezembro de 1966.

— *Presidência da República. Abre o crédito especial de Cr\$ 110.050.924 (cento e dez milhões, cinqüenta mil, novecentos e vinte e quatro cruzeiros) autorizado pela Lei nº 5.059, de 1º de julho de 1966, a favor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.*

Decreto nº 59.894 — de 29 de dezembro de 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA — IBRA

Delimita os efeitos do artigo 2º da Lei nº 5.097, de 2 de setembro de 1966, estabelece novo critério para contribuição e dá outras providências.

Decreto-lei nº 58 — de 21 de novembro de 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Dispõe sobre a aplicação e qualificação as penalidades pelas infrações às normas e resoluções de competência do Instituto Brasileiro do Café e dá outras providências.

Decreto-lei nº 47 — de 18 de novembro de 1966.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS

Aprova os orçamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, dos Industriários e dos respectivos Conselhos Fiscais.

Decreto nº 59.382 — de 13 de outubro de 1966.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIÁRIOS

Aprova os orçamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais, dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos e dos respectivos Conselhos Fiscais.

Decreto nº 59.383 — de 13 de outubro de 1966.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS

Aprova os orçamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, dos Marítimos e dos respectivos Conselhos Fiscais.

Decreto nº 59.384 — de 13 de outubro de 1966.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS E EMPREGADOS EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Aprova os orçamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais, dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos e dos respectivos Conselhos Fiscais.

Decreto nº 59.383 — de 13 de outubro de 1966.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

Retifica o Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, parte permanente, aprovado pelos Decretos ns. 51.349, de 20 de novembro de 1961 e 51.576, de 29 de novembro de 1962.

Decreto nº 59.254 — de 20 de setembro de 1966.

— *Aprova os orçamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, dos Industriários e dos respectivos Conselhos Fiscais.*

Decreto nº 59.382 — de 13 de outubro de 1966.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS

Aprova os orçamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, dos Marítimos e dos respectivos Conselhos Fiscais.

Decreto nº 59.384 — de 13 de outubro de 1966.

INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA (IMPA)

Altera o Decreto nº 39.687, de 7 de agosto de 1956, que criou o Instituto de Matemática Pura e Aplicada.

Decreto nº 59.388 — de 13 de outubro de 1966.

— *Aprova o Regimento do Instituto de Matemática Pura e Aplicada.*

Decreto nº 59.389 — de 13 de outubro de 1966.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Constitui Comissão Especial de Estudos para examinar e propor solução para questão do prédio nº 208, da Rua Sacadura Cabral, Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.647 — de 2 de dezembro de 1966.

Altera o orçamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado.

Decreto nº 59.879 — de 27 de dezembro de 1966.

INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Indústria e do Comércio, do crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), a favor do Instituto de Resseguros do Brasil, destinado a garantir as responsabilidades a serem assumidas pelo Governo Federal, no tocante ao seguro de crédito à exportação, objeto da Lei nº 4.678, de 16 junho de 1965.

Lei nº 5.159 — de 21 de outubro de 1966.

Abre, pelo Ministério da Indústria e do Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), a favor do Instituto de Resseguros do Brasil, destinado a garantir as responsabilidades a serem assumidas pelo Governo Federal, no tocante ao seguro de crédito à exportação, objeto da Lei nº 4.678, de 16 de junho de 1965.

Decreto nº 59.639 — de 1 de dezembro de 1966.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

Abre crédito especial para atender aos encargos da União de complementação do preço da cana e do açúcar aos produtores do Nordeste, para atender ao preço do álcool destinado à COPERBO, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 35 — de 18 de novembro de 1966.

Dispõe sobre a arrecadação de taxas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, a produção, o comércio e o transporte do açúcar e do álcool e dá outras providências.

Decreto-lei nº 56 — de 18 de novembro de 1966.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (INDA)

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área que indica.

Decreto nº 59.361 — de 4 de outubro de 1966.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

Ministério da Fazenda. Abertura de crédito especial de Cr\$ 107.699, destinado ao pagamento de servidores do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 59.641 — de 2 de dezembro de 1966.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZONIA

Aprova a classificação dos cargos de nível superior do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, do Conselho Nacional de Pesquisas, e retifica a do Instituto de Bibliografia e Documentação do mesmo Conselho, aprovada pelo Decreto número 55.099, de 1º de dezembro de 1964, alterada pelo de nº 56.840, de 3 de setembro de 1965, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 59.700 — de 9 de dezembro de 1966.

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social.

Decreto-lei nº 72 — de 21 de novembro de 1966.

Dispõe sobre a arrecadação das contribuições do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e dá outras providências.

Decreto nº 59.884 — de 27 de dezembro de 1966.

Cria cargos necessários à implantação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e dá outras providências.

Decreto nº 59.885 — de 27 de dezembro de 1966.

INSTITUTO NACIONAL DO CINEMA

Cria o Instituto Nacional do Cinema, torna da exclusiva competência da União a censura de filmes, estende aos pagamentos do exterior de filmes adquiridos a preços fixos o disposto no art. 45 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, prorroga por 3 meses dispositivos de Legislação sobre a exibição de filmes nacionais e dá outras providências.

Decreto-lei nº 43 — de 18 de novembro de 1966.

INSTITUTO SOCIAL PAULISTA DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO

Declara de utilidade pública o "Instituto Social Paulista de Assistência e Educação", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.573 — de 17 de novembro de 1966.

INTER-AMERICANA, COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Inter-Americana, Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 59.500 — de 9 de novembro de 1966.

INTERCAMBIO COMERCIAL NO EXTERIOR

Dispõe sobre a Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966.

Decreto-lei nº 24 — de 19 de outubro de 1966.

Regulamenta a Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, e o Decreto-lei número 24, de 19 de outubro de 1966, que dispõem sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior e dá outras providências.

Decreto nº 59.607 — de 28 de novembro de 1966.

INTERCAMBIO CULTURAL

Promulga o Acôrdio de Intercâmbio Cultural Brasil-Costa Rica.

Decreto-lei nº 59.273 — de 28 de setembro de 1966.

INVESTIMENTOS

Constitui Comissão Especial para definir as bases da política de investimentos e financiamentos no Setor de Construção Naval.

Decreto nº 59.578 — de 23 de novembro de 1966.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Institui normas para a elaboração do Programa de Investimentos Públicos para 1967.

Decreto nº 59.367 — de 5 de outubro de 1966.

ISENÇÃO FISCAL

Estende a isenção prevista na Lei nº 4.265, de 3 de outubro de 1963, a materiais destinados à Cooperativa de Laticínios de São Carlos e à Cooperativa Agrícola de Cotia, Estado de São Paulo.

Lei nº 5.187 — de 8 de dezembro de 1966.

ISENÇÕES

Isenta do pagamento dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, material destinado à Companhia Eletromecânica CELMA.

Decreto-lei nº 23 — de 19 de outubro de 1966.

Concede incentivos fiscais às indústrias que menciona e dá outras providências.

Decreto-lei nº 46 — de 18 de novembro de 1966.

Concede isenção de tributos para aparelhos e equipamentos médico-hospitalares.

Lei nº 5.142 — de 20 de outubro de 1966.

Isenta do imposto de consumo, dos direitos de importação e das taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, a maquinaria e o material técnico, sem similares de produção nacional, destinados à indústria de mapas e levantamentos aerofotogramétricos.

Lei nº 5.166 — de 21 de outubro de 1966.

Isenta dos impostos de importação e consumo, e da taxa de despacho aduaneiro, equipamentos destinados à instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cinescópios de televisores.

Lei nº 5.169 — de 21 de outubro de 1966.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Confecções Londres S. A.", de Olinda (Pe).

Decreto nº 59.266 — de 23 de setembro de 1966.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Companhia Cearense de Cimento Portland — CCCP", de Fortaleza — (Ce.).

Decreto nº 59.279 — de 23 de setembro de 1966.

Declara prioritária para o desenvolvimento da Amazônia, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similares nacionais registrados e consignados à empresa "Cervejaria Paraense Sociedade Anônima (CERPASA)", de Belém, Estado do Pará.

Decreto nº 59.357 — de 4 de outubro de 1966.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional

registrado, neste descritos e consignados à empresa "FNV — Equipamentos Industriais S. A.", de Salvador (Ba).

Decreto nº 59.548 — de 11 de novembro de 1966.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Protecto Sociedade Anônima Tintas e Vernizes" de Fortaleza (Ce).

Decreto nº 59.549 — de 11 de novembro de 1966.

ISENÇÕES

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Indústria de Laticínios de Campina Grande", de Campina Grande (Pb).

Decreto nº 59.630 — de 1º de dezembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado neste descritos e consignados à empresa "Companhia Valença Industrial", de Salvador (Ba).

Decreto nº 59.631 — de 1º de dezembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Samov" Sociedade Anônima — Industrial de Móveis" de Fortaleza (Ce).

Decreto nº 59.632 — de 1º de dezembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional

nal registrado e consignados a empresa "SIBRA" Eletro-siderúrgica Brasileira S. A., de Salvador (Bahia).

Decreto nº 59.633 — de 1º de dezembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, neste descritos e consignados à empresa "Indústrias Alimentícias Carlos de Brito Sociedade Anônima", de Recife (Pe).

Decreto nº 59.634 — de 1º de dezembro de 1966.

— Declara prioritária do desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrados e consignados à empresa "Crasto Agro-Industrial S. A. — CAISA", de Santa Luzia de Itanhhy (Se).

Decreto nº 59.635 — de 1º de dezembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de peças sobressalentes e de reposição, sem similar nacional registrado, neste descritas e consignadas à empresa "BRASQUIP — Indústria Brasileira de Equipamentos Sociedade Anônima", de Salvador (Ba).

Decreto nº 59.690 — de 8 de dezembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos sem similar nacional Salvador | 299.449 | 972/1012 | 10-1-67 | dados à empresa "S. A. Tubos Brasilit", de Recife (Pe).

Decreto nº 59.691 — de 8 de dezembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Tintas Coral do Nordeste S. A.", de Recife, (Pe).

Decreto nº 59.692 — de 8 de dezembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Oleaginosas Maranhense S. A. (OLEAMA)", de São Luiz (Ma).

Decreto nº 59.693 — de 8 de dezembro de 1966.

— Prorroga, para efeito de importação com isenção de taxas e impostos federais, o Decreto nº 53.622, de 13 de março de 1964.

Decreto nº 59.694 — de 8 de dezembro de 1966.

ITAGEMA, MINERAÇÃO E COMÉRCIO LIMITADA

Concede a Itagemá, Mineração e Comércio Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.725 — de 15 de dezembro de 1966.

ITAMARATY EM BRASÍLIA

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 5.000.000.000 para atender despesas com a conclusão de edifícios necessários à instalação do Itamaraty em Brasília.

Decreto nº 59.651 — de 2 de dezembro de 1966.

ITASIL — EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.

Concede à ITASIL — Extração de Minérios Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.738 — de 15 de dezembro de 1966.

J

"JETONS"

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

JOSIAS SEVERINO DE FREITAS

Torna definitivo o registro, feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma do soldado Josias Severino de Freitas.

Decreto Legislativo nº 50, de 1966.

JUSTIÇA FEDERAL

Acrescenta um inciso, sob o nº IV, ao art. 15 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância.

Decreto-lei nº 30 — de 17 de novembro de 1966.

— Prorroga o período de vigência do crédito especial autorizado pela Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966.

Decreto-lei nº 31 — de 18 de novembro de 1966.

JUSTO NUNES

Torna definitivo o registro, feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma do soldado Justo Nunes.

Decreto Legislativo nº 59, de 1966.

JUTA

Fixa os pregos mínimos básicos relativos à safra do próximo ano de 1967, para a juta e malva da Região Amazônica.

Decreto nº 59.704 — de 12 de dezembro de 1966.

L**LANCHAS DE COMBATE**

Abre, ao Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000, destinados ao pagamento do pessoal temporário para guarnecer lanchas de combate ao contrabando e a outras despesas.

Decreto-lei nº 36 — de 18 de novembro de 1966.

LAR ESCOLA CORAÇÃO DE MARIA NOSSA MÃE

Declara de utilidade pública o "Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe" com sede em P^{ra}acibaba, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.861 — de 26 de dezembro de 1966.

LEI ORGÂNICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Altera disposições da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 66 — de 21 de novembro de 1966.

LEUCOFILITO

Autoriza o cidadão brasileiro Arnaldo Borghi a pesquisar leucofilito no município de Caieiras, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.506 — de 9 de novembro de 1966.

LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras e dá outras providências.

Decreto-lei nº 48 — de 18 de novembro de 1966.

LOTERIAS

Ratifica disposições legais sobre o Serviço de Loteria do Estado do Piauí.

Decreto nº 59.629 — de 1º de dezembro de 1966.

LUBRIFICANTES

Altera a legislação relativa ao Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 61 — de 21 de novembro de 1966.

M**MAGISTÉRIO SUPERIOR**

Regulamenta a Lei nº 4.881-A, de 8 de dezembro de 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 59.676 — de 6 de dezembro de 1966.

MAGNESITA

Autoriza o cidadão brasileiro Raymundo Boaventura Leite a pesquisar magnesita no município de Casa Nova, Estado da Bahia.

Decreto nº 59.517 — de 9 de novembro de 1966.

MALVA

Fixa os preços mínimos básicos relativos a safra do próximo ano de 1967, para a juta e malva da Região Amazônica.

Decreto nº 59.704 — de 12 de dezembro de 1966.

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro Nelson Deusdará Filho a pesquisar minério de manganês, no município de Caeté, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.301 — de 23 de setembro de 1966.

— *Renova o Decreto nº 53.253, de 13 de dezembro de 1963.*

Decreto nº 59.331 — de 29 de setembro de 1966.

— *Retifica e ratifica o art. 1º do Decreto nº 36.942, de 1º de outubro de 1965.*

Decreto nº 59.354 — de 4 de outubro de 1966.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Ita-Minas a pesquisar minérios de ferro e manganês no município de Itatatuçu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.483 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza a Icominas S. A. Empresa de Mineração a lavrar minérios de ferro e de manganês no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.513 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Hélio Curto a pesquisar calcário e minério de manganês, no município de Eldorado Paulista, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.521 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Martins Moreno a pesquisar minério de manganês do município de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás.*

Decreto nº 59.527 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo Ribeiro da Costa a pesquisar amianto e minério de manganês no município de Pilar de Goiás, Estado de Goiás.*

Decreto nº 59.626 — de 1º de dezembro de 1966.

— *Retifica o art. 1º do Decreto número 51.932-A, de 26 de abril de 1963.*

Decreto nº 59.633 — de 1 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o Espólio de Júlia do Amaral Sobreira, na pessoa do Administrador dos bens do Espólio, a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.752 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Autoriza Comércio e Mineração Itabirito Ltda. a lavrar minérios de ferro e manganês no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.771 — de 16 de dezembro de 1966.

MAQUINARIA

Prorroga, para efeito de importação com isenção de taxas e impostos federais, o Decreto nº 53.692, de 13 de março de 1964.

Decreto nº 59.694 — de 8 de dezembro de 1966.

MARECHAL JOÃO MASCARENHAS DE MORAIS

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Decreto-lei nº 81 — de 21 de dezembro de 1966.

MARINHA

Cria a Autoria da 11ª Região Militar e dá outras providências.

Decreto-lei nº 26 — de 7 de novembro de 1966.

— Acrescenta alínea à Lei nº 4.476, de 12 de novembro de 1964, que estabelece a precedência funcional entre Oficiais Gerais dos postos de Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro.

Decreto-lei nº 77 — de 23 de novembro de 1966.

— Acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965, e dá outras providências.

Lei nº 5.141 — de 14 de outubro de 1966.

— Altera o Decreto nº 48.288, de 13 de junho de 1960 que Regulamenta, para os militares da Marinha, a concessão da Licença Especial prevista na Lei nº 283, de 24 de maio de 1948.

Decreto nº 59.460 — de 7 de novembro de 1966.

MARINHA MERCANTE

Altera a alínea a do art. 1º da Lei nº 4.858, de 26 de novembro de 1965.

Decreto-lei nº 50 — de 18 de novembro de 1966

— Regulamenta dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966.

Decreto nº 59.832 — de 21 de dezembro de 1966.

MÁRMORE

Autoriza a Mineração Indústria e Comércio Ltda., a pesquisar mármore no município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

Decreto nº 52.182 — de 6 de setembro de 1966.

Remove o Decreto nº 53.309, de 16 de dezembro de 1963.

Decreto nº 59.543 — de 11 de novembro de 1966.

Renova o Decreto nº 53.311, de 16 de dezembro de 1963.

Decreto nº 59.544 — de 11 de novembro de 1966.

Autoriza o cidadão brasileiro Alfredo Márinho Ravasco a pesquisar mármore e calcário, no município de Barra do Turvo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.733 — de 15 de dezembro de 1966.

MAR TERRITORIAL

Altera os limites do mar territorial do Brasil, estabelece uma zona contígua e dá outras providências.

Decreto-Lei nº 44 — de 18 de novembro de 1966.

MATOGROSSENSE TURISMO MATOTUR S. A.

Concede à Matogrossense Turismo Matotur S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.793 — de 19 de dezembro de 1966.

MERIDIONAL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Meridional Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 59.808 — de 19 de dezembro de 1966.

MIBENA — MINERAÇÃO E BENEFICIAMENTO NACIONAL LTDA.

Concede a MIBENA — Mineração e Beneficiamento Nacional Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.557 — de 11 de novembro de 1966.

MICA

Declara sem efeito o Decreto número 54.339, de 29 de setembro de 1964.

Decreto nº 59.336 — de 30 de setembro de 1966.

Retifica o art. 1º do Decreto número 55.420, de 31 de dezembro de 1964.

Decreto nº 59.484 — de 9 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Waldomiro Rodrigues de Oliveira a pesquisar faldspato e mica, no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.782 — de 19 de dezembro de 1966.

MILHO

Fixa os preços mínimos básicos para o algodão, arroz, feijão, farinha de mandioca, milho e sisal, da região Norte-Nordeste da safra 1967-68.

Decreto nº 59.815 — de 19 de dezembro de 1966.

MILITARES

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

Assegura a percepção do salário-família aos herdeiros dos militares demitidos ou expulsos.

Lei nº 5.160 — de 21 de outubro de 1966.

Promove ao posto imediato o militar que, em pleno serviço ativo, vier a faltar em consequência de ferimento recebidos em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou em virtude de acidente em serviço.

Lei nº 5.195 — de 24 de dezembro de 1966.

MINAS-MINERADORES ASSOCIADOS LTDA.

Concede à Minas-Minerações Associados Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.541 — de 11 de novembro de 1966.

MINAS PASTORIL S. A.

Concede a Minas Pastoril S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.731 — de 15 de dezembro de 1966.

MINERAÇÃO ASSURUA LTDA.

Concede à Mineração Assurua Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.424 — de 27 de outubro de 1966.

MINERAÇÃO JOMARY LTDA.

Concede à Mineração Jomary Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.534 — de 9 de novembro de 1966.

MINERAÇÃO NOSSA SENHORA DE NAZARÉ

Concede à Mineração Nossa Senhora de Nazaré autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.780 — de 16 de dezembro de 1966.

MINERAÇÃO E QUÍMICA DO NORDESTE LTDA.

Concede à Mineração e Química do Nordeste Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.838 — de 22 de dezembro de 1966.

MINERAÇÃO OMEGA S. A.

Concede a Mineração Omega S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.724 — de 15 de dezembro de 1966.

MINERADORA MINAS S. A.

Concede à Mineradora Minas S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.530 — de 9 de novembro de 1966.

MINÉRIA — MINERAÇÃO IRMÃOS ASSOCIADOS LTDA.

Concede à Minéria — Mineração Irmãos Associados Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.540 — de 11 de novembro de 1966.

MINÉRIO DE FERRO

Dispõe sobre a aplicação do disposto nos arts. 26, 37 e 38 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, as empresas mineradoras e exportadoras de minério de ferro, a que se refere o Decreto nº 55.282, de 22 de dezembro de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 59.412 — de 24 de outubro de 1966.

MINÉRIOS, FERROS E METAIS LTDA.

Declara sem efeito o Decreto número 41.320, de 10 de abril de 1957.

Decreto nº 59.695 — de 8 de dezembro de 1957.

Concede à Minérios, Ferros e Metais S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.696 — de 8 de dezembro de 1966.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Abre, pelo Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros), destinado às obras do novo aeroporto internacional de Brasília.

Lei nº 5.132 — de 4 de outubro de 1966.

Inclui funções gratificadas na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 59.277 — de 29 de setembro de 1966.

Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Ministério da Aeronáutica, aprovada por Decreto nº 54.285, de 14 de setembro de 1962, alterado pelo nº 55.196, de 10 de dezembro de 1964, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 59.387 — de 13 de outubro de 1966.

Declara de utilidade pública imóvel que menciona na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.401 — de 19 de outubro de 1966.

Declara de utilidade pública imóvel que menciona na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.402 — de 19 de outubro de 1966.

Cria função gratificada no Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 59.411 — de 24 de outubro de 1966.

Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.956.750.000 (um bilhão, novecentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto nº 59.418 — de 26 de outubro de 1966.

Dispõe sobre o enquadramento de servidores do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.

Decreto nº 59.427 — de 27 de outubro de 1966.

Altera o Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar baixado pelo Decreto nº 30.976, de 13 de junho de 1952, e dá outras providências.

Decreto nº 59.478 — de 3 de novembro de 1966.

Abre, pelo Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ 153.000.000 (cento e cinquenta e três milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto nº 59.577 — de 21 de novembro de 1966.

Ministério da Aeronáutica — Abre o crédito suplementar de Cr\$ 1.395.000.000, para reforço de dotações orçamentárias do vigente exercício.

Decreto nº 59.817 — de 20 de dezembro de 1966.

Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.444.077.509 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, setenta e sete mil, quinhentos e nove cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto nº 59.825 — de 21 de dezembro de 1966.

Abre ao Ministério da Aeronáutica o crédito suplementar de Cr\$ 6.463.840.078 (seis bilhões, quatrocentos e sessenta e três milhões, novecentos e quarenta mil, setenta e oito cruzeiros).

Decreto nº 59.895 — de 29 de dezembro de 1966.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Mantém o ato do Tribunal de Contas, denegatório do registro a contrario, de 24 de agosto de 1948, celebra entre a Seção de Fomento Agrícola em Minas Gerais, do Ministério da Agricultura, e Juscelino Ribeiro da Fonseca.

Decreto Legislativo nº 49, de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para atender a despesas de Caixa de Crédito da Pesca.

Lei nº 5.156 — de 21 de outubro de 1966.

Autoriza o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura a constituir a sociedade de economia mista, Companhia Brasileira de Serviços agrícolas — COSAGRI — e dá outras providências.

Lei nº 5.168 — de 21 de outubro de 1966.

Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 15.093.801.026 (quinze bilhões, novecentos e três milhões, trezentos e quarenta e um mil e vinte e seis cruzeiros), para o fim que se especifica.

Decreto nº 59.546 de 11 de novembro de 1966.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Prorroga por mais um exercício, a vigência do Decreto nº 59.252, de 20 de setembro de 1966, que abre o crédito especial de Cr\$ 974.313.638 (novecentos e setenta e quatro milhões, trezentos e treze mil, seiscentos e trinta e oito cruzeiros).

Decreto-lei nº 90 — de 30 de dezembro de 1966.

Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653-66.

Decreto nº 59.355 — de 4 de outubro de 1966.

Abre, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 369.000.000 para atender a despesas com a desapropriação dos terrenos onde foram travadas as Batalhas dos Guararapes.

Decreto nº 59.372 — de 7 de outubro de 1966.

Aprova o enquadramento dos professores fundadores da Universidade Federal da Paraíba em cargos de Professor de Ensino Superior do Quadro de Pessoal; Parte Suplementar do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

Decreto nº 59.395 — de 14 de outubro de 1966.

Retifica relação nominal aprovado pelo Decreto nº 59.403 de 8 de fevereiro de 1966, que classifica os cargos de nível superior da Universidade Federal do Paraná, do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 59.403 — de 24 de outubro de 1966.

Abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 600.000.000 para atender as despesas com a recuperação do Hospital Antônio Pedro situado em Niterói.

Decreto nº 59.535 — de 9 de novembro de 1966.

Inclui função gratificada na Parte Permanente do Quadro de Pessoal, do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 59.588 — de 24 de novembro de 1966.

Anula parcialmente dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Educação e Cultura, constantes de Lei nº 4.909, de 10 de dezembro de 1965 e abre ao mesmo Ministério o crédito suplementar de Cr\$ 3.00.000 (três milhões de cruzeiros).

Decreto nº 59.687 — de 7 de dezembro de 1966.

Abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito suplementar de Cr\$ 28.830.000.

Decreto nº 59.758 — de 16 de dezembro de 1966.

Aprova o enquadramento dos professores fundadores das Faculdades de Direito de Curitiba e de Odontologia de Diamantina em cargos de Professor de Ensino Superior, do Quadro de Pessoal — Parte Suplementar do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

Decreto nº 59.864 — de 26 de dezembro de 1966.

Abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito suplementar de Cr\$ 1.278.834.000 (um bilhão, duzentos e setenta e oito milhões, oitocentos e trinta e quatro mil cruzeiros).

Decreto nº 59.876 — de 27 de dezembro de 1966.

Retifica o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 59.887 — de 28 de dezembro de 1966.

Abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito suplementar de Cr\$ 5.700.000 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros), destinado ao Instituto Benjamin Constant.

Decreto nº 59.904 — de 30 de dezembro de 1966.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Abre o crédito especial para atender aos encargos da União de complementação do preço da cana e do açúcar aos produtores do Nordeste, para atender ao preço do álcool destinado à COPERBO, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 35 — de 18 de novembro de 1966.

Abre, ao Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000, destinados ao pagamento do pessoal temporário para guarnecer lanchas de combate ao contrabando e a outras despesas.

Decreto-Lei nº 36 — de 18 de novembro de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda — consignado ao Conselho Nacional de Telecomunicações, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

Decreto-Lei nº 39 — de 18 de novembro de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 13.515.963.777 (treze bilhões, quinhentos e quinze milhões, novecentos e sessenta e três mil, setecentos e setenta e sete cruzeiros), para atender a despesas decorrentes do aumento de vencimentos de servidores do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União.

Lei nº 5.136 de 11 de outubro de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 101.012.744 (cento e um milhões doze mil setecentos e

quarenta e quatro cruzeiros), para ocorrer ao custeio de obras em próprios nacionais atingidos pelos terremotos que ocorreram no Estado da Guanabara e no Estado do Rio de Janeiro.

Lei nº 5.148 — de 20 de outubro de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, ao Departamento Federal de Segurança Pública, o crédito especial de Cr\$ 6.994.800.000 (seis bilhões noventa e quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros), para atender a despesas que menciona.

Lei nº 5.164 — de 21 de outubro de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 834.229.537 (oitocentos e trinta e quatro milhões, duzentos e vinte e nove mil quinhentos e trinta e sete cruzeiros), em favor da Fundação Getúlio Vargas, nos termos do § 1º do art. 4º da Lei nº 3.519, de 30 de dezembro de 1958.

Lei nº 5.170 — de 21 de outubro de 1966.

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 2.117.209.671 (dois bilhões, cento e dezessete milhões, duzentos e nove mil, seiscentos e setenta e um cruzeiros), para restituição a "The Bank of Tokio Ltd.", sucessor de "The Yokohama Specie Bank Ltd."

Lei nº 5.175 — de 1 de dezembro de 1966.

Abre o crédito especial de Cr\$ 13.515.963.777, ao Ministério da Fazenda, para atender as despesas decorrentes do aumento de vencimentos da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, aplicado ao Congresso Nacional conforme resoluções 138-66, da Câmara dos Deputados e 20-66, do Senado Federal, extensivo ao Tribunal de Contas da União.

Decreto nº 59.415 de 25 de outubro de 1966.

Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 31.900.000.000 (trinta e um bilhões e noventa milhões de cruzeiros) para prosseguimento dos programas de obras e serviços a cargo da Cia. Urbanizadora da Nova Capital S. A. — NOVACAP.

Decreto nº 59.441 — de 28 de outubro de 1966.

Abre o crédito suplementar de Cr\$ 4.800.000, ao Ministério da Fazenda, destinado ao pagamento de gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Decreto nº 59.479 — de 8 de novembro de 1966.

Abre o crédito suplementar de Cr\$ 10.259.353.000, ao Ministério da Fazenda destinado ao pagamento de pensionistas.

Decreto nº 59.494 — de 9 de novembro de 1966.

Regulamenta a aplicação do art. 23, da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Decreto nº 59.575 — de 18 de novembro de 1965.

Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Ministério da Fazenda, aprovada pelo Decreto número 59.370, de 1º de dezembro de 1966, alterada pela Lei nº 58.192 de 14 de abril de 1966, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 59.576 — de 18 de novembro de 1966.

Altera a lotação numérica da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.

Decreto nº 59.579 — de 23 de novembro de 1966.

Ministério da Fazenda. Abertura de crédito especial de Cr\$ 15.000.000, para atender ao pagamento de despesas com a movimentação de pessoal do Departamento do Imposto de Renda.

Decreto nº 59.590 — de 25 de novembro de 1966.

Ministério da Fazenda, Abertura de crédito especial de Cr\$ 20.000.000.000, destinado ao Banco da Amazônia S. A., para aplicação em créditos especializadas à iniciativa privada na Região Amazônica.

Decreto nº 59.591 — de 25 de novembro de 1966.

Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 6.934.800.000 (seis bilhões, novecentos e noventa e quatro milhões, e oitenta mil cruzeiros), autorizado pela Lei nº 5.164, de 21 de outubro de 1966, para atender a despesas que menciona.

Decreto nº 59.608 — de 29 de novembro de 1966.

Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 400.000.000, para atender as despesas com o pagamento de Salário-Família.

Decreto nº 59.620 — de 30 de novembro de 1966.

Ministério da Fazenda. Abertura de crédito especial de Cr\$ 62.704.650, para atender ao cumprimento de decisão unânime do Supremo Tribunal Federal.

Decreto nº 59.621 — de 30 de novembro de 1966.

Abre o Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 654.845.000 em reforço a dotação orçamentária que especifica.

Decreto nº 59.622 — de 30 de novembro de 1966.

Ministério da Fazenda. Abertura de crédito especial de Cr\$ 107.699, destinado ao pagamento de servidores do Instituto Nacional de Educação de Surdos do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 59.641 — de 2 de dezembro de 1966.

— Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 5.124.905 (cinco milhões, cento e vinte e quatro mil, novecentos e cinco cruzeiros) autori-

zado pela Lei nº 5.059, de 1º de julho de 1966, para atender às despesas que especifica.

Decreto nº 59.644 — de 2 de dezembro de 1966.

— Suprime cargo extinto.

Decreto nº 59.643 — de 2 de dezembro de 1966.

— Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 19.000.000, destinado ao Departamento do Imposto de Renda.

Decreto nº 59.654 — de 2 de dezembro de 1966.

— Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 17.800.000, para atender as despesas da Auditoria de Justiça Militar e Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.672 — de 6 de dezembro de 1966.

— Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) para ser utilizado pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Decreto nº 59.673 — de 6 de dezembro de 1966.

— Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 1.092.241.224 (um bilhão noventa e dois milhões, duzentos e quarenta e um mil, duzentos e vinte e quatro cruzeiros) para pagamento de diversas despesas autorizadas pelo Governo Federal.

Decreto nº 59.711 — de 12 de dezembro de 1966.

— Extingue funções gratificadas no Ministério da Fazenda — Serviço de Transportes da Presidência da República.

Decreto nº 59.716 — de 13 de dezembro de 1966.

— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 2.187.140.000 em reforço às dotações das categorias econômicas que especifica.

Decreto nº 59.740 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 101.012.744 (cento e um milhões, doze mil, setecentos e quarenta e quatro cruzeiros) autorizado pela Lei nº 5.148, de 20 de outubro de 1966, para ocorrer ao custeio de obras em próprios nacionais.*

Decreto nº 59.760 — de 16 de dezembro de 1966.

— *Ministério da Fazenda. Abre o crédito especial de Cr\$ 834.229.537 (oitocentos e trinta e quatro milhões, duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e trinta e sete cruzeiros) em favor da Fundação Getúlio Vargas.*

Decreto nº 59.761 — de 16 de dezembro de 1966.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 20.000.000, destinado à Administração do Edifício da Fazenda.*

Decreto nº 59.762 — de 16 de dezembro de 1966.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 59.816 — de 20 de dezembro de 1966.

— *Abre crédito suplementar ao Ministério da Fazenda para atender a despesas com o pagamento das diversas espécies de percentagens devidas ao pessoal deste Ministério.*

Decreto nº 59.824 — de 21 de dezembro de 1966.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel, em Jaguarão — RS, destinado ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 59.353 — de 4 de outubro de 1966.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 59.580 — de 24 de novembro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 82.621.795, para os fins que especifica.*

Decreto nº 59.625 — de 1º de dezembro de 1966.

— *Ministérios da Guerra e da Marinha — Abre créditos especiais, destinados ao pagamento de vencimentos e gratificações devidos a vários oficiais integrantes da Comitiva da Escola Superior de Guerra, que em 1962 visitou os Estados Unidos da América.*

Decreto nº 59.670 — de 5 de dezembro de 1966.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito suplementar de Cr\$ 127.890.136.313, para reforço de dotações orçamentárias que especifica.*

Decreto nº 59.759 — de 16 de dezembro de 1966.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Indústria e do Comércio, do crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), a favor do Instituto de Resseguros do Brasil, destinado a garantir as responsabilidades a serem assumidas pelo Governo Federal, no tocante ao seguro de crédito à exportação, objeto da Lei nº 4.678, de 16 de junho de 1965.*

Lei nº 5.159 — de 21 de outubro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Indústria e do Comércio, o crédito especial com vigência no corrente exercício, de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) para atender às despesas que especifica.*

Decreto nº 59.466 — de 8 de novembro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Indústria e do Comércio, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), destinado a integrar os recursos iniciais do Fundo da Propriedade Industrial.*

Decreto nº 59.467 — de 8 de novembro de 1966.

— Abre, pelo Ministério da Indústria e do Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), a favor do Instituto de Resseguros do Brasil, destinado a garantir as responsabilidades a serem assumidas pelo Governo Federal, no tocante ao seguro de crédito à exportação, objeto da Lei nº 4.678, de 16 de junho de 1965.

Decreto nº 59.639 — de 1 de dezembro de 1966.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 351.165,80 (trezentos e cinquenta e um mil cento e sessenta e cinco cruzeiros e oitenta centavos), para pagamento das despesas com instalação, aluguel e manutenção de Circuitos Telex, localizados no Gabinete do Ministro e na Agência Nacional.

Lei nº 5.137 — de 12 de outubro de 1966.

— Classifica cargos de nível superior do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 59.416 — de 25 de outubro de 1966.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 59.465 — de 8 de novembro de 1966.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 59.757 — de 16 de dezembro de 1966.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 335.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 59.814 — de 19 de dezembro de 1966.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Autoriza o Ministério da Marinha a aproveitar na classe inicial das séries de classe de suas especialidades, após conclusão de curso, todos os alunos bolsistas e os aprendizes das Escolas Técnicas e Industriais reconhecidas ou classificadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Lei nº 4.925 — de 23 de dezembro de 1965.

— Dispõe sobre as zonas indispensáveis à defesa do País e dá outras providências.

Lei nº 5.130 — de 1º de outubro de 1966.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 4.530.226.261 (quatro bilhões, quinhentos e trinta milhões, duzentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e um cruzeiros), correspondente à quota de participação do Fundo Naval no excesso de arrecadação da Taxa de Despacho Aduaneiro, verificado nos exercícios de 1963, 1964 e 1965.

Lei nº 5.177 — de 1 de dezembro de 1966.

— Abre ao Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 para atender a despesas com reparos de navios.

Decreto nº 59.404 — de 20 de outubro de 1966.

— Ministérios da Guerra e da Marinha — Abre créditos especiais, destinados ao pagamento de vencimentos e gratificações devidos a vários oficiais integrantes da Comitativa da Escola Superior de Guerra, que em 1962 visitou os Estados Unidos da América.

Decreto nº 59.670 — de 5 de dezembro de 1966.

— Abre ao Ministério da Marinha o crédito suplementar de Cr\$ 1.791.801.910 (um bilhão setecentos e noventa e um milhões, oitocentos e um mil novecentos e dez cruzeiros), ao orçamento de 1966.

Decreto nº 59.842 — de 22 de dezembro de 1966.

— *Abre ao Ministério da Marinha o crédito suplementar de Cr\$ 20.381.334.757 (vinte bilhões, trezentos e oitenta e um milhões, trezentos e trinta e quatro mil e setecentos e cinquenta e sete cruzeiros), ao orçamento de 1966.*

Decreto nº 59.844 — de 22 de dezembro de 1966.

— *Ministério da Marinha. Abre o crédito suplementar de Cr\$ 5.189.204.087, em reforço a várias dotações orçamentárias do vigente exercício.*

Decreto nº 59.859 — de 23 de dezembro de 1966.

— *Retifica o Decreto nº 59.042, de 10 de agosto de 1966.*

Decreto nº 59.872 — de 26 de dezembro de 1966.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Dispõe sobre a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde.

Lei nº 5.167 — de 21 de outubro de 1966.

— *Abre ao Ministério da Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 3.725.269.100 (três bilhões, setecentos e vinte e cinco milhões, duzentos e sessenta e nove mil e cem cruzeiros), em reforço à dotação orçamentária destinada à aquisição de gêneros de alimentação para os hospitais de diversos órgãos daquela Secretaria de Estado.*

Decreto nº 59.458 — de 7 de novembro de 1966.

— *Reduz dotação orçamentária consignada ao Ministério da Saúde, constante da Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965 e abre ao mesmo Ministério o crédito suplementar de Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a suplementar a categoria econômica que especifica.*

Decreto nº 59.474 — de 8 de novembro de 1966.

— *Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde, e dá outras providências.*

Decreto nº 59.569 — de 17 de novembro de 1966.

— *Retifica a Relação Numérica e Nominal anexa ao Decreto nº 53.076, de 4 de dezembro de 1963.*

Decreto nº 59.586 — de 24 de novembro de 1966.

— *Abre ao Ministério da Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 915.467.000, para reforço de dotações de custeio.*

Decreto nº 59.712 — de 12 de dezembro de 1966.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 65.600.000.000 (sessenta e cinco bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros), em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para obras constantes do Programa de Construção, Pavimentação e Restauro de Rodovias do Plano Nacional de Viação para 1966.

Lei nº 5.144 — de 20 de outubro de 1966.

— *Aprova o Novo Regimento do Gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.*

Decreto nº 59.311 — de 28 de setembro de 1966.

— *Aprova o Regimento da Consultoria Jurídica do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto nº 59.312 — de 28 de setembro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 165.000.000, para o fim que menciona.*

Decreto nº 59.859 — de 4 de outubro de 1966.

— *Torna sem efeito o Decreto número 58.387, de 10 de maio de 1966.*

Decreto nº 59.422 — de 27 de outubro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.300.000.000 para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.423 — de 27 de outubro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.955.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.473 — de 8 de novembro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.166.900.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.475 — de 8 de novembro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.481 — de 9 de novembro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 560.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.498 — de 9 de novembro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 201.591.171, para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.585 — de 24 de novembro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 2.490.031.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.686 — de 7 de dezembro de 1966.

— *Aprova o orçamento dos Serviços de Transporte da Baía da Guanabara.*

Decreto nº 59.753 — de 15 de dezembro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 29.441.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.756 — de 16 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a adquirir, com financiamento externo, equipamento destinado à mecanização automatizada do Centro de Triagem Postal de São Paulo.*

Decreto nº 59.819 — de 20 de dezembro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 533.412.079, para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.843 — de 22 de dezembro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 560.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.845 — de 23 de dezembro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.400.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.846 — de 23 de dezembro de 1966.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 49.752.967, para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.847 — de 23 de dezembro de 1966.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 59.883 — de 27 de dezembro de 1966.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

— *Abre ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 15.000.000.000 (quinze bilhões de cruzeiros) destinado a obras de trans-*

missão e distribuição de energia elétrica nos Estados do Piauí e Maranhão, na região de influência da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança.

Lei nº 5.150 — de 20 de outubro de 1966.

— *Institui o Quadro de Pessoal do Ministério das Minas e Energia e dá outras providências.*

Lei nº 5.188 — de 8 de dezembro de 1966.

— *Cria funções gratificadas no Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências.*

Decreto nº 59.405 — de 20 de outubro de 1966.

— *Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Ministério das Minas e Energia, aprovada pelo Decreto nº 55.237, de 17 de dezembro de 1964, alterada pelo de nº 58.099, de 29 de março de 1966, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 59.818 — de 20 de dezembro de 1966.

— *Abre o crédito suplementar de Cr\$ 4.000.000 (quatro milhões de cruzeiros), ao Ministério das Minas e Energia para reforço de dotação orçamentária do vigente exercício, que especifica.*

Decreto nº 59.826 — de 21 de dezembro de 1966.

— *Retifica o Decreto nº 58.181, de 13 de abril de 1966, que criou funções gratificadas no Ministério das Minas e Energia.*

Decreto nº 59.828 — de 21 de dezembro de 1966.

— *Aprova o Regimento do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia.*

Decreto nº 59.873 — de 26 de dezembro de 1966.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Complementa as Leis nº 4.415, de 24 de setembro de 1964 e nº 3.917, de 14 de julho de 1961, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 69 — de 21 de novembro de 1966.

— *Suprime os cargos de Ministro de Assuntos Comerciais do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto-lei nº 71 — de 21 de novembro de 1966.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 39.926.200 (trinta e nove milhões, novecentos e vinte e seis mil e duzentos cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da realização em Brasília, do Seminário da CEPAL, de Peritos Governamentais em Comércio Exterior.*

Lei nº 5.129 — de 30 de setembro de 1966.

— *Altera a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.*

Lei nº 5.131 — de 1º de outubro de 1966.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros) para atender às despesas urgentes de pessoal com a Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.*

Decreto nº 59.352 — de 4 de outubro de 1966.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 para atender às despesas decorrentes da visita do Presidente da República ao Chile e ao Uruguai.*

Decreto nº 59.371 — de 5 de outubro de 1966.

— Dispõe sobre a aplicação do parágrafo único do art. 41 da Lei número 3.917, de 14 de julho de 1961.

Decreto nº 59.393 — de 13 de outubro de 1966.

— Extingue o Consulado Honorário e cria o Consulado de Carreira em Sydney, Austrália.

Decreto nº 59.597 — de 28 de novembro de 1966.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 5.000.000.000 para atender às despesas com a conclusão de edifícios necessários à instalação do Itamaraty em Brasília.

Decreto nº 59.651 — de 2 de dezembro de 1966.

— Altera o Regulamento do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 54.130, de 13 de agosto de 1964, e modificado pelo Decreto número 59.167, de 1º de setembro de 1966.

Decreto nº 59.665 — de 5 de dezembro de 1966.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 para atender ao pagamento das despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da Itália.

Decreto nº 59.668 — de 5 de dezembro de 1966.

— Subordina à Divisão do Material e Patrimônio do Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Administração e dá outras providências.

Decreto nº 59.708 — de 12 de dezembro de 1966.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores os Serviços Auxiliares de Cr\$ 30.000.000, em reforço à dotação orçamentária que especifica.

Decreto nº 59.882 — de 27 de dezembro de 1966.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 600.000 (seiscentos mil cruzeiros), para atender a despesas relacionadas com o comparecimento do Brasil à XXXII Feira Internacional de Milão.

Lei nº 5.133 — de 4 de outubro de 1966.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Decreto nº 59.363 — de 4 de outubro de 1966.

— Abre crédito suplementar ao Ministério do Trabalho e Previdência Social para atender às despesas em favor da Fundação de Assistência aos Garimpeiros (FAG).

Decreto nº 59.592 — de 25 de novembro de 1966.

— Retifica as relações nominais aprovadas pelo Decreto nº 55.443, de 5 de janeiro de 1965.

Decreto nº 59.878 — de 27 de dezembro de 1966.

MINISTRO DE ASSUNTOS COMERCIAIS

Suprime os cargos de Ministro de Assuntos Comerciais do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Decreto-lei nº 71 — de 21 de novembro de 1966.

MINISTRO EXTRAORDINÁRIA

Gabinete do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais — Território Federal de Roraima — Abre o crédito suplementar de Cr\$ 170.000.000, em reforço a dotações orçamentárias do vigente exercício.

Decreto nº 54.874 — de 26 de dezembro de 1966.

MISSÃO RAMACRISNA

Declara de utilidade pública a "Missão Ramacrisna", com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.602 — de 28 de novembro de 1966.

MOREIRA MOAGEM DE MINÉRIOS S.A.

Concede a Moreira Moagem de Minérios S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.483 — de 9 de novembro de 1966.

MULTAS FISCAIS

Regulamenta a aplicação do artigo 23, da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Decreto nº 59.575 — de 18 de novembro de 1966.

MUNICÍPIOS

Ato Complementar nº 28.

— Ato Complementar nº 31.

N

NATURALIZAÇÃO

Dispõe sobre a naturalização dos filhos menores, nascidos antes da naturalização dos pais, modifica os artigos 3º, 4º e 8º da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, revoga a Lei nº 4.404, de 14 de setembro de 1964, e dá outras providências.

Lei nº 5.145 — de 20 de outubro de 1966.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à Companhia de Navegação da Amazônia autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.125 — de 27 de abril de 1965.

— Concede à sociedade Navegação Brasileira Ltda., autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 59.358 — de 4 de outubro de 1966.

— Concede à sociedade Navegação de Cabotagem Caiuá Ltda., autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 59.432 — de 27 de outubro de 1966.

— Concede à sociedade Navegação Continental Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 59.448 — de 3 de novembro de 1966.

— Concede à sociedade Luiz G. A. Valente S. A. — Comércio e Navegação autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 59.568 — de 17 de novembro de 1966.

NÍQUEL

Autoriza o cidadão brasileiro Baptista Keutenedjian a pesquisar talco, amianto e minério de níquel no município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.734 — de 15 de dezembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Baptista Keutenedjian a pesquisar talco, amianto e minério de níquel no município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.735 — de 13 de dezembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Batista Keutenedjian a pesquisar talco, amianto e minério de níquel no município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.775 — de 16 de dezembro de 1966.

NÍVEL UNIVERSITÁRIO

Retifica os Decretos ns. 54.015, de 13 de julho de 1964, e 55.004, de 13 de novembro de 1964.

Decreto nº 59.526 — de 9 de novembro de 1966.

NORDESTE

Retifica o Anexo I da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1955, na parte que menciona.

Lei nº 5.147 — de 20 de outubro de 1965.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Confecções Londres Sociedade Anônima", de Olinda (Pe).

Decreto nº 59.266 — de 23 de setembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Companhia Cearense de Cimento Portland — CCCP", de Fortaleza — (Ce.).

Decreto nº 59.279 — de 23 de setembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "FNV — Equipamentos Industriais S. A.", de Salvador (Ba).

Decreto nº 59.548 — de 11 de novembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Protecto S.A. — Tintas e Vernizes", de Fortaleza. (Ce.).

Decreto nº 59.549 — de 11 de novembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Indústria de Laticínios de Campina Grande", de Campina Grande (Pb).

Decreto nº 59.630 — de 1º de dezembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Companhia Valença Industrial", de Salvador (Ba).

Decreto nº 59.631 — de 1º de dezembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Samov S. A. — Industrial de Móveis", de Fortaleza (Ce).

Decreto nº 59.632 — de 1º de dezembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "SIBRA" Eletrosiderúrgica Brasileira Sociedade Anônima", de Salvador (Ba).

Decreto nº 59.633 — de 1º de dezembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, neste descritos e consignados à empresa "Indústrias Alimentícias Carlos de Brito S. A.", de Recife (Pe).

Decreto nº 59.634 — de 1º de dezembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Cras-to Agro Industrial S.A. — CAISA", de Santa Luzia de Itanhhy (Se).

Decreto nº 59.635 — de 1º de dezembro de 1966.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de peças sobressalentes e de reposição, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "BRAS-QUIP — Indústria Brasileira de Equipamentos S. A.", de Salvador (Ba).

Decreto nº 59.690 — de 8 de dezembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Sociedade Anônima Tubos Brasilit", de Recife (Pe).

Decreto nº 59.691 — de 8 de dezembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Tintas Coral do Nordeste Sociedade Anônima", de Recife, (Pe).

Decreto nº 59.692 — de 8 de dezembro de 1966.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção, de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Oleaginosas Maranhenses S. A. (Oleama)", de São Luís. (Mo).

Decreto nº 59.693 — de 8 de dezembro de 1966.

— Autoriza a alienação de área de terra.

Decreto nº 59.713 — de 13 de dezembro de 1966.

NORTH BRITISH & MERCANTILE INSURANCE COMPANY LIMITED

Conceda à North British & Mercantile Insurance Company Limited, autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 59.374 — de 10 de outubro de 1966.

— Concede à North British & Mercantile Insurance Company Limited, autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 59.375 — de 10 de outubro de 1966.

NOVACAP

Retifica a relação nominal do pessoal da NOVACAP, na parte relativa do anexo IV, que integra o Decreto nº 54.241, de 2 de setembro de 1964.

Decreto nº 59.710 — de 12 de dezembro de 1966.

NULIDADE

Ato Complementar nº 28.

O

OBRIGAÇÕES DO TESOIRO

Prorroga a vigência do crédito especial concedido pelo art. 41, da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Decreto-lei nº 80, de 19 de dezembro de 1966.

— Revoga o Decreto nº 57.821, de 15 de fevereiro de 1966 e dá nova regulamentação aos arts. 56 e 71, da Lei nº 4.726, de 14 de julho de 1965, no que se refere a Obrigações do Tesouro Nacional — Lei nº 4.357-64.

Decreto nº 59.560 — de 14 de novembro de 1966.

ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1967.

Lei nº 5.190 — de 8 de dezembro de 1966.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Altera, sem aumento de despesa, a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965 que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1966.

Decreto-lei nº 42 — de 18 de novembro de 1966.

Retifica a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966.

Lei nº 5.184 — de 8 de dezembro de 1966.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1967.

Lei nº 5.189 — de 8 de dezembro de 1966.

Fixa normas sobre a execução do Orçamento Geral da União para 1967, dispõe sobre os orçamentos analíticos e de outras providências.

Decreto nº 59.880 — de 27 de dezembro de 1966.

ORÇAMENTOS

Dispõe sobre o regime de execução orçamentária para movimentação, a cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), de recursos constitutivos do Fundo Nacional de Obras de Saneamento (FNOS), criado pelos arts. 14 e 15, da Lei nº 4.089, de 1962, cria o Fundo Rotativo de Água e Esgotos (FRAE), e dá outras providências.

Decreto-lei nº 52 — de 18 de novembro de 1966.

Altera a Lei nº 5.190, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1967.

Decreto-lei nº 87 — de 28 de dezembro de 1966.

Retifica, sem aumento de despesa, a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965.

Decreto-lei nº 91 — de 30 de dezembro de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunais Regionais do Trabalho das 2ª e 4ª Regiões, o crédito suplementar de Cr\$ 3.026.400.00 (três bilhões, vinte e seis milhões e quatrocentos mil cruzeiros), destinado a suprir insuficiências de dotações no Anexo 3 do Orçamento Geral da República.

Lei nº 5.162 — de 21 de outubro de 1966.

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, créditos suplementares de Cr\$ 1.124.404.670, para reforço de dotações orçamentárias que especifica.

Lei nº 5.163 — de 21 de outubro de 1966.

Abre o crédito suplementar de Cr\$ 61.000.000 à Presidência da República — Serviço Nacional de Informações para reforço de várias dotações orçamentárias do vigente exercício.

Decreto nº 59.442 — de 1º de novembro de 1966.

Retifica os §§ 1º e 2º do artigo 3º do Decreto nº 54.397, de 9 de outubro de 1964.

Decreto nº 59.812 — de 19 de dezembro de 1966.

ORÇAMENTOS ESTADUAIS

Ato Complementar nº 24

ORDEM DO MÉRITO MILITAR

Altera dispositivos do Regulamento da Ordem do Mérito Militar.

Decreto nº 59.476 — de 3 de novembro de 1966.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Mário Ferreira Guimarães a pesquisar ouro e diamantes, nos municípios de Vargem Bonita e São Roque de Minas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.489 — de 9 de novembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Aristóteles Pires de Oliveira Pinto a pesquisar minério de ouro no município de Firmino Alves, Estado da Bahia.

Decreto nº 59.518 — de 9 de novembro de 1966.

P

PARIDADE

Ato Complementar nº 30.

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

Dispõe sobre a participação acionária de que trata a Lei nº 4.869, de 1 de dezembro de 1965, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 33 — de 18 de novembro de 1966.

PARTIDOS POLÍTICOS

Ato Complementar nº 29.

PATRIMÔNIO NACIONAL

Dispõe sobre cargos, funções, vencimentos e salários do pessoal das Empresas de Navegação Marítima e Fluvial pertencentes ao Patrimônio Nacional, não incluídos no Decreto nº 51.346, de 14 de novembro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 51.372 — de 15 de dezembro de 1961.

PECUÁRIA

Estende ao financiamento de programas concernentes à habitação, colonização, pecuária, integração e desenvolvimento urbano e regional e programas de alcance social a autorização para o Poder Executivo contratar de créditos obtidos no exterior, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 68 — de 21 de novembro de 1966.

PEDRAS CORADAS

Autoriza José Ribamar Acácio de Minas Gerais a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Carai, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.705 — de 12 de dezembro de 1966.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza José Ribamar Acácio de Lima a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 59.614 — de 30 de novembro de 1966.

— Autoriza a firma Heck, Pôrto & Grehs Ltda., a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 59.658 — de 5 de dezembro de 1966.

— Autoriza a firma Intercâmbio Comercial "Atlas" Ltda. a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 59.675 — de 6 de dezembro de 1966.

— Declara caduco o Decreto número 54.512, de 21 de outubro de 1964.

Decreto nº 59.852 — de 23 de dezembro de 1966.

PEDRAS SEMIPRECIOSAS

Retifica o art. 1º do Decreto número 55.420, de 31 de dezembro de 1964.

Decreto nº 59.484 — de 9 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Jacques Francisco Laender a pesquisar quartzo e pedras semipreciosas no município de Ataléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.553 — de 11 de novembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Soares Caldeira a pesquisar pedras semipreciosas, no município de Dorcas de Guanhaes, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.684 — de 7 de dezembro de 1966.

PENALIDADES

Estabelece estímulos à contenção dos preços e penalidade para aumentos superiores aos do índice geral de preços.

Decreto-lei nº 38 de 18 de novembro de 1966.

PENSÕES

Concede pensão mensal especial a D^a Constança Mangabeira, viúva do Professor João Mangabeira.

LEI Nº 5.134 — de 11 de outubro de 1966.

— Eleva a pensão mensal concedida à viúva de Francisco Tito de Souza Reis e dá outras providências.

Lei nº 5.182 — de 1 de dezembro de 1966.

PESSOAS JURÍDICAS

Aprova o Regulamento da Lei número 5.106, de 2 de setembro de 1966.

Decreto nº 59.615 — de 30 de novembro de 1966.

PETROBRAS

Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

Decreto-lei nº 62 — de 21 de novembro de 1966.

PETRÓLEO E DERIVADOS

Reformula o Decreto nº 53.982, de 25 de junho de 1964, e cria novos incentivos.

Decreto nº 59.430 — de 27 de outubro de 1966.

PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Ver: Amazônia.

PLANO DIRETOR DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Ver: Nordeste.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Dispõe sobre a orientação e controle da aplicação dos recursos do Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Decreto nº 59.051 — de 3 de novembro de 1966.

PLUMA — AGUA MINERAL RADIOATIVA LTDA.

Concede à "Pluma" — Agua Mineral Radioativa Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.803 — de 19 de dezembro de 1966.

PODER JUDICIÁRIO

Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — do crédito suplementar de Cr\$ 1.043.008.000 (um bilhão quarenta e três milhões e oito mil cruzeiros) para atender a despesas com o pagamento de vencimentos a juizes e funcionários do mesmo Tribunal.

Lei nº 5.138 — de 14 de outubro de 1966.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros), para fazer face às despesas com o deslocamento de tropas do IV Exército, requisitadas pela Justiça Eleitoral.

Lei nº 5.149 — de 20 de outubro de 1966.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para atender a despesas gerais com eleições, no exercício de 1962.

Lei nº 5.156 — de 21 de outubro de 1966.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunais Regionais do Trabalho das 2ª e 4ª Regiões, o crédito de Cr\$ 3.026.400.000 (três bilhões, vinte e seis milhões e quatrocentos mil cruzeiros), destinado a suprir insuficiências de dotações no Anexo 3 do Orçamento Geral da República.

Lei nº 5.162 — de 21 de outubro de 1966.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, créditos suplementares de Cr\$ 1.124.404.670, para reforço de dotações orçamentárias que especifica.*

Lei nº 5.163 — de 21 de outubro de 1966.

— *Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos. Abre o crédito suplementar de Cr\$ 1.200.000.000, para reforço da dotação orçamentária que especifica.*

Decreto nº 59.451 — de 4 de novembro de 1966.

— *Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — Abertura do crédito especial de Cr\$ 111.700.000, para reforço das dotações orçamentárias consignadas no orçamento de 1965.*

Decreto nº 59.464 — de 8 de novembro de 1966.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, os créditos especiais de Cr\$ 140.000 e Cr\$ 15.833, para o fim que especifica.*

Decreto nº 59.652 — de 2 de dezembro de 1966.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, o crédito suplementar de Cr\$ 6.900.000, para reforço das dotações orçamentárias do vigente exercício que especifica.*

Decreto nº 59.671 — de 6 de dezembro de 1966.

PODER PÚBLICO DA UNIÃO

Dispõe sobre a realização dos seguros de Órgãos do Poder Público e dá outras providências.

Decreto nº 59.417 — de 26 de outubro de 1966.

POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO

Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo e dá outras providências.

Decreto-lei nº 55 — de 18 de novembro de 1966.

PONTE RIO-NITERÓI

Dispõe sobre a criação de uma entidade encarregada de promover a execução e a exploração da Ponte Rio-Niterói.

Decreto nº 59.706 — de 12 de dezembro de 1966.

PORTOS

Estabelece normas para a cobrança pelas Administrações de Portos de taxas portuárias incidentes sobre mercadorias movimentadas em terminais os embarcadouros de uso privativos e instalações rudimentares, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 83, de 26 de dezembro de 1966.

PORTOS NACIONAIS

Regulamenta dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966.

Decreto nº 59.832 — de 21 de dezembro de 1966.

PRATA

Declara caduco o decreto, nº 20.773 de 19 de março de 1946

Decreto nº 59.810 — de 19 de dezembro de 1966.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

Autoriza a abertura, pela Secretaria de Finanças do Distrito Federal, do crédito especial de Cr\$ 309.835.759 (trezentos e nove milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta e nove cruzeiros) para regularização de despesas efetuadas nos exercícios de 1963 e 1964.

Lei nº 5.135 — de 11 de outubro de 1966.

— *Autoriza a abertura, pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Distrito Federal, do crédito especial de Cr\$ 398.532.898 (trezentos e noventa e oito milhões, quinhentos e trinta e dois mil, oitocentos e noventa e oito cruzeiros), referentes a exercícios anteriores.*

Lei nº 5.171 — de 21 de outubro de 1966.

PREFEITURAS

— Dispõe sobre o pagamento parcelado dos débitos das Prefeituras e de outros devedores da Previdência Social e dá outras providências.

Lei nº 5.151-A — de 20 de outubro de 1966.

— Declara a cessação da exploração dos serviços de energia elétrica no município de Pelotas e no distrito sede do município de Capão do Leão, no Estado do Rio Grande do Sul e outorga a respectiva concessão à Companhia Pelotense de Eletricidade.

Decreto nº 59.419 — de 26 de outubro de 1966.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Paraopeba para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 59.802 — de 19 de dezembro de 1966.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Abre à Presidência da República (Órgão Dependente: Coordenação dos Organismos Regionais) — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras — um crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros).

Decreto-lei nº 40 — de 18 de novembro de 1966.

— Fixa os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República, no período presidencial de 1967 a 1971.

Decreto Legislativo nº 69 — de 1966.

— Abre à Presidência da República o crédito especial de Cr\$ 20.000.000, para atender às despesas que especifica.

Decreto nº 59.282 — de 23 de setembro de 1966.

— Abre o crédito suplementar de Cr\$ 61.000.000 à Presidência da República — Serviço Nacional de Informações para reforço de várias dotações orçamentárias do vigente exercício.

Decreto nº 59.442 — de 1º de novembro de 1966.

— Abre o crédito suplementar de Cr\$ 315.000.000, a Presidência da República — Administração do Território Federal de Rondônia, para reforço de várias dotações orçamentárias do vigente exercício.

Decreto nº 59.594 — de 25 de novembro de 1966.

— Abre à Presidência da República o crédito suplementar de Cr\$ 4.800.000, para reforço de dotação orçamentária que especifica.

Decreto nº 59.650 — de 2 de dezembro de 1966.

— Altera o Regimento do Gabinete Civil, aprovado pelo Decreto número 56.596, de 21 de julho de 1965.

Decreto nº 59.699 — de 8 de dezembro de 1966.

— Extingue funções gratificadas na Secretaria da Presidência da República.

Decreto nº 59.715 — de 13 de dezembro de 1966.

— Presidência da República. Abre o crédito suplementar de Cr\$ 30.000.000, para reforço de dotação orçamentária do vigente exercício.

Decreto nº 59.833 — de 21 de dezembro de 1966.

— Presidência da República. Abre o crédito especial de Cr\$ 110.050.924 (cento e dez milhões, cinquenta mil novecentos e vinte e quatro cruzeiros) autorizado pela Lei nº 5.059, de 1º de julho de 1966, a favor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Decreto nº 59.894 — de 29 de dezembro de 1966.

PRESÍDIO DA MARINHA

Aprova o Regulamento para o "Presídio da Marinha".

Decreto nº 59.394 — de 14 de outubro de 1966.

PREVIDENCIA SOCIAL

Dispõe sobre o pagamento parcelado dos débitos das Prefeituras e de outros devedores da Previdência Social e dá outras providências.

Lei nº 5.151-A — de 20 de outubro de 1966.

PRODUTORA DE CAL COLOMBO LIMITADA

Concede à Produtora de Cal Colombo Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.772 — de 16 de dezembro de 1966.

PRODUTOS AGROPECUARIOS

Institui normas para a fixação de preços mínimos a execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.

Decreto-lei nº 79 — de 19 de dezembro de 1966.

PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 57 — de 18 de novembro de 1966.

— *Regulamenta o Decreto-lei número 57, de 18 de novembro de 1966 e dá outras providências.*

Decreto nº 59.900 — de 30 de dezembro de 1966.

QUARTZO

Declara sem efeito o Decreto número 54.339, de 29 de setembro de 1964.

Decreto nº 59.336 — de 30 de setembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arthur Wigder Kauffmann, a pesquisar feldspato e quartzo, no município de São Sebastião, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.519 — de 9 de novembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jacques Francisco Laender a pesquisar quartzo e pedras semipreciosas no município de Ataléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.553 — de 11 de novembro de 1966.

— *Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Carai, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 59.705 — de 12 de dezembro de 1966.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ubirajara Keutenedjian a pesquisar quartzo, no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.728 — de 15 de dezembro de 1966.

R

REAJUSTAMENTO DE REMUNERAÇÃO

Estabelece providências para estudo de bases para concessão, no exercício financeiro de 1967, de reajustamento da remuneração dos servidores Públicos Civis e Militares da União.

Decreto nº 59.440 — de 28 de outubro de 1966.

— *Proroga até 15 de dezembro de 1966 o prazo fixado pelo Decreto número 59.440, de 28 de outubro de 1966.*

Decreto nº 59.610 — de 29 de novembro de 1966.

REAJUSTES SALARIAIS

Publica os índices de atualização monetária dos salários dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, na forma estabelecida no Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966 e dá outras providências.

Decreto nº 59.370 — de 5 de outubro de 1966.

— *Publica os índices de atualização monetária dos salários dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, na forma estabelecida no Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966 e dá outras providências.*

Decreto nº 59.462 — de 7 de novembro de 1966.

— *Publica os índices de atualização monetária dos salários dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, na forma estabelecida no Decreto-lei número 15, de 29 de julho de 1966 e dá outras providências.*

Decreto nº 59.688 — de 7 de dezembro de 1966.

RECESSO LEGISLATIVO

Ato Complementar nº 23.

RECURSOS

Dispõe sobre a aplicação da correção monetária aos débitos de natureza trabalhista, bem como a elevação do valor do depósito compulsório nos casos de recursos perante os Tribunais do Trabalho, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 75 — de 21 de novembro de 1966.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S. A.

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

— *Aprova o aumento de Capital Social e alteração do artigo 7º dos Estatutos Sociais da Rede Ferroviária Federal S. A.*

Decreto nº 59.669 — de 5 de dezembro de 1966.

— *Regulamenta dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966.*

Decreto nº 59.832 — de 21 de dezembro de 1966.

REFLORESTAMENTO

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

REGULARIZAÇÃO DE DESPESAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, a diversos Ministérios, os créditos especiais, no montante de Cr\$ 3.583.309.328 (três bilhões, quinhentos e oitenta e três milhões trezentos e nove mil trezentos e vinte e oito cruzeiros) para os fins que especifica.

Lei nº 5.193 — de 20 de dezembro de 1966.

REFORMA AGRÁRIA

Aprova os Planos Nacional e Regional de Reforma Agrária e dá outras providências.

Decreto nº 59.456 — de 4 de novembro de 1966.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Dispõe sobre a criação de Comissão Autônoma junto ao Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda para atender ao disposto no art. 113 da Lei número 4.320-64 e dá nova sistemática tributária aprovada pela Emenda Constitucional nº 18 da Lei nº 5.172, de 1966.

Decreto nº 59.649 — de 2 de dezembro de 1966.

REMESSA DE VALORES PARA O EXTERIOR

Prorroga o prazo de que trata o § 2º do art. 9º da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, modificada pela Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964.

Decreto nº 59.496 — de 9 de novembro de 1966.

RESSEGUROS

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

Decreto-lei nº 73 — de 21 de novembro de 1966.

RESTITUIÇÃO DE BENS

Estabelece as normas reguladoras do processo de restituição de bens a súditos do Eixo.

Decreto nº 59.661 — De 5 de dezembro de 1966.

RIO LIGHT S. A. — SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou constituição de servidão, em favor da Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade — faixa de terra situada no Estado da Guanabara, e dá outras providências.

Decreto nº 59.795 — De 19 de dezembro de 1966.

SALÁRIO-EDUCAÇÃO

Aprova o quadro demonstrativo da estimativa de arrecadação e o plano de distribuição dos recursos federais provenientes do Salário-Educação.

Decreto nº 50.701 — de 9 de dezembro de 1966.

SALÁRIO-FAMÍLIA

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de caráter e natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

— Assegura a percepção do salário-família aos herdeiros dos militares demitidos ou expulsos.

Lei nº 5.160 — De 21 de outubro de 1966.

— Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 400.000.000, para atender às despesas com o pagamento de Salário-Família.

Decreto nº 59.620 — De 20 de novembro de 1966.

SALÁRIOS

Pública os índices de atualização monetária dos salários dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, na forma estabelecida no Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966, e dá outras providências.

Decreto nº 59.462 — De 7 de novembro de 1966.

— Publica os índices de atualização monetária dos salários dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, na forma estabelecida no Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966, e dá outras providências.

Decreto nº 59.688 — De 7 de dezembro de 1966.

SALGEMA

Autoriza o cidadão brasileiro Euvaldo Freire de Carvalho Luz a pesquisar salgema no município, de Maceió, Estado de Alagoas.

Decreto nº 59.356 — De 4 de outubro de 1966.

SANTA CASA DE CARIDADE DE URUGUAIANA

Declara de utilidade pública a "Santa Casa de Caridade de Uruguaiana", com sede em Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 59.397 — De 17 de outubro de 1966.

— Autoriza o Poder Executivo a doar à Santa Casa de Misericórdia de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, um colposcópio Hülsemann de fabricação "J. D. Moeler Optisch Werke".

Lei nº 5.180 — De 1 de dezembro de 1966.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BIRIGUI

Declara de utilidade pública a "Santa Casa de Misericórdia de Birigui", com sede em Birigui, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.502 — De 9 de novembro de 1966.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAJUBÁ

Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Itajubá, com sede em Itajubá, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.499 — De 9 de novembro de 1966.

SATÉLITES

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda — consignado ao Conselho Nacional de Telecomunicações, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto-lei nº 39 — De 18 de novembro de 1966.

SCHEELITA

Autoriza Itapetinga Agro-Industrial S. A. a pesquisar calcário, argila e scheelita no município de Lages, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 59.786 — De 19 de dezembro de 1966.

SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL

Autoriza a abertura, pela Secretaria de Finanças do Distrito Federal, do crédito especial de Cr\$ 309.835.759 (trezentos e nove milhões oitocentos e trinta e cinco mil setecentos e cinquenta e nove cruzeiros) para regularização de despesas efetuadas nos exercícios de 1963 e 1964.

Lei nº 5.135 — De 11 de outubro de 1966.

SEDA

Revoga os Decretos-leis ns. 290, de 23 de fevereiro de 1938, e 4.265, de 17 de abril de 1942, que dispõem, respectivamente, sobre a seda e seus compostos e sobre o emprego da palavra seda.

Lei nº 5.179 — De 1 de dezembro de 1966.

SEGUROS

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 73 — De 1 de novembro de 1966.

— Dispõe sobre a realização dos seguros de órgãos do Poder Público, e dá outras providências.

Decreto nº 59.417 — De 8 de outubro de 1966.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Aprova os orçamentos do Serviço de Alimentação da Previdência Social e do respectivo Conselho Fiscal.

Decreto nº 59.470 — De 8 de novembro de 1966.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, DOMICILIAR E DE URGÊNCIA

Aprova os orçamentos do Serviço de Assistência Médica, Domiciliar e de Urgência e do seu respectivo Conselho Fiscal.

Decreto nº 59.472 — de 8 de novembro de 1966.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA

Aprova o orçamento do Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará.

Decreto nº 59.860 — de 23 de dezembro de 1966.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA

Autoriza o Serviço de Navegação da Bacia do Prata a alienar os bens imóveis que especifica, de sua propriedade, e dá outras providências.

Lei nº 5.186 — de 8 de dezembro de 1966.

— Altera o orçamento do Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

Decreto nº 59.547 — de 11 de novembro de 1966.

SERVIÇO DE SELEÇÃO DO PESSOAL DA MARINHA

Aprova o Regulamento para o Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha.

Decreto nº 59.459 — de 7 de novembro de 1966.

SERVIÇO DA PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 101.012.744 (cento e um milhões doze mil setecentos e quarenta e quatro cruzeiros), para ocorrer ao custeio de obras em próprios nacionais atingidos pelos temporais da Guanabara e no Estado do Rio de Janeiro.

Lei nº 5.148 — de 20 de outubro de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que mencionava, situado no Município de Tambaú, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.373 — de 7 de outubro de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terrenos que menciona, situados no Município de Belo Horizonte, em Minas Gerais.*

Decreto nº 59.435 — de 27 de outubro de 1966.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Nôvo Horizonte, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 59.377 — de 11 de outubro de 1966.

SERVIÇO EXTERIOR BRASILEIRO — SEB

Complementa as Leis nº 4.415, de 24 de setembro de 1964, e nº 3.917, de 14 de julho de 1961, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 69 — de 21 de novembro de 1966.

SERVIÇO EXTRAORDINARIO

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura do crédito especial e dá outras providências.

Decreto-lei nº 81 — de 21 de dezembro de 1966.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO Da AMAZÔNIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARA

Retifica o Decreto nº 57.628, de 13 de janeiro de 1966.

Decreto nº 59.869 — de 26 de dezembro de 1966.

SERVIÇOS TELEFÔNICOS

Prorroga o prazo a que se refere o artigo 4º do Decreto nº 59.067, de 12 de agosto de 1966.

Decreto nº 59.410 — de 24 de outubro de 1966.

SERVIDORES PÚBLICOS

Ato Complementar nº 20.

— *Aplica aos servidores das empresas de navegação autárquicas, ou paraestatais, regidos pela legislação do funcionalismo público, a proibição prevista no artigo 566 da Consolidação das Leis do Trabalho.*

Decreto-lei nº 22 — de 11 de outubro de 1966.

— *Redajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.*

Decreto-lei nº 81 — de 21 de dezembro de 1966.

— *Dispõe sobre a nomeação e a administração de servidores e empregados da União, das Autarquias e de outras entidades, e dá outras providências.*

Lei nº 5.117 — de 21 de setembro de 1966.

SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS E MILITARES

Estabelece providências para estudo de bases para concessão, no exercício financeiro de 1967, de reajustamento da remuneração dos servidores Públicos Civis e Militares da União.

Decreto nº 59.440 — de 28 de outubro de 1966.

— *Prorroga até 15 de dezembro de 1966 o prazo fixado pelo Decreto número. 59.440, de 28 de outubro de 1966.*

Decreto nº 59.610 — de 29 de novembro de 1966.

SISAL

Fixa os preços mínimos básicos para o algodão, arroz, feijão, farinha de mandioca, milho e sisal, da região Norte Nordeste da safra 1967/68.

Decreto nº 59.815 — de 19 de dezembro de 1966.

SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

Decreto-lei nº 73 — de 21 de novembro de 1966.

SISTEMA TRIBUTÁRIO

Regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências.

Decreto-lei nº 82 — de 26 de dezembro de 1966.

— *Regula o sistema tributário dos Territórios e dá outras providências.*

Decreto-lei nº 88 — de 28 de dezembro de 1966.

— *Acrescenta à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, artigo referente às contribuições para fins sociais.*

Decreto-lei nº 27 — de 14 de novembro de 1966.

— *Dispõe sobre normas complementares à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.*

Decreto-lei nº 28 — de 14 de novembro de 1966.

— *Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.*

Lei nº 5.172 — de 25 de outubro de 1966.

SOCIEDADE CONGREGAÇÃO MISSIONÁRIA

Declara de utilidade pública a "Sociedade Congregação Missionária" com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.565 — de 14 de novembro de 1966.

SOCIEDADE CONSERVATÓRIO MUSICAL DE UBERLÂNDIA

Declara de utilidade pública a "Sociedade Conservatório Musical de Uberlândia", com sede em Uberlândia Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.582 — de 24 de novembro de 1966.

SOCIEDADE EDUCACIONAL TUPY

Declara de utilidade pública a "Sociedade Educacional Tupy", com sede em Joinville, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 59.717 — de 14 de dezembro de 1966.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

Decreto-lei nº 62 — de 21 de novembro de 1966.

SOCIÉTÉ COTONNIÈRE BELGE-BRÉSILIENNE

Concede à SociÉTé Cotonnière Belge-Brésilienne autorização para continuar a funcionar na República dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto nº 59.600 — de 28 de novembro de 1966.

SORTEIOS

Dispõe sobre sorteios para financiamento de empreendimentos sociais, religiosos, filantrópicos e educativos.

Decreto-lei nº 64 — de 21 de novembro de 1966.

**ST. JOHN D'EL REY MINING
COMPANY LIMITED**

Revoga os decretos que concederam à sociedade St. John D'El Rey Mining Company Limited autorização para funcionar na República dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto nº 59.571 — de 17 de novembro de 1966.

SUBSÍDIOS

Fixa os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República, no período presidencial de 1967 a 1971.

Decreto Legislativo nº 69 de 1966.

— Dispõe sobre a fixação dos subsídios, diárias e ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, para o período legislativo de 1967 a 1971.

Decreto Legislativo nº 70, de 1966.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.700.000.000, destinado ao pagamento do subsídio previsto na Lei nº 3.244 de 14 de agosto de 1957, relativamente ao período de 1º de janeiro a 10 de julho de 1966.

Decreto-lei nº 89 — de 28 de dezembro de 1966.

**SUD AMERICA TERRESTRES
Y MARITIMA S. A. COM-
PANHA DE SEGUROS**

Concede à Sud América Terrestres y Marítima S. A. Companhia de Seguros Generales autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros do Brasil.

Decreto nº 59.678 — de 6 de dezembro de 1966.

SÚDITOS DO EIXO

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 2.117.209.671 (dois bilhões, cento e dezessete milhões, duzentos e nove mil, seiscentos e setenta e um cruzeiros), para restituição a "The Bank of Tokio Ltd.", sucessor de "The Yokohama Specie Bank Ltd.".

Lei nº 5.175 — de 1 de dezembro de 1966.

— Estabelece as normas reguladoras do processo de restituição de bens a súditos do Eixo.

Decreto nº 59.661 — de 5 de dezembro de 1966.

**SUL AMERICA COMPANHIA
NACIONAL DE SEGUROS
DE VIDA**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Sul América Companhia Nacional de Seguros de Vida, relativa ao aumento de capital social.

Decreto nº 59.702 — de 9 de dezembro de 1966.

**SUN INSURANCE OFFICE
LIMITED**

Concede à Sun Insurance Office Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 59.391 — de 13 de outubro de 1966.

**SUPERINTENDÊNCIA DAS
EMPRESAS INCORPORADAS
AO PATRIMÔNIO
NACIONAL**

Ver: *Empresas Incorporadas.*

**SUPERINTENDÊNCIA DO
PLANO DE VALORIZAÇÃO
ECONÔMICA DA
AMAZÔNIA**

Retifica o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Decreto nº 59.868 — de 26 de dezembro de 1966.

**SUPERINTENDÊNCIA NA-
CIONAL DO ABASTECI-
MENTO**

Altera o orçamento da Superintendência Nacional do Abastecimento.

Decreto nº 59.421 — de 26 de outubro de 1966.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ministério da Fazenda. Abertura de crédito especial de Cr\$ 62.704.650, para atender ao cumprimento de decisão unânime do Supremo Tribunal Federal.

Decreto nº 59.621 — de 30 de novembro de 1966.

TALCO

Autoriza BEMIL — Beneficiamento de Minérios Limitada a pesquisar talco no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.722 — de 14 de dezembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Baptista Keuteneajian a pesquisar talco, amianto e minério de níquel no município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.734 — de 15 de dezembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Baptista Keutenedjian a pesquisar talco, amianto e minério de níquel no município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.735 — de 15 de dezembro de 1966.

— Autoriza o cidadão brasileiro Baptista Keutenedjian a pesquisar talco, amianto e minério de níquel no município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.775 — de 16 de dezembro de 1966.

TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO

Manda executar os Protocolos de Negociações Tarifárias realizados com a Austrália, Austrália, Dinamarca, Estados Unidos da América, Finlândia, Japão e Suécia, no Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT).

Decreto nº 55.885 — de 31 de março de 1965.

TARIFAS DAS ALFÂNDEGAS

Altera a Tarifa das Alfândegas que acompanha a Lei nº 3.244 de 14 de agosto de 1957, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 63 — de 21 de novembro de 1966.

TAXAS

Estabelece normas para cobrança pelas Administrações de Portos de taxas portuárias incidentes sobre mercadorias movimentadas em terminais ou embarcadouros de uso privativo e instalações rudimentares, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 83 — de 26 de dezembro de 1966.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 4.530.226.261 (quatro bilhões, quinhentos e trinta mil milhões, duzentos e vinte e seis mil duzentos e sessenta e um cruzeiros), correspondente à quota de participações do Fundo Naval no excesso de arrecadação da Taxa de Despacho Aduaneiro, verificado nos exercícios de 1963, 1964 e 1965.

Lei nº 5.177 — de 1 de dezembro de 1966.

TAXAS ADICIONAIS

Convalida a aplicação, até 31 de dezembro de 1964, das taxas adicionais instituídas pelo Decreto-lei número 7.632, de 12 de junho de 1945, e dá outras providências.

Lei nº 5.165 — de 21 de outubro de 1966.

TEMPO DE SERVIÇO

Aprova o Regulamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Decreto nº 59.820 — de 20 de dezembro de 1966.

TEMPO INTEGRAL

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza finan-

ceira autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza o Poder Executivo a aforazar, sem concorrência pública, os terrenos de marinha e de acrescidos que menciona, situados no Estado da Guanabara.

Lei nº 5.183 — de 1 de dezembro de 1966.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 59.444 — de 1º de novembro de 1966.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio pleno dos terrenos que menciona, situado no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 59.445 — de 1º de novembro de 1966.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno que menciona, situado no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 59.446 — de 1º de novembro de 1966.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 59.450 — de 3 de novembro de 1966.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, a fração ideal de 75/10.000 do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 59.612 — de 30 de novembro de 1966.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 59.613 — de 30 de novembro de 1966.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em constituição de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 59.662 — de 5 de dezembro de 1966.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno que menciona, situado no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 59.869 — de 7 de dezembro de 1966.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil de fração ideal do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 59.839 — de 22 de dezembro de 1966.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDONIA

Abre o crédito suplementar de Cr\$ 315.000.000, a Presidência da República — Administração do Território Federal de Rondônia, para reforço de várias dotações orçamentárias do vigente exercício.

Decreto nº 49.594 — de 25 de novembro de 1966.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

Gabinete do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais — Território Federal de Roraima — Abre o crédito suplementar de Cr\$ 170.000.000, em reforço a dotações orçamentárias no vigente exercício.

Decreto nº 59.874 — de 26 de dezembro de 1966.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Regula o sistema tributário dos Territórios e dá outras providências.

Decreto-lei nº 88 — de 28 de dezembro de 1966.

— *Reajusta vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.*

Decreto nº 81 — de 21 de dezembro de 1966.

THE CITY OF SANTOS IMPROVEMENTS COMPANY, LIMITED

Torna definitivo o registro feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, da despesa de Cr\$ 48.865 (quarenta e oito mil oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros), para pagamento a The City of Santos Improvements Company, Limited.

Decreto Legislativo nº 57, de 1966.

THE LONDON ASSURANCE

Concede a The London Assurance autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 59.618 — de 30 de novembro de 1966.

TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA

Regulamenta a emissão dos títulos da dívida agrária, autorizados pelo art. 105 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Decreto nº 59.443 — de 1 de novembro de 1966.

TRÁFEGO INTERNACIONAL

Dispõe sobre a entrada e saída no Brasil dos passageiros de ônibus das linhas internacionais e turistas que viajam em automóveis particulares.

Decreto nº 59.595 — de 28 de novembro de 1966.

TRÁFEGO NA VIAS PÚBLICAS

Regula o limite máximo de carga por eixo para o tráfego nas vias públicas de veículos ou combinações de veículos e dá outras providências.

Decreto-lei nº 49 — de 18 de novembro de 1966.

TRANSATLANTICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Transatlântica Companhia Nacional de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 59.822 — de 21 de dezembro de 1966.

TRANSPORTES

Regulamenta a Lei nº 4.907-65 e dá outras providências.

Decreto nº 59.316 — de 28 de setembro de 1966.

— *Aprova o orçamento dos Serviços de Transporte da Baía da Guanabara.*

Decreto nº 59.753 — de 15 de dezembro de 1966.

TRANSPORTES AÉREOS

Suprime a concessão de abatimentos de passagens e fretes no transporte aéreo, dispõe sobre a requisição de transporte, limita a concessão de passagem ou frete aéreo gratuito, ou de cortesia, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 29 — de 14 de novembro de 1966.

TRANSPORTES PARA AS ESTRADAS DE FERRO BRASILEIRAS

Dá nova redação aos arts. 128 e 326, e suprime o parágrafo único do art. 326, todos do Regulamento-Geral dos Transportes para as estradas de ferro brasileiras, aprovado pelo Decreto nº 51.813, de 3 de março de 1963.

Decreto nº 59.809 — de 19 de dezembro de 1966.

TRATADOS

Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado sobre ligação ferroviária, de 25 de fevereiro de 1938, com a Bolívia.

Decreto nº 59.379 — de 12 de outubro de 1966.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Abre, ao Tribunal de Contas da União, o crédito especial de Cr\$ 23.804.739, para atender ao pagamento das despesas com pessoal posto em disponibilidade pela Lei número 4.210-63, relativas ao período de 10 de julho de 1964 a 31 dezembro de 1965.

Decreto nº 59.420 — de 26 de outubro de 1966.

TRIBUNAL MARÍTIMO

Altera dispositivos da Lei número 2.180, de 5 de janeiro de 1954, alterada pelas Leis números 3.543, de 11 de fevereiro de 1959 e 5.056, de 29 de junho de 1966, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo.

Decreto-lei nº 25, de 1 de novembro de 1966.

— Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Tribunal Marítimo, aprovada pelo Decreto número 56.982, de 1 de outubro de 1965, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 59.754 — de 15 de dezembro de 1966.

TRIBUNAL REGIONAL ELEI- TORAL DO PIAUÍ

Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, os créditos especiais de Cr\$ 140.000 e Cr\$15.833, para o fim que especifica.

Decreto nº 59.652 — de 2 de dezembro de 1966.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho da 3ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 918.000.000 (novecentos e dezoito milhões de cruzeiros), para reforço de dotações que especifica, ao Orçamento vigente.

Lei nº 5.185 — de 8 de dezembro de 1966.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Autoriza o Tribunal Superior Eleitoral a conceder auxílio às Organizações de partidos políticos, a que se refere o Ato Complementar nº 4, e abertura de crédito suplementar de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros)

Lei nº 5.140 — de 14 de outubro de 1966.

TRIPOLITA

Autoriza Indústria Química Sorocal S. A. a pesquisar tripolita no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Decreto nº 59.777 — de 16 de dezembro de 1966.

TUBOS DE VIDRO

Isenta dos impostos de importação e consumo, e da taxa de despacho aduaneiro, equipamentos destinados à instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cinescópios de televisores.

Lei nº 5.169 — de 21 de outubro de 1966.

TUNGSTÊNIO DO BRASIL MINÉRIOS E METAIS LTDA.

Concede a Tungstênio do Brasil Minérios e Metais Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 59.683 de 7 de dezembro de 1966.

TURISMO

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adotada medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

UBIRATAN POTIGUAR TORRES

Torna definitivo o registro feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma ao Cabo Ubiratan Potiguar Torres.

Decreto Legislativo nº 56 — de 1966.

UNIFICAÇÃO DOS INSTITUTOS DE APOSENTADIA E PENSÕES

Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social.

Decreto-lei nº 72 — de 21 de novembro de 1966.

UNIVERSIDADES

Cria, na Universidade Federal de Goiás, a Escola de Agronomia e Veterinária, e dá outras providências.

Lei nº 5.139 — de 14 de outubro de 1966.

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão, e dá outras providências.

Lei nº 5.152 — de 21 de outubro de 1966.

Autoriza a transferência, para a Universidade do Estado da Guanabara do imóvel delimitado pelas Ruas Oito de Dezembro, São Francisco Xavier, prolongamento das Ruas Turf Club e terrenos da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Lei nº 5.178 — de 1 de dezembro de 1966.

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação em favor da Universidade do Espírito Santo, imóvel que menciona.

Decreto nº 56.460 — de 14 de junho de 1965.

Retifica o enquadramento dos cargos da Universidade do Recife.

Decreto nº 59.253 — de 20 de setembro de 1966.

Retifica o enquadramento de cargos e funções da Universidade do Brasil, aprovado pelo Decreto número 51.366, de 6 de dezembro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 59.260 — de 22 de setembro de 1966.

Aprova o orçamento da Universidade Federal do Espírito Santo.

Decreto nº 59.350 — de 30 de setembro de 1966.

Aprova o enquadramento dos professores fundadores da Universidade Federal da Paraíba em cargos de Professor do Ensino Superior, do Quadro de Pessoal: Parte Suplementar do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

Decreto nº 59.395 — de 14 de outubro de 1966.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis necessários à expansão do "Campus" da Universidade Federal da Bahia.

Decreto nº 59.407 — de 21 de outubro de 1966.

Retifica relação nominal aprovada pelo Decreto nº 57.760, de 8 de fevereiro de 1966, que classifica os cargos de nível superior da Universidade Federal do Paraná, no Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 59.409 — de 24 de outubro de 1966.

Retifica o enquadramento dos professores fundadores da Universidade Federal de Alagoas.

Decreto nº 59.605 — de 28 de novembro de 1966.

UNIVERSIDADES FEDERAIS

Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências.

Decreto-lei nº 53 — de 18 de novembro de 1966.

UTILIDADE PÚBLICA (DECLARAÇÃO)

Declara de utilidade pública a "Associação Casa da Criança de Santos", Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.346 — de 30 de setembro de 1966.

— Declara de utilidade pública a "Santa Casa de Caridade de Uruguaiana", com sede em Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 59.397 — de 17 de outubro de 1966.

— Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Itajubá, com sede em Itajubá, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.499 — de 9 de novembro de 1966

— Declara de utilidade pública a "Santa Casa de Misericórdia de Birigui", com sede em Birigui, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.502 — de 9 de novembro de 1966.

— Declara de utilidade pública a "Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.503 — de 9 de novembro de 1966.

— Declara de utilidade pública o Ambulatório "Maria Villac" com sede em Campinas, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.504 — de 9 de novembro de 1966.

— Retifica o Decreto nº 57.841, de 18 de fevereiro de 1966, para o fim que especifica.

Decreto nº 59.563 — de 14 de novembro de 1966.

— Declara de utilidade pública a "Sociedade Congregação Missionária", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.565 — de 14 de novembro de 1966.

— Declara de utilidade pública o "Instituto Social Paulista de Assistência e Educação" com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.573 — de 17 de novembro de 1966.

— Declara de utilidade pública o "Centro Social Feminino", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.581 — de 24 de novembro de 1966.

— Declara de utilidade pública a "Sociedade Conservatório Musical de Uberlândia", como sede em Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.582 — de 24 de novembro de 1966.

— Declara de utilidade pública o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais — IPES — Guanabara, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.593 — de 25 de novembro de 1966.

— Declara de utilidade pública a "Missão Ramacrisma", com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 59.602 — de 28 de novembro de 1966.

— Declara de utilidade pública a Escola Industrial Salesiana", com sede em Belém, Estado do Pará.

Decreto nº 49.640 — de 1 de dezembro de 1966.

— Declara de utilidade pública a "Sociedade Educacional Tupy", com sede em Joinville, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 59.717 — de 14 de dezembro de 1966.

— Declara de utilidade pública o Ginásio São Joaquim, com sede em Lorena, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.755 — de 15 de dezembro de 1966.

— Declara de utilidade pública a "Associação Instrutora da Juventude Feminina", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.801 — de 19 de dezembro de 1966.

— Declara de utilidade pública a "Sociedade dos Amigos de Augusto Frederico Schmidt", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 59.831 — de 21 de dezembro de 1966.

— Declara de utilidade pública o "Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe", com sede em Piracicaba, Estado de São Paulo.

Decreto nº 59.861 — de 26 de dezembro de 1966.

— *Declara de utilidade pública a "Inspetoria Salesiana do Nordeste do Brasil", com sede em Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 59.862 — de 26 de dezembro de 1966.

VALE DO PARNAÍBA

Institui um Grupo de Trabalho para estudos sobre o aproveitamento integrado do Vale do Parnaíba.

Decreto nº 59.323 — de 29 de setembro de 1966.

VENCIMENTOS

Ato Complementar nº 30.

— *Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.*

Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

VENCIMENTOS DE SERVIDORES

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 13.515.963.777 (treze bilhões, quinhentos e quinze milhões, novecentos e sessenta e três mil, setecentos e setenta e sete cruzeiros), para atender a despesas decorrentes do aumento de vencimentos de servidores do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União.

Lei nº 5.136 — de 11 de outubro de 1966.

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Fixa os subsídios do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, no período presidencial de 1967 a 1971.

Decreto Legislativo nº 69, de 1966.

ZONAS A DEFESA DO PAÍS

Dispõe sobre as zonas indispensáveis à defesa do País e dá outras providências.

Lei nº 5.130 — de 1 de outubro de 1966.

ANOTAÇÕES